Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental
Conselho Municipal de Política Urbana

ANAIS DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

2001 - 2002

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

ANAIS DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Conferência realizada pelo Conselho Municipal de Política Urbana e pela
Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental,
em conformidade com a Lei n.º 7.165, de 27 de agosto de 1996,
que instituiu o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte

Belo Horizonte - Minas Gerais
2001 - 2002

ANAIS DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental
Secretário Murilo de Campos Valadares
Av. do Contorno, 5454 - 8º andar CEP: 30110-100

Secretaria Municipal de Regulação Urbana
Secretária Gina Beatriz Rende
Av. Afonso Pena, 4000 - 5º andar CEP: 30130-009

BELO HORIZONTE MG
2003

APRESENTAÇÃO

Texto do prefeito e do secretário texto do prefeito e do secretário texto do prefeito e do secretário

Equipe do Governo Municipal de Belo Horizonte
à época da II Conferência Municipal de Política Urbana

Fernando Damata Pimentel
Prefeito de Belo Horizonte, em exercício

Murilo de Campos Valadares
Secretário Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental

Paulo de Souza Duarte
Secretário Municipal Administrativo e Financeiro da Política Urbana e Ambiental

Cláudio José Vilela
Secretário Municipal de Limpeza Urbana

Paulo Maciel Júnior
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano

Paulo Roberto Takahashi
Secretário Municipal de Estrutura Urbana

José Abílio Belo Pereira
Secretário Municipal de Regulação Urbana

Maria Gezica Valadares
Secretária Municipal de Habitação

Ricardo Mendanha Ladeira
Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTRANS

Neusa Santos
Secretária Municipal da Coordenação de Gestão Regional Barreiro
Euler João Geraldo da Silva
Secretário Municipal Regional de Serviços Urbanos

Antônio Carlos Ramos Pereira
Secretário Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro-Sul
Nilda Maria Xavier Pires
Secretária Municipal Regional de Serviços Urbanos

Dalva Stela Rodrigues Medeiros
Secretária Municipal da Coordenação de Gestão Regional Leste
Paulo Bastos
Secretário Municipal Regional de Serviços Urbanos

Luzia Maria Ferreira
Secretária Municipal da Coordenação de Gestão Regional Nordeste
Luiz Gustavo Fortini Martins Teixeira
Secretário Municipal Regional de Serviços Urbanos

Carlos Henrique Cardoso Medeiros
Secretário Municipal da Coordenação de Gestão Regional Noroeste
Cláudius Vinícius Leite Pereira
Secretário Municipal Regional de Serviços Urbanos

Carlos Roberto Alcântara de Resende
Secretário Municipal da Coordenação de Gestão Regional Norte
Luiz Eduardo Pereira
Secretário Municipal Regional de Serviços Urbanos

José Flávio Gomes
Secretário Municipal da Coordenação de Gestão Regional Oeste
Roberto Rafael Guidugli Filho
Secretário Municipal Regional de Serviços Urbanos

Maria Christina Rodrigues
Secretária Municipal da Coordenação de Gestão Regional Pampulha
Getúlio Tedeschi
Secretário Municipal Regional de Serviços Urbanos

Genedempsey Bicalho Cruz
Secretário Municipal da Coordenação de Gestão Regional Venda Nova
Sílvio Malta
Secretário Municipal Regional de Serviços Urbanos

SUMÁRIO

- LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS E MAPAS 11

I - INTRODUÇÃO 15

II - PROCESSO 17

III - PARTICIPANTES 29

IV - PRODUTOS 40

- ANEXO I - REGIMENTOS APROVADOS 303
- ANEXO II - MAPAS TEMÁTICOS DE APOIO ÀS DISCUSSÕES 311
- ANEXO III - TEXTO DE APOIO ÀS DISCUSSÕES DOS DELEGADOS 353
- ANEXO IV - ÍNTEGRA DOS PRODUTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS 379
- ANEXO V - ÍNTEGRA DOS PRODUTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS REGIONAIS 427
- ANEXO VI - ÍNTEGRA DAS PROPOSTAS APROVADAS 513
- LISTA DE SIGLAS 551
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 555
- ÍNDICE 557

▪ LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS E MAPAS

Quadro 01 - II Conferência Municipal de Política Urbana – Programa 20
Quadro 02 - Temas das pré-conferências temáticas 23
Quadro 03 - Temas das pré-conferências regionais 23
Quadro 04 - II Conferência Municipal de Política Urbana – Participantes e delegados 24
Quadro 05 - Resumo da regulamentação das ZEIS 1 E ZEIS 3 - Lei nº 8137/00 105
Quadro 06 - Extensão das vias arteriais e coletoras cadastras, por região administrativa 135
Quadro 07 - Parâmetros Urbanísticos 142
Quadro 08 - Parques já implantados e em fase de implantação 165
Quadro 09 - Zoneamento da região do Barreiro 201
Quadro 10 - Zoneamento da região Centro-Sul 210
Quadro 11 - Zoneamento da região Leste 220
Quadro 12 - Zoneamento da região Nordeste 230
Quadro 13 - Zoneamento da região Noroeste 238
Quadro 14 - Zoneamento da região Norte 248
Quadro 15 - Zoneamento da região Oeste 256
Quadro 16 - Zoneamento da região da Pampulha 264
Quadro 17 - Zoneamento da região de Venda Nova 274

Tabela 01 - Distribuição da população na RMBH (1990-1991-2000) 99
Tabela 02 - Situação das vias arteriais e coletoras quanto à pavimentação 134
Tabela 03 - Fundo municipal de habitação popular: retorno de recursos financiados (2000-2001) 184
Tabela 04 - Fundo municipal de habitação popular: captação de recursos (1995-2001) 184
Tabela 05 - Produção de novas moradias: número de unidades habitacionais (1995-2001) 186
Tabela 06 - Produção de novas moradias: número de conjuntos habitacionais (1995-2001) 186
Tabela 07 - Atendimentos através do PROAS (1995-2001) 186
Tabela 08 - Produção de planos globais específicos (PGE) (1995-2001) 186
Tabela 09 - Regularização fundiária: famílias beneficiadas (até 2001) 186
Tabela 10 - Unidades habitacionais produzidas através do PAR (até 2001) 187
Tabela 11 - Percentual de área de lotes vagos e número de unidades residenciais e não residenciais, segundo região administrativa 194
Tabela 12 - Crescimento do número de unidades residenciais e não residenciais, segundo regiões administrativas 194
Tabela 13 - Área de lotes na região do Barreiro – 2000 200
Tabela 14 - Unidades residenciais e não residenciais na região do Barreiro – 1996 e 2000 200
Tabela 15 - População residente na região do Barreiro, segundo UP – 1991 e 2000 200
Tabela 16 - Área de lotes na região Centro-Sul – 2000 209
Tabela 17 - Unidades residenciais e não residenciais na região Centro-Sul – 1996 e 2000 209
Tabela 18 - População residente na região Centro-Sul, segundo UP – 1991 e 2000 209
Tabela 19 - Área de lotes na região Leste – 2000 219
Tabela 20 - Unidades residenciais e não residenciais na região Leste – 1996 e 2000 219
Tabela 21 - População residente na região Leste, segundo UP – 1991 e 2000 219
Tabela 22 - Área de lotes na região Nordeste – 2000 229
Tabela 23 - Unidades residenciais e não residenciais na região Nordeste – 1996 e 2000 229
Tabela 24 - População residente na região Nordeste, segundo UP – 1991 e 2000 229
Tabela 25 - Área de lotes na região Noroeste – 2000 237
Tabela 26 - Unidades residenciais e não residenciais na região Noroeste – 1996 e 2000 237

Tabela 27 - População residente na região Noroeste, segundo U P – 1991 e 2000 237
Tabela 28 - Área de lotes na região Norte – 2000 247
Tabela 29 - Unidades residenciais e não residenciais na região Norte – 1996 e 2000 247
Tabela 30 - População residente na região Norte, segundo U P – 1991 e 2000 247
Tabela 31 - Área de lotes na região Oeste – 2000 255
Tabela 32 - Unidades residenciais e não residenciais na região Oeste – 1996 e 2000 255
Tabela 33 - População residente na região Oeste, segundo UP – 1991 e 2000 255
Tabela 34 - Área de lotes na região da Pampulha – 2000 263
Tabela 35 - Unidades residenciais e não residenciais na região da Pampulha – 1996 e 2000 263
Tabela 36 - População residente na região da Pampulha, segundo UP – 1991 e 2000 263
Tabela 37 - Área de lotes na região de Venda Nova – 2000 273
Tabela 38 - Unidades residenciais e não residenciais na região de de Venda Nova – 1996 e 2000 273
Tabela 39 - População residente na região de Venda Nova, segundo UP – 1996/2000 273

Figura 01 - II Conferência Municipal de Política Urbana – O processo de construção de propostas 19
Figura 02 - Pré-Conferência Regional do Barreiro – Distribuição dos participantes por UP 204
Figura 03 - Pré-Conferência Regional Centro-Sul – Distribuição dos participantes por UP 213
Figura 04 - Pré-Conferência Regional Leste – Distribuição dos participantes por UP 223
Figura 05 - Pré-Conferência Regional Nordeste – Distribuição dos participantes por UP 232
Figura 06 - Pré-Conferência Regional Noroeste – Distribuição dos participantes por UP 240
Figura 07 - Pré-Conferência Regional Norte – Distribuição dos participantes por UP 249
Figura 08 - Pré-Conferência Regional Oeste – Distribuição dos participantes por UP 258
Figura 09 - Pré-Conferência Regional da Pampulha – Distribuição dos participantes por UP 267
Figura 10 - Pré-Conferência Regional de Venda Nova – Distribuição dos participantes por UP 277

Gráfico 01 - Evolução da população na RMBH (1990-1991-2000) 99
Gráfico 02 - Distribuição da população por região administrativa (1991-2000) 101
Gráfico 03 - Acréscimo populacional por região administrativa (1980-1991 e 1991-2000) 102
Gráfico 04 - Taxas de crescimento populacional, por região administrativa 103
Gráfico 05 - Vias arteriais e coletoras cadastras, por região administrativa (%) 134
Gráfico 06 - Idade das vias arteriais e coletoras cadastradas 135
Gráfico 07 - Condição de conforto das vias arteriais e coletoras cadastradas 136

Mapa 01 - Pré-conferências regionais – Distribuição dos participantes por região e UP 191
Mapa 02 - Pré-conferência regional do Barreiro – Percepção dos participantes 207
Mapa 03 - Pré-conferência regional Centro-Sul – Percepção dos participantes 217
Mapa 04 - Pré-conferência regional Leste – Percepção dos participantes 227
Mapa 05 - Pré-conferência regional Nordeste – Percepção dos participantes 235
Mapa 06 - Pré-conferência regional Noroeste – Percepção dos participantes 245
Mapa 07 - Pré-conferência regional Norte – Percepção dos participantes 253
Mapa 08 - Pré-conferência regional Oeste – Percepção dos participantes 261
Mapa 09 - Pré-conferência regional da Pampulha – Percepção dos participantes 271
Mapa 10 - Pré-conferência regional de Venda Nova – Percepção dos participantes 281

ANEXO II - MAPAS TEMÁTICOS DE APOIO ÀS DISCUSSÕES

Mapa II. 01 - Ocupação urbana na RMBH 313
Mapa II. 02 - Evolução da ocupação urbana de Belo Horizonte 315
Mapa II. 03 - Taxa de crescimento populacional – 1191-2000 317

Mapa II. 04 - Densidade demográfica – 1991 319
Mapa II. 05 - Densidade demográfica – 2000 321
Mapa II. 06 - Taxa de lotes vagos por quadra..... 323
Mapa II. 07 - Índice de densidade construtiva (IDC) 325
Mapa II. 08 - Zoneamento e e hierarquização do sistema viário 327
Mapa II. 09 - Assentamentos habitacionais não aprovados..... 329
Mapa II. 10 - Principais elementos da estrutura urbana..... 331
Mapa II. 11 - Sistema viário e de sistema de transporte coletivo municipal (BHBUS)..... 333
Mapa II. 12 - Sistema viário municipal..... 335
Mapa II. 13 - Espaços de referência simbólica..... 337
Mapa II. 14 - Conjuntos urbanos tombados 339
Mapa II. 15 - Recursos hídricos..... 341
Mapa II. 16 - Áreas de especial interesse ambiental 343
Mapa II. 17 - Sistema de esgotamento sanitário..... 345
Mapa II. 18 - Ocorrênica de escorpião *x* recursos hídricos *x* atendimento por coleta de lixo em vilas 347
Mapa II. 19 - Doenças de veiculação hídrica *x* rede coletora de esgoto 349
Mapa II. 20 - Incidência de dengue x deposição clandestina de entulho..... 351

ANEXO III - TEXTO DE APOIO ÀS DISCUSSÕES DOS DELEGADOS

Quadro III. 1- Indicador de tempo de espera no ponto – Dia útil 375

Tabela III. 1 - População de Belo Horizonte, RMBH e Minas Gerais – Taxas anuais de crescimento e participação (%) da RMBH no Estado, 1970 - 2000 356
Tabela III. 2 - Acréscimo populacional e taxas de crescimento na RMBH, por grupos de municípios, 1980, 1991 - 2000..... 357
Tabela III. 3 - População de Belo Horizonte por Região Administrativa – 1980/1991/2000 358
Tabela III. 4 - Área parcelada vaga, índice de densidade construtiva (IDC), crescimento (%) de unidades cadastradas residenciais e não residenciais – 1996/2000 e unidades não residenciais em 2000..... 360

Gráfico III. 1 - Distribuição da população por região administrativa (1991) 361
Gráfico III. 2 - Distribuição da população por região administrativa (2000) 361
Gráfico III. 3 - Distribuição do acréscimo populacional por região administrativa (1980-1991)..... 362
Gráfico III. 4 - Distribuição do acréscimo populacional por região administrativa (1991-2000)..... 362

I - INTRODUÇÃO

Este documento constitui os Anais da II Conferência Municipal de Política Urbana, tendo por objetivo, basicamente, registrar seu processo e seus resultados. O volume está estruturado em três partes principais:

- processo, onde se descreve as etapas e os eventos através dos quais se desenvolveu a Conferência, assim como as regras de funcionamento e as dinâmicas utilizadas para as discussões e os momentos de deliberação;
- participantes, onde estão listados todos os que estiveram de alguma forma envolvidos no processo da Conferência, seja na organização, no apoio técnico ou administrativo, como palestrantes ou professores e, principalmente, como cidadãos que contribuíram diretamente para as discussões e definições acerca da CIDADE QUE SOMOS e da CIDADE QUE QUEREMOS;
- produtos, onde se encontra o registro das palestras proferidas, do material utilizado no apoio às discussões e a síntese de seus resultados.

Fazem parte também do documento os anexos que apresentam: os regimentos das Pré-Conferências e da Conferência (Anexo I); um conjunto de mapas temáticos produzidos especialmente para apoiar as discussões (Anexo II); o texto de apoio às discussões dos delegados (Anexo III); a integra dos produtos das Pré-Conferências Temáticas (Anexo IV) e Regionais (Anexo V); e a íntegra das propostas finais aprovadas (Anexo VI).

II - PROCESSO

1 - INTRODUÇÃO

Em 1996, a Lei do Plano Diretor criou o Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) e estabeleceu que a Conferência Municipal de Política Urbana será convocada por ele a cada quatro anos, com os seguintes objetivos:

– avaliar a condução e os impactos da implementação das normas contidas na Lei do Plano Diretor e na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo;
– sugerir alteração, a ser aprovada por lei, das diretrizes estabelecidas nessas leis;
– sugerir alteração no cronograma de investimentos prioritários em obras.

A primeira Conferência Municipal de Política Urbana, realizada em 1999, foi um momento marcante na história de Belo Horizonte, pois reuniu vários segmentos da sociedade para uma ampla discussão sobre a cidade. Embora, naquele momento, os efeitos das Leis do Plano Diretor e de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo sobre o espaço urbano ainda não pudessem ser avaliados devido ao pequeno prazo de vigência dessas leis, a Conferência foi decisiva para o processo de consolidação da democracia participativa, definindo alterações necessárias no aperfeiçoamento da legislação.

Por outro lado, a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, definiu com maior precisão as diretrizes e os instrumentos para a política urbana no país, colocando na ordem do dia dos municípios a discussão sobre o planejamento das cidades e suas leis. A Conferência é, portanto, um espaço privilegiado de participação da sociedade civil para a realização desta discussão em Belo Horizonte, reunindo entidades e cidadãos, que representam as diversas visões que a população tem sobre os desafios urbanos para discutir a nossa cidade.

A partir da intenção de estruturar um sistema de monitoramento do desenvolvimento urbano, concebido a partir de pressupostos da gestão participativa, a idéia que norteou a organização dessa última Conferência é a de incorporá-la de modo mais efetivo ao processo de planejamento da cidade, até mesmo por sua importância como lugar de possibilidade de diálogo entre os produtores do espaço urbano. Nessa linha, a II Conferência Municipal de Política Urbana realizou-se de outubro de 2001 a agosto de 2002, tendo por objetivo geral construir coletivamente um diagnóstico da CIDADE QUE SOMOS, considerando o quadro atual da realidade de Belo Horizonte e suas tendências e, baseado nesse amplo conhecimento, elaborar uma proposta da CIDADE QUE QUEREMOS, definindo os encaminhamentos necessários para efetivá-la, tais como alterações na legislação, execução de grandes intervenções urbanas estruturantes e mudanças da ação governamental na área urbana.

Algumas diretrizes principais foram consideradas quando do planejamento do processo da II Conferência Municipal de Política Urbana:

– resguardar o caráter processual de forma a garantir que as definições sejam efetivamente fruto de uma construção coletiva, partilhada pelas categorias e setores envolvidos, e propiciar a manifestação dos diversos olhares e interesses presentes na construção da cidade;
– considerar a Conferência Municipal de Política Urbana como parte integrante da construção de uma "Agenda Urbana" para Belo Horizonte, articulando e compatibilizando a sua realização com os outros processos relevantes de planejamento e gestão urbana existentes no âmbito municipal, como por exemplo a elaboração dos planos regionais, as conferências setoriais urbanas e a Conferência da Cidade;
– garantir que a atuação de todos os participantes se dê da forma mais efetiva e igualitária possível, através de ações como a capacitação dos participantes, o fornecimento de material de apoio adequado e a utilização de pequenos grupos na dinâmica de discussão;
– estimular a abordagem integrada ao longo das discussões, tendo como referência legal o Estatuto da Cidade e como pano de fundo a Agenda Habitat e a Agenda 21.

Durante quase onze meses, a II Conferência Municipal de Política Urbana se desenvolveu através de um rico e complexo processo de construção que incluiu: palestras, discussões temáticas e regionais para diagnosticar a CIDADE QUE SOMOS, cursos de capacitação dos delegados e, finalmente, a definição das propostas para a CIDADE QUE QUEREMOS. Ao longo de todo esse processo estiveram presentes representantes do poder público municipal e dos setores empresarial, técnico e popular da cidade.

Coube ao COMPUR as grandes definições sobre programação e calendário, dinâmica, temário, critérios de participação, critérios de eleição de delegados e a proposição das minutas de regimento apreciadas e aprovadas pela plenária de delegados (ver Anexo I). A organização geral e a coordenação técnica foi da

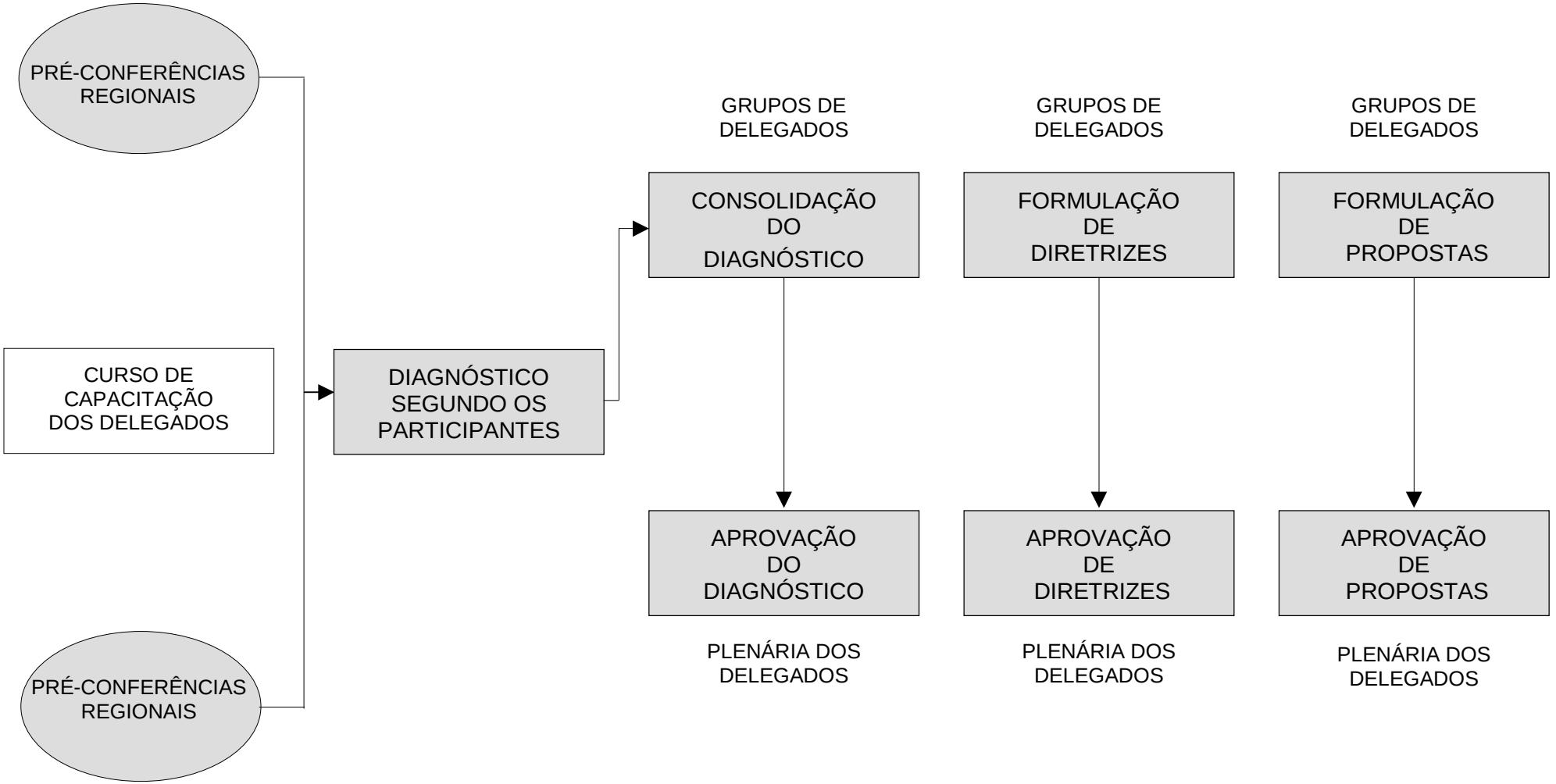
Secretaria da Coordenação Municipal de Política Urbana e Ambiental, contando para isso com o apoio das secretarias temáticas da área urbana e das secretarias da coordenação de gestão regional.

Após a abertura oficial dos trabalhos, no dia 8 de outubro de 2001, a II Conferência Municipal de Política Urbana se desenvolveu em quatro etapas:

– ciclo de palestras;
– Pré-Conferências Temáticas e Regionais, que envolveram quase três mil participantes e discutiram a CIDADE QUE SOMOS;
– curso de capacitação dos 244 delegados eleitos na etapa anterior;
– a etapa final da Conferência, que definiu as propostas para a CIDADE QUE QUEREMOS.

A Figura 01 apresenta, esquematicamente, o processo, e o Quadro 01, o programa geral da Conferência.

Figura 01 - II Conferência Municipal de Política Urbana – O processo de construção de propostas



Quadro 01 - II Conferência Municipal de Política Urbana – Programa

	DATA	EVENTO	LOCAL
PALESTRAS	08/10/01	▪ Solenidade de abertura ▪ Palestras: Estatuto da Cidade	Teatro Francisco Nunes
		Palestras: temas transversais	
	10/10/01	▪ Agenda 21 ▪ Agenda Habitat	Escola de Engenharia da UFMG (EE-UFMG)
	18/10/01	▪ Estatuto da cidade e instrumentos de política urbana ▪ Estatuto da Cidade e gestão democrática	
	24/10/01	▪ Sustentabilidade e financiamento da cidade ▪ Desenvolvimento econômico e inclusão	
	25/10/01	▪ Espaço público e cidadania	
	31/10/01	▪ Questão metropolitana	
PRÉ-CONFERÊNCIAS		Pré-Conferências Temáticas	
	10 e 11/11/01	▪ Mobilidade, sistema viário e transporte coletivo	EE-UFMG
	23 a 25/11/01	▪ Controle urbano e patrimônio histórico	
	30/11/01 a 02/12/01	▪ Meio ambiente, recursos hídricos e saneamento	
	07 a 09/12/02	▪ Habitação, vilas e favelas	Col. Dom Silvério
		Pré-Conferências Regionais	
	01 e 02/02/02	▪ Noroeste	Prédio escolar na respectiva região administrativa
	22 e 23/02/02	▪ Norte e Pampulha	
	01 e 02/03/02	▪ Barreiro e Oeste	
	08 e 09/03/02	▪ Venda Nova e Leste	
	15 e 16/03/02	▪ Nordeste e Centro-Sul	
	25/03/02 a 17/04/2002	▪ Curso de capacitação dos delegados eleitos nas pré-conferências	Prefeitura Municipal
CONFERÊNCIA		Diagnóstico: A CIDADE QUE SOMOS ▪ Diretrizes para A CIDADE QUE QUEREMOS	
	20/04/02	▪ Apresentação e discussão da síntese do DIAGNÓSTICO ▪ Proposição de emendas	Colégio Arnaldo
	27/04/02	▪ Apresentação e discussão das DIRETRIZES ▪ Proposição de emendas ▪ Votação do DIAGNÓSTICO: propostas e emendas	
	06/05/02	▪ Aprovação das DIRETRIZES	
		Propostas: A CIDADE QUE QUEREMOS	
	29/04/02 a 02/05/02	▪ Inscrição de delegados nos Grupos Trabalho para formulação de PROPOSTAS	Secretaria do COMPUR
	08 a 16/05/02	▪ Discussão e formulação de PROPOSTAS nos Grupos de Trabalho: *Intervenções urbanas estruturantes* e *Gestão das políticas setoriais urbanas*	Prédios de órgãos municipais
	18/05/02	▪ Apresentação das PROPOSTAS de *Gestão das políticas setoriais urbanas* em reunião plenária dos delegados	Colégio Arnaldo
	08 a 24/05/02	▪ Discussão e formulação de PROPOSTAS nos Grupos de Trabalho: *Legislação urbanística e ambiental*	Prédios de órgãos municipais
	25/05/02	▪ Apresentação das PROPOSTAS de *Legislação urbanística e ambiental* em reunião plenária dos delegados	Colégio Arnaldo
	30/05/02 a 14/06/02	▪ Apresentação pelos delegados de EMENDAS às Propostas de *Intervenções urbanas estruturantes*, *Gestão das políticas setoriais* e *Legislação urbanística e ambiental*	Secretaria do COMPUR
	20/07, 03 e 24/08/02	▪ Votação da PROPOSTAS e EMendas: *Legislação urbanística e ambiental*, *Intervenções urbanas estruturantes* e *Gestão das políticas setoriais urbanas*	EE-UFMG e CREA-MG

2 - CICLO DE PALESTRAS

Foi uma etapa aberta, que dispensou a inscrição dos interessados, onde os participantes tiveram a oportunidade de aprofundar seu conhecimento sobre questões importantes que subsidiaram a discussão em todas as etapas seguintes. Os eventos se realizaram sempre em dias de semana, à noite, durante o mês de outubro de 2001, e em cada um aconteceram palestras – transcritas no ítem IV deste documento - e debates sobre um dos seguintes assuntos:

– Agenda 21 e Agenda Habitat;
– Estatuto da Cidade, instrumentos urbanísticos e gestão democrática;
– sustentabilidade e financiamento da cidade;
– desenvolvimento econômico e inclusão;
– espaço público e cidadania;
– questão metropolitana.

3 - PRÉ-CONFERÊNCIAS

Os objetivos das Pré-Conferências foram:

– eleger os delegados para a etapa final da II Conferência Municipal de Política Urbana; esses seriam também delegados natos para a II Conferência da Cidade que ocorreria em seguida à de Política Urbana;
– construir, a partir da percepção e conhecimento dos participantes, um diagnóstico da CIDADE QUE SOMOS, enfocando o quadro da realidade atual de Belo Horizonte e suas tendências.

As quatro Pré-Conferências Temáticas aconteceram no período de 09 de novembro a 09 de dezembro de 2001, e as nove Pré-Conferências Regionais no período de 02 de fevereiro a 16 de março de 2002, sendo que essas últimas corresponderam à terceira rodada de plenárias dos Conselhos Regionais Populares. Todas aconteceram em finais de semana e foram organizadas com a participação das respectivas secretarias temáticas ou regionais.

A participação nas Pré-Conferências aconteceu da seguinte maneira:

– nas Pré-Conferências Temáticas de “Mobilidade urbana, sistema viário, transporte coletivo e trânsito”, “Controle urbano e patrimônio histórico” e “Meio ambiente, recursos hídricos e saneamento” qualquer cidadão interessado pôde se inscrever;
– na Pré-Conferência Temática de “Habitação, vilas e favelas” foram inscritos somente representantes de entidades envolvidas com a questão da moradia;
– nas Pré-Conferências Regionais puderam se inscrever representantes de entidades que integram o plenário dos Conselhos Regionais Populares, por ser esse um fórum representativo da sociedade civil organizada em cada região da cidade, espelhando em sua composição os diversos grupos e setores existentes, assim como a correlação de forças entre eles.

Tanto as Pré-Conferências Temáticas como as Pré-Conferências Regionais discutiram a CIDADE QUE SOMOS, contribuindo para a construção coletiva de um diagnóstico de Belo Horizonte a partir do olhar, da percepção e da bagagem de conhecimento de cada um dos participantes. A discussão se estruturou sempre em torno dos seguintes aspectos da realidade:

– dinâmica do crescimento urbano;
– condições de habitação;
– distribuição das atividades e centros urbanos;
– espaços públicos, referencial simbólico e patrimônio histórico;
– mobilidade, transporte e trânsito;
– condições ambientais.

Além da discussão geral da CIDADE QUE SOMOS, em cada Pré-Conferência Temática ou Regional dedicou-se parte dos trabalhos a uma discussão específica, construindo também diagnósticos sobre os respectivos temas ou regiões (Quadros 02 e 03). Esse rico material produzido será utilizado posteriormente para subsidiar o planejamento setorial das políticas públicas urbanas correspondentes, no caso das Pré-Conferências Temáticas, assim como os processos de planejamento regional no caso das Pré-Conferências

Regionais.

A dinâmica proposta para a discussão geral da cidade nas Pré-Conferências envolveu momentos de trabalho não só em plenária, mas também em grupos e subgrupos, de modo a facilitar e estimular a participação efetiva de todos. Pode-se dividir o processo em três principais etapas: plenária de abertura, discussão em grupos e plenária de fechamento.

As plenárias de abertura abriam oficialmente os trabalhos com uma apresentação sobre o processo geral da Conferência e sobre a dinâmica das Pré-Conferências. Em seguida, os participantes se dividiam em grupos de até quarenta pessoas para as discussões, que envolviam também momentos de trabalho em subgrupos de oito pessoas.

Os grupos e subgrupos eram compostos da forma mais heterogênea possível de maneira a fomentar uma visão mais integrada, mesclando participantes das várias Unidades de Planejamento (UP) que compoem a região, no caso das Pré-Conferências Regionais, e das categorias, no caso das Temáticas. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) coordenou os trabalhos nos grupos e subgrupos, através de uma equipe de técnicos treinados para essa função, e subsidiou todas as discussões com textos e mapas contendo as informações disponíveis sobre os assuntos em pauta. Os resultados dos trabalhos em grupo eram registrados em cartelas, visando estimular a objetividade das discussões e facilitar sua sistematização, sendo posteriormente apresentados na plenária de fechamento por relatores eleitos entre os participantes.

Em cada Pré-Conferência Temática poderiam ser elegeitos trinta delegados, sendo no máximo dez de cada categoria – popular, empresarial e técnica – mais um a cada cinqüenta participantes credenciados, até um número máximo de três. Em cada Pré-Conferência Regional poderiam ser elegeitos até dez delegados, geralmente no mínimo um de cada UP, mais um a cada cinqüenta participantes credenciados. No total, foram eleitos 244 delegados, dos quais 115 pelas Pré-Conferências Regionais e 129 pelas Pré-Conferências Temáticas, todos delegados natos para a II Conferência da Cidade. No Quadro 04, apresenta-se um resumo quantitativo da participação, subdividido em Pré-Conferências Temáticas, Regionais e total de participantes e delegados. Nesse quadro, os números correspontentes a “credenciados” e “convidados” correspondem à efetiva participação dentre os “inscritos” previamente.

Quadro 02 - Temas das pré-conferências temáticas

PRÉ-CONFERÊNCIA	TEMAS GERAIS DA CIDADE	TEMAS ESPECÍFICOS
Mobilidade, sistema viário e transporte coletivo	▪ Crescimento urbano e inclusão ▪ Distribuição de atividades/centros ▪ Mobilidade, transporte e trânsito ▪ Espaço público/patrimônio cultural ▪ Condições ambientais	▪ A questão metropolitana ▪ Gestão da mobilidade ▪ Manutenção da cidade ▪ Financiamento do transporte
Controle urbano e patrimônio cultural	os mesmos temas da cidade	▪ Zoneamento e ADE ▪ Parcelamento do solo ▪ Ocupação do solo ▪ Licenciamento de atividades ▪ Patrimônio histórico urbano
Meio ambiente, recursos hídricos e saneamento	os mesmos temas da cidade	▪ Áreas de especial interesse ambiental, flora e fauna ▪ Poluição ambiental ▪ Recursos hídricos e drenagem ▪ Abastecimento de água e esgotamento sanitário ▪ Resíduos sólidos e controle de vetores
Habitação, vilas e favelas	os mesmos temas da cidade	▪ Habitação e política urbana ▪ Balanço da política municipal de habitação ▪ Participação e gestão democrática: poder público e movimentos sociais ▪ Agenda da habitação

Quadro 03 - Temas das pré-conferências regionais

PRÉ-CONFERÊNCIA	TEMAS GERAIS DA CIDADE	TEMAS ESPECÍFICOS
Noroeste	▪ Crescimento urbano e inclusão ▪ Distribuição de atividades/centros ▪ Mobilidade, transporte e trânsito ▪ Espaço público/patrimônio cultural ▪ Condições ambientais	▪ Zoneamento e ocupação ▪ Atividades econômicas ▪ Sistema viário e acessos ▪ Espaços públicos/lazer/patrimônio ▪ Condições ambientais
Norte e Pampulha	os mesmos temas da cidade	▪ Ocupação do solo e zoneamento ▪ Distribuição atividades/centros urbanos ▪ Tema livre
Barreiro e Oeste	os mesmos temas da cidade	▪ Ocupação do solo e zoneamento ▪ Distribuição atividades/centros urbanos ▪ Tema livre
Leste e Nordeste	os mesmos temas da cidade	▪ Ocupação do solo e zoneamento ▪ Distribuição atividades/centros urbanos ▪ Sistema viário e acessos ▪ Espaços públicos/lazer/patrimônio ▪ Condições ambientais
Centro-Sul e Venda Nova	os mesmos temas da cidade	▪ Ocupação do solo e zoneamento ▪ Distribuição de atividades e centros ▪ Sistema viário e acessos ▪ Espaços públicos/lazer/patrimônio ▪ Condições ambientais

Quadro 04 - II Conferência Municipal de Política Urbana – Participantes e delegados

PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA	PARTICIPANTES			DELEGADOS
	SETOR	INSCRITOS	CREDENCIADOS	
Mobilidade, sistema viário e transporte coletivo	▪ Empresarial	64	19	10
	▪ Popular	238	188	12
	▪ Técnico	123	65	11
	▪ SOMA	425	272	33
Meio ambiente, recursos hídricos e saneamento	▪ Empresarial	28	15	8
	▪ Popular	256	162	12
	▪ Técnico	252	142	11
	▪ SOMA	536	319	31
Controle urbano e patrimônio histórico	▪ Empresarial	53	15	10
	▪ Popular	189	53	11
	▪ Técnico	202	99	12
	▪ SOMA	444	167	33
Habitação, vilas e favelas	▪ Empresarial	13	9	9
	▪ Popular	949	513	13
	▪ Técnico	74	32	10
	▪ SOMA	1.036	554	32
PRÉ-CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS: TOTAL	▪ Empresarial	158	58	37
	▪ Popular	1.632	916	48
	▪ Técnico	651	338	44
	▪ TOTAL	2.441	1.312	129

PRÉ-CONFERÊNCIA REGIONAL	PARTICIPANTES [1]		DELEGADOS
	CONVIDADOS [2]	CREDENCIADOS	
Barreiro	30	157	13
Centro-Sul	35	119	12
Leste	42	203	14
Nordeste	30	160	13
Noroeste	40	165	13
Norte	20	217	14
Oeste	20	101	12
Pampulha	50	91	12
Venda Nova	55	111	12
PRÉ-CONFERÊNCIAS REGIONAIS: TOTAL	322	1.324	115

[1] Nas pré-conferências regionais, somente poderiam participar das reuniões os representantes das entidades cadastradas nos respectivos conselhos regionais populares; assim, não houve inscrição prévia. Os demais interessados participaram como convidados.

[2] Estimativa.

PRÉ-CONFERÊNCIAS	PARTICIPANTES	DELEGADOS
TEMÁTICAS	1.312	129
REGIONAIS	1.646	115
PRÉ-CONFERÊNCIAS: TOTAL	2.958	244

4 - CAPACITAÇÃO DOS DELEGADOS

No período compreendido entre o final das Pré-Conferências Regionais e o início da etapa final da Conferência desenvolveu-se um processo de capacitação dos delegados. Seu objetivos foram:

– nivelar minimamente o conhecimento dos delegados relativo às questões urbanas, tornando mais igualitárias as condições de atuação das diversas categorias representadas, ao longo da etapa final da Conferência;
– fortalecer a consciência sobre como se dão os processos de desenvolvimento urbano;
– divulgar e disseminar entre os delegados diretrizes, princípios, programas e projetos implementados através das políticas públicas da área urbana como forma de contribuir para a construção de uma abordagem mais integrada na discussão das propostas;
– fornecer noção básica sobre a legislação urbanística e ambiental existente e sua importância como instrumento de política urbana.

O conteúdo trabalhado foi distribuído em quatro módulos, abordando respectivamente os seguintes temas:

– a história da evolução urbana de Belo Horizonte, a importância da participação popular na história recente da cidade e o Sistema de Gestão Urbana Participativa;
– noções gerais sobre o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte;
– aplicação prática da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte;
– políticas públicas de meio ambiente e saneamento, mobilidade, transporte e trânsito, espaço público e patrimônio e habitação.

Foram abertas inscrições para quatro turmas. Cada turma participaria do curso em dia diferente da semana, de forma a possibilitar a participação do maior número possível de delegados. As vagas oferecidas em cada turma foram cuidadosamente distribuídas entre as categorias e regiões representadas pelos delegados, visando favorecer uma composição o mais heterogênea possível. Os 222 delegados participantes puderam se beneficiar desse processo de capacitação e, de maneira geral, avaliaram a iniciativa muito positivamente.

5 - CONFERÊNCIA

Os participantes da etapa final da Conferência foram os delegados eleitos nas Pré-Conferências. Essa etapa aconteceu de abril a agosto de 2002 e constituiu-se de três fases, que se desenvolveram ao longo de aproximadamente quatro meses e meio, a partir da abertura, dia 19 de abril:

– consolidação da síntese do diagnóstico da CIDADE QUE SOMOS, a partir dos resultados das Pré-Conferências, e formulação de diretrizes para a elaboração de propostas para a CIDADE QUE QUEREMOS;
– desenvolvimento de propostas para a CIDADE QUE QUEREMOS em Grupos de Trabalho constituídos por delegados, a partir das diretrizes aprovadas na fase anterior;
– fechamento das propostas construídas nos Grupos de Trabalho.

A primeira fase aconteceu durante todo o dia de dois sábados consecutivos, dias 20 e 27 de abril, e uma noite de terça-feira, dia 05 de maio. Esses eventos mesclaram momentos de trabalho em grupo, para as discussões mais aprofundadas, e momentos de plenária, onde todos os delegados presentes se reuniam para deliberar. Tanto a síntese do diagnóstico como as diretrizes foram discutidas e aprovadas pelos delegados tendo como referência documentos de caráter preliminar, preparados pela equipe da PBH a partir dos resultados das discussões das Pré-Conferências.

Do dia 29 de abril a 02 de maio foram abertas as inscrições para os delegados interessados em participar dos Grupos de Trabalho, iniciando-se assim os preparativos para a segunda fase da etapa final da Conferência. Estabeleceu-se uma determinada composição para cada Grupo de Trabalho de forma a estimular a diversidade de representação entre as categorias e regiões representadas pelos delegados, semelhante ao procedimento descrito anteriormente para a composição das turmas de capacitação.

O objetivo da segunda fase foi o desenvolvimento de propostas, a partir das definições aprovadas na fase anterior, visando contribuir com a construção da CIDADE QUE QUEREMOS. Essas propostas referiram-se a:

– complementações ou alterações na legislação urbanística e ambiental;
– execução de intervenções urbanas estruturantes;
– mudanças na gestão das políticas setoriais urbanas.

No âmbito desses três grandes campos, o desenvolvimento das propostas se deu através de determinados temas específicos, cada um correspondendo a um Grupo de Trabalho (GT). Os GT do campo das alterações de legislação desenvolveram suas propostas ao longo do período de 06 de abril a 24 de maio de 2002. Já os GT que discutiram propostas relativas a intervenções estruturantes e gestão urbana atuaram do dia 06 de abril a 17 de maio de 2002. O apoio logístico e a coordenação dos GT foi de responsabilidade da PBH, e cada grupo estabeleceu seu próprio programa de trabalho dentro dos prazos definidos.

No campo da complementação ou alteração de legislação foram criados os GT de número 1 a 8, discutindo os seguintes temas específicos:

– zoneamento e Áreas de Diretrizes Especiais (ADE);
– parcelamento do solo;
– ocupação e uso do solo;
– instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade;
– regularização de parcelamentos e edificações;
– posturas e obras;
– Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS);
– legislação ambiental.

Em função da afinidade dos temas, os GT de números 1 e 3 trabalharam de forma integrada, com a discussão reorganizada em dois subtemas, sendo um deles “zoneamento, ocupação e uso” e o outro “ Áreas de Diretrizes Especiais (ADE)”.

No campo da execução de intervenções urbanas estruturantes foram criados os GT de número 9 e 10, discutindo os seguintes temas específicos:

– obras viárias e de saneamento e revitalização de áreas;
– programas habitacionais.

No campo das mudanças na gestão das políticas setoriais urbanas foram criados os GT de número 11, 12 e13, discutindo os seguintes temas específicos:

– gestão participativa;
– desenvolvimento econômico;
– gestão de políticas setoriais urbanas.

No caso do GT de gestão de políticas setoriais urbanas, trabalhou-se com uma subdivisão em cinco temas:

– política de controle urbano;
– política ambiental e de saneamento;
– política habitacional;
– política de mobilidade, transporte e trânsito;
– política de patrimônio histórico e espaço público.

O objetivo da terceira fase foi discutir e aprovar com todo o conjunto de delegados as propostas resultantes das discussões nos GT. As propostas foram apresentadas e discutidas pelos delegados ao longo de duas semanas, em eventos que aconteceram durante o dia inteiro de dois sábados seguidos, dias 18 e 25 de maio. No primeiro evento foram apresentadas as propostas relativas aos campos das intervenções estruturantes e da gestão de políticas setoriais e no segundo, as propostas relativas ao campo da legislação.

Por decisão da plenária de delegados foi aprovada uma alteração do regimento estabelecendo a possibilidade de encaminhamento de emendas às propostas produzidas pelos GT. Tal decisão visava principalmente dar oportunidade aos delegados de se manifestarem também em relação aos temas dos GT dos quais não participaram. Para tanto, as emendas, justificadas e assinadas por no mínimo 14 delegados, deveriam ser protocoladas do dia 27 até o dia 14 de junho junto à Secretaria Executiva do COMPUR. Segundo a deliberação da plenária de delegados, as emendas poderiam ser:

– aditivas, no caso de apresentarem novas propostas;
– supressivas ou substitutivas, se propusessem, respectivamente, a eliminação ou alteração de propostas existentes.

Nos dias 6 e 13 de junho, à noite, os coordenadores e suas equipes de apoio – respectivamente, dos GT que discutiram temas relativos ao campo da legislação e dos GT que discutiram temas relativos aos campos da gestão de políticas setoriais e das intervenções estruturantes – reuniram-se com os delegados interessados para:

– apresentação da análise da equipe da PBH sobre as propostas produzidas pelos GT, identificando contradições e conflitos;
– apresentação de sugestões de emendas às propostas;
– esclarecimentos de dúvidas.

Nesses eventos, aproveitando a oportunidade do encontro, alguns delegados coletaram assinaturas para emendas que estavam propondo. Ao final do período previsto, foram protocoladas 132 emendas que, somadas às mais de 500 propostas produzidas pelos GT, constituíam a matéria a ser votada pela plenária dos delegados como deliberações finais da II Conferência Municipal de Política Urbana. Tais votações aconteceram, finalmente, ao longo das manhãs e tardes dos sábados, dias 29 de junho, 20 de julho, 3 e 24 de agosto, quando aconteceu o encerramento oficial da Conferência.

6 - ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS

Em geral, as propostas aprovadas estão em nível de diretriz, o que pressupõe um processo de detalhamento antes de seu encaminhamento definitivo aos órgãos do Executivo ou ao Legislativo Municipal, dependendo de sua natureza. Esse processo será acompanhado pelo COMPUR, que apreciará os produtos do detalhamento das propostas com relação a conteúdo e forma, podendo para isso consultar os delegados da II Conferência Municipal de Política Urbana, em reuniões convocadas especificamente para esse fim.

Da mesma forma, considera-se essencial que o COMPUR e os delegados acompanhem os encaminhamentos para implementação das deliberações finais da Conferência, que, em última instância, constituem o referencial para a CIDADE QUE QUEREMOS. A partir desse referencial, será estruturado um sistema de monitoramento do desenvolvimento da cidade que subsidiará futuras avaliações, especialmente por ocasião das próximas conferências municipais de política urbana.

Os produtos resultantes das discussões específicas das Pré-Conferências Temáticas e Regionais constituem material consistente que representa a percepção da população em relação às políticas setoriais e regiões que foram discutidas. Deverão subsidiar, por sua legitimidade e riqueza, respectivamente, os processos de planejamento das políticas setoriais urbanas e de planejamento regional.

Os resultados finais da II Conferência Municipal de Política Urbana, cuja síntese foi apresentada na II Conferência da Cidade, devem ser considerados pelo Conselho da Cidade, ao longo de seus trabalhos, tornando-se referência na discussão dos grandes temas da cidade.

III - PARTICIPANTES

1 - EQUIPE DE APOIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

• adelaide alves patrícia • adelmo luiz • adelson h. azeredo • aderbal geraldo de freitas • adilza maria corrêa • adilza linhares • adriana duval de araújo • adriana França gomes • adriana miyoshi • adriana ribeiro gomes • adriana veloso ferreira biondi pinheiro • adriano e. silviera de assis • adônis pereira • aída maria rezende campos • alcilândia cristina david • alessandra de fátima g. oliveira • alfenir nunes furtado • alice ap. pacheco cordeiro • aline almeida guerra • alessandro sperandio de sá • aline de fátima costa • almir josé caixeta • aloysio josé o. filho • alysson frankjlin martins moreira • aluísio rocha moreira • ana carolina marques • ana flávia martins machado • ana karla l. carneiro • ana louzada • ana lúcia de f. fonseca • ana lúcia m. araújo campos • ana luíza de lima veloso • ana maria alquimim ramos • ana maria ramos • ana maria soares • ana paula barbosa de oliveira • ana paula machado • ana saraiva • ana zélia c. vale • anderson brito • andré rocha • andréa narra g. pongelupe • andréa scalon • andréia leão coelho • angélica constantino de almeida • angelita teixeira • ângelo vicentino da silva • anna claudya b. barbosa • antônio adónis pereira • antônio alves de araújo • antônio carlos raposo • antônio de pádua s. melo • antônio de pádua da silva nogueira • antônio dias vieira • antônio henrique drumond • antônio isauro caetano • arnaldo pedro lima • artur celso filho • augusto carlos • aurora m. castro d. silva • beatriz carvalho • beatriz penna • beatriz terraponi campos castro • bem-hur pereira • bernadete cássia nunes • berenice pinheiro • bernadete carvalho gomes • bernado campos de faria • bernardo monteiro barbosa • breno serôa • bruno antônio • bruno barbosa • bruno oliveira • calixto pereira neto • carla garófalo • carlindo josé fernandes • carlos augusto de almeida dias • carlos alberto • carlos peres caixeta • carmem elizabeth saldanha siqueira • carmem lúcia barbosa teixeira • cássia lafetá couto de carvalho • cássia rúbia toledo de lima • cássio luiz costa de almeida • cacildo ramos da cunha • celeste cardoso • celeste jovita cardosa • celina marques de oliveira • célio barbosa silva • celso ferreira • celso g. souza judson • ceni silva alvarenga • cesaltina pereira dos santos • césar cota • césar de jesus ferreira santos • cintia pinheiro tomichi • clarissa germana pereira de queiroz • claúdia azevedo • claúdia fernandes bastos • claúdia gontijo • cláudia ribeiro de alvarenga • claúdia sanctis viana • cláudia valéria amorim • cleber maia • cleber ribeiro fontes • cleusa augusta ferreira • clotilde de pádua oliveira • crisnanda pane siscar • cristina de melo • cynteria mara de o. fraga • cyntia de souza santos • dangela heloísa • daniel poyanco bravo • daniela rodrigues medeiros • danielle andrade cruz • davidson fernandes da silva • dayson h. martins • déa regina v. de f. pereira • débora maria moreira de faria • denise alvarenga • denise machado • denise pacheco • denize da penha pessali • derlio joy coelho • dirceu sasdelli perez • deryan junkert • divânia cavalcante • dora alice monduzzi • dulce magalhães • edmilsom dos santos • edmilson eustáquio figueiredo •ednilson dos santos • edson fonseca júnior • edson ivan faria diniz • edson jacomino • eduardo josé tolentino • eduardo henrique lopes • élcio gonçalves carneiro • eliana antunes vaz • eliana cleto • eliana marzulo ribeiro • eliane maria maia alcamim • eliane paulo de miranda • eliane soares bueno • elisângela p. mendes • elza cândida da silva souza • emiliana gonçalves de souza • eneida valadares pinto • euler joão geraldo silva • evaldo de souza lima • eveline trevisan • fábio ribeiro e silva • fabíola barbosa m. castro • fátima augusta de brito • fátima cristina gomes diniz cândido de araújo • fátima lúcia b. paiva • felício marteletto • felipe v. nacif • fernanda kellen salomão • fernanda santos alves • fernanda vieira batista • fernando pimenta • fernando carvalho • fernando césar bauer • fernando chiarini • fernando de pádua da silva fernandes • fernando de oliveira pessoa • fernando sérgio miranda maia • flávia caldeira mello • flávia de souza oliveira almeida • flávia mourão • flávio césar espezealli silveira • francisco bento de oliveira e silva • francisco bento francys brandenberg • geraldo afonso corrêa • geraldo vicente viveiros • geraldo herzog •getúlio tedeschi • gina silva • gisele rezende de matos • giovanni braz • giovanini glusepp a. reis • glaúcia gatti queiroga cortes • guilherme soares • guilherme willer • gustavo lira meyer • hélcio m. borges • heleninício martins • helena marchisotti de souza • hélio viana • heloísa coutinho amaral • hênio gomes de oliveira • hilda maria carvalho aguiar • humberto correa • humberto p. júnior • iara aparecida souza costa • ieda márcia da silva • ildéia otoni ribeiro • ilza conceição maurício • inês lustosa pereira • iris cabral da silva • isabel c. cardoso lima • isabel cupertino • isabel eustáquia queiroz volponi • isnard monteiro horta • ivana arruda saraiva • izabel de andrade • jade souza • jairo andrade pereira • janaína dos r. resende • janaína fernanda de macêdo • jane das dores dama • janice schimidt novaes • jaqueline campos • jaqueline fernanda vieira • joab monteiro de souza • joão bosco gariglio • joão ferreira de oliveira • joão vicente mariano • joaquim vieira neto • johny júnior borges • jorge wander barbosa • josé antônio m. barbosa • josé antônio vieira • josé carlos costa • josé coelho • josé de oliveira costa • josé eustáquio de ávila machado • josé liberato de sá moraes • josé maria f. moreira neto • josé milson costa • josé rené olandim pereira • josé roberto g. ferreira • josé valter • josé walter g. vieira • joyce fernanda • jucélia dos santos soares • juliana de oliveira • juliana m. s. campos • juliana n. azevedo • júlio césar de oliveira • júlio césar felipe • júlio de marco • júlio dimas • june leroy • júnia naves nogueira • karina melo ribeiro • karla maria vilas marques • kate lilian de lima • katia • kelly aparecida da moreira pascoal • kleber martins de almeida • kleide nea • laetícia reis veloso • laís bertola da fonseca • lázara lemos • lenio rodrigues cunha • lenir assunção • lenir de melo franco • letícia maria rezende epaminondas • liliana caixeta • lúcia capanema • luciana • luciana belli bigonha • luciana felicíssimo houri • luciana ribeiro milhomens • luciane souza cunha melo • lucivaldo porto silva • luiz augusto schmidt • luiz carlos régis loiola • luiz evânio da fonseca • luiz fernando • luiz maria ferreira • luiz henrique d. caldeira • luiz henrique p. de andrade silva • manoelinton gomes dos s. • marcelo amorim • marcelo antônio derusi • marcelo camargo • marcelo candiotto • marcelo de almeida menicucci • marcelo lamounier de miranda • marcelo thomaz sena • marcia abdo • márcia barroso • márcia junqueira • márcia mourão parreira vital • márcia nogueira de almeida • marcílio rezende santos • márcio césar gonçalves • márcio de oliveira brito • márcio josé viana reis • márcio rodrigues nunes • marco antônio de araújo • marco antônio baptista • marco antônio gomes dos santos • marco antônio oliveira • marcos antônio de oliveira • marcos evêncio • marcos marinho de lima • marcus lourenço gonçalves • margarete pinto lara • margareth cássia nunes da silva • maria aparecida arantes silva • maria aparecida correia campos • maria aparecida reis silva • maria aparecida vivas • maria auxiliadora de miranda vieira • maria caldas • maria conceição amaral renan de menezes • maria conceição • maria cristina f. magalhães • maria christina rodrigues • maria de prado • maria geralda de castro bahia • maria gezica valadares • maria josé diamante • maria josé dos santos • maria haydée miranda de moraes • maria lúcia silva • maria lúcia veloso silveira • maria luísa carneiro chaves • maria luíza brugger iglesias • maria luíza belo moncorvo • maria luíza costa pinto • maria marta amaral lima • maria silvia de almeida paz • maria terezinha moraes • maria vitória correa cavalieri • maria zulmira freitas • maria yamassaki • mariângela heloísa costa • marilda g. de souza justino • marilene consuelo de souza carvalho • marilene da conceição de souza • marília sholbi uflacker • marina portugal torres • maristela bruno de costa • maristela dos reis solano • marly conceição dos santos araújo • marsalina feliz dos santos • marta menezes • mary alice oliveira • matilde jaqueline de freitas • mauricéia aires rodrigues • maurício drumond • michelle arroyo • michele arruda lucas • milton lopes filho • miriam pereira duarte forcina • mônica álvares pires • mônica de oliveira franco latorre • mônica guisoli • mônica maria cadaval bedê • monir tahan sab • nara júlio ribeiro • natália lima boncompagni • neide maria ataíde peixoto • nelayne abdo • neli ferreira p. valente • nélio josé moraes • neusa aparecida santos • neuza rodrigues da silva xavier • nilton martins de brito • nívia cristina nascimento • neusa aganet • neuza costa • ney albert murtha • nilson josé da silva • nivia cristina nascimento • noemio a. de souza • norberto pieroni • normando damasceno afonso • odília da cunha peixoto cançado • olavo antônio de souza lima • omar josé de freitas • onir josé de freitas • oscar duval • otilie macedo pinheiro • palowa s. roberti • patrícia da gama barros • patrícia maria de souza • paula maria ferraz • paulo antoneli • paulo

roberto • paulo césar eulálio • paulo césar nogueira • paulo pires vieira • paulo roberto de padua • pedro fabiano alcântara • pio xi procópio de alvarenga • raul guilherme • regina assumpção • regina de oliveira • regina félix cardoso • ricardo coutinho • ricardo de miranda aroeira • roberto carvalho • robson rosa motti • rosângela pastana • patrícia de castro batista • patrícia regina s. de oliviera • patrícia da silva ribeiro • patrícia maria de souza • patrícia saldanha • pedro edson França • pedro veríssimo neto • perpétua fernandes • raimundo nonato • reginaldo magalhães de almeida • renata lauar • renata rocha barbosa • reinaldo nunes • roberto martins ferreira • roberto rafael guidugle filho • robson eufrásio de morais • rodolfo guazi rodrigues • rodrigo g. b. neri • rodrigo rocha de assis • rogério pena siqueira • ronaro de andrade ferreira • ronaldo pereira • rosa amélia araújo chame • rosalva alves portella • rosa lourdes fernandes henriques • rosângela olegaria bastos • rosemary neiva mendes • rosita humbertina vieira • roulo josé • rubens levi francisco • sabrina fernandes vasconcelos oliveira • sandra canno • sandra magna santos • sandra mara chaves • saulo amaral • sebastião a. teixeira filho • selma mata machado alkmin bredt • selva maria morici • sérgio luís r. carvalho • silmara maxhada • silmara m. teixeira • silvana pontel de oliveira • silvana silva rodrigues • silvana trigueiro perez • silvio n. resende • simão dos santos • simone inácio meireles • sinara inácio meireles chenna • meireles • sofia marta salomão alvarenga • sônia mara miranda knauer • sônia maria de assis • sônia rabelo coutinho • soraia rodrigues dos reis • stephanie varella • sueli prado cordeiro • suzana athayde augusto montandon • suzana rachid nunes • suzilene gonçalves ribeiro • tâmara f. chaves • tânia de lourdes viana • tânia fernandes • tânia maria de araújo ferreira • tânia maria do nascimento • tarcísio pereira de lima • téo moreira de souza • thatiany rodrigues morais • thomaz henrique generoso • tiago josé da silva • ubirajara júnior • umberto antônio da silva júnior • valdete lima bontempo • valéria braga pena • valéria de cássia • valéria de seixas ferreira • valéria dias santos • valéria ferreira da silva • vanda barroso gomes • vander lúcio bras da silva • vander luiz soares • vanessa ap. charles barros • vanessa da cruz trigueiro rocha • vanessa las casas • vanessa lúcia silva amorim • vanessa mara andrade homem • vânia aparecida pereira • vânia araújo condessa • vânia fátima de p. pinto • vera de johannes rad • vera lúcia magalhães • vera lúcia m. macedo • vera lúcia rodrigues • verônica da mata machado • verônica luzia martins • vicente marques de souza • vinicíus borges • vinícius dos santos • virgínia maria da silva ferreira • viviane aparecida dos santos • viviane de c. pedroso • wagner soares de souza • walitom alves dos santos • walmir antunes • walter amorim • wanda vaz motta miranda • walkyria morais segantini • wanda barroso gomes • wanja r. dos s. figueiras • washington rocha mendes • weber coutinho • weber dias de oliveira • weber pereira • welington da silveira • wellington leal peixoto • welton p. malta • william costa pereira • wilson santiago costa • wlamir freitas • gerência de comunicação e mobilização sociall da SCOMURBE • grupo gerencial de informática da SUDECAP • gerência de informações da SCOMURBE •

2 - PARTICIPANTES DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS

2.1 - Participantes das Pré-Conferências Temáticas

▪ *Pré-Conferência Temática de Mobilidade Urbana, Sistema Viário, Transporte Coletivo e Trânsito*

• adailton quintão filho ▪ adair lopes dos santos ▪ adair nicolau de sousa ▪ adelson horta azeredo ▪ adilson soares de oliveira ▪ adriano júnio marques ▪ afonso carneiro filho ▪ agenor vasconcelos s. neto ▪ agostinho alves ferreira ▪ ailton de pádua vieira ▪ alcebíades fernandes cavalcanti ▪ alexandre de carvalho ▪ alexandre eustáquio gomes de miranda ▪ alexandre félix evangelista ▪ alfredo josé de assis ▪ aliete da conceição rangel ▪ aline rabelo assis ▪ alípio lamas martins ▪ alípio lamas martins ▪ almir cândido da silva ▪ américo da conceição martins ▪ ana maria gomes ▪ andressa tatiana da s. amaral ▪ anésia barbosa masferrer ▪ ângelo de paiva mansur ▪ angelo vicentino silva ▪ antônio alves de araujo ▪ antônio celso ▪ antônio garcia da silva ▪ antônio gomes ramos ▪ antônio gonçalves do amaral ▪ antônio joão ramos ▪ antônio lopes valeriano ▪ antônio m. da silva ▪ antônio maurício de andrade ▪ antônio soares neto ▪ aristeu ferreira ▪ benedito amaral pitorra ▪ camilo jesuíno neto ▪ carla xênia p. m. araújo ▪ carlos alberto ambrósio ▪ carlos alberto da silva ▪ carlos alberto menezes ▪ carlos henrique ferreira gonçalves ▪ célio bouzada ▪ célio celso cruz júnior ▪ celso afonso pereira ▪ cenira rocha viveiros ▪ césar teixeira lopes ▪ charles sírio coelho ▪ cláudia ribeiro de alvarenga ▪ cláudio antônio dos santos ▪ cláudio pereira de souza ▪ creuza machado de castro gomes ▪ dalva bavaresco de naveda ▪ damião dos reis ▪ danielly borges garcia ▪ darci silva ▪ denisson silva ▪ deusuite matos ▪ dilza de fátima a silva ▪ domingos justo alves ▪ dulce de lima soares ▪ edilane fátima souza ▪ edison pinto moreira ▪ edite de abreu borges ▪ eduardo junqueira reis ▪ eduardo lima caldeira ▪ eduardo lucas ferraz ▪ eduardo machado de f. tavares ▪ edy gonçalves dos reis ▪ elcio andrade fonseca ▪ eliana marzulo ribeiro ▪ elmo andrade homem ▪ eloina mendes de oliveira ▪ ercília rodrigues martins ▪ érica de oliveira moreira ▪ érica ferreira ▪ erik prado martins ▪ euthymio salles de campos ▪ eva espírito santo silva ▪ everaldo ávila cabral ▪ evi monteiro ▪ fabiano soares e soares ▪ fábio dos santos ▪ fabíola maria lima franca ▪ felipe palma lima ▪ fernando de pinho tavares ▪ fernando lincoln de lima ▪ flávia cristina leão soares ▪ francelino ramos dos reis ▪ francisco eustáquio dos santos ▪ genésio batista simião ▪ gentil rosa ▪ geraldo magela de paula ▪ geraldo pedro samião ▪ geraldo pinto da silva ▪ geraldo serafim rodrigues ▪ geraldo vieira ▪ gilma pereira de oliveira ▪ gilson antônio lousada ▪ gina rende ▪ gisele de oliveira silva ▪ gladstone avelino britto ▪ hélio baptista ▪ hélio chagas fernandes ▪ hélio emiliano moreira ▪ heraldo alves mendonça ▪ hugo magalhães nunes ▪ humberto alvim guimarães ▪ iêda milton ▪ ignês pereira martins ▪ iracema bhering ▪ irâne corrêa lima filho ▪ isaltino de oliveira castro ▪ itamar moreira índio do brasil ▪ ivan mateus dutra ▪ ivone gonçalves dos santos ▪ jair de assis fraga ▪ jairo chaves de oliveira ▪ jakson roberto costa ▪ jesus ferreira ▪ joana coelho macedo ▪ joão batista dutra nicácio ▪ joão de deus dos reis ▪ joão de paula lima neto ▪ joão francisco baeta costa ▪ joão geraldo de almeida ▪ joão luis dos reis ▪ joão rosa de moura ▪ joaquina eliane ramos ▪ jolson tadeu lopes vieira ▪ jonas do carmo silva ▪ jorge eustáquio da silva ▪ josafá pereira ▪ josé antônio campbel ▪ josé arimatéia de oliveira ▪ josé carlos m. ladeira ▪ josé carlos mendanha ladeira ▪ josé de fátima furbino ▪ josé domingos corsino ▪ josé ferreira neto ▪ josé francisco de morais ▪ josé gabriel g. teixeira ▪ josé gonçalves pena ▪ josé marcílio oliveira ▪ josé profeta dos santos ▪ josé raimundo dos santos ▪ josé s. viveiros ▪ josé silvestre da silva ▪ josé wanderlei de paula ▪ josué cláudio de souza filho ▪ julio cadaval bedê ▪ júlio césar valério riccio ▪ juny rodoarte gontijo couto ▪ jurema beatriz figueiredo ▪ lázaro antônio vieira porto ▪ leandro vasconcelos soares ▪ leonardo barbosa de moraes ▪ leonel sebastião de moura ▪ levy fernando nunes tavares ▪ lídio dos santos costa ▪ lilian fagundes ▪ lourival ferreira ▪ lúcia helena apolinário da silva ▪ lúcia maria diniz ▪ magali rodrigues alves ▪ mara maria venâncio de souza ▪ marcelino gonçalves pereira ▪ marcelino tadeu ▪ marcos antônio de oliveira ▪ marcus vinícius ribeiro ▪ maria adélia frágola coutinho ▪ maria aparecida bayão ▪ maria aparecida prado ▪ maria aparecida vieira cardoso ▪ maria da penha pinto soares ▪ maria das dores de almeida ▪ maria das dores santos ▪ maria das dores serra ▪ maria das graças pereira ▪ maria de fátima da silva ▪ maria do carmo de noronha ▪ maria helena almeida xavier ▪ maria inês de oliva f.franco ▪ maria inês de paiva lima ▪ maria odila de matos ▪ maria teixeira de souza ▪ maria zilda gomes furbino ▪ mário ferreira da silva ▪ mário lúcio ribeiro reis ▪ mário rosa silva ▪ marta helena da silva santos ▪ maurício augusto ▪ mércia inês pereira do nascimento ▪ messias antunes da silva ▪ michelle cristina silva ▪ miguel arcanjo vieira ▪ mônica magda mendes ▪ natália aguiar mol ▪ natalício de jesus ▪ neuila silva ▪ neusa rodrigues da silva xavier ▪ nilce maciel cardeal santos ▪ nilton santos barbosa ▪ niura nice de oliveira silva ▪ nome ▪ olinto soares jardim ▪ onofra firmiano ferreira ▪ orelino cândido de oliveira ▪ orlando lobato de araújo ▪ oscar ferreira da s. neto ▪ osvaldo martins de lima ▪ otália beatriz de m. lago ▪ otaviano josé vicente pessoa ▪ patrícia félix da silva niemam ▪ patrocínia alves cruz fulgêncio ▪ paulo augusto dos santos ▪ paulo camelo ▪ paulo carvalho ▪ paulo roberto simões siqueira ▪ paulo zuquim de figueiredo neves ▪ pedro josé neves ▪ raul pinto aires ▪ reginaldo jorge dória ▪ ricardo antônio de almeida ▪ roberto de

oliveira rodrigues ▪ robson faria ▪ rogério de oliveira rezende ▪ romélia rodrigues lima ▪ rosalvo fabiano frias ▪ rui brito de azevedo ▪ sandra da conceição m. neves ▪ sandra maria orleans ▪ sandra maria penaforte ▪ sebastião ambrósio ▪ sebastião josé ambrósio ▪ sebastião martins de sousa ▪ sérgio luiz manini de castro ▪ sérvulo batista alves ▪ sônia maria da silva niemam ▪ sueli lisboa ▪ tácio francisco porto lemos ▪ tânia maria novais ▪ terezinha eva de a. santos ▪ valdir cardoso ▪ valéria gomes santos ▪ vera cristina de s. lima ▪ vera lúcia borborema ▪ wagner veiga ▪ waldir margarida ▪ walter raymundo amorim ▪ washington rodrigues da silva ▪ welton antônio gomes ▪ wilson soares ▪ yuzo sato ▪ zélia marlene teixeira ▪

▪ *Pré-Conferência Temática de Controle Urbano e Patrimônio Histórico*

• adilson vieira de rezende ▪ adilza maria linhares corrêa ▪ afonso eustáquio santiago ▪ alberto luís teixeira ▪ altamir josé de barros ▪ ana cristina martins lages ▪ ana flavia martins machado ▪ ana flávia martins machado ▪ ana maria de alquimim ramos ▪ ana paola da silva alves ▪ ana rennó ▪ andréa s.a silva ▪ andres werner césar l. campos ▪ ângela righi marco ▪ ângelo vicentino silva ▪ antônia da c. bezerra de souza ▪ antônio carlos de souza ▪ antônio carlos pereira ▪ antônio luiz tenulta ▪ antônio marcos t. pereira adelino ▪ argentino costa de oliveira ▪ arnaldo fonseca filho ▪ beatriz morais ribeiro ▪ belchiolina cândida da silva ▪ benedita rodrigues pereira ▪ berenice ferreira de lima ▪ bernardo campos de faria ▪ carlos henrique bicalho ▪ cássio luiz c. almeida ▪ catherine fonseca alves horta ▪ césar de jesus ferreira santos ▪ cláudia silveira ▪ clênio alberto argolo lopes ▪ dalva bavaresco de naveda ▪ dayson honorio martins ▪ décio chami ▪ dênio rodrigues fernandes ▪ dercelis miranda nogueira mol ▪ dora alice monduzzi ▪ edicarlos luiz ▪ edir valente do carmo ▪ edna nunes gomes ▪ edson fonseca júnior ▪ edson fonseca júnior ▪ eduardo josé tolentino ▪ eduardo kupperman ▪ euthymio salles de campos ▪ eva maria vale da silva ▪ evaristo garcia de mattos ▪ fátima augusta de brito ▪ felipe palma lima ▪ fernanda vieira batista ▪ fernando c. bauer de assis ▪ fernando luiz do espírito santo ▪ flávio henrique verli ▪ flávio lúcio cardoso ▪ francisco antônio freitas costa ▪ francisco bento o. filho ▪ françois marie lewden ▪ geraldo eustáquio de carvalho ▪ getúlio tedeschi ▪ gilmar evangelista da silva ▪ gilmara de castro o c.francisquini ▪ gina rende ▪ gislene gonçalves dos reis ▪ gladstone avelino britto ▪ gláucia e. de aguiar ▪ guilherme g. de mendonça ▪ gustavo torres gazzinelli ▪ helena marchisotti ▪ hélio chagas fernandes ▪ hermes pereira dias ▪ iraci miranda pereira ▪ izabel queiroz volponi ▪ joany machado ▪ joão bosco senra ▪ joão de paula lima neto ▪ joão geraldo de almeida ▪ joaquim gomes cupertino ▪ jorge fernando vilela ▪ josé amador ribeiro ubaldo ▪ josé antônio nunes da silva ▪ josé de fátima furbino ▪ josé eduardo begiatto ▪ jose gustavo pena ▪ leandro lúcio a cunha ▪ leandro morais de carvalho pinto ▪ letícia mourão cerqueira ▪ liana valle ▪ lorelai schneider ▪ lúcia maria diniz ▪ lucia mendes barbosa ▪ luciana conegundes de freitas ▪ luciana felicíssimo houri ▪ luciana monteiro carvalho ▪ lucivaldo porto silva ▪ luiz fernando carceroni ▪ luiz gustavo fortim m. teixeira ▪ luiz otávio fonseca ▪ luiz sinhorelli neto ▪ magali rodrigues alves ▪ marcelo amorim ▪ márcio roberto lima ▪ márcio sollero filho ▪ marco antônio de oliveira ▪ marco aurélio c. coelho ▪ marcos marinho de lima ▪ margarete pinto lara ▪ maria auxiliadora de m. moreira ▪ maria cristina rodrigues ▪ maria das dores melo ▪ maria das dores santos ▪ maria de lourdes s. de magalhães ▪ maria ferreira neto ▪ maria helena almeida xavier ▪ maria luísa carneiro chaves ▪ maria teixeira de souza ▪ mariana guimarães brandão ▪ marilene consuelo souza carvalho ▪ marinês beling da silva ▪ marsalina feliz dos santos ▪ marsalina feliz dos santos ▪ maurêncio de carvalho assis ▪ maurilio eustáquio t.s.martins ▪ mércia inês pereira do nascimento ▪ milton reis ▪ neila batista ▪ nerly pascoalina evangelista ▪ neusa dos santos gomes ▪ neusa rodrigues da s. xavier ▪ nicolau mendes de lima ▪ norberto pieroni ▪ orelino cândido de oliveira ▪ paloma pessoa nogueira ▪ paulo henrique rodrigues ▪ paulo roberto l. fernandes ▪ paulo zuquim de figueiredo neves ▪ pedro josé neves ▪ pio procópio de alvarenga ▪ plácido pinto magalhães filho ▪ raul pinto aires ▪ regina gomes fernandes ▪ regina lúcia rabelo e silva ▪ roberto carlos r alves ▪ robson da costa meira ▪ rodolfo nazareth junqueira fonseca ▪ rodrigo peres ▪ rogério pena siqueira ▪ rômulo augusto drumond ▪ rubens ribeiro leite ▪ sandra pereira ▪ silvana juvelina dos santos ▪ sônia maria petronilho magalhães ▪ suely frauches sollero ▪ surya noara januário ▪ tamara fraga r. chaves ▪ tereza bruzzi ▪ valéria marques lara ▪ vanessa de cassia viegas conrado ▪ vicente alves guedes ▪ vladimir henrique scheid ▪ wanderson luiz b. albuquerque ▪ wanir notini pereira filho ▪ washington herdes figueiredo ▪ weber pereira ▪ wellington da silveira ▪ yuzo sato ▪

▪ *Pré-Conferência Temática de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento*

• adailton brandião ▪ adelaide aparecida lopes ▪ adilsa maria linhares correia ▪ adriane eustáquia a. carvalho ▪ afonso eustáquio santiago ▪ aliete da conceição rangel ▪ altair roberto de carvalho ▪ amarildo vieira matheus ▪ ana cristina mendes barros ▪ ana maria vivas rocha ▪ ana paula tymburiba ferreira ▪ andréa fróes ▪ andréa pereira fróes ▪ângela mendonça evangelista ▪ angelo vicentino silva ▪ antônio alves da silva ▪ antônio aniceto ▪ antônio carlos de souza (hom) ▪ antônio leite alves ▪ antônio nonato de oliveira ▪ antônio thomaz mata machado ▪ antônio victor de s. sobrinho ▪ antônio vitor de souza sobrinho ▪ antônio walter evangelista ▪ argentino costa de oliveira ▪ artur celso filho ▪ aurora pederzoli ▪ ayrton rocha ▪ beatriz ferreira campos ▪ beatriz maria costa penna ▪ belchiolina cândida da silva ▪ berenice ferreira de lima ▪ bibiana ferreira de carvalho ▪ brasilina maria de oliveira ▪ camila moreira de assis ▪ carlos antônio ligeiro ▪ carlos conrado pinto coelho ▪ carlos damasceno s. l. pereira ▪ carlos roberto serra ▪ carlúcia da costa corrêa ▪ carlyle mendes coelho ▪ carmem barbosa França ▪ cassimiro josé de souza ▪ cássio h. versiani veloso ▪ catherine fonseca alves horta ▪ célia de fátima machado ▪ charles martins dos santos ▪ cícero antônio a catapreta ▪ cinira íris de oliveira ▪ cláudia de s. viana ▪ cláudia júlio ribeiro ▪ cleinis de faria e silva ▪ clemer natali de borba ▪ clênio alberto argolo lopes ▪ cleusa dos santos ferreira pinto ▪ clóvis barbosa ▪ dablo diaquines ▪ dalbo diáquenes ▪ dalva bavaresco de naveda ▪ dalva estela leite nascimento ▪ dalva imaculada de carvalho ▪ denise felício silva ▪ dercelis miranda nogueira mol ▪ diana oliveira pena ▪ dimas barreira furtado ▪ edicarlos luiz ▪ edina teixeira barbosa ▪ edmundo mário menezes ferraz ▪ edna de fátima tomazilli ▪ edna nunes gomes ▪ efigênia maria santos xavier ▪ elina souza santos ▪ elizabete alves ferreira ▪ emerson freitas assis ▪ emilson miranda ▪ érica ferreira ▪ esdra almeida mota ▪ eugênio guimarães netto ▪ euthymio salles de campos ▪ eva irena kurek ▪ evaldo de souza lima ▪ fabiana aparecida de jesus ▪ fabiana da silva batista ▪ felipe palma lima ▪ fernanda márcia machado ▪ fernanda vieira batista ▪ fernando torres negreiros ▪ flávia lúcia coelho mota pinheiro ▪ flávio lúcio cardoso ▪ francisco carlos de assis filho ▪ gabriela maria de lima ▪ geraldo eustáquio de carvalho ▪ geraldo magela carvalho da silva ▪ geraldo magela da silva ▪ gilda helena barbosa leal ▪ gilmara de castro o c.francisquini ▪ gislene gonçalves dos reis ▪ gladson de castro oliveira campos ▪ gladstone avelino britto ▪ gláucia félix lopes ▪ graziele gonçalves nascimento ▪ gustavo varella amorim ▪ hélcio martins borges ▪ hélio chagas fernandes ▪ hélio emiliano moreira ▪ hélio marques de souza ▪ heloísa schmidt de andrade ▪ henrique barreto dos santos ▪ heron dos santos brito ▪ hugo magalhães nunes ▪ ilda maria pereira ▪ ilma coelho de alencar ▪ iraci miranda pereira ▪ itamar de paula santos ▪ izabel dias de oliveira melo ▪ izabel góes cupertino ▪ izaias p. costa ▪ jamir nunes coelho ▪ janaína jamarino rosa ▪ jefferson bernardes j. l. fratano ▪ jessica naiara soares oliveira ▪ joana da conceição c. paranhos ▪ joany machado ▪ joão ataíde torres valadares ▪ joão bosco senra ▪ joão geraldo de almeida ▪ joão henrique reis f. de melo ▪ joão pereira de mello neto ▪ joaquim góes cupertino ▪ johnny júnior borges ▪ jorge lúcio diniz ▪ josé amador ribeiro ubaldo ▪ josé bertoldo neto ▪ josé carlos costa ▪ josé cláudio n. vieira ▪ josé de fátima furbino ▪ josé dias de carvalho ▪ josé geraldo bemfica ▪ josé milson pereira da costa ▪ josé roberto borges champs ▪ josiane matos ▪ juliana corrêa maioli ▪ juliana de fátima dias ▪ juliana koeppel ▪ karla danielle p. rocha ▪ karla maria vilas marques ▪ kátia das graças de almeida ▪ lara cristina dos s. guimarães ▪ leandro parreiras de almeida ▪ leonardo mattos ▪ lerival alves ribeiro ▪ levy fernando nunes tavares ▪ lidia batista moreira de andrade ▪ lídia praça ▪ liliana arantes junqueira caixeta ▪ lindaura rosa dos santos leal ▪ lúcia de fátima carvalho ▪ lúcia helena apolinário da silva ▪ lúcia maria diniz ▪ luciana felicíssimo houre ▪ lucio borges ▪ lucy conceição caldeira ferraz ▪ luiz cláudio da silva mayer ▪ luiz de moraes rezende ▪ luiz márcio mendes ▪ luna elizabeth matos ▪ magali rodrigues alves ▪ mara adelina m. mesquita ▪ marcelo antônio berussi ▪ marcelo antônio derussi ▪ marcelo ernesto silva ▪ marcelo luiz da cunha labruna ▪ marcelo rezende monteiro ▪ marcelo rocha matos ▪ márcia gonçalves da silva ▪ márcia rodrigues o moreira ▪ márcio antônio alves de

freitas ▪ márcio cerqueira batittucci ▪ márcio roberto lima ▪ marcos alves evangelista ▪ marcus vinícius da silva ▪ margarida da solidad soares ▪ maria conceição neves carvalho ▪ maria crisóstoma ramos ▪ maria cristina venturini soares ▪ maria da consolação cunha ▪ maria da penha pinto soares ▪ maria da piedade lima ▪ maria das dores almeida ▪ maria das dores l. da rocha ▪ maria das dores melo ▪ maria das dores santos ▪ maria das graças h. cassimiro ▪ maria das graças pereira ▪ maria de lourdes fernandes neto ▪ maria do carmo moreira ▪ maria edwirges de souza ▪ maria félix ▪ maria luísa carneiro chaves ▪ maria luiza tomé ▪ maria patrícia garcia e souza ▪ maria stella neves pereira ▪ maria teixeira de souza ▪ maria tereza de oliveira ▪ maria terezinha brandão ▪ mariluce bretas de o freitas ▪ mário lúcio silveira de queiroz ▪ marlúcio ferreira de jesus ▪ marsalina feliz dos santos ▪ marta auxiliadora ferreira ▪ maurício martins da costa ▪ mércia inês p. do nascimento ▪ míriam de jesus coelho ▪ míriam figueiredo veloso ▪ monir tahan sab ▪ murilo carneiro pereira ▪ navilia fernanda gonçalves ▪ neide peixoto ▪ neila batista ▪ neusa dos santos gomes ▪ neusânia rodrigues teles ▪ neusinha costa ▪ nísio de sousa armani ▪ norberto stephano irsigler ▪ orelino cândido de oliveira ▪ orion boncompagni júnior ▪ osvaldo machado ▪ otaviano josé vicente pessoa ▪ paloma pessoa nogueira ▪ patrícia dayrell chernicharo ▪ paulo afonso barroso ▪ paulo henrique pereira de sá ▪ paulo henrique rodrigues ▪ paulo nélio rezende ▪ paulo sérgio versiani de castro ▪ pedro alves de oliveira ▪ pedro francisco de souza ▪ pedro paulo ferreira dos santos ▪ poliana de castro ▪ rafael reis rocha ▪ raimundo machado filho ▪ raul pinto aires ▪ regina gomes fernandes ▪ regina lúcia rabelo e silva ▪ renata ferreira j. de miranda ▪ reuter ferreira júnior ▪ ricardo de oliveira sepúlveda ▪ ricardo michel jeha ▪ rita de cássia m santana ▪ rita de cássia marques m. santana ▪ roberto dos santos ▪ roberto márcio de andrade ▪ robson da costa meira ▪ robson eufrásio de moraes ▪ robson ricardo machado ▪ rodolfo cascão inácio ▪ rodrigo a v. almeida ▪ rodrigo alves ▪ rodrigo fabiano said ▪ romélia rodrigues lima ▪ ronaldo manassés ▪ rosa aparecida antunes ▪ rosângela mendonça teles ▪ roseli carlos brandão ▪ rosilene martins januária ▪ rubens andrade ▪ sandra luzia rodrigues faria ▪ sandra machado fiúza ▪ sandra rodrigues c. valle ▪ sebastião marques da cunha ▪ selina da cunha elian ▪ sérgio augusto alves de oliveira ▪ seuza matos marques ▪ shirlene maria peixoto ▪ shirley novaes bacelar ▪ shirley valeria martins santos ▪ silvana maria bernardes caldeira ▪ silvana silva rodrigues ▪ sirone luz ferraz ▪ sônia de fátima rabelo coutinho ▪ sônia maria conceição ▪ sueli lisboa ▪ sueli silva dos reis ▪ sulamita j. rosa ▪ surya noara januário ▪ suzana viegas batista ▪ telson emmanuel f. crespo ▪ terezinha de oliveira rocha ▪ terezinha França ▪ vades teresa oliveira ▪ valdete geralda de oliveira ▪ valéria galvão rezende sena ▪ vando eurípes silva ▪ vânia simão jorge ▪ vera cristina de s. lima ▪ vilma emerenciana de souza ▪ vilma schiffinei de andrade leão ▪ vilmar serafim costa ▪ vilmar souza paim ▪ viviane da silva caldeira marques ▪ viviane lúcia carneiro ▪ walace heron martins ▪ waldir margarida ▪ wanderson luiz b. albuquerque ▪ wanir notini pereira filho ▪ weber coutinho ▪ weber de avelar silva ▪ wilson lucas laurindo ▪

▪ *Pré-Conferência Temática de Habitação, Vilas e Favelas*

• adélia da conceição ▪ adilson marques fernandes ▪ adir viera de lima ▪ adriana alves rubens ▪ adriana g. dos reis ▪ adriana lanza de oliveira ▪ adriana souza rosa ▪ adriano de moura ▪ adriano marlon candido ▪ adson pereira reis ▪ alcides pereira da silva ▪ aldair barbosa ▪ aldeni santos pinheiro ▪ aldileuza rodrigues ferreira de jesus ▪ aleandro pereira santos ▪ alessandra lopes dos santos ▪ alex sandra ferreira dos santos ▪ alexandra pereira da silva ▪ alexandre carneiro souto ▪ alexandre felix evangelista ▪ alfio conti ▪ alice da silva moreira ▪ altamir josé de barros ▪ ana maria gomes ▪ ana maria m. campos ▪ ana mendes barbosa ▪ ana paula ferreira de oliveira ▪ ana tania de lana silva ▪ anarey de jesus ▪ andreia gonçalves dos reis ▪ angela maria dos santos ▪ angela mendonça evangelista ▪ angelica lopes de miranda ▪ angentino costa de oliveira ▪ antônia dos santos carvalho ▪ antônio aleano barbosa ▪ antônio alves da silva ▪ antônio carlos rosa junior ▪ antônio carlos santos guimarães ▪ antônio cosme damião pereira ▪ antônio de oliveira marcão barbosa ▪ antônio nogueira ▪ aparecida de fátima ferreira costa ▪ aparecida luiza de paula ▪ aparecida maria rodrigues ▪ aparecida silva dos santos ▪ aparecida soares ▪ arlete vitória marques de oliveira ▪ armando vignoli ▪ aurea cristina dias dos santos ▪ aurea mariza hott lacerda ▪ ayna maura roldão gomes ▪ barbara kelly ▪ beatriz carvalho de souza ▪ beatriz lima bezerra ▪ beatriz machado da silva ▪ belchiorina candida ▪ berenice ferreira de lima ▪ bernadete prado v. alves ▪ branca teixeira perocco ▪ braulio de magalhães santos ▪ carla fabiana rocha amaral ▪ carla xênia perdigão magalhães de araújo ▪ carlos alberto dias ▪ carlos augusto de almeida dias ▪ carlos ferreira dos santos ▪ carlos peres caixeta ▪ carlos roberto florencio ▪ carolina ribeiro cruz ▪ carolina tavares guerra ▪ cassio ferreira borges ▪ célia santos lima ▪ celio david da silva ▪ célio ferreira antunes ▪ celiomar porto de souza ▪ celso carlos patrocínio ▪ cintia miranda de carvalho ▪ cláudia a.reis ▪ cláudia fonseca passos ▪ claudinéia ferreira jacinto ▪ claudio lúcio ferreira costa ▪ cláudio rezende ribeiro ▪ claudomiria teresa de freitas ▪ cleide aparecida bento ▪ cleiton ricardo de oliveira ▪ cleusa maria de fátima nascimento ▪ coraci maria de oliveira ▪ cornélia de souza pimenta ▪ crécia valadares martins ▪ creusa gomes da cruz ▪ cristiane eliza de brito resende ▪ cristiano lopes de miranda ▪ cristina aparecida necodemos ▪ cristovão augusto s. junior ▪ daniel dos santos ▪ daniel rosa da cruz ▪ daniel vieira dos santos ▪ danielle duarte de oliveira ▪ darci fernandes de freitas ▪ darli eurides de oliveira ▪ davidson ferreira ▪ débora m. moreira de faria ▪ dejanira dos santos boldini ▪ denise da penha pessali ▪ denise de paula ribeiro menezes ▪ dernival luiz dias ▪ dilma lopes de oliveira ▪ dilma maria da silva ferreira ▪ divina pereira silva ▪ djalma silva ▪ doravania das graças caldeira dos santos ▪ dulcegleide cruz lordello ▪ edileis de araujo dos santos ▪ edina teixeira barbosa ▪ edith morais pinto ▪ edna alves de oliveira ▪ edna aparecida gomes ▪ ednéia aparecida de souza ▪ edson bras ▪ edson ferreira de jesus ▪ edson nunes de jesus ▪ eduardo moreira reis ▪ eleni viana da silva ▪ elenir de fátima braga ▪ eliana dias de oliveira carlos ▪ eliana silva ▪ eliane m. maia alkmim ▪ eliane marques serafim ▪ elisangela aparecida sudré ▪ elisângela gonçalves dias ▪ elizabeth alves ferreira ▪ elizamara arruda gonçalves costa ▪ elizete martins coelho ▪ eloina mendes de oliveira ▪ elza luciana da silva ▪ elza pereira de souza ▪ emanoel teixeira de oliveira ▪ emerson bergh ▪ empilio massola ▪ eni aparecida pedro ▪ ercília da graça conceição ▪ erevsito garcia de matos ▪ eriberto josé lopes ▪ erica daniela augusta ▪ erlândia de oliveira lima ▪ érlia esteves benevides ▪ eroleldes pereira dos santos ▪ esmeraldo ribeiro ▪ estelita silva soares ▪ eulália regina pires de freitas mendes ▪ eunice regina brant ▪ eva juliana mendes ▪ evaristo pereira de souza ▪ fábio do santos ▪ fabio dos santos ▪ fátima regina de castro ▪ felito martins de souza ▪ fernanda antônia candido ferreira ▪ fernanda aparecida de britto ▪ fernando pinheiro bastos ▪ fernando rodrigues nascimento ▪ flavio ferreira de oliveira ▪ franci rozani abreu ▪ francisca mares ▪ françois marie lewden ▪ francisco neto da silva ▪ geselane dos santos serafim ▪ geni lourdes pimenta mendes ▪ geralda amaral silva ▪ geralda maria da silva soares ▪ geralda maria de souza ▪ geralda rodrigues da silva ▪ geraldo justino da trindade ▪ gilberto marques ▪ gilmar antônio de oliveira ▪ gilson silva ▪ giorgio capitanio ▪ girlains henrique da silva ▪ gisela fatima de jesus paula ▪ gislene gonçalves dos reis ▪ gladis freitas oliveira ▪ gláucia magalhães de souza ▪ gláucia regina da silva reis ▪ guiemberg fernandes ▪ guilherme França de souza ▪ hélcio borges ▪ helio emiliano moreira ▪ heloina alves de jesus ▪ heloisa cristina de souza ▪ heloísio antonio godino ▪ henrique junior de souza ▪ heveline do rosário melo santos ▪ hildionice martins de oliveira ▪ horizontina bernardes da silva ▪ hudson salgado santos amaral ▪ idalina gomes da silva ▪ ieda pereira da silva ▪ ionatos chaves ribeiro ▪ iranildes pereira da silva ▪ irene gomes araujo ▪ irene lopes bitencout ▪ iris de souza almeida ▪ isabel cristina dias ▪ isabel de souza ferreira ▪ isabel mendes de araujo ▪ itagório célio dos santos ▪ izabel aparecida da mata santos ▪ izabel dias de oliveira melo ▪ jackson cardoso dos santos ▪ jackson roberto pereira costa ▪ jair caetano da silva ▪ jair pereira amaral ▪ janaina janarino rosa ▪ jaqueline rosas ▪ jean pierre henrique cardoso ▪ jeanne grazielle dos santos ▪ jefferson bernardes j. de lima ▪ jeni gomes ▪ jesus avelino de faria ▪ joana almeida santos ▪ joana coelho de macedo ▪ joão batista de souza ▪ joão batista laudino ▪ joão batista neves ▪ joão geraldo de almeida ▪ joão paulino dias ▪ joão pereira dos santos ▪ joão vital de andrade ▪ joaquim maurilio santos ▪ joeliza ramon da costa ▪ josé abílio belo pereira ▪ josé aparecido ferreira ▪ josé borges de oliveira ▪ josé da costa ▪ josé da costa santos ▪ josé delfrangue rodrigues ▪ josé elidio cunha ▪ josé francisco oliveira silva ▪ josé geraldo da cruz ▪ josé geraldo nascimento ▪ josé luiz barbosa ▪ josé luiz camilo ▪ josé mário ▪ josé soares diniz neto ▪ josé tarcísio caixeta ▪ josé veríssimo pinto ▪ joselia do nascimento lopes ▪ josiane gonçalves silva ▪ josiane suellen dos santos ▪ jucelina soares ▪ julanita jamario rosa ▪ júlia laura campos ▪ julia margarida de souza ▪ juliana correa maioli ▪ juliana gonçalves ▪ júlio césar bernardes ▪ julio cesar de souza ▪ júnia

naves nogueira ▪ jurandir dos santos a da silva ▪ karla aparecida da silva jardim ▪ katia campos ▪ katia moreira dos santos ▪ kellen vanete ▪ laura maria rodrigues ▪ leandro morais de carvalho pinto ▪ leda aparecida m. silva ▪ leila aparecida bernardes ▪ leila vânia silva brandão ▪ leonardo pericles ▪ leonel sebastião de moura ▪ leopoudina daniela sardinha ▪ letícia mourão cerqueira ▪ lilian von vollenger ▪ lindalva eleotério gonçalves ▪ luci pereira da cunha ▪ lucia beatriz leal ▪ lúcia do rosário ribeiro ▪ lúcia helena da silva ▪ luciana angélica de sá machado ▪ luciana nunes ferreira ▪ luciano freda costa ▪ lúcio geraldo da silva ▪ luiz gonzaga ▪ luiz pereira de oliveira ▪ luiz rosa de lima ▪ luiza cristina p. moreira ▪ luzia coutinho ▪ luzia ferreira campos ▪ luzia maria alves de castro ▪ madir regina moreira de araujo ▪ manuelito josé de souza ▪ manusa dalva da silva ▪ manzito amaral dias ▪ marcelo ferreira antunes ▪ marcelo ferreira da fonseca ▪ márcia fernandes ferreira ▪ márcia maria romero ▪ marcilene de souza ferreira ▪ marcio crivellari ▪ marcionilio pereira de souza ▪ marco aurélio luzia ▪ marcos antônio do santos ▪ marcos aurélio lopes florentino ▪ marcos oliveira tavares ▪ margarete ozana de barcelos rocha ▪ margarette c. lacerda souza ▪ margarida paula da silva laudelino ▪ maria alexandre mota ▪ maria almeida nascimento ▪ maria alves de souza ▪ maria amélia de jesus neta ▪ maria amélia tavares ▪ maria angélica franco pradis ▪ maria aparecida alves cordério ▪ maria aparecida alves dos reis ▪ maria aparecida da silva ▪ maria aparecida da silva de souza ▪ maria aparecida de almeida ▪ maria aparecida fernandes ▪ maria aparecida ferreira almeida ▪ maria aparecida nicolau do prado ▪ maria apolônia do nascimento ▪ maria auxiliadora pereira ▪ maria conceição santos ▪ maria cristina alves santos da cruz ▪ maria cristina brant ▪ maria cristina dos santos cunha ▪ maria cristina villefortte ▪ maria da conceição alves ▪ maria da conceição pimenta ▪ maria da cruz albânia leite ▪ maria da glória batista ▪ maria da luz de freitas ▪ maria da penha ▪ maria da penha campos vieira lana ▪ maria da penha correa leborio ▪ maria da penha farias cruz ▪ maria das dores dos santos ▪ maria das dores garandy pitorra ▪ maria das dores gomes dos santos ▪ maria das graças de araújo ▪ maria das graças ferreira ▪ maria das graças ferreira ▪ maria das graças moreira triunfo ▪ maria das graças pereira ▪ maria de f. lopes faria ▪ maria de fátima bastos ▪ maria de fátima marques soares ▪ maria de fátima reis andrade ▪ maria de jesus ferreira oliveira ▪ maria de lourdes alfredo ▪ maria de lourdes ferreira ▪ maria de lourdes lima ▪ maria de lourdes neves ▪ maria de lourdes oliveira ▪ maria de lourdes pereira godoi ▪ maria do carmo silva ▪ maria do socorro rodrigues da cunha ▪ maria flor de maio ▪ maria flor de maio mares oliveira ▪ maria geralda motta ▪ maria gorete silva ▪ maria helena de deus ▪ maria helena de l. godinho ▪ maria henriqueta arantes ferreira alves ▪ maria idelma businatto tomas ▪ maria ines tavares ▪ maria josé soares ▪ maria lucia costa ▪ maria lúcia de fatima ▪ maria lúcia ferreira de freitas ▪ maria lúcia pereira de loiola ▪ maria lúcia vitor ▪ maria luiza silva carmen ▪ maria madalena da silva ▪ maria madalena felipe ▪ maria madalena guerra arcanjo ▪ maria nazaré da silva ▪ maria noberta s. da fonseca ▪ maria olina de jesus ▪ maria salomé pereira rosa ▪ maria sebastiana de jesus santos ▪ maria teixeira de souza ▪ maria teotônia vilela da silva ▪ maria teresa de a g. nogueira ▪ maria thereza de oliveira ▪ maria vicentina de oliveira ▪ mariana prandini fraga assis ▪ marilene alves ▪ marileusa da silva luz ▪ marilia da paz ▪ marilio vicente martins ▪ marinalva soares pereira ▪ mario lucio da costa ▪ marisa aparecida fonseca ▪ maristela de morais ▪ marlene rodrigues da silva ▪ marlucia da silva paixão ▪ marta maria da silva ▪ mary de padua ▪ massalina feliz dos santos ▪ maura amaral ▪ mauricio a silva moreira ▪ mauricio martins da costa ▪ maurilio deolindo dos santos filho ▪ mirela ramos ▪ miriam dos santos orsine ▪ moizés josé de freitas ▪ monica aguiar de souza ▪ myrtô aúrea de lima machado ▪ nádia maria capanema ▪ nadir de jesus tiengos da silva ▪ naiara priscila da mata santos ▪ natividade bertolino ▪ neide maria deoliv. socoli ▪ neide resende de andrade ▪ neli de souza silva medeiros ▪ nelson antônio de senna manta ▪ neusa aparecida teodoro ▪ nicea eduardo palmeira ▪ nilcélia mendes peregrino ▪ nilda silva de oliveira ▪ nilton de oliveira ▪ noemi rita alves ▪ norivalina pereira dos santos ▪ norma lúcia da rocha barbosa ▪ olga maria cândido ▪ olga miranda da silva ▪ olivina aparecida dos santos ▪ ornei pereira borges ▪ otaviano josé vicente ▪ otavio augusto lopes viana borges ▪ otilia de amorim ▪ patrícia campos cima ▪ paulo cesar carvalho mendes ▪ paulo roberto de souza lima ▪ paulo roberto silva ▪ penina arruda gonçalves ▪ perlina oliveira amaral ▪ porficio alves da silva ▪ rafael de oliveira alves ▪ raimundo batista amaral ▪ raimundo eleotério da silva dias ▪ raimundo nonato de souza ▪ raimundo pereira de oliveira ▪ ralfo de souza almeida ▪ raquel guimarães nunes ▪ regina aparecida nepomuceno ▪ regina gomes fernandes ▪ reinaldo diones barbosa da silva ▪ renan soares de sena ▪ renata marques de oliveira ▪ renato alves ▪ renato godinho navarro ▪ reni teixeira diniz ▪ resiane patrícia assunção ▪ rita soares ▪ roberta barbosa dias ▪ roberto dias santana ▪ roberto silvestre ▪ robson da costa ▪ rodolfo nazareth junqueira fonseca ▪ romney batista ▪ romualdo marcos da silva ▪ ronaldo araujo pedron ▪ ronaldo josé pinto ▪ ronaldo willer ▪ rosa de jesus leão ▪ rosana gomes soares ▪ rosana pereira da cruz ▪ rosane da silva costa rocha ▪ rosângela aparecida garandy pitora ▪ rosângela chaves dos santos ▪ rosângela de portugal santos ▪ rosângela natalia santana de castro ▪ roseana nicolau ▪ roseli bahia barbosa ▪ rosely c. augusta ▪ rosimeire dos reis marinho ▪ rosimeire gomes de jesus ▪ rosimeire hilario ▪ ruth dias pacheco ▪ salmira elma martins ▪ salustiana pereira pardinho ▪ sander grey da cunha ▪ sandra camargos alves de oliveira ▪ sandra da conceição ▪ sandra maria de oliveira ▪ sandra silar ▪ sebastiana rita dos santos ▪ sebastião francisco de oliveira ▪ sebastião josé ambrósio ▪ sebastião pereira dos santos ▪ sebastião pires ▪ selma cardoso ▪ sérgio augusto a de oliveira ▪ shirlene dutra de souza ▪ shirlene maria nunes peixoto ▪ shirley lopes sergio ▪ shirley rocha de jesus ▪ simael goes ▪ sirlene augusta santos ▪ sirlene queiroz serapião ▪ solange a. do espírito santo ▪ solange fonseca de araújo ▪ solange silveira rosa ▪ sônia francisca de carvalho silva ▪ stela maria leão ▪ subanita januário rosa ▪ sueli de oliveira santos ▪ sueli dos santos ▪ sueli lisboa ▪ sueli xavier de oliveira ▪ suely antônia xavier da conceição ▪ suzana valério ribeiro ▪ swya noara januário ▪ tânia mara de jesus assis ▪ tarcísio adriane cardoso ▪ terezinha de jesus cardoso ▪ terezinha de jesus cardoso ▪ terezinha pinheiro costa ▪ tiago penna braga ▪ ultimonato vial ▪ valdete da silva cordeiro ▪ valdete lima bontempo ▪ valéria dos santos porto ▪ valéria fernandes da silva ▪ valéria maria leite ▪ valter malaquis rezende ▪ vanda chagas dos reis ▪ vanda de oliveira ▪ vanda lívia alves ▪ vania de fatima ferreira ▪ vânia de fátima guimarães ▪ vânia resende debier ▪ vera cristina de oliveira ▪ vera lucia vieira ▪ vicente josé fiuza ▪ vilma conceição de souza ▪ virlane batista da silva ▪ vitória aparecida dos santos ▪ wagner xavier de andrade ▪ walkiria campos ▪ walkiria da silva dias ▪ walkiria teofilo gomes ▪ walteades chaves dos santos ▪ walter muniz dos santos ▪ warley da cruz soares pereira ▪ warly de lima ▪ wedson gomes de souza ▪ welington de carvalho rezende ▪ willer jabour de alvarenga ▪ zenith maria dos santos ▪ zildeleia oliveira nascimento ▪ zozina meira da silva ▪

2.2 - Participantes das Pré-Conferências Regionais

▪ *Noroeste*

• adriana de jesus silva ▪ adriano lúcio dos santos ▪ agnelo josé felipe ▪ alberico josé de paula ▪ aloísio ozório santana ▪ ana cláudia franhe de almeida ▪ anderson luiz pereira ▪ angela augusto soares ▪ antonio agnaldo gomes colen ▪ antônio amâncio de figueiredo ▪ antônio arcanjo silva ▪ antonio carlos de castro ▪ antônio das mercês ▪ argentino costa de oliveira ▪ ariadne lúcia lino ▪ aristides beirigo d'anunciação ▪ arlindo dos anjos moreira ▪ arnaldo renê rodrigues ▪ beatriz de assis alves ▪ belchiolina cândida da silva ▪ camilo edson de oliveira lara ▪ camilo jesuino netto ▪ carlos antônio dos reis gomes ▪ carlos luiz rodrigues ▪ carlos vago ▪ carmem barbosa França ▪ celia alves pereira ▪ claudemiro teixeira carvalho ▪ cleber aleixo santos ▪ cristiano faria de melo ▪ dalbo diaquines g. dos santos ▪ dalva estela do nascimento ▪ daniel martins silva ▪ daniel rossi ▪ daniel sanches de medeiros ▪ deijamíra boldriní dos santos ▪ djalme josé bois ▪ domício argeu da silva ▪ edmeia de oliveira faria ▪ edson zica de azevedo ▪ eliane arruda gonçalves mendes de miranda ▪ elma pereira cruz ▪ emerson rodrigues de assunção ▪ eraldo cota de oliveira ▪ euro França mesquita ▪ evandro vieira dos santos ▪ fábio dos santos ▪ fátima de oliveira ▪ francisco esutáquio dos santos ▪ francisco ribeiro da silva ▪ françois marie lewden ▪ frederico motta de carvalho ▪ geralda maria vieira ▪ geraldo m nascimento ▪ gilmar antônio de oliveira ▪ gladston romão ▪ gláucia ursine santos ▪ guiomar rita guimarães xavier ▪ helena silva mendes ▪ hérica rangel portela ▪ hilda França talin ▪ hilton alves de souza ▪ inês leite de lima ▪ iraci

correia ▪ ivanir josé vítor maciel ▪ jair caetano ▪ jair higino moreira ▪ jesus geraldo costa ▪ joão de araújo ▪ joão paulo bismotto tomain ▪ joaquim josé da silva ▪ joelma nogueira ramos ▪ jorge de oliveira santos ▪ jorge jacó ▪ jorge vieira lara ▪ josé carlos lourenço ▪ josé carlos machado da silva ▪ josé das dores siqueira ▪ josé dias pinheiro ▪ josé domiciano pereira ▪ josé ferreira neto ▪ josé marcílio de oliveira ▪ josé maria de souza ▪ josé silverio de viveiros ▪ josé soares sobrinho ▪ josé valdomiro da silva ▪ josé veríssimo pinto ▪ josécassimiro alves ▪ josefa franke de almeida ▪ júnia fonseca da silva ▪ lauro mendes barbosa ▪ lídio dos santos costa ▪ luiz carlos xavier ▪ luiz cláudio da silva mayer ▪ luiz gonzaga germânio ▪ magno resende lopes ▪ marcelus rodrigues dos santos ▪ marco aurélio moreira rocha ▪ mardelene cezar rodrigues de jesus ▪ maria aparecida martins dos santos ▪ maria aparecida santos lima ▪ maria aparecida soare zímer silva ▪ maria cristina santana ▪ maria da conceição rodrigues moreira ▪ maria das dores lima rocha ▪ maria das graças de andrade ▪ maria das graças pereira ▪ maria de fátima dos santos porto ▪ maria de lourdes ribeiro freitas ▪ maria do carmo moreira ▪ maria do carmo rocha ▪ maria do socorro duarte ▪ maria eugênia bracarense ▪ maria helena morais ▪ maria luisa gregorio ▪ mário das graças pimenta ▪ marizete ribeiro viana teles ▪ marlene beralda de souza ▪ marly alda marçal fileto ▪ maurílio josé coelho ▪ miriam santos orsini ▪ nadir oliveira ▪ ney fernandes melo ▪ nilton jorge ▪ odilon gaspar da silva ▪ odilon silva araújo ▪ olga maria lemos almeida ▪ oswaldo borges da silva ▪ paulo amaro laporte ▪ paulo moreira ▪ pedro alves de oliveira ▪ potira pedreira lima ▪ raimundo machado filho ▪ renilda higina ramos pinto ▪ ricardo rodrigues loes ▪ roberto aureliano de melo ▪ robson da costa meira ▪ roosevelt natividade brasil carmo ▪ rosalba maria fiorini maia ▪ rosimeira pinto da silva ▪ rosimiro teixeira carvalho ▪ sebastiana maria reis ▪ sebastiana moraes ▪ selina da cunha elian ▪ silene moreiro camargos ▪ silvéria algusta santos ▪ sílvio marques de lacerda ▪ sudária de oliveira alves ▪ suely das graças ▪ sylvia moreira de oliveira ▪ tarcísio teixeira ▪ therezinha maria de limas santos ▪ valeria freitas dos reis ferreira ▪ vera regina marques silva ▪ veríssimo moreira faria ▪ vicentina barbosa ▪ vilmar paim de souza ▪ vilsa barbosa soares ▪ viviane cristina frederico ▪ viviane dos santos nunes ▪ vladimir henrique scheid ▪ wagner heleno da silva ▪ waldir moreira rosa ▪ wilde rodrigues oliveira ▪ wladimir caricatti salles ▪ zenaide b. ferreira ▪ zulmira rolin de mendonça ▪

▪ *Norte*

• adailton brandião ▪ adair vicente teixeira ▪ adenilton antunes de amorim ▪ adilson de jesus ▪ adilson eustáquio daniel junior ▪ adolfo prudencini ▪ adriana gomes de souza ▪ agnaldo de jesus almeida ▪ alaide braga pereira ▪ alice lima mendes ▪ altamiro gomes ferreira] ▪ amara viana da costa ▪ ana luiza de amorim ▪ andré moreira sobrinho ▪ angelino roque querino ▪ antônio paula ▪ antonio carlos santos ▪ antônio da silva ▪ antônio florentino sobrinho ▪ antônio nascimento ▪ beatriz araújo gonçalves ▪ brasilina maria oliveira ▪ carlos alberto de rezende ▪ carlos magno ferreira silva ▪ carlos marques faria ▪ cibele da p. r. da costa moreira ▪ clarindo de castro ▪ cláudia souza de queiroz ▪ cláudio márcio silva ▪ cláudio pereira de souza ▪ clécio josé muniz ▪ cleonilda sander de morais ▪ cleudiane de souza nascimento ▪ cleuza maria dias jacob santiago ▪ conceição a. silva cruz ▪ cristiano dos santos ▪ darci ferreira pinto ▪ david soares pereira ▪ devaldo alberto de souza ▪ dioneu de oliveira ▪ edison pereira da silva ▪ eduardo pinheiro santos ▪ efigênia gonçalves pereira ▪ elbert rosa martins ▪ eliane candida assis ▪ eliane gabrich moraes da piedade ▪ elizabeth azevedo franco ▪ erivelton souza rocha ▪ eulália regina pires de freitas ▪ eulita matos jesus ▪ eva donato quirino ▪ eva maria da costa ▪ fábio junior dos santos ▪ fabrício adão mariano ▪ faraíde alves de paula ▪ fernando pinho tavares ▪ francisca damasceno bezerra ▪ francisco carlos antunes ▪ francisco das chagas silva ▪ francisco v. silva ▪ frank de paula ribeiro ▪ geralda dias de oliveira ▪ geraldo fernandes de souza ▪ geraldo firmino costa ▪ gessy de paula dos reis ▪ getulio rocha ferreira ▪ gilmar teixeira dos santos ▪ gilson alves de oliveira ▪ giselle firmino da silva ▪ gislene firmino da silva ▪ gustavo augusto lomes de jesus ▪ heleonice do carmo faria ▪ hélio jacinto ▪ heloisa helena pereira ▪ ildeu gonçalves pinto ▪ isabel martins ▪ ismael de araújo rocha ▪ ismael vicente da silva ▪ itamar soares de almeida ▪ ivone rodrigues silva martins ▪ izabel martins de oliveira ▪ jackson roberto pereira costa ▪ jair de freitas ▪ jefferson luiz felix ▪ joão alves da silva ▪ joão augusto da silva ▪ joão carlos dos santos ▪ joão de oliveira ▪ joão de paula faria ▪ joão tarcísio garcia ▪ joaquim francisco cruz ▪ jorge da silveira ▪ josé delcio mota ▪ josé francisco de araújo ▪ josé marinho de oliveira ▪ josé nereu domingues ▪ josé perdigão ventura ▪ josé procópio da silva ▪ josé rodrigues dos santos ▪ jose texeira da c. ▪ josé tomas da cunha ▪ jozilene ferreira da cruz ▪ jucélia rodrigues souza gomes ▪ jucilene barbosa da silva ▪ julia graziele santos da silva ▪ júlio mário maia ▪ juracy serafim ▪ jurema beatriz figueiredo ▪ keila beatriz ▪ keila carine ovídio ▪ laudelina oliveira santos ▪ leni da conceição v. rocha ▪ lenice maria salgado ramos ▪ leonor monteito ▪ lidia praça ▪ lilian wondallinger ▪ lúcia divina da silva ▪ luiz gomes da silva ▪ luiz ségio ianini ▪ madalena rocha do nascimento ▪ manoel ricardo teixeira senra ▪ manuel leonor neto ▪ márcio da silva ▪ marco antônio ▪ marco aurélio da silva ▪ maria annete da silva machado ▪ maria da gloria de lima e souza ▪ maria da glória gomes ▪ maria das graças souza p. anunciação ▪ maria de carvalho lage ▪ maria de fátima santos da silva ▪ maria dircéa da silva ▪ maria do carmo antônio soares ▪ maria emília dos santos ▪ maria helena de faria ▪ maria imaculada f. abreu ▪ maria josé alves de melo ▪ maria josé clementino c. rocha ▪ maria josé s. carvalho ▪ maria josé zeferino vieira ▪ maria solange de oliveira ▪ maria teixeira de souza ▪ maria valdevina santos ▪ marília da paz ▪ marinalva soares pereira ▪ marluci dos santos ▪ michelle da cunha ▪ mônica maria de souza ▪ naime rodrigues pereira ▪ nazaré antunes maria ▪ neli soares fernandes ▪ nelinho josé dos santos ▪ nelson nunes dos santos ▪ nemias campos de souza ▪ neusa maria das dores silva souza ▪ nicanor gonçalves de oliveira ▪ nilton dos santos ▪ nilza nascimento mota ▪ olga maria cândido ▪ ornício de oliveira ▪ osvaldo césar dos santos ▪ oswaldo adão ▪ oswaldo murilo pinho ▪ oziel luiz daniel ▪ paulo antônio barroso ▪ paulo cézar nogueira ▪ paulo da silva gomes ▪ paulo fernandes cardoso ▪ paulo roberto moreira de souza ▪ paulo sergio santos ▪ paulo sérgio versiani de castro ▪ pedro francisco de souza ▪ raimundo josé de souza ▪ raimundo pereira de oliveura ▪ reinaldo cunha ▪ reinaldo da conceição mendes ▪ reinaldo neves da silva ▪ rita costa de almeida ▪ roberta renata teixeira guimarães ▪ roberta renata teixeira guimarães ▪ roberto márcio vieira ▪ romeu pires de araújo ▪ romney batista ▪ ronaldo adriano dos santos ▪ rosa de jesus leão ▪ rosa maria de lima ▪ rosângela de portugal santos ▪ rosemary rocha ▪ rozélia vilaça de andrade castro ▪ ruth marciel ▪ sandra maria moreira ▪ sebastião avelino pereira filho ▪ sebastião carlos m. ▪ sebastião do carmo dias ▪ sebastião ferreira bastos ▪ sebastião jesuino da silva ▪ sergio tomaz aquino ▪ shirley de fátima gomes ▪ silvana silva dos santos ▪ silvandino inésio dos reis ▪ silvino fernandes da cruz ▪ simone cristina francisca ▪ sirlene augusta ▪ sonia maria penha ▪ tarcísio márcio magalhães pinheiro ▪ valdilei donato santos ▪ valdinho ormentino lessa ▪ valmir ferreira da costa ▪ valquiria rodrigues dos santos ▪ vanda maria de castro malaquias ▪ vando euripes da silva ▪ vania da silva ▪ vânia maria de almeida ▪ wellington vicente de souza ▪ willian estevão ▪ yvone pereira da silva ▪ zuita ferreira de souza ▪

▪ *Pampulha*

• acir borges ▪ adalberto pastana pinheiro ▪ altino pereira ▪ amarildo vieira matheus ▪ antônia roza ▪ antônio alves da silva ▪ antônio mauricio de andrade ▪ benedito laudino ▪ carla márcia finamori dos santos ▪ carlos magno ribeiro ▪ cássia de souza campos ▪ celina francisca ▪ claudiano pereira silava ▪ cláudio vitorino filipe ▪ conceição áurea vieira aguiar ▪ conceição siqueira ▪ cristiane de almeida ▪ devair rosa de lima ▪ dorgival modesto jorge ▪ edina teixeira barbosa ▪ edna de fátima tomazille ▪ edna nunes ▪ eduardo alves pereira ▪ edwar ramos ▪ eliane alves de oliveira ▪ eloina olimpio ▪ elzeu cassemiro de campos ▪ eni das graças da silva ▪ eunice tavares de paiva ▪ evaristo garcia ▪ florisbela de miranda santos ▪ gilmar dos santos ▪ gustavo moreira santos ▪ helena de souza gonçalves ▪ helton teodoro rocha ▪ heraldo ferreira pinheiro ▪ heron santos brito ▪ homero rodrigues ▪ honória amália rocha ▪ jairo abrão de almeida ▪ jefersson bernardes jamorino frotari ▪ jésus da silva barcelos ▪ joana d'arc guimarães ▪ joão bosco favaro ▪ jonatam antonio moreira copertino ▪ jorge alves pereira ▪ jorge amir de almeida ▪ josé celestino da silva ▪ jose inácio de oliveira neto ▪ josé maria de souza ▪ josé simão miguel ▪ julio cesar barbosa ▪ lindaura rosa dos santos ▪ luciana rodrigues da cruz ▪ luzia maria alves de castro ▪ magaly rodrigues alves ▪ manoel alves barbosa ▪ marcia elena ▪ marcos henrique dias de lima ▪ mari angela daccache baleiro a ▪ maria

conceição neves carvalho ▪ maria da conceição ▪ maria das dores da silva ▪ maria das graças silva ferreira ▪ maria de souza medeiros ▪ maria fausta marques rosa ▪ maria luiza pereira machado ▪ maria piedade ▪ maria rita rocha ▪ michele martins dos santos ▪ moisés ramos da silva ▪ neimar gomes miranda ▪ nilza de oliveira castro ▪ nilza ferreira ▪ oswaldo martins da silva filho ▪ patricia silva duarte r. ▪ paulo henrique ▪ raimundo nonato ribeiro vieira ▪ renata nazaré m. ▪ robson luiz morais ▪ rogério sena ▪ rosângela alves elói ▪ rosângela mendonça teles ▪ sara lúcia ferreira ▪ tania maria batista ▪ terezinha vicentina alberto ▪ valéria patricia ▪ walter miranda ▪ walter siqueira ▪ wilton firmino ▪ zelia maria de oliveira fara ▪ zenóbio c . macedo •

▪ *Barreiro*

• adão caetano da silva ▪ adeilton henrique dos reis ▪ adevanil francisco soares ▪ aldileusa rodrigues ferreira de jesus ▪ alfredo martins dos santos ▪ altamiro alves da silva ▪ américo cândido dias neto ▪ antônio boaventura valentin ▪ antônio brígido q, gonçalves ▪ antônio miranda ▪ antônio olívio de almeida ▪ carmen panadés rubió ▪ cléria justino ▪ creuzeni oliveira de paula ▪ damião dos reis ▪ denny biank monteiro de padúa ▪ deuzodete do carmo da silva ▪ dimas dias de França ▪ domingos gatti bavuso ▪ duciane regina da silva ▪ edy gonçalves dos reis ▪ efigênia maria dos santos ▪ xavier ▪ elviro ferreira sampaio ▪ eni carajá filho ▪ flávio lucio cardoso ▪ florisbela alves mourão ▪ francisca paulina da silva ▪ francisco almeida dos santos ▪ francisco antônio de resende ▪ geralda parreira viana ▪ geraldo filomeno de oliveira ▪ geraldo maria de souza ▪ geraldo vieira ▪ geremias de jesus goulart ▪ gilda rodrigues inácio ▪ gilson silva ▪ heleno francisco de souza ▪ heloísa octaviano nunes malaco ▪ herica cristina florentino ▪ isaias ferreira da silva ▪ jésus de melo alves ▪ joana d'arc barbosa de souza ▪ joão batista dos reis ▪ joão dos reis vilaça ▪ joão pereira dos santos ▪ joaquim maurílio dos santos ▪ joaquim paula moreira ▪ josé amaro dos santos ▪ josé aparecido cortes ▪ josé carlos rodrigues camargos ▪ josé dos santos teixeira ▪ josé ferreira de oliverira ▪ josé ferreira lopes ▪ josé geraldo nunes do nascimento ▪ josé mariano de lana ▪ josé marques pereira ▪ josé marques pereira ▪ josé nunes da silva ▪ josé ricalio silveira resende ▪ josé rodrigues xavier ▪ joventina maria de souza ▪ jucélia eva do nascimento silva ▪ jussara aparecida simplicio ▪ lauro felicio rodrigues ▪ leci moreira martins ▪ lilian aparecida nascimento faria ▪ madalena maria teixeira da silva ▪ manoel soares ▪ maria aparecida dias ▪ maria cleomacia ▪ maria dalva da silva ▪ maria das graças marques ▪ martins ▪ maria das graças pereira ▪ maria das graças souza ▪ maria de araujo souza gomes ▪ maria de fátima veloso goulart ▪ maria de lourdes gomes matos ▪ maria dorotéia ▪ maria helena nascimento faria ▪ maria júlia ferraz trant ▪ maria madalena felipe ▪ maria odeth de oliveira ▪ maria rodrigues dos santos ▪ maria rosa mendes de carvalho ▪ maria senhorinha de oliveira ▪ marilene saleth caldeira ▪ marina cassiano damasceno ▪ mário alves pacheco ▪ messias pereira da silva ▪ milton de carvalho ▪ neide martins da fonseca ▪ nilza rodrigues de sales ▪ nivaldo aparecido pedrosa ▪ renata ferreira jardim de miranda ▪ rita campos de oliveira ▪ roberto lelis ▪ roberto rubens caetano ▪ rogério bosco de faria ▪ rogério de souza ▪ romero gomes vieira ▪ rosilaine rosa de andrade ▪ rosimeire brandão ▪ sandra maria monteiro ▪ sebastiana prudêncio ▪ sebastião martins ▪ silviano geraldo da silva ▪ simone ferreira alves pereira ▪ sônia da piedade ferreira ▪ talciano josé figueiredo silva ▪ vagner xavier de andrade ▪ vicente caetano da silva ▪ walisson soares de oliveira ▪ walter de oliveira paulo ▪ wanderley andré da costa ▪ wânia ferreira duarte ▪

▪ *Oeste*

• ademir carlos costa ▪ adilson josé dos santos ▪ almir cândido da silva ▪ amado valentim de amorim ▪ ana lúcia dias campos ▪ anadil benedita ruhnau ▪ anízio pedro celestino ▪ antônio garcia da silva ▪ arabela maria lírio viana ▪ armando pacheco martins ▪ benedito de oliveira said ▪ bibiana ferreira de carvalho ▪ cândido bernades lamounier ▪ claudia garcia ▪ cleider tadeu barbosa ▪ conceição ferreira gonçalves ▪ creuza machado de castro gomes ▪ darci albano de lima ▪ eduardo eutáquio galan ▪ eduardo machado de faria tavares ▪ elaine rodante ▪ elizabete gonçalves pereira ▪ ercilia rodrigues martins ▪ ernani ferreira leandro ▪ fernando soares mira ▪ francisco lisboa nonato ▪ geraldo rosa dos santos ▪ hamilton dias de moura ▪ hélio chagas fernandes ▪ hélio de almeida neves ▪ hélio emiliano moreira ▪ hélio rodrigues de souza ▪ hilda maria pereira ▪ ivanil c.s.gomes ▪ ivone aparecida da silva malaquias ▪ jesus rosa de oliveira ▪ joão firmino da silva ▪ joão lelis da silva ▪ josé afonso de oliveira ▪ josé de fátima furbino ▪ josé egídio do carmo ▪ josé ênio silva ▪ josé rinaldo gontijo rabelo ▪ judith robbe ▪ julieta augusta ribeiro felipe ▪ laudy simões da silva ▪ liliane de fátima rodrigues amaral ▪ lúcia de fátima corrêa ▪ lúcia helena apolinária da silva ▪ luilde maria de assis martins ▪ luís carlos cordeiro ▪ luiz ª lemos figueira ▪ luiz gonzaga de oliveira ▪ luiz morais rezende ▪ márcia cristina domingues ▪ marcus josé vieira ▪ maria aparecida bayão ▪ maria auxiliadora de ▪ carvalho fernando ▪ maria da penha cabral ▪ maria da penha ferreira ▪ maria das graças barbosa de souza ▪ maria de lourdes cheguri gonçalves ▪ maria do socorro silva batista (falecida) ▪ maria ferreira de oliveira ▪ maria lúcia dos dias ▪ maria luzia sidônio ▪ maria márcia pinto campos ▪ maria rosa rodrigues dos santos ▪ maria silva costa ▪ marlene rodrigues ▪ maurício da silva coelho ▪ maurício paceli machado ▪ miguel pereira dos santos ▪ moacir gomes da silva ▪ moisés onório dos santos ▪ neusa de paula carvalho ▪ nilda martins m. ▪ nilza maciel vidal de melo ▪ niura nice de oliveira silva ▪ omorival amaro ▪ orelino cândido de oliveira ▪ paulo lúcio rodrigues ▪ ramil teixeira ▪ renato santos vima ▪ renato veloso de oliveira ▪ ricardo alves camilo ▪ rodrigo félix da costa ▪ rodrigo josé de silva marques ▪ rosinéia marques ▪ rubens eustáquio rocha ▪ silvia adriana dos santos ▪ sônia maria de oliveira ▪ sueli lisboa ▪ tertuliano lucas da silva ▪ valter malaquias de rezende ▪ vicente alves ▪ vicente cardoso ▪ vicente de souza ▪ vitor sérgio felipe de souza ▪ waldir margarida ▪ zenite maria dos santos ▪ zilah ferreira de souza ▪ zilda gomes furbino ▪

▪ *Venda Nova*

• Ademir Lima dos Santos ▪ Agda Maria de Jesus Francisco ▪ Alair Pacheco ▪ Alex Roberto Corrêa ▪ Ana Aparecida de Lima ▪ Ana Humbelina da Silva Dittz ▪ Anderson Eustáquio Ferreira ▪ Andréia Gonçalves dos Reis ▪ Angela Maria Fernandes da Cruz ▪ Antônia Lúcia de Oliveira Gomes ▪ Antônia Maria dos Santos ▪ Antônio Aniceto dos Santos ▪ Antônio Maciano ▪ Aparecida Cirilo Gonçalves ▪ Aparecida Soares ▪ Arlete Soares da Silva ▪ Arnaldo Ferreira Fraga ▪ Artur N. dos Reis ▪ Carlos Antônio Guimarães ▪ Carlos Renato Silva ▪ Creuza Moreira Teixeira ▪ Cristiano Lopes de Miranda ▪ Darly Soares da Silva ▪ Eduardo Augusto de Paula ▪ Egnaldo Rodrigues da Silva ▪ Elina Souza Santos ▪ Enilson José Pereira ▪ Erik de Carvalho Gonçalves ▪ Expedito Gonçalves Soares ▪ Fábio Francisco Maia ▪ Fatima Lúcia Ricardo Carvalho ▪ Fatima Rodrigues Cerqueira ▪ Fernando Antônio Sampaio ▪ Gentil Evangelista Rodrigues ▪ Geralda das Graças Morais ▪ Geraldo Magela Gonçalves Costa ▪ Geraldo Martins dos Santos ▪ Heloina Mendes de Oliveira ▪ Heloisa Pereira da Silva ▪ Hilda Maria Siqueira Ornelas ▪ Inêz Maria de Assis Carvalho ▪ Iracema Conceição Figueiredo ▪ Ivânia Augusta dos Santos Rodrigues ▪ Jesus do Nascimento Silva ▪ Jetro Campos ▪ João Maria da Silva ▪ João Teixeira de Souza ▪ Joaquim Luiz de Souza ▪ Joel Gonçalves Pereira ▪ José Geraldo do Nascimento ▪ José Lopes dos Reis ▪ José Moreira Alves ▪ José Ribeiro Santos ▪ Juvenil Josué ▪ Lauro Mendes Souto ▪ Loide Maria Ferreira Silva ▪ Lúcia César Santos ▪ Lúcia Maria Pereira Fernandes ▪ Luiz Henrique de Sá ▪ Manoel Messias Rocha Viana ▪ Marata Rosa da Conceição ▪ Marcionílio Faria ▪ Marcos Aurelio Mazuche de Novais ▪ Marcos Rodrigues da Silva ▪ Marcus José Silva ▪ Maria Cordeiro de Azeredo ▪ Maria d` Aparecida Pereira Braga ▪ Maria da Glória Silva ▪ Maria das Graças Marques ▪ Maria Eunice Pereira de Souza ▪ Maria Inês de Paiva Lima ▪ Maria José Cordeiro de Jesus ▪ Maria José Queiroz ▪ Maria Lúcia Machado Naciel ▪ Mauricio Rosario Caetano ▪ Maurílio Deolindo dos Santos Filho ▪ Mônica Aguiar de Souza ▪ Nazaré de Fátima de Souza ▪ Necilene Ferreira da Silva ▪ Ney Ritta de Freitas ▪ Nilce Maciel Cardeal Santos ▪ Nilza Rosa de Lima ▪ Noeme Maciel Santana ▪ Norma Regina Moreira Alves ▪ Osmar Pinto Ribeiro ▪ Raimunda Lima Santana Rodrigues ▪ Raquel Margarida de Resende ▪ Raquel Maria da Silva Machado ▪ Rodrigo Batista Baia ▪ Rogério Augusto de Assis ▪ Ronise Valadares ▪ Rosemar Nunes Ferreira ▪ Rosinei Neves dos Santos Moreira ▪ Rozinha de Jesus Gomes Fonseca ▪ Rufino Francisco do Carmo ▪ Sandra Rodrigues Gomes ▪

Silvia Maria Figueiredo Faria ▪ Sônia Lúcia Ferreira ▪ Sônia Maria do Nascimento ▪ Terezinha Jardim Lopes ▪ Wagner Rodrigues da Silva ▪ Waldir Aparecido de Oliveira ▪ Walquiria Laurinoda de Castro ▪ Waltencir Santana de Araújo ▪ Wandeck Machado de França ▪ Washington Rodrigues da Silva ▪ Wastir Corrade de Moura ▪ Wilson José Paraiso ▪ Xandisval Alves da Silva ▪ Zélia Marlene Teixeira ▪ Zenoria Rosa ▪

▪ *Leste*

• adão da silva ▪ afonso sérgio neves ▪ alcides pereira de souza ▪ alcione a pereira ▪ alcione angelica m de castro ▪ aldino elias ▪ altair hipólito barbosa ▪ alysson perreira dos santos ▪ ana mendes barbosa ▪ ângela maria dos santos ▪ angelina madalena maia ▪ antonio joarez antonio de castro ▪ antonio rodrigues da silva ▪ aparecida apolonia correa ▪ aparecida de souza costa ▪ aparecida julia da paixao ▪ beneval alves santana ▪ carlos figueiredo de araujo ▪ carmem zeferina de oliveira ▪ cássio ferreira borges ▪ clarice rodrigues de souza ▪ crelismilda maria evangelista de carvalho ▪ dalci gomes de vasconcelos mendes ▪ daniele cristiane de abreu ferreira ▪ daniele custodio ▪ dario g p neto ▪ edilaine fatima souza ▪ edilson de andrade ▪ edmaire aparecida da silva ▪ edna demetrio ▪ edna gonçalves silva ▪ edneia aparecida de souza ▪ edson pereira ▪ edvan de jesus ▪ edvania natália da silva ▪ eli goulart de oliveira ▪ eliana de oliveira silva ▪ eliane maria moreira de paula ▪ elisangela pires batista ▪ elizabete soares silva ▪ elvécio tavares de carvalho ▪ enezila maria de moura campos ▪ erci lourenço de carvalho ▪ erica luiza arantes vieira ▪ farley lino de almeida siqueira ▪ fernando josé carneiro moreira ▪ filide felipe mendes ▪ flavia maria pereira lisboa ▪ flavio de abreu lourenço ▪ francisca costa muniz ▪ francisca militani ▪ francisco ricardo viana varela ▪ francisco solano de siqueira ▪ francislei henrique santos ▪ frederico eustaquio maciel ▪ georgina lucas da silva sudario ▪ geraldo magela do nascimento ▪ gilameia ferreira campos ▪ gildásio rodrigues carvalho ▪ gisela fatima de jesus paula ▪ heloisa cristina de souza ▪ heloisa helene arantes vieira ▪ henrique junior de souza ▪ homeria pereira da silva ▪ hudson oscar de magalhaes ▪ idalina gomes da silva ▪ iranildes perreira da silva ▪ ireny ciriaco damasceno ▪ ivan matheus dutra ▪ jesil ferreira dos santos ▪ josé geraldo da cruz ▪ joana guedes de oliveira ▪ joana maria de jesus villela ▪ joão carlos rodrigues alves ▪ joão felix sardinha ▪ joão fernandes da silva ▪ joão geraldo de almeida ▪ josé antonio alves rodrigues ▪ josé bernardo costa ▪ josé borges de oliveira ▪ josé ines batista ▪ josé maria dias da silva ▪ josé maria pereira ▪ josé maria pereira da costa ▪ josé pereira lima ▪ josé ronaldo da cruz ▪ jovina pereira dos santos ▪ juarez pereira da silva ▪ júlia margarida souza ▪ júlio cesar pereira souza ▪ justino da silva nascimento ▪ juvenal da silva melo ▪ lazarina de o pereira ▪ lenir paulino ▪ leonardo dos santos ribeiro ▪ lilian vieira de carvalho ▪ lívio dos santos ▪ lorrayne amaral leão ▪ luciana valente ▪ lúcio fernandes papa ▪ lucy vieira de carvalho cota ▪ luiz fernando rocha ▪ luiz reis França e silva ▪ lusimar ribeiro ▪ luzia coutinho santos ▪ marcilio vicente martins ▪ marco aurélio alves da silva ▪ marconi roberto de paula ▪ marcos donizete da silva ▪ marcos dos santos de souza ▪ marcus guimaraes cota ▪ margarida silva sal ▪ maria aparecida polinário ▪ maria carolina paes cardoso ▪ maria celma soares ▪ maria crispin da silva ▪ maria da cerva das graças ferreira ▪ maria da conceição alves ▪ maria da conceição oliveira guimarães ▪ maria da conceiçao viana ▪ maria da paz de souza ▪ maria das dores fernandes saudanha ▪ maria das graças costa filho ▪ maria de fatima m bittencourt ▪ maria dularnes batista ▪ maria emília moura campos ▪ maria inez de queiroz garcia ▪ maria margarida miranda ▪ maria perpetuo socorro ▪ maria sebastiana de souza ▪ marilene maria gomes ▪ mario antonio da silva ▪ maristela da silva ▪ marizete amaral leao ▪ mauricio barbosa brandão ▪ mercia inês p. do nascimento ▪ mirtes damiana angelo ▪ moacir dos santos ▪ nilo veríssimo de carvalho ▪ nívio nascimento ▪ odete das graças silva ▪ orlando pereira ▪ oseias gonçalves dutra ▪ palowa maria de assis mendes ▪ pascoalina de fátima agostinho ▪ patrícia maria bueno de oliveira ▪ pedro augusto batista ▪ pedro henrique silva santos ▪ raimunda ribeiro soares lucas ▪ reginaldo da silva ▪ ricardo de almeida pinto ▪ roberto de oliveira ▪ rogério rosa de oliveira ▪ romualdo marcos da silva ▪ ronnie c. n. rocha costa ▪ rosa marques ▪ rosa raimunda santana ▪ rosângela natalia santana ▪ rosária maria rodrigues da silva ▪ rosilene graciano da silva ▪ rosilene nascimento ▪ sandra antonina e silva ▪ sandra aparecida de m martins ▪ sandra da conceiçao munhoz neves ▪ santa augusta naves ▪ sebastiana flausina luisa ▪ sebastião francisco de oliveira ▪ sebastião gonçalves de oliveira ▪ sérgio antonio oliveira ▪ shirlene maria nunes peixoto ▪ simon ferreira de jesus ▪ simone rogeria m martins ▪ tânia da conceição messias ▪ teresinha de lourdes ribeiro andrade ▪ valci ferreira matos dos santos ▪ valdeci rodrigues de souza ▪ valdete da silva cordeiro ▪ vânia de fatima ferreira ▪ vera cristian de oliveira ▪ vera lúcia santana demetrio ▪ vilma da silva estevam ▪ waltolino luiz de carvalho ▪ wilhan de souza ▪ zélia catarina dos santos ▪ zilá soares ferreira ▪

▪ *Nordeste*

• adailton brandão ▪ adair lopes dos santos ▪ adair lopes santos ▪ adalberto gomes de mendonça ▪ adma pereira da silva ▪ adriane evangelista marcondes ▪ afrodite isabel do carmo ▪ agostinho a. pereira ▪ alaíde alves hoth ▪ alcione geralda dos santos cruz ▪ ana fátima pires ▪ ana martha de saldanha ▪ andréia cátia de freitas ▪ anita maria da silva ▪ antônio bezerra pastana ▪ antônio gomes ramos ▪ antônio luiz gonçalves ▪ aparecida martins dos santos ▪ ariete da conceição rangel ▪ aristeu ferreira ▪ basílio r. pereira ▪ benedita luzia das dores ▪ berenice cesar goecking ▪ brígida fortunato cláudio ▪ carlos antônio jorge ▪ carlos antônio matoso mendes ▪ cassimiro alves miranda ▪ cláudio carlos dos santos ▪ conceição pena de souza ▪ demosrenes koslides ▪ ébio luiz r. machado ▪ edivaldo sales simplicio ▪ edna narciso ▪ edson josé alcantara silva ▪ eduardo antônio pereira ▪ edvalda souza modesto ▪ elberth de pádua ferreira ▪ eliene gonçalves pereira ▪ eliete maria da silva ▪ elvira cesar da silva ▪ eustáquio raimundo batista ▪ eva alves de souza ▪ fabrício alves oliveira ▪ fernando hanssen noronha ▪ firmina maria diniz ▪ franci rozani abreu ▪ genoveva maria barbosa ▪ gentil rosa ▪ geralda leodato santos ▪ geralda silva sales simplicio ▪ geralda souza marques ▪ geraldo alves rosa ▪ geraldo edson martins ▪ geraldo francisco pereira ▪ geraldo wagner fernandes ▪ getúlio fauto correia ▪ girlene mendes pereira ▪ guiomar oliveira ▪ henrique pereira neto ▪ hermes ferreira campos ▪ hilda teixeira gregório ▪ ilza silva de oliveira ▪ iracema fontani villarinhos s. de abreu ▪ isaias c. da costa ▪ iswaldo souza porto ▪ izabel cristina silva ▪ jésus murilo de aquino ▪ joão carlos honorato ▪ joão luiz dos santos ▪ johnny moreira soares ▪ jonas william pereira da costa ▪ josé da costa santos ▪ josé delcio ▪ josé dos reis pereira ▪ josé francisco silva ▪ josé geraldo maciel ▪ josé maria de souza ▪ josé maria pereira ▪ josé rodrigues ▪ josé sérgio pereira neto ▪ josé vital de andrade ▪ laudenir guimarães martins ▪ leda de sousa costa ▪ luis carneiro ▪ luisa do socorro assunção ▪ manoel de souza ▪ mara cristina rodrigues santos ▪ marcelo dias duarte ▪ márcia dias miranda ▪ marcílio pereira rodrigues ▪ marcos antônio ferreira ▪ marcus césar ribeiro pereira ▪ maria angela domingos de jesus ▪ maria aparecida do carmo ▪ maria aparecida f. pereira ▪ maria auxiliadora evarista ▪ maria conceição de miranda ▪ maria da conceição oliveira ▪ maria da consolação costa barreta ▪ maria da luz de freitas ▪ maria da paixão silva rodrigues ▪ maria da penha c. liborio ▪ maria de lourdes lima ▪ maria de lourdes m. carvalho ▪ maria emília santos soares ▪ maria fátima bastos ▪ maria ferreira santos ▪ maria filomena ▪ maria geralda fernandes ▪ maria hélia dos santos vieira silva ▪ maria imaculada pereira ramos ▪ maria ivany cardoso santos ▪ maria lúcia pereira loyola ▪ maria neli barbosa paixão ▪ maria noberta soares da fonseca ▪ maria pereira de araújo ▪ maria salete ribeiro lopes ▪ maria sebastiana de jesus santos ▪ maurício dos reis corrêa ▪ moacir pereira coimbra ▪ neide miranda ▪ neusa dos santos ▪ nicanor do santos ▪ nislene gomes silva ▪ noemia da silva neto ▪ olga b. p. fonseca torres ▪ onila patrício de novais ▪ onofre gonçalves da silva ▪ oscar balduino felippe ▪ otacílio de oliveira ▪ paulo césar de oliveira ▪ paulo robson bueno ▪ pedro da trindade ferreira ▪ rafael de lima ▪ raimundo mendes costa ▪ raquel nascimento ribeiro ▪ raul pinto aires ▪ ricardo de souza zeferino ▪ rita de cássia martins batista ▪ rita marques teixeira ▪ rogério márcio gonsalez mota ▪ ronaldo manassés ▪ rosilene cristalino ▪ sandra maria da costa ▪ sandro silva de oliveira ▪ santa ferreira de siqueira ▪ sebastião marques da cunha ▪ selma de oliveira ▪ sidney gualberto da silva ▪ silmara julieta de castro amaral ▪ silvana maria c. de souza martins ▪ silvia maciel gomes ▪ sônia maria picoreli ▪ terezinha moreira de moura ▪ urselino afonso da silva ▪ úrsola maciel de oliveira ▪ vilma cândida de almeida ▪ walkiria teofilo gomes ▪ welliton rosa ▪ zenólia e. oliveira ▪

▪ *Centro-Sul*

• Adeir Gomes ▪ Alaezio Guedes de Moraes ▪ Alzira Barbosa de Oliveira ▪ Antônio João Ramos ▪ Aparecida das Dores Salgados ▪ Ariadina Cardoso D. Miranda ▪ Aureni Pereira da Silva ▪ Ayrton Rocha ▪ Cacilda Pereira Estevam ▪ Carlos Alberto Cesário ▪ Cláudio Marcos Lopes ▪ Cléa da Mata Carvalho ▪ Cleusa Maria de O. Estevam ▪ Dalila Monteiro Barbosa ▪ Dilma Lopes de Oliveira ▪ Dorcelina Ferreira de Souza ▪ Douglas Eduardo Nascimento ▪ Ediraci Rodrigues Machado ▪ Edna das Graças Barbosa ▪ Eni da Conceição Rocha ▪ Ênio Antônio Diniz Dutra ▪ Erudite Nunes Rodrigues ▪ Euzeli Ramos Gregório ▪ Evandro Barreto Ferreira ▪ Evandro S. de Oliveira ▪ Fabiane Carla P. de Carvalho ▪ Faizer José Alfredo ▪ Feliciano Rodrigues Pereira ▪ Francisca Bezerra Filha ▪ Francisco das C. Moreira ▪ Frederico G. M. de Queirós ▪ Geisa Fernandes do Prado ▪ Geny Gomes de Abreu ▪ Giovani Oliveira da Silva ▪ Helena Alves da Silva ▪ Helenice Santos R. de Oliveira ▪ Horizontina Bernades da Silva ▪ Ignês Pereira Martins ▪ Inês Regina Ribeiro Soares ▪ Irene Lopes Bitencour ▪ Jardel Luiz dos Santos ▪ Jesus Flavio Fabiano ▪ João Aparecido de Souza ▪ João Batista Moreira dos Santos ▪ José Agnaldo Carvalho Andrade ▪ José Cândido Martins ▪ José de Oliveira ▪ Joyce Clair Batista Silva ▪ Julmário Silva Ferraz ▪ Lauro César F. de Souza ▪ Leandro Soares Ribeiro (heavy) ▪ Lêda Ângela Vieira ▪ Lincoln Pereira Nascimento ▪ Lourdes Antônia de Souza ▪ Lourdes Neves de Macedo ▪ Luiz Antônio Fabiano ▪ Luiz Carlos Brava ▪ Luiz Gonzaga de Araújo ▪ Lúiz Mário Flores ▪ Luiz Maurício de Azevedo Sette ▪ Luiza M. C. Vasconcelos ▪ Magnália Gonçalves Cruz ▪ Marcelo Pereira Lourenço ▪ Márcia A. de Assis Pereira ▪ Marcos Antônio da Silva ▪ Marcos José de V. Soares ▪ Margarida Maria de Paula ▪ Maria Alcântara Domingues ▪ Maria Claudia Bartolomeu ▪ Maria da Conceição Alves ▪ Maria da Piedade Santos ▪ Maria das Mercês da Silva ▪ Maria de Lourdes Reis Gomes ▪ Maria Helena Gomes ▪ Maria Isabel Batista Silva ▪ Maria Lúcia F. de Freitas ▪ Maria Luzia P. Santos ▪ Maria Terezinha Souza de Assis ▪ Maria Isa de Pinho Rocha ▪ Marise Borges de M. Carneiro ▪ Marlene Gomes Pereira ▪ Marli Coura de Oliveira ▪ Maurílio Melo ▪ Miltes Maria de Jesus ▪ Murilo Carneiro Pereira ▪ Naize Gomes Leal ▪ Natalício Norton de Jesus ▪ Nelson Saito ▪ Neusa Resende da Fonseca ▪ Nilson Moreira ▪ Nilza Dorotéia da Cunha ▪ Patrícia Silva e Santos Costa ▪ Patrícia Rodrigeus Correa ▪ Pedro Honorato da Costa ▪ Pedro Paulo Solano ▪ Randolpho Lopes da Matta ▪ Robsom Caetano Dias ▪ Ronaldo Sergio Moura Santos ▪ Rosângela de Azevedo Sette ▪ Rosângela Soares de Souza ▪ Rosimary Liberato ▪ Rubens Benício Siqueira ▪ Rubens Ribeiro leite ▪ Sebastião Pedro Vieira ▪ Selma de Oliveira ▪ Sueli Xavier de Oliveira ▪ Tereza dos Santos Silva ▪ Terezinha Vitas F. de Jesus ▪ Valdete Lourenço Rodrigues ▪ Valdevino Alves Miranda ▪ Valdir Fernandes ▪ Valdivino Pereira dos Santos ▪ Valéria Márcia Monteiro ▪ Valter Ribeiro da silva ▪ Vanir Teodoro M. Nascimento ▪ Vera Lúcia Dias dos Santos ▪ Vicente de Paula ▪ Vicente José da Silva ▪

2.3 - Delegados

▪ *Delegados Efetivos*

• adailton brandião ▪ adair lopes dos santos ▪ ademir lima dos santos ▪ adriano lúcio dos santos ▪ afonso carneiro filho ▪ alberto luís teixeira ▪ alcides pereira de souza ▪ alexandre de carvalho ▪ alexandre gomes vieira ▪ alípio lamas martins ▪ aloísio ozório santana ▪ américo da c. martins ▪ ana cristina ▪ andréa pereira fróes ▪ ângela mendonça evangelista ▪ antônia lúcia de oliveira gomes ▪ antônia puertas ▪ antônio alves de araújo ▪ antônio amâncio de figueiredo ▪ antônio garcia da silva ▪ antônio joão ramos ▪ antônio leite alves ▪ antônio luiz tenulta ▪ antônio marcos t. pereira adelino ▪ antônio maurício de andrade ▪ antônio walter evangelista ▪ ariadina cardoso duque miranda ▪ ariete da conceição rangel ▪ arlete soares da silva ▪ ayrton rocha ▪ beatriz araújo gonçalves ▪ belchiolina cândida da silva ▪ berenice f. de lima ▪ bibiana ferreira de carvalho ▪ brasilina maria de oliveira ▪ bruno lafetá ▪ carla márcia finamori dos santos ▪ carla xênia perdigão m. de araújo ▪ carlos antônio ligeiro ▪ cassimiro josé de souza ▪ cássio ferreira borges ▪ claudinéia ferreira jacinto ▪ cléa da mata carvalho ▪ cleinis de faria e silva ▪ cristiano lopes de miranda ▪ dalbo diaquines g. dos santos ▪ dalila monteiro barbosa ▪ dalva bavaresco naveda ▪ damião dos reis ▪ décio chami ▪ devair rosa de lima ▪ dilza de fátima alves silva ▪ domingos gatti ▪ dorgival modesto jorge ▪ edina teixeira barbosa ▪ edna nunes ▪ ednéia aparecida de souza ▪ eduardo junqueira ▪ eduardo kupperman ▪ eduardo lucas ferraz ▪ eduardo machado de faria tavares ▪ edy gonçalves dos reis ▪ efigênia mª dos santos xavier ▪ elberth de pádua ferreira ▪ enezila maria de moura campos ▪ euthymio salles de campos ▪ evandro barreto ferreira ▪ evandro vieira dos santos ▪ everaldo ávila cabral ▪ expedito gonçalves soares ▪ fabrício cardoso ▪ felipe palma lima ▪ fernando godoy alves ▪ fernando torres negreiro ▪ fílide felipe mendes ▪ flávia cristina leão soares ▪ flávio lucio cardoso ▪ franci rozani abreu ▪ francirozani abreu ▪ francisco a. de resende ▪ francisco bento o l. filho ▪ francisco carlos assis filho ▪ françois marie lewden – padre chico ▪ geralda magela de oliveira ▪ geraldo magela g. costa ▪ gilmar evangelista da silva ▪ gilson silva ▪ gladstone avelino britto ▪ hélio baptista ▪ hélio chagas fernandes ▪ hélio emiliano moreira ▪ heloísa helena arantes vieira ▪ henrique júnior de souza ▪ irâne corrêa lima filho ▪ irene lopes bittencourt ▪ isabel goes ▪ itamar de paula santos ▪ itamar m. índio do brasil ▪ ivanir jose vítor maciel ▪ jair caetano ▪ jair pereira dos santos ▪ jeferson bernardes j. l. fratano ▪ joão de paula l. neto ▪ joão geraldo almeida ▪ joaquina eliane ramos ▪ jonas willian pereira da costa ▪ jorge alves parreira ▪ jorge amir de almeida ▪ jorge fernando vilela ▪ josé américo de souza ▪ josé antônio campbel ▪ josé carlos machado da silva ▪ josé celestino da silva ▪ josé domingos cursino ▪ josé dos reis pereira ▪ josé eduardo begiatto ▪ josé ênio silva ▪ josé francisco morais ▪ josé henrique guimarães bacelar ▪jose maria de souza ▪ josé neto ▪ josé profeta dos santos ▪ judith robbe ▪ juliana koeppel ▪ julieta augusta ribeiro felipe ▪ julio césar valério riccio ▪ júlio mário maia ▪ kátia das graças de almeida ▪ lauro mendes barbosa ▪ leandro moraes de carvalho pinto ▪ letícia mourão cerqueira ▪ levy fernando nunes tavares ▪ lucas guerras martins ▪ lúcia helena apolinário da silva ▪ luciana valente ▪ luís de moraes rezende ▪ luiz mauricio de a. sette ▪ mª da penha campos v. lana ▪ mª das graças s. ferreira ▪ magali r. alves ▪ mara maria de souza ▪ marcelo antônio berussi ▪ márcio cerqueira batitucci ▪ márcio crivellari ▪ márcio ramos da silva ▪ márcio sollero filho ▪ marco aurélio c. coelho ▪ marcos antônio ferreira ▪ marcos josé de v. soares ▪ marcus guimarães cota ▪ margarete pinto lara ▪ maria angélica franco pradis ▪ maria da conceição alves ▪ maria da luz de freitas ▪ maria das dores melo ▪ maria de lourdes reis gomes ▪ maria helena gomes ▪ maria henriqueta arantes f. alves ▪ maria lúcia ferreira de freitas ▪ maria luiza carneiro chaves ▪ maria luzia sidônio ▪ maria madalena felipe ▪ maria neli barbosa paixão ▪ maria rosa rodrigues dos santos ▪ maria teixeira de souza ▪ maria tereza granha ▪ maria terezinha souza de assis ▪ marilete alves ▪ marinalva pereira ▪ marinês bhering da silva ▪ mário lúcio silveira de queiroz ▪ marise b. de m. carneiro ▪ marizete amaral leão ▪ marluci dos santos ▪ mary de pádua ▪ maurício rosário caetano ▪ maurício a silva moreira ▪ mércia inez p. nascimento ▪ monir tahan sab ▪ nádia maria capanema ▪ necilene ferreira da silva ▪ neusa dos santos gomes ▪ ney rita de freitas ▪ nicanor dos santos ▪ norma r. m. alves ▪ olinto soares jardim ▪ osmar pinto ribeiro ▪ osvaldo murilo pinho ▪ paloma pessoa nogueira ▪ palowa maria de assis mendes ▪ patricia felix da silva ▪ paulo fernandes cardoso ▪ paulo sércio verciani de castro ▪ paulo zuquim de f. neves ▪ pio procópio de alvarenga ▪ plácido p. m. filho ▪ raimundo machado filho ▪ raul pinto aires ▪ regina lúcia r. e silva ▪ reginaldo jorge dória ▪ renata ferreira jardim de miranda ▪ ricardo michel jeha ▪ roberto lelis ▪ roberto márcio de andrade ▪ robson da costa meira ▪ robson rosa mote ▪ romero gomes vieira ▪ romney batista ▪ romualdo marcos da silva ▪ ronaldo manassés ▪ rosa de jesus leão ▪ rosângela mendonça teles ▪ roseana nicolau ▪ rosimeire pinto da silva ▪ rui brito de azevedo ▪ sandra machado fiuza ▪ sandro silva de oliveira ▪ sebastião benigno duarte ▪ sebastião do carmo dias ▪ sebastião gonçalves de oliveira ▪ sebastião josé ambrósio ▪ selina da cunha elian ▪ sérgio augusto alves de oliveira ▪ silvana maria leal de assis ▪ silvana silva rodrigues ▪ sônia francisca de carvalho silva ▪ suely frauches sollero ▪ tânia maria batista ▪ tatiana silva ▪ teodomiro diniz camargos ▪ tertuliano lucas da silva ▪ ultimonato vial ▪ vera cristina de oliveira ▪ vicente de souza ▪ vilmar oliveira ▪ vladimir h. scheid ▪ walisson soares de oliveira ▪ walkira teófilo gomes ▪ waltencir santana de araújo ▪ welton antônio gomes ▪ yuzo sato ▪ zelia marlene teixeira ▪ zilah ferreira de souza ▪

▪ *Delegados Suplentes*

• alair pacheco da silva ▪ aldileusa rodrigues f. de jesus ▪ alexandre eustáquio g. miranda ▪ altamir josé de barros ▪ altamiro alves da silva ▪ ana maria de alquimim ramos ▪ andréia gonçalves dos reis ▪ ângela maria dos santos ▪ ângelo de paiva mansur ▪ anita ribeiro souza e silva ▪ antônio gomes ramos ▪ antônio nascimento ▪ antônio paula ▪ aparecida martins dos santos ▪ argentino costa de oliveira ▪ arnaldo renê rodrigues ▪ artur celso filho ▪ belchiolina c. da silva ▪ benedito oliveira said ▪ beneval alves santana ▪ brasilina maria de oliveira ▪ camilo jenoíno netto ▪ carlos alberto da silva ▪ carlos ferreira dos santos ▪ cássio luiz costa de almeida ▪ celina cunha lian ▪ cláudio pereira de souza ▪ cleider tadeu barbosa ▪ cleuza mª de nascimento ▪ conceição áurea vieira ▪ conceição ferreira gonçalves ▪ conceição pena de souza ▪ daniel martins silva ▪ dênio rodrigues fernandes ▪ dilma lopes de o. silva ▪ dimas dias de França ▪ dorcelina ferreira de souza ▪ dorotéia souza messias ▪ edicarlos luiz ▪ edina teixeira ▪ edir valente do carmo ▪ edna de fátima tomazille ▪ ednaldo borges laurindo ▪ edson pereira da silva ▪ edvalda souza modesto ▪ edvan de jesus ▪ eli goulart de oliveira ▪ elvécio tavares de carvalho ▪ elviro ferreira sampaio ▪ erudite nunes rodrigues ▪ fernando de pinho tavares ▪ fernando luiz do espírito santo ▪ flávio henrique verli ▪ francelino ramos dos reis ▪ frederico g. m. de queiroz ▪ frederico motta de carvalho ▪ generosa costa de o. braz ▪ geraldo edson martins ▪ geremias de jesus goulart ▪ gilmar antônio de oliveira ▪ gisela fátima de jesus paula ▪ giselle oliveira silva ▪ gislene gonçalves dos reis ▪ gustavo moreira santos ▪ gustavo torres gazzinelli ▪ hélio de almeida neves ▪ heloísa schmidt de andrade ▪ hilda maria siqueira ornelas ▪ honória amália rocha ▪ hugo magalhães nunes ▪ ildécio paulo vilela ▪ inês regina ribeiro soares ▪ iracema bhering ▪ itagório célio dos santos ▪ ivan matheus dutra ▪ jairo abrão de almeida ▪ jesus do nascimento silva ▪ joana maria de jesus vilela ▪ joão batista m. dos santos ▪ joão bosco favaro ▪ joão de deus dos reis ▪ joão luiz dos santos ▪ josé a. cortes ▪ josé amaro dos santos ▪ josé délcio mota ▪ josé francisco de araújo ▪ josé inês batista ▪ josé marcílio de oliveira ▪ josé maria dos santos ▪ josé mariano de lana ▪ josé milton p. da costa ▪ josé rodrigues xavier ▪ juvenil josué ▪ keila beatriz ▪ lázaro porto ▪ leda de souza costa ▪ leonel s. de moura ▪ lourdes antônio de souza ▪ luiz cláudio da silva mayer ▪ marcelo pereira lourenço ▪ márcia dias miranda ▪ márcio antônio a. freitas ▪ marcionílio faria ▪ marco aurélio moreira rocha ▪ marcos marinho de lima ▪ marcos oliveira tavares ▪ marcos vinícius da silva ▪ marcus césar ribeiro pereira ▪ marcus josé vieira ▪ maria cristina v. soares ▪ maria da glória silva ▪ maria da luz de freitas ▪ maria das graças de andrade ▪ maria das graças pereira ▪ maria das mercês da silva ▪ maria de fátima santos da silva ▪ maria josé zeferino vieira ▪ maria lúcia da silva marques ▪ maria luiza pereira machado ▪ maria madalena felipe ▪ maria márcia pinto campos ▪ maria salomé pereira rosa ▪ maria teixeira de souza ▪ marilene saleth caldeira ▪ mário antônio da silva ▪ marlene beralda de souza ▪ marli coura de oliveira ▪ marta rosa da conceição ▪ miguel pereira dos santos ▪ milton reis ▪ mônica a. de souza ▪ neuza santos gomes ▪ nilza dorotéia da cunha ▪ nilza maciel v. de melo ▪ nilza rosa de lima ▪ odilon silva araujo ▪ orlando pereira ▪ oswaldo martins de lima ▪ paulo césar de oliveira ▪ paulo josé martins ▪ paulo roberto de s. lima ▪ paulo roberto simões siqueira ▪ paulo zuquim de figueiredo neves ▪ pedro antônio ▪ pedro francisco souza ▪ pedro honorato da costa ▪ pedro josé neves ▪ ricardo de souza zeferino ▪ rogério augusto assis ▪ rogério de oliveira resende ▪ rogério pena siqueira ▪ ronaldo manassés ▪ rosa de jesus ▪ rosalba maria fiorini maia ▪ rosalvo fabiano frias ▪ rosemary o. rocha ▪ sara lúcia ferreira ▪ sebastião ▪ francisco de oliveira ▪ sérgio antônio de oliveira ▪ shirlene m. peixoto ▪ sidney gualberto da silva ▪ sílvia adriana dos santos ▪ sônia da piedade ferreira ▪ sônia maria de oliveira ▪ terezinha eva de andrade santos ▪ terezinha santana couto ▪ valter malaquias rezende ▪ vera cristina de oliveira ▪ vicente alves de oliveira ▪ vilma de a l. schiffinei ▪ wania ferreira duarte ▪ washington h. figueiredo ▪ washington rodrigues da silva ▪ wellington da silveira ▪ wilson soares ▪ yuzo sato ▪ zélia maria de oliveira faria ▪

3 - PALESTRANTES / EXPOSITORES / MEDIADORES

Abertura

- Abertura Oficial
  Murilo de Campos Valadares
  Sérgio Ferrara
  Célio de Castro
- Processo Geral da II Conferência Municipal de Política Urbana
  José Abílio Belo Pereira
- Estatuto da Cidade
  Nilmário Miranda
  Luiz César Queiroz Ribeiro

Ciclo de Palestras

- Agenda 21 e Agenda Habitat:
  Roberto Messias Franco
  Flávia Brasil
  Iracema Generoso Bhering
- Estatuto da Cidade, Instrumentos Urbanísticos e Gestão Democrática:
  Jupira Gomes de Mendonça
  Nabil Bouduki
  Liana Portilho
- Sustentabilidade e Financiamento da Cidade / Desenvolvimento Econômico e Inclusão:
  Maurício Borges
  Antônio Carlos Brandão
  Teodoro Lamounier
- Espaço Público e Cidadania:
  Manoel Teixeira de Azevedo Júnior
  Eliana Comin
  Marcos Túlio de Melo
  Leonardo Castriota
- Questão Metropolitana:
  Ana Clara Torres Ribeiro
  José Moreira da Silva
  Sérgio Ferrara

Pré-Conferências Temáticas

- Mobilidade, Transporte e Trânsito:
  Eduardo Alcântara de Vasconcelos
- Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento:
  Luiz Roberto Santos Moraes

Curso de Capacitação de Delegados

- Professores convidados:
  Sérgio de Azevedo
  Otilie Macedo Pinheiro
  Jupira gomes de Mendonça
  Iracema Generoso de Abreu Bhering
  Edgar Pontes Magalhães

IV - PRODUTOS

1 - ABERTURA

Apresenta-se, abaixo, a transcrição da abertura oficial da Conferência, realizada pelo prefeito Célio de Castro, precedida das palavras do secretário municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental, Murilo de Campos Valadares, e do vereador Sérgio Ferrara; em seguida, a apresentação pelo secretário municipal de Regulação Urbana, José Abílio Belo Pereira, da programação e do processo de desenvolvimento da Conferência.

Ainda na sessão de abertura, foram proferidas palestras sobre o Estatuto da Cidade pelo deputado federal Nilmário Miranda e pelo professor Luiz César Queiroz Ribeiro, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também transcritas.

▪ MURILO DE CAMPOS VALADARES[1]

Nós vamos discutir aqui a cidade de Belo Horizonte e ela não é isolada do mundo. Um princípio fundamental da nossa discussão é a construção que a gente quer fazer para Belo Horizonte, tendo em vista a realidade brasileira. Como iremos incluir a população pobre, a população de vilas dessa cidade, como iremos fazer um projeto de inclusão?

Esse é um grande passo que devemos discutir na política urbana: como construir uma boa qualidade de vida na cidade, com a desigualdade, com o salário mínimo de R$ 180,00? Como vamos urbanizar todas as vilas com uma arrecadação anual insuficiente? Como vamos cuidar do sistema viário se a arrecadação anual também não dá? Como vamos cuidar dos rios de Belo Horizonte, se o orçamento também não dá?

Penso que devemos construir a cidade junto com a população. Ter um planejamento urbano em que a população participe, que nos ajude a construir a cidade que a gente quer. A cidade que a gente quer é uma cidade que tem uma boa qualidade de vida? Isso é muito genérico e não basta, por isso estamos aqui, discutindo, abrindo essa conferência e chamando as pessoas a participarem. Os empresários, os técnicos, a população e as regionais participarão com seus problemas específicos.

Amanhã entrará em vigor o Estatuto da Cidade, que para Belo Horizonte não é desconhecido. Belo Horizonte já elaborou seu Plano Diretor e dele constam vários pontos desse Estatuto.

Esta é a II Conferência de Política Urbana da capital mineira. A primeira, foi realizada com grande esforço, há quatro anos, pelo Secretário Maurício Borges e por toda a sua equipe. Nessa segunda, a gente quer dar um passo além. Queremos envolver o maior número possível de pessoas para discutir mudanças no Plano Diretor e fazer alterações na lei de uso e ocupação do solo.

Nós queremos que os cidadãos participem, para que quando nós mudarmos a legislação, que seja para valer, que a lei seja cumprida e que ninguém seja prejudicado. Que as mudanças sejam feitas pela participação da população, dos bairros. Assim, o poder público terá condições de fazer as liberações, as licenças dessa cidade que está sendo construída, sem confrontos, sem divergências. Porque as divergências ocorrem sim, as divergências são boas para o debate da Política Urbana. Nós podemos divergir e chegar a uma proposta de consenso e com o apoio dos vereadores, da Câmara de Vereadores, nós poderemos construir uma cidade melhor do que a que se tem hoje. Após essa II Conferência de Política Urbana, a prefeitura de Belo Horizonte terá definido um novo caminho e saberá para onde vamos crescer: se vamos verticalizar, se não vamos verticalizar.

Aproveitando esse momento, gostaria de dizer ao prefeito Célio de Castro, que nos deu essa tarefa, que a prefeitura de Belo Horizonte, na área urbana, tem feito grandes intervenções na cidade, ao contrário do que muita gente diz: hoje, com a participação de muitos companheiros, estamos executando sessenta e oito obras do Orçamento Participativo. Estamos construindo uma obra reclamada há mais de vinte anos pela população, que é a lagoa da Pampulha.

Por acaso, ontem no jornal, um biólogo disse que nós não podemos intervir na lagoa da Pampulha, porque isso vai prejudicar a fauna. Então, ele quer a lagoa assoreada. A prefeitura faz um projeto de mudança da lagoa, de embelezamento daquela região, e a gente vê pessoas da cidade de Belo Horizonte, cidadãos, não querendo aquela intervenção, dizendo que vai atrapalhar. Nós vamos desassorear, nós vamos salvar a lagoa da Pampulha. E não basta, meus amigos, na Conferência de Política Urbana, dizer: "eu tenho uma solução mais barata." Qual é a solução mais barata? É necessário que se diga. Porque Belo Horizonte está cansada de debates estéreis, que não levam a nada, que não constróem nada.

Neste ano, já executamos cento e dezoito quilômetros de asfalto, estamos melhorando as vias, porque

[1] Engenheiro civil e secretário municipal de Coordenação da Política Urbana e Ambiental de Belo Horizonte.

melhorar as vias significa o ir e vir mais rápido, a mobilidade urbana. Nós temos que fazer a intervenção no sistema viário. Com todas as diferenças existentes na sociedade em que vivemos, nessa sociedade de diferença de classes, eu acho que nós podemos melhorar a vida do povo, nós podemos melhorar a vida do povo com deslocamento, nós podemos melhorar a vida do povo com a gestão participativa. Essa é a diferença de Belo Horizonte para as outras cidades. As outras cidades também têm vilas, as outras cidades têm pobres, as outras cidades têm problemas de transporte. Mas, em Belo Horizonte nós temos uma gestão diferenciada, porque o povo, nos últimos tempos, tem participado conosco, através do orçamento participativo, através da Comissão de Transportes, do Conselho de Saúde, e de vários outros Conselhos. Se nós somos iguais em vários aspectos, esse é o diferencial marcante de Belo Horizonte.

E hoje, estamos começando uma outra diferença, que é fazer gestão urbana, que é fazer planejamento urbano para a construção de uma cidade muito melhor. Nós acreditamos na população e nos técnicos da cidade de Belo Horizonte que, juntamente com o prefeito Célio de Castro, têm competência para planejar essa cidade. E é assim que nós queremos. Com a participação de vocês essa cidade vai ser construída e vai ser respeitada.

▪ SÉRGIO FERRARA[2]

Há poucos dias, vivemos um momento ímpar na Câmara Municipal, quando o vice-prefeito Fernando Pimentel lá esteve com a incumbência de levar o orçamento de 2002. Fizemos algumas reflexões juntos, avaliando esta peça: Belo Horizonte tem um orçamento superior a dois bilhões, um pouco mais do que dois bilhões, e, no mês passado, o governo federal gastou oito bilhões para pagar os juros da dívida externa. Quatro vezes mais do que o nosso orçamento anual, gastos de uma só canetada abatendo juros de uma dívida infindável, de uma dívida incessante. Discutimos mais sobre essa peça. Temos dois bilhões de reais para cuidar não só de dois milhões de habitantes mas de quase quatro, porque não podemos mais desprender Belo Horizonte da região metropolitana, com mais de trinta e dois municípios e problemas que vêm desaguar aqui em nossa capital: saúde, educação, trânsito, segurança, desemprego. É uma situação cruel.

As regiões metropolitanas passam, hoje, por uma situação de penúria. E fico imaginando a nossa missão de legislar, que é, na minha opinião, a busca da interlocução permanente da população com seus representantes, para buscar uma melhor qualidade de vida, buscar uma melhor maneira de trazer o fomento, o desenvolvimento num momento tão grave, num momento cruel, em que estamos novamente em guerra. Num momento em que a economia balança novamente. O Brasil, aliás, é o único país do mundo, é bom que se registre, em que o dólar subiu em toda essa situação – a Europa comemora a alta do Euro, em relação ao dólar. No Brasil, mais uma vez a especulação impera e isso gera mais crise, mais desemprego, um quadro recessivo, nada alentador.

E essa conferência em boa hora vem, para que nós possamos discutir as mudanças, os segmentos populares, os setores que aqui se encontram, com a população de maneira geral. Como vamos trazer para Belo Horizonte mais desenvolvimento, mais qualidade, mais fomento?

Isso tudo passa por aqui. O urbanismo, hoje, é a prova cabal de que planejando, discutindo, equacionando, podemos trazer para a cidade tudo isso. Mas deixo aqui o meu breve alerta sobre as questões metropolitanas: não é mais possível pensar a cidade isoladamente, não é mais possível que a gente enxergue Belo Horizonte isolada desses trinta e dois municípios, onde tantos problemas, que fisicamente, geograficamente não nos pertencem mas, aqui deságuam todos os dias. E essa situação continuará por muito tempo, até que se discuta novamente o pacto federativo. Até que se discuta novamente a dívida externa e até que se discuta novamente o que fazer com o dinheiro de todos os brasileiros. Quais as prioridades que a população quer?

Que Deus nos ilumine a todos e que possamos, ao final de mais essa conferência, produzir uma peça que venha a trazer bons frutos para a cidade.

▪ PREFEITO CÉLIO DE CASTRO

Quero cumprimentar os participantes dessa sessão inaugural da II Conferência Municipal de Política Urbana e dizer que é pensamento nosso que esse momento é muito importante para a cidade. Aqui começa a II Conferência de Políticas Urbanas. A primeira, realizada há cerca de quatro anos, foi um sucesso. Idéias, colaborações, diretrizes, conceitos sugiram daquela conferência. Eu estou certo que essa II Conferência de Políticas Urbanas, seguramente, produzirá igual ou maior resultado que a primeira. Nesse momento, a reflexão que nos acode é perguntar, como disse o secretário Murilo Valadares: que cidade queremos? Mas, antes é preciso perguntar: qual a CIDADE QUE SOMOS? Qual a cidade que temos?

[2] Advogado, cientista social, vereador e membro da Comissão Permanente de Política Urbana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Belo Horizonte completa cento e quatro anos. É uma capital ainda jovem, centro de uma região metropolitana de vinte e seis municípios, que abriga mais de quatro milhões de habitantes. Essa Belo Horizonte apresenta vários aspectos e é uma cidade que tem suas belezas, seus encantamentos, sua ternura. Principalmente agora, no desabrochar da primavera, quando a cidade se enfeita, se engalana, cheia de flores, e retoma seu nome de cidade jardim.

Mas Belo Horizonte também é a cidade dos contrastes. É uma cidade que precisamos conhecer melhor: a cidade que tem trezentos e oitenta mil pessoas que vivem em favelas, vilas e conjuntos habitacionais. É a cidade que tem quatrocentos mil desempregados. É a cidade em que jovens perambulam sem rumo e sem destino, porque estão desempregados e não têm acesso ao mercado formal de trabalho. É a cidade em que faltam alguns dos serviços essenciais, por exemplo o saneamento básico, direito de todo cidadão. E Belo Horizonte ainda tem grande parcela da população sem esses direitos básicos. É a cidade que ainda apresenta deficiências na habitação, embora o esforço seja muito grande na prefeitura. É a cidade que apresenta dificuldades no transporte.

Nós sabemos de tudo isso. Mas também é uma cidade que trabalha no seu dia-a-dia através de vocês, homens, mulheres, velhos e crianças, que labutam nessa cidade e que sonham com uma cidade melhor. Então podemos dizer, depois de fazermos essa breve radiografia da cidade, que somos a CIDADE QUE QUEREMOS.

Seguramente, não queremos Belo Horizonte apenas engalanada pela primavera. Queremos que a justiça social seja também a marca de Belo Horizonte e, para isso, precisamos dizer que a injustiça social não é decorrente só dos aspectos da cidade. Ela vem de um país devastado, de um país em que a democracia é apenas de fachada, em que a democracia convive com o que eu costumo chamar de fascismo social.

E na nossa cidade, como em todas as cidades do Brasil, hoje se vê de maneira mais clara o desastre social que é o país, o desastre da economia, o desastre da política, o desastre do administrativismo, o desastre do federalismo que está acabando. Então, eu preciso que nós pensemos A CIDADE QUE QUEREMOS dentro dessa perspectiva. Isso não nos impede de sonhar, pelo contrário, nos obriga a sonhar, nos obriga a buscar a utopia da CIDADE QUE QUEREMOS. E a CIDADE QUE QUEREMOS, seguramente, é uma cidade diferente dessa. Será uma cidade em que nós poderemos dizer, talvez: aqui não se tem mais fome. Será uma cidade, nós sonhamos, em que um dia possamos dizer: aqui não tem mais desempregados. Será a cidade onde talvez um dia possamos, e é ousadia sonhar, ter saneamento para todas as camadas da população. Nós sabemos muito bem que temos que sonhar com isso, para que o nosso sonho se sustente e se transforme em realidade.

Eu lhes digo, com toda a sinceridade, que o trabalho da equipe de governo na prefeitura tem sido nesse sentido. Claro, com limitações, com dificuldades, com insuficiências nossas de toda ordem, mas quero dizer que a prefeitura de Belo Horizonte, nesses oito anos e nove meses de mandato popular, tem feito muito por essa cidade. E permitam-me dizer o que a prefeitura tem feito, recentemente:

– só do orçamento participativo estão sendo concluídas sessenta e oito obras, atualmente; estamos perto de alcançar seiscentas obras do orçamento participativo; são seiscentas obras que mudaram, modificaram o perfil da cidade, combatendo as injustiças que eu mencionei há pouco;
– nós podemos dizer que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte tem um programa habitacional que é o mais avançado do Brasil e que tenta, a todo o custo, solucionar o déficit habitacional brutal que a cidade apresenta;
– podemos, ainda, dizer que estamos entregando à cidade obras fundamentais, feitas com recursos próprios, como a obra de recuperação do fundo do ribeirão Arrudas, agora totalmente recuperado como a obra de recuperação da galeria da Avenida Uruguai, já concluída;
– podemos dizer que a obra de contenção do Belvedere, a maior alça viária, vai beneficiar milhares de pessoas;
– as obras da Pampulha, com o vertedouro já concluído, vão continuar em que pesem as falas pessimistas e as aves de mau agouro;
– nós podemos dizer que a obra da Pedro II, importantíssima para toda a região noroeste e a Pampulha, também continua sendo feita.

Podemos dizer mais: o vereador Sérgio Ferrara, presidente da Câmara Municipal, se referiu ao orçamento, à proposta orçamentária entregue pelo vice-prefeito, em nome do prefeito, à Câmara dos Vereadores e ali consta a previsão de todos os recursos da prefeitura para o ano que vem. Observem bem, dois bilhões e cento e oitenta e quatro milhões de reais de recursos próprios. E é bom que se lembre rapidamente:

– 49,05% desse montante foi destinado para políticas sociais, para combater a injustiça, a miséria, o desamparo, os guetos da ignorância de criminalidade;
– aproximadamente 30% para a realização de obras.

Isso significa que ano que vem nós teremos seiscentos e trinta milhões de recursos próprios para obras que

realizaremos. Por exemplo: nas áreas de risco, esse ano nós empregamos trinta e cinco milhões de reais.

Podemos dizer com orgulho, presidente Sérgio Ferrara, que dos 49,05% do orçamento que será destinado para as políticas sociais iremos investir na saúde, com recursos próprios da prefeitura, 17,8%. Isso significa que nós fomos muito além do previsto pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, que prevê 10% para essa área. Para a educação, área tão sensível, a lei de diretrizes básicas prevê 30% de aplicação e nós iremos empregar, de recursos próprios, 32,9% nessa área.

Quero prestar contas, porque é importante que a cidade saiba, quando vamos discutir a CIDADE QUE QUEREMOS, a CIDADE QUE SOMOS, além de saber em que o seu dinheiro está sendo empregado, em que áreas o seu dinheiro do IPTU e do ISS está sendo empregado. Nós queremos que o orçamento da prefeitura seja de conhecimento de todos mas, mais do que o conhecimento do orçamento, é importante que esse orçamento seja traduzido em obras, obras e intervenções sociais.

Políticas sociais e obras se confundem, tanto que na reforma administrativa da prefeitura, aprovada pela Câmara Municipal, duas Secretarias de Coordenação se destacam pela visibilidade que têm perante a cidade: a Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental, dirigida por Murilo Valadares, e a Secretaria Municipal de Coordenação de Políticas Sociais, dirigida pelo Secretário Maurício Borges. Nessas duas Secretarias, que são compostas de vários e valorosos companheiros aqui presentes, os Secretários Temáticos, juntamente com os coordenadores e com o prefeito, vão tornar essa realidade um pouco mais alegre do que ela é no momento.

Que nós possamos talvez, e continuamos com o sonho na utopia, fazer com que Belo Horizonte, a cidade que a primavera encanta e enaltece, seja também a cidade onde não haja mais pobreza, miséria, e guetos de exclusão social. Esses são os votos do prefeito. Essa é minha certeza ao abrir a II Conferência Municipal de Política Urbana. Tenho absoluta convicção de que os trabalhos que aqui vão se realizar serão permeados pelo sonho, pela utopia e pelo desejo permanente de fazermos uma Belo Horizonte maior, melhor e mais bonita.

O Processo Geral da II Conferência Municipal de Política Urbana

▪ JOSÉ ABÍLIO PEREIRA [3]

Gostaria que, nessa nossa reflexão, nesse nosso processo de construir participativamente uma cidade, a gente pudesse trazer, a cada momento dessa conferência, a cada espaço de debate, a nossa bagagem, aquela bagagem que foi vivenciada, que foi sentida em múltiplos sentidos, bagagem que, às vezes, traz a nossa vida profissional, bagagem que traz a nossa vida de militância, bagagem de moradores de um pedaço da cidade. Então, eu queria convidar a todos para que, durante esse processo da conferência, a gente trouxesse o máximo possível dessa bagagem que a vida foi nos legando, para discutir a CIDADE QUE SOMOS e a CIDADE QUE QUEREMOS.

Vou fazer uma breve explanação sobre como vai ser a conferência. O Plano Diretor de Belo Horizonte tem algumas grandes diretrizes. A primeira é a gestão urbana participativa, comprometida com a consolidação da cidadania e trabalhando um planejamento atento ao dinamismo da cidade. Esse é o desafio, o nosso ato de planejar deve estar o tempo inteiro se espelhando no dinamismo da cidade.

Uma outra grande diretriz é a questão da sustentabilidade, de buscarmos um desenvolvimento econômico comprometido com o desenvolvimento social e ambiental, uma utilização do solo com garantia de conforto, segurança e salubridade para todos, uma utilização racional da infra-estrutura que a nossa história já construiu, a valorização do patrimônio ambiental e cultural e o respeito e a valorização das peculiaridades locais, das identidades locais.

Outra grande diretriz é a inclusão, o acesso à terra e à moradia digna para todos, especialmente os de baixa renda, a universalização dos serviços de saneamento, educação, saúde, abastecimento alimentar, esporte, lazer e a garantia de acesso aos centros de trabalho e consumo.

O Plano Diretor tem uma concepção espacial centrada na questão da descentralização que, nesse sentido, traz uma contenção do crescimento das atividades da área central, um estímulo ao surgimento e reforço de centros e de novas centralidades da cidade, e a criação de alternativas ao sistema radioconcêntrico, que é o sistema tradicional da nossa cidade. Outros aspectos dessa concepção são: a valorização dos espaços públicos, enquanto espaços privilegiados de convivência social e cidadania; a multiplicidade de usos do espaço urbano, com garantia de uma boa convivência dos diversos usos; um adensamento compatível com a infra-estrutura e as condições ambientais.

Vou destacar, nesses traços do Plano Diretor de Belo Horizonte, a gestão urbana participativa, que está centrada em dois grandes elementos: a Conferência Municipal de Política Urbana e o Conselho Municipal

[3] Arquiteto, professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Isabela Hendrix e secretário municipal de Regulação Urbana de Belo Horizonte.

de Política Urbana. O Conselho Municipal de Política Urbana tem as seguintes atribuições:

– monitorar a implementação das normas contidas na lei do Plano Diretor e na lei de parcelamento, ocupação e uso do solo, sugerindo modificações em seus dispositivos;
– opinar sobre a compatibilidade das propostas de obras contidas nos planos plurianuais e nos orçamentos anuais com as diretrizes dessas leis;
– realizar, quadrianualmente, a Conferência Municipal de Política Urbana (e a II é a que se inicia aqui, hoje).

A Conferência Municipal de Política Urbana que se dá, portanto, de quatro em quatro anos, é o grande momento de avaliação e de monitoramento da cidade e tem como objetivos: avaliar a condução e os impactos da implementação das normas do Plano Diretor e da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo; sugerir alterações nas diretrizes estabelecidas nessas leis; sugerir alteração no cronograma de investimentos prioritários em obras.

Fazendo um breve histórico, a primeira conferência aconteceu em 99. Como o Plano Diretor foi aprovado em 96, entre a primeira conferência e a aprovação do Plano Diretor, tinham-se passado apenas três anos. Então, a primeira conferência, na verdade, não tinha nem condições de fazer uma grande avaliação do Plano, mas propôs ajustes na Lei do Plano Diretor e na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo.

Nesta segunda conferência, nós estamos tentando avançar mais: além de fazer uma grande discussão sobre legislação urbana, queríamos fazer uma grande discussão sobre a cidade vista sobre múltiplos olhares. O grande objetivo dessa segunda Conferência de Política Urbana é construir, coletivamente, um diagnóstico da CIDADE QUE SOMOS, considerando o quadro atual da realidade de Belo Horizonte e suas tendências e, a partir desse amplo conhecimento, elaborar uma proposta da CIDADE QUE QUEREMOS, definindo os encaminhamentos necessários para efetivá-la, tais como alterações em lei, execução de grandes obras estruturantes e mudanças de ação governamental.

Estamos tendo, neste primeiro momento, a abertura da Conferência; depois, teremos um ciclo de palestras de temas transversais, que são temas de interesse coletivo; em seguida, as Pré-Conferências Temáticas, num período que vai até o mês de dezembro; depois, um grande debate sobre o desenvolvimento econômico de Belo Horizonte, em fevereiro; logo em seguida, as Pré-Conferências Regionais. Nas Pré-Conferências Temáticas e nas Pré-Conferências Regionais vamos eleger os delegados que vão participar da Conferência propriamente dita, em abril. Vou detalhar um pouquinho cada um.

O Ciclo de Palestras visa fornecer, a todos nós, um aprofundamento do conhecimento de temas importantes, que vão subsidiar toda a discussão que vem pela frente e favorecer e reforçar uma visão mais integrada da cidade. Aí, elegemos como temas a serem discutidos: espaço público e cidadania, sustentabilidade e financiamento da cidade, desenvolvimento econômico e inclusão, democracia e gestão urbana, Estatuto da Cidade, Agenda 21, Agenda Habitat e a questão metropolitana. Esse ciclo deve se dar ao longo do mês de outubro. Em seguida, nós entramos no período das Pré-Conferências Temáticas, cujo objetivo é construir, a partir da percepção e conhecimento dos participantes, um diagnóstico da CIDADE QUE SOMOS, enfocando o quadro da realidade atual de Belo Horizonte e suas tendências, e eleger os delegados para a etapa final da Conferência.

As Pré-Conferências Temáticas vão ser quatro: a primeira sobre mobilidade urbana, sistema viário, transporte coletivo e trânsito; a segunda sobre controle urbano e patrimônio histórico; a terceira sobre meio ambiente, recursos hídricos e saneamentos; a quarta sobre habitação, vilas e favelas.

Depois, entramos no ciclo das Pré-Conferências Regionais. Estão listadas aí as nove regionais, sendo que nós vamos iniciar os Planos Diretores regionais nessa etapa da conferência. Tem uma regional, que é Venda Nova, que já tem Plano Diretor, as demais nós temos que fazer. Então vamos iniciá-los exatamente nesse ciclo de debates, na Pré-Conferência Regional.

Depois, só para detalhar um pouco essas Pré-Conferências, os participantes deverão se inscrever previamente, para ter direito a voto nas Pré-Conferências e poderem se candidatar a delegados. No ato da inscrição, os participantes deverão se colocar numa das três categorias (popular, técnica ou empresarial), porque essas três categorias é que vão eleger os delegados das Pré-Conferências Temáticas para a Conferência. Nas demais Pré-Conferências Temáticas qualquer cidadão pode se candidatar a delegado e se inscrever. A única exceção é no caso específico da Pré-Conferência de Habitação, Vilas e Favelas, onde vão ser inscritas somente entidades, porque a habitação está simultaneamente vivenciando o processo da Conferência de Habitação, que, em um determinado momento, faz uma interseção com a Conferência Municipal de Política Urbana mas que tem todo um ritual específico por força de lei. Então, as pessoas que podem se inscrever e os candidatos a delegados da Pré-Conferência de Habitação, Vilas e Favelas, têm que ser representantes de entidades envolvidas com a questão da moradia.

Depois, nas Pré-Conferência Regionais, as pessoas podem participar mas a inscrição, para ter direito a voto, ou seja, direito a ser delegado também, será restrita para representante das entidades que integram o

plenário dos Conselhos Regionais Populares.

Cada Conferência Temática vai eleger trinta delegados, sendo dez do setor popular, dez do setor empresarial e dez do setor técnico, além de mais um delegado a cada cinqüenta representantes, até um máximo de três. Então, cada Temática pode ter trinta e três delegados no máximo.

Cada Pré-Conferência Regional pode eleger dez delegados representantes de entidades e mais um representante para cada cinqüenta pessoas, no total máximo de quatro. Então, cada Regional pode eleger no máximo quatorze delegados.

As Pré-Conferências Temáticas vão se dar em novembro e dezembro e as Regionais de fevereiro a março.

A etapa final das Pré-Conferências vai ser no mês de março e a Conferência inicia-se aí, composta por delegados. Qualquer pessoa pode assistir mas só os delegados têm direito a voto, no mês de abril. Então, nessa primeira etapa das Pré-Conferências, nós vamos detalhando mais o diagnóstico; na segunda etapa, na Conferência, estaremos detalhando mais A CIDADE QUE QUEREMOS.

Nessa época da conferência, no mês de abril, nós vamos trabalhar com o conjunto dos delegados e vamos compor, também, grupos de trabalhos para que possam ser encaminhadas as questões que têm que ser encaminhadas para mudanças de legislação, ou que devem ser encaminhadas ao governo, enquanto propostas de obras e de ações, ou então, enquanto propostas de ampliação da gestão democrática. Essas propostas que vão ser desenvolvidas nos grupos de trabalho serão submetidas ao Conselho Municipal de Política Urbana e, daí, em seguida, vão para a Câmara, para votação quando for o caso.

Então, isso é mais ou menos uma síntese muito breve, muito rápida, da estrutura da conferência. Queria, de novo, convidar todo mundo a participar e dizer para trazer a mala da bagagem que cada um tem na sua vida, na sua vivência.

O regimento das Pré-Conferências foi aprovado no COMPUR e o regimento da Conferência vai ser aprovado no início da própria Conferência, pelos delegados eleitos nas Pré-Conferências Temáticas e Regionais.

Estatuto da Cidade

▪ DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA[4]

As nossas cidades são injustas, porque nós somos um dos países mais injustos do mundo. Nós chegamos a ser a oitava economia do mundo e regredimos agora para a décima, depois de quase vinte anos sem crescimento econômico. Ao mesmo tempo, nós temos uma das taxas mais perversas de distribuição de renda do mundo. Então, um país injusto tem que ter cidades injustas também e um país de desigualdades tem que ter, também, cidades extremamente desiguais.

Nós não podemos deixar de falar algumas coisas que são óbvias, tem momentos em que se tem que falar do óbvio. Não podemos deixar de lembrar que fomos, durante trezentos e vinte e dois anos colônia, um território para exploração predatória, um território que não tinha direito a ser Estado e em que havia saque e transferência das nossas riquezas. Hoje nós estamos pagando o preço: 15 a 16% da população mundial tem 80% da riqueza gerada em todo o mundo. Gerada por nós, ao longo desses séculos de transferência de riquezas do continente americano, da África, da Ásia, para produzir essa extraordinária concentração da riqueza, do poder e do saber em alguns poucos países do hemisfério norte que, por sua vez, têm grandes desigualdades também.

E durante trezentos e sessenta e quatro anos nós mantivemos, aqui em nosso país, a forma mais cruel, penosa e degradante de exploração do homem pelo homem que era a escravidão – e os escravos eram a maioria do povo brasileiro. Quando a escravidão acabou, em 1888, havia treze milhões de brasileiros aqui e oito milhões eram negros e pardos. E pessoas que tiveram durante séculos o fruto integral do seu trabalho apropriado, não tinham direito a um salário, nem sequer um salário de fome. Eram mantidos vivos como mercadorias, para no dia seguinte voltar a produzir riquezas, que eram integralmente apropriadas, 100% apropriadas. E um sistema que só podia se manter pelo exercício diário e permanente da violência já que ninguém, obviamente, aceita ser escravo por vontade própria, só por imposição.

Assim como também tivemos em nossa história nada menos que cem etnias destruídas aqui, em quinhentos anos de história do Brasil. Lá no Superior Tribunal de Justiça está tendo uma exposição muito interessante, chama-se cinqüenta mil anos de Brasil. A história do Brasil tem um registro de pelo menos cinqüenta mil anos, a partir de pesquisas arqueológicas que mostram a existência de brasileiros há cinqüenta mil anos.

E quando os portugueses chegaram, havia aqui cinco milhões de brasileiros. Nesse período, cem etnias foram destruídas pela violência, ou por outras formas de violência política ou cultural. E, mesmo quando tivemos a independência, ela não significou uma independência e uma libertação para os brasileiros. A

[4] Jornalista e deputado federal.

maioria dos brasileiros só teve a independência do estatuto colonial que aqui havia.

A colônia foi um empreendimento privado e vinculado a uma grande concentração de terra, da propriedade e os índios, negros e brancos não-proprietários, os brancos pobres, eram considerados classes perigosas, depois da independência. Durante o século XIX, havia muitas teorias que se expressavam em políticas públicas concretas, em nossas cidades por exemplo, das chamadas classes perigosas, quer dizer, a maioria do nosso povo era considerado classe perigosa, pessoas que deviam ser segregadas, separadas.

As grandes reformas urbanas que tivemos no Brasil, eram reformas segregadoras, reformas para separar as classes perigosas das cidades, que deviam ser preservadas. Assim, para desfrute dos proprietários, das classes dominantes, das minorias, dos burocratas. Mesmo BH, que já foi construída após a abolição da escravidão, já depois da República, na fase da República Velha, já como uma cidade planejada, todo mundo sabe que os operários construtores da cidade já foram para fora da Avenida do Contorno, para fora da cidade planejada, e também logo começamos a conhecer aqui as favelas, para nossas classes perigosas.

Mas nosso povo sempre lutou. Naquele período da colônia, da escravidão, nós tivemos centenas, milhares de quilombos, dos negros que se opunham, que buscavam liberdade, que recusavam aquela forma cruel de exploração. Nós temos também a resistência indígena e os brasileiros que se formaram, os brancos pobres, junto com os índios e os negros e suas misturas étnicas, foram criando o povo brasileiro, que sempre também lutara pela independência nacional. E todos nós conhecemos essa luta, que atravessou séculos, dos brasileiros pela independência.

Quem não lembra aqui, da luta heróica da nossa primeira classe operária, para reduzir a jornada de quatorze horas, treze horas, doze horas? De uma forma de exploração, que permitia que crianças até de seis anos trabalhassem à noite e que as mulheres, inclusive grávidas, pudessem trabalhar à noite também, em ambientes insalubres, em ambientes pesados. A luta sindical era considerada uma forma perigosa de subversão.

Um presidente da República Velha chegou a dizer que a questão social era uma questão de polícia. Chegaram a construir um presídio em São Paulo só para os líderes sindicais imigrantes, para serem deportados depois. Mas quem não se lembra também da luta heróica das mulheres pelo direito ao voto? Ou dos socialistas pelas reformas políticas, dos nacionalistas de todos os tempos, por um Estado Nacional Brasileiro? E da Coluna Prestes? Enfim, nosso povo sempre lutou.

Minhas primeiras lembranças de participação política foram, já adolescente, em Teófilo Otoni. Era pelas reformas de base na década de sessenta, quer dizer, eu fui seduzido para a política pelas reformas de base. E o que eram as reformas de base?

Eram basicamente, a reforma agrária. O Brasil é um país que sempre manteve uma grande concentração da terra e o poder concentrado, através de concentração da terra. A reforma urbana, lá em Teófilo Otoni a gente não conseguia saber direito o que era a reforma urbana, porque não fazia parte da nossa realidade. Mas quem vivia no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, sabia da importância da reforma urbana, porque o que eram aquelas cidades? São Paulo, veio a se saber depois, que em 1970 só 1% da população vivia em vilas e favelas. E hoje 23%, 24% da população de São Paulo vive em vilas e favelas, vive em estado de segregação.

Então, a outra era a reforma do ensino e a remessa de lucros, que era o Brasil querendo estabelecer sua relação de soberania, de desenvolvimento com capital internacional. Se tivéssemos tido uma reforma urbana naquela época, e uma reforma agrária também, é claro que o Brasil teria sido outro, completamente diferente. Imagina, São Paulo era uma das maiores cidades do hemisfério e não tinha favelas ainda, até a década de sessenta.

Mas eu acho que o golpe veio para isso. O golpe militar aconteceu no Brasil para impedir as reformas de base, não tinha outro sentido. Impedir a reforma urbana, impedir a reforma agrária, impedir a lei da remessa de lucros e a reforma do ensino, que viabilizasse que o povo brasileiro tivesse o acesso pleno à educação e ao desenvolvimento do incentivo tecnológico, para ter um desenvolvimento soberano. E as nossas classes dominantes optaram por outra forma, como sempre pelo autoritarismo e pela modernização conservadora, excludente e concentradora da renda e da riqueza do poder. Mas, como o povo continuava resistindo, pelas armas ou pelas mobilizações, durante aquele período também, houve muita resistência armada e muita resistência não armada, já no fim da década de 70: a ditadura já estava se enfraquecendo.

Quais eram as grandes questões democráticas que trouxeram o povo de novo à luta?

A reforma urbana de novo, a reforma agrária de novo, ao lado da anistia, ao lado da reconquista da democracia. E a reforma urbana veio novamente, veio pelas mãos das classes segregadas, das classes perigosas, das classes populares, das classes trabalhadoras. A reforma urbana tem uma história no Brasil, depois do golpe. Foi o movimento da carestia de São Paulo, a explosão do movimento comunitário de todo o Brasil, foram jornais populares surgindo em todo o Brasil, foi o novo sindicalismo, que teve sua expressão lá no ABC Paulista, mas que se estendeu por todo o país.

Então, quando nós chegamos ao fim da ditadura, houve a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que não foi também do jeito que o povo queria, nós queríamos uma constituinte exclusiva, que se reunisse apenas para fazer uma constituição, não se confundisse com a eleição de deputados e senadores pela forma tradicional. Porque a gente sabe que o modo como se faz eleições no Brasil leva ao predomínio das classes burguesas, das classes das elites, no Congresso Nacional. Então, a gente queria uma constituinte que, depois de um ano para o debate do povo, elegesse deputados exclusivos, fizesse a constituição e, depois, voltaríamos a ter um congresso, já sob novas leis, inclusive, e depois de uma reforma política democrática.

Mas nós perdemos. E ficou uma constituinte que compactuava com aquela correlação de força, favorecendo as classes proprietárias, as elites, essas classes que historicamente sempre se nutriram da segregação e da exclusão social da maioria do nosso povo. Então, o povo apelou para as emendas populares, foi um dos momentos mais bonitos da história desse país. O povo brasileiro desenhou um projeto de nação diferente, uma nação democrático-popular, através das emendas populares. Nós levamos para lá milhões de assinaturas para a reforma agrária, a reforma do ensino, a luta das mulheres, a luta da saúde. Nossa utopia para a educação, tudo foi nas emendas populares e também foi a reforma urbana. Mais de 300 mil pessoas assinaram uma emenda pela reforma urbana. E foi graças a isso que, pela primeira vez na história do Brasil, uma Carta Magna do país, uma Constituição, abrigou um capítulo sobre a reforma urbana, colocando aquela palavra mágica, que tanto assustava nossas elites: a função social da propriedade urbana e a relativização da propriedade urbana foram colocadas ali.

Mas nós sabíamos, também, da correlação de forças que nós tínhamos naquela constituinte. E tudo o que era do interesse do capital, era auto aplicável, ou foi logo regulamentado. Mas, tudo que era do interesse do campo, do trabalho, da maioria da população, de 90% da população brasileira, passou a depender de leis regulamentadoras ordinárias ou complementares. Aí começa outra luta.

O prefeito Célio de Castro se referiu muito a propriedade aqui. Que nós não podemos mais querer direitos apenas no papel, direitos formais, mas foi isso que aconteceu. A Constituição de 88 é, talvez, uma das peças mais bonitas da nossa história. Todos os direitos ali estão: os direitos civis, os direitos políticos, os direitos econômicos, os direitos sociais, os culturais, os direitos difusos, que incluem a sustentabilidade, o direito ao meio ambiente. Mas, passados 13 anos, nós podemos dizer que talvez o momento que nós estamos vivendo não seja só o da luta pelos direitos, que já estão no papel, mas sim pela efetivação desses direitos, pela implementação desses direitos, que ficaram, na sua maior parte, no papel.

E nós só conseguimos implementar os direitos onde se construiu a cidadania, porque direitos humanos – a diferença da cidadania é essa – direitos humanos todos têm, só por sermos humanos temos os direitos, todos os direitos. Mas, cidadão é aquele que sabe que tem um direito e luta pela sua implementação. Essa é a diferença que passa de um estágio para outro. Então, onde nós conseguimos avançar, às vezes conseguimos transformar os direitos formais em direito de cidadania mas, infelizmente, essa é uma luta que ainda está por se fazer.

Quando eu fui eleito pela primeira vez, em 90, para deputado federal, e cheguei em Brasília eu me reuni exatamente com o Fórum Nacional de Reforma Urbana, que fez aquela emenda popular e era a minha área de atuação, desde os jornais dos bairros. Então, ali nós decidimos o seguinte: há três prioridades para a luta do povo brasileiro das nossas cidades, sem contar a luta como classe trabalhadora – também não estou colocando aqui a luta maior do nosso país pelo direito ao desenvolvimento. Do ponto de vista do desenvolvimento popular urbano, eram três prioridades: era o Estatuto da Cidade, era uma política nacional de habitação popular, que enfrentasse o déficit habitacional que é terrível no nosso país e uma lei nacional de saneamento – tem-se que universalizar o saneamento. Estas são nossas prioridades, nós passamos a articular aqui desde o início de 1991.

O Estatuto da Cidade tinha sido aprovado no senado em dezembro, pelo senador Pompeu de Souza, foi o último ato dele como senador, eu acho que ele tinha sido derrotado. Ele se candidatou e perdeu no Distrito Federal e logo em 91 morreu. Ele foi um dos campeões das lutas democráticas lá no Distrito Federal. Foi uma pessoa, naquela época, muito reverenciada, deve ser sempre lembrado. E foi ele que aprovou o Estatuto da Cidade em dezembro de 90. Foi então quando, cumprindo aquele compromisso ali com o Fórum da Reforma Urbana, com os movimentos sociais urbanos, eu batalhei para virar relator do Estatuto da Cidade lá na Comissão de Desenvolvimento Urbano e fiquei desde abril de 1991. O Estatuto da Cidade veio a ser aprovado em julho de 2001, onze anos depois. Ele passou onze anos naquela Câmara, sendo boicotado, sendo sabotado, para ser aprovado depois de onze anos.

Acho que é importante dizer isso, porque quem, hoje, vai aos *workshops* promovidos pela Caixa Econômica Federal, pelo governo federal, tem a impressão que foram eles que criaram o Estatuto da Cidade. E não a luta histórica do povo brasileiro. É ótimo que a Caixa – e é papel da Caixa fazer isso – esteja cumprindo uma função relevante em fazer isso, importantíssimo que faça. Mas, ela não conta nos seus folhetos como nós chegamos a isso, nem todo o sofrimento que pontuou a luta pelo Estatuto da Cidade, para a função social da propriedade virar lei, para nós podemos dispor de instrumentos jurídicos, políticos, administrativos,

que estão no Estatuto da Cidade e serão objetos do nosso debate.

Ter um fundo de moradia popular quer dizer criar uma política nacional de habitação. No dia quatro de novembro de 1991, mais de cinco mil pessoas levaram um milhão de assinaturas para o primeiro projeto de iniciativa popular feito no país. E o presidente do Congresso foi lá fora, emocionado, receber os líderes dos grandes partidos, receber em carrinhos de mão, assim, com aquelas montanhas de assinaturas recolhidas. Imagina, um milhão de assinaturas, com título e tudo. Agora entrou na pauta da Câmara dos Deputados, há seis semanas que está na pauta, sendo transferido de uma semana para outra e não se vota. Mas entrou finalmente na pauta, dez anos depois. Talvez até quatro de novembro não tenhamos votado ainda, ainda vai para o senado.

E a lei nacional de saneamento? Nós chegamos a fazer um grande acordo nacional e no fim de 1994, se não me engano, e em novembro de 94 aprovamos a lei nacional de saneamento. Fiquei muito emocionado no dia, o ex-governador Antônio Brito tinha um projeto de lei de saneamento, o Mapassoni também tinha um, eu fui relator desse projeto. E então nós juntamos todos aqueles projetos, fizemos uma comissão especial, um acordo que envolveu os governos municipais, estaduais e federal, empresários, ecologistas e trabalhadores, trabalhadores do setor, todo mundo participou daquele acordo, centrais sindicais, e fizemos. Houve choros de alegria, de emoção quando se aprovou aquela lei. Mas Fernando Henrique Cardoso assumiu e, com quatro dias de governo, no dia quatro de janeiro de 1995, fez o veto integral da Política Nacional de Saneamento, que universalizava o saneamento, garantia regras permanentes e duráveis para uma política nacional de saneamento.

Então, é desse modo que nós temos que discutir A CIDADE QUE QUEREMOS, que é indissociável do Brasil que queremos, quer dizer, nós temos que mudar esse país para ter A CIDADE QUE QUEREMOS. Belo Horizonte está há mais de vinte anos lutando pelo seu metrô, que vem em conta-gotas. Nós nunca vamos resolver nosso déficit habitacional sem ter uma política habitacional estável, duradoura, justa, democrática para habitação popular, para erradicar o déficit de seis milhões de moradias. Mas conquistamos o Estatuto da Cidade. Pelo menos isso nós podemos bater no peito e dizer, com atraso mas conquistamos.

Acho que era fundamental fazer esse resgate e prestar uma homenagem ao povo brasileiro. Esse povo que, ao longo dos séculos, tem lutado por outro Brasil. Nós estamos num momento singular da nossa história. Toda vez que nós tivemos mudança o povo mudou antes. Nós estamos vivendo um momento muito semelhante à Revolução de 30, que foi uma das maiores mudanças na história desse país, apesar de ter sido também uma reforma conservadora e autoritária.

Naquela época acho que quando Getúlio Vargas saiu de São Borges ele era um capiau, que saiu de lá para lutar contra a fraude eleitoral, pela eleição de Júlio Prestes e o rompimento dos acordos ali da República Velha, das oligarquias regionais. E quando ele chegou no Rio de Janeiro, jamais imaginou que seria líder de uma revolução nacional, que ia mudar para sempre a história do país. Mas é que o povo tinha mudado antes, na década de 20: nossa heróica classe operária quando se constituiu, quando fez greves gerais, se organizou como classe; as mulheres que lutaram pelo direito ao voto; os tenentes de 22, 24, 26 e 28; a Coluna Prestes que por três anos rasgou esse país; a semana de arte moderna que colocou, pela primeira vez na história do Brasil, também, uma cultura nacional vinculada a um projeto de nação. Então, quando Getúlio chegou, o Brasil já queria outro Brasil.

Agora também é assim, nosso país não quer mais viver como vive, não quer mais viver na dependência do FMI, dos capitais internacionais, não quer que o FMI diga quando Belo Horizonte pode ter seu metrô, se as nossas vilas têm direito ao saneamento, se nosso povo tem direito a moradia, ou se nós podemos ter, sonhar em ter uma cidade mais justa em qualquer lugar desse país. Nosso povo agora, eu creio, vai dar um outro salto, assim como em grandes momentos da nossa história, por uma sociedade mais justa e, aí sim, nós vamos poder discutir A CIDADE QUE QUEREMOS, dentro do Brasil que queremos.

Estatuto da Cidade

▪ LUIZ CÉSAR QUEIROZ RIBEIRO[5]

Em primeiro lugar, porque estou aqui presenciando que é possível ainda pensar que o poder público tem um papel importante na sociedade brasileira. Nesse momento, aqui em Belo Horizonte, é uma satisfação muito grande fazer uma Conferência em torno do Estatuto da Cidade, o que quer dizer em torno da idéia de um planejamento urbano, no momento em que impera a crença de que a virtude do mercado e pela virtude do mercado nós vamos resolver os graves problemas da sociedade brasileira.

E é uma satisfação, também, ouvir as palavras que ouvi na abertura, ouvir novamente a menção, a idéia de utopia, do sonho, principalmente por um carioca, depois de alguns mandatos de governo locais liberais, onde a idéia de planejamento foi substituída completamente por essa crença de que espontaneamente o

[5] Graduado em Administração Pública, doutor em Planejamento Urbano, professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

mercado vai resolver nossos problemas.

É uma satisfação presenciar que a idéia da necessidade, da responsabilidade do poder público ainda encontra eco na sociedade. Por ofício de profissão, já que eu sou professor de planejamento urbano, tenho que acreditar nessa ferramenta e nessa atividade, na sua função social na sociedade. Mas eu acho que é mais do que uma crença profissional, é uma crença baseada na percepção, absolutamente clara, de que a sociedade brasileira não enfrentará os seus graves problemas, a não ser através de um sistema de solidariedade em que o estado, o poder público, tem uma função muito importante na construção desse sistema de solidariedade.

Tenho satisfação de encontrar companheiros aqui: companheiro Nilmário, companheiro Abílio, tivemos juntos em algumas jornadas em torno desses ideais da reforma urbana.

O Nilmário sempre foi um parlamentar que, no primeiro momento, aceitou a discussão da idéia da reforma urbana. Isso é importante ser registrado, porque a impressão que eu tenho hoje do parlamentar brasileiro é que só se interessa por aquilo que é paroquial, aquilo que é local, regional. Os interesses nacionais não são aqueles que empolgam o parlamento a não ser com as exceções que nós conhecemos. Um dos problemas de passar essa discussão no parlamento é relacionada a uma questão nacional: ela não produz clientela imediata. Portanto, essa visão paroquial que hoje impera na política brasileira sempre fez com que este tema não ganhasse a empolgação no parlamento, a não ser com dura luta de vários companheiros, convencendo, às vezes, na base da razão sobre a necessidade da reforma urbana.

Estive junto com o companheiro Abílio em Santo André, tentando lá também fazer, já depois da reforma constitucional de 88, uma das primeiras experiências de Plano Diretor orientado por essa concepção da reforma urbana.

Eu gostaria de orientar a minha intervenção falando menos sobre o Estatuto da Cidade já que – pelo que eu fui informado, vão acontecer várias atividades no decorrer aqui dessa Conferência onde o Estatuto com seus instrumentos serão explicados em detalhes – mas falar sobre as questões que eu penso a partir da minha experiência de pesquisador e minha experiência de integrante e militante social-político dessa causa da reforma urbana.

Quais são as questões e os desafios que estão colocados para que essa seja uma lei que pegue, que não seja mais um exemplo de uma lei que não pega? Como alguém disse na abertura, uma das características da sociedade brasileira: “as leis são como as vacinas, algumas pegam outras não pegam”. Acho que nós temos que pensar como botar para frente esse projeto, que é um projeto que, na verdade, tem uma história mais longa ainda do que a história que o Nilmário mencionou e eu gostaria de começar falando sobre ela.

Na verdade, essa história do Estatuto da Cidade começa na década de 70, no antigo CNPU, um órgão da ditadura mas composto por técnicos interessados no bem público, no interesse geral, e, vendo o que acontecia nas cidades brasileiras naquela época, com a explosão da industrialização, ao lado do crescimento absolutamente desordenado de todas as cidades impulsionado pela especulação imobiliária, resolveram fazer um anteprojeto de lei de desenvolvimento urbano. Esse anteprojeto foi objeto de discussão interna e foram chamados técnicos progressistas para opinarem. E quando esse anteprojeto virou um documento e foi colocado na Presidência da República, imediatamente se percebeu que se tinha nas mãos um problema conflituoso e o anteprojeto foi vetado.

Quem não participava da corte, na verdade, só soube da existência desse anteprojeto porque vazou para a imprensa e foi objeto de manchetes do Estado de São Paulo, da Folha de São Paulo e da revista Exame. Eu me lembro muito bem, a manchete dizia: “Querem estatizar o solo urbano no país, querem socializar o solo urbano”, quer dizer, como se fosse possível naquela ditadura pretender esse tipo de intervenção. Mas aquilo assustou enormemente os interesses das elites do país, tanto assustou que esse anteprojeto foi absolutamente escondido, ficou num fundo de uma gaveta, ninguém mais falava nele depois dessa discussão que ocorreu na imprensa.

Esse anteprojeto volta em 1982, quando as primeiras eleições para governo do estado, levam ao governo do Rio de Janeiro o Brizola. E o Brizola faz uma trajetória meteórica porque ele saiu de 2,3% e conseguiu ganhar as eleições. E tinha como carro chefe da campanha o programa chamado “Cada Família Um Lote”, que pretendia fazer uma tal de reforma urbana. Isso assustou aos militares enormemente. A vitória do Brizola assustou, principalmente pelo fato daquela vitória ter sido fundada, entre outras, nessa proposta de um programa de democratização do acesso ao solo urbano na cidade.

A idéia dele era pegar os vazios urbanos e, através de um programa, que hoje nós chamamos de regularização fundiária, urbanização de favela, ocupar essas áreas, facilitando para que as camadas populares, a classe trabalhadora empobrecida, pudesse ter acesso a terra. É verdade que nem chegou a fazer muita coisa nesse programa mas o fato é que ele assustou aos militares da época. E o Golberi, estrategista militar, resolveu desencavar esse anteprojeto e colocá-lo como um projeto, tentando ganhar iniciativa daquilo que parecia ser um perigo para a manutenção do poder da época que era o poder urbano.

Então, essa história é muito mais antiga, vem da década de 70. E estou contando isso não por preciosismo

histórico mas para dizer que, na verdade, nós temos uma história de desinteresse absoluto das elites econômicas do país com relação à questão urbana. Essa história mostra isso mas outros eventos da história brasileira evidenciam isso também, com muita clareza.

Nilmário mencionou algumas reformas urbanas que foram feitas nesse país. Vou começar pela famosa reforma urbana de Ferreira Passos, em que se tratava muito mais de embelezar a cidade para construir os símbolos da nova elite comercial, que nascia com o fim da economia escravista e o início da economia agroexportadora, do que propriamente resolver o problema da moradia, o problema da circulação, enfim, os problemas que a população da época vivia numa cidade absolutamente truncada, desorganizada, congestionada. A intervenção pública da cidade foi muito mais guiada por interesses de produzir um símbolo de modernidade, um símbolo de progresso. As próprias reformas feitas pelo Getúlio Vargas nesse país também foram mais nesse sentido do que, propriamente, resolver o problema das necessidades da população que crescia e se concentrava na cidade.

Esse desinteresse das elites econômicas com relação à questão urbana tem uma razão: é sobre essa primeira questão que eu gostaria de falar, para trazer um pouco um dos pontos que me parece importante como o desafio para que esse Estatuto da Cidade possa virar efetivamente uma lei que pegue. Qual é a razão do desinteresse das elites econômicas com relação a questão urbana nesse país?

São duas razões. A primeira razão é que nós tivemos um processo de modernização industrial, nós nos tornamos um país industrial, um país moderno, sem precisar fazer qualquer coisa em termos de organização da cidade, que é a sede dessa modernidade e da industrialização. Algo que foi diferente quando nós olhamos a história dos países desenvolvidos. As cidades dos países desenvolvidos, as cidades européias, passaram por fases iguais às nossas, também tiveram seu problema de saneamento, de falta de moradia, de favela e de transporte. Acontece que na virada do século, quando a grande indústria nasce nos países europeus, a burguesia industrial compreendeu que o desenvolvimento da indústria dependia de uma reforma das cidades. Uma reforma que tornasse as cidades numa força produtiva, com um meio ambiente favorável à produtividade e que pudesse integrar a cidadania a classe trabalhadora.

É claro que isso não foi simplesmente uma compreensão filantrópica da burguesia industrial européia. Foi também fruto das lutas sociais, que se travaram nesse processo de industrialização, quando a grande empresa apareceu nos países europeus. E essa reforma urbana significou naqueles países a criação de um sistema de cidadania, que incorporasse a classe trabalhadora à gestão do governo. É ai que nasce o conceito que hoje é pedra de toque na discussão da questão urbana brasileira, do Estatuto da Cidade: o conceito de direitos sociais. Quer dizer, não bastava apenas dar direitos civis e direitos políticos a classe trabalhadora mas era também fundamental, para que o projeto de modernização industrial seguisse e produzisse o que produziu e termos uma era de progressos daqueles países, fazer com que a classe trabalhadora pudesse participar da riqueza social inscrita, organizada e distribuída na cidade. Foi a incorporação da cidade que produziu toda uma série de intervenções, de organização, de planejamento e de resolução dos problemas de transporte, habitação e saneamento, que produziu as cidades que nós conhecemos nos países europeus.

Houve também uma segunda questão importante a ser resolvida para que a cidade pudesse cumprir esse papel dos países europeus. Era necessário conter o apetite econômico daqueles que ganhavam com a produção e uso da cidade. Foi preciso que a burguesia industrial se contrapusesse aos interesses dos proprietários de terra e daqueles que exploravam privadamente o transporte coletivo. Além da criação de leis de regulação da produção da moradia, submetendo a produção a determinados critérios e padrões que garantissem uma moradia sadia, de baixo custo, o poder público produziu parte dessas moradias na forma de moradia social.

Então, a burguesia industrial teve que se contrapor aos interesses daquilo que nós chamamos de acumulação urbana, ou seja, esse conjunto de interesses econômicos que acumulam com a produção e uso da cidade. Estamos falando da propriedade privada da terra, das várias frações do capital imobiliário, do capital empreiteiro de obras públicas, dos vários tipos de capitais de concessão de serviços. Houve uma regulação social desses interesses, comandada pela burguesia industrial, sem o que as cidades européias estariam muito igual ao que nós somos hoje, uma acumulação de problemas e injustiças e de contraste social absurdos, que são as marcas da nossa cidade.

E por que isso não aconteceu aqui? Em primeiro lugar, porque essa industrialização foi feita com uma enorme concentração de uma população pobre, extraída do campo, na grande cidade submetida a um mercado de trabalho absolutamente aviltante como é até hoje. O Nilmário citou aqui o que é hoje o rendimento médio de um trabalhador, que é herança desse processo. Nós nos industrializamos com uma massa marginal na grande cidade, o que foi muito benéfico para esse tipo de modernização industrial que tivemos.

Mas há uma segunda razão, que é mais importante para o nosso tema: o fato da cidade brasileira ter sido usada pela burguesia industrial para fazer um acordo entre os interesses nacionais e os interesses do capital associado, sobretudo no pós guerra, para que os segmentos da economia tivessem rendimentos

semelhantes, equiparados, para que houvesse uma harmonia desses interesses.

É isso que explica o *laissez faire* absoluto da cidade brasileira, esse absoluto abandono do Estado de qualquer pretensão de planejamento, que marca a história da nossa urbanização desde sempre mas sobretudo nessa arrancada da industrialização depois da 2ª Guerra Mundial. É por isso que o Estado tolerou a ilegalidade da expansão do loteamento periférico e compactuou com a especulação mobiliária. É por isso que estado interviu fazendo obras públicas, muitas vezes desnecessárias do ponto de vista econômico mas importante para garantir o mercado do setor de obras públicas desse país.

Lembro do caso da construção da ponte Rio–Niterói, que foi construída no governo do Andreazza. A justificativa para construir essa ponte, que custou uma enormidade de dinheiro, ninguém até hoje sabe quanto custou aquela obra, a justificativa dada na época, foi que era necessário fazer uma integração dos dois lados, Rio e Niterói, que integravam a BR 101, que vem do Nordeste, uma das obras faraônicas do governo militar, até Porto Alegre. Imagina quantos quilômetros são?! A alternativa seria fazer um contorno pela Baia de Guanabara, ou seja, a ponte Rio–Niterói economizava vinte quilômetros. Por vinte quilômetros se fez um investimento fabuloso que, evidentemente, foi muito importante para segurar a expansão do valor de capital: obras públicas deste país têm funcionalidade no mínimo duvidosa. Essa obra poderia muito bem ter sido substituída por intervenções em área de saneamento.

Enquanto isso, na cidade do Rio de Janeiro, se pegássemos a estatística sobre onde estão os investimentos de saneamento, iríamos ver que 80% dos investimentos de saneamento na região metropolitana estavam localizados nas áreas já abastecidas de saneamento, em detrimento da periferia. Mantendo, expandindo a rede em detrimento de fazer com que a rede chegasse até as periferias pobres, que naquele momento já estavam absolutamente em expansão. Essa história certamente é repetida em SP, Belo Horizonte, Porto Alegre, Natal...

Enquanto isso, o Estado ficou absolutamente ausente da regulação da expansão imobiliária nas áreas centrais da cidade, deixando que a expansão ocorresse da forma mais degradadora para o meio ambiente como foi em várias cidades. Então, na verdade, esse desinteresse da burguesia industrial do país com relação à cidade tem um sentido histórico, tem uma razão. O resultado disso é que são os trabalhadores, são as camadas populares, são as camadas médias interessadas em uma vida com um pouco mais de qualidade, que estão com a tarefa de transformar essa realidade. Porque, pelo que nós estamos observando agora, com a mudança econômica que estamos vivendo, com o novo padrão de economia que estamos vendo ser implantado no país, com a globalização, com o novo modelo de produtividade, agora mesmo é que a burguesia industrial não tem interesse mais nenhum sobre as cidades. Ela pode se refugiar nos guetos de alta renda que são os Alpha Villes, que estão se reproduzindo nesse país em toda latitude.

Ao mesmo tempo, o tipo de organização econômica que está se produzindo, que não é mais um dado naquela grande indústria, mas numa indústria que utiliza uma mão de obra muito qualificada, também não tem mais o interesse em ter uma cidade que possa constituir uma força produtiva, como foram os casos das cidades européias no início do século. Então, vão ser os governos populares, as alianças populares, que vão poder constituir uma força capaz de enfrentar os problemas que se acumularam nesse tipo de urbanização absolutamente predatória, de um mercado absolutamente livre.

E aí o Estatuto da Cidade é uma possibilidade importante que se apresenta para essas forças. O Estatuto da Cidade mexe num ponto fundamental que pode quebrar exatamente os interesses dessa acumulação urbana, que é a definição da função social da propriedade, que é a pedra de toque do Estatuto. É a partir da definição da função social da propriedade que vai ser possível submeter, eu digo vai ser possível, isto não está garantido evidentemente na lei nem nos instrumentos que a lei contém, mas é possível pelos instrumentos e pelo conceito que o Estatuto da Cidade hoje tem. Fazer com que o solo urbano, o uso e ocupação do solo urbano finalmente sejam submetidos não aos interesses da acumulação urbana, mas sim aos interesses das necessidades de qualidade de vida, às necessidades de justiça social, às necessidades de resolver o déficit habitacional e os problemas de saneamento, de transporte, e assim por diante. O Estatuto da Cidade, através dos instrumentos que contém, pode se apresentar como uma grande via para que forças como as que hoje governam pela segunda vez Belo Horizonte, possam dar um outro rumo ao desenvolvimento da cidade.

Nessa trajetória vejo alguns desafios que estão colocados para que essa lei não seja também uma lei morta. O primeiro desafio que vejo é o que está acontecendo na área dos serviços públicos desse país com a privatização. Tem a muito a ver com o bloqueio, a dificuldade no governo federal hoje de passar essa lei sobre saneamento. É que hoje essa é uma das áreas da acumulação urbana, que antes estavam reservadas ao capital nacional e hoje são do interesse dos grandes capitais nacionais. As grandes multinacionais estão interessadas na eletricidade, na água, no esgoto etc. Hoje, estão se constituindo nas cidades brasileiras novos atores que são candidatos a essa acumulação urbana, sem que esses interesses tenham efetivamente sido transformados através de um pacto entre as forças econômicas. Essas são forças muito poderosas, capazes, inclusive, de embargar, limitar, bloquear leis como essa a nível do governo federal. Há interesses muitos poderosos hoje, em torno dos serviços urbanos, que se constituem, portanto,

no bloqueio.

O segundo problema tem a ver com a questão da moradia, que é central no problema urbano brasileiro, na questão do Estatuto da Cidade. É do problema da moradia que resultam quase todos os problemas urbanos que vivemos. Por exemplo: o fato de que hoje as áreas de mananciais de SP estejam ocupadas por invasões ou por ocupações populares, tem a ver com esta questão, assim como o encarecimento da terra. E qual é a questão? Apenas 3% das moradias feitas nas cidades brasileiras são feitas através do mercado. O resto é cada um se virando como pode para resolver seu problema da moradia. E por que isso? Pela seguinte razão: apenas 10% da população brasileira tem capacidade de comprar moradia através das formas usuais do mercado. E isso tem a ver com a questão da ilegalidade das cidades brasileiras, com as favelas, os loteamentos clandestinos, os loteamento irregulares e as ocupações.

Existe a seguinte máxima: quem está fora do mercado só tem acesso a moradia fora da cidade. Ou fora da cidade nos cantões mais longínquos, nas periferias metropolitanas, como é o caso do Rio de Janeiro. As áreas onde as pessoas conseguem ter moradia hoje estão tão desconectadas da cidade, que estão na direção de Itaboraí, de Itaguaí. As pessoas têm as suas casas lá mas elas não podem ir e voltar todos os dias do trabalho, que continua nas áreas centrais. E muitas dessas famílias estão na rua durante a semana, exatamente porque moram tão longe, e não só pela distância mas pelo custo; esse trajeto, essa mobilidade trabalho/casa torna-se inviável. Então, fora da cidade é possível ter acesso a moradia. Ou fora da cidade que é na ilegalidade. A ilegalidade da terra ou a ilegalidade urbanística. É assim que está "resolvida" a questão da moradia nesse país.

E por quê? Porque só 10% da população consegue ter, formar aquilo que os economistas chamam demanda solvável, ou seja, tem capacidade de comprar moradia através do mercado. E por que isso acontece? Porque a oferta da moradia depende da oferta de dois elementos básicos, sem os quais não há mercado de moradia. O primeiro elemento é o crédito: é da natureza desse tipo de bem, é um bem de alto valor, que leva muito tempo para ser produzido. Em todos os países onde a questão da moradia foi minimamente resolvida foi porque se produziu, através da intervenção pública, um sistema de crédito capaz de solvabilizar, como dizem os economistas, a demanda. Ninguém tem dinheiro para comprar moradia de um dia para o outro. Só rico, e rico é 1% da população. Então, é preciso haver um sistema de crédito. Mas, esse crédito não aparece da noite para o dia. Nesses países onde o sistema de crédito foi construído, foi construído com subsídio. Não houve nenhum país do mundo, nem a Inglaterra, nem mesmo os EUA, que é um país liberal, nem a França, os países Escandinavos, ou a Itália com seu capitalismo periférico, que tenha resolvido o problema da moradia sem a montagem do sistema de crédito imobiliário com subsídio. A diferença é a quantidade de subsídio e a fonte do subsídio. Sem isso não há mercado, é impossível.

Como se resolve essa equação? Para se ter um sistema de crédito subsidiado, há dois condicionantes. É preciso que o governo ou faça uma taxa de juros específica para o setor, ou que a taxa de juros em geral seja baixa. Hoje, o que está acontecendo nos países desenvolvidos é que houve uma diminuição enorme da taxa de juros, e a taxa de juros do mercado consegue fazer com que uma boa parte da população tenha acesso ao sistema de crédito. Agora, como pensar isso num país que tem uma das maiores taxas de juros do mundo por injunção absoluta da política econômica? Nós estamos pagando hoje, pelo menos, 20% de taxa de juros. Nesses países a taxa de juros, é de 6%, taxa de mercado mas, lá, as políticas sociais que continuam existindo têm crédito subsidiado, que ainda permite o acesso ao financiamento a taxas ainda menores. Esse é um primeiro problema complicado, que nós temos que resolver lá em cima.

A outra condicionante é a estrutura da distribuição da renda desse país. Enquanto tivermos 10% da população controlando 50% da renda nacional e 40% controlando apenas 20%, será impossível se formar a demanda no mercado. Nós temos uma questão distributiva para resolver no país, sem o que a questão da moradia não se resolve de maneira plena. Esse é o primeiro problema, o desafio: temos que articular ações no plano local, mas sem deslocar das necessidades de ações no plano federal para resolver esse pressuposto, esse obstáculo para que a gente possa colocar no mercado muita gente.

O outro elemento que condiciona também a oferta da moradia no plano local é o solo urbano. As prefeituras populares podem fazer muita coisa e se faz necessária a oferta de solo urbano para que a moradia possa ser produzida. Existe um paradoxo na cidade brasileira: temos abundância de terra e escassez de solo urbano. Explico: existe terra nas periferias mas terra sem equipamentos, sem serviço, sem saneamento, sem sistema de transporte, sem iluminação. Vai se produzir o quê? Moradia precária, não habitação. Os arquitetos urbanistas fazem muito essa distinção entre o conceito de moradia e o conceito de habitação. Moradia são as quatro paredes, habitação são as quatro paredes e tudo que é necessário para a vida urbana. Sem saneamento, sem transporte, sem luz, sem tudo que faz a vida urbana acontecer, evidentemente não se tem habitação, apenas moradia.

Por que temos uma escassez de solo urbano? Porque os investimentos públicos que transformam a terra em solo urbano são concentrados espacialmente. Essa é a geografia de toda a cidade brasileira, não tem exceção. Pode mudar o grau em que estão concentrados os investimentos urbanos mas toda cidade brasileira é marcada por essa profunda desigualdade entre áreas que têm o padrão de vida semelhante ao

de uma cidade do primeiro mundo e áreas absolutamente escassas em termos dos serviços mais fundamentais, como o saneamento, para que a vida urbana possa acontecer. Democratizar os investimentos urbanos na cidade é uma peça fundamental para aumentar a oferta de solo urbano e gerar um dos condicionantes para que a moradia possa ser produzida de maneira mais acessível para a população. E resolver esse problema de que quem está fora do mercado só tem acesso a moradia fora da cidade. Isso tem a ver com a questão da legalidade e com a questão ambiental, porque as pessoas que estão fora do mercado vão procurar moradia onde podem, muitas vezes na beira do córrego e na área de mananciais.

Uma boa política habitacional é uma política urbana capaz de democratizar o solo urbano. E essa democratização passa tanto por uma vontade política do governo de descentralizar os investimentos, fazer com que a cidade seja menos desigual em termos de qualidade de vida, mas também pela utilização dos instrumentos que o Estatuto da Cidade prevê, que permitem cercear que o uso do solo baseado simplesmente na lógica da propriedade privada da terra impeça que esse tipo de descentralização ocorra.

O Estatuto da Cidade está nas mãos dos governos locais, através de vários instrumentos que estão colocados: direito de preempção, direito à superfície, parcelamento, edificação e utilização compulsórios. Todos os instrumentos que forçam a propriedade privada da terra a deixar de especular e colocar no mercado o solo urbano, que fica fora do mercado exatamente porque é muito valorizado. Trazem para o poder público local uma força legal e técnica capaz de gerar uma política urbana nessa direção.

Evidentemente, isso depende da capacidade também de expandir e consolidar os direitos de cidadania nas cidades. Ou seja, isso na verdade interessa às camadas populares, à camada trabalhadora, ao operariado e às camadas médias, interessadas numa qualidade de vida, num outro tipo de cidade que não seja essa cidade, que oprime e que degrada a vida. São essas forças que serão capazes de levar isso a diante. Porque as elites econômicas, já há muito, abandonaram a cidade brasileira à sua própria sorte.

O mais interessante é abrir a discussão sobre quais são os princípios que estão em jogo. O que está em discussão? Os instrumentos específicos do Estatuto da Cidade e os desafios que ele vai trazer para nós.

Tenho uma visão otimista do que tem acontecido em BH na última década. Um grande exemplo que podemos citar de ter princípios de lei pegando é quando, por exemplo, a população do bairro 1º de Maio vem participar da I Conferência, do Conselho Municipal da Política Urbana e da II Conferência de Política Urbana, trazendo essa discussão. Trata-se de um bairro em que os moradores gastaram décadas para transformar terra em solo urbano e, quando isso acontece, começam a chegar grandes obras estruturantes, fazendo com que o bairro passe a ser objeto de desejo do empresariado imobiliário da cidade. Essa comunidade vem trazer para a discussão do planejamento urbano da cidade como garantir a sua permanência, como fazer com que esse acesso seja garantido permanentemente.

Nós que estamos vivendo na história de planejamento urbano recente da cidade, com todos os problemas que a gente ainda tem, com todos os desafios que ainda estão pela frente, é uma história de alguns princípios pegando. A lei de uso do solo e o Plano Diretor vêm, realmente, pegando, apesar de todos os desafios. E os princípios que foram discutidos aqui, esses princípios do Estatuto da Cidade, vêm pegando.

Vamos discutir nas conferências temáticas os desafios que estão postos e como os instrumentos do Estatuto da Cidade podem ser utilizados, como podemos nos apropriar deles nesse processo local.

2 - CICLO DE PALESTRAS

Agenda 21

▪ ROBERTO MESSIAS FRANCO [6]

Vamos falar do significado, dos pontos importantes da Agenda 21, dos principais conceitos para uma política ambiental, para uma política urbana, para uma política de desenvolvimento da cidade e, principalmente, vamos falar do que é essa Agenda 21. Afinal de contas, nunca é demais retomar o que ela significa, já que foi um processo preparatório para a conferência Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Foi um processo de criação múltipla, de criação diplomática, do qual todos os cento e tantos países presentes na naquela Conferência participaram, através da representação de governos, de organizações não governamentais, de cientistas etc. O processo diplomático tem uma dificuldade grande, e a Agenda 21 teve um princípio básico, altamente arriscado na produção de um documento com algum conteúdo contextual, intelectual e ideológico, que era, entre os diplomatas que estavam participando da conceituação e da elaboração da Agenda, que qualquer ponto em relação ao qual uma única pessoa discordasse, não entraria. Então, a Agenda teve que construir um consenso, um consenso de cento e tantos. Foi um exercício muito bom no sentido de definir os temas para o desenvolvimento de uma Agenda de Desenvolvimento para o século XXI, porque foi um processo democrático.

Vamos passar alguns conceitos prévios, depois um catálogo e uma itemização de temas que podem ser importantes tanto para uma política municipal como estadual ou federal, considerando meio ambiente, desenvolvimento e participação.

Poderíamos dizer que a Agenda é como as duas faces de uma mesma moeda, ou seja, pela primeira vez, se trabalhou conceitualmente num documento internacional onde o tema "desenvolvimento" não pode ser separado, não pode ser isolado da conservação de valores naturais e culturais: o que destrói um destrói o outro. Então, esse é um grande aporte, um avanço no sentido de que desenvolvimento não é uma coisa antagônica, separada etc.

Em que contexto apareceu essa Agenda 21 e como é que ela se fez? A Agenda 21 é uma das três grandes deliberações coletivas da Conferência Rio 1992, que vai ser reavaliada na Conferência Rio+10, em Joannesburgo, na África do Sul, em 2002. Vai chamar-se Rio+10 porque se vai avaliar o que foi proposto na Agenda 21: o que foi feito, o que se tornou realidade, o que continua do jeito que estava antes e o que piorou, que países cumpriram os compromissos da Agenda, em quais deles houve avanços, em quais deles houve retrocessos. Por tudo isso é que a Agenda 21 é um marco importante na história do conceito, do ideário para o desenvolvimento em meio ambiente na história mundial.

Outro ponto importante também, reiterando mais uma vez a ligação com a Conferência de Política Urbana, é que tudo aquilo que é dito no nível global a gente pode aplicar localmente. Como se dá essa aplicação local dos pontos da Agenda 21, o que podemos tirar como lição? Como ter na Agenda 21 uma referência para podermos avançar numa política urbana para Belo Horizonte, com a integração na Região Metropolitana e tudo mais?

O primeiro ponto é um dos temas centrais que foram tratados na Conferência de 1992, que é a questão do ambiente em desenvolvimento, ambiente em estilos de desenvolvimento, e a história da terra, principalmente no século XX.

A primeira contribuição conceitual, teórica, foi a de um grupo de cientistas de Massachussets, capitaneado por Donella Meadows, uma cientista social importante. No modelo que o grupo da Donella Meadows fez a pergunta básica era a seguinte: se o mundo continuasse parecido com os anos 80, quando globalizava-se a economia na medida em que havia fluxos de recursos naturais, de *comoddities* de todos os países indo para as grandes corporações, o que aconteceria? Então o grupo fez um modelo levando em conta cinco parâmetros: população, recursos naturais, quantidade de alimentos *per capita*, produto industrial *per capita* e poluição produzida.

Nesse modelo, que estava pronto e elaborado na década de 70 e depois foi detalhado, o que acontecia? Se pegássemos os recursos naturais que existiam na terra, de maneira geral, nas décadas de 70, 80, esses recursos estavam praticamente pouco usados: os estoques pesqueiros, os estoques de minerais, os estoques de terra, os estoques de madeira, de solo fértil, de água etc. E se o desenvolvimento, o crescimento dos fluxos econômicos mundiais continuassem naquele ritmo no século XXI até 2100, o que aconteceria? Haveria uma queda. E para a população, qual era a previsão? A população ia crescendo, até chegar por volta dos 10 ou 12 bilhões de habitantes. No terceiro parâmetro – a quantidade de alimentos *per capita* – haveria uma subida inicial

[6] Geógrafo, doutor em Geografia e representante da União Mundial de Natureza da América do Sul.

com a melhor utilização de solo etc., depois desceria, com uma grande fome, uma catástrofe de fome mundial por volta de meados do século XXI. O produto industrial *per capita* também ia despencar e chegar próximo de zero. Depois, viria a poluição, com uma defasagem temporal em relação às outras variáveis, e cresceria porque a indústria ia se desenvolver muito, quer dizer, de novo, catástrofe/hecatombe por volta de meados do século XXI. Isso foi um quadro geral das conclusões. E o que aconteceria em meados do século XXI? Uma grande catástrofe mundial, uma hecatombe. Então, temos que fazer alguma coisa, o que é?

Já tinha havido, em 1972, a primeira Conferência sobre Meio Ambiente Humano, na Suécia, quando foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Nessa época, a delegação brasileira foi lá dar vexame – um ministro chegou dizendo "bem vinda, poluição; venha para cá que aqui não tem problema, nós queremos é crescer e nos desenvolver " – mas, enfim, depois disso, em 1973, o governo daqui reagiu e criou uma incipiente Secretaria de Meio Ambiente, no nível nacional, que foi crescendo aos pouquinhos.

Depois disso é que começou a ser construída a idéia do que fazer. Era preciso mudar os padrões de crescimento, era preciso levar em conta algumas variáveis, em especial a variável ambiental, o que seria, basicamente, uma racionalização do uso dos recursos, a diminuição da poluição e todo esse tipo de política nova que, afinal, começou.

E como é que se chamaria? qual seria o nome dado para isso? Para evitar um viés mais ideológico, para conseguir uma maior aceitação num universo das Nações Unidas, foi proposto o termo *ecodesenvolvimento* que, depois, se consagrou finalmente no sistema das Nações Unidas como *desenvolvimento sustentável*. Esse termo, por um lado, tem a vantagem de colocar alguns valores adicionais à questão ambiental, como, por exemplo, a questão cultural e a questão social; por outro, desconversa também, porque passa a ser tudo, todo mundo é a favor do desenvolvimento sustentável, todo mundo acha ótimo: mas, e a prática, como é que acontece?

Aí já é uma coisa sobre a qual nós temos que, no nível local, nacional e global, também analisar e ver quais são os tipos de avanço possíveis. Falar que é a favor de um programa de desenvolvimento sustentável, hoje, todo mundo diz. Eu não conheço ninguém que diga que é contra o desenvolvimento sustentável, não conheço ninguém contra o meio ambiente; ninguém diz isso, evidentemente, mas na hora das práticas econômicas, das práticas de planejamento e desenvolvimento é que nós temos que entrar na questão: quanto custa isso e quem é que paga? Como é que se sai de uma equação na qual qualquer empresa, e qualquer empreendimento, interioriza o lucro e socializa o prejuízo para um modelo onde, se o lucro é privatizado, então o custo também tem que ser?

Entretanto, a Agenda 21 está dentro de um marco. Eu coloquei alguns aqui que são interessantes para mostrar o seguinte: no mundo, desde 1940, depois de 1945, com o fortalecimento e o redesenho do sistema das Nações Unidas, existia uma série de marcos e convenções internacionais de caráter ambiental que eram específicos. Vários desses marcos internacionais foram pan-americanos, como a criação da Organização Pan-americana de Saúde que é anterior à própria Organização Mundial da Saúde. Depois, tem-se a Convenção sobre a Pesca da Baleia, a Proscrição de Experiências Nucleares, o Tratado de Cooperação Amazônica, no nosso âmbito aqui da América do Sul, o Protocolo de Montreal sobre a camada de ozônio, a Convenção de Basiléia sobre transportes e trânsito de resíduos perigosos e a questão da Antártida, todos anteriores a 92. Ou seja, existiam vários tratados e convenções internacionais.

Em 92, se deixou de ter tratados-marcos muito pontuais sobre temas específicos, e com poucos países interessados, e se tentou chegar, então, a quais seriam os grandes acordos internacionais que tinham que ver com a questão do meio ambiente, a questão ambiental e o desenvolvimento, ao nível global. Portanto, a Rio 92 teve três grandes produtos. O primeiro deles é o convênio sobre a biodiversidade ou a diversidade biológica, em que os principais objetivos são a questão da conservação sustentável dos recursos genéticos e o reconhecimento da propriedade dos países e dos lugares onde os recursos se encontravam, uma normatização da propriedade da biodiversidade. Isso tem a maior importância para o Brasil, um dos países mais biodiversos do mundo. Esse convênio foi aprovado em 92 e, posteriormente, passou por todo o processo de ser referendado – assinaturas mínimas etc. – e, hoje, segue em marcha bastante razoável. Quando se reúnem as COPs , que são os “comitê das partes” , decide-se o que vai acontecer daqui para a frente, quais são as normas e os direitos sobre o uso da biodiversidade no nível mundial.

Alguns países ficaram um pouco para trás: o Brasil, por exemplo, apesar de ter uma grande biodiversidade biológica ainda tem muito pouco de estratégia nacional para uso dessa biodiversidade. Tivemos algumas iniciativas do próprio Governo Federal, que criou um órgão para tratar da Biodiversidade Amazônica. Tem coisas, portanto, em que o Brasil devia estar muito mais adiantado e não está; e isso, no nível de estado, no nível da iniciativa local, é importante. A Costa Rica, por exemplo, pequeno e com pouca riqueza, criou um instituto chamado INBIO para se relacionar com a MERCK ou qualquer outra grande multinacional, o que não é mesmo uma equação fácil, mas é melhor do que não ter nenhum marco legal anterior. Saber que a biodiversidade, a diversidade biológica, pertence àquele lugar onde existe uma população que deve ter direito a ela, direito ao recurso genético existente, como marco é uma coisa importante.

Outro produto de 92, também, foi a Convenção das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Agora o

governo Bush deu marcha ré, sendo contra o Protocolo de Kyoto, apesar de o mundo inteiro reconhecer que é necessário diminuir a quantidade de monóxido de carbono na atmosfera, que o que se gastava em 1990, por exemplo, tinha que ser uma referência para começar a baixar e fazer com que a curva de mudanças climáticas provocadas pelo homem diminuísse. Então, o que aconteceu? No nível das mudanças climáticas, o governo americano empacou, e está sendo preparada uma reunião especial, porque chegou num nível em que os próprios EUA estão ficando sozinhos, vão ficar numa situação difícil do ponto de vista econômico, inclusive.

Mas sobre as mudanças climáticas, o que é importante? O combate, por termos uma menor queima de todos os tipos de combustível para fazer com que o clima não mude, não aqueça as bolhas, como a "bolha Belo Horizonte", por exemplo. O uso racional dos energéticos é importante, os sistemas de transporte mais econômicos são importantes porque nós somos parte de uma mudança climática global.

Agora, evidentemente, o Brasil está numa situação cômoda, confortável, em termos de queimas de energéticos industriais. O nosso modelo energético é bom do ponto de vista de mudança climática, já que tem muito mais hidrelétrica do que termelétrica, mas é uma preocupação que temos que ter, e as nações industrializadas são, realmente, as que têm a maior responsabilidade nessa questão de queima de combustíveis fósseis. Mas o Brasil tem uma posição muito ruim, e é um dos vilões a nível mundial, quando se fala de queima de florestas e, portanto, de lançamento de Monóxido de Carbono na atmosfera, provocando alterações. Nossa pequena contribuição, na questão das mudanças climáticas, começa a ser grande quando se queima a Amazônia, por exemplo.

O terceiro documento foi a declaração de princípios sobre as florestas. A declaração de princípios é uma beleza mas continuam queimando. Então, não tem muito valor.

Então, depois dos dois primeiros documentos citados, teve outro documento importante: a Agenda 21. O que é a Agenda 21? Como eu disse no princípio, é um grande livro, é uma grande lista de temas, de grandes temas ambientais e de desenvolvimento em geral, que se divide em quatro grandes blocos ou sessões.

Nos 40 capítulos, tem uma primeira sessão, que se chama de Dimensões Econômicas Sociais. Essa, do capitulo 2 até o capitulo 8, aborda os grandes problemas que existem – combate a pobreza, necessidade de mudanças – e o que é necessário – ações que seriam necessárias para se promover desenvolvimento, integração com o meio ambiente etc. A segunda sessão, a segunda parte da Agenda 21, é aquela que fala sobre os recursos. O que tem que ser protegido basicamente? Com quais problemas nós temos que nos preocupar? A terceira sessão é o fortalecimento dos grupos principais: quais são os grupos, quais são os segmentos das comunidades, no caso da Agenda 21 no nível global, qual é o papel que cada um tem. Depois, chegamos ao capítulo 4, que seria o dos meios de implementação: como fazer para implementar a Agenda?

A Agenda 21 teve um problema evidente, e que era de se esperar na época: é que tem uma quantidade tão grande de coisas a serem corrigidas, a serem arrumadas no contexto global, que, colocando os preços em cada ação prioritária, chegou-se a 80 bilhões. 80 bilhões: de onde tirar isso? Apareceu a seguinte proposta: cada um dos países desenvolvidos, e mais ricos portanto, destinasse 0,7% do seu PIB para apoio às ações da Agenda 21 nos países mais pobres ou em desenvolvimento. Foram cento e sessenta e tantos países que assinaram, mas apenas quatro cumpriram. Ou seja, quando tem um custo financeiro, fica bem mais difícil, bem mais complicado.

Quando se pensa no que fazer para aterrizar com essa Agenda 21 no nível local, quais os pontos interessantes, importantes? O combate à pobreza, que é evidente, não é preciso dizer mais nada, é uma coisa que se auto explica, e a mudança nos padrões de consumo, que é ligada ao nosso consumo energético.

Nós temos um padrão de consumo que leva uma parte da população a ser extremamente desperdiçadora e outra parte a viver na miséria, e não somos capazes de fazer uma distribuição desse gasto energético que é, afinal, um retrato, um indicador do impacto da sociedade humana sobre o ambiente onde ela vive. Se nós vivemos em um ambiente e transformamos pouco esse ambiente, nós temos um gasto energético menor. Então, o crescimento demográfico pode ser o principal responsável por um grande impacto: o gasto de uma pessoa pode eqüivaler a 30, 40, 50 em outras civilizações, em outros tipos de sociedade e de modelo de consumo.

E é esse modelo de consumo que nós devemos questionar, em qualquer tipo de aglomeração, em qualquer política pública, porque significa consumo de energia, de materiais, e temos que pensar em como fazer para reverter, para equacionar esse tipo de problema.

Então, como é que uma política pública municipal, pode ter algum tipo de influência sobre o padrão de consumo?

Quando nós pegamos, por exemplo, a política de transporte, a necessidade de uma política de transporte público eficiente, isso tem um efeito que atinge a questão da mudança de padrão de consumo e de

consumo energético.

Um pequeno parêntese: a única vantagem dessa crise energética, desse racionamento, foi que nós nos demos conta de que desperdiçávamos muita energia. Em compensação, passar o modelo energético brasileiro, que é baseado em hidrelétricas, para termelétricas, comprando gás e petróleo, é de uma estupidez absurda.

Na questão do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, a Agenda 21 tem um capítulo muito interessante sobre o que são os assentamentos humanos do século XX, já que, no início deste século, não tinha elevador, não tinha bomba d'água, não tinha nada disso. Então, teve uma mudança muito grande.

Aqui, no caso da nossa Região Metropolitana, o que houve foi a explosão demográfica, com a "inchação" de BH, e os problemas todos se refletem na cidade, hoje, por causa disso. Tem uma frase interessante também, de Ignacy Sachs, que eu cito, que é "as periferias, as regiões tão deserdadas, em muitos lugares se tornam purgatórios", quer dizer, nós temos que esvaziar esse purgatório, nós temos que transformar essas regiões todas, toda a periferia de todas as cidades, em alguma coisa que tenha a qualidade de vida que a gente quer no modelo proposto na Agenda 21.

A grande novidade da Agenda 21 é que se tenta calcular a evolução do impacto ambiental, além do impacto econômico puro.

O que fala a Agenda 21 sobre a questão dos recursos para o desenvolvimento?

Proteção da atmosfera: os mais velhos se lembram quando tinha a Manesmann, que poluiu, que era aquela fumaceira danada, mas, mesmo sem isso hoje em BH, a questão da poluição do ar continua um problema. Quem é que nunca tomou uma baforada boa de uma dessas vans envenenadas, por exemplo? Isso é, portanto, uma coisa da Agenda 21 que pode ser trazida para o nível local.

Além disso, tem a abordagem integrada do planejamento e do gerenciamento dos recursos terrestres, do uso do solo, do uso das parcelas de solo que ainda existem.

Depois, a gente chega no combate ao desflorestamento; no caso de BH, no caso do município, eu acho que nós temos que ter uma visão um pouco maior, porque o nosso município, já está praticamente com o solo urbano esgotado em termos de utilização, mas temos que integrar, fazer uma grande integração da área preservada do município com a região metropolitana, que ainda tem algumas riquezas, alguns patrimônios preservados, inclusive, por exemplo, a APA Sul.

Tem, ainda, o manejo de ecossistemas frágeis que não se aplica a nós. Depois, o desenvolvimento sustentável de montanhas que vale para nós em Minas Gerais: aliás, 2002 é o ano mundial das montanhas. Vamos fazer alguma coisa com a Serra do Curral, vamos fazer alguma coisa aqui, um evento que seja marco do que significa montanha, serra, isso tudo para nós.

O desenvolvimento agrícola e sustentável tem pouco a ver conosco, assim como a conservação da diversidade biológica, o manejo da biotecnologia e a proteção dos oceanos e mares.

E chegamos, então, aos capítulos 18, 19 e 20, que tratam a questão dos recursos hídricos, dos critérios de manejo e uso dos recursos hídricos. A Agenda 21 é um manancial de boas idéias na questão de recursos hídricos, e BH tem um papel e uma responsabilidade fundamental com a bacia do rio das Velhas, através dessas duas contribuições que a cidade dá, em esgoto, para o rio das Velhas através do Pampulha/Onça e do Arrudas. A questão do PROPAM, a recuperação da bacia da Pampulha, é complicada, envolve dois municípios, BH e Contagem, mas é preciso usar os princípios do desenvolvimento sustentável, da Agenda 21, especialmente devido à inserção de BH na bacia do Velhas, na bacia do São Francisco.

Nos capítulos 20, 21 e 22, temos a questão dos resíduos sólidos. O esgoto é tratado de maneira muito superficial na Agenda 21, de maneira geral, e é um problema sério essa questão das estações de tratamento de esgoto, a carência disso, a carga de esgoto jogada *in natura*, e não há de ser uma estação de tratamento primário que vai resolver. Tem que ser mais sério isso e ver qual o efeito real. Hoje, em Minas Gerais, o nível de tratamento de esgoto é de 1%, quer dizer, 0,8%: 99% é lançado *in natura* nos rios. Minas Gerais está entre os piores estados da Federação, neste aspecto.

O Paraná tem 27%, então, já é melhor. Chegar aos 100% não vai ser possível, mas tem que ser uma preocupação, inclusive de solidariedade com os outros municípios: BH joga o esgoto todo em cima de Sabará, Santa Luzia... Está certo isso? Qual o mecanismo de compensação que tem que ser estabelecido? Como é que isso tem que ser colocado no preço do desenvolvimento, no preço do crescimento da própria capital, para nós exercermos solidariedade com as outras cidades?

Quando a Agenda fala do manejo de resíduos perigosos, tem os resíduos sólidos perigosos e depois o manejo de resíduos radioativos.

De certa maneira, a reflexão que merece ser feita nessa Conferência de Política Urbana é a questão do lixo de BH e a aplicação dos três princípios do lixo: reduzir, reutilizar, reciclar. Como é que é tratado isso? Quais são os avanços que se tem em todos os casos, na coleta seletiva e na própria opinião pública da coleta, do

reúso e, principalmente, que esforços têm sido feitos, em qualquer nível da população, para diminuir o nível de resíduos sólidos produzidos, de embalagens, por exemplo? Algum de nós faz alguma coisa para minimizar a quantidade de resíduo que produz? A cidade tem uma política de administração desses recursos? Qual é a política para repensar e ampliar as políticas de reciclagem e de reúso?

Não vamos entrar no debate de resíduos radioativos, mas se nós não temos Angra I, Angra II e Angra III, temos as pequenas microfontes que vão desde as antenas e pára-raios radioativos, que foram , durante uma época, produzidos e jogados fora.

E depois, então, chegamos ao papel dos grupos sociais, dos diferentes grupos sociais. Quem são, afinal, os atores, como é que são, para trabalhar em qualquer nível, do local até o global, para que a Agenda 21 seja um instrumento de mudança. O que é organização para a mudança? A mudança significa, por um lado, saber onde estamos e para onde queremos ir, e como fazer com que isso seja uma força, uma pressão social. Essa Conferência é uma excelente oportunidade para esses grupos todos que estão aqui. A mulher: qual é a posição da mulher no desenvolvimento de BH? As organizações não governamentais são parceiras? Como torná-las parceiras? As iniciativas das autoridades locais, o papel dos trabalhadores e dos seus sindicatos e, finalmente, indústria, comércio, comunidade científica e agricultores.

Por último, vem a questão dos meios de implementação. Queremos implantar, realmente, uma Agenda 21, uma agenda com essas preocupações todas que podem ser detalhadas para BH? Quais seus recursos, quanto ela vai custar, de onde é que vamos tirar esses recursos? Isso é importante para não ficar só no nível do geral, da conversa, e para que, daqui a dez anos, não se diga que não aconteceu nada.

Agenda Habitat

▪ FLÁVIA BRASIL[7]

A palestra está estruturada em três blocos diferentes:

– primeiro, não há como falar da Habitat sem se remeter ao processo político, ao próprio processo da conferência, o processo preparatório e os desdobramentos que, no caso da Habitat, já se teve Istambul+5 exatamente esse ano, em junho;
– segundo ponto, depois desse processo político, estaria abordando a questão do conteúdo da Agenda, pinçando mais as coisas que teriam uma interface maior com a política urbana;
– e em terceiro lugar, procurar fazer uma articulação com a questão da política urbana municipal, a articulação dos temas da conferência com isso.

Para introduzir o tema da Agenda Habitat a primeira questão é falar de um dos grandes processos de transformação do século passado, que é exatamente o processo muito intenso, muito rápido, de urbanização. Na segunda metade do século o mundo se urbanizou em grande velocidade – no caso brasileiro, em 1950 30% da população era urbana e chegamos ao final do século com 80% da população vivendo nas cidades.

A questão dos assentamentos humanos vira um tema global à medida que, na época da Habitat 96, se tinha um bilhão de pessoas, e isso consta da Agenda, sem moradia adequada, que dizer, morando sem ter infra-estrutura e saneamento. Na época da conferência, Ana Clara Torres cunhou uma expressão de grande valia, que pode se estender a cidades periféricas, “urbanização sem urbanidade”, vivenciada no nosso cotidiano na falta de qualidade de vida, mas sobretudo, na exclusão silenciosa, nas várias formas de exclusão, na dimensão que a questão da pobreza toma nas nossas cidades e na própria segregação socioespacial.

O tema dos assentamentos humanos se configura sim como uma questão global, mais perversa no caso brasileiro em virtude da própria atuação federal que, em algum momento dos anos 80, simplesmente fecha a porta e joga a chave pela janela. Quer dizer, tem-se um vácuo ai, na área federal, em termos de políticas urbanas implicando, inclusive, no nosso processo de descentralização extremamente perverso, porque simplesmente passou todas as atribuições para os municípios sem ter conseguido estabelecer um impacto solidário entre as esferas de governo.

Então, nesse contexto, o que é a Agenda Habitat?

A lógica da Agenda é a mesma da Agenda 21: a Agenda habitat é o produto da conferência de assentamentos humanos que aconteceu em 96 – a segunda conferência, porque aconteceu uma primeira em Vancouver em 76, quando a problemática urbana tinha outra dimensão e as Nações Unidas, especialmente nos anos 90, adotaram essa estratégia de conferências temáticas globais sobre temas críticos.

Uma questão fundamental, e que no caso brasileiro tem certa relevância, é a questão do processo de

[7] Arquiteta, especialista em Urbanismo, professora da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e coordenadora do Núcleo de Pesquisa do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Metodista isabela Hendrix.

preparação dessas conferências. Na conferência já se chega com um esboço de documento que é o que vai constituir, depois, a Agenda, ou seja, no caso da Habitat, tivemos um processo aqui de cerca de dois anos de preparação, tendo começado em agosto de 94. Nesse momento, em agosto de 94, o governo brasileiro constituiu um comitê de dez entidades não governamentais que teriam como incumbência a dinâmica da Agenda Habitat, já que a Agenda Habitat é a agenda global, mas cada governo teria que chegar em Istambul com o seu plano de ação para assentamentos humanos.

Esse comitê, então, teria qual atribuição? A de elaborar esse plano global de ação, um plano de ação para 10 anos. Esse momento preparatório foi um período bastante interessante, porque foi um momento de muita mobilização em torno dessas entidades, além do próprio processo oficial que era articulado através de seminários; tinha-se uma série de eventos paralelos, dos quais, com certeza, alguns de vocês chegaram a participar ou das rodadas oficiais ou paralelas, para fazer o Plano de Ação.

No saldo, o Plano de Ação que o governo apresentou ficou completamente aquém das expectativas do comitê e não conseguiu incorporar as contribuições da sociedade civil, daquelas entidades que integravam o comitê, de forma que foi rejeitado. Foi rejeitado, criou-se o impasse e, no fim, em face da mobilização que já existia dando a maior visibilidade para a questão dos assentamentos humanos, o que ocorreu foi que acabou acontecendo uma grande conferência, às vésperas da Habitat, no Rio, congregando sessenta entidades, associações, movimentos da sociedade civil. O plano foi recalibrado, foi melhorado, mas ainda assim ficou aquém.

Na conferência em si, na Habitat, pela primeira vez, teve um fórum não governamental, oficialmente instituído ao lado do fórum oficial. Fórum oficial, então, é aquele momento em que você tem um documento base e, no jogo diplomático que se segue, com uma série de rituais e de regras, no momento dos acertos finais, se está negociando arestas e grandes eixos de conflito.

No caso da Agenda Habitat, para dar um exemplo, uma das questões mais controversas foi a questão do direito à moradia. E, vejam bem, o direito à moradia já estava estabelecido desde a declaração dos direitos humanos, em 1948, como direito humano.

Na seqüência na própria Agenda 21 ele aparece como direito e na Habitat virou um tema de grande controvérsia com, exatamente, Japão e EUA batendo contra a referência desse direito como um direito civil, porque, e aí vem um ponto muito importante, o grau de comprometimento que os países vão ter com a Agenda que é o produto daquela conferência. Tem gente que nada vai fazer; alguns países, como o próprio caso do Brasil, voltam para casa com a Agenda, colocam na gaveta, e assunto encerrado. Enfim, no caso do direito à moradia, a questão foi resolvida, o conflito foi resolvido, colocando-se esse direito como direito social e destacando a sua implementação progressiva.

Bom, aí se pode perguntar: "Bem, se não tem um compromisso efetivo, qual a natureza do compromisso dos países com o conteúdo da Agenda, a natureza do compromisso ali assinado? O Brasil é signatário, o compromisso ético e político é um compromisso legal, como acontece no caso de algumas convenções?" Ainda assim são muito importantes todos os avanços, porque a Agenda tem princípios, compromissos, metas e, no caso da Habitat, inclusive linhas de ação.

Então é muito importante todo e qualquer avanço. O direito, a reafirmação dos direitos inclusive, são pontos importantes, só que no caso brasileiro acabam se tornando simplesmente um ponto de partida. Ou seja, eles não são um ponto de chegada, a questão não está acabada, são a estaca zero. É o ponto de realmente começar a lutar, batalhar de alguma forma para essa concretização. E de fato, passaram-se 5 anos e muito pouco foi feito em termos da execução, da implementação do Plano de Ação brasileiro.

Agora, sintomaticamente, o Estatuto da Cidade que tramitava de gaveta em gaveta, adormecido nas gavetas do Congresso por mais de uma década, acabou sendo aprovado exatamente no mesmo momento, um mês após a sessão especial da ONU, a Stambul+5, em junho último.

E qual foi a idéia dessa sessão? De chegar em todos os países que assinaram esses compromissos, que são signatários da Agenda Habitat e, de alguma maneira, prestar contas, avaliar como estavam seus processos nacionais, quer dizer, o que foi implementado de seus planos de ação.

O processo preparatório, dessa vez, foi rápido. Tinha-se um ano e meio mas o governo federal optou por utilizar apenas cinco meses e instituiu de alguma forma um comitê com representação restrita da sociedade civil e, na realidade, a expectativa era simplesmente de encaminhar o mais rápido possível aquele relatório de revisão.

Nesse *workshop*, o que ficou evidente é que foi um momento de críticas pesadíssimas à própria ausência de políticas urbanas federais, de cobrança em relação ao Estatuto da Cidade: estávamos na etapa zero. Muitas cidades tentaram implementar alguns instrumentos de política urbana previstos na constituição e às vezes perdiam na justiça, como é o caso do IPTU progressivo de Porto Alegre. Então o momento de discussão do *workshop* foi exatamente o momento da cobrança e, também, de críticas muito pesadas ao relatório de avaliação.

O relatório de avaliação era uma peça muito engraçada, porque efetivamente nada foi feito de cinco anos para cá, mesmo em relação ao precário Plano de Ação Governamental. De alguma forma o relatório teve que pinçar experiências municipais, de BH, inclusive, de Santo André etc., e encher de caixinhas: se o tema era habitação, em BH tinha um programa de urbanização de favelas. Entretanto, no nível federal se tinha um vácuo. Então esse relatório foi recosturado e apresentado na Istambul+5.

Nessa fase, essas poucas entidades integrantes do comitê também se alinharam, se organizaram, inclusive pressionando o governo federal em relação à aprovação do Estatuto, com um argumento bastante plausível do tipo "Espera ai, vocês vão chegar em Nova York para essa reunião de avaliação com as mãos vazias depois de cinco anos: uma lei que estava no congresso, continua no congresso!". De alguma forma, isso é avaliado especialmente pelo fórum de reforma urbana, e pela OAB, como um dos elementos propulsores, querendo sair da gaveta – o que mostra, de alguma forma, que esses processos, às vezes, vão ter algum rebatimento nas dinâmicas e nos processos internos, nacionais.

Passando à Agenda em si, vamos destacar apenas os pontos dela.

A Agenda tem uma estrutura um pouco diferente da Agenda 21, pegando três grandes temas, três grandes eixos:

– um deles é o desenvolvimento sustentável para os assentamentos humanos num mundo em urbanização; quer dizer, falar em desenvolvimento sustentável articulando aquilo com o processo de urbanização;
– tema 2, habitação adequada para todos;
– e o tema 3, a questão da participação, junto com a capacitação dos diferentes atores exatamente para essa participação, para a gestão compartilhada, para a co-gestão.

Desses temas, vai se abordar algumas coisas que vão ter uma interface maior, compromissos, metas e indicações de ações.

Primeiro, a relação com o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável, na definição que aparece na Agenda Habitat, pressupõe que você realmente tem que estar deixando os recursos, tanto para a geração que está hoje aqui, quanto para as gerações que virão depois. Mas o foco da preocupação vai ser assegurar o desenvolvimento econômico, as oportunidades de emprego e o progresso social em harmonia com o meio ambiente. Então, em relação ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, os compromissos estabelecidos no momento da Agenda Habitat foram, por exemplo, assentamentos socialmente integrados, o que pressupõe pensar inclusive em saúde, educação, assistência social e todos esses serviços, acesso à infra-estrutura adequada, à uma infra-estrutura integrada em todas as suas dimensões.

A urbanização dos assentamentos está canalizando investimentos para a produção. Um ponto importante seria integrar os planejamentos, tanto o planejamento para moradia, para transporte, para emprego, para o ambiente e para infra-estrutura. Então isso parte da necessidade de integração entre as políticas.

Combate à segregação e às formas de exclusão: dentro desse tema, um subtema seria a questão da erradicação da pobreza e o desenvolvimento social. Nesse caso as diretrizes, os compromissos, parte deles, vão estar transcendendo completamente a escala de atuação do poder local, vão estar pressupondo diretrizes macroeconômicas, políticas federais numa outra escala. Para o poder local, a gente poderia estar enfatizando a questão do fortalecimento das pessoas que vivem em situação de pobreza, a redução das desigualdades e o aumento de oportunidades em todos os sentidos, de acesso aos recursos, a empregos e renda.

A Agenda vai destacar, em relação ao desenvolvimento sustentável, a responsabilidades dos governos. Então, por exemplo, e puxando mais coisas aplicáveis aos governos locais, a questão da promoção das parcerias é muito enfatizada na Agenda Habitat, nessas Agendas todas na verdade, e aí parcerias com a sociedade civil, com o setor privado, com as organizações não governamentais e com agências multilaterais, por que a Agenda vai reconhecer o governo local como capaz de estabelecer parcerias. Para a promoção da integração social, e aí aparece novamente a questão das oportunidades, os governos teriam que gerar oportunidades de acesso à terra, acesso ao crédito, acesso à educação, à formação, à tecnologia, aos serviços, à proteção dos direitos básicos dos trabalhadores e isso já vai lá para a esfera federal.

Habitação adequada, que é outro eixo, é conceituado na Agenda em momentos diferentes e dá para puxar duas grandes vertentes. De um lado, a habitação adequada se refere às próprias condições construtivas: que tenha segurança, que tenha privacidade, que seja mais do que um teto. De outro lado, a dimensão que nos interessa bastante aqui, no âmbito dessa conferência, que é a dimensão urbana: de acesso à infra-estrutura, a saneamento. Habitação adequada compreende todos esses direitos.

Outro ponto que está presente em vários momentos da Agenda é a questão da proteção dos grupos vulneráveis, com ênfase até para as mulheres e para os grupos que estão em alguma situação de risco, de

fragilidade, de vulnerabilidade, e a Agenda indica uma série de medidas como, por exemplo, revisar normas e regulamentos, para garantir um acesso mais fácil dos grupos vulneráveis às políticas e aos programas públicos.

Outro item examinado à parte é a questão do acesso a terra e da segurança jurídica, onde vai-se apontar desde campanhas educativas em relação aos direitos que a população tem de permanecer nos locais, até a revisão dos sistemas normativos da legislação, enfatizando a questão dos programas de regularização.

Um ponto que é bem explorado é exatamente o de como intervir numa dinâmica do mercado de terras das cidades. Como intervir basicamente no funcionamento do mercado de terras e no uso e ocupação do solo.

Vou pinçar, também, algumas questões que remetem aos instrumentos de planejamento.

Vamos chamar a atenção para: descentralizar as responsabilidades, estabelecer programas de capacitação, promover inventários de terras públicas, porque as terras públicas nem sempre são conhecidas e utilizar o máximo da infra-estrutura existente. Isso já é uma diretriz aqui do Plano Diretor e da Lei de Uso do Solo de BH, mas é uma recomendação: utilizem o máximo da infra-estrutura existente, adensando mais as áreas em que você tem maior disponibilidade de infra-estrutura, pois isso garante um aproveitamento social da terra urbana.

Finalmente, é destacado o fortalecimento do poder local, inclusive do ponto de vista de recursos, do ponto de vista institucional, que é uma dificuldade. Por exemplo, no nosso país, em que a descentralização não ocorreu de uma forma solidária, simplesmente passou-se a bola para o município, sem mecanismos de cooperação. Participação popular, responsabilidade e transparência são assinalados como os princípios fundantes da atuação dos governos locais. A Agenda Habitat recomenda que os governos locais elaborem as suas próprias Agendas Habitats locais. De fato, isso tem acontecido com a Agenda 21, com certa freqüência, às vezes, inclusive, com apoio, por exemplo, aqui em Minas, dos órgãos estaduais, que vão estimular os municípios a fazerem as Agendas 21 locais com a participação da comunidade. No caso da Agenda Habitat, isso não está acontecendo.

O que tem que ser destacado é que, por exemplo, toda essa rodada da Conferência de Política Urbana, não seria radicalmente diferente da construção de uma Agenda Habitat local. Esse processo guarda algumas semelhanças com o que seria o processo de elaboração de uma Agenda Habitat local, embora, obviamente, a Agenda Habitat local tivesse que se centrar nos eixos temáticos da própria Agenda, mas o processo em si, é por aí.

Agora, quando se analisa como um todo as ações previstas na Agenda Habitat, os princípios, os compromissos, no caso específico de BH e de outros governos locais, o que se vai se ter?

Em termos de instrumentos postos no jogo, cinco anos depois da conferência, se a gente analisa quais são os instrumentos de gestão, quais são os programas colocados, eles são muito convergentes com o que a Agenda Habitat coloca, isso só para pinçar uma ou outra coisa.

A questão da participação popular, que vai se dar em diferentes níveis, desde o OP, que é muito importante por definir recursos, até as conferências, conselhos etc. Isso é um dos “corações” da Agenda Habitat, um dos temas centrais e que de alguma maneira tensionam o planejamento.

O outro ponto seria, por exemplo, o que BH já tem, que é um sistema de indicadores. Isso é uma coisa muito destacada na Agenda. Não basta simplesmente você implementar políticas públicas, você tem que, de alguma maneira, acompanhar para ver como aquilo está se processando. Aqui, em BH, já se tem tanto o IQVU quanto o IVS, além da legislação daqui, que já incorpora alguns compromissos, alguns instrumentos que, por exemplo, são recomendados como ações na Agenda Habitat. Existem determinados instrumentos urbanísticos que aparecem ali, como recomendação, que aqui já são utilizados.

O grande desafio para pensar a política urbana é muito menos pelos caminhos, pelos instrumentos. O desafio maior está muito mais no sentido da universalização, da extensão de todos esses direitos, do próprio direito à cidade, com tudo que ele representa. Quer dizer, o grande desafio estaria no sentido da universalização, da ampliação o que acaba esbarrando na questão do limite de recurso dos poderes locais.

O capítulo que finaliza a Agenda Habitat é sobre a questão da participação, que de alguma forma é um caminho de mão dupla porque, do ponto de vista governamental, pressupõe que o governo crie espaços de participação, espaços efetivos em que você tenha, realmente, poder decisório mas, ao lado disso, do lado da sociedade civil, pressupõe que essa participação aconteça de uma forma realmente propositiva, procurando avançar na busca de cidades mais justas, mais democráticas, mais sustentáveis – o que era a plataforma da Agenda na ocasião do processo preparatório de fato.

▪ IRACEMA GENEROSO BHERING[8]

Mediadora da mesa “Agenda 21 / Agenda Habitat”

A primeira coisa que seria interessante colocar é que, de acordo com as falas que nós tivemos, as nossas cidades não vão ser as inimigas do desenvolvimento sustentável mas a solução para a preservação do meio ambiente, desde que nós possamos mudar a nossa maneira de lidar com a infra-estrutura e os recursos oferecidos pela natureza. Então talvez seja interessante discutir e concluir que seja exatamente essa a posição da cidade, que, em última instância, o que a gente está tentando achar é a qualidade de vida, qualidade de vida que, há mais tempo atrás era algo como a gente sonhar com o campo, com a história de querer uma casa no campo.

Hoje, a nostalgia desse campo em que nós nunca vivemos, vai passar por uma situação que será possivelmente de grande periculosidade para as questões ambientais. Por que? Aí tem uma fala de Janes Pelman, de quem vocês devem ter ouvido falar, que diz que se cada um de nós para ter qualidade de vida precisar de um lote de mil metros quadrados, que tem um laguinho e que tem um jardim, nós vamos parcelar todas as áreas do mundo, inclusive as áreas agrícolas e as áreas de preservação ambiental. Então, a curto prazo, vamos ter um enorme subúrbio americano no mundo inteiro. Isso não seria a solução enquanto assentamento humano. Essa cidade, se for muito espalhada, vai estar desperdiçando recursos e fugindo do compromisso com as gerações do futuro.

Se ela for mais concentrada, ela pode causar menos poluição, até com relação, por exemplo, a um custo menor de malha urbana, à possibilidade de um tratamento mais racional do esgoto, além de outras questões como o aproveitamento de água, luz, eletricidade e transporte público – transporte que, hoje em dia, é gerador de poluição, e seria um transporte movido a um combustível não-poluente.

Nós teríamos a possibilidade de ter um lixo reciclado de maneira muito mais racional: o que faríamos se essa cidade fosse espalhada pelo estado inteiro ou pelo mundo inteiro, como faríamos com a questão do lixo? Cada um trataria o seu? Qual a possibilidade de reciclagem se tivéssemos uma cidade absolutamente espalhada? Eu coloco isso principalmente em cima de uma pesquisa que dizia que no lixo acumulado em Nova York, em um mês, há muito mais cobre e ferro, do que em muitas minas que estão sendo exploradas hoje em dia.

Então, no momento, esse agrupamento humano, as cidades para nós, em algum tempo representaram tudo o que era ruim, tudo o que era problemático, tudo o que era ambientalmente morto, mas, hoje em dia temos que pensar de outra maneira, temos que pensar nessa cidade enquanto possibilidade de sobrevivência da nossa espécie, desde que a gente mude alguns paradigmas. E essa cidade, e só a existência dessa cidade, vai garantir que as outras áreas necessárias para nossa sobrevivência aconteçam.

Neste momento é difícil e complicado ficar discutindo questões cruciais com relação às pessoas, às possibilidades de integração da natureza e do habitat humano. Mas essa questão não pode mais se atrasar, a discussão dela não pode se atrasar. Nós chegamos num ponto de inflexão com relação aos nossos assentamentos.

Nós temos, hoje em dia, o resultado de toda a má utilização histórica dos recursos. Então, ou nós construímos uma sociedade mais solidária, na qual se consiga retomar o sentido de comunidade e o sentido de utilização racional, ou vamos acabar enquanto espécie. Ou então vamos mudar para outro planeta, porque aqui já não vai ser possível. Portanto, se a gente conseguir pensar nesses pontos, em pouco tempo vamos ter uma cidade viável, uma cidade que reflita qualidade de vida, que seja possível para esse planeta e que garanta a nossa sobrevivência.

Outra coisa super interessante é a respeito de emissão de gases poluentes. É lógico que, se cada um de nós pegar um carro e for morar em Macacos, nós vamos realmente ter um problema sério. Mas, se nós tivéssemos massa crítica suficiente para ter um transporte coletivo efetivo, seria um problema que nós conseguiríamos sanar. Se conseguirmos fazer essa infra-estrutura circular com reaproveitamento de recursos, provavelmente vamos ter uma questão resolvida que é crucial para o desenvolvimento das nossas cidades e da nossa espécie.

Outra questão é que tudo vira uma carta de boas intenções: a Agenda 21 é uma carta de boas intenções, o Habitat é uma carta de boas intenções e, como disse o Roberto, hoje se você perguntar, não vai ter ninguém contra o desenvolvimento sustentável, ninguém, todas as pessoas serão a favor. Alguém vai ser contra o meio ambiente? Não, ninguém, vai ser impossível ouvir isso , a gente não acredita se ouvir.

Mas tem uma questão que é incutida na cabeça das pessoas que é a questão das leis, a questão das normas, elas são antes de qualquer coisa, consensos sociais. Então, se elas são consensos sociais a partir do momento que isso está na cabeça das pessoas, ainda que sem muita reflexão, elas vão se tornar muito importantes, porque elas vão ser parte do comportamento de toda a sociedade; e só a partir do momento

[8] Arquiteta, mestre em Urbanismo e chefe do Departamento de Teoria e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Isabela Hendrix.

em que ela se torna parte daquilo que a sociedade cobra, daquilo que a sociedade acha justo e necessário, só neste momento todas as práticas relacionadas com a Agenda 21 e com a Habitat, poderão acontecer.

Aqui, no Brasil, quantas vezes a gente se ouve falando em lei que cola e lei que não cola. Por que acontece isso?

Porque essa questão da legislação, a questão da Agenda 21, do Habitat, da lei dos solos, toda a legislação que, de alguma maneira, norteia a nossa maneira de viver e a possibilidade de apropriação que nós temos dos recursos e de tudo o mais, tem que estar na cabeça das pessoas como uma regra de comportamento, com uma maneira de viver. Nossa civilização é urbana, ou seja, a solução dela vai estar dentro das nossas próprias cidades e do nosso papel enquanto cidadãos.

Estatuto da Cidade e os Instrumentos Urbanísticos

▪ JUPIRA GOMES DE MENDONÇA[9]

O Estatuto da Cidade é uma etapa numa luta de décadas pelo que a gente tem chamado de reforma urbana. Já foi feito um histórico de como se chegou a esse Estatuto, então vamos retomar só a questão da constituição de 88.

Os art. 182 e 183 da Constituição foram resultado de uma negociação no congresso constituinte. Naquele momento, houve uma união de movimentos populares e técnicos, sindicatos de arquitetos e engenheiros etc., buscando incorporar, na constituição, uma série de instrumentos que estavam sendo discutidos há muitos anos, décadas até. E buscando criar condições para os governos locais trabalharem no sentido de democratizar o acesso à terra urbana, inibir o processo de especulação imobiliária, de retenção de lotes esperando valorização. E no congresso constituinte o resultado deste movimento amplo foi a apresentação de uma emenda de iniciativa popular e, no final das negociações, a incorporação de alguns dos instrumentos que estavam sendo propostos. O que houve, na verdade, foi de certa maneira a delegação ao poder público municipal da aplicação destes instrumentos e a própria prática do que se estava propondo. Neste sentido, o plano diretor foi incorporado na constituição como instrumento preponderante de política urbana e o que foi criado de relevante foi o instrumento de usucapião urbano. Isto veio propiciar a regularização da posse urbana. Mas, a dificuldade de utilizar o usucapião até agora era o fato de que cada ação era uma ação individual e isto dificultava a regularização da posse de terrenos ocupados em áreas particulares.

A outra questão importante que a constituição trouxe foi este instituto do parcelamento e edificação compulsórios, o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação com títulos da divida publica. Ou seja, se um proprietário tem uma área grande no meio da cidade e ele está retendo aquela área, esperando a valorização, isto está provocando um impacto negativo na cidade, com a cidade crescendo mais pela periferia, porque estas áreas centrais não estão ocupadas o proprietário está segurando aquelas áreas. Se são áreas importantes para o desenvolvimento da cidade, o poder público, através do plano diretor, pode dar um prazo para aquele proprietário parcelar a área. Depois, construir. Caso ele não parcele nem construa, começa-se a aplicar um IPTU cada vez maior no tempo. Em última instância, se ainda assim ele mantiver aquela área retida, então há a possibilidade de desapropriação com pagamento através de títulos da dívida pública, e esta questão ficou dependendo de regulamentação federal.

Havia, durante todo este período, uma discussão jurídica, já que alguns advogados entendiam que a aplicação de todos estes instrumentos, desde o parcelamento e a edificação compulsórios, até a desapropriação por títulos, dependia de regulamentação federal. Em vários lugares, até mesmo aqui, em Belo Horizonte, este foi o entendimento da Câmara Municipal, que não aprovou este instrumento quando aprovou o Plano Diretor da cidade. O que o Estatuto da Cidade veio fazer foi regulamentar estes dois artigos da constituição através de lei e incorporar uma série destes instrumentos que vêm sendo discutidos Durante este período, entre 1988 e 1990, quando o projeto apareceu, foi aprovado o primeiro projeto regulamentando os artigos da constituição e, na Câmara Federal, ficou 11 anos passeando entre as comissões. Neste meio tempo, o que aconteceu foi que uma serie de municípios começaram a elaborar os planos diretores e esses instrumentos começaram a ser discutidos e foram incorporados em vários desses planos.

Belo Horizonte aprovou, em 96, o Plano Diretor e uma nova lei do solo, incorporando então, por exemplo, a transferência do direito de construir, o consorcio imobiliário e uma série de instrumentos que já estavam sendo discutidos e que foram, depois, incorporados no Estatuto da Cidade. O que ele veio fazer foi ampliar algumas possibilidades, consolidar, em termos de princípios, alguns destes princípios importantes que vêm sendo discutidos nos municípios e fundamentalmente nos municípios onde há governos populares, buscando elaborar os planos diretores com estes objetivos. A partir daí, ele traz alguns instrumentos de política urbana, estabelece como instrumento os planos nacionais, estaduais e municipais, traz, para os

[9] Arquiteta, doutora em Urbanismo e professora da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

municípios, a idéia do plano diretor como instrumento básico de política urbana e trata de maneira muito frágil a questão metropolitana – o estatuto não tem nenhum instrumento importante que possa ser usado nessa questão. Neste momento é fundamental a tarefa dos poderes locais e do estado de uma maneira geral, na busca da função social da cidade.

Vários instrumentos do Estatuto foram incorporados ao Plano Diretor de Belo Horizonte, outros estão aí para serem usados. Uma das primeiras coisas que ele faz é regulamentar esse instrumento do parcelamento/edificação compulsórios. A partir de agora, eles são aplicáveis e, neste aspecto, Belo Horizonte vai ter que rever o artigo no Plano Diretor que trata disso

Na época, foi proposto que aquelas áreas que foram consideradas de adensamento preferencial, com boa topografia, boa ligação viária e boa infra-estrutura, já começasse a valer por um prazo, se não me engano de cinco anos. Na Câmara, os vereadores entenderam que esse mecanismo não poderia ser aplicado porque não havia regulamentação federal. E foram além e disseram o seguinte: quando a lei federal regulamentar o artigo 182 da constituição, esse instrumento passa a valer para terrenos com mais de 5000 (cinco mil) m2. Então isto é algo que para se ter a possibilidade de efetivamente aplicar, vai ter que ser revisto. O Estatuto da Cidade deu um prazo, então, de três anos, no mínimo, para parcelamento e mais três para edificação compulsórios, e o imposto progressivo no tempo. Durante cinco anos, ele vai subindo até o IPTU ficar valendo 15% do valor do lote e, se ainda assim o proprietário não cumprir o que foi determinado, então ele pode ser desapropriado e os títulos têm que ter aprovação prévia no Senado.

O outro instrumento é o usucapião especial de imóvel urbano e aqui eu acho que o impacto pode ser significativo, com a possibilidade do usucapião coletivo, que dificultava ate a agora a regularização fundiária em áreas particulares. O resultado do usucapião especial é um condomínio, a área passa a ser administrada na forma de um condomínio.

Outro mecanismo que pode também ser relevante é o direito de preempção que significa o seguinte: o Plano Diretor define algumas áreas sobre as quais, durante cinco anos, passa a ter direito de preferência de compra. Isto pode ser importante para política habitacional em alguns lugares, por exemplo loteamentos clandestinos em que, muitas vezes, não há área para equipamentos – creche, escola, área verde – e não existem mais na região, ou ,se existem, não são mais do loteamento. Esse instrumento pode por exemplo ser usado para isto, é uma forma de reservar áreas para política habitacional, política de implantação de equipamentos etc.

O outro é outorga onerosa do direito de construir, que é o famoso solo criado, também previsto no Plano Diretor. Esse foi um instrumento muito discutido em Belo Horizonte e a idéia básica é a seguinte: quando alguém vai construir um edifício ele constrói uma área que é maior do que a área do terreno, porque vai construindo para cima. O resultado disto, muitas vezes, é que a infra-estrutura daquela região passa a ser muito pressionada, vai ter mais gente morando ali, mais carro na rua, mais água para chegar etc. Muitas vezes, o poder público vai ter que refazer e/ou ampliar a infra-estrutura. A idéia é que quem fosse construir mais do que a área do lote teria que pagar por este direito. Em muitos lugares a proposta é que este recurso fosse utilizado para programas habitacionais ou para investimentos em urbanização de áreas ou, às vezes, até na própria área que vai demandar a maior infra-estrutura. Este instrumento, que não foi aprovado, foi o grande pomo de discórdia no Plano Diretor de Belo Horizonte.

As operações urbanas consorciadas são a possibilidade de uma parceria do poder publico com proprietários e investidores imobiliários para recuperar e valorizar áreas. Este instrumento está no Plano Diretor de Belo Horizonte e existe uma definição no próprio Plano de como ele deve ser usado. É um instrumento polêmico porque pode servir para valorizar áreas, sem ganhos efetivos para o município ou para a comunidade. O que Plano Diretor de BH diz é que cada operação urbana tem que ser objeto de lei, a lei terá que definir qual que é a área de operação, quais serão os investimentos feitos ali. E quem faz o investimento tem alguma coisa em troca, em geral uma maior permissividade para construir ou para utilizar a área e, no nosso caso, a lei que cria e que define a operação urbana tem que definir quais são estes ganhos do investidor. O que talvez o Estatuto traga de novo no nosso caso, é reforçar a idéia da participação no processo de operação urbana e isto foi muito difícil de passar no Plano Diretor, através do qual foram criados o Conselho Municipal de Política Urbana e a Conferencia Municipal de Política Urbana. Na época, tudo o que dizia respeito à participação e à gestão democrática foi retirado do Plano e, entre essas propostas, aquelas de participação da comunidade onde vai se localizar a operação urbana. O Estatuto reforça isto e está na hora de reforçar de novo esta discussão. Uma outra questão que também é colocada é a exigência de um plano de desenvolvimento econômico local e a idéia de se pensar no que vai acontecer com a população que mora naquela área. Ou seja, tudo o que está colocado no Estatuto são possibilidades, ele por si só não garante nada e nem é aplicável, na verdade são instrumentos que estão aí à disposição dos municípios e das comunidades, para a gente discutir e definir quais são aqueles que a gente deve lançar mão.

A transferência do direito de construir também está no Plano Diretor de BH, já tem lei que regulamenta, já está até começando a funcionar. Este instrumento significa que se alguém tem, por exemplo, uma casa

tombada para preservação, ou uma área de preservação ambiental, ou uma área que o poder público definiu que será área para habitação de interesse social , então essa pessoa não pode construir tudo o que poderia naquela região, então este instrumento dá a este proprietário o direito de aquilo que ele não conseguir construir, ele vende para alguém que vai construir a mais no outro lugar.

Com relação à transferência do direito de construir, o que há de novo no Estatuto em relação ao Plano Diretor de BH é que a transferência pode ser feita também no caso de imóvel para construção de equipamento comunitário e, de novo, esta coisa de se pensar em regularização de loteamentos clandestinos e trabalhar as áreas onde não há área pública para equipamento. Isto pode ser negociado com o proprietário de uma determinada área, longe e pouco valorizada, mas na qual ele pode verticalizar, ele vende ou usa aquele potencial numa área mais valorizada. É a condição para a prefeitura adquirir, num preço mais barato, áreas para equipamentos comunitários.

A outra questão que foi objeto de discussão em BH é o estudo de impacto de vizinhança naqueles usos, edificações grandes, *shoppings* ou conjuntos habitacionais/loteamentos muito grandes que provocam impacto sobre as áreas vizinhas, geram maior pressão sobre a infra-estrutura, geram mais trafego etc. O Plano Diretor estabelecia estes empreendimentos de impacto e a proposta era fazer exatamente o estudo de impacto de vizinhança. Na Câmara, isto foi substituído pelo EIA-RIMA, que são o estudo e conseqüente relatório de impacto ambiental. Isto é normatizado por lei federal e é um estudo que, em geral, tem uma complexidade muito maior do que aquela necessária para o caso de um empreendimento urbano. É uma questão que pode também estar sendo repensada, retomar a idéia. Na época a gente chamava de RIU (Relatório de Impacto Urbano). A idéia é voltar a pensar num estudo de impacto de vizinhança naqueles casos em que não há necessidade de um grande estudo de impacto ambiental. Isso facilitaria e agilizaria os processos.

Em geral não podemos pensar que vamos resolver amanhã o problema da especulação imobiliária ou inibir as retenções especulativas. Em BH, especificamente, são poucas as áreas, as grandes glebas com retenção especulativa, mas elas ainda existem e, mesmo tendo o prazo de três anos, na verdade a gente vai estar colocando estas áreas no mercado no prazo de dez anos.

A outra questão é que de novo temos o Plano Diretor como o grande salvador da pátria, e isto está eximindo o governo federal de pensar uma política urbana, o governo estadual de pensar uma política urbana e metropolitana. No nosso caso aqui, ficou claro que não dá mais para pensar em BH desde há muito tempo sem pensar os municípios vizinhos, sem fazer um trabalho conjunto.

Os impactos que se pode definir como mais relevantes é a idéia do usucapião coletivo, que significa a regularização fundiária de vilas e favelas e já vem sendo feita há muito tempo: BH é pioneira, desde a Lei do Pró Favela, em 83. E a idéia de se ter uma área administrada em condomínio, é a questão do controle urbano nessas áreas e que ainda não se tem em BH, a prefeitura urbaniza a área e regulariza a posse, mas a fiscalização ainda é precária. Este processo de fiscalização, de, enfim, incorporar o controle urbano nas vilas e favelas, este pode ser também o momento de se pensar nisto.

Com relação ao nosso Plano Diretor, o que o Estatuto traz é a possibilidade de ampliar alguns instrumentos – o direito de preempção é uma novidade no nosso caso – e, em outros casos, revisar e ampliar o direito. A Conferencia é um momento de revisar o Plano e propor modificações, é o momento também de revisar artigos que têm que estar ampliando para novas possibilidades.

Estatuto da Cidade e a Gestão Democrática

▪ NABIL BOUDUKI[10]

A coisa mais importante do Estatuto da Cidade, que é claro que tem instrumentos importantes, foi ter provocado, ter catalizado um processo de debates sobre as cidades no Brasil que nos permite debater esta questão em muitos fóruns e mobilizar muita gente para discutir a cidade. Tradicionalmente no país isto não tem sido colocado num primeiro plano das prioridades das políticas públicas e eu espero e acho que temos um papel importante para evitar que este momento, que é um momento muito importante e muito rico, se perca, porque o Estatuto só cria alguns instrumentos, no mais está tudo para ser feito, ele não resolve por si só, ele dá mais alguns instrumentos.

Inclusive, do ponto de vista da gestão democrática, o que é que o Estatuto consegue? Ele consegue colocar numa Lei Federal, aprovada pelo Congresso Nacional, que é majoritariamente conservador. Permite, portanto, a partir da lei, que estas questões de gestão possam ser discutidas nos mais diferentes fóruns, nas mais diferentes cidades e estados brasileiros mas, de uma certa maneira, aquilo que ele traz como mecanismo de gestão democrática em grande parte já vem sendo praticado pelas cidades com administrações mais progressistas. Então, quando ele propõe, por exemplo, a nível nacional o Conselho Nacional de Política Urbana, que inclusive foi criado por medida provisória e deve ser transformada em lei,

[10] Arquiteto, mestre em Estruturas Ambientais e Urbanas e vereador em São Paulo.

isto é muito importante. Se tiver uma Política Nacional Urbana, que ainda não temos , o Conselho vai ter um papel fundamental. Para se poder ter uma política nacional, e também nas outras instâncias, estados e municípios, deve-se criar um conselho semelhante. Em alguns municípios, como é o caso de Belo Horizonte, já existe um Conselho de Política Urbana. Em são Paulo ainda não tem, porque não tinha um governo e, quando teve, não conseguiu aprovar na Câmara, nós tivemos problemas seríssimos na Câmara Municipal na administração Erundina. O Estatuto coloca a conferência como um instrumento importante de participação popular na política urbana.

Tem ainda uma série de outros mecanismos, alguns deles muito importantes mas também de uma maneira que, pelo menos na lei orgânica de são Paulo, já estava previsto, por exemplo, o projeto de lei de iniciativa popular. Nós temos um projeto de lei de iniciativa popular que foi o do Fundo Nacional de Habitação, e também a Constituição Federal já tem este instrumento do projeto de lei de iniciativa popular. É claro que se a gente pensar em termos de Brasil (quase seis mil municípios) são poucos os municípios que utilizam este instrumento e o Estatuto da Cidade incorporou esses mecanismos democráticos de gestão da cidade como instrumentos que devem ser adotados no conjunto do país, então, nesse sentido, ele é muito importante. Aqui, em Belo Horizonte, talvez seja menos importante, porque estes instrumentos já existem. O que não quer dizer que eles funcionem adequadamente, ai é que eu quero entrar na questão.

O Estatuto da Cidade, de certa maneira, transfere para o município a definição de uma questão muito importante, que é: quando é que a propriedade cumpre com a sua função social? Então, se ele transfere para o município, e isto significa a limitação de direito de propriedade, o Estatuto realiza uma coisa muito importante do ponto de vista da propriedade no país, porque o direito de propriedade sempre foi sagrado no país e foi sempre definido por lei federal. Hoje, o Estatuto da Cidade transfere para o município pelo menos uma parte de uma limitação no direito de propriedade, e muitos poderão dizer que o zoneamento, ou a lei do parcelamento do solo, e outras leis – o próprio código de obras – já são mecanismos de limitação de direitos de propriedade, porque o proprietário já não pode construir qualquer coisa, ele tem que construir alguma coisa de acordo com o código de obras. Algum tipo de limitação já existia, no entanto não existia nada que forçasse um proprietário a agir sobre o seu terreno

Quando o Estatuto fala dos imóveis que não estão cumprindo a função social, ele fala não só do parcelamento e da edificação compulsória mas também da utilização compulsória –que eu não sei como esta aqui, em BH, mas, em SP, já temos um problema de alguns anos para cá, que são imóveis desocupados que, inclusive, já sofreram processo de desocupação de processo de moradia, ficavam durante muito tempo aguardando uma oportunidade do mercado ou cobrando preços muito acima do que o mercado queria pagar. O Estatuto cria esta possibilidade para o município.

A questão que o Estatuto da Cidade traz, que é limitar o direito de propriedade, vai ser decidida na Câmara Municipal, num fórum tradicional de gestão da cidade. Deve ser interessante a gente travar um pouco a discussão do que significa um conselho ou uma conferencia da Câmara Municipal. De qualquer maneira, este é o principal elemento que o Estatuto traz para os municípios que quiserem avançar em termos de política urbana: criar áreas de reforma urbana, onde o direito de propriedade passar a ser violentamente limitado. E aí, o mecanismo de decisão é a Câmara. Então uma questão para nós discutirmos é o que significa esta instância fundamental para definir as coisas mais importantes que estão presentes no Estatuto – operação urbana consorciada, transferência do direito de construir, concessão onerosa e a maior parte dos instrumentos novos criados. Isso levanta a seguinte questão: efetivamente o conselho é importante? Qual é o poder que ele tem no novo cenário jurídico da cidade? Teve agora a primeira versão do orçamento participativo enviado para a câmara sem os recursos.

Um dos vários equívocos do Estatuto da Cidade é que mostra esta falta de gestão metropolitana. Então faz parte da questão que está colocada aqui, construir instâncias metropolitanas, e construir de maneira democrática, o que em geral é muito difícil. Em primeiro lugar, porque se tem municípios com pesos muito diferentes. Então, se num conselho metropolitano ou num órgão gestor metropolitano você tiver um representante de cada prefeitura, a prefeitura-núcleo – no caso aqui é Belo Horizonte, no caso de São Paulo é mais acintoso ainda – o núcleo tem uma participação insignificante frente ao seu peso. Então se o município participa com um representante – como eram os antigos conselhos – acho que aqui deveria ser a mesma coisa, mas em São Paulo, no conselho consultivo que tinha na região metropolitana, na época antiga, cada município tinha um membro. Então São Paulo tinha um membro e, sei lá, Ibiritiba Mirim, por exemplo, que também fazia parte da região metropolitana, tinha um membro. Se for o contrário, também; se a representação for proporcional à população, aí vai acontecer o contrário: o município-núcleo vai ter, provavelmente, em São Paulo, por exemplo, 65% dos membros. Então o município-núcleo vai mandar, e se sabe que, muitas vezes, essas regiões metropolitanas têm dificuldade de se estruturar porque os outros municípios querem manter a sua autonomia, e há uma tendência de o município principal ter um peso muito grande e esmagar os outros. Por exemplo, lá em São Paulo é muito complicada essa questão metropolitana. O consórcio do ABC funciona razoavelmente porque os municípios têm um peso não muito diferente uns dos outros; então é possível funcionar, mas eles têm o maior medo, por exemplo, de São

Paulo chegar e querer mandar. Então já começam a falar coisas absurdas, do tipo: região metropolitana do ABC, para se diferenciar de uma coisa da outra. Então construir um órgão de gestão, que primeiro consiga dar conta desse problema dos municípios e depois que consiga dar conta das populações e das suas representações, é uma coisa em que deveríamos começar a pensar.

Agora, lá na Câmara, a questão é, por exemplo, de um legislativo metropolitano para pegar uma das instâncias possíveis de representação mais ampla, que não só o executivo. É possível pensar um legislativo metropolitano, uma câmara metropolitana que reunisse os vereadores, mas aí também o peso já é muito diferente, porque o número de vereadores não é distrital. E se for para uma instância de participação popular metropolitana, essa já seria uma outra questão importante que deveríamos pensar pelo ponto de vista de gestão, não só de gestão em primeiro lugar, mas gestão democrática.

E, finalmente, temos que discutir o planejamento a partir da gestão democrática, porque o planejamento do Brasil foi o instrumento que nasceu, cresceu o morreu com o regime autoritário. E pensar assim: as primeiras ações planejadoras que ocorreram no país, no Estado brasileiro, ocorreram quando? Na “Ditadura Vargas”. A ditadura Vargas deu início aos primeiros embriões de planejamento econômico. Foi o momento em que o Estado começou a planejar. Aí ela chegou no seu apogeu na ditadura militar. A ditadura militar é o apogeu do planejamento. Se criam todos os órgãos do planejamento, todas as regiões metropolitanas. A maior parte das legislações urbanísticas são criadas no período da ditadura, com um peso grande.

O planejamento ficou muito identificado com o autoritarismo, com a tecnocracia e com uma ausência absoluta da participação popular como instrumento por uma conjunção de três fatores. Primeiro, porque a democratização no Brasil coincidiu com o neoliberalismo, com o avanço do mercado, com a idéia do estado mínimo e com a idéia de que o mercado deveria regular as ações econômicas e assinar todas as questões. Isso coincidiu com o processo de redemocratização do país e o início de desenvolvimento da idéia do estado único e do neoliberalismo, que iam contra o planejamento. Então tinha esse primeiro fator. O segundo fator era o próprio fato de que, como era um instrumento que vinha da ditadura, havia uma identificação muito forte dele com a ditadura, e quando a ditadura acaba, seus vários instrumentos institucionais vão sendo desmontados, e vai-se desestruturar o setor de planejamento com o fim da ditadura. E a terceira razão, porque do ponto de vista dos setores populares se reforçou muito a idéia da participação e da descentralização, que são algumas forças presentes nesse período, e muitas vezes eram uma reivindicação ligada a grupos específicos lutando por seus direitos de forma totalmente legítima. Mas, de certa forma também, de uma maneira muito geral, o planejamento traz dentro de si uma idéia do geral, do global, do amplo. Então essa questão do geral muitas vezes se contrapunha à idéia do particular, do descentralizado, do localizado, do particular, o que foi muito reforçado na idéia de garantir direitos específicos.

Essa discussão toda sobre a cidade, a partir daí, desses novos instrumentos que estão colocados, o plano diretor caiu muito em desuso, ficou muito desprestigiado. Isso foi um pouco diferenciado de cidade para cidade, mas, de qualquer maneira, hoje se coloca a questão do planejamento numa outra perspectiva: a de reforçar muito a questão da participação, dos instrumentos de participação e de planejamento para construir um planejamento participativo com uma razão muito objetiva e muito concreta. Aqueles problemas que foram enfrentados na aprovação do plano diretor de BH, a desculpa que foi dada naquele momento era de que não tinha uma lei específica mas, na verdade o que o Estatuto da Cidade diz não tem nada de diferente, no que é importante, do que está na Constituição. Em grande parte, ou os instrumentos já podiam ser feitos, ou já estavam sendo feitos ou já estavam previstos na Constituição, e o que a regulamentação fala é muito pouco mais do que está lá. Fala de edificação e parcelamento compulsórios, imposto progressivo no tempo, desapropriação... Essas coisas essenciais ele já está falando. Operações urbanas já se podia fazer e muitas já estavam sendo feitas, transferências de direito de construir já estavam sendo feitas em São Paulo, assim como a concessão do direito de construir, desde que aprovado pela Câmara. Lá, em São Paulo, estava sendo feita, sem aprovar na Câmara, uma operação interligada, mas o Ministério Público paralisou, dizendo que tinha que aprovar na Câmara. Aqui, também tem que ser aprovado pela Câmara.

A questão toda é a seguinte: esses instrumentos todos geram um processo de conflitos dentro da sociedade. Conflitos e interesses muito fortes. Então a grande questão que vai-se enfrentar daqui para a frente é que esses interesses vão se estabelecer, sobretudo na Câmara, para evitar que sejam utilizados adequadamente. Por isso é que hoje é fundamental a mobilização da sociedade em torno dessas questões. A questão da democracia passa por isso, passa pela criação de mecanismos que permitam que os interesses populares possam predominar nesse debate, possam ter espaço para predominar. Essa é uma questão fundamental na gestão das cidades daqui para a frente, porque, senão, o Estatuto da Cidade vai ser uma peça inócua no futuro da cidade.

Estão acontecendo debates em várias cidades do Brasil, nas capitais, promovidos pela Caixa Econômica Federal. Lá, em São Paulo, teve com o SECOVI (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Condomínios Residenciais e Comerciais), e, aí, todo mundo era a favor do Estatuto da

Cidade, tinham lutado por ele e achavam que era importante. E eu fiquei muito surpreso, fiquei me perguntando qual vai ser a estratégia desses segmentos que foram e são contra alguns instrumentos que estão aí. Então, hoje, essa gestão democrática significa criar mecanismos para poder fazer valer o Estatuto da Cidade.

▪ LIANA PORTILHO[11]

Coordenadora da mesa "Estatuto da cidade, os instrumentos democráticos e a gestão democrática"

Eu queria só endossar o que foi dito em relação a essa falha da ausência de regulamentação das regiões metropolitanas, nessa versão sancionada do Estatuto. É importante que se diga que no projeto de lei anterior existia um capítulo todo tratando disso, que podia não ser lá essas coisas, mas já era uma conquista, mais política do que técnica. Mas eu, pessoalmente, sou um pouco pessimista quanto a essa questão de uma plena eficácia de planos diretores, principalmente para as cidades que fazem parte de regiões metropolitanas como Belo Horizonte e São Paulo, porque eu não acredito que planos diretores isolados, sem estarem integrados, sem terem pontos de intercessão, de discussão conjunta, possam conseguir sucesso real na gestão de uma cidade, uma gestão democrática sobretudo.

O capítulo da gestão democrática do estatuto é o mais delicado desses artigos todos que foram trazidos com a lei 10.257, porque por meio deles é que os instrumentos de política urbana vão ser, efetivamente, implementados e tornados vivos. Só assim, com a gestão democrática de fato, abrindo a participação da população diretamente envolvida, é que a gente vai poder tirar a lei do papel.

Ao mesmo tempo, há muitas coisas importantes do Estatuto e nesse capítulo da gestão é importante que se diga que ele ratifica o que já tinha sido dito pelo constituinte no artigo 14 da Constituição Federal. O que isso quer dizer? Na constituição ficou ratificado que a soberania é popular e ela se expressa por uma combinação de representação parlamentar com mecanismos de democracia direta como referendo popular, plebiscito e iniciativa popular de leis. Infelizmente, esse inciso específico, que era previsto no capítulo da gestão democrática da cidade, foi vetado de maneira um tanto equivocada já que existe uma lei federal que regulamenta esses instrumentos. Ora, não havia prejuízo deixar isso lá, quando se está tratando especificamente de gestão, de questão de política urbana, deixar reforçando esses três mecanismos de participação direta.

Por outro lado, outra falha do Estatuto, ainda nessa questão da democratização da gestão, é que ele só dispõe sobre instrumentos que, em governos populares, democráticos, já vinham sendo implementados como os conselhos, as audiências e uma série de outras questões. Mas é uma questão que eu até deixo para reflexão e para os debates. Como implementar esses mecanismos de democracia semidireta como referendo popular, plebiscito, iniciativa popular de leis, participação efetiva em conselhos, enfim, com essa perspectiva cada vez mais segregante das nossas cidades?

E essa segregação é uma perspectiva, uma tendência mesmo, que vem se consolidando. Ela é séria, é ameaçadora, e vem se consolidando ao longo do século. Pode-se dizer que sentimos isso todo dia, seja na cada vez maior presença de ruas fechadas e de condomínios fechados, essa privatização constante do espaço público.

Finalizando, vou me permitir ler um trechinho da Jane Jacobs, uma urbanista clássica que impressiona com a atualidade do ela disse em 1963: "Suponhamos que continuemos a construir cidades inseguras e a reurbanizá-las deliberadamente. Como conviveremos com essa insegurança? Pelas evidências que temos até hoje, parece haver três maneiras de conviver com ela. Talvez com o tempo sejam inventadas outras, mas suspeito de que essas três venham a ser apenas aperfeiçoadas. A primeira maneira é deixar o perigo reinar absoluto e deixar que os infelizes que se defrontarem com ele sofram as conseqüências. Essa é a política adotada atualmente com relação aos conjuntos habitacionais de baixa renda e vários outros de renda média. A segunda maneira é refugiar-se em veículos. Esse recurso é utilizado nas grandes reservas de animais selvagens da África, nas quais os turistas são advertidos a não sair do carro em hipótese alguma até que cheguem ao alojamento. Essa prática é adotada também em Los Angeles. A terceira maneira foi criada por bandos de arruaceiros e abertamente adotada pelos criadores da cidade reurbanizada. Essa modalidade consiste em cultivar a instituição do território. Segundo a modalidade tradicional do sistema de território, uma gangue apropria-se de certas ruas e conjuntos habitacionais ou parques, geralmente uma combinação dos três. Os integrantes de outras gangues não podem entrar nesse território sem a permissão de seus proprietários e, se o fizerem, correm o risco de serem espancados ou enxotados." Isso foi escrito em 1963 e é um pouco do que a gente está vivendo cotidianamente na nossa cidade.

Sustentabilidade e Financiamento da Cidade

[11] Advogada, especialista em Análise Urbana e professora assistente do Curso de Direito Urbanístico da PUC Minas Virtual.

▪ MAURÍCIO BORGES[12]

Vou tentar desenvolver rapidamente uma idéia, a idéia do financiamento do setor público. Há uma certa descrença, porque do ponto de vista prático as possibilidades de endividamento são pequenas, o setor público está tendo um constrangimento de endividamento muito grande e as possibilidades são muito restritas etc. Mas o ponto de vista que vou defender aqui é que as possibilidades econômicas de endividamento, com a economia brasileira estagnada e, portanto, a economia municipal estagnada, são muito pequenas. E a razão central é que existe uma correlação estreita entre taxa de juros real que você paga por um financiamento e o crescimento econômico e da receita do município, do estado ou mesmo do Governo Federal. A grosso modo, se a economia cresce, e a economia daquele índice de governo cresce 4%, a taxa aceitável, por uma série de razões demonstráveis matematicamente, é de 4% para um crescimento de 4% das receitas da Prefeitura, do Estado ou do Governo Federal. Há uma relação grande entre taxa de juros real e taxa de crescimento econômico. Quanto maior a taxa de juros não correspondida em crescimento real, o endividamento é crescente até a inadimplência do ente público. Então o que aconteceu com a economia brasileira nos anos 80 e com o setor público brasileiro é que nós tivemos um processo de endividamento externo, e este endividamento externo era estatal – agora, aliás, o governo Fernando Henrique está conseguindo um milagre: fez o endividamento privado virar endividamento estatal – e naquela época, no final dos anos 70 e início dos 80, o endividamento era principalmente estatal. Não houve investimento estatal.

Belo Horizonte tem dívidas que até hoje a Prefeitura está pagando e que foram feitas no final dos anos 70 e início dos anos 80. Nós temos dívidas pretéritas, que vêm de 20 anos atrás. Foram roladas etc. O que aconteceu de fato é que o ritmo de endividamento feito para o conjunto do setor público e, especificamente, por exemplo, para a Prefeitura de Belo Horizonte, e muito mais grave ainda para o estado de Minas Gerais, era um ritmo incompatível com o crescimento que acabou ocorrendo na década de 80, de 2,2%. Então, na década de 80, nós temos – e posso dizer que na década de 90 se repetiu, apesar do Plano Real, ou talvez por causa dele – um crescimento de 2,2% do PIB ao ano, com um crescimento na mesma proporção das receitas de estados, municípios e Governo Federal. Este crescimento ficou incompatível com o processo de endividamento então gestado.

Nós tivemos uma crise, que começou no início dos anos 80, e se prolonga até os dias de hoje. Claro que os juros praticados neste endividamento foram juros inaceitáveis que geraram praticamente a falência das três instâncias de governo nestes vinte anos e uma redução muito grande na capacidade de investimento. Ao lado do crescimento baixo, nós temos uma espécie de crescimento vegetativo da despesa. Aí, são várias dívidas implícitas, a dívida previdenciária etc., e, por fim, o crescimento vegetativo da população – leia-se o crescimento vegetativo da pobreza – que, de um modo ou de outro, implica alguma despesa por conta daquela população pobre, tendencialmente cada vez mais pobre. Então a dinâmica brasileira é um círculo vicioso que gera despesa, tem um endividamento que não está resolvido, está sempre sendo postergado, e gera uma incapacidade de investimento.

Fazendo uma análise mais relativa a Belo Horizonte, a região metropolitana cresceu 56%, de 85 a 97. Este crescimento, pelo menos pelos dados do IPEA, é o maior crescimento em termos de região metropolitana. Ficou na frente de Curitiba, de Belém e de São Paulo. Até mesmo um pouquinho na frente da Região Metropolitana de Campinas. Este crescimento de 56% em 12 anos se traduz num crescimento médio anual de 3,7%. Então a Região Metropolitana de Belo Horizonte, e a cidade de Belo Horizonte, estão nadando de braçada? Quando se imagina que o crescimento demográfico foi de 3,3 – 3,4% ao ano, se vê que a riqueza líquida gerada por habitante praticamente não cresceu. E isso com os endividamentos colocados aí sobre o setor público da região metropolitana, sobre as cidades, os municípios e o Estado de Minas Gerais. Quer dizer, apesar do crescimento diferenciado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mesmo em relação ao Brasil, nós tivemos um crescimento demográfico – resultado, aliás, de uma estagnação, de problemas estruturais, econômicos no Estado de Minas Gerais, no grande bolsão de pobreza do Vale do Jequitinhonha, em vários lugares da região Leste, na Zona da Mata e na região Norte. Então esta estagnação expulsou as pessoas para cá e acabou gerando problemas graves, urbanos e sociais, que a região metropolitana já tinha e foram agravados. Então, mesmo o crescimento diferenciado, num contexto de crescimento muito baixo, não consegue resolver as coisas. Isso significa que a solução tem que ser coletiva, para o Brasil inteiro, tem que ser macro, e a gente dentro disso, fazer a nossa parte. Seria esse o caminho.

Alguns dados da Prefeitura de Belo Horizonte. A receita em 92 era de 300 milhões de dólares. Se olhamos a receita e convertemos o real a um por um e olhamos hoje a receita de um bilhão e 100 milhões de reais, parece que o crescimento foi extraordinário; mas, se nós dolarizamos esta receita – a de 92 já estava – veremos que, usando o dólar médio de 2,5, não vai dar mais que 440 milhões de dólares. Ou seja, um

[12] Economista, doutor em Economia, professor titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais e Secretário Municipaçl de Coordenação da Política Social de Belo Horizonte.

crescimento de 40% em dólares. Como o dólar tem uma desvalorização, tem uma inflaçãozinha americana da perda de poder aquisitivo, nós podemos dizer que este crescimento não foi muito além de 30% nestes nove anos. E, portanto, não foi muito além de 2,5 – 3 % ao ano. Então é um crescimento diferenciado em relação a outros municípios, sem dúvida, mas muito baixo em função dos problemas, das dificuldades e do endividamento prévio que a Prefeitura de Belo Horizonte tinha. O resultado não é muito diferente daquele agregado pelo Brasil. Nós temos excesso de endividamento, crescimento da pobreza.

Mesmo que Belo Horizonte tenha expulsado os seus problemas para a região metropolitana, a região metropolitana dá o troco com a maior facilidade. O sistema de saúde que o diga, sem falar de outras questões e mazelas que nós temos vivido junto com nossa região metropolitana. Então a região metropolitana é solidária, e nós temos sofrido muito com todas essas dificuldades. E, mais uma vez, fica difícil pensar que o crescimento isolado resolve quando você tem um conjunto ruim. Pensar em crescimento isolado, pode servir para um município pequeno, por exemplo, que tem uma atividade que dá certo, mas quanto maior o município mais ele se encontra perto do macro, das coisas maiores e, aí, crescer desigualmente não resolve. Belo Horizonte e sua região metropolitana cresceram desigualmente e os problemas se aprofundaram. Aqui, a migração foi maior exatamente porque aqui era o único lugar onde tinha alguma luz no fim do túnel para muita gente, para muitas famílias, para muitos imigrantes.

Em função disto, desse círculo vicioso perverso, o financiamento a longo prazo – e os urbanistas, com razão, têm que pensar a longo prazo – não é possível num contexto de estagnação. Ainda mais conjunturalmente quando você está ainda se esmigalhando num processo de crescimento geral. No caso de Belo Horizonte nós sabemos, por exemplo, que o endividamento de longo prazo da cidade caiu. Ele era de – somando o de curto e o de longo prazos – quase 300 milhões de dólares, eqüivalendo à receita de um ano, e hoje é de cerca de 600 milhões, com a receita de um bilhão e 100; dá menos de 60%. Caiu, portanto, mais ou menos à metade. Mesmo assim, com crescimento baixo. Eu falei, o dinheiro vai acabar. E veio o apagão. Então nossa receita anualizada de seis meses, que estava em 12,5% ao ano – ou seja, 4 pontos e pouco acima da inflação, caiu para um crescimento de 6,5, um ponto abaixo da inflação. Ou seja, estamos perdendo, mensalmente, mais de 4 milhões de reais. Essa é a nossa realidade a partir de junho, agosto e setembro, que deve se repetir até o final do ano. Quer dizer, se se mantivesse o crescimento que a economia brasileira tinha no começo do ano, seria uma festa para todos nós. Para o Fernando Henrique, o Célio de Castro, o Maurício Borges, o Murilo Valadares, mas....

Todo o setor público estaria pensando em projetos etc., mas o real entrou em colapso por causa do apagão e por causa do balanço de pagamentos. Tem uma dupla ação aí, que precisa ser melhor analisada. Então a economia brasileira tem que voltar a crescer. Nós temos de gerar uma nova proposta econômica de crescimento. A proposta econômica que está aí não é de crescimento econômico. Nós temos de procurar e achar uma alternativa de crescimento, um modelo de crescimento e voltar a crescer. Não precisa ser um crescimento extravagante, pode ser um crescimento até baixo, de 4 – 4,...%. É possível o Brasil evoluir com um crescimento neste nível, mas não dá para crescer 2 – 1,5 – 1,7, como foi a média da década de 90. Então tem que ter uma solução macro.

Além da solução macro, nós temos de caminhar da solução micro. A solução micro teria duas agendas: a do desenvolvimento econômico específico e a do planejamento urbano. A primeira, no caso de Belo Horizonte, passa por incrementar mais ainda o número de incubadoras, especialmente aquelas ligadas à produção de tecnologia e até mesmo à criação do Parque Tecnológico de Belo Horizonte. São várias ações de parceria dentro do setor público e do setor público com o setor privado. A segunda, especificamente urbana é a seguinte: nós temos de trabalhar o planejamento urbano da região metropolitana. Isso passa pelo planejamento urbano de cada município, no caso da região metropolitana. Não existe nenhuma dúvida de que é necessário o planejamento urbano específico em cada município.

Loteamentos clandestinos, esta expansão demográfica irracional, estão gerando um passivo urbano enorme. Nós precisamos de ter algum mecanismo coordenado pelo governo estadual para isto, de imediato. Além da questão interna dentro de cada município, nós temos de planejar um pouco a divisão territorial, espacial de trabalho, dentro da região metropolitana. Nós temos que pensar as grandes vias, nós temos que pensar no rodoanel de Belo Horizonte, não podemos esquecer a Fernão Dias – a Fernão Dias, hoje, ainda não está duplicada, certo? Então esta infra-estrutura tem de ser planejada e um problema nosso, gravíssimo, é a necessidade de um rodoanel, entre outras ligações rodoviárias. A via expressa, que seria um acréscimo à Fernão Dias, até hoje está interrompida, a obra não terminou. Então as questões da região metropolitana passam por pensar de uma forma sólida o sistema viário, o sistema de saneamento, o planejamento intramunicipal, o planejamento urbano intramunicipal. É muita coisa e essa funcionalidade urbana vai dizer da qualidade e da competitividade da região metropolitana de Belo Horizonte.

Então nós trabalharmos a questão econômica *stricto sensu* e, na questão urbana, nós vamos fazer a parte nossa para crescer. Crescer, ajudar o Brasil mas também competir de forma amistosa com outras regiões metropolitanas do Brasil. Sem crescimento, não temos financiamento. Nós podemos, por exemplo, pensar em alguns projetos específicos, alguns financiamentos específicos, mas eles significam, no momento,

apenas gerar o problema do recurso futuro se nós não tivermos expansão da receita num nível compatível com as taxas reais de juros que devem ser pagas.

Então, basicamente, é isto. Sustentabilidade é crescer, então nós precisamos pensar em como crescer e, para pensar em como crescer, tem de resolver o problema do Brasil e resolver o problema da região metropolitana. É nestas duas instâncias que estão os dois nós. Sem isso nós temos que ficar muito preocupados com o sofrimento por que todo mundo passa e que tem uma razão real, não tem jeito de fugir desse circulo vicioso da pobreza em que estamos há mais de 20 anos.

Desenvolvimento Econômico e Inclusão

▪ ANTÔNIO CARLOS BRANDÃO[13]

Tenho pesquisado algumas cidades, que eu chamo de "cidades que estão à venda", e cidades que têm adotado modelo de gestão muito complicado, sempre buscando que o mercado sancione as suas decisões, então não tenho estudado Belo Horizonte, porque é uma cidade que, claramente, não se inclui nessa visão de mera gerência de crise e de aplicação de modelos neoliberais. Eu, infelizmente, não tenho acompanhado a gestão de Belo Horizonte mas, sim, das cidades como Campinas, por exemplo, que estão entregues a grupos que destruíram totalmente a cidade, ou das cidades que estão se adequando a modelos, a modismos de *marketing*. Então tudo que vou dizer aqui tem muito pouco a ver com a experiência de Belo Horizonte.

Sinto-me à vontade para ser teórico, já que só recentemente tenho tido alguma experiência de assessorar, um pouco à distância ainda, a Região Metropolitana de Campinas, que é simplesmente o caos, onde não se fez ainda nenhuma discussão de proposta, por enquanto só se levantou problemas. Campinas tem uma dívida hoje de quase três anos de orçamento a ser paga, um bilhão e meio, e problemas seríssimos – violência, inclusive como a morte do próprio prefeito que tentou mexer em algumas questões.

Existe uma visão do desenvolvimento que é alargar horizontes de possibilidades. É uma expressão bastante simples mas que cabe também para o que significa desenvolvimento: alargar os horizontes de possibilidades. E, para alargar os horizontes de possibilidades, você tem duas formas, duas faces: uma é o lado da montagem, do arranjo, o lado de dar direção, de armar, de criar um novo ambiente de possibilidades: é o lado mais visível e mais fácil do desenvolvimento. (Vou falar um pouco de todo o catálogo, um cardápio que existe de iniciativas exitosas e tudo o mais e de todo um certo modismo, um exagero muito grande nas possibilidades de um desenvolvimento endógeno, um localismo muito forte, que tem tomado conta desta discussão, infelizmente.) A outra face do desenvolvimento, que é muito pouco trabalhada, é a face do desmontar, é a face do desarranjar, desarranjar as estruturas e as coalizões tradicionais de dominação e de reprodução do poder que tomaram conta das cidades brasileiras.

Então a idéia é muito simples e está totalmente ligada à idéia da inclusão dos excluídos, dos marginalizados, porque não basta só a primeira face, da construção e do arranjo e das iniciativas todas de atração de investimentos, de criação de cooperativas, de micro crédito, e toda uma lista de experiências – é muito interessante esta área urbana, hoje, porque na década de 90 as publicações tinham um título mais ou menos assim "50 experiências exitosas" e hoje tem assim "125 experiências exitosas". Eu acabei de ter acesso a uma tese que se chama "Mil experiências exitosas", ou seja, todas as experiências locais de desenvolvimento têm sido muito trabalhadas, mas a possibilidade de envolver os marginalizados está muito mais na segunda possibilidade e ela é muito mais difícil de ser feita para que realmente se caminhe no sentido do desenvolvimento.

Qualquer boa teoria do desenvolvimento, qualquer autor, por exemplo Celso Furtado e Florestan Fernandes, vai colocar alguns elementos no que se chama de desenvolvimento – o desenvolvimento necessariamente envolve algum grau de endogenia, de autodeterminação, de autonomia, envolve necessariamente algum nível mínimo de condições de vida, que Celso Furtado chama, por exemplo, de homogeneidade social mínima, para que se possa construir estes horizontes e alargar os horizontes de possibilidades. O desenvolvimento, necessariamente, envolve também – todo bom autor vai colocar isso – vontade, inventividade, autonomia, envolve trazer para um certo espaço centros de decisão. Aliás, o Celso Furtado está na moda não só porque é um dos maiores pensadores sociais do Brasil mas porque ele tem reforçado cada vez mais a idéia de que não tem desenvolvimento sem centro de decisão. Então não adianta atrair investimentos simplesmente, porque o seu local vai ser uma mera plataforma local destes investimentos quando os centros de decisão estão em outro local.

Gostaria de falar um pouco da primeira face, aquela ligada a prover suporte para alargar os horizontes de possibilidades mas fazendo uma coisa que o Celso Furtado chama de "subordinar o funcionamento da economia aos desígnios do conjunto da sociedade", ou seja, esta é uma frase bonita, parece muito simples, mas é extremamente complicada. Na verdade, existe toda uma mitologia, uma banalização, mas de uma

[13] Economista, doutor em Economia, professor e pesqisador da Universidade Estadual de Campinas.

forma extremamente exagerada, e as pessoas que trabalham nestas áreas acham que estão construindo um desenvolvimento mais geral, inclusive nacional, em cima destas experiências extremamente localizadas. Isso é um discurso do realismo, do conformismo, é uma idéia de não ter o que fazer a não ser se conformar. Uma certa idéia, que os anos 90 trouxeram no debate urbano, de que não há tempo para discutir porque a crise é muito pesada e o tempo urge, então não só os horizontes temporais das ações públicas se reduziram, e ficaram complicados pela questão do financiamento, como o próprio sistema capitalista estreitou seus horizontes, a valorização é muito rápida e a crise é muito profunda. A seletividade atual do sistema é muito forte, então poucas áreas, poucas pessoas, poucas regiões, são eleitas e, nesse sentido, todos proclamam o tempo todo que é preciso apenas se adequar e se ajustar

Então gostaria de deixar claro que tenho andado bastante por aí e fico, às vezes preocupado quando tento falar da segunda face, porque não estou menosprezando a primeira, ligada a todos os processos virtuosos e de tentativa de regulação localizada, de tentativa de crescimento. Ou seja, todas as experiências de cooperativas solidárias e populares, todas as experiências de micro crédito e bolsa escola, de programas de garantia de renda, são muito interessantes, toda a idéia de revitalização urbana, a idéia de criação de agências, de comitês, a novidade dos anos 90, que é o crescimento dos consórcios intermunicipais, para tentar resolver os problemas comuns de uma certa área. Quer dizer, todas são idéias muito interessantes, todas as experiências de geração de emprego, todas as idéias de tentar trabalhar uma economia solidária. Mas eu fico preocupado, conheço pessoas que trabalham nessa questão especificamente e acham que, com isso, vão resolver todos os problemas de uma grande cidade. Construir redes, essa é a palavra da moda. Antigamente nós falávamos em países tigre, agora a gente está falando em regiões de países aranha, que tenham possibilidade de estar construindo redes o tempo todo.

Então o modismo é muito complicado, baseado no Castells, ex-marxista da área, que hoje vende suas consultorias de uma idéia de desenvolvimento local que é bastante complicada, para não falar no jogo de cidades porque a maioria das cidades está em guerra, na verdade, por localização – uma guerra sem peias, sem regras, para meramente criar externalidades e atratividade para o capital, para atrair empresas e não atrair pobres. É toda uma idéia de administrar a cidade como uma mera empresa que deve oferecer este conjunto de externalidades lojísticas, tributárias etc. Ou, uma outra palavra da moda, apenas uma cidade que é administrada às vezes apenas para melhorar o clima de negócios. É uma palavra também da moda. E espera-se a participação de uma comunidade apenas cívica. É como se a sociedade fosse apenas um time de futebol, então apenas se repete o tempo todo: “eu amo tal cidade”, “venha participar” mas, na verdade, os canais de participação foram destruídos, porque os anos 90 e os anos 80, destruíram a maioria dos espaços de participação.

Não é preciso discutir todo este cardápio, este catálogo de iniciativas exitosas, a lista está aí, é uma das coisas que mais tem no mundo hoje é site de experiências exitosas, entre no BNDES, entre na FGV, a lista de experiências é cada vez maior, é salutar, e isto é interessante porque, às vezes, tem uma idéia nova, em que ninguém tinha pensado. Mas não basta só este lado que foi banalizado. Esse localismo é, mais uma vez, uma importação de idéias dos países centrais que não cabem para o Brasil. Uma idéia extremamente exagerada, porque na verdade não encara que o local brasileiro não é um local da Espanha, e o local brasileiro é o local do atraso, é o local das coalizões de poder, é o local da especulação, é o local do que eu chamaria do padrão de acumulação usurário, mercantil, imediatista, patrimonialista, rentista e de acumulação de capital e de poder.

Então esta é a segunda face do desenvolvimento, que é muito difícil, que é a idéia de se predispor o tempo todo com estas coalizões, porque quando se fala em a CIDADE QUE QUEREMOS, a minha idéia é de que, necessariamente, qualquer cidade que queremos, no sentido da democracia, no sentido da participação popular, no sentido da inclusão social, é uma cidade que tem que ser, num certo sentido, arrancada da coalizão do poder que domina essas cidades. Essa coalizão especulativa que domina essas cidades.

Às vezes, quando se fala em desenvolvimento econômico, a primeira idéia que vem é uma idéia de calma, de tranqüilidade, de equilíbrio, ou seja, é fácil falar em desenvolvimento. Mas, na verdade, o desenvolvimento, necessariamente, um bom conceito de desenvolvimento, tem que ser um conceito de tensão. Tensão o tempo todo, de importunar, de desarranjar, de mostrar as expectativas e as ações especulativas. Então, o tempo todo, as ações do desenvolvimento têm que ser também destrutivas, vamos dizer assim. Destrutiva destes pactos de dominação que tomam conta das cidades. Portanto, a cidade brasileira, a cidade, o urbano, é um espaço extremamente interessante para fazer esta desmontagem. Poder-se-ia dizer que o local pode menos do que o modismo diz. O local não pode tanto quanto as pessoas que vão aí, e estudam basicamente os autores espanhóis, os autores europeus, e se empolgam com aquela força de que o local pode tudo, e o local é o local da democracia etc. Eles estão errados, o local não pode tanto assim, mas o local pode muito neste sentido, nesta segunda face do desenvolvimento. É o urbano, é o local, que é o *locus* para a tentativa diária para tentar desmontar as forças que tornam o urbano brasileiro um dos urbanos mais caros do mundo.

É uma pena que os economistas pararam, quase que desde a década de 80, a estudar custos da

urbanização, por exemplo. Então nós temos um urbano que é maluco. Ele não poderia ser tão caro como ele é. É porque o urbano brasileiro está entregue a este capital patrimonialista, rentista, então as cidades que tiveram mais de uma gestão como é o caso de Belo Horizonte, já arrancaram bastante a cidade desta coalizão. Já arrancaram, já tentaram construir – quando a gente está falando de inclusão social, a gente tem que falar do direito à cidade, à CIDADE QUE QUEREMOS. Só que não adianta. A CIDADE QUE SOMOS –qualquer cidade – é uma cidade ainda presa pelo atraso estrutural, pelas oligarquias, independente do tamanho da cidade. A gente está, às vezes, acostumado a usar esta palavra "oligarquia" para pensar... – minha família é toda do Vale do Jequitinhonha – então, quando a gente fala em Minas Gerais, em oligarquia, a gente pensa no Vale do Jequitinhonha. Mas, as oligarquias, esta coalizão patrimonialista, rentista, especulativa, está em Belo Horizonte, está Uberlândia, está em Governador Valadares, está em Diamantina. Ela toma conta das cidades brasileiras. Portanto, o processo de desenvolvimento tem que ser a tentativa de distorcer esta correlação de forças que trava o desenvolvimento e trava a inclusão e não adianta, infelizmente, a discussão de inclusão social, que está toda neoliberalizada, vamos dizer assim, e é uma discussão muito pensando o tempo todo em focalização, vamos focalizar o pobre, vamos fazer políticas compensatórias, vamos salvar as populações em situações de risco. Todas são palavras da moda. A idéia de cobertura. Ou seja, ex-colegas meus, que tinham uma visão muito crítica, e hoje estão no governo Fernando Henrique falam assim: "olha só que beleza, em termos sociais." E o tempo todo tenta mostrar a cobertura, ou seja, chegamos em mais um. O esgoto chegou em mais um. Quando na verdade quando se fala em inclusão tem-se que pensar na idéia de universalização, têm questões básicas da reprodução humana que não cabem numa idéia de focalização, de políticas compensatórias, assistencialistas, focalizas e tudo o mais. Inclusive, é preciso trabalhar os desiguais de forma extremamente desigual.

Então, na verdade, o desenvolvimento é, o tempo todo, algo como um no cravo e um na ferradura. Uma gestão não pode ser avaliada apenas pela face A, do arranjo, da montagem, da armação de um novo ambiente, da reunião, da criação de novos instrumentos e de dar coerência a esse processo de alargar horizontes de possibilidades. Uma administração tem que ser avaliada também pelo outro lado. Pela segunda face, se ela está desmontando, se ela está importunando o ganho fácil, o ganho especulativo, os capitais fluidos, que só vivem de um lado para o outro e não têm interesse nenhum produtivo. Então é preciso checar cada administração neste sentido, se ela está frustrando expectativas, se ela está transtornando, estes sujeitos que transformam o urbano brasileiro em um verdadeiro caos. Tem um texto da Maria da Conceição Tavares, um dos textos mais importantes dos últimos 20 anos, que é a tentativa de discussão das elites brasileiras e ela as divide entre elites territoriais e cosmopolitas. Ou seja, basicamente, o urbano brasileiro é o urbano entregue às elites territoriais, que fazem o tempo todo seus ganhos, sua fuga para a frente, em cima da apropriação predatória do território. Então quem tenta fazer inclusão social tem que, necessariamente, estar frustrando, mexendo em caixas de marimbondo. Ser um gestor, em qualquer ambiente, é, o tempo todo, estar mexendo em caixas de marimbondo. Isso é muito claro: estar mexendo em conflitos o tempo todo.

Tudo isto que estou falando de desenvolvimento o Brasil praticamente não conheceu. Claramente, nos anos 90, o governo FHC é o antidesenvolvimento, é o "anti" até crescimento, ainda mais com alguma idéia de desenvolvimento que, necessariamente, tem uma idéia de sentido, de direção e de inclusão da maioria. Os anos 90 trabalham o tempo todo com a idéia de população-alvo, então você está sempre procurando um "pobrinho" a mais quando, na verdade, desenvolvimento, necessariamente, tem que vir com essa idéia de construção das condições mínimas de sobrevivência e, portanto, de arrancar a cidade aos que a controlam no sentido negativo. Como o desenvolvimento nunca é uma coisa tranqüila, política de desenvolvimento nunca pode ser no sentido de colocar *band-aid*, dar analgésico para o paciente. Desenvolvimento, é colocar o dedo na ferida e mexer na ferida. Você pode fazer o outro lado, mas, necessariamente, se você não está mexendo em feridas, mexendo em vespas, colocando o dedo nas feridas, mexendo no vespeiro, você não está fazendo desenvolvimento. E esse segundo lado, este lado de se predispor o tempo todo contra essas coalizões, de distorcer a correlação de forças, é justamente a face mais inclusiva.

Eu odeio a discussão que é feita no Brasil de erradicação da pobreza. Aí, sai um economista sempre fazendo contas do tipo: "se eu pego 8% da renda dos 10% dos mais ricos do Brasil, vou erradicar a pobreza totalmente." Essa idéia é absurda. Pobreza, exclusão, são trabalhadas diariamente, o tempo todo, não é uma questão de gasto, não é uma questão de focalização, que você vai incluir. Porque se você raciocinar apenas neste sentido, você vai incluir e este incluído daqui há dois anos vai estar excluído de novo. Então a discussão de exclusão não pode ser assim. Portanto, é preciso ter uma boa idéia de desenvolvimento, consciência de que nós somos uma sociedade subdesenvolvida, de massas, pobres, na periferia do capitalismo. Acho que todos os grandes autores da visão crítica latino-americana ressaltam que o desenvolvimento, o subdesenvolvimento e o não desenvolvimento, não passam com o passar do tempo. O subdesenvolvimento é estrutural. Tem uma frase muito interessante do Celso Furtado que diz que "o subdesenvolvimento é uma má-formação". Portanto, não só não passa com o tempo, não só tem persistência, como é cumulativo.

Então, sem ações muito poderosas, e nas duas faces, o tempo todo, com o passar do tempo, esse

subdesenvolvimento, o caos social urbano, econômico, financeiro e tudo o mais, tende a se agravar. Quer dizer, o tempo não resolve o subdesenvolvimento. Só ação pesada, potente, de muita briga, de colocar o dedo em muita ferida e ao mesmo tempo usar band-aid, mas colocar o dedo na ferida. Só assim é que seria possível construir a CIDADE QUE QUEREMOS e construir o direito à cidade. E o resgate da cidadania só pode ser feito se você arrancar a cidade dos grandes controladores do urbano brasileiro. Portanto, a discussão do urbano tem de deixar de ser o que foi na década de 90, com todos esses modelinhos extremamente exagerados, às vezes, de desenvolvimento local, que despolitizaram e tecnificaram o debate que, na década de 80, era extremamente politizado e hoje é apenas de "como que eu vendo minha cidade."

É muito interessante porque, como eu disse aqui, separo as cidades por esta visão. Em São Paulo foi declarado "São Paulo não está à venda" e acho que BH não está à venda, Porto Alegre não está à venda, Belém não está à venda. São exemplos que eu conheço. Belém e Porto Alegre eu tenho acompanhado bastante. São cidades que claramente não fazem a mera gerência da crise e a mera tentativa de vender uma mercadoria a mais que seria a mercadoria "cidade".

▪ TEODORO LAMOUNIER[14]

Mediador da mesa "Sustentabilidade e Financiamento da Cidade / Desenvolvimento Econômico e Inclusão"

Bom, realmente, eu acho que não há muito o que mediar nesse debate, porque eu vejo uma certa coincidência entre as colocações do Maurício, grande amigo de longa data, no sentido de ter essa subordinação das questões de financiamento e da receita – há um problema maior que é do crescimento da economia brasileira, quer dizer, numa situação de estagnação você realmente não podia ter o milagre de ter uma receita crescente, uma receita pública crescente – e também na colocação do professor Antônio Carlos Brandão. Eu acho que o pressuposto fundamental dele é um pressuposto de macro política, é um pressuposto que implica uma grande redefinição institucional a nível mesmo do país, de instituições políticas que a nível nacional sejam propiciatórias dessa participação. Uma modificação dessa implica numa modificação do funcionamento do regime político do qual a cidade é um desdobramento, porque esse mesmo processo de especulação na terra urbana, se a gente ampliar o foco, você vai ver que ele existe em quase todos os outros campos que são sempre o objeto e o interesse econômico.

Eu estou presentemente trabalhando no Instituto Horizontes, que é uma ONG, é uma sociedade civil, que tem por pretensão chegar ao planejamento da Grande BH – até evitamos a palavra "região metropolitana" porque ela está muito comprometida, pois tem uma definição institucional, dada pela assembléia, que inclui trinta e três municípios, muitos dos quais nada têm a ver com BH. Então é um conceito que institucionalmente está já muito contaminado.

O quê que é essa Grande BH?

Realmente é algo que a gente precisa definir melhor e a idéia se aproxima muito do que foi muito criticado pelo professor Antônio Carlos Brandão – e eu acho que com uma certa razão, não inteira – da idéia de Planejamento Estratégico.

Planejamento Estratégico em que sentido?

No sentido de que você abre mão de uma visão de desenvolvimento integrado, compreensivo, abrangente – aquela idéia que vem da planificação que foi primeiramente aplicada na experiência soviética, o modelo soviético de planificação, que tinha que tratar de todos os setores, de todas as áreas, uma coisa simétrica – para uma idéia de você se centrar naquelas variáveis que são as variáveis fundamentais, as principais, atuar sobre o que é estratégico, atuar sobre aquilo pelo qual se pretende mudar uma determinada realidade. Nesse sentido ela tem muita similaridade com o que fazem as empresas – você levantar pontos fortes e pontos fracos de uma cidade – e incumbiria esse tipo de pergunta: Que CIDADE QUE QUEREMOS? Quais são os pontos fracos para atingir essa CIDADE QUE QUEREMOS? Quais são os pontos fortes?

Eu acho que quando o Maurício coloca a região metropolitana e faz um pouco o paralelismo com BH, a gente tem que ir com cautela nisso, porque a região metropolitana – aí não propriamente a definição institucional, mas aquilo que a gente, com um pouco mais de rigor técnico, definiria como região metropolitana – tem um índice de crescimento maior do que o município de BH, que está efetivamente, do ponto de vista econômico, com uma certa perda de substância.

Importante ainda é que temos aqui uma atividade industrial. Se nós formos pensando nessa área metropolitana – vou chamar assim – nós temos uma atividade que não é dinâmica, pelo contrário. A base econômica principal dessa cidade, que é essa cidade real BH que abrange as vizinhas, está centrada numa indústria metal / mecânica, de base automobilística, uma indústria que a gente pode dizer que não tem muito futuro.

Então, ainda que essa grande cidade não esteja visivelmente numa crise, a gente compara BH com Rio de

[14] Graduado em Sociologia e Administração Pública e representante do Instituto Horizontes.

Janeiro, digamos, de quinze anos atrás, que estava mergulhado numa crise completa de descrédito. As pessoas que moravam lá já tinham perdido aquela cidade como valor e nós mesmos, que íamos lá, íamos com um temor danado por problemas de segurança. Nós não estamos comparando BH a essas situações vividas há quinze anos atrás no Rio de Janeiro – e que, digo, foram revertidas até por algumas ações desse caráter que ele chama de localista, por isso eu não acharia tão negativo –, só acho que a situação do Rio mudou significativamente por um tipo de intervenção que era planejamento estratégico e aí, evidentemente, não resolveu o problema de exclusão social mas, notoriamente, até fisicamente quem vai ao Rio...Hoje eu já vou ao Rio e fico no Rio com muito menos temor, diria assim, do que a quinze anos atrás.

Mas a nossa cidade tem umas coisas interessantes: BH é a capital de Minas, uma grande coisa porque toda a capital normalmente tem uma importância, um papel muito grande no Estado. Mas eu diria que ela é a capital da parte pobre de Minas: o Sul de Minas, o Triângulo, mesmo a Zona da Mata, que não é tão desenvolvida assim, mas as regiões dinâmicas de crescimento, não se articulam com BH. Aqui é a capital da região do rio Doce, do Jequitinhonha, do Mucuri e dessa área metalúrgica central. Ela não tem capacidade de articular todo o espaço mineiro.

Mais ainda: BH, que talvez há vinte anos atrás estava situada como um dos vértices do triângulo Rio / SP / BH e era um dos pontos dinâmicos desse triângulo, tende a – todas as indicações que estão mostrando isso – perder posição para Brasília. Isso é algo importante que já foi detectado e, evidentemente, como Brasília é uma Cidade-Estado tem acesso a receitas de outro porte, de outras características, e é também a capital federal, a nossa posição competitiva...Acho que o Maurício tem razão de colocar a questão da competitividade entre as cidades, umas crescem mais do que outras, mesmo em tempos de crise. Se nós olharmos hoje o panorama do Brasil, nesta estagnação de vários anos já as cidades se diferenciam. Algumas estão aproveitando algumas oportunidades de crescimento, mesmo não resolvendo cabalmente o problema de inclusão social mas, pelo menos, não estão tendo um agravamento da situação de exclusão social, como tem em várias partes.

Então o outro ponto interessantíssimo também é que aqui é um centro produtor de cultura – se a gente for analisar na área de artes, música, teatro, se produz muita cultura e muitos talentos etc. –, agora, não é um centro consumidor de cultura. Todos esses talentos acabam imigrando, indo para o Rio ou para São Paulo. Então esse papel de centro cultural não é significativo do ponto de vista do consumo de cultura.

Eu colocaria algumas questões para reflexão. Eu acho que nós não podemos perder a visão macro, mas também não podemos ficar aprisionados nela, porque podemos cair naquele dilema: então vamos cruzar os braços que nada é possível ser feito, não vamos fazer nada porque essa situação local já está predeterminada pelo envolvimento seja econômico, seja macro político.

Entã, eu acho que a gente tem que ter essa consciência crítica dessa inserção macro mas, ao mesmo tempo, ver como é que você pode agir localmente ou no âmbito da região metropolitana, que transcende já o município de BH. Aí também é um problema, eu acho que a área que tem que ser trabalhada tem que ser realmente a área metropolitana porque ela é a unidade real que se confina ao município de BH, ainda que o município de BH tenha, com razão, com justiça, um papel hegemônico, primordial, mas, para trabalhar esse planejamento ele tem que ser trabalhado nesse horizonte de uma área metropolitana, ou região metropolitana – sabendo que não é a região metropolitana como foi definida pela Assembléia Legislativa de MG, incluindo trinta e três municípios.

Eu acho que a gente tem que combinar essas duas óticas para que o processo avance, porque também sem ação local, sobretudo – eu acho isso importante falando basicamente para um âmbito de ação em que as iniciativas são da prefeitura – sem essas iniciativas e ações do poder público local, vai ser muito difícil reverter qualquer coisa pelo descrédito. Se você não tiver sucesso, professor Antônio Carlos, no processo democrático, é difícil ser reeleito. E o sucesso pode estar no plano que você coloca, no plano de mobilizar a população, organizar a população para ter uma participação e, evidentemente, eu vejo muito mais possibilidades de você ter para a população uma resposta mais concreta e afirmativa da participação no âmbito local, espacialmente definido, do que num âmbito maior do país – fica muito difícil, com as instituições políticas que nós temos, com um federalismo que é só de fachada. Você pode ter êxito, ser reconhecido pela população, ter um projeto político, passar pelo crivo das eleições e ser reeleito. Se você não conduzir bem a organização da população para que ela possa superar as suas limitações e participar e ter iniciativa sempre, eu acho que muitas intervenções no plano espacial podem acontecer: não vamos dizer, por exemplo, que nós não podemos fazer nada no sistema de transporte para melhora-lo, para tornar esse transporte mais eficiente; eu estou plenamente convencido que podemos.

Não vamos imaginar que vamos abandonar a atividade de regulação do uso do solo porque se abandonarmos isso, aí sim , as forças especulativas é que vão dominar plenamente, com todas as dificuldades e limitações que isso tem.

São algumas questões que eu colocaria. Só uma última palavra: o Instituto Horizontes, para este planejamento da Grande BH, está buscando a parceria do setor privado e das ONGs e dos municípios. Então é com muita satisfação que eu registro a decisão da PBH em tomar parte do planejamento

estratégico na região metropolitana dessa Grande BH, porque ela é, sem dúvida, extremamente importante, o poder público tem o papel mais importante dentro desse processo!

Espaço Público e Cidadania

▪ MANOEL TEIXEIRA DE AZEVEDO JÚNIOR[15]

Eu gostaria de abordar a questão do espaço público enquanto espaço da vida coletiva, espaço da vida em sociedade. E começar pensando que a questão do espaço público moderno, quando se fala do espaço público moderno, tem que situar que é o espaço público da cultura cristã, ocidental, capitalista. Ele corresponde, basicamente, a uma progressiva valorização do indivíduo; é uma alteração dos fundamentos da legitimidade do poder político, no qual esse poder, a legitimidade desse poder, passa a depender da vontade da maioria, o que é uma novidade, e passa a depender também de um princípio no qual todos são iguais perante a lei. Há uma idéia de abolição dos privilégios, de que, a partir de um princípio de igualdade, todos teriam necessidade, precisariam participar da gestão da coisa pública. E esse princípio vai fazer, também, com que a representação política dependa de liberdades que garantam esse processo de representação da vontade da maioria. Essa ampliação do sentido do espaço público, incluindo a responsabilidade do cidadão na gestão da coisa pública, na escolha dos governantes, na liberdade para criticar os governantes e para se opor a eles, e todo o desenvolvimento da idéia de democracia e de direitos básicos do ser humano, é que vai constituir a idéia do espaço público moderno, do espaço público da cultura cristã, ocidental e capitalista.

Essa idéia da ligação entre cidadania e espaço público não é uma novidade, ela vem da Grécia, onde o princípio da cidadania estava ligado à idéia da participação nas decisões políticas, a participação na assembléia dos cidadãos. E esse é o sentido da Polis grega, o sentido da cidade grega é exatamente a possibilidade de participação nas decisões políticas, a participação na assembléia dos cidadãos. Então, desde o início, no sentido da democracia instaurada na Grécia, há essa ligação estreita entre a política e a cidadania. Só que, na Grécia, essa cidadania era para poucos, era uma cidadania para os proprietários de terra, os nascidos naquele lugar; os estrangeiros, os escravos e as mulheres eram excluídos da condição de cidadãos. Mas a idéia de cidadania e a participação no processo democrático, implicava numa idéia de igualdade, mesmo que fosse uma igualdade restrita. Mas há sempre essa idéia de que cidadania e igualdade são coisas que devem caminhar *pari passu*.

Essa ampliação do sentido do espaço público moderno, na sociedade moderna, basicamente a partir da Revolução Francesa, faz com que o espaço público não seja compreendido apenas como lugar físico do contato com os outros e do contato com o mundo mas, também, como âmbito de participação nas decisões, na vida política, agora dentro de uma perspectiva de igualdade e direitos entre os seres humanos. Não é mais uma democracia, uma igualdade para poucos, mas uma democracia e uma igualdade para todos.

Essa ampliação do sentido do espaço público vem sendo acompanhada, no entanto, desde o século XIX, na Europa, de um progressivo esvaziamento nos lugares tradicionais de exercício da vida pública; as ruas e as praças, vão sendo progressivamente esvaziados, a par de um processo de ampliação do sentido do espaço público, da coisa pública. E isso basicamente por três motivos, de uma maneira bem genérica:

– primeiro, porque, cada vez mais, o contato com o mundo e com os outros deixou de precisar do espaço público, do espaço das ruas e das praças; o desenvolvimento da imprensa, do rádio, do telefone, da televisão e, mais recentemente, dos meios eletrônicos, da Internet, faz com que o contato com o mundo, o saber o que acontece no mundo, e o contato com os outros, não necessite da permanência, do estar nas ruas, do estar nas praças etc.;
– depois, um segundo motivo é porque o porte das cidades, as relações de trabalho no mundo capitalista, as próprias tecnologias da sociedade contemporânea, têm feito com que a vida nas cidades passe a se dar segundo um princípio de movimento constante, com velocidades que fazem do espaço público, das ruas, em grande medida, apenas um espaço de circulação, um espaço de movimento, onde a parada é muito restrita;
– e um terceiro motivo, muito especificamente no caso brasileiro, o espaço público não é mais um espaço de iguais mas é, basicamente, um espaço de conflito e um espaço de desiguais, sendo totalmente comprometido e desbaratado na sociedade brasileira.

Então, a partir desse contexto do que é o espaço público moderno, podemos pensar o espaço público a partir de duas idéias básicas: a idéia do contato e a idéia da atuação. De certa maneira essas duas idéias, contato e atuação, sintetizariam os sentidos básicos do espaço público: o contato com o outro e com o mundo e o contato entre os diferentes, e as diferenças, e a ação no espaço.

Enquanto contato, por um lado, o espaço público é lugar de absorção da própria cidade, absorção do que a

[15] Arquiteto, mestre em Planejamento Urbano e Regional, professor do Curso de Arquitetura da PUC Minas e da Escola de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Isabela Hendrix.

gente poderia chamar do espetáculo da cidade, de suas paisagens construídas e naturais, com tudo aquilo que elas carregam de história, de memórias individuais, coletivas, de belezas inesperadas, de poesia, de simbologias diversas, simbologias de poder, das classes sociais, de valores etc. Então é um grande prazer e um grande deleite absorver esse espetáculo da cidade. Por outro lado, o espaço público é o lugar privilegiado do contato com os outros, do contato com os diferentes. O que se percebe hoje, a partir de uma crescente segregação do espaço dentro das cidades, especialmente das cidades brasileiras, é a constituição de guetos dentro das cidades, onde o contato entre os diferentes é cada vez mais difícil. Esses guetos residenciais abolem o contato com o diferente, com as diferenças, e fazem com que cada vez mais a vida social e os contatos inter-humanos se dêem entre iguais, o que empobrece enormemente esse caráter diversificado do espaço público. E esses guetos, na sociedade brasileira ou em outras sociedades, são tanto guetos de ricos – condomínios fechados etc. – como são guetos de pobres também – as vilas, as favelas, as periferias – e isso vem cada vez mais se acentuando na sociedade brasileira – há, inclusive, um processo recente de constituição de "condomínios fechados" nas favelas, que colocam portões e se constituem em guetos mesmo, em lugares onde o acesso é controlado da mesma forma que nos condomínios fechados dos ricos.

Na situação atual, o contato entre os diferentes vem sendo marcado cada vez mais por um crescente distanciamento. Esse contato, muitas vezes, se dá apenas através do vidro fechado dos carros, da passagem rápida pelas ruas, e cada vez mais a distância, o estranhamento e o medo do outro se instaura na vida do espaço público e o outro, o diferente, é tratado com desconfiança e com distância e, em alguns casos, é tratado como inimigo potencial. No Brasil o que define outro, o que marca a separação, é fundamentalmente a condição social, é a desigualdade, que faz do espaço público mais um espaço de conflito do que de convívio. Um lugar mais de ameaça e de guerra social do que de interação entre valores diversos, entre experiências diversas, entre expressões individuais e coletivas diversas. Essa deveria ser a grande riqueza do espaço público: a possibilidade de interação de experiências diversas. O que se vem constatando no espaço público brasileiro é que ele se transforma, cada vez mais, num lugar de conflito e de distanciamento, de estranhamento entre as pessoas.

Nesse sentido, para além de um esvaziamento do espaço público provocado pela velocidade dos transportes, pelo ritmo da vida contemporânea, sendo o contato com o mundo feito a partir do espaço privado, da televisão, dos computadores etc., o que se verifica é que não há espaço público que mantenha a sua vitalidade em um ambiente de exclusão social, onde as ruas se tornam lugar de sobrevivência, lugar onde os marginalizados, os excluídos, revidam e de certa maneira dão o troco da condição a que foram submetidos. Só é possível pensar em interação entre aqueles que têm garantidos os seus direitos fundamentais de seres humanos. Só entre cidadãos, só quando a cidadania é garantida para o conjunto da sociedade, é que pode se dar um ambiente possível da interação.

O que vem ocorrendo no espaço público do Brasil, na maioria das cidades brasileiras e principalmente nas grandes cidades, é que ele vem sendo abandonado pelas classes médias e altas, que se excluem em guetos exclusivos, em espaços de sociabilidade exclusivos, e quem efetivamente ocupa as áreas centrais, as áreas públicas que seriam os grandes lugares de convivência é a população mais pobre. E ocupa efetivamente: faz acontecer a sua vida nesses espaços. Os projetos de revitalização urbana, de requalificação, principalmente de áreas centrais, têm buscado especialmente atrair as classes médias para esses espaços, tentado criar diversidade nesses espaços e tentado buscar investimentos nesses espaços. É isso o que tem pautado a maioria dos projetos de revitalização de áreas públicas no Brasil.

Mas esses tratamentos do espaço público, esses embelezamentos do espaço, se eles são importantes como atratores de frequentação das ruas, para as atividades econômicas voltarem a certas áreas da cidade, se eles são produtores de um ambiente de melhor qualidade física, de maior beleza, de maior possibilidade de deleite do espaço, eles são inócuos ou são muito limitados se não se trabalha concomitantemente a questão do espaço público como questão de cidadania. Esses projetos muitas vezes não são acompanhados pela vontade da sociedade em resgatar princípios de cidadania para todos e acabam, muitas vezes, gerando novas segregações, novas exclusões e novos espaços de exclusivismo social.

As ações que seriam mais efetivas para uma transformação do espaço público são as ações que muitas vezes não se dão diretamente sobre esse espaço, mas se dão visando o resgate da cidadania nos seus mais diversos âmbitos: na educação, na saúde, no acesso à informação, no lazer, nos trabalhos sobre a moradia, sobre as infra-estruturas necessárias para a moradia. É nesse resgate da cidadania que se pode dar, efetivamente, a transformação do espaço público, muito mais do que nos projetos de requalificação, que têm a sua importância mas que são inócuos quando não acompanhados desse outro tipo de ação.

Outra questão importante é que o esvaziamento do espaço público enquanto lugar de contato entre os diferentes, vem comprometendo um dos sentidos primordiais desse espaço, que é o aprendizado da civilidade, o aprendizado da vida social. A civilidade pode ser entendida como o conjunto de regras que possibilitam o respeito ao outro, que possibilitam estar no espaço público e permitir que o outro também esteja e se expresse com as suas particularidades.

O espaço público sempre foi, na tradição ocidental, e mesmo em outras sociedades, o lugar privilegiado onde se exercitava e se aprendia a lidar com as pessoas diferentes, a interagir com elas, a se proteger, muitas vezes, delas: aprender a jogar com o diferente e a conviver com ele. Mas essa convivência, essa interação, esse aprendizado da vida social, nunca se dava através do afastamento mas do que era possível estabelecer na proximidade. Esse aprendizado da vida social, esse contato direto com o que é a sociedade, vem sendo bloqueado ou vem sendo minimizado pelas tendências à segregação espacial, o que favorece a formação de visões distorcidas do que é a sociedade, do que são os outros, e visões muitas vezes estereotipadas desses diferentes, desses outros, em especial dos componentes de classes sociais diferentes – a visão que os ricos têm dos pobres, que os pobre têm dos ricos etc. Isso dificulta essa idéia da civilidade, que é um dos princípios fundamentais para se estar no espaço público e para se conviver com os diferentes.

Com respeito à questão da atuação, há uma tendência contemporânea do usuário do espaço público de ser cada vez mais um espectador, um consumidor passivo do que acontece no espaço, do que propriamente um ator, um efetivo conformador daquilo que se dá naquele espaço. Há uma tendência das pessoas serem muito mais espectadores silenciosos da cena urbana, que percebem o que se passa, mas que tem dificuldade de interagir com os outros e atuar no próprio espaço.

O espaço público deveria, numa situação ideal, ser um estimulador das manifestações individuais e especialmente das manifestações coletivas. Um estimulador dos processos de criação, algo que propiciasse a experiência da ampliação da informação, do acesso às manifestações da cultura, mas que estimulasse também a manifestação dos cidadãos e da sua criatividade, mesmo que essa atividade desabrochasse efetivamente no isolamento. Mas esse criar no isolamento deveria sempre ser alimentado pelo contato no coletivo.

A idéia da atuação deveria ser pensada, também, dentro de um sentido mais amplo, da participação na vida social, do compromisso com aquilo que diz respeito ao interesse comum. E de novo se verifica um certo esvaziamento do interesse da população, especialmente dos setores mais abastados, em participar dos âmbitos de discussão coletiva sobre o interesse comum.

A atuação no espaço público, nesse espaço público ampliado, deve corresponder a um incremento e a um fortalecimento dos mecanismos de participação nas decisões e na gestão da coisa pública. Para tal, as instâncias de participação da sociedade deveriam ter efetivo poder rescisório, evitando de se transformar em meras encenações de participação, que apenas referendassem a vontade de governos e grupos restritos.

Por outro lado, a idéia de espaço público na atualidade ganha uma amplitude muito maior do que propriamente aquele princípio da ocupação das ruas, dos espaços comuns, de praças etc., e hoje essa idéia se amplia na possibilidade do contato em outros ambientes, nos ambientes de trabalho e nos outros ambientes da vida social, e também se desenvolve através dos contatos indiretos e através dos meios eletrônicos, especialmente do computador e da Internet. Isso tem ampliado enormemente as possibilidades de contato, de informação e de participação na produção coletiva, no saber coletivo, e mesmo nas decisões coletivas. De novo, porém, essa participação indireta no espaço público é algo distribuído desigualmente na sociedade, é algo que não é para todos, é restrita a uma parcela da sociedade. Assim, a vivência do espaço público se dá de maneira desigual, mesmo nesses âmbitos de uma participação indireta, mediada por meios eletrônicos.

Então o que era o espaço público no sentido desse contato direto ou o que era o espaço público no sentido do contato indireto das redes de comunicação e de Internet só vai ganhar plenitude como espaço da política, e aí a política em sentido amplo, como cortejamento com os diferentes, com o que pensa diferente, com o que tem interesses diferentes. Ele só vai ganhar plenitude como espaço da democracia se estiver sustentado por um princípio de igualdade, de oportunidade para todos, se estiver embasado em um princípio de garantia dos princípios fundamentais da cidadania. Só há espaço público efetivo, espaço público democrático, onde há cidadania.

E a cidadania tem que ser para todos, senão nós estaremos produzindo apenas um espaço público comandado pelo medo, pela vigilância, pela regulação policial do fazer e do como fazer. Um espaço onde o outro, especialmente os mais pobres são tratados mais do que como estranhos, como inimigos potenciais, como uma população que deve ser controlada, reprimida, quando, para o seu pleno desenvolvimento, deveria se trabalhar com a idéia da sua liberação e não do seu controle. Mas a liberação, a manifestação livre das particularidades das pessoas e dos grupos sociais só tem sentido se contrabalançada pelo princípio da civilidade, do respeito pelo outro. E esse princípio só se sustenta a partir da igualdade de direitos. Se é negada à população o direito a uma moradia digna, à educação, ao consumo, à autoestima, a liberação que essa população irá manifestar no espaço público será sempre marcada ou pela submissão ou pela violência, pela agressão ao outro.

As questões fundamentais do espaço público no Brasil são, assim, primeiro, aquelas ligadas à cidadania, ao direito à cidade, a romper as exclusões, a romper as segregações. Muito se tem feito nesse sentido, em

diversas administrações públicas no Brasil, mas ainda tem sido muito pouco – nos diversos âmbitos, da educação, da saúde, da moradia, o que domina é a idéia da exclusão. Na verdade, as populações excluídas têm sido normalmente tratadas a partir de um princípio de cidadania de segunda categoria, a partir de idéias de urbanização de segunda classe, de subeducação, de saúde precária; se são dados alguns direitos, eles são sempre direitos concedidos dentro de uma idéia de qualidade precária.

É preciso resgatar um princípio muito caro aos modernistas em arquitetura e em urbanismo, de que todos tem necessidades básicas iguais e que esse patamar mínimo de direitos tem que ser oferecido com toda a dignidade e com toda a qualidade. Quem é tratado com dignidade, com respeito, tende também a responder com dignidade. Quem é excluído, ou é tratado como cidadão de segunda categoria, tende a responder com a agressão, a violência, a guerra.

A reversão desse quadro exige um esforço que ultrapassa a capacidade de um governo municipal, exige uma interação das diversas instâncias de governo e exige, especialmente, uma vontade e um engajamento da sociedade para a qual os governos municipais poderiam ter um papel fundamental de aglutinação, de articulação de iniciativas, de estímulo às ações de solidariedade e de comando do processo de redistribuição de recursos e de benfeitorias urbanas no território. Esse engajamento da sociedade exige que, nesse processo de redistribuição de recursos, de democratização da cidade, existam mecanismos que gerem transferências substanciais de recursos financeiros das camadas mais ricas, daquelas que lucram com a produção do espaço da cidade para o investimento em equipamentos públicos, urbanização e moradia, nas áreas ocupadas pela população mais pobres.

Essa é uma discussão difícil, uma discussão demorada, especialmente porque a sociedade brasileira é marcada por uma tradição elitista que, embora mascarada por uma idéia de integração, por um princípio de aceitação do outro, em especial dos mais pobres, na verdade é uma sociedade que discrimina fortemente, que exclui fortemente. A idéia de reverter esse processo e de comprometer a sociedade numa espécie de pacto da cidadania, deveria ser um dos temas fundamentais da Conferência Municipal de Política Urbana, de fazer realmente com que aqueles que detêm poder, que detêm recursos, redistribuam esses recursos, repassem esses recursos através de mecanismos a serem pensados para um início de processo de igualdade, um processo de cidadania para o conjunto da sociedade.

Só para complementar, só para não dizer que eu não falei de flores, nos projetos específicos para os espaços públicos, nos projetos de requalificação, de revitalização urbana, algumas idéias deveriam ser trabalhadas. Primeiro, a idéia de sempre possibilitar o contato entre os diferentes, para se romper todo o princípio de segregação. Depois, trabalhar com a idéia da diversidade funcional e das possibilidades de apropriação do espaço público, funções diferentes, atividades diferentes, convivendo num mesmo espaço. Depois, trabalhar com o princípio da diversidade social: quanto mais reunir, possibilitar o contato de classes sociais diferentes, melhor. E, por último, trabalhar com o estímulo, a informação, a disseminação da informação para todos, e com o estímulo e a manifestação das particularidades de cada cidadão e de cada grupo social.

Espaço Público e Cidadania

▪ ELIANA COMIN[16]

A minha especialização é comércio e serviços varejistas, eu tenho estudado isso há mais de 20 anos e penso a cidade com essa ótica, o meu olhar olha a cidade através das relações do comércio. É estranho, porque são poucos os arquitetos urbanistas que estudam a questão do comércio e serviços varejistas e eu vou explicar por que que ele é tão importante – vou iniciar por isso, por ser muito importante para pensar a questão da cidadania e a questão de espaço público.

É só imaginarmos que o comércio tem uma relação umbilical com a cidade, ela nasce com o comércio. E se a gente imaginar também que a troca para ela ser legítima, para ela acontecer, ela precisa acontecer em espaço público. Porque era o olhar das pessoas que legitimava a troca, para que não houvesse engano, roubos e trapaças. Então a história do comércio começa com a questão de espaço público. Esse é um ponto.

O outro ponto é a questão da cidadania. Se nós imaginarmos, como bem falou o Manoel aqui, que a cidadania é o exercício dos seus deveres e direitos, de você poder reivindicar os seus direitos mas cumprir também os seus deveres, a gente pode perceber que o primeiro código que regula as relações entre as pessoas tem origem mercantil. Ele começa na Mesopotâmia e deu origem, depois, a vários outros códigos civis pela história da civilização. Então, a relação de regulação entre direitos e obrigações passa também pela questão do comércio.

Eu iria um pouquinho mais além, numa citação de Montesquieu que diz que onde os costumes são polidos

[16] Arquiteta, economista, doutora em Arquitetura e Urbanismo e professora do Grupo de Disciplina de Planejamento Urbano e Regional no Departamento de Projeto da Universidade de São Paulo.

existe o comércio, e onde existe o comércio os costumes são polidos. Se a gente olhar dessa forma, vai ver que o espaço público, ele é o *locus* desse encontro. Na verdade, é isso que acontece e o comércio usufrui do encontro.

Por isso, é muito tranqüilo trazer esse foco da questão da cidadania e do espaço público através da leitura do comércio. Falando um pouco de cidadania, na verdade a origem da palavra começa na Grécia com polis, que dá origem no português a cidade. E quem eram os políticos? Eram quem cuidava dos negócios da polis, e, portanto, os cidadãos passam a ser também as pessoas que deveriam cuidar dos negócios da cidade, ou seja, de toda a vida que acontece na cidade. Um problema foi que, na Grécia, as diferenças de classes sociais muito fortes fazem até pensar se realmente existia democracia mas, quando as cidades crescem muito, como as nossas cidades hoje, a democracia representativa também começa a ter problemas, ou seja, a gente tem vivido uma crise de representatividade.

Então como fazer com que todos assumamos a condição de cidadãos, e portanto, participemos da vida política da cidade. Como vamos consultar toda essa população, aqui são 2 milhões, em SP são 10. Como isso vai acontecer? Essa é uma questão.

O outro ponto é a afirmação da individualidade e da singularidade de cada um, que deve ser respeitada em suas ações e opções. Não significa que cada um deva viver isolado dos demais. Elas podem e devem ser preservadas em meio à coletividade, porém se a minha singularidade é importante, todas deverão ser. E o respeito a essa diferença é o que fortalece a possibilidade de eu manter a minha singularidade. Portanto, a sociedade desejada é aquela que considera a multiplicidade de indivíduos diferentes e criativos. Então esse é um ponto, o da multiplicidade.

Mas, se passarmos para a questão do espaço público e lembrarmos que viver é conviver, o lugar de maior expressão da convivência são os espaços públicos.

Um outro ponto interessante com relação à sociedade de hoje, informatizada, globalizada, e à qual nós temos críticas bastante fortes, a essa homogeneidade que ela promove, por outro lado a informatização tem se mostrado também, como um grande instrumento de consulta, onde a gente pode se manifestar. E hoje algumas políticas, mesmo em SP, estão tentando levar a informatização aos lugares mais distantes, de forma que a população possa se comunicar, possa se informar e, portanto, participar efetivamente da vida da cidade.

Esses são alguns pontos iniciais e um outro ponto importante seria: como definimos espaço público, esse espaço de convivência?

Agora, como arquiteta, não posso deixar de falar nas questões de espaço. Vou dar uma breve explicação de alguns conceitos, para depois entrar diretamente na questão de espaço urbano e mostrar onde estão os conflitos dessa apropriação desse espaço público do qual falamos. Na verdade, poderíamos dividir o espaço público em espaço público e semipúblico e esse semipúblico tem tudo a ver com a questão da segurança.

A questão do espaço público: como a gente definiria espaço público? Muitas vezes a gente entra num *shopping center* e não sabe quem é o proprietário mas sabe que existe um proprietário; no espaço público, não, ele, o proprietário, não existe, sabemos que realmente ele é público. Acesso a todos em condições idênticas, sem códigos específicos de comportamento. Logicamente que existem códigos de comportamento, os códigos morais que a cidade toda estabelece mas não existem em códigos específicos. Nós mesmos sabemos que quando vamos num espaço não público, tem-se que ter um comportamento diferenciado. É um espaço do anonimato, do sem compromisso, em que as pessoas se sentem parte dele e, portanto, teriam vontade de permanecer. Essa é uma definição mais tradicional de espaço relacionada ao uso de espaço público.

Depois, dentro desse conceito, ainda teríamos os espaços públicos exteriores, compostos de ruas, calçadas, praças, parques e também o espaço aéreo, ou seja, o que está acontecendo nas nossas cidades com relação a essa mídia exterior, à apropriação desse espaço que é público e pelo qual nem as prefeituras e nem os governos recebem.

Depois, temos os interiores públicos que seriam estações de trem, metrô, ônibus, museus, quando são ainda públicos, órgãos públicos, templos – nem todos – que não têm restrições de uso, que são abertos à maioria das pessoas. E que sempre tem no mínimo duas funções: por exemplo, se é um templo você não só pode ir com essa finalidade mas terá uma outra finalidade também, a do encontro. A questão das estações de trem também, tem a questão da estação mas tem também a questão do encontro.

Eu fiz, aqui, uma divisão mostrando os espaços públicos, os cinco espaços públicos. E coloquei os agentes, os usos de origem, os usos adicionais e os problemas que a gente tem enfrentado hoje com relação a essa disputa pelo espaço público.

As ruas, na verdade, tem os proprietários, aqueles que moram, que têm os seus lotes, as suas casas, os pedestres, veículos e, inclusive, os feirantes, o que é uma coisa muito antiga na cidade e que também já

está oferecendo problemas em algumas áreas mais centrais. Os usos de origem são os dos acessos; os usos adicionais, estacionamentos, ambulantes, veículos, feirantes, pontos de taxi, perueiros, motobóis e guardadores. Acho até que nós perdemos, quando achamos que com os guardadores de carros tomando conta da nossa rua, há 25 ou 30 anos, nós começamos a perder o controle de fiscalização de espaço público, porque eles estavam usufruindo desse espaço público com intimidação do cidadão. Depois a gente teria problemas, congestionamento, apropriação do espaço público indevidamente, precariedade sanitária – aliás, esse é um outro problema – deterioração urbana e insegurança. Aí, nas calçadas teremos também propriedades, pedestres e serviços públicos, postes, informações, lixeiras – tudo o que a gente tem nas calçadas, essa mistura e esse conflito, por falta de planejamento sistêmico. Era de acesso exclusivo aos pedestres e virou de ambulantes, vitrines – porque os comerciantes também usam as calçadas para expor suas mercadorias, publicidade e bancas de jornais. Em São Paulo, realmente, nós estamos na mão da máfia, a máfia das bancas de jornais, dos pontos de táxi, dos ambulantes e dos outdoors.

A praça tem usuários e feirantes, feiras também ligadas à questão do turismo, ao artesanato. As praças, eram os pontos de encontro, lazer e recreação e estão virando local de comércio temporário. Se vocês forem a São Paulo hoje, mesmo nos bairros de alta renda, nos finais de semana, vocês vão ver exposições nas praças, tapetes, móveis rústicos, ventiladores, cadeiras de escritórios, um grande mercado. E tem outra coisa importante que é a utilização dos parques para a nova mídia. Os *shows* e eventos, são todos patrocinados por grandes marcas que aproveitam essa comercialização, essa venda de imagem barata, já que a televisão ficou quase que impossível e os *shows* nos espaços públicos são todos patrocinados e sempre com a intenção de veicular a marca. Outro problema é a venda do nosso espaço aéreo, com toda essa propaganda e publicidade na cidade. Então esses são os usos hoje do nosso espaço público.

Temos, ainda, os cinco agentes varejistas: os ambulantes independentes, que são os pequenos lojistas, as grandes lojas de departamento, os *shopping centers*, que são empreendimentos imobiliários, e o *e-comerce*. O *e-comerce*, embora a gente não consiga percebê-lo fisicamente, promove na cidade, e vai promover cada vez mais, uma proliferação de fluxos de entregas de mercadorias. Então não só os motobóis são claros em SP mas todas as pequenas vans que vão aparecer; isso vai se transformar numa dificuldade enorme de controle do aumento de fluxo. Então nós temos, hoje, o nosso espaço invadido de maneira geral pelas atividades de comércio e serviços, e a gente precisa conhecer as causas reais para poder controlar.

Antes, tínhamos os sem-teto e os sem-terra, agora a gente tem o sem-loja, em SP. Cada vez é maior o número de pessoas na rua, no Brasil como um todo. Então, hoje, em SP, ainda não existe uma fiscalização que esteja controlando essa situação. A rua era aquele espaço em que a gente saía na calçada e conversava com o vizinho – hoje de forma alguma se consegue essa conversa. Nós estamos caminhando muito rapidamente para uma situação caótica. Nos EUA, ha ocupação das calçadas também, só que com maquininhas de venda. Não são os ambulantes, mas são as máquinas.

A pergunta é: de quem que é nossa cidade? É a cidade dos oportunistas.

Claro que temos também alguns exemplos de revitalização do uso do espaço público: em Praia Grande, por exemplo, uma cidade de praia, pró-ciclista, sem grandes investimentos. Para se ter uma idéia, a revitalização da Praia Grande, só da orla da praia com o ciclismo, valorizou todos os imóveis da cidade em trinta vezes.

Em Madri, o uso do espaço público é da seguinte forma: ao meio dia são colocadas as mesas e as pessoas se utilizam. É quase que um pacto, você pode usar para passar e, ao mesmo tempo, na hora do almoço também é do pedestre.

Não é só Brasil, no mundo inteiro existe a questão das feiras, dos ambulantes e dos estacionamentos. As praças acabaram virando local de usos para os quais elas não foram pensadas e criadas. As grandes cidades, como Belém, por exemplo, também, viraram um grande mercado, os fluxos são intensos e o comércio vai atrás do fluxo. Então não importa se a praça está ali. Não é ali que vai acontecer.

O comércio vai acontecer onde existe fluxo e, como nós somos grandes cidades, isso acontece na cidade inteira. Então, em qualquer lugar que você resolver parar o carro para vender um café ou um cachorro quente, vai ter gente querendo comprar.

Quando nós fazemos os nossos projetos na cidade, principalmente o poder público, ele prima pelo projeto ruim, pelas coisas sem charme, e a gente também gosta de coisas de qualidade. Então, às vezes, um simples cuidado faz com que os projetos sejam melhores. É importante a gente olhar a arquitetura que existe para fazer propostas. Na rua Augusta, por exemplo, as casas são muito compridas, então o pessoal têm demolido cinco metros da frente das casas, afasta a vitrine e usa para comércios que tem objetivo de compra: você pára o carro na farmácia, na padaria, e sai, não precisa estar com a vitrine passando perto de você como nas outras. Por exemplo, os de impulso são os de roupa. Então você passa olha e compra. Mas esse caso não. Então tem padaria afastando e criando os seus próprios espaços de estacionamento. São soluções que a arquitetura e a especificidade do local permitem pensar e desenvolver.

Agora entrando na questão da mídia, você tem o ambulante, a mídia, você não anda na calçada e nós

estamos fazendo um trabalho agora para tentar demostrar que isso aqui não vende, que não há necessidade de colocar tanta imagem para convencer o seu consumidor. Ele não vai na sua loja porque tem essas propagandas. O que é diferente dos *outdoors* na cidade. Porque os *outdoors* fixam a marca, eles não estão vendendo o produto, então a gente tem uma proliferação de imagens.

Uma coisa que eu não sei se tem em BH é a questão das próprias arquiteturas como vitrine, as casas se transformam e aí não precisa aprovar na prefeitura, não precisa pagar taxa etc., então, acaba virando a sua própria vitrine. Brasília é a cidade mais didática, que eu conheço, para mostrar o que não se deve fazer. Mas se a gente olhar as cidades em que realmente a cidadania é mais forte a gente vai ver. Por exemplo, em Verona, não tem nem a cor do Mac Donald's na lanchonete e na galeria Victória Manuelle: o "M" combina com a própria cidade. Enriquece inclusive. Na Bélgica, tem cidades em que você olha e vê muito mais o azul do que o símbolo do Mac Donald's. Então é uma forma que a gente pode inserir adequadamente e cuidar do nosso espaço público.

O grande mercado. Isso não tem como negar, se o consumidor não vai ao mercado, o comerciante vem a ele.

Baixo crescimento econômico e altas taxas de desemprego são outro problema. Com a saída desse número de trabalhadores, todo mundo acha que pode vender alguma coisa, então, vai todo mundo para a rua e não é só para vender não. Pessoa que conserta cadeira também monta uma barraquinha lá e fica consertando cadeiras de palhinha na rua. Com o processo de terceirização, que vai delegando para outros, a questão da informalidade e da ilegalidade não pega só os ambulantes, ela pega também os profissionais liberais, consultores que são mandados embora, abrem uma firma, trabalham dia e noite porque a Internet chega até em casa. Então também existe um problema complicado para os outros trabalhadores terceirizados.

A questão do trânsito. Falta da presença do estado. Quando você não tem a presença do estado, a população arruma outros meios de se proteger. Então toda essa máfia que está acontecendo em SP, desde os perueiros na questão de transporte, está diretamente relacionada à falta da presença do estado.

Uma outra coisa é a ausência da propriedade. O espaço público é considerado nosso, é de todo mundo, e a gente tem um problema sério com o próprio comerciante na relação do proprietário com o inquilino. Também existe esse problema da falta de propriedade. O proprietário é um especulador, na verdade, ele passa isso e o inquilino tem problemas inclusive de tomar conta do seu espaço, porque ele não quer investir já que não sabe quanto tempo vai ficar.

A questão da mídia externa, é a falta de tempo das pessoas e o tempo gasto no trânsito. Se a gente ficava na televisão duas horas, hoje todo mundo fica duas horas na cidade, no trânsito. E aí virou uma grande mídia e é o que está acontecendo na cidade. Ela está sendo vendida.

Uma outra coisa importante, as pessoas estão indo muito mais aos espaços públicos, discordo de quem diz que as pessoas estão se separando, ficando isoladas, devido à informatização etc. Isso acontece, mas ao mesmo tempo, as pessoas querem se encontrar pela falta do contato do encontro, então os espaços públicos são procurados, haja visto o próprio *shopping center*, que é uma alternativa de espaço público com segurança. Então as pessoas têm necessidade de encontro. Se a gente for olhar o que está acontecendo em SP, os clubes públicos e particulares ficam lotados, os parques de SP são impressionantes por causa da quantidade de gente, em todos eles, em qualquer área da cidade.

Então nesse momento em que as pessoas estão relaxadas é que as mensagens de publicidade e propaganda passam com mais facilidade. E ai é que a mídia quer estar, então ela promove *shows*, mas vende a sua marca e promove a sociedade de consumo com mais força.

Outra coisa é o controle do espaço público em SP com relação aos *outdoors* etc. Um aprova, outro recebe a receita e outro fiscaliza, só que uma coisa não está ligada com a outra. Então não se fiscaliza, não se aprova, e só se recebe uma quantia de 50 reais por instalação de outdoors.

E o que nós teríamos que rediscutir com relação ao espaço público? Primeiro, o que são? Isso vale para a legislação como um todo: que são atividades incômodas?

Se no passado era a indústria, hoje com certeza são os barzinhos noturnos que criam os maiores problemas. Então como usar o espaço público, com essas áreas? Por outro lado também, e aí está a questão da singularidade e da multiplicidade, nós todos queremos ficar sentados na calçada, tomando um chopinho, no *happy hour* etc., mas nós reclamamos também quando queremos circular e aquelas mesas na calçada estão atrapalhando. Então é aquele exemplo que eu dei, talvez depois das seis horas da tarde, realmente esteja todo mundo muito mais afim de curtir o barzinho na calçada do que reclamar disso.

Uma outra coisa interessante foi que, quando nosso ex-prefeito proibiu os bares de abrirem depois da uma hora, ele fez isso sem pensar no impacto que teria, inclusive, na questão do emprego. Hoje, nós somos um mundo 24 horas, as cidades grandes trabalham. Se a gente não está com os bares e os comércios abertos, com certeza as pessoas estão trabalhando em casa etc.

Então o que é realmente trabalhar? A legislação trabalhista sem dúvida tem que ser revista. O que é

trabalho noturno, hora extra. Nós temos a opção da escolha de horário, o mundo está ai, nós estamos numa crise de desemprego, como é que a gente trabalha essas questões da ampliação ou das restrições que a legislação trabalhista coloca. Nós temos que rediscutir isso.

Outra coisa é o conceito de espaço público, tratamento diferenciado para setores urbanos. A gente tem que olhar cada um dos setores para ter soluções diferenciadas, a questão da arquitetura, das possibilidades. O pessoal diz: "Poxa, mas o corredor de ônibus lá da Santo Amaro está todo deteriorado. Como é que a gente recupera?" É o ônibus, mas não é só o ônibus, porque a continuação da Santo Amaro, quando você entra na 9 de Julho, não é deteriorada. Nós temos outros corredores, como a Rebouças, que não tem um corredor de ônibus mas passa ônibus também, e não é deteriorada. O que é isso? Por que é isso? Porque as casas são maiores, têm espaço para estacionamento? O que acontece naquela área, que não acontece na outra?

Tem algumas coisas como a questão de controlar o varejo na cidade, ou seja, o que pode, o que não pode, o que são usos incômodos, o que é de interesse da população, o que não é, por aí vai.

A questão da estrutura fundiária é fundamental. Quando se fala em direitos de preempção, talvez se pudesse pensar nisso para a revitalização de áreas centrais. Porque alguns estudos que eu conheço fora do Brasil dizem o seguinte, que quando se faz uma política de aglutinar os varejistas e os proprietários, então os inquilinos têm prioridade, mas o estado poderia ter prioridade em comprar também e promover uma revitalização e não são só nos imóveis para habitação. As nossas cidades vivem do comércio, a área central é importante, a revitalização também, e a gente deveria pensar no direito social também para os espaços de comércio e serviços.

Como gostar da cidade? A questão da cidadania passa por isso. A gente tem preocupação com o espaço, a gente toma conta, o que a coletivo é nosso também e, parodiando um pouco o pessoal da área de *marketing*, tem os quatro "P": preço, promoção etc. A resposta que a gente deveria dar para essa confusão é dizer: "não, eu não vou comprar, eu não vou usar o comércio de rua". E é o mercado que responde a isso. Vocês lembram quando a Nike estava usando mão de obra infantil e foi Internet inteira "não compre os tênis da Nike! etc., etc?" No fundo nós demos uma resposta a isso e não comprar dos ambulantes, por exemplo, não compactuar com determinadas situações, vai ajudar a dar outra resposta.

Portanto, participação, um pacto entre todos esses agentes, todos nós na cidade, e princípios, seriam os três "P" que eu recomendaria como resposta para a gente resolver o problema de nossos espaços públicos através da questão da cidadania.

Espaço Público e Cidadania

▪ MARCOS TÚLIO DE MELO[17]

Em primeiro lugar, eu queria utilizar alguns dados sobre acessibilidade dentro dessa perspectiva da Conferência Municipal de Políticas Urbanas de BH. Ao pensamos em inclusão, o que significa de verdade uma cidade acessível? Os nossos espaço e as nossas cidades são acessíveis a quem?

Se nós pudéssemos reduzir a população da terra para uma aldeia de exatamente 100 pessoas, com todas as relações existentes permanecendo as mesmas, chegaríamos mais ou menos ao seguinte (os dados são de um raciocínio do professor Philip Harther, da Universidade de Stanfort): haveria 57 asiáticos, 21 europeus, 14 do hemisfério ocidental do Norte e do Sul e 8 africanos; 52 pessoas seriam mulheres e 48 seriam homens; 70 seriam não-brancos; 70 seriam não-cristãos; 89 seriam heterossexuais; 6 possuiriam 59% de toda a riqueza do mundo e todos os 6 seriam dos EUA; 80 habitariam moradias de baixo padrão; 70 não saberiam ler; 50 sofreriam de subnutrição; um estaria próximo da morte e um estaria próximo de nascer; um teria educação universitária e um possuiria um computador.

O Brasil possui 5.506 municípios, sendo 73% com menos de 20 mil habitantes, num total de 34 milhões de pessoas. Existem 63 mil loteamentos irregulares cadastrados distribuídos em 49% dos municípios e 30% dos municípios apresentam favelas ou cortiços. Dos municípios até 5 mil habitantes 12% declaram ter cortiços e 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes têm cortiços e loteamentos irregulares. Apenas 15% dos municípios têm Plano Diretor, mesmo sabendo da obrigatoriedade da lei desde a constituição de 1988. Outros dados também são importantes para esse raciocínio e se referem à concentração urbana. Hoje nós temos em torno de 80% da população do nosso país vivendo em espaços urbanos – talvez um dos mais acelerados processos de urbanização do mundo. No nível mundial a concentração urbana é da ordem de 52%, enquanto no Brasil é de 82%. Em BH nós temos, em cerca de 2 milhões de habitantes, 380 mil favelados em 174 favelas. O mapa da exclusão social de BH indica que 48% da população de BH vive em processo de exclusão.

Então nós queremos buscar a inclusão num processo inclusivo, de organizar e planejar o espaço urbano,

[17] Engenheiro Civil e presidente do CREA MG.

para que todos usufruam mas, o que se percebe de fato, é essa realidade, a realidade econômica do nosso país e do mundo como um todo e precisamos nos debruçar sobre ela. Raciocinar inclusive, que BH carece agora, de voltar a fazer planejamento numa perspectiva mais metropolitana. Nós perdemos desde a extinção do PLAMBEL um instrumento de pensar o espaço urbano no contexto da metrópole. Então o primeiro raciocínio para podermos pensar e discutir a questão da inclusão do espaço urbano, neste contexto mais geral, é que necessitaria certamente de um nível de planejamento e de equipes mais permanentes como já existiu no passado.

Nós tivemos, aqui, a oportunidade, também, de debater um tema que tem uma proximidade muito grande, a questão no espaço urbano da acessibilidade a todos. E participamos do 2º Seminário Internacional de Acessibilidade, onde pudemos constatar que o espaço urbano raramente dá acessibilidade para todos.

Primeira situação: se nós pensarmos nas pessoas portadoras de deficiência, sejam elas permanentes ou temporárias, ou, se quisermos ter um raciocínio maior ainda, em todos nós. A cidade é acessível inclusive ao idoso? Ela dá essa condição?

Não só no espaço urbano público mas no espaço urbano também privado. E aí existe um trabalho que nós temos feito, junto com o Ministério Público, que indica a necessidade inclusive de que nós comecemos a pensar, a repensar, a nossa legislação, para poder garantir a acessibilidade a todos. Nós presenciamos um momento extremamente propício em que foi aprovado o Estatuto da Cidade e nós precisamos, ,junto com a discussão desse Estatuto, rever também as leis de uso, ocupação e parcelamento do solo, os códigos de posturas, os códigos de obra, para podermos, inclusive, começar a pensar o espaço urbano para todos.

Nós participamos, recentemente, de uma visita com o Ministério Público a alguns prédios de BH e, se nós pensarmos na questão da acessibilidade, a quase totalidade dos prédios públicos não dá condição de acessibilidade. E aí eu posso começar a falar inclusive pelo próprio prédio do CREA, em que só muito recentemente tem-se buscado a sua adaptação para essa condição. Se nós começarmos a pensar nas praças, no acesso aos passeios – e ontem foi usada uma imagem extremamente interessante, porque para um deficiente, ou para aqueles que têm dificuldade de locomoção, a subida nos passeios com 18 cm de degraus é muito semelhante àquela que nós podemos imaginar numa corrida de obstáculos de 110 metros. É quase que a mesma dificuldade. Então, muitas vezes, a percepção do espaço urbano do lado da pessoa que tem algum tipo de limitação, e todos nós estamos afetos a isso, é uma outra questão que deveria ser repensada agora, no processo de discussão dessa Política Urbana.

Na questão da inclusão como um todo, nós temos um outro projeto também, que é um programa que possibilite a todas as pessoas que não têm condição de pagar por serviços técnicos, o acesso ao conhecimento da técnica que nós chamamos de engenharia de arquitetura pública. Nós temos 380 mil favelados mas temos um número infinitamente superior de pessoas que habitam unidades residenciais sem as mínimas condições de salubridade. O Estatuto da Cidade, no seu artigo 4º, abre a perspectiva para que o poder público estabeleça as condições necessárias para essa assistência técnica gratuita aos grupos sociais que não podem pagar .

Então dever-se-ia pensar também em programas que pudessem alavancar, não só a construção do espaço futuro, numa condição tecnicamente melhor para todos, mas também na recuperação dos espaços hoje existentes e que não atendem a essas questões aí colocadas.

Existe, também, a questão do espaço da cidade formal e da cidade informal e nós continuamos tratando separadamente os dois espaços, na própria legislação e no comportamento das políticas públicas. Precisamos começar a pensar em como começar a discutir uma única cidade e, com os guetos que se formam nas cidades, nós percebemos que essa situação se consolida cada vez mais. Essa é uma discussão essencial para o planejamento e a busca de uma outra alternativa para as cidades, e no caso também, para BH.

Um último raciocínio é, na verdade, a questão da necessidade da participação. Essa construção de um novo espaço urbano que respeite o direito de todos, que seja acessível a todos e que permita o desenvolvimento integral da cidadania precisa ser construído também, com a participação de todos. Nós temos já, aqui em BH, ha 9 anos seguidos, um processo da discussão do orçamento participativo, onde as comunidades se organizam para reivindicar obras ou empreendimentos ou até, muitas vezes, a instalação de postos de saúde e outros na cidade.

Precisaríamos começar a pensar também nessa nossa discussão daqui, e me chamou muito a atenção ter participado da conferência de Belém, onde essa participação se dá não só neste momento, de construção de uma reivindicação ou do acompanhamento da execução, mas se dá no seu conjunto como um todo. E eu acredito que é o momento também de a gente refletir um passo além no processo de participação popular que hoje já alcançamos em BH, onde a população possa também tomar nas mãos a coordenação de determinados processos. Na discussão, por exemplo, de uma conferência municipal da cidade como esta inclusive está sendo implementada agora, olhamos para o auditório e percebemos muito ainda que a participação não é de todas as camadas sociais que certamente têm um interesse muito grande na

construção democrática da cidade. Então essa é uma reflexão que precisamos fazer. Há uns três ou quatro anos atrás, nós tivemos um encontro das COMFORÇAs que começava a discutir, inclusive, uma participação mais efetiva de outras esferas. E aí vem a discussão do orçamento da cidade, orçamento participativo da cidade, outras formas de participação que já estão em discussão que seria o orçamento participativo dos jovens, alguma forma que pudesse agregar.

Em Belém, a conferência da cidade teve pré-conferências realizadas por grupos sociais diferenciados. Lá eles tiveram uma pré-conferência e tem isso na origem da formação inclusive, de Belém, dos índios – os índios tiveram uma pré-conferência, discussão própria, no meio só deles. Teve na pré-conferência uma discussão dos homossexuais, teve uma discussão separada dos jovens, teve uma discussão separada só das vilas e cortiços.

Então é preciso buscar uma participação de todos na construção do espaço urbano que vá garantir, para todos, o mesmo direito à cidade. A integração da cidade tem que passar por essa permeabilidade, por essa diversidade social procurando, no seu planejamento, na sua organização, reduzir os guetos que se formam.

Tem uma reflexão que, a nível mundial, muitos têm feito sobre a questão da violência que nós vivenciamos aí, através do terrorismo no EUA. Hoje aproximadamente ¾ da população americana começa a refletir que os atos de violência são conseqüência da exclusão social que eles próprios incutiram em todo o mundo. Este é um contexto que certamente o planejamento nosso de BH, integrado num planejamento metropolitano, tem como desafio na discussão da sua política de planejamento.

▪ LEONARDO CASTRIOTA[18]

Mediador da mesa “Espaço Público e Cidadania”

Estive alinhavando dois pontos que são muito importantes e que eu queria colocar, mais como provocação para o debate do que propriamente alguma tese, ou coisa do gênero. São provocações.

Refletindo, a cada vez que o Manoel falava de espaço eu ficava pensando “a que ele está se referindo?”. Porque espaço é um conceito híbrido. Quando se fala de espaço urbano ou de espaço público você pode estar pensando no espaço público do ponto de vista social ou do ponto de vista espacial. É um conceito híbrido. Tem um filósofo alemão, o Habermas, que um de seus livros principais é exatamente sobre a formação do espaço público e ele mostra como as sociedades modernas vão se constituindo, enquanto espaço, através da formação do espaço público, espaço público enquanto opinião pública, reunião de grupos. Mas nós, arquitetos urbanistas, nós já rebatemos isso imediatamente na base espacial. Lendo um livro do Habermas sobre a perspectiva arquitetônica vai-se ver, por exemplo, que um dos lugares da emergência do espaço público na Europa foram os cafés, onde as pessoas começaram a se encontrar e conversar.

É interessante por que essa dupla inserção do termo vai acontecer desde a Grécia. Quando se pensa no espaço público grego, na idéia de polis, a gente vai ver que está implícito aí o conceito social. A polis é muito mais a reunião dos cidadãos do que simplesmente a base física, mas a base física está lá presente também, tanto que o principal castigo para um grego não é a pena de morte, é aquilo que eles chamavam de ostracismo, a expulsão da cidade, deixar de pertencer àquele grupo, ser expulso de lá. Na Grécia, nesse momento, há uma distinção muito clara entre o que é político e o que é econômico. O espaço da polis não é o espaço do comércio. Existe, até, o espaço do comércio não na praça pública onde os cidadãos, os gregos, fazem uma distinção que para nós é estranhíssima, do âmbito do privado, que é o que ele chama de *oicos*, casa – daí vem a economia, que é do âmbito da família, do direito, da dominação inclusive. Já a polis é a reunião dos iguais. Claro que os iguais são muito poucos, se a gente pegar percentualmente talvez não chegue a 10%, porque estão excluídos os estrangeiros, os sem-propriedade, as mulheres, os jovens, as crianças etc.

Nesse sentido, talvez o nosso conceito de espaço apareça mesmo na idade média, porque onde que nós vamos ter espaço público na idade média? Nas cidades. As cidades, lendo a história medieval se vê que as cidades são um espaço – tem até aquele velho provérbio alemão que fala que o ar das cidades liberta. Liberta de quê? Liberta da condição feudal, da subjugação dos servos que havia na zona rural. As pessoas inclusive, fugiam para a cidade. E o espaço da cidade é o espaço do mercado. É o espaço público, mercantil, é o espaço da burguesia, é o espaço daquela classe que aparece na idade média mas que vai ter hegemonia na idade moderna. Então o nosso espaço aparece aí. Mas na idade média a coisa é mais complexa, porque tem um outro fator que permeia e que é muito bonito, que é muito interessante, que é o fator da solidariedade cristã, que existe de verdade na cidade medieval. Lewis Mumford, por exemplo, que é um historiador das cidade, tem um capítulo belíssimo em que mostra que, diferentemente daquilo que se imagina, a cidade medieval era ecologicamente correta, era bastante boa para se viver porque estavam

[18] Arquiteto, doutor em Filosofia, professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do IAB MG.

funcionando ali os laços de solidariedade, cristãos e verdadeiros, que depois são deturpados com o fortalecimento, por paradoxal que pareça, da igreja enquanto instituição.

Mas aí vamos para a modernidade. Na modernidade vai acontecer a ascensão dos dois aspectos do espaço público, o espacial e o social, com a ascensão à cidadania de um número cada vez maior de pessoas e de grupos. É interessante na cidade moderna exatamente essa conjugação, o tratamento dos espaços ao mesmo tempo em que se vê a ascensão à cidadania cada vez de grupos crescentes. No entanto, tem um outro fator muito importante para analisar isso que é a transformação da cidade moderna em mercadoria. Aquilo que se vendia no mercado, essa idéia da mercadoria exposta ali ultrapassa o âmbito do mercado e tudo vira mercado, inclusive a própria terra da cidade. Não que não houvesse o valor mercantil nas formações anteriores mas ele não era o único predominante. Se a gente pega a história das cidades, a gente vai ver que há uma curva crescente de importância que é o valor mercantil da terra e isso é importantíssimo, inclusive no uso do espaço público, na segregação. A gente vai ver, quando analisar a cidade sob esse ponto de vista, que uma idéia que aparece muito na idade moderna é a idéia da obsolescência. Por que certas partes da cidade ficam obsoletas? Por que elas parecem obsoletas? Porque há um descompasso entre a estrutura física e até mesmo social, de uma nova emergência econômica.

Por exemplo, na época da industrialização, com a ascensão da burguesia industrial, partes inteiras da cidade absolutamente vitais e dinâmicas mas naquela conformação antiga de ruas estreitas, onde conviviam as diversas classes, onde havia artesãos, aquilo de repente parece, para o novo capitalismo industrial, um entrave. O que ele faz? Ele tem que intervir sobre aquele espaço público. E, a partir principalmente da segunda metade do século XIX, essa intervenção se faz pelo Estado. E se a gente pega de lá para cá, a gente vai ver pelo menos três modelos de intervenção: um que mais ou menos corresponde ao século XIX, que a gente poderia chamar, grosso modo, de embelezamento estético; o segundo que vai mais ou menos até os anos 70 que eu chamaria de renovação urbana; e o terceiro que é uma tendência mais contemporânea que eu chamo de requalificação urbana.

O embelezamento estético, o que faz? Pega aquelas áreas que parecem obsoletas e as corta com avenidas, com bulevares, e vai trabalhar. E por que embelezamento estético? Porque você vai fazer esses cortes todos funcionais. Mas uma idéia muito importante é a de criar espaços visualmente interessantes e bonitos, usando, por exemplo, como eixos dessas novas avenidas, os monumentos existentes, as igrejas, os palácios. Então você vai criar uma cenografia urbana. É a Paris, do século XIX. É o Rio, da virada do século.

Esse processo é ambíguo como toda a nossa modernidade. E é ambíguo por que? Porque por um lado ele é excludente. Por exemplo, o que aconteceu no centro do Rio? Aquela área era ocupada classes populares e foi expulso aquele povo todo. Tiraram-se dali populações inteiras. Como aconteceu em Paris, a população operária mandada para fora das muralhas, como aconteceu em Viena. No entanto, se a gente olha isso 20 anos depois, vê que aqueles espaços que foram criados ali tinham uma qualidade urbana e vão ser reapropriados. A população volta e ocupa aqueles espaços como usuários – por exemplo, os bulevares de Paris são ocupados e viram espaço público de novo.

Isso não vai acontecer, isso é uma coisa interessante, com os espaços criados no segundo modelo que é o da renovação urbana. O que esse segundo modelo pressupõe? Vamos transformar a cidade, sim, mas vamos pensar a cidade sob o ponto de vista quase que exclusivamente funcional, de trânsito. É aquela idéia de “vamos fazer uma tábula rasa”. O auge dessa idéia, o protótipo dela, é aquele plano que Le Corbusier faz para Paris, em 1923, que diz o seguinte: cidade velha é um horror, tá tudo misturado, tem carro, tem gente, tem comércio. Solução: vamos demolir a cidade inteira, vamos preservar poucos edifícios, vamos separar os fluxos, vamos fazer grandes rodovias para os carros, vamos fazer caminhos para os pedestres e, em lugar dessa balbúrdia de Paris, vamos construir torres, a cada 250 metros, torres de 25 metros, e todo mundo vai morar num apartamento mais ou menos igual. A gente sabe no que deu esse modelo, basta olhar. Cidades novas planejadas, como Brasília, ou intervenções sobre as cidades existentes, dando esses grandes minhocões, esse tipo de intervenção. Quer dizer, ignora as preexistências da cidade e, isso é uma coisa interessante para comparar, gera espaços que são praticamente inapropriáveis. Se os bulevares de Paris são apropriáveis, quem que vai apropriar de forma humana um espaço como esses criados pelos viadutos?

E então o que acontece?

A partir dos anos 70, começa a virar um consenso no mundo inteiro uma crítica a esse tipo de proposta, a essas propostas que ignoram completamente a cidade que existe. Esse modelo começa a mostrar que é muito mais disfuncional do que funcional. Ele cria problemas terríveis, todo mundo que estudou arquitetura, sabe o caso típico que é o daquele conjunto habitacional, em Sant Louis, nos EUA, que foi construído nos anos 50 e na época foi considerado o grande projeto de habitação social. No entanto era aquela massificação, aqueles blocos, e blocos, e blocos, e blocos iguais, sem nenhuma qualidade. E todo mundo gosta e quer qualidade. Então, nos anos 70, aquele espaço estava tão degradado que houve um estudo feito por arquitetos, sociólogos, psicólogos, que chegaram à conclusão que aquele espaço era

inaproveltável, que não tinha jeito de você adaptar aquilo e que o espaço causava grande parte das disfunções sociais. E resolveram que a solução mais barata era implodir aquelas dezenas de prédios e isso foi feito.

Nessa época, começou um movimento no mundo inteiro de revalorização do que havia nas cidades. Então, em vez de pensar na cidade como uma tábula rasa, vamos pensar no que existe nela, enxergar o que existe, e propor soluções menores, mais compatíveis com tecido urbano, com o tecido social, vamos intervir com mais cuidado, com mão mais leve sobre a cidade, vamos preservar essa cidade que existe e vamos requalificá-la.

Esse é um modelo muito mais urbano, muito mais civilizado de se tratar a cidade que começa a emergir nos anos 80. Então essa é a primeira reflexão, essa questão de como que os espaços públicos aparecem e são tratados, e são requalificados ou são destruídos.

O objetivo desse encontro, aqui, é ajudar a pensar no que pensar lá na conferência, então vamos aproveitar essa oportunidade e pensar como é que está BH nesse processo. BH foi uma das cidades pioneiras no Brasil de pensar requalificação, lá em 88, quando foi feito um concurso de revitalização do centro. BH saiu na frente. E o que foi feito, na verdade, nessa área em BH? É uma coisa para se pensar. Se se analisa os avanços – tem-se um governo progressista em BH há pelo menos 9 anos agora – quanto avançamos nas políticas urbanas em BH? É uma pergunta difícil mas que eu não hesitaria em dizer, sem medo de ser um pouco impreciso, de ser talvez um pouco injusto, que avançamos pouco em relação às outras políticas.

Agora, por que? Por que será que se avançou tão pouco nas políticas urbanas, quando comparado com os avanços que se teve na política social? E aí de novo, essa ambigüidade do conceito de espaço público pode nos dar algumas pistas para pensar. Primeiro, há uma distinção que o Habermas faz entre crítica ideológica e crítica salvadora. Analisando os fatos da cultura, ele diz o seguinte: “A gente pode pensar em qualquer fato da cultura, plano urbanístico, obra de arte, de duas formas: como um documento e como um símbolo de dominação”. Por exemplo, um palácio é um símbolo, por exemplo, da Pré-Revolução Francesa e pode ser visto como um símbolo representativo daquela classe dominante. Uma obra de arte, um projeto para uma cidade pode ser visto como uma imposição de um determinado grupo mas pode ser visto, também, mesmo que ele tenha derivado, muitas vezes, das classes dominantes, como imagens do sonho. Por que os bulevares, por exemplo, esses espaços criados no século XIX, por mais que eles fossem excludentes, se permitiram ser reapropriáveis? Porque de certa forma, eles tinham de gerar desejo daquela população, de remeter para uma vida melhor, para uma possibilidade melhor de humanidade, ou seja, pode-se pensar nos planos como um recorte ideológico, um instrumento de dominação, mas pode-se pensar também como imagem de sonho, catalisador do desejo, e essa dimensão é importantíssima. As necessidades básicas são iguais, mas os desejos são diferentes.

Então é muito importante pensar sobre risco de cair num neofuncionalismo perigosíssimo. Eu participei de um debate com a Raquel Rolnik em que ela simplesmente desqualificava todas as propostas de revitalização, chamando de maquiagem. Tem que ter cuidado. Nós estávamos fazendo um trabalho de levantamento de referência cultural de um bairro muito pobre de Betim e uma das perguntas foi qual era a referência que eles tinham do governo. A cidade tinha um governo progressista há duas gestões e descobrimos que os mais velhos, que tinham visto qual era a situação antes, tinham uma boa imagem do governo. Por quê? Porque antes do governo progressista eles não tinham água tratada, eles não tinham luz, eles não tinham rua, nem todas essas melhorias urbanas. No entanto, os jovens tinham uma péssima imagem do governo e a gente ficou se interrogando por que isso. Porque os jovens já cresceram ali naquele bairro que tinha recebido as melhorias e, se a gente fica só no reino das necessidades básicas, o reino das necessidades é inesgotável. A gente não consegue suprir toda a demanda de necessidades da nossa sociedade. É preciso que a gente pense e trabalhe também o imaginário, o desejo, o simbólico. Isso, a gente correr o risco de ficar no neofuncionalismo, é o que eu acho que acontece com a política urbana de BH.

Por exemplo, o Plano Diretor. BH aprovou um Plano Diretor progressista que trabalha em duas dimensões, uma macro e uma micro. A macro é toda funcionalista. Ela divide a cidade de acordo com a capacidade da infra-estrutura. O *plus* está no micro com as ADEs, regulando caso a caso a questão ambiental, a questão cultural. No entanto, avançamos no macro mas não no micro: não conseguimos regulamentar nenhuma ADE.

Isso mostra o peso diferenciado que o governo dá a uma dimensão e a outra. Claro que as necessidades são prementes numa sociedade injusta como a nossa mas, se a gente descuidar desse aspecto do desejo, esse aspecto simbólico, esse aspecto que permite que o espaço público seja um espaço de cidadania, corremos um risco seríssimo que é o de jogar pelo ralo todo esse trabalho.

Questão Metropolitana

▪ ANA CLARA TORRES RIBEIRO[19]

Preocupa-me o apagamento da questão metropolitana ao nível dos movimentos sociais, me preocupa como participante do movimento nacional da reforma urbana, como professora e como pesquisadora. Quer dizer, existe uma estratégia que pode não ter um único responsável mas existe uma estratégia de ocultamento dos megaobjetos da modernidade periférica que são as metrópoles.

E aí me pergunto, a quem interessa ocultar a metrópole? Para quem importam as metrópoles, afinal de contas?

São megaobjetos socialmente construídos, historicamente construídos e extremamente relevantes para a compreensão e apreensão de qualquer futuro para a sociedade brasileira e, no entanto, as metrópoles são secundarizadas como questão política e são secundarizadas como questão de planejamento. É realmente preocupante. Lembro-me de ter tentado fazer algumas propostas no âmbito do movimento nacional da reforma urbana mas essas propostas não andaram muito. Depois, na Assembléia Nacional Constituinte, várias propostas foram encaminhadas, mas também não foram adiante. Agora, o Estatuto da Cidade também não trata. Enfim, o que acontece com relação às metrópoles que de fato não movimentam o imaginário político e não movimentam a concepção de futuro?

Acredito que sem tratar a questão metropolitana no Brasil não há como proceder a projetos que visem a justiça social, que visem o desenvolvimento econômico, que visem a organização democrática do território e a soberania. As metrópoles são o epicentro da concentração de recursos, são o epicentro das contradições sociais, são o epicentro dos desafios na fase contemporânea do capitalismo, são o epicentro da problemática societária, da problemática as integração social no Brasil. Ou bem nós tratamos a questão metropolitana, ou nós vamos assistir a dramaticidade crescente daquilo que o professor Milton Santos, o famoso geógrafo recém-falecido, denominou de "involução metropolitana". As nossas metrópoles estão involuindo. Então existe um drama social envolvido nesta involução que ainda não foi considerado suficientemente pelos políticos e ainda não foi considerado suficientemente pelo nosso imaginário democrático.

Portanto, eu vim feliz para cá, porque se move finalmente a consciência em torno da questão metropolitana. A metrópole não pode ser pensada como um bando de poderes locais, conectados mais ou menos uns aos outros. Isso não tem o menor sentido. A metrópole é uma escala verdadeira da vida coletiva que apresenta um desafio de gestão e nós temos que inventar a forma democrática de administrá-la. Infelizmente, no Brasil nós só tivemos a experiência da ditadura. É necessário reinventar, criar alguma solução compartilhada, democrática, generosa, solidária, para tratar o enigma, o enigma da metrópole hoje.

Quero citar, aqui, um exemplo dessa involução: Éctor Podiese, especialista em gestão urbana, nota, examinando a Região Metropolitana de Buenos Aires, que a involução metropolitana lá chegou a um ponto em que os municípios periféricos de Buenos Aires disputam entre si, numa concorrência desesperada, qual deles vai abrigar os resíduos do núcleo. Então já chegamos a um ponto de involução metropolitana no qual os municípios disputam o direito a abrigar o lixo.

É, portanto, um drama, especialmente mais sério para os países do 3º mundo e para a América Latina, onde se situam as maiores metrópoles do mundo. Não adianta adotar o paradigma das *Global Cities*, não adianta olhar para NY; já não adiantava ontem, muito menos hoje. Temos que efetivamente nos imaginar de uma outra forma.

Eu já tive a ousadia de escrever alguns estudos sobre as metrópoles brasileiras, onde eu falava um pouco de BH, mas, vindo para cá, tentei ver se eu conseguia abrir o meu imaginário para pensar BH não como município, mas como metrópole. E fiquei pensando o que BH pode ser, o que BH é, efetivamente, na rede urbana brasileira, na organização do território brasileiro. E fiquei imaginando: ela é a maior metrópole-interface do país, ou seja, você tem um vértice construído por BH. Existe uma triangulação – a área concentrada brasileira pode ser imaginada como triângulo, BH é o seu vértice, e vira-se para o interior, quer dizer, no sentido da totalidade do território brasileiro –. Se nós tivéssemos aqui alguns mapas dos fluxos telefônicos, nas pesquisas do IBGE de rede urbana, nós veríamos o impacto de BH, da metrópole como um todo, no território brasileiro que é uma coisa extraordinária. E conseguiríamos ver o impacto de BH para Mato Grosso, chegando até beiradas da Amazônia Ocidental, quer dizer, continuando um fluxo de relações que é extremamente importante para a construção do território do país.

Pensamos também, que BH é um lugar de memórias do planejamento. Estou convencida de que o planejamento não deve ser dissolvido, deve ser democratizado. O fundamental é que nós vivemos, ao longo dos anos 80 e os anos 90, ao invés de vivermos a democratização do planejamento nós vivemos a dissolução do planejamento, em grande parte. E isto é extremamente grave, porque gerir não é a mesma

[19] Socióloga, professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Urbano do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais.

coisa que planejar. Gerir está no imediato, planejar está para daqui vinte, cinqüenta e cem anos de projeção do imaginário coletivo. Não se trata de uma única gestão. Gerir é uma coisa, planejar é outra, e nós temos vivido uma crise de planejamento que se inicia com a redemocratização do país, o que parece ser mais cruel.

Por outro lado, BH tem capacidade de disputar funções hegemônicas mas, essas funções hegemônicas, em grande parte, dependem, para sua disputa, de organização do território nacional, dependem de uma valorização verdadeira de uma metrópole que é simultaneamente regional e nacional. Por isso, o paradigma da cidade global é inadequado, principalmente para BH. Trata-se, sobretudo, de uma metrópole regional, nacional, com um fluxo de influência extraordinário na territorialidade do país e isso significa algo extremamente importante em termos da preservação da região concentrada do país, ao mesmo tempo em que essa região já reflete os processos de involução metropolitana, sobretudo de SP, mas também do RJ.

Então, há uma dispersão de atividades. Este é um território que pode ser pensado de maneira conexa, não é necessário pensar, como se pensou um pouco no IPEA, apenas uma conurbação RJ-SP, mas é possível pensar uma territorialidade muito maior porque nós não estamos aqui para vender trem-bala para ninguém. Trata-se de uma conurbação muito maior, de uma área muito mais estendida, que pode abrigar essas funções, que estão sendo deslocalizadas por conta exatamente dos movimentos de involução das maiores metrópoles.

Esses movimentos estão, efetivamente, construindo uma nova territorialidade e essa construção tem acontecido em grande parte sem acompanhamento político, sem acompanhamento analítico, por conta da predominância de duas vertentes, uma conservadora e outra progressista, que valorizaram quase que exclusivamente o poder local. A idéia de que a participação democrática acontece pura e exclusivamente no local de alguma maneira dificulta que tenhamos uma capacidade propositiva para as escalas mais abrangentes da vida coletiva. Parece ser absolutamente fundamental ultrapassar o local, para que esse local possa ser democrático.

É absolutamente importante que se pense que uma das nossas tarefas é refazer o estado brasileiro e está incluído nesta tarefa inventar uma maneira de ingerir as metrópoles, não apenas de planejar mas também de governar. E nada se resolve com governabilidade nem com governança, se resolve com projetos de médio e longo prazos, exatamente porque são totalidades extremamente complexas e difíceis. Nesse caso, se trata de instâncias de governo que precisam ser concebidas – essas instâncias de governo nos ajudarão a pensar que estado nós queremos finalmente.

É importante ver que, do lado conservador, foi super valorizada a questão local exatamente porque ela corresponde à idéia de transpasse para os municípios de responsabilidades que são do governo federal; foi super valorizado o espaço local exatamente porque se imaginou que assim a acumulação pudesse correr mais facilmente, fazendo o seu próprio território, à revelia da sociedade brasileira e dos seus projetos de autonomia e soberania.

Do lado democrático, houve, sim, uma hipervalorização do local, exatamente porque o objeto da nossa contestação foi o Estado Federal, foi o governo federal. Então, era impossível conceber um outro Estado naquele momento e, por isso mesmo, era tão difícil imaginar as várias ordens de governo de que efetivamente o Brasil modernizado precisa. É um Brasil que foi altamente transformado durante a ditadura, foi feita uma modernização conservadora do território brasileiro e isso foi brutalmente alterado; o maior fenômeno da escala no mundo talvez seja a urbanização brasileira, e, no entanto, a violência desse fenômeno é extraordinária apesar de o imaginário democrático ainda ter dificuldade de conceber como gerir, como governar, as várias escalas, porque a metrópole é uma simultaneidade de escalas.

A verdade é que a metrópole é uma totalidade desigual e complexa e é também, hoje, um megaprojeto sujeito a processos de destruição e de fragmentação. Claro que um ideário de planejamento que se restringe a dizer que as cidades têm quer competir entre si quer dizer, na verdade, trazer a competição entre os lugares para dentro do território metropolitano e nós vamos ter a cidade fragmentada – só que uma megacidade fragmentada e não apenas um município fragmentado. Esse tipo de ideação do planejamento, seja o da metrópole ou o da cidade global, seja outra ideação da competição entre cidades, não sustenta o enfrentamento do enigma metropolitano.

Acredito que o Governo Federal é responsável pelas metrópoles e não pode fugir da sua responsabilidade. Esse nível de concentração que das grandes cidades decorrem das políticas que atingiram o território nacional, decorrem da não implementação da reforma agrária, decorrem de responsabilidades que são do Governo Federal e isso corresponde a dizer que não pode haver omissão Federal com relação à manutenção das metrópoles. Não dá para repassar para os governos estaduais pura e exclusivamente. Não é possível. Quem pode imaginar, por exemplo, a manutenção da metrópole do RJ pelo estado do RJ? Isso não existe em termos de projeto sério.

Então, da mesma maneira que não é possível admitir essa omissão com relação à preservação das metrópoles, também que não é possível tratar a questão metropolitana a não ser que o município-núcleo

assuma grandes responsabilidades. Existe um papel protagônico a ser desenvolvido pelos municípios-núcleo, os governos desses municípios-núcleo têm aí uma belíssima tarefa a desenvolver e que pode ser uma enorme plataforma política para um governo democrático e popular. Então, eu sugeriria que os governos de município-núcleo assumissem a tarefa, especialmente aqueles que podem conversar com os governadores, assumissem a tarefa de trazer uma maneira democrática de gerir, de governar as metrópoles. Trazer propostas concretas. Ao invés de ser uma gestão democrática de cidade, nós poderíamos pensar uma gestão democrática de metrópole, que seria uma possibilidade também, de mudar de escala.

Uma outra possibilidade seria pensar um fórum metropolitano onde se tivesse os conselhos das políticas sociais, onde se tivesse os movimentos sociais, onde se tivesse os legislativos municipais, onde se tivesse os governos municipais representados. Um fórum metropolitano, uma câmara metropolitana diferente, não só formada por políticos eleitos mas, numa nova forma de representação política, admitisse a co-gestão do espaço metropolitano. Eu creio que é possível criar uma proposta política, político-administrativa, democrático-popular, que de fato ajude a pensar a metrópole de uma maneira nova.

Por que não, estimular a cooperação urbana na escala da metrópole? Por que não enfrentar conjuntamente a desindustrialização de determinados municípios?

O drama do ABC é total, o processo de desindustrialização talvez seja observado, também, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e isso não pode ser de responsabilidade apenas daquele município, porque as conseqüências sociais são enormes e rebatem sobretudo no município-núcleo.

Então, a idéia de reter através da cooperação urbana, os processos de desindustrialização, desassalariamento e, portanto, de agravamento da crise social, parece que é uma idéia e nesse caso se poderia imaginar até uma política tributária. Vamos cobrar menos daquelas empresas que acionam empresas da mesma região metropolitana, estimulando, de alguma maneira, a cooperação urbana. Vamos imaginar quais são os papeis protagônicos de cada um dos municípios, vamos acabar com a idéia de município-dormitório, isso não existe – em município-dormitório, aliás a pessoa nem dorme direito, então, nem chega a ser um município-dormitório. Fico imaginando município societários, e poderíamos, de alguma forma também, imaginar políticas sociais que fossem compartilhadas pelos vários governos e que protegessem efetivamente esses municípios que exerceram funções relevantes para a cidade industrial, hoje em crise. Creio que essas ideações podem efetivamente nos estimular e creio também que muitos estudos técnicos devem ser transmitidos de uma maneira simples para que todos conheçam.

Precisamos de uma antena metropolitana, precisamos de uma mídia metropolitana, precisamos de uma forma extremamente intensa de saber uns dos outros. Observando a metrópole do RJ, por exemplo, eu só consegui saber dos municípios que não são municípios-núcleo, depois que eu mudei de jornal, porque os principais jornais não comunicam nada com relação ao resto da metrópole. Então, você não sabe do lugar onde você vive. Sabe de Copacabana, Ipanema, chega no máximo até a zona Oeste do município do RJ mas a enorme região metropolitana é ignorada.

Precisamos de um fórum metropolitano, quem sabe de uma câmara metropolitana de outro tipo, de uma mídia metropolitana, de uma antena metropolitana que diga o que está acontecendo, e deveríamos ter, como os japoneses têm em Tóquio, uma central de reflexão da crise da metrópole; ou seja, é absolutamente fundamental sentarem os representantes para pensar, efetivamente, no que fazer. Não há receita pronta para uma crise desta magnitude.

Poderíamos começar muito modestamente levantando os atores metropolitanos: os sindicatos mais importantes da região, as igrejas, os partidos, os movimentos sociais, as organizações empresariais, as entidades estudantis, as instituições acadêmicas e científicas, entidades profissionais, organizações políticas, e os órgãos de imprensa. Para se imaginar esta reflexividade, que se torna extremamente importante, da mesma maneira deveria ser monitorado o processo de risco observado na metrópole. Temos que observar a entropia metropolitana e ver onde ela está acontecendo, compreender que violência não é apenas violência, é o sinal da entropia metropolitana. Nós temos que observar esses sinais, são sinais extremamente graves da crise estrutural do espaço em que todos vivemos e criamos os nossos filhos, os nossos netos.

É fundamental, portanto, ter um monitoramento da entropia, um monitoramento da involução metropolitana, um monitoramento da periferização da periferia que está sendo observado agora. Eu tenho um mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte que mostra que o pobre, pobre, pobre, pobre, vai para periferia da periferia da periferia. Isso dissolve o tecido social e é um processo extremamente perverso. Então, há que controlar a involução, há que controlar e monitorar a entropia, impedindo que os processos de desestruturação se agravem.

Temos direito, hoje, de sermos cidadãos do mundo, cada um de nós, até porque o mundo cai na nossa cabeça, então nós temos direito também, de sermos várias escalas e vamos nos exercitar para esta cidadania na escala da metrópole. Essa é uma enorme oportunidade de discutir o que é a totalidade que

nós queremos, qual é a integração social necessária, este é um projeto urgente, e poderíamos imaginar que vai favorecer muito as cidades, inclusive para a concorrência. Serão bons lugares aqueles que tiverem felicidade, serão bons lugares inclusive para investidores, aqueles lugares onde efetivamente se seja original, serão bons lugares aqueles que forem favoráveis ao tempo lento, chega de correria, serão favoráveis os investimentos naqueles lugares onde você queira ficar e não sair correndo feito um fluxo, porque nós não somos fluxo, nós somos matéria.

O tempo real, segundo Milton Santos, é o tempo das máquinas. O nosso tempo real é o tempo da vida, nós queremos comer devagar, ser felizes, conversar muitíssimo, e poder circular na nossa cidade para além dos condomínios e dos *shoppings*. É isso que nós queremos, queremos circular pela cidade da maneira mais alegre possível e politicamente consciente.

Questão Metropolitana

▪ JOSÉ MOREIRA DA SILVA[20]

Quero começar com relatos que aproximem um pouco mais o espaço metropolitano de BH. Nós estamos elaborando, neste momento, a pesquisa origem-destino, na qual estamos procurando saber dos fluxos da metrópole, e é muito interessante começar a examinar a relação que os pesquisadores passam a ter com o espaço metropolitano.

Em primeiro lugar, a surpresa de descobrir que a região metropolitana tem 33 municípios. Quais são? Onde é que estão? Por que estão? Tem sentido? Se são 33, de que maneira a região metropolitana arrumou 33 municípios? Por que caminhos? Como é que eles ingressaram? Por que outros não estão? Quais estão que não tem nenhum sentido estar? E por aí afora.

Essas são as questões que as pessoas colocam, no processo de seleção, ou seja, são cidadãos convocados para conhecer o espaço metropolitano. Uma das coisas que se coloca para as pessoas no processo seletivo é que o processo reflete exatamente como nós vivemos na metrópole, ou seja, nós a desconhecemos, e se nós a desconhecemos, se as pessoas que estão participando da pesquisa desconhecem o espaço, elas são apenas uma amostra de como vive o cidadão no espaço metropolitano.

É extremamente interessante a dificuldade que nós vemos do público universitário – todo o público da pesquisa é universitário – conviver com a cidade tal qual ela é, ou seja, além do barzinho, além da Savassi, além do clube, além daqueles lugares que a classe determina que seja o seu lugar. Por exemplo, no Caetano Furquim, a turma está exatamente aqui, próxima, na Caetés, cada estranho que chega é um estranho que surpreende e a primeira idéia é de convocar a polícia, porque a polícia é aquela que garante a segurança do cidadão no espaço estranho. Então essa relação da cidade com a segurança, essa relação do cidadão no espaço estranho garantido pela polícia é uma maneira do público universitário estar descobrindo a cidade.

E nós estamos preocupados, desde o começo; primeiro, nós, os pesquisadores, fizemos um teste. O teste tinha como objetivo, quanto de investimento em treinamento na compreensão da pesquisa, nós teríamos que fazer para que a pesquisa pudesse se desenvolver. Foram abertas as inscrições em todas as escolas, algumas responderam, outras não, outras não tomaram suficientemente o conhecimento mas, compareceram pessoas de toda a região metropolitana, ou pelo menos do aglomerado metropolitano.

Os 20 primeiros lugares, onde estão localizados os pesquisadores?

No núcleo central, na Zona Sul, na Pampulha, refletindo exatamente o desenho da desigualdade metropolitana: os mais qualificados, os mais habilitados, estão nas áreas afluentes da cidade. Conseqüentemente, não era de esperar que a gente não tivesse outras dificuldades a partir daí, ou seja, trata-se, não apenas de fazer pesquisa mas também de as pessoas que estão fazendo pesquisa descobrirem a cidade que não conhecem, entenderem a recusa, entenderem a dificuldade da abordagem e entenderem a proximidade de pessoas com as quais elas jamais conviveram. Então, não se trata apenas de dar um resultado de origem-destino mas de entender como é que se dá todo o processo metropolitano, quando nós convocamos pessoas para atuarem e trabalharem com na gente.

A outra dificuldade está em que cada uma das 32 mil famílias convocadas para a entrevista vai se defrontar com essas situações de desigualdade e a situação é muito interessante. Nós fizemos um primeiro pré-teste, em Ribeirão das Neves, cidade dormitório. Estou chamando a atenção para a cidade-dormitório no sentido de que 66% dos moradores de Ribeirão das Neves, em 91, trabalhavam em BH com baixo salário, ou seja, a contribuição que BH recebe de Ribeirão das Neves é levar para lá a população de baixa renda e trazê-los para cá para trabalhar com baixos salários.

Essa população também vem buscar saúde. E por que não? Por que não pode buscar saúde? Ela também

[20] Sociólogo, mestre em Sociologia, pesquisador da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e coordenador de pesquisa e pós-graduação da UNI Centro Newton de Paiva.

compra aqui.

Então, há algumas questões aqui que são de gestão metropolitana e a gestão metropolitana é que viabiliza o planejamento metropolitano. Sem uma gestão metropolitana adequada não se pode esperar planejamento metropolitano, visão de futuro. Essa é a questão que nós enfrentamos e que precisa ser amplamente debatida.

Nós, felizmente, vivemos hoje um acordar para a questão metropolitana. Esse acordar para a questão metropolitana vem em um momento em que os municípios se deram conta de que a afirmação do seu peculiar interesse traz muito mais prejuízo do que a cooperação, do que a discussão. Não sei até onde essa questão vai chegar a empolgar realmente, mas nós estamos assistindo uma maior preocupação dos municípios com a questão metropolitana.

A pesquisa OD, na medida em que coleta informações dos pesquisadores que chegam às casas, vai encontrar os quadros mais variados. Primeiro, começamos lá por Ribeirão das Neves. As pessoas estão prontas para receber, você bateu na porta, explicou, não precisa explicar muito, elas concedem a entrevista. Acontece que não se trata apenas de extrair informação. A extração da informação é tudo a que a população está acostumada com pesquisas, cada hora chega um extraindo informação.

Afinal de contas, para que isso? Como isso retorna?

O objetivo, nós estamos insistindo com os nossos pesquisadores, é de que não se trata de extrair informação. Se trata de promover participação, essa informação tem que retornar, e não tem apenas para a prefeitura, não apenas para os órgãos encarregados da gestão. Tem que retornar para o cidadão, seja associação comunitária, seja da maneira como ele estiver organizado, tem que retornar para que ele possa cobrar ações conseqüentes e não simplesmente receber uma justificativa de que tais decisões se baseiam em pesquisas. Assim, tem sido muito fácil abordar as periferias.

Para o núcleo central, o trabalho da pesquisa implica em ir, ligar, agendar, ver a hora em que a pessoa está, dizer quem é que vai, como é que está identificada etc. e tal, porque a nossa classe média, é a classe média aterrorizada com a questão da segurança. As portas cada vez mais fechadas, os espaços cada vez mais segregados, por aí a fora. E a questão da segurança se reproduz pedindo sempre mais segurança e criando medo.

Essas são questões relevantes para discutirmos a questão do espaço metropolitano, então, eu queria dizer, aproveitando essa pesquisa origem-destino que está em campo, que nós encontramos felizmente a descentralização, ou seja, os diferentes municípios afirmando o seu peculiar interesse e, ao mesmo tempo, dispostos a discutir a questão metropolitana de alguma maneira.

O que há, então, de específico, é que essa pesquisa não pode mais ser feita como as outras. A primeira, o PLAMBEL, dentro da Fundação João Pinheiro fez, sem nenhuma participação dos municípios; a segunda, o PLAMBEL fez, também sem a participação dos municípios; e a terceira, a TRANSMETRO, financiou junto com o PLAMBEL, e a Fundação Cristiano Otoni realizou, também sem uma participação dos municípios. Desta vez, todos os municípios estão participando da pesquisa, ou seja, as informações das pesquisas retornarão aos municípios imediatamente. Isso quer dizer que nós estamos facilitando a participação no processo metropolitano, e o sistema de unidades espaciais da pesquisa reflete uma proposta que é de que cada um leia a forma de comprometimento do espaço local com o espaço metropolitano.

Qual é o ônus e qual é o bônus?

Como é que se diferencia o núcleo central, a área pericentral, dentro do Anel Rodoviário, a Pampulha, Venda Nova, Aarão Reis? Que tipo de comprometimento cada uma dessas áreas têm com o espaço metropolitano? Qual que é o ônus de morar lá e qual que é o bônus. Da mesma maneira, qual é o ônus de morar na Cidade Industrial, no Barreiro, qual que é o ônus de morar na fímbria da 040, qual que é o ônus de morar na expansão de Nova Contagem, para o Novo Retiro em Esmeraldas? Ou seja, é entender isso, as pessoas que moram lá entenderem isso e não simplesmente sofrerem por estar lá e os prefeitos terem consciência de que eles estão gerindo um espaço inserido na metrópole. E que a grande diferença de morar num espaço inserido na metrópole está na concepção da relação município-cidade, que é a tradicional, existe uma cidade para cada município, essa velha concepção grega de cidade.

Na região metropolitana existem muitos municípios para uma cidade só e essa é a questão, esse é o desafio, porque nós temos uma gestão fragmentada do espaço, afirmando peculiar interesse, tentando dar soluções locais para problemas que não são locais. Cada vez que se resolve um problema de uma maneira local, cria-se um problema no espaço como um todo. Então está canalizado o Arrudas. Aí, agora sofra Sabará, sofra Santa Luzia...

A solução local vai criar um problema mais na frente e ninguém tem nada a ver com isso. Por que não tem? Falta gestão metropolitana. A falta da gestão metropolitana cria exatamente esse problema: cada um para si e ninguém para ninguém. A assembléia metropolitana é um desenho interessante dentro da região metropolitana mas, uma vez criada, o grande problema é fazê-la funcionar. Esse é o desafio. Tem lá os

prefeitos, aparentemente reunidos, tem lá os vereadores, aparentemente reunidos, tem umas câmaras técnicas compostas e que de fato só funciona a câmara de transporte e vai por aí.

Para finalizar, coloco essas duas coisas. Uma que é a questão relacionada ao planejamento metropolitano que é viável a partir do momento em que a gente tenha processos favoráveis a uma gestão metropolitana. Sem uma gestão metropolitana não há como fazer planejamento metropolitano, ou seja, a gestão metropolitana consolidada com a idéia de planejamento metropolitano.

BH é cada vez mais convocada, na falta de gestão metropolitana, a ser a cidade metropolitana e, queira ou não, paga o ônus de reproduzir a desigualdade metropolitana. Isso é plenamente visível. Nos estudos que nós fizemos, pegando uma série histórica de 72 à 92, o que transparece é que as periferias que antes eram de BH, cada vez estão indo mais para seus outros lugares e a cidade de BH fica cada vez mais elitizada; nós chamávamos Venda Nova de periferia e a OD de 2001 vai mostrar que a periferia de Venda Nova se reduziu ao mínimo. As favelas de BH, e a Serra é o grande exemplo, cada vez menos acolhem pessoas externas. O favelamento está acontecendo em Santa Luzia, em Ribeirão das Neves, em Ibirité, está acontecendo para lá. Quer dizer, há favela sim em BH, mas são as favelas nobres. Isso não quer dizer que BH não tenha que se preocupar com a favela não, tem que preocupar muito mas, como cidade, como cidade que gere o espaço metropolitano, ela tem que prestar atenção nisso.

A segunda coisa é pragmática: quero convocar todas as pessoas aqui a fazerem a maior divulgação possível da pesquisa OD, para que as pessoas possam receber bem os nossos pesquisadores e a gente possa promover a participação. Essa pesquisa não está sendo feita com uma visão tecnicista de obter informação, está sendo feita com a visão de promover a participação. Se nós conseguirmos isso, nós também estaremos respondendo a uma preocupação da gestão municipal de BH, que é a de ampliar a participação. Isso não é fácil porque pelos relatos de participação, essa questão toda de participação ligada à cidadania, ficou no discurso e na hora da prática é muito difícil de ser implementada.

▪ SÉRGIO FERRARA[21]

Mediador da mesa “Questão Metropolitana”

A Conferência Municipal de Política Urbana é um mecanismo fantástico de manter o Plano Diretor e, conseqüentemente, a legislação que o complementa, sempre viva, pulsante, ativa. Ela é o foro no qual todos os segmentos sociais, técnicos, políticos de BH, se reúnem com o único objetivo de pensar a cidade como um todo, verificando a necessidade de se modificar a legislação urbanística e a forma como essa mudança deve ocorrer.

Exatamente para viver esta incrível oportunidade de participação, muito bem colocada agora pelo professor Zé Moreira, e criação, que nos traz aqui sob o peso de uma responsabilidade indescritível de verificar qual tipo de cidade queremos para as nossas famílias nos próximos anos. Se a responsabilidade é grande, também é a sensação real de estarmos vivenciando um resgate, ainda que fracionário, do exercício do poder político de forma direta, tal como ocorreu na matriz democrática ocidental, a Grécia Antiga, e que depois foi esquecido por quase toda a história universal.

Afinal, aqui estão reunidos, nesta noite, pessoas que têm e pessoas que não têm mandato político institucional, todas com o mesmo e único objetivo de formatar as normas que nortearão a política urbana em nossa cidade, isto é, que ditarão os rumos do desenvolvimento econômico, cultural e social de nosso povo. Por tudo isso é que podemos, sem nenhuma sombra de dúvida quanto ao acerto do que digo, afirmar que os próximos dias, os próximos meses, talvez sejam, sob a perspectiva de uma atuação cidadã, os mais importantes para cada um de nós envolvidos nessa questão.

Para que isso, no entanto, efetivamente se realize, devemos refletir intimamente sobre uma questão básica. Que tipo de cidade queremos para nós, para os nossos familiares ? Que tipo de cidade será saudável o suficiente para nos propiciar uma vida agradável? Que tipo de cidade estará apta a enfrentar as dificuldades cada vez mais momentosas de um tempo sem barreiras e sem tempo, principalmente? Que tipo de cidade nos propiciará, a um só tempo, prazer, tranqüilidade, conforto?

Tais questionamentos, é verdade, não são privilégios nossos visto que estão na pauta do dia de todas as cidades que não adormeceram, que não ficam apenas esperando inertes, inermes, a sucessão de alvoreceres e crepúsculos. BH, com toda a certeza, não é uma dessas cidades e prova disso é o fato de estarmos aqui pensando, sonhando com e sobre ela. Mas não só sonhando, trabalhando também, criando também, questionando também. E é destes questionamentos que chegam as primeiras respostas às angústias de nosso cotidiano. Diariamente vemos o meio ambiente ser denegrido de todas as formas possíveis, vemos a história escoar-se pelo apagar dos testemunhos de tempos idos, vemos a população mergulhar na miséria, na desesperança, vemos as crianças e jovens perderem o norte do futuro de suas

[21] Advogado, cientista social, verador e membro da Comissão Permanente de Política Urbana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

vidas.

Os agentes produtivos particulares atuam de forma eficiente, produzindo o que deles se espera, mas o fazendo solitariamente, sem fixar na mente que a cidade é um conjunto complexo de veios e que cada um deles, necessariamente, interage com os outros, razão pela qual têm que atuar em parceria com os demais. Enfim, a cidade tem que ser vista em seu conjunto de necessidades e problemas e assim tem que ser vista por todo o seu conjunto social. Lamentavelmente, isto não ocorre com a freqüência necessária. O que torna momentos como estes, que estamos compartilhando, particularmente importantes.

Pois bem, sendo essa a ambiência em que ocorre essa reunião, primogênita de várias outras que irão lhe completar, faz-se necessário que façamos uma reflexão sobre que aquilo que disse antes: que tipo de cidade queremos. Qual a convivência possível nesse aglomerado de trinta e três cidades que se interagem de maneira, às vezes, desproporcional, desequilibrada.

Os tempos contemporâneos são marcados por uma situação *sui generis*, qual seja, a de que os problemas citadinos não têm como ser enfrentados isoladamente, cada um de uma vez. Realmente, as diversas e incontáveis facetas da vida urbana interagem com todas as demais, de uma maneira tão íntima que nos impede de ver apenas uma delas. Apenas para verificarmos a correção do que aqui se diz, o problema da segurança de nossas ruas passa pela certeza de que não estamos conseguindo alimentar e educar nossas crianças mas também passa pela falta de permeabilidade das cidades, que interrompe o ciclo natural das águas e gera problemas de geração de energia, como o que estamos vivenciando nestes últimos meses. Ou seja, a falta de adequado enfrentamento das questões sociais e a absoluta irresponsabilidade com o meio ambiente, temas aparentemente independentes entre si, têm um só efeito: o aumento da insegurança. Afinal, são mais pessoas que praticam pequenos furtos ou atos criminosos de maior vulto. E também são cada vez mais as áreas de nossas ruas que precisam ser mantidas na penumbra, para cumprir metas de racionamento de energia elétrica. Estes e todos os demais problemas que afligem nosso cotidiano sempre têm alguma conexão com outros problemas citadinos e sociais, ainda que nem sempre consigamos visualizar esta interação.

Essa natureza complexa dos problemas sociais, citadinos, é que faz com que o planejamento de nossas intervenções se torne cada vez mais nosso maior conselheiro, de forma a preservarmos recursos, trabalho e tempo. Assim, planejamento é, agora mais do que nunca e amanhã, seguramente, ainda mais, a palavra de ordem da atuação pública e privada. Sem planejamento não teremos um futuro promissor. Sem planejamento, não teremos como minorar as mazelas de amanhã. Sem planejamento, não teremos aquela CIDADE QUE QUEREMOS. E é para planejarmos nossa cidade e nossa região metropolitana, que estamos aqui, analisando cada uma das várias facetas dela e sugerindo medidas que atendam aos reclames da sociedade, mas com eficiência.

Devemos, assim, buscar realizar em Belo Horizonte um modelo de cidade sustentável. Isto é, de cidade que solucione seus vários e intrincados problemas com coerência e responsabilidade. A sustentabilidade de uma cidade reside numa forma equilibrada como ela enfrenta as questões inerentes aos direitos fundamentais do homem, as questões inerentes à relação destes mesmos homens com o espaço físico e as questões de ordem econômica.

Os espaços urbanos multiplicam-se, diminuindo as áreas rurais. E o fazem pela dupla necessidade de produzir mais riquezas e para acomodar cada vez mais gente. Ao se agigantarem, os problemas sociais aumentam até com maior intensidade, gerando outros problemas. E assim se repete o círculo vicioso, que macera a vida ao longo dos tempos. Interromper este círculo é nossa maior necessidade. E para tanto é que devemos planejar o crescimento e o desenvolvimento de nossa região metropolitana. E eis que de novo voltamos ao ponto referente ao planejamento. Este é mesmo um referencial do qual não podemos nos afastar, sem dúvida nenhuma. Temos que planejar e temos que planejar com os pés no chão e os olhos voltados, a um só tempo, no passado e no futuro. No passado, para ver onde erramos e onde acertamos. Nos aconselhando com essas lições duramente vividas. No futuro, para sabermos aonde queremos chegar ou, como já disse antes, para sabermos que tipo de cidade queremos para nós, nossos filhos, nossos netos.

Reunidos aqui, nessa conferência, nesse debate, teremos oportunidade de darmos um passo significativo nesse rumo de discutir a política urbana da cidade, com a conseqüente proposta de alteração do teor da legislação que a contém. Essa conferência tem a possibilidade de gerar idéias capazes de emprestar coerência e eficácia às ações públicas e privadas, exercidas no meio urbano. Se de fato queremos uma cidade sustentável, esta é a oportunidade real de a revelarmos. Aqui será possível verificarmos como cada fração dos problemas metropolitanos mantém a relação de interdependência com os demais, como antes me referi e frisei.

Os técnicos da Prefeitura, de setores produtivos e da Câmara Municipal, aqui presentes, terão oportunidade de mostrar essa complexa teia de problemas, e nós, cidadãos comuns, teremos a oportunidade de escolher os rumos que entendemos os melhores para enfrentar esses problemas. A grande maioria de nós, aqui, não é de técnicos urbanísticos – situação, entretanto, que não deve enodoar nossa situação, não podemos nos intimidar por causa disso. Aliás, pelo contrário, se não somos técnicos especializados em urbanismo, temos

todos nós a sensibilidade de vermos diariamente os efeitos dos problemas que enfrentamos. Temos a medida exata da extensão dos problemas, quando vemos que o canto dos pássaros está cada vez mais raro, e que nossos filhos têm como amigos mais máquinas que outras crianças e jovens. Podemos não ser técnicos mas somos nós que sofremos no dia-a-dia os efeitos da falta deste planejamento. Sabendo onde nos dói o calo, sabemos onde temos que atuar. Nossa sensibilidade é que deverá nortear a atuação técnica. Por isso, essa conferência não é composta apenas por engenheiros, arquitetos e ambientalistas mas também por pessoas comuns, estudantes, pessoas de todos os setores de atuação social e empresarial. E este é o perfil mais adequado: parte técnica e parte não técnica, cada um revelando suas experiências, revelando suas expectativas, permitindo a produção de um resultado final possível de ser implementado e, também, principalmente, permitindo uma formatação de uma região metropolitana mais sensível, mais humana.

Queremos que a nossa cidade seja responsável com o meio ambiente, que permita a contínua repetição do ciclo de vida, da água, do ar. Queremos uma cidade responsável com a cultura, que preserve os testemunhos de seu passado. Queremos uma cidade produtiva, que gere mais emprego e mais renda para cada um de nós. Queremos uma cidade justa, que proteja todos os seus moradores e que dê a cada um deles serviços sociais eficientes. Queremos uma região metropolitana limpa, queremos uma região metropolitana segura, queremos, enfim, uma região metropolitana sustentável.

Ora, se assim queremos, vamos mostrar isso com todas as nossas reflexões mais sinceras. Vamos nos lembrar de quando nós aqui presentes éramos crianças e tínhamos à nossa disposição uma cidade verde, segura e agradável. Vamos devolver a Belo Horizonte as condições prazerosas de viver. Tenhamos em mira uma visão de cidade humana e eficiente. Analisemos os problemas quanto ao meio ambiente, quanto ao trânsito, quanto à cultura, quanto a tudo, enfim, que ocorra na região metropolitana, sob a perspectiva daquele nosso objetivo. Construamos normas de planejamento que viabilizem isso, tornando compatíveis entre si a necessidade de crescimento econômico e a preservação de direitos individuais e sociais.

Esta é, como já disse várias vezes aqui, uma boa oportunidade para que isso aconteça. Que dessa conferência, desse debate, saia um retrato, uma radiografia, e uma possibilidade para que a gente possa aprofundar essa discussão e trazer para cá, cada vez mais, todas as partes interessadas, todos os municípios, todos os setores, e que a gente – conforme disse a nossa professora, primeira debatedora, e o nosso professor, José Moreira – que a gente possa realmente integrar, entrosar, e não apenas estarmos discutindo através de bairrismos e de questões pessoais, ônus e bônus, mas sim analisar este tabuleiro, a parte geográfica que compõe a região metropolitana como um todo. E não adianta estarmos no norte, ao sul, ao leste, a oeste, sem nos incomodarmos com os vizinhos, mesmos aqueles mais distantes. Muito obrigado a todos e façamos um bom debate.

3 - PRÉ-CONFERÊNCIAS: A CIDADE QUE SOMOS

3.1 - Produtos Relativos à Discussão Geral sobre a Cidade

3.1.1 - Texto de Apoio à Discussão

Caderno de Textos

O presente caderno destina-se a subsidiar o primeiro momento das pré-conferências temáticas e regionais, quando os participantes de dedicarão à discussão sobre a cidade, contemplando aspectos fundamentais para avaliação dos resultados, no espaço urbano, da implementação das grandes diretrizes do Plano Diretor e da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo.

Está estruturado segundo os seguintes aspectos:

- crescimento urbano e inclusão,
- distribuição de atividades e centros urbanos,
- mobilidade, transporte e trânsito,
- espaços públicos e patrimônio cultural e
- condições ambientais.

O caderno é um dos instrumentos da dinâmica das pré-conferências, tendo a finalidade de instigar e facilitar as discussões em grupos. Cada tópico contém um pequeno texto, seguido de questões que servirão de referência da discussão, além da definição de conceitos básicos inseridos no tema e de informações gerais.

É importante esclarecer que o texto que abre cada tópico do caderno não pretende ser uma referência teórica acabada ou uma análise especializada sobre o aspecto em discussão; tem por objetivo tecer algumas considerações, colocar alguns pontos (às vezes sem a conexão técnica esperada) e questões para provocar o debate. Afinal, no contexto das pré-conferências, a palavra, a opinião sobre a cidade, está, principalmente, com a população, cabendo aos monitores o papel de facilitadores do trabalho dos grupos.

Crescimento Urbano e Inclusão

CONSIDERAÇÕES

A cidade é um fenômeno vivo, em permanente expansão e transformação. É a obra de agentes ou atores sociais, que operam por impulsos sucessivos, formando, de maneira relativamente descontínua, partes do espaço. As qualidades e propriedades do espaço urbano resultam das interações, estratégias, êxitos e fracassos desses atores. Resultam também das formas como o crescimento e a vida urbana interagem com o meio natural.

A cidade se constrói através de continuidades, rupturas, transformações e, sobretudo, através de diferenças. A diferenciação do espaço urbano reflete também uma diferenciação social. Atuam na construção do espaço urbano empreendedores de loteamentos, empresários da construção civil e dos demais setores econômicos, o poder público nas diversas esferas de governo e, em especial, os moradores. O crescimento do espaço urbano envolve os processos de parcelamento e ocupação do solo. Mas a cidade só se conforma e se realiza à medida em que seu espaço é apropriado pelos cidadãos, mediante o uso do solo.

O entendimento da apropriação do espaço começa pela abordagem do uso residencial, que ocupa a maior extensão do espaço urbano. A possibilidade de acesso à terra e à moradia para acolher o crescimento da população, e as condições de habitação são importantes indicadores de inclusão/ exclusão na cidade.

Na base do processo de crescimento urbano, estão o direito de propriedade e o direito de construir, que não são absolutos, já que subordinados, o primeiro, à função social da propriedade e o último ao direito de vizinhança e à legislação urbanística.

O processo de crescimento das cidades no Brasil tem sido pautado pela privatização dos benefícios da urbanização e pela marginalização das populações mais pobres, historicamente excluídas dos bens e serviços produzidos pela sociedade.

A ação dos agentes da construção da cidade é regulada pela legislação urbanística, na qual se destacam as leis de parcelamento, ocupação e uso do solo e os códigos de obras. No entanto, uma parcela significativa da cidade é construída à margem dessa legislação: pela abertura e ocupação de loteamentos irregulares ou pela formação de vilas e favelas.

O processo de crescimento de Belo Horizonte apresenta características semelhantes ao das grandes cidades brasileiras. Como as principais capitais do país, Belo Horizonte é o núcleo de uma Região Metropolitana – a RMBH – que começou a ganhar forma na década de 50, quando, devido a um processo de parcelamento do solo marcadamente especulativo, a cidade passou a crescer ultrapassando os limites do município, estabelecendo-se um sistema de relações estreitas em um espaço que hoje abrange 33 municípios, e dando origem a um espaço urbano contínuo, o Aglomerado Metropolitano.

Internamente ao município de Belo Horizonte, o processo de crescimento tem ocorrido freqüentemente pela intensa verticalização de áreas, seja pela substituição de edificações em bairros tradicionais (p. ex., Padre Eustáquio), seja pela ocupação verticalizada de novos bairros (p. ex., Buritis). Inclusive nas favelas observa-se recentemente a presença do processo de verticalização.

QUESTÕES

- De modo geral, como você avalia o processo de crescimento de Belo Horizonte?
- Dentro desse processo, como é morar hoje em Belo Horizonte?
- que você pensa sobre o processo de verticalização e suas conseqüências para a cidade e para a qualidade de vida dos moradores?
- que você pensa sobre o processo de adensamento (de construção e de população) e suas conseqüências para a cidade e para a qualidade de vida dos moradores?
- Para você, quem são os responsáveis pelo processo de crescimento de Belo Horizonte? Como eles atuam?
- Como a população interfere na qualidade do crescimento da cidade?

CONCEITOS BÁSICOS

- Função social da propriedade – conceito pelo qual a propriedade, um direito fundamental a ser garantido, tem seu uso subordinado ao bem-estar social. A Constituição Federal de 1988 contém essa noção (art. 5.º, XXII e XXIII) e, sem especificar o que seja função social da propriedade, atribui ao Plano Diretor sua aplicação em cada município (art. 182, § 2.º).

  Um dos avanços do Estatuto da Cidade é justamente a explicitação, no art. 39, das condições para que a propriedade cumpra sua função social: " ... assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas , respeitadas as diretrizes previstas no artigo 2.º ..." .
- Parcelamento do solo – subdivisão de um terreno (gleba) em lotes.

  Existem dois tipos de parcelamento: o loteamento e o desmembramento. O loteamento envolve abertura, prolongamento, modificação ou ampliação de vias ou praças (logradouros públicos). O desmembramento aproveita as vias existentes.
- Ocupação do solo – modo de implantação das edificações no território.
- Uso do solo – utilização dos terrenos ou edificações para o exercício das funções urbanas: habitação (uso residencial) e atividades de comércio, serviços, indústria e serviços de uso coletivo (usos não residenciais).
- Adensamento – intensificação da ocupação e/ou do uso do solo em uma determinada área ou terreno. É o aumento da densidade, que pode ser construtiva (aumento da área construída), residencial (aumento do número de residências) ou populacional (aumento da população).

  Em outras palavras, o adensamento acontece pela ocupação de lotes vagos, aumento do número de unidades residenciais ou não residenciais, verticalização das edificações, ocupação de vazios urbanos.

  O aumento do número de unidades residenciais em uma área leva ao adensamento populacional, que se mede em habitantes por hectare.
- Déficit habitacional – pode ser quantitativo ou qualitativo. O déficit quantitativo é a necessidade de moradias para reposição total de unidades habitacionais precárias e produção de novas unidades para atendimento à demanda não resolvida nas condições de mercado. O déficit qualitativo engloba as necessidades habitacionais que demandam melhoria das unidades existentes ou do seu entorno.
- Legislação urbanística – conjunto de leis e normas que regem a expansão, o adensamento, o uso e o funcionamento da cidade. Compõem a legislação urbanística o Plano Diretor, a Lei de Parcelamento, a Lei de Ocupação e Uso do Solo, o Código de Posturas, o Plano de Classificação Viária, o Código de Obras, as leis ambientais, as leis de proteção do patrimônio histórico e cultural.

INFORMAÇÕES

- Área total do Município de Belo Horizonte = 330,23 km² (fonte: IGA)
- Lotes vagos em Belo Horizonte, em 2001 (fonte: Cadastro do IPTU):
  - número de lotes vagos = 75.836;
  - área total dos lotes vagos = 61.030.249 m² (vide Anexo II: Mapa II.6).
- Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH com seus 33 municípios e ocupação urbana em 26 municípios da região (vide Anexo II: Mapas II.1 e II.2)
- Crescimento Populacional de BH e da RMBH

Os dados sobre população (Tabela 01 e Gráfico 01) mostram:

- queda no ritmo de crescimento populacional de BH, indicada pelo decréscimo da taxa geométrica de crescimento (1,15% ao ano entre 1980/91 e 1,12 % ao ano entre 91/2000);
- desconcentração interna na RMBH, com redução da participação de BH, aumento da participação dos demais municípios que compõem o Aglomerado Metropolitano e, na última década, aumento discreto da participação dos municípios externos ao Aglomerado.

- Distribuição da População e Crescimento Populacional de Belo Horizonte por Regiões Administrativas (vide Anexo II: Mapas II.3, II.4 e II.5 e Gráficos 02 a 04).
- Informações sobre Vilas, Favelas e Conjuntos Habitacionais de Interesse Social

Da população total do município (2.232.747 habitantes), 22% (372.526 pessoas) moram em 174 vilas, favelas e em 27 conjuntos habitacionais de interesse social, ocupando 5% do território do Município (SMHAB, 2001).

No período 1991/96, segundo dados do IBGE, trabalhados pela PBH, a população dessas áreas cresceu em média cinco vezes mais que a da cidade formal.

Esses dados revelam uma grande disparidade no processo de ocupação, indicando uma densidade populacional muito mais alta nessas formas de assentamento do que nas demais áreas residenciais do município.

- Assentamentos Habitacionais Não Aprovados

Estima-se que cerca de 17% da área total do município de Belo Horizonte sejam ocupados por assentamentos habitacionais não aprovados (vilas, favelas, conjuntos habitacionais de interesse social, loteamentos irregulares e clandestinos). Vide Anexo II: Mapa II.9.

- Déficit Habitacional

O déficit quantitativo estimado para a RMBH é da ordem de 99.100 moradias. concentrando-se 52% desse déficit, ou 50.000 moradias, em Belo Horizonte (FJP, 1995). Dados da SMHAB, até 2.000, apontam uma demanda de 30.000 unidades em Belo Horizonte, através do cadastramento das famílias integrantes do Núcleo dos Sem-Casa.

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS TEMAS PROPOSTOS

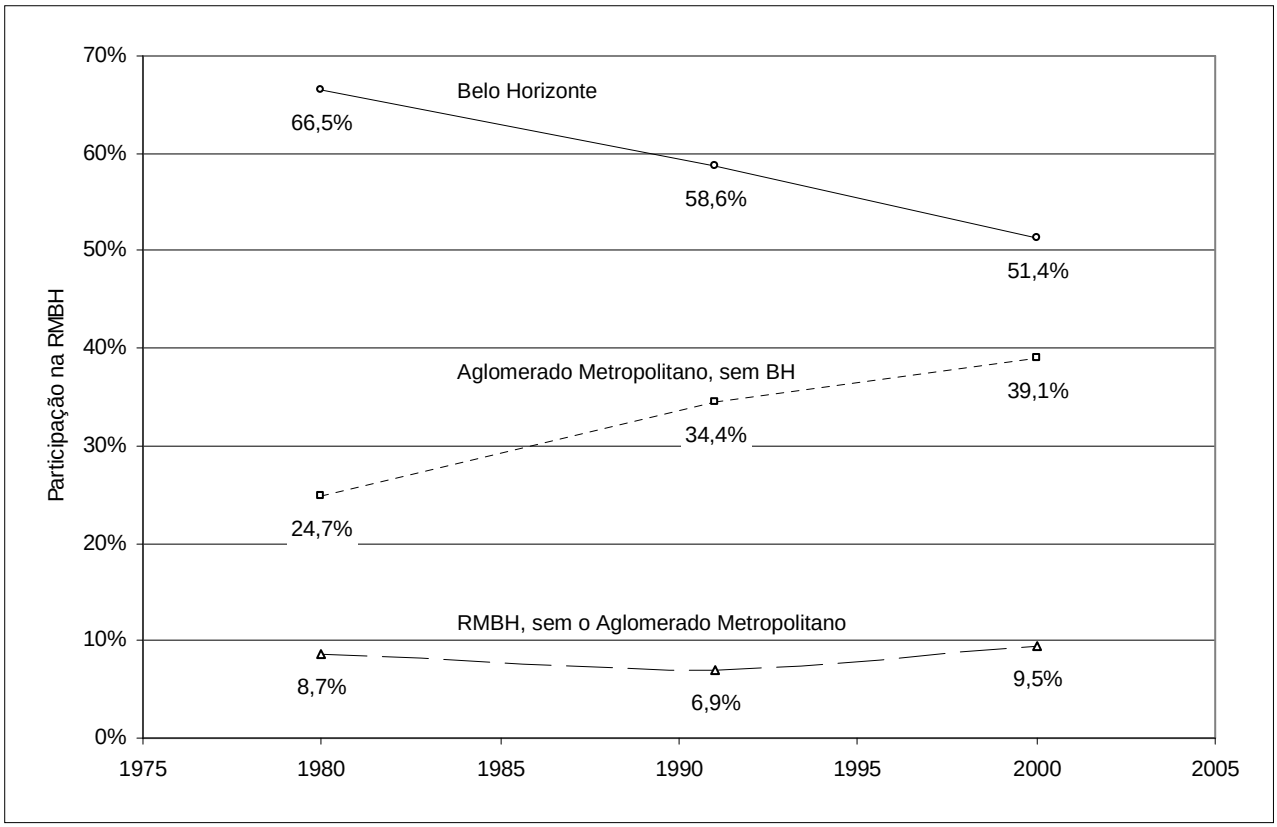
- Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01)
- Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei 7165/96 alterada pela Lei 8137/00)
- Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte (Lei 7166/96, alterada pela Lei 8137/00)
- Regulamentação das ZEISs (Lei 8137/00, Capítulo VI). (Quadro 05)

Tabela 01 - Distribuição da população na RMBH[22] (1990-1991-2000)

TERRITÓRIO	1980		1980		2000		TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	POPULAÇÃO (1.000 hab.)	% DA RMBH	POPULAÇÃO (1.000 hab.)	% DA RMBH	POPULAÇÃO (1.000 hab.)	% DA RMBH	1980-1991	1991-2000
Belo Horizonte	1.781	66,5%	2.020	58,6%	2.233	51,4%	1,27	1,12
AM [23], excluído BH	662	24,7%	1.187	34,4%	1.698	39,1%	6,01	4,06
RMBH, excluído o AM	233	8,7%	239	6,9%	413	9,5%	0,23	6,28
RMBH - total	2.676	100,0%	3.446	100,0%	4.344	100,0%	2,56	2,61

Fontes: População de 1980 e 1991 – PBH, *Anuário estatístico 2000*. População de 2000 – IBGE, *Censo 2000*, out/2001.

Gráfico 01 - Evolução da população na RMBH (1990-1991-2000)

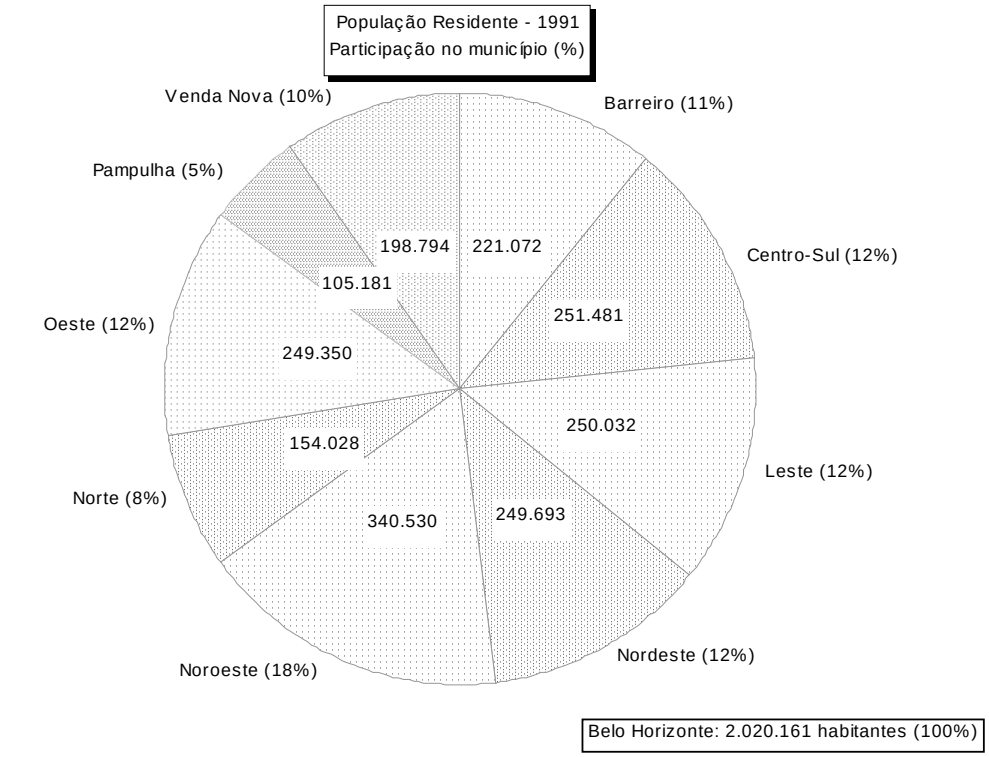


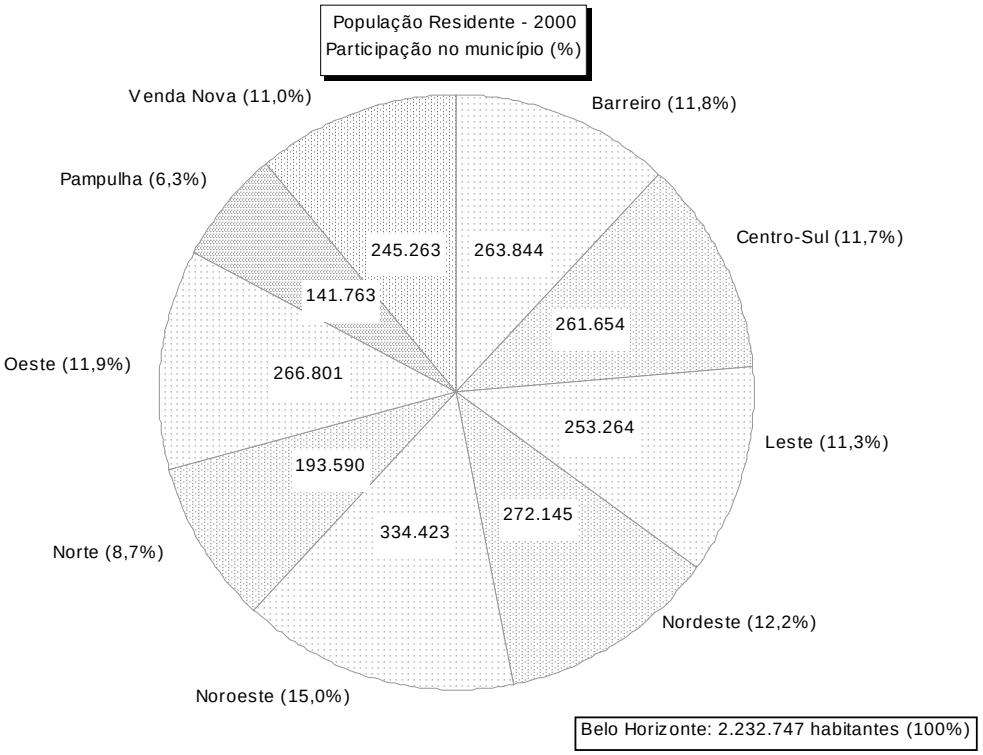
Fontes: PBH, *Anuário estatístico de Belo Horizonte*, 2000. IBGE, *Censo demográfico*, 2000.

[22] Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH): Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, S. Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas, Vespasiano.

[23] AM - Aglomerado Metropolitano: municípios com áreas urbanizadas conurbadas: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirité, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, Sarzedo e Vespasiano.

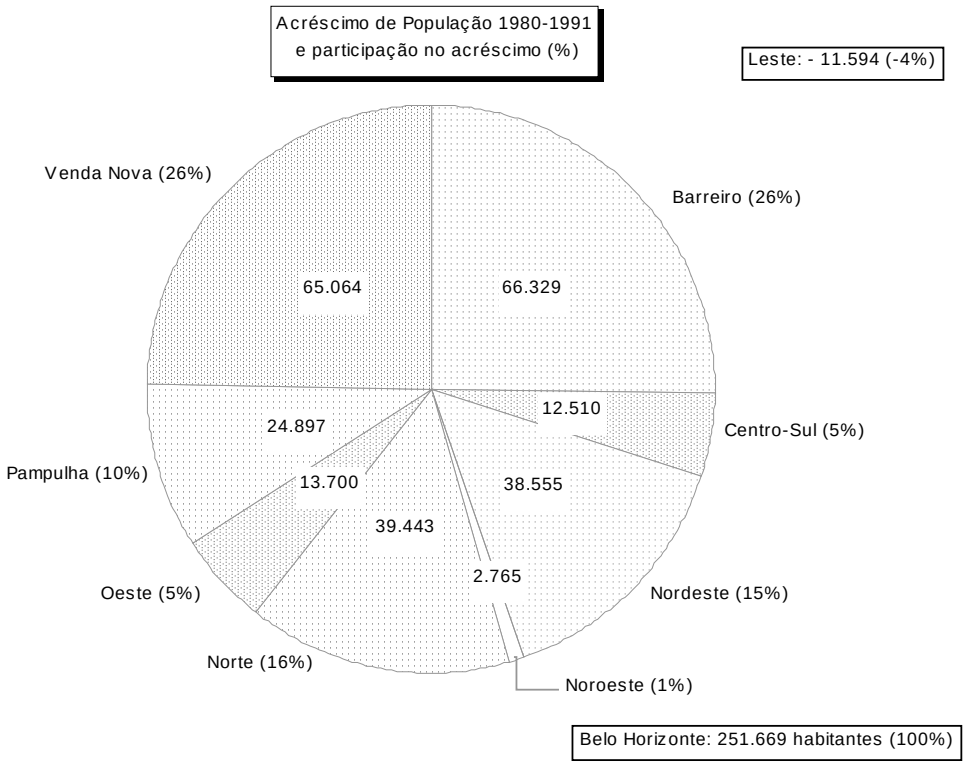
Gráfico 02 - Distribuição da população por região administrativa (1991-2000)

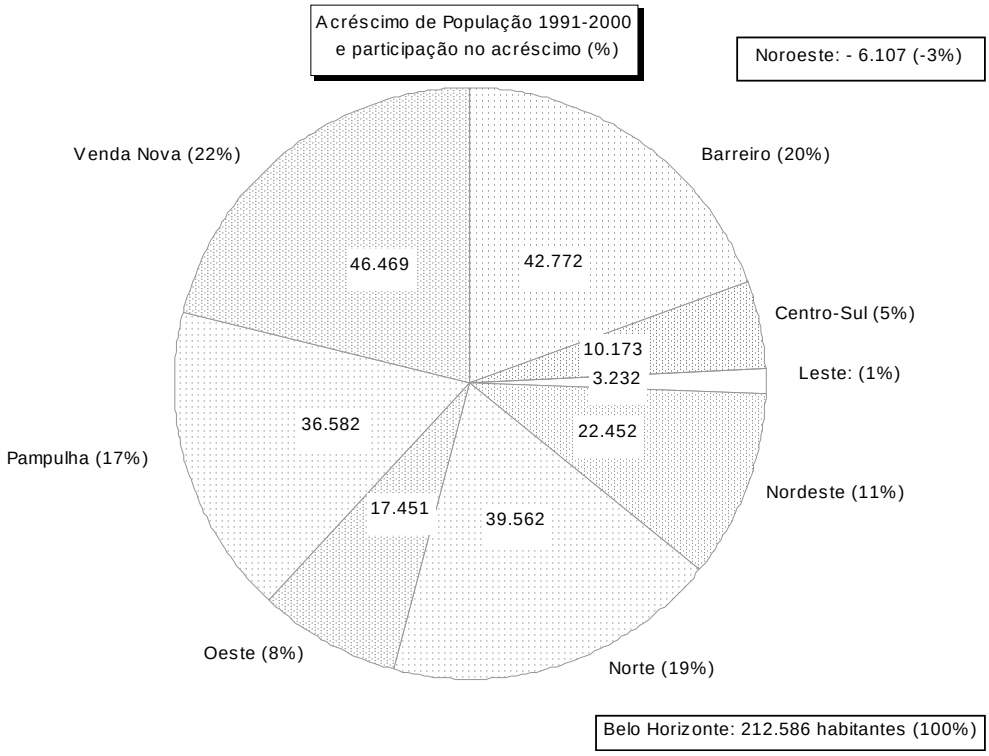




Fontes: População de 1980 e 1991 – PBH, *Anuário estatístico 2000*. População de 2000 – IBGE, *Censo 2000, resultados preliminaes*, out/2001

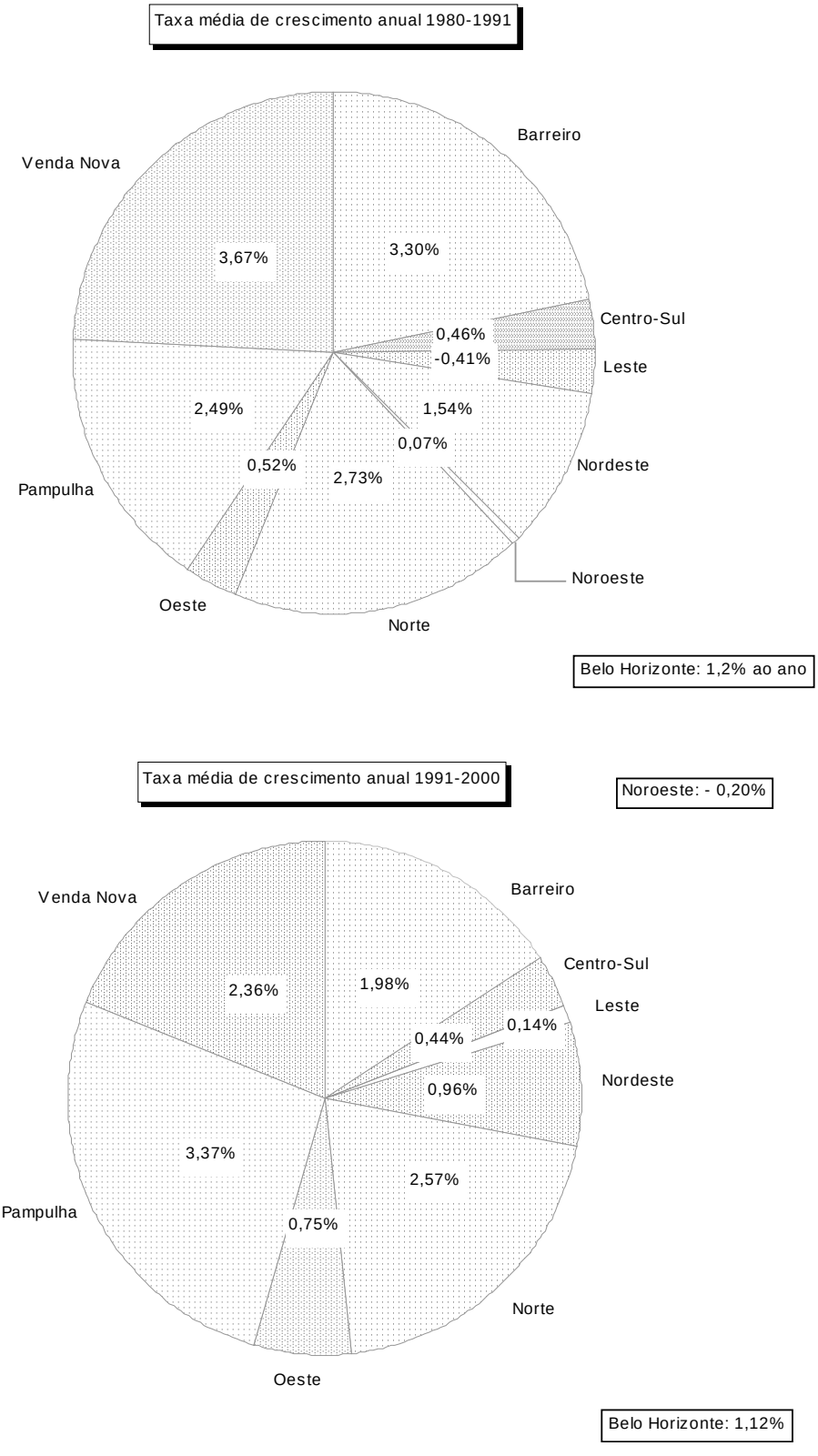
Gráfico 03 - Acréscimo populacional por região administrativa (1980-1991 e 1991-2000)





Fontes: População de 1980 e 1991 – PBH, Anuário estatístico 2000. População de 2000 – IBGE, *Censo 2000, resultados preliminaes*, out/2001

Gráfico 04 - Taxas de crescimento populacional, por região administrativa



Fontes: População de 1980 e 1991 – PBH, Anuário estatístico 2000. População de 2000 – IBGE, *Censo 2000, resultados preliminaes*, out/2001

Quadro 05 - Resumo da regulamentação das ZEIS 1 E ZEIS 3 - Lei nº 8137/00

Capítulo VI - Da Regularização Fundiária das ZEIS-1 e ZEIS-3 (cria normas específicas para regularização fundiária e altera o Programa Municipal de Regularização de Favelas - PROFAVELA)		
SEÇÃO	CONTEÚDO	ARTIGO
I - PROFAVELA	Programa destinado a regular a urbanização e a regularização fundiária das ZEIS 1 e ZEIS 3, estabelecendo critérios especiais de parcelamento, ocupação e uso do solo. A Regularização Fundiária compreende: regularização urbanística e regularização jurídica do domínio da terra em favor dos ocupantes.	art. 137 e 138
II- PLANOS GLOBAIS ESPECÍFICOS (PGE)	Instituição do PGE para cada ZEIS, que considera três níveis de abordagem: físico-ambiental, jurídico-legal, sócio-organizativo. O PGE deverá conter no mínimo: levantamento de dados, diagnóstico integrado e proposta integrada, cronograma de implantação das ações, priorização, estimativa de custos e diretrizes para parcelamento, ocupação e uso do solo.	art. 139 a 142
III - PARCELAMENTO DO SOLO	Definição de parâmetros para vias veiculares e de pedestres (largura, declividade, passeio, escada etc.), para lotes (áreas e testadas) e percentual de reserva de áreas institucionais. Definição de situações onde não é permitido o parcelamento. Definição de procedimentos e instrumentos para aprovação e modificação de parcelamentos (levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, pesquisa censitária, lote padrão, documentação necessária). A aprovação do projeto de parcelamento e das normas específicas de ocupação e uso do solo deverá se dar por decreto.	art. 143 a 152
IV - NORMAS ESPECÍFICAS DE OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	O Decreto Específico das Normas de Ocupação e Uso do Solo deverá: - assegurar padrões mínimos de segurança, acesso, higiene, salubridade, e conforto das edificações; - orientar a regularização das edificações já existentes; - orientar o projeto e a execução de reforma, ampliações e novas edificações; - orientar as categorias de uso permitidos, bem como sua localização; - evitar o processo de expulsão indireta dos moradores da ZEIS, provocado pela valorização do uso do solo, decorrente da implantação de atividades.	art. 153
IV.1 - Usos permitidos	Preponderância do uso residencial. Exigência de alvará de funcionamento e localização para atividades econômicas. A área máxima permitida para as atividades não residenciais é de 125m², exceto para uso coletivo.	art. 154 a 159
IV.2 - Ocupação do Solo	Definição de procedimentos para a regularização de lotes multifamiliares (fração ideal). Utilização de parâmetros da ZEIS 2 para áreas acima de 1.000 m², destinadas a reassentamentos. Definição de normas gerais de ocupação do solo para reformas, ampliações e novas construções: afastamentos, nº de pavimentos e altura da edificação em relação ao eixo da via; aberturas; áreas de risco e/ou áreas necessárias à infra-estrutura; águas pluviais; obstrução de acessos de uso coletivo.	art. 160 a 164
IV.3 - Edificações em geral	Orientações sobre os materiais utilizados para execução, reforma ou ampliação de edificações. Procedimentos para aprovação do Cadastro Técnico de Edificações para fins de averbação de edificação. Definição de parâmetros para o caso das edificações destinadas a reassentamentos.	art. 165 a 169
V - ALIENAÇÃO DOS LOTES	Embasamento jurídico para alienação de lotes em áreas públicas municipais, pelo Executivo, com dispensa de licitação. Destinação dos recursos provenientes da alienação dos imóveis constantes nas ZEIS. Autorização para o Executivo desafetar áreas públicas em ZEIS-1 e ZEIS-3.	art. 170 e 171
VI - GRUPO DE REFERÊNCIA DAS ZEIS-1 E ZEIS-3	Determinação da necessidade da criação dos Grupos de Referência, que são grupos de trabalho responsáveis pelo acompanhamento da elaboração do Plano Global Específico e do posterior processo de regularização e urbanização da ZEIS em questão. Definição de parâmetros para a composição dos Grupos de Referência. Definição das atribuições dos Grupos de Referência.	art. 172 a 175
VII - PENALIDADES	Definição das penalidades relativas a infração pelo descumprimento do disposto nesta lei. Procedimentos para aplicação das penalidades. Determinação da necessidade da ampla divulgação e conscientização do conteúdo da legislação para a ZEIS-1 e ZEIS-3, junto às comunidades destas áreas, antes do início da aplicação das penalidades (seis meses).	art. 176 a 180
Capítulo VII - Disposições Finais		
Definição da necessidade de integração dos diversos órgãos e entidades da Administração Municipal, no que se refere às intervenções públicas voltadas a urbanização e regularização fundiária das ZEIS-1 e 3. Competências entre órgãos da PBH, no que diz respeito à aplicação desta Lei. Procedimentos relativos a : usos desconformes; lotes não titulados; delimitação das ZEIS; exclusão de áreas em ZEIS. Necessidade de compatibilização dos Planos Globais Específicos com as diretrizes do Plano Estratégico de Diretrizes de Intervenção em Vilas, Favelas e Conjuntos Habitacionais de Interesse Social ("Planão"). Necessidade de submeter os casos omissos desta Lei ao Conselho Municipal de Habitação - CMH.		art. 186 a 194
Anexos - Lei nº 8137/00		
ANEXO XII	Relação de documentos para aprovação de projetos de parcelamento: - aprovação de projetos de loteamento, reparcelamento e desmembramento nas ZEIS-1 e ZEIS-3; - aprovação das modificações de parcelamento do solo nas ZEIS-1 e ZEIS -3.	
ANEXO XIII	Normas e procedimentos para pedido de exclusão de áreas em ZEIS-1 e ZEIS-3.	

Distribuição das Atividades e Centros Urbanos

CONSIDERAÇÕES

Uma questão básica do ser humano que a cidade precisa atender é o trabalho. Esta função urbana se realiza por meio das atividades econômicas – comerciais, industriais e de serviços.

As atividades econômicas dependem do espaço urbano e, ao mesmo tempo, determinam o dinamismo desse espaço: interferem no preço dos terrenos, influem no crescimento e na conformação do espaço e pautam o cotidiano da cidade.

De fato, as atividades se distribuem no espaço segundo critérios econômicos – em muitos casos, elas dependem umas das outras e/ou se complementam – e também segundo critérios que consideram a aglomeração humana que a cidade oferece, os serviços e as infra-estruturas urbanas (por exemplo energia elétrica, telefonia), entre outros fatores. Num processo de localização onde a proximidade torna-se fator preponderante, inúmeras atividades, particularmente as de comércio e serviços, tendem à centralização e conformam os centros urbanos – pólos e lugares privilegiados do trabalho, do consumo e das trocas, a partir dos quais se estrutura o ir e vir cotidiano das pessoas na cidade.

Além de importantes indicadores da apropriação ou utilização da cidade pelos agentes econômicos e pela população, a distribuição das atividades e a configuração dos centros são fatores de diferenciação e interdependência dos lugares, revelando o grau de autonomia dos mesmos. Quanto maior a existência de atividades em uma área, maior independência esta área terá em relação a outras. A ausência de atividades é uma das características das periferias urbanas, na maioria das vezes sem condições de mobilidade para atender suas necessidades.

Do ponto de vista econômico, Belo Horizonte caracteriza-se como centro político-administrativo e de comércio e serviços. Somos um núcleo urbano de base econômica industrial relativamente inexpressiva. É alta a concentração espacial das atividades econômicas na área central da cidade (área interna ao perímetro da Av. do Contorno), conformando diversos centros (o centro tradicional, que corresponde, aproximadamente, ao Hipercentro, o centro da Savassi/Praça da Liberdade, o Santo Agostinho, a concentração hospitalar de Santa Efigênia), que polarizam uma extensa área da Região Metropolitana.

Fora da área central, a distribuição do comércio e dos serviços tem como referência o sistema viário e de transporte, conformando corredores de atividades ao longo das principais vias de acesso ao centro.

O Plano Diretor propõe a consolidação do município como centro de serviços e, quanto à localização das atividades, recomenda:

– descentralização das atividades,

– multiplicidade de usos no território municipal, aproximando moradia e trabalho e reduzindo as necessidades de deslocamentos, e

– estímulo ao surgimento de centros fora do perímetro da Av. do Contorno.

A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo procura ampliar as possibilidades de localização das atividades, com controle dos seus possíveis conflitos com o uso residencial (as atividades que possam causar repercussões negativas estão sujeitas ao cumprimento de medidas que minimizem essas repercussões).

A localização admissível de uma atividade depende dos impactos dessa atividade no ambiente urbano e da função e largura da via onde ela pretende se instalar. As atividades com maior potencial de geração de impacto negativo, como diversas formas de poluição, só podem instalar-se ao longo das vias de maior movimento de veículos (vias coletoras, vias arteriais e vias de ligação regional).

QUESTÕES

- Que você pensa sobre a forma como as atividades de comércio e serviços estão distribuídas na cidade?
- A localização atual dessas atividades atende às necessidades da população?
- Você percebe alguma mudança ocorrida ultimamente na localização das atividades de comércio e serviços na cidade? O que você pensa sobre isso?
- Que você pensa sobre as concentrações de comércio e serviço ao longo das vias com grande movimento de veículos: para os comerciantes, para a população e para a qualidade do lugar?
- Que você pensa do centro da cidade?

CONCEITOS BÁSICOS

- Centro Diversificado – concentração de atividades pertencentes a ramos diversificados do comércio e prestação de serviços. São centros diversificados o Hipercentro, os centros do Barreiro, de Venda Nova, da R. Padre Eustáquio, da Cabana, do Santa Inês, por exemplo.
- Centro Especializado – concentração de atividades especializadas em determinado ramo do comércio ou de prestação de serviços, como, por exemplo, a Av. Dom Pedro II, que apresenta trechos especializados em serviços de reparação de automóveis ou em comércio de materiais de construção, o da Av. Silviano Brandão, especializado em móveis, o do bairro São Francisco, especializado em serviços de apoio à produção (transportadoras, oficinas).
- Hipercentro – é o centro tradicional de Belo Horizonte, compreendendo a área que contém a maior concentração de atividades da cidade e da Região Metropolitana. Seu perímetro está descrito no § 1.º do artigo 7.º do Plano Diretor.
- Via Coletora, Via Arterial Via de Ligação Regional – estas são algumas das categorias em que se pode classificar o sistema viário, de acordo com as funções que as vias desempenham na articulação da cidade.
  Via de ligação regional é aquela que tem a função de fazer a ligação entre municípios vizinhos.
  Via arterial é a via com significativo volume de tráfego, utilizada nos deslocamentos urbanos de maior distância.
  Via coletora é aquela que tem a função de permitir a circulação de veículos entre as vias arteriais ou de ligação regional e as vias locais.

INFORMAÇÕES

Centros e Articulação Viária (vide Anexo II: Mapa 10)

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS TEMAS PROPOSTOS

- Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01)
- Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei 7165/96 alterada pela Lei 8137/00)
- Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte (Lei 7166/96, alterada pela Lei 8137/00)
- Regulamentação das atividades causadoras de impactos (Lei 8137/00, Capítulo III)

Mobilidade, Transporte e Trânsito

CONSIDERAÇÕES

A cidade – a vida urbana – acontece, no dia-a-dia, por meio da interligação ou articulação entre os lugares de moradia, trabalho, estudo, negócios, culto, consumo, participação comunitária, lazer etc., enfim, entre os lugares que abrigam as mais variadas atividades urbanas.

O urbano requer a mobilidade da população, ou seja, um "conjunto de facilidades que permitem às pessoas chegarem aos destinos desejados" (ver Conceitos Básicos).

A mobilidade tece o cotidiano da cidade e afeta profundamente o meio ambiente urbano, inclusive no que diz respeito à convivência das diversas formas de deslocamento: se é desejável a fluidez do trânsito de veículos ou o privilégio àqueles que realizam o transporte coletivo, é igualmente importante que o pedestre se sinta seguro na cidade.

A mobilidade depende de fatores de ordem socioeconômica e urbanística.
Um dos principais fatores de natureza socioeconômica é o financiamento do transporte coletivo. No Brasil, o financiamento do custo operacional do sistema é arcado, principalmente pelos usuários e, secundariamente, pelos empregadores, através do Vale Transporte, em que pese a importância crucial deste serviço para a economia urbana e os baixos níveis médios de rendimentos dos trabalhadores. (*Obs.: esta questão será discutida na seção específica da Pré Conferência de Mobilidade, Sistema Viário e Transporte Coletivo).*
Entre os fatores de ordem urbanística, dois merecem destaque:

– a forma como se distribuem no espaço a população e as atividades urbanas (uso do solo), que determina as distâncias a percorrer, influenciando no tempo de percurso e na "escolha" da forma de deslocamento (a pé, de automóvel ou táxi, de bicicleta ou moto, de ônibus, metrô);
– a configuração do sistema viário e a estrutura do sistema de transporte coletivo, valendo lembrar que o funcionamento do transporte coletivo depende da estrutura e das condições do sistema viário.

A estrutura da rede viária de Belo Horizonte – basicamente radioconcêntrica, com poucas vias transversais, perimetrais e de contorno – conjugada com a alta concentração de atividades na Área Central, determina que a maior parte das viagens, inclusive do sistema de transporte coletivo, atinja essa área.

Devido à estrutura radioconcêntrica, o tráfego de passagem afeta profundamente a Área Central, sobrecarregando principalmente as vias do Hipercentro e do Complexo da Lagoinha, em função da articulação viária ali existente. Dos aproximadamente 420 mil veículos que entram diariamente na Área Central, 40% não têm destino nesta área, utilizando seu sistema viário apenas para atravessá-la ou como trechos de viagens entre bairros e regiões externas,.

Algumas regiões e bairros da cidade têm perdido qualidade urbana, em função do aumento geral do fluxo de veículos, do aumento da frota de veículos circulando em vias locais, do aparecimento e aumento da saturação do tráfego em determinados trechos e interseções do sistema viário. Essa situação deve-se também à inexistência de ligações viárias perimetrais e transversais entre as várias regiões da cidade.

Em Belo Horizonte, o transporte coletivo é realizado, principalmente, pelo sistema de ônibus e, secundariamente pelo trem metropolitano, mais conhecido como metrô.

O sistema de transporte por ônibus caracteriza-se pela sua relativa radioconcentricidade, baixas velocidades no Hipercentro e uma estrutura de linhas que ainda obriga uma parcela considerável dos usuários a trocarem de ônibus no centro, apesar das melhorias implementadas com as estações Diamante e Venda Nova e das alterações no sistema bairro a bairro (diametral).

O baixo desempenho do metrô é representado pela pouca oferta de trens em operação e baixa integração ocasionada pelas dificuldades de acesso às estações.

O Plano Diretor prevê a reformulação da estrutura do sistema viário, para reduzir o caráter da área central como principal articuladora do espaço urbano, melhorar a fluidez do trânsito e criar condições para consolidação de novos centros.

O Sistema de Transporte proposto e em implantação foi concebido com base no Plano Diretor e na LPOUS. Está planejado como um sistema integrado dos pontos de vista físico, tarifário e operacional e totalmente integrado ao metrô.

Prevê um conjunto de estações (algumas junto ao metrô), localizadas em regiões da cidade para estimular o surgimento de novos centros regionais, e por um conjunto de linhas bairro a bairro destinadas a ampliar as possibilidades de deslocamentos das pessoas. Ainda neste ano entra em funcionamento o sistema de bilhetagem eletrônica, para facilitar o embarque nos ônibus e a integração com o metrô.

QUESTÕES:

- Como você avalia as condições para o deslocamento das pessoas em Belo Horizonte?
  - de metrô
  - de ônibus
  - de automóvel ou de táxi
  - a pé ou de bicicleta
- Como cada um desses modos de transporte interfere na qualidade urbana?
- que mudou ultimamente nas condições de deslocamento da população?
- Como os fatores abaixo relacionados influenciam nas condições do deslocamento?
  - traçado das ruas
  - adensamento
  - concentração de comércio e serviços

CONCEITOS BÁSICOS

- Estrutura Viária Radioconcêntrica – estrutura da malha viária em que as vias principais da cidade convergem para o centro, de forma radial.
- Vias Radiais – vias convergentes para o centro, de forma radial, como, por exemplo, as avenidas Amazonas e Antonio Carlos.
- Vias Transversais – vias que atravessam a cidade sem passar pelo centro, como, por exemplo, a Av. Vilarinho.
- Vias Perimetrais – vias que contornam parcialmente regiões da cidade em forma de arcos, ou semicírculos, como por exemplo o Anel Rodoviário.
- Vias de Contorno – vias que contornam totalmente regiões da cidade, fechando círculos ou anéis. Exemplo: Av. do Contorno.
- Fluidez do Tráfego – capacidade de deslocamento do tráfego, mantendo velocidade relativamente constante, entre 30 e 60 km/h, de acordo com os caminhos percorridos no espaço urbano.
- Mobilidade – Mobilidade deve ser entendida como fruto da relação existente entre o sistema de transporte, o sistema viário, o uso do automóvel, o uso do solo, as possibilidades de deslocamento e acessibilidade e as condições econômicas e sociais das pessoas. O conceito mais tradicional de mobilidade está ligado à habilidade das pessoas em se movimentar, em decorrência de condições físicas e econômicas. Pode ser expressado matematicamente pela quantidade de viagens realizadas por cada pessoa. Quanto mais viagens realizadas, maior a mobilidade. Considerar mobilidade desta forma restrita tem levado as políticas de transporte a simplesmente visar o aumento da mobilidade sem se preocupar como as pessoas a exercem. Se for associado este conceito tradicional ao conceito de acessibilidade, pode-se redefinir mobilidade como um conjunto de facilidades que permitem à pessoa chegar aos destinos desejados.

INFORMAÇÕES

Sistema Viário e Sistema de Transporte Coletivo (vide Anexo II: Mapas II.11 e II.12)

Em Belo Horizonte, conforme dados disponíveis, são realizadas num dia útil cerca de 2 milhões de viagens motorizadas das quais 67% pelo sistema de transporte coletivo e 25% por transporte individual. Ocorrem ainda cerca de 700 mil viagens entre Belo Horizonte e os demais municípios da região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, das quais 500 mil utilizam o sistema de transporte coletivo.

O sistema de transporte coletivo municipal está estruturado com duas estações de integração – Venda Nova e Diamante e por um conjunto de 279 linhas, oferecendo diversos tipos de serviço, operadas por 2892 ônibus. Do total de linhas, 90 operam o serviço diametral, 80 formam o serviço semi-expresso, 58 constituem o serviço de alimentação às estações, 13 fazem o serviço radial. O serviço perimetral é composto por 12 linhas, o serviço circular compreende 10 linhas e o sistema troncal já conta com 10 linhas. As demais linhas constituem os serviços auxiliares e de retorno.

O metrô está operando entre as estações Eldorado (Contagem) – Minas Shopping (Belo Horizonte) num total de 25 km, devido a pouca oferta de trens em operação e à baixa integração ocasionada pelas dificuldades de acesso às estações, atendendo a 100 mil passageiros/dia.

O metrô está num processo de estadualização e municipalização, com conclusão prevista para 2003, quando então a nova empresa gestora assumirá integralmente seu planejamento e operação.

A frota de automóveis é constituída por cerca de 700 mil veículos e vem crescendo, desde 1991, a taxas superiores a 2,5% ao ano.

O sistema viário compreende cerca de 4500 km de extensão, dos quais 1300 km constituem o sistema viário principal (vias arteriais e coletoras).

No Brasil, a mobilidade está fortemente vinculada à renda familiar. As famílias de menor renda, dependentes do transporte por ônibus, realizam poucas viagens para atividades diferentes do trabalho e escola, enquanto as famílias de maior renda, que se deslocam basicamente por automóvel, realizam pelo menos quatro vezes mais viagens, com ampla diversidade de destinos, englobando compras, lazer, saúde e outras necessidades.

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS TEMAS PROPOSTOS

- Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei 7165/96 alterada pela Lei 8137/00)
- Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte (Lei 7166/96, alterada pela Lei 8137/00)

Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

CONSIDERAÇÕES

A cidade é lugar do encontro, da convivência, favorável à diversidade, aos vários olhares, aos contatos pessoais, às trocas, celebrações e manifestações coletivas. É o lugar onde construímos nossos caminhos, nosso dia-a-dia: do trabalho para casa, da escola para a praça, do parque para o mercado, vamos criando laços de afetividade com o lugar onde vivemos.

A dinâmica da cidade, os costumes de seus habitantes, a paisagem urbana formada pelas ruas, passeios, praças, jardins, prédios, casas, placas, monumentos, formam nossas referências neste espaço, nossa identidade.

Neste sentido os espaços públicos são os lugares onde nós cidadãos devemos ter assegurado o direito de vivenciarmos de forma privilegiada nossa cultura, nossa história, nossa cidade. Por ser a cidade lugar do encontro e da diversidade, ela é também lugar das diferenças e da multiplicidade de usos, resultando em conflitos de interesses diversos, que se explicitam nesses mesmos espaços públicos.

Nos últimos anos, a preservação das imagens e identidades construídas na cidade vem ganhando força como um dos fatores de qualidade de vida nos centros urbanos. A disponibilidade de espaços públicos acolhedores, acessíveis, bem tratados e dotados de mobiliário urbano adequado se constitui como fator fundamental para a garantia da sociabilidade e do desenvolvimento urbano.

O que dá sentido aos espaços públicos na cidade é a multiplicidade de vivências, de usos e percepções, ou seja a garantia da pluralidade, da diversidade funcional e simbólica desses espaços, que devem ser considerados, não a partir das singularidades das práticas privadas, mas sim, por sua pluralidade cultural e social: espaço urbano como espaço do uso e direito coletivos.

Torna-se fundamental garantir a preservação das marcas dos sujeitos (habitantes da cidade) na formação da paisagem urbana, tendo o espaço público como suporte e expressão de memórias diferentes, de identidades diversificadas, de imagens plurais.

A preservação da memória e do patrimônio histórico é um dos fatores que garantem a diversidade de referência de que é composta nossa cidade. As casas, prédios e o traçado urbano contam a história da nossa cidade. A serra do Curral, a Praça Sete, a Sede da Prefeitura, o Parque Municipal, a Praça da Estação, a Rua dos Caetés, a Rua da Bahia, constituem a nossa percepção do centro da cidade, nossa identidade comum de cidade, mesmo que cada um se aproprie de maneira diferenciada desses lugares.

Assim preservar o patrimônio histórico da cidade, seria preservar a ambiência formadora dos espaços públicos, espaços socialmente vividos, um dos objetivos principais não apenas do planejamento urbano, mas também da ordenação do território.

Instrumentos urbanísticos estão previstos no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, como as ADEs – Áreas de Diretrizes Especiais, a Operação Urbana Integrada e a Transferência do Direito de Construir. Outro fator importante são as instâncias de gestão dessas políticas públicas que constituem fóruns de participação e decisão da sociedade civil, como a Conferência de Política Urbana, o Orçamento Participativo, os Conselhos Municipais, especialmente o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, o Conselho Municipal de Política Urbana e o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

A garantia da qualidade de vida nos espaços públicos ainda se constitui em um desafio a ser atingido ou um sonho compartilhado que deve ser alcançado.

QUESTÕES

- A cidade deve ter espaços públicos que possibilitem o encontro das pessoas. Qual é sua avaliação de Belo Horizonte sob esse aspecto?
- Esses espaços, como estão hoje, facilitam a convivência das pessoas?
- que você pensa sobre as condições de acesso a essas áreas?
- As cidades se diferenciam e têm memória e personalidade. O que você pensa de Belo Horizonte sob esse aspecto?
- Quem são os responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade?
- Como os belorizontinos cuidam do patrimônio histórico e cultural da cidade?

CONCEITOS BÁSICOS

- Mobiliário Urbano – conjunto dos equipamentos e instalações dispostas nos espaços públicos, para dar apoio a seus usuários, abrigar e dar suporte a atividades permitidas nesses espaços. Compõem o mobiliário urbano: abrigos de passageiros, "orelhões" e cabines telefônicas, sanitários públicos, guaritas policiais, lixeiras, caixas de correio, bancas de revistas, caixas e quiosques eletrônicos, entre outros.
- Transferência Do Direito De Construir – Instrumento de política urbana que permite que o proprietário de imóvel urbano exerça em outro local ou transfira para terceiros seu direito de construir, quando seu imóvel for considerado necessário para fins de preservação histórica, ambiental, paisagística, social ou cultural ou para implantação de equipamentos urbanos e comunitários ou projetos habitacionais de interesse social;
- Operação Urbana – instrumento de política urbana instituído pelo Plano Diretor correspondendo a "um conjunto integrado de intervenções, com prazo determinado, coordenadas pelo Executivo, com a participação de entidades da iniciativa privada, objetivando viabilizar projetos urbanísticos especiais em áreas previamente delimitadas".

INFORMAÇÕES

- Atualmente, existem tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (lei municipal 3.802/84) aproximadamente 400 imóveis, o que representa 0,05% dos imóveis cadastrados na PBH; 12 conjuntos urbanos protegidos na Área Central:
  - Alinhamento Montanhoso da serra do Curral,
  - Conjunto Urbano Av. Afonso Pena,
  - Conjunto Urbano Rua dos Caetés,
  - Conjunto Urbano Praça da Liberdade e Av. João Pinheiro,
  - Conjunto Urbano Rua da Bahia,
  - Conjunto Urbano Boa Viagem,
  - Conjunto Urbano Av. Álvares Cabral,
  - Conjunto Urbano Praça da Estação,
  - Conjunto Urbano Bairro da Floresta,
  - Conjunto Urbano Praça Floriano Peixoto,
  - Conjunto Urbano Praça Hugo Werneck e
  - Conjunto Urbano Avs. Carandaí e Alfredo Balena.
- São atualmente áreas identificadas como de interesse de preservação o bairro Santo Antonio e as ADEs Cidade jardim, Santa Tereza, Pampulha e Lagoinha.
- Espaços de referência simbólica de Belo Horizonte (vide Anexo II: Mapa II.13)
- Conjuntos urbanos tombados pelo Município (vide Anexo II: Mapa II.14)

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS TEMAS PROPOSTOS

- Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01)
- Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei 7165/96 alterada pela Lei 8137/00)
- Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte (Lei 7166/96, alterada pela Lei 8137/00)
- Lei que organiza a proteção do patrimônio cultural de Belo Horizonte (Lei 3.802/84)

- Decreto de regulamentação da Transferência do Direito de Construir (Decreto 9616/98)
- Código de Posturas do Município

Condições Ambientais

CONSIDERAÇÕES

Para que a cidade seja considerada desenvolvida de forma sustentável, é necessário que todos os agentes que nela atuam respeitem suas riquezas naturais e construídas.
Os elementos ambientais do território urbano devem ser considerados fonte de benefícios, a serem resguardados em proveito da comunidade, bem como fonte de riscos, nos casos de depredação ou ocupação inadequadas, que se traduzem em custos sociais, econômicos e ambientais.
No meio urbano, os elementos ambientais desempenham funções indispensáveis para a qualidade de vida da população, para a manutenção do equilíbrio ambiental urbano e o bom funcionamento da cidade.

Destaca-se como elemento ambiental da paisagem de Belo Horizonte a serra do Curral, eleita pela população como símbolo da cidade.
Pelos seus espaços verdes, Belo Horizonte foi chamada por muitos anos “Cidade Jardim”, e, pela qualidade do ar, era indicada para o tratamento e recuperação de doenças respiratórias.

Os espaços verdes englobam: os ecossistemas naturais, as paisagens implantadas com fins de lazer e recreação, a arborização das ruas e praças, os quintais e jardins das áreas residenciais. Destacamos entre as funções urbanas dos espaços verdes:

- a manutenção da permeabilidade do solo, fator fundamental para a infiltração das águas de chuvas, contenção dos movimentos de terra, evitando assoreamentos e enchentes;
- a absorção de parte dos ruídos sonoros, como fator de diminuição da poluição sonora;
- a manutenção de um clima propício à habitabilidade;
- a diminuição do impacto causado pelo adensamento das construções;
- servir como local de convívio e lazer;
- a absorção de dióxido de carbono (CO_2), melhorando a qualidade do ar;
- a manutenção da biodiversidade.

Outra riqueza da paisagem belorizontina são os ribeirões Arrudas e Onça e todos os seus afluentes: córregos, riachos, regos etc.. O conjunto vai desaguar no rio das Velhas, que, por sua vez, vai desaguar no São Francisco. Compõem também os recursos hídricos as nascentes, lagos e lagoas, sendo a mais expressiva a lagoa da Pampulha.
Os recursos hídricos, têm entre as suas funções urbanas:

- atendimento às necessidades de água potável;
- a valorização da paisagem urbana;
- a possibilidade de utilização como áreas de acesso e lazer;
- servir de *habitat* para organismos aquáticos como peixes e plantas;
- ser elemento indispensável para assegurar a vida e o funcionamento de todo o ecossistema.

Belo Horizonte é um município com 95% de área urbana e apenas 5% de área de preservação ambiental. Grande parte dos recursos naturais estão comprometidos. A maioria dos córregos está canalizada e poluída por lixo e lançamento de esgotos, tornando Belo Horizonte o maior poluidor do rio das Velhas. A impermeabilização do solo, o desmatamento e a ocupação inadequada das margens contribuem para agravar o quadro de degradação ambiental.

A preservação da vegetação, solo, cursos d’água, fauna e ar e o controle permanente das formas de poluição atmosférica, hídrica, visual, sonora, eletromagnética, do solo são ações indispensáveis para uma cidade comprometida com a qualidade de vida.

A legislação urbana (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Lei Ambiental, Códigos de Posturas e de Obras etc.) tem sido preponderante neste sentido. É necessário, no entanto, assegurar as condições para que essa legislação seja aperfeiçoada e cumprida por todos. É necessário implementar as ações estruturais para assegurar o saneamento ambiental, entendido como revitalização da natureza e qualidade de vida da população.

A situação geográfica do município requer uma política de planejamento e gestão metropolitana de saneamento. O padrão de uso e ocupação do solo em Contagem reflete no regime e na qualidade das águas de Belo Horizonte; da mesma forma, esse padrão em Belo Horizonte influi fortemente no regime das águas dos municípios situados rio abaixo, como Sabará, Santa Luzia etc..

QUESTÕES

- Os elementos naturais também fazem parte do patrimônio da cidade e precisam ser valorizados. Pense em nossas riquezas naturais. Quais as mais preservadas? Quais as mais ameaçadas?
- Quais os maiores problemas ambientais de Belo Horizonte, e suas causas?
- Quais os avanços e conquistas na melhoria das condições ambientais em Belo Horizonte?
- A quem você atribui responsabilidades pelas condições ambientais em Belo Horizonte?
- Quais as ações que cada segmento da sociedade de Belo Horizonte (população, empresários, técnicos, setor público) tem implementado para preservar o patrimônio ambiental da cidade?

CONCEITOS BÁSICOS

- Desenvolvimento Sustentável – desenvolvimento econômico, social e ambiental simultâneos.
- Agenda 21 – termo de compromisso assinado por 185 países para garantir o desenvolvimento sustentável no século XXI.
- Ecossistema – conjunto formado por todos os organismos vivos e materiais de uma determinada área e pela troca permanente de energia entre eles.
- Biodiversidade – conjunto dos organismos vivos – vegetais e animais – de um ecossistema, desde o homem até os fungos, bactérias etc..

INFORMAÇÕES

- Recursos Hídricos de Belo Horizonte: (ver Anexo II: Mapa II.15)
- Áreas de Especial Interesse Ambiental: (ver Anexo II: Mapa II.16)
- Rede de Esgotamento Sanitário: (ver Anexo II: Mapa II.17)
- Em termos percentuais, Belo Horizonte apresenta índices elevados de atendimento pelos serviços de saneamento, quando comparados à realidade nacional. Mesmo assim, não se pode dizer que a situação é satisfatória:
  - dos 2,2 milhões de habitantes, 98% dispõem de sistema público de abastecimento de água, mas restam cerca de 48 mil pessoas ainda sem água tratada e 20 mil sofrem falta d'água
  - 83% são atendidos por coleta de esgoto, mas os 17% sem atendimento correspondem a 340 mil pessoas
  - 92% dispõem de coleta de lixo, restando, no entanto, 200 mil habitantes sem esse atendimento, principalmente por dificuldade de acesso às casas
- Os déficits de atendimento por serviços de saneamento concentram-se na população mais pobre, moradora de vilas e favelas,
- Nas vilas e favelas vivem em situação de risco geotécnico ou de inundação recorrente 75 mil pessoas.

A maior parte dos córregos encontra-se canalizada, estando todos poluídos por lançamento de efluentes domésticos e industriais.

Em Belo Horizonte a poluição pelos veículos é a que mais contribui para a degradação da qualidade do ar. Tanto os veículos movidos a diesel, como aqueles movidos a gasolina ou a álcool produzem gases, vapores e material particulado que são emitidos para o ar.

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS TEMAS PROPOSTOS

- Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei 7165/96 alterada pela Lei 8137/00)
- Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte (Lei 7166/96, alterada pela Lei 8137/00)
- Regulamentação das atividades causadoras de impactos (Lei 8137/00, Cap. III)
- Lei ambiental de Belo Horizonte: Lei 4253/85, regulamentada pelo Decreto 5893/98.

3.1.2 - Síntese do Diagnóstico Aprovado

A cidade que somos: Síntese

Aprovada em reunião plenária dos delogados em 27/04/2002

INTRODUÇÃO

Este documento contém uma síntese da percepção da população expressa nas Pré-Conferências Temáticas e Regionais acerca dos temas gerais da cidade, estruturada nos seguintes capítulos:

1. Dinâmica do Crescimento Urbano;
2. Condições de Habitação;
3. Distribuição das Atividades e Centros Urbanos;
4. Espaços Públicos, Referencial Simbólico e Patrimônio Histórico;
5. Mobilidade, Transporte e Trânsito;
6. Condições Ambientais;
7. Legislação;
8. Gestão.

1- DINÂMICA DO CRESCIMENTO URBANO

Belo Horizonte é uma cidade que cresceu desordenadamente, com grande interferência das migrações de população em busca de melhores condições de vida na capital.

Esse processo se deu de forma não sustentável, ou seja, sem as infra-estruturas necessárias. Desconsiderando a função social da cidade, gerou privatização de benefícios, grandes desigualdades entre centro e periferias (segregação social do espaço) e queda na qualidade de vida na cidade como um todo.

Na maior parte das vezes, a atuação especulativa do mercado imobiliário, movido pelo interesse econômico e sem preocupação urbanística e social, inclusive contando com a conivência do poder público, contribuiu para a expansão da cidade com exclusão social e uma série de conflitos, inclusive de agressão ao meio ambiente.

Como conseqüência dos processos de exclusão e segregação social de seu espaço, a cidade se apresenta dividida em duas: uma cidade formal e uma informal.

Sem acesso à cidade formal, as populações mais pobres vão alojar-se em vilas, favelas, loteamentos irregulares e áreas periféricas sem infra-estruturas e serviços e em áreas de risco.

Este crescimento desordenado, aliado às condições socioeconômicas do país, tem contribuído para aumentar a violência na cidade.

Contudo, Belo Horizonte ainda é um lugar bom para se viver, apesar do crescimento vertiginoso da violência e da diminuição da qualidade de vida da população.

O espaço urbano de Belo Horizonte também é marcado pela concentração e centralização de equipamentos e serviços, pelo adensamento não compatível com as infra-estruturas, pela saturação de diversas áreas e por conflitos ambientais diversos.

O adensamento e verticalização excessivos, de um lado, contrapondo-se aos vazios urbanos e ao grande número de lotes vagos, de outro lado, bem como a sub-utilização da infra-estrutura existente, em virtude do crescimento urbano atomizado, são traços característicos da dinâmica de crescimento da cidade.

No tocante à intensidade de ocupação dos espaços, entende-se que a verticalização, desde que ordenada e em nível moderado, considerando as características ambientais e culturais da região, pode representar um melhor aproveitamento do solo, especialmente em áreas destinadas a conjuntos residenciais ou em áreas próximas a equipamentos urbanos e propiciar melhores condições ambientais e de convivência na vizinhança. Todavia, o processo de verticalização excessiva tem contribuído para situações indesejáveis, como vem acontecendo em diversos pontos da cidade:

– causando descaracterização de bairros tradicionais e em bairros novos como Buritis e Belvedere;
– verticalização sem planejamento das infra-estruturas;
– superadensamento construtivo, interferindo nas áreas verdes, nas nascentes e na qualidade do ar, causando a proliferação de doenças;
– superadensamento de áreas mais centrais atraindo mais investimentos para estas áreas, em detrimento

das periferias.

Nesse aspecto, considera-se como ponto positivo a não verticalização da orla da Pampulha.

A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, mesmo sendo um benefício para a cidade por propiciar um melhor controle urbano, é, todavia, muito permissiva em algumas áreas (favorece a especulação imobiliária), principalmente no interior do perímetro da Av. do Contorno. Além de ser altamente desrespeitada, não está regulamentada em diversos pontos, como algumas ADEs, especialmente a ADE da Pampulha.

Considera-se que a legislação "engessa" a região da Pampulha, não permitindo a implantação de certas atividades, que possibilitariam sua auto sustentabilidade.

Se, por um lado, se pode criticar a alta permissividade da legislação, por outro considera-se negativa a falta de legislação para a cidade informal.

O processo de crescimento desordenado também contou com a atuação do Poder Público, tanto pela falta de agressividade na implementação do Plano Diretor e das políticas urbana e social, sendo até mesmo conivente com a especulação, quanto pela falta de abrangência dos projetos estruturais públicos e ainda por não se empenhar no acompanhamento e controle da expansão da cidade. Outros fatores relevantes são a morosidade na regularização de loteamentos e a concentração de recursos nas áreas mais nobres e abandono das periferias. Impõe-se a necessidade de uma maior estrutura de fiscalização na aprovação de projetos de parcelamento, especialmente com relação às áreas destinadas a equipamentos públicos e áreas verdes.

Com relação ao processo de metropolização merecem destaque: a insuficiência e má distribuição das infra-estruturas no contexto metropolitano e a dependência dos moradores dos municípios vizinhos em relação a Belo Horizonte, quanto a emprego, saúde, educação, comércio e serviços.

A falta de um planejamento integrado urbano e metropolitano assim como a falta de planejamento regional sustentável agravaram o crescimento urbano desordenado e estão relacionadas com a atuação do poder público.

O Orçamento Participativo e o OP Habitação são importantes mecanismos de gestão do crescimento urbano, porém o valor dos recursos envolvidos é reduzido, a conclusão das obras tem demorado e ainda não há uma discussão dos temas estruturais da cidade.

Há uma demanda de participação popular na formatação dos critérios dos Orçamentos Participativos.

Embora se reconheça que houve melhorias na ação do Poder Público, ainda existem deficiências na estrutura de fiscalização, no controle urbano e na própria lei de parcelamento, ocupação e uso do solo, que é permissiva e contraditória, privilegiando os detentores do capital e/ou de cargos públicos.

Por último, a pouca divulgação e esclarecimento das leis e do processo de gestão são causa fundamental do descumprimento da legislação urbanística em todos os níveis: em relação ao uso do solo, em áreas desocupadas, parcelamentos do solo, áreas de interesse ambiental, áreas em processo de ocupação, áreas de ocupação irregular e construções em geral.

2- CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

2.1 - Situação Habitacional do Município

É visível a dinâmica de exclusão sócio-territorial: a população mais pobre é excluída das áreas com maior recurso e vai ocupar as áreas mais precárias – formando as favelas e os aglomerados – e as áreas periféricas – acomodando-se geralmente em "loteamentos clandestinos". Ou, ainda, é expulsa para os municípios vizinhos, "contribuindo" para o processo de metropolização. Contrapõe-se a isso, o não aproveitamento de áreas ociosas da cidade para construção de novas moradias.

De uma maneira geral, o êxodo rural e a omissão do poder público são responsáveis pelo crescimento "desordenado" de Belo Horizonte, sempre vinculado à má qualidade das condições de vida na cidade. Nos bairros periféricos, a má qualidade de vida é identificada nas condições precárias de trânsito, policiamento, urbanização, serviços de saneamento e redes públicas de ensino e saúde, entre outros aspectos. Já os processos de violência e de degradação ambiental, indicadores importantes de má qualidade de vida urbana, são gerados pela má distribuição de riquezas, produzindo assentamentos irregulares, como "loteamentos clandestinos" e favelas, e trazem conseqüências para toda a população.

A precariedade das condições de vida nas favelas se deve a questões como: falta de infra-estrutura e urbanização, alta densidade demográfica causando insalubridade, ocupação de áreas de risco, escassez de espaços públicos e crescimento de processos de violência e marginalização.

2.2 - A Habitação de Interesse Social, o Plano Diretor e a LPOUS

A Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, a LPOUS, a Política Municipal de Habitação e

a legislação que cria e regulamenta as ZEIS são instrumentos importantes para controlar o crescimento da cidade e para a promoção da inclusão social, aliados a uma política de geração de trabalho e renda. Entretanto, é bem demarcada a existência de duas cidades: uma formal e outra informal.

A legislação existente voltada para a inclusão da cidade informal ou ilegal é insuficiente, além de se observar falta de comprometimento do Poder Público com o cumprimento desse aparato legal, principalmente nas favelas. Outros fatores também concorrem para isso: ausência de discussão e divulgação sobre as ZEIS 1 e 3 com as comunidades, sobre as questões ambientais e ausência de audiências públicas.

2.3 - Programas Habitacionais de Interesse Social

A existência de um sistema e uma política municipal de habitação é positiva, apesar da incapacidade do atendimento de todas as necessidades relativas à moradia.

A falta de articulação entre a política habitacional e as outras políticas públicas, especialmente as da área social, é um problema, que diz respeito à integração interna da administração pública municipal.

As metodologias participativas dos programas habitacionais são positivas, como por exemplo, no caso da participação das famílias beneficiárias nos processos de reassentamento, principalmente em programas autogestionários e no Orçamento Participativo, que é eficaz na promoção de melhorias urbanas nas periferias, invertendo assim a tendência histórica de priorizar o investimento dos recursos públicos nas áreas mais nobres da cidade.

A administração municipal vem dando incentivos à criação, manutenção e fortalecimento dos movimentos sociais, em especial ao Movimento dos Sem-Casa. Entretanto, a participação, a organização popular e os espaços destinados ao controle social da Política Municipal de Habitação, tais como o Conselho Municipal de Habitação, as COMFORÇA e os Grupos de Referência, vinculados ao Plano Global Específico, são insuficientes. E essa participação não é mais ampla, devido ao incentivo insuficiente da administração municipal.

Com relação ao Conselho, o seu caráter deliberativo é um ponto positivo, devendo-se, todavia, ressalvar a ausência de capacitação e conscientização da função dos seus membros.

Agrega-se a isso a dificuldade dos representantes da comunidade em participar das comissões de fiscalização, conselhos municipais etc., devido à sobreposição de agendas e falta de integração entre estas instâncias de participação.

Intervenções em Assentamentos Existentes

Ao Poder Público, principalmente, credita-se a precariedade das condições e a falta de recursos nas vilas e favelas, seja por omissão, seja por um planejamento deficitário.

A omissão acontece quando falta a fiscalização para coibir a ocupação de lugares inadequados e o adensamento descontrolado e quando falta manutenção das obras implantadas, implicando na sua degradação. Além disso, o descaso das “autoridades” é considerado um dos principais responsáveis pela situação de insegurança instaurada na cidade como um todo, em função da falta de policiamento.

Não é só o Poder público, entretanto, que é criticado por omissão. Parte do setor privado também o é, pela ausência de iniciativas que envolvam uma contrapartida técnico-financeira e social ao setor habitacional popular.

O planejamento deficitário aparece na morosidade do processo de urbanização e regularização fundiária das vilas e favelas: na falta de agilidade na elaboração dos Planos Globais Específicos – PGE, na implementação das intervenções para melhoria do sistema viário, na recuperação das áreas de risco, na implantação de obras e serviços de saneamento e na implantação de equipamentos públicos, entre outras. Talvez contribua para isso a falta de recursos para colocar em prática o que foi definido no PGE, o que provoca o agravamento dos problemas sociais e físico-ambientais.

Soluções tecnológicas alternativas mais adequadas para as intervenções de saneamento nas vilas e favelas, ainda não utilizadas, poderiam facilitar, agilizar e baratear a implementação de intervenções desse tipo.

Com relação aos investimentos públicos, a elaboração dos Planos Globais Específicos é um exemplo positivo, com diretrizes para intervenções estruturais em vilas e favelas, disciplinando o seu crescimento. Além do PGE, outras ações merecem destaque:

– os projetos de urbanização e regularização de favelas, inibindo o processo de expulsão, proporcionado pelo crescimento urbano,
– a melhoria no transporte de vilas e favelas,
– a abertura de vias, que melhora a acessibilidade e ajuda a combater a criminalidade,
– a valorização dos bairros da periferia da cidade,

– a “verticalização” nas vilas e favelas.

A menção que se faz à “verticalização” das favelas se refere ao processo de reassentamento de famílias no mesmo local, que têm que ser removidas ao longo do processo de urbanização e regularização. Esse expediente tem sido proposto pelos PGE e viabiliza a permanência dessas famílias, que são removidas em função de abertura de vias, implantação de redes de infra-estrutura, situações de risco ou desadensamento de quadras e de áreas de interesse ambiental.

Portanto, embora existam ações positivas por parte do Poder Público, ainda é deficitário o investimento que tem sido destinado à melhoria da qualidade de vida da população dos bairros periféricos, das vilas e favelas.

Produção de Novas Moradias

Houve uma ampliação do atendimento às famílias na linha de produção de novas moradias. A implantação de conjuntos habitacionais de boa qualidade para população de baixa renda, com recursos do OPH ou de fontes externas é positivo, sendo inclusive uma solução para parte de áreas com problemas de saneamento e de ocupações precárias, que tiveram sua população reassentada.

Entretanto, apesar do investimento da administração municipal em programas habitacionais, a Política Municipal de Habitação ainda é deficiente no atendimento ao déficit de moradias em Belo Horizonte.

As críticas se referem ao volume de unidades habitacionais produzidas, à ausência de recursos federais e estaduais e ao baixo percentual de recursos que cabe ao OPH, como também a aspectos relativos à qualidade do processo de produção e do produto: questiona-se, por exemplo, a morosidade na conclusão dos conjuntos habitacionais e a falta de uma política de acompanhamento social no “pós morar”.

Além disso, o planejamento da demanda por equipamentos comunitários é considerado insatisfatório, existem falhas no cadastro de famílias do Movimento dos Sem-Casa, provocando distorções no atendimento da Política Municipal de Habitação, que pode beneficiar mais de uma vez uma mesma família, e as diferenças de subsídios em um mesmo conjunto habitacional geram dificuldades para administração do condomínio.

Outro ponto negativo diz respeito à população de rua: não apenas à exclusão efetiva desses moradores na implementação da política habitacional, mas também à falta de investimentos sociais para esta população, tais como programas de geração de emprego e renda.

3- DISTRIBUIÇÃO DE ATIVIDADES E CENTRO URBANOS

As atividades não estão distribuídas de forma equilibrada no espaço urbano, ocorrendo apenas em alguns bairros e não apresentando um atendimento que seja capaz de suprir a demanda da população para comércio e serviços, em termos de preço e diversidade.

Os serviços públicos, tais como correio, PBH e aqueles de atendimento amplo, como bancos e cartórios são escassos nas regiões fora da Área Central. Quanto aos serviços de saúde, é inadequada a distribuição dos serviços hospitalares, bem como a concentração do atendimento de urgência e tecnologia de saúde nos centros, apesar de ser positiva a localização dos postos de saúde e da área hospitalar de Santa Efigênia, mesmo que essa última apresente dificuldade de acesso.

Apesar de existir ainda uma relação de dependência de outras regiões do município em relação à Área Central, o início do processo de descentralização do comércio e serviços é positivo, gerando outros centros e trazendo uma maior diversificação de atividades nos bairros, assim como em algumas vilas e favelas.

As estações do BHBUS são potenciais pólos atratores de atividades. Este processo é reforçado pelo Plano Diretor e pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo.

A descentralização das atividades é positiva, especialmente pelo fato de significar uma menor dependência em relação à Área Central, uma maior concorrência entre o comércio e também uma maior oferta de oportunidades de trabalho nas regionais, além de significar deslocamentos mais curtos. Todavia, este processo é lento e não recebe os estímulos necessários pelos seguintes fatores: faltam incentivos fiscais e infra-estrutura para a descentralização; não há planejamento e acompanhamento da implantação de atividades e equipamentos na cidade que, às vezes, se dá de forma inadequada; a concentração do planejamento e das ações no Hipercentro dificultam ações que promovam e ordenem o processo de descentralização.

A proibição de atividades comerciais e de lazer em torno da lagoa da Pampulha é considerada como um ponto negativo.

Embora seja inegável a importância da Área Central como um espaço de concentração de comércio/serviços que oferece opções de compra, uma diversidade de atividades, de oferta de trabalho e que se mantém ainda com uma certa vitalidade, essa concentração gera desordem, congestionamento, violência, estresse, poluição e custo de transporte. Outros aspectos negativos do centro são o seu aspecto

deteriorado, a falta de espaços de lazer, o seu esvaziamento, a insegurança geral existente e a exclusão social. Apesar e por causa de todos esses problemas, é importante a elaboração de projetos de revitalização no Hipercentro.

A localização de atividades nos corredores viários é uma questão relevante que, embora facilite a vida dos usuários e dos comerciantes, representa um conflito na utilização do espaço público, repercutindo negativamente na qualidade ambiental da área, na preservação do patrimônio histórico e paisagístico, nos passeios, nas vias e nos fluxos de pedestres e veículos. Por outro lado, a concentração de atividades específicas em determinados corredores é um aspecto positivo (ex. peças de carro na av. D. Pedro II e móveis na av. Silviano Brandão).

Os pontos negativos com relação aos shopping centers são, principalmente, os prejuízos causados nos pequenos comércios locais e situações de discriminação social. Por outro lado, os shopping centers representam uma concentração de comércio e serviços diversificados, que oferecem segurança, lazer para o usuário e geram empregos. Cabe mencionar que a questão da segurança é um fator importante de afastamento dos usuários do centro da cidade e também um fator inibidor da implantação de atividades nos bairros.

O comércio informal, representado, sobretudo, pelos camelôs, é negativo devido à sua distribuição desordenada no espaço urbano prejudicando os centros comerciais e gerando uma concorrência desleal com os lojistas (provocando desemprego, fechamento de estabelecimentos e diminuindo a arrecadação) e ao conflito causado com o fluxo de pedestre (que está perdendo seu espaço), sujando e prejudicando o cenário da cidade. Por outro lado, do ponto de vista social, o comércio informal gera trabalho e oferece mercadorias por preços mais baixos. É positiva a existência de espaços específicos para os camelôs, como as feiras nos bairros e outros locais que lhes dão condições de funcionamento.

Quanto ao controle dessas atividades, destaca-se a falta de política transparente do assentamento de camelôs para toda a cidade.

No que se refere à legislação, fica prejudicada a expansão de algumas atividades em função do rigor da lei vigente. É negativo o fato da Lei não estabelecer o controle sobre a densidade das atividades nos corredores viários. Enfatiza-se a falta de estrutura e a insuficiência de fiscalização, na aplicação da lei, com relação a todas as atividades implantadas na cidade.

Com relação à política tributária, a falta de equalização tributária entre municípios da RMBH e a taxação excessiva em BH provocam a expulsão de atividades para outros municípios e a concentração de atividades em determinadas regiões.

4- Espaços Públicos, Referencial Simbólico e Patrimônio Histórico

4.1 - Espaços Públicos

Belo Horizonte possui espaços que favorecem a convivência das pessoas: o Parque Municipal, o Parque das Mangabeiras, a Pampulha, os quarteirões fechados da Praça Sete etc. O Parque Municipal é um ponto de encontro e descanso que ajuda as pessoas que moram e/ou usam a Área Central.

Além desses espaços existem parques, praças, áreas para a manifestação cultural e do artesanato mineiro, teatros, cinemas e centros de convenção.

No entanto, é necessária a criação de mais espaços que favoreçam o encontro e o lazer das pessoas, uma vez que os espaços públicos são mal distribuídos na cidade, estando, em grande parte, concentrados na região Centro-Sul. Existe uma má distribuição de investimentos para a aquisição, criação, construção e manutenção de espaços públicos e de convivência nos bairros periféricos, nas vilas e favelas.

Essa centralização leva à dificuldade de acesso aos espaços públicos, devido à distância e à deficiência de transporte coletivo – sistema de transporte não integrado – e a fatores socioeconômicos – transporte caro e cobrança de tarifas em alguns espaços públicos (ex. Zoológico, Parque das Mangabeiras, Museu de Arte Moderna etc.).

Apesar da iniciativa do poder público para a apropriação de espaços públicos, tais como o FIT, a Feira da Av. Afonso Pena, as ‘pistas de cooper’, ainda é pouca a divulgação dos eventos culturais e não existem espaços públicos em condições de receber grandes realizações culturais e festivas.

As ruas arborizadas e iluminadas de Belo Horizonte são um ponto positivo, embora estes espaços se apresentem congestionados, com muito trânsito, poluição – atmosférica e visual: apresentam uma ocupação desordenada e uso inadequado. A apropriação por interesses privados, com a utilização das calçadas por mesas de bares, placas, mobiliário urbano, camelôs, bem como a invasão do espaço do recuo frontal, principalmente para o estacionamento de veículos, dificulta a sua utilização pela comunidade, tornando o deslocamento dos pedestres difícil e inseguro.

Além da precária manutenção dos passeios para o trânsito dos pedestres, há pouca preocupação com as

condições adequadas nos espaços públicos para o deslocamento dos portadores de deficiência física.

Outros fatores são capazes de dificultar a utilização dos espaços públicos, tais como a infra-estrutura insuficiente (falta de banheiros públicos, por exemplo), a urbanização deficiente e a questão da segurança, que é um dos fatores inibidores da apropriação e do uso adequado dos espaços e da convivência das pessoas.

Além da negligência dos órgãos públicos, responsáveis pelas condições precárias do espaço público, existem outras causas, como a depredação e o vandalismo – devido à falta de afetividade, de identidade e compromisso do cidadão com o espaço público – e também o aumento da poluição visual na paisagem urbana.

É necessário melhorar a administração dos espaços públicos existentes, principalmente quanto à precariedade da manutenção, à insuficiência de investimento em mobiliário urbano, à manutenção e conservação dos equipamentos públicos e à falta de segurança das áreas de uso coletivo. A fiscalização insuficiente também é um fator negativo, o que propicia as invasões, as pichações e as placas que poluem os espaços.

Contribuem também para a precária situação das áreas públicas:

– a não aplicação de legislação que regulamenta a localização das atividades informais e a ocupação dos espaços públicos;
– a não aplicação de penalidades, sendo que algumas são insuficientes para coibir as transgressões nos espaços públicos;
– a escassez de políticas públicas de conscientização para a preservação e a adoção dos espaços públicos;
– a deficiência de divulgação dos espaços e dos eventos públicos;
– a insuficiência de políticas e ações educacionais articuladas e voltadas para a conservação dos espaços públicos.

Por outro lado, a Prefeitura tem se empenhado na criação e adequação dos espaços públicos, sendo positivos os seguintes pontos:

– a existência de políticas de preservação dos espaços públicos;
– a existência de legislação de regulamentação das espaços públicos;
– as parcerias entre a iniciativa pública, privada, ONGs e comunidade, na manutenção e preservação de uso coletivo;
– os avanços nos canais de participação da comunidade na administração do espaço público;
– a criação de mais espaços nos últimos anos;
– a criação de programas gratuitos de lazer e cultura que promovem o uso do espaço público (ex.: feiras, ruas de lazer, música no parque etc.).

4.2 - Referencial Simbólico e Patrimônio Histórico

Apesar da falta de consciência sobre essa questão, ultimamente tem crescido a preocupação e o reconhecimento à importância da preservação do patrimônio. Nesse sentido, são valorizadas as iniciativas municipais de educação, mesmo considerando a ausência de políticas, a deficiência de programas, a falta de alternativas para a participação da comunidade na gestão dos espaços públicos e do patrimônio histórico-cultural, a desarticulação de ações empreendidas e o não reconhecimento dos remanescentes de quilombos na política de preservação, como o “Quilombo Maria de Lourdes”, situado nas proximidades da rua Alves Pinto com av. Silva Lobo.

Os Conselhos de Meio Ambiente e do Patrimônio são importantes, embora a participação popular e o atendimento às necessidades da população sejam muito deficitárias. Por outro lado, há uma deficiência de divulgação da pauta e do calendário destas instâncias e não existem conselhos de gestão de espaços culturais dentro das comunidades.

A serra do Curral e a Serraria Souza Pinto estão em primeiro lugar, como espaços de referência simbólica da cidade. A Pampulha e o Museu de Arte ocupam o segundo lugar, seguidos do centro da cidade, da Feira da Av. Afonso Pena, Parque das Mangabeiras, Praça da Liberdade, Mercado da Lagoinha e Museu Abílio Barreto.

O início do processo de descentralização e a promoção cultural nas periferias é positivo, mas é pouca a oferta de espaços culturais fora da Área Central, especialmente em vilas e favelas. É negativa a limitação da preservação à Área Central.

Outros aspectos negativos na atuação pública municipal são: a deficiente divulgação dos mecanismos de incentivo à preservação e de bens tombados, a conservação insatisfatória dos bens e a estrutura de fiscalização deficiente. Além disso, a indefinição de políticas claras, a desarticulação entre os órgãos

públicos, a descontinuidade nas ações, a falta de condições de acesso (transporte e custo), a baixa vitalidade dos espaços e prédios de interesse, bem como a falta de referência à cultura negra e indígena nos espaços públicos de Belo Horizonte configuram-se também como aspectos negativos da política pública de preservação do patrimônio.

Em contrapartida, reconhece-se a importância dos vários instrumentos normativos de proteção ao patrimônio – existem bons exemplos recentes de restauração, havendo a necessidade, não só do incentivo às feiras centrais e periféricas, mas também de maior agilidade no processo de sua implantação.

Não existe um domínio por parte da população, em geral, e nem divulgação por parte da gestão pública, de que patrimônio cultural não é apenas espaço físico construído, mas também manifestações culturais e étnicas, entre outros.

5- MOBILIDADE, TRANSPORTE E TRÂNSITO

Os projetos existentes merecem uma avaliação positiva, especialmente o BHBUS, com a estrutura tronco-alimentada estruturada pelo metrô, a implantação de estações de integração, o enfrentamento da questão do transporte clandestino, as linhas bairro a bairro, o atendimento às vilas e favelas com micro-ônibus, a implementação do transporte suplementar, a adoção de ônibus com três portas e motor central, a adoção de ônibus de piso baixo, a implantação de abrigos nos pontos de ônibus e o início da implantação das pistas exclusivas para ônibus na Área Central.

O transporte suplementar, embora positivo, é insuficiente no atendimento da demanda, evidenciando-se a necessidade de avaliação, além de necessitar de maior fiscalização. Faz-se necessário avaliar também a substituição de algumas linhas de ônibus por linhas do transporte suplementar, sem a capacidade de transporte suficiente.

A política tarifária é outro ponto positivo da política de transporte, merecendo ser destacados: a integração tarifária entre o BHBUS e o metrô, a tarifa subsidiando os bairros mais distantes, a existência do Vale Transporte, a Câmara de Compensação Tarifária, o projeto de implantação da Bilhetagem Eletrônica e o benefício da gratuidade para determinadas categorias – deficiente físico, idoso e outras garantidas por lei federal. Contudo a deficiência ou mesmo inexistência de uma integração tarifária metropolitana é um ponto negativo.

Outros aspectos relacionados à infra-estrutura da cidade como a política de manutenção da pavimentação e da sinalização estatigráfica (horizontal e vertical), a política de estruturação do sistema viário sob as diretrizes do Plano Diretor e a implantação de soluções eficazes para problemas de trânsito sem a necessidade da realização de grandes obras também são positivos. Entretanto, a permanência da Rodoviária na Praça Rio Branco é um fator negativo, pelos transtornos que provoca.

Cabem ressalvas com relação aos mecanismos de participação popular existentes para discussão das questões de transporte e trânsito, inclusive a participação de representante no Conselho Fiscal da Câmara de Compensação Tarifária: as ressalvas dizem respeito à efetividade de encaminhamentos e propostas dos diversos fóruns de participação, além da falta de divulgação e deficiência na centralização de informações.

Os principais pontos negativos, porém, referem-se à lentidão na implementação das políticas de transporte e trânsito, exemplificada pela insuficiência de recursos, falta de integração na gestão municipal e metropolitana e descompasso entre o “idealizado” e o “viabilizado”.

A imagem de que o transporte público é apenas para a população de baixa renda pode ser justificada pela percepção de que existe descumprimento dos quadros de horários dos ônibus, não há prioridade de circulação ao transporte coletivo, custos e tempos de deslocamentos altos, insuficiência no quadro de horários dos ônibus, falta de fiscalização do transporte coletivo e do trânsito, morosidade no retorno das reclamações feitas à BHTRANS, falta de segurança nos ônibus, demora excessiva no atendimento das demandas de integração e de melhoria do serviço de transporte público, falta de política de restrição ao uso de veículos privados, ausência de campanhas que estimulem a transferência do usuário de carro para o transporte coletivo etc. Além disso, não há política de circulação para motos e bicicletas. Os congestionamentos provocados na Área Central e no entorno da Rodoviária, principalmente em dias de feriado, pelos ônibus intermunicipais e interestaduais completam o quadro referencial negativo.

A estrutura viária é deficiente, tanto para o atendimento do transporte coletivo como do trânsito em geral. Os investimentos no sistema viário são reduzidos e há falta de vias alternativas à Área Central e de vias transversais em algumas regiões, além dos equívocos de concepção do sistema viário implantado nos fundos de vale. Algumas vias com problemas de drenagem e a deficiência de sinalização em algumas regiões completam o quadro referencial da estrutura viária.

Um outro ponto de destaque é a precariedade dos espaços públicos de circulação de pedestres, percebida na ausência de política de manutenção das calçadas como parte do sistema viário, uso irregular das calçadas pelo comércio formal e informal, impedindo o livre tráfego de pedestres, ausência de tratamentos

para os usuários portadores de necessidades especiais, falta de propostas específicas para orientação e educação dos pedestres, má utilização das calçadas (camelôs, botecos, bares, placas, estacionamentos), más condições de conservação, falta de estrutura de fiscalização, falta de política de priorização do pedestre, falta de sanitários públicos na Área Central e nos bairros de periferia.

O financiamento no setor de transporte é insuficiente e repartido de forma desigual na sociedade, onde poucos segmentos contribuem. O sistema é onerado tributariamente, faltando outras fontes de financiamento e de uma discussão sobre o financiamento das gratuidades. Algumas gratuidades como funcionários dos correios, oficiais de justiça, policiais, funcionários do Ministério do Trabalho, Polícia Militar e trabalhadores do transporte de Belo Horizonte têm sua legitimidade contestada.

Ainda dentre os principais pontos negativos destacam-se a falta de capacitação dos profissionais, a falta de segurança, a entrada de vendedores e pedintes nos ônibus e a falta de meia passagem para os estudantes, cabendo, em relação às políticas e intervenções públicas de transporte e trânsito, utilizar termos como insuficiência, falhas, faltas, deficiências, demora, dificuldades, morosidade.

O planejamento existe mas não é colocado em prática.

As principais causas relacionam-se à falta de integração da gestão – nas esferas municipal, estadual e metropolitana – à pouca valorização das Comissões Regionais e Municipal de Transportes no processo de tomada de decisões, inexistência de planejamento do transporte metropolitano, bem como à falta de recursos, financiamentos e investimentos.

6- Condições Ambientais

Questões Gerais

Belo Horizonte tem um grande potencial em lugares ricos em qualidades ambientais. No entanto, a cidade apresenta um crescimento urbano desordenado, tornando-se um fator de degradação ambiental, haja visto os loteamentos clandestinos, a ocupação das margens dos cursos d'água, a descaracterização de áreas de nascentes, inclusive como conseqüência de falhas no parcelamento existente, a degradação da Área Central e as vilas e favelas como áreas frágeis neste sentido.

Quanto ao controle das ações no meio urbano, há insuficiência da estrutura da fiscalização na garantia das regras definidas para a utilização do ambiente. Deve-se reconhecer que, tanto a legislação como o COMAM (Conselho Municipal de Meio Ambiente), apresentam pontos positivos, embora a tramitação dos processos seja morosa e ambos sejam falhos em determinações e deliberações. Com relação especificamente à legislação ambiental, ela nem sempre é cumprida e, muitas vezes, desconhecida da sociedade e as punições são brandas em relação à gravidade das infrações cometidas.

Áreas Verdes

De uma forma geral, são reconhecidos os benefícios gerados pelas áreas verdes – tanto públicas quanto privadas – a arborização da cidade e a existência de ações do poder público de criação e manejo de áreas de proteção ambiental. Ao mesmo tempo, considera-se que, em muitos casos, essas áreas não estão recebendo tratamento adequado por parte dos responsáveis.

Mesmo com o crescimento da cidade, há preocupação da Prefeitura com a valorização e preservação de áreas verdes, observando-se, inclusive, um aumento no número das mesmas. Incluem-se nessas ações a requalificação de praças, parques e áreas verdes e a existência de unidades bem preservadas. Já a carência de atenção da Prefeitura pode ser exemplificada com a falta de controle das ações das mineradoras na serra do Curral, com a falta de manutenção das praças e parques, falta de uma política de reversão da degradação ambiental, preservando e aumentando a cobertura vegetal da cidade, falta de fiscalização e segurança nas áreas verdes, existência de construções irregulares e invasões em espaços públicos, promovidos inclusive pela própria Prefeitura e falta de divulgação dos espaços disponíveis na cidade.

Há que se reconhecer, porém, a existência de programas de proteção específicos (Proteção da Serra do Curral – Pró-Serra e Programa Adote o Verde) e alguns parques e regiões protegidos (exemplo: Área Verde do Conjunto Capitão Eduardo, mata do Morcego, Parque Ecológico do Aeroporto Carlos Prates, mata da Baleia, Parque Municipal, Parque das Águas e Parques Serra Verde e Vila Pinho, dentre outras).

O programa Adote o Verde destaca-se pela participação da iniciativa privada na preservação das áreas verdes, podendo-se citar, como exemplo, o projeto de preservação da mata do Morcego, sendo necessário que se busque a ampliação do mesmo.

Quanto à participação da população ou à ausência dela, na preservação das áreas verdes, pode-se dizer que "a comunidade ajuda a preservar as áreas verdes" e "falta acompanhamento da população na preservação de áreas verdes, dando apoio a PBH e a polícia", sendo necessária a criação de mecanismos para permitir a sua maior participação.

Ao mesmo tempo que se deve reconhecer o interesse e a boa preservação por parte da Prefeitura dos jardins, praças e parques, pode-se acusar a Prefeitura de não promover a implantação de novas áreas verdes e de dar manutenção inadequada às já existentes, num entendimento de que existe desigualdade de manejo e distribuição das áreas de interesse ambiental nas diversas regiões que formam o município.

A região Centro-Sul é a mais bem equipada em termos de áreas verdes oferecidas ao uso público, em detrimento das demais regiões da cidade, o que de certa forma confirmaria a má distribuição dos investimentos para implantação destas áreas no resto da cidade.

A arborização da cidade é importante mas deve ser feita de forma adequada, dentro de uma política eficiente, sem conflito com os equipamentos urbanos e rede de infra-estrutura. A ineficiência dos mecanismos de fiscalização e gestão têm ocasionado grande descontentamento e provocado problemas em toda a cidade. É evidente a falta de uma política de arborização, principalmente nas áreas periféricas da cidade, a ineficiência de uma política de plantio e poda de árvores e a falta de política de substituição de árvores condenadas.

Poluição: Ações e Monitoramento

Com relação aos programas da Prefeitura, merecem ser destacados e comentados: a Operação Oxigênio, embora positiva, precisa ser melhor implementada e controlada. O Disque-Sossego, no entanto, recebeu muitas críticas devido à insuficiência de sua estrutura.

A poluição, em suas diversas modalidades, e a deficiência na fiscalização são muito presentes: as mais freqüentes são a atmosférica, a sonora, a hídrica, a visual, a provocada pelo lixo e esgoto dos hospitais e necrotérios, por resíduos sólidos e aquela causada pela implantação de antenas de telefonia celular e por radiações eletromagnéticas. Não há, porém, equipamentos na PBH para medição da poluição eletromagnética.

Além dessas formas de poluição, deve-se condenar o lançamento de esgotos sem tratamento nos cursos d'água, podendo-se citar o exemplo dos Correios na rua Boaventura, no bairro Liberdade, bem como o lançamento de metais pesados.

As mineradoras também se constituem em fontes poluidoras e degradadoras dos recursos naturais e, com relação às condições dos recursos hídricos do município, há um equilíbrio entre os pontos positivos e negativos, embora os pontos negativos tenham maior peso.

Conscientização

De modo geral, há falta de conscientização da população com relação às questões ambientais, mas, por outro lado, já se iniciou um movimento de ampliação da sensibilidade das pessoas para os problemas nesta área.

Várias iniciativas são importantes para a consolidação de um processo educativo e a participação da população é relevante para a recuperação e preservação dos recursos naturais.

A criação de centros de Educação Ambiental (EA), a realização de campanhas e de projetos educativos em parques são importantes nesse sentido. As ações da SMMAS para a melhoria das condições ambientais devem ser intensificadas para que promovam a melhoria das condições ambientais. É importante que sejam destacadas as atividades de EA promovidas (cursos, oficinas, eventos) e o Expresso Ambiental, faltando a ampliação da abrangência das suas ações.

Gestão Ambiental

Resumo de toda ação ordenada de intervenção no meio natural, a gestão ambiental é positiva quando contextualizada: na legislação ambiental em vigor na cidade; na existência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano (SMMAS), do Conselho Municipal de Meio ambiente (COMAM), do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM) e Comitês de Bacias; na gestão de Áreas Verdes (implantação, recuperação, valorização, preservação e incentivo da participação da comunidade); na existência dos programas Adote o Verde, Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha (PROPAM), Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (DRENURBS), Manuelzão, Centro de Educação e Mobilização Ambiental do PROPAM (CEMAP), dentre outros; na fiscalização ambiental em geral, em especial a Operação Oxigênio e o Disque Sossego; em trabalhos de educação ambiental da SMMAS e na implementação de políticas para preservação da serra do Curral e dos córregos em seu leito natural.

São fatores negativos o não cumprimento das leis, a falta de informação e conscientização sobre a legislação; a falta de uma política para reversão da degradação ambiental; a falta de manutenção das praças e parques e de um Plano Diretor de Arborização; a poluição sonora, atmosférica, visual e eletromagnética, acentuada pela insuficiência de fiscalização e falta de aparelhagem; a ineficiência da política de educação ambiental do Município gerando a falta de conscientização da população, o crescimento urbano sem planejamento e a falta de integração da política ambiental com as demais políticas da PBH. É necessário que se promova a revisão da legislação, em especial a de parcelamento, uso e

ocupação do solo.

Saneamento

Há uma qualidade razoável na prestação dos serviços de abastecimento de água e limpeza urbana em Belo Horizonte, porém, ainda são pontos negativos a ineficiência de esgotamento sanitário e a inexistência do Conselho Municipal de Saneamento.

Alguns esforços estão sendo empreendidos para a solução dos problemas que ainda persistem. A falta de esgotamento sanitário, em especial nas vilas, é uma grande preocupação.

A implantação da primeira fase da unidade de tratamento de esgotamento sanitário na bacia do ribeirão Arrudas é, porém, um ponto positivo.

Mesmo sabendo dos problemas relativos à drenagem urbana, inclusive nas vias públicas, deve ser reconhecido o esforço da Administração Municipal, traduzido pelo Plano Diretor de Drenagem, DRENURBS, PROPAM e na parceria com o Projeto Manuelzão, no sentido da mudança conceitual do tratamento dos fundos de vale, abandonando-se a receita ultrapassada da canalização como solução única.

De maneira geral, a limpeza urbana é de boa qualidade, merecendo referências positivas e destaque da mesma no cenário nacional e a participação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) na coleta seletiva do Município.

Cabe, entretanto, ressaltar a grande demanda pela criação de condições para a ampliação da coleta seletiva no município, que pode ser expressa pelos termos “falta de estrutura para reciclagem do lixo”, “falta de uma coleta seletiva eficiente”, “falta de incentivos à ampliação da reciclagem do lixo” e “falta de containers para coleta seletiva”.

Além disso, há uma deficiência da coleta de bagulhos volumosos e animais mortos, sendo necessário aumentar o número de instalações adequadas para recebimento de entulho. Outros fatores negativos são a insuficiência das ações de limpeza de córregos e de varrição, principalmente na periferia, e a fiscalização.

Outras preocupações evidentes estão relacionadas com o final de vida útil do atual aterro sanitário, como unidade de destinação final dos resíduos sólidos gerados no Município. Estas preocupações refletem-se na expectativa da participação da população no processo de viabilização de nova unidade, bem como na preocupação com a futura utilização do terreno onde hoje existe o aterro sanitário. Além dessas, há também a preocupação com a concessão destes serviços para fora do município pela iniciativa privada, decisão esta anunciada pela prefeitura sem discussão ampla e popular e sem uma prévia discussão metropolitana.

No tocante à gestão dos serviços de saneamento, destacam-se:

– a indefinição do novo modelo de prestação dos serviços de água e esgoto;
– a falta de políticas e ações integradas entre os diversos órgãos municipais e a não-institucionalização da relação com a COPASA MG, inclusive percebendo-se como problema as dificuldades operacionais na realização de obras conjuntas com a concessionária;
– a percepção de que é insuficiente o volume de recursos aplicados pela COPASA no Município;
– a percepção da omissão da PBH tanto no que se refere à definição de um novo modelo de gestão dos serviços de água e esgoto, quanto na fiscalização da prestação de serviços de água e principalmente esgoto;
– a falta de instâncias participativas de discussão e transparência na definição das prioridades, investimentos e tarifas de água e esgoto;
– a falta de informações e conscientização da sociedade em relação à legislação;
– a falta de interesse do poder público aplicando verbas para outras finalidades menos prioritárias;
– a inexistência de uma gestão metropolitana de saneamento;
– a necessidade de regulamentação da Lei n.º 8.260/01, que trata da Política Municipal de Saneamento, principalmente com relação ao Conselho e ao Fundo Municipal de Saneamento;
– a falta de soluções alternativas para o saneamento ambiental em vilas e favelas.

Como aspecto positivo destaca-se a aprovação da Lei n.º 8.260/01 que instituiu a Política Municipal de Saneamento, apesar da não definição da composição e atribuições do Conselho Municipal de Saneamento).

Por fim, é notória a relação entre as ações de Saneamento e a preservação e recuperação dos recursos ambientais.

Finalmente merece destaque a insuficiência das campanhas de educação sanitária e ambiental e das ações de mobilização, especialmente no tocante aos serviços de limpeza urbana e a inexistência de centros de educação ambiental em todas as regionais. Soma-se, ainda, a constante exigência por transparência e democratização dos processos decisórios da Administração Municipal.

7- LEGISLAÇÃO

Uma observação de caráter geral que se deve fazer acerca da legislação é de que ocorreu uma ruptura do conceito do direito de propriedade como um direito absoluto, valorizando-se a função social da propriedade. Neste sentido, o Estatuto da Cidade é uma conquista, um instrumento que possibilitará o ordenamento do crescimento urbano com inclusão.

A legislação urbanística de Belo Horizonte é positiva, seja pelos instrumentos urbanísticos que contém, seja por conter leis e instrumentos de política urbana que permitem gerenciar a cidade priorizando a inclusão.

Por outro lado é negativa a falta de divulgação da legislação para a população.

São leis benéficas para a cidade: o Plano Diretor, a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, a Lei de regulamentação das ZEIS 1 e 3, além da criação da ADE da Serra do Curral e a lei de incentivo à cultura.

Ressalva-se que, com relação à ZEIS, apesar da existência de regulamentação, esta não tem sido efetivamente implementada. Além disso, a falta de fiscalização e controle após a regulamentação de algumas áreas e a falta de regulamentação da ZEIS 2 são pontos negativos.

Entre as virtudes do Plano Diretor apontam-se, além da implantação do zoneamento, as diretrizes que recomendam a descentralização das atividades, as diretrizes no sentido do crescimento urbano com inclusão e a previsão de Planos Regionais.

No entanto, o não cumprimento do Plano Diretor, que pode ser atribuído à falta de recursos e ações efetivas para sua implementação, tem trazido problemas para a cidade.

Por sua vez, a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo é um importante instrumento de controle urbano e de proteção ambiental.

Não obstante seus benefícios, cabe apontar pontos negativos ou deficiências da legislação:

– sua complexidade, ineficiência e difícil aplicabilidade;
– a alta permissividade da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo em algumas áreas, favorecendo a especulação imobiliária;
– a não regulamentação de alguns pontos da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (p. ex., não regulamentação de algumas ADEs), impedindo sua implementação efetiva;
– a não implantação da ADE da Serra do Curral e o não zoneamento da APA Sul;
– a necessidade de revisão do Código de Obras e Posturas.

Se, por um lado, pode ser criticada a alta permissividade da legislação, por outro considera-se que a legislação existente voltada para a inclusão da cidade informal ou ilegal é insuficiente.

Percebe-se o não acompanhamento de um projeto por parte do Poder Público, após a liberação da aprovação até sua execução, originando obras sem baixa e irregulares, afrontando a legislação municipal.

O início do processo de descentralização do comércio e serviços tem gerado outros centros e trazido uma maior diversificação de atividades nos bairros, processo que é reforçado pelo Plano Diretor e pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo. No entanto, essa lei é muito rigorosa em determinados locais da cidade, prejudicando a expansão de algumas atividades. Por outro lado, não estabelece controle sobre a densidade das atividades nos corredores viários.

Denota-se um desrespeito da sociedade no cumprimento das leis e a existência de mecanismos jurídicos que permitem este desrespeito. Estes mecanismos jurídicos permitem ações baseadas em sentenças provisórias e criam situações que são, na prática, irreversíveis, ocasionando grandes problemas para a política urbana e graves prejuízos para a população.

Contribuem também para esse desrespeito no cumprimento das leis, a falta de comprometimento, o desconhecimento da lei por parte da população, a ineficácia do poder público em fazê-las cumprir, a falta de fiscalização para sua aplicação, com relação a todas as atividades implantadas na cidade e a não punição das transgressões.

São também pontos negativos a demora na elaboração e aprovação de instrumentos legais, regulamentando matérias novas que afetam a vida da cidade e prejudicam a correção de seus efeitos, como, por exemplo, as antenas de telefonia celular.

Além disso, algumas contradições que ocorrem nas decisões do COMAM também são pontos negativos.

8- GESTÃO

8.1- Gestão Administrativa

Descentralização

De maneira geral, a reforma administrativa da PBH que promoveu a descentralização de prestação de

serviços é positiva: traz agilidade para o atendimento das demandas e aproxima a administração pública da população, facilitando seu acesso à informação e serviços. Além disso, fortalece e dá mais autonomia às SCOMGERs e promove a integração interna da PBH, já que coloca diversos órgãos sob a mesma coordenação.

Entretanto cabem algumas críticas à morosidade do processo de implementação da reforma administrativa: a reforma administrativa não trouxe consigo a descentralização das tomadas de decisões político-financeiras. Ressalta-se que não houve debate público na formulação e implantação da lei que a instituiu. A descentralização de alguns serviços ainda não se efetivou, como, por exemplo, a gestão do meio ambiente, o acompanhamento social aos conjuntos do OPH, deixando hiatos no atendimento das demandas. Em outros casos a descentralização aconteceu sem ser acompanhada da devida capacitação e estruturação das SCOMGERs, tornando ineficiente a prestação de alguns serviços.

Controle urbano

O controle urbano é necessário para garantir boa qualidade de vida, na medida em que protege a cidade contra dois grandes vilões: o crescimento “desordenado” e a especulação imobiliária. Dentre as ações que constituem o controle urbano, destaca-se a importância da fiscalização. A fiscalização deve ser realizada de forma responsável e respeitosa em relação à cidade. Entretanto, não é essa a avaliação que se tem a respeito da fiscalização promovida pela administração pública municipal em B.H. Pelo contrário, a avaliação é muito negativa e classifica a fiscalização da PBH como insuficiente e ineficaz. Ela não tem garantido o cumprimento da legislação urbanística nem o acompanhamento das intervenções urbanas em geral.

As causas identificadas para essa situação vão desde a falta de instrumentos, de estrutura administrativa e de capacitação do quadro de fiscais até uma postura de omissão e conivência da administração pública municipal em relação às irregularidades.

Políticas Públicas

Há uma ampliação das políticas de inclusão urbana, percebida através de alguns exemplos como o IPTU diferenciado, novos programas de assistência social, a adoção do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e o Orçamento Participativo. A avaliação do OP é muito positiva, sendo um importante instrumento de inversão de prioridades do investimento público. No entanto, a destinação e o montante dos recursos para execução das obras do OP não tem representado uma inversão de prioridades na administração pública, sendo que, muitas vezes, o cronograma do OP é atrasado devido à realização de obras em áreas nobres.

Por outro lado questiona-se a atuação da administração municipal no que diz respeito à execução das ações. Critica-se, por exemplo, a morosidade da PBH na implementação de suas políticas públicas, como o Orçamento Participativo, o que distancia o planejamento e a regulamentação da ação efetiva. Além disso, embora se reconheça a disposição da PBH em promover a participação popular, critica-se a execução de ações em desacordo com o que foi discutido com a comunidade, em alguns casos.

É positivo também o fato da PBH ter mantido o controle sobre o gerenciamento dos serviços de transporte coletivo, não permitindo que o transporte clandestino se alastrasse e minasse o sistema. Embora esta postura signifique uma aprovação da política de transporte em geral, há que se criticar a qualidade dos serviços prestados pela BHTRANS.

Integração Institucional e Planejamento

O nível de integração entre os órgãos municipais vem melhorando. Entretanto, embora a reforma administrativa tenha facilitado a integração, ela ainda é insuficiente, não só entre os órgãos responsáveis pelas políticas urbanas, mas também entre políticas urbanas e sociais. Um exemplo é o da desarticulação entre os órgãos responsáveis pela fiscalização na PBH.

Enfatiza-se a falta de integração entre os três níveis de governo, especialmente entre PBH e instâncias estaduais como COPASA, CEMIG e DNER, por exemplo. A gestão metropolitana também preocupa, embora se reconheça a disposição e a abertura da PBH para discutir com os municípios vizinhos problemas comuns.

Questiona-se, também, a ausência de um processo de planejamento mais global, do nível metropolitano ao regional. Entretanto, espera-se que se instale na cidade um processo de planejamento urbano sobre novas bases.

8.2 - Gestão Participativa

Reconhece-se a abertura e a disposição da administração municipal em promover a participação, principalmente através da criação de inúmeros conselhos e processos amplos de discussão como as Conferências e o OP, por exemplo. São espaços que representam conquistas e devem ser valorizados. A partir de todo esse estímulo, percebe-se que a mobilização e a participação da população têm crescido bastante, só não sendo maior em função do desinteresse que prevalece em nossa sociedade.

Entre os espaços de participação que merecem maior destaque estão os que têm surgido “com enfoque nos

problemas da cidade" como, por exemplo, a Conferência Municipal de Política Urbana, os CRPs e até o DRENURBS. Eles representam uma oportunidade nova de participar das decisões sobre o crescimento e o desenvolvimento da cidade.

Dentre todos, o espaço que deve ser mais reconhecido e valorizado para discussão sobre as intervenções na cidade é, sem dúvida, o Orçamento Participativo, pelo impacto no processo de inversão de prioridades e, conseqüentemente, na melhoria efetiva das "periferias".

Observa-se que também os CRPs já se tornaram uma referência. Entretanto existe uma preocupação em relação à indefinição do seu papel. Os CRPs, até o momento, não se firmaram, constatando-se, inclusive, a ausência de vereadores.

É baixa a participação dos representantes do legislativo nos conselhos, conferências e processos participativos em geral. Por outro lado, na legislação municipal, por exemplo, no Plano Diretor e na Lei Orgânica a participação é muito estimulada.

Quanto aos espaços de participação, a falta de autonomia dos conselhos pode prejudicar sua relação tanto com a PBH como com a comunidade. Mesmo com a criação de novos espaços, a discussão sobre as políticas urbanas ainda é insuficiente, centralizada e elitista, deixando de fora setores importantes. Além disso, a PBH executa, em alguns casos, intervenções em desacordo com decisões discutidas com a população, desestimulando uma maior participação popular e gerando descrédito em relação ao Poder Público.

Apesar dessas críticas, a avaliação geral sobre a gestão urbana participativa é muito positiva, valorizando-se a possibilidade de discutir a cidade, seus problemas e soluções, repensando o espaço urbano na perspectiva de uma cidade para todos e favorecendo o processo de inclusão urbana. A participação contribui para que o planejamento urbano fique mais próximo das necessidades da população. A discussão pública das questões gerais da cidade coloca os problemas individuais num contexto mais amplo, contribuindo dessa forma para elevar o nível de consciência de população.

Formação / Informação

Identifica-se uma mudança de mentalidade no sentido de uma maior consciência em relação aos problemas sociais e urbanos por parte da população em geral e, em especial, por parte dos movimentos populares e alguns setores empresariais. Entretanto, a PBH deve ser questionada por não investir o suficiente na divulgação de informações e mesmo em processos educativos, visando ampliar o processo de conscientização e preparar melhor a população para o acompanhamento das políticas públicas. Um dos poucos exemplos positivos é o da capacitação dos membros dos Conselhos Regionais Populares.

3.2 - Produtos Relativos à Discussão Específica das Pré-Conferências Temáticas

3.2.1 - Pré-Conferência Temática de Mobilidade Urbana, Sistema Viário, Transporte Coletivo e Trânsito

A - Palestra de abertura

Eduardo Alcântara de Vasconcelos[24]

É com grande satisfação que eu estou aqui em nome da Associação Nacional de Transporte Público (ANTP) que é a maior organização não governamental brasileira que trabalha com transporte público e trânsito, com desenvolvimento urbano. Essa satisfação é dupla não só pelo lado da NTP, que tem insistido nas teses de que precisamos discutir o futuro das nossas cidades com a população e precisamos discutir as políticas de uma forma coordenada de desenvolvimento urbano de transporte e de trânsito, que é só assim que a gente vai gerar uma cidade melhor, mas também pelo lado pessoal. Como cidadão brasileiro, eu nasci em São Paulo, eu cresci em São Paulo, estou com 49 anos e fui, durante muito tempo, preso de uma imagem errada de que São Paulo era a cidade líder do Brasil. Eu não gostava muito disso, mas a gente ouvia isso muito, e hoje tem-se que reconhecer, com humildade, que muitas cidades brasileiras estão à frente de São Paulo. Dentre as grandes cidades do Brasil eu citaria duas, às quais eu tenho ido com muita freqüência, que são Belo Horizonte e Porto Alegre, cidades onde, realmente, o processo de discussão com a população está muito mais avançado que nos outros lugares do Brasil, inclusive na minha cidade. Eu digo isso com satisfação e com um pouco de inveja também. Então, parabéns a todos por esse processo e espero que agora eu consiga colaborar um pouquinho com alguns conceitos que eu tenho propagado, que eu tenho defendido sobre o que acredito que seja a melhor forma de trabalhar com o transporte público, com o trânsito e com o desenvolvimento urbano, de tal modo que vocês possam usar algumas dessas idéias nas discussões que se seguirão nos grupos de trabalho.

Temos no Brasil numa crise urbana e a gente chama essa crise de urbana, na realidade, pela insatisfação das pessoas com a sua cidade, com as condições de vida nas suas cidades. Principalmente a maior parte da população que não tem acesso adequado a todos os equipamentos públicos, ao transporte público e assim por diante. Estamos realmente numa grande crise brasileira, não é só em Minas Gerais ou em São Paulo mas a maioria das cidades do Brasil passa por um processo muito complicado.

O primeiro problema é o crescimento desordenado da cidade. Nos não temos, no Brasil, formas adequadas de controlar esse crescimento, e esse, com certeza, é um dos objetivos que vocês estão perseguindo e que eu espero que consigam atingir. Temos uma ineficiência crescente nas nossas cidades. Todo mundo, a partir de um certo ponto de congestionamento e de degradação da cidade, começa a sofrer esses impactos de ineficiência, não só a maior parte da população mas também as pessoas que têm mais recursos, e essa ineficiência vai prejudicar a qualidade da vida e a economia da cidade e, consequentemente, a vida de todos. Outro ponto muito importante é termos uma grande iniquidade, uma grande diferença, uma grande injustiça na distribuição dos recursos públicos – isso é muito importante de lembrar – recursos públicos no sentido mais extenso da palavra, desde as escolas, os hospitais, os postos de saúde e os parques, até as calçadas como parte do sistema de circulação necessário para andar a pé, e o sistema viário e o sistema de transporte público. Tanto as calçadas quanto o sistema viário não são distribuídos igualmente, as pessoas não tem condições de utilizá-los nas mesmas condições de conforto e segurança, portanto a iniquidade é um dos grandes obstáculo. Além disso, há uma grande degradação ambiental que prejudica a todos por ser muito rápida e acontecer de uma forma muito violenta, e o custo para consertá-la ser muito elevado. Precisamos, portanto, fazer alguma coisa, partindo deste princípio de que o Brasil precisa rever as suas cidades e perguntar que cidade somos, que cidade queremos ser. A pergunta central é: qual a cidade que nós brasileiros queremos para o nosso país, qual cidade que o mineiros querem para Belo Horizonte. Vou passar rapidamente por alguns dados e tentar transmitir alguns conceitos importantes que, eu acredito, os ajudará na discussão posterior.

O primeiro conceito é o conceito de mobilidade, a quantidade de deslocamentos que as pessoas fazem por dia. Essas quantidades de deslocamentos dependem muito das coisas que as pessoas querem fazer, mas, também, dependem muito da renda que as pessoas têm, do custo do transporte público e da possibilidade de ir aos vários lugares da cidade. As pessoas de renda muito baixa, em São Paulo, fazem uma viagem por dia, no máximo uma viagem e meia, em oposição às pessoas de renda muito alta que chegam a fazer de 3 a 4 viagens por dia; então, se você pegar, por exemplo, um domicílio de renda baixa em Belo Horizonte onde tem quatro pessoas, as pessoas vão fazer mais ou menos quatro descolamentos num dia – provavelmente o adulto de sexo masculino vai trabalhar, as crianças vão com a mãe até a escola pública, acompanhadas – e acabou; praticamente não têm mais tempo nem recurso de fazer nada, a cidade não

[24] Engenheiro civil, doutor em Ciências Políticas e em Planejamento de Transportes, diretor da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP).

está acessível para as pessoas. Num domicílio de renda alta, você vai ter quatro pessoas, cada uma fazendo quatro deslocamentos – dezesseis deslocamentos saindo daquele domicílio de renda alta, no qual as pessoas vão ter muito mais acesso à cidade

Essa é a principal questão da iniquidade em relação à mobilidade. Um fator que eu queria citar é que todos os estudos mostram que a mobilidade da mulher no Brasil ainda é melhor do que a do homem porque a gente tem um tipo de divisão de tarefas em que os homens vão mais para a rua, mas as mulheres estão entrando no mercado de trabalho e estão fazendo muito mais deslocamentos, então, no futuro, a gente vai ter tanto nas ruas, quanto nos ônibus cada vez mais mulheres circulando, o que é muito bom para todo mundo. Também teremos uma quantidade muito maior de idosos, os idosos no Brasil estão cada vez circulando mais. Portanto, quem pensa no futuro da cidade tem que lembrar que a economia está mudando, e cada vez mais mulheres e cada vez mais idosos estarão usando a cidade, tentando usar a cidade e temos que prestar atenção a eles.

O outro dado importante é o que acontece quando a gente faz intervenções sem o planejamento adequado. Se eu construir uma grande rodovia ligando o centro a um bairro, vou incentivar o crescimento deste bairro; geralmente, no Brasil, quando se faz uma avenida dessas, quem decidiu foi o pessoal que decide o sistema viário, que não conhece quem trabalha com transporte público e não conhece quem trabalha com o desenvolvimento da cidade. Não é o caso de Belo Horizonte, mas, infelizmente, ainda é o caso do Brasil. E, se eu faço isso, desencadeio um processo de crescimento tumultuado, sem condições, provavelmente não vou ter um sistema de transporte adequado, não vou ter escola, não vou ter hospital...

Um outro dado importante é se eu tiver uma distância menor. Numa cidade mais densa, eu posso, por exemplo, trabalhar com uma tarifa de R$ 0,60 se as casas estiverem a 4 km do centro; se as casas estiverem a 7 km do centro, eu posso ter que operar com uma tarifa muito mais cara, os ônibus vão ter que andar um percurso muito maior, eu vou ter um custo muito maior; portanto, esticar demais a cidade traz um problema grave para o transporte público se ele não for planejado adequadamente com o uso do solo. Um outro exemplo muito importante para nós é o que acontece quando se perde o controle sobre as habitações da cidade, sobre a forma como a cidade cresce. Em São Paulo, tem milhares de exemplos de uma casa pequena, num bairro, de onde são feitas seis viagens por dia pelas pessoas que moram lá. Se eu deixo que esta casa se transforme numa loja, e isso acontece com freqüência, esta mesma casa, do mesmo tamanho, sendo uma loja pode passar a gerar sessenta viagens por dia que são os funcionários que têm que chegar na loja e sair, os clientes todos que vão até lá. E se eu deixo, num passo seguinte, essa construção virar uma escola, eu posso passar a ter seiscentas viagens por dia no mesmo lugar e na mesma rua, e, consequentemente, criando um problema gravíssimo. Ou seja, se eu não controlo o uso do solo, e gero uma quantidade muito maior de deslocamentos, vai faltar ônibus, vai faltar ponto de ônibus, vai faltar faixa de pedestre, vai faltar rua , vai criar uma situação muito ruim.

O outro dado importante para nós é o que acontece no fenômeno do congestionamento: se vai aumentando o fluxo dos veículos até um certo ponto, a velocidade não se altera muito; mas, se eu deixar entrar muito mais veículos na rua de tal modo que eles comecem a atrapalhar os ônibus, vou ter um efeito dramático sobre a velocidade dos ônibus. A velocidade dos ônibus vai cair drasticamente para algo em torno de 10 km por hora, e neste caso aqui é que a iniquidade fica maior ainda: eu tenho uma pequena quantidade de pessoas dentro dos automóveis prejudicando um monte de gente que está dentro dos ônibus. Isso é um outro aspecto da iniquidade que a gente tem no Brasil: o sistema viário, que deveria ser dividido pelo número de pessoas, acaba sendo dividido pelo número de veículos e, quem tem mais dinheiro, quem tem mais automóvel, se apossa do sistema viário de um forma iníqua, prejudicando aqueles que precisam usar o transporte público. E a emissão de poluentes cresce rapidamente à medida em que o trânsito cresce; quanto mais veículos eu tenho na rua e quanto mais congestionamento eu tenho, mais rapidamente cresce a emissão de poluentes que prejudica a saúde de todos. A mesma coisa acontece com a emissão de poluentes dos ônibus que também cresce muito em tráfego congestionado, e há um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e ANTP, que mostra o custo do congestionamento, o impacto do congestionamento no custo do ônibus, no custo da operação, que acaba se refletindo na tarifa. Em São Paulo, o congestionamento causado pelos automóveis implica num custo adicional de 16% no sistema de ônibus, que é repassado para o bolso das pessoas que têm que pagar a tarifa. Em Belo Horizonte, a estimativa era 6%, ou seja, quando congestiona o trânsito, as pessoas perdem muito mais tempo, o sistema emite muito mais poluentes e se tem que gastar muito mais para andar no transporte público.

Outro problema: primeiro, a gente tem uma escola, com poucos veículos circulando, e as crianças atravessam de um lado para o outro com uma certa segurança, depois, resolve-se, sem muito planejamento, duplicar esta rua, fazer uma avenida em frente à escola; muda completamente o ambiente de circulação, as pessoas não entendem mais o que está acontecendo, as crianças não conseguem mais atravessar a rua, e começa a acontecer uma série de atropelamentos na porta da escola; em seguida, vêm os professores protestando, as mães dos alunos protestando, e tem que instalar uma lombada, tem que instalar um semáforo, e se inicia um processo de crise, de conflito, que mata muitas pessoas. Este tipo de

atitude aconteceu milhares de vezes nas cidades brasileiras, ou seja, uma ampliação do sistema viário sem conversar com as pessoas do trânsito, do transporte público para ver como isto fazer de uma forma mais adequada. E esse é um dado muito importante: o pior problema que nós temos no Brasil é o dos acidentes de trânsito, causados pela grande velocidade dos veículos, a dominação do automóvel nas ruas, o desrespeito e a falta de fiscalização. Em São Paulo, nós temos 60.000 vítimas de trânsito no ano, um recorde mundial – 2.300 morriam em 1995 – e 58.000 feridos. Destes 58.000 feridos, 9.000 são sérios e 6.000 ficam com deficiências irreversíveis. Portanto, na minha cidade, morrem milhares de pessoas e milhares ficam com deficiências irreversíveis. O custo psicológico, social, familiar, é imenso, além de 11.000 dias de hospital para um tratamento de 129.000 dias e mais de 1.000.000 dias de tratamento pós-hospitalar, a um custo enorme para a sociedade brasileira.

Por último, também se tem que prestar atenção no impacto que do trânsito sobre a nossa vida cotidiana, a nossa relação como seres humanos. Se eu deixar uma rua em que as crianças brincam, que os idosos atravessam e onde os pedestres usam as bicicletas, se transformar numa rua de comércio, eu vou impedir as pessoas de terem essas relações, eu vou cortar essa possibilidade, as pessoas vão se recolher, vão ficar em casa tendo uma falsa sensação de que nada aconteceu, mas, na realidade, as pessoas se defenderam, se recolheram, as crianças não podem mais sair, os idosos não podem mais sair. Ao transformar esta rua numa rua comercial ou para um trânsito mais rápido, essas pessoas têm que mudar de lá, vão embora, e as amizades terminam e a vida muda e a gente tem a falsa sensação de que tudo está igual, mas, na realidade, a gente abriu uma cicatriz naquela comunidade sem perceber. A gente não tomou cuidado com o tipo de impacto que vai causar. Mais uma vez isto é causado pela falta de discussão da comunidade e pela descoordenação das políticas. E quais são os fatores aos quais se precisa prestar atenção?

Primeiro, vamos ter um aumento da população urbana no Brasil que pode chegar rapidamente a 152 milhões de pessoas, cada vez mais gente nas cidades, um aumento muito grande da frota de automóveis, o que vai aumentar muito os congestionamentos, a poluição e o prejuízo que os automóveis causam aos pedestres e ao transporte público. Então, tem-se que perguntar mais uma vez: é esse tipo de cidade que a gente quer?

Vamos ter um aumento da renda, é o que a gente espera que aconteça, mas, com isso, por exemplo, as pessoas vão sair mais à rua e vão usar mais o sistema, então eu vou ter mais gente na cidades, mais veículos e mais gente andando. Outros fatores importantes são agravantes: o aumento da mobilidade das mulheres e dos idosos e um aumento das atividades de serviço. Então, aquela cidade industrial, em que de manhã cedo todo mundo ia para o trabalho e no fim do dia voltava, está mudando muito. A própria Belo Horizonte já é assim, você tem, com os serviços, uma movimentação das pessoas o dia inteiro, representantes comerciais, vendedores, profissionais ficam circulando, pessoas entregando carga inclusive, agora, em motocicletas. A cidade muda e durante o dia inteiro você tem muita atividade. Vou ter, ainda, um crescimento descontrolado porque a maior parte das cidades brasileiras não têm este processo de organização do crescimento; então vai ser, ainda, um crescimento caótico e a falta de transporte público, a queda na qualidade do transporte público, esses são os fatores agravantes.

A ANTP, já há muitos anos, está propondo um projeto de transporte mais humano, cidades com qualidade de vida em que a gente propõe uma série de medidas e mostra o que pode ser feito para o Brasil, no futuro. Nos temos que trabalhar, em primeiro lugar, por uma reconquista do espaço público – este é um conceito muito importante: as vias são bens públicos do sistema viário principal, construídas com recursos públicos e foram privatizadas, ilegalmente, por um grupo de pessoas que têm acesso ao transporte individual. Não digo que as pessoas compraram, mas, sim, que se apossaram das vias, porque estão sentadas numa lata de metal de dois metros de largura por cinco metros de comprimento e por isso acham que podem tudo; mas, ao lado delas tem uma outra caixa metálica com cinqüenta pessoas dentro, então a comparação a ser feita é de cinqüenta pessoas que estão no ônibus *versus* uma pessoa que está no automóvel. Esta é a comparação que, na democracia, tem-se que fazer e não dizer que tem um ônibus e um automóvel, esta é uma grande ilusão.

Temos, portanto, que reconquistar o espaço público, não só das vias mas das calçadas para a maior parte da população, já que a maior parte da população anda a pé e usa o transporte público. Se as vias são construídas com o dinheiro público, elas têm que ser divididas pela maioria da população, e, portanto, reconquistar este espaço público é uma tarefa muito importante; eu até inventei um nome novo que é "republicizar", retornar o bem público ao público, à sociedade. Prioridade ao pedestre e ao transporte público é decorrência natural disso. Uma pessoa que anda a pé é como se estivesse sentada num tapete de um metro quadrado, andando pelo espaço público; uma pessoa que anda de ônibus, em média no Brasil, também é mais ou menos uma pessoa que se arrasta num tapetinho de um metro quadrado ao longo das vias. Uma pessoa de Belo Horizonte que resolver sair à rua e consumir esta rua com automóvel, vai estar num tapete de seis metros quadrados – é mais ou menos esta a relação. É em cima disso que a gente tem que pensar. E aquele domicílio de renda baixa que eu citei no início, que faz aquelas quatro viagens por dia, se eu comparar no fim de um dia com um domicílio de renda alta, as pessoas do domicilio de renda alta, ao

circularem na cidade, terão consumido das vias doze vezes mais naquele dia do que a mesma família de renda baixa que mora na outra rua.

É isso que nos temos que questionar, quem deve ter acesso ao uso público da via, quem deve ter prioridade e, por último, logicamente, a limitação do transporte individual. E é inevitável que, numa democracia, para discutir como é que o espaço da calçada e das vias vai ser retornado ao público, a gente imponha limitações às pessoas que desejam usar o sistema com seus próprios veículos; não é uma questão de proibir o uso do automóvel ou da motocicleta mas de discutir em que condições se dará o uso daquele espaço público que é de todos. Em muitas situações, a pessoa no automóvel vai ter seu acesso restringido a estas vias públicas para que se garanta o acesso do restante da sociedade.

B - Texto de apoio à discussão específica

A Questão Metropolitana

1. HISTÓRICO

A questão metropolitana começa a ser debatida na década de 70 com a criação de regiões metropolitanas em várias partes de país. Em Belo Horizonte, o PLAMBEL – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte efetiva o planejamento metropolitano, gerando uma série de projetos de transporte e trânsito que seriam implantados – parcialmente – pela empresa gestora criada em 1980: METROBEL. Em 1982, enquanto a METROBEL implanta nova lógica no sistema de transportes com o PROBUS, é iniciada a implantação do trem metropolitano e criado o DEMETRÔ (Departamento do Metrô). O primeiro trecho do metrô – Lagoinha/Eldorado – inicia operação em 1986.

A METROBEL é substituída pela autarquia TRANSMETRO, em 1987, mas, em 1988, a gestão metropolitana começa a ser desmontada, quando a Constituição Federal define a competência dos municípios para funções de interesse local, "inclusive o transporte coletivo de passageiros, que tem caráter essencial". A BHTRANS, empresa gestora municipal, criada em 1991, assume a gestão das linhas municipais, em julho de 1993, no início da gestão Patrus Ananias. Logo em seguida, a TRANSMETRO é extinta e a gestão das linhas intermunicipais da região metropolitana passa a ser realizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

Seguindo o exemplo de Belo Horizonte, o município de Betim cria, em 1993, a TRANSBETIM para gerenciar o transporte e trânsito da cidade; Contagem implanta sua empresa em 1997 (TRANSCON); e, recentemente, os municípios de Santa Luzia e Ibirité passam a gerenciar seus sistemas.

O sistema de transporte público da Região Metropolitana de Belo Horizonte é composto por cerca de 570 linhas, operadas por 5.000 ônibus, divididos em dois níveis formais de atendimento.

- Sistemas municipais

a) Belo Horizonte – cerca de 280 linhas e 2900 ônibus

b) Contagem – 23 linhas e 128 veículos

c) Betim – 26 linhas e 83 ônibus

d) Santa Luzia – Sistema municipalizado recentemente, sob a gerência da Secretaria Municipal de Transportes

e) Ibirité – Sistema municipalizado recentemente;

f) Demais municípios – Sistemas gerenciados pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER MG).

- Sistemas Metropolitanos

a) Sistema Ônibus – 204 linhas e cerca de 1950 ônibus, incluindo as linhas municipais – gerenciado pelo DER;

b) Sistema Metroviário – gerenciado pelo DEMETRÔ e em fase de regionalização que passará a gestão para a METROMINAS.

2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL

O sistema de transporte metropolitano carece de uma estrutura institucional que o abranja de forma integrada. A Constituição Federal explicitou a competência dos municípios deixando as questões metropolitanas para serem institucionalizadas no âmbito das constituições estaduais.

A Constituição Mineira, ao tratar o assunto, não foi clara. Define as competências do Estado, atribuindo-lhe a gestão do transporte coletivo intermunicipal, ao mesmo tempo em que atribui ao Estado e aos municípios a execução dos serviços comuns metropolitanos, entre os quais se coloca o transporte de passageiros. Criou também a Assembléia Metropolitana (AMBEL), colegiado de prefeitos e vereadores, mas que, pela

gestão de transporte, tem feito pouco, a não ser aprovar as tarifas metropolitanas.

Um passo importante para esse equacionamento foi a criação do Comitê Gestor Metropolitano, em 1995, com intenção de ser um fórum de discussões para harmonizar as decisões de competência municipal, permitindo um direcionamento técnico mais adequado em relação à divisão de responsabilidades.

3. QUESTÕES A SEREM DEBATIDAS

3.1. A integração do sistema de transporte metropolitano

O Plano Diretor de Belo Horizonte apresenta objetivos gerais e específicos para integração metropolitana: *promover a compatibilização da política urbana municipal com a metropolitana* (Art. 3º, inciso V); *a expansão do sistema viário e sua integração com o da região metropolitana, viabilizando a sua participação na estruturação do desenvolvimento econômico, da ordenação da ocupação e do uso do solo* (Art. 7º, inciso III).

A atuação em busca de um sistema de qualidade, construído com participação popular e que todos possam utilizar, é diretriz clara da gestão municipal e deve ser acompanhada pelo gestor metropolitano. A integração do sistema de transporte deve ser garantida, através do desenvolvimento de planos de transporte racionais e integrados, da compatibilidade entre sistemas de bilhetagem eletrônica, gestão de gratuidades unificada e gestão de informações ao usuários, entre outros.

3.2. Transporte X Urbanização – Política Tarifária e Sistemas Integrados

É fato que sistemas de transporte induzem à ocupação em áreas distantes dos centros dotados de infra-estrutura. Porém, a política urbana, baseada em conjuntos habitacionais e loteamentos em áreas semi-urbanas, também induz à expansão desordenada e antieconômica do transporte. A diretriz de ocupação metropolitana pode aproveitar a infra-estrutura instalada e garantir adensamento em regiões já urbanizadas?

3.3. Transporte Clandestino

A partir de 1997, os sistemas de transporte por ônibus começam a perceber uma contínua queda de demanda e o aparecimento do transporte clandestino. Em 2001, com determinação judicial são praticamente extintos os transportadores clandestinos no município de Belo Horizonte.

A metrópole não pode conviver com um sistema não regulamentado, sob risco de evoluir para um cenário de desregulamentação total experimentado e rejeitado em países da América Latina. O perueiro trouxe à pauta o uso de veículos menores (vans e microônibus) e a melhoria de qualidade por atributos como tempo de espera, tempo de viagem e atendimento mais próximo ao destino. Essas questões devem ser pautadas e sua viabilidade depende da implantação dos sistemas racionalizados e integrados e do equacionamento do financiamento operacional.

3.4. Rodoviária

O Plano Diretor já definia a descentralização do Terminal Rodoviário Interurbano (TERGIP) para áreas adequadas, integrando-o ao sistema metroviário e aos eixos viários, transformando-o em terminal metropolitano integrado à estação do metrô (Art.19, inciso V).

A localização da nova rodoviária deve permitir integração ao metrô e acesso viário compatível, absorvendo o impacto em dias e épocas de grande movimento.

A atual Rodoviária, por sua localização central, deve ser incorporada ao sistema de transporte urbano, conforme prevê o Plano Diretor.

3.5. Sistema Viário Metropolitano

As grandes vias da região metropolitana estão estruturadas de forma radial, com poucas vias perimetrais e de contorno, o que determina que a maior parte das viagens atinja a área central de Belo Horizonte, sobrecarregando as vias do hipercentro e os corredores principais. Apenas quatro em cada dez veículos que circulam no centro têm destino à região.

As ligações transversais aos corredores, dentre as quais se destaca o Anel Rodoviário, devem ser priorizadas, como questão de interesse metropolitano. O tratamento do Anel deve ser adequado para minimizar a barreira física que impõe à cidade (construindo passarelas e travessias).

A complementação do sistema viário deve ter por objetivo criar novas opções para ligações entre municípios e bairros, sem passar pelo centro e por trechos mais utilizados dos corredores principais.

Gestão da Modalidade

Os congestionamentos provocados por um modelo baseado prioritariamente no espaço para o automóvel comprometem duramente o desempenho dos sistemas de Transporte Coletivo nas grandes cidades brasileiras. Pesquisas indicam que, em São Paulo, há acréscimo na frota de ônibus e nos custos

operacionais (30% e 16%, respectivamente, a mais do que seria necessário); além do aumento no tempo gasto pelos passageiros, no consumo de combustível e na poluição ambiental.

O crescimento do número de automóveis e, principalmente, o aumento no seu uso, somado à queda da performance nos serviços públicos de transporte, estão na origem do problema. As conseqüências são maiores custos sociais e ambientais.

Para o bem das cidades e de seus moradores, deve haver reorientação das prioridades, onde em primeiro lugar estaria a circulação dos pedestres, depois a do sistema de transporte público, depois a de mercadorias e serviços e, por último, a dos transportes individuais.

Em Belo Horizonte, a política de transporte e trânsito, em implantação, busca garantir o determinado pelo Plano Diretor: diretrizes de desenvolvimento urbano e ocupação do espaço articuladas ao sistema viário e de transporte e ampliar a descentralização das atividades o que pode contribuir para reduzir as distâncias de deslocamentos e os tempos de viagem com ganhos expressivos para a qualidade de vida urbana.

QUESTÕES A SEREM DEBATIDAS

Pensar um novo projeto de desenvolvimento urbano que detenha a expansão da cidade estimulando aumentar as moradias em locais já urbanizados – inclusive no centro da cidade para evitar sua degradação – e promover uma cidade que misture as suas funções.

O objetivo é estender a todos o direito à cidade, reunindo um conjunto de direitos da cidadania: casa, trabalho, renda, educação, saúde, serviços públicos, lazer e cultura. A construção de uma nova cidade passa por uma nova visão:

A cidade pensada como espaço para o convívio dos homens e mulheres com urbanidade, sem exclusão por razões sociais e com integração entre os espaços e suas diversas funções;

O sistema de transporte público deve ser planejado considerando também os usuários do automóvel e as pessoas hoje excluídas do sistema de transporte por razões econômicas. Como podem os usuários do automóvel serem convencidos a mudar seu modo de transporte?

A circulação pensada com prioridade ao ser humano mas que garanta espaço para a diversidade de modos. O sistema viário seguro e com pouco impacto no espaço urbano;

A acessibilidade e mobilidade devem estimular o usufruto da cidade e acesso às oportunidades. A melhoria de qualidade deve contemplar todo o processo da viagem, ou seja, questões relativas a veículos, pontos de parada, passeios, informação, entre outras.

1. Alternativas de deslocamento viáveis

O sistema de transporte deve contemplar, além do metrô, do ônibus e dos automóveis, outras alternativas de deslocamento e sua integração com os modos principais: deslocamento a pé, por bicicletas ou até por microônibus. Estes modos alternativos devem ser considerados para acesso às funções urbanas de trabalho, estudo e lazer.

O impacto ambiental do transporte motorizado pode ser minimizado com adoção e estímulo de veículos menos poluentes e controle ambiental mais rigoroso.

2. Limites à circulação dos automóveis

Os sistemas de transporte coletivo e as novas alternativas devem ser motivadores do desestímulo ao uso do automóvel. Neste sentido devem ser desenvolvidas políticas visando promover um uso mais intenso do transporte coletivo. A redução da participação deste modo de transporte é condição essencial para a melhoria de qualidade ambiental da metrópole.

O debate deve contemplar questões polêmicas como pedágios urbanos (cobrar pelo uso do carro em determinadas regiões), rodízio (apenas alguns podem usar em determinados dias ou horas) ou até restrição total em ruas ou regiões específicas (circulação permitida somente a pedestres, ônibus, táxi e veículos de emergência). Os recursos possíveis são adoção de multas ou restrições de acesso com uma política que diminua estacionamentos em regiões específicas.

3. Distribuição de atividades x aumento da mobilidade

O transporte pode ser entendido como um grande articulador da cidade. Os projetos devem considerar integração entre todos os modos, agregando valores ambientais, históricos e culturais.

O papel do estado deve passar de gestor da mobilidade de veículos para gestor da mobilidade das pessoas através de uma atuação propositiva e estratégica, com formação de parcerias.

4. Mobilidade como instrumento de inclusão social

O atendimento às pessoas com mobilidade reduzida (pessoas com dificuldades físicas de acesso) e a política de tarifas justa e compatível com a capacidade de pagamento dos usuários são temas relevantes.

O transporte público deve ainda assegurar o acesso a todos aqueles equipamentos de interesse coletivo

como universidades, centro esportivos e culturais, museus e parques, além dos locais de trabalho.

5. Transporte e a preservação ambiental e cultural

O transporte público serve à vida urbana ecologicamente sustentável. Ele pode ser um bom instrumento para melhorar a qualidade dos espaços das cidades. Deve haver a recuperação das áreas verdes, hoje comprometidas para estacionamentos, o aumento da acessibilidade às áreas centrais adensadas e às áreas destinadas exclusivamente aos pedestres.

Os equipamentos de apoio ao sistema de transporte – como estações e terminais – devem estar integrados às atividades urbanas, respeitando e resgatando o patrimônio histórico da cidade.

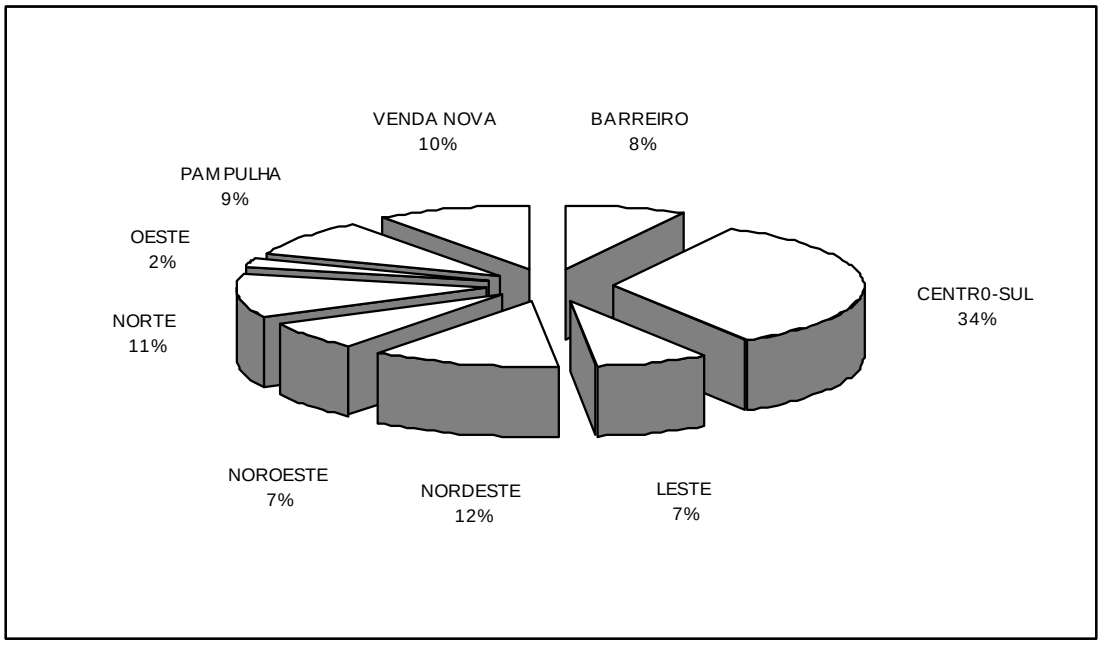
Manutenção da Cidade

A cidade de Belo Horizonte possui 4.127km de vias, sendo 3.952,90km pavimentados. As vias de maior importância na classificação funcional (arteriais e coletoras) são as que recebem mais atenção no que se refere à manutenção viária, uma vez que concentram os maiores volumes de tráfego e integram sempre o itinerário do transporte coletivo.

Tabela 02 - Situação das vias arteriais e coletoras quanto à pavimentação

BELO HORIZONTE	LEVANTAMENTO (KM)	PORCENTAGEM
Vias existentes	4.127,00	100%
Vias pavimentadas	3.952,90	96%
Vias a pavimentar	174,10	4%
Vias cadastradas	1.085,3	26%

Gráfico 05 - Vias arteriais e coletoras cadastras, por região administrativa (%)



Foram cadastrados 1085,3km de vias arteriais e coletoras, sendo a distribuição, por região administrativa, descrita a seguir. Os valores em quilômetros equivalentes às porcentagens anteriores são:

Quadro 06 - Extensão das vias arteriais e coletoras cadastras, por região administrativa

REGIÃO ADMINISTRATIVA	VIAS CADASTRADAS (KM)
Barreiro	83.5
Centro-Sul	363,7
Leste	77,3
Nordeste	131,7
Noroeste	75,0
Norte	121,8
Oeste	23,3
Pampulha	100,0
Venda Nova	109,0
Total	1.085,3

O cadastro apresenta ainda o tempo de pavimentação de cada uma das vias cadastradas, indicando a necessidade de recuperação ao fim de sua vida útil. Nos gráficos a seguir estão indicadas as idades dos vários trechos cadastrados, bem como uma avaliação de seu estado de conservação.

Gráfico 06 - Idade das vias arteriais e coletoras cadastradas

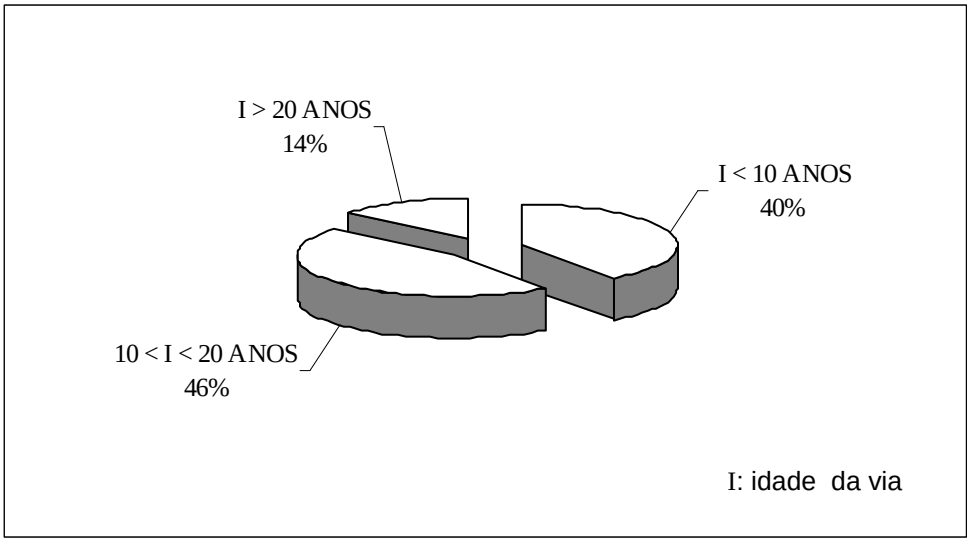
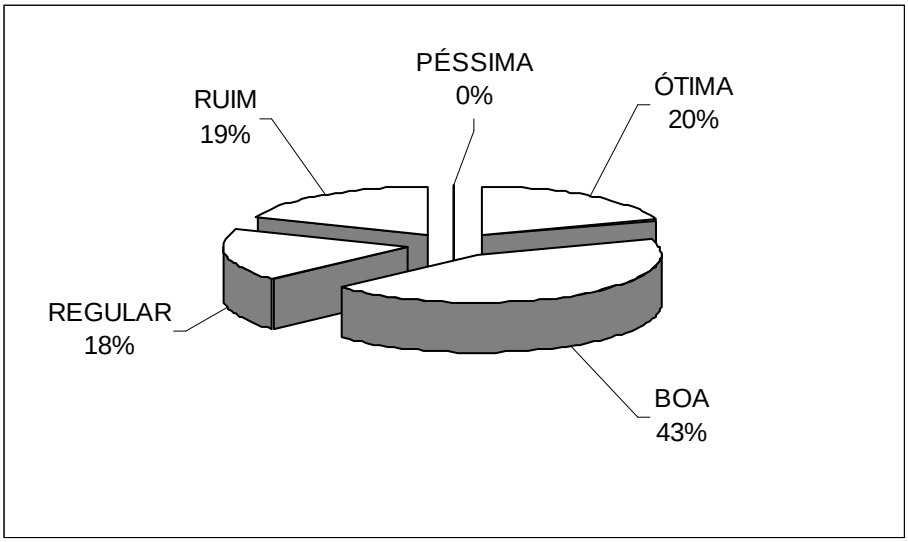


Gráfico 07 - Condição de conforto das vias arteriais e coletoras cadastradas



1. CALÇADAS/ TRAVESSIAS DE PEDESTRES

Conforme a legislação vigente, a manutenção das calçadas é de responsabilidade do proprietário do lote lindeiro, que nem sempre tem maiores preocupações com essa obrigação. Por outro lado, muitas vezes, os passeios são implantados sem o devido respeito à legislação existente. A fiscalização da PBH não consegue detectar todos os problemas existentes e nem sempre dispõe dos instrumentos adequados para exigir as necessárias soluções.

Além da circulação do pedestre, a calçada é utilizada também para a implantação de equipamentos de utilidade pública e, muitas vezes, tem seu espaço privatizado, dificultando o caminhamento seguro e confortável.

Por outro lado, é notável o progresso atingido nos últimos anos no que se refere ao aumento da segurança do pedestre. Entre 1997 e 2001, o número de interseções com semáforos específicos para pedestre aumentou de 189 (48% do total de interseções semaforizadas) para 384, perfazendo 68% do total de interseções com semáforos. Entretanto, ainda existem muitos locais sem a necessária sinalização e, muitas vezes, o tempo disponível para a travessia segura do pedestre é insuficiente.

2. ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

A política de estruturação do sistema viário, que engloba não só na implantação de novas vias como também a complementação de trechos existentes e tratamento de interseções, tem como pessupostos:

a) seguindo as diretrizes do Plano Diretor, seriam privilegiadas propostas que viessem a conformar rotas alternativas ao sistema radiocêntrico e às ligações transversais existentes – atualmente as mais importantes concentram-se na Av. do Contorno e no Anel Rodoviário; as demais constituem-se segmentos descontínuos e sem articulação com o sistema arterial;
b) dentre aquelas propostas, seriam selecionadas as que se apresentassem com potencial de criação de desenvolvimento de processos de desconcentração das atividades econômicas e de reforço de centros urbanos;
c) outro importante fator que se sobreporia aos anteriores seria a possibilidade de se maximizar trajetos de transporte coletivo, mediante ligações transversais (norte-sul e leste-oeste), sem passagem obrigatória pela Área Central; considerar-se-ia também, nesse contexto, a maximização de utilização de estações previstas no BHBUS;
d) por fim, seriam consideradas ainda alternativas que minimizassem efeitos negativos do tráfego externo de passagem pela cidade que se utiliza de vias sobrecarregadas.

A partir desses pressupostos, foram estabelecidas diretrizes gerais visando priorizar os investimentos necessários, tanto sob o foco da articulação do sistema como à luz do planejamento e do desenvolvimento urbano. As principais diretrizes consideradas foram:

a) possibilitar a criação de duas rotas alternativas arteriais, no sentido sul-norte:
b) possibilitar a criação de rota alternativa arterial no sentido oeste-leste, externa ao Anel Rodoviário, consolidado a articulação da região sul de Venda Nova com as Regiões Norte e Noroeste, através de ligações entre as avenidas Dom Pedro I, Cristiano Machado, MG-020 (BH – Santa Luzia) e Anel Rodoviário;
c) possibilitar a criação de rota alternativa arterial articulando a região do Barreiro à Oeste/Noroeste, utilizando-se a Av. Tereza Cristina;
d) minimizar os conflitos existentes na ligação entre as Regiões Centro-Sul e Oeste;
e) solucionar transposições do Anel Rodoviário, seja através de melhorias e complementações de interseções existentes, seja mediante a criação de passagem inferior em pontos específicos;
f) criar condições para melhoria ambiental urbana, especialmente para pedestres.

Financiamento do Transporte Público de Passageiro

É uma realidade incontestável no cenário urbano brasileiro o papel estratégico que representam os sistemas de transporte público para o desenvolvimento econômico e social das cidades. O transporte também é fundamental para a pessoa exercer sua cidadania, seu direito de ir e vir e ter acesso a lazer e aos bens públicos colocados à sua disposição.

Embora de extrema importância, o debate sobre o transporte público tem sido colocado em segundo plano na sociedade, sobretudo a discussão de quem paga ou financia este transporte.

O transporte público beneficia vários segmentos numa sociedade, entre os quais destacamos os próprios usuários do sistema, os empregadores, (não se conhece caso de indústria que tenha se instalado em regiões que não tenha mão-de-obra ou meios de se fazer chegar esta mão-de-obra nas suas instalações), o

comércio (pergunte aos comerciantes o quanto vendem em épocas de greve dos rodoviários) e os usuários do automóvel particular (pois se todos que andam de ônibus circulassem de automóvel não haveria espaço para todos).

Dos beneficiários listados acima,apenas dois grupos arcam com os custos dos transportes: os **usuários** e os **empregadores**. Os empregadores arcam com parte do custo do transporte à medida que fornecem o vale-transporte aos seus empregados e, os usuários, em dinheiro, na medida que utilizam o transporte público.

Na Europa e nos Estados Unidos, o transporte público é amplamente subsidiado pelos beneficiários do transporte, e as fontes de financiamentos são as mais diversas. Listaremos algumas:

- imposto sobre o combustível;
- imposto sobre a folha de pagamento;
- taxa pedágio para o automóvel particular;
- imposto sobre a propriedade urbana.

Nesse sentido, algumas questões se colocam:

- a sociedade deve discutir este tema e propor alternativas?
- nós desejamos mudar esta situação onde o usuário arca com todo o custo?
- como podemos fazer isso?
- que instrumentos o Estado deve dispor para fazer isso acontecer?
- como a sociedade vai controlar a aplicação desses recursos?

Outros ingredientes devem ser adicionados a este tema:

- as gratuidades – quem deve pagar estes benefícios?
- a Câmara de Compensação Tarifária ainda cumpre seu papel?
- qual a política tarifária e o nível de conforto que desejamos?
- qual o risco do negócio do operador privado?

Por último uma certeza: quando todos pagam, todos pagam menos, e quando todos pagam menos, mais pessoas podem utilizar o transporte público, o custo por passageiro reduz e, conseqüentemente, todos novamente pagam menos.

C - Síntese da percepção dos participantes

A Questão Metropolitana

Um ponto positivo é a proposta de mudança e descentralização da estação rodoviária. O BHBUS também é um ponto positivo, principalmente devido à integração com o metrô.

A política tarifária das câmaras de compensação é positiva, porque diminuiu as desigualdades sociais. As cidades da região metropolitana estão implantando empresas gerenciadoras de transporte coletivo e existe uma Assembléia Metropolitana (AMBEL), com comitê gestor.

Ainda na esfera metropolitana, são pontos negativos a desarticulação das políticas, a falta de: integração do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) com a BHTRANS, integração do metrô com a região metropolitana e participação popular na construção do sistema metropolitano, mesmo existindo projetos de reestruturação do transporte público (METROPLAN) complementando o BHBUS.

Gestão da Mobilidade

Como pontos positivos na gestão da mobilidade temos a implantação de pistas exclusivas para o transporte público na área central, a criação de serviços diferenciados (linhas locais, perimetrais e suplementares), a existência de serviços especiais para portadores de necessidades especiais (linha especial do Barreiro, rampas nas estações e ônibus com piso baixo), o metrô, o BHBUS e o táxi-lotação. A presença efetiva do poder público na gestão do transporte é percebida.

Como pontos positivos no trânsito temos a sincronização de semáforos e a Onda Verde, em determinados corredores. Os pontos negativos relacionam-se à ausência de uma política de restrição ao veiculo individual (rodízios, pedágios), com um grande número de veículos particulares circulando na área central. As ações voltadas para os pedestres são tímidas e a ordem de prioridades nem sempre é obedecida: primeiro, pedestres; segundo, transporte público; terceiro, carga e serviços; quarto, transporte individual. Não existem campanhas que estimulem a transferência do usuário de carro para o transporte coletivo e a inexistência de

transporte seletivo reduz as possibilidades de mobilidade. A expansão desordenada da cidade tem reflexos na mobilidade e, em alguns locais, a falta de transposição sobre as linhas férreas prejudica a travessia segura de veículos e pedestres. Falta acessibilidade para pessoas mobilidade reduzida.

Manutenção da Cidade

Como pontos positivos, podem ser citados o grande percentual de vias pavimentadas (96%) e a manutenção asfáltica das principais vias pela PBH, além da criação do serviço Disque "Tapa-Buraco". Percebe-se, além disso, a melhoria das condições de travessia para pedestres, com semáforo e dispositivos para acessibilidade de portadores de deficiência e a recuperação/conservação de praças públicas na cidade (ex.: Praça da Rodoviária). Existe uma legislação determinando que novos loteamentos sejam implantados já com infra-estrutura.

Como pontos negativos destacam-se a falta de manutenção de vias e calçadas por empresas (públicas e privadas) prestadoras de serviços, com a recuperação pouco satisfatória dos pavimentos e a fiscalização insuficiente, conivente com a irregularidade nos rebaixamentos de meios-fios e com a ocupação indevida das calçadas. Não existe uma política de manutenção de calçadas como parte do sistema viário – observa-se a constante obstrução/reserva de vagas nas vias públicas com cavaletes “prisma de concreto”, deteriorando o espaço público. O uso irregular das calçadas (camelôs, botecos, placas, estacionamentos), dificulta o tráfego de pedestres; há também apropriação indevida, por parte do comércio, de áreas propícias a estacionamento, impedindo o livre acesso de outros usuários.

Operacionalmente, há carência de sinalização indicativa e vias com problemas de drenagem pluvial.

Financiamento do Transporte

O vale-transporte limita o custo para o trabalhador e a Câmara de Compensação Tarifária contribui para subsidiar o usuário de regiões periféricas, já que a tarifa é única. A Câmara de Compensação Tarifária tem participação popular (representação do usuário) e o financiamento do sistema de transporte acontece apenas pelo usuário pagante, que fica com a maior parte, e pelo empregador – o Estado não dá sua contribuição. Além disso, a carga tributária incidente sobre o sistema é um fator de elevação de custo. Não existe uma política tarifária racional e integrada do transporte público e individual – taxa de estacionamento, tarifa de transporte coletivo, pedágio etc. Poucos segmentos da sociedade repassam verbas para o transporte coletivo, além de faltar uma política que regulamente e fiscalize o financiamento do transporte, nos níveis municipal, estadual e federal.

As gratuidades para idosos, portadores de deficiência e carentes são corretas, no entanto a evasão e a criação de gratuidade sem previsão de receita para suprir o custo, encarecem o custo do transporte para o usuário pagante. A exploração da publicidade no transporte é um ponto positivo porque aumenta as receitas mas falta financiamento para as gratuidades existentes (correios, oficiais de justiça e policiais etc.) e falta gratuidade para pessoas que não podem pagar. Além disso, é indevida a concessão de gratuidade para algumas categorias.

A bilhetagem eletrônica com o agente de bordo é boa mas é exorbitante, para o usuário, o custo do cartão eletrônico.

A licitação das empresas é positiva no sentido de propiciar maior controle, beneficiando o usuário.

3.2.2 - Pré-Conferência Temática de Controle Urbano e Patrimônio Histórico

A -Texto de apoio à discussão específica

Tema I – Zoneamento e as Ade

A Lei n.º 7.166/96, de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo estabelece diferentes zoneamentos para as diversas áreas da cidade, em função de suas características e potencialidades. O zoneamento estabelecido visa incentivar ou restringir o adensamento no local em função dessas caraterísticas. A seguir estão descritos os tipos de zonas previstos atualmente na legislação urbanística de Belo Horizonte..

a) Zonas de Preservação e de Proteção:

- ZPAM – Zona de Preservação Ambiental: áreas destinadas à preservação e recuperação de ecossistemas naturais;
- ZP-1 – Zona de Proteção 1: proteção paisagística ou risco geotécnico, nas proximidades da ZPAM ou parques, passíveis de receber construções com baixas taxas de ocupação e de densidade;
- ZP-2 – Zona de Proteção 2: áreas parceladas ou não, de proteção ambiental, histórica, cultural,

arqueológica e paisagística – menor restrição que ZP-1;

- ZP-3 – Zona de Proteção 3: em processo de ocupação que será controlado visando à proteção ambiental e paisagística.
- b) Zonas de Restrição:
- ZAR-1 – Zona de Adensamento Restrito 1: baixa densidade, em virtude de infra-estrutura de saneamento, más condições geológicas e de topografia ou articulação viária saturada
- ZAR-2 – Zona de Adensamento Restrito 2: deficiências de condições de infra-estrutura e articulação viária – restrição ao adensamento
- ZA – Zona Adensada: controle do adensamento em virtude de alta densidade de ocupação e problemas de fluidez do tráfego.

c) Zonas Adensáveis (zonas centrais e áreas com disponibilidade de infra-estrutura instalada, onde é permitida maior verticalização e adensamento):

- ZAP – Zona de Adensamento Preferencial;
- ZHIP – Zona Hipercentral;
- ZCBH – Zona Central de Belo Horizonte;
- ZCBA – Zona Central do Barreiro;
- ZCVN – Zona Central de Venda Nova.
- c) Zonas Especiais:
- ZEIS 1 e 3 – Zona de Especial Interesse Social para urbanização e regularização fundiária;
- ZEIS 2 – Zona de Especial Interesse Social para implantação de programas de produção habitacional;
- ZE – Zona de Grandes Equipamentos: áreas industriais, aeroportos, campi universitários, cemitérios etc.

Conforme art. 111 da Lei n.º 7.166/96, o zoneamento somente será revisto mediante lei específica, sempre que aberta nova via regional ou arterial ou em qualquer parte do Município, de 4 em 4 anos. A Lei n.º 8.137/00 incorporou alguns ajustes nos limites de zoneamentos definidos em 1996.

Para contemplar de forma diferenciada áreas que, por suas características e relevância para o Município, demandem políticas de intervenção e parâmetros urbanísticos e fiscais diferenciados foram criadas algumas Áreas de Diretrizes Especiais – ADEs – que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam. As ADEs existentes até o momento são:

- Serra;
- Bacia da Pampulha;
- Residencial Central;
- Vale do Arrudas;
- Estoril;
- Mangabeiras;
- Belvedere ;
- São Bento;
- Cidade Jardim;
- Santa Tereza;
- Savassi;
- Hospitalar;
- Interesse Ambiental;
- Venda Nova;
- Lagoinha;
- Pampulha;
- Trevo;
- Buritis;
- Primeiro de Maio.

Algumas dessas ADEs possuem parâmetros que vigoram provisoriamente, até a respectiva regulamentação: Bacia da Pampulha, Pampulha, Trevo e Cidade Jardim. Outras ainda não têm definidos os parâmetros diferenciados: Vale do Arrudas, Savassi, Interesse Ambiental, Venda Nova e Lagoinha. A regulamentação depende, além do diagnóstico aprofundado da área, de mobilização e participação da

população envolvida.

Como instrumento, ainda, para o tratamento diferenciado de áreas específicas, o Plano Diretor instituiu as "Operações Urbanas", também confirmadas pelo Estatuto da Cidade. Uma Operação Urbana deve ser aprovada através de lei específica e consiste num conjunto integrado de intervenções, com prazo determinado, coordenadas pelo Executivo, com a participação de entidades da iniciativa privada, objetivando viabilizar projetos urbanísticos especiais em áreas previamente delimitadas. Envolve intervenções como:

- tratamento urbanístico de áreas públicas;
- abertura de vias ou melhorias no sistema viário;
- implantação de programa habitacional de interesse social;
- implantação de equipamentos públicos;
- recuperação do patrimônio cultural;
- proteção ambiental;
- reurbanização;
- regularização de edificações.

Algumas leis de Operação Urbana já foram aprovadas, como a das estações do BHBUS e a da área da Casa do Conde de Santa Marina. Outras, visando a regularização de edificações através de compensações urbanísticas no entorno, estão em tramitação na Câmara Municipal.

Perguntas para subsidiar as discussões:

- em termos de zoneamento, seriam esses instrumentos suficientes para direcionar o desenvolvimento urbano da cidade?;
- eles estão sendo corretamente aplicados?

Tema II – Ocupação

O atual quadro do conjunto de edificações existentes em Belo Horizonte reflete, em boa parte do território, as profundas desigualdades sociais do país. Desde o início do século foram ocupadas, de forma desordenada, áreas sem infra-estrutura ou áreas de risco ou de importância ambiental. As áreas centrais, historicamente privilegiadas com a instalação de infra-estrutura, sofreram um processo de verticalização e adensamento excessivos; algumas dessas áreas, especialmente o hipercentro, encontram-se urbanisticamente degradadas.

Desde 1940 são impostos limites às edificações como forma de garantir qualidade ambiental interna e na vizinhança. Atualmente, esses limites são diferenciados em função do zoneamento e se constituem dos itens a seguir.

Coeficiente de Aproveitamento: coeficiente que, multiplicado pela área do lote, determina a área líquida edificada, admitida no terreno.

Taxa de Ocupação: é a relação entre a área de projeção horizontal da edificação e a área do terreno.

Taxa de Permeabilização: parte descoberta e permeável do terreno, dotada de vegetação que contribua para o equilíbrio climático e propicie alívio para o sistema público de drenagem urbana.

Quota de Terreno por Unidade Residencial: instrumento que controla o nível de adensamento nas edificações destinadas ao uso residencial ou na parte residencial das de uso misto.

Afastamento Frontal Mínimo: 4 m nas vias arteriais e de ligação regional e 3 m nas demais vias.

Recuo de Alinhamento:

- exigido nos casos em que há revisão de alargamento futuro da via;
- a área de recuo gera potencial construtivo mas não pode ser edificada;
- afastamento frontal é medido a partir do término da área de recuo de alinhamento.
- Afastamentos Laterais e de Fundo:
- proporcionais à altura da edificação;
- para edificações com até 12 m de altura, é permitido o afastamento de 1,5 m
- Altura Máxima na Divisa: 5 a 10,80 m (ver tabela abaixo)

Quadro 07 - Parâmetros Urbanísticos

ZONA	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	COTA DE TERRENO POR UNIDADE HABITACIONAL	TAXA DE OCUPAÇÃO	TAXA DE PERMEABILIZAÇÃO	ALTURA MÁXIMA NA DIVISA
ZPAM	0,05	–	0,02	95%	–
ZP-1	0,3	2.500 m2/un	0,2	70%	5,0 m
ZP-2	1,0	1.000 m2/un	0,5	30%	5,0 m (exceto nas ADEs da Cidade Jardim e da Pampulha)
ZP-3	1,5	90 m2/un	0,5	30%	5,0 m
ZAR-1	1,0	180 m2/un	–	20%	5,0 m
ZAR-2	1,0	45 m2/un	–	20%	5,0 m
ZA	1,5	40 m2/un	–	20%	5,0 m
ZAP	1,7	25 m2/un	–	20%	5,0m
ZHIP	3,0	10 m2/un	–	20%	10,8 m (para a divisa de fundo)
ZCBH	3,0	20 m2/un	–	20%	10,8 m (exceto na ADE Residencial Central)
ZCBA	2,0	25 m2/un	–	20%	9,0 m
ZCVN	2,0	25 m2/un	–	20%	9,0 m
ZEIS	parâmetros definidos em legislação específica				
ZE	parâmetros definidos em legislação específica				

Como a maioria das edificações existentes seguiu parâmetros das legislações anteriores a 1996, é difícil, ainda, perceber o resultado, para a cidade, da aplicação desses parâmetros.

REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

Estima-se que uma grande parcela das edificações existentes na cidade possuam algum tipo de irregularidade, que varia de pequenos acréscimos à total informalidade e clandestinidade, com ocupação de áreas de risco ou de proteção ambiental. Para a regularização da edificação é exigido o atendimento às normas vigentes à época da construção ou das atuais. Entretanto, são freqüentes as situações em que não é possível o enquadramento legal por problemas que vão da irregularidade do terreno à falta de condições de salubridade da edificação, passando por invasão de recuos, excesso de coeficiente de aproveitamento, escassez de área permeável e desconformidade do uso. A pergunta, portanto, é: o que se pode fazer para buscar a regularização de um número tão significativo de edificações?

CÓDIGO DE OBRAS

Há constantes mudanças tecnológicas dos métodos e materiais de construção. Também os modos de viver se alteram na mesma velocidade, estabelecendo novas exigências em relação à edificação. O Código de Obras de Belo Horizonte, vigente desde 1940, estabelece parâmetros relativos aos materiais a serem utilizados em construções, dimensões mínimas dos cômodos, dimensões mínimas de janelas e áreas de iluminação e ventilação e condições para licenciamento e execução de obras, entre outros.

Alguns desses parâmetros são considerados rigorosos demais ou, até, incompatíveis com a realidade atual, segundo a leitura feita pelos representantes de determinados segmentos. Muitos analisam que é preciso simplificar a legislação e flexibilizar alguns parâmetros. Por outro lado, é preciso garantir o direito à moradia digna, segura e provida de infra-estrutura. As condições de conforto e salubridade da edificação foram a base para a definição dos parâmetros constantes do Código de Obras. É preciso garantir a preservação de nossa cidade e a qualidade de vida de nossos habitantes.

Eis aqui uma das grandes questões que se coloca: quais os parâmetros que, necessariamente, precisam ser regulamentados e policiados pelo Município?

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCA

Outra questão que, a cada dia, ganha maior importância nas discussões sobre a cidade, diz respeito à garantia da acessibilidade física das pessoas portadoras de mobilidade reduzida às diversas edificações. Ressalta-se que, com o aumento da expectativa de vida, aumenta o número de idosos em nossa sociedade e aumenta proporcionalmente a demanda por adaptações nas edificações. Fica o questionamento: como adequar as edificações existentes? Que parâmetros devem ser fixados com esse objetivo para as novas edificações? Como arcar com os custos de instalação e manutenção de equipamentos porventura

necessários?

Tema IIII– Licenciamento de Atividades

LICENCIAMENTO DE USOS EM EDIFICAÇÕES

A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo classifica as atividades econômicas em três grupos, conforme o grau de incômodo e a área ocupada. Para o licenciamento de uma atividade em um determinado local, é considerada, além do grupo no qual está classificada, a categoria da via (local, coletora, arterial ou ligação regional) e sua largura (menor que 10 metros, entre 10 e 15 metros ou maior que 15 metros). As atividades mais incômodas são permitidas apenas em vias coletoras, arteriais ou de ligação regional com largura superior a 10 metros.

As atividades não incômodas (pertencentes ao Grupo I) são permitidas em quase todos os locais (exceto em ADEs exclusivamente residenciais). As demais atividades devem observar, além dos critérios de localização, algumas condições específicas para o seu funcionamento, estabelecidas na Lei n.º 8.137/00.

A Lei n.º 7.166/96 confirma a possibilidade de licenciamento de atividades na residência de um dos sócios da empresa, conforme Lei n.º 6.831/95, conhecida como "Lei de Atividades em Fundo de Quintal". Infelizmente, essa lei tem sido utilizada como forma de burlar as restrições de localização estabelecidas pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo.

As atividades anteriormente existentes que, a partir da vigência da Lei n.º 7.166/96, passaram a não mais ser admitidas no local, podem permanecer ou ser substituídas por outra de mesma classificação.

Algumas atividades de maior porte ou incomodidade são consideradas como empreendimentos de impacto e, por isso, têm seu licenciamento condicionado à análise de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM). O licenciamento ambiental é regido pela Lei n.º 7.277/97 e por deliberações do COMAM. Em decorrência da análise do EIA, podem ser fixadas medidas mitigadoras do impacto gerado.

Tanto as condições fixadas pela Lei n.º 8.137/00 para o funcionamento de atividades dos Grupos II e III quanto as medidas mitigadoras fixadas no processo de licenciamento ambiental têm por objetivo minimizar os efeitos negativos que essas atividades possam ter sobre a vizinhança, especialmente aqueles que se referem ao trânsito e ao meio ambiente.

Os critérios para localização e licenciamento de atividades, conforme acima descritos, procuram disciplinar a distribuição de atividades no Município, flexibilizando a sua localização e controlando as repercussões negativas. No entanto, assistimos ainda a inúmeros conflitos que merecem ser analisados, tais como:

a área utilizada pela atividade, muitas vezes é superior à licenciada ou permitida no local. Por outro lado, os limites estabelecidos para área ocupada pela atividade nem sempre são representativos do impacto que elas possam causar no entorno. Além disso, esses limites induzem à instalação de mais de uma atividade em uma edificação existente, quando essa possui área superior ao permitido;

nem sempre a largura da via onde se localiza uma atividade é relevante para a avaliação do impacto sobre o trânsito; seria necessário avaliar mais profundamente as condições de mobilidade e as características da malha viária no entorno, entretanto, isso tornaria bastante moroso, dispendioso e burocratizado o processo de licenciamento;

as atividades de maior porte e, portanto, que geram maior atração de veículos, continuam sendo permitidas nas vias mais congestionadas da malha viária, contribuindo para prejudicar a fluidez do trânsito.

ATIVIDADES EM ÁREAS PÚBLICAS

A utilização de espaços públicos – em especial passeios e praças – para a realização de atividades econômicas tem suscitado freqüentes debates e conflitos, na medida em que o problema social se agrava e a economia informal passa a ser uma válvula de escape da imensa população marginalizada por políticas cada vez mais excludentes.

Ambulantes, pipoqueiros, mascates, fotógrafos e jornaleiros já eram personagens do cenário urbano de nossa cidade desde as primeiras décadas de sua existência. Entretanto, com o passar dos anos, houve um excessivo crescimento dessas atividades, disputando os mesmos espaços com pedestres e veículos que também passaram por um contínuo processo de crescimento geométrico. Nas áreas centrais, onde o conflito é mais perceptível, as conseqüências são gritantes: acidentes com pedestres, aumento das dificuldades de locomoção para os portadores de deficiência, degradação do espaço urbano com redução das condições de segurança e de limpeza pública, além do prejuízo trazido para os estabelecimentos comerciais legalmente constituídos.

A revitalização do Hipercentro e de outros centros comerciais da cidade como Venda Nova e Barreiro tem como pedra angular o ordenamento racional e o controle dessas atividades pelo Município, contudo as soluções a serem adotadas, além de ousadia e criatividade, exigem um intenso processo de negociação

com todos os setores envolvidos.

Entre as atividades que geram os principais conflitos, destacam-se:

- ambulantes;
- camelôs;
- mesas e cadeiras nas calçadas;
- bancas de jornais e revistas;
- feiras de abastecimento;
- feiras de artes, artesanato, comida típica etc.;
- realização de eventos (shows, encontros religiosos, comícios etc.);
- engenhos de publicidade (faixas, outdoors, pintura mural, tabuletas etc.) ;
- pichação de fachadas;
- movimento de terra e entulho.

CÓDIGO DE POSTURAS

O instrumento legal que trata da regulamentação dessas atividades é o Código de Posturas. O Município de Belo Horizonte possui mais de 300 dispositivos legais – entre leis, decretos e portarias – que abordam matérias referentes a posturas, mas não existe ainda a consolidação dos mesmos na forma de um Código, embora já tenha havido algumas tentativas nesse sentido. A falta dessa consolidação faz com que ocorram, por um lado, algumas contradições e, por outro, algumas omissões e dificulta, além disso, a orientação da população e da ação fiscalizatória da Prefeitura. Atualmente está em discussão, na Câmara Municipal, um novo projeto do Código de Posturas e várias audiências públicas serão realizadas, a partir de 13/11.

Tema IV– Parcelamento do Solo

Uma das questões estritamente relacionadas aos direitos de cidadania diz respeito ao acesso da população à moradia digna, que supõe a existência de terrenos passíveis de ocupação e providos dos serviços de infra-estrutura urbana. Para garantir que os terrenos sejam dotados dessas características, a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo estabelece, em consonância com a legislação federal, parâmetros a serem observados na produção de lotes.

CONDIÇÕES GERAIS

As diretrizes gerais estabelecidas na legislação em vigor estão descritas a seguir.

Não é permitido o parcelamento do solo em terrenos:

- alagadiços ou sujeitos a inundações, antes de serem tomadas providências que assegurem o escoamento das águas;
- que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem prévio saneamento;
- com declividade superior a 47% ;
- em que seja tecnicamente comprovado que as condições geológicas não aconselham a edificação;
  - contíguos a mananciais, cursos d'água, represas e no entorno de nascentes;
  - em que a poluição impeça a existência de condições sanitárias suportáveis, até a correção do problema.

Os parcelamentos devem atender às seguintes condições, dentre outras:

- os lados dos quarteirões não podem ter extensão superior a 200 m, em cada face;
- os lotes devem ter área mínima de 125 m² e máxima de 5.000 m² com, no mínimo, 5,00 m (cinco metros) de frente e relação entre profundidade e testada não superior a 5 (cinco);
- são admitidos lotes com área superior a 5.000 m2 e quarteirões com extensão superior a 200 m, observados os critérios estabelecidos para o parcelamento vinculado;
- devem ser transferidas áreas ao poder público municipal para instalação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços livres de uso público e sistemas de circulação equivalente a, no mínimo (em relação ao total do terreno que se parcela), 15% nos casos de desmembramento (quando se aprovam lotes utilizando logradouros já oficializados), em terrenos com mais de 800 m², e 35% nos casos de Loteamento (quando, para se aprovar lotes, é necessário abrir, prolongar ou alargar logradouro público).

LOTEAMENTOS CLANDESTINOS

Os lotes produzidos em conformidade com os padrões exigidos pela legislação têm custos um tanto elevados, uma vez que como componente do preço ao consumidor está o custo proporcional da implantação da infra-estrutura. Como decorrência, um problema que está sempre presente é a venda ilegal

de lotes não servidos de infra-estrutura e sem a regularização do loteamento junto à Prefeitura e aos serviços cartoriais.

Esses lotes, simples porções de terrenos colocados à venda no mercado, por não serem dotados de serviços de água, de esgoto, de iluminação e nem serem acessados por vias públicas calçadas, implantados em bairros em que não há reserva de áreas para implantação de equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, praças ou áreas verdes) são ofertados no mercado por um preço mais baixo. Porém, o não cumprimento, pelos loteadores, das exigências legais, deixarão os custos nas mãos dos compradores. Esses, por sua vez, reivindicam esses serviços dos órgãos e empresas públicas que, além de, usualmente, não disporem dos recursos necessários, vêem-se legalmente impedidos de executar tais obras por se tratar de intervenções em áreas que ainda não foram repassadas ao Município.

Por outro lado, pelo fato de os lotes não serem oficialmente reconhecidos, seus compradores ficam impedidos de participar de programas de financiamento dos órgãos e empresas governamentais, como financiamentos para construção ou reforma de moradias.

No fim, para os compradores, a regularização da situação sai mais cara que se os lotes fizessem parte de loteamentos regulares desde o início.

O desafio aqui é como proceder à regularização dos loteamentos não oficiais existentes, inibindo a continuidade da prática desse tipo de empreendimento frente às alterações na legislação federal. Parte desse desafio constitui a questão de consideração de padrões diferenciados de implantação de infra-estrutura para populações de menor poder aquisitivo.

A questão da regularização vai mais longe que o tratamento do reconhecimento e registro dos lotes: há toda uma extensão de áreas públicas a serem revertidas a bem da população. As vias públicas sendo calçadas permitem a circulação do transporte coletivo e a mobilidade da população nos percursos entre os locais de residência, de trabalho, de lazer e de serviços. Os locais de prestação de serviços de educação, saúde, segurança etc., devem se localizar próximo aos assentamentos. As vias devem estar devidamente denominadas e com placas indicativas de seus nomes e as edificações devidamente numeradas, para que seus endereços possam ser encontrados e para que os serviços de energia elétrica, água, esgoto, telefonia etc., possam ser conectados.

CONDOMÍNIOS FECHADOS

Uma outra questão que atualmente se coloca, fruto das mudanças de padrões de moradia e de conceitos de qualidade de vida, é o popularmente chamado Condomínio Fechado. Apesar da figura do condomínio já estar descrita na legislação vigente, vários entraves nas questões de definições de espaços públicos e privados e de responsabilidades no tratamento desses espaços não têm tornado possível a sua efetivação e consolidação.

Essa dificuldade existe tanto para os novos condomínios, cujo parcelamento ainda será aprovado, quanto para aqueles bairros anteriormente existentes que pleiteiam sua conversão em condomínio fechado. Aqui a dificuldade é ainda maior porque, mesmo que a área do bairro tenha uma conformação que não configure a obstaculização da circulação na região, o fechamento e privatização de vias implica em desafetação das mesmas como áreas de uso público e, consequentemente, na compensação ao Município com a transferência de outras áreas públicas de igual valor.

A implantação de um condomínio fechado também implica em diferenciar áreas de uso comum do poder público e do condomínio, o que significa uma sensível diminuição de áreas a serem comercializadas, tornando o empreendimento de difícil viabilidade financeira.

ESPAÇOS PÚBLICOS

Tanto na discussão da regularização de condomínios como de loteamentos, a questão da implantação de espaços efetivamente de uso público constitui ordem do dia. Não se trata de mera formalidade, mas de áreas necessárias ao atendimento de demandas da comunidade. Por outro lado, em muitas regiões já existem áreas públicas, mas o equipamento não foi implantado e não existem condições para a prestação do serviço. Sendo assim, há que se discutir tanto os percentuais de transferências quanto a efetiva implantação do equipamento público (posto de saúde, escola, parques etc.). Que formas ou instrumentos poderiam ser pensados para garantir o atendimento a essas demandas?

Tema V – Patrimônio Histórico Urbano

As questões em torno das relações entre a cidade e seu patrimônio cultural cada vez mais têm chamado a atenção das pessoas que, de maneiras diversas, constróem, discutem e vivenciam o espaço urbano. Em Belo Horizonte, o movimento pela defesa e preservação de seu patrimônio cultural – em especial de edificações que além da importância arquitetônica constituem referenciais históricos e afetivos para a população – iniciou-se contra a demolição do Cine Metrópole, antigo Teatro Municipal, em 1983. Embora o movimento não tenha sido bem sucedido a ponto de impedir tal demolição, desencadeou a criação e

aprovação da Lei n.º 3.802/84, que organiza a proteção ao patrimônio cultural do Município de Belo Horizonte. Em 1990 foi instalado o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM-BH. Desde então, a Prefeitura vem progressivamente se estruturando para oferecer o necessário suporte técnico ao Conselho, realizando trabalhos de pesquisa e elaboração dos Dossiês de Tombamento.

Atualmente, na cidade, estão protegidos treze conjuntos urbanos com aproximadamente 400 imóveis com tombamento específico (cerca de 0,05% dos imóveis cadastrados na Prefeitura). A preservação destes bens culturais com tombamento específico não se efetivaria se não fossem estabelecidas diretrizes de proteção que assegurassem sua integridade, considerando não apenas a sua importância arquitetônica mas também a história e evolução da ocupação do espaço urbano próximo de seu entorno.

De 1994 a 2000 foram realizados trabalhos relativos à implantação de uma política pública de preservação para Belo Horizonte, compreendendo os dossiês de tombamento e identificação dos perímetros de proteção. Agora se faz necessário consolidar essa política e a questão principal é como valorizar e assegurar a preservação dos marcos significativos de nossa história, que estão diretamente ligados à construção da cidadania. Já disseram que a cidade que não respeita o seu passado não consegue construir o seu futuro. O direito à cidadania inclui o direito à memória, ao patrimônio histórico, à comunicação simbólica, à manutenção do espaço público, às celebrações, às festas, às manifestações artísticas, ao convívio coletivo.

Nesse sentido, a inclusão e a efetiva integração da política de patrimônio histórico entre as políticas urbanas são passos importantes nas discussões e na definição de ações relativas aos espaços públicos da cidade. O instrumento do tombamento não pode mais ser entendido como única forma de se alcançar a preservação. Além da busca de parcerias com a sociedade civil, a política pública de preservação pressupõe a utilização e criação de mecanismos que garantam a proteção da paisagem urbana e dos espaços e uso e convivência coletiva, básicos no processo de identificação de uma comunidade.

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE BELO HORIZONTE

1- Conjuntos Urbanos Tombados

O tombamento de conjuntos urbanos tem por objetivo a preservação de espaços referenciais da cidade, com forte identidade interna e que represente uma parte da história das pessoas da cidade. O perímetro de proteção de cada conjunto é estabelecido a partir da área polarizadora do mesmo.

2- Altimetria

A fixação de limite da altura de edificações tem o objetivo de preservar e valorizar, a partir da situação atual, o patrimônio cultural edificado e preservar a paisagem urbana estabelecida pela área polarizadora de um determinado conjunto urbano. Há uma diferenciação da altimetria dentro de um mesmo conjunto, em função da localização topográfica do imóvel ou da situação já consolidada de edificações em cada trecho. São considerados dois parâmetros:

- para a maioria das quadras do conjunto urbano é fixada uma altimetria máxima a ser observada por uma nova construção, em função dos principais pontos de visada e da ambiência da área polarizadora; a altimetria máxima é definida a partir da cota altimétrica média do respectivo alinhamento até a cota do teto da cobertura;
- para algumas quadras é fixada, também, uma altimetria básica, em função dos tombamentos específicos ou de imóveis com interesse de preservação.

3- Diretriz Especial de Projeto

Dentro de um determinado conjunto, algumas situações pontuais devem ser motivo de tratamento especial para garantir as relações harmônicas entre os bens culturais protegidos e seu entorno imediato.

4- Graus de Proteção

- 1º Grau de Proteção: Interesse Cultural – De forma geral, todas as edificações inseridas no perímetro do Conjunto Urbano tombado são consideradas como “interesse cultural” e, portanto, estão sujeitas às diretrizes especiais de proteção do conjunto.
- 2º Grau de Proteção: Registro Documental – São consideradas como de interesse para Registro Documental todas as edificações com valor histórico urbanístico para a caracterização de uma fase da ocupação da cidade dentro do plano proposto por Aarão Reis e que, no entanto, não possuem, plasticamente, um apuro formal ou uma forte expressão no ambiente em que está construída. Nos casos de modificação ou de demolição dessas edificações, deverá ser providenciado previamente o Registro Documental, que integrará o acervo de fontes documentais para futuros estudos sobre a cidade.
- 3º Grau de Proteção: Tombamento Específico – Nessa categoria estão incluídas tanto as edificações de

caráter polarizador, que constituem símbolos para o espaço e memória belorizontinos, quanto aquelas com valor especial que apresentam relevância histórica e arquitetônica digna de incontestável proteção. Para as edificações incluídas nesse grau de proteção existem as seguintes formas de tombamento:

- tombamento integral, onde a proteção sobre o imóvel incide tanto interna quanto externamente (planta, todas as fachadas e volume);
- tombamento parcial, onde a proteção ocorre sobre parte específica do imóvel, como fachadas e volume, por exemplo.

5- Incentivos da Proteção Cultural

O tombamento não retira o direito de propriedade e de uso do imóvel, não impedindo a sua venda ou locação. Impede apenas a demolição, visando a preservação da memória da cidade, o que só se consolida se for garantido o bom estado de preservação do bem cultural. Por isso, foram criadas algumas formas de incentivo para os proprietários dos bens culturais tombados. São eles:

- Isenção de IPTU – podem ser isentos do IPTU os bens culturais com tombamento específico, desde que confirmado seu bom estado de conservação;
- Transferência do direito de construir – consiste no direito de vender ou de exercer em outro local o potencial construtivo previsto na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo que, em função das diretrizes de proteção, não pode ser praticado no imóvel;
- Fundo de Projetos Culturais (FPC) – podem se candidatar a uma parte dos recursos do fundo criado pela Lei n.º 6.498/93 qualquer projeto destinado à preservação do patrimônio histórico, incluindo desde a restauração até a sua reabilitação e reconversão para um outro uso, diferente do original.

C - Síntese da percepção dos participantes

O grande marco relativo ao controle urbano no Município de Belo Horizonte foi a aprovação do Plano Diretor e da nova Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo em 1996. A nova legislação permite o crescimento ordenado da cidade, com redução progressiva de seus problemas críticos e melhoria da qualidade ambiental, através da definição de parâmetros objetivos e atuais relativamente a áreas de proteção ambiental, áreas de equipamentos públicos e critérios de parcelamento e ocupação do solo. Entretanto, a maioria da população desconhece a existência dessas leis ou não possui informações suficientes sobre a legislação urbanística.

O zoneamento e os parâmetros urbanísticos são indispensáveis ao controle do uso e ocupação do solo, especialmente nas áreas com deficiência de infra-estrutura. Afastamentos laterais, taxa de permeabilização, quota de terreno por unidade residencial, coeficiente de aproveitamento e taxa de permeabilização são condições que necessariamente devem ser controladas. Entretanto, os valores hoje fixados, embora já representem um ganho em relação à situação vigente até 1996, precisam ser revistos para melhor adequação às características, vocações locais e redução dos impactos gerados, como, por exemplo, na Pampulha, na região da Av. Raja Gabaglia, no Belvedere e no Zoneamento ZP-2 em geral. Em muitos casos, o zoneamento produz efeitos perversos como a supressão de especificidades locais, expulsão da população residente, adensamento excessivo e formação de guetos para classes privilegiadas e exclusão de classes sociais de menor poder aquisitivo. Não existem instrumentos que, a curto prazo, permitam corrigir a situação local dos parâmetros, quando contatada alguma distorção.

Por outro lado, a criação de Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs) em áreas com especificidades previamente definidas permite a adequação e detalhamento do zoneamento para preservar ou induzir situações diferenciadas através de leis específicas. Como muitas ADEs foram apenas indicadas na Lei n.º 7.166/96, a morosidade ou inexistência de sua regulamentação tem induzido usos e ocupações indevidos ou clandestinos. Da mesma forma, outras áreas, como a serra do Curral, precisam urgentemente da criação de uma ADE e conseqüente detalhamento. Também os planos diretores regionais precisam ser agilizados para adequação às realidades específicas e dinamização do desenvolvimento regional.

As operações urbanas consistem outro instrumento introduzido pelo Plano Diretor e que permite a adequação da legislação genérica para tratamento de casos específicos. Entretanto, até o momento, tm sido pouco utilizado.

Quanto à formação de novos espaços urbanizados, foi um avanço para a cidade o fato de se exigir a implantação de loteamentos somente após a aprovação do projeto na Prefeitura, com a garantia de implantação da infra-estrutura (abastecimento de água, drenagem, esgotamento sanitário e iluminação pública), integração à malha viária já existente e observância de parâmetros específicos previstos em lei, entre os quais a reserva de área para implantação de equipamentos de uso coletivo. Entretanto, a rigidez da legislação torna o processo de aprovação de projetos de parcelamento morosos, burocráticos, fragmentados e onerosos, induzindo à clandestinidade e à exclusão. Não se tem conseguido impedir o

surgimento de loteamentos clandestinos que, além de prejuízos financeiros aos compradores, produzem áreas de risco e agridem o meio ambiente. Os empreendedores têm agido impunemente.

Embora a Prefeitura já tenha um trabalho de identificação de assentamentos não aprovados e algumas ações de regularização já implantadas ou em andamento, falta um programa de governo mais efetivo que viabilize a regularização dos assentamentos irregulares. Outras problemas diretamente relacionados à ação da administração pública dizem respeito à falta de uso imediato das áreas transferidas ao poder público em implantação de loteamentos (o que favorece a invasão das mesmas) e à inexistência de programa de regularização de lotes lindeiros a vias implantadas pelo poder público (o que favorece a deterioração de áreas que poderiam ter melhor aproveitamento econômico).

Outra realidade que tem marcado o processo de ocupação diz respeito a violência urbana. Como reação à falta de segurança em conjuntos habitacionais, têm proliferado condomínios fechados clandestinos, que se apropriam indevidamente de vias públicas e geram segregação social. Embora a legislação urbanística já contemple a possibilidade de transformação de loteamentos existentes em condomínios fechados, essa figura ainda é imprecisa, especialmente quando se trata de áreas com mais de 100.000 m². Além disso, trata-se de um processo extremamente burocrático e oneroso.

Na área de regularização de assentamentos, destaca-se como positiva a política municipal de habitação, embora prejudicada pela ausência de programas habitacionais promovidos dos pelos governos federal e estadual. Destaca-se, em especial, a regularização das áreas de vilas e favelas, classificadas como Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS, envolvendo a regulamentação introduzida pela Lei n.º 8.137/00, a elaboração dos planos globais estratégicos, a regularização fundiária e a urbanização. O Estatuto da Cidade também favorece a regularização. Essas iniciativas, no entanto, não induzem a redução gradativa do crescimento das vilas e favelas. Faltam também ações de fiscalização (preventiva, educativa ou punitiva) nas áreas de ZEIS e também em outras áreas que, uma vez ocupadas, se transformam em áreas de risco.

Aliás, a Fiscalização em geral tem sido objeto de freqüentes críticas e discussões. Algumas iniciativas são elogiadas, como o Programa de Fiscalização Integrada do qual participam diversos órgãos fiscalizadores da Prefeitura. Outro ponto positivo é o caráter preventivo e educativo de algumas ações. No entanto, em geral, a falta de recursos, inclusive de pessoal, reflete diretamente na eficiência da fiscalização. Além disso, há muita desinformação por parte da população em geral sobre a legislação urbanística. Esse quadro, aliado à precariedade das condições socioeconômicas da população, à excessiva burocracia e morosidade nos processos de licenciamento ou regularização, à elevada carga tributária e à falta de instrumentos punitivos mais eficazes, produz um alto índice de clandestinidade, podendo-se, inclusive, falar da existência de duas cidades: a cidade formal e a informal ou irregular. Há ainda aqueles que, embora tenham consciência das exigências urbanísticas, aproveitam-se dessa situação para burlar ou descumprir a legislação, principalmente no que se refere a edificações e instalação de atividades econômicas. Isso se dá tanto em áreas de propriedade particular quanto em áreas públicas – destaca-se, inclusive, uma apropriação indiscriminada do espaço público para atender a interesses particulares.

Dentro da legislação urbanística, a de posturas também merece uma atenção especial. Primeiro, pela falta de consolidação em um código; segundo, pela falta de atualização de alguns dispositivos. Tramita na Câmara Municipal um projeto do Código de Posturas; embora tal iniciativa seja positiva, é preciso preocupar-se especialmente com a legislação relativa a licenciamento de camelôs, que atualmente é muito burocratizada. É positiva a organização dos mesmos em barracas de cores diferenciadas; é negativa a concorrência exercida com o comércio regularmente estabelecido. Também a legislação relativa a comunicação visual está inadequada, uma vez que a paisagem urbana vem sendo progressivamente obstruída pela colocação indiscriminada de veículos de publicidade e pela falta de controle dessa colocação pelo poder público. Muitas vezes é prejudicada a visibilidade de imóvel tombado ou, pior ainda, a instalação é feita no próprio bem tombado.

Quanto à política de proteção do patrimônio histórico, destaca-se a recuperação de espaços e sua destinação ao uso público (Mercado da Lagoinha, Casa do Conde, Praça da Liberdade). Tem sido viabilizada a efetiva proteção de edificações e referências simbólicas, o que contribui para preservação da memória e melhoria da qualidade de vida na cidade. Entre os incentivos, a transferência do direito de construir condicionada à preservação do patrimônio tombado é considerada positiva. A atuação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural e a política de proteção adotada no Município, incluindo graus de proteção do bem, definição de conjuntos urbanos protegidos, critérios de tombamento e de preservação da paisagem, têm contribuído para um processo de valorização da conservação do patrimônio cultural. Entretanto, essas iniciativas o os incentivos existentes ainda não são suficientes para sensibilizar os proprietários; como resultado, tem-se um grande número de bens de interesse de preservação em processo de desvalorização e deterioração. Sente-se, ainda, a falta de um programa educativo, inclusive nas escolas, relacionado à preservação e valorização do patrimônio urbano, e a falta de divulgação dos instrumentos de incentivo à preservação; sente-se, também, uma desarticulação dos órgãos públicos envolvidos com a preservação do patrimônio, em especial, em relação à política de turismo e à destinação social e econômica

dos imóveis tombados.

Especificamente quanto a edificações em geral, além da já mencionada dificuldade decorrente da morosidade e burocratização do processo de licenciamento, destaca-se a inadequação da legislação de obras à realidade atual e ao conforto ambiental. Apesar de haver legislação municipal que prevê a facilitação do acesso de pessoas portadoras de deficiência às edificações, essa facilitação, na prática, não tem ocorrido. Constata-se, também, a ausência de mecanismos e parâmetros urbanos que flexibilizem a regularização de construções clandestinas.

Quanto ao licenciamento de atividades econômicas, constata-se, a ausência de uma política econômica mais eficaz que privilegie a criação de empregos e, também, uma certa inadequação da lei de licenciamento às vocações do desenvolvimento urbano regional. Também falta uma interação maior do licenciamento de atividades com os demais órgãos envolvidos. Como pontos positivos, cita-se a existência da Lei de "Fundo de Quintal", como fator de geração de emprego e renda, e o licenciamento de atividades de maior porte condicionado à análise de estudo de impacto ambiental pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), onde se prevê também a discussão com a população envolvida. Ressalta-se, no entanto, o fato de ser a legislação municipal um pouco permissiva quanto a instalação de antenas de telefonia celular.

De forma geral, no que diz respeito à gestão da política urbana no Município, ainda não são percebidos os efeitos da reforma administrativa, que prevê a integração do planejamento e a descentralização do licenciamento e fiscalização. No entanto, sente-se uma progressiva abertura à participação popular, especialmente através dos diversos Conselhos da área urbana e de outras instâncias de discussão. Outro ponto positivo refere-se ao Programa de Engenharia Pública, em fase de implantação. Entre os pontos negativos, destaca-se falta de integração da política tributária com a política urbana (o IPTU não reflete a política urbana de zoneamento do solo, e a excessiva carga tributária induz à informalidade da atividade econômica e reduz o volume de licenciamentos). Outro ponto que merece referência é a escassez de espaços adequados na cidade para atividades de lazer, culturais, esportivas de grande porte.

3.2.3 - Pré-Conferência Temática de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento

A - Palestra de abertura

LUIZ ROBERTO SANTOS MORAES[25]

Trabalho com a relação saneamento, saneamento ambiental, meio ambiente e saúde e vim tentar colocar aqui algumas informações de caráter conceitual, puxando sempre para aplicações práticas. E aí vamos ver como é que nós podemos desenvolver um modelo de gestão que trabalhe a questão do meio ambiente, dos recursos hídricos, do saneamento, em termos de ações integradas e soluções integrais. Como é que a gente pode trabalhar, por exemplo, num município do porte de Belo Horizonte. Vocês estão num estágio bem mais avançado do que o meu município, que é Salvador – Salvador não conseguiu realizar, até agora, nem a primeira conferência municipal de política urbana, ainda está extremamente atrasada em dar os passos para discutir.

Na terça feira à noite, em Brasília, foi abertura da 3ª Conferência das Cidades. Na mesa formada para a solenidade de abertura estava o Ministro da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República convocando o Congresso Nacional e a platéia a aprovar o projeto de Lei n.º 4.147, de 2001, que é aquele que privatiza os serviços de água e esgoto no Brasil, serviços esses cuja titularidade é municipal, garantido pela Constituição brasileira. Então, a todo momento eles vão estar tentando aprovar uma lei que facilite a privatização dos serviços de água e de esgoto e isso é extremamente danoso à população brasileira. Vai dificultar o acesso e a luta.

Tem um exemplo interessante de mobilização popular que é o da Bahia, onde ia acontecer a primeira privatização de uma companhia estadual de água e esgoto no país. O governo do estado já tinha feito contrato com a Caixa Econômica Federal, vendendo 30% das suas ações e recebendo, por isso, 450 milhões de reais. Mas a sociedade baiana, em todos os recantos do estado, se mobilizou e conseguiu derrubar leis que tinham sido aprovadas pelas Câmaras de vereadores, autorizando a privatização, autorizando o estado a privatizar os serviços de água e esgoto. E, pela primeira vez na cidade de Salvador, foi dada entrada na Câmara um projeto de lei de iniciativa popular, com 92.750 assinaturas, para que se revertesse o processo na capital. Então, quando a sociedade se mobiliza, luta por algo que ela acha que é importante, ela efetivamente consegue obter sucesso. A Igreja católica e as outras igrejas se juntaram nessa luta e quando o ex-senador Antônio Carlos Magalhães viu a perda política que ia ter, foi a uma cidade do interior, para as câmeras de televisão, dizer que não ia ter mais privatização, que nunca o governo do estado da Bahia tinha pensado em privatizar a água. E é sobre a água, tão importante que a gente vai falar

[25] XXXXXXXXXXX

um pouco do ponto de vista conceitual.

O ambiente do ser humano é muito complexo, o ambiente natural, com outros seres vivos, plantas, animais, o ambiente físico, o ar, o solo, a água, o céu. Pode-se ver também que a cultura que as pessoas criam está no ambiente, fazendo parte não mais do ambiente físico ou do ambiente biótico mas do ambiente antrópico, social das pessoas; estão ali, a tecnologia e a ciência, a religião, a arte nas suas diferentes formas atuando sobre os seres humanos. Também as outras pessoas, através dos diferentes sentimentos, do amor do ódio, da solidariedade, da amizade, da inveja, do ciúme, tudo isso conformando o ambiente, tudo isso interferindo no equilíbrio de cada enquanto ser humano. Tudo está aí para ser equilibrado, para gerar saúde e é de uma complexidade grande, do ponto de vista de fazer a vida melhor, mais saudável.

Há três tipos de ambiente: o ambiente biológico, o ambiente físico, e o ambiente antrópico. Eles se relacionam entre si e todos eles interferem no nosso equilíbrio, ou seja, na nossa saúde. Então, interferir em cada ambiente desses para poder fazê-lo salubre, bem administrado, para que traga um resultado, uma determinação da saúde, visando o equilíbrio da pessoa, é o grande trabalho de todos nós. Como fazer isso? Ouve-se falar muito sobre recursos hídricos, mas eu gostaria de falar aqui mais sobre o elemento água, porque quando a gente fala recurso hídrico, a água passa a ser olhada como algo utilitário, enquanto que elemento água tem uma abrangência muito maior. Numa bacia hidrográfica existem o rio principal, os seus afluentes e as diferentes atividades daquela área, atividades com interesses diferentes gerando conflitos no uso do espaço, do solo; gerando conflitos no uso da água; gerando diversos resíduos e devolvendo esses resíduos para o ambiente e isso precisa ser estudado. Para isso existem os centros de pesquisa. Então precisa ser estudado, precisa ser negociado, precisa ser legislado, pra que efetivamente a ocupação desse solo, a gestão desse solo, a gestão dos diferentes recursos, dentre eles a água, seja feita de maneira integrada.

Então já estou trazendo um primeiro conceito que é a integração. A gente tem, nas ciências, as ciências fragmentadas. A gente tem nas atividades, atividades extremamente fragmentadas e setorizadas. Existe o órgão público e, muitas vezes, estado é organizado de tal maneira que fragmenta bastante as atividades. Buscar a integração das ações é extremamente importante, porque sem ela será óbvia a continuidade dos conflitos de interesses setorizados.

Nós desenvolvemos, na periferia de Salvador, um projeto de ações integradas de saneamento ambiental e habitação, trabalhando numa comunidade de 4 mil habitantes, num bairro que não era dotado de água. A população não tinha acesso à água de maneira regular. 80% da população tinha ligação, extremamente irregular e a água não era de boa qualidade. Coleta de esgoto não existia praticamente em lugar nenhum. Drenagem de águas de chuva também não existia. O manejo dos resíduos sólidos também não existia naquela comunidade e diversos barracos eram extremamente precários. Pois bem, com os três níveis de governo, órgãos da prefeitura e do governo do estado e órgãos federais relacionados a meio ambiente, recursos hídricos, saneamento e saúde, conseguimos formar um comitê gestor e desenvolver os projetos com a comunidade do local discutindo, deliberando, participando. Depois se conseguiu buscar e administrar os recursos e criar um modelo de intervenção integrada para áreas de periferia, mostrando que não era uma utopia, é algo real.

E necessita do quê? Visão política, vontade política, decisão política, participação social e capacitação de profissionais. Ou seja, buscar a integração é muito importante, tanto nas ações como entre as instituições e muitas vezes intra-instituição. A área de saneamento tem um exemplo: muitas vezes, o órgão de saneamento tem o pessoal da água e o pessoal do esgoto e há uma enorme dificuldade na integração e na interação desse pessoal; como muitas vezes, somente na área da água existe o pessoal que projeta, faz os projetos mas existe o pessoal que faz a construção e existe o pessoal que faz a operação. Quer dizer, é necessário a integração intra-instituição e entre as instituições, entaõ isso que Belo Horizonte está colocando é um avanço. Eu tenho caminhado, andado pelo Brasil, tenho participado de algumas conferências, a maioria delas voltadas para a área de saneamento, específicas – algumas são municipais, outras são metropolitanas e outras são estaduais – mas na hora em que eu vejo uma conferência que vai discutir política urbana, política de cidade, e que incorpora uma área temática de forma integrada o meio ambiente, os recursos hídricos e o saneamento, pra mim vocês estão com uma riqueza no desenvolvimento de avançar, no sentido de integrar esses fatores. E é óbvio de que o estabelecimento de políticas públicas, de projetos de lei gerando leis específicas tem que ter sempre a visão da integração, para se ter um ambiente com uma salubridade melhor, que traga um impacto na ampliação da qualidade de vida.

Pensem na quantidade de atividades de uma bacia. Atividades que usam o solo. Atividades que necessitam de água em quantidade e com qualidade. Atividades que devolvem para a água as suas impurezas e o elenco dessas impurezas pode gerar diversas alterações na própria água. Então, é necessário que as partes interessadas sentem na mesa para discutir, negociar e buscar uma solução que possa ser desenvolvida. Então, pensem nas duas bacias que existem no município de Belo Horizonte com conflitos semelhantes em termos de uso da água. Como a água do rio não é utilizada para diversos usos, inclusive para beber, e a COPASA capta longe, não dentro da malha urbana de Belo Horizonte, esse conflito muitas

vezes não aparece na intensidade que poderia aparecer.

Então, como resolver isso?

O Brasil demorou muito, mas, felizmente, a partir de 97, tem uma lei que estabelece a política nacional de recursos hídricos, um sistema nacional de gerenciamento. Hoje, cada Estado tem uma lei de política estadual de gerenciamento, de recursos hídricos e também um sistema estadual de recursos hídricos e tem que dialogar com o município. O domínio da água no Brasil é estadual ou federal mas a titularidade do serviço de saneamento é municipal.

E aí muitas vezes o saneamento entra como usuário, ou seja, a área de saneamento, o serviço de saneamento entra como usuário da água. E ele tem que ter o cuidado de como vai captar aquela água, a quantidade que vai captar, a qualidade daquela água pra ele, enquanto usuário e a devolução da água suja por parte dele. Trabalhar isso aí é que se necessita integrar às políticas públicas. Isso não elimina a possibilidade de continuar a existir, dentro dessa integração, as políticas específicas, municipais e setoriais.

O conceito de salubridade ambiental é relativamente recente aqui no nosso país, tem uns quinze anos, e a gente tem tentado entender esse conceito no ambiente em que a gente anda, esse ambiente daqui, o ambiente lá próximo da casa da gente, qualquer ambiente. É necessário que ele esteja num estado de salubridade que não gere problemas de impacto na saúde, é um estado de qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente e de promover as condições favoráveis ao pleno gozo à saúde e ao bem estar da população. E isso já está no projeto de lei que foi aprovado daqui.

Outro conceito que eu acho importante é o do saneamento ambiental, um elenco de ações que visam exatamente melhorar a salubridade do ambiente. Nós não temos que ficar preocupados apenas em ter água na nossa casa. Temos que nos preocupar com de onde é que está vindo aquela água, com a proteção daquele manancial. E só depois com a chegada da água até a casa da gente. E quando a água chega no interior da casa da gente, qual é a ética que a gente tem com a água? Qual é a ética que a gente tem com a água? Qual é a nossa relação com a água? A prefeitura assinou um contrato há muitos anos atrás de Concessão com a COPASA e a COPASA explora até hoje o sistema de água daqui de Belo Horizonte. Como é que a gente faz na hora em que lava as mãos? Nós, homens, na hora em que fazemos a barba? E na hora em que a gente escova os dentes, em que a gente desperdiça uma quantidade de água fenomenal? Muitas vezes a gente vai no banheiro da casa da gente e faz cinqüenta, sessenta mililitros de xixi e a gente mete o dedo na descarga e com cada dedada daquela na descarga, estamos jogando fora ali, pra levar para rede de esgoto, de doze a vinte litros de água potável. Poderia pegar dali e beber. Isso é de uma irracionalidade monstruosa. Aí você poderiam dizer assim: mas esse é um problema tecnológico. Por que que vocês engenheiros não desenvolvem uma tecnologia que gaste menos água? Isso já foi feito, já foi feito aqui no Brasil. Hoje já existem indústrias brasileiras que produzem o vaso que gasta apenas cinco litros de água. Mas qual é o programa de habitação popular e onde é que ele está sendo implantado? Quando eu pego, num curso de especialização, uma turma inteira de engenheiros, os engenheiros nem conhecem, nem sabem que existe esse vaso de descarga reduzida, o VDR. A Deca, a Duratex, a Cidamar, já produzem em escala industrial. Então a gente estaria gastando menos água, a gente estaria gerando menos esgoto, que precisa ser coletado e tratado, pra ser reintegrado no ambiente. Então, e a ética da gente?

Eu estou trazendo um exemplo, para que possamos refletir sobre isso, porque muitas vezes a gente passa e vê o rio, os pontos de lançamento de esgoto das cidades ou das indústrias e fica dizendo “puxa, está poluído”. Sim, mas e a sua relação com a água, se dá de que maneira? Isso tem que ser trazido para o debate. Por que não captar e utilizar água de chuva? São tecnologias disponíveis. Ah, a gente faz isso quando é no semi-árido, num lugar que chove pouco. Aí a gente capta água nos telhados das casas, leva para uma cisterna e armazena a água que vai ser água de abastecimento, durante os oito ou nove meses em que não vai chver. Por que que a gente não poderia fazer isso na área urbana. Quem disse que isso não pode ser feito? Nós, simplesmente, adotamos uma única tecnologia, como é o caso do esgotamento sanitário também. Então essa questão tecnológica, tecnologias apropriadas, tecnologias ambientais ou limpas, são questões que têm que ser discutidas no projeto das ações e até mesmo na integração entre como manejar o ambiente, como manejar a água enquanto elemento dos recursos hídricos e como ofertar saneamento para a população. São questões que muitas vezes passam despercebidas porque muitas vezes a gente acha de que tem que chegar ali e ter o vaso sanitário, não avalia quanto de água está sendo gasto para descarregar os poucos ml de xixi de que a gente faz.

Então essas são questões também para o debate, para a questão de como é que nós vamos pensar a integração e a integralidade da prestação dos serviços. São questões que hoje já são realidade, já tem prédio de apartamento que tem privada a seco, que não usa água dentro do prédio, ou seja, a matéria excremental ela é armazenada ali, se decompõe e a pessoa reutiliza, óbvio que isso não tem que ser uma panacéia, mas é um sistema que pode ser analisado. O outro, um vaso sanitário que separa a urina da matéria excremental e ambas são reutilizadas. Nós temos que romper essa ditadura tecnológica de colocar apenas rede de esgoto passando pelo meio da rua pra coletar todas as águas sujas de dentro das casas da gente. Em uma cidade adensada, certamente essa seria a melhor solução, mas em outras áreas poderiam

ser tecnologias diferentes. Então muitas vezes a gente padroniza uma tecnologia e acha que só é aquela e aquela tecnologia vem vem atender interesses outros, que podem não ser interesses de oportunizar a universalização do serviço de saneamento.

A cobertura de água aqui em Belo Horizonte é fantástica. A de esgoto já está excepcional também, em termos do número de domicílios da cidade ligada à rede de esgoto mas é necessário universalizar, chegar aos 100%. É necessário diminuir o impacto que esses esgotos estão gerando nos córregos. E muitas vezes o rio tem capacidade para receber o esgoto e purificar o esgoto de maneira natural, sem precisar grandes tratamentos, então não pode ser algo para favorecer apenas os vendedores de equipamentos e de materias, os construtores. Tem que ser algo estudado, a gente para descobrir os gargalos, os nós, porque nós não somos os dono da verdade. A todo momento aparece uma dificuldade e a gente vai pesquisar pra saber como resolver aquela dificuldade.

Então o saneamento é, fundamentalmente, uma ação de saúde pública, incorporando as cinco ações principais, feitas de maneira integrada entre si e integradas com a área de saúde. Tem ainda que buscar a integração entre esses três segmentos: o meio ambiente, os recursos hídricos e o saneamento.

Há dois tipos de mananciais diferentes: os rios e os poços do subsolo. Diversas cidades brasileiras já usam esse sistema, que pra elas é mais adequado do ponto de vista ambiental. Então isso daqui tem que ser feito de uma forma integral e com a seguinte preocupação, que impacto isso vai gerar? Em Salvador, quando os condomínios começaram a perceber o custo, após a implantação da rede de esgoto, eles pediram à concessionária estadual para desligar a água do condomínio, contrataram um profissional e perfuraram um poço e hoje em Salvador tem mais de dois mil condomínios que pegam água diretamente do subsolo e não usam a água da rede pública. Isso acaba gerando um impacto no ambiente, porque não está sendo estudada essa exploração da água, que dano está trazendo ao subsolo e, do ponto de vista sanitário, não está sendo feito nenhum acompanhamento. Numa cidade que até 4 anos atrás, só tinha 26% do esgoto coletado, hoje esse número subiu pra 48% da população. Ou seja, o grau de contaminação fecal que pode atingir o manancial subterrâneo com essa retirada de água, abaixando o nível debaixo do subsolo e penetrando numa velocidade maior as impurezas e muitas vezes acontece que a família vai indicar para a secretaria de saúde que está com problema e, quando vai se pesquisar, é exatamente a contaminação da água subterrânea que ele está consumindo sem nenhum controle. Essas coisas têm que ser feitas de forma integral, controlada e não de maneira dispersa.

Além disso, é necessário ter toda uma preocupação com as matas ciliares, com os tipos de lançamentos que existem na bacia hidrográfica e no reservatório. Isso tudo tem que estar envolvido, compondo a integralidade do sistema e não esquecido como sendo algo de terceiros porque compete, por exemplo ao órgão municipal ou estadual de meio ambiente fazer a fiscalização dos mananciais e acompanhamento. Trabalhar numa perspectiva que seja efetivamente integral, integral no sentido do todo

Uma conferência, ou uma pré-conferência como essa, oportuniza o diálogo, a discussão, o conhecimento e a formulação de políticas públicas que trazem ou que dizem respeito à maioria das pessoas. Construir de maneira coletiva é o grande ganho. Ontem, por exemplo, o prefeito do município de Alagoinhas, 130 mil habitantes no interior da Bahia, sancionou a política municipal de saneamento. Uma lei que foi construída pelo povo. Uma conferência municipal de saneamento realizada em julho agora, encaminhada ao poder executivo, ao prefeito, que encaminhou à Câmara que, por sua vez, abriu uma outra discussão, melhorou e aprovou o projeto que foi, ontem, sancionado pelo prefeito. Passa a ser o primeiro município no estado da Bahia a ter uma política municipal instituída, um arcabouço jurídico institucional que estabeleça como é que deve ser organizado quais são os instrumentos. E a população continua a fazer o controle, a sua participação e o controle social. Então, isso é possível, só precisa vontade política, decisão política, formação de técnicos e competência. Precisa de participação e controle social. Precisa de tecnologias apropriadas, tecnologias ambientais para trabalhar essa questão de uma maneira que possa efetivamente ser adotada ali. E principalmente, precisa um esforço grande de mudar a ética. E mudar a ética, resgatando a solidariedade, resgatando a eqüidade.

Temos que ter agora a competência de buscar essa integração e pensar nas soluções de maneira que atenda ao todo, de forma integral.

B - Texto de apoio à discussão específica

Caderno 1

TEMA 1: ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE AMBIENTAL, FLORA E FAUNA

Belo Horizonte se instalou em uma região com excepcional variedade em sua constituição física, como a riqueza mineral e o relevo, com altitudes que variam de 650 metros, na região nordeste, a 1500 metros, no topo da serra do Curral. Com grande parte de seu território, de 330,23 km², ocupado por atividades urbanas,

poucas áreas da cidade mantêm suas características naturais. Para preservá-las é necessário identificá-las, reconhecer suas relevâncias e estabelecer um pacto social comprometido com a instituição de práticas voltadas para a sua perpetuação no espaço urbano.

Na última década, houve um grande esforço da Prefeitura, assim como de ambientalistas e técnicos e da sociedade em geral, para a ampliação das áreas verdes e a proteção das áreas de interesse ambiental, através da criação de legislações específicas, da implantação de parques e praças, do aprimoramento da arborização urbana e da implementação de uma ampla política de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. Este esforço tem trazido resultados. Até 1993 havia apenas 8 parques implantados e, hoje, são 39, distribuídos nas 9 regiões do Município. Mais 12 parques se encontram em fase de implantação, seja pela Prefeitura, seja por empresas particulares, como compensação ambiental.

A legislação urbanística municipal – Plano Diretor e Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo – criou zoneamentos de preservação e proteção, com normas mais restritivas de ocupação, uso e impermeabilização. Assim, Belo Horizonte possui as Zonas de Preservação Ambiental – ZPAMs, destinadas à preservação e recuperação de ecossistemas, nas quais somente são aceitas ocupações destinadas ao aprimoramento da própria área, encontrando-se assim classificadas todas as áreas referentes aos parques e as ilhas da Pampulha. Foram também criadas as Zonas de Proteção – ZPs, com objetivo de proteção ambiental e preservação do patrimônio paisagístico, com maiores possibilidades de ocupação e uso, e que viabiliza, economicamente, áreas de propriedade particular. São classificadas como ZP-1, ZP-2 ou ZP-3, dependendo do grau de ocupação e permeabilidade do solo. Áreas classificadas como ZPAMs, quando de propriedade particular, recebem, automaticamente, tratamento de ZP-1.

O Plano Diretor também criou as Áreas de Diretrizes Especiais –ADEs, em locais que, pelas suas características, demandam políticas diferenciadas, mais restritivas e preponderantes sobre aquelas referentes aos zoneamentos. Do ponto de vista do interesse ambiental, as principais são: ADE Pampulha, ADE Trevo e ADE Cidade Jardim. Encontra-se em estudo a criação da ADE da Bacia da Barragem Santa Lúcia, assim como a relativa à serra do Curral, esta advinda de proposta da I Conferência de Política Urbana.

Ainda com relação à serra do Curral, marco geográfico do município, com grande valor paisagístico, ambiental e simbólico para a população, teve esta o seu perímetro de proteção definido em 1996, passando as ocupações na mesma a serem submetidas a diretrizes especiais.

Através de legislação estadual, foram criadas duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs): a chamada APA Sul-RMBH, localizada nas encostas da serra do Curral, criada em junho de 1994, para, principalmente, proteger os mananciais de abastecimento de água de Belo Horizonte e a APA Fazenda Capitão Eduardo.

O nome áreas verdes abriga um amplo leque de categorias. Entre as situadas em terrenos particulares destacamos as áreas de preservação permanente, que devem permanecer em seu estado natural, e as áreas non aedificandae, onde não se pode construir, e que tem o objetivo de proteger nascentes, cursos d'água, topos de morro etc. A legislação municipal criou dois instrumentos de incentivo aos proprietários: a Reserva Particular Ecológica e a Transferência do Direito de Construir.

Quanto às áreas verdes públicas, a cidade dispõe de um grande número de praças, jardins e parques. Ainda nesta categoria se incluem os canteiros centrais das avenidas e as áreas reservadas de loteamentos, mesmo quando ainda não receberam qualquer melhoria. A dificuldade do poder público em conservar e promover o uso adequado destas áreas, associada à falta de cuidado da população com os espaços de uso coletivo, favorecem as depredações e as invasões para os mais diversos usos.

Belo Horizonte considerou em seu planejamento inicial, a valorização da arborização das vias , no intuito de embelezar e melhorar a qualidade de vida da sua população. Entretanto, a partir da década de 30, novas tendências de desenvolvimento e planejamento urbano colocaram em segundo plano o modelo tradicional de arborização. Os equipamentos urbanos e edificações não foram adequados às árvores e o acelerado crescimento do município gerou e ampliou os conflitos, cada vez mais complexos, entre a arborização e os vários equipamentos urbanos instalados.

Atualmente, o planejamento, a implantação e a manutenção da arborização passaram a exigir soluções cada vez mais adequadas ao ritmo de vida da cidade, afim de compatibilizar o crescimento urbano com a arborização. Este processo de compatibilização envolve o plantio de espécies adequadas às características locais e intervenções nos espécimes existentes e/ou nos equipamentos instalados. A realização de intervenções na arborização mediante avaliação técnica adequada, de forma sistemática e regular, como nas podas periódicas, nos plantios de espécies adequadas e nas supressões de espécimes indesejáveis, têm sido adotadas pela prefeitura como método padrão para minimizar os conflitos.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano (SMMAS) e as Secretarias Municipais da Coordenação de Gestão Regional (SCOMGERs) dividem a responsabilidade pelo trato da arborização da cidade. Tanto uma como as outras enfrentam dificuldades para realizar suas atribuições, uma vez que, em praticamente todas as administrações regionais, a demanda da população por intervenções envolvendo

arborização é superior a 60% do total de solicitações de serviços. Esse fato gera uma defasagem de tempo muito grande no atendimento das solicitações, causando um descontentamento na população, manifestado através de protestos e de depredações da vegetação em si.

Em suma, a arborização urbana tem sofrido prejuízos ao longo dos anos e gerado descontentamento na população, e é de competência da prefeitura criar mecanismos para melhorar essa situação. O Plano Diretor de Arborização, que poderá reverter este quadro, criando condições para uma melhoria da qualidade da arborização, está sendo concebido pela SMMAS e deverá contar com a participação efetiva das SCOMGERs para sua implantação plena.

A fauna depende, para a sua sobrevivência, de condições naturais compatíveis com suas necessidades. O processo de urbanização foi responsável pelo desaparecimento de muitos animais silvestres. Das 178 espécies catalogadas como ameaçadas de extinção em Minas Gerais, 80 têm Belo Horizonte como sua área de origem. Entre elas estão 24 mamíferos, 34 aves e o único tipo de onicóforo existente no estado. O Jardim Zoológico desenvolve atividades de pesquisa científica, de educação ambiental e de conservação e reprodução das espécies ameaçadas – como o lobo guará, o mico-leão dourado e o mutum.

A gestão das áreas de interesse ambiental e da flora (esta, com destaque para a arborização), encontra-se dividida entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano e as Secretarias da Coordenação de Gestão Regional. Competem à SMMAS planejamento, coordenação, supervisão e avaliação da execução de atividades de gestão da política de meio ambiente do município e, às SCOMGERs a manutenção da arborização de logradouros públicos e dos parques urbanos. A Fundação Zoo-botânica administra o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico.

As SCOMGERs, principalmente, vêm enfrentando dificuldades estruturais e financeiras para a realização plena de suas atribuições. Parte das dificuldades está sendo solucionada através de parcerias da administração municipal com a iniciativa privada, a comunidade em geral e concessionárias de serviços públicos, não se mostrando, no entanto, suficiente.

Dentre os programas públicos e parcerias voltados para a melhoria da qualidade ambiental e a sensibilização e a mobilização da comunidade para cuidar melhor dos espaços públicos, destacamos os Programas “BH-Verde”, “Adote o Verde” e os “Centro de Vivência Agro Ecológica (CEVAEs)”, além de diversos cursos e oficinas de Educação Ambiental. Encontra-se em implantação um sistema de informações ambientais (SIG-Ambiental), um programa de gestão para os parques e o Sistema de Gestão para a área tombada da serra do Curral. Também está em elaboração o Plano Diretor de Arborização.

Perguntas para subsidiar as discussões:

1. Você acha que Belo Horizonte tem uma boa política de preservação de suas áreas de especial interesse ambiental?

2. O que você acha das políticas de busca de parceria para a manutenção das áreas verdes públicas?

3. O número de parques é suficiente?

4. As espécies arbóreas empregadas no espaço urbano são compatíveis, bem distribuídas e suficientes?

5. Cerca de 80% das mudas plantadas nos logradouros públicos de Belo Horizonte são depredadas, assim como muitos dos equipamentos existentes nos parques e nas praças. A quem ou a quê você atribui estas ações?

6. Em que você poderia contribuir para a melhoria dos espaços públicos de proteção e preservação ambiental?

7. O que pode ser feito para que a população conheça melhor a fauna de BH?

TEMA 2: POLUIÇÃO AMBIENTAL

Poluição é definida como sendo qualquer alteração das características dos elementos naturais (terra, ar e água) que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, e que possa, ainda, comprometer a fauna, a flora, a paisagem natural e construída. Ela acontece por uma intervenção indevida do homem ou por fatores climáticos (chuva, umidade e pressão do ar, temperatura e vento). A inversão térmica dificulta a dispersão de poluentes na atmosfera.

1. Poluição do Ar

A poluição do ar afeta de diversas formas a saúde humana, os ecossistemas e os materiais, provocando, inclusive, alterações climáticas no planeta – o efeito estufa e a contaminação da camada de ozônio na estratosfera, por exemplo.

Os veículos automotores são a principal fonte de degradação da qualidade do ar na Região Metropolitana de Belo Horizonte(RMBH). Em seguida, vem a poluição industrial e depois atividades diversas de prestação de serviços.

O controle da poluição do ar em Belo Horizonte é desenvolvido pela SMMAS e o monitoramento é realizado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) através de estação localizada na Praça Rui Barbosa. Destacamos, ainda, o Programa Operação Oxigênio que, desde 1988, efetuou mais de 50.000 vistorias preventivas em veículos movidos a diesel. O resultado é que 80% dos veículos desse tipo já são equipados com motores que poluem menos. Encontra-se em tramitação, na Câmara Municipal de BH, lei que tornará obrigatória a utilização do "diesel metropolitano", que possui menos enxofre.

A poluição das águas afeta a saúde e o bem-estar de todos os seres vivos e compromete as atividades agrícolas, comerciais e recreativas. A água, além de poluída, estará contaminada se veicular organismos patogênicos, como bactérias e vírus, que trazem doenças como a leptospirose, a cólera, o tifo e a esquistossomose.

2- Poluição das Águas

As principais causas da degradação ambiental nos cursos d'água são a urbanização descontrolada e a alta taxa de impermeabilização das áreas ocupadas, a inadequação ou inexistência das coletas de lixo e de esgoto, a falta de investimentos em programas de educação ambiental, os bota-foras clandestinos e, ainda, a chamada "chuva ácida". As águas de chuva carreiam para os cursos d'água poluentes acumulados no ar e no solo.

A forma como a cidade trata seus fundos de vale pode também afetar a qualidade da água, porque favorece os processos microbiológicos indesejáveis. Desde Aarão Reis, a solução preferida era transformar os fundos de vale em canais fechados de concreto para implantação de avenidas sanitárias. Recentemente, tem-se buscado novas alternativas visando a preservação dos cursos d'água municipais.

A partir de 1996, a lei de uso do solo passou a exigir taxas mínimas de permeabilidade, que podem, no entanto, ser alteradas – como a utilização de caixas de retenção de vazão, que solucionam o problema dos picos de cheia, porém não permitem a recarga do lençol.

Em Belo Horizonte, não existe um programa de monitoramento das águas que englobe sequer os principais cursos d'água, o que seria fundamental para o planejamento de ações, a fiscalização e o controle; existem apenas programas pontuais em parcerias com órgãos estaduais, tais como: projeto Águas de Minas (estudos da foz dos ribeirões Arrudas e da Onça); monitoramento da bacia da Pampulha; análises dos aqüíferos do Parque Municipal; Programa BH Águas que visa o reenquadramento das águas do Município.

A SMMAS, através de sua Gerência de Licenciamento e Fiscalização Ambiental(GELF) atua no sentido de adequar ambientalmente os empreendimentos sujeitos ao licenciamento.

3. Poluição Sonora

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), as principais capitais brasileiras estão entre as cidades mais ruidosas do mundo. A ação maléfica do ruído está diretamente relacionada às variáveis tempo de exposição, distância, intensidade das ocorrências sonoras e sensibilidade auditiva, entre outros. A pessoa exposta a excesso de ruído pode apresentar, entre outros sintomas, agressividade, desvios de personalidade, perdas auditivas, úlcera, neurose, insônia, redução da capacidade de trabalho e, sobretudo, o chamado estresse.

A principal fonte de ruído em Belo Horizonte é o tráfego de veículos automotores. Não obstante, a população tem demonstrado muito menos tolerância no tocante ao ruído advindo das fontes fixas como serralherias, marcenarias, padarias, bares e boates, marmorarias, templos religiosos, oficinas mecânicas, academias, e quadras esportivas.

O controle e monitoramento da poluição sonora é feito pela SMMAS. Foram medidos 800 pontos na cidade, no biênio 98/99, com níveis médios de ruído considerados elevados nas vias mais movimentadas. Os níveis médios na região hospitalar se encontravam totalmente acima dos padrões sonoros em todos os horários e, por isso, foi reduzido o número de linhas de ônibus que circulam na região.

Entre as principais ações para controlar ruídos no Município podemos citar o "Disque Sossego", o licenciamento das atividades potencialmente impactantes – que constituem ações de cunho preventivo – e, também, a fiscalização destas atividades. Recentemente, Belo Horizonte foi ainda contemplada com uma legislação voltada para o monitoramento do ruído, sendo que a metodologia e a definição de dispositivos que a implementarão se encontram em fase final de elaboração pela SMMAS.

4. Radiações Eletromagnéticas

Campos eletromagnéticos existem na natureza como a luz visível e a radiação ultravioleta emitidas pelo sol. Eles também são produzidos pelas linhas de transmissão de corrente elétrica, pelas antenas das emissoras de rádio e televisão e de transmissão e recepção de telefonia celular, pelos computadores, fornos de microondas, aparelhos a laser etc.

Com a popularização do uso de computadores e, principalmente, dos telefones celulares, as discussões sobre possíveis efeitos à saúde humana das radiações eletromagnéticas emitidas por esses aparelhos têm se tornado cada vez mais uma questão científica e social de grande relevância. Por isso, diversas pesquisas

estão em andamento. Em BH, apenas recentemente foram iniciados os procedimentos de licenciamento ambiental das antenas de telefonia celular. A Lei n.º 8.201/01, referente a esse tipo de licenciamento, segue as diretrizes da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

É importante mencionar, entretanto, que, tanto a comunidade, que tem se pronunciado através de audiências públicas, como o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e a própria SMMAS têm se aprofundado nas discussões dos diversos aspectos referentes às radiações eletromagnéticas. Ressaltamos, ainda, que as Estações de Rádio Base de Telefonia Celular (ERBs) – antenas de telefonia celular – são consideradas, pela legislação municipal, como empreendimentos de impacto, estando, portanto, sujeitas ao processo integral de licenciamento ambiental junto ao COMAM.

5. Poluição Visual

A poluição visual está relacionada a impactos negativos identificáveis pela visão, que ocasionam desconforto e impedem a sensação de bem-estar. As conseqüências vêm na forma de estresse, fadiga, irritabilidade e o sentimento de distanciamento entre o cidadão e a cidade.

Pode-se elencar como geradores de poluição visual: a concentração excessiva de edificações, a ausência de vegetação, as edificações e equipamentos públicos degradados ou com baixo nível de manutenção, a proliferação de mensagens publicitárias, a presença de lixo, sujeira, pichações, e passeios mal conservados ou invadidos por ambulantes, a poluição dos cursos d'água, a supressão das matas ciliares e a alta concentração de pessoas e veículos automotores em determinados espaços.

As principais ações desenvolvidas por diversos órgãos da PBH para atenuar a poluição visual no município são: preservação/recuperação do patrimônio histórico e arquitetônico; preservação/ instituição de áreas verdes, praças e parques; saneamento básico e limpeza pública; programas de educação ambiental; programas de reassentamento que disponibilizem moradias com índices aceitáveis de conforto, segurança, acabamento, agradabilidade; programa de recuperação da bacia da Pampulha; urbanização de vilas e favelas; programas voltados para a preservação/ recuperação de nascentes e cursos d'água; manutenção/recuperação da estrutura viária etc.

Perguntas para subsidiar as discussões:

1. Que tipos de poluição você identifica no município?
2. Quais os tipos de poluição que mais afetam a qualidade ambiental da cidade?
3. Que ações o Poder Público e a comunidade desenvolvem para combater a poluição?
4. Quais as regiões mais poluídas da cidade?
5. A poluição ambiental é um fator preocupante no município?

TEMA 3: RECURSOS HÍDRICOS E DRENAGEM

A água é essencial para a manutenção de qualquer forma de vida e é imprescindível para o desenvolvimento das atividades humanas. Nas cidades, a água pode assumir usos diversos, tais como o abastecimento doméstico e industrial, a preservação da fauna e da flora, a recreação e o lazer e a diluição de despejos. A valorização dos recursos hídricos dentro do planejamento urbano, passa pela escolha dos usos mais adequados, podendo representar um ganho direto de qualidade na vida dos cidadãos, sob aspectos de saúde ou de lazer.

Com uma área de 330,23 km², Belo Horizonte está totalmente inserida na bacia do rio das Velhas sendo, 157,76 km² situados na bacia do ribeirão da Onça (incluindo o seu afluente, o córrego Isidoro) e 163,93 km² na bacia do ribeirão Arrudas. Estes ribeirões nascem em Contagem e correm no sentido sudoeste-nordeste, drenando as águas de chuva que caem em BH. Os principais mananciais de água subterrânea estão localizados a sul e sudeste do município.

O município apresenta a maioria de seu território intensamente urbanizado. Com isto estão cada vez mais reduzidas as áreas permeáveis, que são responsáveis pela infiltração da águas de chuva, pela recarga dos lençóis subterrâneos e pela redução de eventos, como transbordamentos e inundações. Como a maior parte da superfície do solo de Belo Horizonte se encontra impermeabilizada, as vazões dos cursos d'água nos períodos secos do ano estão severamente comprometidas.

Este modelo de planejamento, que desconsidera a hidrografia, começou no final do século XIX. A Comissão Construtora da Capital, não aprovou a proposta de Saturnino de Brito, sanitarista, que apresentava um traçado viário respeitando a topografia e preservando a sinuosidade dos leitos dos córregos. O Eng.º Aarão Reis, chefe da Comissão Construtora, optou por manter o projeto original com traçado rígido, inaugurando o modelo de drenagem que via como principal função para os cursos d'água a contribuição para a circulação e fluidez do tráfego, através da canalização de seus leitos. Este modelo prevaleceu até as últimas décadas do século XX, culminando na elaboração, em 1979, pela SUDECAP, do Plano de Urbanização e Saneamento Básico de Belo Horizonte (PLANURBS) que propôs a canalização de todos os córregos ainda

em leito natural da cidade e serviu de parâmetro para as intervenções em córregos que se tornaram avenidas sanitárias.

Três fatores determinaram a crise desse sistema tradicional de drenagem: o custo ambiental, o custo financeiro e o funcionamento inadequado das canalizações da rede de macrodrenagem. O custo ambiental porque excluiu os cursos d'água do cenário urbano e reduziu os níveis dos lençóis freáticos, gerando perdas irreparáveis para a fauna e flora locais, devido à modificação nas condições de escoamento hidráulico. O custo financeiro destas intervenções que privilegiam soluções estruturais é consideravelmente mais elevado, e estas soluções tendem a agravar os problemas a jusante (rio abaixo).

O funcionamento inadequado de muitos desses canais, que culmina em ocorrências de inundações, tem como causa a metodologia de cálculo empregada nos projetos e as interferências com outros componentes – redes coletoras de esgotos, adutoras, lançamentos indevidos de resíduos sólidos, assoreamento, ocupação das margens pela população etc.

A qualidade das águas da quase totalidade dos córregos em leito natural no município encontra-se comprometida. Mesmo os córregos canalizados se encontram degradados, com a presença de esgotos e lixo comprometendo as suas estruturas. A lagoa da Pampulha, cartão postal de Belo Horizonte é um lamentável retrato do nível de degradação das nossas coleções hídricas, encontrando-se assoreada pelos sólidos carreados da bacia de contribuição e completamente poluída pelo lançamento de esgotos domésticos e industriais.

Os córregos da bacia do Isidoro são os que estão em melhor estado de conservação. Alguns deles apresentam alguma contaminação, mas de fácil recuperação, através de algumas intervenções estruturantes. Além destes, o manancial do Cercadinho e o trecho de montante do córrego Capão da Posse, no Barreiro, apresentam-se em bom estado. Infelizmente estas são exceções numa realidade de degradação dos aspectos qualitativos dos recursos hídricos de Belo Horizonte.

Só recentemente, tem predominado uma abordagem que considera os aspectos ambientais da questão e privilegia a manutenção do corpo d'água como importante componente urbanístico. Essa nova abordagem encontra limites nos projetos de loteamentos já aprovados e na falta de recursos financeiros, já que ao longo dos anos a Política Nacional de Saneamento impunha maiores exigências para o financiamento das obras de drenagem. Atualmente, embora o domínio das águas seja do Estado, todo o ônus de implantação e manutenção dos sistemas recai sobre o município.

A prefeitura tem procurado abordar esta questão através do desenvolvimento de planos, como o Plano Diretor de Drenagem, elaborado pela SUDECAP, que efetuou um diagnóstico do sistema existente e implementará o monitoramento dos eventos chuvosos e respectivas vazões de escoamento no sistema de macrodrenagem, e o Serviço Hidrológico Municipal. Estão ainda previstos a gestão do serviço municipal de drenagem e a modelagem hidráulica da macrodrenagem. Outro programa em curso é o DRENURBS – Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vales dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte, que abrange 83 córregos da cidade.

Entre outros programas relativos à questão hídrica destacamos ainda o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Lagoa da Pampulha (PROPAM), em consórcio com o município de Contagem; o BH Águas, programa que visa identificar os principais usos das águas em BH e definir a qualidade de água para atender aos usos futuros propostos no reenquadramento, e o Orçamento Participativo, responsável por intervenções na cidade com recursos próprios.

Para uma boa gestão dos recursos hídricos há que se integrar: a gestão do uso e ocupação do solo, garantindo a preservação das margens, o controle das erosões e áreas permeáveis; as ações de saneamento ambiental, como drenagem pluvial, abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e controle de vetores, e a abordagem de toda a bacia hidrográfica, independente dos limites municipais. Não há uma legislação específica para a regulação da drenagem urbana mas existem leis e programas que regulam a ocupação do espaço urbano e o uso dos recursos hídricos, e que interferem com o sistema de drenagem e com a utilização que se possa fazer da hidrografia natural. Constituem, portanto, ferramentas de gestão do poder público para disciplinar a ocupação e o uso de áreas ribeirinhas e de cursos d'água.

Perguntas para subsidiar as discussões:

1. Como se encontram os córregos em leito natural de Belo Horizonte, suas cabeceiras, margens, calhas e qualidade da água? Quem é responsável por esta situação?

2. Como os córregos ainda não canalizados devem ser melhor utilizados no espaço urbano? Devem ser canalizados ou despoluídos e revitalizados?

3. O que você pensa sobre a ocupação das margens dos cursos d'água e suas consequências? Por que isto ocorre?

4. Qual a importância da despoluição dos córregos e rios em Belo Horizonte?

5. Pode-se dizer que as inundações são ainda problemas importantes em Belo Horizonte?

6. Quais são os principais usos das águas de Belo Horizonte?

TEMA 4: ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

1- Considerações

Atender toda a população com abastecimento de água em quantidade suficiente e qualidade adequada para assegurar a higiene e o conforto e coletar e tratar adequadamente os esgotos são ações de saneamento com evidentes impactos em relação à saúde pública e ao meio ambiente.

O Município de Belo Horizonte apresenta índices elevados de atendimento pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário quando comparados à realidade nacional. Cerca de 99% de seus habitantes têm acesso ao sistema de abastecimento de água e aproximadamente 85% são atendidos por coleta de esgotos. Ainda assim, não se pode dizer que a situação seja satisfatória, uma vez que uma parcela da população ainda não recebe água tratada, ou sofre com a descontinuidade do abastecimento d'água, e mais de 300.000 pessoas não têm seus esgotos coletados.

Todos os córregos que cortam a região urbanizada estão poluídos por despejos de esgotos sanitários de origem domiciliar ou industrial e a grande maioria dos esgotos gerados no município não é tratada. A primeira estação de tratamento de esgotos, a ETE Arrudas, entrou em funcionamento em outubro deste ano com tratamento primário, que remove apenas parcialmente a carga poluidora dos esgotos que chegam até a estação.

2- Sistema de Abastecimento de Água

O sistema é composto pelas fases de captação, tratamento, reservação e distribuição. Em todas estas fases há o controle de qualidade da água segundo os padrões de potabilidade fixados pelo Ministério da Saúde. Os serviços de abastecimento de água no município de Belo Horizonte são gerenciados e operados pela COPASA MG, concessionária dos serviços na cidade.

Belo Horizonte consome cerca de 55% da água destinada à Região Metropolitana, que tem como principais produtores os sistemas rio das Velhas, Serra Azul, rio Manso, Vargem das Flores e Morro Redondo. O principal sistema produtor é o rio da Velhas, em Nova Lima, responsável pelo abastecimento de aproximadamente 60% de Belo Horizonte. O sistema de abastecimento no município conta com um índice de perdas físicas de 32%.

Os principais problemas referem-se à ausência de abastecimento adequado a partir do sistema oficial para mais de 20.000 pessoas, particularmente nas vilas e favelas e em locais de baixa densidade, que não se enquadram nos critérios de crescimento vegetativo da Concessionária; à precariedade das instalações prediais de água; à intermitência no abastecimento para aproximadamente 20.000 pessoas e à contaminação de outras fontes tais como poços, cisternas e minas utilizadas para complementação do abastecimento.

3- Sistema de Esgotamento Sanitário

O Sistema de Esgotamento Sanitário compreende as fases de coleta domiciliar, interceptação e tratamento dos esgotos, serviços também gerenciados e operados pela COPASA MG, desde 1973.

Apesar de elevado, se comparado a outras realidades, o atendimento pelo sistema oficial de esgotamento sanitário não alcança cerca de 300.000 habitantes, concentrados principalmente em áreas de urbanização precária, vilas e favelas.

O modelo adotado pela COPASA MG atendeu bem à cidade formalmente constituída, mas deixou desassistidos justamente os mais pobres, nos locais de maior incidência de doenças e óbitos relacionados à veiculação hídrica. A implantação de sistemas de coleta de esgoto nestes locais quase sempre demanda uma abordagem integrada do sistema de infra-estrutura local, requerendo intervenções no sistema viário e a solução das situações de risco, sob pena de se desperdiçar recursos públicos.

O sistema de interceptação cobre aproximadamente 50% da extensão necessária na bacia do Onça e 75% na bacia do Arrudas, dentro dos limites do município (valores baseados em dados da Concessionária, de 1998). A bacia do Arrudas ocupa aproximadamente 60% da área de Belo Horizonte. As ligações clandestinas entre as redes de esgoto e drenagem pluvial e a descontinuidade do sistema de interceptação comprometem a qualidade das águas de todos os cursos d'água e as estruturas dos canais.

Em outubro deste ano entrou em operação a ETE Arrudas, a primeira estação de tratamento de esgoto de Belo Horizonte, cujas instalações permitem o tratamento primário (o tratamento primário permite a remoção de apenas 40% da carga orgânica dos esgotos tratados) dos esgotos interceptados na bacia do ribeirão Arrudas. Encontra-se ainda em estudo pela concessionária a implantação da estação de tratamento do ribeirão da Onça.

A administração municipal apresentou ao Governo do Estado e à COPASA uma alternativa ao modelo de

concessão em vigor para a gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Pelo novo modelo o Município receberá diretamente parte da arrecadação que será destinada ao Fundo Municipal de Saneamento, viabilizando as ações integradas (coleta e interceptação de esgoto, drenagem, urbanização de vilas etc.) que assegurem o atendimento a toda a população e criem condições para despoluir os córregos da cidade.

No modelo atual a concessionária decide, sem participação do município e da população, a destinação dos recursos obtidos com a prestação dos serviços. É condição para implementação desta proposta, em negociação com o Governo do Estado, que este mantenha o controle acionário e gerencial da COPASA MG.

Deve-se ressaltar que as negociações bilaterais não avançaram e o prazo de prorrogação da concessão vencida em maio de 2000 se encerra em 31/12/2001.

Perguntas para subsidiar as discussões:

1. O que tem impedido que toda a população tenha acesso aos serviços de saneamento?

2. Quais as conseqüências da ausência de saneamento na saúde da população? E na qualidade ambiental?

3. Quais são os aspectos negativos e positivos da prestação de serviços de água e esgoto em BH?

Quem tem a responsabilidade para assegurar estes serviços?

Qual a relação e como integrar os serviços de água e esgoto com a drenagem das águas de chuva, os resíduos sólidos, e o controle de doenças provocadas por animais (zoonoses)?

TEMA 5: RESÍDUOS SÓLIDOS E CONTROLE DE VETORES

1- Considerações

Nas cidades, os processos de urbanização, ocupação e uso do solo, aliados ao permanente estímulo ao consumismo são os principais fatores responsáveis pela multiplicação dos problemas decorrentes da geração de lixo pela população.

Na prestação dos serviços de limpeza urbana à população belo-horizontina, estão envolvidos cerca de 5.000 trabalhadores, incluindo pessoal administrativo e operacional da PBH e das prestadoras de serviço. Com a reforma administrativa, as ações do setor dividem-se entre a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (SMLU) e as SCOMGERs, sendo estas últimas responsáveis pela execução dos serviços de coleta, varrição e capina.

O atendimento com serviços de limpeza urbana atinge cerca de 91% da população (residente e flutuante). A parcela não atendida é, basicamente, a que reside em locais com características como falta de acessos, áreas de risco e/ou terrenos muito acidentados, que dificultam a prestação dos serviços.

A limpeza e desassoreamento de córregos é executada em conjunto com outros órgãos da PBH, para minimizar as doenças e os problemas relacionados com as enchentes.

A maior parte dos resíduos coletados é encaminhada para a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da BR 040, na região Noroeste, que está em funcionamento há 25 anos e já apresenta sinais de esgotamento de sua vida útil. A Central da BR 040 possui licença operacional para suas atividades concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Essa licença credencia Belo Horizonte a receber parte do ICMS Ecológico de Minas Gerais.

Das 4.550 toneladas de resíduos coletadas diariamente no município, cerca de 390 toneladas são direcionadas para a reciclagem, das quais:

- 20 t/dia de papel, metal, vidro e plástico são provenientes da coleta seletiva e, através da parceria com a Santa Casa e com a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), são classificadas, enfardadas e comercializadas para reciclagem;
- 365 t/dia de entulho são recicladas pela PBH e utilizadas principalmente nas obras públicas de preparação de vias para pavimentação, e
- 5 t/dia de resíduos são transformados em composto orgânico para uso em jardins, hortas escolares e revegetação de áreas urbanas.

Nos últimos 8 anos, a coleta seletiva de papel, metal, plástico e vidro vem sendo implantada no sistema ponto a ponto, ou seja, com a instalação de contêineres específicos em pontos denominados Locais de Entrega Voluntária (LEVs), onde a população deposita os materiais recicláveis que são destinados à ASMARE, hoje com 360 catadores associados, e à Santa Casa. A coleta de recicláveis atingiu 6.750 toneladas em 2000.

Iniciada em 1995, a reciclagem de resíduos da construção civil atingiu 95.000 toneladas em 2000. Nesse mesmo ano, chegou a 10 o número de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPVs)

destinadas à captação de resíduos diversos como, entulho, pneus, móveis etc.

Desde 1972 foi reservada uma área para instalação do aterro sanitário de Capitão Eduardo. Com o passar do tempo, parte da área sofreu processos de ocupação populacional e, além disso, a Assembléia Legislativa Estadual aprovou a transformação da região em Área de Proteção Ambiental (APA), o que dificulta as ações de implantação de empreendimentos que promovam significativas interferências ambientais – como é o caso de um aterro sanitário. Esse quadro levou a PBH a publicar em 2001, um aviso de abertura de licitação para subconcessão do destino final de resíduos em aterro sanitário no município ou em local próximo à Região Metropolitana.

2- Controle de Zoonoses

Zoonoses são doenças naturalmente transmissíveis entre animais e seres humanos. As atividades de controle de zoonoses têm como objetivo melhorar a qualidade de vida do homem, utilizando um conjunto de ações como educação em saúde, associado à execução de métodos físicos, químicos e biológicos para controlar as populações animais e as doenças a elas associadas. A forma de ocupação do espaço, a estrutura de saneamento oferecida e a densidade populacional das diferentes regiões são fatores determinantes da ocorrência das doenças.

As atividades de Controle de Zoonoses são coordenadas na Secretaria Municipal de Saúde pela Gerência de Controle de Zoonoses, e as ações são descentralizadas e executadas pelas Gerências de Zoonoses dos Distritos Sanitários nas Secretarias de Gestão Regional.

O maior envolvimento operacional entre as Secretarias de Saúde e as Secretarias ligadas à infra-estrutura e serviços urbanos poderá melhorar a oferta de serviços e otimizar as atividades já realizadas, mudando o quadro desses agravos na cidade.

A leishmaniose visceral é uma doença transmitida pelo mosquito flebótomo que afeta principalmente os cães podendo atingir o homem. Em BH, no ano 2001, foram notificados 31 casos humanos de Leishmaniose Visceral (LV) e 6 óbitos. Na avaliação histórica da ocorrência de LV feita desde 1994, três regionais foram consideradas prioritárias para as ações em Belo Horizonte: Leste, Nordeste e Norte. Neste ano, já foram realizadas 22.384 coletas de amostras caninas, e 39.065 imóveis foram borrifados.

A raiva é uma doença transmitida ao homem pela saliva de animais domésticos infectados pelo vírus. Esta doença está sob controle em BH, e desde 1983, o município realiza a campanha de vacinação animal contra raiva, em dia único, que geralmente coincide com o Dia Nacional de Vacinação contra a Raiva instituída pelo Ministério da Saúde. No ano de 2001, foram vacinados 259.093 animais. Além da campanha anual, a SMSA realiza a vacinação contra a raiva durante todos os dias úteis da semana.

A dengue é uma doença febril, aguda, cuja forma mais grave é a hemorrágica e é transmitida aos seres humanos pela picada do mosquito Aedes Aegypti, que encontra nos reservatórios de água limpa (caixas d'água, água acumulada em vasos, pneus, latas etc.) condições ideais para sua reprodução. Em Belo Horizonte, no ano de 2001, foram confirmados 4055 casos de dengue em BH. Já foram feitas pesquisas larvárias e concluídos quatro ciclos de tratamento censitário, representando 3.560.126 imóveis tratados, com média de 850.000 imóveis tratados por ciclo.

As principais doenças transmitidas por roedores são a leptospirose, o tifo Murino e a peste. A leptospirose é transmitida ao homem através do contado direto ou indireto com a urina dos ratos, o Tifo Murino é transmitido pelas fezes contaminadas da pulga do rato e a peste através da picada de pulgas do rato infectadas. No Programa de controle de roedores, neste ano, foram atendidas 86.253 solicitações e foram visitados 62.430 domicílios em vilas e favelas. É realizada todos os anos uma ação integrada entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), a SMLU e a Sudecap na limpeza e desassoreamento de córregos. Além dos córregos, outras áreas com alto índice de infestação de roedores são trabalhadas pela SMSA, intensificando as ações programadas de controle.

A SMSA assumiu em 1982 a responsabilidade de controle de animais peçonhentos, suspendendo, em 1992, o uso de produtos químicos devido aos riscos no seu manuseio. O trabalho foi reformulado sob a lógica da prevenção ao acidente incorporando a vigilância e promovendo a mudança de comportamento para a eliminação de abrigos e oferta de alimentos. Foram definidas áreas de risco para acidentes e foi realizada intervenção planejada nessas áreas (capturas, mutirões de limpeza e trabalhos educativos). No ano de 2000, foram registradas 3.542 reclamações de aparecimento de escorpiões com 500 acidentes e 5.610 vistorias para controle. Nos últimos dez anos, foi observado que os menores índices de acidentes sempre foram registrados no Barreiro e os maiores oscilam entre Noroeste, Nordeste e Leste, com predominância da Noroeste.

Perguntas para subsidiar as discussões:

1. Como você avalia a situação da limpeza urbana em Belo Horizonte?

2. Como a população interfere nas condições de limpeza urbana em Belo Horizonte?

3. O que você sabe sobre o local para onde é levado o lixo coletado em Belo Horizonte?

4. O que você sabe sobre as zoonoses de maior ocorrência em Belo Horizonte?

5. O que você acha sobre a gestão Integrada entre as diferentes secretarias (Meio Ambiente e Saneamento, Limpeza Urbana e Saúde)?

Caderno 2

I – INTRODUÇÃO

Percebe-se hoje que, felizmente, cresce dia a dia a preocupação de toda a sociedade com a preservação ambiental, não só por causa do valor da própria natureza em si, mas porque o homem entendeu que se o meio ambiente for destruído, seu bem-estar e sua própria existência estarão comprometidos.

A Organização Mundial de Saúde estabeleceu o conceito mais amplo de saúde, considerando-a não apenas a ausência de doença ou de infecção, mas o bem estar físico, mental e social do Homem. Neste âmbito, a política ambiental tem papel fundamental na qualidade de vida e na saúde das pessoas e, portanto, deve ser tratada como ponto fundamental da política urbana.

A degradação dos recursos naturais nas cidades pode ser verificada através da eliminação das áreas verdes, da destruição da vegetação, da fauna e das nascentes, da ocorrência de assoreamento/contaminação do solo, de enchentes, da impermeabilização dos córregos e do solo e da ocupação desordenada do território (encostas, margens de córregos e áreas públicas).

Quando se sobrepõe, por exemplo, informações sobre sistemas de esgotamento sanitário à incidência de morte infantil por diarréia, constata-se a estreita relação dos serviços prestados de saneamento com a saúde das pessoas. Sendo, portanto, o saneamento ambiental, além de parte da política urbana, também parte fundamental da política de saúde, devem estas duas políticas atuar integradamente na busca de soluções e recursos.

Diversas são as interações entre os temas abordados nesta conferência: meio ambiente, recursos hídricos e saneamento. O tema recursos hídricos foi destacado do Meio Ambiente pois há um grande esforço da Prefeitura e de várias entidades civis organizadas em preservar e recuperar os córregos e nascentes de Belo Horizonte. Desde o seu planejamento inicial, o município desconsiderou os cursos d'água do cenário urbano e, hoje, como consenso mundial, a questão "água" passou a ser considerada como fator limitante para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Belo Horizonte tem o grande desafio de tornar salubres os córregos ainda em leito natural, proporcionando este conforto urbano à população e cooperando na gestão mais ampla dos recursos hídricos, que transcende a esfera municipal. Todas as ações de saneamento ambiental e planejamento/gestão do meio ambiente e recursos hídricos devem ser integradas, para serem eficazes, não cabendo mais tratar isoladamente um ou outro assunto. E é isto que se coloca como proposta para a presente Pré-Conferência de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento. O momento é de agregar esforços e agir em conjunto. É importante praticar um desenvolvimento que não se faça a custos sociais e ambientais que não possam ser pagos.

Cabe aqui ressaltar a interface e a necessidade de integração dos temas abordados nesta Pré-Conferência, com as outras três em discussão, quais sejam:

- Mobilidade, Sistema Viário e Transporte Coletivo – estreita relação entre o planejamento viário inicialmente previsto sobre vários córregos e hoje precisando ser revisto no que diz respeito aos córregos ainda em leito natural do município. Relação, também, entre a qualidade do ar e o transporte automotor;
- Controle Urbano e Patrimônio Histórico – interface entre a disponibilização de áreas para crescimento urbano e necessidade de preservar as manchas verdes ainda existentes no município;
- Habitação, Vilas e Favelas – as vilas e favelas, além dos loteamento clandestinos, são as áreas com as piores condições ambientais no município e com maior dificuldade de atendimento integral dos serviços de saneamento.

São diversas as ações a serem implementadas de forma a perseguir a resolução dos problemas ecológicos urbanos e, entre elas, citaríamos como fundamentais:

- incremento do conforto ambiental proporcionado pela arborização urbana e pela existência de espaços bem cuidados de uso público;
- controle de todas as formas de poluição;
- a eficiência dos serviços prestados de saneamento ambiental: drenagem pluvial, abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e controle de vetores;
- a valorização dos recursos hídricos;
- a adequada utilização do solo, da água e do ar;
- a preservação de áreas permeáveis, responsáveis pelo controle de enchentes e recarga dos lençóis

freáticos;

- a promoção da consciência ambiental;
- a reabilitação de áreas degradadas.

Tudo isso só será possível através de uma forte integração entre os diversos órgãos e setores da sociedade e da implantação de uma política que considere a questão ambiental como parte integrante do planejamento urbano.

II – DIAGNÓSTICO E AÇÕES

Meio Ambiente

1. Áreas de Especial Interesse Ambiental

As áreas de especial interesse ambiental do município são aquelas que possuem características ambientais importantes, ou seja, onde existem recursos ambientais relevantes, como vegetação, nascentes e corpos d'água. São também as áreas que constituem um espaço não ocupado que pode sofrer ações que as qualifiquem ambientalmente.

Estas áreas, além de fundamentais para a qualidade de vida no ambiente urbano, podem constituir importantes referências culturais, históricas e paisagísticas, interessando, a toda a comunidade, a sua preservação, de forma integral ou parcial.

Genericamente, subdividem-se em dois grandes grupos: as áreas definidas através de prévios zoneamentos ambientais, geralmente estabelecidos através de legislação específica, como é o caso das Zonas de Preservação Ambienta (ZPAMs), Zonas de Proteção (ZPs) e algumas Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs), definidas pela legislação municipal, das Áreas de Proteção Ambiental (APAs), definidas por legislação estadual, das áreas de tombamento específico (serra do Curral) e, finalmente, das áreas simplesmente conhecidas como "áreas verdes", sejam públicas (geralmente áreas repassadas ao poder público quando do parcelamento de uma gleba maior da qual faziam parte) ou privadas (geralmente representadas por áreas de preservação permanente ou áreas non aedificandae).

a) Zoneamentos de Especial Interesse Ambiental, definidos pela legislação

O Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte prevêem a divisão do território em zonas, em função de diversas características ou potencialidades específicas, destacando-se entre elas, do ponto de vista do interesse ambiental, as ZPAMs e as ZPs.

Zonas de Preservação Ambiental (ZPAMs)

Áreas que, por suas características e/ou pela tipicidade da vegetação, destinam-se à preservação e à recuperação de ecossistemas, sendo nelas vedada a ocupação do solo, exceto por edificações destinadas exclusivamente ao seu serviço de apoio e manutenção. Áreas particulares recebem tratamento menos restritivo, sendo automaticamente classificadas como ZP-1. Encontram-se classificados como ZPAMs as ilhas da Pampulha, e os terrenos dos parques públicos municipais.

Zonas de Proteção (ZPs)

Áreas destinadas a ocupação de baixa densidade e de maior taxa de permeabilização, devido a interesse público na proteção ambiental e na preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico. Subdividem-se em:

- ZPs-1: regiões predominantemente desocupadas, de proteção paisagística ou risco geotécnico, passíveis de receber construções com baixas taxas de ocupação e de densidade, mediante condições especiais e aprovação do COMAM.
- ZPs-2: regiões predominantemente ocupadas, de proteção ambiental, histórica, cultural, arqueológica ou paisagística, com menores restrições do que as ZPs-1 para ocupação;
- ZPs-3: regiões em processo de ocupação, a ser controlado, visando a proteção ambiental e preservação paisagística.

Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs)

Para contemplar, de forma diferenciada, áreas que, por suas características e relevância para o Município, demandem políticas de intervenção diferenciada, foram criadas algumas ADEs, cujas diretrizes de ocupação se sobrepõem às do zoneamento e sobre elas preponderam.

Do ponto de vista de um especial interesse ambiental, são estas as ADEs já instituídas pela LPOUS, não se encontrando, ainda, nenhuma delas regulamentada:

- ADE da bacia da Pampulha: Objetiva a preservação e recuperação da bacia hidrográfica da lagoa da Pampulha.
- ADE da Cidade Jardim: Objetiva a preservação paisagística, cultural e histórica do bairro.

- ADE de Interesse Ambiental: Objetiva a preservação ambiental, a ser incentivada pela aplicação de mecanismos compensatórios (Transferência do Direito de Construir).
- ADE Trevo: Objetiva a preservação da paisagem das proximidades da lagoa da Pampulha.

Encontram-se em fase de proposição as ADEs da bacia da Barragem Santa Lúcia e a da serra do Curral, esta advinda de proposta da I Conferência de Política Urbana.

b) Áreas de Tombamento Específico: serra do Curral

A serra do Curral é tida como o marco geográfico mais representativo da região metropolitana de Belo Horizonte, apresentando-se com um grande significado simbólico para a população da cidade, tanto do ponto de vista ambiental, como histórico, cultural e paisagístico. No entanto, a serra vem sofrendo diversos tipos de interferência, causadas, principalmente, por atividades extrativistas minerárias, e de ocupação urbana, que comprometem a sua qualidade paisagística e ambiental.

A serra do Curral teve o seu perímetro de proteção definido em 1996, passando as ocupações na mesma a serem submetidas a diretrizes especiais. Além disso, a Lei Municipal n° 8.137/00 passou a exigir análi se prévia das intervenções pela Secretaria Municipal de Cultura e definiu como necessária a elaboração de um plano geral para a área, que deverá servir de base para a criação da ADE, e a identificação dos ângulos de visada privilegiados em trechos de significativa beleza, que deverão ser preservados.

Além disso, encontra-se em fase de elaboração, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano, o Sistema de Gestão Urbana para a Área Tombada da Serra do Curral, com o objetivo de viabilizar a recuperação das áreas degradadas e a preservação daquelas ainda não ocupadas.

c) Áreas de Proteção Ambiental (APAs)

APAs, segundo a legislação federal, são as áreas do território nacional, de propriedade pública ou privada, declaradas pelo Poder Executivo como de interesse para a proteção ambiental, a fim de conservar ou melhorar as condições ecológicas locais e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais existentes. Suas ocupações e utilizações ficam sujeitas a restrições específicas, cabendo a sua fiscalização ao órgão federal de meio ambiente.

No Município de Belo Horizonte existem já definidas as APAs Sul RMBH e Fazenda Capitão Eduardo, criadas através de legislação estadual.

d) Áreas Verdes

Espaços de propriedade pública ou particular, onde predomine ou deva predominar qualquer forma de vegetação. Têm por função dar abrigo à fauna, proteger mananciais, propiciar o controle das erosões, dar suporte às atividades recreativas e manter a qualidade do ar, podendo ser providas de vegetação em processo de regeneração ou passíveis de receber cobertura vegetal complementar.

Áreas Verdes Particulares

Terrenos a serem preservados em seu estado natural ou a permanecerem não edificados, constituindo áreas de preservação permanente, conforme legislação federal, e áreas non aedificandae (onde não se pode construir), conforme lei municipal, que estabelece também não serem elas parceláveis. São áreas que geram bastante preocupação, uma vez que, do ponto de vista de seus proprietários, se apresentam como de pouca importância econômica e financeira, já que não podem ser edificadas, e, principalmente, devido a dificuldades do poder público em garantir uma efetiva fiscalização sobre as mesmas. Estas duas questões juntas acabam por gerar inúmeras situações de degradação ou de ocupação inadequada, comprometendo, muitas vezes irreversivelmente, as suas finalidades primordiais.

Outros tipos de áreas particulares, também importantes para a qualidade ambiental do município já são alvo de restrição direta com relação à sua ocupação, pela demarcação de zoneamentos de proteção e preservação, como citado anteriormente (ZPAMs, ZPs, ADEs e APAs).

Como incentivo à preservação de áreas de interesse ambiental de propriedade particular, existe a possibilidade de sua transformação em Reservas Particulares Ecológicas, o que possibilita a obtenção de isenção parcial ou total do IPTU, assim como existe a possibilidade de utilização da Transferência do Direito de Construir (no caso de ADEs de Interesse Ambiental), o que permite ao proprietário alienar ou exercer em outro local o potencial construtivo que não possa ser exercido em seu terreno.

Áreas Verdes Públicas

Representadas, principalmente, pelos espaços denominados como jardins, praças, parques, espaços livres de uso público e unidades de conservação e áreas verdes, propriamente ditas. Conceitualmente, consideram-se, também, os canteiros centrais de avenidas, assim como outros espaços de vias públicas, mesmo não sendo estes assim considerados pela legislação relativa a parcelamento do solo.

Belo Horizonte dispõe de um grande número de áreas verdes públicas, pulverizadas por toda a sua extensão territorial, sendo ainda desconhecido o estado geral de grande parte delas. A dificuldade do poder público em conservar e promover o uso adequado destas áreas, associada à falta de cuidado da população

com os espaços de uso coletivo, favorecem a degradação e as invasões, tendo como conseqüência a posterior dificuldade em sua recuperação. Esses problemas são particularmente agravados na periferia da cidade, onde é maior a pressão social pela apropriação informal de espaços vazios, como resposta à demanda por habitação, e onde é mais comum o surgimento de loteamentos clandestinos que, por sua vez, não seguem a determinação legal da reserva de áreas destinadas ao uso comunitário.

Observa-se, também, como de fundamental importância para a preservação destas áreas, a necessidade de ações efetivas e eficazes de Educação Ambiental junto às comunidades.

A gestão das áreas verdes públicas de Belo Horizonte se encontra hoje dividida entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano (SMMAS) e as diversas Secretarias Municipais da Coordenação de Gestão Regional (SCOMGERs), cabendo à primeira a definição das políticas de atuação, planejamento e elaboração de planos, programas, projetos e normatizações referentes às intervenções, utilização, manutenção e manejo destas áreas, e, às segundas, a operacionalização propriamente dita de todas estas ações.

Com relação aos parques municipais, Belo Horizonte, que possuía apenas 8, em 1993, apresenta, hoje, um total de 39 unidades já implantadas, além de outras 12, em fase de implantação.

Principais planos e programas em andamento, relativos às áreas verdes públicas:

- Programa BH-Verde: programa de recuperação, preservação e aprimoramento das áreas verdes públicas do Município, consistindo de levantamento e cadastramento de dados, elaboração de diagnósticos, proposição de estratégias e planos de manejo, ocupação e utilização das mesmas além da execução de intervenções.
- Centro de Vivência Agro-Ecológica (CEVAE): programa de parceria entre o poder público, organizações não governamentais e grupos comunitários, onde, em sintonia com a Agenda 21, são desenvolvidas ações de educação ambiental e práticas de saúde, segurança alimentar, agroecologia adaptada ao ambiente urbano e capacitação para a geração de renda.
- Programa “Adote o Verde”: parceria entre a PBH e a iniciativa privada para viabilizar a implantação e, principalmente, a manutenção de parques, praças, jardins, canteiros centrais de avenidas e demais áreas verdes da cidade
- Compensações ambientais geradas por empreendimentos de impacto: inclui medidas para compensar impactos sofridos ou mitigar impactos previsíveis quando da implantação de empreendimentos. Podem incluir a doação e/ou implantação e/ou manutenção de áreas verdes.

e) Principais desafios relacionados às áreas de interesse ambiental

• Definição de política municipal de incentivo à preservação das áreas de especial interesse ambiental do Município.

• Definição de ações de planejamento e elaboração de planos, programas e projetos, além de normatizações referentes a intervenções em áreas verdes, compatibilizando-as com as demais políticas de ocupação e utilização do solo urbano.

• Levantamento de dados com o objetivo de detectar outras áreas que devam ser preservadas.

• Aprofundamento do conhecimento acerca das áreas verdes municipais e cadastramento completo de dados a respeito das mesmas.

• Manutenção de padrão adequado de preservação, conservação e utilização das áreas verdes públicas.

• Prevenção contra invasões e degradação das áreas verdes públicas, assim como das áreas de preservação permanente em geral.

• Controle sobre a implantação de loteamentos, de forma a não permitir a implantação de empreendimentos clandestinos.

• Incremento do volume de recursos a serem aplicados na implantação, preservação, reabilitação e manutenção de áreas verdes públicas, com priorização de regiões carentes destas áreas.

• Proposição de intervenções simples e de baixo custo para a abertura de áreas verdes públicas à população.

• Criação e implantação de política adequada de gestão e manejo dos recursos naturais existentes na cidade, incorporada a todos os setores da sociedade civil e órgãos públicos, incluindo capacitação dos agentes envolvidos.

• Envolvimento de toda a sociedade, principalmente através da educação ambiental, nos programas de preservação de áreas de interesse ambiental

• Incremento dos incentivos à aplicação de políticas alternativas para a implantação e a manutenção de áreas verdes públicas (parcerias com o setor privado).

• Busca por questões mais eficazes para a questão da segurança dos usuários dos parques e das demais

áreas verdes públicas da cidade.

• Elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação.

• Regulamentação, em curto prazo, das ADEs criadas.

• Estímulo à criação de novas Reservas Particulares Ecológicas.

• Estímulo à utilização da Transferência do Direito de Construir, como instrumento de preservação de áreas de interesse ambiental.

• Divulgação e controle da aplicação das seguintes diretrizes básicas nas intervenções em áreas verdes públicas:

- preservação máxima possível do perfil natural do terreno;
- preservação máxima possível da permeabilidade do solo;
- preservação da vegetação e dos demais elementos naturais existentes;
- utilização de materiais reciclados;
- facilidade de conservação e manutenção;
- acessibilidade para portadores de deficiências.

f) relação de parques já implantados e em fase de implantação

Quadro 08 - Parques já implantados e em fase de implantação

PARQUES	LOCALIZAÇÃO (BAIRRO)	ÁREA	ANO DE IMPLANTAÇÃO / OBSERVAÇÕES
VENDA NOVA			
Parque Alexander Brandt	Visconde do Rio Branco	12.900 m^2	1992 / 1996
Parque do Conjunto Habitacional Lagoa	Lagoa	18.000 m^2	1999 (Implantado parcialmente, pela URBEL)
CEVAE Serra Verde	Serra Verde	—	1996
Parque da Bacia de Retenção do córrego Vilarinho	Maria Helena	—	*(Em implantação pela SMEU / SUDECAP)*
Parque da Bacia de Detenção do córrego da Av. Liége	*Letícia*	—	*(Proposta de implantação de Centro Cultural (OP/01)*
NORTE			
Parque do Bairro Planalto	Planalto	25.284m^2	1996
PAMPULHA			
Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte	Pampulha	1.450.000m^2	1959
Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte	Pampulha	+/-300.000m^2	(Parque ecológico a ser implantado nas áreas das ilhas)
Parque Munic. Ursulina de Andrade Mello	Castelo	242.000m^2	1996
Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado	Itapoã	300.000m^2	1994
Parque Ouro Preto	Ouro Preto	7.210,71m^2	1998 (Implantado, por empresa particular, como compensação ambiental)
Parque Fazenda da Serra (Parque aberto)	Paquetá	26.888,37 m^2	2000 (Implantado, por empresa particular, como compensação ambiental)
Parque do Confisco	Sarandi	—	1999 (Implantado pela SUDECAP)
Parque Fazenda da Serra (Parque fechado)	*Paquetá*	*191.531,22m^2*	*(Em implantação, por empresa particular, como compensação ambiental)*
Parque Dona Clara	*Dona Clara*	*32.283 m^2*	*(Implantação paralisada. Iniciado por empresa particular, como compensação ambiental)*
Parque Engenho Nogueira	*Engenho Nogueira/ Manacás*	—	*(Implantação parcial. Término previsto, como compensação ambiental, por empresa particular)*

PARQUES	LOCALIZAÇÃO (BAIRRO)	ÁREA	ANO DE IMPLANTAÇÃO / OBSERVAÇÕES
NORDESTE			
Parque Ecológico e Cultural da Cidade Nova	Cidade Nova	20.000 m^2	1990
Parque Orlando de Carvalho Silveira	Silveira	25.650 m^2	1996
Parque da Matinha	Cidade Nova/União	13.086 m^2	1991
Parque Ecológico Renato Azeredo	Palmares	93.200 m^2	1996
Parque Prof. Guilherme Lage	São Paulo	150.000 m^2	1982
Parque Escola Jd. Belmonte	Belmonte	64.763 m^2	1996
Parque Ismael de Oliveira Fábregas	Nova Floresta	9.720 m^2	(Praça transformada em parque em 02/03/99)
CEVAE Capitão Eduardo	Capitão Eduardo	—	1996
NOROESTE			
Parque Ecológico e de Lazer do Bairro Caiçara	Caiçara	12.446 m^2	1996
Parque Maria do Socorro Moreira (Parque Ecológico do Aeroporto Carlos Prates)	Carlos Prates	100.000 m^2	2000 (1ª fase) (Implantação da segunda fase em andamento. Área pertencente à INFRAERO, cedida em comodato à PBH)
LESTE			
Parque Marcus Pereira de Melo	São Lucas	3.500 m^2	1982 / 1996
Parque Linear do Vale do Arrudas (Parque do Centenário)	Abadia / Vera Cruz	—	1999 / 2000
CEVAE Taquaril	Taquaril	—	1996
Parque. da Baleia		*1.021.767 m^2*	*(Área a ser anexada ao Parque das Mangabeiras.)*
OESTE			
Parque Aggeo Pio Sobrinho	Buritis	269.920 m^2	1996
Parque da Vila Pantanal	Estoril / Vila Pantanal	17.851 m^2	2000 (Implantado, como compensação ambiental, por empresa particular. Invasão em parte da área)
Parque Halley Alves Bessa	Havaí	2.180 m^2	1998 (Implantado, como compensação ambiental, por empresa particular)
CEVAE Morro das Pedras	Nova Granada/ Morro das Pedras	—	1996
Parque do Lixão	*Vila São Jorge III*	*52.268 m^2*	*(Área referente ao antigo "Lixão")*
Parque Jacques Cousteau	*Betânia*	*468.500 m^2*	*(Antigo horto de produção de mudas da FZOO)*
Parque do Conjunto Estrela Dalva	*Havaí*	—	*(Em implantação pela SUDECAP, como obra do Orçamento Participativo)*
CENTRO-SUL			
Parque Municipal Américo Rennée Giannetti	Centro	180.000 m^2	1897 (Tombado pelo IEPHA MG em 1975)
Parque Mun. das Mangabeiras	Mangabeiras	2.350.000 m^2	1982
Parque Julien Rien	Anchieta	14.300 m^2	1978
Parque Mata das Borboletas	Sion	32.000 m^2	1995
Parque Municipal Juscelino Kubitschek	Sion	23.500 m^2	1995
Parque Jornalista Eduardo Couri	Santa Lúcia	98.000 m^2	1996

PARQUES	LOCALIZAÇÃO (BAIRRO)	ÁREA	ANO DE IMPLANTAÇÃO / OBSERVAÇÕES
Parque Rosinha Cadar	Santo Agostinho	7.200 m^2	1994
Parque Prof. Amílcar Vianna Martins	Cruzeiro	14.400 m^2	2000 (Comporta a Caixa d'água do Cruzeiro. Proposta de implantação de Centro de Referência em Educação Ambiental)
Área verde do vertedouro da Barragem Santa Lúcia	Santa Lúcia	—	2000 (Área implantada pela Associação de Moradores do Bairro Santa Lúcia)
Parque Tom Jobim	Luxemburgo	15.675,03 m^2	2001 (Implantado por empresa particular, como compensação ambiental)
Bosque São Bento II	*São Bento II*	*17.269 m^2*	*(Implantação pela Associação de Moradores do Bairro São Bento II)*
BARREIRO			
Parque Agro-Ecológico Vila Pinho	Jatobá	77.068,46 m^2	2000 (Implantado pela SUDECAP)
Parque Estadual do Rola-Moça	—	3.941 ha	1998 (Área estadual. Fazem parte de BH 1.331 ha)
Parque Roberto Burle Marx (Parque das Águas)	*Flávio Marques Lisboa / Urucuia*	*178.500 m^2*	*(Em implantação pela SCOMGER-B)*
Parque Teixeira Dias	*Teixeira Dias*	*55.510 m^2*	*(Em implantação, como compensação ambiental, pela empresa CBTU/Demetrô)*

2- Flora e Fauna

a) Flora

As plantas são elementos imprescindíveis na paisagem urbana, pois influenciam positivamente a qualidade do ar, a temperatura, a conservação do solo e da água e estimulam a presença da fauna. Esta, por sua vez controla as pragas urbanas e auxilia na reprodução e propagação de plantas – isto sem mencionar seu efeito confortador, relaxante e pacificador sobre o espírito e ânimo das pessoas.

A compatibilização entre a preservação e o incremento da fauna e da flora e o crescimento da cidade pressupõe, entre outras coisas, a sensibilidade e o comprometimento de todos os setores da sociedade, a implementação de programas tecnicamente adequados e ações efetivas e eficientes de fiscalização por parte do poder público municipal.

Belo Horizonte chegou a ser conhecida, nas primeiras décadas do século passado, como "Cidade Jardim", em função da beleza de suas áreas verdes, incrementadas pelos projetos de arborização. No entanto, com o crescimento da cidade a sua cobertura vegetal foi descaracterizada. O que sobrou da vegetação original apresenta-se diversificado, variando com o tipo de solo e altitude, podendo ser observadas matas ao longo de córregos ainda preservados, vegetação de cerrado, campos de altitude e vestígios de mata atlântica.

Uma série de fatores têm contribuído para a redução da cobertura vegetal como os projetos de parcelamento do solo, as construções, as obras de infra-estrutura urbana, a perda de árvores de logradouros públicos devido a pragas, doenças, depredações, conflitos com equipamentos urbanos e acidentes com veículos automotores.

O número de árvores ao longo de ruas e avenidas é estimado em aproximadamente 220.000 e constitui, juntamente com as árvores existentes nas praças, parques, áreas de preservação, jardins e quintais particulares, uma importante massa verde, essencial para o conforto ambiental e a presença da fauna. A distribuição desta arborização não é uniforme, sendo os bairros mais antigos mais privilegiados e os mais novos quase desprovidos de arborização. Áreas com uma vegetação arbórea expressiva, como na zona sul, constituem traços da antiga "Cidade Jardim", mas uma parcela dessa arborização já se encontra em estado de senescência ou danificada, necessitando de intervenções e renovações.

A qualidade ambiental das cidades depende, em grande parte, da existência das diversas formas de vegetação, principalmente árvores frondosas, que possuem grandes copas e formam densas sombras. Infelizmente, nos últimos anos, pode-se notar, em Belo Horizonte, um aumento exagerado do plantio de árvores de pequeno porte ao longo de ruas e avenidas, em detrimento das espécies de grande porte, buscando-se evitar conflitos com equipamentos e mobiliário urbano. Isto compromete a qualidade dos espaços livres, visto que as árvores de pequeno porte não produzem o devido conforto ambiental e prestam-se muito mais à ornamentação.

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte realiza intervenções na arborização de forma sistemática e regular, através de podas periódicas, plantios de espécies adequadas e supressão de espécimes causadoras de conflitos impossíveis de serem contornados.

Atualmente, competem à SMMAS o planejamento, a coordenação, a supervisão e a avaliação das

atividades de gestão da política de preservação e aprimoramento da vegetação do município e às SCOMGERs a manutenção da vegetação nos logradouros públicos e parques urbanos, com exceção dos Parques Américo Renné Gianetti e das Mangabeiras, que continuam a cargo da SMMAS.

Em praticamente todas as secretarias regionais a demanda da população por intervenções envolvendo arborização é superior a 60% do total de solicitações de serviços.

Quanto às atividades de plantio, elas têm sido geralmente viabilizadas através do fornecimento de mudas do Jardim Botânico, pertencente à Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte, assim como pelos mecanismos que exigem a doação de mudas em caráter de reposição ambiental, quando são autorizados cortes de árvores, e pelo plantio obrigatório em frente a novas edificações, como condicionante para a obtenção do respectivo "Habite-se", entre outras iniciativas.

b) Fauna

Fauna significa vida animal, ou simplesmente o conjunto de animais de um lugar. Normalmente, esta palavra é usada em referência apenas aos animais silvestres, não envolvendo os domésticos. Por que não? Porque alguns animais foram domesticados pelo ser humano há séculos e as suas populações não estão mais dependentes dos processos e leis naturais que regulam a interação dos seres vivos no meio natural, como a competição e a predação. Assim, não devem ser envolvidos nesta discussão os bois, cavalos, cachorros, gatos, galinhas, patos, porcos, carneiros, cabras e coelhos, dentre outros, pois no contexto urbano eles são melhor tratados sob o ponto de vista de saúde pública e vigilância sanitária.

Minas Gerais possui 178 espécies animais reconhecidas oficialmente como ameaçadas de extinção. Isto significa que 178 tipos diferentes de animais que ocorrem naturalmente em Minas (ou seja, não foram introduzidos na natureza pelo Homem) estão vivendo sob condições ecológicas inadequadas para a sua sobrevivência e perpetuação. Se essas condições permanecerem ou piorarem, esses animais não mais serão vistos no estado, e, se forem espécies que só ocorrem em MG, elas não mais existirão no mundo inteiro!

Infelizmente, as condições capazes de exterminar uma espécie foram e continuam sendo geradas pelo Homem. Exemplos:

- destruição do ambiente no qual o bicho vive ou do qual depende (poluição da água, do ar e do solo, desmatamentos, queimadas, erosões, assoreamentos, expansões urbanas desordenadas, ocupações e usos inadequados do solo);
- perseguição devido à caça (exceto para alimentação) e ao comércio clandestinos;
- soltura de animais de outras regiões do Brasil e até de outros países, sem nenhum estudo prévio, comprometendo e prejudicando as espécies que já ocorriam na área antes da soltura.

BH priorizou, desde o seu início como capital do estado, a urbanização. A cidade cresceu e se desenvolveu sem ter sua biodiversidade (o conjunto dos seres vivos) como um dos pontos importantes para fornecer qualidade de vida para a população e assim ficou por muitos anos.

Sendo um núcleo populacional recente, isto significa que, na época em que ocorriam as expedições de pesquisa e desbravamento do interior de Minas e do Brasil, BH não existia. Havia, no máximo, pequenas casas de fazenda isoladas entre si e longe das cidades importantes da época. O então Curral del Rei, antigo nome de Belo Horizonte, não atraía as tropas das expedições. Elas precisavam de uma vila ou cidade que tivesse infra-estrutura para fornecer reabastecimento, descanso para a equipe, troca e ou aquisição de novos animais de carga, meios de comunicação, aquisição de escravos, contratação de guias locais, consertos diversos e inúmeras outras coisas próprias daquele tipo de viagem.

Muitos bandeirantes e pesquisadores, que fizeram importantíssimas contribuições para a ciência brasileira e tornaram famosos os nomes dos arraiais, cidades e regiões por onde passaram (por exemplo, Peter Lund em Lagoa Santa) atravessaram o que hoje é território do município de Belo Horizonte, mas não se detiveram na região exatamente porque não havia nada aqui que lhes despertasse o interesse.

Belo Horizonte ainda não tem uma lista oficial de fauna ameaçada de extinção, nem uma lista oficial de fauna. E, apesar de ser um dos locais mais visitados e queridos da cidade, o Zoológico é confundido às vezes com um local adequado para se conhecer a fauna do município. Porém, é possível ter uma noção dos animais que ocorreram ou ocorrem na cidade através dos esforços de algumas pessoas, dentre pesquisadores, funcionários da própria PBH e cidadãos interessados no assunto. Assim, existem alguns trabalhos sobre certos grupos animais de algumas áreas verdes da cidade, principalmente parques.

- Para dar uma idéia da contribuição de BH como local de ocorrência de espécies importantes, basta olhar os dados sobre as espécies dos 39 mamíferos ameaçados, Belo Horizonte tem 24 espécies (61,54 %);
- das 83 aves ameaçadas, BH tem 34 espécies (40,96 %);
- dos 10 répteis ameaçados, BH tem 05 espécies (50,00 %);

- dos 11 anfíbios ameaçados, BH tem 05 espécies (45,45 %);
- dos 03 peixes ameaçados, BH tem 01 espécie (33,34 %);
- dos 27 insetos ameaçados, BH tem 08 espécies (29,63 %);
- BH tem a única espécie de onicóforo (um bicho que lembra uma minhoca com pernas e antenas) ameaçado (100,00 %);
- dos 03 oligoquetas (minhocas e minhocuçus) ameaçados, BH tem 02 espécies (67%).

ameaçadas de extinção em Minas. Pela bibliografia, pelo menos 80 espécies (44,94 %) daquelas 178 indicadas, têm o território do município como sua área de ocorrência original[4] confirmada ou possível, ou ocorreram próximo a ele. Elas estão assim divididas:

c) Instrumentos de proteção à flora e fauna

Leis federais, estaduais e municipais protegem os recursos naturais, entre outras coisas, estabelecendo as sanções penais e administrativas aos causadores de danos ao meio ambiente, definindo as áreas de preservação permanente, obrigando o licenciamento ambiental de empreendimentos que causam impactos ambientais.

Instrumentos no âmbito municipal**:**

- dispositivos existentes no Plano Diretor da Cidade e suas leis complementares;
- dispositivos existentes na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo que estabelece as normas e as condições para execução de parcelamentos do solo, ordenando a ocupação do espaço;
- Transferência do Direito de Construir (TDC);
- tombamento de árvores individuais ou em conjuntos: árvores localizadas em áreas públicas ou particulares podem ser declaradas imunes de corte, através do tombamento, em função de características especiais;
- Instituição da Reserva Particular Ecológica, por Decreto do Executivo, recebendo o particular isenção parcial ou total do IPTU;
- Fundos de Meio Ambiente, que financiam projetos de interesse ambiental;
- Deliberações Normativas do que estabelecem normas relacionadas ao plantio em logradouros públicos, à poda de árvores no município, à implantação de parques no município, à reposição ambiental em casos de supressão de árvores e demais formas de vegetação, e, finalmente, ao transplantio de árvores;
- Programas e Ações;
- elaboração do Plano Diretor de Arborização Urbana: um documento que reunirá um conjunto de diretrizes a serem adotados na preservação, manejo e expansão dos espécimes arbóreos da cidade e fornecerá subsídios para a implantação de políticas administrativas e programas de manejo da arborização. Inclui o inventário de toda a arborização de logradouros públicos do Município;
- Programas de Educação Ambiental desenvolvidos pela SMMAS;
- parcerias com a iniciativa privada e comunidade em geral na adoção de praças, parques e canteiros centrais;
- delegação de atribuições de atividades de ordem ambiental, antes exercidas pela SMMAS para as SCOMGERs;
- terceirização de serviços de manutenção da arborização, canteiros centrais e praças, visando agilizar o atendimento às solicitações da população;
- Desafios;
- envolver todos os setores da sociedade nas ações de preservação da fauna e flora;
- desenvolver pesquisas sobre a vegetação remanescente na cidade, bem como sobre a vegetação da região em que Belo Horizonte está inserida, com o objetivo de levantar as espécies mais apropriadas para plantio nas condições atuais, e antes de introduzir o seu uso, iniciar a sua produção em escala para evitar a exploração predatória na natureza;
- realizar e divulgar estudos sobre a fauna e flora dos parques, remanescentes de vegetação em áreas particulares e sobre a composição e manutenção da arborização dos logradouros públicos;
- melhorar a qualidade dos serviços que envolvem manejo da arborização urbana, como podas;
- agilizar o atendimento das demandas dos cidadãos, evitando transtornos para os mesmos;
- Incrementar o plantio de árvores na cidade, especialmente as de grande porte, viabilizando meios para seu adequado crescimento e condução;
- realizar estudos e implantar programas de aproveitamento de material proveniente de podas e

supressões para programas de cunho social e ambiental;

- estimular a criação de novas reservas particulares;
- criar corredores de fauna;
- aprimorar programas de parceria com a iniciativa privada;
- controlar de forma mais efetiva os serviços realizados pelas concessionárias de serviço público;
- implantar projetos de arborização e paisagismo priorizando espécies nativas, sobretudo aquelas úteis à fauna;
- intensificar a fiscalização sobre a flora e a fauna do Município.

3- Poluição Ambiental

Poluição é qualquer alteração das características dos elementos naturais terra, ar e água que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população e, ainda, comprometer a fauna, a flora e a paisagem natural e construída. Ela acontece através de intervenções indevidas do homem, desde grandes ações de impacto até pequenos atos da vida cotidiana, que vão agravar os problemas ambientais: a qualidade do ar e da água; os assoreamentos, as inundações etc.

Belo Horizonte, com seus mais de 2 milhões de habitantes, foi projetada para 200 mil moradores. O crescimento desordenado marcou a vida da cidade até meados dos anos 90, trazendo consigo todos os prejuízos possíveis às condições ambientais.

A SMMAS é responsável pela fiscalização, licenciamento ambiental, e implementação da política ambiental do município, objetivando garantir qualidade da água, ar e solo, de acordo com a legislação vigente e, ainda, juntamente com outras ações e programas desenvolvidos em outros órgãos e secretarias da PBH, minimizando e compensando os impactos inerentes ao desenvolvimento urbano e econômico.

Para a gestão do solo, ar e água é fundamental que as ações transcendam os limites municipais e sejam desenvolvidas em toda a região metropolitana, para que efetivamente atendam ao objetivo, que é a melhoria de qualidade de todos estes aspectos em discussão. Isto fica muito claro quando, por exemplo, no contexto da qualidade do ar, temos Contagem e Betim com grandes parques industriais, responsáveis também pela qualidade do ar de Belo Horizonte, nas áreas adjacentes a estes municípios. Quanto à água, Belo Horizonte integra a bacia do rio das Velhas e apresenta duas bacias hidrográficas principais: Arrudas e Onça. Ambas começam no município de Contagem, sendo a qualidade de suas águas fruto também das ações sanitárias e preservacionistas, ou não, desenvolvidas neste município. Da mesma forma Belo Horizonte é o maior responsável pela poluição da bacia do rio das Velhas, comprometendo a qualidade ambiental de todos os municípios que se encontram a jusante.

Os fatores climáticos – chuva, umidade e pressão do ar, temperatura e vento – além da topografia, vão também influenciar as condições de poluição, particularmente do ar.

O clima de Belo Horizonte pode ser dividido em duas estações predominantes: uma estação quente e chuvosa que compreende, normalmente, o período de outubro a abril, e outra estação seca e com temperaturas mais baixas, que vai de maio a setembro, quando o clima é particularmente influenciado pela passagem rápida de frentes frias provenientes do sul do continente. Esta estação é caracterizada também pela ocorrência de períodos de inversão térmica, que dificultam a dispersão de poluentes na atmosfera.

a) Poluição do Ar

A poluição do ar tem sido um tema muito pesquisado nas últimas décadas, pois seus efeitos afetam de diversas formas a saúde humana, os ecossistemas e os materiais, desde o impacto na vizinhança das áreas industriais, até as alterações climáticas do planeta, provocadas pelo efeito estufa e a contaminação da camada de ozônio na estratosfera.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) já apresenta uma degradação da qualidade do ar característica da maior parte dos grandes centros urbanos. Os poluentes presentes na atmosfera da RMBH estão principalmente relacionados à grande emissão proveniente dos veículos automotores, vindo, em seguida, a poluição originada em processos industriais e atividades de prestação de serviço (marmorarias, lavanderias, oficinas mecânicas, restaurantes, serralherias, torrefação de grãos, hospitais, ourivesaria, galvanoplastia etc.).

A qualidade do ar em Belo Horizonte é monitorada na estação da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) situada na Praça Rui Barbosa. Essa região caracteriza-se pelo fluxo intenso de veículos, sendo , portanto, influenciada, predominantemente, por esse tipo de poluição. Nesta unidade de monitoramento são medidos: Material Particulado Inalável (PM-10); Dióxido de Enxofre (SO2), Monóxido de Carbono (CO), Dióxido de Nitrogênio (NO2), Ozônio (O3) e parâmetros meteorológicos (velocidade e direção dos ventos, temperatura e umidade relativa do ar).

b) Parâmetros Monitorados na Estação de BH

Apesar da poluição atmosférica na cidade ser principalmente de origem veicular, é importante levar em

consideração a contribuição da poluição atmosférica de origem industrial das cidades próximas de BH, principalmente Contagem e Betim, cuja influência, além da proximidade, é favorecida por fatores climáticos.

c) Operação Oxigênio

O Programa Operação Oxigênio foi criado em l988, através de convênio firmado entre a PBH e o Governo do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de controlar a emissão de fumaça preta dos veículos movidos a óleo diesel, que trafegam dentro do município

O controle da fumaça preta tem sido feito através de teste, que utiliza a Escala de Ringelmann Reduzida ou o aparelho dosador de fumaça. Ao longo dos dez anos em que vem atuando sistematicamente, a Operação Oxigênio já efetuou mais de 50.000 vistorias em veículos movidos a diesel.

d) Poluição das águas

A poluição das águas afeta a saúde e o bem-estar de todos os seres vivos e compromete as atividades agrícolas, comerciais e recreativas. A água, além de poluída, estará contaminada se veicular organismos patogênicos como bactérias e vírus, trazendo doenças como a dengue, a leptospirose, a cólera, o tifo e a esquistossomose.

As principais causas da degradação ambiental nos cursos d'água são: a urbanização descontrolada e ausência de cobertura vegetal, causando assoreamento; a alta taxa de impermeabilização das áreas ocupadas; a disposição inadequada do lixo e dos esgotos sanitários; o lançamento de esgotos domésticos e industriais sem tratamento prévio e a falta de investimento em programas de educação. Além disto, as chuvas e o escoamento superficial que atingem o solo urbano, carregam para os cursos d'água os poluentes acumulados na superfície, se tornando fonte de poluição, tanto maior quanto mais deficiente for a coleta de esgotos e/ou a limpeza pública.

A impermeabilização excessiva de solo associada às estruturas convencionais de drenagem provocam sérios problemas nos córregos, em época de estiagem; devido à baixa permeabilidade do solo e conseqüente falta de recarga do lençol, os córregos encontram-se com vazões mínimas, ocasionando maiores concentrações de poluentes e comprometimento da biota existente – do mesmo modo, nas cheias a impermeabilização e estrutura de drenagem convencional aceleram o fluxo de escoamento provocando as inundações e todo o seu flagelo.

A partir de 1996 a lei de uso do solo passou a exigir uma taxa de permeabilidade, permitindo, entretanto, a substituição de áreas permeáveis por caixas de retenção de vazão, que, apesar de minimizar o problema dos picos de cheia, não permitem a recarga do lençol.

Encontra-se em vias de implementação, no Município de Belo Horizonte, programa de monitoramento das águas que engloba os principais mananciais, questão fundamental para o *planejamento de ações, a fiscalização e o controle*. Existem, para monitoramento e controle de águas, os seguintes programas em parcerias com órgãos estaduais: projeto Águas de Minas, que monitora a foz dos ribeirões Arrudas e da Onça; monitoramento da bacia da Pampulha e análises dos aqüíferos do Parque Municipal.

É notório o estado de degradação em que se encontram as águas de Belo Horizonte, comprometidas, principalmente, por problemas nos sistemas de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos e no controle de erosões.

e) Poluição Sonora

As cidades cada vez mais têm sido alvo de relevante desconforto ambiental no que concerne ao ruído, fato que, contribui significativamente para a deterioração da qualidade de vida. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), as principais capitais brasileiras estão entre as cidades mais ruidosas do mundo.

A poluição sonora é percebida imediatamente pela população em comparação com as outras formas de degradação, como as poluições do ar, da água e do solo. A ação maléfica do ruído está diretamente relacionada às seguintes e principais variáveis: tempo de exposição, distância, intensidade das ocorrências sonoras e sensibilidade auditiva. Experiências com animais mostram que estes se tornam altamente irritados, se expostos a altas doses de ruídos.

A principal fonte de ruído, em Belo Horizonte, é o tráfego de veículos automotores. Não obstante a população tem demonstrado muito menos tolerância no tocante ao ruído advindo das fontes fixas como : serralherias, marcenarias, padarias, bares e boates, marmorarias, templos religiosos, oficinas mecânicas, academias e quadras esportivas. Isto se deve ao fato de as ondas sonoras provenientes do tráfego serem de ruído alternado, que proporciona momentos de descanso ao ouvido humano, e as dos empreendimentos fixos serem de ruído contínuo, que estressa intensamente parte ou todo espectro audível do homem. O homem exposto, por determinado tempo, a excesso de ruído, pode apresentar, entre outros sintomas, agressividade, desvios de personalidade, perdas auditivas, úlcera, neurose, insônia, redução da capacidade de trabalho e, sobretudo, o chamado estresse.

Como parâmetros norteadores, a OMS e outras entidades internacionais estabelecem como valores máximos permitidos, 60 e 70 dB(A), em horários noturno e diurno, respectivamente.

Desde a sua criação, em 1993, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente vem tentando minimizar os problemas sobre a poluição sonora em Belo Horizonte, através das Leis 4.253, de 04/12/85, 9139/97 e 8204/01. Foram medidos 800 pontos na cidade, no biênio 98/99, com níveis médios de ruído de 70 decibéis e máximos de 102 decibéis, nas vias mais movimentadas, como as avenidas Amazonas, Antônio Carlos e Pedro II e a rua Padre Eustáquio.

Os níveis médios na região hospitalar se encontravam totalmente acima dos padrões sonoros em todos os horários e por isso foi reduzido o número de linhas de ônibus que circulam na região.

Entre as principais ações de controle de ruídos se encontra o Programa "Disque Sossego", que consta de plantões de fiscalização.

f) Radiações Eletromagnéticas

O que são radiações eletromagnéticas? Campos eletromagnéticos existem na natureza, como a luz visível e a radiação ultravioleta emitidas pelo sol. Eles também são produzidos pelas linhas de transmissão de corrente elétrica, pelas antenas de emissoras de rádio e televisão, que enviam os sinais aos aparelhos receptores, pelo forno doméstico de microondas e pelas antenas de transmissão e recepção de telefonia celular.

Nos últimos anos, entretanto, com a popularização do uso de alguns aparelhos elétricos, como os computadores pessoais e, sobretudo, os telefones celulares, as discussões sobre possíveis efeitos à saúde humana das radiações eletromagnéticas emitidas e/ou absorvidas por esses aparelhos, têm se tornado cada vez mais uma questão científica e social de grande relevância. Por isso, diversas pesquisas estão em andamento, visando aprofundar o conhecimento dos possíveis efeitos biológicos das radiações não ionizantes sobre a saúde humana. Um outro tipo de radiação eletromagnética, que tem se tornado cada vez mais popular e que pode ter efeitos danosos à saúde, é o laser, que pode significar risco para a visão de milhares de pessoas.

Apesar de as pesquisas científicas sobre os efeitos biológicos das radiações não ionizantes já estarem sendo conduzidas há bastante tempo, elas são contraditórias. Em relação às radiações ionizantes, como os seus efeitos são mais intensos e mais facilmente observáveis, a legislação sobre os limites de exposição ocupacional e para o público em geral, já se encontra estabelecida há mais tempo.

No caso de Belo Horizonte, já se encontram implementados os procedimentos de licenciamento ambiental das antenas de telefonia celular. A proliferação dessas instalações na cidade e a maior conscientização da comunidade em relação aos possíveis efeitos negativos à saúde humana têm fomentado a discussão sobre o tema. Não é possível, ainda, estabelecer um quadro dos aspectos qualitativos e, menos ainda, quantitativos, a respeito das emissões de radiação não ionizantes em Belo Horizonte. Em relação às radiações ionizantes, o monitoramento e acompanhamento das normas vigentes é feito pela Vigilância Sanitária Municipal e pelo Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN). O uso do laser é regulamentado por uma portaria federal, de 1978. Em relação ao seu emprego em eventos públicos, não existe, tanto quanto sabemos, legislação a respeito.

Em Belo Horizonte, a Lei n.º 8.201/01 determina parâmetros referentes à distância para locação de torres e antenas de telefonia celular. Grande parte delas, implantada anteriormente à promulgação da lei, não atende aos parâmetros estabelecidos e encontra-se em processo de licenciamento ambiental corretivo na SMMAS.

É importante mencionar, entretanto, que, tanto a comunidade, que tem se pronunciado através de audiências públicas, como o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e a própria SMMAS, têm se aprofundado nas discussões dos diversos aspectos referentes às radiações eletromagnéticas.

g) Poluição visual

A poluição visual está relacionada a impactos negativos identificáveis pela visão, que ocasionam desconforto e impedem a sensação de bem-estar, se expressa na forma de fadiga e irritabilidade e causa um sentimento de distanciamento entre o cidadão e a cidade, sendo o grau de intensidade do incômodo diferente para cada grupo social ou cidadão.

Não há um diagnóstico sistêmico da poluição visual no município. Mais precisamente, não dispomos de um conjunto de parâmetros amplamente discutidos e consensados para que possamos construir um diagnóstico. Como sabemos, a produção de um diagnóstico supõe uma nítida demarcação das variáveis envolvidas. Neste sentido, torna-se urgente um amplo debate social acerca dos fatores que ocasionam a poluição visual, para posteriormente assumirmos a tarefa de identificá-los, mensurá-los e, sobretudo, propormos um conjunto de medidas para erradicá-los.

Como a Conferência Municipal de Política Urbana poderia ser um rico momento para que os diversos segmentos da sociedade apresentem e discutam suas perspectivas de avaliação/conhecimento deste assunto, catalogamos uma lista de possíveis conjuntos e eventos causadores de poluição visual, com o objetivo de alavancar estas discussões:

1. concentração excessiva de edificações (incluindo neste tópico o processo de verticalização e as barreiras visuais que promove, a reduzida distância entre as unidades, a supressão acentuada do ambiente natural e a escassez de elementos atenuadores tais como praças, áreas livres e parques);

2. ausência de cobertura vegetal, favorecendo o surgimento de processos erosivos visualmente impactantes;

3. edificações e equipamentos públicos e privados degradados ou com baixo nível de manutenção;

4. poluição dos cursos d'água e supressão das matas ciliares;

5. presença de lixo e sujeira em locais inadequados;

6. proliferação de mensagens publicitárias em suas mais diversas manifestações (*outdoors*, letreiros, faixas, cartazes etc.);

7. vias públicas em deficiente estágio de conservação e ausência de padronização / conservação dos passeios, sem considerar sua dimensão estética e de conforto ambiental;

8. alta concentração de pessoas e veículos automotores em determinados espaços;

9. ocupação irregular do espaço;

10. pichações generalizadas nas edificações e equipamentos públicos;

11. ausência de uma cultura estético/paisagística/arquitetônica que dote equipamentos funcionais e estruturais, tais como viadutos, canalizações, estações de metrô etc., de medidas de agradabilidade e conforto ambiental;

12. alta concentração de comércio de ambulantes em passeios.

A legislação existente sobre este assunto se restringe à regulamentação para a instalação de engenhos de divulgação de publicidade em logradouros públicos (*outdoors*), além de normatização de letreiros de empreendimentos comerciais localizados em conjuntos urbanos tombados.

4- Recursos Hídricos

A água é essencial para a manutenção de qualquer forma de vida e é imprescindível para o desenvolvimento das atividades humanas. Dada a sua importância e o contexto onde se encontra, seja pela escassez, pela abundância ou pela qualidade, torna-se indispensável gerir a água, isto é, assegurar a conservação do ambiente e dos recursos naturais e articular adequadamente a utilização da água requerida pelas diferentes atividades humanas. A gestão da água é determinante na qualidade ambiental e no nível da qualidade de vida das populações e não se pode limitá-la a um conjunto de processos de decisão para responder de forma avulsa a cada problema, seja de excesso (inundação), seja de poluição e degradação, seja de proteção ambiental. Pelo contrário, a gestão do recurso água, para ser eficaz, terá de ser baseada em soluções integradas, eficazes em face dos diferentes objetivos que se pretende atingir.

No contexto urbano a água pode ter diversos usos, tais como:

- abastecimento doméstico,
- abastecimento industrial;
- preservação da fauna e da flora;
- recreação e lazer; e
- diluição de despejos.

A valorização dos recursos hídricos dentro de um planejamento urbano garante a sua subsistência e um ganho direto de qualidade de vida aos cidadãos, seja ligado à saúde ou à possibilidade de lazer e recreação.

As áreas permeáveis são responsáveis pela infiltração da água de chuva e, por conseguinte, pelo controle de enchentes e recarga dos lençóis freáticos. É importante ainda, na gestão dos recursos hídricos, a sensibilização de parâmetros urbanísticos definidos na lei de uso e ocupação do solo, para uma melhor integração da urbanização com os efeitos da chuva.

Para uma boa gestão dos recursos hídricos há que se integrar:

- gestão do solo, garantindo controle de erosões, margens dos córregos e áreas permeáveis ;
- ações de saneamento ambiental – drenagem pluvial, abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e controle de vetores;
- toda a bacia hidrográfica, independentemente dos limites municipais.

A cidade de Belo Horizonte é banhada por uma rede de córregos que serve de escoadouro natural para as águas pluviais. Estes córregos fazem parte das bacias hidrográficas dos ribeirões Arrudas e Onça, tributários diretos do rio das Velhas, integrante da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Os municípios

que dispõem de áreas coincidentes com estas bacias, são: Belo Horizonte e Contagem, na bacia do Onça, e Belo Horizonte, Contagem e Sabará, na bacia do Arrudas.Com uma área de 330,23 km², Belo Horizonte tem 157,76 km² situados na bacia do ribeirão da Onça (incluindo o seu afluente, o córrego Isidoro) e 163,93 km² na bacia do ribeirão Arrudas. Apenas 9,54 km² estão diretamente na bacia do rio das Velhas.

A bacia do ribeirão do Onça abrange uma área total de 212 km² , dos quais 78% estão em Belo Horizonte, o que representa 50% da superfície do Município, sendo que os 22% restantes estão em Contagem. O ribeirão do Onça tem uma extensão de 38 km, desde a nascente do córrego Sarandi até sua foz no rio das Velhas. Os problemas relacionados com a qualidade da água na Pampulha têm estreita relação com deficiências existentes no sistema de esgotamento sanitário do município de Contagem. Por sua vez, a ausência de tratamento dos esgotos gerados em Belo Horizonte é responsável por grande parte da poluição do rio das Velhas, comprometendo as condições ambientais dos municípios localizados a jusante de Belo Horizonte.

A bacia do ribeirão Arrudas cobre uma área total de 206,70 km², dos quais 79% estão em Belo Horizonte, correspondendo a cerca de 48% da superfície do Município. Os restantes 13% e 8% situam-se, respectivamente, em Contagem e em Sabará. O ribeirão Arrudas tem uma extensão de 58 km, contados desde a nascente do córrego Jatobá até sua foz no rio das Velhas.

As áreas permeáveis são responsáveis pela infiltração das águas de chuva, pela recarga dos lençóis subterrâneos e pela redução de eventos, como transbordamentos e inundações. Como grande parcela das superfícies do solo de Belo Horizonte encontra-se impermeabilizada, as vazões dos cursos d'água nos períodos secos do ano estão severamente comprometidos. Os principais mananciais de água subterrânea estão localizados a sul / sudeste do município, constituídos pela porção porosa do solo, cujas espessuras variam normalmente entre 20 e 30 metros, podendo atingir até mais de 50 metros.

A intensa urbanização, a ocupação desordenada das margens dos córregos e das encostas, a ausência de correta destinação dos esgotos sanitários e ainda a locação de lixos nas calhas dos córregos têm como conseqüência a poluição dos corpos d'água, com repercussões econômicas, sociais, ambientais e políticas. A maioria dos córregos em leito natural no município encontra-se comprometido no aspecto qualitativo seja pelo lançamento de esgotos sanitários devido à ausência de interceptores, seja pela disposição de lixo em sua calha, seja pela ocupação de suas margens.

Com relação às nascentes, a SMMAS desenvolve hoje programas de identificação destas. Têm sido feitos levantamentos principalmente nas bacias da Pampulha, nas áreas verdes públicas e nos locais onde exista demanda de licenciamento e fiscalização. A SMMAS apresenta registro de 127 nascentes, devendo, para melhor gestão e desenvolvimento de programa de incentivo à preservação, prosseguir a procura e cadastro de outras existentes no município. Este levantamento consistirá em importante instrumento para as áreas de preservação permanente localizadas ao redor destas nascentes, evitando impermeabilização e ocupação indevida nas mesmas.

A bacia do Isidoro possui área remanescente da ocupação urbana onde ainda existem córregos em bom estado de conservação. Alguns deles, em número de 8 (oito), apresentam alguma contaminação, mas de fácil recuperação, com algumas intervenções estruturantes. Além destes, o manancial do Cercadinho e o trecho de montante do córrego Posse do Manancial do Barreiro apresentam-se também em bom estado.

1. Programas e Ações

BH Águas, programa de proposta para reenquadramento das águas no município

Este é um importante instrumento de gestão das águas pois fixa objetivo de qualidade da água, ao mesmo tempo em que estabelece os padrões de qualidade correspondentes.

- 1ª Etapa – Bacia do Isidoro, consistindo no levantamento dos cursos d'água e na caracterização da bacia, com conseqüente proposta de classificação das águas.
- 2ª Etapa – Outras bacias hidrográficas do município de BH.

A gestão dos recursos hídricos dá-se por bacia hidrográfica, sendo que os planos e ações municipais de Belo Horizonte agregam o planejamento do Comitê do Rio das Velhas.

2. Desafios

a) recuperar e preservar os córregos em leito natural;

b) criar instrumentos de incentivo à preservação dos recursos hídricos;

c) despoluir os cursos d'água;

d) identificar os consumidores do manancial subterrâneo e de superfície para subsidiar as ações de cobrança pelo uso da água;

e) proceder a gestão por bacia hidrográfica;

f) implementar ações de educação ambiental para desenvolver a consciência preservacionista na população;

g) inserir a água como possibilidade de recreação e lazer no cenário de Belo Horizonte.

Saneamento Ambiental

1. Drenagem Urbana

A cidade de Belo Horizonte foi projetada desconsiderando a hidrografia e portanto excluindo os córregos do cenário urbano. O plano de Urbanização e Saneamento Básico de Belo Horizonte – PLANURBS, elaborado em 1979 pela então SUDECAP, propôs a canalização de todos os córregos ainda em leito natural da cidade. Este plano tem sido base para todas as intervenções em córregos e ainda para o planejamento viário.

O sistema de drenagem implantado em Belo Horizonte teve por princípio básico o rápido escoamento das águas de chuva. Assim, dos 330 km de cursos d'água perenes, 210 km encontram-se canalizados em galerias celulares, feitas em concreto. Do total de cursos d'água canalizados, apenas 27 km foram feitos em canais abertos, os demais em canais fechados.

A rede tubular de drenagem é composta de manilhas de concreto com diâmetros variando de 600 mm a 1.500 mm, podendo ser encontrados trechos com menor dimensão, porém em número pouco representativo. Não existem dados sobre a extensão da rede tubular.

A maior parte de seu leito, bem como de seus tributários, encontra-se canalizada. Estas canalizações apenas atenuaram os problemas sanitários advindos da insalubridade dos chamados "fundos de vale" que, via de regra, recebem em grande medida os resíduos e despejos produzidos na cidade. Entretanto, ainda ocorrem enchentes regularmente em algumas sub-bacias em razão do mau funcionamento do sistema de drenagem ou por inexistência deste.

Apesar do sistema separador absoluto (separação da água pluvial dos esgotos sanitários e industriais) ser estabelecido legalmente, pode-se afirmar que todos os cursos d'água das bacias do Arrudas, situados em regiões urbanizadas, recebem despejos de esgotos sanitários, de origem domiciliar ou industrial. Esta situação tem provocado danos nas estruturas dos canais de concreto além de contribuir para sua insalubridade.

A bacia do ribeirão do Onça vem sendo urbanizada em período mais recente, e seus córregos encontram-se, em grande parte, sem canalização.

São freqüentes os problemas de enchentes nos vales dos córregos tributários do ribeirão do Onça, destacando-se as sub-bacias dos córregos Vilarinho, Ressaca, Engenho Nogueira e Cachoeirinha, todos canalizados e situados em regiões densamente urbanizadas.

Os resíduos sólidos e os despejos de entulho e esgotos sanitários e industriais são comuns em todos os cursos d'água que compõem a malha hidrográfica da bacia.

Três fatores determinam a crise do sistema tradicional de drenagem: (1) o custo ambiental, (2) o custo financeiro e (3) o funcionamento inadequado das canalizações da rede de macrodrenagem.

O custo ambiental do sistema tradicional de drenagem está na exclusão dos cursos d'água do cenário urbano.

Diversas grandes obras de regularização de cheias em cidades brasileiras foram planejadas e executadas com recursos da União, onde o extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) desempenhou papel destacado. Há pouco mais de uma década, os municípios ainda podiam contar com financiamentos para drenagem oriundos da União através de programas geridos pela Caixa Econômica Federal. Mais recentemente, o programa PROSANEAMENTO, da Secretaria de Política Urbana (SEPURB) do Ministério do Planejamento, impunha maiores exigências para financiamento de programas municipais de drenagem urbana em comparação com outros tipos de empreendimentos de saneamento. O tratamento hierárquico seguia a seguinte ordem: esgotamento sanitário; abastecimento de água; resíduos sólidos e, por último, a drenagem urbana. A taxa de juros anual para a drenagem era de 8%, enquanto para os outros programas era de 5%. Do mesmo modo discriminava-se também quanto à contrapartida do município, sendo de 20% para a drenagem e de 10% para os outros sistemas. As condições para análise de engenharia das solicitações de financiamento também eram mais exigentes para a drenagem. Foi, pois, com propriedade, que já se disse que a drenagem urbana, no Brasil, é a filha bastarda do saneamento.

Desse modo, recai atualmente sobre as administrações municipais o fardo mais pesado do ônus financeiro dos custos de implantação e manutenção dos sistemas de prevenção e controle de inundações. O que agrava ainda mais esta situação é o fato dos municípios não disporem de meios de tributação pela prestação destes serviços. Assim, as prefeituras ficam desprovidas de condições financeiras para arcar com os elevados custos das novas obras e da manutenção do serviço municipal de drenagem.

Apesar das grandes somas de recursos financeiros investidos em seu sistema de drenagem, Belo Horizonte continua padecendo com as inundações. Muitos dos canais implantados funcionam de maneira inadequada,

não comportando as vazões para as quais foram projetados e recebendo cargas de entulhos que obstruem a passagem das águas. Entre as causas da deficiência de funcionamento de muitos desses canais, estão a metodologia de cálculo empregada originalmente em seus projetos e as interferências com outros componentes da infra-estrutura urbana tais como a rede coletora de esgotos, adutoras, lançamentos indevidos de resíduos sólidos, assoreamento, ocupação das margens pela população de baixa renda etc.

Novos métodos de cálculo baseados em meios informáticos – os chamados modelos matemáticos – permitiram que outros elementos intervenientes no ciclo da água pudessem ser incorporados nos critérios para dimensionamento das estruturas do sistema de macrodrenagem. O fato é que as dimensões das canalizações já implantadas revelaram-se insuficientes para o escoamento das cheias de projeto quando realizada análise mais acurada através desses novos procedimentos de cálculo. A gravidade dos efeitos das inundações pode ser exemplificada pela comunicação feita pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Belo Horizonte (COMDEC) em janeiro de 1991, onde, durante aquele mês, registraram-se 709 ocorrências de danos devido às chuvas, sendo 112 inundações de residências e 102 desabamentos.

a) Programas e Ações

Plano Diretor de Drenagem

- *1ª Etapa*: Cadastramento da macro e da microdrenagem, caracterização das bacias elementares, implantação de sistema de informações geográficas, caracterização da estabilidade estrutural e plano de recuperação das galerias pluviais.

Justificativa: Representa o mais importante acervo de dados e informações sobre a infra-estrutura de drenagem existente na cidade.

Situação: Levantamentos de campo concluídos em janeiro de 2001 e atualmente em fase de ajustes finais.

- *2ª Etapa*: Monitoramento hidrométrico do sistema de macrodrenagem e implantação do Serviço Hidrológico Municipal.

Justificativa: Com uma campanha de monitoramento dos eventos chuvosos e respectivos caudais do escoamento, poder-se-á conhecer o regime de chuvas ocorrentes na região de BH e seus efeitos nas galerias e canais de drenagem e assim será possível dimensionar adequadamente as estruturas de todo o sistema de controle de inundações.

Situação: A iniciar em janeiro de 2002 e prazo de execução de 14 meses.

- *3ª Etapa*: Estudos e proposições sobre gestão do serviço municipal de drenagem, modelagem hidráulica da macrodrenagem e planos de ação.

Justificativa: Será possível propor uma adequada estrutura de gestão para o serviço de drenagem. Com a modelagem conhecer-se-á a dinâmica de funcionamento do sistema de drenagem existente, sendo possível a simulação de projeções para seu aperfeiçoamento e definição das ações necessárias ao controle das cheias na cidade.

Situação: A iniciar em janeiro de 2003 e prazo de execução de 12 meses.

2. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

O Município de Belo Horizonte apresenta índices elevados de atendimento pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário quando comparados à realidade nacional. Cerca de 99% de seus 2,3 milhões de habitantes têm acesso ao sistema público de abastecimento de água e aproximadamente 85% são atendidos por coleta de esgotos.

Ainda assim, até que todos estejam atendidos, não se pode dizer que a situação seja satisfatória. Estima-se que mais de 20.000 pessoas ainda não recebam água tratada, outros 20.000 sofram com a descontinuidade do abastecimento d'água e que 350.000 não tenham seus esgotos coletados.

A maioria dos córregos que cortam a região urbanizada encontra-se canalizada e todos estão poluídos porque recebem despejos de esgotos sanitários de origem domiciliar ou industrial. Contribuem para isso uma incompleta rede de interceptores e ligações clandestinas no sistema de drenagem pluvial. A primeira estação de tratamento de esgotos, a ETE Arrudas, entrou em funcionamento em outubro deste ano, apenas com tratamento primário, que remove parcialmente a carga poluidora dos esgotos que chega até a estação.

a) Sistema de abastecimento de água

Um sistema de abastecimento de água potável é composto pelas fases de captação (nos mananciais), tratamento, reservação e distribuição. Em todas as fases é efetuado o controle de qualidade da água, de acordo com o Ministério da Saúde.

Os serviços de abastecimento de água no município de Belo Horizonte são gerenciados e operados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA MG), concessionária dos serviços municipais .

Mananciais e produção da água: Belo Horizonte consome 55% da água destinada à Região Metropolitana,

produzida nos sistemas rio das Velhas, Serra Azul, rio Manso, Vargem das Flores, Morro Redondo, Ibirité, (Água Bruta) Barreiro e (Água Bruta) Catarina. O principal sistema produtor da região metropolitana é o rio da Velhas, responsável pelo abastecimento de aproximadamente 60% do volume destinado a Belo Horizonte. Os sistemas de água bruta destinam-se ao uso industrial na região do Barreiro e o único sistema que abastece exclusivamente Belo Horizonte é o Morro Redondo.

Distribuição de água: Belo Horizonte conta hoje com cerca 4.800 km de redes distribuidoras implantadas. O volume anual produzido é da ordem de 235 milhões de m^3, dos quais são efetivamente faturados cerca de 176 milhões de m^3. O sistema conta com 99% de hidrometração, contabilizando um índice de perda física de 32%.

Reservação: o sistema integrado da Região Metropolitana é composto de 34 reservatórios de macrodistribuição, possuindo volume total de 218.745m^3 e por 103 reservatórios de microdistribuição, com capacidade total de 22.401m^3.

A qualidade da água dos cursos d'água utilizados para abastecimento é monitorada através de 52 estações e de 27 parâmetros de controle. O controle de qualidade da água já tratada é feito segundo as normas e padrões de potabilidade exigidos pelo Ministério da Saúde, através da Portaria 036/90 modificada pela Portaria 1469/00.

Os principais problemas referem-se à:

- ausência de abastecimento de água particularmente em partes de vilas e favelas onde a urbanização é precária e em locais de baixa densidade, que não se enquadram nos critérios de crescimento vegetativo da concessionária;
- precariedade das instalações prediais de água;
- intermitência no abastecimento de água para aproximadamente 20.000 pessoas;
- contaminação por organismos patogênicos ou substâncias químicas de outras fontes tais como poços, cisternas e minas utilizadas como solução individual para complementação do abastecimento.

b) Sistema de Esgotamento Sanitário

O Sistema de Esgotamento Sanitário compreende as fases de coleta domiciliar, interceptação e tratamento dos esgotos. É gerenciado e operado pela COPASA desde 1973.

Coleta de esgoto doméstico

Cerca de 85% da população de Belo Horizonte conta com o serviço de coleta de esgotos. O volume coletado anualmente é da ordem de 182 milhões de m3, sendo o volume faturado igual a 150 milhões de m3.

Apesar desse percentual ser alto, se comparado a outras cidades, cerca de 350.000 habitantes não têm acesso ao sistema de esgotamento sanitário oficial. Este número é equivalente à quinta maior cidade do Estado de Minas Gerais! Esta carência se concentra em áreas de urbanização precária e áreas que apresentam dificuldades para a execução de obras com técnicas convencionais ou que não tenham viabilidade econômico-financeira para a Concessionária dentro dos atuais critérios do crescimento vegetativo. Pode-se citar como áreas críticas: vilas e favelas e loteamentos irregulares ou áreas com baixa densidade. Outros problemas relativos ao sistema de coleta são a ausência ou precariedade de instalações prediais de esgoto sanitário, locais com dificuldades para viabilizar a adesão dos moradores e ainda a insuficiência na manutenção dos sistemas públicos de esgotamento sanitário, especialmente vilas e favelas.

O modelo adotado pela COPASA MG atendeu bem à cidade formalmente constituída, mas deixou desassistidos justamente os mais pobres, nos locais de maior incidência de óbitos e doenças relacionados à veiculação hídrica. Para atender os 15% da população que estão à margem dos serviços, é preciso priorizar investimentos que garantam intervenções estruturais. A implantação de sistemas de coleta de esgoto nestes locais quase sempre demanda uma abordagem integrada do sistema de infra-estrutura local, requerendo intervenções no sistema viário e solução das situações de risco, sob pena de se desperdiçar recursos públicos.

Interceptores

O sistema de interceptação cobre aproximadamente 50% da extensão necessária na bacia do Onça e 75% na bacia do Arrudas, dentro dos limites do município, valores baseados em dados da concessionária, de 1998.

A alta incidência de ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem pluvial (tanto pela população, quanto pela própria COPASA MG); o lançamento das águas de chuva nos esgotos sanitários e a descontinuidade do sistema de interceptação comprometem a qualidade das águas de todos os cursos d'água e as estruturas dos canais de concreto. Entre os cursos d'água da cidade sem interceptação destacamos o ribeirão Isidoro, afluente do Onça em sua margem esquerda. Sua sub-bacia corresponde à

maior parte das regiões de Venda Nova e Norte e a uma população superior a 300.000 habitantes. Também não foram executados os interceptores de sub-bacias importantes como as dos córregos Engenho Nogueira, na bacia do Onça, e as do Bonsucesso, Cercadinho e Jatobá, na bacia do Arrudas.

Tratamento de esgotos

A ausência de tratamento de esgotos no município tem implicado, ao longo desses anos, em impactos extremamente negativos para a qualidade de vida da população e para os cursos d'água da bacia do rio das Velhas. Em outubro deste ano entrou em operação a Estação de Tratamento de Esgotos do Arrudas (ETE Arrudas), a primeira de Belo Horizonte. As instalações permitem o tratamento primário dos esgotos interceptados na bacia do ribeirão Arrudas, o que significa que vai ser retirada apenas 40% da poluição orgânica.

A bacia do ribeirão Arrudas representa 60% da área do município e seu nível de interceptação, com descontinuidade, é de 75% da extensão dos cursos d'água. Segundo a COPASA MG, em 2002 será implantado o tratamento secundário na ETE Arrudas. Não há previsão de implantação da ETE Onça. A complementação do sistema de tratamento possibilitará um significativo ganho ambiental para as bacias do rio das Velhas e do rio São Francisco. É fundamental que seja priorizada.

3 . Resíduos Sólidos

Desde 1973, Belo Horizonte passou a contar com estrutura administrativa própria para a gestão das diversas atividades da limpeza urbana.

Constituem serviços de limpeza urbana as atividades de coleta de resíduos, de varrição e capina de vias públicas, além do tratamento e disposição final dos resíduos sólidos coletados, entre outras.

Durante 27 anos, a Superintendência de Limpeza Urbana – SLU foi a entidade responsável pela limpeza da capital mineira. Além de administrar, planejar, operacionalizar e fiscalizar os serviços de sua competência, passou também a cuidar da minimização dos efeitos ambientais negativos decorrentes da geração de resíduos e, ainda praticar uma política pedagógica de comunicação e mobilização, com objetivo de conscientizar a sociedade no tocante à limpeza e à participação social no equilíbrio do meio ambiente.

Com a reforma administrativa de dezembro de 2000, a gestão dos resíduos sólidos, está sob a responsabilidade da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), no que diz respeito ao gerenciamento de pessoal e da frota própria; da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (SMLU), nas atividades de tratamento e disposição final dos resíduos, planejamento dos serviços, mobilização social e elaboração das diretrizes e normas da limpeza urbana; e das Secretarias de Coordenação da Gestão Regional, na fiscalização para limpeza urbana e na execução operacional dos serviços.

Na prestação dos serviços de limpeza urbana à população belo-horizontina estão envolvidos cerca de 5.000 trabalhadores, incluindo pessoal administrativo e operacional da PBH e das prestadoras de serviço.

Estima-se o atendimento com serviços de limpeza urbana a cerca de 91% da população (residente e flutuante). A parcela não atendida é, basicamente, a que reside em locais que dificultam a prestação dos serviços seja pela falta de acessos, seja por caracterizar áreas de risco ou terrenos muito acidentados,.

Cerca de 78% do total de ruas pavimentadas são regularmente atendidas com serviços de varrição e a capina de vias públicas tem atendido satisfatoriamente à demanda.

A limpeza e desassoreamento de córregos é executada em conjunto com outros órgãos da PBH visando minimizar as doenças e os problemas relacionados com as enchentes.

A maior parte dos resíduos é encaminhada para um único aterro sanitário localizado às margens da BR-040, na região Noroeste do município. A Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da BR 040 ocupa uma área de 132 hectares, está em funcionamento há cerca de 25 anos e já apresenta sinais de esgotamento de sua vida útil.

A Central da BR 040 possui licença operacional para suas atividades concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Essa licença credencia Belo Horizonte a receber parte do ICMS Ecológico de Minas Gerais.

Apesar de a maior parte do total de resíduos gerados pela população ser coletada pelo sistema público, uma parcela não integra os números apurados pela municipalidade por fazerem parte de iniciativas particulares, como, por exemplo, a deposição de entulho nos bota-foras de terrenos particulares e a coleta seletiva realizada pelo Hospital Mário Pena. Das 4.550 toneladas de resíduos coletadas diariamente no município, cerca de 390 toneladas são direcionadas para a reciclagem, das quais:

- 20 t/dia de papel, metal, vidro e plástico são provenientes da coleta seletiva e, através da parceria com a Santa Casa e com a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), classificadas, enfardadas e comercializadas para reciclagem;
- 365 t/dia de entulho são recicladas pela PBH e utilizadas principalmente nas obras públicas de preparação de vias para pavimentação, e

- 5 t/dia de resíduos que deixam de ser aterrados para se transformarem em composto orgânico para uso em jardins, hortas escolares e revegetação de áreas urbanas.

A cobrança pelos serviços de limpeza urbana é efetuada mediante a Taxa de Coleta inserida na guia do IPTU e cobre parte do custo total das atividades da limpeza urbana. A complementação dos recursos para suprir os gastos é feita por meio de repasse do tesouro municipal.

Nos últimos anos, o orçamento da limpeza urbana representou aproximadamente 5 % do orçamento da PBH. O acréscimo da geração de resíduos e também a crescente pavimentação de ruas e urbanização de vilas e favelas demandam, porém, um aumento nos recursos destinados à limpeza urbana.

Para a ampliação dos serviços de limpeza urbana são necessários investimentos para incremento e adequação do número de trabalhadores, da frota e dos diversos programas e atividades.

A prestação dos diversos serviços de limpeza urbana continua sendo expandida em todas as regiões do município, buscando-se a universalização do atendimento a toda a população de Belo Horizonte, aliada à contínua melhoria de qualidade. A gestão integrada de Resíduos Sólidos Urbanos abrange não só a execução eficiente dos serviços essenciais, mas, também, ações voltadas para seus trabalhadores e para a participação social na busca e implementação de soluções.

Essas ações são integrantes da política municipal, que tem como premissa fundamental o Manejo Diferenciado dos Resíduos Sólidos, consubstanciado no conjunto de ações que abrange o tecnológico, o social e o político em um só sistema cuja gestão deve ser necessariamente integrada.

A política atualmente em curso baseia-se no Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos para o período 2000-2004, referendado inclusive pelo Plano Plurianual de Ação Governamental desta administração.

Os aspectos essenciais do Plano são a *Redução da geração de resíduos na fonte, a Maximização da separação de resíduos para reciclagem, com inclusão social e geração de renda e o Tratamento do restante dos resíduos num sistema integrado.*

a) Redução da geração de resíduos na fonte

Este aspecto está diretamente relacionado à mudança de valores e comportamentos da sociedade em geral, de forma a reduzir o desperdício de materiais. As estratégias fundamentais para se alcançar esta meta são a educação ambiental, a mobilização social e o estabelecimento de parcerias.

A articulação dessas ações vem sendo coordenada pela Gerência de Mobilização Social da SMLU através de programas de educação para a limpeza urbana e em programas de reciclagem em vários segmentos sociais, como, escolas, universidades, instituições religiosas, organizações comunitárias e iniciativa privada, entre outros.

b) Maximização da separação de resíduos para reciclagem

Para o alcance dessa premissa, foi estabelecida a ampliação e otimização dos três programas de reciclagem em desenvolvimento — coleta seletiva, compostagem da matéria orgânica e reciclagem do entulho da construção civil.

Nos últimos 8 anos, a coleta seletiva de papel, metal, plástico e vidro vem sendo implantada no sistema ponto a ponto, ou seja, com a instalação de contêineres específicos em pontos denominados Locais de Entrega Voluntária (LEVs), onde a população deposita os materiais recicláveis que são destinados à ASMARE, hoje com 360 catadores associados, e à Santa Casa. A coleta de recicláveis atingiu 6.750 toneladas em 2000 e ser ampliada no município não só com o aumento do número de LEVs, mas, também, com a intensificação das ações de mobilização social e com a diversificação da forma de execução, o que inclui a coleta porta a porta com a utilização de veículos diferenciados para o recolhimento desses materiais.

A reciclagem de resíduos da construção civil, iniciada em 1995, atingiu 95.000 toneladas em 2000. Nesse mesmo ano, chegou a 10 o número de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPVs) destinadas à captação de resíduos diversos com, cada vez maior, demanda social por essas instalações em diferentes regiões do município. Estão previstas também novas Estações de Reciclagem uma das quais na área da Central BR 040 cujo processo de licitação para instalação está em andamento. O caráter social do Programa espelha-se na parceria do poder público com os carroceiros que transportam esses resíduos, viabilizando o benefício de grupos sociais de baixa renda. Atualmente, o Programa abrange um grupo de aproximadamente 2.000 carroceiros.

O programa de compostagem realiza a coleta diferenciada da matéria orgânica em cerca de 50 sacolões, supermercados e mercados e produz composto pelo sistema simplificado, em uma unidade existente na Central da BR040. O composto produzido com essa matéria orgânica misturada com parte da poda da arborização pública é utilizado em atividades de plantio e na manutenção de espécies vegetais para ajardinamento, paisagismo e proteção ambiental. Além da ampliação das instalações existentes e da coleta diferenciada da matéria orgânica, é necessário também implantar novas áreas para processamento da matéria orgânica.

c) Tratamento do restante dos resíduos num sistema integrado

Apesar da atuação na redução e na reciclagem de resíduos, não é possível prescindir da destinação final adequada em aterros sanitários para uma grande quantidade de resíduos. Estava prevista a instalação do aterro de Capitão Eduardo numa área reservada para tal finalidade desde 1972.

Com o passar do tempo parte da área sofreu processos de ocupação populacional, e os moradores do entorno passaram a se opor a implantação de novo aterro na Fazenda Capitão Eduardo. Além disso, em julho de 2001 foi aprovada na Assembléia Legislativa Estadual a Lei nº 13.958 que cria a Área de Proteção Ambiental – APA no terreno da antiga Fazenda Capitão Eduardo, dificultando as ações de implantação de empreendimentos que promovam significativas interferências ambientais – como é o caso de um aterro sanitário.

4. Controle de Vetores

Zoonoses são doenças naturalmente transmissíveis entre animais e seres humanos. Entre as zoonoses, as doenças transmitidas ao homem por vetores dependem de um animal invertebrado que transfere de forma ativa o agente etiológico de uma fonte de infecção a um novo susceptível.

As atividades de Controle de Zoonoses no município de Belo Horizonte são relatadas desde 1943 e a partir de 1968 ampliadas para o controle de endemias. As atividades de Controle são coordenadas na Secretaria Municipal de Saúde (SMSA) pela Gerência de Controle de Zoonoses e as ações são descentralizadas e executadas pelas Gerências de Zoonoses dos Distritos Sanitários nas Secretarias de Gestão Regional.

Estas atividades têm como objetivo melhorar a qualidade de vida do homem, utilizando um conjunto de ações como educação em saúde, associado à execução de métodos físicos, químicos e biológicos para controlar a fauna sinantrópica e doenças, agressões e injúrias que a ela são atribuídas. A forma de ocupação do espaço, a estrutura de saneamento oferecida nas regiões e a densidade populacional por Distrito têm se apresentado como fatores determinantes da ocorrência das doenças. O maior envolvimento operacional entre as Secretarias de Saúde e Regulação Urbana poderá melhorar a oferta de serviços e otimizar as atividades já realizadas mudando o quadro destes agravos na cidade.

a) Programa de controle da leishmaniose visceral

O Programa de Controle da L.V. é baseado na tríade controle do vetor, diagnóstico do reservatório e eliminação do cão positivo e tratamento de casos humanos.

No município, em 2001, já foram notificados 31 casos humanos de Leishmaniose Visceral (L.V.) e 6 óbitos. Avaliando-se historicamente a ocorrência de L.V. desde 1994, três regionais foram consideradas prioritárias para as ações em Belo Horizonte: Leste, Nordeste e Norte. Neste ano já foram realizadas 22.384 coletas de amostras caninas e 39.065 imóveis foram borrifados.

As ações que o município realiza são:

- inquéritos sorológicos (amostral e censitário)
- inquéritos entomológicos
- controle químico do vetor
- orientação à população
- atendimento à demanda espontânea
- sacrifício de cães com leishmaniose visceral (1.880 cães em 2001)

b) Controle da raiva

A raiva está sob controle no município de Belo Horizonte. O último caso de raiva humano ocorreu em 1984 e o último caso canino autóctone em 1989. Desde 1983 o município realiza a campanha de vacinação animal, em dia único, que geralmente coincide com o Dia Nacional de Vacinação contra a Raiva preconizada pelo Ministério da Saúde. No ano de 2001, foram vacinados 259.093 animais. Além da campanha anual, o CCZ realiza a vacinação contra a raiva durante todos os dias úteis da semana. As ações constam de:

- vacinação de cães e gatos
- apreensão de animais errantes
- observação clínica de cães e gatos
- diagnóstico laboratorial da raiva animal
- educação em saúde
- sacrifício de cães errantes (3.506 em 2001)

c) Programa de controle da dengue

No município, em 2001 foram confirmados 4055 casos autóctones. Os sorotipos de vírus circulantes são o DEN-1 e DEN-2. Em 2001, foram feitas 3 pesquisas larvárias e quatro ciclos de tratamento censitário no ano

(5^0 ciclo em curso) representando 3.560.126 imóveis tratados, com média de 850.000 imóveis tratados por ciclo. Na última pesquisa larvária realizada por meio do levantamento de índice predial (LI) realizado em maio/2001, o índice predial bruto foi de 1,04%.

Para facilitar o acompanhamento e avaliação dos trabalhos desenvolvidos, foi construído um sistema de informações em rede, pela Prodabel e o Serviço de Controle de Zoonoses.

As ações que o município realiza são:

- pesquisa larvária (LI) – realizado de forma amostral em 6,6% de seus imóveis.
- tratamento focal – aplicação bimensal de larvicida dentro dos criadouros dos mosquitos em 100% do território no município.
- perifocal – aplicação de inseticida, adulticida, nas paredes dos criadouros, como medida complementar ao tratamento focal.
- espacial – feito somente em época de epidemia como forma complementar para interromper a transmissão da dengue, visando a eliminação das formas adultas do vetor.
- monitoramento vetorial com armadilhas de ovoposição (ovitrampas)
- orientação à população

e)Programa de controle do cúlex
(realizado somente pelo Distrito Sanitário da Pampulha)

As ações realizadas são:

- vistoria e monitoramento nas coletas de água;
- inquérito entomológico;
- tratamento químico e biológico.

f) Programa de controle de roedores

Neste ano foram atendidas 86.253 solicitações e foram visitados 62.430 domicílios em vilas e favelas. A ação integrada entre a SMSA/GECOZoonoses, SMLU e Sudecap, para limpeza e dessassoreamento de córregos é realizada todos os anos. Além destes córregos, outras áreas com alto índice de infestação de roedores são trabalhadas pela GECOZoonoses, retomando de forma mais impactante as ações programadas de controle.

As ações que o município realiza são:

- identificação de focos;
- controle químico;
- atendimento à demanda;
- orientação à população.

f) Controle de animais peçonhentos

A SMSA assumiu, em 1982, a responsabilidade de controle deste agravo. Em 1992 o controle químico foi suspenso devido aos riscos no uso do produto e o trabalho foi reformulado sob a lógica da prevenção ao acidente, incorporando a vigilância e promovendo a mudança de comportamento para a eliminação de abrigos e oferta de alimentos, definindo áreas de risco para acidentes e realizando a intervenção planejada nestas áreas (capturas, mutirões de limpeza e trabalhos educativos).

No ano de 2000 foram registradas 3.542 reclamações quanto ao aparecimento de escorpiões com 500 acidentes e 5.610 vistorias para controle. Acompanhando o número de acidentes nos últimos dez anos, observamos que os menores índices sempre foram registrados no Barreiro e os maiores oscilam entre Noroeste, Nordeste e Leste, com predominância da Noroeste.

As ações que o serviço realiza são:

- identificação de focos, captura e identificação de espécie;
- vigilância epidemiológica ao acidentado;
- monitoramento em áreas tratadas;
- atendimento às demandas;
- orientação à população quanto as medidas preventivas e orientação quanto ao tratamento do acidentado.

g) Programas e Ações Especiais Integrados

A busca de um enfoque integrado e multisetorial gerou a necessidade da criação de programas especiais, com ações multisetoriais integradas, quais sejam:

- Planos Globais – Intervenções Estruturais em Vilas e Favelas;

– DRENURBS – Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte. A ser realizado em etapa única, mediante diagnósticos sanitários e ambientais; estudos de viabilidade e projetos básicos para o saneamento ambiental de 135 km de cursos d'água, situados em todas as nove regionais, abrangendo 83 córregos. Iniciado em 13 de agosto de 2001, com prazo de execução de 10 meses;
– PROPAM – Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha. Consórcio entre os municípios de Belo Horizonte e Contagem, contemplando intervenções em toda a bacia hidrográfica, objetivando impactos positivos na sustentabilidade da lagoa da Pampulha. Prevê a coleta e interceptação de todos os esgotos gerados na bacia, em Contagem e Belo Horizonte;
– Orçamento Participativo – Mecanismo da prefeitura, responsável por intervenções na cidade com recursos próprios. É definido de forma democrática, conforme demanda da comunidade;
– Projeto Sanear BH – trata-se da elaboração de diagnóstico e soluções técnicas para assegurar a universalização dos serviços de esgotamento sanitário. Estão concluídos os estudos de 4 bacias hidrográficas: dos córregos Cardoso, Bonsucesso, Embira e Ressaca;
– Pró-Cercadinho – Programa de Recuperação Ambiental da bacia do córrego Cercadinho;
– Pró-Serra – Programa de Recuperação Ambiental da Serra do Curral.

C - Síntese da percepção dos participantes

Recursos Hídricos e Saneamento

De uma maneira geral os programas da Prefeitura de Belo Horizonte relacionados à questão ambiental são satisfatórios, existindo esforços para a melhoria das condições ambientais. Apesar disso, identifica-se a ausência ou insuficiência de determinadas ações nesta área.

Com relação à política de áreas verdes do Município é ponto positivo a implantação de novos parques na cidade. A existência de programas como o BH Verde e o Adote o Verde e de políticas e ações públicas voltadas para a preservação de áreas de interesse ambiental é conhecida e aprovada. O Adote o Verde, assim como a abertura em geral da PBH para a busca de parcerias com a iniciativa privada são muito aprovados, sendo necessária a efetiva participação da participação para a obtenção de bons resultados nesta área. Já se apresenta como solução de problemas estruturais da PBH nas ações de manutenção de espaços públicos a ampliação deste programa.

Com relação às diversas formas de poluição ambiental, não de identifica problemas de maior gravidade em Belo Horizonte, com exceção, apenas, para as poluições sonora e visual. Com relação à primeira observa-se a falta de integração dos setores envolvidos, e, com relação à segunda, questiona-se a poluição causada pelo próprio poder público. Ainda como ponto negativo pode-se citar a insuficiência do Programa Disque-Sossego, e, como ponto positivo, a Operação Oxigênio, entrando-se, aqui, na questão da poluição atmosférica.

Sobre a questão da preservação dos recursos hídricos do Município, é conhecida não apenas a existência de uma política de revitalização de córregos e fundos de vale, como o Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vales dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (DRENURBS) e o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha (PROPAM). Estes são pontos positivos, ressaltando-se, no entanto, como ponto negativo, a insuficiência de recursos financeiros destinados aos mesmos. A existência de comitês de bacia é também positiva, reforçando-se assim a necessidade da participação da população nas questões ambientais.

A falta de políticas e programas de educação e mobilização ambientais é um ponto negativo, particularmente a inexistência de uma política de educação e conscientização voltada para a preservação de espaços públicos. Os Centros de Vivência Agro-Ecológica (CEVAEs) são reconhecidos pela população e seu enfraquecimento é questionável; a criação do Centro de Educação e Mobilização Social da Pampulha, por sua vez, é positiva.

Com relação à legislação urbanística e ambiental do Município é reconhece positivamente, de uma maneira geral. No entanto, a sua aplicabilidade é precária, o acompanhamento do poder público é pouco efetivo e a ocorreu uma predominância do interesse econômico, em detrimento da preocupação ambiental, quando da elaboração da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo.

De uma maneira genérica é negativa a "não implantação da Área de Proteção Ambiental Sul (APA-Sul)", embora a existência dos Conselhos Deliberativos do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM) e o de Meio Ambiente (COMAM) sejam pontos positivos.

Saneamento

Estão sendo empreendidos esforços para a solução dos problemas que ainda persistem, mas a qualidade da prestação dos serviços de saneamento em Belo Horizonte é razoável, principalmente no que diz respeito ao abastecimento de água e à limpeza urbana. A falta de esgotamento sanitário, em especial nas vilas, é preocupante mas, em compensação, está sendo implantada a primeira fase da Estação de Tratamento de Esgotos da bacia do ribeirão Arrudas. Além disso, a mudança conceitual do tratamento dos fundos de vale, abandonando-se a canalização como solução única, e a parceria com o Projeto Manuelzão traduzem um avanço da Administração em relação aos problemas de drenagem urbana.

A participação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), na coleta seletiva do Município é excelente. O abandono, porém, da área de Capitão Eduardo como solução para o destino final dos resíduos sólidos de BH e a busca de outra alternativa, sem que nenhuma dessas duas decisões tenha passado por uma discussão ampla e popular é questionável.

No tocante à gestão dos serviços de saneamento, destacam-se:

– a indefinição do novo modelo de prestação dos serviços de água e esgoto e a omissão da PBH no que se refere à fiscalização desses serviços;
– a falta de soluções alternativas para o saneamento ambiental em vilas e favelas.

Como aspecto positivo destaca-se a aprovação da Lei n.º 8.260/01, que instituiu a Política Municipal de Saneamento.

Por fim, é clara a relação entre as ações de saneamento e a preservação e recuperação dos recursos ambientais e há uma demanda muito visível para que sejam incrementadas as campanhas de educação sanitária e ambiental.

3.2.4 - Pré-Conferência Temática de Habitação, Vilas e Favelas

A - Texto de apoio à discussão específica

Balanço da Política Municipal de Habitação

A instalação do Sistema Municipal de Habitação, em 1994, significou um passo importante do poder público municipal na busca de soluções para os problemas relacionados à moradia popular na cidade. Foi formatado a partir de proposta construída em conjunto com os movimentos populares organizados em torno da questão da moradia e é constituído por: um órgão gestor, que inicialmente foi estabelecido como sendo a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) e recentemente passou a ser a Secretaria Municipal de Habitação (SMHAB); o Conselho Municipal de Habitação (CMH); o Fundo Municipal de Habitação Popular (FMPH).

A partir da reforma administrativa que vem sendo implantada na administração municipal desde 2000, a SMHAB é a responsável pelo planejamento geral dos programas da Política Municipal de Habitação, pelas ações de acompanhamento social e de regularização fundiária de todos os empreendimentos e pela execução das obras relativas à produção de novas moradias. As obras de urbanização em assentamentos habitacionais existentes estão hoje sob a coordenação das Secretarias Municipais da Coordenação de Gestão Regional (SCOMGER), numa tentativa de agilizar o atendimento através da descentralização operacional.

1. FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1.1 Política de Financiamento e Subsídio

Uma das diretrizes da Política Municipal de Habitação é a criação de linhas de financiamento e subsídio regidas por critérios sociais, objetivando o acesso das famílias à moradia digna e o retorno de recursos ao FMHP para reinvestimento em programas habitacionais. Em 1996, o CMH aprovou uma resolução contendo as normas para o financiamento e concessão de subsídios aos beneficiários dos programas habitacionais desenvolvidos com recursos do FMHP, constituindo assim uma política que vem sendo implantada, estando previsto até o final de 2004 o financiamento de mais de 4.600 unidades habitacionais. Recentemente, foi criado pelo CMH um grupo temático de financiamento, que tem avaliado e elaborado propostas de ajustes e adequações necessárias para o aprimoramento da política de financiamento e subsídio.

Tabela 03 - Fundo municipal de habitação popular: retorno de recursos financiados (2000-2001)

NÚMERO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	UH*	RETORNO DE RECURSOS PREVISTO SEM A POLÍTICA DE SUBSÍDIO	%	RETORNO DE RECURSOS (PRESTAÇÃO PAGAS PELAS FAMÍLIAS)	%	TOTAL DE SUBSÍDIO DA PBH/FMHP	%
7	648	R$ 1.056.231,19	100	R$ 356.961,19	34	R$ 699.267,00	66

* UH: unidades habitacionais

1.2 Captação de Recursos e Financiamento da PMH

O Fundo Municipal de Habitação Popular tem como principal fonte de recursos parcela do orçamento municipal que é a ele destinada, anualmente, de forma sistemática, desde 1994. Entretanto, apesar desse compromisso que a Prefeitura vem demonstrando ter em relação à Política Municipal de Habitação, esses recursos não são suficientes para atender as demandas habitacionais do Município.

Dentro deste contexto, a Secretaria Municipal de Habitação procura ampliar os recursos do FMHP e sua capacidade de atendimento a partir de um conjunto de ações na busca de parcerias com outras esferas do poder público e fontes de financiamento internacionais.

Tabela 04 - Fundo municipal de habitação popular: captação de recursos (1995-2001)

PROGRAMA	UH PRODUZIDAS	VILAS URBANIZADAS	VALORES (R$)		
			FONTES*: FGTS/MPO/OGU/BID/ ESTADO MG	CONTRAPARTIDA DA PBH	TOTAL
Pró-moradia	768	2	6.712.189,21	8.078.516,60	14.790.705,81
PASS	0	1	81.641,25	57.353,11	138.994,36
Pró-Infra	0	2	120.876,20	36.503,69	157.379,89
Habitar-Brasil	227	1	1.499.585,11	963.895,64	2.463.480,758
Habitar-Brasil/BID	88	1	1.055.559,49	1.599.591,14	5.655.150,63
PAR	1.762	–	34.733.486,65	–	34.733.486,65
Crédito Associativo	96	–	1690.000,32	–	1.690.000,32
SEHAB/MG	166	–	450.000,00	–	450.000,00
TOTAL	3.107	7	49.434.338,23	–	60.079.198,41

*FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. *MPO: Ministério do Planejamento e Orçamento. *OGU: Orçamento Geral da União

*BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

2- PROGRAMAS HABITACIONAIS E AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO

Em 1994, o CMH aprovou uma Política Municipal de Habitação que adota como conceito de habitação a moradia inserida no contexto urbano, provida de infra-estrutura básica, serviços urbanos e equipamentos urbanos básicos.

Segundo a Política Municipal de Habitação, poderão ser utilizadas três formas de gestão na implementação dos programas habitacionais:

– gestão pública: a Prefeitura gerencia todo o processo de implantação do programa habitacional, sendo repassado ao beneficiários o produto final;
– co-gestão: há uma divisão de atribuições de gerenciamento da implantação do programa habitacional entre a Prefeitura e os beneficiários, sendo repassados a esses os insumos, como por exemplo o material de construção;
– autogestão: o movimento popular organizado gerencia todo o processo de implantação do programa habitacional, sendo repassados aos beneficiários os recursos financeiros necessários.

Uma das principais diretrizes dessa política é a que propõe a democratização da gestão, o que vem sendo implementado através de uma grande diversidade de instâncias e processos participativos, tais como o próprio CMH, os Grupos de Referência, as COMFORÇA, o Orçamento Participativo Regional e o da Habitação, assim como as metodologias participativas implementadas sistematicamente através dos programas da Política Municipal de Habitação.

Todos esses programas atendem sempre demandas coletivas e organizadas, exceto nos casos de famílias desabrigadas, removidas para execução de obras públicas e aquelas encaminhadas pelos órgãos da

Prefeitura responsáveis por programas de reintegração social.

A Política Municipal de Habitação aprovada prioriza o atendimento à população de baixa renda (famílias com renda familiar de até 5 salários mínimos) através da atuação em duas frentes:

– intervenção em assentamentos existentes, atendendo à população que mora em vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social;
– produção de unidades habitacionais e de novos assentamentos, para atender à população organizada do Movimento dos Sem-Casa e à população a ser reassentada por motivos de obras públicas, risco etc.

Na implementação das ações, a Política Habitacional vem definindo programas e ações que visam, antes de tudo, a redução do déficit habitacional – quantitativo e qualitativo. Dessa forma, os programas já implantados e os propostos têm sua atuação dirigida à população moradora nos assentamentos existentes e/ou à população que demanda a ampliação da oferta de novas unidades habitacionais.

Intervenções em Assentamentos Existentes

(principais tipos de intervenção)

- Intervenção estrutural

Consiste no planejamento integrado da implantação de sistema viário, de redes de água, esgoto, drenagem e eletrificação, no reassentamento de famílias, na promoção de melhorias habitacionais, no reparcelamento do solo, na consolidação geotécnica, na regularização fundiária e em programas de desenvolvimento comunitário.

- Tratamento de áreas remanescentes

Consiste no tratamento de áreas das quais foram removidas famílias.

- Melhorias habitacionais

Consiste em melhorias, reformas e/ou ampliações das moradias existentes.

- Manutenção

Consiste em serviços de manutenção de infra-estrutura e consolidação geotécnica nos assentamentos existentes.

Produção de novas moradias

(principais tipos de intervenção)

- Produção de conjuntos habitacionais

Consiste no parcelamento e/ou urbanização de terreno, quando for o caso, e construção de unidades habitacionais.

- Produção lotes urbanizados

Consiste no parcelamento e urbanização de gleba.

- Construção de moradias

Consiste na produção de unidades habitacionais em lotes urbanizados.

As intervenções são viabilizadas atualmente através do desenvolvimento dos programas listados a seguir.

Programas Municipais

- Programa Estrutural para Áreas de Risco (PEAR), que objetiva implementar ações de prevenção e recuperação de situações de risco, incluindo o atendimento emergencial durante o período chuvoso.
- Orçamento Participativo Regional, que discute a aplicação dos investimentos municipais destinados a obras de urbanização.
- Orçamento Participativo da Habitação, que discute a aplicação dos investimentos municipais destinados ao atendimento dos movimentos dos sem-casa.
- Programa de Reassentamento de Famílias Removidas em Função de Obras Públicas ou Vítimas de Calamidades (PROAS).
- Plano Global Específico (PGE), que objetiva o planejamento de intervenções integradas em favelas.
- Autogestão, que objetiva a produção de novas moradias através de processos autogestionários envolvendo associações ou cooperativas habitacionais.
- Regularização Fundiária, que objetiva a regularização urbanística e jurídica de assentamentos habitacionais novos ou existentes.

Programas em parceria com o Governo Federal

- Crédito Associativo – Caixa Econômica Federal (CEF), linha de crédito para associações ou cooperativas habitacionais, utilizando recursos do FGTS, visando financiar a implantação de projetos de produção habitacional.

- Melhorias Habitacionais – CEF, linha de crédito individual visando financiar melhorias habitacionais.
- Habitar-Brasil – BID, que repassa recursos do BID e do OGU a municípios, objetivando financiar ações de desenvolvimento institucional e de intervenção em assentamentos existentes.
- Pró-moradia – CEF, que repassou recursos a municípios, financiando intervenções para melhoria das condições de moradia de famílias de baixa renda.
- Pró-infra e PASS – CEF, que repassaram recursos do OGU a municípios para intervenções em infra-estrutura.
- Habitar-Brasil – EMG, que repassou recursos do OGU a municípios através dos governos estaduais e CEF (no caso de BH, através do Estado de Minas Gerais) para produção de moradias para reassentamento de famílias em situação de risco.
- PAR – CEF, linha de crédito para empresas construtoras, utilizando recursos do FGTS, visando financiar projetos de produção habitacional a serem comercializadas através de um sistema de leasing.

Tabela 05 - Produção de novas moradias: número de unidades habitacionais (1995-2001)

PROGRAMAS	UNIDADES HABITACIONAIS		
	CONCLUÍDAS	EM ANDAMENTO	PROJETOS
OPH	1.651	752	2.172
Outros programas	815	0	0
Subtotal	2466	752	2.172
Total		5390	

Tabela 06 - Produção de novas moradias: número de conjuntos habitacionais (1995-2001)

PROGRAMAS	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS		
	CONCLUÍDOS	EM ANDAMENTO	PROJETOS
OPH	18	3	12
Outros programas	9	0	0
Subtotal	27	3	12
Total		42	

Tabela 07 - Atendimentos através do PROAS (1995-2001)

PERÍODO	N.º ATENDIMENTOS
1995-1996	221
1997-2000	963
2001	205
Total	1.389

Tabela 08 - Produção de planos globais específicos (PGE) (1995-2001)

SITUAÇÃO	N.º DE VILAS	POPULAÇÃO	FAMÍLIAS
Elaborados	11	66.595	15.546
Em elaboração	43	173.483	48.264
Previstos	17	23.327	5.554
Total	71	263.405	69.364

Tabela 09 - Regularização fundiária: famílias beneficiadas (até 2001)

FAMÍLIAS BENEFICIADAS	**4.778**

Tabela 10 - Unidades habitacionais produzidas através do PAR (até 2001)

FASE DO EMPREENDIMENTO	N.º DE UNIDADES
Concluído	1.234
Em andamento	528
Total	1.762

3. ACOMPANHAMENTO SOCIAL NOS DIVERSOS PROGRAMAS GERIDOS PELA SMHAB

Ao logo da implementação dos diversos programas, o acompanhamento social se faz sempre presente, promovendo a participação das comunidades envolvidas, diretamente ou através de seus representantes em conselhos, comissões ou fóruns, assim como sua inserção socioeconômica, através da articulação com programas da área social da Prefeitura.

4. AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO (COOPERATIVAS)

Considerando que a disponibilidade de recursos para a construção de unidades habitacionais é insuficiente para suprir a demanda, o movimento popular pela moradia propôs como alternativa a criação de um programa visando apoiar empreendimentos de iniciativa das cooperativas habitacionais.

A implementação desse programa surge como um avanço da Política Municipal da Habitação e consiste no apoio técnico para a elaboração de estudos e projetos executivos de parcelamentos e edificações, visando o planejamento adequado de assentamentos habitacionais regulares promovidos por cooperativas. Esse apoio técnico processa-se através da autogestão ou gestão pública, e os recursos para esse benefício vêm do OPH.

5. NOVAS TECNOLOGIAS E MAXIMIZAÇÃO DOS RECURSOS

Uma das grandes preocupações da SMHAB é com a qualidade das intervenções que são realizadas na implementação da Política Municipal de Habitação. Nesse sentido, vem sendo implantado recentemente o "Sistema de Gestão pela Qualidade de Obras", ainda em evolução, que tem como objetivo melhorar as condições para a execução dos seus empreendimentos, desde a concepção dos projetos até a finalização e entrega das obras.

Em função do alto custo dos terrenos mais adequados à implantação de programas habitacionais, implicando portanto na necessidade de um maior aproveitamento das áreas, a SMHAB vem adotando a verticalização das edificações, sejam unifamiliares ou multifamiliares, e buscando um nível mínimo de padronização das unidades habitacionais, visando a otimização dos recursos disponíveis.

6. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA / ZEIS-1, ZEIS-2 E ZEIS-3

A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte dedica atenção especial ao problema habitacional ao definir as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), destinadas à promoção de programas habitacionais de interesse social:

– em áreas em relação às quais há interesse público em ordenar a ocupação existente por meio de urbanização e regularização fundiária (ZEIS-1 e ZEIS-3);
– em áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, em relação às quais há interesse público na produção de novas moradias ou de terrenos urbanizados de interesse social (ZEIS-2).

Na regulamentação das ZEIS 1 e 3 foram criadas normas específicas para regularização fundiária – urbanística e jurídica – dessas áreas e foi alterado o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA), estabelecendo critérios especiais de parcelamento, ocupação e uso do solo e incorporando novos instrumentos, procedimentos e mecanismos ao processo de intervenção nos assentamentos existentes, como por exemplo:

– instituição do Plano Global Específico como instrumento de planejamento e ordenamento das intervenções nesses assentamentos, abordando sempre de forma integrada as questões físico-ambientais, sócio-organizativas e jurídico-legais;
– determinação da necessidade da criação dos Grupos de Referência para acompanhamento das intervenções;
– autorização para alienação de lotes e desafetação de áreas de propriedade pública municipal;
– definição de penalidades, em casos de infração das normas estabelecidas, e de procedimentos para sua aplicação.

A definição de penalidades e de procedimentos para sua aplicação possibilitou a atuação da Prefeitura na fiscalização das ZEIS, reivindicação antiga das lideranças desses assentamentos. Nesse sentido, a SMHAB

já está realizando uma primeira experiência juntamente com a SCOMGER - Venda Nova.

A expectativa, quando da criação da ZEIS-2, era de que sua utilização em grande escala contribuísse para a ampliação da oferta de novas moradias para a população de mais baixa renda, tanto pela formação de uma reserva significativa de áreas com essa finalidade, como também pela flexibilização de normas e parâmetros urbanísticos visando o barateamento da produção habitacional. Hoje, temos pouquíssimas ZEIS-2 delimitadas, e não estão regulamentados os parâmetros, as normas e os procedimentos especiais que deverão prevalecer para essas áreas. Não conhecemos ainda, portanto, os efeitos da utilização desse instrumento na cidade.

Criado a partir da Constituição Federal de 1988, o usucapião de imóvel urbano vem sendo utilizado pela Prefeitura nos processos de regularização de favelas em áreas particulares, desde então. O Estatuto da Cidade aperfeiçoou o instrumento, abrindo a possibilidade de propositura de ações coletivas, o que pode facilitar operacionalmente sua aplicação e agilizar os processos judiciais.

Participação e Gestão Democrática: Poder Público e Movimentos Sociais

Uma das principais diretrizes implementadas pelo governo democrático popular é a da participação popular, através da criação de conselhos, comissões, fóruns e conferências que possibilitam a construção de parcerias entre a Prefeitura e as organizações sociais.

A criação do Orçamento Participativo (OP), processo que promove a discussão pública da distribuição orçamentária municipal, possibilitou realmente uma inversão de prioridades nos investimentos em urbanização, favorecendo inclusive a política habitacional no que diz respeito às intervenções em assentamentos existentes. Da mesma forma, o Orçamento Participativo da Habitação (OPH), que discute a distribuição de recursos destinados ao atendimento do Movimento dos Sem-Casa, representou uma iniciativa pioneira até mesmo no cenário nacional. Para acompanhar e fiscalizar a execução das deliberações dos OP foram criadas as COMFORÇA, cuja atuação ajuda a legitimar e consolidar o processo de discussão pública do orçamento.

O Conselho e a Conferência Municipal de Habitação, em níveis diferentes de deliberação, representam os principais mecanismos de democratização da gestão da política habitacional no Município, incorporando representação dos principais setores e categorias da sociedade civil envolvidas na questão habitacional. Inserem-se em um sistema maior de gestão urbana participativa através do qual devem se relacionar com outras instâncias participativas, tais como o Conselho da Cidade, o Conselho Municipal de Política Urbana e os Conselhos Regionais Populares.

Há que se destacar que os programas através dos quais se implanta a Política Habitacional do Município incorporam em sua metodologia processos participativos, onde os principais interlocutores são os Grupos de Referência, no caso das intervenções em assentamentos existentes, e os Núcleos do Movimento dos Sem-Casa, no caso das intervenções relativas à produção de novas moradias.

Após as experiências de participação dos últimos anos, é o momento de se avaliar as instâncias e processos participativos assim como as representações do poder público e da sociedade civil, de maneira a aprofundar a consolidação da gestão democrática no município.

Agenda da Habitação

A Agenda da Habitação consiste num plano de ação que tem duas dimensões: a geral, que deve tratar dos problemas e potenciais da cidade em relação a diversos aspectos, e a específica, que deve avaliar mais diretamente o problema da moradia no município e a Política Municipal de Habitação. As deliberações se darão a partir de debates realizados em grupo, tendo como referência o Projeto Moradia e o Estatuto da Cidade. Deverão ser previstas ações de curto, médio e longo prazo, com indicações dos responsáveis, recursos e parcerias.

B - Sintese da percepção dos participantes

Pontuam-se vários aspectos relevantes a respeito da política habitacional, a saber:

- indubitavelmente, a política habitacional deve ser tratada globalmente, em um contexto mais amplo, ou seja, em nível da política municipal urbana;
- as questões sociais geradas em função do empobrecimento econômico da população merecem tratamento especial quando das definições políticas;
- a participação é valorizada nos processos políticos (a importância da “consciência política”), como também nos modos de produção da habitação (por exemplo: autogestão de empreendimentos) mas essa participação popular na discussão da política urbana é insuficiente, centralizada e elitista;

- a população sabe que os programas habitacionais têm como prioridade o atendimento à população de baixa renda;
- é necessário o retorno dos recursos investidos na população de baixa renda ao Fundo Municipal da Habitação Popular, com o fito de minimizar os impactos do déficit habitacional (por exemplo: através de sistemas de subsídio e financiamento);
- incremento de novas tecnologias e sistemas construtivos pode ampliar o atendimento à demanda habitacional;
- instrumentos de participação popular como o Orçamento Participativo da Habitação – OPH e o Conselho Municipal da Habitação – CMH são bastante conhecidos da popujlação;
- leis municipais e federais como por exemplo o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade são conhecidas pela população, sendo que devem ser empregadas de modo a garantir a melhoria da qualidade de vida da população, nas vilas e favelas; com a aprovação da Lei Federal n.º 10.257, o "Estatuto da Cidade", há uma ruptura do conceito absoluto de direito de propriedade, com a valorização da função social desta, que por sua vez implicará em um processo de mudança de cultura;
- é necessário existir programas educativos (educação sanitária e ambiental) e de formação profissional agregados às ações da política habitacional, assim como a política precisa ser ampliada e integrada a outros setores de atendimento (saúde, transportes, cultura e lazer);
- há necessidade de um maior controle social nos diversos Programas Habitacionais.

É mister mencionar a importância do sistema de financiamento da habitação, apesar de insatisfatório, além de burocrático, no que diz respeito ao atendimento à população. É praticamente nula a intervenção do estado e do governo federal no que diz respeito a investimentos no setor habitacional.

Tratando-se dos processos de legalização de imóveis, o sistema de regularização é burocrático e de difícil equacionamento. Este fato se deve tanto à exigência de documentações, quanto à dificuldade de integração dos vários setores e órgãos do poder público, o que provoca a morosidade. Por outro lado, a legislação, sendo pouco flexível, também corrobora para dificultar ainda mais esse processo. A legislação deveria provocar um processo de indução da inclusão social, o que na realidade não vem ocorrendo.

O setor de fiscalização e controle urbano é deficiente ("a Lei sozinha não consegue regular") e, portanto, são um problema de difícil solução os processos de invasão de propriedade, tanto nas áreas públicas (verdes, institucionais, de preservação e proteção ambiental) como das áreas privadas subutilizadas. Outra situação vinculada ao problema da deficiente fiscalização é o crescimento de loteamentos irregulares.

A grande rotatividade de trabalho dos funcionários públicos normalmente cria dificuldades no avanço dos processos.

Outro aspecto importante diz respeito à ausência de políticas agrárias que estimulem as ocupações em áreas rurais, pois se existissem maiores investimentos públicos nas áreas rurais teríamos, possivelmente, uma redução dos processos de invasão nas grandes cidades. Ademais, tais investimentos provocariam o desenvolvimento de áreas consideradas não urbanas e pouco utilizadas.

As comunidades de vilas e favelas valorizam a elaboração dos planos globais, uma vez que têm ciência que tal documento contém as diretrizes para as intervenções estruturais, além de auxiliar na utilização dos investimentos de forma hierárquica. Entretanto, é necessário um acompanhamento do setor social mais abrangente, ou seja, este deve ocorrer antes, durante e posterioriormente às intervenções realizadas pelo poder público. Além disso, os planos deveriam dar mais ênfase a programas de geração de emprego e renda.

A falta de equalização tributária entre os municípios vizinhos da Região Metropolitana de Belo Horizonte vem provocando a concentração das atividades em determinadas regiões.

Enfim, a política habitacional apresenta avanço em alguns aspectos (processos participativos, sistemas de financiamento e subsídio, elaboração de planos globais específicos) mas, no entanto, necessita reavaliar suas ações de forma a atualizar suas referências diante das mudanças sociais, econômicas, culturais e urbanas.

3.3- Produtos Relativos à Discussão Específica das Pré-Conferências Regionais

Todas as nove regiões administrativas de Belo Horizonte deveriam se representar na delegação que realizaria a II Conferência Municipal de Política Urbana. Essa era uma nova proposta em relação à I Conferência: além de delegados dos setores que se representam no Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), a segunda teria representação espacial de modo a abranger todo o território municipal. Os delegados seriam eleitos entre representantes das entidades inscritas nos respectivos conselhos regionais populares (CRP). Esses representantes estavam automaticamente inscritos para participar das pré-conferências. Outros interessados participariam na condição de convidados e apenas não teriam direito a voto.

Para a realização de cada pré-conferência regional, procurou-se formar grupos heterogêneos com relação ao local de moradia dos participantes para que as discussões não focassem apenas partes específicas do território. Nesse sentido, procurou-se identificar o participante segundo a Unidade de Planejamento (UP) de sua origem, de forma a distribuir entre os diversos grupos de trabalho representantes de uma mesma UP.

A distribuição da origem dos participantes no território municipal, por região administrativa e, internamente, por UP, pode ser visualizada no Mapa 1.

Buscava-se, no primeiro momento da realização das pré-conferências regionais, a percepção dos participantes sobre a cidade, segundo os mesmos aspectos gerais definidos nas pré-conferências temáticas.

No segundo momento de cada pré-conferência regional, os participantes se dedicaram a avaliar sua própria região. Procurava-se, nesse momento, subsídios para o planejamento regional e para a gestão administrativa regional, por meio da participação direta de moradores na avaliação. A temática adotada não foi exatamente a mesma em todas as regiões: em algumas, utilizaram-se temas semelhantes aos adotados na discussão da cidade; em outras, tema livre; houve, ainda, casos em que se utilizou forma mista, com alguns subgrupos discutindo temas predefinidos, outros, tema livre. (Ver Quadro 03 - Temas das pré-conferências regionais)

O processo de discussão foi semelhante ao adotado no primeiro momento da pré-conferência, a partir da divisão dos participantes em grupos e subgrupos. Acrescentou-se, no segundo momento, para cada subgrupo, um mapa da região, apenas com informações básicas (vias nomeadas, nomes de bairros, hidrografia, indicação de alguns equipamentos comunitários) para que se procurasse localizar os pontos objeto de discussão.

Foi distribuído aos participantes um texto de apoio constituído de duas seções: a primeira, apresentando conceitos relativos a cada tema; a segunda, contendo dados sobre ocupação do solo, distribuição da população, zoneamento, sistema viário e indicadores de qualidade de vida urbana, sob o título de Informações complementares sobre a região. Apresenta-se, a seguir, a primeira seção daquele caderno de textos, que, por ser comum a todas as pré-conferências, é reproduzido uma única vez, no início.

Seguem-se os produtos de cada pré-conferência regional, sob a seguinte forma:

- Texto de apoio à discussão da região (a segunda seção: Informações complementares sobre a região);
- Distribuição dos participantes por UP – figura com as divisas de UP, juntamente com um gráfico que representa a participação de representantes por UP no total da região;
- Síntese da percepção dos participantes;
- Mapa da percepção – localiza no espaço, esquematicamente, os principais pontos discutidos.

A síntese apresentada em texto e mapa foi elaborada por equipe técnica da Prefeitura, utilizando tanto os resultados escritos nas cartelas quanto os mapas de trabalho produzidos durante as discussões, com a constante preocupação de fidelidade às conclusões dos participantes em seu diagnóstico regional, ainda que, por vezes, se mostrem contraditórias em alguns pontos.

- o Anexo V contém a transcrição integral dos pontos positivos e negativos formulados pelos participantes, por tema (texto apresentado nas cartelas utilizadas para registro dos resultados dos grupos de trabalho).

Mapa 01 - Pré-conferências regionais – Distribuição dos participantes por região e UP



3.3.1 - Texto Geral de Apoio à Discussão Regional

Caderno de Textos

Nas Pré-Conferências Regionais, as discussões sobre a CIDADE QUE SOMOS serão realizadas em dois momentos.

No primeiro, serão discutidos temas gerais relativos à cidade como um todo.

No segundo momento, serão discutidas questões relativas ao espaço da região.

O presente caderno apresenta dados e informações que poderão contribuir para a reflexão sobre a região, bem como questões que poderão estimular essa reflexão.

Está estruturado nos itens:

- ocupação do solo e zoneamento,
- distribuição das atividades e centros urbanos,
- mobilidade, sistema viário e transporte,
- espaços públicos, áreas de lazer e patrimônio histórico,
- condições ambientais e
- informações complementares sobre a região.

I – Ocupação do Solo e Zoneamento

A formação dos diversos lugares da cidade resulta da ação do homem sobre o meio natural, a forma como ele divide o terreno (parcelamento do solo) e como ele constrói (ocupação do solo)

As condições com que essa ocupação se processa em grande medida são ditadas pelo mercado imobiliário e pela legislação urbanística, mas também por estratégias da população, que interferem significativamente na dinâmica de crescimento da cidade, na oferta de moradias e na distribuição espacial da população, nas condições ambientais e na qualidade de vida dos moradores e usuários dos lugares. É por isso que determinadas regiões se tornam mais residenciais, outras têm mais comércios, outras, indústrias; algumas se valorizam enquanto outras se tornam degradadas; aqui se constróem prédios, lá só casas térreas; de um lado mansões, do outro favelas e cortiços; abrem-se ruas, implantam-se parques, escolas, espaços de lazer.

O Plano Diretor é a lei que dá a direção para o desenvolvimento urbano do município, e inclui entre suas diretrizes: a adequação da ocupação e do uso do solo à função social da propriedade; a adequada distribuição da população, conciliando-a às diversas atividades urbanas instaladas (trabalho, lazer, estudo); a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico e paisagístico municipal.

Visando assegurar o cumprimento das diretrizes do Plano Diretor, a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei n.º 7.166/96) estabelece normas e critérios urbanísticos que levam em consideração, especialmente, as condições de adensamento das diversas áreas da cidade, ou seja, a capacidade de cada parte da cidade receber mais ou menos moradores, de receber indústrias ou grandes atividades comerciais. Para tanto, a lei diferencia o território municipal em zonas, definidas em função das características físico-ambientais e urbanas dos lugares.

Essa Lei instituiu quatro grupos de zonas, a saber:

- zonas de preservação (ZPAM) e de proteção ambiental (ZP-1, ZP-2 e ZP-3), abrangendo áreas de interesse de preservação das características ambientais, históricas e culturais, sujeitas às mais baixas densidades de ocupação;
- zonas de adensamento restrito (ZAR-1, ZAR-2 e ZA), compreendendo áreas com problemas de infra-estrutura, topografia e acesso, nas quais é permitido um adensamento bastante limitado;
- zonas adensáveis (ZAP e ZC), compreendendo áreas em que as condições favoráveis de infra-estrutura e topografia permitem um maior adensamento demográfico e maior verticalização das edificações;
- zonas especiais: (ZEIS-1, ZEIS-2 e ZEIS-3), compreendendo áreas ocupadas ou destinadas a assentamentos de interesse social, e (ZE), abrangendo áreas ocupadas ou destinadas a grandes equipamentos de interesse municipal.

Algumas áreas, devido às suas peculiaridades, têm uma importância especial para a cidade, seja no aspecto ambiental, paisagístico ou histórico cultural. Trata-se das Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs), sujeitas a normas e critérios diferenciados de ocupação e uso do solo, que prevalecem sobre os do

zoneamento.

Pense na ocupação do solo da região e nas normas e critérios que a legislação estabelece para ela (mapa e informações complementares em anexo[26]).

QUESTÕES

- Pense na sua região. Observe onde se concentra mais população, onde se localiza o comércio, de que serviços dispõe.
- Que modificações ela vem sofrendo ao longo dos anos? E mais recentemente? Onde você acha que o processo de crescimento e adensamento está acontecendo de forma mais intensiva na região? Isso é bom para os lugares onde está ocorrendo?
- Você acha que o zoneamento e ADEs estão adequados à realidade física desses lugares? Esses instrumentos propiciam um bom nível de qualidade de vida para a população?
- Você acha que existem áreas que não estejam crescendo como deveriam? O que você acha que está impedindo o crescimento dessas áreas?
- Você acha que tem alguma parte da região que mereceria ter legislação especial pela sua importância histórica, cultural ou ambiental?

[26] Trata-se do material anexo ao caderno de textos fornecido aos participantes de cada pré-conferência regional: um mapa da LPOUS correspondente à região e as informações complementares que estão reproduzidas neste documento, nos itens 3.3.2 a 3.3.10.

INFORMAÇÕES SOBRE OCUPAÇÃO E ZONEAMENTO EM BELO HORIZONTE

Tabela 11 - Percentual de área de lotes vagos e número de unidades residenciais e não residenciais, segundo região administrativa

Belo Horizonte, dez/2000

REGIÃO	ÁREA DE LOTES VAGOS %	TOTAL DE UNIDADES		UNIDADES RESIDENCIAIS		UNIDADES NÃO RESIDENCIAIS	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Barreiro	37	37.091	100,0	32.669	88,1	4.422	11,9
Centro	04	80.790	100,0	37.422	46,3	43.368	53,7
Sul	37	56.950	100,0	48.149	84,5	8.801	15,5
Leste	17	49.475	100,0	43.925	88,8	5.550	11,2
Nordeste	28	49.742	100,0	44.300	89,1	5.442	10,9
Noroeste	20	73.988	100,0	64.751	87,5	9.237	12,5
Norte	31	22.153	100,0	19.590	88,4	2.563	11,6
Oeste	39	58.339	100,0	51.243	87,8	7.096	12,2
Pampulha	46	38.790	100,0	34.310	88,5	4.480	11,5
Venda Nova	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU.

Tabela 12 - Crescimento do número de unidades residenciais e não residenciais, segundo regiões administrativas

Belo Horizonte, dez/1996 a dez/2000

REGIÃO	CRESCIMENTO TOTAL DE UNIDADES		CRESCIMENTO DE UNIDADES RESIDENCIAIS		CRESCIMENTO DE UNIDADES NÃO RESIDENCIAIS	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Barreiro	2.848	8,3	2.365	7,8	483	12,3
Centro	6.837	9,2	3.916	11,7	2.921	7,2
Sul	7.719	15,7	5.254	12,2	2.465	38,9
Leste	3.597	7,8	3.312	8,2	285	5,4
Nordeste	4.954	11,1	4.719	11,9	235	4,5
Noroeste	5.253	7,6	4.760	7,9	493	5,6
Norte	3.370	17,9	3.116	18,9	254	11,0
Oeste	9.208	18,7	7.631	17,5	1.577	28,6
Pampulha	9.573	32,8	8.941	35,2	632	16,4
Venda Nova	–	–	–	–	–	–

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU.

Caracterização Sumária das Zonas Instituídas pela Lei 7166/96

Zonas de Preservação e Proteção Ambiental:

- ZPAM – Zona de Preservação Ambiental ;
- ZP-1, ZP-2 e ZP-3 – Zonas de Proteção 1, 2 e 3, compreendendo áreas de proteção cultural, paisagística ou ambiental.

- ZPAM: zona em que é proibida a ocupação do solo, exceto por edificações destinadas a serviço de apoio e manutenção de parques e similares.
- loteamento só pode originar um único lote, do qual 95% deve ficar livre de qualquer elemento que impeça a infiltração de água no solo. Na ZPAM, assim como na ZP.1 e na ZP.2, loteamentos e edificações têm de ser aprovados ao mesmo tempo e passando pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM); sujeitam-se a exigências especiais quanto à área mínima dos lotes.
- ZP-1: nesta zona, o lote mínimo é de 10.000 m². A área das edificações pode ser, no máximo, = 30% da área do lote. No lote de 10.000 m², podem ser construídas até 4 moradias, cujas áreas podem somar,

no máximo, 3.000 m².

- ZP-2: nesta zona, o lote mínimo é de 1.000 m².
- A área máxima permitida para as edificações é de 1 vez a área do lote.
- Para cada 1.000m² de área de lote só pode ser construída 1 moradia.
- ZP-3: sem exigência especial em relação ao lote mínimo, a área construída pode chegar a 1,5 vez a área do lote. Se este tiver 360 m², a edificação pode ter até 540 m² e isto já implica em verticalização (ex: Belvedere III). Em um lote de 360 m², podem ser construídas até 4 moradias. Se o lote tiver 1.000m², ele pode receber até 12 moradias.

Zonas de Adensamento Restrito:

– ZAR-1 e ZAR-2 – Zonas de Adensamento Restrito 1 e 2, compreendendo áreas com condições precárias de infra-estrutura
– ZA – Zona Adensada, abrangendo áreas onde já está esgotada a capacidade das infra-estruturas.

- ZAR-1: este zoneamento, de caráter mais elitizado, só existe na zona sul de BH. A área construída pode chegar a 1 vez a área do lote.
- Em um lote de 360 m², podem ser construídas no máximo 2 moradias. No lote de 1.000m², podem ser construídas até 6 moradias.
- ZAR-2: também aqui, as construções podem ter área = 1 vez a área do lote. Se este tiver 360 m², a edificação de 360 m² poderia comportar até 8 moradias. Mas o predinho mais provável nesse lote é o de 6 apartamentos.
- ZA: nesta zona, os prédios residenciais podem ter área construída de até 1,5 vez a área do lote – isso implica em verticalização (ex. Coração Eucarístico).
- No lote de 400 m², a edificação de 600 m² poderia ter até 10 apartamentos.
- Se o lote tiver área maior ou = 800 m², a edificação pode chegar a 2 vezes a área do lote, mas o n.º possível de moradias não sobe na mesma proporção. Assim, no lote de 800m², uma edificação de 1600 m² poderia ter no máximo 11 apartamentos.

Zonas Adensáveis:

– ZAP – Zona de Adensamento Preferencial
– ZCs – Zonas Centrais, correspondentes aos centros tradicionais da cidade: o Hipercentro (ZHIP), a Área Central (ZCBH), o centro de Venda Nova (ZCVN) e o centro do Barreiro (ZCBA).

- ZAP: nesta zona, as edificações podem ter área construída de até 1,7 vez a área do lote (ex. Padre Eustáquio). No lote de 400 m², em prédio de 680 m², poderiam ser construídas até 16 apartamentos de aproximadamente 40 m².
- ZHIP e ZCBH: nestas zonas centrais são permitidos os maiores índices de utilização dos terrenos: em ambas, a área construída das edificações pode chegar a 3 vezes a área do lote, havendo uma diferença quanto ao número máximo de unidades residenciais. Se o lote tiver 400 m², uma edificação de 1200 m² poderia conter até 40 unidades na ZHIP e até 20 na ZCBH.
- ZCVN e ZCBA: nestas zonas centrais os índices de utilização dos terrenos são relativamente menores: em ambas, a área construída das edificações pode chegar a 2 vezes a área do lote. Se este tiver 400 m², uma edificação de 800 m² poderia conter até 16 unidades.

Obs.: em todas as zonas adensáveis, a área construída máxima acima citada pode ter um acréscimo de 20%, mediante utilização da Transferência do Direito de Construir.

Zonas Especiais:

- ZEIS-1 – Zonas de Especial Interesse Social 1: vilas e favelas onde há interesse público em promover a regularização urbanística e fundiária
- ZEIS-2 – Zonas de Especial Interesse Social 2: áreas sub ou não utilizadas, onde há interesse de implantar programas habitacionais de interesse social
- ZEIS-3 – Zonas de Especial Interesse Social 3: conjuntos habitacionais de interesse social implantados de forma precária pelo Executivo
- ZE – Zona de Grandes Equipamentos.

A ocupação do solo nessas zonas está sujeita a legislações específicas.

II– Distribuição das Atividades e Centros Urbanos

As áreas urbanas tendem a se diversificar, com a instalação de atividades para atendimento às necessidades e demandas da população. Quanto maior o número de pessoas vivendo no mesmo espaço, maiores são as chances de surgimento de estabelecimentos de comércio e serviços que tendem à concentração e à conformação de centros urbanos – lugares de trabalho, de compra, de lazer e pontos de referência para o encontro da população.

Em Belo Horizonte, verifica-se grande concentração de atividades na área central, observando-se, ainda, centros de comércio e serviços de menor escala em diversos locais do município. Quanto maiores e mais diversificados esses centros, menor é a necessidade de deslocamento da população para a área central.

O Plano Diretor inclui entre seus objetivos a descentralização das atividades urbanas, de modo a aproximar moradia e trabalho, reduzir a dependência e a necessidade de deslocamento para a área central. Nesse sentido, a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei 7166/96) procura ampliar as possibilidades de localização das atividades, com controle dos seus possíveis conflitos com o uso residencial.

Com o objetivo de ordenamento e adequação dos diversos usos, a Lei 7166/96 classifica as atividades econômicas em três grupos, conforme a área ocupada da atividade e o tipo de impacto que pode causar ao ambiente. O licenciamento das atividades está vinculado ao grupo a que pertence, à função e à largura da via onde se localiza.

Assim, atividades de grande impacto não podem ser instaladas em vias locais; atividades que possam provocar um incômodo médio, como bar, restaurante, oficina mecânica, por exemplo, podem localizar-se em qualquer local, exceto vias com menos de 10 m de largura, e desde que não causem ruído, poluição do ar e outros tipos de transtorno para a vizinhança.

Algumas atividades de maior porte ou incomodidade são consideradas como empreendimentos de impacto e, por isso, têm seu licenciamento condicionado à análise de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM).

QUESTÕES

- O que você pensa sobre a forma como as atividades de comércio e serviços estão distribuídas na região? Onde essas atividades estão concentradas?
- O que você pensa dos centros de comércio e serviços na região? Eles são áreas atraentes e agradáveis? São lugares de fácil acesso? Por quê?
- Você percebe alguma mudança ocorrida ultimamente na localização das atividades de comércio e serviços na região? O que você pensa sobre isso?
- Você acha que a região tem atividades que trazem grande incômodo para a população? Onde? Por que isso estaria acontecendo?
- Na sua opinião, a legislação atual é capaz de controlar os incômodos provocados pelas atividades?
- As irregularidades encontradas na região são realmente fator determinante na qualidade de vida de quem ali reside e/ou transita?
- Você acha que a região contém atividades suficientes para empregar sua população?

III - Mobilidade, Sistema Viário e Transporte

O sistema viário e o transporte podem ser entendidos como grandes articuladores da cidade, viabilizando a mobilidade das pessoas: interligando as áreas de moradia, determinando as possibilidades e condições de acesso aos locais de trabalho e de compras e aos equipamentos de interesse coletivo como universidades, centros esportivos e culturais, serviços de saúde, parques etc.

Por sua importância na vida da cidade, o sistema viário e de trânsito e o transporte coletivo são elementos essenciais da economia urbana, influenciando de forma decisiva na instalação das atividades e na formação e consolidação dos centros comerciais. Muitas vezes a implantação de vias estruturantes da cidade (como uma via expressa) pode produzir prejuízos à região: desarticulando os espaços regionais, criando barreiras que dificultam ou impedem as ligações entre os bairros, destruindo espaços de encontro, ou ainda dificultando a sua articulação com as regiões vizinhas e/ou com o resto da cidade.

Entre as diretrizes para a política de transporte, cabe salientar a que prevê a integração dos modos principais (metrô, ônibus, automóvel) com outras formas alternativas como a população se desloca (microônibus, bicicleta e a pé).

O BHBUS propõe um conjunto de linhas bairro a bairro destinadas a ampliar as possibilidades de deslocamento das pessoas e um conjunto de estações localizadas nas regiões para estimular o surgimento de novos centros regionais.

QUESTÕES

Considerando a localização da região na cidade, as principais vias de acesso à região, as áreas e bairros que a integram e as vias que fazem ligações internas,

- Como a sua região está ligada à estrutura viária de Belo Horizonte? É um acesso fácil ou tem grandes barreiras?
- Como você avalia o sistema viário da sua região? As vias de articulação interna têm condições e capacidade para realizar as ligações entre os bairros e facilitar o acesso a equipamentos importantes (escolas, hospitais, parques etc.)? Você identifica algum ponto ou trecho de estrangulamento do sistema viário? Qual (is)?
- Como você avalia as condições de deslocamento das pessoas (pedestres, ciclistas, usuários de coletivos, motoristas) na região e com o resto da cidade? Existe alguma barreira que dificulte essa mobilidade?
- Como você avalia a oferta e as condições do transporte coletivo na região?

IV–Espaços Públicos, Áreas de Lazer e Patrimônio Histórico

A cidade é lugar do encontro, da diversidade, das trocas, da memória, referência de identidade, pertencimento e afetividade, valores que são forjados nas práticas cotidianas dos cidadãos no espaço urbano. A memória é representada pelas edificações, mas, sobretudo, pela história da cidade e pelo movimento urbano que ela carrega, conformando as ruas, os cruzamentos, os lugares e os trajetos repletos de imagens, vivências e símbolos.

A disponibilidade de espaços públicos acolhedores, acessíveis e em condições adequadas de uso é fator essencial de qualidade de vida urbana, tendo em vista a sociabilidade e o desenvolvimento humano.

Alguns espaços, edificações e monumentos ganham importância especial como bens significativos da identidade, da memória e da cultura da cidade, sendo do interesse público a sua preservação e valorização.

Diversas atividades urbanas, tais como ambulantes, camelôs, feirantes, lavadores de carro, bancas de jornal e revista, são exercidas em espaços públicos como passeios e praças. Essas atividades estão também sujeitas ao processo de licenciamento e fiscalização, cabendo destacar que, nestes casos, a autorização para a atividade depende de licitação para uso do espaço público. Na medida em que o problema social se agrava e a economia informal passa a ser uma válvula de escape da imensa população marginalizada por políticas cada vez mais excludentes, o aumento dessas atividades no espaço público tem suscitado freqüentes debates e conflitos. As soluções a serem adotadas, além de ousadia e criatividade, exigem um intenso processo de negociação com todos os setores envolvidos.

A questão da poluição visual provocada pelo crescente número de veículos de publicidade tem despertado calorosas discussões. São faixas, pinturas em fachadas, outdoors, painéis luminosos etc. cada vez maiores e mais vistosos que, mesmo instalados fora do espaço público, são dele visíveis e impactam diretamente a paisagem urbana.

Além desses, a pichação de fachadas e monumentos também consiste num grande problema a ser enfrentado pela administração pública.

O instrumento legal que trata da regulamentação dessas atividades é o Código de Posturas.

O Município de Belo Horizonte possui mais de 300 dispositivos legais – entre leis, decretos e portarias – que abordam matérias referentes a posturas, mas não existe ainda a consolidação dos mesmos na forma de um Código, embora já tenha havido algumas tentativas nesse sentido. A falta dessa consolidação faz com que ocorram, por um lado, algumas contradições e, por outro, algumas omissões. Além disso, dificulta a orientação da população e da ação fiscalizatória da Prefeitura. Atualmente está em discussão, na Câmara Municipal, um novo projeto do Código de Posturas.

QUESTÕES

A cidade deve ter espaços públicos que possibilitem o encontro das pessoas. Avalie a região sob esse aspecto.

- Identifique os espaços públicos de especial importância na região.
- que você pensa sobre as condições de acesso a esses espaços? Os espaços públicos na região estão conservados e tratados de modo a facilitar a permanência e convivência das pessoas? Por quê?
- Como você avalia as áreas de lazer existentes na região?

Ao longo do processo de formação das regiões da cidade, alguns espaços ganham destaque e se tornam referências importantes, com as quais as populações identificam sua vivência naquelas partes da cidade.

- Na sua opinião, quais são os principais espaços de referência desta região? Que significado esses espaços têm para a população? Eles são tratados de forma a reforçá-los como referências para a população?

V– Condições Ambientais

A legislação urbanística (O Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte) em conjunto com a legislação ambiental existente, tem como preocupação fundamental a melhoria da qualidade do meio ambiente, na medida em que estabelecem políticas, diretrizes e normas para o desenvolvimento urbano.

A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo define, entre outras, as Zonas de Preservação Ambiental – ZPAMs e as Zonas de Proteção – ZPs, áreas consideradas significativas para a proteção e recuperação dos ecossistemas. Uma das áreas consideradas ZPAM é a mata da Pontifícia Universidade Católica – PUC.

Além dos espaços com vegetação natural, são também consideradas áreas verdes os parques, as praças, os jardins em frente às edificações, os quintais das residências e a arborização das ruas, que contribuem significativamente para a melhoria da qualidade da área urbana.

Com relação aos córregos do município, pode-se dizer, que todos eles, canalizados ou não, encontram-se poluídos por lançamentos de esgotos e lixo. Existe um grande número de ligações clandestinas e lançamentos indevidos de esgoto na rede de drenagem, tanto efetuadas pela população quanto pela própria COPASA.

Cerca de 99% dos habitantes de Belo Horizonte têm acesso ao sistema de abastecimento de água e aproximadamente 85% são atendidos por coleta de esgotos. Ainda assim, não se pode dizer que a situação seja satisfatória, uma vez que uma parcela da população não recebe água tratada e mais de 300.000 pessoas não têm seus esgotos coletados. Esta realidade torna-se mais crítica na região das vilas e favelas, devido à inexistência de rede coletora e de interceptores de esgotos.

O serviço de limpeza urbana atende cerca de 91% da população do município. A parcela não atendida reside principalmente em áreas de risco e/ou terrenos muito acidentados, ou locais onde a falta de acesso dificulta a prestação dos serviços. A maior parte dos resíduos sólidos coletados em Belo Horizonte são destinados ao aterro sanitário da BR-040, localizado na região Noroeste.

Com relação às áreas de risco, tanto do ponto de vista do risco geológico quanto o relativo a áreas alagáveis, o Programa Estrutural em Áreas de Risco foi criado com o objetivo de diagnosticar, prevenir, controlar e minimizar estas situações de risco, estruturando e recuperando estas áreas, no âmbito de atuação da Prefeitura.

QUESTÕES

- O que você acha das condições ambientais das diversas áreas da região?
- Quais os maiores problemas ambientais na região? Onde eles se localizam?
- Quais os avanços e conquistas na melhoria das condições ambientais? Onde eles ocorrem?
- Que ações o poder público e a comunidade vêm implementando no sentido de conseguir melhorias nas condições ambientais da região?
- Qual a situação das áreas verdes públicas na região?
- Qual a situação dos córregos, em geral, que se localizam na região?
- Como você avalia a situação da limpeza urbana na região?
- Qual a situação mais crítica com relação às áreas de risco da sua região? O que está sendo feito para melhorar essa situação?

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Com uma área de 335 Km², Belo Horizonte está inserida na bacia do rio das Velhas, que se subdivide nas bacias dos ribeirões do Onça e do Arrudas, que nascem em Contagem e correm no sentido sudoeste-nordeste, drenando as águas de chuva que caem em Belo Horizonte.
- A primeira estação de tratamento de esgotos, a ETE Arrudas, que entrou em funcionamento em outubro de 2001, remove parcialmente a carga poluidora dos esgotos que chegam até a estação, através de tratamento primário.
- A prefeitura vem desenvolvendo o Plano Diretor de Drenagem, que efetuou um diagnóstico do sistema existente e implementará o monitoramento do mesmo. Outro programa em curso é o DRENURBS – Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos 135 Km de cursos d'água, abrangendo 73

córregos em leito natural de Belo Horizonte.

- Antes do aterro sanitário, o lixo da cidade era depositado a céu aberto no lixão do Morro das Pedras, local conhecido como “Boca do Lixo”, onde mais de 300 pessoas moravam e sobreviviam da catação de detritos em condições subumanas. Com o aterro sanitário da BR-040, das 4.550 toneladas de resíduos coletadas diariamente no município, cerca de 390 toneladas são direcionadas para a reciclagem, das quais:
  - 20 t/dia de papel, metal, vidro e plástico são provenientes da coleta seletiva e destinadas à Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) e à Santa Casa;
  - 365 t/dia de entulho são recicladas pela PBH e utilizadas principalmente nas obras públicas de preparação de vias para pavimentação, e
  - 5 t/dia de resíduos são transformados em composto orgânico para uso em jardins, hortas escolares e revegetação de áreas urbanas.
- A PBH, através da SMMA, tem desenvolvido programas públicos e parcerias voltados para melhoria da qualidade ambiental, mobilizando a comunidade a participar dos projetos. Destaca-se o “BH-Verde”, “Adote o Verde” e o “Centro de Convivência Ecológica – CEVAE”.
- O volume de demanda decorrente de conflitos gerados pela falta de compatibilização das espécies arbóreas com as características das ruas e edificações representa cerca de 60% da demanda recebida nas regionais.
- Em 1994, a partir da criação do Programa Estrutural em Áreas de Risco, foi realizado um diagnóstico, identificando e definindo as áreas de risco e o nível de suscetibilidade (iminente, alto, médio, baixo). No entanto, constatou-se a necessidade de elaboração de um Plano Global com estudos e diretrizes de intervenções específicas para cada vila e favela, considerando três níveis de abordagem: físico-ambiental, jurídico-legal e sócio-organizativo.

3.3.2 - Pré-Conferência Regional do Barreiro

A - Texto de apoio à discussão da região

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A REGIÃO DO BARREIRO

Ocupação do Solo e Zoneamento

Tabela 13 - Área de lotes na região do Barreiro – 2000

DISCIMINAÇÃO	ÁREA (m²)	%
Área total de lotes	23.119.641	100,0
Área total de lotes vagos	8.489.891	36,7

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 14 - Unidades residenciais e não residenciais na região do Barreiro – 1996 e 2000

TIPO DE UNIDADE	N.º DE UNIDADES		CRESCIMENTO 1996/2000	
	1996	2000	N.º	%
Residencial	30.304	32.669	2.365	7,8
Não residencial	3.939	4.422	483	12,3

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 15 - População residente na região do Barreiro, segundo UP – 1991 e 2000

UNIDADE DE PLANEJAMENTO (UP)	POPULAÇÃO (HABITANTES)			TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (% AO ANO)
	1991	2000	ACRÉSCIMO 1991/2000	
Bairro das Indústrias	12.757	10.805	-1.952	-1,83
Barreiro de Baixo	39.463	40.918	1.455	0,40
Barreiro de Cima	44.229	55.203	10.974	2,49
Barreiro Sul	1.322	2.750	1.428	8,48
Cardoso	27.282	32.687	5.405	2,03
Jatobá	49.808	65.212	15.404	3,04
Lindéia	45.082	50.631	5.549	1,30
Olhos d'Água	1.129	5.638	4.509	19,56
Total Barreiro	221.072	263.844	42.772	1,98

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIONAL BARREIRO

O território da regional Barreiro apresenta um zoneamento em que predominam as zonas de Adensamento Restrito 2 (ZAR-2) e de Adensamento Preferencial (ZAP), observando-se ainda uma grande extensão de ZPAM, ao sul da região.

Destacam-se na região uma Zona Central, a ZCBA, correspondente ao centro do Barreiro de Baixo, e três grandes áreas de uso industrial - a Mannesmann, o DI do Jatobá e uma área no Pilar/Olhos d'Água, todas na categoria Zona de Grandes Equipamentos (ZE).

O quadro a seguir especifica o zoneamento da região do Barreiro, apontando o zoneamento predominante nos bairros da região.

Quadro 09 - Zoneamento da região do Barreiro

ZONA	BAIRROS / ÁREAS
ZCBA	Centro do Barreiro
ZAP	Durval de Barros, Regina, Lindéia, Washington Pires, Tirol, CH Átila de Paiva, Santa Margarida, Barreiro de Baixo (trechos), Maldonado, Santa Helena (parte), Santa Cruz, Cardoso, Milionários, Araguaia, Flávio Marques Lisboa, Urucuia, Getúlio Vargas
ZAR-2	Bairro das Indústrias, Barreiro de Cima (parte), Santa Helena (parte), Teixeira Dias, Diamante, Olaria, Jatobá (trechos), Vale do Jatobá, CH Vale do Jatobá, Independência, Santa Cecília, Pilar/Olhos d'Água
ZP-1	Pongelupe (parte) e diversas áreas não ocupadas
ZPAM	Pongelupe (parte) e diversas áreas, havendo uma concentração ao sul da região, em área pertencente ao Parque do Rola-Moça
ZE	Mannesmann, ZE Pilar, trechos do DI do Jatobá e estações do BHBUS – Barreiro e Diamente
ZEIS-1	Vilas Alta Tensão, Alta Tensão I, Antenas, Átila de Paiva, Bernadete, Cemig, Copasa, Corumbiara, Independência I, II, III e IV, Marieta I e II, Piratininga, Tirol, Vila Formosa, Vila Nova dos Milionários, Vila Pinho
ZEIS-2	Três áreas
ZEIS-3	Conjuntos Bonsucesso, Esperança, Jatobá I, II, III e IV

ADEs NA REGIÃO DO BARREIRO

No Barreiro, diversas áreas estão definidas como ADEs de Interesse Ambiental.

Questão Habitacional

A questão habitacional no Barreiro tem características comuns às cidades brasileiras, ou seja, a ilegalidade e a integração incompleta com o tecido urbano. Encontra-se uma diversidade de formas de morar desde moradias de padrão médio até favelas e loteamentos clandestinos.

Para as famílias pobres a localização urbana e a própria residência é investimento e oportunidade de negócio como aluguéis e comércio. O loteamento clandestino tem sido a principal alternativa de assentamento popular e também um grande negócio imobiliário que se aproveitou da valorização da terra e dos benefícios da ilegalidade.

O mercado de lotes e construções irregulares pode produzir unidades com menores custos, pois reduz o gasto com obras de infra estrutura e não cumpre as exigências da Lei. O resultado desta situação é uma grande carência de serviços básicos, equipamentos e muitas vezes de degradação ambiental.

Alguns locais da região estão em acelerado processo de ocupação através de assentamentos precários, como Bonsucesso, Olhos D'água, Cardoso e Tirol, acarretando um crescimento sem infra estrutura, com riscos e insegurança para a comunidade.

Grandes áreas desocupadas na região têm sido utilizadas para a implantação de conjuntos habitacionais destinados à população carente, sem no entanto preparar o território para abrigar as demandas por serviços e atividades resultantes do acréscimo populacional.

Localização das Atividades e Centros Urbanos

As atividades de comércio, serviços e entretenimento estão distribuídas em Centros Urbanos localizados nos principais eixos viários, a saber, hipercentro Barreiro, Jatobá, Vila Pinho, Vale do Jatobá, Barreiro de Cima (praça da Febem), Lindéia e Bairro das Industrias. Estes centros têm o importante papel de promover o atendimento às demandas locais, criando uma integração social com a oferta de serviços básicos, bem como a geração de emprego e renda.

Alguns centros mais consolidados têm seu papel de pólo atrator de atividades expandido a toda a região, com oferta de serviços e comércio mais qualificados e a realização de eventos e festas tradicionais.

O centro do Barreiro passa atualmente por um processo de transformação decorrente da implantação do

Projeto Pólo Vaz de Melo que conta com a instalação da Estação BHBUS, obras de melhoria e interligação viária, tratamento dos espaços públicos e a construção de grandes equipamentos culturais, de lazer e serviços como o restaurante popular, sede do INSS, e campus da Universidade PUC. Com o objetivo de construir a Estação de integração de transporte rodoviário urbano foi instituída a Operação Urbana BHBUS e desenvolvido o Projeto de Requalificação Urbana do hipercentro.

Os centros localizados nos limites da região atendem as necessidades locais, como também de bairros pertencentes a outros municípios. Sua localização acarreta dificuldades no controle urbano, pela diferença de legislações e administrações dos municípios envolvidos.

O crescimento das atividades econômicas oriundas da economia informal motivado pela crise econômica acarreta interferências no uso dos logradouros públicos e conflitos com as atividades formais.

A instalação de atividades sem considerar as exigências da legislação urbanística muitas vezes impossibilita a regularização desses usos.

O Barreiro se consolidou como a região industrial de BH com a implantação do Distrito Industrial Jatobá e a implantação da Mannesmann. A região do Pilar e Olhos d'Água tem se transformado em mais uma área de concentração dessas atividades com a substituição das antigas residências por instalações industriais. Estes bairros estão situados entre a BR, o Anel Rodoviário e a área de preservação ambiental adjacente, demonstrando um isolamento viário e com características físicas que apresentam restrições à regularização

Mobilidade, Sistema Viário e Transporte

Em virtude de sua posição no Aglomerado Metropolitano e de suas relações históricas com a Cidade Industrial, o sistema viário principal que articula a região do Barreiro é constituído, basicamente, por vias de ligação de áreas diversas do Aglomerado Metropolitano com Belo Horizonte:

– eixo formado pela Av. Olinto Meireles/ Av. Tito Fulgêncio liga o Barreiro de Cima ao Barreiro de Baixo, chegando até a Via dos Minérios, também articulando a Mannesmann com a Cidade Industrial, o Município de Contagem e o vetor noroeste do Aglomerado;
– eixo Av. Afonso Vaz de Melo/ Av. Nélio Cerqueira/ Av. Júlio Mesquita realiza a articulação do município de Ibirité com Belo Horizonte, passando pelo centro do Barreiro;
– a Via dos Minérios faz a ligação da região do Barreiro com a região Oeste, passando pela Rua Úrsula Paulino na Betânia, e com a região Sul, passando pelo Anel Rodoviário e pela BR-040.

Ainda merece destaque a Av. Senador Levindo Coelho, que articula todos os bairros situados no Vale do Jatobá.

Entre as propostas de sistema viário, destaca-se o prolongamento da Av. Teresa Cristina.

Uma estação do BHBUS encontra-se em implantação junto ao centro do Barreiro, prevista como estação de integração com o metrô proposto.

Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

Grandes áreas públicas foram reservadas durante o parcelamento do solo do Barreiro em cumprimento à exigência legal de dotar a cidade de espaços para abrigar serviços públicos e atividades comunitárias, como escolas, postos de saúde, praças, parques etc.

Equipamentos como o Parque das Águas, Parque Ecológico da Vila Pinho, escolas, postos de saúde, URPV para a coleta de entulhos, Praças, entre outros, são exemplos da implantação correta desses usos em áreas de convívio coletivo proporcionando o equilíbrio necessário à vida da comunidade.

As vias públicas além das funções de transporte e infra estrutura se constituem em espaços com uma grande diversidade de usos, como eventos, instalação de mobiliário urbano, serviços de utilidade pública, economia informal.

Fazendo parte da história de Belo Horizonte, o patrimônio cultural do Barreiro é formado, em grande parte, por suas áreas públicas e pelo sítio natural em que está inserido compreendendo a serra do Curral e serra do Rola-Moça, lembrando ainda os pontos de referência e identidade local como a Praça do Cristo e avenidas principais.

A falta de consciência da população e dos usuários da cidade sobre seus espaços e atividade coletivas se traduz numa desvalorização do patrimônio de todos. Historicamente os espaços públicos têm sido alvos de degradação na cidade como um todo e, no Barreiro, isto se evidencia nas várias áreas invadidas, nas instalações de atividades inadequadas, na depredação dos equipamentos e mobiliário (lixeiras, bancos, pontos de ônibus etc.), na ação dos pixadores, entre outros.

Condições Ambientais

Com o destino nobre de ser a "Caixa d'Água" da cidade, a região do Barreiro se desenvolveu em meio a grandes áreas verdes cortadas por córregos e tendo como cenário a serra do Curral e serra do Rola-Moça.

A região tem sido degradada com aterros e bota foras irregulares, despejos de lixo clandestinos, invasão de áreas públicas e de preservação ambiental, assoreamento e poluição das nascentes e cursos d'água, desmatamentos, ocupação desordenada, poluição industrial e o descuido com o patrimônio comum.

A 2ª maior região de BH, com 80 vilas e bairros, grande nº de industrias instaladas e aproximadamente 260 mil moradores, traz o desafio de preservar suas nascentes ainda cristalinas que ajudam a formar o rio Arrudas. Os córregos Jatobá e Barreiro aqui nascem e irão formar o principal ribeirão da cidade, o Arrudas. No entanto, as nascentes sofrem e as águas já não fluem limpas e livres, o verde da vegetação fica cada vez mais raro e por outro, a região sofre com a falta de equipamentos e estruturas que a fariam mais agradável. O alto índice de urbanização, a ocupação irregular nas encostas e às margens de cursos d'água é incompatível com a preservação ambiental e traz sérios problemas à saúde dos moradores. Comprometem a qualidade da água, o sistema de cheias e vazão, provocam assoreamento das nascentes e aumentam a probabilidade de doenças.

O córrego do Barreiro nasce no Parque das Águas, que já foi a casa de descanso do Prefeito e atravessou uma forte degradação nos últimos anos. Este parque desde o início de 2001 tem sido recuperado através de obras de drenagem, esgotamento sanitário e revegetação das encostas para evitar erosões e assoreamento de nascentes.

A nascente que dá origem ao córrego Jatobá está em rápido processo de degradação com a ocupação irregular, o despejo de lixo, entulho, esgoto e movimentos de terra inadequados.

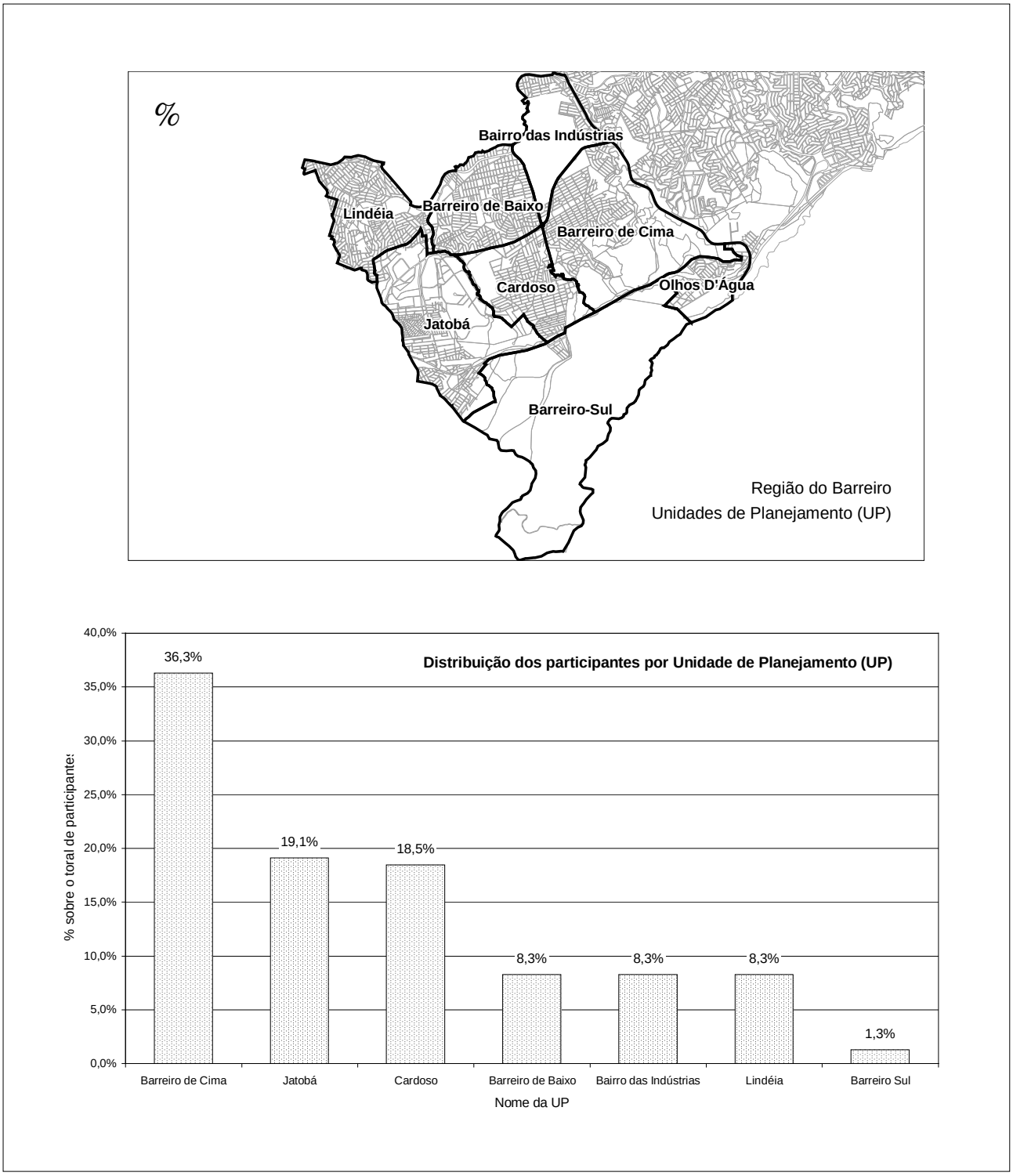
Com a complementação de obras e implantação de equipamentos os Parque das Águas e Parque Ecológico da Vila Pinho serão transformados em espaços de lazer, cultura e turismo, bem como atenderão aos objetivos de preservação ambiental.

Com dois parques implantados, 14 córregos, uma área repleta de olhos d'água, matas ciliares, grandes áreas vegetadas, um rico patrimônio ambiental e quase 50% de seu território reservado para preservação ambiental, o Barreiro desempenha um importante papel no equilíbrio ambiental da cidade e um potencial para o desenvolvimento do turismo ecológico.

Nos últimos anos a preferência tem sido por esconder os rios em canais de concreto para evitar mau cheiro e criar avenidas sanitárias, o que tem agravado os problemas ambientais. A recuperação das várzeas preserva o ecossistema natural, contém os problemas de inundação e ainda proporciona espaços de lazer e recreação para a comunidade.

È imprescindível reconciliar as atividades humanas com as leis naturais com uma responsabilidade compartilhada, onde todos serão beneficiados.

Figura 02 - Pré-Conferência Regional do Barreiro – Distribuição dos participantes por UP



B - Síntese da percepção dos participantes

O Barreiro possui uma grande bacia hidrográfica com extensas áreas verdes e significativa ocorrência de nascentes e mananciais. Devido à presença das serras do Curral e Rola-Moça, contém grande área de preservação ambiental, o que contribui positivamente para a paisagem urbana e a qualidade de vida.

Destaca-se como uma região economicamente forte, possuindo o maior parque industrial e a maior fonte de renda do município. Devido à presença das atividades industriais, sobressaindo-se a Mannesmann, constitui significativo pólo gerador de empregos. Sua localização estratégica, lindeira ao Anel Rodoviário, contribui para o fortalecimento do papel econômico da região no município.

No entanto, mesmo sendo importante centro de absorção da mão de obra local, não oferece oportunidades de emprego suficientes para os moradores da região; essa situação é agravada pelo fechamento de algumas indústrias.

O Barreiro possui amplo centro comercial e de serviços, dinâmico e diversificado, que lhe confere relativa independência do centro da cidade. As atividades se distribuem também ao longo das principais vias de acesso e em centros locais; por não se estenderem para o interior dos bairros, contribuem para que esses sejam preservados da poluição sonora e visual. A retirada dos camelôs do centro principal possibilitou a melhoria da circulação dos pedestres. Os centros dos bairros Tirol, Jatobá, Independência e Cardoso são bastante diversificados, mas desorganizados e com muita poluição. Em outras áreas, como vilas CEMIG e Pinho e conjunto Esperança, o comércio é deficiente.

Estão presentes no Barreiro equipamentos de referência municipal – o Hospital Júlia Kubitschek e a Escola Sindical – mas faltam serviços importantes, como cartórios, equipamentos culturais e de lazer, como teatro, cinema, centro esportivo. A rede bancária é insuficiente e está instalada apenas no centro principal.

A estrutura viária é satisfatória, possibilitando relativa facilidade de acesso ao centro do Barreiro e a outros centros da região. Mas a articulação com outras áreas da região e do município e com o município de Contagem apresenta deficiências.

Com relação à sua ligação com o centro da cidade e com outras regiões, os acessos principais pelas avenidas Tito Fulgêncio, Tereza Cristina e Via do Minério mostram-se insuficientes, sendo necessária a continuação da implantação da Av. Tereza Cristina. Não há boa articulação entre o bairro Olhos d'Água e a região Oeste.

Os bairros das Indústrias e Vila Mangueiras, fronteiriços ao município de Contagem, apresentam-se isolados.

Internamente, há dificuldades de ligação dos bairros Olhos d'Água, Lindéia, Novo das Indústrias e das Indústrias com o restante da região, e entre bairros, como Lindéia, Bairro das Indústrias, Vila Bernadete e os conjuntos Esperança e João Paulo II. A linha férrea configura-se como um divisor da região, faltando pontos de transposição que ofereçam segurança para veículos e pedestres. Acrescente-se ainda a sobrecarga nas principais vias da região – avenidas Visconde de Ibituruna, Sinfrônio Brochado, Olinto Meireles – e a falta de recapeamento das vias públicas de modo geral. Como ponto positivo, destaca-se a construção do viaduto ligando o bairro Santa Margarida ao centro do Barreiro.

A região é bem atendida por transporte coletivo, ressaltando-se as linhas convencionais que atendem razoavelmente à população, mas há deficiências no transporte interno à região, especialmente nos bairros Cardoso, Lindéia e Independência.

A implementação do BHBUS, com a construção das estações Diamante e Barreiro e com a criação da linha de ônibus ligando a Estação Diamante à área hospitalar da cidade, é fator positivo na prestação do serviço de transporte coletivo. Há, porém, muita demora na implantação do metrô para o Barreiro.

Quanto à ocupação do solo, a região caracteriza-se pelo crescimento desordenado, pela presença de conjuntos habitacionais (Pongelupe, Teixeira Dias, Vila Pinho, João Paulo II etc.) e pelo grande número de áreas já ocupadas com carência de equipamentos de uso coletivo e sem a adequada infra-estrutura (Santa Rita, Vitória da Conquista, Vila Pinho, Vila CEMIG). Constatam-se ocupações inadequadas em: áreas de risco (Vila Mangueiras), áreas sob rede de alta tensão, áreas de nascentes, áreas públicas (Praça de Esportes Petrópolis) e áreas comunitárias (conjunto Teixeira Dias, Vila Pinho e Vila CEMIG).

A região necessita de maior controle da ocupação do solo, devendo ser evitado o assentamento habitacional sem a devida infra-estrutura e em áreas inadequadas. É necessário, ainda, assegurar a preservação das áreas verdes existentes.

Destaca-se na região a presença de parques de referência municipal e regional: Rola-Moça (patrimônio ambiental da cidade), Parque das Águas (espaço ecológico-social e de preservação ambiental) e Parque Ecológico da Vila Pinho. Faltam, contudo, espaços de lazer e cultura na região, particularmente nos bairros Tirol, Independência e das Indústrias; os existentes têm manutenção precária.

É marcante o conflito entre o meio natural e a ocupação e uso do solo: desmatamento de áreas verdes, degradação e poluição dos córregos causadas pelo lançamento de esgoto doméstico e industrial e de lixo, favorecendo o aparecimento de focos de doenças endêmicas. A ausência de rede de drenagem em quase toda a região vem agravar ainda mais a degradação ambiental, especialmente em alguns pontos críticos, como no conjunto João Paulo, no bairro Lindéia, na Vila Pinho.

Há, também, conflitos entre atividades industriais e uso residencial devido à poluição do ar, provocada sobretudo pela Mannesmann. Acrescentam-se problemas como os altos índices de poluição sonora, nos bares e na Praça Cristo Redentor, e a presença de atividades comerciais clandestinas (por exemplo, depósitos de gás) que, sem a devida fiscalização, trazem perigo à vizinhança.

A despeito desses problemas e conflitos, o Barreiro, em virtude de sua localização geográfica e da disponibilidade de grandes espaços favoráveis à instalação de empresas – área do Distrito Industrial Jatobá e da Mannesmann –, constitui uma região privilegiada para receber investimentos. Some-se a isso o grande potencial de desenvolvimento do turismo ecológico graças aos recursos naturais de que dispõe.

A existência do Plano Diretor e da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo é positiva. No caso específico da região, a legislação urbanística estabeleceu áreas classificadas como Zona de Preservação Ambiental (ZPAM) – serras do Rola-Moça e do Curral – e Zona de Grandes Equipamentos (ZE) – estação do BHBUS Barreiro. A legislação propicia a organização do uso do solo e maior controle das atividades. No entanto, a deficiência em seu cumprimento acarreta irregularidades e, conseqüentemente, incômodos à população.

Quanto à gestão, destacam-se alguns pontos:

– a reforma administrativa foi positiva, assim como as políticas e programas implementados pelo Executivo Municipal: política habitacional e de limpeza urbana, revitalização das escolas públicas, operação tapa-buraco e melhoria na qualidade da prestação de serviços na região. No entanto, notam-se falhas relativas à implementação de políticas públicas, principalmente no que diz respeito à segurança (não há policiamento suficiente), à integração entre elas e à estrutura de atendimento dos equipamentos de saúde;

– há um descaso do poder público com a preservação do meio ambiente – principalmente quanto ao parcelamento de áreas inadequadas, à implementação e manutenção das áreas de lazer – e com a divulgação e realização de cursos e eventos.

– falta ação de fiscalização mais efetiva da ocupação e uso do solo e das fontes de poluição;

– não existe plano diretor regional, tampouco Plano Global Específico (PGE) para muitas das vilas e favelas da região.

Finalmente, percebe-se um descaso com a história e a cultura do Barreiro. A região foi palco de importantes movimentos sociais, a partir da mobilização e organização da população, que possibilitaram significativas conquistas para solução de problemas e atendimento de reivindicações. Faltam espaços para manifestação da cultura e da arte dos moradores da região.

Mapa 02 - Pré-conferência regional do Barreiro – Percepção dos participantes
[entrar com o Mapa da Percepção aqui]

3.3.3 - Pré-Conferência Regional Centro-Sul

A - Texto de apoio à discussão da região

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A REGIÃO CENTRO-SUL

Ocupação do Solo e Zoneamento

A região destaca-se como espaço de elevada concentração de atividades e da parcela da população que corresponde às classes mais privilegiadas da estrutura social metropolitana. Todavia, a região apresenta alto contraste social, abrigando grande número de vilas e favelas, destacando-se os aglomerados da Serra e de Santa Lúcia. As tabelas abaixo contêm dados de ocupação dos terrenos da região, segundo as unidades em que se distingue seu espaço – Área Central (interna à Av. do Contorno) e a Zona Sul.

Tabela 16 - Área de lotes na região Centro-Sul – 2000

SUBREGIÃO	DISCIMINAÇÃO	ÁREA (m²)	%
Área Central	Área total de lotes	4.580.687	100,0
	Área total de lotes vagos	185.031	4,0
Zona Sul	Área total de lotes	11.384.997	100,0
	Área total de lotes vagos	4.213.122	37,0

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 17 - Unidades residenciais e não residenciais na região Centro-Sul – 1996 e 2000

TIPO DE UNIDADE	ÁREA CENTRAL				ZONA SUL			
	N.º DE UNIDADES		CRESCIMENTO 1996/00		N.º DE UNIDADES		CRESCIMENTO 1996/00	
	1996	2000	N.º	%	1996	2000	N.º	%
Residencial	33.506	37.422	3.916	11,7	42.895	48.149	5.254	12,2
Não residencial	40.447	43.368	2.921	7,2	6.336	8.801	2.465	38,9

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 18 - População residente na região Centro-Sul, segundo UP – 1991 e 2000

UNIDADE DE PLANEJAMENTO (UP)	POPULAÇÃO (HABITANTES)			TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (% ao ano)
	1991	2000	ACRÉSCIMO 1991/2000	
Anchieta Sion	41.187	42.932	1.745	0,46
Barragem	13.352	14.878	1.526	1,21
Barro Preto	7.410	7.082	-328	-0,50
Belvedere	2.560	6.373	3.813	10,66
Cafezal	30.837	32.122	1.285	0,45
Centro	18.571	14.392	-4.179	-2,79
Francisco Sales	10.565	8.384	-2.181	-2,54
Mangabeiras	5.786	6.971	1.185	2,09
Prudente de Morais	18.522	17.417	-1.105	-0,68
Santo Antônio	30.620	28.450	-2.170	-0,81
Savassi	39.862	46.520	6.658	1,73
São Bento/Santa Lúcia	9.548	13.188	3.640	3,65
Serra	22.661	22.945	284	0,14
Total Centro-Sul	251.481	261.654	10.173	0,44

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIONAL CENTRO-SUL

O quadro a seguir especifica o zoneamento da região Centro-Sul, apontando o zoneamento predominante nos bairros da região.

Quadro 10 - Zoneamento da região Centro-Sul

ZONA	BAIRROS / ÁREAS
ZHIP	Hipercentro
ZCBH	Área Central (interior do perímetro da Av. do Contorno), exceto Hipercentro
ZA	Serra, São Lucas, Cruzeiro, Anchieta, Carmo, Sion, São Pedro, Santo Antônio, Coração de Jesus (parte), Vila Paris (parte)
ZAR-2	Luxemburgo (parte), Vila Paris (parte), Coração de Jesus (parte)
ZAR-1	Santa Lúcia, São Bento, Estoril, Luxemburgo (parte)
ZP-3	Belvedere III
ZP-2	Cidade Jardim, Mangabeiras, Belvedere
ZP-1	Diversas áreas na encosta da serra do Curral
ZPAM	Parque das Mangabeiras e diversas áreas na serra do Curral
ZEIS-1	Aglomerado da Serra (vilas Marçola, N. Sra. Aparecida/ Pau Comeu, N. Sra. da Conceição, N. Sr. de Fátima e Cafezal). Aglomerado Santa Lúcia (vilas Estrela, Santa Lúcia, Sta. Rita de Cássia/ Papagaio) e vilas Acaba Mundo, Ápia, Bandeirantes, Fumec, Mala e Cuia, São José (Morro do Querosene), Pindura Saia, Santa Isabel, Santa Maria
ZE	Estação Belvedere do BHBUS

ADES NA REGIÃO CENTRO-SUL

A Lei N.º 7166/96 instituiu diversas Áreas de Diretrizes Especiais na região Centro-Sul:

- ADE da Savassi, prevista como área a ser revitalizada;
- ADE Hospitalar, área que, em virtude da concentração de serviços de saúde, deve ser objeto de medidas destinadas a inibir a constante especialização, bem como de reestruturação do sistema viário, redução dos índices de poluição sonora e atmosférica, adaptação dos espaços e equipamentos públicos às condições de seus usuários, em especial os portadores de deficiência;
- ADE Vale do Arrudas, destinada a projetos de reurbanização, em virtude de sua localização estratégica e das condições de degradação e subutilização. Essa ADE estende-se ao longo do ribeirão, ocupando, na região Centro-Sul o trecho entre o ribeirão Arrudas e a linha férrea inserido no perímetro da Contorno;
- ADE Residencial Central, destinada a controle especial de uso, para garantir a permanência do uso residencial na Área Central. É constituída de diversas poligonais distribuídas no interior do perímetro da Av. do Contorno;
- ADE da Serra, destinada a limitar em 15,00 metros a altura das edificações;
- ADE da Cidade Jardim, onde devem ser adotadas políticas específicas visando à preservação paisagística, cultural e histórica;
- ADEs do Mangabeiras, do Belvedere e do São Bento, destinadas ao uso exclusivamente residencial unifamiliar;
- ADE do Belvedere III, destinada ao uso exclusivamente residencial, em virtude da proximidade aos bairros Belvedere I e II;
- diversas ADEs de Interesse Ambiental, verificando-se uma concentração ao longo da Av. Raja Gabaglia, na altura dos bairros Luxemburgo e São Bento.

Distribuição das Atividades e Centros Urbanos

A região Centro-Sul detém a maior concentração de atividades do município, configurando-se em seu interior, especialmente na Área Central, uma rede articulada de centros de comércio e serviços, de abrangência metropolitana, em que se distinguem: o Hipercentro, o Barro Preto, a Savassi/ Praça da Liberdade, o Santo Agostinho e a concentração hospitalar de Santa Efigênia. Esta rede expande-se para a Zona Sul, formando corredores de atividades ao longo de suas vias principais vias, como as avenidas Bandeirantes, Prudente de Morais e Raja Gabaglia.

Considerando como traço negativo da estrutura urbana a alta concentração de atividades na Área Central, o Plano Diretor estabeleceu entre suas principais diretrizes de organização territorial a descentralização, com estímulo à formação de centros fora do perímetro da Av. do Contorno.

Nos últimos anos, intensificou-se, de forma significativa, o crescimento de usos não residenciais na Zona Sul (ver tabela 17).

Mobilidade, Sistema Viário e Transporte

Também neste aspecto, é fundamental considerar a região Centro-Sul segundo sua subdivisão em Área Central e Zona Sul.

A Área Central constitui a Zona Urbana do Plano Original de Aarão Reis, apresentando um traçado peculiar e uma posição especial na estrutura viária da cidade, sendo o espaço referencial do sistema viário radioconcêntrico de Belo Horizonte.

Como espaço de convergência dos principais eixos viários da cidade, e também devido à alta concentração de atividades que abriga, a maior parte das viagens realizadas no município e no aglomerado metropolitano, inclusive por transporte coletivo, atinge a Área Central.

Além disto, o tráfego de passagem atinge profundamente esta área, sobrecarregando principalmente as vias do Hipercentro, em detrimento das condições de circulação e de sua qualidade ambiental. Dos 420 mil veículos que entram diariamente na Área Central, 40% não têm destino nesta área.

Quanto à Zona Sul, o sistema viário se enquadra na estrutura radioconcêntrica da cidade. Nesta área, os eixos viários encontram-se sobrecarregados, devido ao adensamento populacional, conjugado com o alto índice de motorização da população, motivo pelo qual o zoneamento da Lei 7166/96 (Zona Adensada – ZA), impõe restrição ao adensamento.

O sistema viário proposto no Plano Diretor prevê a ruptura do sistema viário radioconcêntrico, mediante a implantação vias de ligação entre as regiões do município, sem atravessar a Área Central.

Na região Centro-Sul, é prevista a implantação de uma via de ligação entre a Zona Sul e a região Leste do município (Av. Parque da Serra).

Espaços Públicos, Áreas de Lazer e Patrimônio Histórico

A região Centro-Sul é o espaço de mais alta centralidade do município.

Sua centralidade é conferida pela alta concentração de comércio de bens de consumo, instituições culturais, instituições financeiras, sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário do estado e do município, sedes dos principais órgãos e empresas públicas e privadas.

Aí acontecem os mais importantes eventos do calendário cívico, religioso e artístico da cidade, assim como as mais expressivas manifestações populares de sua vida política.

Nesta região, destaca-se a Área Central, que tem como principal marca da sua identidade a grande complexidade funcional e simbólica do seu espaço urbano, que lhe confere múltipla significação na estrutura metropolitana como centro político-administrativo, centro cultural, centro financeiro e de negócios, centro de consumo de bens e serviços.

Essa complexidade teve origem no processo de formação, por compreender a zona urbana original da cidade, idealizada como um marco de modernidade da República. Tirando partido do relevo, o traçado viário e o uso do solo proposto no Plano de Aarão Reis definem uma ordem espacial em que se expressa, sobretudo, a hierarquização simbólica dos espaços públicos. Assim é que a sede do governo estadual localizou-se em um ponto elevado, em posição paisagisticamente dominante.

Na região Centro-Sul encontram-se as principais referências simbólicas e culturais da cidade e importantes espaços públicos e áreas de recreação e lazer.

Além do traçado original da Área Central, localizam-se aí os espaços mais significativos da cidade, como: Praça da Estação, Rodoviária, Av. Afonso Pena, Praça 7, Igreja São José, Prefeitura, Parque Municipal, Palácio das Artes, Rua da Bahia, Praça da Liberdade, Praça da Boa Viagem, Mercado Central, Minas Centro, Praça Raul Soares, Museu Abílio Barreto, Praça da Assembléia, Praça do Papa, Parque das

Mangabeiras, Parque da Barragem de Santa Lúcia, serra do Curral.

Na Área Central existem 12 conjuntos urbanos protegidos.

Estão sendo desenvolvidos diversos projetos integrados na Área Central, destacando-se:

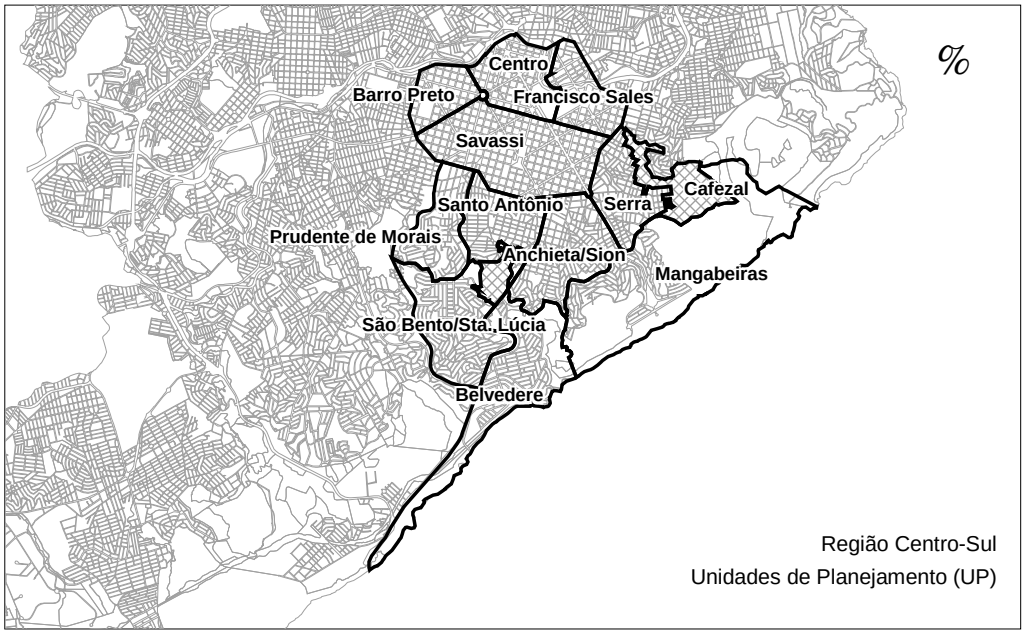
- Projeto Praça 7 – O projeto irá recuperar os 4 quarteirões fechados. A praça vai ganhar espaços de convivência, novos equipamentos urbanos, iluminação especial para realçar a arquitetura, tratamento de piso e readaptação das placas publicitárias, visando a despoluição visual.
- Faixas exclusivas para ônibus – Com a determinante de priorizar o Transporte Coletivo, serão implantados 13 rotas para ônibus na região central, equivalente a 23 KM, que irão aumentar a velocidade e a regularidade dos ônibus. Projeto em desenvolvimento.
- Projeto 4 Estações – Tem o objetivo de requalificar a região da Praça da Estação, na área que vai desde a atual estação rodoviária até a Avenida Francisco Sales. As propostas de requalificação pretendem levar em consideração a vocação e os usos da região. A requalificação engloba, principalmente, os aspectos urbanístico-ambiental, de desenvolvimento socioeconômico e de sustentabilidade econômica
- Savassi Viva – A Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, juntamente com a Associação de Lojistas e Moradores da Savassi, vem realizando desde o início do ano reuniões e debates acerca dos problemas e potenciais da região. A iniciativa reúne os mais diversos setores ligados à área, desde empresários dos ramos da hotelaria e da construção civil até representantes da Câmara Municipal e das concessionárias de serviços, como a CEMIG. Em fase de diagnóstico, os grupos de trabalho têm contado com o apoio técnico de vários órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte, dentre eles a Regional Centro-Sul e a Secretaria Municipal de Regulação Urbana. O objetivo dos trabalhos é formular um plano abrangente para a Savassi, que deverá ser entregue às autoridades municipais em meados deste ano.
- Eixo Cultural Rua da Bahia Viva – O Projeto do Eixo Cultural da Rua da Bahia Viva abrange a Rua da Bahia em toda a sua extensão bem como suas transversais e pretende fomentar o desenvolvimento cultural e de entretenimento do eixo, por meio da despoluição visual e de intervenções urbanísticas.

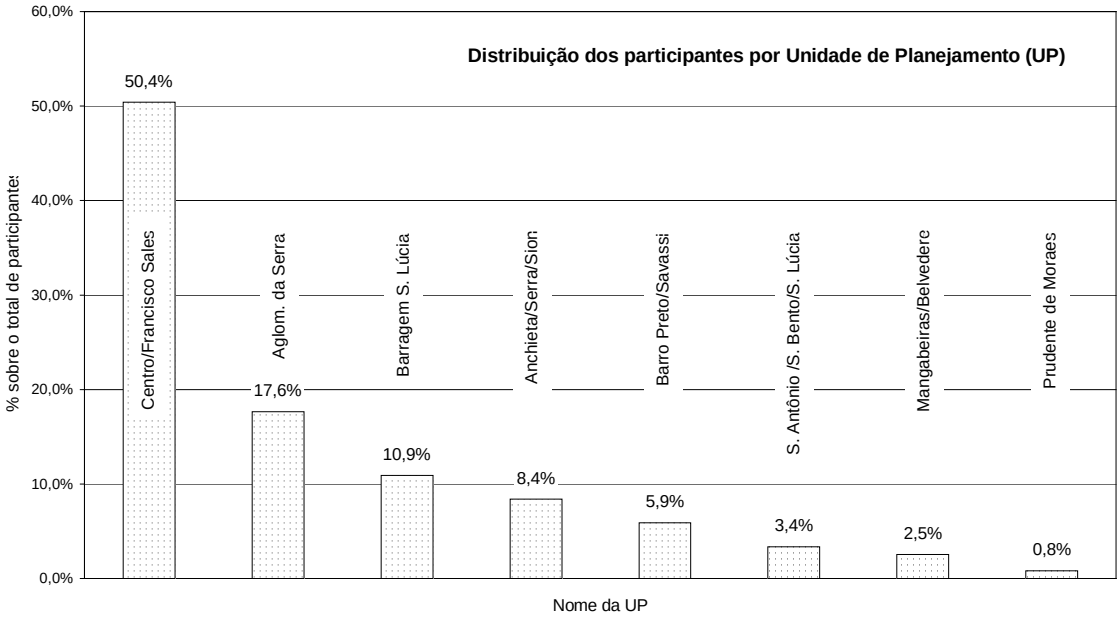
Condições Ambientais

A região Centro-Sul apresenta uma concentração de áreas de especial interesse ambiental:

- grande parte de seu território, situada nas encostas da serra do Curral, é classificada como ZPAM e Zonas de Proteção ZP-1, ZP-2 e ZP-3;
- outra ADE de interesse ambiental/ paisagístico é a da Cidade Jardim;
- além dessas áreas, situam-se na região uma parte da área de tombamento da serra do Curral, bem como parte da APA Sul;
- destacam-se, ainda, o Parque Municipal e o Parque das Mangabeiras, importantes espaços de lazer e referências para a cidade como um todo, assim como outros parques de menor porte.

Figura 03 - Pré-Conferência Regional Centro-Sul – Distribuição dos participantes por UP





B - Síntese da percepção dos participantes

A região Centro-Sul é caracterizada pela concentração de serviços e comércio em todo seu território, destacando-se o centro da cidade que apresenta um grande número de estabelecimentos com atendimento amplo à população. O centro é também o lugar preferido para a prática do comércio informal, mesmo que parte dos problemas causados pelos camelôs nas calçadas tenha sido resolvida com minifeiras. Essas, como as feiras formais de artesanato, alimentos ou antigüidades, são geradoras de renda e emprego e incentivam o turismo. Tudo isso faz da região um lugar com grande oferta de emprego, apesar de não suprir a demanda principalmente para jovens e idosos devido à falta de uma política específica. Os centros especializados, como promotores de desenvolvimento econômico, e os *shopping centers*, como resultado da descentralização de atividades, são marcantes na região.

Os principais espaços de referência do município estão localizados nesta região, inclusive aqueles de relevância histórica que são objeto da política de preservação do patrimônio, com destaque para o museu Abílio Barreto.

A diversidade de equipamentos na área central – Restaurante Popular, estações rodoviária e de metrô, Serraria Souza Pinto, Parque Municipal, Palácio das Artes, bancos, teatros, hospitais, Colégio Dom Pedro II, ginásio do Minas Tênis Clube, Mercado Central – promove grande vitalidade à região.

A saída de algumas atividades, no entanto, como cinemas e comércio atacadista, significou prejuízo para a área central. Acrescenta-se, também, a inadeqüabilidade da localização da área hospitalar, devido à necessidade de acesso fácil por veículos de emergência.

A região Centro-Sul, por sua natureza, é um lugar privilegiado em espaços públicos, sobretudo parques (Mangabeiras e Municipal) e praças (da Liberdade, Floriano Peixoto, Raul Soares, da Estação). Apesar de alguns espaços apresentarem boa conservação, outros demandam cuidados – manutenção e segurança – do poder público e da população, como, por exemplo, as calçadas, onde devem ser consideradas a arborização, a iluminação e a construção de banheiros públicos. Muitos eventos, públicos e privados, promovidos nesses espaços valorizam seu uso, destacando-se os programas e as atividades desenvolvidas pela Prefeitura: feiras de artesanato e de alimentação, serestas, teatros, projeto “Bahia-viva”, entre outros. São incentivos à vocação cultural de Belo Horizonte, mas alguns desses eventos culturais e de lazer não são acessíveis a toda a população, sendo oferecidas poucas opções gratuitas e direcionadas à população de vilas e favelas.

O centro é o ponto de confluência de grande número de linhas de ônibus devido à falta de vias alternativas de ligação entre regiões da cidade sem passar por esta área – o que, por um lado, representa uma grande facilidade de deslocamento para as regiões de Belo Horizonte (embora se registrem reclamações quanto à distribuição das linhas para diversos bairros), mas, por outro, provoca sobrecarga no trânsito e degradação do ambiente urbano. A situação é agravada pelo sistema viário do centro, que não comporta o volume de veículos, e pela presença da Rodoviária. A Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS) tem investido no planejamento da área, através do Plano de Circulação da Área Central (PACE), significando uma possibilidade de minimização dos problemas. Outros serviços oferecidos na região – táxi-lotação, linhas suplementares, microônibus em vilas e favelas – estão melhorando sua qualidade, mas o trânsito em locais críticos, como em frente às escolas, e alguns aspectos internos aos ônibus, como segurança, conforto, lugares para deficientes e idosos, ainda merecem atenção da BHTRANS. A sinalização nas vias também não é satisfatória.

O adensamento de construções na área central estende-se por outros bairros da região, resultando em lugares com verticalização excessiva das edificações (permitida por lei), sobrecarregando o sistema viário e provocando a queda da qualidade do ambiente; são exemplos os bairros Belvedere, Santo Agostinho e Lourdes.

Outro tipo de adensamento que tem conseqüências ainda piores é o dos grandes aglomerados de vilas e favelas da Serra e da Barragem Santa Lúcia, onde as condições socioeconômicas – falta de emprego, moradia digna, educação e saúde – e a deficiência de infra-estrutura viária e de saneamento agravam a violência. Na visão dos participantes da Pré-Conferência, a ação dos policiais em vilas e favelas é mais violenta que no restante da cidade. O quadro tende a se agravar ainda mais com a morosidade do processo de titulação em vilas e favelas, a falta de solução para os problemas em área de risco, a dificuldade de acesso dos moradores desses lugares a uma casa nos conjuntos habitacionais construídos pela PBH.

A serra do Curral é uma referência de patrimônio natural e apresenta-se, de modo geral, ainda preservada; suas nascentes, entretanto, já estão comprometidas, e as atividades de mineração provocam graves danos à área.

A região apresenta problemas ambientais de poluição das águas, atmosférica, sonora e, sobretudo, visual. Essa é provocada pelos engenhos de publicidade (*outdoors,* faixas) e pelas pichações nas edificações. A

legislação atual não consegue controlar os incômodos provocados pelas atividades já aprovadas e em funcionamento, como escolas e hospitais.

A infra-estrutura básica de saneamento na região é boa e funcional, exceto em vilas e favelas. O serviço de limpeza urbana está bem estruturado e tem uma boa atuação em suas variadas funções – varrição, coleta de lixo etc.

A segurança pública é um grande problema na região, prejudicando a mobilidade das pessoas e o uso do espaço público e dos equipamentos. Apesar da implantação dos Postos de Observação e Vigilância (POV), o policiamento ainda é deficiente e, muitas vezes, os policiais têm comportamento inadequado, principalmente com moradores de vilas e favelas.

Dentre as ações da PBH, algumas, de âmbito mais geral, são reconhecidas, como os programas ABasteCer e o Bolsa-Escola, por exemplo. A fiscalização é vista como positiva em sua atuação menos agressiva de controle das vias públicas. Ainda assim, nota-se descaso pelo controle do trabalho das concessionárias nas vias públicas, pelo funcionamento do comércio e minifeiras, pelo tratamento de lotes vagos (limpeza, muros e calçadas). A mesma visão negativa é direcionada à liberação de usos comerciais em áreas residenciais, à permissão de instalação de antenas de telecomunicações, à lentidão do processo de aprovação e legalização de obras.

Atualmente, existe maior integração entre a PBH e a população carente. Ainda se constata, contudo, a necessidade de um esforço maior para inclusão de certos grupos da sociedade, como as pessoas com dificuldade de locomoção ou sem qualificação profissional e as crianças e adolescentes moradores de rua. A atuação do Conselho Tutelar com relação a esses últimos é considerada ineficiente.

Mapa 03 - Pré-conferência regional Centro-Sul – Percepção dos participantes
[entrar com o Mapa da Percepção aqui]

3.3.4 - Pré-Conferência Regional Leste

A - Texto de apoio à discussão da região

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A REGIÃO LESTE

Ocupação do Solo e Zoneamento

Tabela 19 - Área de lotes na região Leste – 2000

DISCIMINAÇÃO	ÁREA (m²)	%
Área total de lotes	16.440.663	100,0
Área total de lotes vagos	2.848.041	17,3

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 20 - Unidades residenciais e não residenciais na região Leste – 1996 e 2000

TIPO DE UNIDADE	N.º DE UNIDADES		CRESCIMENTO 1996/2000	
	1996	2000	N.º	%
Residencial	40.613	43.925	3.312	8,2
Não residencial	5.275	5.560	285	5,4

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 21 - População residente na região Leste, segundo UP – 1991 e 2000

UNIDADE DE PLANEJAMENTO (UP)	POPULAÇÃO (HABITANTES)			TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (% AO ANO)
	1991	2000	ACRÉSCIMO 1991/2000	
Baleia	3.331	8.474	5.143	10,93
Boa vista	49.220	45.774	-3.446	-0,80
Floresta Santa Tereza	36.602	33.943	-2.659	-0,83
Instituto Agronômico	43.607	44.327	720	0,18
Mariano de Abreu	4.167	5.249	1.082	2,60
Pompéia	28.194	26.486	-1.708	-0,69
Santa Efigênia	39.475	40.096	621	0,17
Santa Inês	10.739	9.319	-1.420	-1,56
Taquaril	34.698	39.596	4.898	1,48
Total leste	250.032	253.264	3.232	0,14

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIONAL LESTE

O território da regional Leste apresenta um zoneamento em que predominam as zonas de Adensamento Restrito 2 (ZAR-2) e de Adensamento Preferencial (ZAP).

O quadro a seguir especifica o zoneamento da região Leste, apontando o zoneamento predominante nos bairros da região.

Quadro 11 - Zoneamento da região Leste

ZONA	BAIRROS / ÁREAS
ZAP	Novo São Lucas, Santa Efigênia, Paraíso (parte), Pompéia, Esplanada, Santa Tereza*, Floresta, Colégio Batista, Sagrada Família, Horto, Instituto Agronômico (parte), Santa Inês, Nova Vista (parte), Boa Vista (parte), São Geraldo (parte)
ZAR-2	Paraíso (a leste da Rua Fluorina), Saudade, Casa Branca, São Geraldo (a leste da Rua Fernão Dias), Jonas Veiga, Nova Vista (a leste das ruas Estância e Silva Reis), Boa Vista (a leste das ruas Geraldo Dias e Guariba), Bairro Vera Cruz, Granja de Freitas (parte)
ZP-2	Cidade Jardim Taquaril (Pirineus)
ZP-1	Diversas áreas em Caetano Furquim e nas regiões da Baleia e do Taquaril, parte do Instituto Agronômico, entre outras áreas
ZPAM	Parte do Instituto Agronômico, áreas nas regiões da Baleia, do Taquaril e Granja de Freitas, área ao longo do ribeirão Arrudas e outras
ZE	Cemitério da Saudade, oficinas da RFFSA
ZEIS-1	Vila Alto Vera Cruz, Vila Belém, Vila Boa Vista, Vila Dias, Vila Souza Aguiar, Vila Cônego Pinheiro, Vila Beco da Pedreira, Vila Grota, Vila João Alfredo, Vila N. Sra. do Rosário, Vila Novo São Lucas (parte), Vila Rock in Rio, Vila Olaria, Vila São Rafael, Vila São Vicente, Vila União, Vila da Área
ZEIS-2	Áreas ao sul do Alto Vera Cruz e em Granja de Freitas
ZEIS-3	CH Taquaril, CH João Pio de Souza/ Vila Fazendinha, CH Mariano de Abreu

* Para este bairro, os parâmetros urbanísticos são os definidos pela Lei 8137/00, que regulamentou a ADE de Santa Tereza.

ADEs NA REGIÃO LESTE

A Lei 7166/96 criou algumas Áreas de Diretrizes Especiais na região Leste:

- a ADE de Santa Tereza, que, em função das características da ocupação, seria objeto de medidas de proteção e manutenção do uso predominantemente residencial. Essa ADE foi regulamentada pela Lei 8137/00;
- a ADE Vale do Arrudas, destinada a projetos de reurbanização, em virtude de sua localização estratégica e das condições de degradação e sub utilização. Essa ADE, que se estende ao longo do ribeirão, ocupando, na região Leste, áreas dos bairros Floresta, Santa Efigênia, Santa Tereza, Horto, Esplanada, Pompéia, Vera Cruz e Caetano Furquim, ainda precisa ser regulamentada;
- pequenas ADEs de Interesse Ambiental, a serem regulamentadas: uma quadra lindeira à Av. José Cândido da Silveira, no bairro Santa Inês e uma área lindeira à R. Juramento, Av. Belém, R. D. Maria Manoela e Túnel do Taquaril, próxima ao cemitério da Saudade.

Mobilidade, Sistema Viário e Transporte

Delimitada pela Av. Cristiano Machado / Av. José Cândido da Silveira, eixo viário que constitui um dos seus acessos principais, a região Leste é atravessada por importantes vias de ligação intra e intermunicipal.

Destacam-se, pela sua importância histórica no processo de ocupação dessa região: a Rua Niquelina, eixo de ligação com Sabará e Nova Lima, via de articulação dos bairros situados na margem direita do Arrudas, e as Ruas Pouso Alegre, Pitangui e Conselheiro Lafaiete, principais articuladoras dos bairros situados na margem esquerda desse ribeirão.

Mais recentemente, a Av. Dos Andradas, aberta até Caetano Furquim, tornou-se um eixo de ligação e de distribuição do sistema viário interno à região, articulando-a de forma mais direta ao centro metropolitano e ao vetor oeste do Aglomerado Metropolitano.

Reforçando esta ligação com o centro e o vetor oeste, a linha do metrô intercepta a região, interligando-a, ainda, com as regiões Nordeste, Norte e Venda Nova. Cinco estações estão implantadas no interior da região Leste: as estações Santa Efigênia, Santa Tereza, Horto, Santa Inês e Cândido da Silveira, integrada ao BHBUS.

O sistema viário proposto para o Município, visando criar alternativas à estrutura radioconcêntrica, prevê a implantação da Via 710, passando pela região Leste. Esta via é parte do primeiro anel externo à Av. do Contorno, ligando a Av. dos Andradas à Av. Antonio Carlos.

Internamente, é importante salientar no sistema viário da região Leste o ponto de interseção viária no centro do Horto, para onde convergem, indo ao encontro da Rua Conselheiro Rocha, na altura da estação do metrô: Rua Pouso Alegre, Av. Silviano Brandão, que alcança a Av. dos Andradas, a Rua João Carlos/Genoveva de Souza, a Av. Petrolina e o eixo R. Salinas/ R. Capitão Bragança.

Essa interseção, por onde passam diversas linhas de ônibus que servem a um grande conjunto de bairros, tanto em Belo Horizonte quanto em Sabará, detém um forte potencial de centralidade, pouco explorado.

Espaços Públicos, Áreas de Lazer e Patrimônio Histórico

- Entre as referências históricas da região destacam-se a Praça Duque de Caxias e a Praça Comendador Negrão de Lima.
- O bairro Santa Tereza possui medidas de proteção, instituídas na regulamentação da ADE pela Lei 8137/00.
- O bairro Floresta constitui um conjunto urbano protegido pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM).
- parte deste bairro compreendida entre a Av. do Contorno e a linha férrea pertence ao Conjunto Urbano da Praça da Estação, também protegido pelo CDPCM.
- Parte do bairro Santa Efigênia está inserida no Conjunto Urbano da Praça Floriano Peixoto e Adjacências, também protegido pelo CDPCM.

Condições Ambientais

Com extensão de 37,28 km², quase toda a região Leste encontra-se na bacia do Arrudas, à exceção de uma pequena parte da Sagrada Família, pertencente à bacia do ribeirão do Onça. Vários cursos d'água da margem esquerda do Arrudas foram canalizados e capeados, constituindo avenidas como Av. Silviano Brandão, Petrolina, Itaituba. A maior parte dos afluentes da margem direita encontram-se a céu aberto.

Os córregos Taquaril e Maria Carmem Valadares estão contemplados no DRENURBS, com execução prevista para a primeira etapa de realização do programa. A respeito da recuperação de fundos de vales e saneamento de córregos, cabe ressaltar que a região Leste é pioneira, com o "Projeto de Recuperação Ambiental do Córrego Santa Terezinha", no bairro Taquaril, viabilizado mediante em parceria com organizações não governamentais, aprovado em fórum popular, e aguardando recursos financeiros para implantação.

Assim como na cidade como um todo, observam-se na região Leste altos índices de atendimento pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Também aqui não se pode dizer que a situação seja satisfatória, já que uma parcela considerável da população (cerca de 2250 pessoas) não tem seus esgotos coletados.

A regional apresenta alto índice de atendimento com os serviços de limpeza urbana, inclusive nas áreas de UF, sendo que tais serviços só deixam de ser prestados quando não existe acesso ao local ou outro impedimento.

Na região Leste estão instalados 78 contêineres distribuídos em 23 Locais para Entrega Voluntária (LEVs) de materiais recicláveis (papel, metal, vidro e plástico) e 2 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPVs) para entrega de resíduos não abrangidos pela coleta convencional, como entulho, poda, pneus, móveis e carcaças de eletrodomésticos.

As principais solicitações de serviços encaminhados ao SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão em 2001 foram: desratização, poda, corte e vigilância sanitária, nesta ordem.

Levantamento realizado em 1999 verificou que as principais doenças atendidas pela rede pública municipal foram: as respiratórias, do aparelho circulatório, os transtornos mentais e comportamentais, as doenças infecciosas e parasitárias e do aparelho geniturinário.

No combate à Dengue, a regional apresentou o lixo domiciliar como principal criadouro para o vetor, seguido de vasos e jarros de plantas, principalmente nos bairros Sagrada Família e Horto, que apresentaram as maiores incidências de casos confirmados, 219 dos 449 notificados até outubro de 2001. Assim como o vetor da Dengue, o lixo domiciliar mal acondicionado pode atrair, também, roedores como ratos e camundongos, transmissores em potencial de leptospirose. Em 2001, foram atendidas 3029 solicitações de desratização, em decorrência do aparecimento desses animais.

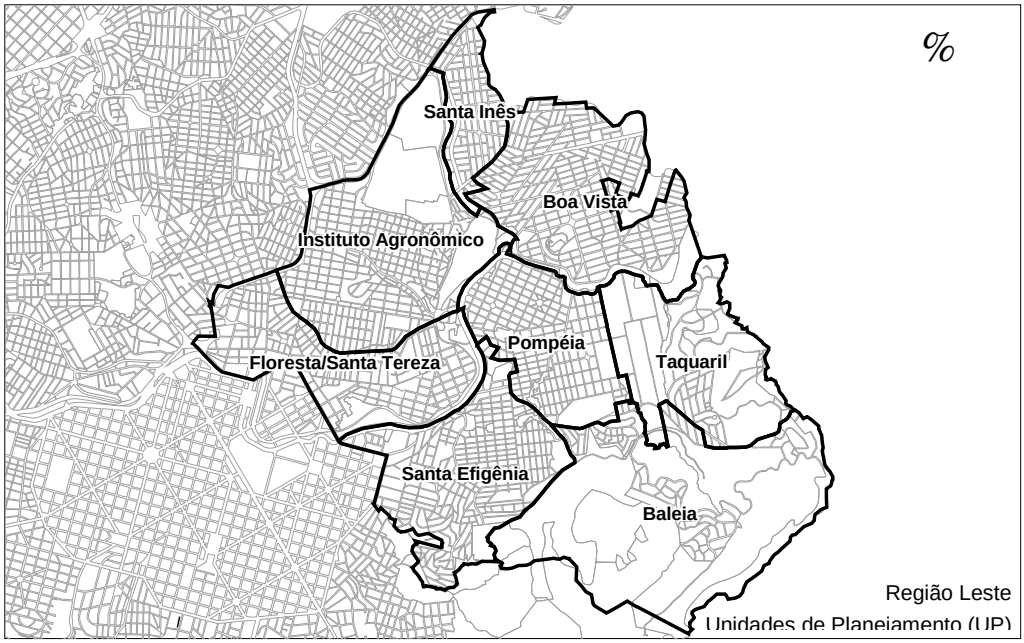
De acordo com os indicadores do IQVU publicados em 1996, as condições de habitação (disponibilidade de habitação e conforto ambiental) do bairro Mariano de Abreu e Conjunto Habitacional Taquaril situam-se no mais baixo índice, no mesmo nível da favela do Cafezal.

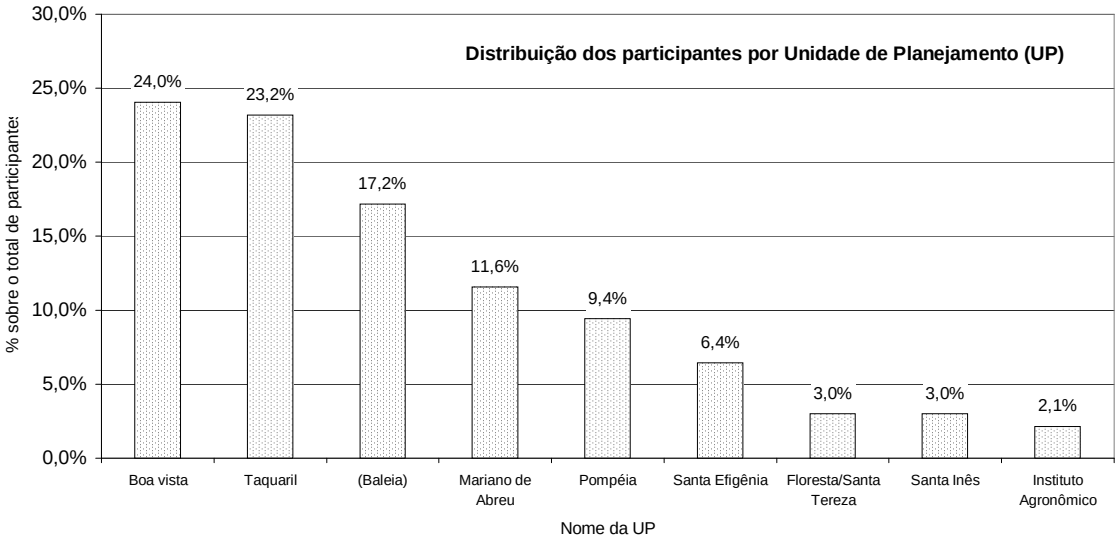
Quanto à infra-estrutura urbana (limpeza urbana, saneamento, energia elétrica, telefonia, transporte

coletivo), os índices mais baixos são os apresentados pelos mesmos bairros, situados próximo à divisa com Sabará.

De acordo com a Carta Geotécnica do Município, as áreas de risco de erosão encontram-se, principalmente, na porção leste do bairro Mariano de Abreu, no Conjunto Habitacional Taquaril e seu entorno na região do Taquaril.

Figura 04 - Pré-Conferência Regional Leste – Distribuição dos participantes por UP





B - Síntese da percepção dos participantes

A região leste é conhecida pela oferta de cultura, lazer e vida noturna e pelos espaços de referência para a cidade – o Campo do Independência, a Câmara Municipal, a Praça Duque de Caxias, o Museu de História Natural, o Teatro do Grupo Galpão, a Rua Niquelina, o bairro Santa Teresa, patrimônio histórico e cultural da cidade –, praças e áreas de lazer. É, por outro lado, uma região de contrastes: existem bairros com maior desenvolvimento econômico e áreas extremamente carentes, como o Taquaril.

Importantes vias de tráfego facilitam a entrada e a saída da região. A Av. dos Andradas constitui um dos principais corredores que corta o centro da região, facilita o acesso e permite o desenvolvimento dos bairros.

A articulação interna, no entanto, é prejudicada pela falta de vias de ligação entre bairros, vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social com o restante da região. O bairro Santa Inês, por exemplo, não dispõe de boa ligação com a região. A linha férrea, nos bairros Boa Vista e Caetano Furquim, representa uma barreira, agravada pela travessia constante de máquinas com grande número de vagões, prejudicando o trânsito na área.

A região caracteriza-se também pela presença de serviços e comércio especializados, localizados em algumas ruas e avenidas; a Av. Silviano Brandão, onde se concentra o comércio de móveis, é um marco não só para a região, mas para toda a cidade. É positiva a descentralização de atividades do hipercentro para outros bairros (Floresta, Santa Efigênia, Sagrada Família), onde o comércio é forte e influente, oferecendo empregos a seus moradores. Pequenos centros de bairro se desenvolveram ao longo da Av. Contagem, no Santa Inês, e das ruas Porto Seguro, no Nova Vista, e Desembargador Bráulio, no Alto Vera Cruz. Nesse, existe uma grande oferta de serviços e comércio de produtos variados, e, embora parte dessas atividades seja clandestina, o bairro conseguiu certa autonomia, pois 90% dos negócios são dos próprios moradores. Existem outros pequenos centros locais que atendem à demanda do seu entorno imediato. Alguns bairros com deficiência de acesso viário, no entanto, não atraem investimentos de comércio: Boa Vista, São Geraldo, Pompéia.

O desenvolvimento econômico, todavia, é desigual, havendo disparidade entre bairros; por exemplo: Santa Efigênia, de um lado, Alto Vera Cruz e Taquaril de outro. Ademais, a região não oferece atividades comerciais e de serviços para atender à demanda de emprego.

Tem havido uma relativa melhoria nas áreas comerciais dos bairros, vilas e favelas, através de melhor oferta e maior diversidade de produtos e serviços para a população, com a presença do sacolão do programa Alimentação a Baixo Custo (ABC), supermercados e feiras livres. Faltam, contudo, centros comerciais em algumas regiões, enquanto há concentração de atividades nos grandes corredores viários (Av. Silviano Brandão, Rua Niquelina, Av. dos Andradas). A precariedade de agências bancárias em alguns bairros prejudica as atividades de comércio. Não há *shopping centers* na região.

Falta integração dos equipamentos públicos com a população carente que está nos aglomerados. As escolas estão mal distribuídos na região, implicando grandes deslocamentos da população. Os bairros Alto Vera Cruz, Taquaril, conjunto Granja de Freitas e São Geraldo não possuem escolas de ensino médio. O conjunto Granja de Freitas e áreas mais precárias da região, Cruzeirinho (Alto Vera Cruz) e Taquaril, não dispõem de equipamentos públicos, comércio e serviços. São escassos os espaços públicos que possibilitem a implantação de serviços próximos às comunidades, como escolas profissionalizantes, centros culturais, creches, escolas etc.

Muitas das principais vias são estreitas, com tráfego intenso de ônibus e veículos (Niquelina, Leopoldo Gomes, Conselheiro Lafaiete, Fluorina, Tebas, Silviano Brandão, Conselheiro Rocha, próximo à estação de metrô do Horto, Gustavo da Silveira, Desembargador Bráulio) e apresentam estrangulamentos (Niquelina, Gustavo da Silveira, Silviano Brandão). A sinalização geral é deficiente (ruas Juramento, Desembargador Bráulio, Leopoldo Gomes, Iara, Av. Alphonsus de Guimarães e Av. dos Andradas com Rua Itamar, na ponte de Caetano Furquim). Outras vias de acesso possuem traçado sinuoso, são estreitas, com grande fluxo de tráfego. A Rua Niquelina é uma via de baixa capacidade para absorver o trânsito e o comércio existente; é muito utilizada pelo transporte coletivo, enquanto a Av. dos Andradas é subutilizada.

Quanto ao transporte coletivo, o metrô é mal aproveitado na região devido à falta de integração metrô–ônibus, ainda que as estações sejam acessíveis. A região é bem servida de ônibus que possibilitam fácil acesso ao centro e propiciam os deslocamentos internos (ônibus bairro-a-bairro). O acesso aos equipamentos dentro da região melhorou, principalmente com a implantação de mais linhas de ônibus e linhas suplementares. No entanto, falta transporte coletivo para os postos de saúde, o Posto de Atendimento Médico (PAM) da Sagrada Família e as escolas de segundo grau (colégios Tiradentes, Pedro Américo etc.). Algumas áreas são bem atendidas por transporte coletivo: Pompéia, Esplanada e, principalmente, o conjunto Granja de Freitas.

A região apresenta a maior área no município classificada como Zona de Adensamento Preferencial (ZAP), permitindo a verticalização. O adensamento inadequado tem acontecido em alguns bairros (Taquaril, Alto Vera Cruz, Castanheira, Vila Belém, Mariano de Abreu), causando impactos negativos no meio ambiente, ocupando áreas de risco. Algumas dessas áreas e mais outras, como o Alto Boa Vista e Rock in Rio, não possuem infra-estrutura, sequer têm condições mínimas para receber mais moradores. Invasões de áreas de preservação, beiras de córregos, áreas remanescentes de obras públicas vêm provocam poluição de mananciais e aumento de erosão.

Por outro lado, é positiva a elaboração de Plano Global Específico (PGE) para vilas e favelas (embora a região apresente carência de áreas para receber famílias que precisam ser retiradas das favelas). O conjunto Granja de Freitas é exemplo de empreendimento de interesse social implantado com planejamento e qualidade de vida. Outras iniciativas positivas são os serviços realizados em algumas áreas de risco e a implementação da urbanização de vias do Taquaril.

No nível metropolitano, há necessidade de uma discussão devido à expansão dos loteamentos em direção a outros municípios e à existência de problemas nas áreas limítrofes.

A região leste é rica em espaços e movimentos culturais. Além das espaços de referência municipal, encontram-se espaços culturais e de lazer regionais e locais: o Centro Cultural e o Centro de Apoio Comunitário do Alto Vera Cruz, o Campo do Pompéia, a escola de Circo (Circo de Todo Mundo). O movimento cultural é intenso: grupos de dança (Negros da Unidade Consciente – NUC), grupos de hip-hop, grupos de teatro, rádios comunitárias (Dinâmica do Casa Branca, Santa Luzia, do Paraíso/Santa Efigênia), eventos culturais organizados pelas igrejas católicas.

Outros espaços de uso público também são importantes na região: praças reformadas e revitalizadas (José de Magalhães, Duque de Caxias, São Geraldo); Praça de Esporte Saudade, praça do Alto Vera Cruz, campos de futebol e áreas de lazer ao longo da Av. dos Andradas, com pistas de Cooper; vias para ciclistas e parques de lazer em áreas remanescentes das canalizações; vias públicas utilizadas como área de lazer, a exemplo da Av. Belém.

No entanto, há falta de espaços dessa natureza em alguns bairros e aglomerados de vilas e favelas; os existentes necessitam de melhoria de acesso, infra-estrutura (equipamentos de diversão e esportes, sanitários, arborização), manutenção e segurança para melhor atender à demanda. Nota-se o abandono de espaços públicos bons para a realização de eventos, lazer e cultura (Galpão da Casa do Rádio, Mercado de Santa Tereza, área da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – FEBEM). Nos últimos anos, ocorreu uma redução de feiras nos bairros, como a da praça de Santa Tereza.

É deficiente a divulgação dos locais, atividades e eventos públicos (as oficinas do Horto Florestal, por exemplo). A manutenção de calçadas, áreas verdes e jardins é precária, o que vem se somar ao crescimento desordenado e sem critério do comércio, invadindo as calçadas e ruas.

A região Leste possui uma boa quantidade de áreas verdes, destacando-se o Instituto Agronômico e a mata da Baleia. Falta, porém, ação política para coibir a invasão de outras áreas. Para tanto, é necessário que o poder público estabeleça como prioridade a construção de moradias para pessoas de baixa renda.

A Prefeitura criou o programa de limpeza e desassoreamento de córregos e aprovou o projeto de recuperação ambiental do córrego Santa Terezinha; ainda assim, as nascentes da região encontram-se poluídas e degradadas, ocorrendo assoreamento de córregos (Baleia, Mem de Sá, Cardoso). A falta de rede de esgotamento sanitário (Vila São Vicente, Vila Dias, Mariano de Abreu, Alto Boa Vista, Castanheiras, Granja de Freitas, Vila Fazendinha, Vila Belém) contribui para agravar a degradação ambiental e a insalubridade. A carência de infra-estrutura torna-se mais grave nas áreas mais pobres e adensadas do Taquaril e do Alto Vera Cruz. Há também, graves problemas de drenagem na região, o que dificulta o acesso e o uso de equipamentos públicos.

O prolongamento da canalização do leito do ribeirão Arrudas e a construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) foram importantes; entretanto, essa estação, devido à proximidade de áreas residenciais, tem causado incômodos aos moradores dos bairros Casa Branca e Caetano Furquim

A implantação de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV) foi uma medida bem aceita, mas há carência de coleta de resíduos sólidos em algumas regiões (Taquaril, Mariano de Abreu, Casa Branca, São Geraldo); essa situação, somada ao desrespeito da população pelas áreas de "ponto limpo" (antigos bota-foras) e pelos horários e dias de coleta de lixo, resulta em outros bota-foras irregulares em lotes vagos, avenidas, leitos de córregos, causando incômodos à vizinhança. A descentralização da prestação dos serviços pela PBH dificultou a coleta de lixo na região.

Acrescentam-se a esses problemas ambientais, a poluição sonora e visual nas principais ruas e avenidas (Niquelina, Andradas, Gustavo da Silveira, Silviano Brandão), e a poluição sonora nas proximidades dos hospitais.

A construção de presídio prevista na área da Casa do Rádio (Av. Belém) pode provocar impacto negativo na

vizinhança, principalmente com relação à segurança; o grande número de presídios já existentes na região traz problemas quando acontecem rebeliões.

Quanto à legislação, é positiva a criação da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo que estabelece zoneamentos especiais e instrumentos que tornam possível a preservação das áreas de proteção ambiental (mata da Baleia), mas não garantem a preservação de todas as áreas de interesse ambiental (fazenda Carvalho de Brito, serra do Curral).

Foi importante a regulamentação da Área de Diretrizes Especiais (ADE) de Santa Tereza, mas existam outras que necessitam de regulamentação, como a ADE Vale do Arrudas. Além disso, torna-se necessária a revisão da legislação quanto às Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), Zonas de Adensamento Preferencial (ZAP) e Zonas de Proteção (ZP). Há necessidade também de uma regulamentação específica para as atividades informais e a coibição de ações predatórias do patrimônio público e privado.

O poder público tem estabelecido parcerias com a comunidade, organizações não governamentais (ONG) e iniciativa privada. Tem havido investimentos no ensino fundamental, embora ainda insuficientes pois há superlotação nas escolas. O Centro Cultural do Alto Vera Cruz (CCAVC) e o Centro de Ação Comunitária (CAC) oferecem cursos profissionalizantes. É necessário, entretanto, criar mais: cursos para encaminhamento direto ao emprego; cooperativas e conselhos comunitários nos bairros, vilas e favelas; feiras livres para divulgação dos trabalhos desenvolvidos por artistas da comunidade. É necessária também a educação para a conservação das praças públicas.

Com relação ao patrimônio histórico, existe boa conservação do patrimônio público na região, mas os proprietários de bens tombados não recebem auxílio para a preservação das edificações.

Quanto à gestão do trânsito e transporte, tem havido mais diálogo entre usuários e a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS) através da Comissão de Transportes. Diversas outras ações trouxeram bons resultados: implantação dos controladores de velocidade que reduziram o número de acidentes de trânsito; criação das linhas 9250 e 9550; capacitação dos motoristas de ônibus e de táxi; instalação de lixeiras nos coletivos; melhorias no sistema de transporte escolar; regulamentação do sistema de transporte por carroça. Por outro lado, é preciso divulgar melhor as mudanças dos trajetos dos ônibus, assim como aumentar a fiscalização do cumprimento dos horários dos ônibus. É necessário implantar mais abrigos em pontos de ônibus na região.

No sistema de saúde, houve uma melhora no atendimento médico nos bairros Esplanada, Pompéia e Baleia, especialmente para a população mais carente. O posto de saúde do Alto Vera Cruz é um modelo de espaço físico, atendimento e conforto para o usuário, que precisa ser expandido para outras áreas.

É positiva a iniciativa do poder público de construir novos conjuntos habitacionais voltados para a baixa renda, como o conjunto Granja de Freitas, por exemplo, onde foi também implantado o Centro de Vivência Agro-Ecológica (CEVAE). Outras ações positivas incluem as obras de contenção em áreas de risco e a urbanização de vias do bairro Taquaril; mas há necessidade de projetos de urbanização e de regularização de imóveis nas favelas.

Vários outros programas e projetos importantes vêm, também, sendo implementados: Projeto Curumim, Meninas de Sinhá, Projeto Páscoa.

A fiscalização é deficiente com relação à ocupação dos passeios públicos e às construções não aprovadas nos bairros, vilas e favelas.

A forte organização das comunidades tem possibilitado conquistas significativas: utilização do Orçamento Participativo (OP) como instrumento de melhoria das condições ambientais na região (Plano Diretor Taquaril e Mariano de Abreu, além de obras em vias em todas as áreas); construção do Granja de Freitas 2 e 3 através do Orçamento Participativo da Habitação (OPH); melhoria da consciência ambiental através de mobilização social, projetos culturais e movimentos populares, resultando na criação de comitês de bacias hidrográficas; apoio do movimento paroquial do Alto Vera Cruz, Pompéia, São Geraldo e Santa Efigênia à população de baixa renda.

Mapa 04 - Pré-conferência regional Leste – Percepção dos participantes
[entrar com o Mapa da Percepção aqui]

3.3.5 - Pré-Conferência Regional Nordeste

A - Texto de apoio à discussão da região

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A REGIÃO NORDESTE

Ocupação do Solo e Zoneamento

Tabela 22 - Área de lotes na região Nordeste – 2000

DISCIMINAÇÃO	ÁREA (m²)	%
Área total de lotes	18.736.197	100,0
Área total de lotes vagos	5.198.155	27,7

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 23 - Unidades residenciais e não residenciais na região Nordeste – 1996 e 2000

TIPO DE UNIDADE	N.º DE UNIDADES		CRESCIMENTO 1996/2000	
	1996	2000	N.º	%
Residencial	39.581	44.300	4.719	11,9
Não residencial	5.207	5.442	235	4,5

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 24 - População residente na região Nordeste, segundo UP – 1991 e 2000

UNIDADE DE PLANEJAMENTO (UP)	POPULAÇÃO (HABITANTES)			TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (% AO ANO)
	1991	2000	ACRÉSCIMO 1991/2000	
Belmonte	35.102	42.193	7.091	2,07
Cachoeirinha	33.591	33.482	-109	-0,04
Capitão Eduardo	2.266	2.891	625	2,75
Concórdia	20.388	17.652	-2.736	-1,59
Cristiano Machado	68.227	73.337	5.110	0,81
Gorduras	11.803	14.615	2.812	2,40
Ribeiro de Abreu	20.146	26.964	6.818	3,29
São Paulo Goiânia	58.171	61.011	2.840	0,53
Total Nordeste	249.693	272.145	22.452	0,96

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO NORDESTE

O quadro a seguir especifica o zoneamento da região Nordeste, apontando o zoneamento predominante nos bairros da região.

Quadro 12 - Zoneamento da região Nordeste

ZONA	BAIRROS / ÁREAS
ZAR-2	Lagoinha, São Cristóvão, Concórdia (parte), Renascença (parte), Cachoeirinha (parte), Nova Cachoeirinha, São João Batista (parte), Santa Cruz (parte), Maria Virgínia, Eymard (parte), Alvorada (parte), Vila Ipê, São Marcos, Pirajá, Maria Goretti, Vila Brasília, Pousada Santo Antônio, Jardim Vitória, Gorduras (parte), Providência, São Gabriel, Dom Silvério, Ribeiro de Abreu, Gorduras de Cima/ Capitão Eduardo (parte não ocupada), Paulo VI
ZAP	Colégio Batista, Concórdia (parte), Bairro da Graça, Renascença (parte), Cachoeirinha (parte), São João Batista (parte, Santa Cruz (parte), Palmares, União, Dom Joaquim, Fernão Dias, São Paulo, Eymard (parte), Alvorada (parte)
ZA	Cidade Nova
ZP-1	Diversas áreas, observando-se concentrações ao longo do ribeirão do Onça e, sobretudo, ao longo do rio das Velhas nas regiões do Gorduras e de Capitão Eduardo
ZPAM	Diversas áreas, correspondentes a parques urbanos, observando-se ainda concentrações de áreas de maior porte nas regiões do Gorduras e de Capitão Eduardo
ZE	Estação São Gabriel e áreas destinadas à implantação da ETE (estação de tratamento de esgotos) do Onça, aterro sanitário de Capitão Eduardo e terminal de cargas
ZEIS-1	Vilas Aarão Reis, Antonio Ribeiro de Abreu, Carioca, Coqueiro da Paz, Corococó, Dom Silvério, Esplanada A, Grotinha, Guanabara, Inestan, Nova Cachoeirinha III e IV, São Benedito, São Gabriel, São Paulo (Modelo), São Paulo (Praça da Associação), Tiradentes, Três Marias, Triba, Universitários, Vila da Paz, Vila de Sá, Vila do Pombal, Vila Ipiranga, Vila Maria
ZEIS-2	Área junto ao bairro Pousada Santo Antonio
ZEIS-3	Conjuntos Capitão Eduardo e Paulo IV

ADES NA REGIÃO NORDESTE

Além de diversas pequenas áreas definidas como ADEs de Interesse Ambiental, na região Nordeste situa-se um pequeno trecho da ADE da Lagoinha, destinada à proteção do patrimônio cultural e da paisagem urbana, à revitalização de áreas degradadas ou estagnadas e ao incremento do desenvolvimento econômico.

Mobilidade, Sistema Viário e Transporte

Duas vias deram suporte à ocupação inicial da região Nordeste: a Rua Jacuí, ligação do centro de Belo Horizonte com Santa Luzia, e a Rua Itapetinga, ligando a área central à Pampulha. Esses eixos viários, especialmente a Rua Jacuí, ao longo da qual formou-se um corredor de atividades diversificadas, estruturaram a ocupação ocorrida entre as avenidas Antonio Carlos e Cristiano Machado, onde se destacam os bairros Renascença, Cachoeirinha, Concórdia e Bairro da Graça. Ainda hoje essas vias têm grande importância na articulação interna e externa da região Nordeste.

Posteriormente, a Av. Antonio Carlos e, mais tarde, a Cristiano Machado, vieram substituir esses eixos como os grandes estruturantes dessa parte da região. Hoje estas duas avenidas estão interligadas pela Av. Bernardo de Vasconcelos, ao longo da qual vem se irradiando um processo de transformação do padrão de ocupação iniciado com a implantação do Minas Shopping e empreendimentos complementares (Minas Casa, conjunto residencial, Hotel Ouro Minas).

A linha do metrô constitui outro acesso importante, destacando-se a estação Minas Shopping, que dá suporte à moderna centralidade existente na região, e a estação São Gabriel, integrada ao BHBUS.

O Anel Rodoviário, implantado na década de 60, intercepta a região, seccionando-a.

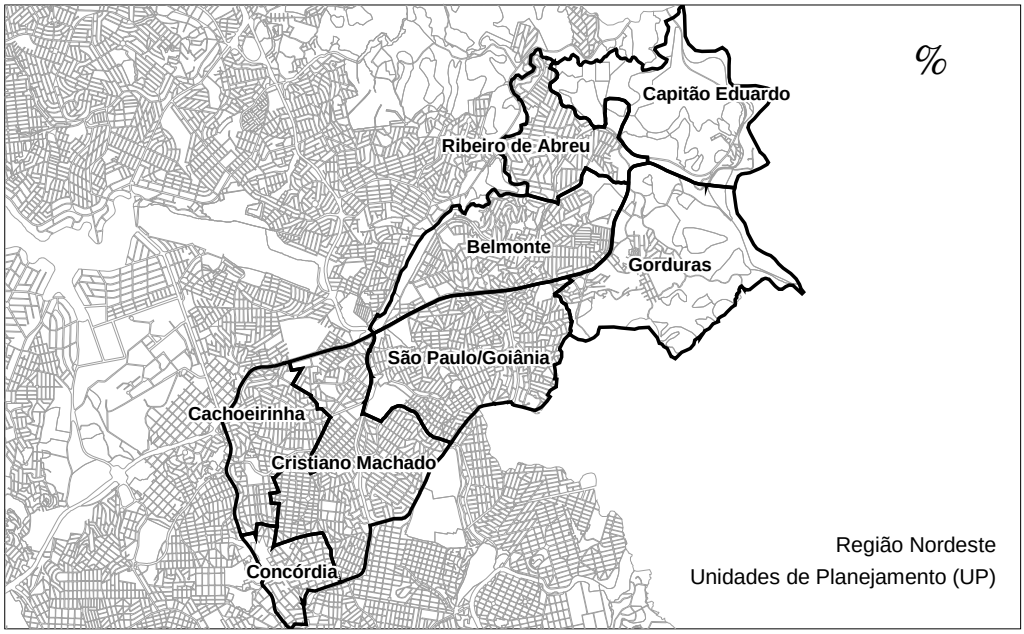
A porção extrema da região, situada ao norte do Anel Rodoviário, ainda se encontra bastante desarticulada.

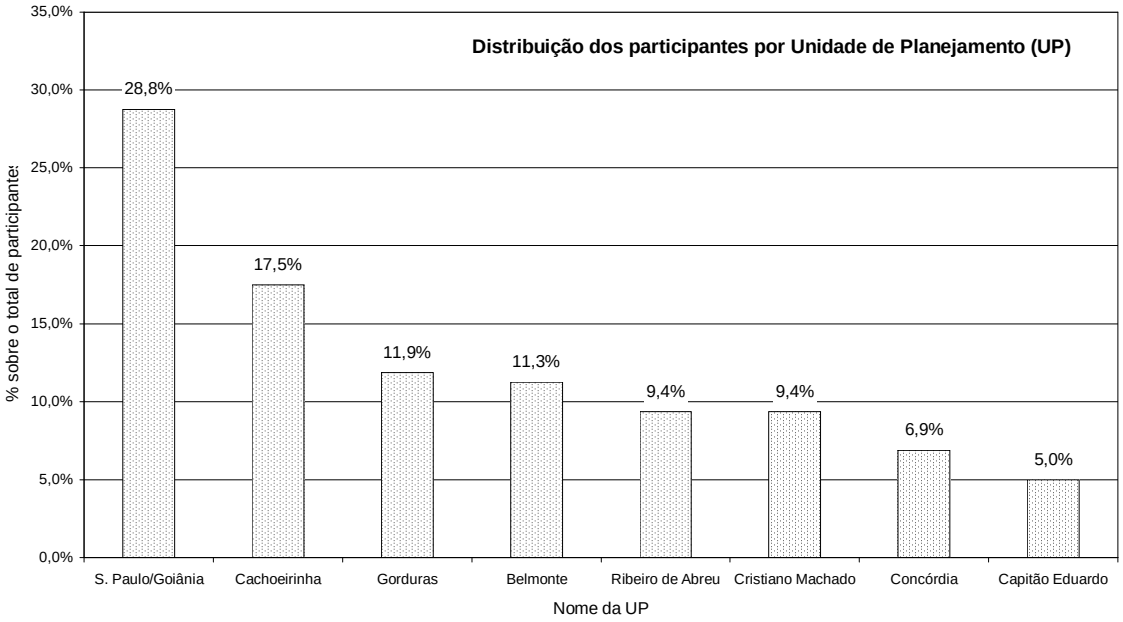
Condições Ambientais

Além de áreas de preservação e de proteção ambiental, existem na região Nordeste sete parques urbanos, a saber:

- Parque Ecológico e Cultural da Cidade Nova, com 20.000 m²;
- Parque Orlando de Carvalho Silveira, no bairro Silveira, com 25.650 m²;
- Parque da Matinha, no bairro Cidade Nova/ União, com 13.086 m²;
- Parque Ecológico Renato Azeredo, no Palmares, com 93.200 m²;
- Parque Prof, Guilherme Lage, no bairro São Paulo, com 150.000 m²;
- Parque Escola Jardim Belmonte, no bairro Belmonte, com 64.763 m²;
- Parque Ismael de Oliveira Fábregas, no bairro Nova Floresta, com 9.720 m²;
- Localiza-se na região o CEVAE Capitão Eduardo, implantado em 1996.
- Uma parte da região de Capitão Eduardo, nas proximidades do rio das Velhas, constitui uma Área de Proteção Ambiental, a APA Capitão Eduardo.

Figura 05 - Pré-Conferência Regional Nordeste – Distribuição dos participantes por UP





B- Síntese da percepção dos participantes

A região Nordeste tem como referências importantes a igreja São Judas Tadeu, o mercado do bairro São Paulo, a Av. Cristiano Machado, a Feira dos Produtores, o Minas Shopping. A região é marcada pelo contraste entre as partes norte e a sul, divididas pelo Anel Rodoviário e rodovia MG-050: ao norte, precariedade de acesso, ausência de centros urbanos significativos, ocupações irregulares; ao sul, acessibilidade, concentração de atividades e serviços.

Existe facilidade de articulação externa da região Nordeste com as demais; internamente, parte região é desarticulada. Duas barreiras dificultam os deslocamentos internos: o Anel Rodoviário e o metrô implantado na faixa central da Av. Cristiano Machado. A inexistência de passarelas sobre as vias principais agrava a situação.

Pequenos centros comerciais e prestadores de serviços estão espalhados por toda a região, mas é a parte sul que apresenta maior concentração e oferece mais empregos. Essa é também a parte mais bem servida de vias que facilitam o acesso interno, embora os corredores arteriais estejam comprometidos devido à alta concentração de atividades. A construção do Minas Shopping teve como conseqüências a expansão do comércio, a geração de empregos e a valorização imobiliária das imediações, ainda que tenha causado a evasão de antigos moradores. Posteriormente, a implantação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e do Hotel Ouro Minas também contribuíram para a geração de emprego. Há uma expectativa positiva com relação à criação de uma faculdade na antiga fábrica da Renascença.

Além do Minas Shopping e do Minas Casa, o comércio ocorre nos principais corredores viários, como a Av. Cristiano Machado e Rua Jacuí. A Igreja de São Judas Tadeu e outros templos religiosos, atraem pessoas de outras regiões da cidade.

A boa distribuição das atividades em parte da região gera empregos, incentiva a concorrência e facilita o acesso da população. Por outro lado, nem sempre os centros de comércio e serviços se localizam próximo dos moradores, exigindo grandes deslocamentos a pé. A má distribuição das atividades nas áreas acima do Anel rodoviário exclui a população e estimula as viagens ao centro da cidade Os moradores dos bairros Dom Silvério e Fernão Dias, por exemplo, são prejudicados pela falta de atividades e serviços. Além disso, não existem na região muitas das atividades disponíveis no centro, o que obriga os moradores a se deslocarem: bancos, fórum, cartórios, agências do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), correios, creches, Posto de Serviços Integrados Urbanos (PSIU).

O Plano Diretor busca incentivar a descentralização de atividades, mas a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo não permite o desenvolvimento de atividades como supermercados em áreas residenciais, o que prejudica os moradores. A Lei de “Fundo de Quintal”, por sua vez, possibilita à comunidade alguma geração de renda.

A parte norte carece também de estrutura para atividades esportivas; e o Minas Shopping, o Minas Casa e o Ouro Minas não oferecem contrapartidas de lazer para os moradores.

Outro problema constatado é a concentração de determinadas atividades – bares, por exemplo – que trazem transtornos para os moradores: poluição sonora, tumulto e violência. As feiras não licenciadas trazem discórdia entre moradores e feirantes, a exemplo da situada na Rua Macaé, no bairro da Graça.

A rede escolar, no entanto, é bem distribuída, especialmente a de primeiro grau, como também o são os Centros de Apoio Comunitário (CAC) dos bairros União, São Paulo e São Gabriel; esses, porém, são mal divulgados.

Quanto ao transporte coletivo, destaca-se a existência da estação de metrô do São Gabriel, com tarifa de integração mais barata e maior facilidade de acesso da população aos shopping Del Rey e Minas, à região hospitalar e, principalmente, ao hospital Sofia Feldman. Mas ainda há carência de linhas de ônibus de integração. Outras medidas foram importantes: a implantação do sistema bairro-a-bairro e do transporte suplementar, a introdução da faixa exclusiva para ônibus e da onda verde na Av. Cristiano Machado.

Alguns bairros ainda apresentam características de cidade do interior, com vias de acesso e proximidade dos centros locais de comércio e serviços. Mas a ocupação desordenada do solo, caracterizada por extensas áreas invadidas e ocupações irregulares – sobretudo nas margens do ribeirão da Onça, em áreas de preservação, ao longo das vias de ligação regional, em áreas próximas a viadutos, torres de energia elétrica – traz degradação ao meio ambiente.

A região conta com grande número de parques (Belmonte, Professor Guilherme Azeredo Lage, Matinha, Nova Floresta) e outros espaços públicos que podem ser utilizados para lazer (praças, campos de futebol, pistas de cooper etc.); ainda assim, são mal distribuídos, ficando a área ao norte totalmente desatendida também com relação a cultura e espaços de uso social. Alguns bairros nessa área não possuem espaços de lazer: Jardim Vitória, Capitão Eduardo, conjunto Paulo VI, Beija Flor, Nazaré, Belmonte, Ipê; quando existem, são mal divulgados, apresentam-se em precárias condições de conservação, sem sinalização,

infra-estrutura e segurança, o que dificulta sua utilização. Espaços com potencial de lazer, sobretudo ao norte do Anel Rodoviário, são subvalorizados, possibilitando invasões.

A despeito desses problemas, foram realizadas ações importantes: implantação de pistas para caminhada, arborização e sinalização na Av. José Cândido da Silveira, arborização da Cristiano Machado e iluminação desta e do Anel Rodoviário. A Av. José Cândido da Silveira, nesse aspecto, é um exemplo a ser seguido. A Av. Bernardo de Vasconcelos oferece infra-estrutura de lazer, mas apenas para os moradores nas suas proximidades.

A população congrega diferentes grupos culturais que precisam ser reconhecidos e valorizados. A quermesse da Igreja São Judas Tadeu e a da Feira dos Produtores são boas referências no nível municipal. Existem outras feiras e festas, mas faltam espaços públicos para atividades culturais e para comercialização de artesanato; os existentes estão mal localizados.

As diferenças de condições ambientais e de infra-estrutura também são marcantes entre bairros da região: Vista do Sol, Beija-Flor, Beira-Linha, ao norte, em situação bem mais precária que Cidade Nova, União e outros, ao sul. A carência de saneamento básico, com esgoto a céu aberto (Ribeiro de Abreu, Vista do Sol), coloca em risco a saúde da população. Esse problema é agravado pela falta de tratamento dos fundos de vale, com mau cheiro oriundo dos córregos, principalmente Onça e Gorduras, comprometendo as condições de vida da população ribeirinha. Acrescenta-se a isso o acúmulo de lixo em terrenos e imóveis não ocupados, causando doenças como a dengue. As nascentes encontram-se degradadas e precisam de monitoramento.

Contudo, a pouca presença de atividades poluidoras, em especial indústrias, é um fator positivo na região.

A criação do programa estrutural de áreas de risco é positiva, apesar de ainda existirem problemas como os do Alto Campo Pitangui e do Campo Galo de Ouro.

Outras ações de cunho ambiental merecem destaque: Projeto Manuelzão, projeto de tratamento de esgotos da bacia do ribeirão da Onça; implantação da coleta sistemática do lixo, da coleta seletiva, com a instalação dos Locais de Entrega Voluntária (LEV), e da Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV) no bairro São Gabriel; melhoria da drenagem na Av. Bernardo de Vasconcelos; a não implantação do aterro sanitário de Capitão Eduardo, com a conseqüente destinação da área para parque.

Mapa 05 - Pré-conferência regional Nordeste – Percepção dos participantes
[entrar com o Mapa da Percepção aqui]

3.3.6 - Pré-Conferência Regional Noroeste

A - Texto de apoio à discussão da região

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A REGIÃO NOROESTE

Ocupação do Solo Zoneamento

Tabela 25 - Área de lotes na região Noroeste – 2000

DISCIMINAÇÃO	ÁREA (m²)	%
Área total de lotes	24.406.091	100,0
Área total de lotes vagos	5.130.096	20,0

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 26 - Unidades residenciais e não residenciais na região Noroeste – 1996 e 2000

TIPO DE UNIDADE	N.º DE UNIDADES		CRESCIMENTO 1996/2000	
	1996	2000	N.º	%
Residencial	59.991	64.751	4.760	8,0
Não residencial	8.774	9.237	493	6,0

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 27 - População residente na região Noroeste, segundo U P – 1991 e 2000

UNIDADE DE PLANEJAMENTO (UP)	POPULAÇÃO (HABITANTES)			TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (% AO ANO)
	1991	2000	ACRÉSCIMO 1991/2000	
Glória	67.908	67.754	-154	-0,03
Abílio Machado	50.687	48.238	-2.449	-0,55
Jardim Montanhês	15.182	17.214	2.032	1,41
Caiçara	34.987	37.018	2.031	0,63
Antônio Carlos	62.875	58.251	-4.624	-0,85
Padre Eustáquio	52.105	47.630	-4.475	-0,99
Camargos	2.433	3.047	614	2,53
PUC	32.444	30.915	-1.529	-0,54
Santa Maria	11.724	15.170	3.446	2,90
Prado Lopes	10.185	9.186	-999	-1,14
Total região Noroeste	340.530	334.423	-6.107	-0,20

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO NOROESTE

O território da regional Noroeste se encontra predominantemente inserido em áreas zoneadas como de Adensamento Restrito 2 (ZAR-2) e de Adensamento Preferencial (ZAP). Ocorrem, ainda, Zonas Adensadas (ZA) , Zonas de Proteção 1 (ZP1), Zonas de Equipamentos (ZE), ZEIS e Zonas de Preservação Ambiental (ZPAM) – Ver mapa da LPOUS. O quadro a seguir especifica o zoneamento da região Noroeste, apontando o zoneamento predominante nos bairros da região.

Quadro 13 - Zoneamento da região Noroeste

ZONA	BAIRROS / ÁREAS
ZPAM	"Mata da PUC", entre o Dom Cabral e o Minas Brasil
	Trechos da área entre o Conj. Califórnia e o Água Branca
ZP-1	Aeroclube do Carlos Prates
	Áreas no Alto dos Pinheiros
ZAR-2	Lagoinha, Bonfim, Santo André, Bom Jesus, Aparecida, Nova Cachoeirinha, Ermelinda, Caiçaras, Alto dos Caiçaras, J. Montanhês, J. Alvorada, São José, Inconfidência, Ipanema, Frei Eustáquio, Primavera, Alípio de Melo, Conjunto Celso Machado, Pindorama, Filadélfia, Dom Cabral, Camargos
ZA	Coração Eucarístico
ZAP	Carlos Prates, Pedro II, Monsenhor Messias, Padre Eustáquio, Minas Brasil, Vila Oeste, João Pinheiro, Alto dos Pinheiros, Califórnia, Conjunto Califórnia, Dom Bosco, Álvaro Camargos, Glória, Coqueiros, São Salvador, Serrano
ZE	Cemitérios do Bonfim e da Paz
	Campus da PUC no Dom Cabral
	Aterro Sanitário
	área entre o Alto dos Pinheiros e o bairro Água Branca (Contagem)
ZEIS	ZEIS-1: Vilas e Favelas da região
	ZEIS-3: Conjunto Jardim Filadélfia

ADEs NA REGIÃO NOROESTE

Na região Noroeste existem 21 pequenas ADEs de Interesse Ambiental, abrangendo inclusive áreas situadas na bacia hidrográfica da lagoa da Pampulha, de expressiva importância ambiental para o município de Belo Horizonte.

Existe, ainda na região a ADE da Lagoinha, uma área de importância histórico cultural e também destinada ao incremento do desenvolvimento econômico, que envolve trechos dos bairros Lagoinha e Bonfim.

Mobilidade, Sistema Viário e Transporte

A região Noroeste é atravessada por importantes vias integrantes da estrutura radioconcêntrica de Belo Horizonte e Região Metropolitana:

- a Av. Antonio Carlos, que limita a região a leste;
- a Av. Carlos Luz, que interliga a Pampulha ao centro, passando pela Av. Pedro II;
- a Av. Dom Pedro II, que, quando interligada à Av. Tancredo Neves, ampliará as possibilidades de acesso da Pampulha ao centro;
- o eixo R. Padre Eustáquio / Av. Abílio Machado, importante ligação do centro com a região Noroeste do Aglomerado Metropolitano em Belo Horizonte e Contagem;
- a Via Urbana Leste Oeste (Via Expressa), que interliga o centro Metropolitano com Contagem e Betim.

Além destas, parte da região é atravessada pela BR-040.

Uma estação do BHBUS está prevista no interior da região: a estação Alípio de Melo.

As propostas e prioridades relativas a sistema viário e transporte estão representadas nos Mapas elaborados para subsidiar essa discussão[27].

Condições Ambientais

Com extensão de 37,28 km², a região Noroeste representa aproximadamente 10% da área total do município. A região encontra-se nas bacias da Pampulha/Onça e do Arrudas

Na região Noroeste, existem dois Parques: o Parque Ecológico do Caiçara, com área de 12.446m², e o

[27] Constam do Anexo II.

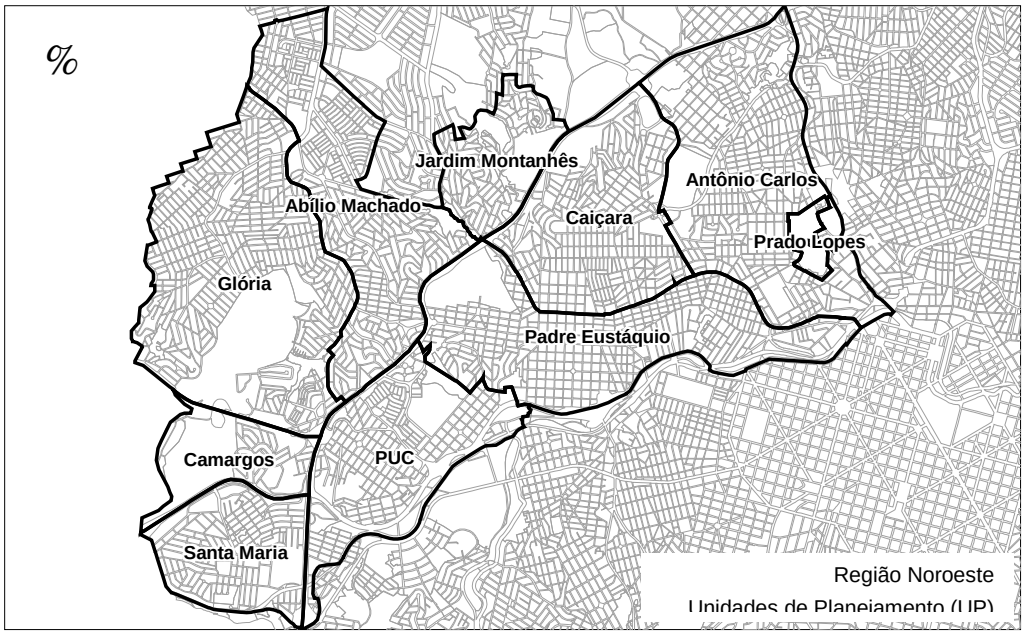
Parque de Lazer Maria do Socorro Moreira, com 100.000m², no bairro Carlos Prates. Há ainda, projeto para implantação do Parque Francesli Firmino, no bairro Alípio de Melo, que terá 21.300 m². Dentre as 96 praças da região Noroeste, 3 são adotadas informalmente, 5 formalmente e 7 estão em processo de adoção. Já os canteiros centrais, apenas 2 dos 18 existentes são adotados.

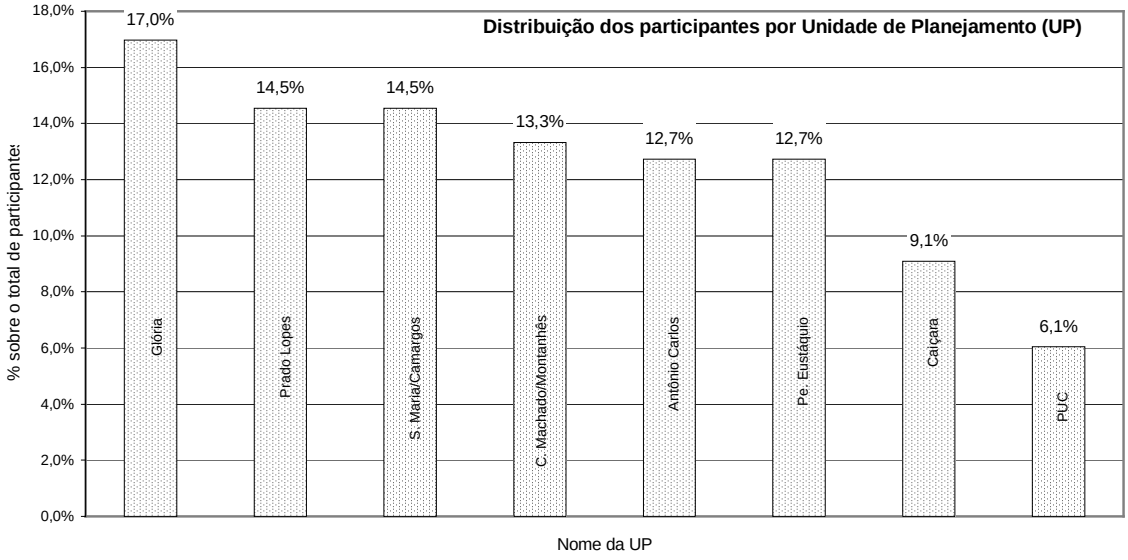
Assim como na cidade como um todo, observam-se na região Noroeste altos índices de atendimento pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Também aqui não se pode dizer que a situação seja satisfatória, já que uma parcela considerável da população (cerca de 30.000 pessoas) não tem seus esgotos coletados.

Na região Noroeste estão instalados 43 contêineres distribuídos em 12 Locais para Entrega Voluntária (LEVs) de materiais recicláveis (papel, metal, vidro e plástico) e 2 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPVs) para entrega de resíduos não abrangidos pela coleta convencional, como entulho, poda, pneus, móveis e carcaças de eletrodomésticos.

Na região Noroeste as áreas de risco mais críticas localizam-se nas vilas São José, Jardim Alvorada, Montanhês, Antena e Sumaré. Em algumas vilas, o processo de urbanização vem minimizando as situações de risco de deslizamentos de solo, solapamentos e inundações.

Figura 06 - Pré-Conferência Regional Noroeste – Distribuição dos participantes por UP





B - Síntese da percepção dos participantes

A região Noroeste caracteriza-se pela existência de vários corredores viários de interligação com as demais regiões do município, especialmente a Av. Dom Pedro II, a Rua Padre Eustáquio e o Anel Rodoviário; esse constitui uma barreira que divide a região. O comércio concentrado nesses grandes eixos viários torna a região relativamente autônoma em relação ao centro da cidade, contribuindo para a comodidade e a melhoria da qualidade de vida da população local à medida que evita grandes deslocamentos. Além disso, essas atividades constituem fontes geradoras de emprego para os moradores da região.

A área da Lagoinha, o aeroporto Carlos Prates, as vias Dom Pedro II e Padre Eustáquio e o Shopping Del Rey são importantes referências da região Noroeste.

Os centros urbanos não atendem à maioria da população, e as atividades de comércio e serviços não se distribuem de forma equilibrada; nas vilas e áreas periféricas faltam não só essas atividades como também equipamentos de lazer. Em algumas áreas ocorre concentração de atividades em ruas estreitas, onde o grande movimento de ônibus e os estacionamentos dificultam o trânsito de veículos e pedestres – a Rua Padre Eustáquio é um exemplo. Em outras, a falta de alternativa para estacionamento e a falta de segurança dos comerciantes são fatores inibidores de instalação de atividades. Não há interesse do governo nem vontade empresarial para investir no comércio da periferia. O projeto de prolongamento da Av. Dom Pedro II causa grande expectativa, e espera-se que irá interferir no crescimento de serviços e de centros urbanos da região lindeira.

A descentralização do setor bancário para os bairros e a localização de atividades econômicas de grande porte ao longo do Anel Rodoviário são fatores positivos na qualidade da região, ao contrário da instalação em áreas predominantemente residenciais de atividades industriais e comerciais incompatíveis com a habitação.

Quantos aos serviços de uso coletivo, a região Noroeste é bem servida de escolas públicas e privadas, igrejas etc.

Existe um número significativo de vias que facilitam o acesso a *shoppings*, cemitérios, faculdades, aeroportos, interna e externamente à região. A implantação da infra-estrutura das avenidas Avaí, Brigadeiro Eduardo Gomes e Pandiá Calógeras, juntamente com as obras executadas pelo Orçamento Participativo (OP), como a ponte de acesso ao conjunto Celso Machado, no Serrano, contribuem para o aumento dessa acessibilidade. Entretanto, existem barreiras físicas, além do Anel Rodoviário, entre alguns bairros da região (Santa Maria, Camargos, Vila Oeste) e entre a região e bairros da região Oeste (Calafate, Prado). São poucas as passarelas para pedestre; as que existem estão, às vezes, mal localizadas, tornando-se perigosas para a segurança das pessoas.

O trânsito de veículos sofre estrangulamento em diversos pontos das principais vias: avenidas Dom Pedro II, Antônio Carlos e Tereza Cristina, Rua Padre Eustáquio, Anel Rodoviário, complexo da Lagoinha, Praça São Vicente. Falta sinalização e sincronização de semáforos nos corredores e em alguns pontos críticos, como no cruzamento das ruas Brás Baltazar com Barão de Coromandel. Algumas ruas carecem de conservação, iluminação e infra-estrutura (Martins Alves, Itaguaí, Padre Eustáquio).

Quanto ao transporte coletivo, a região é bem atendida por ônibus, alguns de interligação entre bairros, outros suplementares; mas ainda é necessário implantar mais linhas de ônibus. A existência de quatro estações do metrô favorece a mobilidade da população, apesar da falta de integração ônibus–metrô. O número insuficiente de linhas e a má distribuição no quadro de horários acarretam superlotação dos ônibus; há também deficiência de atendimento no horário noturno e inadequação dos veículos para deficientes físicos. Alguns corredores, como a Rua Padre Eustáquio, estão sobrecarregados de linhas de ônibus.

O crescimento e o adensamento na região vêm acontecendo. Existem alguns bairros que apresentam nítido potencial; outros poderiam ser adensados, mas falta-lhes infra-estrutura. O crescimento é positivo à medida que atrai serviços e investimentos e cria novos centros urbanos. O Shopping Del Rey, por exemplo, contribuiu significativamente para a concentração residencial, o surgimento de novos serviços e valorização da área, como no caso do bairro Caiçara.

Por outro lado, o crescimento também aconteceu de forma desordenada, “desrespeitando as áreas verdes”, não considerando as condições ambientais. Áreas de risco foram ocupadas por vilas e favelas, com moradias improvisadas. Bairros como Caiçara e Coração Eucarístico já apresentam “alto índice de verticalização”. Por conseqüência, a ocupação desordenada e o adensamento sobrecarregaram a infra-estrutura e os sistemas de saneamento básico, reduziram áreas verdes, prejudicando a qualidade de vida.

A Noroeste é uma das regiões mais antigas de Belo Horizonte, apresenta grande potencial histórico, cultural e econômico e contém um valioso patrimônio histórico que contribui para a preservação da memória da cidade. São promovidos eventos populares importantes como carnaval, festa junina, feiras.

A revitalização da Lagoinha, especialmente a restauração do mercado como um equipamento de referência

desta área, significou importante iniciativa para a recuperação de um espaço de grande valor histórico, embora o mercado não tenha sido transformado em centro cultural.

A Prefeitura tem realizado parcerias com a iniciativa privada para a preservação do patrimônio; no entanto, a poluição visual, sonora e radioativa e a falta de fiscalização levam à sua descaracterização.

A existência de muitos espaços públicos é um traço marcante da região Noroeste e constituem pontos de referência para a população, ainda que não se tenham consolidado como áreas de lazer ou tenham, por vezes, utilização inadequada. A despeito da construção e restauração de parques, praças – como o parque ecológico do Aeroporto Carlos Prates e a pista de cooper da Av. Brigadeiro Eduardo Gomes – os espaços públicos ainda são insuficientes considerando-se a extensão da região e as poucas opções de lazer, cultura, convivência, esporte. Os já implantados apresentam-se subutilizados, com manutenção deficiente, descaracterizados, com dificuldade de acesso, sem segurança para os usuários, dificultando sua utilização – são exemplos as praças conquistadas através do Orçamento Participativo, Praça Uruguaiana, no bairro Bom Jesus, e as do bairro São José.

Problemas semelhantes ocorrem com os passeios das vias públicas, onde a ocupação inadequada, em muitos casos por atividades irregulares, e a má conservação refletem a não priorização do pedestre, dificultando o trânsito das pessoas e provocando acidentes. Alguns corredores não possuem sequer largura suficiente para comportar o tráfego, como a Av. Presidente Antônio Carlos e a Rua Padre Eustáquio.

A proporção entre áreas verdes e a população da região é baixa, não atingindo doze metros quadrados por habitante. Além disso, as áreas existentes estão sem condições de acesso e uso, insalubres e, em muitos casos, ociosas, agravando a segurança dos usuários.

No tocante ao saneamento, observa-se poluição dos córregos (Vila São José, Av. Avaí), esgotos correndo a céu aberto (vilas São José, Pindorama, Sumaré, Califórnia e Cachoeirinha).

Problemas de drenagem pluvial também estão presentes na região em razão de algumas ocupações terem ocorrido sem projeto de drenagem e infra-estrutura, como é o caso dos conjuntos habitacionais.

O aterro sanitário, além da insuficiência e inadequação do tratamento do lixo, está localizado em área residencial, o que prejudica a valorização dos imóveis e compromete as condições sanitárias, de higiene e saúde, ocasionando péssima qualidade de vida aos moradores do entorno. Esse aterro representa, por outro lado, um grande potencial de se tornar área verde, o mesmo acontecendo com o aeroporto de Carlos Prates.

Na limpeza urbana, destacam-se como pontos positivos a coleta sistemática do lixo e a regularização das atividades dos carroceiros com a inauguração da Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV) na Av. João XXIII; as obras de interceptação de esgotos da bacia do Onça, o tratamento de esgoto no Parque Caiçaras e a urbanização da Vila Senhor dos Passos.

As condições ambientais são comprometidas pela poluição visual e sonora provocada por fontes diversas: aterro sanitário, aeroporto, grande número de corredores e eixos de transporte, bares, shows.

Quanto à legislação, tanto o Plano Diretor quanto a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo são instrumentos positivos para o desenvolvimento urbano da região; a existência de Áreas de Diretrizes Especiais (ADE) ajuda a preservar a história de alguns bairros e de Belo Horizonte, como a ADE Lagoinha, voltada para a preservação do patrimônio histórico e cultural.

Observa-se que a verticalização das edificações vem comprometendo a visibilidade do patrimônio histórico, cultural e ambiental.

Falta aplicação da lei nas Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) – na região Noroeste encontram-se dezenove vilas e favelas.

Com relação à gestão metropolitana, é necessário definir uma política uniforme para o zoneamento e ocupação do solo.

No tocante à gestão municipal, a educação das lideranças comunitárias para preservação e manutenção do patrimônio histórico e as parcerias com a iniciativa privada são medidas importantes que vêm sendo tomadas pela administração.

Da mesma forma são consideradas a ação conjunta das secretarias de Coordenação da Gestão Regional Noroeste e Pampulha para a recuperação da bacia da Pampulha e a existência de programas e projetos voltados para a região, apesar da lentidão e das dificuldades na sua execução: DRENURBS, HABITAR BRASIL, PGE e OP; esse último apresenta dificuldades com relação à priorização e continuidade das conquistas alcançadas.

Outras ações estão voltadas para a regionalização das discussões sobre a cidade, incluindo-se aí a Conferência de Política Urbana, a regionalização da saúde e o desenvolvimento dos trabalhos dos agentes de saúde na comunidade.

É positiva também a realização de trabalhos da comunidade em prol da cultura e do lazer, como os Eventos

da Terceira Idade.

Por outro lado, verifica-se que alguns projetos, como o Arena Cultural, não são implementados de forma satisfatória, e que a comunidade não participa da definição das atividades a serem implantadas na região.

É necessário realizar o acompanhamento social das famílias reassentadas e um cadastro municipal que impeça o seu retorno para local de origem.

A fiscalização, de modo geral, é deficiente, abrangendo posturas municipais, construções, atividades irregulares, patrimônio, trânsito. Ademais, utilizam-se critérios diferenciados, na aprovação, licenciamento e fiscalização, para pequenos e grandes empreendimentos.

Mapa 06 - Pré-conferência regional Noroeste – Percepção dos participantes
[entrar com o Mapa da Percepção aqui]

3.3.7 - Pré-Conferência Regional Norte

A - Texto de apoio à discussão da região

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A REGIÃO NORTE

Ocupação do Solo e Zoneamento

A região Norte encontra-se inteiramente na bacia do ribeirão do Onça.

Tabela 28 - Área de lotes na região Norte – 2000

DISCIMINAÇÃO	ÁREA (m²)	%
Área total de lotes	14.539.064	100,0
Área total de lotes vagos	4.507.110	31,0

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 29 - Unidades residenciais e não residenciais na região Norte – 1996 e 2000

TIPO DE UNIDADE	N.º DE UNIDADES		CRESCIMENTO 1996/2000	
	1996	2000	N.º	%
Residencial	16.474	19.590	3.116	19,0
Não residencial	2.309	2.563	254	11,0

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 30 - População residente na região Norte, segundo U P – 1991 e 2000

UNIDADE DE PLANEJAMENTO (UP)	POPULAÇÃO (HABITANTES)			TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (% AO ANO)
	1991	2000	ACRÉSCIMO 1991/2000	
Furquim Werneck	409	4.706	4.297	31,20
Isidoro Norte	5.425	5.844	420	0,83
Jaqueline	17.381	29.811	12.431	6,18
Jardim Felicidade	13.035	17.624	4.589	3,41
Planalto	13.228	15.792	2.564	1,99
Primeiro de Maio	37.501	35.901	-1.600	-0,48
São Bernardo	26.345	30.063	3.718	1,48
Tupi/Floramar	40.675	53.849	13.174	3,17
Total Norte	154.028	193.590	39.562	2,57

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

Grande parte da região Norte, particularmente em seus limites leste (áreas junto ao ribeirão do Onça) e na divisa com o grande vazio na bacia do ribeirão do Isidoro, (Ribeiro de Abreu, Jardim Felicidade e Tupi) é constituída por assentamentos habitacionais irregulares.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO NORTE

O território da regional Norte tem um zoneamento onde predomina a ZP-1, categoria atribuída à grande área ainda desocupada situada na bacia do ribeirão do Isidoro (área denominada região do Isidoro).

Entre as áreas ocupadas, predomina o zoneamento ZAR-2.

O quadro a seguir especifica o zoneamento da região Norte, apontando o zoneamento predominante nos bairros da região.

Quadro 14 - Zoneamento da região Norte

ZONA	BAIRROS / ÁREAS
ZAP	São Bernardo, Heliópolis, Floramar, Guarani, Planalto, Via Clóris, Laranjeiras
ZAR-2	Canaã, Jacqueline, Juliana, Frei Leopoldo, Etelvina Carneiro, Marize, Jardim Guanabara, Tupi, Solimões, Ribeiro de Abreu, Monte Azul / Industrial Rodrigues da Cunha, Minaslândia, Providência, 1.º de Maio, Aarão Reis, Campo Alegre
ZEIS-1	Aglomerado São Tomaz e demais favelas da região
ZEIS-3	Conjuntos Jardim Felicidade, Novo Aarão Reis, Mariquinhas e Zilah Sposito
ZP-1	Áreas ao longo do ribeirão do Onça
ZP-2	Maior parte da região do Isidoro
ZPAM	Diversas áreas na região do Isidoro
ZE	Cemitério Bosque da Esperança

Mobilidade, Sistema Viário e Transporte

O Anel Rodoviário e o eixo viário formado pela Av. Antonio Carlos / Av. Dom Pedro I / MG-10 constituem importantes vias de acesso para a região, interligando-a a outras regiões de Belo Horizonte bem como a outros municípios da Região Metropolitana. A região é atravessada pela Av. Cristiano Machado, em cujo eixo corre a linha do metrô.

Nesta região estão implantadas ou em fase final de implantação 5 estações do metrô: Estação São Gabriel, que já se encontra em operação, Estação 1.º de Maio, Estação Valdomiro Lobo, Estação Floramar e Estação Vilarinho, de integração com o BHBUS.

As propostas e prioridades relativas a sistema viário e transporte estão representadas nos Mapas elaborados para subsidiar a discussão sobre a região.[28]

Condições Ambientais

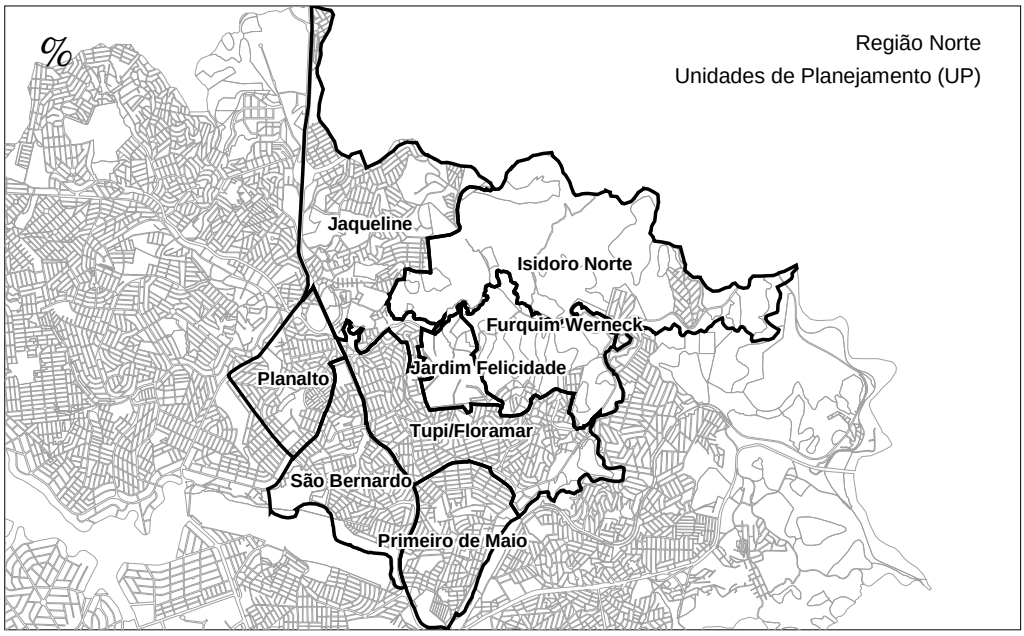
Considerando as características da ocupação da região Norte, as informações sobre as condições ambientais referem-se, fundamentalmente, aos assentamentos residenciais existentes na região:

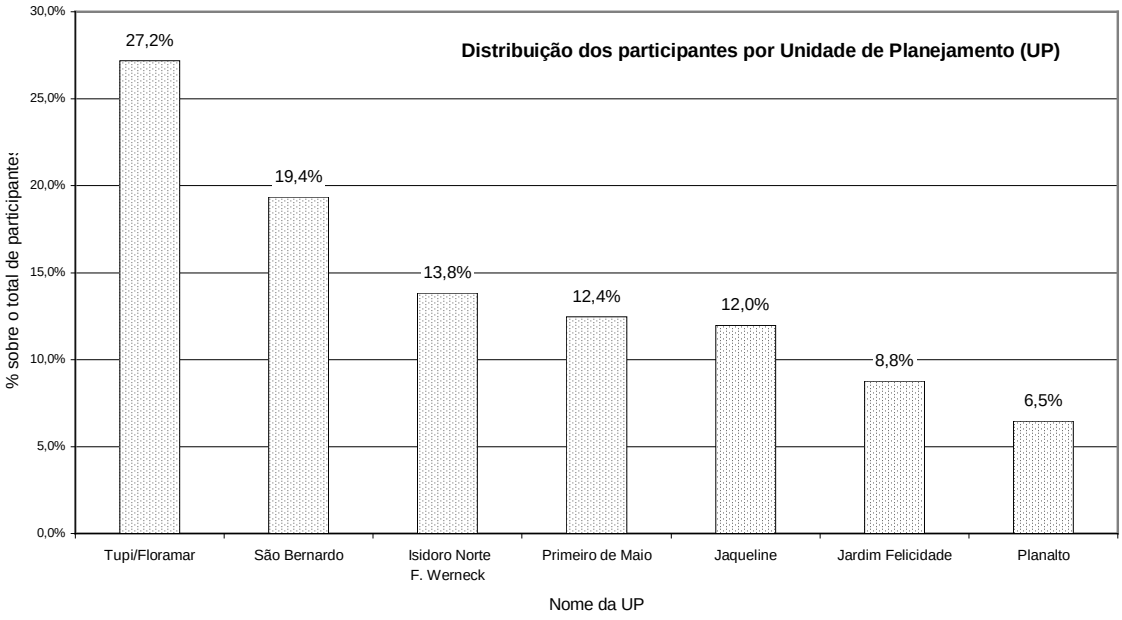
– de acordo com os indicadores do IQVU publicados em 1996, as condições de habitação (disponibilidade de habitação e conforto habitacional) das áreas da região Norte situam-se nos mais baixos índices, destacando-se o Jardim Felicidade, cujo índice situa-se no mesmo nível de alguns aglomerados de favelas.
– quanto à infra-estrutura urbana (limpeza urbana, saneamento, energia elétrica, telefonia, transporte coletivo) também são baixos os índices da região, com exceção de sua parte mais consolidada (conjunto de bairros ao sul da região do Isidoro), que apresenta índices satisfatórios.
– no que diz respeito à variável Meio Ambiente considerada pelo IQVU (conforto acústico, qualidade do ar e área verde), também são baixos os índices apresentados pela região Norte, especialmente no Jardim Felicidade.
– de acordo com a Carta Geotécnica do Município, as áreas de risco de erosão mais críticas na região Norte localizam-se nos bairros Tupi, Heliópolis e Ribeiro de Abreu, verificando-se ainda diversas áreas com risco iminente de erosão na região do Isidoro.

Embora a região não disponha de áreas significativas formalmente destinadas a parques, ela constitui uma das poucas áreas de Belo Horizonte que apresentam grandes áreas com cobertura vegetal de interesse de preservação, com potencial de se tornarem parques urbanos relevantes para o município como um todo

[28] Constam do Anexo II.

Figura 07 - Pré-Conferência Regional Norte – Distribuição dos participantes por UP





B - Síntese da percepção dos participantes

As características da região Norte são a fragmentação da área, com a presença de bolsões de ocupação sem articulação entre os bairros, o crescimento e ocupação desordenados, principalmente em áreas de risco, e a multiplicação acelerada dos assentamentos clandestinos.

As atividades econômicas estão distribuídas de forma pulverizada, não se consolidando centros que estruturem a região, limitando, conseqüentemente a possibilidade de geração de emprego e renda. Serviços bancários, por exemplo, são encontrados apenas no bairro Planalto, uma área muito periférica da região e de acesso difícil para outros bairros. Para as atividades de atendimento regional, a oferta é satisfatória. A Av. Cristiano Machado apresenta, atualmente, potencial para se configurar um lugar de concentração de atividades.

Essa avenida é o principal acesso da região Norte ao centro da cidade, compondo com o Anel Rodoviário, a rede viária que articula a região com o restante do município. Parte dessas vias faz a ligação com outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e com as rodovias estaduais MG 20 e MG 10, que representam, também, uma fonte de problemas, devido ao risco de acidentes. Se a articulação externa da região é satisfatória para os moradores, a interna é deficiente. A falta de vias de ligação e as condições precárias de algumas delas, como falta de pavimentação e descontinuidades, dificultam a integração entre os bairros.

A implantação do metrô e as estações do BHBUS, sobretudo a estação de integração de São Gabriel, melhoram a acessibilidade da região. Mas a implantação do metrô na faixa central da Av. Cristiano Machado criou obstáculo de difícil transposição, mesmo com as obras realizadas nessa via – passarela e alargamento da pista.

O serviço de transporte coletivo por ônibus apresenta falhas, principalmente considerando a integração entre os bairros e o atendimento a pontos importantes como estações do metrô e alguns equipamentos.

Entre os equipamentos encontrados na região, que servem a todo o município, destacam-se a Maternidade Sofia Fieldman, a entidade Caminhos para Jesus e o Centro de Ação Comunitária Providência (CAC), sem desconsiderar outros estabelecimentos de saúde, como a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no 1º de Maio, de educação (escolas públicas), de assistência (creches públicas, Núcleo de Assistência Familiar) e de abastecimento, de abrangência mais restrita. Os bairros localizados nas bordas da malha urbana, como o Jardim Felicidade, apresentam carência de equipamentos sociais, mesmo com projetos sociais como o Fundo Cristão, projeto Curumim e projeto Recriar.

O crescimento urbano é caracterizado por uma ocupação descontrolada e em terrenos inadequados ao assentamento humano. Loteamentos clandestinos têm se tornado freqüentes nas áreas ainda vazias da região Norte, sobretudo na área da antiga fazenda da família Souza Lima, implantando-se ruas e edificações em terrenos de preservação ambiental que têm alta declividade, proximidade de nascentes e cursos d'água e/ou presença de vegetação significativa. O risco está presente, também, nas ocupações da faixa de domínio da rodovia MG 20.

Na região do córrego Isidoro está o Recanto Nossa Senhora da Boa Viagem (antigo sanatório) que, além de se constituir num local histórico-cultural, é uma referência à memória do lugar e de Belo Horizonte. Há uma grande carência de espaços para atender às manifestações e atividades culturais que se desenvolvem intensamente na região.

Não obstante a presença de grandes áreas não ocupadas, identificadas principalmente como uma grande área verde, a escassez de áreas de lazer é um problema constatado em toda a região. Este fato aumenta o potencial das terras denominadas Isidoro ou Fazenda dos Werneck como área de lazer, além de reforçar com seus atributos naturais sua importância para a preservação ambiental. Esta área merece destaque especial, considerando que é uma das maiores áreas contínuas sem ocupação e com alto grau de preservação, apesar da poluição das águas do córrego do Isidoro. Por tudo isto, o cuidado com o lugar deve ser grande e justifica a preocupação com a implantação da via 540, com trajeto ao longo do curso d'água e atravessando a área, apesar da existência de legislação específica para a região (Lei da Operação Urbana do Isidoro). Mesmo com todos esses problemas, a região Norte, devido à existência de grandes áreas vazias, apresenta grande potencial para a implantação de parques, áreas de lazer e indústrias.

Vale ainda destacar as questões relativas ao esgotamento sanitário, pois a região apresenta muitas ruas sem rede coletora, e é marcada pela presença de cursos d'água poluídos, como os ribeirões do Isidoro e da Onça.

Nesse contexto, os programas referentes aos cursos d'água, como o DRENURBS, o Projeto Manuelzão, o projeto de implantação de Estação Tratamento de Esgotos (ETE) da bacia do Onça são bem acolhidos e representam a valorização dos atributos naturais da região.

A falta dos Planos Globais Específicos (PGE) para as vilas e favelas da região é, porém, um ponto negativo.

Os serviços relacionados à limpeza urbana são satisfatórios, seja a varrição e a coleta domiciliar, seja pela Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV).

A população reconhece que a participação popular está se ampliando, facilitada pela administração municipal que estabelece espaços para discussão com representantes comunitários. A administração regional e a do Parque do Nado são consideradas eficientes.

Um grande problema é a carência de atividades econômicas que possam desenvolver a região e criar possibilidades de geração de renda para a população local. Esse fato é agravado pelo baixo nível de renda das famílias que habitam as áreas mais pobres da região e que necessitam de um apoio mais efetivo do Estado. Nesse sentido, a ausência de cursos profissionalizantes na região é fator agravante do quadro.

O poder público falha, ainda, na oferta e qualidade de serviços públicos, sobretudo de saúde, educação e segurança. São também deficientes os programas de assistência social, mesmo com algumas iniciativas como o Programa de Saúde da Família e do BH Cidadania cuja falta de divulgação, no entanto, compromete a eficácia do atendimento. Além disso, os jovens e os deficientes físicos são grupos considerados excluídos desses investimentos. Embora o elenco de problemas seja grande, a segurança pública merece destaque, sendo que a falta de policiamento é apontada como o fator principal.

Mapa 07 - Pré-conferência regional Norte – Percepção dos participantes
[entrar com o Mapa da Percepção aqui]

3.3.8 - Pré-Conferência Regional Oeste

A - Texto de apoio à discussão da região

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A REGIÃO OESTE

Ocupação do Solo e Zoneamento

Tabela 31 - Área de lotes na região Oeste – 2000

DISCIMINAÇÃO	ÁREA (m²)	%
Área total de lotes	19.632.715	100,0
Área total de lotes vagos	7.576.136	38,6

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 32 - Unidades residenciais e não residenciais na região Oeste – 1996 e 2000

TIPO DE UNIDADE	N.º DE UNIDADES		CRESCIMENTO 1996/2000	
	1996	2000	N.º	%
Residencial	43.612	51.243	7.631	17,6
Não residencial	5.519	7.096	1.577	28,6

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 33 - População residente na região Oeste, segundo UP – 1991 e 2000

UNIDADE DE PLANEJAMENTO (UP)	POPULAÇÃO (HABITANTES)			TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (% AO ANO)
	1991	2000	ACRÉSCIMO 1991/2000	
Barroca	50.908	46.757	-4.151	-0,94
Betânia	35.942	40.292	4.350	1,28
Cabana	67.599	69.516	1.917	0,31
Estoril/Buritis - Pilar Oeste	4.286	18.799	14.513	17,85
Jardim América	69.676	70.142	466	0,07
Morro da Pedras	20.938	21.295	357	0,19
Total Oeste	249.350	266.801	17.451	0,75

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO OESTE

O território da regional Oeste apresenta um zoneamento em que predominam as zonas Adensamento Restrito 2 (ZAR-2) e de Adensamento Preferencial (ZAP).

Uma parte significativa do território da região é ocupada ZEIS-1, destacando-se, por sua extensão, o Aglomerado Morro das Pedras e as vilas Cabana Pai Tomás, Vista Alegre e Ventosa.

O quadro a seguir especifica o zoneamento da região Oeste, apontando o zoneamento predominante nos bairros da região.

Quadro 15 - Zoneamento da região Oeste

ZONA	BAIRROS / ÁREAS
ZAP	Barroca, Prado, Calafate, Glalijá, Jardinópolis, Nova Gameleira (parte), Nova Suíça, Salgado Filho, Jardim América, Nova Granada, Havaí, Betânia (parte), Cinqüentenário, Estrela D'Alva (parte), Buritis
ZA	Alto Barroca, Gutierrez, Grajaú
ZAR-2	Nova Gameleira (parte), Patrocínio, Nova Cintra, Vista Alegre, Magnesita, Marajó, Nova Barroca, Betânia (parte), Palmeiras, Estrela D'Alva (parte), Parque São João, áreas ao sul e leste do Buritis
ZAR-1	Estoril, Bairro das Mansões
ZE	Gameleira, Cemitério Parque da Colina, Olhos D'Água, Estação Gameleira do metrô
ZPAM	Parque da Betânia, Parque Aggeo Pio Sobrinho e mata do Cercadinho
ZEIS-1	Aglomerado Morro das Pedras (vilas Antena, Cascalho, Leonina , Chácara Leonina, Santa Sofia, São Jorge I, II e III), vilas Barão Homem de Melo I, II, IV, V e VI, Betânia, Cabana Pai Tomás, Guaratã, Imbaúbas, Imperial, , Madre Gertrudes I, II, III, IV, V e VI, Nova Gameleira I e II, Nova Paraíso, Pantanal, Spart Club, Ventosa, Vila Oeste/ Nova Gameleira, Virgínia, Vista Alegre,
ZE	Cemitério Bosque da Esperança

ADEs NA REGIÃO OESTE

Existem na região Oeste diversas Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs), a saber:

– a ADE do Estoril, destinada ao uso residencial unifamiliar e a atividades conviventes com o uso residencial (atividades do Grupo I);
– a ADE do Buritis, instituída pela Lei 8137/00, com o objetivo de adoção de medidas de inibição do adensamento crescente, devido à precariedade da articulação viária;
– diversas ADEs de Interesse Ambiental, concentradas na região do bairro Palmeiras
– a ADE Vale do Arrudas, destinada a projetos de reurbanização, em virtude de sua localização estratégica e das condições de degradação e sub utilização. Essa ADE, que se estende ao longo do ribeirão, ocupando, na região Oeste, áreas dos bairros Betânia, Salgado Filho, Nova Suíça, Calafate e Prado, ainda precisa ser regulamentada.

Mobilidade, Sistema Viário e Transporte

A região Oeste é delimitada por importantes vias de ligação intermunicipal (Av. do Contorno e Av. Raja Gabaglia) e de ligação regional (Anel Rodoviário, BR-040 e Av. Tereza Cristina/Via Expressa Leste Oeste.

No sistema viário da região destacam-se, pela sua importância no processo de ocupação, dois eixos integrantes da estrutura radioconcêntrica da Belo Horizonte: a Rua Platina (eixo de acesso da área de ocupação mais antiga da região, o bairro Calafate) e, posteriormente, a Av. Amazonas.

As vias de penetração mais recentes cortam a região no sentido norte/sul, a partir da Av. amazonas, contrariando a estrutura radioconcêntrica, uma vez que interligam regiões da cidade sem passar pelo centro. Trata-se das avenidas de fundo de vale Francisco Sá, Silva Lobo/Barão Homem de Melo e o trecho da Av Tereza Cristina entre a Gameleira e o Anel Rodoviário.

No interior da região é proposta a Via 681, em fundo de vale, interligando as avenidas Barão Homem de Melo e Tereza Cristina.

Uma estação do BHBUS é prevista no interior da região Oeste, a estação Salgado Filho.

A linha do metrô atravessa a região em seu limite norte, onde estão implantadas as estações Calafate e Gameleira.

A proposta de implantação da nova rodoviária na Gameleira e do ramal do metrô entre a Gameleira e o Barreiro, seguindo a Av. Teresa Cristina, implicará na implantação de uma estação de integração junto à

referida rodoviária.

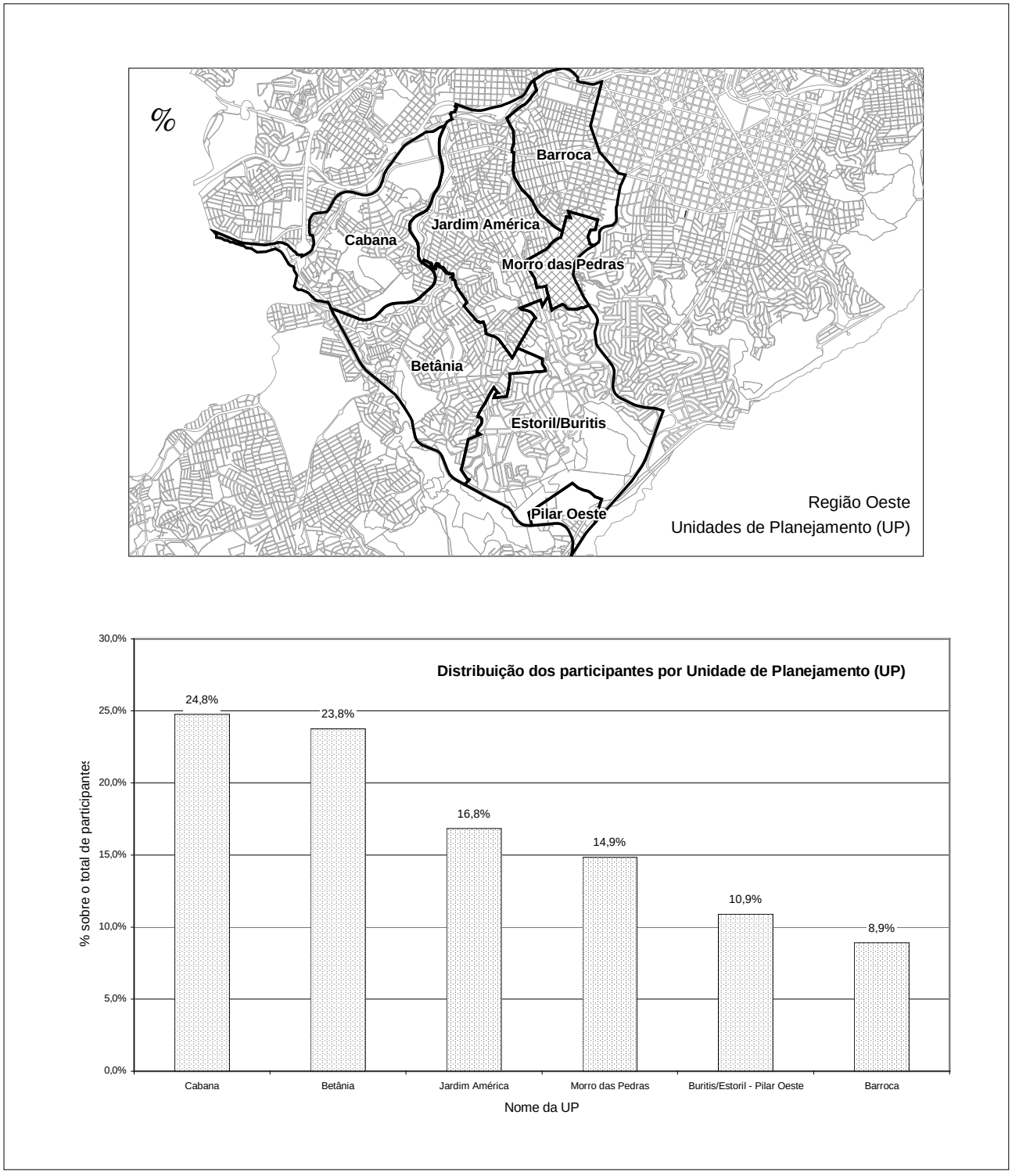
Condições Ambientais

Toda a região Oeste situa-se na bacia do ribeirão Arrudas, sendo a maior parte do território regional interceptada por afluentes da margem direita, entre os quais se destacam os córregos Piteiras e Marinho, que foram canalizados e capeados, constituindo as avenidas Barão Homem de Melo e Silva Lobo, e o córrego do Cercadinho, que corre a céu aberto, separando os bairros Havaí e São José, Estoril e Buritis.

Considerando as características da ocupação da região Oeste, as informações sobre condições ambientais referem-se, fundamentalmente, aos assentamentos residenciais existentes:

– de acordo com os indicadores do IQVU publicados em 1996, as condições da região Oeste são bem diferenciadas, ocorrendo desde áreas com altos índices, semelhantes aos da região Centro-Sul, correspondentes aos bairros Gutierrez, Grajaú, Prado e Barroca, até áreas com os mais baixos índices verificados no Município, como o Aglomerado Morro das Pedras;
– quanto à infra-estrutura urbana (limpeza urbana, saneamento, energia elétrica, telefonia, transporte coletivo), os índices também são variados, com predominância dos níveis médios e destacando-se o Aglomerado Morro das Pedras com o mais baixo índice;
– com relação à dimensão Meio Ambiente considerada pelo IQVU (conforto acústico, qualidade do ar e área verde), as áreas dos bairros Estoril/Buritis apresentam o mais alto índice da região;
– de acordo com a Carta Geotécnica do Município, as áreas de risco de erosão localizam-se junto às nascentes dos córregos da sub-bacia do córrego do Cercadinho e nas encostas que têm como linha de cumeada a Av. Raja Gabaglia.
– A região Oeste dispõe de dois parques urbanos: Aggeo Pio Sobrinho, localizado no Buritis, e o Parque da Betânia. Também se destaca na região uma grande área verde, a mata do Cercadinho.

Figura 08 - Pré-Conferência Regional Oeste – Distribuição dos participantes por UP



B - Síntese da percepção dos participantes

A região Oeste apresenta centros de comércio e serviços consolidados, em constante crescimento, com uma diversidade que proporciona atendimento satisfatório aos moradores e, em algumas áreas, uma certa independência em relação ao centro de Belo Horizonte. Contudo, a distribuição destas atividades não está muito equilibrada no território, identificando-se alguns bairros sem um centro expressivo. Verifica-se, ainda, que os centros existentes estão localizados em vias importantes da região e, com isso, sofrem sobrecarga no trânsito (Av. Barão Homem de Melo, Silva Lobo, Úrsula Paulino). O espaço público dos centros é marcado pelo uso inadequado dos passeios, dificultando o trânsito dos pedestres, e os problemas de poluição visual e sonora, associados a uma fiscalização ineficiente, comprometem, também, a qualidade desses locais.

A articulação entre a região Oeste e o restante da cidade pode ser considerada eficiente, principalmente após a implantação da Av. Tereza Cristina. Internamente, a situação é diferente, e a região mostra-se fragmentada devido à falta de vias de ligação entre os bairros e à presença de barreiras de difícil transposição, como a linha ferroviária e alguns cursos d'água.

O transporte coletivo, inclusive o suplementar, embora reconhecido como um bom serviço na região, apresenta falhas no atendimento – devido à falta de linhas de ligação entre centros regionais – e concentra o trajeto em vias principais, sem circular no interior dos bairros. Constata-se, ainda, que a implantação da Estação Salgado Filho do BHBUS está muito lenta.

A região é caracterizada por bairros onde predominam residências unifamiliares, o que concentra nesse aspecto os conflitos relacionados tanto ao uso como à ocupação do solo. A instalação do Centro de Recuperação da Secretaria de Segurança Pública (CERESP) foi um fator de incômodo para a vizinhança residencial, causando, inclusive, depreciação dos imóveis na área do entorno. Da mesma forma, a verticalização excessiva de alguns bairros, como o Buritis, por exemplo, provoca impactos negativos na infra-estrutura e na paisagem geral da região.

O processo de adensamento populacional se consolidou não apenas na cidade formal, mas também nas áreas das vilas e favelas, onde falta infra-estrutura e o crescimento atinge áreas de risco, como as margens do córrego Cercadinho.

As áreas e os equipamentos de lazer, principalmente os parques (Betânia, Cercadinho), são valorizados pela população, embora o número, a manutenção e o acesso sejam insatisfatórios. Apesar de implantação recente do parque ecológico do Havaí, no conjunto Estrela Dalva, nem toda a população da região está sendo beneficiada. Essa deficiência se deve, algumas vezes, ao funcionamento pouco adequado às necessidades da população, às questões relativas ao horário e à falta de infra-estrutura implantada, além da falta de divulgação desses equipamentos. No aglomerado do Morro das Pedras, por exemplo, faltam espaços de lazer e desenvolvimento de atividades culturais.

A região ainda apresenta exemplares de áreas preservadas, como a serra do Curral e, dentro de seus limites, a mata do Cercadinho; no entanto, apesar de registadas algumas iniciativas de preservação, são visíveis os conflitos na utilização do espaço urbano, com nascentes e áreas verdes sendo ocupadas inadequadamente.

O impacto do DRENURBS é muito positivo e tem trazido uma maior identificação dos moradores com a preservação dos recursos hídricos. Esse fato é reforçado pela presença, na região, de cursos d'água em leito natural, ficando, assim, visível a depredação desses e de suas nascentes, com o lançamento de esgotos, lixo e entulho, além da ocupação legal ou ilegal do solo. Esses problemas são causados pelo setor imobiliário, pelo poder público, pela população e por falhas na legislação. A falta de obras nos córregos (Cercadinho, Ponte Queimada etc.) e de saneamento básico na região contribuem para agravar a situação.

A relação da administração regional com as associações, conselhos e comunidades tem se mostrado produtiva, sendo que, no caso das vilas e favelas, o resultado dessa boa interlocução foi a melhoria da infra-estrutura geral desses locais, com a implantação de pavimentação nas ruas, coleta de esgoto, transporte coletivo etc. O Orçamento Participativo e a descentralização da estrutura administrativa municipal são dois fatores que favoreceram este processo, mas a legislação e a fiscalização, assim como a educação ambiental, ainda são muito deficientes.

Mapa 08 - Pré-conferência regional Oeste – Percepção dos participantes
[entrar com o Mapa da Percepção aqui]

3.3.9 - Pré-Conferência Regional da Pampulha

A - Texto de apoio à discussão da região

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A REGIÃO DA PAMPULHA

Ocupação do Solo e Zoneamento

A região da Pampulha encontra-se inteiramente na bacia do ribeirão do Onça.

Tabela 34 - Área de lotes na região da Pampulha – 2000

DISCIMINAÇÃO	ÁREA (m²)	%
Área total de lotes	24.896.783	100,0
Área total de lotes vagos	11.452.520	46,0

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 35 - Unidades residenciais e não residenciais na região da Pampulha – 1996 e 2000

TIPO DE UNIDADE	N.º DE UNIDADES		CRESCIMENTO 1996/2000	
	1996	2000	N.º	%
Residencial	25.369	34.310	8.941	35,0
Não residencial	3.848	4.480	632	16,0

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 36 - População residente na região da Pampulha, segundo UP – 1991 e 2000

UNIDADE DE PLANEJAMENTO (UP)	POPULAÇÃO (HABITANTES)			TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (% AO ANO)
	1991	2000	ACRÉSCIMO 1991/2000	
Castelo	1.098	9.210	8.112	26,66
Confisco	2.102	3.949	1.847	7,26
Garças/Braúnas	2.423	5.005	2.582	8,40
Jaraguá	25.065	30.525	5.460	2,21
Ouro Preto	11.568	15.976	4.408	3,65
Pampulha	12.060	11.647	-413	-0,39
Santa Amélia	24.051	31.488	7.437	3,04
São Francisco	6.430	7.738	1.308	2,08
Sarandi	20.355	26.183	5.828	2,84
UFMG	30	42	12	3,79
Total Pampulha	105.181	141.763	36.582	3,37

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO PAMPULHA

O território da regional Pampulha tem um zoneamento bastante diversificado, onde predomina a ZP-2, concentrada em torno da lagoa. A região apresenta grandes áreas de ZE e, ainda, grandes extensões de ZAP e de ZAR-2.

O quadro a seguir especifica o zoneamento da região da Pampulha, apontando o zoneamento

predominante nos bairros da região.

Quadro 16 - Zoneamento da região da Pampulha

ZONA	BAIRROS / ÁREAS
ZP-2	Trevo, Braúnas, Garças, Nova Pampulha, Jardim Atlântico (sul da Av. Portugal, São Luis, Bandeirantes
ZP-1	Diversas áreas dispersas
ZPAM	Jardim Zoológico, Parque Ursulina de Andrade Melo, Parque Lagoa do Nado e diversas áreas verdes
ZE	Campus da UFMG, Aeroporto, bairro São Francisco
ZAR-1	Xangri-lá
ZAR-2	São José, Jardim Atlântico (norte da Av. Portugal), Copacabana, Irapoã (sul da Av. Portugal), Ouro Preto, Novo Ouro Preto, Engenho Nogueira, Paquetá, CH Lagoa, Universitário, Santa Rosa
ZAP	Santa Branca, Santa Amélia, Itapoã (norte da Av. Portugal), Santa Terezinha, Sarandi, Serrano, Castelo, Manacás, Jaraguá, Liberdade, Dona Clara, Aerooporto
ZEIS-1	Vila São José (parte) e outras favelas da região
ZEIS-3	Conjunto Confisco
ZEIS-2	Áreas destinadas ao reassentamento da Vila São José

ADES NA REGIÃO DA PAMPULHA

Na região da Pampulha existem três Áreas de Diretrizes Especiais, que recobrem a grande maioria do território da região:

– a ADE da Pampulha, correspondente ao entorno da lagoa, sujeita ao uso exclusivamente residencial e a parâmetros de ocupação restritivos, até que seja elaborado plano de recuperação da represa;
– a ADE da bacia da Pampulha, compreendendo a área da bacia hidrográfica da lagoa da Pampulha situada no Município, estando sujeita, em função da preservação ambiental da lagoa, a diretrizes especiais de parcelamento, ocupação e uso, de movimentação de terra e de recuperação de áreas erodidas, degradadas ou desprovidas de cobertura vegetal;
– a ADE Trevo, sujeita a condições especiais de ocupação e uso, de forma a garantir e a preservar a paisagem das proximidades da lagoa da Pampulha, criando alternativa de ocupação e mantendo a predominância do uso residencial da região até que seja aprovado o plano de recuperação da represa.

Mobilidade, Sistema Viário e Transporte

A região da Pampulha é atravessada por importantes vias integrantes da estrutura radioconcêntrica de Belo Horizonte e Região Metropolitana:

– a Av. Antonio Carlos / Dom Pedro I, ligação do centro de BH com o vetor Norte da Região Metropolitana, constituindo o limite leste da região da Pampulha;
– a Av. Presidente Carlos Luz, que interliga a Pampulha ao centro, passando pela Av. Pedro II;
– as avenidas Tancredo Neves e Heráclito Mourão de Miranda, que ligam as regiões Pampulha e Noroeste, no prolongamento do eixo Dom Pedro II / Padre Eustáquio.

O projeto de prolongamento da Av. Dom Pedro II tende a melhorar sensivelmente as condições de acessibilidade da região

Uma estação do BHBUS está prevista no interior da região: a Estação Pampulha

As propostas e prioridades relativas a sistema viário e transporte estão representadas nos Mapas

elaborados para subsidiar a discussão sobre a região.[29]

Condições Ambientais

A BACIA DA PAMPULHA: PROCESSO DE OCUPAÇÃO

No início dos anos 40, o poder público concebeu um novo plano para Belo Horizonte e realizou grandes intervenções no espaço urbano. Os pontos focais do plano então desenhado foram a Cidade Industrial, a oeste e afastada do centro da cidade, e o complexo da Pampulha, constituído por um conjunto de equipamentos de lazer e cultura na orla de um lago artificial – um marco de modernidade para a capital.

Com uma extensão territorial de 97 km², a bacia da represa da Pampulha estende-se sobre os territórios dos municípios de Belo Horizonte e Contagem.

A ocupação nobre do entorno da represa foi estimulada pela legislação urbanística municipal que, inspirada na tipologia "cidade-jardim" e visando garantir menor densidade e qualidade paisagística na área de contribuição direta do lago, previa o lote mínimo de 1.000 m² e afastamentos especiais das edificações, entre outros parâmetros especiais.

Tais parâmetros de ocupação do solo, ao lado dos atributos paisagísticos que valorizaram esses bairros, tornando-os acessíveis somente a populações de alta renda, contribuíram para a formação da identidade da região do entorno da lagoa como espaço nobre de moradia, marcado pela lagoa, pelos equipamentos culturais e de lazer e pelo aeroporto vizinho.

A posterior implantação do CAMPUS da UFMG e do complexo Mineirão / Mineirinho viria consolidar a identidade da Pampulha como pólo cultural e de lazer de alcance metropolitano, estadual e nacional.

A ocupação da bacia da Pampulha não se restringe, todavia, a este modelo, estando inscrita no processo de formação do aglomerado urbano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que, em linhas gerais, se caracteriza como um processo de agregação de periferias. Esse processo, que eclodiu no final dos anos 40/ início dos 50, quando a atuação especulativa do mercado imobiliário provocou o espraiamento do parcelamento do solo, através de loteamentos desprovidos de infra-estruturas, introduziu um padrão bem mais precário de ocupação na região da bacia da Pampulha.

Em Belo Horizonte, situam-se na bacia da Pampulha:

- no território sob jurisdição da administração regional Pampulha:
  - a região constituída pela lagoa, equipamentos na orla (igreja, museu de arte, cassino, casa do baile, iate club, Jardim Zoológico) e bairros nobres do entorno (São Luís, Bandeirantes, Jardim Atlântico);
  - a região ao sul dessa área nobre, constituída pelos bairros Sarandi, Santa Terezinha, Ouro Preto, Paquetá, Engenho Nogueira, Castelo e Manacás;
  - a região a oeste da lagoa (bairros Garças, Braúnas, Trevo, Xangri-la, Nova Pampulha e parte do Céu Azul);
- no território sob jurisdição da administração regional Noroeste: Jardim Montanhês, bairro e vila São José, Inconfidência, Alípio de Melo, Conj. Celso Machado, Conj. Itacolomi, Serrano, Coqueiros, Glória, Pindorama, Conjunto e Vila Califórnia, além do aterro sanitário da SLU.

Na parte da bacia pertencente a Contagem, encontram-se: a região da Ressaca, que dá continuidade à área de Belo Horizonte a noroeste do Anel, onde se encontra um conjunto de bairros referenciados pela CEASA; a região do Nacional, que dá seqüência à área constituída a oeste da lagoa e no fundo do Zoológico; e um trecho da bacia que integra a região industrial de Contagem, onde estão situados dois distritos industriais e diversos bairros de ocupação irregular e ambientalmente degradados.

O acelerado processo de ocupação da represa, aliado à precária situação dos serviços de saneamento, tem provocado sérios problemas ambientais na bacia. Os vários bolsões de degradação existentes, a ameaça à própria existência da lagoa e à integridade do conjunto histórico (já que o espelho d'água constitui seu elemento paisagístico fundamental) impedem que a lagoa cumpra os objetivos para os quais foi criada.

O PROPAM

O problema da degradação ambiental da bacia da Pampulha exige a integração de múltiplas ações, especialmente a participação do município de Contagem, co-responsável pela referida degradação.

É com esta preocupação que o Plano Diretor determina, em seus artigos 44 e 45, a elaboração de um plano de ação visando a recuperação da represa, o qual se constitui em pré requisito para a regulamentação das ADEs Pampulha, Bacia da Pampulha e Trevo.

Visando a recuperação ambiental da bacia, foi elaborado pelo Executivo Municipal o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha – PROPAM, em processo de

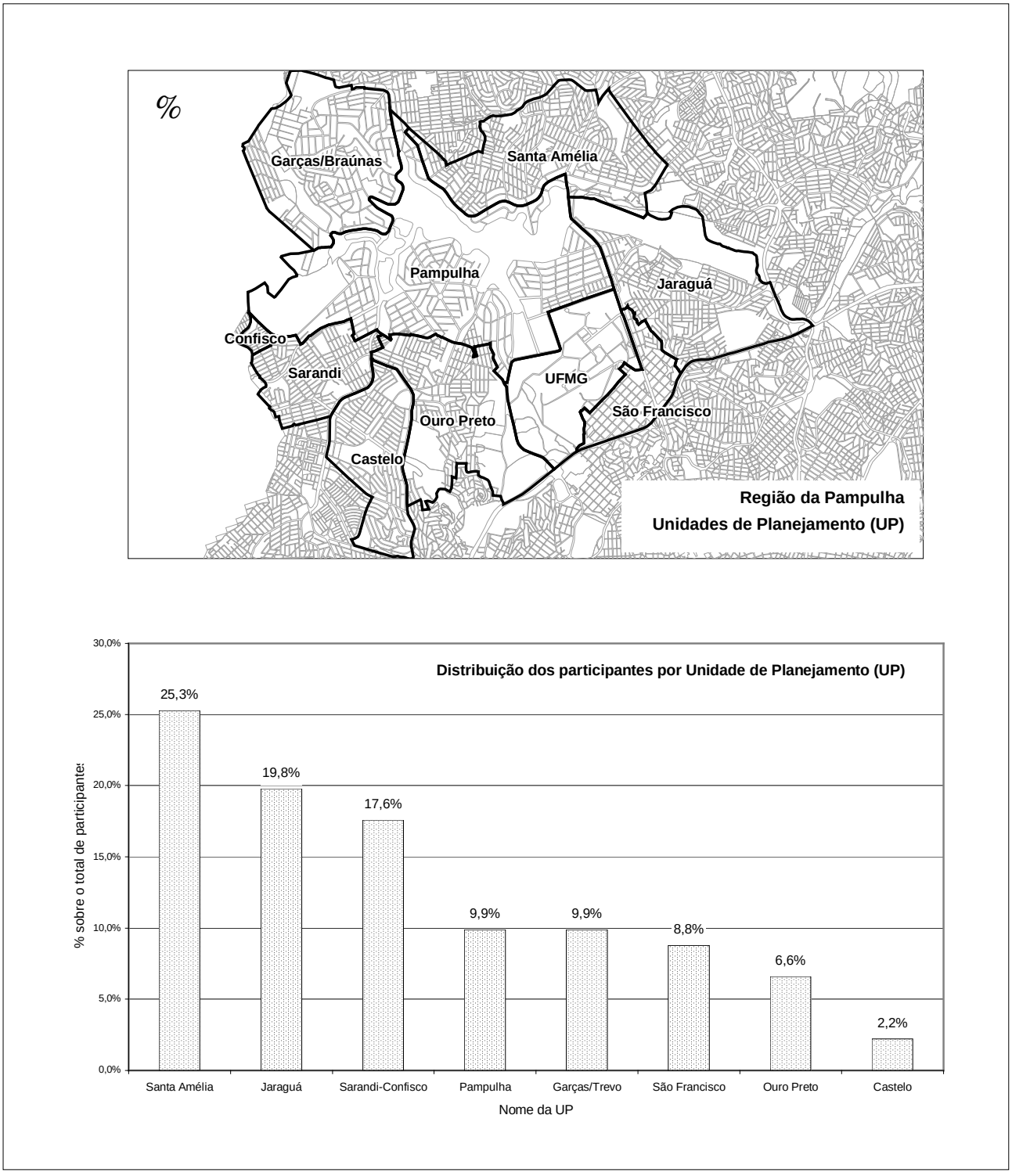
[29] Constam do Anexo II.

implementação. Esse programa tem como objetivo principal a despoluição da bacia através de ações integradas voltadas para a preservação das nascentes, despoluição das águas, melhoriua das condições sanitáriase tratamento das áreas urbanas degradadas e sob ameaça de erosão e inundação.

Outra questão fundamental contemplada no PROPAM é a gestão intermunicipal, viabilizada através da criação do Consórcio Intermunicipal, já em funcionamento.

Na região da Pampulha, existem 3 importantes Parques: o Zoológico e os Parques Lagoa do Nado e Ursulina de Andrade Neves.

Figura 09 - Pré-Conferência Regional da Pampulha – Distribuição dos participantes por UP



B - Síntese da percepção dos participantes

A região da Pampulha destaca-se pela presença da lagoa e sua área de entorno, que configuram uma referência nacional e mundial pelo significativo patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural. Apresenta-se, assim, com grande potencial de pólo turístico e de lazer. Possui também a maior concentração de equipamentos públicos da cidade (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Zoológico, parques ecológicos, Mineirão), que, junto com os clubes e restaurantes, são responsáveis por abrigar grandes eventos culturais e esportivos. Dentre esses, ressalta-se a Maratona Internacional que traz visibilidade para a lagoa, criando, inclusive, um maior interesse do poder público para investir em melhorias.

As condições ambientais ainda possibilitam boa qualidade de vida aos moradores. A região é rica em recursos naturais, apresentando grande concentração de áreas verdes, nascentes e córregos. Entretanto, faltam ações para a recuperação dessas nascentes, afetadas, entre outras causas, pela grande quantidade de solo coberto pelo asfalto que impede a absorção das águas e, conseqüentemente, a recarga dos lençóis freáticos.

Também provoca deterioração do meio natural a deficiência de saneamento básico – faltam interceptores e tratamento de esgotos – e de contenção de erosões. Esses problemas são detectados especialmente ao longo dos córregos Sarandi e Ressaca, na orla da lagoa, nos bairros Santa Terezinha, Braúnas, Enseada das Graças, Jardim Atlântico, Dona Clara, Confisco e ao longo da Av. Sebastião de Brito. São fatores que contribuem para aumentar a poluição e o assoreamento da lagoa. Falta, ainda, a complementação da rede de drenagem pluvial nos bairros São José, Ouro Preto e Liberdade. Por outro lado, contribuíram para a melhoria ambiental a criação do Centro de Educação e Mobilização Ambiental da Pampulha (CEMAP) e a instalação da Usina de Reciclagem e das Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV). A coleta de lixo residencial é eficiente, mas é necessária a ampliação da coleta seletiva.

O Carrefour e o Via Brasil são considerados centros comerciais bem estruturados. A região, porém, apresenta má distribuição de serviços médicos, de atividades comerciais básicas e de centros de formação profissional. Faltam serviços públicos essenciais, como postos de saúde, policlínica 24h e escolas. A carência de escolas de segundo grau e de escolas profissionalizantes para pessoas carentes é detectada principalmente nos bairros Santa Terezinha, Confisco, Paquetá e São Mateus.

A Pampulha apresenta problemas de articulação interna e com outras regiões. As avenidas Presidente Antônio Carlos e Dom Pedro I, que constituem importantes eixos de ligação com os municípios e regiões ao norte, apresentam estreitamentos, como o do trecho da barragem, que dificultam o fluxo de veículos, provocando congestionamento das principais vias. A deficiência do sistema viário é mais evidente nos dias de realização de grandes eventos. A demora das obras de continuação do complexo da Av. Dom Pedro II e da ligação da Av. Presidente Tancredo Neves com a Av. Presidente Carlos Luz (Av. Catalão), através do bairro Ouro Preto, agrava a situação. Como ação positiva é apontada a construção da Av. Professor Clóvis Salgado, ao longo do córrego Sarandi, que melhorou a articulação com os municípios de Contagem e Betim.

O sistema de transporte coletivo é precário com relação a horários, quantidade e qualidade dos ônibus. Houve uma melhora em alguns bairros (Copacabana, Suzana e Ouro Preto), mas faltam ainda linhas de integração com outras regiões do município, linhas de ligação bairro-a-bairro, rotas alternativas, linhas diametrais e de integração com o metrô. Por outro lado, é positiva a implantação dos ônibus circulares e das linhas suplementares.

Em geral, a ocupação na região é ordenada e bem distribuída, predominando as residências unifamiliares com baixas taxas de ocupação. Em alguns bairros (Santa Rosa, Dona Clara, Jaraguá, São José), no entanto, ocorrem adensamento com verticalização excessiva. Nos casos dos bairros Ouro Preto e Castelo, esse tipo de ocupação é indicado como causador de degradação ambiental e social. Além disso, o parcelamento do solo e o rápido processo de adensamento populacional não estão considerando as nascentes e os córregos, principalmente nos bairros Liberdade, Jaraguá e Bandeirantes.

É constatado, ainda, um crescimento desordenado de áreas ocupadas por população de baixa renda, sem garantia de acesso aos serviços básicos que proporcionam qualidade de vida. A situação das vilas e favelas e dos moradores de rua está numa dimensão que ainda pode ser revertida, se houver investimento. A construção do conjunto residencial no Urca, com planejamento e em regime de mutirão, foi uma medida positiva.

Outro problema é a ocupação inadequada da orla da lagoa por propriedades particulares, invadindo a área pública onde deveria ser pista de trânsito da Av. Otacílio Negrão de Lima.

Embora a região possua uma concentração significativa de espaços públicos, faltam espaços de uso gratuito (no Zoológico, por exemplo, o ingresso é pago) e melhor conservação dos espaços já existentes, principalmente nos bairros mais adensados. Ocorre um subaproveitamento de espaços culturais (Casa do

Baile, Museu de Arte), além do relativo abandono do acervo arquitetônico do patrimônio histórico no entorno da lagoa. O poder público é responsabilizado por não promover, na região, a construção de outros equipamentos comunitários, embora alguns esforços já tenham sido feitos nesse sentido, como a construção do Centro Cultural Pampulha e dos parques Lagoa do Nado e Ursulina de Melo. São importantes, também, o incentivo e a criação dos centros culturais e de lazer para a população carente, como a biblioteca itinerante e as feiras culturais. É pouca, entretanto, a divulgação dos espaços e equipamentos de lazer e cultura existentes.

Quanto à legislação para a região, o zoneamento e os parâmetros urbanísticos relativos à ocupação e uso do solo da área no entorno da lagoa são adequados. No entanto, a falta de flexibilização da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS) relativamente ao uso impede a instalação tanto de atividades que promoveriam o desenvolvimento econômico e social, sobretudo no setor da cultura, lazer, esporte e turismo, como as que atenderiam às necessidades imediatas e básicas da população local, dificultando, inclusive, a geração de empregos. Para melhorar a situação é necessária a regulamentação da Área de Diretrizes Especiais da Pampulha (ADE Pampulha).

No entanto, a instalação de algumas atividades como bares, academias e igrejas, desrespeita a LPOUS, além de provocar conflito com o uso residencial, principalmente devido à poluição sonora.

Apesar desses problemas, a região apresenta um grande potencial de desenvolvimento. Nesse sentido, existe uma política da administração de resgatar a intenção de Juscelino Kubistchek e fazer da Pampulha um grande pólo de lazer e turismo. Atestam isso a implementação de projetos como o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha (PROPAM), os investimentos nos parques, o Consórcio da Pampulha, as ações de recuperação das nascentes e a obra do vertedouro da represa. O poder público vem realizando parcerias com o setor privado para a promoção de eventos esportivos e culturais que favorecem o turismo local – maratonas, festas de Iemanjá, *réveillon*, eventos esportivos na lagoa do Nado.

Por outro lado, falta um modelo de desenvolvimento que norteie as atividades econômicas, atendendo à vocação da região, bem como planejamento para sustentar um desenvolvimento voltado para o turismo.

São insuficientes as políticas de proteção ambiental e de urbanização que visem à preservação dos recursos naturais; faltam ações preservacionistas e incentivos para a efetiva proteção de nascentes e áreas verdes.

A fiscalização é deficiente com relação às áreas não parceladas, áreas de risco, imóveis clandestinos, possibilitando ocupações inadequadas e invasões. Há uma conivência do setor público com atividades ilegais e um descaso com a fiscalização do esgotamento clandestino, da poluição sonora e do lixo.

Constata-se falta de policiamento, gerando insegurança na região da Pampulha, principalmente por ser uma região turística.

Aponta-se também falha da Secretaria da Coordenação de Gestão Regional da Pampulha no comprometimento em relação às obras do Orçamento Participativo dos bairros Universitário e Suzana.

Com relação ao envolvimento dos moradores da região com as questões locais, existe uma maior conscientização da população na defesa do meio ambiente e no exercício da cidadania; é grande a participação popular e de lideranças comunitárias em organizações não governamentais, em associações que promovem ações para o desenvolvimento da região e em eventos promovidos pelo poder público, como a Conferência.

Mapa 09 - Pré-conferência regional da Pampulha – Percepção dos participantes
[entrar com o Mapa da Percepção aqui]

3.3.10 - Pré-Conferência Regional de Venda Nova

A - Texto de apoio à discussão da região

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A REGIÃO DE VENDA NOVA

Ocupação do Solo e Zoneamento

A área urbana de Venda Nova apresenta uma continuidade de ocupação ao norte e a oeste com as áreas ocupadas pertencentes aos municípios de Vespasiano e Ribeirão das Neves; ao sul não existe um limite marcante com a região Pampulha apresentando continuidade de ocupação ao norte da Av. Portugal; e a leste, a Avenida Dom Pedro I constitui um corredor de tráfego constante que separa Venda Nova da região Norte.

Tabela 37 - Área de lotes na região de Venda Nova – 2000

DISCIMINAÇÃO	ÁREA (m²)	%
Área total de lotes	16.769.407	100,0
Área total de lotes vagos	4.384.327	26,1

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 38 - Unidades residenciais e não residenciais na região de de Venda Nova – 1996 e 2000

TIPO DE UNIDADE	N.º DE UNIDADES		CRESCIMENTO 1996/2000	
	1996	2000	N.º	%
Residencial	40.584	35.567	5.017	16,0
Não residencial	3.848	3.515	309	10,0

Fonte: PBH, Cadastro do IPTU

Tabela 39 - População residente na região de Venda Nova, segundo UP – 1996/2000

UNIDADE DE PLANEJAMENTO (UP)	POPULAÇÃO (HABITANTES)			TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (% AO ANO)
	1991	2000	ACRÉSCIMO 1991/2000	
Céu Azul	20.569	27.160	6.591	3.14
Copacabana	39.072	51.379	12.307	3,09
Jardim Europa	25.097	27.027	1.930	0,83
Mantiqueira	35.140	44.439	9.299	2,64
Piratininga	37.850	47.180	9.330	2,48
São João Batista	12.574	14.055	1.481	1,24
Serra Verde	14.603	17.148	2.545	1,80
Venda Nova	13.888	16.875	2.987	2,19
Total Venda Nova	198.794	245.263	46.469	2,36

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO DE VENDA NOVA

O quadro a seguir especifica o zoneamento da região de Venda Nova, apontando o zoneamento predominante nos bairros da região.

Quadro 17 - Zoneamento da região de Venda Nova

ZONA	BAIRROS / ÁREAS
ZCVN	Centro de Venda Nova
ZAP	Venda Nova/ Candelária/ São Pedro, Santa Mônica, Rio Branco (parte), São Paulo/ Piratininga (parte), Letícia, São João Batista, Europa (parte), Jardim Europa (parte), Maria Helena (parte), Mantiqueira/ Nova América (parte), Lagoinha, Paraúna, Lagoa, Minas Caixa (parte)
ZAR-2	Copacabana, Leblon, Céu Azul, Rio Branco (parte), São Paulo/ Piratininga (parte), Europa (parte), Jardim Europa (parte), Maria Helena (parte), Mantiqueira/ Nova América (parte), Minas Caixa (parte), Jardim dos Comerciários/ Nova York, Serra Verde (parte)
ZE	Hipódromo Serra Verde e áreas destinadas ao Distrito Industrial do Serra Verde
ZP-1	SESC e outras áreas
ZEIS-1	Vilas Apolônia, Copacabana, Flamengo, Jardim Leblon, Laranjeiras, Mantiqueira, Mantiqueira A, Mantiqueira II, Minas Caixa, N. Sra. Aparecida, Nova América, Piratininga A, Santa Mônica, São João Batista, São José/ Céu Azul, Satélite, Serra Verde, SESC, Universo, Várzea da Palma
ZEIS-2	Área junto ao Bairro da Lagoa
ZEIS-3	Conjunto Minas Caixa

Venda Nova já tem o seu Plano Diretor Regional o qual tem como principal papel orientar os investimentos e intervenções urbanas na região. O Plano Diretor Regional aborda, de forma direta, o ordenamento territorial local, o desenvolvimento econômico e a gestão urbana regional.

Quanto à habitação, o Plano, no sentido de requalificar os assentamentos residenciais precariamente instalados, define os seguintes programas: Programa de Tratamento das Áreas de Risco, Programa de Regularização das Vilas e Conjuntos de Interesse Social, Programa de Tratamento dos Loteamentos Precários, Programa de Incentivo ao Loteamento Popular e o Programa de Assessoria Técnica Pública.

ADEs NA REGIÃO DE VENDA NOVA

Além de diversas ADEs de Interesse Ambiental, a Lei 7166/96 instituiu na região a ADE de Venda Nova, destinada ao desenvolvimento de atividades econômicas, por meio de melhoria da acessibilidade, regularização urbanística e fundiária dos terrenos, bem como implantação de incubadoras de empresas e de equipamentos visando à modernização de processos produtivos e otimização da distribuição dos produtos. Existe uma proposta de regulamentação da referida ADE, que propõe alterações urbanísticas para a área do centro de Venda Nova e entorno. Essa proposta, entre outras medidas, delimita o Centro Tradicional que, em função de suas características ambientais e históricas, requer parâmetros urbanísticos diferenciados com os objetivos de proteger, preservar o patrimônio cultural e paisagístico e minimizar os conflitos urbanos existentes.

Distribuição das Atividades e Centros Urbanos

A região de Venda Nova possui várias concentrações de comércio e serviço sendo que é na região central, no binário constituído pela Rua Padre Pedro Pinto e Avenida Vilarinho onde localiza-se o maior número de atividades.

Ao longo da Rua Padre Pedro Pinto surgiu o primeiro núcleo urbano e atualmente concentra o maior conjunto de atividades de comércio e serviços sobretudo os serviços coletivos, de maior porte e de atendimento com abrangência regional, tais como bancos, correios. Ao longo da Rua Padre Pedro Pinto podem ser identificados três trechos de maior concentração: Venda Nova, Letícia e Lagoinha/Santa Helena.

A Avenida Vilarinho constitui eixo de atração de grandes estabelecimentos como o Shopping Norte.

Ao norte – Serra Verde, Jardim dos Comerciários, Jardim Europa e Mantiqueira – encontram-se centros

pequenos, que oferecem serviços e comércios do tipo “local”, com alguma variação no setor mobiliário e alimentício de maior porte (supermercados).

Na região localizada ao sul da Rua Padre Pedro Pinto – Lagoa, Céu Azul, Rio Branco e Santa Mônica –, os centros são mais diversificados.

As ações e programas contidos no Plano Diretor Regional visam o fortalecimento da rede de centros regional, especialmente do centro de Venda Nova, sendo esta a meta mais importante para a implementação da diretriz de descentralização contida no Plano Diretor Municipal.

O Plano Diretor Regional busca compatibilizar, no centro principal, as condições de pólo regional, interesse histórico e assentamento residencial e busca também resgatar o referencial simbólico do centro de Venda Nova, protegendo as características originais de seu parcelamento e ocupação e tornando-o atrativo como espaço de cultura e lazer.

Mobilidade, Sistema Viário e Transporte

A Avenida Vilarinho juntamente com a Rua Padre Pedro Pinto representam as principais ligações com eixos de articulação externa como a Av. Antônio Carlos/Dom Pedro I e a Rodovia Estadual MG-10 que liga o município de Belo Horizonte com os municípios situados ao norte da Região Metropolitana: Vespasiano, Lagoa Santa e Pedro Leopoldo; com a Avenida Brasília, que articula a região com o São Benedito e a Avenida Cristiano Machado que articula a região com bairros situados na região leste. A Rua Padre Pedro Pinto/MG15 é responsável pela articulação de Venda Nova e Justinópolis em Ribeirão das Neves.

A acessibilidade para os diversos bairros se dá através de poucas vias de penetração. Da Avenida Vilarinho saem as principais vias coletoras de acesso aos bairros situados ao norte da região de Venda Nova e da Padre Pedro Pinto as vias de acesso aos bairros ao sul da região, tais como Avenida Salamanca, Avenida Liège ao norte e Avenida Antônio Elias Issa e Rua José Benevides Silveira ao sul.

A proposta de implementação do trem Metropolitano em Venda Nova deverá reforçar a articulação da área com o Centro Metropolitano e demais áreas de Belo Horizonte. a A implementação do projeto de alargamento da Avenida Antônio Carlos e o projeto da Avenida Dom Pedro II irão reforçar também a articulação de Venda Nova com as áreas mais centrais do município. Já a implementação da via 220 criará uma outra alternativa de articulação com a área oeste do aglomerado metropolitano, com o município de Contagem e mais ao sul do município de Belo Horizonte com a região do Barreiro.

O Plano Diretor Regional estabelece diretrizes para as ações que visam melhorar as condições de integração viária de Venda Nova com outras regiões municipais e com municípios do seu entorno. Além disso busca propiciar novas alternativas de tráfego de passagem entre Belo Horizonte e Ribeirão das Neves, hoje concentrado na Rua Padre Pedro Pinto e na Av. Vilarinho bem como garantir a máxima articulação intra-regional, minimizando a segmentação entre o norte e o sul da região.

As diretrizes do Plano visam também maximizar a acessibilidade aos centros urbanos locais e priorizar o pedestre e o transporte coletivo no uso do espaço urbano.

Além disso, o Plano Diretor Regional visando melhorar a integração viária de Venda Nova com outras regiões municipais e com municípios do seu entorno, define os seguintes projetos e programas : Projeto Integrado Via 220, Projeto Integrado Via 590 e Programa de Complementação Viária.

O Plano propõe a adoção de transporte de massa de média capacidade na avenida Vilarinho. No sentido de evitar que esses transporte de massa funcione como uma barreira entre o norte e o sul da avenida, estão sendo estudadas e discutidas com a população, propostas urbanísticas com o objetivo de compatibilizar a vocação aglutinadora da avenida com a função viária e visando aumentar o seu papel como pólo integrador das áreas situadas ao norte e ao sul da avenida.

Além disso, o Plano define o Programa de Intervenções Urbanísticas na Área Central que, entre outros, tem como objetivo estabelecer uma rede de circulação de pedestres, com passeios de largura adequada ao volume de pessoas e como o mínimo de obstruções ao fluxo, medidas de reforço das passagens preferenciais através da pavimentação e iluminação adequadas e o estabelecimento de ligações seguras com os principais pontos de atração de pessoas na área central.

Espaços Públicos, Áreas de Lazer e Patrimônio Histórico

A ausência de equipamentos culturais institucionais não impediu que outros espaços fossem, ao longo do tempo, consolidando-se como tal. A Avenida Vilarinho, além da sua função de corredor viário, exerce o papel significativo de abrigar eventos marcantes na região: Carnaval Popular, Festa do Trabalhador, festas juninas, além de contar com as quadras que, também, promovem shows.

Para os eventos mais localizados, conta-se, ainda, com a Praça do Letícia (Praça Alfredo Alves Martins/Bairro Letícia), Pracinha do Madona (Bairro Céu Azul) e a Pracinha da Prefeitura (Praça Amintas de

Barros).

Em termos institucionais, o SESC é o único espaço cultural da região de Venda Nova. Nele ocorrem eventos de natureza musical, teatral etc., além de contar com uma biblioteca para atender ao público em geral.

Em 1997, com a instalação do Shopping Norte, Venda Nova ganhou duas salas de cinema e vem realizando, periodicamente, eventos culturais.

O Plano Diretor Regional reforça o aumento dos espaços para o uso público através da proposta de calçadão na avenida Vilarinho, contíguo aos passeios, como espaço de uso múltiplo destinado preferencialmente ao lazer e à ocorrência de eventos de caráter transitório.

O Plano define ainda o Programa de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural que tem como objetivos assegurar a proteção dos imóveis de especial interesse de preservação bem como as características do parcelamento da área de interesse histórico-cultural e preservar a ambiência, especialmente no trecho da rua Padre Pedro Pinto.

Condições Ambientais

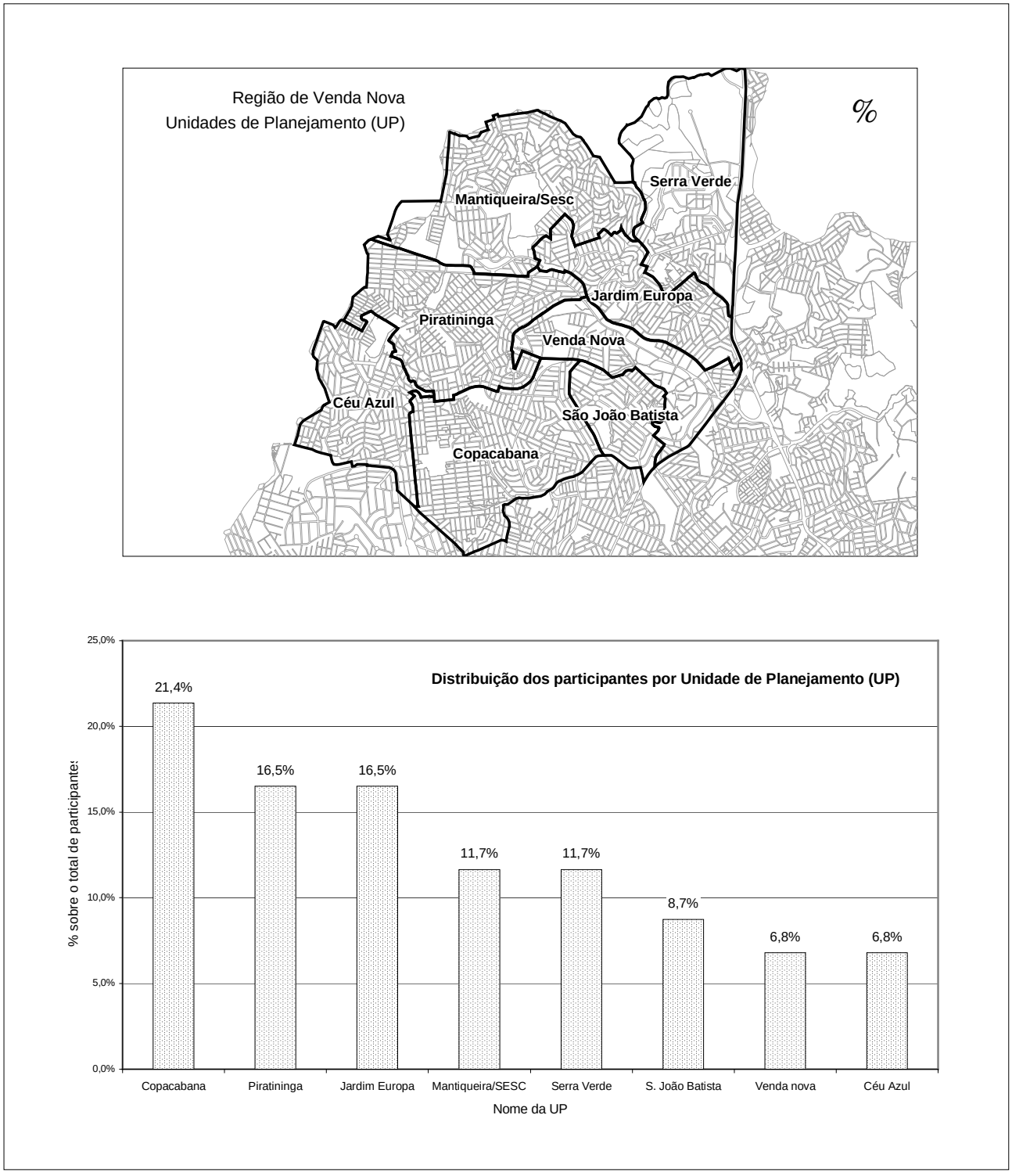
Localizada numa região aonde existem elevações com vertentes íngremes que se destacam em meio às colinas da depressão de Belo Horizonte, a área constituída pela Regional Venda Nova estende-se na região de três bacias hidrográficas: Floresta, Nado e Vilarinho.

Os cursos d'água que interceptam a área e que constituem barreiras em alguns lugares, contribuem para o seu aspecto fragmentado. Essa fragmentação é visível ao norte aonde uma topografia mais íngreme e ravinada gera alguma descontinuidade na ocupação, bem como dificulta a acessibilidade a área.

Com relação às áreas verdes, o Plano Diretor Regional define os seguintes projetos e programas a serem desenvolvidos e implementados: Projeto Integrado Serra Verde, Programa de Implantação de Áreas Verdes Públicas, Programas de Preservação de Áreas Verdes de Propriedade Particular, e o Programa de Manutenção de Praças.

Em Venda Nova foram detectadas áreas que apresentam situações de alto risco como as áreas localizadas ao norte do bairro Mantiqueira, Esplendor, Jardim dos Comerciários e principalmente no Nova York. Além dessas áreas, foram levantadas também as áreas de risco com interface com vilas e conjuntos habitacionais, especialmente as situadas junto ao córrego Várzea da Palma. O Programa de Tratamento das Áreas de Risco tem como objetivo básico promover a recuperação físico-ambiental dessas áreas degradadas e sujeitas ao risco.

Figura 10 - Pré-Conferência Regional de Venda Nova – Distribuição dos participantes por UP



B - Síntese da percepção dos participantes

A principal principal referência de Venda Nova é o centro histórico que se desenvolve ao longo da Rua Padre Pedro Pinto. Possui um comércio diversificado que atende satisfatoriamente à região e a alguns municípios vizinhos. O centro está se expandindo em direção à Av. Vilarinho, onde vêm se instalando atividades comerciais importantes, como *shopping center*. Essa expansão induz o adensamento, e os imóveis adjacentes à avenida estão se valorizando.

O centro precisa, todavia, de atenção com relação a alguns problemas: a Rua Padre Pedro Pinto é limitada, as caçadas são estreitas, não há estacionamento, e o trânsito intenso causa transtornos a comerciantes e pedestres. Parte do trânsito pode ser remanejado para a Vilarinho, e, para tanto, é necessário um projeto para aproveitar o potencial comercial dessa avenida. Nesse contexto, deve ser considerada a revitalização da Feira da Vilarinho.

A qualidade de vida é saudável, as pessoas se encontram, se divertem, dispõem de comércio e serviços sem precisar sair da região. Esta é considerada uma região menos violenta no universo da cidade.

Há, contudo, uma questão relevante: o patrimônio histórico arquitetônico vem sendo destruído, sem qualquer consideração à memória de Venda Nova. A região carece de incentivos à cultura, de espaços públicos com essa finalidade, merecendo a construção de um centro cultural (foi negociado um centro com a comunidade, ainda não implantado).

Os subcentros urbanos estão bem distribuídos pela região, com boa acessibilidade, atendendo satisfatoriamente à população pela diversificação do comércio e dos serviços; alguns, porém deixam a desejar, sobretudo por insuficiência de serviços bancários, dos correios, de postos da companhia telefônica (que foram fechados). Outra demanda constatada é a de feiras livres nos bairros.

Por outro lado, não há atividades econômicas suficientes para atender à demanda de emprego dos moradores, tampouco políticas voltadas para qualificação profissional. Foi planejado um pólo industrial ao norte da região, o Parque Industrial Serra Verde, mas ainda não foi implementado. É necessário desenvolver programas para geração de trabalho e renda, investir no projeto Primeiro Emprego, criar um centro de formação de mão de obra qualificada. Caso contrário, a marginalização da região tende a se agravar.

Venda Nova possui boa articulação com o restante da cidade, mas ainda pode ser melhorada mediante a implantação de sistema de transporte para ligação da parte sul da região (Santa Mônica, Jardim Leblon, Céu Azul) com a Avenida Presidente Carlos Luz. A estação do BHBUS Venda Nova facilita o deslocamento ao centro, e o funcionamento da Estação Vilarinho, com a chegada do metrô, é aguardada com expectativa para melhorar ainda mais a acessibilidade.

No entanto, aquela estação do BHBUS não está bem localizada, e sua operação precisa ser melhorada: mais linhas podem ser integradas, o tempo de espera do usuário pelo transporte é muito longo, é necessário criar mais linhas para o hipercentro.

Internamente, o acesso aos bairros é facilitado pela boa estrutura viária e pelos serviços de transporte coletivo do BHBUS. Há porém, deficiências operacionais quanto ao quadro de horário e à disponibilidade de ônibus de piso baixo; os ônibus suplementares não atendem a toda a demanda de alguns bairros como Maria Helena, Mantiqueira, Lagoinha, Landi. Da parte dos usuários, não há respeito pelos lugares reservados para deficientes, idosos e gestantes.

A caraterística da ocupação do solo predominante na região – baixa densidade de edificações, residências de um ou dois pavimentos, preservação de quintais arborizados – propicia boa qualidade ambiental aos bairros residenciais. O zoneamento do solo, no entanto, permite o adensamento populacional e a verticalização de edificações, o que já preocupa os moradores de algumas áreas. No centro, por exemplo, o adensamento vem acontecendo sem considerar as limitações da estrutura viária. Situações como essa tendem a prejudicar a qualidade de vida.

A expansão urbana vem ocorrendo sem controle, com loteamentos irregulares ou clandestinos ocupando áreas inadequadas, reduzindo as áreas verdes, provocando um crescimento desordenado. Por outro lado, faltam conjuntos habitacionais para população de baixa renda. Em conseqüência, áreas verdes e áreas de risco que deveriam ser preservadas estão sendo invadidas.

Tudo isso ocorre apesar das leis do Plano Diretor e de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo que não estão sendo respeitadas por falta de fiscalização. E mais: foi elaborado um Plano Diretor Regional para Venda Nova – pouco conhecido da população por falta de divulgação – que visa ao ordenamento da expansão urbana, mas cujas propostas não estão sendo implementadas, como a da Área de Diretrizes Especiais (ADE Venda Nova).

Há carência generalizada de espaços de uso público de lazer, como parques, áreas verdes, centros de

convivência, praças. O Parque Serra Verde foi criado por decreto há tempos, mas não foi implantado.

A região possui grandes áreas verdes de relevante interesse ambiental e recursos hídricos significativos. Esses, todavia, não têm suas nascentes monitoradas e estão poluídos. As redes coletoras existentes lançam os esgotos sanitários diretamente nos cursos d'água por falta de interceptores ao longo dos córregos. Alguns bairros carecem de saneamento básico (Jardim Leblon, Jardim Europa, Jardim dos Comerciários, Copacabana). Também não há estação de tratamento de esgotos.

Muitos córregos foram canalizados, como os das avenidas Liege e Cristiano Muniz e o da Rua 124. Em outros estão previstas avenidas sanitárias, com canalização, que não foram construídas (Baleares, Landi, Ladeira, Mantiqueira, Lagoinha, Vila do Índio, Camões, Marimbondo, Rua Cel. Manoel Assunção). A impermeabilização, provocada também pelo excesso de vias asfaltadas, reduz a infiltração, aumentando as enxurradas e os riscos de enchentes. Para aliviar esses problemas no córrego do Vilarinho, foram construídas bacias de retenção que deram resultados positivos. Com tudo isso, é importante incrementar a educação ambiental para que não se jogue lixo nas ruas e córregos e para que se promova a arborização dos espaços no sentido de evitar problemas dessa natureza. Nesse sentido, o Projeto Manuelzão e o DRENURBS, que tratam do assunto, são bem recebidos pela população.

Os serviços de limpeza urbana são considerados eficientes, especialmente após a implantação da coleta de lixo porta-a-porta em vilas e favelas, e é importante evoluir nesse processo mediante a implantação nos bairros de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV) e de dispositivos de coleta seletiva como os Locais de Entrega Voluntária (LEV).

Os serviços públicos de educação atendem razoavelmente à região, com boa distribuição dos equipamentos, mas ainda faltam escolas para o ensino fundamental em alguns bairros, e as vagas não são bem distribuídas. Os bairros que necessitam de mais atenção nesse aspecto são Jardim Leblon, Santa Mônica e Jardim Europa. A maior deficiência, contudo, está no ensino médio, cujas vagas não atendem à demanda. Outra carência é a de creches: muitas foram fechadas, e o convênio entre a PBH e entidades filantrópicas foi encerrado.

Os serviços de saúde avançaram com a construção do Hospital de Pronto-Socorro de Venda Nova, mas o atendimento é insuficiente. Nos postos de saúde existentes há deficiência de quadros técnicos e administrativos.

Os centros comerciais precisam de mais policiamento para dar tranqüilidade às pessoas e ao comércio em geral, através de agentes bem preparados. É necessário investir também na instalação de uma delegacia especializada da mulher.

É importante implementar a fiscalização das áreas públicas e do uso das calçadas nas áreas centrais para facilitar o trânsito de pedestres.

Com a reforma administrativa, o atendimento público pela administração regional foi melhorado e ampliado; a mudança da sede da Secretaria de Coordenação da Gestão Regional (SCOMGER Venda Nova) para local mais apropriado contribuiu nesse sentido.

Os recursos do Orçamento Participativo para Venda Nova são insuficientes, acarretando cada vez mais exclusão social. Os prazos estipulados para execução das obras não são cumpridos. Adicionalmente, a PBH poderia mobilizar a comunidade com a implementação de programas de baixo custo para melhorias nos bairros através de mutirão.

A participação popular na luta por melhor qualidade de vida tem sido efetiva, como também a ação das Comissões de Fiscalização do Orçamento Participativo (COMFORÇA).

Mapa 10 - Pré-conferência regional de Venda Nova – Percepção dos participantes
[entrar com o Mapa da Percepção aqui]

4 - CONFERÊNCIA: CIDADE QUE QUEREMOS

4.1 - Diretrizes Aprovadas

(em reunião plenária em 06/05/02)

A - Dinâmica do crescimento urbano

1-Incorporar a dimensão metropolitana no tratamento das questões relativas ao desenvolvimento urbano de Belo Horizonte.
2- Controlar o adensamento construtivo e habitacional, respeitando as vocações e características ambientais e locais, de acordo com a infra-estrutura urbana, promovendo as devidas adequações aos índices construtivos estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPOUS) e a legislação que a regulamenta.
3- Simplificar, adequar, consolidar e divulgar a legislação urbanística, visando facilitar sua apropriação pela população, aumentando sua eficácia e eliminando possíveis conflitos entre a legislação municipal, a estadual e a federal.
4- Promover a apropriação da legislação urbanística pela população, adotando linguagem acessível e divulgando documentos de fácil compreensão e operacionalização.
Implantar processo de monitoramento permanente da dinâmica do desenvolvimento urbano de Belo Horizonte.
5- Identificar, reestruturar e recuperar áreas urbanas degradadas, com estudo para regularização do existente.
6- Estimular o desenvolvimento de atividades que visem a integração social de forma sustentada e equilibrada dentro do plano de crescimento da cidade.
7- Simplificar, desonerar e divulgar procedimentos burocráticos para aplicação da legislação urbanística, visando facilitar sua apropriação pela população, diferenciando os padrões construtivos.
8- Promover um processo de regularização que vise a inclusão urbanística, respeitadas as condições de segurança e a legislação ambiental e a de posturas e os registros cartoriais.
9- Criar mecanismos que tornem obrigatória a consulta direta às populações envolvidas e/ou vizinhas da intervenção pretendida.

B - Distribuição de atividades e centros urbanos

Ordenar o processo de descentralização de atividades, de modo a:

1- Garantir a multiplicidade, a diversidade, a acessibilidade e a melhor distribuição de usos no espaço urbano, respeitadas as especificidades de cada área;

2- Promover a consolidação e a vitalidade dos centros existentes, otimizando sua acessibilidade, atratividade, qualidade ambiental e sustentabilidade;

3- Estimular, viabilizar e garantir a formação de novos centros, preservando as características ambientais, culturais, sociais e vocações específicas da região, priorizando a manutenção do uso residencial;

4- Aproveitar, na formação de novos centros, as tendências e necessidades da região, e que não prejudiquem os centros existentes.

5- Área Central

5.1- Estabelecer tratamento diferenciado para a área central, com vistas à sua requalificação, revitalização e desenvolvimento, considerando a grande complexidade funcional e simbólica de seu espaço, sua múltipla significação na estrutura metropolitana e, ainda, a importância da ampliação e/ou manutenção do uso residencial.

5.2- Estabelecer tratamento especial para a área central, considerando, além dos aspectos citados acima, o seu significado como centro político-administrativo, cultural, financeiro, de negócios e de consumo de bens e serviços.

6- Hipercentro

Promover a requalificação e reabilitação do hipercentro, considerando não apenas sua condição de centro econômico metropolitano mas também sua ainda existente condição de moradia e ponto de encontro, ampliando-a através de incentivos urbanísticos e econômicos.

C - Condições habitacionais

1- Articular a política habitacional com as políticas ambiental e social e com as demais políticas urbanas, nos níveis municipal, estadual e metropolitano, garantidos o debate com a comunidade e o controle social.

2- Destacar a política de ocupação e geração de emprego e renda, no que se refere à política social.

3- Promover a ampliação da oferta de moradia e lotes urbanizados, em especial à população de mais baixa renda, minimizando o déficit quantitativo e qualitativo, através do estímulo à produção de unidades habitacionais de interesse social e da garantia de acesso ao estoque existente de moradias e aos serviços, equipamentos e infra-estrutura instalados.

4- Elevar o padrão de habitabilidade em assentamentos habitacionais de interesse social, de forma planejada e com participação dos moradores, visando minimizar o déficit qualitativo através da promoção de regularização fundiária, urbanização, melhoria qualitativa das unidades habitacionais, recuperação ambiental e controle da ocupação das áreas de risco e de proteção ambiental, estabelecendo um prazo com a comunidade.

5- Buscar a eliminação das áreas de risco e promover o uso e ocupação das áreas de risco recuperadas.

6- Promover o acesso e a conscientização da população, especialmente a de baixa renda, aos serviços de assistência técnica aos processos de produção habitacional de forma a assegurar condições mínimas de conforto e segurança, dentro dos marcos da legalidade e dos princípios da Agenda Habitat.

7- Reforçar, priorizar e garantir, na política habitacional do município, os serviços de assistência social, especialmente ao pós-morar, provendo condições para integração dos beneficiados ao entorno e à cidade, assegurando o exercício pleno da cidadania.

8- Acompanhar o processo de ocupação, nos serviços de assistência ao pós-morar, e elaborar cadastros de beneficiados pela política habitacional do município, de forma a evitar a negociação das unidades.

9- Fortalecer a política de captação de recursos destinados à implantação da política municipal de habitação, buscando e articulando a participação dos governos estadual e federal, da iniciativa privada e de organizações não governamentais.

10- Garantir o subsídio nos programas habitacionais de interesse social

11- Incentivar a criação de cooperativas populares para atender à demanda habitacional.

12- Incentivar, com fiscalização, a ampliação do controle social e o estabelecimento de parcerias do poder público com a sociedade civil, priorizando o atendimento à população de mais baixa renda, organizada nos movimentos pela moradia.

13- Garantir linhas de crédito para a população de baixa renda, para reforma e melhoria das moradias já existentes em Zonas de Especial Interesse Social 1 e 3 (ZEIS 1 e 3).

14- Implantar política de controle social articulada com outros municípios.

15- Promover os processos de pesquisa e produção de materiais de construção, com utilização de mão de obra ociosa no município, visando a redução dos custos da moradia popular e a ampliação da oferta de trabalho.

D - Espaço público

1- Adequar e valorizar os espaços públicos destinados aos deslocamentos e à permanência das pessoas, assegurando a qualidade urbana e ambiental adequada dessas áreas, na dinâmica de crescimento da cidade.

2- Promover e maximizar o acesso e a busca de condições adequadas de conforto e segurança para a permanência das pessoas nos espaços com capacidade de polarização/centralidade.

3- Buscar condições adequadas de conforto, em especial no que diz respeito à poluição sonora.

4- Garantir o uso público do espaço público, priorizando o pedestre, solucionando ou minimizando conflitos existentes entre trânsito a pé e de veículos e garantindo qualidade na orientação e no tratamento urbanístico de áreas preferenciais para o seu deslocamento.

5- Ampliar a oferta de espaços que favoreçam o encontro e o lazer das pessoas fora da área central, em especial em periferias, vilas e favelas, assegurando a manutenção dos existentes e aproveitando áreas públicas de interesse ambiental.

6- Incentivar a formação de parcerias entre poder público, iniciativa privada, organizações não governamentais, comunidade e demais entidades, de forma a promover a criação, preservação e manutenção de espaços e equipamentos de uso público.

7- Criar e garantir ou otimizar as condições de segurança e salubridade nos espaços de uso público de forma igualitária, divulgando essas condições para a população.

8- Garantir a manutenção dos espaços que favorecem o encontro e o lazer das pessoas com a substituição dessas áreas quando sua destinação for alterada para outros usos.

9- Promover a aplicação ou ampliação conveniente da legislação que regulamenta a utilização dos espaços públicos, em especial das calçadas.

E - Patrimônio histórico e cultural

1- Garantir a proteção, preservação, recuperação, sinalização, identificação, fiscalização, indicação, delimitação e localização de marcos, referências e espaços de importância histórica, cultural, paisagística e turística, valorizando identidades locais e da cidade como um todo dentro de um planejamento global.

2- Promover e incentivar a revitalização de áreas e edificações de valor especial, particularmente através de incentivo ao uso residencial na área central e em centros regionais, assim como de incentivo a usos compatíveis com os imóveis e a vocação das áreas que constituem patrimônio cultural e urbano do município.

3- Criar e reforçar iniciativas de informação, educação e divulgação, assim como garantir ou buscar maior visualização de edificações, conjuntos urbanos e paisagens de valor histórico-cultural, ampliando a conscientização e o reconhecimento da importância de sua preservação pela população.

4- Estabelecer medidas de incentivo à formação de parcerias entre poder público, iniciativa privada, organizações não governamentais, comunidade e demais entidades, de forma a recuperar, preservar, proteger e manter o patrimônio cultural, histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico e arqueológico do município

5- Estabelecer instrumentos mais efetivos de incentivo econômico, urbanístico e outros que permitam ao detentor de bem tombado a sua manutenção em bases satisfatórias.

6- Implementar ações para a efetiva preservação do símbolo de Belo Horizonte, a serra do Curral, inclusive com gestões junto aos outros municípios onde ela se insere.

7- Criar novos mecanismos, e reforçar e divulgar os existentes, de denúncia para o cidadão, dos infratores e responsáveis pela prática de crimes contra o patrimônio histórico, junto aos órgãos competentes.

8- Assegurar a proteção da paisagem urbana como parâmetro das políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade.

9- Incrementar os instrumentos de incentivos compensatórios.

F- Sistema viário e transporte

1- Reformular a estrutura viária radioconcêntrica, principalmente através de interligações transversais que integrem os elementos estruturais do município.

2- Implantar obras e adequações viárias para priorização do atendimento ao sistema de transporte coletivo e sua interação com a circulação de automóveis, em consonância com as diretrizes ambientais, em especial as de preservação de fundo de vales.

3- Implantar obras e adequações viárias para priorização também dos meios de transporte não motorizados.

4- Implementar programas e projetos que favoreçam a circulação segura e confortável, preferencialmente dos pedestres, priorizando grupos específicos tais como idosos, gestantes, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com criança no colo e crianças, conforme parâmetros de acessibilidade ambiental.

5- Reduzir o impacto ambiental decorrente da circulação dos veículos, mediante restrição do uso de automóveis e do estacionamento em vias de circulação de transporte coletivo, principalmente na área central.

6- Viabilizar e efetivar alternativas de financiamento da infra-estrutura e produção do transporte e promover a revisão do modelo de remuneração das subconcessionárias de transporte coletivo, incorporando instrumentos de captação de receita e eficiência econômica, com garantia da qualidade dos serviços.

7- Promover a ampliação do sistema metroviário, privilegiando sua inserção na área central e nos vetores de maior densidade demográfica e/ou maior demanda.

8- Promover e agilizar a integração do sistema viário e de transporte municipal no âmbito metropolitano, inclusive quanto à sua gestão ou co-gestão, buscando a municipalização das rodovias estaduais e federais dentro do município.

9- Criar mecanismos de atração de usuários de transporte individual, inclusive no que diz respeito à sua participação na gestão do sistema de transporte.

10- Rever as gratuidades no acesso ao sistema de transporte público municipal.

11- Utilizar o sistema de transporte coletivo como mecanismo de fomento das atividades comerciais, com prioridade às atividades já estabelecidas.

12- Implementar política para manutenção e reconstituição das vias com pavimentação poliédrica e criação de mecanismos de consulta popular para modificação de sistemas de calçamento.

13- Investir na fiscalização do sistema de transporte.

14- Implementar política de carga e descarga no município, com destaque para a área central.

G - Condições ambientais

1- Formular e implementar políticas públicas integradas e compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável definido na Agenda 21

2- Promover a articulação da gestão ambiental democrática, integrada e compartilhada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), consolidada dentro do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), visando a busca de soluções para problemas ambientais de interesse comum, especialmente quanto à ocupação do espaço.

3- Garantir a valorização, recuperação e preservação dos recursos naturais, especialmente dos recursos hídricos, e dos corredores de biodiversidade, integrando-os à paisagem urbana e associando-os à criação de espaços de lazer, recreação e turismo, evitando a canalização dos cursos d'água

4- Considerar bacia ou sub-bacia hidrográfica como uma das unidades de planejamento para a gestão urbanística e ambiental, bem como os comitês de bacia como instâncias de participação da sociedade civil na gestão ambiental.

5- Criar e implementar políticas municipais de áreas verdes, de nascentes e arborização, de controle, uso e monitoramento das condições ambientais, em especial as de permeabilidade do solo, e de educação ambiental.

6- Implementar as políticas municipais de áreas verdes e arborização, voltadas, em especial, para as áreas periféricas.

7- Considerar nas políticas ambientais municipais a preocupação com novos fatores que interferem na qualidade ambiental do município, como, por exemplo, as radiações eletromagnéticas.

8- Promover a gestão pública municipal e integrada dos serviços de saneamento, com controle social, garantindo-se a participação popular e a qualidade da prestação dos serviços, e estabelecendo mecanismos de controle e de monitoramento de pontos críticos.

9- Promover a articulação com o governo do estado e com os demais municípios da região para a solução das interfaces das questões de saneamento, especialmente as relativas à drenagem, recursos hídricos, produção de água, tratamento de esgotos, disposição final de resíduos sólidos e controle de vetores.

10- Promover a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos.

11- Criar e implementar políticas municipais, visando o controle da poluição provocada pelas ondas eletromagnéticas.

12- Promover a universalização dos serviços de varrição, coleta e reciclagem de resíduos sólidos.

13- Promover a universalização dos serviços de saneamento.

14- Promover a racionalização e diminuição dos desperdícios de energia e recursos naturais.

15- O poder público municipal assumir seu papel constitucional de titular e poder concedente dos serviços de saneamento, fiscalizando a atuação das concessionárias prestadoras de serviço.

16- Compatibilizar o crescimento urbano da cidade com a preservação da qualidade ambiental.

H - Gestão

1- Diretriz Geral

Promover a estruturação de um sistema municipal e metropolitano de planejamento e gestão urbana democrática, descentralizada e integrada.

2- Gestão Administrativa

2.1- Estimular o processo de descentralização e autonomia administrativa como forma de aproximar a administração pública da população e melhorar a agilidade e a qualidade da prestação dos serviços, reduzindo o controle político-financeiro centralizado e garantindo recursos para sua efetivação.

2.2- Reduzir a defasagem entre planejamento e execução das ações da administração municipal, em especial as obras aprovadas do Orçamento Participativo.

2.3- Reformular, modernizar, integrar e agilizar o sistema e os processos de licenciamento de atividades urbanas, investindo na divulgação da legislação urbanística vigente.

2.4- Investir na melhoria da estrutura dos serviços de monitoramento e fiscalização, inclusive da infra-estrutura humana e material, para dotar suas ações de maior eficiência e eficácia.

2.5- Reforçar, efetivar e divulgar a integração entre órgãos da administração municipal e destes com os das esferas estadual e federal.

2.6- Reforçar o planejamento no nível das regiões administrativas, do município e metropolitano.

2.7- Investir no estabelecimento de procedimentos sistematizados no andamento dos processos no âmbito municipal, de modo a garantir atendimento equânime aos cidadãos.

2.8- Criar mecanismo de publicização da fundamentação legal nos casos de intervenções urbanísticas que provoquem clamor popular.

2.9- Criar mecanismos para arcar com os custos de participação por parte dos munícipes, principalmente no que diz respeito ao transporte.

3- Gestão Participativa

3.1- Estimular e divulgar o funcionamento de um sistema participativo de gestão metropolitana que inclua instâncias de discussão temática e das demandas locais, estabelecendo-se critérios de participação.

3.2- Estabelecer uma rede constituída pelas instâncias de participação de âmbito municipal, regional ou local de forma a favorecer sua integração e melhor definir suas atribuições e caráter.

3.3- Investir na mobilização social, na divulgação de informações e na promoção de processos de capacitação para melhor preparar a população para a participação.

3.4- Promover a integração do sistema de gestão participativa das políticas urbanas e sociais.

3.5- Aperfeiçoar os mecanismos de funcionamento dos conselhos municipais, valorizando seu caráter deliberativo e a participação da sociedade civil em sua composição.

4.2 - Síntese das Propostas Aprovadas

Apresenta-se aqui uma síntese comentada das principais propostas aprovadas, elaborada por equipe da Prefeitura. Acrescentam-e algumas observações sobre pontos do diagnóstico e das diretrizes relativos às propostas. A íntegra das propostas encontra-se no Anexo VI.

4.2.1- Legislação Urbanística

A - Zoneamento e ocupação do solo

O processo de crescimento da cidade é considerado como "desordenado" e "não sustentável", regido pelo interesse econômico e pela especulação imobiliária, tendo resultado em concentração e centralização de bens e serviços urbanos, saturação ambiental de diversas áreas e queda na qualidade de vida da cidade como um todo.

O adensamento excessivo de algumas áreas, em contraste com a existência de áreas vazias e de um grande número de lotes vagos, é outro conflito identificado. O superadensamento de áreas mais centrais é visto como um fator de atração de investimentos em serviços e infra-estruturas urbanas para estas áreas, prejudicando as periferias.

Processos igualmente desaprovados são o superadensamento construtivo, considerado como fator de degradação ambiental, a "verticalização excessiva", que vem causando descaracterização de bairros tradicionais, e a verticalização sem planejamento das infra-estruturas em bairros novos como Buritis e Belvedere.

Essas constatações fundamentaram diretrizes traçadas para a formulação de propostas relativas à dinâmica do crescimento da cidade, destacando-se as que recomendam:

- "Controlar o adensamento construtivo e habitacional, respeitando as vocações e características ambientais e locais, de acordo com a infra-estrutura urbana, promovendo-se as devidas adequações aos índices construtivos estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS)[30] e a legislação que a regulamenta."
- "Compatibilizar o crescimento urbano da cidade com a preservação da qualidade ambiental."

As propostas formuladas em cumprimento às diretrizes levaram em conta que a cidade vem sendo submetida a altos índices construtivos. Face a esses problemas e às diretrizes da Conferência foi aprovado um conjunto de propostas que buscam reverter o processo de degradação do espaço urbano de Belo Horizonte, adequando os parâmetros construtivos definidos na LPOUS. Foram propostas alterações nos parâmetros do zoneamento, revisão de parâmetros construtivos não relacionados ao zoneamento, adoção de critério único para cálculo dos afastamentos laterais e de fundos na cidade, e mudanças de zoneamento.

B - Parâmetros do zoneamento

Com o objetivo de reduzir o diferencial de adensamento construtivo e populacional entre as áreas mais centrais e as periferias, as propostas mais relevantes de alteração de parâmetros de zoneamento referem-se às zonas: Zona de Proteção (ZP-3)[31], Zona Adensada (ZA), Zona de Adensamento Preferencial (ZAP),

[30] Lei n.º 7.166, de 27/08/1996, que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município.

[31] "Art. 7º - São ZPs as regiões sujeitas a critérios urbanísticos especiais, que determinam a ocupação com baixa densidade e maior taxa de permeabilização, tendo em vista o interesse público na proteção ambiental e na preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico, e que se subdividem nas seguintes categorias:

Zona Central de Venda Nova (ZCVN) e Zona Central do Barreiro (ZCBA). Seu objeto é o rebaixamento do potencial construtivo, mediante redução do coeficiente de aproveitamento (CA), e do potencial de adensamento residencial, mediante aumento da quota de terreno por unidade habitacional (QT). Além destas, foi proposta a alteração dos parâmetros de ocupação das áreas de Zona de Preservação Ambiental (ZPAM), especialmente as de propriedade particular.

Para as áreas de propriedade pública situadas na ZPAM, foi proposto o resgate das restrições originais estabelecidas pela Lei N.^{O} 7.166/96, vedando-se, inclusive o parcelamento dos terrenos. Para as áreas de propriedade particular, que pela lei vigente podem ser ocupadas com os parâmetros da ZP-1, foram propostos parâmetros de ocupação mais permissivos que os da ZPAM propriamente dita e mais restritivos que os da ZP-1, quais sejam:

– coeficiente de aproveitamento = 0,1;
– taxa de ocupação = 0,05;
– taxa de permeabilização = 80 %;
– quota de terreno por unidade habitacional = 5.000 m².

Para a ZP-3, que corresponde ao bairro Belvedere III, bairro inteiramente verticalizado junto à serra do Curral, a proposta visa conter o agravamento da interferência do volume das edificações na paisagem natural da serra, propiciar um adensamento residencial condizente com uma zona de proteção, assim como reduzir o impacto da densidade populacional no sistema viário da região.

Também foi proposto estudo de controle de altimetria, com vistas à redução do impacto da verticalização das edificações na paisagem da serra do Curral, escolhida pela população como símbolo de Belo Horizonte. Alterações propostas:

– redução do coeficiente de aproveitamento (1,5 para 1,2);
– aumento da quota de terreno por unidade habitacional (90 para 200 m²).

A ZA é uma área muito adensada que corresponde a bairros como Cidade Nova, Coração Eucarístico, Alto Barroca, Gutierrez, Santo Antônio, São Pedro, Carmo, Sion, Cruzeiro, Anchieta, Serra e São Lucas. Seu adensamento fica cada vez mais incompatível com o sistema viário (trata-se de bairros cuja população apresenta uma alta taxa de motorização). Nos últimos anos, essa zona sofreu um ritmo acelerado de construção, agravando sua saturação ambiental. Concebida como zona de adensamento contido, ela tem índices construtivos mais permissivos do que o da zona adensável, o que justifica a redução proposta. Alterações propostas:

– redução do coeficiente de aproveitamento (1,5 para 1,2);
– aumento da quota de terreno por unidade habitacional (40 para 60 m²).

A ZAP é a zona correspondente a áreas com condições de infra-estrutura e geológicas consideradas propícias ao adensamento. Pertencem à ZAP, por exemplo, os bairros Buritis, Carlos Prates, Padre Eustáquio, Sta. Efigênia, Pompéia, Floresta, Sagrada Família, , Planalto, Guarani, Heliópolis, João Pinheiro, Glória, Serrano, Santa Amélia, Jaraguá, Rio Branco, Letícia, Lindéia, Milionários. Alterações propostas:

– redução do coeficiente de aproveitamento (1,7 para 1,5);
– aumento da quota de terreno por unidade habitacional (25 para 40 m²).

Seu CA (1,7) é um coeficiente relativamente alto e enseja um nível de verticalização muito criticado pelos participantes, pela descaracterização de bairros tradicionais da cidade. Outro exemplo de ZAP fortemente repudiado pelos participantes da Conferência é o do Buritis.

Temendo a difusão modelo Buritis de ocupação por toda a extensão da ZAP, a proposta aprovada de redução dos parâmetros construtivos tem caráter preventivo.

Além disso, em diversos bairros, como Sagrada Família, Carlos Prates ou Santa Efigênia, a incompatibilidade entre as dimensões do sistema viário e o adensamento potencializado pelos índices atuais é fator de saturação ambiental, o que constitui outra justificativa da proposta.

Para a ZCVN e ZCBA, que correspondem, respectivamente, às zonas centrais de Venda Nova e do Barreiro, foi proposto estudo com vistas à redução dos índices de ocupação. No caso do centro de Venda Nova, a proposta em curso no Executivo de regulamentação da Área de Diretrizes Especiais (ADE) já contempla redução desses índices, considerando as características do centro histórico e seu sistema viário acanhado para o adensamento propiciado pelos índices atualmente permitidos.

I - ZP-1, regiões, predominantemente desocupadas, de proteção ambiental e preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico ou em que haja risco geológico, nas quais a ocupação é permitida mediante condições especiais;
II - ZP-2, regiões, predominantemente ocupadas, de proteção ambiental, histórica, cultural, arqueológica ou paisagística ou em que existam condições topográficas ou geológicas desfavoráveis, onde devem ser mantidos baixos índices de densidade demográfica;
III - ZP-3, regiões em processo de ocupação, que será controlado visando à proteção ambiental e preservação paisagística." (Lei n.º 7166, de 27/08/96)

Para a Zona de Adensamento Restrito - 2 (ZAR-2)[32], a proposta visou a amenização do impacto do adensamento provocado pelos "empreendimentos residenciais, comerciais (clubes, academias, templos etc.), os quais representem riscos impactantes na ZAR-2, exigir-se á em contrapartida, dos empreendedores e/ou responsáveis, medidas compensatórias que priorizem questões como: educação, esportes e cultura, saúde pública, saneamento básico, preservação/recuperação do meio ambiente, segurança, sempre em benefício de comunidade diretamente afetada e em função da carência observada na mesma área." A proposta justifica-se por ser a ZAR-2 uma zona sem condições propícias ao adensamento, e por isto sujeita a índices de ocupação relativamente baixos, onde o adensamento em virtude de grandes empreendimentos acaba sobrecarregando os equipamentos de uso coletivo e a infra-estrutura existentes, prejudicando tanto os novos como os antigos moradores.

C - Afastamento das edificações

Na LPOUS existe uma fórmula que define a variação dos valores dos afastamentos laterais e de fundos exigidos das edificações, de acordo com a altura das mesmas. A ZA e a ZCBH têm tratamento especial nessa fórmula: para elas são definidos afastamentos muito menores do que os exigidos no resto da cidade, resultando em piores condições de conforto ambiental (ventilação, insolação, iluminação, privacidade) nessas zonas. A proposta que foi aprovada consiste, pois, em eliminar essa diferenciação de tratamento, adotando-se critério único para cálculo dos afastamentos laterais e de fundos.

D - Parâmetros construtivos não vinculados ao zoneamento

Quanto aos parâmetros gerais de ocupação, as propostas mais relevantes que foram aprovadas referem-se à altimetria e à taxa de permeabilização.

Tendo em vista atenuar os impactos negativos do processo de verticalização, foi proposto estudo da altimetria na cidade, considerando as características e peculiaridades dos lugares.

O parâmetro taxa de permeabilização tem o objetivo de propiciar infiltração de água no solo e também melhoria climática. Para tanto, a área resultante dessa taxa deveria ser mantida livre e vegetada. Todavia, é permitido por lei que essa área seja substituída por uma caixa de captação e drenagem, o que diminui os benefícios da taxa de permeabilização. Propôs-se revogar essa possibilidade de substituição, para que o parâmetro cumpra plenamente sua função.

Considerando, todavia, que caixas de captação e drenagem têm importante função no retardamento do escoamento das águas pluviais, foi proposto o estímulo à sua utilização, simultaneamente com a área de permeabilização exigida. Para viabilizar essas medidas, propôs-se que seja estudada a redução dos valores da taxa de permeabilização, especialmente para lotes menores que 200 m².

E - Mudanças de zoneamento

Foram propostas adequações e revisões pontuais no zoneamento, visando, na maioria dos casos, efetuar correções de mapeamento.

Em casos como o dos novos parques, as mudanças que foram propostas consistem em atualização do zoneamento.

A proposta aprovada de alteração de zoneamento do Buritis de ZAP para ZA pode também ser considerada como atualização, já que este bairro encontra-se em situação de zona adensada, com precárias condições de acesso.

A proposta aprovada de definição de novas Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS-2)[33] visa à aplicação de critérios mais eficazes de escolha de áreas para programas habitacionais de interesse social, uma vez que as áreas de ZEIS-2 indicadas na Lei n.º 7.166/96 não se efetivaram.

---

[32] "Art. 8º - São ZARs as regiões em que a ocupação é desestimulada, em razão de ausência ou deficiência de infra-estrutura de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, de precariedade ou saturação da articulação viária interna ou externa ou de adversidade das condições topográficas, e que se subdividem nas seguintes categorias:
I - ZARs-1, regiões com articulação viária precária ou saturada, em que se faz necessário manter baixa densidade demográfica;
II - ZARs-2, regiões em que as condições de infra-estrutura e as topográficas ou de articulação viária exigem a restrição da ocupação." (idem)

[33] "Art. 12 - São ZEISs as regiões nas quais há interesse público em ordenar a ocupação, por meio de urbanização e regularização fundiária, ou em implantar ou complementar programas habitacionais de interesse social, e que se sujeitam a critérios especiais de parcelamento, ocupação e uso do solo, subdivindo-se nas seguintes categorias:
I - ZEISs-1, regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda, nas quais existe interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e a sua integração à malha urbana;
II - ZEISs-2, regiões não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, nas quais há interesse público em promover programas habitacionais de produção de moradias, ou terrenos urbanizados de interesse social;
III - ZEISs-3, regiões edificadas em que o Executivo tenha implantado conjuntos habitacionais de interesse social." (idem)

F - Uso do solo

Embora se observe um processo de descentralização em curso, a concentração das atividades de comércio e serviços na área central[34] ainda é excessiva, resultando em grande dependência da cidade em relação a essa área conforme registrado no diagnóstico da CIDADE QUE SOMOS. A rede de "centros da cidade ainda é precária, observando-se ocupação "desordenada" dos corredores de comércio e serviços.

As propostas formuladas em relação ao uso do solo basearam-se nas diretrizes:

- "Garantir a multiplicidade, a diversidade, a acessibilidade e a melhor distribuição de usos no espaço urbano, respeitadas as especificidades de cada área."
- "Estimular, viabilizar e garantir a formação de novos centros, preservando as características ambientais, culturais, sociais e vocações específicas da região, priorizando a manutenção do uso residencial."
- "Estabelecer tratamento diferenciado para a área central, com vistas à sua requalificação, revitalização e desenvolvimento, que considere a grande complexidade funcional e simbólica de seu espaço, sua múltipla significação na estrutura metropolitana e, ainda, a importância da ampliação e/ou manutenção do uso residencial."

No atendimento a essas diretrizes, considerou-se que a legislação vigente oferece condições para a multiplicidade de usos, mas permite que, embora obrigadas à implantação de medidas mitigadoras, as atividades potencialmente geradoras de impactos negativos se disseminem na cidade, podendo competir de forma não desejável pelo espaço dos centros a serem estimulados.

Tendo em vista a qualidade ambiental da cidade como um todo e dos centros em particular, foram aprovadas diversas propostas destinadas a avaliar e, se necessário, rever o critério de localização das atividades do Grupo III[35]. Complementarmente, foi proposta a elaboração de planos locais para os centros mais significativos na estruturação das regiões.

Quanto à área central, a proposta relativa ao uso do solo foi a supressão do impedimento de investimentos públicos na construção e ampliação de sedes de órgãos federais, estaduais e municipais e outros equipamentos impedidos nesta área pela Lei do Plano Diretor[36].

Além do monitoramento permanente do impacto das atividades, foi proposta a revisão da classificação dos usos e das normas relativas às medidas mitigadoras de seus impactos, a partir de avaliação da aplicação da Lei 8137/00[37].

Visando à agilidade na aplicação das normas relativas à localização admissível das atividades, foi proposto atribuir ao Executivo a competência para efetuar a classificação viária das vias implantadas pelo poder público.

G - Área de Diretrizes Especiais (ADE)

Área de Diretrizes Especiais (ADE) é um mecanismo da Lei de Plano Diretor (detalhado na LPOUS, que permite tratamento diferenciado para regiões da cidade que, por suas características, demandem normas diversas daquelas atribuídas ao zoneamento. Apresenta-se como uma forma de respeito às diferenças de algumas áreas da cidade que são importantes para a população local e para a cidade e devem ser valorizadas.

A maior parte das propostas aprovadas diz respeito à criação de ADEs e à definição de critérios para a regulamentação de outras existentes. No entanto, o tema mais polêmico foi a diversificação dos usos na região da Pampulha, condicionada a um estudo vocacional, mais precisamente na área da bacia de contribuição direta da represa.

Quanto ao estabelecimento de novas ADEs, seja a ADE Floresta, as de Referência Simbólica e Histórica e a da bacia da Barragem Santa Lúcia, seja novas ADEs de Interesse Ambiental, constata-se uma intenção comum a todas: maior restrição nas normas de construção. Os argumentos podem apresentar aspectos diferentes: para as duas primeiras, a questão histórica é o fator mais forte; para as duas últimas, no cuidado com os recursos naturais consiste o fundamento. No entanto, um fator foi o desencadeador das propostas aprovadas de criação e regulamentação das ADEs: a ocupação do solo com altas densidades construtiva e populacional atualmente presentes na cidade.

A síntese da CIDADE QUE SOMOS identificou os conflitos, já mencionados, na utilização do solo urbano – "descaracterização de bairros tradicionais e de bairros novos" pela "verticalização excessiva" –, que

---

[34] Corresponde à ZCBH - Zona Central de Belo Horizonte: compreende a área delimitada pela AV. do Contorno e contém a ZHIP - Zona Hipercentral.

[35] "Art. 64 - Ficam estabelecidas as seguintes categorias de uso: I - residencial; II - não residencial; III - misto.
Art. 65 - Os usos referidos nos incisos II e III do artigo anterior, conforme a repercussão produzida pela atividade no ambiente urbano, classificam-se em: I - Grupo I; II - Grupo II; III - Grupo III." (idem)

[36] Lei n.º 7.165, de 27/08/1996, que Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte.

[37] Lei n.º 8137, de 21/12/2000, que altera as leis n.os 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências.

fundamentaram diretrizes como a de “Controlar o adensamento construtivo e habitacional, respeitando as vocações e características ambientais e locais...’.

Para efetivar este controle a ADE apresenta-se como uma opção muito pertinente, atendendo a demandas peculiares de cada lugar.

A essa diretriz agrega-se mais uma que reforça a criação das ADEs quando associada à defesa de uma identidade local que se deseja preservar, tal como as ADEs de Referência Histórica e Simbólica e Floresta:

- “Garantir a proteção, preservação, recuperação, sinalização, identificação, fiscalização, indicação, delimitação e localização de marcos, referências e espaços de importância histórica, cultural, paisagística e turística, valorizando identidades locais e da cidade como um todo dentro de um planejamento global.”

Para a regulamentação das ADEs de interesse ambiental – que já existem, mas sem normas definidas – as propostas aprovadas seguem, também, a idéia do controle e restrição, reforçados pela própria natureza do objeto, relacionado diretamente com os recursos naturais.

Para a serra do Curral, que envolve os dois argumentos acima descritos – a preservação de um elemento natural e de uma referência simbólica – foram formuladas propostas que devem ser contemplados na elaboração do plano que definirá a ADE. Entre as diretrizes, como respaldo para estas propostas, a Conferência já havia recomendado:

- “Implementar ações para a efetiva preservação do símbolo de Belo Horizonte, a serra do Curral, inclusive com gestões junto aos outros municípios onde ela se insere.”

As questões relativas à Pampulha apareceram desde a síntese da CIDADE QUE SOMOS, refletindo uma tensão devido à pressão para a liberação dos parâmetros de ocupação e diversificação do uso para a região. No entanto, os delegados limitaram-se a indicar como negativa a restrição à implantação de atividades não residenciais, enquanto continuaram condenando a “verticalização”. As diretrizes da Conferência também respaldaram as mudanças com o fundamento da multiplicidade de usos na cidade, mas “respeitadas as especificidades de cada área”.

As propostas para a localização de atividades na ADE Pampulha indicaram regras mais permissivas. Vale explicar, entretanto, que o contexto tem suas peculiaridades, já que a região ainda é “protegida”, ou seja, a legislação urbanística sempre determinou parâmetros muito restritivos para a área. Atualmente, dentro da ADE, são permitidas apenas residências unifamiliares. Assim, a Pampulha, sob forte controle, não sentiu a força do agressivo processo de exploração imobiliária, o que tornou possível a preservação dos atributos ambientais e históricos que fazem dela uma referência de Belo Horizonte. Por outro lado, a região se encontra em estado de estagnação e decadência, e a solução seria o estímulo à vocação turística, cultural e de lazer da área. A partir disso, a Conferência aprovou a liberação de instalação de atividades econômicas que respeitem o caráter especial da área da Pampulha, e pelo qual foi considerada uma ADE.

H - Parcelamento do solo

As propostas aprovadas referem-se, sobretudo, a ajustes da LPOUS e de procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) no tratamento do parcelamento de terrenos, em suas várias formas, no sentido de delimitar mais claramente as normas e proteger a intenção da Lei. Preocupou-se, ainda, em reforçar a idéia de, por um lado, evitar a irregularidade, e, por outro, promover a regularização dos parcelamentos implantados sem aprovação.

I - Instrumentos urbanísticos

Um dos principais conflitos do crescimento de Belo Horizonte é a exclusão social, evidenciada pelo grande contingente de pessoas levadas a morar em vilas, favelas, loteamentos irregulares e áreas periféricas sem infra-estruturas e serviços. Ou ainda pela expulsão da população para os municípios vizinhos, “contribuindo” para o processo de metropolização. Está bem demarcada a existência de duas cidades – uma formal e uma informal.

Diante dessa realidade registrada na síntese do diagnóstico da CIDADE QUE SOMOS, coloca-se como negativo o não aproveitamento de áreas ociosas do município para construção de novas moradias. Por outro lado, a legislação existente voltada para a inclusão da cidade informal foi considerada insuficiente.

Todavia, o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade contêm instrumentos importantes de controle do crescimento da cidade e promoção da inclusão social.

Parcelamento, edificação e utilização compulsórios

Este instrumento destina-se a combater a retenção especulativa de imóveis, aumentando sua oferta e reduzindo seu preço. Estabelece que, para áreas não parceladas, não edificadas ou subutilizadas identificadas no Plano Diretor, pode ser exigido, dentro de um prazo estipulado por lei, que o proprietário de

terreno promova seu adequado parcelamento, edificação ou utilização, sob pena de aumento crescente no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Permanecendo a ociosidade, o terreno fica sujeito a desapropriação pelo município, com pagamento em títulos da dívida pública, resgatados no prazo de até 10 anos.

O Plano Diretor de Belo Horizonte contém normas relativas a esse instrumento, limitando sua aplicação a terrenos com mais de 5.000 m² situados em zonas passíveis de adensamento.

As propostas aprovadas estabelecem diretrizes para regulamentação desse instrumento, definindo seus critérios de aplicação. Prevê como zonas passíveis de sua aplicação a ZAP e a ZEIS-2, estendendo a possibilidade de sua aplicação a edificações abandonadas ou obras paralisadas há mais de cinco anos situadas em quaisquer zonas.

Direito de Preempção

Por esse instrumento, o Município tem preferência na compra de imóvel urbano situado em área previamente delimitada por lei municipal.

A proposta aprovada prevê a inserção deste instrumento no Plano Diretor e define como áreas passíveis de sua aplicação: as três categorias de ZEIS, as áreas destinadas a projetos viários prioritários e as áreas de interesse ambiental ou cultural.

Operações urbanas consorciadas

Operação urbana é um conjunto integrado de intervenções coordenadas pelo Município com participação dos proprietários, moradores, usuários e investidores privados, operando transformação urbanística em determinada área da cidade para atingir melhorias sociais e ambientais. Este instrumento já existe no Plano Diretor de Belo Horizonte.

A proposta aprovada amplia as possibilidades de sua aplicação, sugerindo possibilidade de utilização do operações urbanas para regularização de edificações ou de uso. Sugere também que os benefícios da alteração dos parâmetros urbanísticos em uma área possam ser compensados em outra.

Outorga onerosa do direito de construir

É um instrumento que visa reverter para a coletividade parte da valorização que os terrenos adquirem em virtude de investimentos públicos e da legislação urbanística. Com ele, fica facultado, mediante pagamento aos cofres públicos, construir acima de um determinado coeficiente de aproveitamento, em locais e dentro de limites estabelecidos em lei.

A proposta aprovada recomenda a inserção da outorga onerosa entre os instrumentos de política urbana do Plano Diretor e fornece um conjunto de diretrizes para sua regulamentação. Deve ser ressaltada a idéia de isentar os programas habitacionais de interesse social e os equipamentos coletivos de interesse público do pagamento que envolve este instrumento.

Transferência do direito de construir (TDC)

Este instrumento visa assegurar a utilização de imóvel no interesse coletivo, sem prejudicar o proprietário. Por ele, o proprietário de imóvel urbano poderá construir em outro local ou alienar esse direito a outra pessoa, mediante escritura pública. O imóvel precisa ser considerado necessário para fins de implantação de equipamentos urbanos e comunitários, de preservação (imóvel tombado), programa de regularização fundiária, urbanização de área ocupada por população de baixa renda e habitação de interesse social.

Em Belo Horizonte, a TDC foi prevista na Lei Orgânica, instituída no Plano Diretor e regulamentada por decreto. A proposta aprovada amplia as possibilidades de utilização deste instrumento, abre a possibilidade de geração da TDC a partir de áreas de interesse ambiental indicadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e propõe simplificação e correção na fórmula de cálculo da transferência.

Estudo de impacto de vizinhança (EIV)

Este estudo aplica-se a empreendimentos que possam trazer modificações expressivas em uma região, devendo ser discutidos com a vizinhança em seus aspectos positivos e negativos.

A proposta aprovada recomenda a inserção deste instrumento no Plano Diretor, formula diretrizes para sua regulamentação, merecendo destaque a proposta de indicação dos limites e diferenças entre o EIV e o estudo de impacto ambiental (EIA).

P - Fundo municipal de desenvolvimento urbano

Foi proposta a criação deste fundo, destinado a regularização fundiária, habitação de interesse social, constituição de reserva fundiária, ordenamento da expansão urbana, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes, unidades de conservação e outras áreas de interesse ambiental e proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Q - Regularização de parcelamentos e edificações

A "ilegalidade" na ocupação da cidade é associada à segregação socioespacial e à negação da cidadania. Decorrente de um processo de crescimento onde a terra urbana é uma mercadoria valorosa, os loteamentos irregulares ou clandestinos nasceram de uma ação do setor imobiliário, muitas vezes de forma perversa para o conjunto da cidade. Foram implantados lotes a qualquer custo, sem preocupações com a legislação, com a oferta de infra-estrutura ou com os aspectos fisicoambientais. A população com menor poder aquisitivo encontra nesses loteamentos irregulares a possibilidade de morar, mesmo que precariamente. É necessário reverter este quadro e o movimento identificado é o da inclusão, que está nos fundamentos do Plano Diretor e da Conferência.

Na síntese da CIDADE QUE SOMOS, foram registradas as seguintes afirmativas:

- "Como conseqüência dos processos de exclusão e segregação social de seu espaço, a cidade se apresenta dividida em duas: uma cidade formal e uma informal."
- "É visível a dinâmica de exclusão sócio-territorial: a população mais pobre é excluída das áreas com maior recurso e vai ocupar as áreas mais precárias – formando as favelas e os aglomerados – e as áreas periféricas – acomodando-se geralmente em 'loteamentos clandestinos'."

Uma diretriz para a CIDADE QUE QUEREMOS confirma este propósito:

- "Promover um processo de regularização que vise a inclusão urbanística, respeitadas as condições de segurança e a legislação ambiental, de posturas e registros cartoriais."

A definição de um grupo de trabalho específico para tratar a regularização de loteamentos e edificações demonstrou a relevância do assunto para a cidade. As propostas indicaram, então, a forma como isto deve ocorrer, em linhas gerais, de modo que o alvo seja a população que realmente necessita e que o processo seja factível, tornando-o simples, pouco oneroso e com assistência técnica, se necessário. As preocupações também se direcionaram a criar uma possibilidade de regularização de edificações para as camadas de renda mais alta, através de multas, mas com muito controle do tipo de irregularidade a ser atendida.

R - Posturas e código de obras

As discussões do grupo de trabalho que tratou esse tema foram marcadas pela presença de representantes dos chamados "toureiros", camelôs não licenciados pela Prefeitura, o que contribuiu para o grande peso que essa questão tomou ao longo dos trabalhos. O uso do espaço público já foi um tema muito presente desde o desenvolvimento da síntese da CIDADE QUE SOMOS e das diretrizes para a CIDADE QUE QUEREMOS, sobretudo com relação à maneira como os passeios têm sido utilizados, especialmente do ponto de vista do pedestre. Neste caso, não é possível dissociar os passeios dos camelôs. Do ponto de vista da circulação do pedestre, não só as barracas dos camelôs mas outros obstáculos como engenhos de publicidade, mesas e mercadoria do comércio formal e veículos estacionados foram considerados dificultadores do trânsito de pessoas no passeio. E ainda reforçam:

- "Contribuem também, para a precária situação das áreas públicas, a não aplicação de legislação que regulamenta a localização das atividades informais e a ocupação dos espaços públicos."

Contudo, aspectos positivos também são atribuídos aos "trabalhadores da economia informal", na síntese da CIDADE QUE SOMOS: o comércio informal, entendido como camelôs (sem distinção com os toureiros) é apontado como negativo quanto se considera sua localização, prejudicando comércio e pedestres, mas foi valorizado seu papel como alternativa de compra.

As diretrizes aprovadas para nortear a elaboração das propostas destacam a preocupação com as calçadas ao recomendarem:

- "Promover a aplicação ou ampliação conveniente da legislação que regulamenta a utilização dos espaços públicos, em especial das calçadas."

Nas propostas aprovadas, não só os camelôs foram citados como obstáculos à circulação de pedestres nos espaços públicos mas também o mobiliário urbano, mesas e cadeiras. Outro ponto abordado refere-se às questões relativas aos equipamentos de segurança nas vias públicas, no sentido de normatizar sua instalação.

S - Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS)

As propostas, em geral, detalharam as normas existentes direcionadas às áreas definidas como ZEIS, destinadas à moradia de população de baixa renda. As propostas para ZEIS-2 – áreas vazias destinadas à implantação de novos assentamentos – fornecem indicativos para sua regulamentação. Discorrem, principalmente, sobre a forma de definição de novas ZEIS-2 e a determinação de parâmetros menos rígidos para os loteamentos a serem implantados nessas áreas. Quanto à ZEIS 1 e 3, as propostas apontam para um aperfeiçoamento da legislação existente, buscando adequar, ainda mais, as normas à realidade peculiar das vilas e favelas.

Assim, pode-se dizer que todo o trabalho está em consonância com a síntese da CIDADE QUE SOMOS, onde apareceram entre outras as seguintes constatações:

- "A legislação existente voltada para a inclusão da cidade informal ou ilegal é insuficiente, além de se observar falta de comprometimento do Poder Público com o cumprimento desse aparato legal, principalmente nas favelas."
- "São leis benéficas para a cidade: o Plano Diretor, a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, a Lei de regulamentação das ZEIS 1 e 3, além da criação da ADE da serra do Curral e a lei de incentivo à cultura. Ressalva-se que, com relação à ZEIS, apesar da existência de regulamentação, esta não tem sido efetivamente implementada. Além disso, a falta de fiscalização e controle após a regulamentação de algumas áreas e a falta de regulamentação da ZEIS-2 são pontos negativos."

Quanto às diretrizes, sem citar diretamente a legislação, a Conferência, ao indicar a "ampliação da oferta de moradia e lotes urbanizados, em especial à população de mais baixa renda..." e a elevação do "padrão de habitabilidade em assentamentos habitacionais de interesse social....", estabeleceu a direção para as propostas sobre ZEIS. A resposta veio com as propostas de delimitação de novas áreas em ZEIS-2 e com as normas de urbanização mais aprimoradas para as vilas e favelas (ZEIS 1 e 3).

O problema da fiscalização nessas áreas, trabalho que é dificultado pelas características e leis diferenciados, também foi contemplado com uma proposta específica:

- "Desenvolvimento, por parte da PBH, de análise das leis específicas de fiscalização, de forma a acabar com os impedimentos que existem nas referidas leis para se atuar nas ZEIS-1 e ZEIS-3 (posturas, vigilância sanitária, limpeza urbana, obras etc.)."

T - Legislação ambiental

A degradação ambiental é, geralmente, associada ao crescimento da cidade de forma pouco controlada, principalmente na ocupação de áreas inadequadas ou como gerador de poluição generalizada. A preocupação com a questão ambiental foi revelada, de forma ampla, quando a Conferência apresentou no Diagnóstico da CIDADE QUE SOMOS:

- "Foram apontados como fatores negativos, o não cumprimento das leis, a falta de informação e conscientização sobre a legislação; a falta de uma política para reversão da degradação ambiental e a necessidade de revisão da legislação, em especial a de parcelamento, uso e ocupação do solo; a falta de manutenção das praças e parques e de um plano diretor de arborização; a poluição sonora, atmosférica, visual e eletromagnética, acentuada pela insuficiência de fiscalização e falta de aparelhagem; a ineficiência da política de educação ambiental do Município gerando a falta de conscientização da população, o crescimento urbano sem planejamento..."

A legislação e a fiscalização contribuem para o agravamento da situação. Assim, foi registrado no mesmo Diagnóstico que a população tem "a percepção da insuficiência da estrutura da fiscalização na garantia das regras definidas para a utilização do ambiente". Depois, foi aprovada como diretriz para a formulação de propostas:

- "Criar e implementar políticas municipais de áreas verdes, de nascentes e arborização, de controle, uso e monitoramento das condições ambientais, em especial as de permeabilidade do solo, e de educação ambiental."

As propostas aprovadas vão ao encontro dessa diretriz quando estabelecem:

– normas e procedimentos para aperfeiçoar a fiscalização ambiental, sobretudo com relação às penalidades;

– justes nas questões relativas ao licenciamento ambiental;

– controle e monitoramento da poluição ambiental por meio de ações e legislação mais efetivas;

– procedimentos para a recuperação e preservação de áreas verdes e nascentes.

Um assunto mais específico, mas muito presente, foi o das antenas de telefonia celular, que teve em todas as fases da Conferência sua marca gravada, sempre no sentido de garantir um controle mais rigoroso de sua instalação.

Outro ponto que permaneceu no decorrer das discussões sobre a CIDADE QUE SOMOS e a CIDADE QUE QUEREMOS foi a inclusão da bacia hidrográfica como referência territorial para o planejamento urbano.

4.2.2- Intervenções Estruturantes

A - Conceitos e pressupostos

Intervenções Estruturantes são ações positivas que causam impacto significativo em uma região ou em todo o município, com aplicação a curto, a médio e a longo prazo, e que têm uma conotação de irreversibilidade. Nesse sentido, são consideradas estruturantes ações relacionadas à mobilidade entre regiões de Belo

Horizonte ou entre esse e outros municípios, à acessibilidade (aos centros polarizadores, a grandes equipamentos urbanos), ao saneamento, à preservação de recursos naturais, especialmente recursos hídricos, à recuperação de grandes áreas degradadas.

Inclui-se ainda a requalificação de áreas, mediante intervenções no espaço público para assegurar sua vitalidade e sua apropriação pela população, em condições de conforto e segurança, reforçando referências da cidade e identidades regionais.

Intervenções estruturantes resultam, de maneira geral, de objetivos decorrentes do planejamento urbano que visam qualificar ou requalificar o espaço segundo diretrizes do Plano Diretor Municipal. O planejamento urbano municipal produziu ao longo do tempo programas especiais, considerados em seu todo como estruturantes, que implicam intervenções públicas localizadas, com graus de impacto positivos variados sobre a cidade. Destacam-se os seguintes:

– Plano de Reestruturação do Sistema de Transporte Coletivo de Belo Horizonte (BHBUS): propostas para integração dos serviços municipais, intermunicipais e do trem metropolitano para a região de Belo Horizonte;
– Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha (PROPAM): propostas de intervenções físicas de saneamento ambiental e de gestão integrada da bacia hidrográfica;
– Plano Global Específico (PGE): diretrizes integradas para todas as ações necessárias à regularização e urbanização de vilas favelas e conjuntos habitacionais de interesse social;
– Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (DRENURBS);
– Programa de Reestruturação e Integração do Sistema Viário do Município de Belo Horizonte (VIURBS): propostas de implantação de vias prioritárias do Plano de Classificação Viária de Belo Horizonte.

B - Diagnóstico

Não foi apresentado aos participantes das pré-conferências temáticas e regionais o tema intervenções estruturantes. No entanto, nas discussões da CIDADE QUE SOMOS, as grandes intervenções estruturantes implantadas nos últimos anos foram avaliadas positivamente pelos participantes ou foram constatadas necessidades de implantação de outras. Algumas delas foram vinculadas a programas municipais (os de maior conhecimento do público), outras foram identificadas como importantes na estruturação de sistemas de infra-estrutura urbana.

Assim, no sistema de transporte, o BHBUS, cuja proposta possui maior visibilidade, foi amplamente discutido em todas as pré-conferências. Sua aceitação é geral, e a maior crítica ao programa está centrada na demora de sua implantação. As estações do BHBUS já em operação são avaliadas positivamente, embora com ressalvas voltadas para aspectos operacionais. O metrô também foi aprovado, sendo demandada sua extensão para diversas regiões da cidade e sua maior integração com o sistema de transporte coletivo por ônibus.

O sistema viário foi objeto de avaliação pelos participantes, constatando-se a necessidade de sua reestruturação e complementação em razão da deficiência tanto do atendimento do transporte coletivo como do trânsito em geral. Os investimentos na estrutura viária foram considerados insuficientes. Foram apontadas a incapacidade de algumas vias coletoras e arteriais e a falta de vias alternativas à ligação norte-sul da cidade sem passar pela área central. Da mesma forma, verificou-se a inexistência de vias transversais, em algumas regiões, fazendo ligações na direção leste–oeste.

O saneamento, nos aspectos relativos aos esgotos, teve dois pontos principais de abordagem: um, macro, diz respeito aos grandes equipamentos do sistema de esgotos sanitários, como interceptores e estações de tratamento de esgotos, cuja ausência é percebida amplamente pela visibilidade das condições de insalubridade e da poluição de cursos d'água; o outro, localizado em áreas específicas, refere-se à ausência de rede coletora de esgoto sanitário, sobretudo em vilas e favelas, aliada à deficiência da urbanização em geral nessas áreas.

Quanto à drenagem de águas pluviais, sem prejuízo da menção a pontos específicos de deficiência no sistema de macrodrenagem, a nova concepção de tratamento de fundo de vales, evitando-se a tradicional canalização de córregos e implantação de vias sanitárias, foi amplamente aceita, mesmo que não se tenha ainda percebido ações concretas nesse sentido. O programa DRENURBS foi citado como ponto positivo em todas as pré-conferências.

Os espaços públicos foram considerados mal distribuídos na cidade, estando, em grande parte, concentrados e mais bem tratados na área central, existindo pouca oferta nas demais regiões. Alguns fatores foram enfatizados como capazes de dificultar a utilização desses espaços: a infra-estrutura insuficiente, a acessibilidade deficiente, a ocupação desordenada e o uso inadequado. Por outro lado, houve reconhecimento de que a Prefeitura tem se empenhado na criação e adequação dessas áreas.

Constatou-se, porém, a necessidade da criação de mais espaços que favoreçam o encontro, a convivência e o lazer das pessoas.

Quanto aos espaços públicos destinados à circulação das pessoas, mereceu destaque a atenção especial preferencial que deve ser dada aos pedestres, incluindo tratamento das calçadas, segurança, conforto, sinalização adequada.

As maiores deficiências em urbanização foram constatadas, evidentemente, em vilas e favelas. Embora reconhecendo a evolução do processo de regularização dessas áreas e a utilização de PGE como instrumento de planejamento e de orientação das intervenções, os participantes reclamaram da falta de agilidade tanto na sua elaboração quanto na implantação de suas propostas. Incluem-se nessas propostas obras e serviços de melhoria do sistema viário e de saneamento, recuperação das áreas de risco, implantação de equipamentos públicos, entre outras.

Quanto aos programas de recuperação e desenvolvimento ambiental, foi destacada a importância de se recuperar a lagoa da Pampulha e de se investir na preservação de sua bacia hidrográfica de modo a possibilitar a revitalização desse importante patrimônio cultural, de lazer e de turismo. Assim, o PROPAM foi considerado positivo e indispensável.

C - Diretrizes

As principais diretrizes de desenvolvimento urbano, formuladas a partir do diagnóstico e que se relacionam com intervenções estruturantes, são:

Sistema viário e transporte:

- "Reformular a estrutura viária radioconcêntrica, principalmente através de interligações transversais que integrem os elementos estruturais do município."
- "Implantar obras e adequações viárias para priorização do atendimento ao sistema de transporte coletivo e sua interação com a circulação de automóveis, em consonância com as diretrizes ambientais, em especial as de preservação de fundo de vales."
- "Promover a ampliação do sistema metroviário, privilegiando sua inserção na área central e nos vetores de maior densidade demográfica e/ou demanda."

Condições ambientais:

- "Garantir a valorização, recuperação e preservação dos recursos naturais, especialmente dos recursos hídricos, e dos corredores de biodiversidade, integrando-os à paisagem urbana e associando-os à criação de espaços de lazer e recreação e turismo, evitando a canalização dos cursos d'água."
- "Considerar bacia ou sub-bacia hidrográfica como uma das unidades de planejamento para a gestão urbanística e ambiental..."
- "Promover a articulação com o governo do estado e com os demais municípios da região para a solução das interfaces das questões de saneamento, especialmente as relativas à drenagem, recursos hídricos, produção de água, tratamento de esgotos, disposição final de resíduos sólidos e controle de vetores."
- "Promover a universalização dos serviços de saneamento."
- "Compatibilizar o crescimento urbano da cidade com a preservação da qualidade ambiental."

Espaço público:

- "Adequar e valorizar os espaços públicos destinados aos deslocamentos e à permanência das pessoas, assegurando qualidade urbana e ambiental adequada dessas áreas na dinâmica de crescimento da cidade."
- "Promover e maximizar o acesso e busca de condições adequadas de conforto e segurança para a permanência das pessoas nos espaços com capacidade de polarização/centralidade."
- "Garantir o uso público do espaço público, priorizando o pedestre, solucionando ou minimizando conflitos existentes entre trânsito a pé e de veículos e garantindo qualidade na orientação e no tratamento urbanístico de áreas preferenciais para o seu deslocamento."

Condições habitacionais:

- "Articular a política habitacional com as políticas ambiental e social e com as demais políticas urbanas, nos níveis municipal, estadual e metropolitano, garantidos o debate com a comunidade e o controle social."
- "Elevar o padrão de habitabilidade em assentamentos habitacionais de interesse social, de forma planejada e com participação dos moradores, visando minimizar o déficit qualitativo através da promoção de regularização fundiária, urbanização, melhoria qualitativa das unidades habitacionais, recuperação ambiental e controle da ocupação das áreas de risco e de proteção ambiental, estabelecendo um prazo com a comunidade."

- "Fortalecer a política de captação de recursos destinados à implantação da política municipal de habitação, buscando e articulando a participação dos governos estadual e federal, da iniciativa privada e de organizações não governamentais."

D - Propostas

As propostas aprovadas relativas às intervenções estruturantes manifestam sua aprovação aos programas municipais BHBUS, VIURBS, PROPAM, DRENURBS e PGE e recomendam sua implantação de forma integrada. Destacam-se as intervenções abaixo.

Intervenções viárias e de saneamento:

– saneamento das bacias do Vilarinho e do Baraúnas e implantação da Via 220 (Av. Navegantes) no trecho Av. Civilização–Av. Otacílio Negrão de Lima;
– saneamento do córrego do Navio e complementação da Av. Belém;
– projeto integrado da bacia do Isidoro e Via 540 no trecho Av. Cristiano Machado– MG 20: implantação de vias, intercessões, vias coletoras, saneamento e implantação de parques;
– implementação do PROPAM (especialmente a implantação do interceptor da margem esquerda da represa da Pampulha e o desassoreamento da lagoa);
– saneamento de sub-bacia de contribuição direta do ribeirão Arrudas e complementação da Via 206 (Av. Tereza Cristina, na divisa com o município de Contagem);
– saneamento das bacias do ribeirão Pampulha e dos córregos Cachoeirinha e Engenho Nogueira: saneamento com implantação de macro e microdrenagem;
– bacia do Nado / Via 590: saneamento da bacia e implantação de via;
– saneamento das bacias dos córregos Jatobá, Olaria, Camarões e Túnel – Interseção Rua Antônio Eustáquio Piazza (Via 700)/ Av. Nélio Cerqueira (Via 680);
– saneamento da bacia do córrego de Cercadinho e implantação da Via 681 (Av. Cercadinho);
– saneamento da bacia do Cardoso (Av. Mem de Sá): Rua Maria Carmem Valadares;
– saneamento da bacia do córrego do Bonsucesso e do córrego São José e complementação das Vias 210 e 980;
– saneamento e complementação da via 260 (Av. dos Andradas).

Intervenções em saneamento:

– definição e implantação da área de destinação final de resíduos sólidos;
– saneamento da bacia do córrego do Bonsucesso.

Intervenções viárias:

– complementação das vias 710 e 800 (trecho compreendido entre Av. dos Andradas/Av. Cristiano Machado e Av. Presidente Carlos Luz/Av. Tereza Cristina);
– Via 810 (Av. Presidente Antônio Carlos);
– solução de intercessão da Via 230 (Av. Cristiano Machado)/Rua Jacuí/Av. Silviano Brandão;
– implantação de interseções com Av. Heráclito Mourão (Via 700 - Av. Atlântida): implantação de interseções da Av. Heráclito Mourão (Av. Atlântida) com as avenidas Prof. Clóvis Salgado (Av. Sarandi), Av. Presidente Tancredo Neves e Av. Aminthas Jaques de Morais.

Intervenções previstas no BHBUS:

– estações do BHBUS: implantação das estações Alípio de Melo, Salgado Filho, Pampulha, Lagoinha, Saudade e Céu Azul ;
– área central: adequação da área central e dos corredores existentes para priorização do transporte coletivo.

Requalificação de áreas

Quanto à requalificação de áreas, foram destacadas as intervenções abaixo.

Requalificação do hipercentro:

– Praça Sete;
– 4 Estações: implantar o projeto que compreende a área delimitada pela Rodoviária, via férrea, Av. Francisco Sales e Rua dos Caetés;
– tratamento das áreas públicas dos conjuntos urbanos protegidos, segundo as diretrizes definidas pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH);
– Av. Afonso Pena;

– Rua da Bahia.

Outras áreas indicadas para requalificação:

– centro do Barreiro, incluindo o entorno da estação do BHBUS Barreiro ;
– centro de Venda Nova, incluindo o entorno da estação Vilarinho;
– Lagoinha;
– centro do Horto;
– Cristiano Machado, entorno e canteiros centrais;
– Abílio Machado, entorno e canteiros centrais;
– orla da lagoa da Pampulha: apropriação do espaço previsto no parcelamento existente na Av. Otacílio Negrão de Lima, e implantação de áreas de lazer, pista de cooper e ciclovia, junto à lagoa.

Conjuntos urbanos protegidos – tratamento das áreas públicas dos conjuntos urbanos protegidos, segundo as diretrizes definidas pelo CDPCM-BH:

– Praça da Liberdade/ Av. João Pinheiro;
– Praça Floriano Peixoto;
– Praça Hugo Werneck;
– Av. Carandaí/Av. Alfredo Balena.

Estações

– Tratamento urbanístico nas áreas de entorno das estações do BHBUS e do metrô;
– parques;
– implantação do Parque Serra Verde.
– criação dos parques da Baleia e da serra do Curral, integrando-os ao Parque das Mangabeiras.

Gestão interinstitucional

Foram propostas ações de gestão junto a órgãos federais e estaduais, tendo em vista a continuidade da implantação de importantes obras de infra-estrutura viária e de saneamento: na esfera federal, extensão da linha do metrô ao Barreiro e melhorias no Anel Rodoviário (passarelas, interseções, vias marginais); na estadual, remanejamento do terminal rodoviário, melhorias na MG 20 e, quanto ao saneamento, complementação da ETE Arrudas e implantação da ETE Onça.

4.2.3- Gestão de Políticas Urbanas

A questão da gestão metropolitana foi tratada com muita ênfase nas discussões de quase todas as políticas setoriais urbanas, demonstrando que essa tem sido uma grande preocupação da cidade.

Em conformidade com o diagnóstico e as diretrizes aprovadas na Conferência, foi proposto que Belo Horizonte induza um processo de planejamento metropolitano a partir de discussões de problemas comuns com os municípios vizinhos. Propôs-se também a estruturação de um órgão de planejamento metropolitano do qual participem os municípios e o estado, sugerindo-se seu funcionamento através de câmaras temáticas. Além de sugerir os temas que deveriam ser tratados no âmbito metropolitano, a proposta aprovada prevê ainda a compatibilização dos planos diretores municipais com diretrizes a serem fixadas para a Região Metropolitana.

Com relação à gestão administrativa de maneira geral, avaliou-se que a reforma administrativa realizada pela PBH favoreceu a integração entre os órgãos e promoveu a descentralização da prestação dos serviços. Em função disso, foi avaliada positivamente, embora a percepção geral tenha sido a de que sua implantação está muito morosa. Segundo a Conferência, por exemplo, o nível de integração entre os órgãos municipais, e destes com os órgãos das esferas estadual e federal, ainda é insuficiente.

A ausência de um processo de planejamento mais global, do nível metropolitano ao das regiões, foi bastante questionada. A partir disso, foi aprovada uma proposta de se instalar na cidade um processo de planejamento sobre novas bases através da implantação de um amplo sistema de monitoramento do desenvolvimento urbano da cidade. Esse sistema alimentaria o processo de planejamento com informações e avaliações sobre a cidade quanto ao crescimento urbano, à distribuição das atividades econômicas, às condições ambientais e de mobilidade, à situação de moradia, assim como a outros aspectos relevantes da realidade.

Observou-se um sentimento generalizado de aprovação em relação às políticas públicas da área urbana. Houve também um reconhecimento de que efetivamente são realizadas ações de planejamento setorial, ou seja, dentro de cada uma dessas políticas. Entretanto, segundo a Conferência, a execução do que é planejado é muito morosa. As propostas decorrentes dessa constatação apontaram para a estruturação da PBH e para a ampliação dos recursos municipais.

Identificou-se uma mudança de mentalidade da população em geral no sentido de uma maior consciência em relação aos problemas sociais e urbanos. Entretanto, a PBH foi questionada por não investir o suficiente na divulgação de informações e mesmo em processos educativos visando ampliar o nível de conscientização e preparar melhor a população para o acompanhamento das políticas públicas na área urbana. Essa preocupação generalizada gerou, no âmbito da discussão de cada política setorial urbana ao longo da Conferência, inúmeras propostas aprovadas no sentido de solucionar essa falha.

A - Gestão participativa

A dimensão participativa da gestão urbana no âmbito metropolitano foi muito discutida. Foram aprovadas propostas de criação de órgãos e instâncias participativas voltados para a discussão das grandes questões urbanas com repercussão metropolitana, como crescimento urbano, saneamento, meio ambiente, habitação, transporte e outras.

No âmbito municipal, ao longo das discussões sobre as políticas setoriais urbanas, a existência dos inúmeros espaços de participação ligados à administração pública (conferências, conselhos, comissões e processos como o do Orçamento Participativo) foi sempre considerada um aspecto positivo e valorizada como conquista da população. Entretanto, identificou-se uma grande desarticulação entre essas instâncias, o que gera problemas, como a superposição de pautas e calendários, e expressa o anseio de ampliação da participação na discussão das questões estruturais da cidade, de forma mais ativa e integrada.

Nesse sentido, a Conferência propôs a criação de um sistema de gestão urbana participativa constituído pelas instâncias existentes e coordenado por um conselho de desenvolvimento urbano, que substituiria com atribuições mais amplas o atual Conselho Municipal de Política Urbana. Nesse sistema, as instâncias de participação ligadas às políticas setoriais urbanas como meio ambiente, saneamento, habitação, patrimônio e transporte estariam articuladas com os Conselhos Regionais Populares, os CRP, e o conselho de desenvolvimento urbano a ser criado se articularia também com as áreas social e econômica. Desta forma, segundo o que foi aprovado na Conferência, garantir-se-ia uma ampliação do espaço de participação e um mínimo de articulação e integração entre conselhos, conferências e comissões.

Além dessa proposta mais geral, observou-se grande ênfase na proposição de criação de novas instâncias de participação de âmbito mais local, como comissões voltadas para a gestão de operações urbanas ou ligadas às ADE. Também foi forte a preocupação com o acompanhamento mais efetivo da população nos processos de licenciamento dos grandes empreendimentos de impacto, gerando propostas como a realização de audiências, a exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança e a divulgação de informações sobre o empreendimento no local de sua implantação.

B - Política de controle urbano

Um aspecto abordado com muito destaque na discussão de todos os temas foi o controle urbano, tanto quanto aos processos de licenciamento como quanto à fiscalização. A avaliação geral foi de que a fiscalização promovida pela PBH é ineficaz, principalmente por insuficiência de instrumentos legais/administrativos e do quadro de fiscais. A falta de uma fiscalização mais eficiente foi apontada como uma das principais responsáveis pelos processos existentes de degradação urbana e ambiental. Com relação aos processos de licenciamento, a morosidade foi a maior queixa.

Tanto em relação aos processos de licenciamento quanto à fiscalização, as propostas aprovadas são basicamente no sentido da estruturação da PBH, principalmente através da informatização, capacitação das equipes e adequação dos instrumentos. Foram propostas, por exemplo, a manutenção e a disponibilização de informações urbanísticas em nível de lote, de forma a permitir a leitura e compatibilização de dados. Essas propostas visam não só à agilização dos processos de licenciamento como à viabilização da aplicação dos instrumentos urbanísticos. No que diz respeito ao licenciamento, foi proposto também que se tornem mais simplificados e mais integrados os procedimentos.

Em relação especificamente à fiscalização, foi proposta a criação de um corpo jurídico para assessorar essa atividade e a criação de juntas de recurso fiscal, visando aumentar a eficácia e a transparência na prestação dos serviços.

C - Política habitacional

De maneira geral, observou-se uma confirmação e aprovação dos princípios, diretrizes e programas da Política Municipal de Habitação, destacando-se entre eles o subsídio nos financiamentos, a prioridade de atendimento à população de mais baixa renda organizada no movimento pela moradia, a elaboração e implantação dos Planos Globais Específicos para as favelas e os processos autogestionários na produção de novas moradias.

A grande preocupação – e o principal questionamento – foi quanto à insuficiência de recursos. Assim, são muitas as propostas aprovadas que buscam soluções para esse problema, como intensificação da captação de recursos externos, potencialização dos recursos existentes através do estabelecimento de parcerias e

levantamento de recursos através da aplicação de instrumentos urbanísticos e do cumprimento de exigências relativas a processos de licenciamento, tais como medidas compensatórias e transferências de percentual de áreas.

Boa parte das diretrizes e propostas aprovadas dizem respeito ao período posterior ao atendimento através dos programas existentes na Política Municipal de Habitação, como, por exemplo: a ampliação e intensificação do acompanhamento social no pós-morar, em conjuntos habitacionais; a linha de crédito para reforma e ampliação de residências com apoio da engenharia pública nas favelas já urbanizadas e regularizadas; e, por ultimo, a manutenção das obras de urbanização implantadas em favelas e conjuntos habitacionais.

Finalmente, outra preocupação que apareceu com destaque foi com relação à não utilização de recursos tecnológicos disponíveis mais adequados às intervenções de Política Municipal de Habitação. Curiosamente, as propostas aprovadas ligadas ao assunto, que vão desde o incentivo à pesquisa e utilização desses recursos até a sua divulgação, relacionam-se, às vezes, com o estimulo à geração de renda, também uma forte preocupação demonstrada.

D - Política de espaços públicos e patrimônio

A principal constatação foi de que a cidade possui muitos espaços públicos que favorecem a permanência e o encontro das pessoas, mas eles estão concentrados na área central e se tornam mais escassos no restante do município, especialmente nas regiões mais periféricas, mesmo considerando iniciativas recentes de criação de novos espaços. Esse fator aliado ao custo do transporte e de tarifas cobradas em alguns casos tornaram o acesso a esses espaços um grande problema para a maioria da população. Para reverter essa situação, as diretrizes foram de criação de novos espaços e de facilitação do acesso aos espaços existentes.

Com relação à situação geral dos espaços existentes, foram apontadas as condições inadequadas decorrentes da insegurança, da manutenção insuficiente, das ações de vandalismo e do desconforto pela falta de banheiros públicos. Em especial no caso dos passeios, foram avaliados como aspectos negativos a ocupação e o uso inadequados desses espaços em razão de sua utilização como área para colocação de mesas por bares e restaurantes, estacionamento de veículos, funcionamento de atividades informais, como as exercidas pelos camelôs, e localização de placas de propaganda. As diretrizes resultantes dessas avaliações apontaram principalmente para o reforço da fiscalização e para a intensificação do estabelecimento de parcerias como forma de viabilizar a manutenção e garantir qualidade urbana nesses espaços.

No que diz respeito à política de patrimônio, a principal constatação foi de que são insuficientes as iniciativas de divulgação sobre seus principais conceitos, assim como sobre os bens tombados e os mecanismos existentes de incentivo à sua preservação. Ressaltou-se a importância da participação da população na gestão dos espaços públicos e de valor histórico-cultural, reconhecendo-se como positivas as iniciativas da administração municipal de promoção cultural que contribuem para o processo de apropriação desses espaços. Nesse sentido, a Conferência propôs como diretriz “Criar e reforçar iniciativas de informação, educação e divulgação, assim como garantir ou buscar maior visualização de edificações, conjuntos urbanos e paisagens de valor histórico-cultural, ampliando a conscientização e o reconhecimento da importância de sua preservação pela população.”

Segundo a Conferência, segundo diretriz já mencionada, deve-se garantir a preservação de espaços de importância histórica, cultural e paisagística, valorizando identidades locais e regionais. Para tanto, esses espaços devem ser identificados e estudados a fim de se definir que intervenções urbanas e quais os parâmetros de parcelamento, ocupação e uso do solo são os mais adequados para sua preservação. Aliado a isso, devem ser criados novos mecanismos, além de reforçar e divulgar os existentes, tanto de incentivo aos detentores de bens tombados como de denúncia de crimes contra o patrimônio histórico.

Por último, destacou-se nas discussões a preocupação com a serra do Curral, símbolo de Belo Horizonte. O que se propôs foi a implementação de ações para sua efetiva preservação, inclusive com gestões junto aos outros municípios onde ela se insere.

E - Política de mobilidade, transporte e trânsito

Ficou clara a aprovação dos projetos existentes na área do transporte coletivo, especialmente o BHBUS. Apesar de algumas críticas pontuais, as melhorias operacionais foram também reconhecidas. As duas maiores preocupações colocadas foram a ausência de integração do transporte coletivo no nível metropolitano e a falta de priorização efetiva do transporte coletivo; essa, segundo as discussões da Conferência, deveria se traduzir em adequações viárias necessárias, numa política de restrição ao uso de veículos privados e em campanhas de estímulo à transferência desses usuários para o transporte coletivo. Com relação à questão metropolitana, propôs-se a criação de um sistema integrado de transporte coletivo metropolitano, envolvendo inclusive a integração tarifária.

Os avanços da política tarifária foram bastante reconhecidos, com destaque para alguns pontos como a integração BHBUS–metrô, o vale-transporte, a Câmara de Compensação Tarifária e a bilhetagem eletrônica. A gratuidade foi também avaliada positivamente no caso de algumas categorias, tendo sido, entretanto, questionada no caso de outras como a dos funcionários dos Correios, da Polícia Militar e outras. A questão mais preocupante, na verdade, pareceu ser a inexistência de integração tarifária metropolitana.

A estrutura viária foi considerada deficiente tanto para o atendimento do transporte coletivo como do trânsito em geral, embora tenham sido reconhecidos alguns pontos positivos, como a manutenção da pavimentação, a sinalização horizontal e vertical, embora precise ser reforçada, e a resolução de problemas de trânsito sem grandes obras.

A preocupação com o congestionamento da área central foi fortemente colocada. A permanência da Rodoviária na Praça Rio Branco, por exemplo, foi questionada pelos transtornos que provoca, o que gerou propostas como a construção de novo terminal rodoviários fora da área central. Duas diretrizes aprovadas pela Conferência traduzem com muita clareza outros aspectos da mesma preocupação. A primeira, também já mencionada, refere-se à reformulação da estrutura viária radioconcêntrica, a segunda propõe:

- "Reduzir o impacto ambiental decorrente da circulação dos veículos, mediante restrição do uso de automóveis e do estacionamento em vias de circulação do transporte coletivo, principalmente na área central."

Um ponto de destaque entre as deficiências apontadas foi a precariedade dos espaços públicos de circulação de pedestres, em especial das calçadas. Como diretriz diretamente vinculada ao assunto, tem-se "implementar programas e projetos que favoreçam a circulação segura e confortável, preferencialmente dos pedestres, priorizando grupos específicos tais como idosos, gestantes, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com criança no colo e crianças, conforme parâmetros de acessibilidade ambiental." A partir disso, foram inúmeras as propostas aprovadas visando garantir que as calçadas se mantenham conservadas, desimpedidas, bonitas e seguras.

Questionou-se também a inexistência de política de circulação para motos e bicicletas. As discussões apontaram, então, para a criação de estacionamentos e faixas de circulação exclusivas para motos, modalidade de transporte individual cada vez mais presente no trânsito.

F - Política de meio ambiente e saneamento

A Conferência ressaltou o potencial de Belo Horizonte como possuidora de "lugares ricos em qualidades ambientais". No entanto, na ótica dos participantes, "a cidade apresenta um crescimento urbano desordenado, tornando-se um fator de degradação ambiental", e citaram "os loteamentos clandestinos, a ocupação das margens dos cursos d'água, a descaracterização de áreas de nascentes,... a degradação da área central e as vilas e favelas" como áreas frágeis nesse sentido. Além disso, foram destacadas a falta de controle sobre a ação das mineradoras na serra do Curral, símbolo de Belo Horizonte, e as diversas modalidades de poluição que vêm se manifestando na cidade, entre elas a sonora e a atmosférica.

As principais causas apontadas para o processo de degradação foram a fiscalização insuficiente e o baixo nível de conscientização da população em geral. Daí a razão de a maior parte das propostas aprovadas estar relacionada com a intensificação das ações de fiscalização e monitoramento, a implantação de uma política municipal de educação ambiental, a ampliação da participação da população nos diversos mecanismos de gestão ambiental e a uma maior divulgação de informações, conceitos, programas e projetos da política ambiental. Destacou-se entre as propostas aprovadas a de criação do agente social ambiental, nos moldes do agente de saúde.

Os aspectos da política ambiental de conhecimento da população foram avaliados positivamente, como a legislação ambiental, o COMAM, os programas e projetos existentes. As discussões se deram, em geral, no sentido da necessidade da ampliação da abrangência dos programas e projetos e das atribuições do COMAM.

Ficou clara a constatação da existência de desigualdade no manejo e na distribuição das áreas de interesse ambiental no município. No que diz respeito a áreas verdes, por exemplo, a região Centro-Sul foi freqüentemente citada como a mais bem equipada em relação às demais regiões; isso, de certa forma, demonstra a má distribuição de investimentos na implantação e manutenção dessas áreas.

Apareceu com destaque a preocupação com a preservação das áreas de interesse ambiental de propriedade particular. Foram aprovadas propostas dos grupos de trabalho no sentido de criar ou aperfeiçoar mecanismos ágeis e eficazes de estímulo à preservação dessas áreas por parte de seus proprietários.

No que diz respeito aos recursos hídricos e suas respectivas áreas de preservação, foi colocada uma preocupação com sua integração e inserção na paisagem urbana. Nesse sentido, foram aprovadas propostas de elaboração e implantação de planos e programas que os vincule à criação de espaços de lazer e recreação, favorecendo sua preservação.

Com relação à drenagem, é reconhecido "o esforço da administração municipal, traduzido pelo Plano Diretor de Drenagem, DRENURBS, PROPAM e parceria com o Projeto Manuelzão, no sentido da mudança conceitual do tratamento dos fundos de vale, abandonando-se a receita ultrapassada da canalização como solução única." Propôs-se, então, garantir a efetiva implantação do Plano Diretor de Drenagem de BH, reconhecendo-se, assim, a importância de uma ação do poder público nessa área, orientada por um processo de monitoramento e planejamento global e integrado. Ainda no mesmo assunto, aprovou-se uma proposta que coloca uma novidade em discussão, sugerindo o "estabelecimento de política de pavimentação de vias públicas que preveja uma taxa mínima obrigatória de pavimentação permeável (a ser exigida para a implantação de novas vias ou para a reforma de vias existentes)."

A percepção dos participantes foi de que há uma boa qualidade na prestação dos serviços de abastecimento de água e de limpeza urbana, com algumas ressalvas, especialmente com relação à necessidade de ampliar a estrutura para recebimento e reciclagem de entulho e fortalecimento da coleta seletiva.

Uma grande preocupação que ficou evidenciada diz respeito ao final de vida útil do aterro sanitário e à iminência de concessão dos serviços de disposição/tratamento final de resíduos sólidos à iniciativa privada que, para tanto, deverá utilizar instalações fora do município; outra preocupação foi com o destino a ser dado ao terreno da região de Capitão Eduardo, originalmente destinado para aquela finalidade. A proposta aprovada na Conferência é de se promover amplo debate público sobre o assunto, assim como a elaboração de um plano diretor de limpeza urbana para o município.

Apesar de se ter destacado como aspecto positivo a aprovação de lei instituindo a Política Municipal de Saneamento e criando o Conselho e o Fundo Municipal de Saneamento, ficou clara a necessidade imediata de sua regulamentação, recomendação que foi aprovada como proposta. Foram apontados alguns questionamentos importantes com relação à ineficiência da coleta, da interceptação e do tratamento do esgoto sanitário, assim como à indefinição do novo arranjo institucional de gestão e do novo modelo de prestação de serviços de água e esgoto. As propostas aprovadas apontam no sentido de ampliar o debate sobre o assunto, inclusive através da realização da I Conferência Municipal de Saneamento. Também como uma proposta importante destaca-se a que recomenda a elaboração do plano de saneamento municipal.

G - Política de desenvolvimento econômico

A ênfase nas discussões sobre esse assunto foi em relação a emprego e renda. Boa parte das propostas aprovadas são de incentivo ao empreendedorismo popular, como a priorização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico na instalação de micro e pequenas empresas, criação de programas de geração de emprego e renda, promoção de cursos de qualificação, fomento e assessoria técnica para criação de pequenos empreendimentos comunitários e individuais e incentivo ao cooperativismo. Nessa linha, identificou-se também a preocupação com alternativas possíveis para os camelôs e com a ampliação da representação popular no Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Outra questão que inspirou grande parte das propostas foi a necessidade de descentralização do processo de desenvolvimento econômico do município e, conseqüentemente, de uma distribuição mais pulverizada das atividades econômicas pelo território da cidade. Na mesma linha, foram aprovadas propostas como, por exemplo, de implementação da Agência de Desenvolvimento Econômico e criação de câmaras regionais ligadas a ela. Caberia a esses órgãos elaborar planos de desenvolvimento econômico locais e regionais, criar pólos regionais de geração de emprego e renda e incentivar o associativismo empresarial como estratégia de consolidação de centros locais e regionais.

▪ ANEXO I - REGIMENTOS APROVADOS

REGIMENTO INTERNO DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS
DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - A Conferência Municipal de Política Urbana, instituída pelo Plano Diretor, Lei 7165/96, capítulo VI, tem por objetivo avaliar a condução e os impactos da implementação das normas contidas no Plano Diretor e na legislação de parcelamento, ocupação e uso do solo, sugerir alterações, a ser aprovada por lei, das diretrizes estabelecidas nessas leis, bem como sugerir alterações no cronograma de investimentos prioritários em obras.

Art. 2º - A II Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte, tem por diretrizes:

I. Resguardar o caráter processual da Conferência, de forma a:

a) garantir que as definições sejam efetivamente fruto de uma construção coletiva, partilhada pelas categorias e setores envolvidos;

b) propiciar a manifestação dos diversos olhares e interesses presentes na construção da cidade.

II. Envolver no processo da Conferência as instâncias de participação que discutem temas ligados `a questão urbana e constituem o Sistema de Gestão Urbana Participativa, estimulando através de ampla divulgação a participação das bases de categorias e setores nelas representados.

III. Considerar a Conferência Municipal de Política Urbana como parte integrante da construção de uma "Agenda Urbana" para Belo Horizonte, articulando e compatibilizando a sua realização com os outros processos relevantes de planejamento e gestão urbana existentes no âmbito municipal, como por exemplo a elaboração dos Planos Regionais, a Conferência da Cidade e a Conferência Municipal de Habitação;

IV. Garantir que a participação dos diversos setores e categorias se dê da forma mais efetiva possível;

V. Estimular a abordagem integrada ao longo das discussões, tendo como referência legal o Estatuto da Cidade e como pano de fundo a Agenda Habitat e a Agenda 21.

Art. 3º - A II Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte se realizará no período de 08/10/01 a 30/04/02 e terá como Comissão Organizadora, coordenada pelo Secretário Municipal de Coordenação da Política Urbana e Ambiental, os seguintes representantes:

I. três membros do COMPUR, dos quais pelo menos um será representante do Executivo e um do Legislativo;

II. um membro de cada instância de caráter setorial, a saber: Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural, Comissão Municipal de Transporte e o Conselho Municipal de Limpeza Urbana;

III. o presidente de cada Conselho Regional Popular.

§1º - A Secretaria Municipal de Coordenação da Política Urbana e Ambiental dará o suporte operacional e apoio administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos de organização da Conferência.

§2º - Participará ainda como membro desta comissão um representante do Conselho Municipal de Saúde, que atuará especificamente nas questões pertinentes à organização da Pré- Conferência de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento.

Art. 4º- A II Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte realizar-se-á conforme as seguintes etapas:

a) Etapa I: Abertura;

b) Etapa II: Ciclo de Palestras;

c) Etapa III: Pré-Conferências Temáticas;

d) Etapa IV: Pré-Conferências Regionais;

e) Etapa V: Conferência.

Parágrafo único - O regimento da etapa V da II Conferência Municipal de Política Urbana será aprovado pelos delegados eleitos.

CAPÍTULO II
DA REALIZAÇÃO DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS

Seção I – Da finalidade

Art. 5º - As Pré-Conferências têm como objetivo:

I. Construir, a partir da percepção dos participantes, o diagnóstico da CIDADE QUE SOMOS enfocando o quadro atual e suas tendências;

II. Indicar delegados para a etapa V da II Conferência Municipal de Política Urbana, constante do artigo 4º deste Regimento, conforme critério nele estabelecido.

Art. 6º - Serão realizadas quatro Pré-Conferências Temáticas, a saber:

– Pré-Conferência Temática de Mobilidade, Sistema Viário e Transporte Coletivo;
– Pré-Conferência Temática de Habitação, Vilas e Favelas, que acontecerá junto à II Conferência Municipal de Habitação;
– Pré-Conferência Temática de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento;
– Pré-Conferência Temática de Controle Urbano e Patrimônio Histórico.

Parágrafo único - As datas, locais e horários serão definidos e publicitados até o dia 10/10/01.

Art. 7º - Serão realizadas nove Pré-Conferências Regionais, a saber:

– Pré-Conferência Regional Barreiro
– Pré-Conferência Regional Norte
– Pré-Conferência Regional Nordeste
– Pré-Conferência Regional Venda Nova
– Pré-Conferência Regional Pampulha
– Pré-Conferência Regional Oeste
– Pré-Conferência Regional Noroeste
– Pré-Conferência Regional Leste
– Pré-Conferência Regional Centro-Sul

Parágrafo único - As datas, locais e horários serão definidos e publicitados até o dia 10/10/01.

Seção II – Das inscrições

Art. 8º - Os interessados em participar das Pré-Conferências Temáticas de Mobilidade, Sistema Viário e Transporte Coletivo, de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento, de Controle Urbano e Patrimônio Histórico, e das Pré-Conferências Regionais, deverão se inscrever pelos telefones 3277-9450 e 3277-9451 ou nos seguintes locais:

a) Avenida do Contorno, 5454, 8º andar – Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental.

b) Avenida Afonso Pena, 4000, 5º andar – Secretaria de Regulação Urbana

c) Avenida Afonso Pena, 4000, 6º andar – Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Urbano.

d) Nas administrações Regionais, a saber:

Regional Barreiro

Regional Norte

Regional Nordeste

Regional Venda Nova

Regional Pampulha

Regional Oeste

Regional Noroeste

Regional Leste

Regional Centro-Sul

§1º - A inscrição citada no caput será:

a) Nas Pré-Conferências temáticas no período de 10/10/01 até o limite de duas horas após o início dos trabalhos no respectivo sábado, exceto na Pré-Conferência de Habitação, Vilas e Favelas;

b) Para as Pré-Conferências Regionais no período de 07/01/02 até o limite de duas horas no respectivo sábado.

§ 2º - Poderão participar das Pré-Conferências Temáticas qualquer cidadão, devendo identificar, no ato da inscrição, por qual categoria se fará representar, dentre as seguintes: popular, empresarial e técnico .

§ 3º - Poderão participar das Pré-conferências Regionais os representantes das Plenárias dos Conselhos Regionais Populares – CRPs, titulares ou suplentes.

Art. 9º - A Pré-Conferência Temática de Habitação, Vilas e Favelas ocorrerá junto à II Conferência Municipal de Habitação, devendo seguir uma dinâmica especial, a saber.

§ 1º - Os interessados deverão se inscrever nos seguintes locais:

a) Avenida do Contorno, 6664 – 1º andar

b) Nas Administrações Regionais:

– Regional Barreiro
– Regional Norte
– Regional Nordeste
– Regional Venda Nova
– Regional Pampulha
– Regional Oeste
– Regional Noroeste
– Regional Leste
– Regional Centro-Sul

§ 2º - As inscrições da Pré-Conferência Temáticade Habitação, Vilas e Favelas se darão no período de 15/10/01 a 09/11/01;

§ 3º - Poderão participar os representantes dos respectivos segmentos afins, discriminados no art.2º da lei municipal 6508/93, devendo indicar quando da sua inscrição a categoria a qual representará, dentre as seguintes: popular, empresarial e técnica.

Seção III – Das Pré-Conferências

Art. 10º - As Pré-Conferências serão coordenadas pelo Secretário Municipal de Coordenação de Política Urbana e Ambiental ou representante por ele indicado.

Art. 11 - O credenciamento será efetuado nas três primeiras horas a partir do horário previsto para o início das Pré-Conferências, conforme descriminado no art. 6º desse Regimento.

§ 1º - Terão direito a voto somente os participantes devidamente credenciados.

§ 2º - O credenciamento nas Pré-Conferências Regionais, encerrará duas horas após o início dos trabalhos no respectivo sábado de cada Pré Conferência.

Art. 12- Durante as Pré-Conferências serão instalados grupos de trabalho, cada qual com o número limite de participantes na ordem de 40 pessoas, sendo que todos os grupos discutirão a mesma pauta, ou seja, o diagnóstico da CIDADE QUE SOMOS.

§ 1º - Os grupos de trabalho serão coordenados por técnicos indicados pela Prefeitura de Belo Horizonte.

§ 2º - Cada grupo nomeará um relator que será responsável pela apresentação do documento contendo as conclusões sobre a CIDADE QUE SOMOS, que deverá ser apreciado pela plenária final de cada Pré-Conferência.

§ 3º - Cada Pré-conferência Temática poderá promover discussões sobre assuntos específicos da área de atuação do setor em questão.

Seção IV- Dos delegados

Art. 13 - Nas Pré-Conferências Temáticas serão eleitos os delegados que participarão da etapa V da II Conferência Municipal de Política, prevista no artigo 4º deste Regimento, assim distribuídos em setores e categorias:

I- Pré-Conferência Temática de Mobilidade, Sistema Viário e Transporte Coletivo:

– Empresarial: até dez delegados;
– Técnico: até dez delegados;
– Popular: até dez delegados.
– mais um delegado para cada 50 participantes até três delegados

II. Pré-Conferência Temática de Habitação, Vilas e Favelas:

– Empresarial: até dez delegados;
– Técnico: até dez delegados;
– Popular: até dez delegados.
– mais um delegado para cada 50 participantes até três delegados

III. Pré-Conferência Temática de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento

– Empresarial: até dez delegados;
– Técnico: até dez delegados;
– Popular: até dez delegados.
– mais um delegado para cada 50 participantes até três delegados

IV. Pré-Conferência Temática de Controle Urbano e Patrimônio Histórico

– Empresarial: até dez delegados;
– Técnico: até dez delegados;
– Popular: dez delegados.
– mais um um delegado para cada 50 participantes até três delegados

§ 1º - Serão eleitos três suplentes de delegados por setor em cada Pré-Conferência.

§2º - Cada categoria (empresarial, técnica e popular) elegerá, entre os presentes, seus respectivos delegados e suplentes na plenária de cada Pré-Conferência, exceto na Pré-Conferência Temática de Habitação, Vilas e Favelas cuja regra está estabelecida no parágrafo seguinte .

§3º - Para a Pré-Conferência temática de Habitação, Vilas e Favelas cada categoria (empresarial, técnica e popular) elegerá seus respectivos delegados e suplentes, dentre os delegados presentes na II Conferência Municipal de Habitação.

Art. 14 - Em cada Pré-Conferência Regional serão eleitos, dentre os presentes, os delegados que participarão da etapa V da II Conferência Municipal de Política Urbana, conforme estabelecido no artigo 4º deste Regimento, assim distribuídos:

I. Pré-Conferência Regional Barreiro

– dez delegados;
– mais um delegado para cada 50 participantes até quatro delegados.

II. Pré-Conferência Regional Norte

– dez delegados;
– mais um delegado para cada 50 participantes até quatro delegados.

III. Pré-Conferência Regional Nordeste

– dez delegados;
– mais um delegado para cada 50 participantes até quatro delegados.

IV. Pré-Conferência Regional Venda Nova

– dez delegados;
– mais um delegado para cada 50 participantes até quatro delegados.

V. Pré-Conferência Regional Pampulha

– dez delegados;
– mais um delegado para cada 50 participantes até quatro delegados.

VI. Pré-Conferência Regional Oeste

– dez delegados;
– mais um delegado para cada 50 participantes até quatro delegados.

VII. Pré-Conferência Regional Noroeste

– dez delegados;

– mais um delegado para cada 50 participantes até quatro delegados.

VIII. Pré-Conferência Regional Leste

– dez delegados;

– mais um delegado para cada 50 participantes até quatro delegados.

IX. Pré-Conferência Regional Centro-Sul

– dez delegados;

– mais um delegado para cada 50 participantes até quatro delegados.

§ 1º- Serão eleitos três suplentes de delegados em cada Pré-Conferência.

Art. 15 - A escolha de delegados obedecerá os seguintes critérios:

I. os candidatos a delegados deverão estar devidamente credenciados;

II. apenas poderão se candidatar a delegados os participantes presentes na Pré-Conferência da qual pleiteia uma vaga, tendo como comprovação as listas de presença a serem assinadas no início e final dos trabalhos;

III. cada candidato poderá ser eleito delegado em apenas uma Pré-Conferência.

Seção V - Do encerramento

Art. 16 - Casos omissos neste regimento serão apreciados pela coordenação dos trabalhos.

REGIMENTO DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

(relativo à etapa final da II Conferência Municipal de Política Urbana)

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - A Conferência Municipal de Política Urbana, instituída pelo Plano Diretor, Lei 7165/96, capítulo VI, tem por objetivo avaliar a condução e os impactos da implementação das normas contidas no Plano Diretor e na legislação de parcelamento, ocupação e uso do solo, sugerir alterações, a serem aprovadas por lei, das diretrizes estabelecidas nessas leis, bem como sugerir alterações no cronograma de investimentos prioritários em obras.

Art. 2º - A II Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte, tem por diretrizes:

I. Resguardar o caráter processual da Conferência, de forma a garantir que as definições sejam efetivamente fruto de uma construção coletiva, partilhada pelas categorias e setores envolvidos, e propiciar a manifestação dos diversos olhares e interesses presentes na construção da cidade;

II. Envolver no processo da Conferência as instâncias de participação que discutem temas ligados à questão urbana e constituem o Sistema de Gestão Urbana Participativa, estimulando através de ampla divulgação a participação das bases de categorias e setores nelas representados;

III. Considerar a Conferência Municipal de Política Urbana como parte integrante da construção de uma "Agenda Urbana" para Belo Horizonte, articulando e compatibilizando a sua realização com os outros processos relevantes de planejamento e gestão urbana existentes no âmbito municipal, como por exemplo a elaboração dos Planos Regionais, a Conferência da Cidade e a Conferência Municipal de Habitação;

III. Garantir que a participação dos diversos setores e categorias se dê da forma mais efetiva possível;

IV. Estimular a abordagem integrada ao longo das discussões, tendo como referência legal o Estatuto da Cidade e como pano de fundo a Agenda Habitat e a Agenda 21.

Art. 3º - A II Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte se realizará no período de 08/10/01 a 08/06/02 e será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana, e, na sua ausência ou eventual impedimento, pelo seu suplente.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Art. 4º - A II Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte é constituída das seguintes etapas:

a) Etapa I: Abertura;

b) Etapa II: Ciclo de Palestras;

c) Etapa III: Pré-conferências Temáticas e Regionais;

d) Etapa IV: Etapa Final da Conferência.

Art. 5º - A etapa IV prevista na alínea "d" do artigo 4º deste regimento se constituirá em:

I. Abertura, no dia 19/04/02;

II. Primeira fase, nos dias 20 e 27/04/02, com o objetivo de fechar o diagnóstico da CIDADE QUE SOMOS e uma proposta de diretrizes e princípios gerais para a CIDADE QUE QUEREMOS;

III. Segunda fase, do dia 06 à 24/05/02, com o objetivo de desenvolver, em Grupos de Trabalho (GT), propostas de alterações na legislação urbanística e ambiental, alterações na gestão urbana e intervenções estruturantes, a partir da proposta de diretrizes e princípios aprovada para a CIDADE QUE QUEREMOS na fase anterior;

IV. Terceira fase, nos dias 18 e 25/05 e 08/06/02, com o objetivo de fechar as propostas dos Grupos de Trabalho.

Art. 6º - Poderão participar da Etapa Final da Conferência:

I. Os delegados eleitos nas Pré-Conferências Temáticas e Regionais, ou na sua ausência os respectivos suplentes, com direito a voto e voz;

II. Na Primeira e na Terceira Fase os delegados eleitos nas Pré-Conferências Temáticas e Regionais, ou na sua ausência os respectivos suplentes, que se credenciarem, com direito a voto e voz;

III. Qualquer cidadão, como ouvinte, devendo se identificar no credenciamento, quando houver;

IV. Os técnicos credenciados como equipe de coordenação dos trabalhos da Conferência, com direito a voz.

Art. 7º - O credenciamento será efetuado até duas horas após o início previsto de cada evento da Primeira e da Terceira Fase, sendo entregue ao delegado o crachá de votação.

Parágrafo Primeiro: Após o término do credenciamento e na terceira hora após o início previsto de cada evento, será entregue aos suplentes credenciados e presentes o crachá de votação dos respectivos delegados que estiverem ausentes.

Parágrafo Segundo - Somente o crachá garantirá ao participante o direito a voto na Primeira e na Terceira Fase. Ocorrendo o afastamento do delegado ou de seu suplente durante a realização dos trabalhos o crachá de votação deverá ser devolvido à secretaria dos trabalhos.

Parágrafo Terceiro - Somente haverá reunião do Plenário com a presença da maioria simples dos delegados ou suplentes com direito a voto.

Parágrafo Quarto - As decisões serão aprovadas por maioria simples dos votos dos delegados presentes.

Art. 8º - As inscrições nos Grupos de Trabalho da Segunda Fase serão realizadas, segundo critérios de composição a serem estabelecidos na Primeira Fase, entre os dias 29/04 e 02/05/02, na Secretaria Executiva do COMPUR, situada a Av. Afonso Pena, 4000 – 5º andar – Mangabeiras, pessoalmente ou pelos telefones 3277.9450 ou 3277.9452, no horário de 08:00 às 17:00 horas.

Parágrafo Primeiro - As reuniões dos Grupos de Trabalho da Segunda Fase realizar-se-ão dentro do período definido no artigo 5º deste Regimento, em local e datas a serem definidos por cada Grupo de Trabalho.

Parágrafo Segundo - Os setores que compõem o Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) – Executivo, Legislativo, técnico, popular e empresarial – poderão apresentar na Segunda Fase propostas a serem analisadas pelos Grupos de Trabalho.

Art. 9º - O processo de apresentação, discussão e votação de propostas e emendas seguirá o seguinte trâmite:

Parágrafo Primeiro - os delegados que desejarem pautar a discussão de propostas, já apresentadas pelos GT ou mesmo novas, na plenária do dia 29 de junho próximo (data a ser confirmada), deverão encaminhar por escrito,do dia 27/05/02 até o dia 14/06/02, à Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), localizada no quinto andar do número 4000 da Av. Afonso Pena:

I. Emendas encaminhando novas propostas (emendas aditivas) para discussão e votação em plenária;

II. Emendas encaminhando sugestões de supressão (emendas supressivas) ou alteração (emendas substitutivas) de propostas já apresentadas.

Parágrafo Segundo - As emendas deverão ser justificadas e assinadas por no mínimo 14 (quatorze) delegados e deverão indicar claramente:

a) quando se tratar de emendas supressivas ou substitutivas , nome do Grupo de Trabalho que apresentou a proposta original, assim como subtítulo, número e/ou parágrafo onde ela se localiza;

b) quando se tratar de emendas aditivas, junto a quais temas e subtemas dos Grupos de Trabalho pretende-se incluí-las.

Parágrafo Terceiro - A Coordenação da Conferência procederá à organização das propostas e emendas para votação, podendo destacar para discussão na Plenária do dia 29 de junho (data a confirmar) os casos em que se verificar a existência de:

I. Propostas complementares entre si;

II. Propostas contraditórias entre si;

III. Propostas que contrariem diretrizes aprovadas na II Conferência Municipal de Política Urbana.

Parágrafo Quarto - O processo de votação das propostas e emendas na plenária prevista para realizar-se no dia 29 de junho seguirá o seguinte trâmite:

I. As emendas apresentadas serão discutidas e votadas uma a uma ;

II. As propostas apresentadas pelos Grupos de Trabalho que não forem objeto de emendas, tal como o estipulado no parágrafo primeiro, serão lidas e votadas em bloco, por tema, sem discussão prévia na Plenária.

Parágrafo Quinto - Os delegados que tiverem interesse em esclarecer dúvidas sobre propostas apresentadas e/ou articular-se com demais delegados para apresentação de novas propostas ou emendas, poderão se reunir nos dias 06 e 13 de junho, com o apoio dos coordenadores dos Grupos de Trabalho e respectivas equipes.

I. No dia 06/06/02, o encontro será reservado para os temas dos Grupos de Trabalho de Gestão Participativa, Políticas Públicas, Desenvolvimento Econômico e Obras Viárias e acontecerá no Circo montado para o Conselho da Cidade na Praça da Estação, de 19:00 hs às 21:00 hs.

II. No dia 13/06/02, o encontro estará reservado para os temas dos Grupos de Trabalho de Legislação e acontecerá no auditório do Centro Cultural da UFMG das 19:00h às 21:00h.

Art. 10 - Casos omissos neste regimento serão apreciados pela coordenação dos trabalhos.

▪ ANEXO II - MAPAS TEMÁTICOS DE APOIO ÀS DISCUSSÕES

Foram produzidos algumas coleções de mapas temáticos especialmente para subsidiar as discussões nas pré-conferências. A primeira, abrangendo os temas gerais da cidade, foi utilizada no primeiro momento de todas as pré-conferências, temáticas e regionais, referente à percepção da cidade: cada subgrupo se reunia em círculo tendo os mapas relativos a seu tema de discussão afixados na parede ao lado. A essa coleção somaram-se outros mapas e informações, produzidos pelos órgãos municipais de habitação, transporte, meio ambiente e patrimônio, que compuseram uma exposição monitorada apresentada durante a abertura de cada pré-conferência regional. Uma outra coleção constituiu-se de mapas-base das regiões administrativas do município que foram utilizados como suporte para as discussões dos temas regionais.

Apresenta-se neste Anexo II a reprodução dos mapas da primeira coleção, acrescidos daqueles que constaram do caderno de textos para a discussão geral da cidade (reproduzido no item IV.3.1 - Produtos Relativos à Discussão Geral sobre a Cidade) e da versão preliminar do documento "A cidade que somos: síntese", apresentado aos delegados para discussão e aprovação do diagnóstico (reproduzindo no Anexo III - Texto de Apoio às Discussões dos Delegados). São os seguintes mapas:

N.º DO MAPA	TÍTULO
II.01	Ocupação urbana na RMBH
II.02	Evolução da ocupação urbana de Belo Horizonte
II.03	Taxa de crescimento populacional – 1991-2000
II.04	Densidade demográfica – 1991
II.05	Densidade demográfica – 200
II.06	Taxa de lotes vagos por quadra
II.07	Índice de densidade construtiva (IDC)
II.08	Zoneamento e e hierarquização do sistema viário
II.09	Assentamentos habitacionais não aprovados
II.10	Principais elementos da estrutura urbana
II.11	Sistema viário e de sistema de transporte coletivo municipal (BHBUS)
II.12	Sistema viário municipal
II.13	Espaços de referência simbólica
II.14	Conjuntos urbanos tombados
II.15	Recursos hídricos
II.16	Áreas de especial interesse ambiental
II.17	Sistema de esgotamento sanitário
II.18	Ocorrência de escorpião *x* recursos hídricos *x* atendimento por coleta de lixo em vilas
II.19	Doenças de veiculação hídrica x rede coletora de esgoto
II.20	Incidência de dengue *x* deposição clandestina de entulho

Mapa II. 01 - Ocupação urbana na RMBH

Mapa II. 02 - Evolução da ocupação urbana de Belo Horizonte

Mapa II. 03 - Taxa de crescimento populacional – 1191-2000

Mapa II. 04 - Densidade demográfica – 1991

Mapa II. 05 - Densidade demográfica – 2000

Mapa II. 06 - Taxa de lotes vagos por quadra

Mapa II. 07 - Índice de densidade construtiva (IDC)

Mapa II. 08 - Zoneamento e e hierarquização do sistema viário

Mapa II. 09 - Assentamentos habitacionais não aprovados

Mapa II. 10 - Principais elementos da estrutura urbana

Mapa II. 11 - Sistema viário e de sistema de transporte coletivo municipal (BHBUS)

Mapa II. 12 - Sistema viário municipal

Mapa II. 13 - Espaços de referência simbólica

Mapa II. 14 - Conjuntos urbanos tombados

Mapa II. 15 - Recursos hídricos

Mapa II. 16 - Áreas de especial interesse ambiental

Mapa II. 17 - Sistema de esgotamento sanitário

Mapa II. 18 - Ocorrênica de escorpião *x* recursos hídricos *x* atendimento por coleta de lixo em vilas

Mapa II. 19 - Doenças de veiculação hídrica *x* rede coletora de esgoto

Mapa II. 20 - Incidência de dengue x deposição clandestina de entulho

▪ ANEXO III - TEXTO DE APOIO ÀS DISCUSSÕES DOS DELEGADOS

Este Anexo contém textos que foram apresentados aos delegados como subsídio à discussão. São resultados parciais de estudos em elaboração visando a construção de indicadores de monitoramento do desenvolvimento urbano de Belo Horizonte, bem como informações disponíveis em órgãos técnicos da Prefeitura Municipal.

Está assim organizado:

1 - A RMBH E A GESTÃO METROPOLITANA
2 - DINÂMICA DO CRESCIMENTO URBANO
    2.1 - Crescimento Demográfico Recente de Belo Horizonte e da RMBH
    2.2 - Indicadores da Dinâmica de Ocupação do Solo
3 - EVOLUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO
    3.1 - Uma Abordagem Histórica
    3.2 - Evolução Recente do Mercado Imobiliário
4 - CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO
    4.1 - Situação Habitacional do Município
    4.2 - A Habitação de Interesse Social e a Legislação Urbanística
    4.3 - Política Municipal de Habitação
5 - ESPAÇOS DE REFERÊNCIA SIMBÓLICA
6 – MOBILIDADE, TRANSPORTE E TRÂNSITO
    6.1 - O Sistema Viário e a Mobilidade – Situação Existente
    6.2 - Propostas Existentes de Alteração dessa Estrutura
    6.3 - Estrutura do Sistema de Transporte Coletivo: o BHBUS e o Metrô
    6.4 - Gestão de Transporte e Trânsito

INFORMAÇÕES E ESTUDOS BÁSICOS

1 - A RMBH E A GESTÃO METROPOLITANA

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) começou a configurar-se a partir dos anos 50, com a industrialização ocorrida nas proximidades da capital. A partir de então, no contexto do processo ocorrido no país, polarizado pelos principais centros urbanos, desencadeou-se aqui um intenso crescimento demográfico, com predominância do componente migratório.

Os traços estruturais do espaço urbano de Belo Horizonte e os conflitos a eles relacionados, já delineados desde o início de sua ocupação, foram acentuados e amplificados com crescimento urbano e a metropolização, que se mostra como uma das faces do processo de exclusão social.

De fato, o crescimento do tecido urbano, marcado pelo caráter especulativo do mercado imobiliário, caracteriza-se como um processo de agregação de periferias, que nascem como áreas descontínuas e cada vez mais distantes do núcleo central, carentes de infra-estruturas e serviços urbanos, ocupadas de forma dispersa por populações de baixa renda.

O crescimento periférico "tende a ocorrer em regiões e municípios com pequeno poder de acumulação, reforçando o que tem sido chamado de **metropolização da pobreza**."[38]

Atualmente, a RMBH é integrada por 33 municípios. Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE, a região abrigava no ano 2000 uma população de 4.339.317 habitantes, ou 24,3% da população de Minas Gerais.

A área mais dinâmica da região é o Aglomerado Metropolitano, a grande área urbana contínua que evidencia a expansão da cidade de Belo Horizonte sobre os territórios dos municípios vizinhos[39] . O Aglomerado é um espaço em permanente expansão, onde estão os principais centros propulsores do processo de metropolização e onde se verificam relações cotidianas mais intensas com esses centros, especialmente Belo Horizonte. (Mapa II.1)

O processo de metropolização é marcado pela repartição desigual, entre os municípios envolvidos, dos custos e dos benefícios da urbanização. Para os municípios periféricos, que recebem os contingentes populacionais "expulsos" dos municípios centrais, tornam-se praticamente incontornáveis as dificuldades de provimento de serviços e infra-estruturas urbanas demandados por um crescimento populacional muito superior àquele suportado pelas finanças municipais.

Todavia, esse processo (e a concentração que o tem caracterizado) não vem apresentando efeitos perversos só para os municípios periféricos. A carência acentuada de serviços nesses municípios, além de representar um baixo nível de qualidade de vida para suas populações, acaba impondo uma estreita relação de dependência com Belo Horizonte – afinal, trata-se de uma única cidade, a "Grande BH", com partes pertencentes a municípios distintos.

Essa dependência vai provocar uma enorme sobrecarga nos serviços prestados, relativamente concentrados no município central, com perda na qualidade do atendimento, bem como o congestionamento dos centros principais da cidade (o hipercentro e o centro hospitalar, p. ex.) e do sistema viário principal, resultando em comprometimento ambiental desses espaços.

A RMBH foi oficialmente instituída em 1973 pela Lei Federal Complementar n.º 14, que não só criou outras oito regiões metropolitanas (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém), como também delegou ao Estado a competência de legislar sobre a criação de Conselhos Deliberativos e Consultivos. Foi atribuído a esses conselhos estabelecer as políticas de desenvolvimento metropolitano, contando com o apoio técnico de órgão de planejamento a ser criado pelos governos estaduais.

Em Minas Gerais, a Lei Estadual n.º 6.303, de 1974, regulamentou a RMBH e instituiu seu sistema de planejamento e gestão, ficando o planejamento a cargo do PLAMBEL. Foi garantida no Conselho Deliberativo ampla maioria da representação Estadual, o que comprometeu uma possível gestão compartilhada com os municípios (FJP, CEURB, FAFICH, 1998). Tendo florescido na década de 70, no contexto do regime autoritário e centralizador de recursos e decisões na esfera federal, o planejamento metropolitano entrou em decadência já no início dos anos 80, com o desmonte dos aparatos de planejamento em todos os níveis, inclusive dos organismos federais que atuavam na promoção do desenvolvimento urbano. Essas mudanças ocorreram no bojo do processo de redemocratização política no país que culminou com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988.

A Constituição de 88 deu um tratamento genérico à questão metropolitana e delegou aos estados a

[38] Gestão e Desigualdade Social na Região Metropolitana de Belo Horizonte, FJP, CEURB, FAFICH, 1998.

[39] Municípios participantes do Aglomerado: Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ibirité, Sarzedo, Nova Lima, Sabará, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Vespasiano e São José da Lapa.

competência para instituir regiões metropolitanas, bem como atribuições antes concentradas na União.

A Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgada 1989, criou, como plenário de decisão da RMBH, em substituição aos Conselhos Deliberativo e Consultivo, a Assembléia Metropolitana (AMBEL), tendo entre suas atribuições elaborar e aprovar o plano diretor metropolitano, bem como fiscalizar e controlar sua implantação.

Culminando um processo de desativação iniciado na 2ª metade dos anos 80, o PLAMBEL foi extinto em 1995.

A AMBEL foi criada em 1995 e, desde então, não vem tendo uma atuação significativa, limitando-se a discutir e resolver questões relacionadas a tarifas do transporte coletivo. Uma das fragilidades da AMBEL é quanto aos critérios de representatividade: o município central tem a mesma representação do Poder Executivo que o menor município da região e apenas o Legislativo tem uma participação proporcional à população, definida em lei complementar. Outra fragilidade e que explica em parte o imobilismo da AMBEL é a ausência de um braço de apoio técnico, como era o PLAMBEL. (Jupira Gomes de Mendonça, 1996).

2 - DINÂMICA DO CRESCIMENTO URBANO

2.1 - Crescimento Demográfico Recente de Belo Horizonte e da RMBH

Desde a década de 70, a RMBH vem sofrendo queda no ritmo de crescimento populacional. No entanto, na última década a queda foi muito mais suave do que se esperava [40]. Continua crescendo a participação da RMBH na população de Minas Gerais (24,3%), evidenciando o peso da imigração na dinâmica demográfica da Região Metropolitana. (tabela abaixo)

Tabela III. 1 - População de Belo Horizonte, RMBH e Minas Gerais – Taxas anuais de crescimento e participação (%) da RMBH no Estado, 1970 - 2000

ANO	BELO HORIZONTE		RMBH		MINAS GERAIS		PARTICIPAÇÃO DA RMBH EM MINAS GERAIS
	POPULAÇÃO	TAXA ANUAL (%)	POPULAÇÃO	TAXA ANUAL (%)	POPULAÇÃO	TAXA ANUAL (%)	
1970	1.235.030		1.605.306		11.645.095		13,8
		3,7		4,7		1,6	
1980	1.780.855		2.540.130		13.651.852		18,6
		1,2		2,8		1,3	
1991	2.020.161		3.436.060		15.743.152		21,8
		1,1		2,6		1,4	
2000	2.232.747		4.339.317		17.835.488		24,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

Com uma taxa de crescimento bem inferior à da Região Metropolitana, Belo Horizonte continua perdendo participação na população regional, da qual hoje representa pouco mais da metade. Isto indica incapacidade da capital de reter migrantes. Mesmo assim, o acréscimo populacional de Belo Horizonte entre 1991/00 foi ainda muito importante em termos absolutos (212.586 pessoas).

Dinâmica Populacional no Interior da RMBH

Examinando o interior da RMBH por grupos de municípios (tabela abaixo), verifica-se que o Aglomerado Metropolitano (AM)[41] é a área de maior dinamismo demográfico da RMBH, não obstante a inferioridade das taxas de crescimento populacional dos dois maiores municípios – Belo Horizonte e Contagem – em relação à taxa média regional. Estes dados indicam que a tendência de redução da migração para o núcleo central (Belo Horizonte) estende-se também a Contagem. Em contrapartida, alguns municípios do Aglomerado vêm mantendo altas taxas de crescimento ao longo das últimas décadas, destacando-se, no período entre 1991 e 2000: Betim (6,7%), Ribeirão das Neves (6,2%), Ibirité (6,1%) e Vespasiano (5,3%). Os novos municípios surpreendem: São José da Lapa , com 9,1% contra -0,35% entre 1980/91, quando era distrito de Vespasiano, e Sarzedo, que se desmembrou de Ibirité na década de 90, com 6,9 contra 1,54 entre 1980/91.

[40] Entre 1996 e 2000, as regiões metropolitanas voltaram a crescer em ritmo mais acelerado que a média nacional, apontando uma tendência de reconcentração da população nos grandes centros urbanos. As explicações para o fenômeno estão calcadas no fim das políticas regionais de desenvolvimento e na alta concentração espacial da riqueza. (Andrade e Serra, "Cidades Médias Brasileiras", IPEA, 2001).

[41] Na análise do Aglomerado, tomaram-se as populações totais dos municípios que participam deste espaço.

Nos anos 80, 43% do acréscimo populacional de toda a RMBH ocorreu nos municípios do Aglomerado, fora Belo Horizonte e Contagem; nos anos 90, essa participação subiu para 51%.

A população dos municípios não incluídos no Aglomerado representa apenas 9,5 % do total da região, mas sua taxa de crescimento média elevou-se de 2,41% na década de 80 para 3,28% na década de 90. Neste grupo de municípios, destacam-se, pelas taxas de crescimento na última década: Esmeraldas, Mateus Leme e Igarapé, que tendem a incorporar-se ao Aglomerado em pouco tempo. Esmeraldas, além da alta taxa apresentada, (7,3%), teve um acréscimo de quase 30 mil pessoas.

Tabela III. 2 - Acréscimo populacional e taxas de crescimento na RMBH, por grupos de municípios, 1980, 1991 - 2000

GRUPO DE MUNICÍPIOS	ACRÉSCIMO DE POPULAÇÃO		% DO ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO À RMBH		TAXA MÉDIA ANUAL (%)
	1980 - 1991	1991 - 2000	1980 - 1991	1991 - 2000	1991/2000
Belo Horizonte	239.306	212.586	28,66	25,71	1,12
Contagem	169.111	88.218	20,25	10,67	2,01
AM, fora BH e Contagem	355.436	421.930	42,57	51,03	5,16
Municípios externos ao AM[42]	71.118	104.019	8,52	12,58	3,28
RMBH	834971	826.753	100,00	100,00	2,37

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

Em resumo, os dados de 1980, 1991 e 2000 revelam que está em curso um processo de desconcentração populacional interna na RMBH, evidenciado pela redução gradativa da participação de Belo Horizonte e Contagem e aumento da participação dos demais municípios do Aglomerado Metropolitano.

Com base nas populações dos distritos administrativos que compõem os municípios, constata-se que o maior dinamismo demográfico está ocorrendo nas bordas do Aglomerado – áreas recentemente conurbadas ou em vias de serem anexadas.

Distribuição da População no Município de Belo Horizonte

Distribuição da população por Regiões Administrativas

No período entre 1980 e 1991, tal como na Região Metropolitana, o crescimento demográfico do município de Belo Horizonte concentrou-se nos vetores norte e oeste. As Regiões administrativas ao norte (Venda Nova, Norte e Pampulha) apresentaram taxas de crescimento muito superiores à média do município, acumulando cerca de 41,4% do acréscimo populacional municipal. No vetor oeste de crescimento da cidade, a região do Barreiro, com a segunda mais alta taxa entre as Regiões administrativas (3,3%), concentrou cerca de 26,4% do acréscimo da população municipal. As Regiões Leste e Noroeste sofreram perda de população, as regiões Centro-Sul e Oeste cresceram muito pouco.

Entre 1991 e 2000, manteve-se o crescimento da população nos vetores norte e oeste, todavia com alterações significativas no crescimento das diversas regiões administrativas (Gráficos III.1 a III.4).

Ocorreu uma concentração muito maior do crescimento no vetor norte, sendo mais da metade do acréscimo populacional do município absorvido pelas regiões da Pampulha, Norte e Venda Nova. Nota-se queda na taxa de crescimento de Venda Nova e da região Norte e aceleração no ritmo de crescimento da região da Pampulha, a que apresentou a maior dinâmica demográfica desta década.

No vetor oeste de crescimento da cidade, o Barreiro, embora tenha mantido um crescimento maior do que a média municipal, reduziu bastante seu ritmo de crescimento, perdendo participação no incremento da população municipal.

Por sua vez, a região Oeste, embora tenha crescido pouco, aumentou ligeiramente seu ritmo de crescimento.

O Noroeste, que estava estagnado, perdeu uma população expressiva.

O Centro-Sul está praticamente estagnado e o Leste deixou de perder população, embora apresente uma taxa muito pequena (0,14%).

[42] Municípios não integrantes do Aglomerado: Baldim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Esmeraldas, Florestal, Igarapé, Itaguara, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, São Joaquim de Bicas, Taquaraçu de Minas.

Tabela III. 3 - População de Belo Horizonte por Região Administrativa – 1980/1991/2000

REGIÃO	POPULAÇÃO 1980 (hab.)	POPULAÇÃO 1991		TAXA DE CRESC. 80-91 (% a.a.)	POPULAÇÃO 2000		TAXA DE CRESC. 91-00 (% a.a.)
		(hab.)	%		(hab.)	%	
Barreiro	154.743	221.072	10,9	3,30	263.844	11,8	1,98
Centro-Sul	238.971	251.481	12,4	0,46	261.654	11,7	0,44
Leste	261.626	250.032	12,4	-0,41	253.264	11,3	0,14
Nordeste	211.138	249.693	12,4	1,54	272.145	12,2	0,96
Noroeste	337.765	340.530	16,9	0,07	334.423	15,0	-0,20
Norte	114.585	154.028	7,6	2,73	193.590	8,7	2,57
Oeste	235.650	249.350	12,3	0,52	266.801	11,9	0,75
Pampulha	80.284	105.181	5,2	2,49	141.763	6,3	3,37
Venda Nova	133.730	198.794	9,8	3,67	245.263	11,0	2,36
Belo Horizonte	1.768.492	2.020.161	100,0	1,22	2.232.747	100,0	1,12

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, fornecidos em outubro de 2001.

Distribuição da População por Unidade de Planejamento (UP)

Com o foco nas 81 Unidades de Planejamento de Belo Horizonte, pode-se constatar, de início, que já na década de 80 a baixa taxa de crescimento demográfico de 1.1% ao ano escondia um processo muito dinâmico de redistribuição das pessoas no espaço da cidade. Um número expressivo de unidades mais centrais apresentava perdas de população.

Na última década, 21 unidades sofreram perdas expressivas que, juntas, chegam a quase 50 mil habitantes. Essas perdas atingiram, principalmente, áreas situadas nas regiões Noroeste (principalmente as UPs Padre Eustáquio, Antônio Carlos, Abílio Machado e PUC), Centro-Sul (UPs Centro, Francisco Sales, Santo Antônio e Prudente de Morais, principalmente) e Leste (UPs Boa Vista, Floresta/Santa Tereza, Pompéia e Santa Inês). Enquanto isso, mais da metade das UPs apresentou taxas superiores à média municipal, sendo que 10 delas, situadas nas diversas regiões, em especial na região da Pampulha, apresentaram taxas muito elevadas, no nível do crescimento das áreas mais dinâmicas da Região Metropolitana.

Estudo realizado para o Plano Diretor constatou que o crescimento da população estava se dando na periferia. Na área pericentral o crescimento era menor e as perdas se davam especialmente nas áreas mais centrais. Isto continua ocorrendo, com algumas variações. O maior crescimento ocorre nas áreas menos ocupadas que se encontram nas periferias. No entanto, diversas áreas que na década anterior tiveram um crescimento muito expressivo diminuíram seu ritmo, na medida em que atingiram uma densidade alta dentro do padrão unifamiliar de ocupação.

Entre as UPs que perderam população, várias se localizam na área pericentral, inclusive em áreas bastante afastadas do centro (Mapa II.3). Diversas UPs já vêm perdendo população há várias décadas e em uma quantidade muito expressiva. A área central de Belo Horizonte havia perdido até 1991 perto de 26 mil pessoas e continuou perdendo população nesta década, embora em quantidade bem inferior à das décadas passadas. No Centro propriamente dito houve perda de cerca de 4 mil, cabendo salientar que isto corresponde a mais de 30% de sua população. A região da Av. Francisco Sales e Santo Antônio também perderam população expressiva. Na área central, além da competição de usos econômicos que vem tomando o lugar da população, vem diminuindo muito o número de pessoas por domicílio, sendo que no centro há um grande contingente de domicílios com um único morador. Neste ponto é interessante notar que a Savassi apresentou uma taxa de crescimento superior à média do município. Neste caso, sabe-se que a região tem perdido o dinamismo de suas atividades, que têm sofrido concorrência de outros centros emergentes como o do Belvedere e, por outro lado, tem ocorrido um verdadeiro *boom* de construções residenciais. Estes dois fatores – competição de usos e queda no número de pessoas por domicílio – em maior ou menor proporção devem explicar a maioria dos demais casos de perda de população. Em várias áreas há uma renovação do uso residencial com destruição de barracões onde moravam famílias maiores por apartamentos para onde vêm famílias menores. Em alguns casos estes fatores são muito fortes, na medida em que mesmo com acréscimo muito expressivo de domicílios, houve queda da população. É o caso das UPs Antônio Carlos, Padre Eustáquio, Barroca, Santo Antônio e Abílio Machado

Em alguns casos, como na UP Antônio Carlos, as desapropriações para obras públicas poderiam ter explicar a queda da população. Também explicaria o crescimento demográfico menor do que o esperado a

quantidade de domicílios vagos, fechados e de uso ocasional. É o caso das UPs Castelo (30%), Savassi (25%), Buritis (25%), Antônio Carlos, Padre Eustáquio, Centro, Barro Preto, Francisco Sales, e Belvedere.

As áreas que mais cresceram são, em sua grande maioria, áreas que se encontravam ainda bastante vazias, como a UP Furquim Werneck, que receberam acréscimos populacionais não tão grandes, apresentando, todavia, taxas muito elevadas, dado o pequeno número de pessoas residentes no ano base. Neste caso, há dois tipos de áreas: por um lado áreas periféricas que vêm sendo ocupadas por população de baixa renda, onde parece haver um impacto razoável da política habitacional do município no início dos anos 90 (Taquaril, Jardim Felicidade). Apenas duas UPs periféricas com ocupação de baixa renda que na década de 80 tiveram um ritmo acelerado de crescimento, encontrando-se já bastante ocupadas no final daquela década, continuaram crescendo muito na década atual: Piratininga e Jaqueline.

O outro caso é o das novas áreas de classes médias que vêm se ocupando muito rapidamente: Castelo, Buritis e Belvedere, bem como o de algumas áreas mais antigas que já vinham crescendo e que continuaram a crescer dinamizadas pela mudança na possibilidade de ocupação unifamiliar para multifamiliar, por exemplo o Ouro Preto, Santa Amélia e Jaraguá e, em menor escala, Copacabana e Sarandi. É provavelmente também este fator que vem provocando crescimento demográfico em várias UPs da Pampulha (Santa Amélia, p. ex.) e mesmo de Venda Nova (Copacabana).

Densidades Demográficas

As densidades demográficas por Setores Censitários em 1991 e 2000 são representadas no Anexo II: Mapas 4 e 5.

É interessante observar que as mais altas densidades concentram-se nas favelas e no hipercentro. Pequenas áreas de alta densidade se distribuem de forma muito dispersa por todo o tecido urbano, correspondendo a favelas e a conjuntos residenciais, verticalizados ou não.

2.2 - Indicadores da Dinâmica de Ocupação do Solo

As informações constantes da Tabela III.4 são utilizadas em ensaios em elaboração, com o objetivo de construir indicadores de monitoramento do desenvolvimento urbano. Têm origem no Cadastro Imobiliário do Cadastro Técnico Municipal (CTM) de Belo Horizonte no período de dez/1996 a dez/2000.

Esses dados devem ser tratados com ressalvas, pois refletem a característica tributária do CTM, sendo mais confiáveis na área central, na área pericentral, nas regiões Oeste e Pampulha, bem como em regiões mais consolidadas (Leste, p. ex.).

No caso das áreas vagas, a tendência nas demais regiões é estarem superestimadas. Entretanto, consideramos que as concentrações espaciais de áreas vagas e as proporções entre regiões sejam suficientemente próximas do real para permitir comparações em escala macro.

Esses dados servem de base para a construção de mapas relativos à dinâmica da ocupação e do solo de Belo Horizonte após a entrada em vigor da Lei n.º 7.166/96. São utilizados como indicadores de:

– Grau de Consolidação de espaços, aferido pela relação entre área de lotes vagos/ área total parcelada por quadra (Mapa II.6);
– Intensidade de Ocupação, medida pelo IDC – Índice de Densidade Construtiva (Mapa II.7), e
– Dinâmica do Uso do Solo, avaliada pelo crescimento de unidades residenciais e não residenciais.

Índice de Densidade Construtiva (IDC) é a relação área construída/área do terreno, considerando tanto os lotes vagos como os construídos. É expresso em metros quadrados construídos por hectare de área de quadra. Ex.: um acréscimo do IDC de 5000 m^2/ha/quadra significa que na área base de cálculo (a quadra) houve um acréscimo de 5000 m2 por ha.

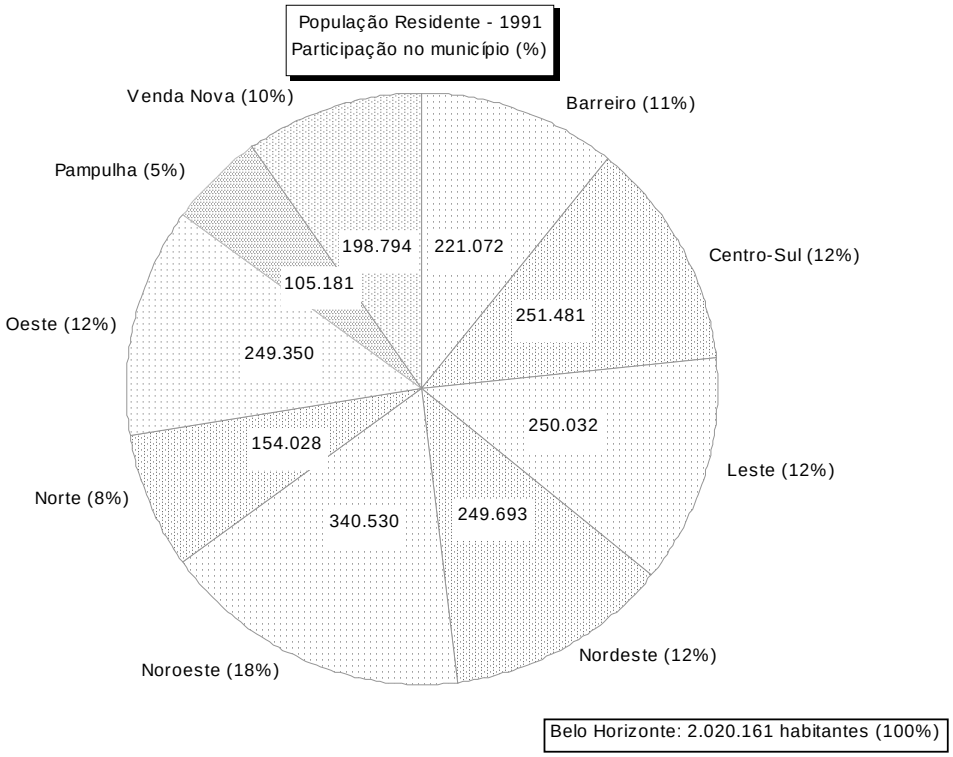
Tabela III. 4 - Área parcelada vaga, índice de densidade construtiva (IDC), crescimento (%) de unidades cadastradas residenciais e não residenciais – 1996/2000 e unidades não residenciais em 2000

REGIÃO	REDUÇÃO NA ÁREA VAGA DE 1996 (%)	RELAÇÃO ÁREA VAGA/ÁREA TOTAL (%)		ÍNDICE DE DENSIDADE CONSTRUTIVA IDC		CRESCIMENTO DE UNIDADES CADASTRADAS (%)			DISTRIBUIÇÃO UNIDADES NÃO RESIDENCIAIS
		1996	2000	1996	2000	TOTAL	RESIDENCIAL	NÃO RESIDENCIAL	2000
Área Central	44,5	7,1	3,98	23.806	26.816	12	8	30	45,9
Sul	15,7	42,5	37,00	8.088	9.415	13	11	26	9,3
Barreiro	31,0	51,3	37,17	1.781	1.971	5	5	5	4,7
Leste	-10,0	23,0	19,78	3.890	4.219	6	7	3	5,9
Nordeste	8,3	36,0	31,81	3.428	3.827	8	10	2	5,8
Noroeste	24,2	27,0	21,02	4.340	4.693	9	10	5	9,8
Norte	20,3	42,5	33,18	1.904	2.190	6	6	3	2,7
Oeste	5,5	42,6	39,32	3.721	4.369	16	16	16	7,5
Pampulha	13,6	52,4	40,58	1.991	2.491	16	18	7	4,7
Venda Nova	13,5	35,0	29,71	2.202	2.517	9	10	3	3,7
Total	16,2	39,3	31,75	3.800	4.309	100	100	100	100,0

Fonte: PBH, CTM, Cadastro Imobiliário.

Gráfico III. 1 - Distribuição da população por região administrativa (1991)

Gráfico III. 2 - Distribuição da população por região administrativa (2000)



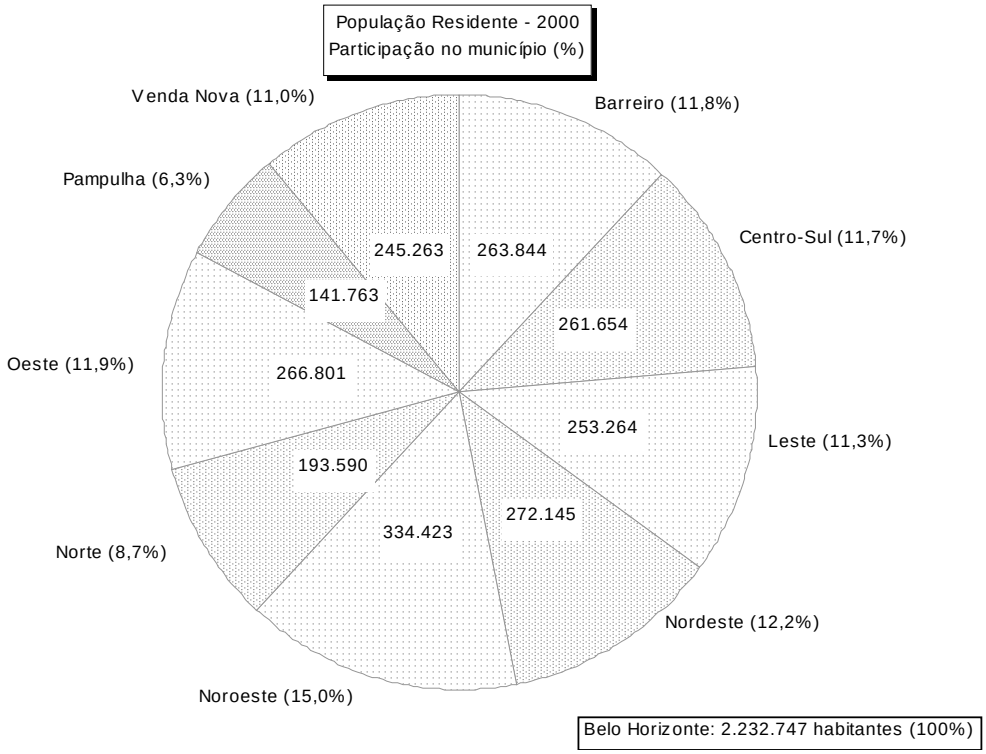
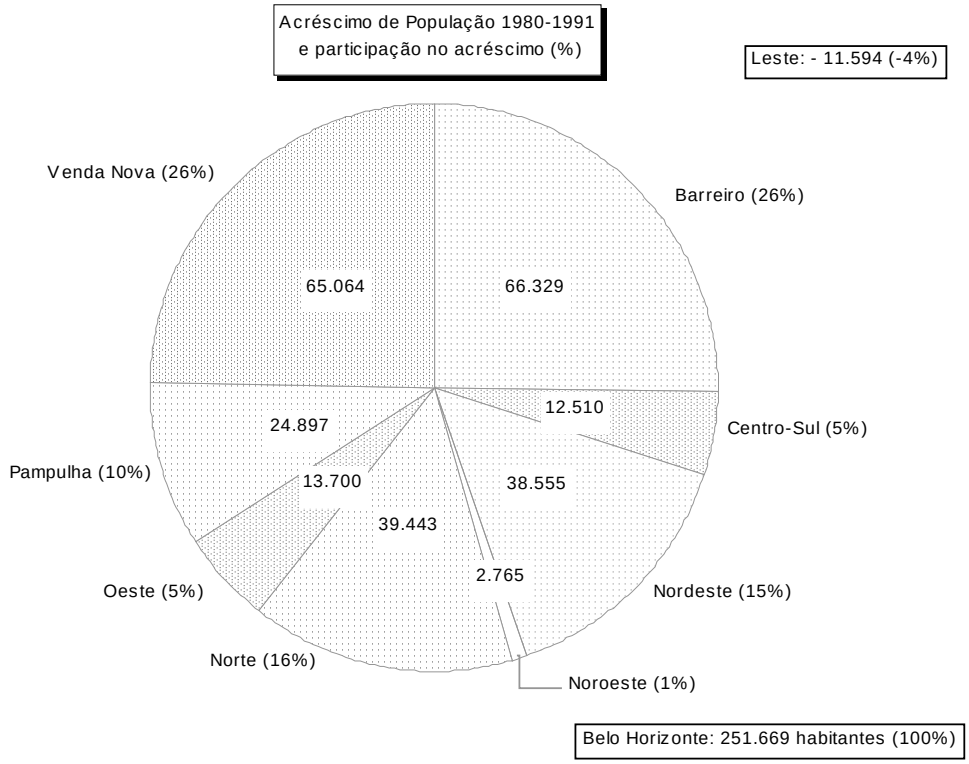
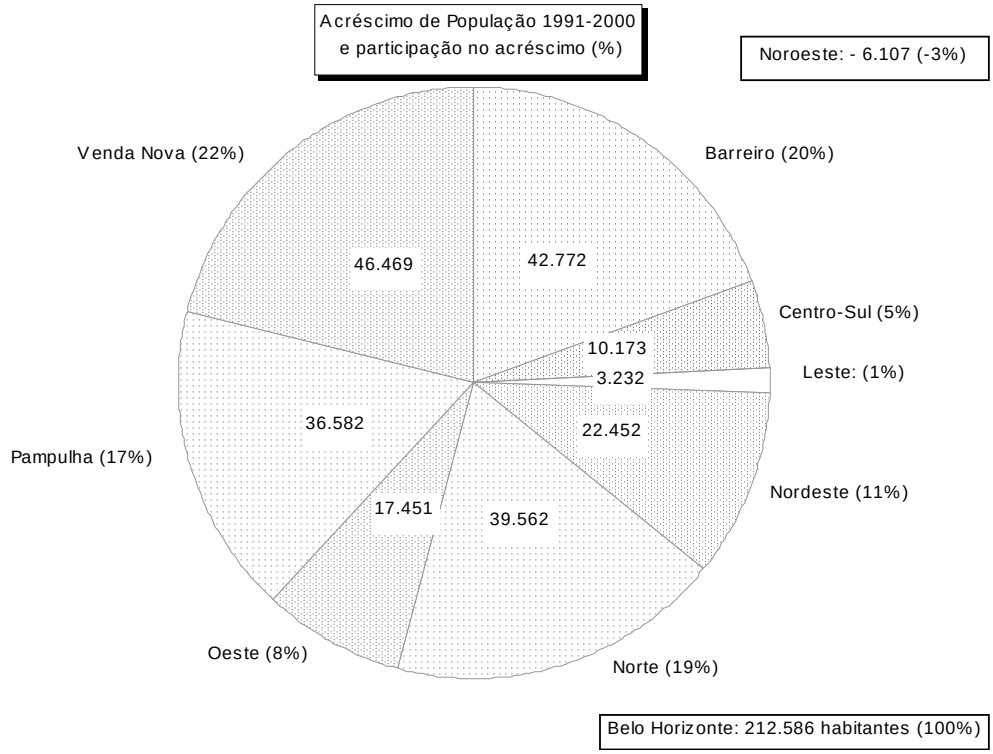


Gráfico III. 3 - Distribuição do acréscimo populacional por região administrativa (1980-1991)

Gráfico III. 4 - Distribuição do acréscimo populacional por região administrativa (1991-2000)





3 - EVOLUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO

No Brasil, o mercado imobiliário apresenta características bastante peculiares, que vêm sendo salientadas por vários autores:

– é regido pela lógica dos investimentos alternativos, tendo um caráter especulativo;
– é um mercado competitivo: os empreendedores entram com tudo nas novas alternativas que se abrem, criando altos e baixos constantes, levando à existência de verdadeiras safras de imóveis. São ciclos muito curtos, que o mercado chama de "efeito sanfona";
  é muito segmentado, com muitos agentes, que atuam com lógicas diferenciadas, constituindo diferentes faixas de mercado: grandes investidores/incorporadores, construtoras grandes, médias e pequenas, investidores avulsos ligados ao capital mercantil, o Estado produtor de moradias, os grupos demandatários da moradia;
– é muito dependente do financiamento público e/ou da ação regulatória e investidora dos agentes públicos urbanos.

A combinação dessas especificidades em determinadas conjunturas econômicas e políticas gera momentos muito diferenciados do mercado, com impactos no espaço urbano, e diferentes formas e níveis de apropriação privada das condições coletivas que a cidade constitui: seja pela abertura de novas frentes de expansão urbana, através de loteamentos ou de conjuntos residenciais para abrigar diversos segmentos sociais, levando a uma ocupação extensiva e descontínua, com grande dificuldade de produção dos serviços urbanos; seja através de ocupação intensiva e de alta densidade, que tende à super utilização das infra-estruturas e/ou à degradação ambiental.

Constituem-se, assim, tipos e níveis diferentes de segregação social no espaço.

3.1 - Uma Abordagem Histórica

O estudo feito para o Plano Diretor fez uma abordagem histórica da questão imobiliária, tendo identificado três momentos eminentemente especulativos e de valorização intensa, que levaram à abertura de novas frentes de expansão em Belo Horizonte e na Região Metropolitana: a década de 30 (em torno dos anos 35-37), o início da década de 50 e a década de 70.

A década de 50

Sem voltar muito no passado, sabe-se que o processo de loteamento massivo dos anos 50 já preparava o Aglomerado Metropolitano dos anos 70.[43] Foi um *boom* especulativo que deixou uma quantidade enorme de lotes vagos até os anos 70.

O mercado de terrenos foi dominado pelos loteamentos irregulares, que avançaram sobre a periferia, com ocupação muito rápida. Foi o período dos "loteamentos clandestinos" em várias frentes em Belo Horizonte, como, por exemplo: ao norte, Venda Nova e Aarão Reis; a oeste, Betânia e Barreiro; a noroeste, a região do Glória; a nordeste, a região do São Gabriel. Estas várias frentes penetraram nos municípios vizinhos.

A década de 70

Este período foi marcado pelo lançamento de muitos loteamentos com infra-estrutura, que avançaram inclusive sobre áreas caracterizadas como periferia urbana.

Foram implantados muitos loteamentos deste padrão em Belo Horizonte e também em Betim, onde inclusive foram relançados loteamentos da década de 50, e muitos loteamentos para condomínios em Nova Lima.

Paralelamente, ocorreu uma grande oferta de apartamentos com financiamento do BNH para as classes médias então em expansão. Essa oferta se expandiu até 1976, quando começou a esfriar devido á proibição do duplo financiamento.

Saliente-se ainda neste período a ausência do Estado na oferta de habitação de interesse social e uma agressiva política de desfavelamento em Belo Horizonte.

Na década de 70, os loteamentos irregulares perderam espaço em Belo Horizonte e nos municípios mais desenvolvidos da Região Metropolitana. Verificou-se, todavia, uma oferta enorme de loteamentos populares irregulares em Ribeirão das Neves e, em menor quantidade, em Ibirité.

O final dos anos 70/início dos 80 foi dominado por grande oferta de apartamentos para classe média baixa, em função da disponibilidade de crédito fácil. Foram abertas muitas novas frentes de ocupação destas camadas da população em Belo Horizonte, em virtude da Lei de Uso e Ocupação do Solo aprovada em 1976, e também em Contagem e Betim.

[43] Cf. PLAMBEL, "O Mercado da Terra na Região Metropolitana de Belo Horizonte", 1987.

Essa fase acabou deixando atrás de si, além de novos espaços ocupados por este segmento da população, muitos conjuntos não vendidos, vários deles invadidos.

A década de 1980

Após 1982 e, em particular depois de 1984, ocorreu um esfriamento geral do mercado, que acabou sendo ainda maior com a desativação do BNH.

Sem condições de financiamento, a oferta se dirigiu para os setores de renda mais alta.

A década de 80 foi um período de expansão do processo de favelização. Em Belo Horizonte, foram invadidas, inclusive, partes de loteamentos ainda vazios vendidos nos anos 50, como Leblon e Copacabana.

Entre 1984 e 1990, numa reação antiBNH, foram criados programas habitacionais altamente subsidiados, nos quais as prefeituras construíam as unidades com recursos do Governo Federal e as distribuíam às famílias. O primeiro conjunto deste modelo na Região Metropolitana foi Nova Contagem, com cerca de 3400 unidades. Esse modelo foi transferido para o Estado quando o prefeito de Contagem se tornou governador, sendo criado o Pró-Habitação. Como os recursos eram limitados por unidade construída, muitos conjuntos não alcançaram o número previsto de unidades ou se implantaram com qualidade muito baixa de construção e de infra-estrutura urbana.

A Prefeitura de Belo Horizonte implantou segundo o mesmo modelo, sem maiores cuidados nos projetos, alguns conjuntos muito precários e em situações irregulares. Vários destes conjuntos sofreram invasão de suas áreas públicas (verdes e institucionais), bem como no entorno, criando-se enormes bolsões de pobreza.

3.2 - Evolução Recente do Mercado Imobiliário

A década de 90 e o início desta década não têm apresentado um mercado muito dinâmico. As condições do mercado financeiro e acionário, bem como o aumento dos ônus de manter terrenos vagos, vêm reduzindo o espaço para a atuação imobiliária como investimento, inclusive para os aluguéis.

Em Belo Horizonte vem caindo a proporção de imóveis alugados, bem como o valor dos aluguéis em relação ao preço dos imóveis.

Diante disto, em Belo Horizonte não vem ocorrendo nada de muito grandioso. Nos últimos anos, os empreendimentos inovadores do grande capital incorporador foram: o complexo Minas Shopping/Minas Casa/Ouro Minas/Jardins, o Belvedere e o empreendimento da lagoa dos Ingleses, além do dinamismo da ocupação no Centro-Sul. Agreguem-se a isto dois loteamentos convencionais que se ocuparam muito rapidamente: o Castelo/Manacás e o Buritis.

A indústria de construção capitalizada se dualiza: um grupo de empresas se especializa no mercado de alta e média renda e outro grupo se especializa no mercado dito popular, que na prática se volta para as classes médias baixas.

O mercado de alta e média renda

Este mercado segue as direções tradicionais e acompanha as inovações dos grandes incorporadores. Afetado pela limitação dos créditos imobiliários, tem se voltado para os segmentos de mais alta renda ao longo dos últimos quinze anos.

Periodicamente empresas “quebram” por dificuldades de financiamento.

Nos últimos anos, ocorre uma concentração do mercado em um número menor de empresas. As pequenas e médias empresas e os empreendedores avulsos têm perdido espaço.

Este é um mercado de apartamentos, muito centrado na região Centro-Sul. Frente à alteração da lei de uso do solo em 1996, houve um *boom* construtivo (maior para os imóveis comerciais) para aproveitamento dos índices da lei anterior, após o que reduziram-se muito os novos empreendimentos.

Agentes deste mercado se preocupam com o baixo potencial de expansão das regiões atraentes para sua atuação, a região Centro-Sul e a Pampulha, devido às densidades já altas da Centro-Sul, aos preços dos terrenos que continuam altos, não tendo absorvido o rebaixamento do potencial construtivo imposto pela Lei n.º 7.166/96, além da restrição ao aproveitamento dos imóveis de interesse histórico cultural.

As limitações à expansão de seus espaços de atuação podem levar à busca de outras alternativas, dinamizando a extensão da zona sul em Nova Lima, ou mesmo outros espaços.

O mercado de renda média baixa

Este mercado é dominado por dois tipos de empresas: algumas poucas que conseguiram criar mecanismos próprios de financiamento (oligopolização do mercado) e empresas que controlam o acesso ao crédito associativo (Cooperativas).

Do ponto de vista da localização dos empreendimentos, as empresas deste submercado vinham buscando

áreas já consolidadas.

A partir de 1997 dois fatores afetam este mercado: a liberação de volume maior de crédito pela Caixa Econômica Federal e a mudança na legislação de uso do solo. Empresas ligadas ao mercado de alta e média renda criaram subsidiárias para atuar nesta fatia do mercado, resultando em aumento expressivo da oferta.

Apesar de algumas tentativas de atuação através de casas geminadas, inviabilizadas pelas restrições à escala dos empreendimentos, este é um mercado de apartamentos.

A partir da aprovação da Lei n.º 7.166/96, as empresas passaram a buscar regiões de ZAP, que antes eram ZR-3, especialmente ao norte da Pampulha, para seus empreendimentos.

A produção de habitação de interesse social

Após a problemática atuação em moldes empresariais da COHAB no início dos anos 80 e o fracasso do modelo de doação de meados da mesma década, a produção estatal de interesse social em Belo Horizonte viveu uma retração quase completa. Só recentemente, a partir de 1997, é retomada pela Prefeitura, dentro de uma política habitacional muito bem estruturada em termos de organização e âmbito de atuação.

Existe um conselho atuante que define a política, um órgão executivo com tradição de atuação, um fundo de recursos e uma ação articulada com os movimentos reivindicatórios.

O âmbito da ação não se limita à construção da moradia. Ao contrário é uma prioridade da política a regularização e urbanização das ocupações ilegais, onde a atuação é inovadora.

A atuação não é maior em função da escassez dos recursos, tanto os recursos federais subsidiados, quanto os recursos próprios da Prefeitura. Os financiamentos têm se mostrado bastante difíceis. Também limitam o volume de construções o nível de subsídios e o valor das construções, que são altos, além da dificuldade de obtenção de terrenos adequados.

Dentro da produção estatal subsidiada, recentemente foi criado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que visa oferecer moradias para as faixas de 3 a 6 salários mínimos em sistema tipo *leasing*.[44]

É uma articulação da Caixa Econômica Federal (CEF) com empresas particulares, tendo realizado uma oferta expressiva de unidades em Belo Horizonte. Ao final do ano de 2001 estavam prontas ou em obra 8.104 unidade residenciais na RMBH, sendo 1.362 no município de Belo Horizonte. A participação de Belo Horizonte é pequena (16,8%) se comparada com a sua participação na população metropolitana (51%).

A implementação deste programa tem apresentado limitações, como: construção de imóveis no limite superior da faixa de atendimento (vinte mil reais); preferência das associações de demandatários da habitação para os programas subsidiados da Prefeitura; restrições ao aluguel, em função do risco de perda do que se gastou com o imóvel.

O mercado informal da habitação

Não existem informações objetivas para dimensionar o mercado informal de moradias nem em Belo Horizonte nem na Região Metropolitana. No entanto, pode-se afirmar sem medo de errar que nesta última década foi um mercado altamente dinâmico.

Em primeiro lugar, como já se viu e como tem ocorrido em outras regiões metropolitanas brasileiras [45], a produção empresarial de habitações na última década perdeu participação no mercado, em função da queda nos financiamentos públicos.

Por outro lado, a produção estatal vem se reestruturando, mas não apresentou escala significativa no caso de Belo Horizonte. Abre-se, assim, espaço para o amplo mercado chamado de informal.

De fato, enquanto na década de 80 houve um acréscimo no município de 133.232 domicílios pelos dados do Censo Demográfico, o Cadastro Técnico Municipal registrou cerca de 124 mil imóveis residenciais novos. Já na década de 90 o acréscimo de domicílios foi de 167 mil, enquanto o Cadastro identifica não mais do que 90 mil novas unidades residenciais construídas. A diferença entre estes dois números aumentou bastante nesta década, passando de 9 mil para 77 mil unidades residenciais não cadastrados. Este número de habitações poderia ser enquadrado como o resultado da produção informal.

Cabe, no entanto, fazer várias considerações sobre este número.

Em primeiro lugar, há diferenças entre o conceito de unidade residencial do Cadastro e o de domicílio do IBGE.

O conceito de domicílio se refere ao espaço ocupado por um conjunto articulado de pessoas, enquanto a unidade residencial se refere a uma unidade construtiva fisicamente definida. Pode haver mais de um domicílio em uma unidade residencial, como em certos casos de cortiços. No entanto, as diferenças

[44] Os programas menos onerados do sistema habitacional exigem uma prestação de 1,2% do valor.
do imóvel, no programa de arrendamento o valor do aluguel é de cerca de 0,7% do valor.
[45] Cf. CARDOSO, 1999.

concretas não são tão grandes e os dois números deveriam ser bem mais parecidos.

Por outro lado, o assim chamado "mercado informal" certamente comportaria situações muito diferenciadas, desde as unidades construídas pelo capital comercial com diferentes graus de formalização documental até a autoconstrução em lotes irregulares e em favelas com diferentes graus de reconhecimento social.

Quanto ao número propriamente dito, em primeiro lugar aquela diferença poderia até ser maior. Das cerca de 90 mil novas unidades residenciais cadastradas, cerca de 75% são apartamentos construídos em boa parte pela indústria da construção e, pode-se dizer, na sua totalidade tende a ser regularizada tendo em vista o acesso ao crédito na venda. Dos demais, cerca de 20% de casas e 5% de barracões, uma parte pode perfeitamente ter sido construída em diferentes níveis de informalidade.

Das 77 mil novas unidades residenciais não cadastradas, há um número grande que corresponde aos imóveis em favelas, não se dispondo de informação atual sobre o número de domicílios nessas áreas. Estudos cuidadosos feitos para a URBEL estimam o acréscimo de domicílios nas favelas de Belo Horizonte entre 1991 e 1996 em 15.000 domicílios e cerca de 5.000 em conjuntos populares. Se tivesse sido mantido o ritmo de crescimento, teríamos um acréscimo na década de 27.000 domicílios nas favelas e 9.000 nos conjuntos populares.

Os dados dos cinco maiores aglomerados de favelas e dos três maiores conjuntos sugerem que nos últimos anos da década o ritmo de crescimento foi muito menor. Por outro lado, é certo que não há em Belo Horizonte um crescimento periférico com base em loteamentos irregulares novos. Este processo extravasou Belo Horizonte já na década de 70 e desde então o que tem ocorrido é a ocupação daqueles loteamentos.

Esta ocupação tem levado a um crescimento expressivo, embora decrescente, da população das periferias, como se pode ver em Unidades de Planejamento selecionadas[46], onde ocorreu um crescimento acentuado do número de domicílios. Entre 1980 e 1991, estas UPs tiveram um acréscimo de cerca de 47.512 domicílios; entre 1991 e 2000 o acréscimo foi de cerca de 60.967. A este aumento correspondeu queda no acréscimo de população de cerca 157 mil para 130 mil.

Isto representou, sem dúvida, um enorme esforço da população na construção de novos domicílios, certamente por mecanismos informais.

O enorme consumo de cimento ocorrido na metade da década, quando não houve atuação expressiva dos grandes consumidores de cimento (grandes obras públicas, grandes investimentos industriais ou programas habitacionais públicos de porte), só pode ser explicado pela dinamização do mercado informal da habitação.

Quanto aos loteamentos, há uma dinamização do processo de loteamento irregular em várias frentes da Região Metropolitana na segunda metade da década de 90 [47], tendo ocorrido, inclusive, o retorno a este mercado de várias empresas que no passado haviam empreendido este modelo de loteamentos, bem como proprietários imobiliários capitalizados.

O processo de loteamento foi também apoiado por municípios, que permitiram [48] e, em alguns casos, estimularam a produção de lotes pequenos (de até 200 metros quadrados). Financiados pela Caixa Econômica Federal, eles geraram uma ocupação imediata que apresenta a mesma característica da ocupação dos loteamentos irregulares.

Todo este processo foi dinamizado a partir de determinado momento por associações de moradores e cooperativas que executaram uma ocupação nos moldes dos loteadores irregulares e nas mesmas frentes de ocupação.

Neste caso, tem havido ocupações irregulares dentro do município de Belo Horizonte, existindo várias áreas compradas para este fim por associações e cooperativas [49], várias delas com sérias limitações para sua ocupação. Já existe inclusive uma mobilização da Secretaria de Habitação da Prefeitura para racionalizar e apoiar este processo.

4 - CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

4.1 - Situação Habitacional do Município

O conceito de déficit habitacional que tem sido adotado incorpora a dimensão quantitativa e a qualitativa,

[46] As UPs selecionadas foram: Jaqueline, Piratininga, Tupi/Floramar, Ribeiro de Abreu, Gorduras, Céu Azul, Barreiro de Cima, Mantiqueira, Jatobá, Copacabana, Cardoso, Lindéia, Belmonte/São Gabriel, São Paulo/Goiânia. Estas UP's têm percentuais muito baixos de imóveis cadastrados, um máximo de 56% e um número muito pequeno de apartamentos construídos. A grande maioria dos imóveis aí construídos o são certamente pelo mercado informal.

[47] São frentes dinâmicas: para além de Nova Contagem e ao longo da Br 040 rumo a Sete Lagoas, em Esmeraldas, em Lagoa Santa, no limite de Santa Luzia e Sabará ao longo da BR 262.

[48] São conhecidos casos em Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

[49] Glebas das fazendas Souza Lima e Capitão Eduardo foram vendidas para associações e cooperativas que têm mais de 3.000 associados.

entendendo-se:

– déficit quantitativo como a necessidade de moradias para reposição total de unidades habitacionais precárias e de produção de novas unidades habitacionais para atendimento à demanda não resolvida nas condições convencionais de mercadodo;
– déficit qualitativo englobando as necessidades habitacionais que demandam melhorias das unidades existentes ou do seu entorno.

O déficit habitacional qualitativo em Belo Horizonte engloba os assentamentos com carência de infra-estrutura, de equipamentos, de serviços urbanos e em situação de irregularidade jurídico-legal. Nessas situações estão incorporadas as favelas, conjuntos habitacionais de interesse social e os loteamentos clandestinos e ilegais, que ocupam, juntos, cerca de 15% do território municipal (Mapa II.9).

No que diz respeito às favelas e conjuntos habitacionais de interesse social, segundo o Censo de 1991, residem em mais de 100.000 domicílios localizados nesses assentamentos cerca de 22% da população de Belo Horizonte. Isto significa uma densidade de 4,20 habitantes/domicílio, índice superior ao da cidade, que se situa no patamar de 3,80 habitantes/domicílio (URBEL, 2000). Esse contingente populacional se distribui em 174 vilas e favelas e 27 conjuntos habitacionais de interesse social, ocupando aproximadamente 5% do território municipal.

Ao analisar os dados do Censo Demográfico de Minas Gerais de 1991 e a Contagem Populacional de 1996, trabalhados pelo CEURB/UFMG, observa-se que a população das vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social cresceu 5 vezes mais que a população da cidade.

A dinâmica de crescimento dessas áreas tem sido marcada por um processo intenso de adensamento e verticalização, principalmente nas ocupações mais antigas e consolidadas, e também pelo surgimento de novos assentamentos. O mesmo estudo aponta que famílias de outros bairros de Belo Horizonte têm migrado para essas áreas, tornando-se o principal fator desse crescimento.

O déficit habitacional quantitativo estimado para a RMBH é da ordem de 99.100 moradias, concentrando-se 52% desse déficit, ou 50.000 moradias, em Belo Horizonte (FJP, 1995). Dados da SMHAB, até o ano de 2000, apontam concretamente, através de cadastramento das famílias integrantes do Movimento dos Sem-Casa, uma demanda de pelo menos 30.000 unidades habitacionais em Belo Horizonte para as faixas de mais baixa renda.

Conforme dados apresentados anteriormente no ítem IV – 3.1.1, o número de lotes e de domicílios vagos no Município é muito significativo e, mesmo considerando que parte desse estoque pode não ser passível de utilização para fins habitacionais, indicam não só a existência de comportamentos especulativos mas também tornam mais evidente um dos lados mais perversos da exclusão urbana: a impossibilidade de acesso por parte das milhares de famílias que constituem a demanda habitacional do Município a esses terrenos e unidades habitacionais que a cidade oferece.

Trata-se de uma das contradições da dinâmica urbana, que na verdade refletem causas estruturais que extrapolam o âmbito municipal. Entretanto, apontam também, em parte, para falhas do processo de ordenamento da cidade que talvez possam ser revertidas.

4.2 - A Habitação de Interesse Social e a Legislação Urbanística

O Plano Diretor do Município, como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, busca assegurar o acesso à moradia digna por parte de todos os seus moradores, mediante o estabelecimento de diretrizes para o ordenamento do solo urbano, visando o aumento da oferta de moradia de interesse social e a melhoria das condições dos assentamentos habitacionais existentes. Também em relação aos instrumentos urbanísticos previstos no nosso Plano Diretor, todos podem favorecer, direta ou indiretamente, a questão habitacional.

Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS

A partir dessas diretrizes, a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte dedica atenção especial ao problema habitacional ao definir as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), destinadas à promoção de programas habitacionais de interesse social:

– em áreas em relação às quais há interesse público em ordenar a ocupação existente por meio de urbanização e regularização fundiária (ZEIS-1 e ZEIS-3);
– em áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, em relação às quais há interesse público na produção de novas moradias ou de terrenos urbanizados de interesse social (ZEIS-2).

Na regulamentação das ZEIS 1 e 3 foram criadas normas específicas para regularização fundiária – urbanística e jurídica – dessas áreas e foi alterado o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA), estabelecendo critérios especiais de parcelamento, ocupação e uso do solo e incorporando novos instrumentos, procedimentos e mecanismos ao processo de intervenção nos assentamentos

existentes, como, por exemplo:

– instituição do Plano Global Específico como instrumento de planejamento e ordenamento das intervenções nesses assentamentos, abordando sempre de forma integrada as questões físico-ambientais, sócio-organizativas e jurídico-legais;
– determinação da necessidade da criação dos Grupos de Referência para acompanhamento das intervenções;
– autorização para alienação de lotes e desafetação de áreas de propriedade pública municipal;
– definição de penalidades, em casos de infração das normas estabelecidas, e de procedimentos para sua aplicação.

A definição de penalidades e de procedimentos para sua aplicação possibilitou a atuação da Prefeitura na fiscalização das ZEIS, reivindicação antiga das lideranças desses assentamentos. Nesse sentido, a SMHAB já está realizando uma primeira experiência juntamente com a SCOMGER - Venda Nova.

A expectativa, quando da criação da ZEIS-2, era de que sua utilização em grande escala contribuísse para a ampliação da oferta de novas moradias para a população de mais baixa renda, tanto pela formação de uma reserva significativa de áreas com essa finalidade, como também pela flexibilização de normas e parâmetros urbanísticos visando o barateamento da produção habitacional. Hoje, temos pouquíssimas ZEIS-2 delimitadas e não estão regulamentados os parâmetros, as normas e os procedimentos especiais que deverão prevalecer para essas áreas. Não conhecemos ainda, portanto, os efeitos da utilização desse instrumento na cidade.

Para regularização das demais áreas irregulares – "loteamentos clandestinos e ilegais" – os instrumentos disponíveis na LPOUS, atualmente, não conseguem viabilizar a regularização de todo este universo. Esta uma importante lacuna da legislação urbanística municipal, já que esse tipo de assentamento habitacional representa uma das principais estratégias que vêm sendo utilizadas pela população de mais baixa renda para resolver seus problemas de moradia.

Transferência do Direito de Construir (TDC)

No caso desse instrumento, o Plano Diretor prevê que os imóveis destinados à implantação de programas habitacionais de interesse social podem originar a transferência do direito de construir, o que sem dúvida representa uma possibilidade de geração de recursos para o Fundo Municipal de Habitação Popular. Por indicação do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, o decreto de regulamentação do instrumento contempla sua utilização em casos de imóveis tombados ou incluídos em conjuntos urbanos tombados por seu valor histórico e cultural, de imóveis classificados como ZEIS-2 e nos casos de imóveis dotados de cobertura vegetal, classificados como ADE Ambiental. Dessa forma, atualmente, o instrumento não pode ser aplicado nas ZEIS 1 e 3, como previsto no Plano Diretor e no Estatuto da Cidade.

Operação Urbana

Segundo o Plano Diretor, as operações urbanas a serem realizadas em Belo Horizonte poderão incluir, entre as intervenções envolvidas, a implantação de programas habitacionais de interesse social. São imensas as possibilidades que se abrem, portanto, de utilização do instrumento no sentido de viabilizar alternativas que favoreçam a minimização dos problemas na área habitacional.

Convênio Urbanístico de Interesse Social

Esse instrumento foi previsto no Plano Diretor com a intenção de estimular a participação da iniciativa privada na ampliação da oferta de moradia para a população de mais baixa renda. Entretanto até hoje não chegou a ser utilizado.

Existe uma avaliação de que a utilização do Convênio Urbanístico de Interesse Social pode se tornar mais viável em áreas delimitadas como ZEIS-2. Dessa forma, os dois instrumentos conjugados, um fornecendo a possibilidade de parceria público/privado e o outro oferecendo a possibilidade de parâmetros e normas urbanísticas mais flexíveis, possam tornar mais interessante a utilização do Convênio Urbanístico de Interesse Social.

Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios / IPTU Progressivo / Desapropriação com Títulos da Dívida Pública

A aplicação desse instrumento pode, a longo prazo, contribuir muito para a ampliação da oferta de moradias, combatendo os processos especulativos que implicam no encarecimento da produção habitacional e dificultam o acesso aos lotes urbanizados e às unidades habitacionais através do mercado convencional. Também pode gerar insumos para a Política Municipal de Habitação, a partir da aquisição de terrenos através da desapropriação com títulos da dívida pública, última etapa da aplicação do instrumento. Porém, a forma como ele está previsto no Plano Diretor, atualmente, restringe as possibilidades de sua aplicação com relação à Política Habitacional.

Usucapião Especial de Imóvel Urbano

Criado a partir da Constituição Federal de 1988, vem sendo utilizado pela Prefeitura nos processos de regularização de favelas em áreas particulares desde então. O Estatuto da Cidade aperfeiçoou o instrumento, abrindo a possibilidade de propositura de ações coletivas, o que pode facilitar operacionalmente sua aplicação e agilizar os processos judiciais.

4.3 - Política Municipal de Habitação

A partir de 1994, foi instalado o Sistema Municipal de Habitação constituído por:

– um órgão gestor / executor, que inicialmente foi estabelecido como sendo a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) e recentemente passou a ser a Secretaria Municipal de Habitação (SMHAB);
– o Conselho Municipal de Habitação (CMH);
– o Fundo Municipal de Habitação Popular (FMPH).

Em 1994, o CMH aprovou uma Política Municipal de Habitação que adota como conceito de habitação a moradia inserida no contexto urbano, provida de infra-estrutura básica, serviços urbanos e equipamentos urbanos básicos.

Uma das principais diretrizes dessa política é a que propõe a democratização da gestão, o que vem sendo implementado através de uma grande diversidade de instâncias e processos participativos, tais como o próprio CMH, os Grupos de Referência, as COMFORÇA, o Orçamento Participativo Regional e o da Habitação, assim como as metodologias participativas implementadas sistematicamente através dos programas da Política Municipal de Habitação.

Todos esses programas atendem sempre demandas coletivas e organizadas, exceto nos casos de famílias desabrigadas, removidas para execução de obras públicas e aquelas encaminhadas pelos órgãos da Prefeitura responsáveis por programas de reintegração social.

A Política Municipal de Habitação aprovada prioriza o atendimento à população de baixa renda (famílias com renda familiar de até 5 salários mínimos) através da atuação em duas frentes:

– intervenção em assentamentos existentes, atendendo à população que mora em vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social;
– produção de unidades habitacionais e de novos assentamentos, para atender à população organizada do Movimento dos Sem-Casa e à população a ser reassentada por motivos de obras públicas, risco etc.

Na implementação das ações, a Política Habitacional vem definindo programas e ações que visam, antes de tudo, a redução do déficit habitacional – quantitativo e qualitativo. Dessa forma, os programas já implantados e os propostos têm sua atuação dirigida à população moradora nos assentamentos existentes e/ou à população que demanda a ampliação da oferta de novas unidades habitacionais.

Entre as ações nos assentamentos existentes, destacam-se:

– intervenção estrutural, que consiste no planejamento integrado da implantação de sistema viário, de redes de água, esgoto, drenagem e eletrificação, no reassentamento de famílias, na promoção de melhorias habitacionais, no reparcelamento do solo, na consolidação geotécnica, na regularização fundiária e em programas de desenvolvimento comunitário;
– tratamento de áreas remanescentes, que consiste no tratamento de áreas das quais foram removidas famílias;
– melhorias habitacionais, que consiste em melhorias, reformas e/ou ampliações das moradias existentes;
– manutenção, que consiste em serviços de manutenção de infra-estrutura e consolidação geotécnica nos assentamentos existentes.

Entre as ações para a produção de novas moradias, destacam-se:

– produção de conjuntos habitacionais, que consiste no parcelamento e/ou urbanização de terreno, quando for o caso, e construção de unidades habitacionais;
– produção de lotes urbanizados, que consiste no parcelamento e urbanização de gleba;
– construção de moradias, que consiste na produção de unidades habitacionais em lotes urbanizados.

Em função do alto custo dos terrenos mais adequados à implantação de programas habitacionais, implicando portanto na necessidade de um maior aproveitamento das áreas, a SMHAB vem adotando a verticalização das edificações, sejam unifamiliares ou multifamiliares.

Segundo a Política Municipal de Habitação poderão ser utilizadas três formas de gestão na implementação dos programas habitacionais:

– gestão pública: a Prefeitura gerencia todo o processo de implantação do programa habitacional, sendo repassado ao beneficiários o produto final;

– co-gestão: há uma divisão de atribuições de gerenciamento da implantação do programa habitacional entre a Prefeitura e os beneficiários, sendo repassados a estes os insumos, como por exemplo o material de construção;
– autogestão: o movimento popular organizado gerencia todo o processo de implantação do programa habitacional, sendo repassados aos beneficiários os recursos financeiros necessários.

Programas Habitacionais de Interesse Social

As intervenções são viabilizadas através do desenvolvimento dos programas listados a seguir.

▪ Programas Municipais:

– Programa Estrutural para Áreas de Risco (PEAR), que objetiva implementar ações de prevenção e recuperação de situações de risco, incluindo o atendimento emergencial durante o período chuvoso;
– Orçamento Participativo Regional, que discute a aplicação dos investimentos municipais destinados a obras de urbanização;
– Orçamento Participativo da Habitação, que discute a aplicação dos investimentos municipais destinados ao atendimento dos movimentos dos sem-casa;
– Programa de Reassentamento de Famílias Removidas em Função Obras Públicas ou Vitimadas por Calamidade (PROAS);
– Plano Global Específico (PGE), que objetiva o planejamento de intervenções integradas em favelas;
– Autogestão, que objetiva a produção de novas moradias através de processos autogestionários envolvendo associações ou cooperativas habitacionais;
– Regularização Fundiária, que objetiva a regularização urbanística e jurídica de assentamentos habitacionais novos ou existentes.

▪ Programas em parceria com o Governo Federal:

– Crédito Associativo – Caixa Econômica Federal (CEF), linha de crédito para associações ou cooperativas habitacionais, utilizando recursos do FGTS, visando financiar a implantação de projetos de produção habitacional;
– Melhorias Habitacionais – CEF, linha de crédito individual visando financiar melhorias habitacionais;
– Habitar-Brasil – BID, que repassa recursos do BID e do OGU a municípios, objetivando financiar ações de desenvolvimento institucional e de intervenção em assentamentos existentes;
– Pró-moradia – CEF, que repassou recursos a municípios, financiando intervenções para melhoria das condições de moradia de famílias de baixa renda;
– Pró-infra e PASS – CEF, que repassaram recursos do OGU a municípios para intervenções em infra-estrutura;
– Habitar-Brasil – EMG, que repassou recursos do OGU a municípios através dos governos estaduais e CEF (no caso de BH, através do Estado de Minas Gerais) para produção de moradias para reassentamento de famílias em situação de risco;
– PAR – CEF, linha de crédito para empresas construtoras, utilizando recursos do FGTS, visando financiar projetos de produção habitacional a serem comercializadas através de um sistema de *leasing*.

Cooperativas Habitacionais

Considerando que a disponibilidade de recursos para a construção de unidades habitacionais é insuficiente para suprir a demanda, o movimento popular pela moradia propôs como alternativa a criação de um programa visando apoiar empreendimentos de iniciativa das cooperativas habitacionais.

A implementação desse programa surge como um avanço da Política Municipal da Habitação e consiste no poio técnico para a elaboração de estudos e projetos executivos de parcelamentos e edificações, visando o planejamento adequado de assentamentos habitacionais regulares promovidos por cooperativas. Esse apoio técnico processa-se através da autogestão ou gestão pública, e os recursos para esse benefício vêm do OPH.

Política de Financiamento e Subsídio

Uma das diretrizes da Política Municipal de Habitação é a criação de linhas de financiamento e subsídio regidas por critérios sociais, objetivando o acesso das famílias à moradia digna e o retorno de recursos ao Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP) para reinvestimento em programas habitacionais. Em 1996, o CMH aprovou uma resolução contendo as normas para o financiamento e concessão de subsídios aos beneficiários dos programas habitacionais desenvolvidos com recursos do FMHP, constituindo assim uma política que vem sendo implantada, estando previsto até o final de 2004 o financiamento de mais de 4.600 unidades habitacionais. Recentemente, foi criado pelo CMH um grupo temático de financiamento, que tem avaliado e elaborado propostas de ajustes e adequações necessárias para o aprimoramento da política de

financiamento e subsídio.

5 - ESPAÇOS DE REFERÊNCIA SIMBÓLICA

Ao vivermos numa cidade, deixamos marcada em seus espaços nossa história de vida individual e coletiva. Nossos costumes cotidianos, nossas percepções, nossa relação com o que gostamos e não gostamos e nossas referências espaciais e afetivas constróem o imaginário e a identidade do que entendemos por Belo Horizonte. As nossas lembranças e esquecimentos tecem a memória, ou seja, os sentimentos e as percepções que temos dos lugares e das pessoas. E as relações socialmente constituídas na cidade remontam à casa, à rua, ao jardim, à praça, ao bairro. A cidade é, então, por excelência, o lugar que guarda memória, com a qual os habitantes constróem e alimentam sua identidade, sua história.

Em uma cidade existem várias cidadelas: o fazer humano nas cidades é múltiplo, é resultado de uma troca e apreensão plural do homem em relação ao espaço vivido. As relações estabelecidas entre as pessoas no seu cotidiano, nos caminhos percorridos, nas festas e no trabalho e as múltiplas trocas materiais e simbólicas estabelecidas conformam nosso patrimônio histórico. Através da relação do homem com o espaço no tempo é que os símbolos da cidade são constituídos. Assim, nossa apreensão do espaço urbano, nossas referências na cidade, nosso sentimento de pertencimento ao lugar se solidificam com a preservação da simbologia e da paisagem constituída por nosso patrimônio urbano. O homem se reconhece na cidade que constrói, pois atribui significado aos espaços produzidos por ele no dia a dia. E os lugares incorporam intenções e devem ser compreendidos no que lhes dá sentido, como espaços que foram, são e serão vividos e rememorados.

Com o processo de globalização, temos a sensação de poder transitar pelo mundo: conhecer lugares, museus e até cidades. Por outro lado, esse fenômeno desperta nas pessoas, cada vez mais, a necessidade de se auto-afirmarem, de valorizarem suas raízes, suas tradições e sua cultura, para que se situem diante do restante do mundo. Afinal, é na cidade que nos reconhecemos, que nos relacionamos, que vivemos, que estabelecemos os vínculos mais fortes entre o tempo já vivido e nosso presente. Assim, a cidade, ao longo de sua história, ganha as marcas de seus sujeitos – negros, imigrantes, fazendeiros, industriais, operários, políticos, engenheiros, comerciantes, artistas, poetas, cronistas – que a constróem.

O crescimento veloz dos grandes centros urbanos muitas vezes nos distancia da nossa interação com o espaço vivido. Os compromissos da vida cotidiana fazem com que as pessoas passem pelas ruas ou entrem e saiam de edifícios sem perceber sua simbologia e sem conhecer efetivamente os inúmeros trajetos, cruzamentos e lugares, repletos de imagens, vivências e símbolos. Cada vez mais, o morador sente que aquele lugar não lhe pertence, perde os laços de afetividade, perde a cidadania. Mais do que nunca, nas grandes metrópoles do trabalho, dos negócios e do capital, a busca das imagens, signos, referências e da memória se faz necessária.

As cidades nunca são iguais. Elas são singulares e suas diferenças são estabelecidas por suas características geográficas particulares e pelas relações específicas de cada uma com a história e a cultura. É importante ressaltar que, especialmente nas últimas décadas, o desenvolvimento da consciência preservacionista tem enfatizado não apenas as questões estritas do patrimônio cultural, mas também do patrimônio natural, sob a justificativa de que a preservação deva garantir o direito à memória e à fruição dos bens naturais e culturais.

Vários espaços já são reconhecidos como patrimônio de Belo Horizonte pela comunidade e pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM-BH), criado pela Lei n.º 3.802, de 1984. Podem ser destacados como referências fundamentais reveladoras da cidade, que a distinguem de qualquer outra, desde a primeira vista: a serra do Curral, o ribeirão Arrudas, a Av. do Contorno e a Pampulha. (Mapa II.13)

- A serra do Curral, alinhamento montanhoso alongado, na direção leste–oeste, é considerada um dos fatores determinantes do traçado urbano da cidade, sendo, afetivamente, reverenciada como símbolo da cidade, eleito pela população em 1995.
- O ribeirão Arrudas, com seus cinqüenta e oito quilômetros de extensão, atravessando inclusive a parte central da cidade, é certamente o curso d'água mais conhecido do município. Se consideramos, no entanto, suas condições atuais de conservação e preservação, o Arrudas talvez seja mais referência tópica que patrimônio, já que a cidade, no seu processo de crescimento, enxergou pouco o rio e hoje encontra grandes dificuldades para se reconciliar com ele.
- A Av. do Contorno, antiga Av. 17 de Dezembro, é um limite, e ao mesmo tempo, liga as regiões pericentrais da cidade. Delimitava a Zona Urbana da "nova capital", assentada em área de topografia amena. Refletindo ideais positivistas e racionalistas, contém um espaço milimetricamente calculado, com ruas paralelas conformando quarteirões quadrados perfeitos. Nos cruzamentos das avenidas perpendiculares superpostas a essa malha, as grandes praças foram os primeiros espaços de sociabilidade dos belo-horizontinos.

Na área interna à Av. do Contorno, alguns espaços se destacam desde a época de inauguração da cidade, em 1897:

– o centro tradicional, que tem como referências principais a Estação Ferroviária; a Rodoviária (antigo Mercado Municipal); o Parque Municipal e a Av. Afonso Pena, grande eixo que articula a Rodoviária à serra do Curral, passando pela Praça Sete – coração da cidade;
– a Praça da Liberdade, situada no alto de uma colina, era e permanece como centro cívico e administrativo de Minas;
– a Rua da Bahia, palco da história de Belo Horizonte e das lutas de seus moradores, articula o centro histórico da cidade à Praça da Liberdade;
– o Bairro dos Funcionários, área de residência do funcionalismo público transferido de Ouro Preto, guarda, ainda, algumas casas construídas pela Comissão Construtora da Nova Capital.

A Pampulha, que compreende o lago artificial e o conjunto arquitetônico, data da década de 1940 e é resultado da somatória de esforços de três grandes artistas brasileiros – arquitetura de Niemayer, paisagismo de Burle Max e pintura de Portinari – que se propuseram à construção de um complexo de lazer de tendência modernista na tradicional capital mineira.

Além desses espaços que se constituem em grandes marcas da cidade, alguns bairros distinguem-se como lugares especiais, privilegiados como referência da história de Belo Horizonte. Eles são reconhecidos e identificados por sua ambiência física e social:

– bairros remanescentes de antigos povoados, que antecederam a própria cidade, e onde, anteriormente, a agricultura se estendia. São o Barreiro (que pertencia à antiga Colônia Vargem Grande) e Venda Nova (antigo povoado de Santo Antônio dos Clementes);
– bairros que pertenciam à Zona Suburbana, situada no entorno imediato da Av. do Contorno, em pontos de maior declividade, habitados por famílias menos abastadas, no início da cidade. São a Lagoinha, Floresta, Santa Efigênia, Santa Teresa, Prado, Calafate e ainda o Carlos Prates, inicialmente integrante da Zona Rural, rapidamente incorporado à Zona Suburbana;
– bairro Cidade Jardim, concebido dentro dos princípios do urbanismo moderno, ocupado pela elite econômica, também a partir da década de 1940, vindo, juntamente com a Pampulha, consolidar a arquitetura modernista na cidade.

O Museu Abílio Barreto, único prédio remanescente do Curral D'El Rei, situado hoje na Cidade Jardim, é outra referência de grande importância na história e na memória da cidade.

A Lei Orgânica do Município (1990) e o Plano Diretor (1996), reconhecendo a necessidade da proteção dos espaços e elementos de valor simbólico na cidade, contêm diretrizes e inserem na legislação urbana municipal formas de acautelamento e preservação que vão além do tombamento para proteção do patrimônio. São os instrumentos, previstos inclusive recentemente no Estatuto da Cidade e já consubstanciados na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo. Na Lei Orgânica (Título VI, cap. V, art. 168 e 224) e Plano Diretor (art. 15) está definida como atribuição do poder público municipal garantir aos cidadãos a preservação dos marcos referenciais, culturais, históricos e arquitetônicos da cidade. A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, apesar de não reconhecer, ainda, as áreas já protegidas pelo Município e listadas no Plano Diretor, institui instrumentos importantes que deverão se associar ao instrumento do tombamento, a exemplo da Área de Diretrizes Especiais (ADE), da Operação Urbana e do próprio Zoneamento.

A gestão da política pública de preservação do patrimônio em Belo Horizonte se apoia principalmente no Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM-BH), órgão de participação da sociedade civil organizada e de outros setores da administração pública. A Gerência de Patrimônio Histórico Urbano (GEPH/SMRU) atua como secretaria executiva do Conselho, dando suporte técnico e administrativo para a preservação dos Conjuntos Urbanos, bem como dos imóveis com tombamento específico. Nos últimos anos, o trabalho dessa Gerência foi ampliado em três vertentes:

– prestar assessoria técnica aos proprietários de imóveis tombados, através de atendimentos que visam conciliar as necessidade de modificações com a preservação dos elementos históricos e arquitetônicos que motivaram o tombamento. Um Ateliê de Acompanhamento elabora projetos de restauração conforme a necessidade do interessado e instrui a melhor maneira de captação de recursos para a obra, dentre elas pode-se destacar a isenção de IPTU, a transferência do direito de construir e o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura;
– integrar as equipes de planejamento urbano da administração municipal;
– acompanhar as intervenções nas áreas já preservadas e realizar o monitoramento através de vistorias das áreas, em toda a cidade, consideradas de valor simbólico para as comunidades.

Neste sentido, pretende-se que o patrimônio da cidade não esteja representado apenas na área central,

mas também em cada bairro, em cada comunidade. Está em realização um grande inventário para identificar, juntamente com os moradores, os principais espaços com referencial simbólico em cada região. Este é um conhecimento fundamental para a elaboração dos planos urbanos diretores regionais.

Vê-se, então, que cada vez mais a política de preservação do patrimônio se insere no planejamento urbano da cidade, que busca a requalificação dos lugares indo, além da proteção do patrimônio natural e construído, à valorização das identidades locais, em respeito à história e aos valores das pessoas que continuamente estão construindo a cidade. O que se pretende é alcançar um processo de crescimento menos descaracterizador da cidade e de seus lugares, mas mais comprometido com os significados que as pessoas incorporam no espaço que ocupam. Cabe ao planejamento urbano, além disso, favorecer o ambiente comunitário, a fruição coletiva e a possibilidade das celebrações que mantêm viva a cidade, propiciando, cada vez mais, a apropriação criadora dos espaços públicos por seus habitantes.

6 - MOBILIDADE, TRANSPORTE E TRÂNSITO

6.1 - O Sistema Viário e a Mobilidade – Situação Existente

O sistema viário de Belo Horizonte é fortemente condicionado pela topografia acidentada da região, bem como pelas bacias dos ribeirões Arrudas, Onça e seus afluentes. Constituem-se barreiras importantes as linhas férreas da Rede Ferroviária Federal S./A (RFFSA) e Companhia Brasileira de Trens Urbanos S/A (CBTU), o Anel Rodoviário e o conjunto formado pelo Aeroporto/lagoa da Pampulha/Jardim Zoológico, que impedem uma boa articulação entre regiões adjacentes, limitando as possibilidades de transposição.

Dentre as principais características do sistema viário destacam-se:

– as freqüentes inadequações dos traçados das vias à topografia, mesmo no caso de vias que desempenham funções de importantes ligações dentro do sistema;

– a existência de duas malhas distintas:

  • a correspondente ao plano original da cidade, contida pela Av. do Contorno, constituída pela superposição a 45 graus de duas malhas ortogonais, formadas uma pelas ruas e a outra pelas avenidas, com larguras de 20 m e 35 m de caixa, respectivamente. São vias que dispõem de boa capacidade de tráfego, embora reduzida pelo número elevado e pela complexidade das interseções;

  • a correspondente as regiões externas à Av. do Contorno, constituída, em geral, por vias de larguras mais reduzidas, articuladas precariamente entre si e com a malha anterior, e definidas basicamente pela sucessiva implantação de loteamentos, sem qualquer planejamento.

As ligações transversais são, de modo geral, precárias e os vários trechos existentes são geralmente curtos. Esses trechos poderiam constituir-se em segmentos de vias perimetrais, mas foram implantados sem articulação entre si, visando mais a solução de problemas de saneamento, sem uma estratégia global de melhoria do sistema viário.

As ligações transversais mais importantes são a Av. do Contorno e o Anel Rodoviário, que constitui também uma importante via de distribuição de tráfego urbano. Em conseqüência, todo o sistema viário radial é sobrecarregado pelo tráfego que poderia utilizar-se de vias de ligação transversal, se existentes. Essa conjugação compromete também a capacidade do sistema viário da área central, o qual tem função de principal articulador do sistema viário urbano. Como ilustração, apenas quatro em cada dez veículos que circulam na área central têm destino à região.

A extensão do sistema viário do município é de 4.127 km, dos quais 3.953 km são pavimentados. Quanto à função, as vias classificadas como de ligação regional (basicamente os trechos das rodovias federais e estaduais que cortam o município) perfazem um total de 74 km, as arteriais, 246 km e as coletoras, 982 km. A articulação do sistema viário municipal com o sistema de ligação regional e intermunicipal é considerada satisfatória.

Estima-se em 2.300.000 o número de viagens – excluindo modo a pé – por dia útil no município, das quais 70% são realizadas por transporte coletivo, 20% por automóvel, 1 % pelo metrô e o restante por outros modos.

Sendo Belo Horizonte o principal pólo de atividades da Região Metropolitana, parte significativa dos fluxos de transporte e tráfego é proveniente dos demais municípios da RMBH. Esses fluxos chegam a representar 34% do volume de ônibus que circulam na Av. Amazonas e 24% na Av. Presidente Antônio Carlos.

Um dos principais problemas do sistema viário arterial (avenidas Presidente Antônio Carlos, Cristiano Machado, Dom Pedro II, Amazonas, entre outras) diz respeito ao adensamento da ocupação e o uso intensivo não residencial existente nestes corredores. A função principal ou primeira dos corredores é o escoamento, a fluidez do tráfego. Na medida que a Lei de Parcelamento anterior à Lei n.º 7.166/96 privilegiava a instalação de usos não residenciais e o adensamento da ocupação nos corredores, a fluidez

fica comprometida em função do conflito que passa a existir entre as necessidades de estacionamento, manobras, operação de carga e descarga etc. com o tráfego de passagem, afetando, por exemplo, diretamente o tempo de viagem do transporte coletivo.

A legislação de parcelamento atual, Lei n.º 7.166/96, amenizou essa situação ao flexibilizar o uso não residencial em outras vias da cidade e ao impor restrições ao uso lindeiro em vias arteriais e de ligação regional. Destacam-se as exigências relativas à área mínima dos lotes, afastamento frontal mais extenso, quantidade mínima de vagas e, em alguns casos, áreas para carga e descarga e de embarque e desembarque.

A Lei de Licenciamento Ambiental (Lei n.º 7.277/97) representou também uma contribuição importante, ao obrigar a internalização das repercussões dos empreendimentos mais impactantes.

Todavia, apesar das medidas citadas, observa-se ainda uma concentração excessiva de atividades nas vias de ligação regional e arterial. No médio e longo prazo, essa situação poderá levar à degradação precoce dessas vias, à necessidade de onerosas ampliações e prejuízos às próprias atividades lindeiras. Ressalte-se que essas conseqüências já são realidade em vários casos. Sob o ponto de vista do trânsito, seria desejável a alteração de parâmetros urbanísticos, tais como a redução do coeficiente de aproveitamento, da taxa de ocupação e do aumento dos afastamentos frontais. As observações acima, em menor grau, valem para as vias coletoras.

As condições da circulação para o pedestre são inadequadas, em que pese o aumento do número de interseções com semáforos específicos para pedestres. De um total de 579 cruzamentos semaforizados, 68% possuem algum tempo específico para travessia dos pedestres. Entretanto, ainda existem muitos locais sem a necessária sinalização e, muitas vezes, o tempo disponível para a travessia segura do pedestre é insuficiente.

Na área central, onde é muito elevado o número de pedestres em circulação, conseqüência da excessiva concentração de atividades e da estruturação do sistema de transporte coletivo, o espaço a eles destinado vem sendo reduzido. A calçada e o passeio (parte da calçada destinada à circulação de pedestres) vêm perdendo sua condição de espaço público, sendo cada vez mais privatizados, dificultando o caminhamento seguro e confortável. Também ao longo dos corredores e nos centros das diversas regiões da cidade há carência de melhores condições de travessia.

6.2 - Propostas Existentes de Alteração dessa Estrutura

A política municipal de estruturação do sistema viário engloba não só a implantação de novas vias como também a complementação de trechos existentes e o tratamento de interseções. Seus pressupostos são:

– privilegiar propostas, seguindo as diretrizes do Plano Diretor, que venham a conformar rotas alternativas ao sistema radioconcêntrico e às ligações transversais existentes;
– construir alternativas que minimizem o efeito negativo do tráfego externo de passagem pela cidade;
– propor vias que apresentem potencial de criação de desenvolvimento de processos de desconcentração das atividades econômicas e de reforço de centros urbanos;
– propor vias que possibilitem novas ligações do transporte coletivo, assim como vias que maximizem a utilização das estações previstas no BHBUS.

A partir destes pressupostos foi desenvolvida a seguinte proposta de alteração da estrutura viária existente (Mapa II.11):

– criação de duas rotas alternativas arteriais, no sentido sul–norte: a primeira, a oeste da área central, tendo por eixo básico Av. Barão Homem de Melo, Av. Tereza Cristina, Av. Carlos Luz; a segunda, a leste, tendo por eixo básico Via 710, desde a Av. dos Andradas, na região dos bairros Esplanada/São Geraldo, até a Av. Cristiano Machado. Esses eixos conectam-se na região entre Av. do Contorno e o Anel Rodoviário, através da consolidação da ligação entre Av. Carlos Luz e Av. Cristiano Machado;
– criação de rota alternativa arterial no sentido oeste–leste, externa ao Anel Rodoviário, consolidado a articulação da região sul de Venda Nova com as regiões Norte e Noroeste, através de ligações entre as avenidas Dom Pedro I, Cristiano Machado, MG 020 (BH–Santa Luzia) e Anel Rodoviário;
– criação de rota alternativa arterial articulando a região do Barreiro à Oeste/Noroeste, utilizando-se a Av. Tereza Cristina;
– minimização dos conflitos existentes na ligação entre as regiões Centro-Sul e Oeste, concentrados sobretudo nas interseções sob influência das avenidas Raja Gabaglia e Barão Homem de Melo;
– resolução dos problemas de transposições do Anel Rodoviário, seja através de melhorias e complementações de interseções existentes, seja mediante a criação de passagem inferior em pontos específicos;
– criação de condições para melhoria ambiental urbana, especialmente para pedestres, mediante a

implantação de projetos urbanísticos e de desenho urbano, em áreas impactadas pela construção da linha norte do metrô (Av. Cristiano Machado, entre as estações São Gabriel e Floramar); em centros urbanos impactados por estações do BHBUS e/ou metrô (área central do Barreiro, de Venda Nova e do Horto).

6.3 - Estrutura do Sistema de Transporte Coletivo: o BHBUS e o Metrô

A Prefeitura de Belo Horizonte vem empreendendo e implementando desde 1993 uma política de transporte que aponta no sentido de construir uma nova lógica para o sistema. Essa política busca garantir as determinações do Plano Diretor: articulação das diretrizes de desenvolvimento urbano e ocupação do espaço com o sistema viário e de transporte, bem como a ampliação da descentralização das atividades, no sentido de reduzir as distâncias de deslocamentos e os tempos de viagem, com ganhos expressivos para a qualidade de vida urbana.

O sistema de transporte público em Belo Horizonte é operado essencialmente por ônibus que transporta diariamente cerca de 70% da população. O metrô faz a conexão das regiões que apresentam maior demanda (norte/nordeste/leste com oeste/noroeste), tangenciando a área central, sendo uma opção de transporte de alta capacidade de vital importância para cidade, considerando suas características técnicas e operacionais e o investimento público já realizado.

No entanto, o metrô desempenha um papel secundário no atendimento da demanda (1%), devido à própria concepção de seu traçado, restrições da localização da linha existente, dificuldades de acesso às estações, além da morosidade em sua implantação e da precariedade de integração com o sistema de ônibus.

O BHBUS – Programa de Reestruturação do Transporte Coletivo, em implantação, adota o modelo tronco-alimentador tendo como espinha dorsal o metrô. É constituído por um conjunto de estações para possibilitar a integração, troncalização e racionalização do sistema, pelo serviço bairro a bairro, complementado por corredores com circulação priorizada para o ônibus, além do sistema de Bilhetagem Eletrônica, que visa propiciar, entre outros benefícios, alternativas de política tarifária. Sua concepção é voltada para a busca da melhoria de parâmetros de conforto, segurança, pontualidade, confiabilidade e eficiência do sistema.

Grande parte do sistema bairro-a-bairro e duas rotas de priorização do transporte coletivo já foram implantados. As estações de integração ônibus–ônibus, Venda Nova e Diamante estão operando plenamente e, recentemente, foi iniciada a operação da primeira estação metrô–ônibus, a Estação São Gabriel. Ainda em 2002, será iniciada a operação da Estação Barreiro e a conclusão da implantação da Bilhetagem Eletrônica. Prevê-se a conclusão das demais estações ônibus–ônibus e de outras rotas de priorização do transporte coletivo até o final de 2004, concluindo assim o BHBUS.

O sistema de transporte coletivo por ônibus, em operação, é constituído por 271 linhas (março de 2002), possuindo a seguinte distribuição de serviços: 14 linhas troncais, 87 linhas diametrais (bairro-a-bairro), 75 linhas do serviço semi-expresso, 51 linhas alimentadoras e 44 linhas operando os demais serviços, totalizando uma frota de 2886 ônibus. O tempo médio de viagem é de cerca de 55 minutos, e o tempo médio de espera nos pontos, num dia útil, varia de 8 minutos, no pico da manhã, para 11 minutos, fora do pico, e 16 minutos, no período da noite. O sistema de atendimento a vilas e favelas, composto de 7 linhas e do transporte suplementar, com 30 linhas, completam o sistema de transporte por ônibus.

O quadro a seguir apresenta os dados de tempo de espera nos pontos para diversos intervalos de espera.

Quadro III. 1- Indicador de tempo de espera no ponto – Dia útil

INTERVALO DE ESPERA (min)	% DE PASSAGEIROS		
	PICO (6h30m - 7h29m)	FORA PICO (13h -16h:29m)	NOITE
0 - 07,0	38,20	12,84	0,85
7,1 - 10,0	35,52	30,96	4,83
10,1 - 15,0	22,71	32,98	30,71
15,1 - 20,0	2,82	13,57	26,20
20,1 - 30,0	0,69	9,12	32,22
30,1 - 40,0	-	0,20	3,00
> 40,0	0,05	0,33	2,20
Intervalo Médio	7,30	10,50	16,10

Fonte: BHTRANS, março/2002

O sistema de transporte escolar compreende 1045 veículos licenciados, e o sistema de táxi possui uma frota de 6011 veículos.

Com a implantação do sistema BHBUS, o acesso ao hipercentro dos moradores das regiões atendidas pelas linhas integradas será feito preferencialmente pelo metrô. Como o traçado do metrô apenas tangencia o hipercentro, as estações Central e Lagoinha deverão fazer o papel de distribuição da demanda, buscando os menores deslocamentos a pé possíveis para os usuários, privilegiando as condições de conforto e segurança.

Estima-se que 80% da demanda por transporte coletivo se desloque até a área central, seja porque ali tenha seu destino, seja para complementar sua viagem, com transbordo para outras linhas. Especialmente na área central, onde se concentra o maior número de deslocamentos a pé, deverá ser priorizado o tratamento de rotas para o deslocamento de pedestres, propiciando-lhes conforto, rapidez e segurança, sem prejuízo aos espaços referenciais, de circulação e convívio.

Concentrar esforços em requalificar os espaços públicos de circulação e concentração de pessoas, principalmente na área central, e em garantir um transporte público de qualidade para a cidade, minimizando investimentos em obras viárias direcionadas exclusivamente para o tráfego de veículos particulares, são princípios que vêm norteando as políticas públicas no setor.

Independentemente das ações que vem sendo estruturadas no nível municipal, o setor de transporte urbano, de maneira geral, está a exigir, pela sua importância econômica, pelo papel que desempenha e pelas possibilidades de ampliação de cidadania, uma maior participação de investimentos das esferas federal e estadual, principalmente no âmbito metropolitano.

É fundamental a implantação de um novo modelo de financiamento para o setor que possibilite tanto investimentos em infra-estrutura como também subsidie parte da operação. O modelo deve ser construído considerando a possibilidade de ampliação da contribuição do setor produtivo, ao mesmo tempo que desonere os segmentos mais pobres da população.

6.4 - Gestão de Transporte e Trânsito

A gestão de transporte e trânsito no município é realizada pela Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A (BHTRANS), criada pela Lei Municipal n.º 5.953/91, sendo definida como concessionária exclusiva do Sistema de Transporte Público do Município de Belo Horizonte.

No Art. 3º do Estatuto Social da empresa foi estabelecido o objeto de sua ação: organizar, coordenar, executar, delegar, efetivar o planejamento operacional e controle da prestação dos serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, trânsito e sistema viário municipal. Ou seja, a empresa é responsável pelo gerenciamento do transporte público – ônibus, táxi, transporte escolar, transporte fretado –, e pelo gerenciamento de trânsito.

O gerenciamento do serviço de táxi e do transporte escolar começou a partir de 1992; o gerenciamento do transporte coletivo e o gerenciamento integral do sistema viário e da sinalização do município foi iniciado a partir de 1993. Em 1998, estabeleceu-se um novo modelo de gestão para o transporte coletivo por ônibus, através de contrato com as subconcessionárias (empresas de ônibus) de prestação do serviço de transporte coletivo, no qual o poder público passou a ter maior controle sobre o serviço e as empresas. Em 2001, o transporte clandestino foi extinto e, paralelamente, foi implantado o transporte suplementar, através de licitação pública.

O novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), vigente desde 1997, determinou aos municípios, acima de 20.000 habitantes, organizarem os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito, para exercerem pleno controle sobre o trânsito. No caso de Belo Horizonte, a Prefeitura, através da BHTRANS, passou, a partir de 1998, a efetivamente exercer essa obrigação legal integrando-se ao Sistema Nacional de Trânsito.

A gestão do transporte e trânsito no município tem buscado continuadamente a melhoria da qualidade dos serviços a partir de projetos técnicos, mas, também, a partir de demandas oriundas da participação popular e da relação com os usuários e entidades da sociedade civil. Esta premissa, decorrente de uma visão político-administrativa calcada em princípios democráticos de participação, levou à criação e instituição de vários canais de participação e atendimento ao usuário que vêm sendo fortalecidos e inovados. O Fórum Municipal de Trânsito, o Fórum Municipal de Táxi, o Fórum Municipal de Transportadores Escolares, o Conselho Fiscal da Câmara de Compensação Tarifária, as Jornadas Participativas e as Comissões Regionais de Transporte e Trânsito são os principais espaços de construção de uma nova realidade pretendida para o transporte e o trânsito da cidade.

Desde o inicio de suas atividades, a BHTRANS vem procurando adaptar sua estrutura organizacional e funcional à complexidade sempre crescente dos problemas de transporte e trânsito urbano. Assim sendo, e para atender as diretrizes da recente reforma administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, os serviços de operação e fiscalização de transporte e trânsito foram regionalizados, no sentido de agilizar o atendimento à população da cidade.

A reforma da empresa buscou ainda resolver problemas de gestão, relacionados ao planejamento de suas

ações, destacando-se: a necessidade de romper a divisão transporte x trânsito e planejamento x operação; priorizar o foco no cliente/usuário; criar estruturas de acompanhamento dos projetos estratégicos; fortalecer/criar estruturas regionais e incorporar programas de gestão pela qualidade entre outros.

Com a reforma administrativa da Prefeitura, a BHTRANS passou a integrar a Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental (SCOMURBE), que tem como responsabilidade a coordenação geral de todas as ações de política urbana e ambiental.

No âmbito municipal, pode ser apontado que existem três grandes principais desafios de gestão e planejamento do transporte urbano: a construção necessária da prioridade de circulação do transporte coletivo, visando à melhoria de seu desempenho operacional e a redução de custos do sistema; o equacionamento do financiamento da operação do serviço, incluindo o modelo de revisão de remuneração das empresas, com vistas à manutenção e mesmo melhoria da qualidade do serviço e, por fim, a implementação de medidas de restrição ao uso indiscriminado do automóvel, no sentido de garantir o desempenho do transporte público e a qualidade dos espaços públicos da cidade.

Outro grande problema de gestão a ser equacionado diz respeito à questão metropolitana. A Constituição Federal explicitou a competência dos municípios deixando as questões metropolitanas para serem institucionalizadas no âmbito das constituições estaduais. A Constituição Mineira, ao tratar o assunto não foi clara. Define as competências do estado atribuindo-lhe a gestão do transporte coletivo intermunicipal, ao mesmo tempo que atribui ao Estado e aos municípios a execução dos serviços comuns metropolitanos, entre os quais se coloca o transporte de passageiros. Criou também a Assembléia Metropolitana (AMBEL), colegiado de prefeitos e vereadores, mas que, pela gestão de transporte, tem feito pouco, a não ser aprovar as tarifas metropolitanas.

Os municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Santa Luzia, Ibirité e Nova Lima possuem sistemas de transporte gerenciados localmente, enquanto os sistemas locais dos demais municípios da região metropolitana e o sistema metropolitano são gerenciados pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER MG), estando o sistema Metroviário a cargo do DEMETRÔ – órgão do governo federal, e em fase de regionalização para a empresa Trem Metropolitano de Minas Gerais S/A (METROMINAS), que conta com participação acionária dos municípios de Belo Horizonte e Contagem (35% e 10%, respectivamente) e do estado de Minas Gerias (55%).

A forma como o transporte metropolitano vem sendo gerenciado tem trazido conseqüências ao transporte municipal, seja sob o aspecto do planejamento e operação das linhas intermunicipais, que em determinados locais são concorrentes das linhas municipais, seja sob o ponto de vista da integração no metrô e/ou nas estações do sistema BHBUS, ou mesmo na instituição do benefício das gratuidades.

A integração metropolitana do sistema de transporte deve ser garantida, através do desenvolvimento de planos de transporte racionais e integrados, da compatibilidade entre sistemas de bilhetagem eletrônica, gestão de gratuidades unificada, gestão de informações aos usuários, entre outros. Entende-se que a METROMINAS deveria cumprir essa tarefa, não apenas por gerenciar o metrô (principal modo de transporte metropolitano) como também pelo fato do DER MG estar mais afeto às questões da malha rodoviária do estado e do transporte intermunicipal de passageiros.

▪ ANEXO IV - ÍNTEGRA DOS PRODUTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS

Este Anexo contém os resultados das discussões realizadas pelos participantes das pré-confêrencias temáticas, abrangendo os temas gerais da cidade e os temas específicos de cada pré-conferência.

Estão aqui apresentados todos os pontos positivos e negativos, relativos a cada tema, obtidos por consenso, primeiro, em subgrupos, depois, discutidos e complementados em conjunto pelos componentes dos cinco subgrupos que compunham cada sala de trabalho.

É a seguinte a organização deste Anexo:

1 - PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE MOBILIDADE, SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE COLETIVO
    1.1 - Temas gerais da cidade
    1.2 - Temas específicos
2 - PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE CONTROLE URBANO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO
    2.1 - Temas gerais da cidade
    2.2 - Temas específicos
3 - PRÉ CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
    3.1 - Temas gerais da cidade
    3.2 - Temas específicos
4 - PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE HABITAÇÃO, VILAS E FAVELAS
    4.1 - Temas gerais da cidade
    4.2 - Temas específicos

1 - PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE MOBILIDADE, SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE COLETIVO

1.1 - Temas gerais da cidade

1.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Aumento da importância da cidade no contexto do país, dada a sua densidade demográfica metropolitana.
- Discussão pública possibilita levar a uma esfera mais ampla os problemas individuais.
- Maiores investimentos nos espaços e serviços públicos e criação de novos pólos comerciais.
- Urbanização de vilas e favelas.
- BH ainda é um bom lugar para se viver e uma das capitais menos violentas.
- Ações integradas da Prefeitura no sentido de melhorar o planejamento urbano e econômico, juntamente com a população.
- Possibilidade de participação da população nas decisões da administração municipal.
- Os serviços básicos de transporte, energia, água e coleta de lixo funcionam, apesar de algumas dificuldades.
- Melhores condições de convivência nas regiões de verticalização reduzida.
- Aprovação do Estatuto da Cidade.
- Disponibilidade de serviços urbanos.
- Disponibilidade de serviços de saúde, alimentação e políticas públicas mais consistentes.
- Maiores oportunidades de emprego devido ao desenvolvimento da indústria e do comércio.
- Reassentamentos com a participação popular, favorecendo a inclusão.
- IPTU diferenciado como fator de inclusão e redistribuição de renda.
- Verticalização, facilitando o acesso a serviços e lazer.
- Urbanização de vilas e favelas.
- A população, hoje, participa das decisões e discussões políticas e sociais da cidade. (Ex. OP, Comissões de Transporte, etc.).
- A não verticalização da Lagoa da Pampulha e outras áreas na cidade.
- Plano Diretor e o Estatuto da Cidade são instrumentos positivos para o crescimento e inclusão da cidade.
- A existência dos parques favorece o crescimento urbano.
- Revitalização urbana no centro de Belo Horizonte. Ex.: praças e reformas nas vias urbanas.
- Descentralização das atividades (comércio, serviços públicos, etc.).
- Influência do orçamento participativo na qualidade de vida dos moradores.
- Desenvolvimento das atividades comerciais.
- Lei de Uso e Ocupação do Solo.
- Estatuto da Cidade.
- Participação popular no processo de crescimento da cidade (OP, OPH).

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de planejamento global, inclusive em nível metropolitano.
- Aumento da violência urbana.
- Aumento da demanda por recursos para aplicação na infra-estrutura.
- Ocupação de áreas de risco e de espaços públicos.
- Ausência de transporte público eficiente.
- Falta de saneamento básico.
- Crescimento desordenado.
- Falta de financiamentos e subsídios para o setor de transporte público, ocasionando a exclusão do usuário.

- Verticalização descontrolada em alguns pontos da cidade.
- Cidade ainda é muito dependente da região central.
- É uma cidade dividida entre uma formal e uma informal.
- Discriminação dos moradores de determinados bairros até para procurar emprego.
- Latifúndios urbanos que excluem o cidadão.
- Excesso de concentração e congestionamento (trânsito, pessoas, edificações, poluição e saneamento).
- Falta de segurança pela apropriação dos espaços pelos marginais e pela falta de policiamento.
- Custo de vida na cidade é alto.
- Deficiência no atendimento à saúde e educação; dignidade nestes itens.
- Crescimento urbano gerando segregação espacial e exclusão social.
- Programas habitacionais deficientes.
- Parcelamentos e assentamentos irregulares; fiscalização deficiente.
- Verticalização sem o devido planejamento da infra-estrutura.
- Má distribuição e insuficiência de infra-estrutura no contexto metropolitano.
- Crescimento desordenado não sustentável (falta de infra-estrutura) com pouca aplicação da Lei do Uso do Solo pela PBH.
- A irresponsabilidade dos agentes imobiliários que atuam sem a menor preocupação urbanística e social.
- Ausência de uma definição política patrimonial para Belo Horizonte.
- Negligência dos órgãos públicos com relação às áreas públicas disponíveis, favorecendo invasões.
- Morosidade do processo de regularização fundiária nas vilas e favelas.
- Falta de integração metropolitana (leis, serviços, operacionalização).
- Falta de planejamento integrado das políticas urbanas.
- Especulação do mercado, forçando a destinação de recursos e serviços públicos e desrespeitando o meio ambiente.
- Alta densidade demográfica em áreas irregulares.
- Fiscalização insuficiente dos novos bairros e das construções em geral.
- Interferência do poder econômico no descumprimento da legislação (especulação).
- Construções irregulares e invasões em espaços públicos.
- Construção da cidade com diferença social (espaço urbano).
- Falta de informações e apoio técnico à população.

1.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Redução do deslocamento das pessoas com melhoria da qualidade de vida.
- Redução do número de pessoas no centro da cidade devido à descentralização de atividades.
- Maior oferta de espaços comerciais, aumentando a concorrência do comércio.
- Diversificação de atividades urbanas por regionais.
- Independência maior em relação ao hipercentro.
- Maior participação popular nos fóruns de discussão.
- As pessoas acreditam no local onde moram para melhorar a qualidade de vida.
- Comércio e serviços variados em locais de muito trânsito facilitam a vida das pessoas, desde que se tenha regras claras e controle do espaço público e das atividades.
- Gostar do centro como local de encontro e lazer (com a volta do carnaval na Avenida).
- Descentralização dos serviços públicos essenciais.
- Centros: referenciais simbólicos e culturais.
- Centros geradores de oportunidade de trabalho.
- Inversão das prioridades de políticas públicas (bem comum e interesses comunitários).
- Integração do transporte coletivo (BHBUS).

- Lei de uso e ocupação do solo orientando e descentralizando fluxos e atividades.
- Melhoria da integração dos órgãos municipais.
- A descentralização das atividades básicas comerciais é satisfatória no município.
- Centro da cidade oferece grande oferta de trabalho, comércio e serviços.
- Descentralização da administração pública municipal.
- Reforma administrativa municipal.
- Com um deslocamento pode-se realizar e resolver várias coisas.
- Existe planejamento (Plano Diretor) no sentido de descentralizar.
- Existência de pequenos pontos de atividades comerciais e de serviços nos bairros.
- Descentralização das atividades.
- Valorização da regionalização por especialidades comerciais.
- Aumento da oferta dos serviços.

PONTOS NEGATIVOS

- Prédios residenciais com atividades comercias, gerando insegurança para os moradores.
- Policiamento ineficiente, não acompanhando a descentralização das atividades.
- Camelôs distribuídos desordenadamente.
- Ausência do espaço destinado especificamente ao comércio informal.
- Falta de planos/planejamento regional, provocando a ocupação desordenada do comércio, com impactos negativos para a região, devido à descentralização.
- Sobrecarga de vias saturadas por comércio.
- Jogo de interesse na distribuição de atividades e centros urbanos.
- Conflito de interesses: o popularmente possível com o tecnicamente viável e com o politicamente realizável.
- Aumento indiscriminado de grandes shoppings centers.
- Grandes construções e áreas comerciais sem uma área de estacionamento para usuário/cliente.
- Falta de equipamentos e serviços na periferia (banco, correio, serviços públicos, posto telefônico e comércio).
- Muitas atividades concentradas no centro.
- Insegurança do pedestre de usar o centro por medo e ocupação dos passeios.
- Os shoppings têm impacto negativo para o pequeno comércio e não compram na indústria local.
- Concentração em escala e diversidade das atividades essenciais só no centro, gerando má distribuição do investimento público.
- Deslocamento até o centro da cidade gera perda de tempo e stress.
- Centro da cidade: insegurança e má aparência.
- Impactos ambientais graves.
- Alocação inadequada de certos equipamentos e empreendimentos.
- Falta de planejamento e acompanhamento do setor público na implantação de equipamentos.
- Inexistência de incentivo fiscal para instalação de atividades em áreas periféricas.
- Falta estruturar melhor os Centros Regionais de Saúde.
- Transporte muito voltado para o centro da cidade.
- Taxação excessiva sobre atividades, expulsando-as para outros municípios.
- Centralização obriga ir ao centro com custo de transporte.
- Não foi ainda percebida ação descentralizadora do Plano Diretor.
- Falta de orientação, incentivo e fiscalização da PBH nos pontos de atividades nos bairros, gerando transtornos para a população.
- Falta de conscientização/educação por parte de pedestres/motoristas, gerando trânsito violento no centro da cidade.
- Falta de descentralização dos serviços públicos.
- Comércio informal ocupando o espaço público com a conivência do poder público.
- Alteração desorganizada do uso e ocupação do solo.

- Ocupação desordenada das atividades nos corredores.
- Falta de incentivo e manutenção do uso residencial e de lazer na área central.
- Falta de um política de verticalização mista, de uso comercial, de serviços e moradias, perto das estações de Metrô e BHBUS e em outros locais com disponibilidade e infra-estrutura.

1.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Integração popular/comunitária com os órgãos públicos na discussão de mobilidade, trânsito e transporte.
- Implantação do sistema de bilhetagem eletrônica, trazendo benefícios para mobilidade do trânsito e transporte.
- Projeto de integração do BHBUS.
- Existência do metrô.
- Existência de uma empresa gerenciadora do transporte coletivo e trânsito (BHTRANS), com grande capacidade técnica de intervenção.
- Algumas linhas prestam um bom serviço à população.
- A inclusão do transporte suplementar no sistema de transporte coletivo (preenchendo lacunas).
- A implantação da estação Diamante (Barreiro).
- Projeto BHBUS.
- Investimentos de recursos em transporte e trânsito.
- Incentivo à participação popular nas discussões.
- BHBUS.
- Enfrentamento do transporte clandestino.
- Metrô/BH.
- Formação da Unidade Integrada de Trânsito: melhoria da operação e fiscalização do sistema viário.
- Abertura por parte do poder público, através de mecanismos para participação popular, na construção do sistema de transportes.
- Início do sistema de troncalização do transporte coletivo e implantação de faixas exclusivas.
- Melhoria da articulação viária com a finalização da avenida Vilarinho, alargamento da avenida Antônio Carlos e outras vias.
- Atual crescimento e o investimento no transporte coletivo urbano.
- A participação popular nas ações de coordenação e fiscalização do sistema de transporte.
- A integração através das estações, possibilitando a melhoria do trânsito nos corredores.
- Houve melhoria na qualificação dos profissionais da prestação de serviço em transporte público.
- Fim do transporte clandestino e a implantação de transporte suplementar.
- Participação comunitária no sistema de transporte.
- Melhorias físicas do sistema de transporte (ônibus, bilhetagem eletrônica, sistema viário).
- Benefícios advindos com licitação do transporte coletivo.

PONTOS NEGATIVOS

- Insuficiência de investimentos para a ampliação do sistema viário, de acordo com o Plano Diretor da cidade, com prioridade para o transporte coletivo.
- Falta de políticas de educação para o trânsito.
- Atraso na implantação do metrô e BHBUS.
- Falta de integração entre os sistemas de transporte, no âmbito metropolitano, inclusive.
- Dificuldade de mobilidade de pedestres e portadores de deficiência ou com dificuldades de locomoção.
- Falta de planejamento das vias de acesso e sistema viário pelos órgãos competentes, adequando-os ao crescimento das cidades.
- A demora na implantação do BHBUS e do metrô.
- A ausência de ônibus de piso baixo no atendimento de toda a cidade.
- Ausência de planejamento metropolitano do transporte e trânsito.

- Concentração de deslocamentos nos mesmos horários devido à coincidência das jornadas de trabalho.
- Falta de prioridade do transporte coletivo.
- Falta de educação para o trânsito.
- Descumprimento do quadro de horários.
- Demora na conclusão do metrô.
- BHBUS e metrô/BH incompletos.
- Uso irrestrito do automóvel.
- A imagem pública de que o transporte público é apenas para população de baixa renda.
- Projeto desenvolvido em trechos sem intensidade: metrôs e trens vazios.
- Falta de transporte coletivo integrando os bairros limítrofes das regionais (circulares regionais).
- Falta de novas vias para diminuir o fluxo de veículos que passam pela área central.
- Centralização da estação rodoviária.
- Falta de linhas integradas para diminuir custos e tempo de deslocamento.
- Ausência de subsídios de outras esferas do governo para cobrir a gratuidade no transporte municipal.
- Falta estrutura viária para possibilitar maior mobilidade.
- Os diversos meios de transporte coletivo ainda não estão totalmente integrados.
- Mal planejamento da cidade não possibilita boas condições de mobilidade e melhoria do trânsito.
- Falta de fiscalização para garantir a segurança e conforto dos usuários em transporte público.
- Há uma demora excessiva no atendimento de transporte público à periferia.
- Falta de planejamento geral, com pouco sistema de integração bairro-a-bairro.
- Falta de prioridade ao pedestre.
- Falta de fiscalização dos ônibus coletivos.
- Falta de política de restrição do uso do carro particular e priorização do transporte coletivo.
- Linha única do metrô, não atingindo a cidade de forma abrangente.
- Falta de integração entre o sistema de transporte da RMBH.
- Falta de integração entre os diversos sistemas de transporte com o metrô.
- Falta de liberação e adequação das calçadas para uso exclusivo dos pedestres em geral, incluindo deficientes.
- Falta de incentivo ao transporte cicloviário.
- Falta de investimento em novos trechos viários para suporte ao transporte coletivo.

1.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- Existência de políticas de preservação de “alguns” espaços públicos.
- Reconhecimento da importância da preservação de espaços públicos e patrimônio pela população.
- Potencial de uso dos espaços públicos pelas comunidades.
- Iniciativa da discussão com participação popular – fóruns.
- Existência de muitos espaços públicos.
- Aumento com preocupação em recuperar o patrimônio cultural.
- Valorização das raízes e todos os credos do povo brasileiro e grande número de eventos nesse sentido.
- Programas gratuitos de lazer e cultura que promovem o uso do espaço público (ex.: feiras).
- Programas culturais de lazer: ruas de lazer; música no parque; feiras de arte e alimentação.
- Ruas bem arborizadas e iluminadas.
- Comunidade participativa, despertando uma consciência da necessidade de preservação.
- Possibilidade da participação popular delegada pelos órgãos competentes, despertando na comunidade estímulos e interesse para com a coisa pública.
- A prefeitura tem se empenhado para criar e adequar espaços públicos.
- Preservação da memória de Belo Horizonte (ex.: revitalização do Museu Abílio Barreto).
- Diversidade de espaços públicos.

- Espaços públicos são pontos de referência da cidade.
- Iniciativa de regionalizar feiras e eventos.
- BH possui bons espaços de convivência coletiva.
- BH possui boas leis de regulamentação de espaços públicos.
- PBH tem recuperado e preservado o patrimônio cultural da cidade.
- Parceria entre iniciativa pública e privada de forma progressiva na preservação de espaços públicos.
- Reabilitação e criação de espaços culturais.
- Transporte como parceiro do patrimônio histórico, viabilizando o acesso e a inclusão.

PONTOS NEGATIVOS

- Depredação e vandalismo dos espaços públicos.
- Desinformação sobre a disponibilidade dos espaços públicos e patrimônios.
- Grande número de interferências e ocupação desordenada no espaço público dificultam a sua utilização pela comunidade.
- Ausência de espaços públicos em condições de receber grandes eventos culturais e festivos.
- Escassez de sanitários públicos.
- Falta de segurança, impedindo a apropriação dos espaços e convivência das pessoas.
- Falta de divulgação dos espaços públicos e do patrimônio.
- Condições precárias dos espaços públicos (passeios, praças, parques), devido a depredação e apropriação indevida.
- Falta de manutenção das praças e parques.
- Apropriação dos espaços públicos pela especulação imobiliária e pelas igrejas evangélicas.
- Centralização dos espaços públicos e em quantidade insuficiente.
- Falta de identidade com os espaços públicos devido ao pensamento comum de que tais espaços não pertencem a ninguém (espaço público não tem dono).
- Ausência de programas educativos e policiamento voltados para a preservação do patrimônio urbano e para a boa utilização dos espaços públicos.
- Dificuldade de acesso aos principais espaços públicos devido sobretudo ao sistema de transporte não integrado (torna-se caro chegar aos espaços).
- Uso inadequado dos espaços públicos.
- Falta de campanhas educativas de conscientização e preservação; divulgação de como usar.
- Falta de acessibilidade; falta de segurança e iluminação desses espaços.
- Falta de urbanização de áreas públicas e escassez de áreas de lazer.
- Alguns espaços públicos são segregacionistas.
- Falta de afetividade dos cidadãos em relação ao bem e espaço público.
- Falta de infra-estrutura (inclusive banheiro) e segurança nos espaços públicos.
- Falta de fiscalização e penalização a quem danifica o espaço público.
- Uso inadequado do passeio público.
- Depredação dos espaços públicos.
- Falta de segurança.
- Falta de integração Estado e PBH.
- Desconsideração ao pedestre quanto à utilização dos passeios e calçadas ou espaços a ele destinados.
- Falta de políticas públicas de conscientização para preservação e adoção dos espaços públicos.
- Falta criar mais espaços públicos.
- Falta maior fiscalização dos espaços públicos ocupados.
- Uso privado dos espaços públicos por particulares com inércia da população em mantê-los públicos.
- Pouca oferta de espaços públicos e referenciais fora da área central e sua inexistência em vilas e favelas.
- Uso inadequado das calçadas.
- Falta de um plano diretor de arborização.
- Falta de tratamento nas áreas residuais públicas.

- Falta de sanitários públicos, especialmente no hipercentro.

1.1.5 - Condições ambientais

PONTOS POSITIVOS

- "Reforma administrativa", possibilitando a união de diversos órgãos sob uma mesma coordenação, aproximando a prefeitura da população.
- Participação popular através de conferências e conselhos setoriais e regionais.
- Criação e manutenção de parques e áreas verdes.
- Existência de projetos de saneamento multisetoriais (Projeto Manuelzão, PROPAM, etc.).
- Existência de legislação ambiental criteriosa e moderna.
- Urbanização de vilas e favelas.
- Aumento de áreas de parques e jardins.
- Blitz de poluição automotiva.
- Expresso ambiental (cursos, eventos, oficinas, passeios) promovidos pela SMMAS, verdadeiras aulas de preservação.
- Mudança provocada pela adoção da estação de transferência (BHBUS) e sistema metropolitano.
- Adoção, em parceria, de áreas verdes e parques públicos para sua preservação, pelas empresas privadas.
- Implantação pela COPASA MG da estação de tratamento de esgoto na região leste.
- Maior participação e adesão da iniciativa privada na preservação de áreas ambientais.
- Preservação de parques e de pequenas áreas dentro do perímetro urbano.
- Existência de vários órgãos e legislações voltadas para a preservação do meio ambiente.
- Projetos: Projeto Manuelzão; Estação de Tratamento de Água; Estação de Tratamento de Esgoto; Orçamentos Participativos.
- Legislação vigente.
- Instalação da ETE.
- Implantação de parques e áreas de lazer.
- Política de preservação de córregos em seu leito natural.
- Maior participação e compromisso individual e comunitário, em parceria com a PBH. e suas Regionais, nas questões ambientais.
- Abastecimento de água potável de boa qualidade e que atende a toda a população.
- Boa qualidade do serviço de limpeza pública urbana.
- Existência de um programa de proteção da serra do Curral – Pró-Serra.
- Parceria da PBH com o projeto Manuelzão para revitalização das bacias hidrográficas dos córregos de BH.
- Campanhas educativas.
- Despoluição de bacias hidrográficas.
- Reciclagem do lixo.
- Empenho da PBH em dar oportunidades de participação nas políticas públicas.
- Valorização e preservação dos parques.
- Execução dos projetos para reciclagem de esgotos.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de uma política de reversão da degradação ambiental, preservando e aumentando a cobertura vegetal.
- Falta de um trabalho de conscientização ambiental.
- Ineficiência de fiscalização por parte do poder público no controle da poluição sonora, visual, atmosférica e radioativa da cidade.
- Falta de educação ambiental.
- Não cumprimento das leis.
- Crescimento desordenado da cidade.

- Pouca divulgação de audiências públicas para discutir os grandes empreendimentos que causam impacto ambiental.
- Degradação do centro histórico e da serra do Curral pela inexistência de política de renovação urbana e ambiental.
- Degradação do ar pelo atual sistema de transporte.
- Degradação do rio Arrudas, córrego do Onça e lagoa da Pampulha, decorrente de falta da educação ambiental e investimentos na conclusão de obras.
- Falta de infra-estrutura sanitária; existência de áreas de risco e poluição ambiental.
- Crescimento desordenado da cidade.
- Falta de integração dos diversos órgãos e estrutura inadequada para a preservação do meio ambiente.
- Poluição sonora e atmosférica provocada pelo tráfego e instalação de som em veículos.
- Existência de arborização inadequada e em conflito com redes de infra-estrutura.
- Falta de preservação das nascentes/bacias hidrográficas.
- Degradação do meio ambiente causada pelas mineradoras e outros agentes poluidores.
- Falta de educação e conscientização.
- Poluição por gases de veículos.
- Pichação.
- Impermeabilização excessiva do solo (edificações, vias e áreas públicas).
- Falta de educação ambiental (escola, família e comunidade).
- Poluição visual excessiva (outdoors, placas, faixas e pichações).
- Os nossos cursos d'água estão poluídos por esgotos e lixo.
- Falta fiscalização e segurança nas áreas verdes (parques, praças e áreas de proteção ambiental).
- Infra-estrutura precária do saneamento básico, faltando tratamento de esgotos e preservação de córregos e fundo de vales.
- Falta de educação/informação da população.
- Crescimento desordenado da construção civil.
- Falta de infra-estrutura para a reciclagem do lixo.
- Falta política de controle de parques e pouca fiscalização/ampliação de novos parques.
- Falta de conscientização quanto à poluição: sonora, visual, recursos hídricos, tratamento de lixo.
- Falta de fiscalização eficiente nas políticas ambientais tais como: poluição, fauna, flora, espaços públicos (inclusive calçadas), limpeza urbana e uso e ocupação do solo.
- Falta de projetos que minimizem os impactos ambientais através do desenvolvimento tecnológico e de recursos humanos.

1.2 - Temas específicos

1.2.1 - A Questão Metropolitana

PONTOS POSITIVOS

- Anel rodoviário, facilitando a mobilidade na região metropolitana.
- Proposta da rodoviária descentralizada.
- Conforto e segurança dos ônibus para os passageiros através de renovação da frota.
- BHBUS integrado com o metrô.
- Regularização do transporte alternativo.
- Manutenção das vias do itinerário dos coletivos.
- Desenvolvimento de projetos de reestruturação do transporte público (METROPLAN), complementando o BHBUS.
- Evolução histórica do sistema de transporte metropolitano mostra melhorias.
- Existência do metrô.
- Implantação/criação das empresas gerenciadoras do transporte coletivo nas cidades da região metropolitana.

- Existência de assembléia metropolitana (AMBEL) e do seu comitê gestor metropolitano.
- Extinção do transporte clandestino.
- A LPOUS de BH prevê uma distribuição da população em áreas com infra-estrutura existente ou proposta.
- Estudo de viabilidade de locais para implantação do novo terminal rodoviário.
- A PBH está integrando as áreas lindeiras ao anel com passarelas e ligações viárias.
- Bilhetagem eletrônica.
- Melhoria no padrão dos ônibus do transporte coletivo.
- Criação de faixas exclusivas para ônibus e táxi.
- Ampliação do transporte suplementar para incentivo do menor fluxo de carros de passeios nas vias urbanas e melhor atendimento à população.
- Surgimento do sistema de integração entre as regiões metropolitanas.
- Surgimento do metrô.
- Melhoria do atendimento ao usuário por parte das empresas (operadores).
- Melhoria dos corredores de acesso e ligação entre os municípios da RMBH.
- Política tarifária de diminuição das desigualdades sociais através das câmaras de compensação.
- A municipalização do trânsito e do transporte forçou a capacitação técnica das prefeituras da RMBH.

PONTOS NEGATIVOS

- Anel rodoviário ser fiscalizado por órgãos federais.
- Política desarticulada nas questões metropolitanas que não atendem aos anseios da população.
- Falta de integração do DER com a BHTRANS.
- Ocupação desordenada em torno das marginais do anel rodoviário.
- Demora de implantação do novo anel rodoviário.
- Falta de financiamento e subsídios para o sistema de transporte coletivo, falta de política e planejamento metropolitano.
- Rodoviária no centro de BH.
- Passe-livre para funcionários dos correios e militares em detrimento de outros trabalhadores.
- Sistema de transporte financiado exclusivamente pelas tarifas dificulta o funcionamento das linhas que servem a bairros de menor demanda.
- Falta vontade política para a integração entre diversos órgãos gestores do transporte público da RMBH.
- Inexistência de uma Câmara de Compensação única que inclua todos os modos de transporte, evitando a concorrência entre eles.
- Falta de integração entre os vários sistemas de transporte.
- Precariedade dos ônibus metropolitanos (DER) e superlotação dos mesmos.
- Falta de um órgão gestor nos municípios da grande BH. Em alguns existe, em outros, não.
- Falta da distribuição de recursos para os municípios para a implementação da política de transportes.
- Falta realizar Conferência Metropolitana Urbana.
- Falta de um organismo de gestão técnica na RMBH.
- Falta atualização do PDIES RMBH (destacando-se o plano de transporte, classificação viária e PD municipais).
- Ineficiência na fiscalização da implantação de novos parcelamentos e na punição dos responsáveis.
- Localização atual TERGIP - Terminal Rodoviário.
- Falta de consideração dos usuários com o transporte coletivo entendido como bem público.
- Impasse político entre o Estado e o Município. Ex.: Estação Rodoviária / Estação José Cândido da Silveira.
- Falta de integração do metrô com RMBH.
- A gratuidade é onerosa ao bolso do usuário do transporte.
- Falta de integração nas questões de políticas de transporte entre as regiões metropolitanas (planejamento, operacionalização, etc.).
- Ineficiência do transporte público.
- Poucas vias de acesso às regiões metropolitanas.

- Falta de participação popular na construção do sistema metropolitano.
- Falta de continuidade de estudo viabilizando a ampliação do anel rodoviário que seria básico para implantação de terminais rodoviários.
- Falta de estruturação do planejamento metropolitano, após a municipalização do trânsito e transporte.
- Falta de controle efetivo da regularidade do sistema de transporte coletivo metropolitano.
- Inexistência de uma política metropolitana de transporte.

1.2.2 - Gestão da Mobilidade

PONTOS POSITIVOS

- Mudanças no transporte coletivo, criando novas formas de integração.
- Transporte suplementar e taxi-lotação.
- Faixa exclusiva para ônibus e taxi no centro.
- Implantação de pistas exclusivas, na área central, para o transporte coletivo.
- Regulamentação do transporte suplementar.
- Qualidade dos serviços de táxi, escolar, ônibus de piso baixo e abrigos para passageiros.
- Existência de serviços especiais para portadores de necessidades especiais (ex. linha especial do Barreiro, rampas nas estações, etc.).
- Implantação de faixas exclusivas para ônibus no hipercentro.
- Criação de serviços diferenciados (linhas locais, perimetrais e suplementares).
- Sincronização de semáforos e Onda Verde em determinados corredores.
- Implantação dos abrigos nos pontos de ônibus, apesar dos critérios inadequados utilizados para a sua execução.
- Existência do metrô, BHBUS, taxi-lotação, ônibus de piso baixo.
- Sistema de ônibus e taxis.
- Sistema viário.
- Obras de redução dos canteiros centrais – maior mobilidade para os veículos.
- Criação de faixas exclusivas para veículos.
- Descentralização dos serviços essenciais, com a participação popular (transporte, saúde, etc.).
- Priorização do transporte coletivo sobre o transporte particular (automóvel).
- Estações BHBUS.
- Trânsito melhorou, menos congestionamentos.
- Metrô.
- Presença efetiva do poder público na gestão do transporte.
- Rotas exclusivas para ônibus no centro da cidade.
- Retirada dos perueiros agregada à implantação do serviço suplementar.
- A participação popular na orientação do transporte.
- Implantação da bilhetagem eletrônica.
- Implantação da política do BHBUS.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de uma política alternativa para o combustível.
- Expansão desordenada da cidade, com reflexos na mobilidade.
- Grande número de veículos particulares circulando na área central.
- Não existência de faixas exclusivas para o transporte coletivo em corredores nos bairros, limitadas apenas à área central.
- Timidez nas ações voltadas para pedestres.
- Forma de remuneração das empresas de transporte coletivo por produção quilométrica.
- Demora na implantação da totalidade do BHBUS.
- Falta de um rodoanel para retirada dos veículos de passagem no Anel Rodoviário.
- A ordem de prioridades nem sempre é obedecida: (1. Pedestres; 2. Transporte público; 3. Carga e serviços; 4. Transporte individual).

- Ausência de uma política de restrição ao veiculo individual (rodízios, pedágios).
- Ausência de campanhas que estimulem a transferência do usuário de carro para o transporte coletivo.
- Atraso na implementação das estações do BHBUS (ex.: Alípio de Melo).
- Redução da mobilidade decorrente da inexistência de transporte seletivo.
- Falta de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.
- Ausência de modo de transporte alternativo aos veículos individuais.
- Excesso de carros individuais.
- Concentração dos serviços essenciais.
- Esvaziamento do centro; Violência urbana, faltam opções de lazer; Transformação de residência em uso comercial.
- Falta de ciclovias, como incentivo ao transporte, serviços e lazer.
- Falta de segurança nas travessias de pedestre (algumas vias e Anel Rodoviário).
- Falta de confiabilidade nos horários dos ônibus com frota reduzida nos finais de semana.
- Falta de sincronismo dos semáforos.
- Excesso de automóveis nos corredores da área central.
- Falta infra-estrutura viária para uso de outros modos (ex.: bicicleta).
- Custo do transporte limita o acesso ao sistema de transporte coletivo e os deslocamentos na cidade.
- Ineficiência na integração dos transportes.
- Não existe restrição para uso de veículos privados.
- Invasão do espaço público pelo uso privado, dificultando a circulação de pedestres.
- Ineficiência de quadro de horários dos ônibus.
- Falta de política de descentralização de comércio, serviços e trabalho gerando o “não transporte”.
- Falta de garagens nos edifícios do centro induz a migração para os bairros e a degradação do centro.
- Falta de calçadas seguras, desimpedidas e atrativas para os pedestres não favorece os deslocamentos a pé.
- Falta de segurança, de locomoção dos idosos e portadores de deficiência, nas calçadas na área central.

1.2.3 - Manutenção da Cidade

PONTOS POSITIVOS

- A recuperação/conservação de praças públicas na cidade (ex.: Praça da Rodoviária).
- A manutenção/conservação da sinalização tanto veicular como para pedestre.
- Um grande percentual de vias pavimentadas (96%).
- Implantação do Projeto PACE – com criação de pista exclusiva de ônibus.
- Início da execução do projeto de ligação da Av. Tereza Cristina ao Barreiro.
- Manutenção asfáltica das principais vias pela PBH.
- Projetos de ligações transversais, evitando-se a obrigatoriedade de passagem pela área central.
- Manutenção asfáltica.
- Calçadas largas na área central.
- Melhoria das condições de travessia para pedestres, com semáforo e dispositivos para acessibilidade de portadores de deficiência.
- Existência de legislação determinando que novos loteamentos sejam implantados já com infra-estrutura.
- Abertura de vias, possibilitando novas opções de acesso.
- Início da implantação do projeto PACE.
- Número de vias pavimentadas é satisfatório.
- Oportunidade de participação das comunidades através do orçamento participativo.
- Criação do serviço Disque "Tapa-Buraco".
- Cidade com boa sinalização estatigráfica.
- Crescimento de investimento na sinalização viária.
- Boa área de pavimentação (96%).

- Disque Buraco (telefone do "Tapa-Buraco" - 3277-8000).
- Existência de política de manutenção.
- Existência das CRTT (participação popular).
- Parcerias com a iniciativa privada.
- Alto índice de vias pavimentadas com boa média de vida útil.
- Esforço do poder público na semaforização das travessias e na realização de campanhas educativas.
- Política de estruturação do sistema viário sob as diretrizes do Plano Diretor.

PONTOS NEGATIVOS

- A obstrução/reserva de vagas nas vias públicas com cavaletes “prisma de concreto”, deteriorando o espaço público.
- Falta de planejamento/manutenção de vias e calçadas por empresas (públicas e privadas) prestadoras de serviços com a recuperação satisfatória.
- Fiscalização insuficiente, conivente com a irregularidade nos rebaixamentos de meios-fios, inclusive com a devida ocupação das calçadas.
- Ausência de calçada como parte do sistema viário na política de manutenção.
- Ausência de incentivo à política ambiental na manutenção de espaços da cidade priorizando a qualidade de vida.
- Uso irregular das calçadas pelo comércio formal e informal, impedindo livre tráfego de pedestres.
- Apropriação indevida por parte do comércio de áreas propícias a estacionamento, impedindo livre acesso de outros usuários.
- Regiões em local de transição (divisão de municípios) não têm atendimento satisfatório na implantação/manutenção de vias.
- A não conclusão do projeto de ligação da Av. Tereza Cristina ao Barreiro.
- Faltam melhorias na sinalização indicativa.
- Tratamento mais adequado fora da área central, considerando os usuários portadores de necessidades especiais.
- Falta de propostas especificas para a educação e orientação dos pedestres, visando sua segurança.
- Má utilização das calçadas (camelôs, botecos, placas, estacionamentos...).
- Vias com problemas de drenagem pluvial.
- Más condições de conservação e utilização das calçadas, por falta de padronização e fiscalização adequada, além da ocupação excessiva por camelôs.
- Falta de transposição sobre as linhas férreas, em alguns trechos, prejudicando a travessia segura e facilitada de veículos e pedestres.
- Carência no tratamento das vias, interseções e passeios dos bairros que não sejam da área central.
- Falta de priorização de projetos financeiramente viáveis – retórica idealismo x viabilidade.
- Falta de enfoque nas questões de maiores conflitos: educação para o trânsito e obstáculos físicos já existentes (paredões em trincheiras, muretas e alças viárias).
- Deficiência na manutenção do sistema de drenagem.
- Não é respeitada a sinalização pelos pedestres e condutores de veículos.
- Falta de reavaliação das ações executadas.
- Falta de integração entre ações/idéias entre PBH, DER e CBTU.
- Baixo índice das vias cadastradas na PBH.
- Baixo índice de manutenção preventiva e corretiva.
- Apropriação indevida das calçadas, tanto na forma quanto no uso.
- Há falta de manutenção de vias na periferia.
- Obstáculos que dificultam a mobilidade dos portadores de necessidades especiais.
- Deficiência na manutenção de parques e praças.
- Falta de eficiência/agilidade e qualidade na manutenção das vias, causando baixo conforto nas vias.
- Falta política de priorização do pedestre.
- Falta fiscalização para cumprimento da legislação vigente.
- Falta de política de compatibilização na execução de serviços públicos.

- Falta de sanitários públicos na área central.

1.2.4 - Financiamento do Transporte

PONTOS POSITIVOS

- Integração tarifária metrô–ônibus e estações BHBUS.
- Vale-transporte, limitando o custo para o trabalhador.
- Câmara de Compensação Tarifária, contribuindo para subsidiar o usuário de regiões periféricas.
- Existência da Câmara de Compensação Tarifária (CCT).
- Participação de vários segmentos da sociedade na decisão da tarifa.
- Financiamento do transporte pelo empregador.
- Existência da Câmara de Compensação Tarifária.
- Integração metrô–ônibus, em um sistema tronco alimentado, com tarifa integrada e redução de custos.
- Criação de uma empresa gerenciadora de transporte e trânsito.
- Gratuidade para idosos e deficientes.
- Tarifa única, subsidiando os bairros mais distantes.
- Participação popular (representação do usuário) na Câmara de Compensação Tarifária.
- Bilhetagem eletrônica com o agente de bordo.
- Financiamento pelo empregador de parte do transporte.
- Gratuidade para determinadas categorias como a terceira idade.
- Implantação do transporte suplementar.
- Implantação da bilhetagem eletrônica, contribuindo na melhoria do sistema.
- Licitação das empresas, provocando maior controle, beneficiando o usuário.
- Implantação do sistema de bilhetagem eletrônica.
- Instituição da lei do vale-transporte.
- Existência do sistema de integração metrô–ônibus, com baixo custo.
- Exploração da publicidade no transporte.
- Gratuidade nas passagens para idosos, portadores de deficiência, carentes.
- A regionalização do sistema de transporte de metrô.
- Renovação da frota: veículos com 10 anos de uso saem do sistema.

PONTOS NEGATIVOS

- Financiamento apenas pelo usuário pagante e pelo empregador. O Estado não dá sua contribuição.
- Gratuidades e evasão encarecem o custo de transporte para o usuário pagante.
- Carga tributária incidente sobre o sistema é um fator de elevação de custo.
- Custo unitário “exorbitante” do cartão eletrônico para o usuário do transporte coletivo.
- Demora do repasse de verba para complementar o metrô.
- Criação de gratuidade sem previsão de receita para suprir o custo.
- Participação de vários segmentos da sociedade na decisão da tarifa.
- Usuário arca com a maior parte do financiamento do sistema de transporte.
- Falta de segurança pública (assaltos, vandalismo).
- Inexistência de política tarifária racional e integrada ao transporte público e individual. (ex.: taxa de estacionamento, tarifa de transporte coletivo).
- Oneração tributária do transporte coletivo.
- usuário arca com todo o custo do transporte coletivo.
- Falta de fiscalização no cumprimento dos horários de ônibus.
- Gratuidade financiada pelos demais usuários dos ônibus.
- Falta de financiamento para as gratuidades (correios, oficiais de justiça e policiais, etc.).
- Apenas usuários e empregadores pagam o transporte público.
- Ausência de subsídio público para o transporte.
- Falta de outras fontes de financiamento.

- Falta de gratuidade para pessoas que não podem pagar.
- Gratuidade para categorias que podem arcar com o custo do transporte.
- Falta de política para financiamento das gratuidades.
- Evasão no transporte provoca déficit da Câmara de Compensação Tarifária, provocando aumento nas tarifas.
- No custo da passagem a maior parte é paga pelo usuário.
- Falta de mecanismos financiadores para subsidiar o sistema.
- Concessão de gratuidade indevida para algumas categorias.
- Falta de políticas para melhor aproveitamento dos impostos já existentes no transporte público.
- Falta de políticas para redução dos preços das passagens.
- Poucos segmentos da sociedade repassam verbas para o transporte coletivo.
- Repasse aos usuários da cota dos isentos (idosos, portadores de deficiência, etc.) e da cota relativa ao aumento do petróleo e seus derivados.
- Falta de uma política que regulamente e fiscalize o financiamento do transporte (nos níveis municipal, estadual e federal).
- Existência de gratuidades custeadas pelo sistema, excetuando-se as dos idosos, portadores de deficiência, carentes.
- Ausência de subsídio financeiro ao sistema.

2 - PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE CONTROLE URBANO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

2.1 - Temas gerais da cidade

2.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- A existência de planos globais ajuda a disciplinar o crescimento das vilas.
- A legislação e os instrumentos urbanísticos (Plano Diretor, leis das ZEIS, Estatuto da Cidade) são bons.
- A existência do Orçamento Participativo e a participação popular são instrumentos fundamentais de política urbana.
- Existência de participação popular.
- Existência de instrumentos de política urbana na legislação.
- Projeto de descentralização administrativa da Prefeitura.
- Abertura/conquista de espaço para a participação popular (conselhos municipais, COMPUR).
- Plano Diretor, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e Conferências.
- "Potencial ambiental" de BH - diversidade de espaços a serem valorizados.
- Ruptura do conceito absoluto de direito de propriedade, valorizando a função social, num processo de mudança de cultura.
- Processos participativos de discussão em vários âmbitos, como Orçamento Participativo, Conferências, etc.
- Valorização de características regionais culturais.

PONTOS NEGATIVOS

- A participação popular na discussão da política urbana é insuficiente, centralizada e elitista.
- Falta de planejamento no nível metropolitano.
- Pressão especulativa do setor imobiliário desequilibra o desenvolvimento sustentável.
- A verticalização desordenada e o adensamento populacional prejudicam a qualidade de vida.
- Há falta de recursos para a implementação dos planos globais das vilas e favelas.
- Crescimento da exclusão pelo processo de metropolização e adensamento das vilas e favelas.
- Concentração/centralização de equipamentos e serviços.
- Desorganização, descontrole e clandestinidade urbana.

- Crescimento da cidade atomizado, causando a subutilização da estrutura já existente.
- Adormecimento da diretriz colocada como número 1 pela Administração atual: inversão de prioridade.
- Especulação imobiliária gera adensamento excessivo, verticalização desordenada e exclusão social (vilas e favelas).
- Informação e conscientização deficientes das pessoas e empresariado, além de pouca publicidade por parte do poder público.
- Necessidade de aprimorar a coordenação entre os diversos agentes públicos.
- Crescimento de loteamentos clandestinos por falta de fiscalização.
- Falta ação governamental a um planejamento urbano e metropolitano que considere os vários problemas da conurbação.
- Complexidade da legislação.
- Não inclusão dos diversos setores da população na discussão das políticas urbanas.
- Processo especulativo de ocupação do solo.
- Legislação ineficiente e de difícil aplicação.

2.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Reforma administrativa, com a implementação da descentralização dos serviços.
- Abertura do diálogo com outros municípios para discussão dos problemas comuns da Região Metropolitana.
- Existência de centros comerciais geograficamente distribuídos, com ênfase na multiplicidade de uso.
- Previsão no Plano Diretor da descentralização das atividades.
- Setorização de atividades em determinadas regiões.
- Nossa legislação urbanística contempla o desenvolvimento regional, permitindo a descentralização das atividades.
- Início de um processo de desconcentração das atividades com o surgimento de shoppings, hipermercados e comércios especializados nas regiões.
- Alteração no padrão cultural da população que começa a compreender e apreender a cidade com outro olhar.
- Existência de Plano Diretor e planos diretores regionais e regulamentação de leis.
- Evolução na abrangência do processo de licenciamento ambiental, bem como o caráter de licenciamento corretivo.
- A proposta e o processo de descentralização da Administração em andamento.

PONTOS NEGATIVOS

- A extrema concentração de atividades comerciais e de serviços no centro da cidade.
- Falta de um plano diretor para cada regional.
- Precariedade de estrutura de fiscalização para todas as atividades econômicas da cidade.
- A falta de equalização tributária entre municípios da RMBH provoca concentração de atividades em determinadas regiões.
- Ausência de instrumentos de controle e incentivo para a descentralização.
- Concentração de atividades comerciais e de serviços nos corredores acarreta baixa qualidade ambiental e congestionamento.
- Não há licenciamento corretivo para as atividades de comércio e serviços instaladas nos corredores viários.
- Inadeqüabilidade do uso do solo na área central que conjugue área comercial, residencial e serviços.
- Não há controle das densidades de atividades de comércio ou serviços nos corredores de grande fluxo de veículos.
- Falta de planejamento urbano e metropolitano.
- Falta de política de indução ao desenvolvimento econômico casado com o planejamento urbano e com a vocação das regiões, incluindo as áreas verdes e de lazer como indutoras de desenvolvimento.
- Falta de legislação que contemple as atividades informais e a ocupação dos espaços públicos.

- A concentração das atividades nas vias principais sem espaço de convivência e condições de acessibilidade coletiva.
- Hiato entre planejamento e regulamentações e as ações efetivas, bem como falta de otimização do atendimento por parte do poder público ao cidadão.
- Precariedade na distribuição dos pontos de concentração de atividades no que se refere ao todo da cidade.
- Planejamento e ações centradas no hipercentro sem abranger de forma efetiva as regionais e os limites metropolitanos.

2.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Melhores alternativas para o usuário do transporte coletivo.
- Implantação parcial das estações do BHBUS e metrô.
- Bom desempenho do órgão gerenciador de trânsito e transporte.
- Melhoria no sistema viário/criação de novas avenidas.
- Mobilização e participação popular em espaços legitimados na elaboração de diretrizes relativas à cidade.
- Existência de plano de ação de transporte e trânsito para BH e Região Metropolitana (BHBUS).
- Municipalização do transporte coletivo.
- Aprovação da implantação da bilhetagem eletrônica.
- A implantação das estações do BHBUS e as intervenções viárias no hipercentro.
- Funcionamento dos fóruns populares de discussão sobre transporte e trânsito.
- Iniciativas de participação popular, inclusive as parcerias com a iniciativa privada, permitem um planejamento mais próximo das necessidades da população.
- Planejamento descentralizador já é realidade (Venda Nova / Barreiro).
- Há soluções criativas na aplicação de intervenções de engenharia de tráfego que não necessitam de grandes investimentos, mas possibilitam vários benefícios.
- Instalação de equipamentos de controle de velocidade de veículos.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de participação popular na definição do sistema de transporte.
- Falta de investimento público e vontade política no setor de transporte coletivo.
- Inadequação dos passeios ao trânsito de pedestres, principalmente dos portadores de deficiência.
- Ausência de estudos, proposições e projetos para a desconcentração do fluxo viário nas grandes vias de articulação existentes.
- Representante popular nem sempre expressa a vontade da comunidade nas comissões de transporte.
- Falta de integração entre o planejamento viário e questões ambientais e sociais.
- Desequilíbrio na prioridade dada aos veículos em detrimento dos pedestres.
- Morosidade na implementação do projeto BHBUS e metrô com inclusão da região metropolitana.
- Insuficiência de estacionamentos no hipercentro e região da Savassi.
- Deficiência do transporte coletivo, devido, inclusive, à não conclusão do metrô.
- A não utilização do transporte coletivo pela população, com os conseqüentes elevados números de veículos particulares em circulação e não fluidez do trânsito.
- Serviço precário ou inexistente de integração ferroviária e intermodal na região metropolitana.
- Morosidade na implantação do Projeto BHBUS.
- Morosidade e caráter paliativo na implantação das soluções por parte do poder público.
- Transporte público ineficiente sob os aspectos da segurança e econômico/financeiro.
- Falta de investimento para o transporte coletivo, incentivando o uso do transporte individual ou do alternativo.
- Acessibilidade a portadores de deficiência.
- Ocupação de vias públicas em detrimento da mobilidade de pedestres.

2.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- Existência de mecanismos legais que favorecem a preservação do patrimônio, tais como a transferência do direito de construir, os conselhos, etc.
- Parcerias entre iniciativa pública e privada para recuperar áreas degradadas (como ocorreu com a Praça da Liberdade).
- Existência, ainda que de maneira tímida, de programas que divulguem espaços públicos e manifestações culturais da cidade.
- A definição dos conjuntos urbanos tombados da área central.
- Investimento nos espaços públicos por parte do poder público.
- Avanço nos canais de participação da comunidade na administração do espaço público.
- Criação dos Conselhos Deliberativos do Patrimônio e do Meio Ambiente.
- Centro de Belo Horizonte está vivo, ainda.
- Requalificação de praças, parques, e criação de parques.
- Possibilidade de realizar intervenções através de operação urbana no hipercentro.
- Recentemente, o poder público tem investido em espaços públicos.
- Já existem bons exemplos de preservação na cidade.
- A população está começando a se conscientizar.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de espaços públicos que ofereçam boa qualidade de vida e proporcionem atratividade.
- Pichações excessivas na cidade, devido à falta de política que combata esse ato, contribuindo para a degradação do espaço público e do patrimônio urbano.
- A não divulgação do patrimônio urbano e a falta de educação patrimonial prejudicam a afetividade e a identidade do belorizontino com os espaços públicos.
- Pressão econômica dita as regras de ocupação e evolução urbana, fazendo com que a cidade perca muito facilmente e rapidamente suas referências originais.
- A comunidade não tem sentimento de pertence: perda dos valores coletivos.
- Insuficiência dos mecanismos de incentivo à preservação.
- A ação do poder público é deficiente para garantir a preservação do espaço público.
- Conflito entre a LPOUS (Lei do Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo), e as diretrizes do CDPMC–BH (Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte).
- Poluição visual conflita com a valorização dos bens tombados.
- Priorização equivocada do automóvel x cidadão no centro.
- Descontinuidade política, de fato, e administrativa da integração da política urbana com a de preservação cultural.
- Privatização de espaços (e usos) de interesse público (ex.: serra do Curral, poluição visual, etc.).
- Falta de requalificação do uso do patrimônio, considerando sua preservação.
- Deficiência do controle do patrimônio público e cultural.
- Processo de tombamento é considerado muito impositivo.
- Falta de programas de divulgação e conscientização em relação à importância da preservação do patrimônio cultural.
- Regulamentação e identificação das áreas de interesse de preservação.
- Reduzido número de espaços culturais públicos nas periferias para preservação e fomento de atividades.

2.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- Legislação ambiental em vigor.
- Tratamento de fundo de vale e áreas verdes.
- Melhoria dos investimentos em saneamento.
- Implementação da ETE Arrudas.

- Política de adoção de praças e canteiros (Programa "Adote o Verde").
- Ação fiscal no controle à poluição sonora, visual e do ar.
- Nova legislação municipal para áreas públicas desocupadas, evitando com isto a ocupação desordenada da cidade.
- Boa conservação e criação de novos parques e jardins na cidade.
- Nova política de implantação do sistema de canalização dos córregos da cidade e criação das estações de tratamento.
- Projeto Manuelzão.
- Legislação Ambiental.
- Preservação dos parques públicos.
- Parcerias (ONG, universidade, setor privado, etc.).
- Política de tratamento de resíduos.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de consciência ambiental, causando poluição generalizada.
- Precariedade do sistema de fiscalização.
- Desigualdade na qualidade ambiental entre regiões da cidade.
- Marginalização da população mais pobre, excluída dos bens e serviços produzidos pela sociedade (água, esgoto, lixo, drenagem, saúde), causa grande impacto e degradação no ambiente ocupado e não proporciona condições de nele intervir positivamente.
- Falta de tratamento dos esgotos coletados na cidade.
- Degradação da área central.
- A população não é suficientemente conscientizada, gerando depredação ambiental (nascentes, rios, córregos, etc.).
- Excesso de veículos/congestionamentos, gerando poluição sonora, do ar e visual, com fiscalização insuficiente.
- Deficiência na legislação que beneficia grandes causadores de impacto ambiental.
- Especulação imobiliária nas áreas de preservação ambiental.
- Estrutura de saneamento básico ineficiente, especialmente em vilas e favelas, com assoreamento dos rios e córregos.
- Poluição dos córregos e nascentes.
- Legislação de supressão arbórea inadequada.
- Falta de ação eficaz no combate às poluições sonora e visual.
- Falta de uma coleta seletiva eficiente e falta de incentivos à ampliação da reciclagem do lixo.
- Falta de informação e conscientização da sociedade em relação à legislação.
- Exclusão das vilas e favelas no que toca à política de saneamento básico.
- Falta de fiscalização.
- Política de arborização, principalmente nas áreas periféricas.
- Reduzido número de usinas de reciclagem.

2.2 - Temas específicos

2.2.1 - Zoneamento e ADE

PONTOS POSITIVOS

- Regulação da Lei das ZEIS 1 e 3.
- Estatuto da Cidade como instrumento que favorece a regularização fundiária.
- A nova Lei de uso e ocupação do solo, que permite o crescimento ordenado da cidade.
- Existência na lei atual de instrumentos de controle de adensamento.
- Instrumentos das ADE e zoneamentos permitem tratar situações especiais da cidade.
- Criação de áreas de preservação ambiental.
- Existência do Plano Diretor, da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo e demais leis

urbanísticas.

- Existência dos conselhos de participação popular, ex.: COMPUR, COMAM, do Patrimônio e outros.
- Afastamentos na atual legislação melhoraram em relação à Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de 1976.
- Possibilidade de correções e detalhamento do zoneamento com a criação de ADE.
- Flexibilidade promovida pela Operação Urbana no tratamento de casos específicos.
- Zoneamento enquanto instrumento indispensável do uso e ocupação do solo.
- Zoneamento tem servido para inibir a ocupação de áreas com problema de acesso viário.

PONTOS NEGATIVOS

- IPTU não reflete a política urbana de zoneamento do solo.
- Falta de fiscalização (educativa, orientativa e punitiva) para a Lei das ZEIS.
- Morosidade no processo da regulamentação das ADE.
- A falta de instrumentos para ajustes locais da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a curto prazo.
- Indução da clandestinidade de uso e ocupação por indefinição das ADE e Planos Diretores Regionais.
- Integração das ações e políticas urbanas não efetivadas na prática.
- ZEIS não prevê a redução gradativa do crescimento de vilas e favelas.
- Pouco aproveitamento do instrumento "Operação Urbana".
- Falta de regulamentação das ADE existentes.
- Não adequação do zoneamento com relação às características, desenvolvimento urbano e vocações específicas de cada área. Ex.: Pampulha, Raja Gabáglia.
- Zoneamentos aprovados que não levam em conta os impactos em termos de trânsito, transporte, meio ambiente, entre outros. Ex.: Belvedere.
- Índices de área de permeabilização na atual legislação são baixos nas ZP-2.
- Inexistência de uma ADE para a serra do Curral.
- Zoneamento traz imposições estabelecendo padrões que acabam suprimindo características locais.
- Reduzido número de ADE em relação a extensão do território do município e as diferenças de características locais.
- Zoneamento enquanto instrumento de expulsão e exclusão social.
- Zoneamento estabelece coeficientes muito permissivos incentivando o adensamento indistinto.
- Zoneamento promovendo reserva de mercado para classes privilegiadas gerando guetos.

2.2.2 - Parcelamento do Solo

PONTOS POSITIVOS

- As leis em vigor são atuais e claras ao definirem questões de proteção ambiental, implantação de equipamentos públicos e áreas mínimas e máximas de parcelamento.
- Urbanização e planos globais estratégicos para a regularização e melhoria da situação de vilas e favelas.
- Loteamento regular (aprovado) é gerador de receita para o município.
- Existência do Plano Diretor que trata do parcelamento e LPOUS.
- Identificação dos assentamentos não aprovados.
- Política Municipal de Habitação (regulamentação da ZEIS 1 e ZEIS 3, PGE e OPH).
- Garantia de infra-estrutura (água, luz, etc.).
- Loteamento com planta aprovada na PBH, conforme a legislação (legalidade).
- Consulta à SMRU do loteamento acessível à população em geral.
- Exigência de compatibilização da malha urbana proposta com a existente.
- Plano Diretor (definição da política urbana).
- Existência dos programas de regularização de áreas.
- Existência de parâmetros urbanísticos que definem as condições de parcelamento do solo.
- Existência de percentuais de áreas transferidas ao poder público para equipamentos.

PONTOS NEGATIVOS

- A rigidez da legislação torna o processo de aprovação de projetos de parcelamento morosos e burocráticos, induzindo à clandestinidade e à exclusão.
- A precariedade da fiscalização proporciona ocupação irregular, levando o poder público a perder os espaços de equipamentos e áreas verdes.
- A existência de condomínios fechados clandestinos causando segregação social e manutenção onerosa.
- Processo de aprovação fragmentado, lento e oneroso.
- Impunidade em relação às atividade dos empreendedores quanto aos loteamentos clandestinos.
- Falta de programa de governo para regularizar assentamentos clandestinos (diagnóstico, legislação, atuação).
- Loteamento legalizado torna-se oneroso para o munícipe.
- Loteamento irregular forma área de risco e agride o meio ambiente (falta fiscalização).
- Conjunto habitacional sem segurança adequada.
- Desconhecimento, por parte da população em geral, da Lei do Plano Diretor e demais leis urbanísticas.
- Figura imprecisa do condomínio fechado em áreas de mais de cem mil m².
- Ausência de uma legislação que responsabilize a administração pública e os empreendedores pelos danos causados por uma ocupação clandestina.
- Falta de uso imediato das áreas transferidas ao poder público em implantação de loteamentos.
- Falta de programa de regularização de lotes lindeiros a obras implantadas pelo poder público.
- Ausência de fiscalização eficaz inibindo a ocupação de áreas públicas.
- Possibilidade de proliferação de condomínios fechados regularizados.

2.2.3 - Ocupação

Pontos Positivos

- Legislação existente (ex.: afastamentos, taxa de permeabilização, quota de terreno por unidade residencial, etc.).
- Iniciativa para a implementação da engenharia pública.
- Exigência dos cartórios da planta aprovada.
- Conceito da reforma administrativa que prevê a descentralização da atribuição de licenciamento.
- A Lei Municipal n.º 1989 que prevê a facilitação do acesso de pessoas portadoras de deficiência às edificações.
- A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo em vigor.
- A nova legislação urbanística minimizou problemas críticos na cidade, possibilitando a melhoria da qualidade ambiental, bem como dos parâmetros urbanísticos.
- Gestão participativa das políticas urbanas.
- Criação do Plano Diretor a partir de 1996.
- A taxa de permeabilização exigida na lei para edificações.
- Existência de legislação e o nível de discussão que a população vem fazendo com o Poder Público.

PONTOS NEGATIVOS

- Insuficiência de informação da população em relação à legislação urbana.
- Falta de recursos, inclusive humanos, para a fiscalização.
- Descumprimento da legislação urbanística, de forma consciente e intencional no que tange às edificações.
- A rigidez na legislação torna o processo de aprovação de projetos de edificação moroso e burocrático, induzindo à clandestinidade e à exclusão.
- Legislação municipal permissiva na instalação de antenas de telefonia celular.
- Existência da cidade irregular devido à desinformação da população sobre a Lei e a falta de estrutura de fiscalização.
- Morosidade no processo de aprovação dos projetos de edificações.
- Inadequação da legislação de obras à realidade atual no tocante às edificações.
- Dificuldade de acesso de portador de deficiência às edificações públicas e privadas.

- Os afastamentos laterais previstos na Lei são insuficientes para atender às necessidades de iluminação e ventilação das edificações.
- Excessiva burocracia municipal, gerando irregularidades e ilegalidades.
- Falta de uma política habitacional estadual e federal compromete a política habitacional do Município.
- Falta de conforto ambiental na maioria das edificações.
- Dificuldade do exercício do controle urbano em relação às áreas públicas passíveis de ocupação irregular.
- Falta de mecanismos e parâmetros urbanos que flexibilizem a regularização das construções clandestinas.
- A crescente irregularidade nas construções clandestinas em áreas de risco.
- Falta de divulgação do projeto de planta popular (construções populares).
- Excesso de burocracia para a regularização de edificações.
- Falta de contingente de fiscais para atendimento de necessidades.

2.2.4 - Licenciamento de Atividades

PONTOS POSITIVOS

- A legislação urbanística atual descentraliza as atividades econômicas.
- A participação popular na implantação de grandes empreendimentos.
- A concorrência dos ambulantes e camelôs no mercado, em barracas padronizadas e organizadas.
- Existência de uma deliberação do CDPCM-BH que defina diretrizes de colocação de engenhos publicitários nos conjuntos urbanos tombados.
- Vigência da Lei 7166/96 (Licenciamento de Atividades).
- Existência de um projeto de lei na Câmara Municipal que institui o Código de Posturas.
- Abertura do COMPUR à participação popular.
- "Lei de Fundo de Quintal", como fator de geração de emprego e renda.
- Licenciamento de atividades de maior porte condicionado à análise de estudo de impacto ambiental pelo COMAM (Conselho Municipal de Meio Ambiente).
- Interação do licenciamento de atividades com os demais órgãos envolvidos.
- Fiscalização atuante, integrada e com caráter educativo.
- "Programa Fiscalização Integrada", permitindo interação e maior eficiência dos órgãos fiscalizadores.

PONTOS NEGATIVOS

- Burocratização do processo de concessão de licenças para camelôs, ambulantes e realização de feiras.
- Ausência de uma política econômica mais eficaz que privilegie a criação de empregos.
- Poluição visual excessiva na publicidade.
- Inexistência da consolidação da legislação de posturas em um código.
- A excessiva carga tributária induz à informalidade da atividade econômica e reduz o volume de licenciamento.
- Falta de instrumentos punitivos mais eficazes.
- Apropriação indiscriminada do espaço público para interesses particulares.
- Destruição da paisagem urbana pela colocação indiscriminada de veículos de publicidade e pela falta de controle dessa colocação pelo poder público.
- Escassez de espaços adequados na cidade para atividades de lazer, culturais, esportivas de grande porte.
- Burla das restrições de localização estabelecidas.
- Burocracia e desarticulação das instâncias de licenciamento e ineficiência da fiscalização de atividades do Município.
- Abertura de precedentes na própria lei.
- Permissividade da lei nas zonas de preservação e proteção ambiental (ZPAM, ZP-1, ZP-2 e ZP-3).
- Inadequação da lei de licenciamento às vocações do desenvolvimento urbano regional e alto custo da taxa de fiscalização.
- A aplicação da legislação torna-se difícil face à insuficiência do poder coercitivo das autoridades.

- Morosidade e burocratização nos processos de licenciamento e fiscalização, facilitando e estimulando a atividade ilegal.
- Falta de programas educativos por parte do poder público, dando conhecimento à população dos seus direitos e deveres, buscando atitudes mais inventivas que corretivas.
- Interlocução ineficiente com a população sobre os impactos causados por eventos em vias públicas.
- Descumprimento de legislação de publicidade causando poluição visual.

2.2.5 - Patrimônio Histórico Urbano

PONTOS POSITIVOS

- A criação/definição dos conjuntos urbanos protegidos, que estimula a discussão sobre o patrimônio e a aplicação de sua legislação.
- A efetiva proteção de edificações/referências simbólicas da cidade viabilizada pelas políticas de proteção.
- A preservação do patrimônio histórico urbano contribui para melhoria da qualidade de vida na cidade.
- Preservação da memória da cidade com a revitalização de edificações e acervos.
- Recuperação de espaços, destinando-os ao uso público (Mercado da Lagoinha, Casa do Conde, Praça da Liberdade).
- Transferência do direito de construir.
- Avanço da lei: preservação da paisagem urbana.
- Transferência do direito de construir condicionada à preservação do patrimônio.
- Definição de graus de proteção e critérios de tombamento.
- Atuação do Conselho Deliberativo.
- Incentivos de proteção cultural oferecidos.
- Evolução do processo de valorização da conservação do Patrimônio Cultural.
- Existência de um patrimônio de alto valor.

PONTOS NEGATIVOS

- A política de proteção ainda não é capaz de sensibilizar os proprietários dos bens culturais.
- A tímida divulgação dos incentivos para a preservação dos bens culturais.
- Ausência de um programa educativo, inclusive nas escolas, relacionado à preservação e valorização do patrimônio urbano.
- Ausência de articulação entre as políticas de turismo e de preservação do patrimônio histórico.
- Existência de bens de interesse histórico e cultural em processo de deterioração.
- Desarticulação dos órgãos públicos envolvidos na questão do patrimônio.
- Desvalorização dos bens de patrimônio histórico e cultural da cidade.
- Ausência de política que promova uma maior identificação do cidadão com sua cidade.
- Falta de política de inclusão social - destinação social e econômica aos imóveis tombados.
- Poluição visual agredindo o patrimônio tombado.
- Desconhecimento da legislação e do patrimônio.
- Falta de uma cultura de preservação do patrimônio cultural.
- Falta de conscientização da sociedade e de informação (divulgação) sobre os bens tombados.
- Falta de um quadro técnico permanente para gerenciar os conselhos e de técnicos para fiscalizar.
- Falta de visão que o patrimônio cultural não é só o imóvel e sim aquilo que tenha referência simbólica ou histórica.
- Falta de política educativa de acesso da população a bens culturais.

3 - PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

3.1 - Temas gerais da cidade

3.1.1 - Crescimento urbano e inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Metropolização possibilita a otimização e universalização dos serviços e infra-estrutura.
- Leis, planos e programas que permitem ao poder público gerenciar a cidade priorizando a inclusão.
- Participação popular.
- Mesmo com o crescimento da cidade, há preocupação com a preservação de áreas verdes.
- Participação da sociedade.
- Acesso aos serviços públicos tem sido melhor distribuído para as populações periféricas e carentes.
- Participação popular.
- A existência da política habitacional do município.
- A existência do Estatuto da Cidade.
- Criação da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo.
- Crescimento da participação e a existência de conselhos municipais.
- Aprovação do Estatuto da Cidade.
- Criação do Plano Diretor.
- Repensar o espaço urbano – cidade para todos.
- Participação popular.
- Estatuto da Cidade e novo Plano Diretor.
- Orçamento Participativo.
- Descentralização administrativa.

PONTOS NEGATIVOS

- Inexistência de órgão metropolitano, como o PLAMBEL, que possa gerenciar o município de forma mais ampla.
- Deficiência dos mecanismos de aplicação das leis (ex.: ausência de acessibilidade para os deficientes físicos).
- Possibilidade de privatização dos serviços urbanos.
- Ausência de um programa de qualificação profissional continuada para os técnicos do Controle Urbano.
- Ausência de informação por parte do Controle Urbano no processo de construir.
- Há infra-estrutura básica não igualitária nas diversas regiões de BH.
- Verticalização em áreas densamente habitadas.
- Crescimento desordenado devido à falta de planejamento integrado.
- Fiscalização deficiente de áreas desocupadas, ambientais, em construção e de ocupação clandestina.
- Inexistência da política de distribuição de renda.
- Falta de articulação dos diversos órgãos das administrações municipal, estadual e federal.
- Carência de uma gestão integrada da RMBH, em relação às questões urbanas, cujo alcance extrapole os limites dos municípios.
- Mau funcionamento do Disque-Sossego, devido à estrutura insuficiente.
- Crescimento urbano desordenado, sem planejamento e infra-estrutura adequados.
- Legislação inadequada e permissiva, favorecendo, inclusive, a especulação imobiliária.
- Verticalização e favelização acentuadas, com grande desigualdade social.
- Planejamento não integrado com os municípios da RMBH, principalmente nas áreas limítrofes.
- Política socioeconômica historicamente causa exclusão.
- Interesses econômicos prevalecem sobre interesses sociais.
- Exclusão de parte significativa da população.
- Falta de integração metropolitana.

- Não implantação da APA Sul e Plano de Manejo do Rio das Velhas.
- Falta de fiscalização urbana.

3.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- A descentralização administrativa por regionais, como estímulo maior à descentralização das atividades em geral.
- Criação de linhas de ônibus inter-regionais.
- Atual LPOUS (7166/96) incentiva e facilita a descentralização das atividades econômicas.
- Descentralização das atividades de comércio e serviço.
- Conjunto arquitetônico de BH tem grande potencial para o desenvolvimento do turismo.
- OP, DRENURBS, PROPAM, Adote o Verde e outros programas da PBH possibilitam uma melhor distribuição das atividades econômicas.
- Existência de projetos que estimulam usos diferenciados do hipercentro. Ex.: "4 Estações".
- Existência do Plano Diretor: a) planejamento; b) execução; c) participação popular.
- Descentralização das atividades comerciais e dos serviços.
- Abertura por parte do poder público do processo da participação popular.
- Existência de uma legislação urbanística ambiental bem fundamentada.
- Desenvolvimento e implantação pelo poder público dos planos: BHBUS, serra do Curral, PROPAM, Manuelzão, BH-Verde.
- Descentralização político-administrativa do poder público.
- Há uma relativa descentralização dos serviços.
- Povo participa mais: Conselhos; Fóruns; OP; movimentos sociais.
- Existe um maior controle da ocupação da cidade.
- Plano Diretor que prevê a descentralização de serviços.

PONTOS NEGATIVOS

- Comércio informal provoca esvaziamento econômico dos centros comerciais.
- Falta de planejamento metropolitano.
- Falta de infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento do comércio e outras atividades nos grandes corredores e hipercentro.
- Ausência de uma fiscalização mais agressiva quanto à utilização dos espaços públicos para atividades econômicas.
- Dificuldade de deslocamento com o uso de transporte público, entre os centros locais de comércio e serviço.
- Degradação do hipercentro: insegurança e esvaziamento (desestímulo à moradia e às atividades comerciais noturnas).
- Ausência de revisão da LPOUS e de políticas de estímulo inibe o desenvolvimento e fomento de atividades de suporte de turismo e lazer.
- Infra-estrutura precária de vias onde há grande concentração de atividades e serviços.
- Concentração, no hipercentro, dos serviços, comércio e estação rodoviária, causando colapso.
- Fiscalização inadequada por parte da PBH com relação às atividades de saneamento.
- Falta de consulta à população quanto à implantação de áreas comerciais em determinadas regiões.
- Distribuição desequilibrada do comércio e serviços.
- Aplicabilidade precária de leis urbanísticas e ambientais com o acompanhamento pouco efetivo do poder público.
- Deterioração urbanístico-ambiental, comercial e da segurança do hipercentro.
- Necessidade de política pública de desenvolvimento econômico e geração de renda.
- Concentração de serviços ainda grande.
- Violência em determinadas áreas provocada pela concentração de serviços.
- Inexistência de um fundo metropolitano de desenvolvimento.

3.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Participação popular nas discussões dos problemas da cidade.
- Criação do Plano Diretor.
- Criação do projeto BHBUS.
- Desmantelamento do transporte clandestino em Belo Horizonte.
- Existência do Anel Rodoviário e de projetos de ampliação.
- Descentralização do comércio.
- Implantação da bilhetagem eletrônica.
- Recentes melhorias no sistema de transporte coletivo com a colocação de novos ônibus, mais ágeis e de piso baixo.
- Criação de mais instâncias para se fazer reclamações sobre o transporte coletivo nas regionais.
- Implantação de novos abrigos de passageiros nos pontos de ônibus, de lixeiras, "Jornal do Ônibus" e painéis artísticos nos ônibus.
- Regulamentação do transporte alternativo.
- Sistema de gerenciamento municipal (ex.: criação do BHBUS).
- Participação popular através das comissões regionais.
- Inclusão social e acessibilidade: microônibus em vilas e favelas.
- Combate ao transporte clandestino.
- Regulamentação do uso de carroças na cidade.
- A existência das comissões (regionais e municipal) do transporte coletivo.
- A existência da empresa BHTRANS, para a gestão da política de transporte.
- A existência do projeto de ampliação do metrô.
- Sistema de transporte bairro-a-bairro e criação do BHBUS.
- Firmeza da PBH na implantação e regulamentação do transporte suplementar.

PONTOS NEGATIVOS

- Melhorias não proporcionais ao crescimento da cidade.
- Metrô inacessível, com falta de integração com os ônibus e carros e insuficiente para a maior parte da população.
- Falta de respeito recíproco entre os cidadãos.
- Ausência de programas especiais para os jogos no Mineirão ou eventos de massa.
- Predomínio de interesses econômicos entre empresas de ônibus e BHTRANS em detrimento de benefícios para os usuários.
- Morosidade dos ônibus; superlotação.
- Não integração dos meios de transporte.
- Metrô não atende às regiões mais populosas.
- Localização da estação rodoviária no centro da cidade.
- Morosidade na implantação do BHBUS.
- Despreparo da maioria dos motoristas e trocadores no trato com passageiros e na condução do veículo.
- Insuficiência de investimentos para a acessibilidade dos deficientes físicos no centro e, principalmente, nos bairros.
- Má condição de circulação de pedestres nos passeios públicos (camelôs, buracos).
- Falta de agilidade na implantação das estações do BHBUS.
- Falta de placas indicativas com denominação de bairros / ônibus.
- Má qualidade do atual transporte coletivo (ônibus) que é oferecido à população.
- Desarticulação do sistema viário para atender às necessidades do sistema de transporte.
- Cultura do uso de transporte individual, aumentando congestionamentos, consumo de combustíveis e poluentes.
- Investimento reduzido em soluções viárias mais consistentes e a longo prazo.

- Não conclusão da obra do metrô.
- Implantação lenta do BHBUS e da renovação da frota – itens: conforto, portadores de necessidades especiais, poluição sonora/ar.
- Inexistência de conselho municipal deliberativo de transporte e trânsito.
- Falta de estacionamentos para veículos particulares junto às estações do BHBUS.
- Falta de integração na busca de solução para o transporte coletivo de massa – metrô; inexistência de um sistema de transporte ferroviário metropolitano.
- Inexistência de fiscalização do transporte suplementar e que não atende portadores de deficiência.

3.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- Existência de políticas públicas voltadas para a preservação.
- Participação popular inserida na gestão pública.
- Manutenção da habitabilidade.
- Criação da lei de incentivo cultural.
- Existência do projeto "Arena da Cultura".
- Início de descentralização e desconcentração de atividades culturais.
- Investimento em programas de reformas e preservação (praças), culturais (FIT) e conjuntos arquitetônicos.
- Esforço para manutenção e preservação da participação popular nessa área. Ex. Conselho do Patrimônio.
- Existência de áreas verdes com boa manutenção e a política de revitalização de córregos e fundo de vale. Ex.: DRENURBS.
- Valorização e regionalização de eventos culturais e de lazer com emprego de espaços públicos.
- Criação das ADE e resistência de diversos conjuntos urbanos com grande valor de referência, apesar do intenso processo de verticalização da cidade.
- Existência de políticas de preservação nos espaços públicos (ex.: adoção de praças).
- Participação popular na preservação de espaços públicos e áreas verdes.
- Sensibilização do poder público para a preservação e valorização do patrimônio e áreas verdes.
- Projeto “Ruas da Cidade” integrado ao PACE e ao BHBUS, promovendo inserção destes planos aos espaços públicos.
- Legislação existente.
- Criação de mais espaços públicos ao longo dos últimos anos.
- Recente restauração de edificações de valor histórico/espaços públicos.
- Programa "Adote o Verde".
- Existência dos Conselhos Deliberativos do Patrimônio e do Meio Ambiente.

PONTOS NEGATIVOS

- Ausência de identificação das comunidades com o patrimônio cultural.
- Insuficiência de projetos e recursos integrados (poder público, iniciativa privada, comunidade).
- Inoperância dos órgãos públicos quanto à proteção do patrimônio público.
- Não tombamento das roças de candomblé e umbanda e de terreiros de congados.
- Falta de espaços públicos para manifestações culturais diversas (ex.: quadras de escola de samba e blocos caricatos).
- Inexistência de programas para capacitar, incentivar a preservação, o conhecimento, o acesso aos bens culturais, patrimoniais e ambientais.
- Timidez no processo de divulgação de atividades relacionadas aos bens culturais.
- Acesso diferenciado da população aos bens culturais.
- Carência de uma gestão do espaço público que englobe a participação popular.
- Inexistência de uma política para a educação e conscientização da população, visando a preservação dos espaços públicos no seu dia-a-dia.
- Apropriação do espaço público por interesses individuais em detrimento do coletivo e ineficiência da

fiscalização no que concerne a essa questão.

- Falta de recursos para a implantação do DRENURBS e disparidade na distribuição dos recursos destinados ao espaço público.
- Poluição visual provocada pelo próprio poder público.
- Pouco investimento de programas culturais, educativos e de divulgação dos espaços públicos e culturais de Belo Horizonte.
- Fiscalização insuficiente dos espaços públicos, gerando invasões.
- Centralização e difícil acesso da população aos espaços públicos.
- A criação / implantação da ADE Serra do Curral.
- "Adote o Verde" precisa ser ampliado (várias praças estão abandonadas).
- Fiscalização insuficiente.
- Utilização inadequada dos espaços públicos/patrimônio cultural pela população: falta de conscientização e apropriação do espaço.
- Problemas gerais de manutenção/segurança dos espaços públicos.
- Não implantação da ADE para a serra do Curral.
- Falta de investimento na manutenção e conservação de equipamentos públicos.

3.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- Aprovação pela Câmara Municipal do PL 169 (institui a política municipal de saneamento).
- Projeto DRENURBS.
- Convênio da PBH com o projeto Manuelzão.
- Implantação da ETE do Arrudas.
- Criação do Centro de Educação e Mobilização Ambiental da Pampulha.
- Há esforço para melhorar as condições ambientais, inclusive implantando mais parques.
- Ações positivas tais como revitalização e reassentamento de populações residentes em áreas de risco; ONG e COMAM na preservação ambiental.
- Referência da ASMARE enquanto projeto social e de reciclagem.
- Incentivo à participação popular na discussão da cidade – DRENURBS e CRP.
- Construção da ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) ARRUDAS.
- Melhoria das estruturas e manutenção das áreas verdes.
- Participação da comunidade e órgãos do poder público na conservação e manutenção de áreas verdes.
- Implantação de parte do programa PROPAM de recuperação da lagoa da Pampulha.
- Vontade política da atual administração pública associada à legislação existente (PD, LPOUS, Código de Obras, Lei Ambiental), bem como a existência de conselhos municipais (COMPUR, COMAM).
- Enorme potencial ambiental existente, associado a uma crescente sensibilização por parte da população.
- Em Belo Horizonte existe tecnologia para recuperação de ecossistemas.
- Referência nacional no modelo de gestão dos resíduos sólidos urbanos.
- Operação oxigênio.
- Aprovação da LPOUS com valorização dos espaços públicos e privados.
- Extinção dos lixões via coleta seletiva.
- Existência dos comitês de bacias.
- Aprovação do projeto de lei n.º 169, na Câmara Municipal, da Política Municipal de Saneamento.
- Plano Diretor de Drenagem.

PONTOS NEGATIVOS

- Concessão do destino final de resíduos sem discussão ampla e popular.
- Indefinição da relação COPASA MG x PBH.
- Falta de políticas: Meio ambiente, Saneamento e Controle Urbano.
- Inexistência do OP Setorial.

- Enfraquecimento dos centros de vivência agroecológicos.
- Ausência de consciência e pouco incentivo à educação ambiental nas escolas e sociedade de modo geral.
- Degradação ambiental, atingindo até as áreas remanescentes(5%): Arrudas, Ribeiro de Abreu, Pampulha.
- Falta ação integrada quanto aos problemas metropolitanos, à ocupação territorial e à poluição sonora.
- Comprometimento dos programas estruturais como PROPAM, DRENURBS e outros, por ausência de recursos da iniciativa privada e dos governos estadual e federal.
- Predominância do interesse econômico em detrimento da preocupação ambiental na elaboração das Leis de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo.
- Falta de soluções alternativas e tecnológicas para o saneamento ambiental das vilas e favelas.
- Degradação ambiental da bacia da Pampulha, córregos e nascentes.
- Falta de controle das ações das mineradoras na serra do Curral.
- Falta de envolvimento da população na ampliação das áreas de lazer. Ex.: Aeroporto Carlos Prates, Mata do Morcego.
- Planejamento e integração das políticas públicas é deficiente.
- Muitas vezes os interesses políticos e econômicos na gestão da cidade sobrepõem o bem comum.
- Predominância de uma cultura utilitarista, impedindo a valorização do meio ambiente, levando ao desconhecimento da realidade e da prática de degradação.
- Em Belo Horizonte, as tecnologias de recuperação de ecossistemas não estão sendo utilizadas a contento.
- Falta de coleta e tratamento de esgoto com lançamentos nos rios.
- Educação ambiental deficitária.
- Poluição generalizada.
- Falta de fiscalização e cumprimento das leis ambientais.
- Falta de saneamento básico em vilas e favelas.
- Sistema de transporte baseado no diesel e edificações baseadas na iluminação artificial.

3.2 - Temas específicos

3.2.1 - Áreas de Especial Interesse Ambiental, Flora e Fauna

PONTOS POSITIVOS

- Implantação de programas que visam a melhoria das condições ambientais da bacia do rio das Velhas. Ex.: PROPAM, PROSAM.
- Iniciativas voltadas para a área de educação ambiental. Ex.: Escolas, Expresso Ambiental, CEMAP.
- Parcerias do poder público com a iniciativa privada.
- Melhoria na quantidade e qualidade da arborização.
- Existência de áreas de interesse ambiental a serem preservadas. (Ex.: região do Isidoro)
- Existência da Fundação Zoobotânica.
- Existência de ações integradas entre o poder público e a sociedade, visando a preservação de áreas de interesse ambiental.
- Existem ações de educação ambiental em alguns parques como Parque das Águas (Roberto Burle Marx) no Barreiro.
- Parceria com sociedade e iniciativa privada.
- Educação ambiental (PROPAM, Secretaria, CEVAE, Parque Mangabeiras - Meninos no parque).
- Plano Diretor.
- Estruturas da PBH para produção de mudas para arborização.
- Interesse crescente da sociedade privada em investir em ações na área ambiental.
- Grande receptividade da população para ações educativas relacionadas ao meio ambiente.
- Existência de uma política de preservação ambiental como o Plano Diretor de Arborização Urbana (em

fase de elaboração).
- Criação das ADE, APA, ZPAM, parques, praças e jardins.
- Plano Diretor de Arborização.
- Catalogação de toda fauna de Belo Horizonte.
- Implantação dos programas BH-Verde e “Adote Um Verde”.
- Preservação dos parques e da Fundação Zoobotânica.
- Criação de áreas verdes e incentivo à Zoobotânica e outras, para preservação dos mananciais, da biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida da população.
- O início do processo de educação ambiental nas escolas e em outras áreas.
- A criação e ação do PROPAM – Programa de Recuperação da Bacia da Pampulha.
- Aumento da organização da sociedade para a defesa do meio ambiente.
- Existência de ADE e áreas de proteção ambiental no Plano Diretor.

PONTOS NEGATIVOS
- A população não assume o que é de uso público por falta de formação e informação.
- Ausência de instrumentos que privilegiem a função social da terra.
- Falta de investimentos para a implementação das proposições ambientais.
- Insuficiência da estrutura operacional das regionais, para atendimento às demandas, na fiscalização e ações de manutenção do meio ambiente.
- Precariedade dos canais de participação popular na definição das políticas ambientais.
- Divulgação deficiente sobre a existência e importância das áreas de interesse ambiental.
- Insuficiência de políticas educacionais voltadas para a preservação ambiental.
- Insegurança, deficiência na manutenção e ausência de fiscalização nos parques existentes.
- Deficiência na adequação de espécies plantadas em algumas áreas públicas. Ex.: poucas árvores frutíferas.
- Falta de recursos (questões ambientais).
- A falta de um plano diretor de arborização que contemple a seleção de mudas, o plantio, o controle de pragas e a manutenção das árvores.
- Ausência de uma política de educação ambiental e municipal.
- Falta compromisso por parte da população na conservação de áreas de interesse ambiental.
- Impacto visual negativo causado pela propaganda excessiva nas grades de proteção das mudas plantadas na cidade.
- Desconhecimento, pela maioria da população, da realidade ambiental de Belo Horizonte, bem como da importância e possibilidades das zonas de preservação e proteção, especialmente as localizadas no entorno.
- As atuais áreas de interesse ambiental encontram-se carentes de investimentos, gerando dificuldades de manutenção (invasões) minimizando seus potenciais (lazer, preservação).
- Deficiência na integração das ações de educação ambiental e de políticas de inserção da população na utilização de áreas reservadas em loteamentos e aquelas desocupadas.
- Priorização por empresas e Prefeitura Municipal de BH na adoção ou implantação de projetos em áreas verdes centrais.
- Não criação / implantação da ADE Serra do Curral.
- Insuficiência de educação ambiental da população.
- Insuficiência de fiscalização e preservação das áreas de interesse ambiental.
- Reduzido número de parcerias (comunidades, empresas, ONG e outros órgãos governamentais).
- Falta de segurança nos parques e praças de Belo Horizonte.
- Não regionalização dos CEVAE (Centros de Vivência Agro Ecológicas)
- Depredação do meio ambiente em que vivemos.
- O desconhecimento da comunidade da fauna e flora municipais e nacionais.
- A falta de educação e conscientização por parte da comunidade.
- A não criação da ADE Serra do Curral e a não regulamentação das ADE.
- A não aplicação do Código Florestal e da Lei Ambiental, por mineradoras, loteamentos, condomínios e

municípios na RMBH.

3.2.2 - Poluição Ambiental

PONTOS POSITIVOS

- Iniciativas para a recuperação, preservação e proteção das nascentes. Ex.: Projetos Manuelzão e DRENURBS.
- Existência de uma política urbana de controle dos resíduos sólidos.
- Parcerias do poder público e iniciativa privada no ajardinamento dos canteiros. Ex.: Projetos "Adote o Verde" e "Cidade Viva'.
- Legislação ambiental de Belo Horizonte é avançada.
- Criação do "Disque Sossego".
- Projeto DRENURBS (preservação dos cursos naturais hídricos).
- Projeto de reciclagem de entulho (evita bota-foras).
- Programa de educação ambiental (cursos e oficinas da SMMAS).
- Foram reduzidos os números de linhas coletivas que transitam na região hospitalar.
- O despertar da consciência ecológica.
- Boa qualidade do serviço prestado pela SMLU (Secretaria Municipal de Limpeza Urbana) na coleta de lixo.
- Implantação de programas de controle ambiental (Qualidade do ar, "Disque Sossego", Reciclagem do entulho, Coleta seletiva, etc.).
- Existência e criação de novas leis que permitem maior controle dos agentes poluentes.
- A oportunidade que a população está tendo nos diversos encontros populares, de estar debatendo e conhecendo esses problemas.
- Existência de tecnologia que já permite o aproveitamento e reciclagem do lixo.
- Elaboração do projeto "Ruas da Cidade" integrado aos planos PACE e BHBUS, promovendo a sustentabilidade desses planos através da minimização da poluição ambiental.
- Conscientização da população no uso de antipoluentes em seus veículos (catalisador).
- Educação ambiental nas escolas municipais e associações comunitárias, etc.
- Projeto da utilização do diesel metropolitano que possui menos enxofre (polui menos).
- Existência dos programas de controle da poluição: "Disque Sossego", "Operação Oxigênio".
- Existência de órgãos de planejamento e fiscalização.
- Coleta seletiva e reciclagem do papel, com a criação da ASMARE, e a existência do Aterro Sanitário.
- Existência da "Operação Oxigênio", "Disque Sossego" e Programa de Proteção das Nascentes e Recuperação das Lagoas.

PONTOS NEGATIVOS

- Excesso de publicidade e deficiência na aplicação da legislação por falta de fiscalização e liminares judiciais.
- Ocupações irregulares, causando degradação do solo, das águas, bota-foras, assoreamento e risco geológico.
- Verticalização causando degradação da paisagem urbana.
- Insuficiência no monitoramento de poluição ambiental (sonora, atmosférica, radiação, etc.).
- Desinformação do povo com relação aos efeitos da radiação eletromagnética.
- Lançamento de esgoto nos cursos d'água.
- Altos níveis de poluição sonora e atmosférica devido ao excesso de veículos em circulação.
- A legislação permite a instalação de antenas de telefonia celular próximo a residências.
- Ineficiência da operação "Disque Sossego".
- Alto índice de poluição visual devido a um processo desarticulado de políticas específicas sobre o tema.
- Morosidade no processo de implementação da coleta seletiva.
- Morosidade na implementação de políticas preventivas de controle ambiental envolvendo: coleta seletiva ampla, inspeção veicular, etc.
- Ineficácia no processo de aplicação e cobrança de multas.

- Poluição visual excessiva na área central, descaracterizando o espaço urbano e retirando dele o aspecto estético agradável necessário.
- Crescimento desordenado do comércio ambulante, causando grande prejuízo ao meio ambiente.
- Falta de educação (conscientização da população para questões ambientais).
- A pouca conscientização e conhecimento por parte da população dos malefícios provenientes de todo tipo de lixo (residencial, comercial, industrial e hospitalar).
- Campanhas educativas fora do alcance e entendimento da população, não atingindo o objetivo de sensibilizar sobre as conseqüências negativas de todo tipo de poluição.
- Aumento do stress, violência urbana, distúrbios na saúde, etc., causados pela poluição sonora e visual e, como conseqüência, a baixa da qualidade de vida da população.
- Negligência e omissão de órgãos públicos na fiscalização e punição dos empreendimentos que tenham fonte de poluição sonora, radioativa, etc.
- Ausência de coleta seletiva.
- Implantação de torres de telefonia celular em áreas já habitadas.
- Fiscalização insuficiente para controle da poluição ambiental, por exemplo: colocação de outdoors, faixas, *banners*, etc.
- Transporte coletivo inadequado para as dimensões da cidade (metrô insuficiente).
- O não atendimento do telefone do "Disque Sossego".
- Urbanização desordenada causando impacto ambiental e social.
- Educação ambiental insuficiente, ausência de informação.
- Aumento da poluição sonora generalizada.
- Deficiência /insuficiência da coleta seletiva em Belo Horizonte.
- Aumento generalizado da poluição visual.

3.2.3 - Recursos Hídricos e Drenagem

PONTOS POSITIVOS

- Criação do projeto DRENURBS.
- Projeto Manuelzão.
- Criação do CEMAP/PROPAM.
- Mudança cultural dos técnicos da prefeitura sobre a política de drenagem urbana.
- Existência de programas como PROPAM, BH Águas, Manuelzão e DRENURBS que promovem o saneamento e a recuperação ambiental.
- A proposta de manutenção dos córrego em leito natural viabiliza a preservação do ecossistema.
- Implantação da Estação de Tratamento de Esgotos – ETE Arrudas.
- Preocupação da PBH ao elaborar o Plano Diretor de Drenagem, o DRENURBS e o PROPAM, bem como a implantação do PROSAM.
- Trabalho das ONG, órgãos públicos e escolas na conscientização dos cidadãos quanto à questão das águas.
- A solução das enchentes do Arrudas na área central.
- Início de um programa de preservação das nascentes nos parques.
- Plano Diretor de Drenagem e DRENURBS.
- Programas que incentivam a conscientização e mobilização social: CEMAP, Manuelzão, Movimento Cidadania Pelas Águas.
- Existência de planos e programas que objetivam promover a recuperação dos cursos d'água existentes, em especial: PROPAM, DRENURBS, PDDBH, Resíduos sólidos, Manuelzão.
- A ETE Arrudas, apesar de tardia, é importante para despoluição do rio das Velhas.
- Existe um processo de crescimento da sensibilidade ambiental da população quanto à preservação dos recursos hídricos.
- A existência de legislação em relação aos recursos hídricos tanto em âmbito federal como estadual e municipal.
- A mudança da política municipal, frente aos recursos hídricos, considerando a bacia hidrográfica como

unidade de planejamento e priorizando a revitalização em detrimento da canalização dos cursos d'água.
- Apesar da poluição, a lagoa da Pampulha serve de reservatório de contenção de cheias, impedindo que haja inundações a jusante dessa barragem.
- Implantação do programa BH Água.

PONTOS NEGATIVOS
- Falta de uma política correta na utilização dos lençóis freáticos.
- Falta de educação ambiental da população em relação ao destino final do lixo.
- Falta de conscientização da importância dos recursos hídricos e desperdício na utilização da água tratada, tanto pelo setor público quanto pela população.
- Redução crescente da permeabilidade do solo urbano.
- Pouco envolvimento dos órgãos de ensino superior na solução dos problemas ambientais.
- Ausência de ações e investimentos a nível de toda a bacia hidrográfica da Pampulha, independente dos limites municipais.
- Ocupação desordenada e movimentação de terra sem controle, provocando erosão e conseqüente assoreamento dos recursos hídricos e sistema de drenagem.
- Lançamento de lixo, entulho e esgoto nos cursos d'água causando degradação ambiental e inundações.
- Excesso de impermeabilização do solo (inclusive do sistema viário).
- Inexistência de incentivo ao reaproveitamento das águas pluviais.
- Falta de visão e decisão por uma gestão por bacias hidrográficas de forma integrada com as demais áreas, levando em conta os recursos hídricos.
- Falta de regulamentação/classificação dos recursos hídricos e definição de seu uso (fontes, córregos, águas subterrâneas).
- Falta de política de viabilização de recursos para implantar os programas (PROPAM, DRENURBS e BH Águas).
- Falta de estudos / pesquisas para aproveitamento de recursos hídricos subterrâneos para abastecimento de água em BH.
- Falta intercâmbio entre as prefeituras próximas à BH, quanto às mineradoras e a poluição dos rios e seu assoreamento.
- Manutenção da cultura higienista de exclusão da água.
- Baixa conscientização e mobilização de todos os segmentos sociais em relação aos recursos hídricos.
- Políticas tímidas de aproveitamento das águas pluviais e mau funcionamento do atual sistema de drenagem.
- Ações antrópicas degradantes da qualidade das águas de bacias e nascentes de Belo Horizonte (ex.: Isidoro e Pampulha).
- A falta de educação ambiental faz com que os rios sejam utilizados como depósito de lixo.
- Os canais fechados impedem que a população, principalmente as crianças, conheçam a existência dos cursos d'água e percebam a poluição: "A sujeira debaixo do tapete".
- A tecnologia utilizada na construção da ETE Arrudas, com concentração do esgoto, elimina volume d'água no ribeirão Arrudas, aumenta o consumo de energia e beneficia apenas parte da população.
- As políticas e programas de saneamento não têm garantia de recursos e de execução, na maioria dos casos.
- Soterramento de nascentes e loteamentos irregulares.
- As leis de recursos hídricos não vigoram por falta de implementação e fiscalização eficientes.
- Ausência de educação ambiental acessível a todos os níveis da população.
- Crescimento e ocupação desordenada dos fundos de vales, das áreas de nascentes e regiões de áreas de risco geológico.
- Pavimentação asfáltica em ruas com menor volume de trânsito aumentando a impermeabilização.
- Aumento dos níveis dos metais pesados nos cursos d'água.

3.2.4 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

PONTOS POSITIVOS
- Alto índice de atendimento e boa qualidade no abastecimento de água.

- Inauguração da Estação de Tratamento de Esgotos: ETE Arrudas.
- Aprovação do projeto de Lei 169/01 que institui a Política Municipal de Saneamento.
- Facilidade de acesso telefônico à COPASA MG pela população.
- Índice de abastecimento de água à população é satisfatório (99%).
- A ETE Arrudas, apesar de oferecer tratamento primário, é um avanço no sistema de tratamento de esgotos.
- A boa qualidade da água.
- Há um despertar de consciência da importância da água da preservação do ambiente.
- Existência de um grupo técnico de saneamento na PBH.
- Apesar do tratamento de esgoto ser primário, foi implantado após um século a primeira ETE (Estação de Tratamento de Esgotos).
- Qualidade de água fornecida à população.
- Projeto de Lei 169/01 que institui a política de saneamento do Município.
- Início do tratamento de esgoto. Ex.: ETE Arrudas.
- A aprovação da lei da política municipal de saneamento.
- A qualidade da água e o alto índice de abastecimento e coleta de esgoto na cidade.
- Integração existente na prefeitura no trato da questão de saneamento.
- Preservação de alguns mananciais por parte da COPASA MG.
- Padrão de qualidade da água.
- Implantação da ETE Arrudas e Projeto da ETE Onça.
- Implantação do programa “Caça-esgoto”, da COPASA MG.
- Criação do programa Sanear BH.

PONTOS NEGATIVOS

- Ineficiência operacional da COPASA MG, traduzida pelo número elevado de ligações clandestinas de esgoto na rede pluvial e pelo alto índice de perda de água pela mesma (30%).
- Falta de autonomia municipal na gestão dos serviços de água e esgoto.
- Poluição dos córregos devido a ausência de interceptação e tratamento de esgotos.
- Acesso restrito ao esgotamento sanitário: 300 mil pessoas sem coleta de esgoto.
- Falta de mecanismos de controle social e participação popular na gestão dos serviços.
- Alto índice de desperdício de água tratada no processo de abastecimento, devido a deficiências na manutenção e fiscalização das redes em geral e outros.
- Lançamento de esgoto in natura nos córregos e rios da cidade, provocando inclusive contaminação da água tratada e poluição ambiental.
- Desarticulação entre os diversos órgãos/instituições prestadoras de serviços à população (COPASA MG/ CEMIG/TELEMAR/URBEL/SLU).
- Intermitência no abastecimento de água para um grande número de usuários.
- Ausência da COPASA MG nas discussões com a PBH e comunidade para solução dos problemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- Intermitência no fornecimento d’água.
- Falta de interceptores de esgoto, com o seu lançamento nos cursos d’água.
- Falta de uma política transparente e ofensiva sobre a concessão da água e esgotos evitando um impasse entre a PBH e a COPASA MG.
- Morosidade na implantação do programa “Caça- esgoto”.
- Ter implantado a ETE Arrudas sem se completar as redes coletoras e interceptores na bacia.
- Prorrogação da concessão da COPASA MG – que tem demonstrado uma política negligente e ineficiente.
- O município não ter gestão/controle sobre o superávit que a COPASA MG tem na cidade – aproximadamente R$120 milhões/ano.
- 300 mil cidadãos e cidadãs sem atendimento de coleta de esgoto e 20 mil sem abastecimento de água.
- Lançamento de esgoto sem tratamento nos cursos d’água, pela COPASA MG.
- A ausência de uma parceria mais efetiva da COPASA MG com a PBH.

- Cerca de 40.000 habitantes sofrem por falta ou escassez de água e 350.000 adoecem por não terem esgotos coletores.
- Poluição dos cursos d'água por ligações clandestinas e pela falta de interceptores e tratamento do esgoto.
- Moradores da Bacia do Isidoro são desfavorecidos na prestação de serviços de saneamento.
- Falta de uma política metropolitana para tratamento dos problemas de saneamento e recursos hídricos.
- Falta de poder decisório do Município e população na política de saneamento.
- Atendimento insuficiente pelos serviços da concessionária, principalmente em relação a esgoto e interceptores.

3.2.5 - Resíduos Sólidos e Controle de Vetores

PONTOS POSITIVOS

- Criação da ASMARE e Cooperativa de Carroceiros.
- Modelo de gestão de resíduos sólidos.
- Programa de combate a dengue e outras zoonoses.
- Trabalho de mobilização social e educação ambiental desenvolvido pelo poder público municipal.
- Início da valorização dos servidores da limpeza pública.
- Resultados comparativamente positivos no controle de zoonoses, especialmente nos casos da dengue e da leishmaniose.
- Resultados positivos do incentivo público à reciclagem, ainda que com pequeno percentual de resíduos tratados.
- Eficiência dos serviços de limpeza urbana e controle de zoonose.
- Existência de locais de entrega voluntária de materiais recicláveis.
- Qualidade dos serviços prestados pela limpeza urbana.
- Implantação de coleta porta-a-porta em vilas e favelas.
- Erradicação da raiva no município.
- Mobilização social da PBH e corpo-a-corpo eficiente, visando a educação para a limpeza urbana.
- Política de destinação final adequada dos resíduos sólidos do município.
- Modelo de gestão de gerenciamento de resíduos sólidos da SLU (consistência tecnológica, valorização do servidor e participação social).
- Integração entre os diversos órgãos da PBH nas atividades relativas aos resíduos sólidos e controle de vetores.
- Mobilização social.
- Atuação dos agentes sanitários da zoonoses em 90% dos domicílios de Belo Horizonte.
- Adoção de programas de reciclagem: inclusão social e geração de renda.
- Política de limpeza urbana adotada contribui para o controle de vetores mais efetivo.
- Atuação de agentes comunitários de saúde.
- Existência de um modelo de gestão integrada de tratamento de resíduos sólidos.
- Parceria PBH/ASMARE com vistas à economia solidária.
- Educação ambiental promovida através da ASMARE.
- Atuação da área de zoonose da Secretaria de Saúde da PBH.

PONTOS NEGATIVOS

- A concessão do destino final de resíduos sólidos e a falta de discussão desta solução com a população.
- Ineficiência do serviço de zoonoses na apreensão de animais.
- Ausência de uma gestão integrada entre as Secretarias de Meio Ambiente, Saúde, Limpeza Urbana e setor popular.
- Crescente terceirização com má qualificação dos agentes sanitários.
- Falta de compromisso da população e da PBH com a redução, reciclagem e destinação adequada dos resíduos sólidos.
- Ausência de uma ação político-administrativa articulada metropolitana ou intermunicipal para tratamento dos resíduos e destinação final.

- Ausência de coleta seletiva residencial.
- Ausência de uma cultura cidadã quanto à produção do lixo e a relação com o espaço público.
- Insuficiência de pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis.
- Muitas pessoas jogam lixo no chão (papéis, plásticos e restos de alimentos).
- Ausência de campanhas educativas permanentes na mídia referentes à saúde/saneamento.
- Descompromisso com o projeto de gestão integrada de resíduos sólidos 2002/2004.
- Deficiência na integração dos diversos órgãos envolvidos com os resíduos sólidos.
- Ação ineficiente da fiscalização municipal, que permite a ocupação desordenada e clandestina de áreas de topografia acidentada de difícil acesso para ações de limpeza.
- Iminência de colapso da destinação final com a não implantação do aterro projetado de Capitão Eduardo.
- Indefinição do local para o novo aterro sanitário de Belo Horizonte.
- 9% da população não é atingida pelos serviços de limpeza urbana.
- Fiscalização inadequada pela SLU em horários extraordinários após as 18:00, fins de semana e feriados.
- Problemas relacionados à enorme quantidade de entulhos dispostos irregularmente, especialmente em vilas e favelas.
- Participação tímida da área de educação junto aos serviços de controle de vetores.
- Insuficiência no atendimento à população por programas de reciclagem.
- Possibilidade de concessão da destinação final do lixo para a iniciativa privada sem ampla discussão com os técnicos da PBH e a população.
- Necessidade de maior investimento em educação ambiental.
- Faltam banheiros públicos e bebedouros no centro de Belo Horizonte.
- Integração das áreas de saúde e infra-estrutura urbana é insuficiente.
- Coleta seletiva deficitária e inexistência de uma política de incentivo à implantação de indústrias recicladoras.
- Proposta de privatização dos aterros sanitários.
- Pouca integração e pouca ação efetiva na gestão de resíduos sólidos/zoonoses.
- A não implantação do aterro do Capitão Eduardo.
- Esvaziamento da Superintendência de Limpeza Urbana.

4 - PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE HABITAÇÃO, VILAS E FAVELAS

4.1 - Temas gerais da cidade

4.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Existência do Sistema Municipal de Habitação.
- Espaço de participação popular.
- Promulgação do Estatuto da Cidade, enquanto instrumento para garantia da função social de propriedade.
- Crescimento das políticas de inclusão urbana.
- Melhoria da situação de vida nos bairros e áreas existentes.
- Existência de vários conselhos de participação popular.
- Atendimento, pela Secretária de Assistência Social – PBH, dos moradores de rua.
- Orçamento participativo e PGE.
- Surgimento de novos espaços para a participação popular, com enfoque nos problemas da cidade.
- Conquista de uma legislação que busca a inclusão: (Estatuto da Cidade, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, etc.).
- A existência de Planos Globais Específicos com diretrizes para intervenções estruturais em vilas e

favelas.

PONTOS NEGATIVOS

- Incapacidade da política habitacional municipal de atender todas as situações de necessidade, principalmente falta de articulação entre os níveis de governo incluída uma atuação metropolitana.
- Participação e organização popular insuficientes nos espaços de formulação e controle da política habitacional.
- Pouca articulação da política habitacional com as outras políticas sociais (educação, trabalho, saúde, assistência social, cultura, lazer, etc.).
- Precariedade no atendimento nos postos de saúde.
- Falta de efetivo apoio e articulação entre os poderes estadual e federal com Belo Horizonte e entre as instâncias públicas municipais. Ex.: a SMAS não está articulada com a SMHAB; a SMHAB não faz parte do Conselho Municipal de Habitação.
- Faltam políticas e financiamentos de inclusão de moradores de rua nas políticas habitacionais.
- Aumento do desemprego em função da redução de oportunidades gerando insegurança e agravando a discriminação social.
- Falta de agilidade nas ações da SMHAB.
- Falta política de ações que facilitem a acessibilidade aos deficientes.
- Deficiência na fiscalização e no controle urbano.
- Acompanhamento social insuficiente nos novos conjuntos habitacionais.
- Deficiência de integração dos setores envolvidos no planejamento urbano da região metropolitana de Belo Horizonte.
- Morosidade nos processos de implementação de programas de reassentamentos (PROAS).
- Insuficiência no atendimento à população de vilas e favelas, no que se refere aos serviços de saneamento básico.

4.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Integração viária das regiões Venda Nova, Centro , Barreiro .
- Plano Diretor (existência).
- Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo.
- Participação popular.
- Descentralização dos serviços públicos (essenciais) para as regionais.
- Existência de legislação municipal para distribuição de atividades e busca de adequação conforme impactos no ambiente urbano.
- Descentralização da Administração Pública Municipal (regionais).
- Existência de legislação municipal para distribuição de atividades e busca de adequação conforme impactos no ambiente urbano.

PONTOS NEGATIVOS

- Aglomeração do comércio na área central.
- Atendimento de baixa qualidade (burocracia) na PBH, SCOMGER, TELEMAR, COPASA MG, INSS, BHTRANS.
- Segurança pública.
- Desarticulação das políticas urbanas das cidades da RMBH.
- Ocupação desordenada do comércio informal em alguns locais.
- Policiamento ineficiente , não acompanhando a descentralização das atividades.
- Falta de equipamentos e serviços na periferia (serviços públicos e comércio).
- Concentração em massa de escolas, hospitais e comércio num único local.
- Não efetivação prática da reforma administrativa, causando retrocesso em alguns serviços prestados. Ex.: a URBEL tinha acompanhamento social nos conjuntos habitacionais e a regional não tem.
- Falta de política social de pós-morar e planejamento de implantação de equipamentos comunitários nos novos conjuntos.

- Falta de aplicação e aprofundamento da legislação.

4.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Metrô – com continuidade.
- Estações bairro a bairro (ex.: Diamante e Venda Nova).
- Ônibus suplementares.
- Melhoria de corredores de tráfego.
- Definição de pista para transporte de emergência.
- Conclusão do plano diretor para melhor mobilidade, transporte e trânsito na cidade.
- Atendimento do transporte coletivo bairro a bairro.
- Atuação da empresa BHTRANS.
- Existência de coletivos e microônibus para atendimento a vilas e conjuntos habitacionais recentemente inaugurados.
- Participação popular na formação de comissões locais de transporte, trânsito e comissão municipal.
- Manutenção das linhas de ônibus bairro a bairro, aliviando o trânsito no centro e proporcionando um custo menor para o usuário.
- Substituição da frota de ônibus velho por frota moderna e inclusão de cursos de capacitação para os funcionários das empresas de coletivos.
- Implantação das catracas eletrônicas com a garantia do emprego dos funcionários que exercem a função de cobradores.
- Criação das estações Diamante (Barreiro) e em Venda Nova – integração ônibus / metrô.
- A importância e manutenção da BHTRANS – órgão de trânsito da Prefeitura – pela execução de seus serviços.

PONTOS NEGATIVOS

- Traçado das ruas: mão única para ônibus no centro; falta de sinalização; falta de passarela e etc.
- BHTRANS : falta de um bom gerenciamento.
- Mobilidade: camelôs/comércio etc.
- Deficiência no atendimento do transporte coletivo: horários, preço, limpeza, identificação de bairros, manutenção, acessibilidade, pontos de paradas.
- Falta de integração dos projetos da BHTRANS com outros projetos urbanos.
- Redução/suspensão de linhas que atendem bairro a bairro.
- Catraca eletrônica, desde que gere desemprego.
- Transporte suplementar que não atende os portadores de necessidades especiais e idosos.
- Ausência de reestruturação das linhas dos conjuntos habitacionais, atendendo à nova demanda causada pelos novos moradores.
- Deficiência do transporte coletivo da cidade no que se refere a segurança, conservação, acessibilidade a deficientes, modernidade e idosos.
- Estrangulamento do sistema viário (vias de trânsito).
- Aumento da fiscalização no quadro de horários dos coletivos (pelo órgão responsável), bem como da sinalização das ruas e interseções de avenidas, inclusive nos horários noturnos.
- Deficiência no transporte de trens urbanos (metrô), pois atende à minoria da população.
- Morosidade no funcionamento do projeto BHBUS.
- Falta de ônibus adaptados para o transporte de deficientes físicos.
- Ocupação das calçadas por camelôs e outros pontos de comércio.

4.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- Conservação dos espaços.
- Abertura à discussão.

- Existência de projetos para criação de novos espaços.
- Parceria poder público e iniciativa privada.
- Patrimônio cultural reconhecido como identidade da cidade.
- Socialização e conscientização (comunidades organizadas, associação).
- Aumento dos espaços públicos / áreas de lazer.
- Existência de sanitários públicos no parque municipal.
- Restauração e tombamentos de prédios antigos.
- Orçamentos participativos – fonte de recursos para melhorias nos equipamentos existentes e implantação de novos espaços públicos.
- Utilização dos centros culturais com projetos voltados para a infância e a 3º idade.
- Participação popular nos conselhos deliberativos.
- A participação de empresas , ONG e comunidade na manutenção dos espaços públicos e do patrimônio cultural.

PONTOS NEGATIVOS

- Valorização da região Centro/Sul.
- Poucos espaços e mal divulgados.
- Poluição visual.
- Falta de compromisso do cidadão com o espaço público.
- Má conservação das calçadas.
- Má utilização dos espaços públicos.
- Desarticulação de ações educacionais voltadas para conservação dos espaços públicos e patrimônio.
- Falta de conservação e segurança nas praças públicas.
- Fiscalização deficiente com relação aos “pichadores” e placas comerciais que sujam e escondem os espaços públicos e patrimônios.
- Inadequação na implantação dos espaços públicos, inclusive não contemplando vilas e favelas.
- Falta de segurança nos espaços públicos e equipamentos de lazer, impedindo o uso adequado.
- Faltam educação e mobilização urbana: conscientização e respeito pelo espaço público.
- Faltam projetos e previsão de espaços públicos no planejamento (ex.: conjuntos habitacionais, bairros populares).
- Falta de conselhos de gestão para administrar os espaços culturais dentro das comunidades, que ficam inviabilizadas pelo uso político dos cargos.
- A reforma administrativa da PBH colocou pessoas sem qualificação adequada na gestão dos espaços culturais.

4.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- Tratamento de esgoto com implantação de interceptores e estação de tratamento.
- Criação de PGE e OP (obra/habitação) possibilitando o assentamento da população de forma planejada, com infra-estrutura.
- Canalização dos cursos d’água.
- Existência do Plano Diretor.
- Atuação do PEAR.
- Trabalho informativo por parte da prefeitura.
- Coleta de lixo e limpeza dos córregos nas vilas e favelas.
- Reassentamentos de famílias moradoras em áreas de risco por parte da URBEL.
- Existência da ASMARE, com estímulo ao aproveitamento do lixo (confecção de roupas, brinquedos, etc.).
- Desentupimento de bueiros das áreas urbanas, bairros e vilas por causa de enchentes que derrubam casas.
- Um despertar da preocupação com o meio ambiente (reciclagem, coleta seletiva, coleta porta a porta, etc.).

- Recuperação das águas (rios, nascentes e mananciais) em parceria com o projeto Manuelzão e com a inauguração da ETE (setor oeste da capital).
- Regulamentação da legislação urbana (ZEIS, código de posturas, etc.).
- A conquista dos PGE e OP.
- Abastecimento de água na cidade.

PONTOS NEGATIVOS

- Poluição dos cursos d'água; nascentes e destruição de matas.
- Não cumprimento da legislação e suas conseqüências.
- Insuficiência de infra-estrutura.
- Metodologia de elaboração dos PGE.
- Demora na implementação dos PGE.
- Poucas áreas de lazer e preservação ambiental (praças, jardins, etc.).
- Falta de esclarecimento da população em relação á poluição eletromagnética (antenas de celulares, microondas , etc.).
- Poluição sonora e ambiental acima dos padrões aceitáveis, principalmente em áreas hospitalares, causada principalmente por veículos particulares e coletivos.
- Falta de conscientização popular para a preservação dos rios, matas e animais.
- Falta de efetivação de coleta seletiva de lixo, bem como de industrias para reciclagem.
- Campanha educativa ainda tímida.
- Deficiência no cumprimento da normatização das leis urbanas com déficit de estrutura da fiscalização do Município.
- Descaso do governo federal com as questões ambientais e sociais.
- Falta de containers para coleta seletiva.
- Inexistência de um conselho municipal de saneamento.
- Deficiência da rede de tratamento de esgotos da cidade.

4.2 - Temas específicos

4.2.1 - Balanço da Política Municipal de Habitação

Subtemas :

2.1.1 - Questão Metropolitana/ Financiamento da Política Municipal de Habitação

2.1.2 - Programas da Política Municipal de Habitação

2.1.3 - Qualidade das Obras/ Novas Tecnologias/ Processos Construtivos

PONTOS POSITIVOS

- Incentivo à participação enquanto gestores públicos e não como mensageiros de demandas.
- Retorno de recursos ao Fundo Municipal de Habitação para reinvestimento, através da política de financiamento e subsídio, com uma conscientização dos contemplados do OPH, de que o pagamento das prestações amplia as possibilidades de novas unidades.
- Implementação do programa de autogestão como instrumento de controle do processo produtivo pelos beneficiados foi um ganho social.
- Programas habitacionais da PBH com critérios sociais (OPH) e parcerias (PAR / Melhorias Habitacionais, etc.).
- Implantação de um padrão gerencial da SMHAB a partir da adoção de um sistema de gestão pela qualidade desde a etapa de projetos até a conclusão da obra. Ex.: Tipologia embrião/sobrados.
- A Política Habitacional está sendo tratada dentro do contexto da Política Urbana da cidade, tratando inclusive da questão social.
- Disponibilidade de terras na região metropolitana.
- Maior controle social promovendo a conscientização da população.
- Os programas que compõem a PMH tem como prioridade a população de baixa renda, dentro de suas especificidades.
- A implantação de novas tecnologias e sistemas construtivos no processo de verticalização, visando

maior aproveitamento do terreno, atendendo um maior número de famílias.
- Programa de cooperativas: avanço da PMH.
- Plano Global Específico: importante na organização da demanda comunitária.
- A criação do grupo temático de financiamento da PMH.
- Existência de uma política de financiamento e subsídio em implementação.
- PBH tem instrumentos de participação popular: OPH, Conselho Municipal, Fundo Municipal, Plano Diretor para região metropolitana sendo formulado e Estatuto da Cidade.

PONTOS NEGATIVOS
- Necessidade de revisão da política municipal de financiamento e subsídio sobretudo pelo não atendimento satisfatório dos grupos em situação de risco social, havendo necessidade de vinculá-los às políticas sociais.
- Falta de sistematização ao atendimento da demanda por moradia gerando uma longa espera.
- Baixo recurso financeiro destinado ao Sistema de Habitação diminui o número de contemplados e causa morosidade no atendimento à comunidade.
- Burocracia da PBH para legalização dos imóveis.
- Ausência de Política de Habitação nos níveis federal, estadual e metropolitano para a população de baixa renda.
- Ausência da Política Metropolitana de Habitação: Órgão Gestor, Fundo e Conselho responsável pelo diagnóstico e plano diretor metropolitano, bem como da definição do banco de terras.
- Insuficiência do trabalho educativo com o público beneficiado com unidades verticalizadas quanto ao uso e manutenção das instalações e equipamentos, dificuldade de convivência entre moradores demandando um acompanhamento técnico social pós-morar.
- Os critérios da política de financiamento em todas as esferas de governo.
- Projetos deveriam ser mais simplificados e democratizados.
- Falta de um programa de gestão da qualidade no desenvolvimento e desempenho dos projetos, com uma análise crítica dos projetos.
- Conjuntos Habitacionais: verticalização implica em despesas condominiais que somam-se ao financiamento.
- Manutenção em vilas: funcionou bem no primeiro ano, atualmente não está atendendo.
- Falta de prestação de contas e gerenciamento de recursos financeiros do OPH (ex.: cooperativas).
- Falta de investimento em novas tecnologias.
- No PGE há poucas possibilidades de captação de recursos para execução do mesmo.
- Inexistência de áreas de lazer e inadequação de serviços, de comércios, infra-estrutura e saneamento básico nos novos conjuntos.
- Ausência de agressividade na construção de parcerias institucionais, envolvendo a questão habitacional.
- Fiscalização deficiente do projeto e obra.

4.2.2 - Participação e Gestão Democrática: Poder Público e Sociedade

Subtema 2.2.1 - Reforma Administrativa e os Mecanismos de Participação Popular

PONTOS POSITIVOS
- Política Municipal de Habitação.
- Estatuto da cidade.
- Participação popular na política municipal da habitação e qualidade dos empreendimentos.
- A criação de mecanismos para participação popular.
- A oportunidade para conquista da moradia.
- A descentralização aproximou a Prefeitura da população.
- Algumas famílias já obtiveram benefícios reais.
- Aproximação de alguns serviços ao cidadão.
- Maior acesso das Associações dos bairros atuantes das COMFORÇA.
- A participação popular melhorou com a criação da Secretaria de Habitação.

- Descentralização do fluxo de serviços para as Regionais.

PONTOS NEGATIVOS

- A reforma não foi construída com a participação do movimento organizado e funcionalismo público.
- Criou mais etapas para acompanhamento e fiscalização do OPH, enfraquecendo os Conselhos e Comissões populares.
- A demora na realização das obras no Orçamento Participativo.
- A falta de transparência na utilização dos recursos e dificuldades nos esclarecimentos de repasse das informações.
- A descentralização criou divergências partidárias dentro das Regionais, dificultando o andamento dos processos.
- Empecilhos e desinteresse quanto à participação e direito de voz da comunidade, até mesmo para os delegados por meio do público.
- Distanciamento hierárquico entre o poder público e a sociedade.
- Falta de entrosamento entre os órgãos e a falta de capacitação dos funcionários dos órgãos públicos para atender o público.
- Os recursos disponibilizados para a PMBH são insuficientes para atendimento da demanda.
- É insuficiente a ligação entre a Secretaria de Habitação e os Núcleos de sem-casa.
- A reforma não inibe a ocupação irregular de terrenos vazios ou de áreas de risco.
- A Secretaria não atende às necessidades de moradia – o déficit continua aumentando.
- Falta de divulgação da reforma administrativa. Ela possibilitaria uma maior participação e o acesso da população ao órgão público.
- Falta de divulgação das mudanças relativas à reforma administrativa. Exemplo: explicação sobre as siglas.
- A ausência de equipamentos públicos (creches, escolas,...) diminuindo as parcerias e o número de agentes envolvidos.

Subtema 2.2.2 - Ação e Parceria dos Agentes envolvidos e que podem se envolver na Questão Habitacional

PONTOS POSITIVOS

- Existência de auxílio de ONGs e 3.º Setor às associações e grupos de sem-casa.
- Grande número de possíveis parceiros e agentes envolvidos com a questão habitacional. Ex.: ASA, CASA, Núcleos de Moradias, URBEL, CEF.
- Permitir a organização de grupos para participação nos movimentos e lutas sociais e políticas.
- A discussão da representação da “Secretaria Municipal de Assistência Social” e Conselho Municipal de Habitação.
- Agilidade que vem sendo dada no processo de reassentamento habitacional da “população de rua” - foi contestada e proposta a eliminação deste item.
- Gestão compartilhada de políticas públicas.
- Ainda que dispersos, os movimentos comunitários têm fortes convicções na luta e inabalável ação para conquistar seus objetivos.
- Consciência de que para ser cidadão pleno é necessário conquistar direitos já instituídos em lei e ampliação dos mesmos.
- Elaboração de projetos alternativos e complementares de habitação em parceria com os órgãos públicos.
- As associações estão começando a perceber que a questão da habitação não é exclusividade dos sem-casa.
- Os órgãos públicos sempre trabalham com os núcleos e associações.
- Participação do “Movimento dos Sem-Casa”.
- Busca de novas parcerias.
- Parceria entre o movimento popular e governo municipal.

PONTOS NEGATIVOS

- Participação restrita, ou seja, a população tem dificuldade para participar dentro dos grupos legitimados.

- Os delegados participam das discussões dos problemas, mas no momento da decisão e execução eles não têm voz.
- Dificuldade na organização e conscientização dos grupos comunitários.
- Manipulação, desorganização e interesses pessoais no Poder Público e nos Movimentos.
- Redução dos recursos do Poder Público disponíveis para Programas Sociais.
- Movimento Comunitário ainda não consegue garantir a atuação mais eficiente da Prefeitura naquilo que foi aprovado pela política de habitação.
- Falta maior conhecimento técnico e orçamentário da máquina pública por parte do movimento.
- Falta maior coesão e ação unitária dos mais diversos setores reivindicados da habitação, deixando de lado outras esferas do governo: União e Governo Estadual.
- Falta parceria entre município, estado e governo federal.
- Morosidade de parceria entre ONGs e o Poder Público em dar diretrizes aos programas da PMBH com soluções inovadoras.
- Falta de parceria entre PMBH e concessionárias (COPASA MG, CEMIG,...) e clareza do papel de cada um.
- A demora da liberação da verba do OPH para as obras de habitação.
- Os filiados dos núcleos de moradia não conseguem ter acesso às informações sobre empreendimentos.
- Falta de atendimento à população de rua que tem dificuldade para se organizar (que não tem endereço fixo, estão dispersos etc.).
- Demora no andamento do processo de solução das situações em área de risco e no processo de implantação dos projetos aprovados.
- Diferenças partidárias dificultam a viabilização das parcerias.
- Aplicação das verbas não priorizadas pela comunidade.
- Participação insuficiente da comunidade nas decisões e propostas apresentadas aos Órgãos Públicos.
- Não utilização dos terrenos federais no nosso município, que poderiam ser utilizados para obras públicas.

Subtema 2.2.3 - Participação nos Programas e Instrumentos Fiscalizadores da PMBH

PONTOS POSITIVOS

- Autogestão como forma de construção de casas populares.
- Participação popular nas decisões tomadas nos programas.
- Criação dos CRPs.
- Criação do OPH, das COMFORÇA e PROAS.
- Todas as formas de incentivo à participação direta dos cidadãos, como a 2ª Conferência Municipal de Habitação, são fatores positivos de política pública.
- A política de habitação de Belo Horizonte representa um grande avanço de concepção e de representatividade por estar afeto ao CMH.
- Instâncias colegiadas com representação da sociedade é avanço na implementação de políticas públicas.
- COMFORÇA e CRP são espaços de participação popular nos quais o setor governamental dá importância às propostas da população.
- COMFORÇA é uma fiscalização positiva para os núcleos dos sem-casa.
- Cobrança das lideranças.

PONTOS NEGATIVOS

- Recurso insuficiente para atender a demanda municipal.
- Falta de política habitacional estadual e federal.
- As famílias reassentadas não têm acompanhamento social (PROAS) e é insuficiente nos conjuntos.
- Falta de informações e debates para a comunidade social sobre os temas e resoluções tomadas pelos fiscalizadores.
- Demora no processo administrativo e executivo por parte do Poder Público gerando descrença e afastamento da população.
- As informações não são viabilizadas à comunidade (somente aos delegados que mesmo assim têm

dificuldades). Esse fato dificulta a participação.
- Os CRP estão pouco representados.
- Na nova estrutura administrativa as obras serão executadas pelas administrações regionais. O órgão colegiado encarregado de fiscalização (CRP) está vinculado ao secretário municipal da Coordenação da gestão regional.
- Desencontro dos cronogramas entre o OPH bianual e orçamento anual provoca um descasamento: alguém ganha, alguém perde.
- CMH: órgão colegiado deliberativo sem autonomia operacional.
- Os órgãos de participação popular não deverão privilegiar a participação informal.
- Falta de capacitação técnica para a comunidade, provocando uma ineficiente fiscalização.
- Pouca/fraca divulgação e informação sobre os organismos de participação popular e das políticas urbanas da PBH.
- Falta a participação da Secretaria Municipal de Assistência Social no Conselho Municipal da Habitação.
- Qualidade precária de atendimento na PBH.
- Falta de conhecimento e de preparo e critério de escolha dos representantes da população.

Subtema 2.2.4 - Capacitação dos Gestores Comunitários

PONTOS POSITIVOS
- A reunião/conferência para troca de informações.
- Alguns líderes comunitários têm mais acesso ao Poder Público e aos movimentos sociais para esclarecer as comunidades.
- Coordenadores honestos que passam as informações para a população.
- Boa vontade da população para aprender.
- Participação.
- Disponibilidade.
- Ampliação da percepção dos movimentos sociais que parte da necessidade de obter soluções que visam o bem comum.
- Cooperativas habitacionais e o Projeto Mel (esporte) são exemplos de lideranças bem organizadas.
- Conselhos regionais bem organizados que contam com a participação dos moradores.
- Envolvimento da comunidade com os órgãos culturais e sociais que resgatam crianças e adolescentes visando desenvolvimento, melhoramento e ampliação da autoestima.
- Forma de participação em habitação através de sistemas de cooperativas, autogestão.

PONTOS NEGATIVOS
- Uso dos termos técnicos dificultam o entendimento pela comunidade.
- Insuficiência da capacitação – formação e instrumentalização – por meio do poder público dos gestores comunitários.
- Falta de uma política para participação em capacitação para gestor comunitário.
- Pouco envolvimento da população nas discussões públicas.
- Trabalho social pouco eficaz no pré e pós morar.
- Falta de incentivo e investimentos dos governos federal e estadual.
- Falta de investimentos dos governos federal e estadual.

4.2.3 - Agenda da habitação, uma contribuição à agenda da cidade.

Subtema 2.3.1 - Diagnóstico – Esfera Federal

PONTOS POSITIVOS
- Programa PAR – Dando alívio à demanda dos núcleos de sem-casa.
- Governo Federal possui recursos para a Habitação.
- Liberação de verbas pelo Governo Federal.
- Liberação do FGTS para comprar moradias.
- Criação do Fundo Nacional de Habitação com recursos do FGTS e outras fontes: Projeto transitando,

em vias de consolidar no Congresso.
- Estatuto da Cidade.
- Lei que regulamenta Cooperativas.

PONTOS NEGATIVOS
- Falta de interesse do Governo Federal.
- As conquistas são adquiridas com muita luta e manifestações.
- Falta de acesso às políticas federais de habitação.
- Falta de interesse para ajudar e orientar o contribuinte.
- Burocracias para alcançar os recursos.
- Programa PAR/CEF não atende às famílias de baixa renda.
- Programa PAR: é uma forma de aluguel disfarçado, já que não há seguro, não atende as necessidades do povo, a exigência é de 03 a 06 salários mínimos para entrar no programa, mesmo assim correndo o risco de perder o imóvel no caso de inadimplência.
- Falta de divulgação dos Programas Habitacionais.
- Falta de uma Política Urbana Habitacional.
- Desvio de recursos de FGTS para outros programas visando lucro.
- FGTS não contempla a política habitacional de baixa renda.
- Os recursos são poucos e mal distribuídos.
- Centralização de recursos, sendo repassados e concentrados como política econômica ao IMVR de repassá-los com política social.
- A dívida externa interferindo na política habitacional.
- Descaso com o Programa de Reforma Agrária

Subtema 2.3.2 - Diagnóstico - Esfera Estadual

PONTOS POSITIVOS
- Programa COHAB.
- Existência da Secretaria Estadual de Habitação.
- Existência de uma política estadual de habitação ainda que insuficiente.
- Estado possui recursos financeiros para habitação.
- É uma espécie de ponte para buscar recursos.

PONTOS NEGATIVOS
- Governo do Estado dá mais importância às disputas políticas com o governo Federal do que implementar políticas públicas habitacionais.
- Estado gasta R$0,25 por ano por habitante em políticas habitacionais e R$0,10 por habitante no Estado para manter a moradia de seus deputados.
- Política habitacional estadual é desconhecida.
- Falta política habitacional popular.
- Inoperância da Secretaria Estadual de Habitação.
- Faltam verbas destinadas à habitação que cubram a demanda. É possível que se faça um levantamento do n.º de pessoas sem-casa no Estado e, a partir daí, criar um plano em cada município.
- Ausência de parcerias dos governos Estadual e Municipal.
- Terrenos de propriedades do Estado na RMBH são vendidos, quando poderiam ser usados para habitação popular.
- Falta investimento em saneamento.
- Falta de fiscalização da COPASA MG.

Subtema 2.3.3 - Diagnóstico: Esfera Metropolitana

PONTOS POSITIVOS
- Entrosamento buscando soluções.
- Acolher as pessoas sem distinção.

- Intensificação das discussões em relação à moradia.
- Crescimento das cidades fortalecendo as oportunidades.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de investimento na urbanização e saneamento.
- Ausência de uma política de habitação causando um deslocamento para outras cidades.
- Falta de planejamento urbano (integração das cidades).
- Déficit de moradia causado pela falta de política habitacional metropolitana.
- Falta de política habitacional causando um crescimento desordenado.

Subtema 2.3.4 - Diagnóstico: Esfera Municipal

PONTOS POSITIVOS

- IPTU progressivo previsto pelo Estatuto da Cidade.
- Existência do Conselho Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Habitação.
- Canais Institucionais de participação democrática: OP, OPH, COMFORÇAs Regionais e COMFORÇA de Habitação e Núcleos de sem-casa, que têm possibilitado a ampliação da mobilização e participação popular.
- Critérios preestabelecidos para adquirir moradia.
- Criação de um Plano Diretor.
- Elaboração e votação da Lei de ZEIS 1 e 3.
- Elaboração de Planos Globais específicos.
- Existência de um Programa de Urbanização de vilas e favelas.
- A Política de Habitação favorece as famílias de baixa renda.
- Política de financiamento do orçamento participativo da habitação é condizente com as condições das famílias de baixa renda.
- Rápido processo de construção das unidades habitacionais.
- Construção média de uma casa por dia.
- As casas do Conjunto Dom Silvério têm padrão construtivo de qualidade.
- Iniciativa da PBH em implantar o Programa de Arrendamento Residencial – PAR da Caixa Econômica Federal.

PONTOS NEGATIVOS

- A reforma administrativa foi extremamente prejudicial às comunidades de vilas nesse 1º ano de implantação.
- Falta de política de captação de recursos externos.
- Falta uma maior luta junto aos órgãos federais (pressionar mesmo).
- Falta de parceria entre o Estado e o Município para a melhoria da política habitacional.
- Custo operacional do órgão responsável pela habitação (SMHAB) é muito elevado.
- Os recursos são insuficientes para atender a demanda.
- Insuficiência de moradia e albergues para a população de rua.
- Plano diretor não contempla a população de baixa renda porque não define os zoneamentos.
- Não existe controle urbano eficiente para vilas e favelas.
- A Lei (8137) de ZEIS 1 e 3 não foi aplicada depois de sancionada.
- Proposta de modificação da Lei de ZEIS sem participação popular e antes de ser divulgada e aplicada.
- Desrespeito e desconsideração com o grupo de referência no plano global da Pedreira Prado Lopes.
- Falta de investimento nas áreas de risco/saneamento.
- Falta de planejamento/previsão orçamentária para assentamento monitorado das famílias da área de risco e conjuntos habitacionais.
- Situação de conflito em conjuntos implantados pela Prefeitura junto à população já residente no local.
- Conjuntos com muitas moradias.
- Não existe controle e/ou fiscalização dos conjuntos.
- Descaso ocasionado após a entrega da moradia.

- Programa pós-morar por somente um ano é insuficiente. E depois?.
- Não há um acompanhamento permanente da Prefeitura no social, cultural, psicológico e rendas no pós-moradia.
- Demora no atendimento.
- Pouca construção: unidades insuficientes.
- Demora para construir.
- Projetos inseguros (ex.: Conjunto USIMIX).
- Falta de sustentabilidade dos novos moradores comprometendo o uso da moradia.
- Falta divulgação do Programa Habitacional para a População.
- Desarticulação do Conselho Municipal de Habitação.
- Falta de capacitação dos coordenadores dos núcleos de habitação.

▪ ANEXO V - ÍNTEGRA DOS PRODUTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS REGIONAIS

Este Anexo contém os resultados das discussões realizadas pelos participantes das pré-confêrencias regionais, abrangendo os temas gerais da cidade e os temas específicos de cada região.

Estão aqui apresentados todos os pontos positivos e negativos, relativos a cada tema, obtidos por consenso, primeiro, nos subgrupos, depois, discutidos e complementados em conjunto pelos componentes dos cinco subgrupos que compunham cada sala de trabalho.

É a seguinte a organização deste Anexo:

1 - PRÉ-CONFERÊNCIA DO BARREIRO
- 1.1 - Temas gerais da cidade
- 1.2 - Temas específicos da região

2 - PRÉ-CONFERÊNCIA CENTRO-SUL
- 2.1 - Temas gerais da cidade
- 2.2 - Temas específicos da região

3 - PRÉ-CONFERÊNCIA LESTE
- 3.1 - Temas gerais da cidade
- 3.2 - Temas Específicos da Região

4 - PRÉ-CONFERÊNCIA NORTE
- 4.1 - Temas Gerais da Cidade
- 4.2 - Temas Específicos da Região

5 - PRÉ-CONFERÊNCIA NORDESTE
- 5.1 - Temas Gerais da Cidade
- 5.2 - Temas Específicos da Região

6 - PRÉ-CONFERÊNCIA NOROESTE
- 6.1 - Temas Gerais da Cidade
- 6.2 - Temas Específicos da Região

7 - PRÉ-CONFERÊNCIA OESTE
- 7.1 - Temas Gerais da Cidade
- 7.2 - Temas Específicos da Região

8 - PRÉ-CONFERÊNCIA DA PAMPULHA
- 8.1 - Temas Gerais da Cidade
- 8.2 - Temas Específicos da Região

9 - PRÉ-CONFERÊNCIA DE VENDA NOVA
- 9.1 - Temas Gerais da cidade
- 9.2 - Temas Específicos da Região

1 - PRÉ-CONFERÊNCIA DO BARREIRO

1.1 - Temas gerais da cidade

1.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Orçamento participativo, beneficiando a população para melhor distribuição de recursos e estruturas.
- BH é uma cidade boa de se morar devido à diversidade de aspectos culturais e regionais.
- verticalização ordenada é uma forma que beneficia a população devido à falta de espaços urbanos (conjuntos habitacionais).
- Verticalização quando bem planejada gera melhoria da qualidade de vida.
- Conquista do espaço da comunidade junto à Prefeitura para discutir problemas, orçamento participativo. Ex.: associações de bairro, conselhos etc.
- Prefeitura dividida em regiões.
- Valorização dos bairros de periferia da cidade. Ex.: urbanização de vilas e favelas.
- Melhoria no saneamento básico e pavimentação.
- BH cresceu, apesar das dificuldades.
- Melhoria urbana na periferia via orçamento participativo.
- governo municipal está possibilitando a participação popular para melhoria da qualidade de vida.
- Crescimento está possibilitando a ampliação dos meios de transporte favorecendo a população.
- BH é uma cidade muito boa de se morar pois apresenta menos problemas que as outras grandes metrópoles.

PONTOS NEGATIVOS

- Cidade inadequada para acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física, obesos e com dificuldade de locomoção.
- Falta de segurança pública devido à alta densidade populacional e descaso das autoridades.
- Dificuldade de acesso aos equipamentos de cultura e lazer.
- Falta de fiscalização e mecanismos regulatórios de crescimento por parte da Prefeitura, gerando uma ocupação desordenada.
- Falta de infra-estrutura nas vilas e favelas.
- Falta de informação da Prefeitura a respeito de loteamentos clandestinos.
- Omissão do poder público e falta de planejamento nos assentamentos nas periferias, acarretando deficiência de equipamentos públicos.
- Ocupação desordenada, acarretando grandes impactos ambientais.
- Falta de moradias e serviços básicos principalmente para as populações carentes.
- Descontrole do adensamento para a construção de residências.
- Falta de fiscalização na abertura de loteamentos irregulares e ocupação desordenada.
- crescimento desordenado provoca a queda da qualidade de vida pois faltam equipamentos urbanos.
- As leis não são cumpridas, com isso o crescimento é desordenado e há muita especulação imobiliária.
- cidade recebe pessoas do interior de outros estados, contribuindo para o aumento do desemprego.
- aumento da violência na cidade.
- Os conjuntos habitacionais construídos pela PBH e reassentamento carecem de infra-estrutura.

1.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- As áreas ambientais e praças para a população.
- Existe uma tendência de descentralizar as atividades para outras regiões.
- área hospitalar tem boa localização.
- Potencial de área para implantação de atividades econômicas (mais de um milhão de m²).

- Boa distribuição espacial das atividades comerciais, industriais e residenciais.
- Bons corredores de escoamento do hipercentro para a periferia (vias arteriais).
- Existência de *shopping centers* nas diversas regiões da cidade (comércio, segurança, lazer).
- concentração de atividades gera comodidade, diminui o tempo de deslocamento e gera independência para a população.
- descentralização das atividades administrativas permitiu o crescimento e a independência das Regionais.
- concentração de atividades em vias com grande movimento de veículos favorece os comerciantes e a população que passa a andar menos (ônibus passa nessas vias).
- Os *shoppings* populares favorecem a população da periferia, apesar do alto custo operacional.
- As "feiras-shopping" são uma boa opção que surgiu ultimamente.
- Ocupação social dos espaços públicos mal utilizados, revertendo os benefícios para comunidade.
- As tentativas de solução através da participação popular.
- gestão descentralizada (administração e serviço regionais).

PONTOS NEGATIVOS

- Alta concentração de comércio e serviços no centro e áreas nobres.
- As atividades econômicas e industriais (poluentes) são localizadas em função de interesses políticos e econômicos.
- As atividades industriais e comerciais não absorvem a mão de obra local, exigindo deslocamento.
- Manutenção precária das praças.
- Permissividade do poder público (constituído) com a ilegalidade (ex.: Vila Pinho e assentamento dos "sem-casa - Cardiominas").
- Parque industrial reduzido, provocando desemprego (falta de oferta de emprego).
- Concentração de camelôs nos "centros" piora a qualidade de vida das pessoas (lixo, poluição visual e sonora) direito de ir e vir.
- Rede bancária concentrada no hipercentro (deslocamentos, filas).
- Insuficiência de áreas e equipamentos de lazer nas periferias da cidade.
- Má distribuição das atividades na cidade.
- distribuição não organizada de atividades na cidade, pois ainda não há boa distribuição, as atividades ainda estão concentradas no centro e a distribuição não atende a demanda da população.
- concentração de atividades em centros gera tumulto, desordem, congestionamento, violência, perda da qualidade de vida e aumento do desemprego pela valorização de serviço e espaços.
- concentração de atividades em vias movimentadas gera insegurança para pedestre (risco de atropelamento), poluição (sonora e visual), lixo e aumento de assaltos.
- Falta de estacionamento junto aos locais com atividades públicas.
- Concentração desordenada de atividades provoca poluição sonora e ambiental.
- Atividades econômicas e serviços estão distribuídas desordenadamente e encontradas em alguns lugares onde o poder aquisitivo é melhor.
- periferia e as vilas estão sendo jogadas à margem da sociedade pela falta de emprego, atividades econômicas, culturais e serviços.
- existência de espaços públicos mal utilizados ou abandonados.

1.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Metrô favorece na rapidez do transporte de massa da população favorecida.
- Deslocamento melhorou com a implantação do BHBUS e suplementar.
- Descentralização e integração do transporte urbano.
- Controle da legalidade do transporte coletivo pelo poder público.
- Modificações do sistema viário no hipercentro.
- Taxi-lotação.
- Criação de Estações BHBUS e linhas suplementares.

- Existência do metrô.
- Existência de ônibus de piso baixo, o metrô e o melhoramento nas frotas de táxi.
- Sistema BHBUS.
- Regulamentação do transporte alternativo.
- Linha circular bairro à área hospitalar.
- Sistema de metrô.
- Implantação do BHBUS.

Pontos Negativos

- Falta de uma malha viária suficiente.
- Concentração do comércio no hipercentro.
- Falta de planejamento na implantação do transporte urbano.
- Falhas no atendimento ao usuário do transporte coletivo.
- Superlotação no horário de "pique" nos coletivos.
- A não liberação das deliberações das CRTT.
- Insuficiência de linhas nas periferias e necessidade de criar "suplementares".
- Deficiência de integração tarifária das linhas de ônibus e metrô e alto custo das tarifas.
- Metrô não atende a toda cidade.
- Dificuldade de deslocamento de pedestres, principalmente por ocupação de camelôs e os passeios irregulares.
- Preço abusivo das passagens de ônibus.
- Demora dos horários de ônibus, principalmente em finais de semana e feriados (inclusive linhas de ramal).
- Falta de um transporte de massa que atenda parcela maior da população.
- Falta de segurança no transporte público, acessibilidade para portadores de deficiência física, treinamento de motoristas e cobradores.
- Metrô não atende toda a cidade e a linha de integração é deficiente.
- Aumento abusivo das passagens.
- Ônibus noturno deficiente.
- Melhor adequação dos fluxos das linhas.
- Gratuidade no transporte coletivo para PMMG, Correios, Oficiais de Justiça e trabalhadores do transporte de BH.

1.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- Paisagem urbana bonita.
- Existência de espaços públicos na cidade.
- Melhoria na acessibilidade da população aos espaços públicos através das estações do BHBUS (Diamante, Venda Nova, S. Gabriel).
- Existência do Parque das Mangabeiras.
- Existência do Zoológico.
- Existência do Parque Municipal.
- Tombamentos de patrimônios histórico-culturais (ex.: Mercado da Lagoinha e outros).
- Criação de áreas de lazer (ex.: Parque da Vila Pinho).
- Grande diversidade do patrimônio histórico e cultural da cidade.
- Museu de Arte da Pampulha e o Parque da Mangabeiras são exemplos de administração municipal eficiente.
- Preservação dos espaços públicos através de convênios com a iniciativa privada.
- Existem manifestações culturais na cidade e nas regionais.
- Existem espaços públicos na cidade como um todo.
- A Administração da Prefeitura tem incentivado e se preocupado em preservar a memória e o patrimônio

histórico de BH.
- Lei de incentivo à cultura, municipal, estadual, federal.

PONTOS NEGATIVOS
- Falta de segurança da população para freqüentar os espaços públicos.
- Faltam espaços públicos e áreas de lazer nas periferias.
- Falta de concentração e divulgação para o uso dos espaços públicos e áreas de lazer.
- Falta de investimento e descaso do Poder Público Municipal em relação ao Parque das Águas.
- Falta de segurança para garantir acessibilidade aos espaços públicos.
- Falta de política de conscientização sobre os espaços públicos e patrimônio cultural.
- Falta de fiscalização do poder público na ocupação das nascentes.
- Depredação e pichações nos espaços públicos e patrimônio.
- Os espaços públicos reconhecidos pela Prefeitura são centralizados, elitizados e de difícil acesso.
- Falta de divulgação dos espaços e dos eventos nele realizados.
- Falta de infra-estrutura nos espaços existentes e nos eventos públicos (acessibilidade, segurança, orientação para a utilização, sanitários).
- Falta de área para esportes e centros culturais, regionais ou locais.
- Recuperação e reconhecimento das áreas públicas regionais, inclusive manutenção e fiscalização.
- Necessidade de melhorar a administração dos espaços públicos existentes.
- Falta conscientização cultural da população (educação, divulgação e cursos dentro da carga horária das escolas: línguas, computação, músicas e outros).
- Falta maior investimento nos espaços existentes (vontade política, investimentos, verba, divulgação).
- Falta de visibilidade da cultura negra (a não implementação das quadras de escolas de samba e o tombamento e valorização dos terreiros de candomblé e congado).
- Faltam equipamentos culturais (cinema, teatro, centros poliesportivos), principalmente nas periferias.

1.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS
- O poder público atende razoavelmente o saneamento básico no município.
- A sociedade está se conscientizando para a questão ambiental.
- A existência de praças e parques bem conservados em áreas com maior visibilidade (Centro-Sul).
- Criação do programa "Caça-esgoto", construção de interceptores e a Estação de Tratamento ETE Arrudas.
- Existência de novas concepções ambientais através do Projeto Manuelzão, Plano Diretor, DRENURBS e outros.
- A existência da Lei de Uso e Ocupação do solo e a área de proteção ambiental (APA Sul).
- Utilização do gás natural veicular e industrial, reduzindo poluição do ar.
- Campanha do poder público com relação à gasolina adulterada.
- Inicio da discussão dos problemas ambientais na cidade: leva à conscientização.
- Implantação das estações de tratamento de esgoto.
- Os serviços de limpeza urbana em geral são bons.
- A eficiência da SLU nas atividades da limpeza urbana.
- Poder público mais atento às questões ambientais.
- População e poder público começam a ter ações mais pontuais para a preservação ambiental.
- Estatuto da Cidade.

PONTOS NEGATIVOS
- A coleta seletiva não atende a população como um todo.
- Poder público e privado são cúmplices pela degradação ambiental devido a ocupação de reservas.
- Desfavorecimento de áreas com potencial para serem preservadas e conservadas nas demais regiões.
- Córregos poluídos.
- Canalização e poluição dos corpos d'água por esgotos domésticos, principalmente industriais.

- Falta de divulgação da educação ambiental nas escolas, parques, igrejas, associações e outros.
- A não implementação efetiva e fiscalização da Lei de Uso e Ocupação do Solo e o não zoneamento da APA Sul.
- Falta de entendimento entre COPASA MG e Prefeitura, gerando conflito na implementação das ações e obras de saneamento ambiental.
- Insuficiência da conscientização e educação ambiental da população e que se reflete no lixo nas ruas, bota-fora em áreas indevidas, corte de árvores, impermeabilização de terrenos etc.
- Falta de uma política de reciclagem mais efetiva, incluindo divulgação e qualidade de URPV.
- Conflito do posteamento com arborização.
- Falta de parques ecológicos.
- Ausência de combate rigoroso aos agentes poluidores, através de leis e fiscalização.
- Falta de planejamento do uso e ocupação do solo traz problemas graves para o meio ambiente.
- Faltam programas de educação ambiental para a população e maior eficácia na fiscalização de forma a evitar os crimes ambientais.
- As ações desenvolvidas pela população e poder público ainda são insuficientes para solucionar todos os problemas ambientais.

1.2 - Temas específicos da região

1.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento

PONTOS POSITIVOS

- Existência de zoneamento ambiental na regional.
- Existência de áreas de zoneamento para grandes equipamentos (ex.: estação do BHBUS Barreiro, parcelamento da V & M).
- Criação de núcleos habitacionais regulares (ex.: PONGELUPE).
- Zona de preservação ambiental (ex.: Serra do Rola Moça e Serra do Curral).
- Zona industrial - geração de empregos (ex.: Mannesmann).
- Área comercial (ex.: Centro do Barreiro).
- Conjunto habitacional: ocupação ordenada.
- Administração Regional Barreiro.
- Estação BHBUS do Barreiro e construção do restaurante popular.
- A região é bem atendida por serviços de transporte coletivo e estrutura viária (Vila Pinho).
- Parque ecológico da Vila Pinho gerou impacto positivo na população - qualidade de vida.
- Oferta de empregos nos distritos industriais para trabalhadores da região.
- Parque das Águas gerou impacto positivo na região do Barreiro de Cima - qualidade de vida.
- Comércio bem diversificado (ex.: Centro, Tirol, Jatobá, Independência, Cardoso).
- A proximidade com o Anel Rodoviário, promovendo o desenvolvimento econômico da região (criação de empregos).
- Grande área de preservação ambiental que proporciona qualidade de vida à população local.
- Sinalização e iluminação da Av. Tereza Cristina.
- Região do Tirol - João Paulo (Conjunto).
- Linha de ônibus ligando Estação Diamante/Hospitais, Jatobá/Hospitais.

PONTOS NEGATIVOS

- Descaso por parte dos órgãos públicos que regulamentam as políticas públicas urbanas: coniventes com a especulação imobiliária.
- Crescimento desordenado de adensamentos irregulares em toda regional.
- Maior número de adensamentos na áreas limítrofes da região da APA Sul sem infra-estrutura e saneamento básico.
- Inexistência de plano diretor regional especifico.
- Pequeno número de ADE existentes na regional.

- Má distribuição do comércio e prestação de serviços deficiente (ex.: faltam cartório e bancos no centro do Barreiro).
- Vila CEMIG, Vila Pinho, Conjunto Esperança: comércio deficiente.
- Ocupação de área de risco e em áreas públicas (ex.: Praça de Esportes Petrópolis).
- Descaso com a cultura e a história do Barreiro.
- Falta de espaços culturais, de lazer, arte, cinema, teatro.
- Crescimento desordenado das zonas sem infra-estrutura e equipamentos públicos (ex.: Santa Rita, Vitória da Conquista, Vila Pinho e Vila CEMIG.
- Ocupação irregular nas áreas comunitárias dos conjuntos habitacionais (ex.: Teixeira Dias, Vila Pinho, Vila Cemig).
- Conjuntos habitacionais na ZEIS 2 implantados sem os devidos equipamentos sociais e sem discussão com as comunidades da região.
- Construções residenciais em áreas de nascentes, sem tratamento adequado e com lançamento de esgotos (córrego paralelo á Rua Nascimento).
- Atividades comerciais clandestinas que levam perigo à vizinhança (depósito de gás) - diminuição da qualidade de vida. Falta fiscalização.
- Isolamento viário de alguns bairros fronteiriços com outros municípios - Bairro das Industrias e Vila Mangueiras.
- Permanência de residências em áreas de risco na Vila Mangueiras.
- Precisam ser implantados mais equipamentos urbanos pois os que existem são insuficientes; com isso, quem precisa de atendimento médico vai para UPA Tirol.
- Governo Municipal está dando moradia, mas não oferece infra-estrutura para qualidade de vida.
- Melhorar acessos ao Barreiro (ex.: continuação da Av. Tereza Cristina, pois as únicas opções são a Via do Minério e Tito Fulgêncio).
- Criação de área de lazer e cultura (não existe em quase todos os bairros). Ex.: Tirol, Bairro das Indústrias, Independência.
- Necessidade de criar cooperativas para apoiar o comércio local; necessidade também de cartório e Telemar.

1.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Há facilidade para acesso aos centros de comércio e serviço, bem como escoamento de produtos.
- Região com potencial para instalação de indústrias e comércio.
- Melhoria na qualidade da prestação de serviços na região.
- A Lei do Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo propicia um controle de atividades.
- A locação de mão de obra na própria região melhora a qualidade de vida.
- Facilidade de mobilidade para acessar o centro comercial do Barreiro (transporte coletivo).
- Centro comercial do Barreiro com circulação facilitada pelo deslocamento dos camelôs (Av. Visconde de Ibituruna).
- Presença marcante de um pólo industrial (Jatobá e Mannesmann).
- Melhoria do transporte coletivo (Estação Diamante e do Barreiro em construção).
- Grande disponibilidade de áreas verdes.
- As atividades estão distribuídas ao longo das principais vias de acesso e não atinge o interior dos bairros, preservando-os.
- As atividades comerciais (comida e bebida) estão distribuídas em pequenos centros locais, permitindo e facilitando o acesso à população.
- A existência de centros na região evita o deslocamento ao centro da cidade.
- Houve aumento da qualidade dos serviços e produtos na região.
- A quantidade de bancos corresponde à demanda regional.
- Atividades na Escola Sindical.
- Estação Diamante.

- UPA Barreiro 24h.
- Região Forte economicamente e politicamente.
- Banco e comércio bons no centro comercial.

PONTOS NEGATIVOS

- A indústria e comércio da região não absorvem a mão de obra local (Olhos D' Água não tem mão de obra).
- Os recursos (impostos) arrecadados na região não são aplicados totalmente no Barreiro.
- Existem vários locais com altos índices de poluição sonora (ex.: bares, Praça do Cristo).
- Não existe policiamento ostensivo na região, (provocando) causando assaltos e violência urbana.
- As atividades informais comprometem o desenvolvimento da região.
- A região não atende à demanda de emprego para a população do Barreiro (300 mil).
- A rede bancária da região não atende à população.
- Ausência dos serviços (cartórios, lazer, cinema).
- Presença de indústria poluidora (Mannesmann).
- Ausência de obras de infra-estrutura nos bairros Itaipu e Novo das Indústrias (galeria e passarelas) e falta de acesso de veículos ao conjunto João Paulo II.
- Falta de fiscalização sanitária nos centros de serviços e comércio na região de forma geral.
- Os centros locais são desorganizados e com muita poluição sonora e visual.
- Falta o cumprimento rigoroso da legislação para evitar irregularidade e incômodos por algumas atividades na região (ex.: ocupação dos passeios por bares e lojas).
- Ausência de serviços de cartório.
- As atividades industriais causam grande incômodo à população, diminuindo a qualidade do ar (poluição) (ex.: Mannesmann).
- Indústrias fechadas.
- Desemprego.
- Área de lazer, saúde e educação insuficientes.
- Praças mal cuidadas.
- Falta de metrô.

1.2.3 - Tema Livre

PONTOS POSITIVOS

- Grande participação e organização da comunidade no orçamento participativo (OP), alcançando significativas conquistas (ex.: escolas, asfalto, drenagem, restaurante popular e BHBUS).
- Comércio dinâmico e diversificado.
- Maior fonte de renda do município e maior parque industrial.
- Restaurante popular, BHBUS, transporte suplementar.
- Maior potencial de nascentes e maior bacia hidrográfica do município, área verde disponível.
- Existência de áreas públicas para implantação dos equipamentos públicos sem a necessidade para benefício da população. (sic)
- A conquista de várias reivindicações: PC Barreiro, BHBUS, Estação Barreiro, restaurante popular.
- Barreiro pronto para ser conhecido - portal da nascente do Arrudas - como ponto turístico.
- Obras do parque Burle Marx (Parque das Águas), como grande espaço ecológico, social e de preservação ambiental permanente.
- Parque Rola Moça como patrimônio ambiental do Barreiro e da cidade e referência de lazer futura.
- Bom atendimento na parte de comércio e prestação de serviços (bancos, hospitais, SEBRAE etc.).
- Transporte coletivo das linhas convencionais atende razoavelmente a população.
- Presença da PUC-MG e do ensino fundamental.
- Estação Diamante e Estação BHBUS Barreiro.
- Centro comercial do Barreiro.
- Operação tapa-buraco, limpeza urbana.

- Área de Preservação Ambiental Sul (APA Sul).
- Extensão da linha 3050, estendendo até a BR 262, com acesso a Olhos D'água/Pilar.
- Região tem grande potencial em áreas verdes, reservas ambientais, parques, nascentes (Parque das Águas).
- Reforma administrativa, Plano Diretor (ex.: Subprefeitura).
- Revitalização das escolas públicas.
- Existência de bons centros comerciais.
- Implantação do BHBUS e transporte suplementar.
- Potencial histórico e cultural: lutas, conquistas, mobilizações, arte, música, dança, teatro, juventude.
- Aprovação da ampliação do posto de saúde através do OP Tirol.
- Existência de potencial (áreas verdes, recursos hídricos) para construção de parques ecológicos e aproveitamento para turismo ecológicos.
- Construção do restaurante popular na área onde funciona a Regional.
- Construção de viaduto ligando Santa Margarida ao Barreiro.
- Retirada dos camelôs da ruas do centro comercial do Barreiro, melhorando o trânsito de pedestres.
- O Barreiro possui amplo centro comercial e de serviços.
- Em razão de suas inúmeras nascentes, o Barreiro pode ser utilizado como ponto de partida para programas de saneamento, para drenagem, meio ambiente etc.
- O Barreiro possui uma localização geográfica privilegiada para receber investimentos de indústrias.
- A existência de áreas de proteção ambiental e reservas ecológicas que inibem a especulação imobiliária.
- Hospital Júlia Kubitschek (atendimento para toda a cidade).
- Paisagem da Serra.
- Centro do Barreiro.
- Muito espaço para instalação de novas empresas (Jatobá, Mannesmann).
- Grandes reservas verdes.
- Área industrial geradora de empregos (Mannesmann e CDI).
- CAC utilizado como área de lazer (Pinheiro Chagas).
- Implantação do BHBUS na Av. Afonso Vaz de Mello e a Estação Diamante.
- Hipercentro do Barreiro é um forte centro comercial e nos bairros o comércio local é satisfatório.
- Áreas verdes e manancial d'água (Parque Serra do Rola Moça, Vila Pinho, Parque das Águas).
- Área verde privilegiada e preservada.
- O centro industrial é importante e tem perspectivas de ampliação.
- Centro comercial do Barreiro é um dos melhores da cidade.
- A PBH tem uma política habitacional, com assentamento de população de risco e sem-casas no Barreiro.
- Participação ativa da população junto à Regional Barreiro para solucionar problemas da região.
- Otimização dos serviços prestados pela SCOMGER-B (PUC Barreiro, BHBUS, Restaurante popular).
- Comércio e rede de serviços eficientes.
- Grande extensão de áreas verdes, nascentes e córregos.
- Distrito industrial - gerador de empregos e renda.
- População organizada e participativa.

PONTOS NEGATIVOS

- Carência de equipamentos na rede de saúde, ensino fundamental, superior e profissionalizante.
- Carência de equipamentos que atendam os eventos de grandes concentrações (ex.: exposições, feiras, shows etc.).
- Ocupação desordenada em áreas inadequadas (ex.: encostas, baixadas, rede de alta tensão etc.).
- Falta de planejamento do sistema viário. Ex.: falta ramal de escoamento, metrô único, acesso ao bairro Independência).
- Falta de drenagem, criando pontos críticos (ex.: Conjunto João Paulo, Lindéia, Vila Pinho etc.).

- Falta conscientização sobre a preservação das praças, parques, controle do lixo e despoluição dos córregos.
- Faltam centros culturais.
- Espaços de lazer têm manutenção precária.
- Saúde da população está afetada, tendo em vista a falta de integração dos serviços hospitalares, ambulatórios (públicos e privados), escassez de recursos humanos.
- Transporte coletivo insuficiente, tendo em vista a população muito numerosa.
- Má qualidade de vida devido à aglomeração excessiva de pessoas.
- Falta de estrutura de atendimento nos hospitais e postos de saúde - UPA tem espaço pequeno de atendimento.
- Conflitos entre usos residenciais e industriais, gerando poluição e incômodos à população por falta de atuação mais firme do poder público.
- Falta de segurança devido a crise social, desemprego, falta de áreas de lazer e crescimento desordenado da população.
- Faltam reservas de área para cemitério.
- Falta plano global especifico para todas as vilas e favelas.
- Falta criação de programa conjunto de fiscalização e controle das áreas de preservação ambiental.
- Isolamento dos bairros Olhos D'Água e Das Indústrias em relação à regional Barreiro como um todo.
- Descaso da Regional Barreiro com o meio ambiente: áreas florestais, nascente, praças, Parque Vila Pinho, controle da poluição.
- A não circulação da linha 3050 (Diamante–Hospitais) nos dias de domingo, não permitindo acesso ao Olhos D'Água/Pilar.
- Degradação e canalização dos corpos d'água (sub-bacias dos córregos Jatobá, Barreiro e Bonsucesso).
- Má vontade política e descaso em relação ao Parque das Águas (descontinuidade dos cursos profissionalizantes, ausência de transportes e não divulgação das atividades).
- Falta planejamento, investimento, conscientização para manutenção das áreas verdes da regional.
- Inclusão urbana de população carente gerou "exclusão social" (ex.: Vila Esperança, Corumbiara, CARDIOMINAS, Tirol).
- Depredação de escolas e do patrimônio público (ex.: Praça do Cristo e Praça da FEBEM).
- Segurança pública: não há polícia suficiente tampouco infra-estrutura.
- Atendimento da linha 100.
- Falta de participação popular na escolha dos administradores regionais e gerentes dos equipamentos públicos.
- Falta de acessibilidade aos equipamentos urbanos e serviços para os deficientes físicos.
- Falta de recapeamento das vias públicas.
- Inexistência de centros culturais, espaço de lazer em toda região Barreiro.
- Demora na implantação do metrô Barreiro.
- Construção de conjuntos habitacionais com carência de infra estrutura e equipamentos comunitários.
- Falta de incremento, de conservação e ampliação de parques ecológicos.
- Desarticulação viária entre Olhos d'água e região do Barreiro e bairros da regional Oeste. Idem Lindéia–Barreiro.
- Existe uma desarticulação no transporte público dentro da região do Barreiro (Cardoso, Lindéia, Independência etc.) e desta com as demais.
- A cidade informal tem mais privilégios (pavimentação, linhas de ônibus, saneamento etc.) do que a cidade formal.
- Ausência de rede de drenagem de águas de chuva em quase toda região.
- Falta de fiscalização e punição para indústrias poluentes (Mannesmann, Sical, Colortextil) e bota-foras irregulares.
- A região não comporta mais a implantação de conjuntos habitacionais de baixa renda (e/ou invasões) sem a devida infra-estrutura.
- Meio ambiente - desmatamento, poluição das fábricas (ar), poluição dos córregos.
- Emprego - não há oportunidades suficientes para os moradores da região.

- Saúde - faltam: prevenção, postos de saúde, pronto-socorro geral, profissionais.
- Segurança - falta policiamento, ocupação e educação da juventude.
- Faltam espaços de lazer e cultura.
- A linha férrea é um divisor da região; faltam pontos de transposição segura.
- O planejamento habitacional deve priorizar a demanda da região, através dos setores organizados.
- Falta conexão Lindéia–Barreiro.
- Falta de segurança: Lindéia, Vila Cemig, Vila Pinho, Novo das Indústrias e Vale Jatobá.
- Sistema viário sobrecarregado: Av. Visconde de Ibituruna, Sinfrônio Brochado, Olinto Meireles, Via do Minério, Tereza Cristina.
- Acesso deficitário para o bairro Novo das Indústrias para veículos e pedestres.
- Poluição e falta de parceria da Mannesmann para criação e manutenção de parques, jardins e praças.
- Inexistência de áreas de lazer; áreas verdes não aproveitadas (parques): Novo das Indústrias, Afonso Vaz de Mello - BHBUS, Parque das Águas.
- Falta de programa para controle dos assentamentos clandestinos ameaçando as áreas verdes.
- Ligação Barreiro–Centro de BH: acesso através da Av. Tereza Cristina. Necessária negociação com a Mannesmann.
- Ligações viárias internas deficientes: Pilar/Olhos D'água e Lindéia.
- Necessidade de mais atividades que gerem empregos, visando absorver a mão de obra da região (cooperativas, monitores ambientais e culturais, indústrias etc.).
- Os pontos de lazer e referência da região (Cristo, Serra do Rola Moça, Parque das Águas, Mirante etc.) não são reforçados pelo transporte, projetos educativos, estrutura de lazer, monitores etc.
- Dificuldades de algumas UP em receber novos moradores devido à deficiência na infra-estrutura (saneamento, transporte, saúde, educação, segurança, inclusão). Ex.: Lindéia.
- Há deficiências na área de lazer e cultura na região.
- Inexistência de ação mais efetiva na implementação dos Parques das Águas e Vila Pinho.
- Dificuldade de acesso entre os bairros - sistema viário insuficiente (Olhos D'água, Bairro das Indústrias, Vila Bernadete, Conj. Esperança).
- Falta de urbanização nos núcleos habitacionais existentes no bairro.
- Córregos extremamente poluídos - lançamento clandestino de esgoto doméstico e industrial e lixo: foco de doenças endêmicas.
- Descaso com a população ribeirinha: omissão do poder público, problemas na ocupação, poluição,, enchentes.
- Não existe contrapartida da Mannesmann pela utilização dos recursos hídricos da região.
- A população não se apropria direta ou indiretamente das nascentes.
- Falta de divulgação de cursos, lazer e acontecimentos na região por parte da Regional Barreiro.
- Não cumprimento do artigo 157, inciso 8º, Lei Orgânica Municipal, com relação ao passe escolar.

2 - PRÉ-CONFERÊNCIA CENTRO-SUL

2.1 - Temas gerais da cidade

2.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Existem projetos voltados para a Habitação.
- Existência de oportunidade de participação popular.
- Existe hoje uma presença mais efetiva do Poder Público.
- Aumento da área atendida pelo transporte coletivo.
- Apesar de não ser uma cidade pequena existe uma boa relação interpessoal de seus habitantes.
- Existência de fórum de discussão das políticas da cidade.
- A existência de vários pólos de comércio atraindo a população.

- Melhoria no transporte e construção de moradias para população de baixa renda.
- Parcerias do poder público com a iniciativa privada para revitalizar espaços públicos (ex.: Rua dos Caetés).
- Existência de espaços culturais e de lazer na cidade.
- Existência de lei de ocupação e uso do solo.

Preservação da Serra do Curral, parques e jardins em geral.

PONTOS NEGATIVOS

- Crescimento desordenado sem infra-estrutura e serviços.
- Processo de regulação muito lento, chegando a ficar inviável.
- Falta de continuidade dos projetos da PBH.
- Permissão excessiva de ocupação dentro do perímetro da Av. Contorno e seu entorno.
- O descumprimento da legislação urbanística tem provocado uma ocupação e uso do solo desordenados.
- O crescimento desordenado juntamente com as condições socioeconômicas do pais tem contribuído para aumentar a violência na cidade.
- A baixa atuação do poder publico nas vilas e favelas na área central e nas adjacências.
- Falta de planejamento do poder público para atuação em vilas e favelas.
- Falta de controle urbano nos becos e ruas, mesmo depois de urbanizados.
- O crescimento desordenado e ocupação do solo em áreas de risco da cidade se dando em conseqüência do êxodo rural, sem nenhuma providência para contê-lo (o êxodo).
- A invasão de área comercial na área residencial, sobretudo na Centro-Sul, trazendo poluição sonora.
- A inobservância da Lei do Uso do Solo e outras pertinentes ao assunto.
- Invasão dos espaços públicos e falta de fiscalização dos mesmos.
- Falta planejamento urbano (a nível da região metropolitana).

2.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Existência de legislação que regulamenta o comércio informal.
- Em algumas regiões como Barro Preto, aglomeração organizada do comércio atrai as pessoas.
- Criação e organização de minifeiras para o comércio informal.
- A diversidade de usos nos centros de comércios e serviços.
- A concentração de atividades nas vias principais dos bairros preserva a qualidade das áreas residenciais.
- O surgimento de comércio local dentro dos bairros e nas vias é bom, pois evita deslocamentos e desperdícios.
- A legislação atual que permite a instalação de comércios e serviços nos bairros.
- A proximidade das atividades facilita a vida das pessoas.
- A existência de centros como Barreiro e Venda Nova.
- Diversificação das atividades no centro da cidade.

PONTOS NEGATIVOS

- Algumas regiões estão carentes de comércio/serviço, aumentando os deslocamentos.
- Falta cumprimento de legislação que regulamenta o comércio informal.
- Falta maior descentralização dos comércios e serviços.
- O policiamento é deficiente.
- Apesar de existir comércio local nos bairros, os preços ainda não são competitivos e as pessoas acabam se deslocando para o centro.
- Os deslocamentos para o centro causam aumento de trânsito nas vias principais e perda de tempo desnecessária.
- O custo com o transporte para o hipercentro é elevado.
- Os serviços de saúde e educação são insuficientes na periferia (não são priorizados).

- Comércio e serviços na periferia são incompletos, de pior qualidade e mais caros.
- Falta de fiscalização das atividades comerciais e de serviços na cidade (ausência de alvarás), assim como falta de sensibilidade de alguns administradores.
- Falta de planejamento quanto à distribuição de atividades.

2.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Criação de taxi-lotação e ônibus suplementar.
- O metrô atende suficientemente à população (rápido, seguro, barato).
- Trânsito mais eficiente com medidas da BHTRANS (mais econômico e mais rápido). Ex.: Projeto PACE.
- Adoção de medidas de trânsito ao invés de obras físicas.
- Existência de canal de participação aberto pela Prefeitura, envolvendo a população.
- Existência de política de organização dos camelôs e toureiros.
- Existência do serviço de metrô integrada ao ônibus.
- Implantação de ruas em vilas e favelas, com serviços de microônibus onde existiam ravinas.
- Implantação dos espaços reservados para cadeiras de roda e ônibus de piso baixo foi ótimo.
- Sistema de trânsito é bom para os moradores do centro da cidade.
- O transporte de metrô é viável, rápido, seguro e eficiente. Sugestão: deve-se ampliar as linhas de metrô.
- Obras viárias realizadas pela BHTRANS, inclusive quarteirões fechados, facilitando o convívio e trânsito dos pedestres.
- Presença de controladores de velocidade, diminuindo as mortes por acidente e atropelamentos.
- O traçado atual do metrô atende somente a uma pequena parte da população.

PONTOS NEGATIVOS

- Faltam vias transversais e perimetrais para evitar a passagem pelo centro.
- Despreocupação com pedestre: tempo dos sinais, não sincronia nos cruzamentos de avenidas e insegurança.
- Tolerância com carga/descarga e paradas irregulares (estacionamento proibido). Ex.: caminhões de bebida.
- Anistia de multas com muita tolerância.
- O metrô não atende as muitas áreas da cidade.
- Grande conflito de atividades e equipamentos na área central.
- O sistema de transporte coletivo (ônibus) não oferece quadro de horários que atenda ao usuário.
- A Administração não conseguiu negociar com os perueiros, identificando os que teriam condições de prestar o serviço.
- Má qualidade das vias de acesso, principalmente as mais utilizadas, e má colocação dos pontos finais dos ônibus.
- Não existe bom relacionamento e respeito entre os usuários do transporte coletivo e os funcionários das empresas de transporte.
- Sistema de ônibus precário sob os aspectos de segurança, qualidade e quantidade (período de pico, noturno, feriados e finais de semana).
- Nos enfoques: tempo de travessia, abertura e fechamento dos semáforos, falta maior atuação da BHTRANS.
- Falta de fiscalização na utilização das vias públicas.
- Faixa de estacionamento em frente aos hotéis, condomínios, escolas, hospitais etc.

2.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- Há valorização do patrimônio cultural de Belo Horizonte. Ex.: Serra do Curral.
- Existem espaços que refletem a vocação e identidade cultural de Belo Horizonte. Ex.: Feira da Av.

Afonso Pena.

- Existem espaços de convivência bem cuidados e apropriados pela população. Ex.: Praça JK, Barragem Santa Lúcia, Praça da Liberdade, Assembléia.
- Parceria da PBH com a iniciativa privada para a manutenção dos espaços públicos.
- Transferência do direito de construir como instrumento de incentivo à preservação dos imóveis de interesse cultural.
- CRP e Conferência de Política Urbana como instrumentos de participação popular.
- Voluntariado com participação da população na solução dos problemas comuns.
- Há um esforço por parte do poder público em democratizar os espaços da cidade.
- Maior interesse do poder público em reformar praças e parques.
- Há um esforço por parte da Prefeitura em aumentar a segurança nos espaços públicos.
- Existência da Lei Municipal de apoio à cultura.
- Tombamento de edificações do nosso patrimônio histórico e cultural e isenção do IPTU visando sua preservação.

PONTOS NEGATIVOS

- Existência de espaços públicos sujos, poluídos, mal cuidados, feios e pichados. Ex.: Área da Rodoviária, Av. Amazonas, Antônio Carlos, Hipercentro.
- Não há conscientização para formação de laços afetivos com a cidade.
- Sinalização insuficiente nos monumentos históricos e nas ruas.
- Espaços públicos de convivência encontram-se destruídos. Ex.: barracas de camelôs, bancas de revistas.
- Poucas parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para utilização de espaços públicos: necessário incentivar.
- Faltam campanhas educativas (pichação , lixo etc.) Ex.: "Sujismundo".
- Falta de policiamento nos espaços públicos.
- Inexistência de sanitários.
- Falta de espaço público para lazer e cultura da comunidade.
- Falta investimento nos espaços públicos para transformar praças em locais de lazer e cultura.
- Ocupação irregular em ruas e áreas de preservação: falta fiscalização.
- Há um "superadensamento" nos passeios e ocupação desordenada desses espaços (excesso de equipamentos, ambulantes, poluição visual).
- Falta segurança, limpeza, sanitários públicos e condições de acessibilidade para deficientes nos espaços públicos.
- Fiscalização dos espaços públicos é deficiente, possibilitando a ocupação indevida.. Ex.: lei para toureiros é mais rigorosa que para os camelôs.
- Falta de uma política para a utilização dos espaços públicos, culturais, assim como dos imóveis tombados.
- Destruição do nosso patrimônio cultural, assim como falta de fiscalização.

2.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- Existência de um sistema de coleta de lixo eficiente (reciclagem de lixo) em desenvolvimento.
- Posicionamento geográfico privilegiado (BH está dentro da Serra do Curral).
- Existência de áreas verdes (parques, praças e áreas de lazer).
- Investimentos da PBH e Estado em vilas e favelas (tratamento de esgotos, coleta de lixo, saneamento de córregos e ravinas etc.).
- No transporte e trânsito, melhoria da qualidade de vida com: ampliação da linha do metrô, integração metrô ônibus, controle inteligente dos semáforos com diminuição dos congestionamentos.
- Existem áreas preservadas no centro e nos bairros (Praça da Liberdade, Assembléia, Barragem Santa Lúcia, Parque Municipal e das Mangabeiras etc.).
- Presença da Serra do Curral no espaço urbano de Belo Horizonte.

- Revitalização das praças e áreas verdes.
- Preservação do Parque Municipal na área central.
- Implantação do DRENURBS, criação da ETE Arrudas, projeto Manuelzão.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de lixeiras de limpeza, sanitários públicos (Pipi-Móvel - apoio PBH e Polícia Militar).
- Falta de decisão e omissão da PBH na conscientização e educação da população para preservação e limpeza.
- Falta de acompanhamento da própria população na preservação de áreas verdes (apoio PBH e policiamento).
- Existem poucas áreas verdes de pequeno porte e mais disseminação na cidade. (sic)
- Falta fiscalização na ocupação de áreas verdes: Invasão por moradias e outdoors.
- Em bairros, vilas, favelas e conjuntos recém construídos: invasão de becos e ruas recém urbanizadas por falta de fiscalização, falta de iluminação e coleta de lixo (Conjunto Serrano, Granja de Freitas etc.), falta de limpeza de alguns bairros centrais (Barro Preto).
- Degradação e poluição dos "Cartões postais ambientais" da Cidade: praça Raul Soares, assoreamento da lagoa da Pampulha, poluição do rio das Velhas e ribeirão Arrudas etc.
- Falta de educação ambiental (vandalismo, depredação, falta de respeito coletivo). Necessidade de incluir a educação ambiental no curriculum escolar e promover eventos culturais voltados para a questão ambiental em praças e parques de toda cidade.
- Poluição ambiental gerada por veículos, em geral pesados e mal conservados, comprometendo a qualidade do ar.
- A cidade não desenvolveu a tempo um planejamento e controle das antenas de telefonia celular (poluição eletromagnética).
- Falta limpeza dos bueiros, becos, córregos e da lagoa da Pampulha.
- A rede de esgoto das vilas e favelas é deficitária.
- Carência de áreas verdes na cidade, pouca permeabilidade e falta de replantio de árvores no Município.
- Falta de política de conscientização ambiental da população.
- Poluição sonora, atmosférica e visual.

2.2 - Temas específicos da região

2.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento

Pontos Positivos

- Boa infra-estrutura de bens e serviços: hospitais, escolas, transporte coletivo, bancos, espaços de lazer e cultura.
- A existência das feiras livres e de artesanato, dando oportunidade ao artesão, gerando empregos, renda e promovendo turismo.
- Boa manutenção da SLU na região.
- Criação de linhas suplementares e taxi-lotação, favorecendo a população.
- Trabalho da BHTRANS, favorecendo o trânsito com economia e inteligência.
- A região apresenta uma maior oferta de trabalho.
- Existência do comércio formal e informal que dão oportunidade de emprego para muitos.
- Existência das campanhas culturais deveriam, no entanto, ter preços mais acessíveis.
- Existência de áreas verdes, praças, parques (Mangabeiras, Municipal).
- Infra-estrutura básica de saneamento boa e funcional, com exceção de vilas e dos aglomerados.
- Existência de nascentes de água (Mata da Borboleta, Vila Fátima, Marçola e Barragem Santa Lúcia).
- Centralização do comércio na regional Centro-Sul.
- Existência da Lei de Uso do Solo - 7166/96.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta segurança para população na região central.
- Exploração do trabalho infantil nas ruas do centro.

- Poluição visual, pichações, letreiros etc.
- Vias de pedestres ocupadas por comércio e outras atividades que dificultam a circulação.
- A malha viária não comporta o trânsito, causando congestionamento em diversos pontos da cidade (região Centro-Sul).
- Infra-estrutura está saturada (rede de esgoto, água, luz).
- Inexistência de políticas de geração de renda.
- Falta de segurança em toda a regional.
- Existência do desemprego, principalmente para a juventude e para a idade madura.
- Demora na titulação de vilas e favelas.
- Não aproveitamento, com a conseqüente contaminação e abandono, das nascentes existentes na região Centro-Sul.
- Permissão de construção de prédios muito altos, comprometendo o meio ambiente e qualidade de vida.
- Concessão indiscriminada de alvarás comerciais em áreas residenciais.
- Existência de 2 grandes aglomerados (Serra, Santa Lúcia), gerando violência pela falta de emprego e moradia digna, educação, saúde etc.
- Ação das mineradoras, destruindo a Serra do Curral (degradação ambiental).

2.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- A regional tem uma iluminação pública suficiente.
- Transporte coletivo na região atende à demanda da população.
- Boa oferta de opções de lazer em espaços públicos.
- Trabalho de coleta de lixo e varrição de ruas é eficaz.
- Resgate do corpo de bombeiros é "nota mil".
- A região Centro-Sul é a mais bem servida de recursos (comércio e serviços) da cidade.
- A região Centro-Sul é bem servida de áreas de lazer (praças e parques) e ainda tem grande potencial.
- A presença de instalação de Corpo de Bombeiro e várias companhias de polícia dentro da região.
- A descentralização de atividades criou os *shopping centers* que possibilitam segurança e conforto.
- Parque Municipal: atende a um maior n.º de visitantes que o Parque das Mangabeiras.
- Bem atendido por equipamentos: parques, Minas Tênis (ginásio novo), Praça da Liberdade.
- Mercado Central: qualidade de espaço e boa localização.
- Restaurante Popular: qualidade boa confiável.
- Atividades promovidas pela PBH ao ar livre: feiras, serestas, Serraria Souza Pinto, teatros.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta mais segurança e atenção do poder público com as praças (ex.: Praça Floriano Peixoto, Praça Raul Soares).
- Falta de respeito e vandalismo da população com as praças e equipamentos urbanos.
- As calçadas estão em péssima condição de uso (ex.: degraus e caixas elevadas).
- Comércio informal no hipercentro está totalmente desorganizado.
- Poucas áreas verdes na região.
- A saída de algumas atividades do centro da cidade causou o seu sucateamento, tornando-o inseguro (ex.: cinemas).
- Localização inadequada da Rodoviária que causa transtornos para o trânsito, principalmente em vésperas de feriado.
- A localização inadequada da área hospitalar que dificulta o acesso de veículos de emergência.
- A forma atual de embarque e desembarque nas grandes escolas causa grandes transtornos para o seu entorno e para o trânsito.
- A legislação atual não consegue controlar os incômodos provocados pelas atividades já aprovadas e em funcionamento, como escolas e hospitais.
- Poluição visual, faixas, pichações.

- Má conservação do Palácio das Artes.
- Falta sinalização de orientação na vias públicas.
- Degradação dos espaços da periferia do hipercentro (má iluminação).
- Desorganização nas portas das escolas - fila dupla. Ausência de sinalização de segurança nas escolas públicas (ex.: Promove, EM Pedro Aleixo, na Av. Bandeirantes).

2.2.3 - Tema Livre

PONTOS POSITIVOS

- Projetos de intervenção no trânsito da região realizados pela BHTRANS. Ex.: PACE.
- Presença de centros comerciais especializados, criando a "vocação" da cidade e promovendo a circulação do dinheiro e a criação de empregos. Ex.: Barro Preto.
- Organização do comércio informal em minifeira, liberando as calçadas e melhorando a estética urbana.
- Redução do número de menores infratores nas ruas do centro e bolsa escola.
- Há um bom número de áreas de lazer, praças e parques na região.
- Concentração da oferta de serviços e produtos no centro.
- Existência de espaços públicos bem conservados. Ex.: Afonso Pena e Augusto de Lima.
- Revitalização do patrimônio natural e histórico. Ex.: Serra do Curral e prédios históricos.
- Concentração de espaços culturais e de lazer. Ex.: Museu Abílio Barreto.
- Transporte público de qualidade. Ex.: ônibus amarelinho.
- Facilidade e boa oferta de comércio e serviços prestados (Ex.: *shoppings*, Mercado Central, feiras e Restaurante Popular).
- Existência de área de lazer. Ex.: Parque Municipal e Praça da Liberdade.
- Criação de microônibus, atendendo à população que mora em lugares de difícil acesso.
- Concentração do patrimônio histórico-cultural na Centro-Sul. Ex.: Praça da Estação, Museu Abílio Barreto.
- Criação de policiamento de vias urbanas (cabines "POV").
- Criação do Restaurante Popular.
- Existência de planejamento do sistema viário pela empresa de gerenciamento de trânsito.
- Implantação de espaço próprio para deficiente no transporte coletivo.
- Implantação de guaritas da Polícia Militar.
- Existência de política de preservação do patrimônio histórico da cidade.
- Fiscalização de vias públicas agindo de forma mais educativa - menos agressiva.
- Microônibus em aglomerados.
- Instalação de receptadores para a coleta seletiva de lixo.
- Criação do sistema de taxi-lotação.
- Não exigência de passagem dos moradores dentro dos aglomerados, por questão de segurança.
- Restaurante Popular.
- Boa oferta de equipamentos urbanos devido à proximidade da área central (parques, escolas, hospitais, comércios e serviços).
- Programas de abastecimento popular nos bairros, centro e vilas (Programa ABC).
- Áreas de lazer, quadras, rádios comunitárias, teatros, esportes e manifestações culturais nas comunidades, bairros e vilas.
- Metrô como serviço de primeira qualidade. Seria bom ter mais linha e estações.
- A presença do Parque das Mangabeiras e Serra do Curral como forma de preservação do meio ambiente.
- Integração BHBUS: centro da cidade com os bairros vizinhos.
- Trabalho prestado pela SLU na Centro-Sul é digno, inclusive a criação da ASMARE.
- Implementação do eixo cultural " Bahia é Viva".
- Implantação do comitê Manuelzão no córrego Acaba Mundo.
- A existência da Praça da Liberdade (bem cuidada).

- Boa organização do trânsito.
- Presença da Rodoviária na Centro-Sul.
- Presença de áreas de convívio.
- Presença do patrimônio histórico na região Centro-Sul.
- Maior integração entre a PBH e a população carente.
- A vocação cultural de BH foi mais incentivada nos últimos anos (ex.: mais cinemas, teatros, estádios).
- Restaurante popular melhorou preço e qualidade da comida.
- A cidade está mais bonita e mais limpa (reformas de praças e parques). As vilas estão mais cuidadas.
- Manutenção da Feira de Artesanato e da Feira de Alimentação.
- Existência de projetos de parceria entre o poder público e privado para manutenção das praças e jardins.

PONTOS NEGATIVOS

- Adensamento e verticalização do Belvedere, gerando pressão/sobrecarga na BR 040 / Nossa Senhora do Carmo.
- Caos no trânsito na região hospitalar em virtude do atendimento de toda a RMBH e do Estado.
- Falta de segurança na região. Ex.: grande incidência de pequenos furtos no hipercentro.
- Ineficiência no trabalho de limpeza e desobstrução das bocas-de-lobo da região central.
- Arborização deficiente e mal distribuída (centro). Ex.: Rua Caetés.
- Falta fiscalização das atividades de concessionárias em vias públicas (COPASA MG, telefone, luz etc.).
- Degradação urbana do hipercentro.
- Falta urbanização: drenagem, esgoto, luz, principalmente em vilas e favelas.
- Falta segurança em toda região.
- Ocupação desordenada (verticalização excessiva). Ex.: Santo Agostinho, Lourdes, Belvedere.
- Má distribuição de transporte coletivo pela BHTRANS. Ex.: poucas linhas com grande número de usuários e vice versa; bairros privilegiados e outros quase sem transporte.
- Falta de planejamento e fiscalização adequada em relação à especulação imobiliária, prejudicando o ecossistema. Ex.: Belvedere III.
- Grande concentração de ônibus no hipercentro devido à falta de vias alternativas que não passem na área central (provocando congestionamento e poluição).
- Grande poluição atmosférica e deficiência na limpeza urbana. Ex.: mal cheiro da Santa Casa; Avenida dos Andradas e Rodoviária (área central).
- Falta de fiscalização e manutenção das vias públicas, inclusive em obras realizadas no espaço público por outras empresas.
- Lentidão na aprovação/legalização de obras.
- A carga do IPTU é muito pesada, considerando a situação de renda das classes baixa e média e a depreciação dos imóveis, inclusive em ZP e ZPAM.
- Falta de política de inclusão para portador de deficiência.
- Falta de política de geração de empregos para jovens carentes.
- Falta de investimento do poder público para as iniciativas culturais e de lazer em vilas e favelas.
- Falta de atendimento aos problemas das áreas de risco.
- Falta de segurança, prejudicando a mobilidade.
- Instalação desordenada das antenas de telecomunicações.
- Investimentos inadequados em obras de trânsito (trevo do Belvedere e Avenida Bandeirantes) e falta de investimentos.
- Falta de integração do transporte metropolitano (PBH x DER).
- Taxi-lotação: inexistência de passe livre; fila dupla (Av. Afonso Pena e Contorno).
- Praças, parques, ruas: falta de segurança, falta de manutenção.
- Falta de equipamentos, precariedade, no espaço físico; pouca sensibilidade no atendimento e falta de medicamentos nos postos de saúde.
- Falta melhorar política de habitação, facilitando acesso ao pretendente a uma casa nos conjuntos da Prefeitura, inclusive para os moradores de vilas.

- Vagas escolares para o ensino fundamental público, no 3º turno, são prejudiciais por motivo de segurança.
- Falta de opção de lazer gratuito, apoio, capacitação profissional para crianças, adolescentes e adultos (inclusão social).
- Nos ônibus: falta de segurança (assalto); falta de conforto (ônibus lotados); discriminação com idosos e portadores de deficiência (motoristas, passageiros e cobradores).
- Falta fazer cumprir a lei para a limpeza de lotes e construção de muros e calçadas.
- A atuação do Conselho Tutelar é deficiente em relação às crianças e adolescentes de rua, no centro da cidade.
- A poluição visual provocada pelos outdoors e pichações na região sul da cidade.
- Falta de urbanização das vilas e favelas na Centro-Sul.
- Violência policial nas vilas, favelas, no centro, sendo maior nas vilas e favelas.
- As intervenções da COPASA MG executadas na Centro-Sul tornam-se obras ineficientes e inacabadas.
- Falta de fiscalização no comércio, inclusive nas vilas e favelas, e falta de legalização das minifeiras.
- Faltam manutenção e preservação das praças e dos parques da Centro-Sul.
- Falta de segurança e de preparo da polícia na ação com relação às favelas.
- Praça da Estação tem grande importância na malha urbana de BH (necessita urgentemente ser cuidada).
- Soluções eficientes para as vilas e favelas.
- Organização da ocupação dos espaços públicos, do trânsito, do comércio ambulante e limpeza urbana.
- Organização das minifeiras, das condições de trabalho, saúde e segurança.
- Número de ambulantes licenciados é insuficiente (há mais de 8 anos não há licitação - rever os critérios).
- Espaço dentro dos ônibus para pessoas deficientes e idosos é insuficiente. O transporte alternativo ainda é deficitário.
- Demandam maior atenção por parte da Prefeitura: calçamentos (vias de pedestre), limpeza pública,, manutenção de equipamentos, como escolas (ex.: Colégio Pedro II), praças, árvores (ex.: na Tupis todas as árvores estão doentes), banheiros públicos e conservação dos córregos (ex.: o Arrudas usado como depósito de lixo).
- Comércio ficou prejudicado com a saída dos comerciantes atacadistas.
- Policiamento é insuficiente. Sugestão: criação de sentinelas policiais a cada 200 metros.
- Falta conscientização e educação da população sobre limpeza urbana e fiscalização dos "mosquitinhos" distribuídos no centro da cidade.
- Falta divulgação dos parques existentes na Centro-Sul.

3 - PRÉ-CONFERÊNCIA LESTE

3.1 - Temas gerais da cidade

3.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Participação popular nas discussões sobre a cidade.
- Melhoria da quantidade dos assentamentos de famílias.
- Melhoria do acesso da população, devido à descentralização (regionalização) da PBH.
- A participação popular na discussão das regras para a cidade.
- A possibilidade do pequeno comércio nas áreas residenciais.
- A verticalização, desde que sejam garantidas as condições necessárias.
- Aprovação e implantação do Estatuto da Cidade.
- Pré-Conferência de Política Urbana com "participação popular" na construção da cidade.
- Incentivo público à política habitacional.
- Criação do Plano Diretor de BH e Lei de Uso e Ocupação do Solo.

- Adoção do "Índice de qualidade de vida urbana" (IQVU) que permite analisar as condições de qualidade de vida da cidade e da população.
- Orçamento Participativo e Conferências facilitam a inclusão de comunidades menos favorecidas.
- Projetos de urbanização e regularização das favelas estão inibindo o processo de expulsão, proporcionado pelo crescimento urbano.
- Abertura de ruas em favelas ajuda a combater a criminalidade.
- Metrô: facilitou e melhorou o transporte público.
- Implantação dos zoneamentos de BH.
- OP Moradias e OP obras de infra-estrutura.
- Boa qualidade das moradias - conquistadas no OP.
- Plano Global Específico das Vilas e Favelas.

PONTOS NEGATIVOS

- Má qualidade dos serviços prestados à população. A população tem aumentado e os serviços (transporte, saúde, educação, segurança etc.) continuam deficitários.
- Falta de planejamento integrado na infra-estrutura metropolitana.
- Falta de comprometimento dos políticos (Executivo e Legislativo) na execução das leis sobre crescimento urbano, planejamento e inclusão.
- Existência de duas cidades, a formal e a informal. Inexistência de leis para a cidade informal.
- Exclusão de parte da sociedade por falta de condições de acesso à cidade formal.
- Ineficácia do poder público em fazer cumprir as leis.
- O desrespeito da sociedade no cumprimento das leis, em virtude da não punição.
- A não regulamentação das leis.
- Verticalização acelerada na cidade (inclusive em favelas), diminuindo a qualidade de vida urbana.
- Ausência de contrapartida técnico-financeira do setor privado ao déficit habitacional.
- Crescimento demográfico e ocupação desordenada, com centralização dos serviços em função da falta de planejamento e de integração da região metropolitana de Belo Horizonte (Grande BH).
- Falta um melhor planejamento para melhoria das vias de acesso, principalmente em vilas e favelas.
- Invasão de terrenos públicos, por particulares, com o objetivo de exploração financeira ("grileiros").
- O crescimento urbano é feito sem planejamento eficiente.
- O centro é importante, mas ele sempre recebeu mais investimentos em infra-estrutura urbana, o que atrai até hoje mais gente para essa área.
- Há falha de investimentos públicos nas áreas periféricas.
- Falta conclusão dos conjuntos e integração com saúde, lazer, educação, abastecimento e segurança.
- Adensamento em conseqüência da verticalização.
- Aumento da criminalidade e da violência.
- Especulação imobiliária traz a descaracterização de áreas tradicionais.
- Por falta de manutenção e fiscalização do controle do crescimento urbano as obras do OP estão ficando deterioradas (especialmente em vilas e favelas).
- As áreas mais nobres da cidade têm preferência no uso dos recursos públicos.

3.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Riqueza e variedade cultural muito grande: existem muitos artesãos e artistas locais, talentos latentes.
- Existem espaços que podem ser ocupados nas regionais (áreas livres).
- Nos últimos anos, houve algumas melhorias na distribuição das atividades (prefeitura, comércio e serviços).
- A localização dos camelôs em um local específico.
- Presença de pólos comerciais e de serviços nos bairros, desafogando o hipercentro (ex.: Barreiro, Floresta, Sagrada Família etc.).
- A existência da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

- A participação popular na discussão dos temas da cidade.
- A descentralização na administração da cidade (administrações regionais).
- Historicamente, já vem se dando a descentralização do comércio da área central (atacado e varejo) apesar de ser insuficiente.
- Espaço da PMBH de discutir o desenvolvimento da cidade de forma metropolitana.
- Descentralização dos serviços públicos para atender aos usuários locais.
- Participação popular ajuda no crescimento da cidade.
- Grandes eventos dentro de BH favorecem geração de trabalho e rendas.
- Criação de *shoppings* regionais (Del Rey, Minas, Norte etc.) como marcos para o comércio local.
- Crescimento, mesmo que lento, do comércio / serviço nas vias coletoras.
- Grande crescimento do comércio do Barro Preto (comércio especializado).
- Descentralização dos serviços administrativos da prefeitura para as Regionais.

PONTOS NEGATIVOS

- As atividades estão mal distribuídas, concentradas em poucos bairros. Alguns bairros não têm comércio, indústria e serviços locais.
- Não existem espaços de trabalho nas áreas periféricas (oficinas, reciclagem, núcleos de treinamento de arte e artesanato).
- Falta infra-estrutura para aproveitar as potencialidades locais (oficinas, cooperativas, capacitação, profissionalização, maquinário etc.).
- Os órgãos públicos devem fomentar áreas para os pequenos negócios descentralizados, com recursos,, empréstimos, treinamento, verba e valorização. É necessário incrementar emprego onde o povo está.
- Falta garantir que as grandes empresas paguem os impostos para serem revertidos em benefício da população: melhor fiscalização com orientação e divulgação.
- Presença de comércio informal (camelôs) no hipercentro, fora de locais determinados para este comércio.
- Forte concentração de atividades comerciais no hipercentro, trazendo congestionamento no trânsito.
- Falta de atividades de serviços (principalmente de alimentação de qualidade) para atender à população que freqüenta os hospitais.
- Falta de divulgação da rede de serviços públicos (principalmente os de saúde).
- Os serviços de atendimento de urgência são concentrados na área central.
- Nem todos os bairros têm uma quantidade suficiente de escolas de ensino médio.
- A concentração do comércio, serviços e atendimento no centro da cidade.
- Descentralização ágil dos serviços públicos.
- Falta de atividades de comércio, cursos profissionalizantes e frente de trabalho nos bairros e periferias.
- Falta de infra-estrutura e qualidade de vida nos bairros periféricos (condições de trânsito, policiamento, urbanização, escolas e outras).
- Falta criação de comércio de baixo custo como alternativa para comunidade dos bairros periféricos (ABC, Armazém da Prefeitura e outros).
- Falta de incentivo ao pequeno comerciante e à produção cultural.
- A distribuição do comércio / serviço ainda é muito irregular. Em algumas regiões, o comércio é carente e não é diversificado.
- Geração de renda / emprego na cidade fica comprometida por excluir "das regiões" alguns tipos de atividades, principalmente devido à 'restrição da legislação" (ex.: atividade de marcenaria - poluição sonora).
- A localização das atividades não atende à população na medida em que estas ainda são muito distantes da moradia e o empregador não está disposto a pagar o deslocamento.
- Os serviços médicos continuam centralizados. Os postos de saúde regionais não atendem à demanda.

3.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Criação das linhas bairro a bairro, implantação do metrô, integração ônibus / metrô.

- Criação da passagem livre para idosos e deficientes, do curso para os motoristas e para os cobradores de ônibus.
- Criação do corredor para ônibus (vias de acesso para ônibus).
- Melhorou asfalto e sinalização.
- Piso baixo, facilitando para os deficientes e idosos.
- A qualidade do transporte coletivo (ônibus e metrô): limpos; motoristas, trocadores e passageiros melhoraram o relacionamento.
- Ônibus "bairro-a-bairro" foi uma melhoria para a cidade.
- Criação de BHBUS foi uma excelente solução para o transporte coletivo de BH.
- A política adotada pela prefeitura de BH quanto ao transporte alternativo ("peruas" e taxi).
- Intervenções feitas pela BHTRANS para melhorar o trânsito na área central e imediações.
- Implantação do metrô e os projetos de ampliação.
- Implantação das estações de integração.
- Renovação da frota.
- Linhas perimetrais e suplementares atendem à população.
- Criação das linhas diametrais (bairro-a-bairro).
- O metrô - apesar de não atender, ainda, à grande maioria da população.
- Projeto BHBUS (ex.: criação das Estações Diamante, São Gabriel e Venda Nova).
- Criação do transporte suplementar e das linhas circulares regionais.
- Criação das comissões locais de transporte.

PONTOS NEGATIVOS

- Desrespeito ao usuário do ônibus no espaço reservado a idosos, deficientes, grávidas.
- Falta política de financiamento para o transporte público (hoje só usuário é quem paga a passagem). Há gratuidades indevidas sem o repasse para o sistema municipal.
- Má conservação, atraso, superlotação dos ônibus e sinalização deficitária das vias.
- Falta de acessibilidade para os deficientes físicos.
- Ausência de segurança dentro dos ônibus devido à violência urbana (assaltos).
- Sinalização - deixar funcionários nos pontos estratégicos para poder solucionar os problemas de "apagão".
- Falta de comunicação dos itinerários dos coletivos e pontos de ônibus.
- Falta de integração do metrô com o transporte coletivo por ônibus em todas as estações de metrô.
- Congestionamento na área central: excesso de concentração de linhas de ônibus em determinados trajetos e horários.
- Falta de participação da população nas decisões ligadas às questões de trânsito.
- Frota de ônibus pequena para sábados e domingos.
- Falta de integração ônibus/metrô (ex.: Taquaril e Vera Cruz não têm ônibus para chegar ao metrô).
- Falta de grandes corredores para facilitar o trânsito da grande BH, sobrecarregando as vias existentes (ex.: ruas Platina e Niquelina).
- Grande volume de tráfego, em geral, no centro da cidade (carros, táxis, ônibus).
- Trajeto dos coletivos nas ruas dos bairros: planejamento inadequado.
- Desorganização da identificação dos coletivos.
- Demora nos pontos de ônibus e nas viagens, promovendo superlotação.
- Faltam ônibus integrados às estações do metrô.
- Tarifa do transporte coletivo é alta, considerando a linha bairro-a-bairro (diametral), sendo que a maioria da população se locomove até o centro (radial).
- Linha de metrô é restrita à cidade de BH e não atende à Região Metropolitana.
- O trânsito na área central fica muito sobrecarregado devido ao grande número de ônibus que convergem para o centro.
- Falta integração do ônibus com o metrô nas estações.
- Concentração do tráfego do transporte coletivo em vias que não têm capacidade.

3.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- Instrumentos urbanísticos e instâncias de gestão de políticas públicas.
- Há espaços públicos e acesso livre a eles.
- Boa infra-estrutura, preservação, manutenção e conservação de alguns espaços públicos.
- O interesse de parcerias que ajudam no processo de conscientização e valorização dos espaços culturais e sua preservação.
- Há praças e áreas públicas em alguns bairros da Região Leste.
- Boa arborização e boa ventilação.
- Aproveitamento de áreas lindeiras para construção de parques (ex.: Parque do Centenário).
- Bons espaços públicos de convivência social e de lazer (ex.: Parque das Mangabeiras, Parque Municipal, Jardim Zoológico).
- Manutenção e ampliação do patrimônio cultural (ex.: Serraria Souza Pinto, Museu de Arte Moderna).
- Conservação das vias públicas (ex.: Avenida dos Andradas, Av. Paraná).
- Manutenção e incentivo à preservação das feiras de artesanato, alimentação e lazer (ex.: cultural e turístico).
- Belo Horizonte, hoje, incluída no circuito turístico e cultural, viabilizou, em seus espaços públicos, o acesso da população à cultura.
- Parceria nas ações entre o poder público, a comunidade e a iniciativa privada.
- Incentivo das escolas à visitação dos espaços públicos e patrimônios culturais.
- Equilíbrio geográfico dos espaços públicos.
- Promoção da cultura local nas periferias.
- Visitação aos espaços públicos aumenta a autoestima da população.
- Restauração e conservação de prédios públicos (ex.: Mercado da Lagoinha, Serraria Souza Pinto etc.).
- Aumento de eventos, exposições, festivais, shows nos espaços públicos com oferta de "cortesias" à população carente em eventos pagos.
- Parceria entre iniciativa pública e privada na manutenção e conservação de praças e jardins.
- Criação do CEVAE e Centro Cultural de Santa Tereza.
- Criação do Conselho do Patrimônio.

PONTOS NEGATIVOS

- A taxação de espaços públicos dificulta o acesso dos pobres.
- Falta maior investimento e planejamento para criar e melhorar, nos bairros, o uso de espaços públicos, destinados a esporte, lazer etc.
- Falta divulgação ampla dos espaços existentes e da programação dos eventos.
- Ausência de segurança nos espaços públicos.
- Não há sincronia entre os diversos órgãos públicos na execução de obras, descaracterizando o espaço e o patrimônio público.
- Falta policiamento e assistência ao munícipe.
- Faltam mobiliários, como banheiros e bebedouros, nos pontos estratégicos da cidade.
- Cobrança de ingressos em espaços públicos e culturais (ex.: Zoológico, Parque Mangabeiras e Museu de Arte Moderna).
- Falta de segurança nos espaços públicos (ex.: Parques Municipal e Mangabeiras).
- Carência de projetos de educação para a conservação dos espaços públicos (ex.: cursos e treinamentos).
- A exploração de campos de futebol amador, públicos, por particulares.
- A centralização das feiras de artesanatos e alimentação na área central da cidade.
- Poluição visual.
- Má conservação das praças - falta de equipamentos. (ex.: sanitários, aparelhos de recreação).
- Divulgação e acessibilidade.
- Falta fiscalização e conservação dos patrimônios públicos pela PBH.
- Falta conscientização da população na conservação do patrimônio.

- Falta de segurança nos espaços públicos: existe violência, vandalismo, pichação, depredação dos monumentos públicos.
- Espaços culturais e de lazer concentrados na região Centro-Sul e em menor número - com tratamento diferenciado - em outras regiões.
- Desativação dos cinemas da área central com transferência para os *shoppings*.
- Falta de infra-estrutura e equipamentos nos espaços públicos.
- Falta de controle, fiscalização, manutenção e sustentação das decisões do Conselho do Patrimônio.

3.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- Criação da SEMAD (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais Sustentáveis).
- Existência da ASMARE.
- Inauguração da ETE Arrudas.
- Criação do DRENURBS, atuação do projeto Manuelzão e OP.
- Escolha e preservação da Serra do Curral como símbolo de Belo Horizonte.
- Existência de nascentes limpas em áreas ambientais (Mata da Baleia, Serra do Rola Moça).
- Existência de várias áreas de preservação (ex.: Parque Municipal, Parque Mangabeiras, Parque Lagoa do Nado, Mata do Sanatório).
- Existência da estação de tratamento de lixo da SLU (BR 040) e da ETE (Estação de Tratamento de Esgotos).
- Recuperação da lagoa da Pampulha e bacia do Onça.
- Recuperação de parques, praças e jardins (canteiros centrais).
- Limpeza urbana (melhoria) (ex.: Aterro Sanitário Metropolitano, inclusive).
- Programas de tratamento e recuperação das bacias hídricas (Pampulha, Arrudas, córregos).
- Parceria com empresas privadas para preservação de praças e criação de canteiros centrais.
- Urbanização de vilas e favelas.
- Integração entre parques e comunidades (divulgação de preservação, cursos etc.).
- Recolhimento e coleta de lixo.
- Unidade de recolhimento de pequenos volumes.
- Boa qualidade de água potável.
- Criação dos novos parques e áreas de proteção ambiental em BH.
- Criação de programas ambientais como o DRENURBS e o Projeto Manuelzão.

PONTOS NEGATIVOS

- Loteamentos inadequados, com ocupação desordenada do solo.
- Ausência de educação ambiental na grade curricular das escolas.
- Falta de fiscalização ambiental.
- Insegurança nos parques.
- Falta implementação da coleta seletiva de lixo, com reaproveitamento dos resíduos para diminuir o impacto ambiental e ampliar a geração de renda.
- Exploração predatória da Serra do Curral pelas mineradoras.
- Poluição geral dos córregos (ex.: Arrudas).
- Falta de saneamento básico em diversas regiões (Taquaril, Alto Vera Cruz, Cruzeirinho etc.).
- Loteamentos causando degradação ambiental (áreas de risco, assoreamentos, doenças, sujeira).
- Falta de cultura ambiental dos cidadãos e falta de comprometimento da classe política com a cidadania sustentável.
- Insuficiência de áreas verdes e de lazer (arborização).
- Existência crescente da poluição ambiental (visual, sonora, atmosférica etc.).
- Sistema de esgotamento sanitário insuficiente, não atendendo ao crescimento da cidade.
- Falta de educação urbana por parte da população em relação ao lixo produzido por ela (ex.: reciclagem do lixo).

- Falta de preservação das nascentes e áreas verdes em geral.
- Falta de praças e áreas de lazer nos bairros.
- Falta de fiscalização ambiental, sonora (nascentes, ruídos em geral, fumaça etc.).
- Falta saneamento básico nas áreas periféricas.
- Falta colorir a cidade.
- Diminuição do trabalho de mobilização da limpeza urbana em termos de informação e conscientização da população.
- Ausência do tratamento de esgoto.
- Ausência da conscientização da população em educação ambiental.
- Ausência do empenho do poder público na política de controle ambiental.
- Política pública na área de reciclagem de lixo é ineficiente.

3.2 - Temas Específicos da Região

3.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento

PONTOS POSITIVOS

- Movimento cultural Intenso (Alto Vera Cruz) Ex.: rádio comunitária.
- Existem duas importantes áreas verdes (Instituto Agronômico / Mata da Baleia).
- Apoio do movimento paroquial (Alto Vera Cruz, Pompéia, São Geraldo e Santa Efigênia) à população de baixa renda.
- Forte organização das comunidades.
- Melhoria no atendimento médico (Esplanada, Pompéia, Baleia) para a população mais carente.
- Possibilidade de preservar espaços na região destinados à proteção ambiental.
- Participação popular tem possibilitado à população da região avançar nas questões de meio ambiente.
- Existência de via de articulação municipal (Av. dos Andradas) cortando o centro da região leste,, permitindo o desenvolvimento e crescimento dos bairros.
- Poder público municipal investindo em áreas culturais e de lazer, inclusive em vilas e favelas. (ex.: Alto Vera Cruz e Taquaril).
- Implantação de empreendimento de interesse social com planejamento e qualidade de vida. (ex.: Conjunto Granja de Freitas).
- Iniciativa do poder público de serviços em algumas áreas de risco. (ex.: contenções no bairro Taquaril).
- Regulamentação da ADE de Santa Tereza.
- Conquistas para a região através de intervenção, via orçamento participativo, das obras.
- Realização de trabalho de urbanização da Avenida dos Andradas melhorou a região ao longo dela.
- Implementação de urbanização de vias do Taquaril.
- Criação da Lei de Uso e Ocupação do Solo.
- Conjunto Granja de Freitas (planejado e executado de acordo com a lei).
- Bairro Santa Inês (planejamento urbanístico adequado).
- Preservação do bairro Santa Tereza (patrimônio histórico e cultural da cidade).

PONTOS NEGATIVOS

- Má distribuição da economia, disparidades entre as regiões de Santa Efigênia etc. e Alto Vera Cruz, Taquaril etc.
- Dificuldades de acesso, falta de segurança, saúde e educação em áreas mais adensadas (Alto Vera Cruz, Cruzeirinho, Taquaril).
- Faltam escolas de ensino médio (Alto Vera Cruz, Taquaril, Conjunto Granja de Freitas, São Geraldo etc.).
- Falta de infra infra-estrutura para atender à população (saúde, educação, segurança, transporte, comércio etc.), principalmente no conjunto Granja de Freitas.
- Áreas mais precárias da região. As piores são: Cruzeirinho (Alto Vera Cruz) e Taquaril 14 e A (sic).
- Falta de espaços públicos que possibilitem as implantações de serviços públicos próximos às comunidades (ex.: escolas profissionalizantes, centros culturais, creche, escolas etc.).
- Existência de maior área na região com classificação de zoneamento ZAP, permitindo a verticalização.

- Falta de vias de penetração que viabilizem a articulação viária entre os bairros, vilas, favelas e conjuntos de interesse social, bem como o esgotamento pluvial e sanitário em grande parte da região (ex.: Av. Belém, Jequitinhonha e Santa Terezinha).
- Falta de articulação viária ligando o bairro Santa Inês com o restante da região.
- Problemas de esgotamento pluvial na região, tendo em vista principalmente a consolidação dos bairros,, vilas e favelas e conjuntos de interesse social, implantados de forma irregular.
- Verticalização desordenada, sem conhecimento técnico, gerando moradias de alto risco e adensamento nas vilas (Alto Vera Cruz e Taquaril).
- Não regulamentação das outras ADE (Vale do Arrudas e outras).
- Fiscalização deficiente, permitindo construção não aprovada nos bairros, vilas e favelas.
- Invasão das áreas de preservação e beiras de córregos, inclusive com ligações precárias de esgoto,, poluindo os córregos, mananciais e causando aumento de erosões no solo (região do bairro Castanheiras).
- Falta de revisão da legislação na região (ex.: ZEIS, ZAP e ZP).
- Faltam centros comerciais na região como um todo.
- Falta infra-estrutura e condições mínimas para as áreas que têm recebido mais gente; Ex.: Taquaril,, Rock in Rio, Alto Vera Cruz, Alto Boa Vista, o que contribui para a degradação ambiental.
- Falta implementação de projetos de urbanização e regularização de imóveis nas favelas, comprometendo o crescimento dessas áreas.
- A região apresenta carência de áreas que possam receber famílias retiradas das vilas e favelas.
- O zoneamento atual não está garantindo a preservação de áreas de interesse ambiental da cidade. Ex.: Fazenda Carvalho de Brito, Serra do Curral.
- Construção sem planejamento legal da Vila Ponta Porã, causando insalubridade.
- Previsão de construção do presídio na área da Casa do Rádio (Av. Belém) - impacto na vizinhança.
- Adensamento inadequado do Taquaril, Alto Vera Cruz, Castanheira, Mariano de Abreu etc.
- Falta de fiscalização da PBH nas construções.
- Decretar como "ZEIS" áreas de vias públicas ocupadas.

3.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Melhorou a acessibilidade aos equipamentos dentro da região, em alguns bairros, na medida em que melhorou o ir e vir. Ex.: linhas 9105, 9550, 9250 e 901.
- Centro moveleiro da Av. Silviano Brandão e centro de comércio e de serviços na Floresta.
- Pequenos centros de bairro já desenvolvidos. Ex.: Av. Contagem no Santa Inês, Rua Porto Seguro no Nova Vista, Rua Desembargador Bráulio no Alto Vera Cruz etc.
- Posto de Saúde do Alto Vera Cruz, como modelo de espaço físico, atendimento e conforto para o usuário. Até uma praça de lazer foi construída junto ao posto.
- Acesso fácil à prefeitura (administrações regionais).
- Comércio generalizado da rua Desembargar Bráulio (Alto Vera Cruz), com oferta de muitos serviços e produtos.
- Descentralização de atividades de comércio do hipercentro para bairros (Floresta, Santa Efigênia, Sagrada Família etc.).
- Presença de serviços e comércios especializados em algumas ruas e avenidas (ex.: Av. Silviano Brandão - móveis).
- Existência da feira do Abastecer (conjunto Granja de Freitas III), aos domingos.
- Construção de novos conjuntos habitacionais foi positiva para a população de baixa renda beneficiada (ex.: Granja de Freitas).
- Alguns bairros da região são bem servidos pelo transporte coletivo (Vera Cruz e Saudade).
- Existem investimentos da PBH no Ensino Fundamental, mas estes ainda são insuficientes.
- Melhoria nas áreas comercias dos bairros, vilas e favelas, que oferecem uma maior diversidade de produtos e serviços para a população (ex.: feiras livres, sacolão ABC e supermercados).
- Implantação do CEVAE no Conjunto Granja de Freitas.

- Implantação de áreas de lazer, postos de saúde no bairro Alto Vera Cruz.
- Implantação da Avenida dos Andradas.
- Criação dos planos globais específicos em vilas e favelas.
- O comércio é forte e influente nos bairros próximos à Centro-Sul (Floresta, Santa Efigênia etc.) e oferece emprego aos seus moradores.
- A Av. Silviano Brandão é um marco comercial não só para a região mas para toda a cidade.
- Existem pequenos centros comercias locais que atendem à demanda do seu entorno imediato.
- A região é conhecida pela oferta de lazer, cultura e vida noturna.
- O Alto Vera Cruz conseguiu uma certa autonomia por possuir um forte comércio, onde 90% dos negócios são dos próprios moradores.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta expandir o atendimento de saúde que deu certo, para os demais postos da região. Ex.: Posto de Saúde Alto Vera Cruz.
- Faltam áreas de lazer em todos os bairros da região. Poucas atividades, pouco divulgadas. Ex.: oficinas do Horto Florestal, que inclusive são cobradas.
- Falta definir ocupação de áreas vazias para lazer ou geração de emprego. Ex.: Alto do Boa Vista.
- Alguns equipamentos, como escola, estão mal distribuídos, implicando em grande deslocamento da população para ter acesso aos serviços.
- Faltam serviços e comércio básicos na região (bancos, restaurantes, açougues etc.), que encontram-se muito centralizados na Floresta e Sagrada Família.
- Comércio clandestino e desordenado na rua Desembargador Bráulio e Tebas (Alto Vera Cruz) ocupando os passeios públicos.
- Precariedade de agências bancárias em alguns bairros da região, prejudicando as atividades de comércio.
- Falta de policiamento ostensivo e PPO nas áreas de comércio da região (principalmente regiões periféricas).
- A legislação em vigor, às vezes, impede a instalação de novos comércios e serviços na região.
- Falta de segurança policial tem prejudicado a expansão do comércio na região.
- Alguns bairros da região, com deficiência de acesso viário, não atraem investimentos do comércio (ex.: Boa Vista, São Geraldo e Pompéia).
- Alguns bairros não são bem atendidos pelo transporte coletivo (ex.: Pompéia, Esplanada etc.).
- Carência de serviços públicos e comércio local: serviço público e comércio para atendimento imediato não são descentralizados, sendo concentrados nos grandes corredores viários (ex.: Avenida Silviano Brandão, Niquelina e Avenida dos Andradas).
- Falta de criação de feiras livres, para divulgação dos trabalhos desenvolvidos por artistas da comunidade.
- Falta de criação de cooperativas e conselhos comunitários nos bairros, vilas e favelas.
- Falta de recursos e cursos profissionalizantes, para encaminhamento direto ao emprego.
- Comércio com crescimento desordenado e sem critérios, invadindo as calçadas e ruas.
- A atividade de transporte de carga da FCA causa transtornos à população.
- A região não oferece atividades comerciais e de serviços suficientes para atender à demanda de emprego.
- A rua Niquelina é uma via de baixa capacidade para absorver o trânsito e o comércio existente.
- O grande número de presídios traz problemas, quando acontecem rebeliões.
- Ausência de *shopping center* na região.

3.2.3 - Sistema Viário e Acessos

PONTOS POSITIVOS

- Ônibus bairro-a-bairro facilita o deslocamento de região para região.
- Região bem servida de ônibus, fácil acesso ao centro, assim como às estações do metrô.
- A existência de boas vias de tráfego que facilitam a entrada e saída da região.

- Quase todas as vias são pavimentadas.
- A Comissão de Transportes.
- Abertura de diálogo entre usuários e BHTRANS.
- A instalação de lixeiras nos coletivos.
- O treinamento dos profissionais de coletivo.
- A capacitação dos motoristas, tanto de ônibus quanto de taxi, melhorou consideravelmente.
- Implantação e fiscalização do quadro de horários.
- Melhoria no sistema de transporte escolar e regulamentação do sistema de transporte por carroças.
- A existência de via para ciclistas na Avenida dos Andradas.
- Os controladores de velocidade reduziram o número de acidentes de trânsito.
- Avenida dos Andradas, corredor que corta a regional dando acesso aos bairros.
- Alteração do traçado da curva da Rua Erasmo Magalhães.
- Expansão da Av. dos Andradas.
- Metrô.
- Criação das linhas 9250 e 9550, além das linhas suplementares.

PONTOS NEGATIVOS

- A Avenida dos Andradas é pouco utilizada pelo transporte coletivo, enquanto a rua Niquelina é muito utilizada.
- Deficiência de sinalização em algumas vias da região (rua Juramento, Av. Afonso Guimarães, rua Desembargador Bráulio, rua Leopoldo Gomes em frente da escola, rua Iara na Pompéia etc.).
- Não cumprimento do quadro de horário.
- Constantes assaltos e uso de drogas em alguns ônibus na região (falta segurança).
- Falta de transporte coletivo que liga os postos de saúde ao PAM Sagrada Família e às escolas de segundo grau (Colégios Tiradentes, Pedro Américo etc.).
- Má utilização da Av. dos Andradas.
- Construção da linha da Vale do Rio Doce na Av. Elísio de Brito.
- Cruzamento perigoso na Av. Mem de Sá com rua Euclásio.
- Abrigos foram pedidos e não atendidos.
- Falta manutenção das vias internas (ex.: Niquelina, Conselheiro Lafaiete e outras).
- Falta de informação nas mudanças de trânsito e trajeto de ônibus com a comunidade.
- Estrangulamento das vias internas nos bairros.
- Falta de estudo de fluxo de tráfego nos bairros.
- O mal aproveitamento do metrô devido à falta de integração ônibus/metrô da Região Leste.
- Não cumprimento do quadro de horários de ônibus; não há fiscalização da BHTRANS.
- Vias de acesso de traçado sinuoso, estreitas, com grande fluxo de tráfego.
- Sinalização geral deficiente, principalmente na Avenida dos Andradas com rua Itamar (Ponte Caetano Furquim).
- Estrangulamento do sistema viário: Niquelina, Gustavo da Silveira, Silviano Brandão etc.
- Falta de ônibus integração e frota velha.
- O atendimento do transporte coletivo não é suficiente em algumas áreas, principalmente no Conjunto Granja de Freitas.
- Não existe integração entre ônibus e metrô na região.
- As principais vias são estreitas e com tráfego intenso de ônibus e veículos. Ex.: Niquelina, Leopoldo Gomes, Conselheiro Lafaiete, Fluorina, Tebas, Silviano Brandão, Conselheiro Rocha (estação do Metrô Horto), Gustavo da Silveira e Desembargador Bráulio.
- Linha férrea nos bairros Boa Vista e Caetano Furquim, com a travessia de máquinas com grande número de vagões, prejudica o trânsito da região.

3.2.4 - Espaços Públicos, Áreas de Lazer e Patrimônio Histórico

PONTOS POSITIVOS

- Preservação do Museu de História Natural da UFMG.
- Centros culturais, CAC (Centro de Apoio Comunitário) do Alto Vera Cruz.
- Praças revitalizadas e reformadas. Ex.: Praça José de Magalhães, no Boa Vista, Duque de Caxias, em Santa Tereza, Flamengo, no Alto Vera Cruz.
- "Pista de Cooper" da Av. dos Andradas.
- As rádios comunitárias (Dinâmica do Casa Branca, Santa Luzia do Paraíso/Santa Efigênia).
- O transporte possui bons meios de acesso para deslocamentos na região.
- Existe boa conservação dos patrimônios públicos existentes.
- A Região Leste possui boa oferta de área verde.
- Grande número de espaços de lazer (ex.: praça esporte Saudade, campos de futebol CCAVC e projeto CIAME).
- Cursos profissionalizantes oferecidos pelo CCAVC e CAC (digitação, costura etc.).
- Apresentação de grupos de dança, teatro (ex.: FIT).
- Eventos culturais organizados pelas igrejas católicas para integrar a comunidade.
- Espaços de referência para a cidade: Campo do Independência, Câmara Municipal, Campo do Pompéia, Centro Cultural Alto Vera Cruz, Praça Duque de Caxias, Museu de História Natural, Rua Niquelina.
- Utilização de vias públicas como área de lazer (ex.: Avenida Belém).
- Parceria do Poder Público com a comunidade, ONG e iniciativa privada.
- Incentivo das escolas à visitação dos espaços públicos.
- Existência de programas e projetos importantes (ex.: Projeto Curumim, Meninas de Sinhá e Projeto Páscoa).
- Existência de equipamentos de cultura e esportes (ex.: Museu de História Natural, Teatro do Grupo Galpão, Estádio Independência, Pista de Cooper da Andradas etc.).
- Existência da Escola de Circo e Centro Cultural. (ex.: Circo de Todo Mundo, Centro Cultural do Alto Vera Cruz).
- Existência de grandes áreas verdes (ex.: Mata da Baleia, Instituto Agronômico).
- Existência de inúmeros grupos de dança (ex.: NUC - Negros da Unidade Consciente, Grupos de Hip-Hop etc.).

PONTOS NEGATIVOS

- Inexistência de uma legislação específica para regulamentação de atividades informais e a coibição de ações depredatórias do patrimônio público e privado.
- Falta de infra-estrutura na "Pista de Cooper" da Av. dos Andradas (ex.: banheiros).
- Falta de espaços públicos para eventos culturais e equipamentos de lazer para crianças e terceira idade.
- Fiscalização e adequação de passeios públicos.
- Reforma e adequação das praças para atender melhor à demanda de uso pela comunidade. (ex.: Praça São Geraldo).
- Falta aplicação da Lei de Uso e Ocupação do Solo, prejudicando a qualidade de vida.
- Falta de integração dos equipamentos públicos com a população carente que está nos aglomerados.
- Não tornar público o Horto Florestal para visitação por todos os cidadãos.
- Patrimônio público tombado, sem que os proprietários recebam auxílio para preservação.
- Falta priorizarão da construção de moradia para famílias de baixa renda, implicando em ocupação em áreas de preservação.
- Carência de atividades para crianças (ex.: oficinas de lazer e arte).
- Educação para a conservação de praças públicas (Praça do Che Guevara).
- Carência de escolas de ensino médio (ex.: bairros Taquaril e Alto Vera Cruz).
- Falta contratação de professores para formação de músicos para bandas de instrumentos musicais.
- Difícil acesso aos espaços públicos.
- Falta de eventos e condições de segurança para estimular a comunidade a utilizar os espaços públicos.
- Falta de manutenção, equipamentos de diversão e esportes, sanitários e arborização, para tornar o ambiente mais agradável.

- Faltam praças, centros de diversões e culturais nos bairros.
- Falta divulgação dos locais públicos e dos eventos.
- Falta de manutenção das calçadas e jardins existentes.
- Falta de arborização, áreas verdes e praças nos bairros. (ex.: Santa Efigênia, Taquaril, São Geraldo e Mariano de Abreu).
- Redução do número de feiras nos bairros (ex.: Feira da Praça de Santa Tereza).
- Abandono de espaços públicos bons para realização de eventos, lazer e cultura (ex.: Galpão da Casa do Rádio e Mercado de Santa Tereza).
- Problema de infra-estrutura de drenagem de águas pluviais, dificultando o uso e acesso a equipamentos públicos (ex.: Cemitério da Saudade).

3.2.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- Conquista do OP Habitação: Construção do Granja de Freitas 2 e 3.
- Aprovação do projeto do córrego Santa Terezinha, de recuperação ambiental, pela PBH.
- Mobilização social, resultando na criação de comitês de bacias hidrográficas.
- Conquista, através do OP 2001/2002, para drenagem do fundo de vale do córrego da Av. Belém.
- Melhoria da consciência ambiental através da mobilização social, projetos culturais e movimentos populares da região.
- Construção da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) do Arrudas e canalização do leito do ribeirão.
- Existência da Mata da Baleia, grande área verde ainda preservada.
- Existência do Museu de História Natural - Área de preservação, lazer e cultura.
- Parques de lazer construídos ao longo da Av. Andradas, em áreas remanescentes da canalização.
- Implantação da coleta seletiva (ex.: bairro Santa Inês).
- Existência do Museu de História Natural como referência ambiental cultural.
- A construção da ETE Arrudas (Sabará).
- OP, como instrumento de melhoria das condições de vida e ambientais na regional (ex.: Plano Diretor Taquaril e Mariano de Abreu, além de obras em vias em várias áreas).
- "Pista de Cooper" e Parque Centenário na Avenida dos Andradas.
- Atuação do projeto Manuelzão em alguns córregos na Regional.
- Distribuição de diversas praças na regional.
- Existência de grandes áreas verde (Baleia, Horto Florestal, Mata do Inferno) e clubes com matas.
- Existência do CEVAE nesta Regional.
- Cursos ministrados no Instituto Agronômico - educação ambiental.
- Existência de várias nascentes na região.
- Implantação da Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes.
- Criação do programa de limpeza ou desassoreamento de córregos.
- Criação da estação de tratamento de esgoto (mesmo que deficiente).
- Ampliação da canalização do Arrudas.
- Preservação do Instituto Agronômico.
- Implantação da ETE Arrudas.
- Criação das linhas de ônibus regionais.

PONTOS NEGATIVOS

- Poluição e degradação das nascentes dos córregos da regional Leste.
- Poluição sonora e visual das grandes ruas e avenidas da regional Leste (ex.: rua Niquelina, Av. Andradas, Av. Silviano Brandão).
- Descaso com as praças e outras áreas verdes por parte da Regional - Parques e Jardins.
- Alto adensamento populacional em áreas de risco iminente (Ex.: Taquaril, Vila Belém), com negligência da PBH.
- Desrespeito da população pelas áreas de "ponto limpo" (antigos bota-foras) e pelos horários e dias da

coleta de lixo.

- Falta de rede de drenagem pluvial em diversas áreas da região (ex.: bairro Santa Inês).
- Falta completar a obra da ETE Arrudas, o que tem causado incômodos à população dos bairros Casa Branca e Caetano Furquim.
- Ocupação de áreas remanescentes, causando problemas de saneamento, áreas de risco, drenagem.
- Falta de saneamento básico em áreas da região (Mariano de Abreu, Vila São Vicente, Vila Dias, bairros Taquaril, Alto Vera Cruz, Castanheiras, Granja de Freitas, Vila Fazendinha e Vila Belém) - esgoto hospitalar -, no leito do metrô - área de domínio suja com entulhos e lixo).
- Bota-fora irregular em lotes vagos, avenidas, leito de córregos, causando incômodos à vizinhança.
- Áreas ocupadas desordenadamente que causam impacto grande no ambiente (ex.: Taquaril).
- Apesar da existência de áreas verdes naturais, a carência de uma ação política de preservação e criação de parques. (ex.: Mata da Baleia).
- A ETE Arrudas construída junto a área urbana de BH tem trazido problemas ambientais na região, com reflexo na saúde.
- Poluição sonora e visual (ex.: Silviano Brandão, Niquelina e Gustavo da Silveira).
- O CEVAE não alcança os objetivos propostos (Obs.: temos que valorizar aquilo que é nosso).
- Vilas, aglomerados e favelas sem ponto de convivência.
- Falta de conscientização ambiental da comunidade.
- Assoreamento: Santa Terezinha, Cachorro Magro e córrego Taquaril.
- Alto índice de poluição sonora nas proximidades dos hospitais.
- Descentralização da PBH dificultou a coleta de lixo na regional.
- Poluição dos córregos, tais como: Santa Terezinha, Da Baleia, Mem de Sá, Cardoso etc.
- Carência de coleta de resíduos sólidos em algumas regiões, tais como Taquaril, Mariano de Abreu, Casa Branca, São Geraldo.
- Ausência de rede coletora de esgotos em alguns bairros.
- Inexistência de programa de educação voltada para a região.
- Falta de conscientização da população em relação ao meio ambiente.

3.2.6 - Tema Livre

PONTOS NEGATIVOS

- Superlotação das escolas de ensino fundamental e necessidade de inaugurar mais escolas.
- Falta ampliar e reativar os centros de apoio comunitário existentes (ex.: o CAC Esplanada está desativado).
- Retirada da linha São Geraldo–Centro através da avenida dos Andradas. Diminuição da linha 9205.
- Integração metrô/ônibus de todas as linhas que passam na Niquelina (passarela da estação Santa Tereza).
- Não destinação das áreas da Casa do Rádio (Av. Belém com Av. dos Andradas) e da antiga FEBEM (junto ao Museu de História Natural) para o uso público, de acordo com os interesses da comunidade.
- Falta de discussão metropolitana sobre os loteamentos e ocupação nos limites das cidades (BH e Sabará).
- Posição incisiva contra a verticalização acima de três andares, em defesa da qualidade de vida, refletindo no meio ambiente.
- Falta saneamento básico nas vilas e favelas.
- A desapropriação de terreno e a não implantação da Via 710 têm incentivado novas invasões nesta área.
- Morosidade na implantação do Anel da Serra.

4 - PRÉ-CONFERÊNCIA NORTE

4.1 - Temas Gerais da Cidade

4.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Criação do DRENURBS e outros projetos para melhoria das condições de vida da população.
- Oportunidade de participação da população nos processos de crescimento urbano.
- Descentralização da prefeitura, fortalecendo a aproximação da população com a Regional.
- Ação dos agentes de saúde.
- Participação popular na conferência.
- Apoio da Prefeitura ao esporte amador.
- Programa de saúde da família.
- Existência de áreas de interesse ambiental com programas de parceria no poder público e comunidades.
- Participação popular na discussão dos problemas da cidade (conferencias e conselhos).
- Crescimento urbano com preocupação com os cursos d'água (DRENURBS).
- Criação do OP Habitação como um dos gerenciadores dos programas de crescimento urbano.
- Existência da participação da população, somada às ONG e a entidades em geral.
- Existência da esperança do morador de BH, confiando no futuro da cidade.
- Despertar do poder público municipal em co-administrar a cidade (OP, Conselhos e a Conferência).
- A existência de uma legislação urbanística na cidade.
- Existência do COMPUR (Conselho Municipal de Política Urbana).
- Descentralização.
- Participação da população através do Orçamento Participativo.
- Possibilidade de crescimento social.

PONTOS NEGATIVOS

- O Plano Diretor ainda não funciona plenamente e acarreta o crescimento desordenado da população.
- Falta de fiscalização intensiva para coibir a ocupação desordenada.
- Falta de estrutura e urbanização nas vilas e favelas.
- Falta de planejamento e agilidade de ações para as áreas de risco.
- O sistema de transporte integrado não atende satisfatoriamente ao conjunto da população.
- Má distribuição do policiamento na cidade.
- Faltam infra-estruturas em muitos bairros da periferia.
- Crescimento desordenado como assentamentos irregulares, trazendo má qualidade de vida, com degradação ambiental, insegurança.
- Impermeabilização do solo, criando problemas ambientais (inundação, calor).
- O deslocamento seguro dos pedestres pelos passeios é impossibilitado pela existência de vários obstáculos.
- Dificuldade e morosidade na implementação das ações pela PBH.
- Migração das populações das cidades do interior, sobrecarregando a cidade de BH.
- Crescimento desordenado, verticalização desregulada, aliados à especulação imobiliária.
- O crescimento desordenado aliado à falta de consciência da população, provocando agressões ao meio ambiente.
- Política desumana e anti-social do governo federal gerando má distribuição de recursos e desemprego.
- Saturação de algumas áreas, com má distribuição dos espaços ocupados.
- Adensamento urbano, causando problemas a toda infra-estrutura da cidade.
- Queda na qualidade de vida.
- Falta de planejamento.
- Especulação imobiliária.

- Falta de fiscalização.
- Crescimento de loteamentos clandestinos sem infra-estrutura.

4.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- A concentração de atividades em centros facilita a utilização do comércio e serviços.
- O crescimento da cidade permitiu a descentralização das atividades do centro e crescimento nas periferias.
- A concentração de atividades em vias com grande movimento de carros facilita a utilização do comércio e serviços.
- Boa distribuição da atividade de telefonia.
- Descentralização dos serviços bancários, através das casas lotéricas.
- Maior número de equipamentos de lazer distribuídos na cidade (praças, parques, quadras etc.).
- Criação do Orçamento Participativo.
- Criação das estações do BHBUS.
- Aprimoramento da Lei de Uso e Ocupação do Solo.
- Inicio da descentralização dos postos de trabalho e serviços públicos da área do hipercentro.
- Início da distribuição de atividades comercias e de serviços em direção aos bairros.
- A localização de atividades industriais e hospitalares em locais apropriados.
- A concentração do comércio facilita o acesso e estimula a concorrência.
- Existência de centrais de abastecimento na cidade.
- Existência das feiras e *shoppings* como opção popular.
- Mais opções de serviços e compras.
- Possibilidade de descentralização planejada.
- A descentralização de serviços proporcionará a valorização da região.

PONTOS NEGATIVOS

- A concentração de atividades em vias com grande movimento de carros prejudica o funcionamento dessas vias e piora a qualidade de serviços e a segurança dos usuários.
- O "esgotamento" do centro reflete o crescimento desorganizado das periferias que não estavam preparadas e nem possuíam estrutura para receber as atividades.
- As atividades ainda estão concentradas no centro, piorando a qualidade de vida no centro e dificultando o acesso da população devido às distâncias.
- Ausência de centros diversificados distribuídos pelas regionais.
- Centralização dos equipamentos de saúde de grande porte (hospitais).
- Má distribuição das atividades que garantem a segurança pública.
- Acúmulo das atividades no centro da cidade, causando degradação (poluição, sujeira etc.).
- Número de creches insuficientes para atender à demanda.
- Concentração de postos de trabalho e serviços na área central.
- Carência de saneamento básico e de áreas de lazer na periferia.
- Descumprimento da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo.
- Ausência de programas e projetos de amparo ao trabalhador informal.
- Falta de fiscalização de atividades pelo poder público.
- Falta de atividades de lazer.
- Localização de comércio em vias de tráfego intenso.
- Falta descentralização e maior estruturação das atividades de lazer em BH.
- Falta atenção e organização por parte do poder público com relação à economia informal na cidade.
- Segurança geral, segurança pública, segurança no trânsito etc.
- Concorrência entre camelô e comerciante.
- Sujeira das vias de um modo geral.
- Falta conscientização da população para manter as calçadas limpas.

- Os centros estão congestionados nos horários de pico.

4.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Redução de acidentes com onda verde e radar nas avenidas.
- Fim do transporte clandestino.
- Integração ônibus-metrô.
- Criação do transporte suplementar.
- Coberturas em pontos de ônibus e passarelas.
- Implantação das linhas e estação do trem metropolitano.
- Reestruturação do sistema viário e do transporte implantado pela BHTRANS.
- Criação do Conselho Local de Transporte.
- Existência de transporte coletivo aos domingos e feriados para áreas de lazer e cultura (linhas específicas).
- A reformulação do transporte coletivo melhorou a integração entre bairros (criação de novas linhas).
- Implantação do metrô.
- Criação da BHTRANS para o gerenciamento do trânsito.
- A implantação das estações do metrô já existentes.
- Implantação do sistema de integração bairro-a-bairro.
- Segurança oferecida na mobilidade das pessoas através da utilização do metrô.
- Existência de linhas regulares e suplementares atendendo a vilas e favelas.
- Integração do transporte coletivo, inclusive com metrô.
- Criação da "via preferencial".
- Melhora da sinalização das vias urbanas.
- Ônibus de 03 portas com motor no meio.
- Táxi-lotação indo a bairros.

PONTOS NEGATIVOS

- Ônibus superlotados e condições dos veículos.
- Pouca integração das esferas Municipal/Estadual/Federal no planejamento metropolitano.
- Excesso de gratuidades para categorias específicas, com ônus para o sistema de transporte.
- Aumento injustificado das passagens.
- Incompetência da fiscalização da BHTRANS.
- Obras de infra-estrutura para melhorar o acesso aos corredores de tráfego.
- Transporte coletivo: segurança, integração com o metrô e itinerário deficitários.
- Deficiência na prestação dos serviços do comércio como: preço, qualidade e higiene.
- Insegurança e distância da região hospitalar e comercial às estações do metrô localizadas no centro.
- Desequilíbrio na freqüência das linhas que utilizam o mesmo trajeto, principalmente no horário de pico.
- Carência de passarelas para transposição da linha do metrô.
- Falta de transporte gratuito para atender aos grupos culturais, comunidade e enterros.
- Número escasso de veículos para atendimento aos portadores de deficiência física.
- Transporte coletivo é deficitário (frota reduzida, mal atendimento aos deficientes físicos, redução quadro de horários).
- Morosidade no funcionamento das estações do metrô previstas.
- Sistema de integração ônibus-metrô e transporte suplementar não atendem à maioria da população (falta ampliação, inclusive na área hospitalar).
- Falta integração entre os poderes municipal e estadual para atender às necessidades reais da população.
- Faltam melhorias viárias em vilas e favelas.
- Alto custo do transporte coletivo para usuários.

- Transporte coletivo não atende às necessidades das pessoas com dificuldade de locomoção.
- Falta de planejamento urbano.
- Falta de segurança nos ônibus, taxi, transportes no geral.
- Falta de integração com a Gestão de Transporte Metropolitano.

4.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- Aumento da preocupação do poder público com os espaços públicos e áreas de lazer.
- Aumento dos cuidados da PBH com os espaços públicos e áreas de lazer.
- PBH abriu a discussão junto à população a respeito dos espaços públicos e áreas de lazer.
- Atividades como o projeto de popularização do teatro.
- Projetos e atividades culturais gratuitos nos parques públicos.
- Ampliação das oportunidades de participação cultural.
- Divulgação dos equipamentos e o incentivo à sua utilização.
- Criação do programa Arena Cultural.
- Revitalização de praças, parques e áreas de lazer.
- Efervescência cultural (popularização do teatro, FIT etc.).
- BH é um grande potencial de referências simbólicas.
- Valorização de espaços através de revitalização.
- Descentralização de atividades culturais na cidade.
- Mudança da localização da feira de artesanato (praça da Liberdade para Av. Afonso Pena).
- Construções de prédios para escolas públicas com qualidade e beleza.
- Parceria de empresas e comércio na adoção de um espaço público para preservação do mesmo.
- Criação de novas praças na periferia.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de segurança da população para utilização dos espaços públicos e áreas de lazer.
- Má distribuição, estruturação e acessibilidade aos espaços públicos e áreas de lazer.
- Falta de conscientização e identificação da população para a utilização do espaço público.
- Os espaços públicos ainda não utilizados não são destinados às associações comunitárias para criação de oficinas de qualificação profissional.
- Espaço público mal utilizado (ex.: Praça da Estação).
- A falta de segurança inibe o uso dos espaços públicos.
- Falta de acesso da população carente aos espaços de lazer, tais como Zoológico, Palácio das Artes etc.
- Falta de espaços culturais na periferia e pouca divulgação dos existentes.
- Dificuldade de acesso aos espaços públicos e patrimônio devido à deficiência do transporte coletivo e fatores socioeconômicos.
- Falta identificação entre os adolescentes e o patrimônio público em face da insuficiência na orientação por parte da escola, da família e de outros setores da sociedade.
- Falta de sanitários públicos na cidade.
- Falta de manutenção e segurança dificulta o acesso.
- Falta política de valorização de identidade (divulgação, projetos integrados).
- Cobrança para acesso a alguns espaços públicos.
- Faltam espaços públicos (praças e outros) descentralizados.
- Falta maior preocupação por parte do poder público com o patrimônio cultural da cidade.
- Falta de segurança e dificuldade de acesso aos espaços públicos e aos patrimônios históricos.
- Discriminação e desatenção aos espaços públicos da periferia.
- Falta de conscientização da população em geral, no sentido de preservar o espaço público.
- Faltam espaços públicos de lazer e cultura nos bairros.

- Os espaços públicos não são abertos para trabalhos voluntários da/com a comunidade.

4.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- Trabalho de orientação e lazer ambientais desenvolvidos em parques, tais como Lagoa do Nado, Mangabeiras e outros.
- Parcerias com a iniciativa privada para a adoção de canteiros, jardins, parques e outros.
- Boa distribuição de água tratada na cidade.
- Nova visão da comunidade e do poder público com relação à defesa do meio ambiente.
- Parceria entre poder público, comunidade e associações, como modelo de gestão (ex.: Manuelzão).
- A legislação ambiental em vigor e a criação da Secretaria de Meio Ambiente.
- Descentralização da PBH, permitindo maior participação comunitária nas discussões sobre questões ambientais.
- Criação da estação de tratamento de esgoto no Arrudas.
- A eficiência da coleta de lixo (ex.: coleta seletiva).
- A preservação das áreas verdes.
- A parceria da prefeitura com a iniciativa privada para manutenção das praças e jardins. Ex.: Projeto Manuelzão.
- Existência de leis que definem a utilização e/ou proteção das áreas verdes.
- Com surgimento de parcerias houve melhoria das praças e canteiros da região Centro-Sul.
- Instalação das URPV (Unidades de recebimento de pequenos volumes).
- Melhora na coleta de lixo e varrição.
- Existência do DRENURBS e das ETE.
- Em BH existem recursos naturais (recursos hídricos, áreas verdes) que podem ser aproveitados.
- Existem programas de preservação ambiental, como o programa "Adote o Verde" e revitalização da Pampulha.
- Algumas comunidades têm tido cuidado em preservar praças/jardins entregues pela prefeitura.
- Distribuição de mudas para a comunidade e entidades.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de educação ambiental nas escolas e de campanhas educativas, com maior divulgação.
- Falta de manutenção do sistema de limpeza urbana (capina e varrição) em alguns pontos da cidade.
- Falta de fiscalização e monitoramento em áreas de preservação, lotes vagos e espaços públicos de lazer.
- Falta de política de saneamento básico.
- Demora na implantação das estações de tratamento de esgoto (ETE).
- Lançamento de esgotos nos córregos sem tratamento.
- Aumento da poluição atmosférica, causada pela emissão de gases poluentes de veículos e indústrias.
- Descomprometimento da população com a preservação ambiental.
- Poluição visual na cidade gerada por cartazes, outdoor, pichações etc.
- A poluição sonora e visual através das pichações, faixas e propagandas.
- Falta de usina de reciclagem, locais de coleta de entulhos e lixeiras.
- A ineficiência da fiscalização em relação à construção de torres de transmissão de telefonia celular.
- Falta de conscientização da população em relação à limpeza urbana.
- Crescimento urbano sem planejamento, ocasionando morte dos pequenos rios e nascentes ainda não habitadas. Ex.: bacia do Isidoro.
- Ocupação desordenada, como a principal causa de degradação ambiental.
- Falta informação maciça sobre: coleta seletiva, reciclagem, educação ambiental, poluição sonora e visual e estruturação do processo.
- Falta de ações e políticas de controle ambiental e de fiscalização na cidade (insuficiência da rede de esgoto em BH).

- Falta definição por parte do poder público com relação a políticas urbanas junto à COPASA (contrato de intenções).
- Deficiência de recursos para bacia do Onça.
- Falta um programa de educação ambiental permanente, que não aconteça apenas em épocas de eleição.
- Inexistência de infra-estrutura de saneamento básico em várias áreas da cidade.
- A fiscalização por parte do poder público é ineficiente e falta punição para quem polui a cidade.
- Ausência de coleta seletiva.
- Falta de arborização.

4.2 - Temas Específicos da Região

4.2.1 - Tema Livre

PONTOS POSITIVOS

- Grande número de córregos e nascentes.
- Área de comércio bem distribuída e de fácil acesso.
- Participação popular efetiva.
- Obra do novo vertedouro, beneficiando a região.
- Região de grande manifestação e atividade cultural (festa junina, carnaval etc.).
- A construção das novas estações de metrô que ligam a regional às demais regiões de BH.
- Existência de campanhas e agentes da saúde trabalhando junto à população.
- Abertura da Administração Regional para a população e associações que passaram a poder contribuir.
- Existência de comércio na regional, evitando o translado ao centro.
- Existência de uma grande área verde (Isidoro) que poderá ser transformada em parques e áreas de lazer.
- Existência de uma vasta área verde na regional Norte: Granja Werneck (Isidoro).
- Ponto cultural histórico: Recanto Nossa Senhora da Boa Viagem (Sanatório).
- Implantação do metrô.
- Programa de recuperação ambiental e saneamento: DRENURBS.
- Facilidade de deslocamento pelas favoráveis condições viárias.
- Implantação do DRENURBS (tratamento/recuperação de córregos e vales).
- Extensa área de córregos não canalizados passíveis de preservação e despoluição.
- Existência de grande área verde (Granja Werneck) propícia à preservação.
- Linha de metrô, com atendimento à população através de 5 estações.
- Existência das unidades de recebimento de pequenos volumes (coleta de resíduos).
- Concentração de uma grande área verde (Isidoro).
- Existência de programas de proteção e recuperação das nascentes e rios (DRENURBS e Manuelzão).
- Possibilidade de crescimento do comércio.
- Região bem abastecida de água tratada.
- Mobilização popular na luta pelas questões urbanas.
- A limpeza urbana.
- Administração eficiente da regional.
- Implantação do BHBUS.
- Pavimentação em bom estado nos bairros Planalto, São Bernardo, Guarani e outros.
- Excelente administração do parque Lagoa do Nado.
- Existência de grande área verde.
- Administração participativa.
- Existência de água tratada, telefonia e iluminação adequadas.
- Coleta de lixo suficiente.

- Passarelas de pedestres nas vias de maior movimento (Av. Cristiano Machado etc.).
- Preservação dos córregos através do programa do DRENURBS a ser implantado.
- Construção de algumas escolas, com utilização de quadras nas atividades esportivas.
- Verifica-se bairros com bom atendimento no uso e ocupação do solo.
- Implantação do trem metropolitano.
- Incrementação/iniciação de atividades culturais em alguns bairros da regional.
- Área verde na Granja Werneck.
- Parque de lazer no bairro Planalto.
- Centro cultural do bairro São Bernardo.
- Estações do metrô e estação do BHBUS São Gabriel.
- Implantação dos programas ACS (Agente Comunitário de Saúde) e Médico de família.
- Existência de praças públicas em alguns bairros da regional Norte.
- Existência de muitas áreas verdes e nascentes na regional (ex.: Fazenda Furquim Werneck, Parque Lagoa do Nado).
- A futura implantação do metrô e as obras de transposição (passarelas e viadutos).
- A descentralização administrativa da Prefeitura.
- Região de maior número de nascentes de BH.
- Maior reserva de área verde de BH (Granja Werneck).
- Sistema metroviário cobrindo grande parte da regional.
- Pouca poluição atmosférica industrial.
- Região de grande potencial cultural.
- Estação BHBUS São Gabriel.
- Transporte escolar fornecido pela PBH.
- Escola Modelo Florestan Fernandes.
- A maior área verde de BH (fazenda dos Werneck).
- Hospital Sofia Feldman e Policlínica 1º de Maio.
- Implantação das estações do metrô e BHBUS.
- Grande potencial de preservação da área do Isidoro.
- Existência de grande número de nascentes passíveis de preservação.
- Existência de fóruns de discussão que permitem a participação popular.
- Cobertura significativa da rede de ensino público.
- Existência de equipamento social importante (CAC Providência).
- Asilo Boa Viagem na Granja Werneck representa a memória da cidade da regional Norte (Sanatório).
- Presença de importante área verde (Fazenda Werneck).
- Hospital e Maternidade Sofia Feldman.
- Entrada em operação do metrô em futuro próximo.
- A implantação da ETE Onça no bairro Monte Azul.
- A presença do Projeto Manuelzão - ONG.
- A implantação das estações do DEMETRÔ e BHBUS São Gabriel.
- A implantação da 3ª faixa de trânsito na Av. Cristiano Machado nos dois sentidos, bairro-centro e centro-bairro, entre Av. Sebastião de Brito e Av. Waldomiro Lobo.
- Existência de legislação que prevê a ocupação e preservação da área do Isidoro.
- Existência de áreas verdes especialmente áreas ZPAM / ZP que merecem atenção especial.
- Bom acesso viário.
- Existência de creches, do Núcleo Caminhos para Jesus e NAF – Conjunto Zilah Spósito.
- Existência do Fundo Cristão e Projeto Curumim.
- Existência da biblioteca do conjunto Zilah Spósito e Projeto Recriar no Conjunto Felicidade.
- A existência de postos de saúde, maternidade, abrigos, CAC Providência.
- A existência dos CONSEP, dos Comitês do Projeto Manuelzão e do CRP.

- Área verde existente na região do Isidoro, com grande quantidade de recursos hídricos.
- A possibilidade de preservação histórico-cultural do Sanatório (Asilo Nossa Sra. da Boa Viagem).
- Implantação do metrô.
- Existência do grupo de 3º idade em vários centros sociais.
- Existência de atividades comerciais atendendo a uma boa parte da população da regional.
- Conjuntos habitacionais bem urbanizados (São Tomás e Vila Clóris).
- Existência do Centro Social Frei José Renato, contribuindo com vários projetos (Toriba e Educar).
- Existência do Centro Cultural 1º de Maio.
- Grandes áreas verdes.
- Estações de metrô e integração.
- Hospital Sofia Feldman.
- UPA Primeiro de Maio.
- Recanto Boa Viagem.
- Existência da área de preservação ambiental (Fazenda Werneck e Isidoro Norte).
- Existência do "Abastecer" da Av. Saramenha.
- Atividades de varrição e coleta seletiva na regional são satisfatórias.
- Instalação da nova sede da regional próximo à Av. Cristiano Machado.
- Estações do metrô na regional.
- Possibilidade de preservação de uma área ambiental grande.
- Extensão da Av. Cristiano Machado favoreceu o desenvolvimento do comércio.
- Trabalho do Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus.
- Trabalho do Projeto Manuelzão.
- Chegada do metrô.
- Integração do BHBUS.
- Área do Isidoro possibilitará implantação diversificada (escolas, parques, indústrias).
- Não existe poluição atmosférica acentuada.
- Existência de muitas áreas verdes conservadas.
- Espaço de discussão.
- Possibilidade de crescimento social.
- Espaços de referência: Hospital Sofia Feldman e Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus.
- Representação comunitária.
- Potencial "Verde" na área do Isidoro.
- Crescimento global da regional.
- Canalização de córregos ou trechos de córregos.
- Implantação do Minas Shopping, melhoria no aspecto visual, geração de empregos etc.
- Coleta de lixo satisfatória.
- Criação de estação do metrô / pista para caminhada.
- Coleta de lixo eficiente.
- Implantação das novas estações do metrô.
- Implantação do Programa de Saúde da Família (PSF).
- Construção de escolas.
- A região está bem servida de comércio / serviço nas principais vias dos bairros.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de saneamento básico (esgotos e córregos).
- Loteamento clandestino, invasão e ocupação desordenada.
- Insuficiência do transporte coletivo.
- Grande número de imóveis com irregularidades na propriedade e na edificação.
- Falta de áreas de lazer, esportes e recreação.
- Falta de ações e planejamento em áreas de risco junto aos córregos a céu aberto (ex.: MG 20, com

muitos acidentes).
- Falta de segurança nas vias com concentração de comércio.
- A regional não é bem atendida pelos equipamentos públicos (escolas, centros de saúde, creches etc.).
- A circulação de ônibus não tem um quadro de horários compatível com as necessidades da população da região.
- Faltam áreas de lazer e praças na regional.
- Poluição dos córregos pela ocupação desordenada.
- Ocupação do solo com infra-estrutura deficiente.
- Falta de integração – isolamento de alguns bairros em relação ao resto da regional.
- Existência de áreas de risco por toda a região.
- Falta de pontos de apoio para recebimento de profissionais do Programa de Saúde da Família e do BH Cidadania.
- Falta de áreas de lazer.
- Deficiência no atendimento à população em geral, especialmente na área da saúde pública.
- Falta de saneamento básico na região.
- Transporte coletivo péssimo.
- Falta de segurança pública e violência.
- Falta de segurança em geral.
- Falta de uma política de saneamento.
- Serviço de limpeza urbana deficiente (capina e varrição).
- Crescimento da especulação imobiliária sem a devida fiscalização.
- Má distribuição do transporte coletivo.
- Risco de acidentes na MG 20 (atropelamento).
- Córrego sem saneamento no bairro Tupi e São Tomás (ribeirão Pampulha).
- Córrego sem saneamento no bairro Guarani (Av. Nossa Sra. Piedade).
- Esgoto a céu aberto no Monte Azul e bairro Júlio Maria.
- Falta de tratamento, limpeza e canalização do córrego Bacuraus (Campo Alegre).
- Poluição dos córregos, esgoto a céu aberto.
- Ausência de infra-estrutura adequada (saneamento, esgoto, pavimentação etc.).
- Ausências de equipamentos de lazer.
- Falta de homogeneidade na distribuição do policiamento e ausência de ronda.
- Existência de muitos lotes vagos sem manutenção (muro, capina etc.) que causam problemas como sujeira e doenças.
- Pouco investimento do poder público em saneamento, educação e saúde.
- Falta de investimentos do poder público nas áreas urbanas da regional.
- Poucos bairros apresentam áreas de lazer e patrimônio histórico.
- Segurança e integração dos ônibus com sistema do trem metropolitano.
- A regional apresenta grande parte de sua área mal ocupada/zoneada, numa margem de 70%.
- Falta de vias de ligação entre os bairros.
- Carência no transporte coletivo de Tupi a Venda Nova.
- Carência de parque ecológico na fazenda Furquim Werneck.
- Córregos a céu aberto (Tamboril, Cândido Martins e córrego Baronesa).
- Infra-estrutura da Av. Cândido Martins e bairro Júlio Maria.
- Densidade habitacional e áreas de risco.
- Falta de segurança e policiamento.
- Deficiência no sistema de transporte coletivo em vários bairros.
- Esgoto sanitário lançado nos córregos da região norte (falta de saneamento básico).
- Ocupação desordenada da região (ex.: faixa de domínio DER na MG 20).
- Falta de implantação de transporte suplementar até a área hospitalar em algumas linhas (deficiente).
- Serviços de atendimento ao cidadão estão defasados.

- O Recanto da Boa Viagem, local indicado para tombamento.
- Poluição dos córregos da região, com criação de animais no entorno (Nossa Senhora da Piedade e Pampulha).
- Deficiência na prestação de serviços bancários e hospitalares.
- Saneamento básico deficiente.
- Existência de grandes bolsões de problemas.
- Inexistência de pólos de formação profissional.
- Dificuldade de transposição da linha do metrô.
- Carência de centros comerciais e serviços.
- Carência de postos de trabalho.
- Carência de planos globais específicos (PGE).
- Carência de área de lazer e espaços culturais.
- Proliferação acelerada dos assentamentos clandestinos, gerando degradação ambiental.
- Existência de grande volume de esgotos a céu aberto, com lançamento nos cursos d'água, causando doenças.
- Ausência da participação popular na discussão dos projetos urbanísticos e ambientais do Isidoro.
- Carência de equipamentos públicos que possibilitem o lazer, a cultura e a preservação ambiental.
- Insuficiência dos pontos de travessia da linha do metrô (Av. Cristiano Machado).
- Carência de equipamentos sociais distribuídos pela região.
- Desenvolvimento insuficiente do comércio aliado à baixa procura por parte da população, que prefere ir ao centro ou Shopping.
- Falta serviço bancário.
- Crescimento e ocupação desordenados, principalmente em áreas de risco e cursos d'água, dificultando a urbanização.
- Quantidade de equipamentos públicos insuficientes (escolas e centros de saúde).
- Ausência de PPO (Postos de Policiamentos) em locais de maiores conflitos sociais.
- Problemas de fronteira Norte/Nordeste sobrecarregam o bairro Ribeiro de Abreu, na Nordeste.
- Escassez de áreas de lazer e espaços para atividades culturais.
- A não municipalização da Rodovia MG 20 e MG 10 no trecho urbano.
- O esgoto do Hospital Sofia Feldman é jogado no córrego do Onça.
- Deficiência do transporte coletivo interligando a região norte com outras regionais e ao posto de saúde do bairro Campo Alegre.
- Ausência de divulgação, comprometendo a integração dos programas, ações e projetos existentes.
- Grande quantidade de córregos poluídos.
- Ocupação desordenada gerando áreas de risco.
- Falta de segurança.
- Falta assistência ao deficiente físico.
- Carência de escolas profissionalizantes e creches na regional.
- Ocupação desordenada e irregular de áreas.
- Precário atendimento nos postos de saúde.
- Degradação ambiental da área do Isidoro.
- Falta urbanização e saneamento básico e tratamento de fundos de vale.
- Não funcionamento e falta de integração da regional com as estações do metrô, bem como o seccionamento da regional pela linha do metrô.
- Intervenção da regional no CAC Providência (projeto "Se me deixam falar").
- Ausência de maior investimento nos centros sociais e políticas voltadas para os jovens.
- Ausência de áreas de lazer e esporte.
- Policiamento ineficiente na regional.
- Falta de canalização dos córregos e esgotos com detritos de origem hospitalar que estão a céu aberto, causando doenças e inundações.

- Escolas acima da 8º série.
- Falta segurança.
- Faltam áreas de lazer.
- Falta posto de saúde; quando tem, falta pessoal.
- Invasões.
- Falta de calçamento e pavimentação de algumas ruas, trazendo prejuízos aos estabelecimentos e residências.
- Saneamento básico: esgotamento sanitário na maioria da regional é a céu aberto.
- Falta de estabelecimentos bancários no entorno dos bairros: Guarani, Minaslândia, 1º de maio, Providência, Aarão Reis, Ribeiro de Abreu e outros.
- Existência de áreas de risco (principalmente no Conjunto Felicidade, Conjunto Novo Aarão Reis, São Tomás e outros).
- A falta de políticas e programas sociais na região contribui com o aumento da violência.
- Várias linhas de ônibus não estão indo até o centro.
- Loteamentos clandestinos entre a Rodovia MG 20 e o córrego do Onça.
- Preocupação com o projeto de construção da Via 540 atravessando a área do Isidoro.
- Obstrução freqüente da Rodovia MG 20 (a última aconteceu em dezembro e até agora não foi resolvida).
- Poluição dos córregos.
- Falta de áreas de lazer e cultura.
- Carência de infra-estrutura no extremo norte da região: falta posto de saúde, escola e pavimentação.
- Precariedade no sistema de transporte: falta ligação com a região hospitalar e falta ligação entre os bairros da região.
- Alguns bairros são atendidos somente por um corredor através do transporte coletivo.
- A concentração dos serviços bancários no bairro Planalto dificulta acesso das comunidades.
- Segurança precária.
- Falta de espaços públicos para lazer/esporte e cultura.
- Saúde.
- Contraste socioeconômico.
- Transporte e trânsito precários.
- Conclusão de obras/pequenas intervenções relacionadas a infra-estrutura (ex.: bairros Aarão Reis/Laranjeiras/Providência).
- Falta de fiscalização das atividades locais (Frigorífico Uberaba), causando incômodo na vizinhança.
- Esgotos a céu aberto em vários pontos (ex.: rua Bacuraus - bairro Campo Alegre).
- Falta segurança/iluminação pública/poda de árvores/capina em vários locais (ex.: Parque próximo à Escola Estadual Maria Luiza - Rua Adelina Sales Pereira - bairro Planalto).
- Falta moradia popular para Asilo de pessoas do Conjunto Zilah Spósito (Sem-Casa bairro Jaqueline).
- Por falta de fiscalização e punição, os córregos são esgotos que correm a céu aberto.
- Invasão da rodovia MG 20 e das margens dos córregos: o poder público não tem dado a devida importância para solucionar o problema.
- Sistema viário: ruas sem pavimentação ou sem saída, o que dificulta a locomoção e o acesso.
- Postos de saúde: atendimento precário (pessoas) e falta de remédios.
- Negligência dos órgãos competentes quando se solicita alguma fiscalização.
- Inexistência de equipamentos/dispositivos que facilitem o acesso de portadores de mobilidade reduzida.
- Sistema de drenagem pluvial inadequada.

5 - PRÉ-CONFERÊNCIA NORDESTE

5.1 - Temas Gerais da Cidade

5.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Ampliação do metrô até Venda Nova.
- Criação do orçamento participativo, embora deficitário.
- Implantação do sistema BHBUS e criação dos corredores de transporte.
- A existência da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.
- Criação do Plano Diretor.
- Construção de moradias em parceria da PBH com movimentos sociais, como os programas OPH e PAR.
- Existência da Lei de Regularização Fundiária.
- Verticalização organizada permitindo melhor ocupação do solo.
- Projetos de recuperação ambiental de áreas verdes e mananciais.
- Construção de conjuntos habitacionais, resolvendo alguns problemas de saneamento e ocupações precárias.
- Construção de áreas de lazer e de centros culturais na cidade (inclusão).

PONTOS NEGATIVOS

- inexistência de espaços para cultura e lazer.
- Verticalização em bairros tradicionais e a ocupação desordenada da cidade com loteamento irregulares.
- Falta de integração entre os órgãos para controle do crescimento urbano (PBH, DNER, CEMIG etc.).
- Ineficiência da fiscalização nas edificações irregulares e lotes vagos.
- Ausência de cadastro único por parte da Prefeitura para o controle das áreas de invasões.
- Baixo percentual do orçamento participativo destinado à habitação popular.
- Expulsão da população de baixa renda para periferias ou municípios vizinhos.
- Especulação imobiliária não indo de encontro aos interesses da população.
- Crescimento desordenado da cidade devido à falta de estrutura urbana, levando à ocupação de espaços públicos.
- Falta de saneamento e problemas ambientais.
- Exclusão da população mais pobre das áreas com maior recurso, formando favelas e aglomerados.
- Falta de fiscalização e regulamentação de loteamentos na cidade.

5.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- O cidadão prefere utilizar o comércio e serviços da região.
- A existência dos centros comerciais nos bairros estimula a concorrência e gera empregos.
- A descentralização organizada e próxima aos grandes corredores facilita o acesso das pessoas ao serviço.
- A criação do Pronto Socorro de Venda Nova.
- Criação de posto de saúde - ex.: Alcides Lins.
- Plano Diretor e o incentivo à criação de centros urbanos regionais.
- A existência de várias atividades no centro da cidade induz à competitividade e redução de preços.
- Controle ambiental das novas atividades que estão surgindo na cidade.
- SHOPPING concentra todos os produtos, oferece segurança e lazer.
- Camelô gera trabalho, mercadoria diversificada e a baixo preço. Pode ser distribuído em outros bairros da cidade.
- Pivetes: os centros de reabilitação estão ajudando a recuperar os jovens e crianças drogadas - ex.: Projeto Veredas.

- Descentralização do comércio.

PONTOS NEGATIVOS

- A concentração de alguns serviços na área central dificulta o acesso das pessoas - ex. justiça, cartórios, INSS, hospitais.
- A ocupação desordenada das calçadas do hipercentro atrapalha o trânsito das pessoas, facilita a violência e desestimula a concorrência - ex.: Praça da Rodoviária, Rua Carijós com Paraná.
- A insegurança na área central desestimula a utilização.
- A ausência de uma política social que atenda à economia informal e inexistência de área adequada para instalação dos camelôs.
- Centralização das atividades de cultura e lazer.
- Concentração excessiva de atividades no centro da cidade.
- Política de investimentos públicos concentrada nos centros, em detrimento das demais regiões.
- Sistema de transporte não favorece o acesso a serviços e comércios entre várias regiões da cidade.
- Falta de incentivo às atividades turísticas nos centros urbanos regionais.
- Concentração das atividades de ambulantes, dificultando a locomoção das pessoas no centro.
- Shopping: discriminação de classes e exploração do consumidor.
- Camelôs tomam os espaços dos passeios, concentram num mesmo local sujeira e barulho, atrapalham a locomoção de pedestres e prejudicam os lojistas.
- Pivetes: a concentração de atividades econômicas atrai pivetes e aumenta a insegurança.
- Colocação irregular de mesas e cadeiras nos passeios (bares e restaurantes).
- Carência de implantação de pólos de pequenas indústrias.

5.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Metrô: seguro, rápido, confortável, tarifa adequada.
- Melhoria na qualidade com a implantação do transporte suplementar.
- Criação do BHBUS.
- Criação do Sistema Interbairros.
- A implantação do busway da Av. Cristiano Machado.
- Abrigo nos pontos de ônibus.
- Pista exclusiva de ônibus na Avenida Cristiano Machado.
- Metrô seguro, rápido e barato, principalmente quando integrado à rede de transporte coletivo.
- Ônibus de piso baixo para idosos e deficientes.
- Implantação do BHBUS.
- Ônibus bairro-a-bairro.
- Curso preparatório para motoristas (ônibus, táxi, suplementar) e trocadores.
- Bilhetagem eletrônica.
- Jornal do ônibus.

PONTOS NEGATIVOS

- Má qualidade do transporte coletivo, segurança, respeito ao usuário.
- Falta de integração dos órgãos para exercer operações em conjunto: DNER, COPASA, PBH etc.
- Rodoviária no centro da cidade, dificultando o trânsito.
- Falta maior número de linhas circulares integradas na área central.
- Má distribuição dos atendimentos das linhas de transporte coletivo.
- Pouca integração do usuário de ônibus com o metrô.
- Tarifa alta para os usuários.
- Número de ônibus insuficiente em determinadas linhas e horários.
- Transporte suplementar sem acessibilidade nem gratuidade a idosos e deficientes.
- Inexistência de gestão participativa de transporte.

- Abandono do anel rodoviário e rodovias estaduais que cortam o Município.
- Má informação ao usuário sobre os serviços de transportes.
- Quadro de horários dos ônibus não é satisfatório.
- Desrespeito ao usuário por parte de alguns operadores.
- Transporte escolar gratuito insuficiente.

5.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- Criação de espaços públicos e liberdade de usos (ex.: OP).
- Manutenção do patrimônio cultural (ex.: transferência do direito de construir).
- Divulgação das atividades culturais e participação popular (ex.: cinema na praça, campanha de popularização do teatro).
- Melhoria na conservação das escolas públicas da PBH.
- Os espaços públicos existem e possuem leis de preservação do patrimônio.
- Os patrimônios já tombados representam a identidade de BH.
- A divulgação na mídia tem sido eficiente, divulgando campanhas e atividades.
- Boa oferta de espaços públicos.
- Preocupação com a preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural.
- Restaurante popular.
- Projeto de Popularização do Teatro (ex.: Palácio das Artes).

PONTOS NEGATIVOS

- Degradação e falta de manutenção e segurança em praças e parques, que muitas vezes viram abrigos de marginais.
- Má distribuição dos espaços públicos de lazer e entretenimento. O próprio texto que lemos retrata isso (eles se concentram na Centro-Sul).
- Falta de monitoramento das atividades, gerando a exclusão de alguns (o SESC é um exemplo que deveria ser seguido).
- Ausência de velórios e banheiros públicos para atendimento das comunidades.
- Insuficiência de bibliotecas públicas municipais.
- Os espaços públicos existentes devem ser melhor aproveitados para cultura e lazer.
- Falta de distribuição de investimentos para manutenção, aquisição, construção, criação e reformas de espaços públicos nos bairros periféricos.
- Os espaços públicos devem ser mais preservados através de educação e conscientização da população, investimento em serviços de manutenção.
- Mau dimensionamento da rede pública de provisão de espaços para ensino de 2°grau.
- Falta de levantamento dos bens patrimoniais e sua adequada divulgação junto à população para facilitar e incentivar o controle.
- Insuficiência de investimentos públicos nos espaços culturais e de lazer na periferia.
- Insuficiência do poder público em relação a preservação e manutenção do patrimônio cultural e histórico no Município.
- Carência de participação da comunidade menos favorecida nos eventos culturais.
- Cobrança de tarifas em alguns espaços públicos. Ex.: Zoológicos.
- Carência de popularização dos espaços públicos na periferia.

5.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- A eficiência da varrição das ruas públicas e coleta de lixo.
- A parceria da Prefeitura com a iniciativa privada na adoção de praças e canteiros.
- As campanhas educativas realizadas sobre as questões ambientais.
- Criação do Projeto Manuelzão e DRENURBS.

- A implantação da ETE Arrudas e a licitação em fase de aprovação da ETE Onça.
- Criação do projeto Manuelzão.
- Implantação do DRENURBS.
- Licitação ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) do Onça.
- Projeto de recuperação da lagoa da Pampulha.
- Implantação ETE Arrudas/Onça.
- Diretrizes de DRENURBS/Manuelzão.
- Parques Florestais. Ex.: Horto, Mangabeiras etc.
- Destinação da área verde do Conj. Capitão Eduardo para parque.
- Criação da ASMARE.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de fiscalização e acompanhamento da Prefeitura com relação ao serviço de água e esgoto.
- Poluição sonora gerada por lojas de discos, empresas, camelôs, igrejas e bares.
- Falta de estações de tratamento e de manutenção das redes de esgoto.
- Saneamento básico ineficiente nas vilas e favelas.
- Falta de fiscalização na poluição do ar por veículos pesados (ônibus, caminhões etc.).
- Arborização concentrada nas áreas centrais.
- Ocupação desordenada das áreas de preservação e de risco.
- Não existência de coletores de esgotos nos rios e córregos.
- Não aproveitamento de áreas ociosas para construção de moradias que não prejudiquem o meio ambiente.
- Mau dimensionamento da rede de drenagem.
- Falta de agilidade e o devido treinamento da fiscalização (agentes).
- Falta de zelo dos órgãos públicos bem como da comunidade para com a Pampulha.
- Destino final do esgoto/lixo de BH.
- Não conclusão das redes coletoras de esgoto que chegam a ETE Arrudas/Onça.
- Carência de captação e drenagem de águas de chuvas.

5.2 - Temas Específicos da Região

5.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento

PONTOS POSITIVOS

- Implantação de universidades (PUC, UNI-BH E UEMG).
- Construção do Minas Shopping tendo como conseqüência a expansão do comércio da região com geração de empregos.
- Implantação da Estação São Gabriel do BHBUS.
- Construção da ETE Onça.
- Implantação da lei das ZPAM, tendo como exemplo a não construção do aterro sanitário do Capitão Eduardo, luta do movimento comunitário.
- Presença da zona de proteção e preservação ambiental (Cap. Eduardo).
- Boa distribuição da rede escolar na região.
- Existência do Minas Shopping servindo como ponto de concentração de comércio / serviços e como ponto de referência da região.
- Boa distribuição de corredores de tráfego, permitindo acesso direto às demais regiões da cidade.
- Implantação do Minas Shopping, PUC, Hotel Ouro Minas geraram emprego, lazer, cultura para a região.
- Implantação de obras (OP), promoveram o desenvolvimento de alguns bairros da região. Ex.: Fernão Dias.
- Verticalização moderada em alguns bairros promovendo a reabilitação de áreas públicas antes degradadas.
- A verticalização valorizou muitas áreas da Regional. Ex.: Fernão Dias / Cidade Nova.

- Existência de vários conjuntos populares conquistados através do Orçamento Participativo.
- Existência da Lei de Uso e Ocupação do Solo.
- Existência de sete parques ecológicos na região.
- Regularização de alguns conjuntos habitacionais (ex.: Conjunto Paulo VI e Capitão Eduardo).

PONTOS NEGATIVOS

- Extensas áreas invadidas e ocupações irregulares.
- Verticalização de bairros tradicionais em favorecimento da especulação imobiliária (ex.: Cachoeirinha, Renascença, Palmares e União).
- Ocupação desordenada das áreas de risco às margens do Ribeirão do Onça.
- Concentração de centros comerciais somente nos corredores de transporte e trânsito.
- Comprometimento do sistema viário devido ao alto adensamento nos corredores arteriais.
- Infra-estrutura de atendimento à saúde é deficiente: postos mal distribuídos, mau atendimento, ausência de uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento).
- Terrenos e imóveis não ocupados, provocando acúmulo de lixo, entulhos e causando doenças (dengue).
- Concentração excessiva e inadequada de atividades e serviços em vias coletoras/arteriais, com incômodos `a população (ruídos, congestionamentos). Ex. Rua Princesa Leopoldina.
- Má distribuição do crescimento e da infra-estrutura urbana (arruamento, saneamento etc.) com carência de comércio e serviços em parte da Regional (creches, bancos, correios, INSS etc.).
- Centralização de comércio e serviços em ponto único da Regional (Ex.: Região do Minas Shopping, Av. Cristiano Machado, Jacuí...).
- Ocupação irregular próximo à área verde do Bairro Capitão Eduardo, vias de ligação regional, viadutos e próximo a torres de energia elétrica. Ex.: Conjunto Paulo VI, Capitão Eduardo.
- Falta de divulgação dos programas de habitação realizados pela URBEL/ PBH.
- Falta de fiscalização por parte da PBH em relação às construções da região.
- Ocupação desordenada da região (ex.: Vista do Sol, Paulo VI, Capitão Eduardo, Ribeiro de Abreu).
- Implantação de loteamentos irregulares trazendo degradação ao meio ambiente (ex.: área ao lado do Conjunto Paulo VI).
- Especulação imobiliária e interesses políticos.

5.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- A existência de leis possibilita a geração de renda nas comunidades (fábricas de fundo de quintal, empresas familiares).
- A existência da Feira dos Produtores e do Mercado do bairro São Paulo.
- A boa distribuição das atividades gera emprego, incentiva a concorrência e o acesso da população (ex.: Centro Comercial do bairro São Paulo).
- Os moradores do bairro Paulo VI são favorecidos pela diversidade de atividades da Rua Antônio Mariano de Abreu.
- Poder Público incentivou o desenvolvimento do Minas Shopping e bairro São Paulo (mercado Municipal).
- Pouca presença de atividades poluidoras (industrial).
- Sistema viário facilita acesso às atividades localizadas na parte sul da Regional.
- Concentração de atividades e empregos na parte sul da Regional.
- Plano Diretor busca incentivar descentralização das atividades.
- Existem diversos pequenos centros comerciais espalhados para toda a região, bem como prestadores de serviços.
- Existem nichos de mercado a serem explorados.
- A exposição de pássaros é uma referência em BH no bairro Fernão Dias.
- A vinda do Minas Shopping valorizou a região e trouxe lazer e entretenimento.
- Os bairros são tranqüilos, com características do interior, com boa infra-estrutura, vias de acesso,

coletivos e proximidade dos centros de comércio e serviços.
- Existência do Minas Shopping como centro de referência, comércio e serviços da região nordeste.
- A existência do metrô e linhas de ônibus na região permite acesso da população aos Shoppings Del Rey e Minas Shopping.
- Existência de CAC - Centro de Apoio Comunitário do Bairro São Paulo e União.
- Existência da Feira dos Produtores na Cidade Nova e Feira do Bairro São Paulo.
- A Região Nordeste é bem servida de Escolas de 1º. Grau.

PONTOS NEGATIVOS
- A má distribuição das atividades nas áreas acima da BR 262 excluem a população e estimulam o deslocamento para o centro da cidade.
- A legislação municipal não permite o desenvolvimento de algumas atividades, prejudicando os moradores (ex.: supermercados em áreas residenciais).
- Os moradores do bairro Dom Silvério e Fernão Dias são prejudicados pela falta de atividades ou serviços.
- A grande concentração e a má distribuição de atividades causam transtornos aos moradores (ex.: bares em excesso, poluição sonora, tumulto e violência).
- As feiras não licenciadas causam discórdia entre moradores e feirantes (ex.: feira Rua Macaé, Bairros da Garça e Dom Joaquim).
- Apesar da Lei Ambiental atender às necessidades, a estrutura de fiscalização é precária.
- Parte Norte da Regional não tem acesso.
- Fácil acesso ao centro de atividades na parte sul da Regional.
- Centro de atividades da parte norte da Regional é deficiente.
- A parte norte da Regional não possui estrutura para atividades esportivas.
- A falta de empregos na parte norte provoca o deslocamento dos trabalhadores para outras áreas.
- Nem sempre os centros de comércio e serviços estão próximos de todos os moradores dos bairros, exigindo grandes deslocamentos a pé.
- Falta infra-estrutura para atrair investimentos privados em outras áreas dos bairros, promovendo a diversidade de atividades e preços mais competitivos.
- Os empresários não oferecem oportunidade de trabalho para os moradores dos bairros da Nordeste.
- Falta divulgação dos espaços públicos destinados à comercialização de artesanatos.
- Faltam espaços públicos para comercialização de artesanatos e os existentes estão mal localizados.
- Não existem todas as atividades que tem na região Centro-Sul ex.: Bancos, Fórum, Cartórios, INSS, Casas Lotéricas, Posto PSIU e Lazer.
- A falta de determinadas atividades de serviços e comércio gera deslocamentos desnecessários e onerosos (ex.: gastos com mais de uma passagem de ônibus).
- A região Nordeste tem pouca oferta de emprego para a população da própria regional.
- A falta de infra-estrutura do tipo esgoto e drenagem dificulta a instalação de atividades comerciais, de serviços e lazer (ex.: Vila Humaitá).
- A parte norte da regional Nordeste não é bem servida de comércio e serviços como a parte sul da regional.

5.2.3 - Sistema Viário e Acessos

PONTOS POSITIVOS
- Jornal do ônibus é muito informativo.
- Bom atendimento pelos motoristas e trocadores (educação).
- Qualidade conforto e segurança dos ônibus.
- Implantação do cartão eletrônico.
- Reserva de lugares para idosos e deficientes.
- Melhoria no tratamento dos passageiros pelo pessoal de operação.
- Pontos de ônibus com abrigo e iluminação, dando segurança aos usuários.
- Implantação de linhas suplementares.

- Pista central para ônibus na avenida Cristiano Machado.
- Estação do metrô São Gabriel e tarifa mais barata de integração.
- Existência de assentos reservados para gestantes, idosos e deficientes.
- Ligação entre as Regionais é satisfatório (transporte coletivo).
- Estação São Gabriel.
- Implantação da Av. Cristiano Machado.
- Via exclusiva para ônibus na Av. Cristiano Machado.
- Onda Verde na Av. Cristiano Machado.
- Criação de ponto de táxi próximo às comunidades.
- Serviços de transporte para região hospitalar.
- Sistema de transporte bairro a bairro e suplementar.
- Trem metropolitano melhor com integração (ex.: Estação São Gabriel).
- Existência de vários corredores de acesso ao hipercentro.

PONTOS NEGATIVOS

- Acesso ao metrô ainda está ruim.
- Mudança de itinerário (1203) sentido bairro a bairro prejudicou bairro Cachoeirinha, sem ponto final (PC).
- Falta de melhor segurança para motoristas e trocadores.
- Preço da passagem para percurso curto está alto.
- Intervalo dos horários entre 11:00h e 15:00h está muito longo.
- BHTRANS faz alteração em geral sem consultar e informar ao usuário.
- Redução do número de ônibus nos feriados, sábados e domingos.
- Inexistência e segurança na travessia de pedestres em alguns trechos. Ex. BR 262, Cristiano Machado com Av. Silviano Brandão.
- Tempo curto para travessia de pedestres.
- Retirada de linhas de ligação à área hospitalar.
- Inexistência de linhas de transporte suplementar em algumas regiões.
- Insuficiência de vias de acesso aos bairros (Ex.: São Paulo, Jardim Vitória, Nazaré, Ribeiro de Abreu - complexo viário).
- Carência de passarelas nas vias principais.
- Dificuldade de transporte coletivo até a área hospitalar (Ex.: Sofia Feldman).
- Necessidade de inclusão da "Educação no trânsito" como matéria obrigatória.
- Ampliação da largura das vias onde há passagem de transporte coletivo. (Ex. Bairros São Paulo e Ribeiro de Abreu).
- Carência de linhas de ônibus integradas ao metrô.
- Tarifa elevada para transporte coletivo de ônibus.
- Insuficiência de ônibus fora dos horários de pico.
- Melhor distribuição dos horários dos ônibus nos corredores locais.
- Falta de respeito dos operadores dos ônibus com o usuário (principalmente idosos e crianças).

5.2.4 - Espaços Públicos, Áreas de Lazer e Patrimônio Histórico

PONTOS POSITIVOS

- A iniciativa de trazer a PUC para a regional, bem como o projeto que vai tornar a fábrica da Renascença ex.: Faculdade. (sic)
- A quermesse da Igreja São Judas e da Feira dos Produtores são boas referências da Regional a nível municipal.
- Minas Shopping trouxe valorização imobiliária para as imediações (se bem que isso gerou evasão dos antigos moradores).
- Minas Shopping e o Minas Casa valorizam a atividade comercial, atendendo as imediações.
- Boa distribuição dos CAC (União, São Paulo e São Gabriel), embora mal divulgados.

- Existência de espaços públicos disponíveis para utilização: parques, praças, campo de futebol, pista de cooper.
- Existência da Feira dos Produtores, Mercado Distrital do Bairro São Paulo, Igreja de São Judas Tadeu.
- Existência do Minas Shopping que possibilita atividades esportivas, culturais, lazer etc.
- Existência de festas populares. Ex.: Feiras, carnaval.
- Acessibilidade aos espaços públicos.
- Existência da área verde no Capitão Eduardo e do Parque Guilherme Lage.
- Feiras Livres. Ex.: da Igreja São Judas Tadeu e do Bairro São Paulo.
- Existência de algumas áreas de lazer. Ex.: Praça do Lago, Campo de futebol Santa Cruz, Concórdia, Saga , Ica, do Nazaré, Matadouro.
- A estrutura da Av. José Cândido da Silveira com pista de cooper, arborização, sinalização é um exemplo a ser seguido para as demais avenidas da região.
- A região possui muitas áreas ociosas/potencialidades onde podem ser criados e construídos pólos, centros culturais, esportivos, lazer, pronto atendimento etc.
- A população da região congrega diferentes grupos culturais oriundos de diversas colônias a serem descobertas e valorizadas.
- Templos religiosos que atraem pessoas de outras regionais de Belo Horizonte etc.

PONTOS NEGATIVOS

- Má sinalização e pouca divulgação dos espaços públicos. Ex.: CAM, CAC, Parque Guilherme Lage, Parque da Matinha, Parque Nova Floresta.
- Espaços com potencial de lazer são subvalorizados, gerando invasões (sobretudo acima do anel rodoviário). Ex.: Conjunto Capitão Eduardo só tem uma escola e uma praça.
- Minas Shopping, Minas Casa e o Ouro Minas não oferecem em contrapartida ações públicas de lazer para os moradores.
- A linha do metrô dividiu os bairros União, São Paulo e São Gabriel, isolando acesso entre eles.
- A Av. Bernardo Vasconcelos não oferece infra-estrutura de lazer para os moradores da regional, senão àqueles imediatos à ela.
- Ausência de respaldo político para conscientização e conservação dos espaços públicos.
- Precárias condições de conservação e manutenção dos parques e praças, bem como falta de segurança dos mesmos.
- Má distribuição dos espaços públicos dentro da Regional Nordeste. Há bairros que não possuem espaços destinados às áreas de lazer: Ex.: Bairro Jardim Vitória, Bairro Capitão Eduardo, Conjunto Paulo VI, Bairro Beija-Flor.
- Presença de cães e ciclistas que interferem na prática de cooper na Av. José Cândido da Silveira.
- Falta de sinalização (placas indicativas) para os espaços públicos.
- Inexistência de praças. Ex.: Nazaré, Acaiaca, Belmonte e Ipê.
- Cobrança de taxas em alguns espaços públicos. Ex.: Quadra do Capitão Eduardo.
- Deficiência no gerenciamento de algumas praças e de alguns parques na região.
- Carência de espaços públicos para atividades culturais. Ex.: teatros.
- Carência de áreas de lazer e centros culturais.
- Os parques existentes não são utilizados pela população devido à falta de segurança e infra-estrutura.
- Região acima do Anel Rodoviário é totalmente desatendida à cultura, lazer, espaços sociais etc.
- Falta de sinalização nos espaços públicos da regional.
- Não há registro dos fatos históricos que mostrem a identidade do bairro.

5.2.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- A existência de parques na região, ex.: Parque Belmonte, Professor Guilherme Azeredo Lage.
- Projeto da estação de tratamento de esgoto ETE - do Ribeirão da Onça.
- A existência do projeto Manuelzão.
- A revitalização de parques e jardins (ex.: Praça do Médico).

- A iluminação do Anel Rodoviário e Avenida Cristiano Machado.
- Melhoria da circulação da Av. Cristiano Machado/Jacuí.
- Melhoria da drenagem da Av. Bernardo Vasconcelos.
- Implantação de áreas verdes como o Parque Escola do Belmonte.
- Ausência de indústrias poluentes.
- Existência da URPV - Unidade de recebimento de pequenos volumes, no bairro São Gabriel.
- Mobilização das comunidades da periferia da SCOMGER-NE na busca de melhorias na qualidade de vida.
- Implantação de pistas de caminhada na Av. José Cândido da Silveira.
- Arborização da Av. Cristiano Machado.
- Destinação da área do Capitão Eduardo para criação de um parque.
- Implantação da coleta seletiva com a instalação dos LEV em vários locais e recolhimento sistemático.
- Grande número de parques e praças (apesar da falta de incentivo para um maior aproveitamento dos mesmos).
- Criação do programa estrutural de áreas de risco.
- Coleta sistemática do lixo doméstico.
- Manutenção preventiva diminuiu número de ocorrência na época da chuva.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de fiscalização nas áreas verdes remanescentes dos loteamentos que acabam sendo invadidos.
- Falta de saneamento básico gerando risco na saúde pública por causa do esgoto a céu aberto. Ex.: Ribeiro de Abreu, Vista do Sol.
- Existência de áreas de risco, por exemplo: Alto Campo Pitangui, Barranco do Campo Galo de Ouro.
- Projeto de implantação do aterro sanitário no bairro Capitão Eduardo.
- Falta de fiscalização das vias ocupadas por lixo e entulho.
- Loteamento em área verde promovida pela COHABITA.
- Carência de saneamento básico em áreas periféricas.
- Ocorrência de bota-fora pelos órgãos da prefeitura e outros com ausência de fiscalização.
- Degradação das nascentes.
- Deficiência da fiscalização para assegurar o cumprimento da legislação.
- A ocupação desordenada em áreas de preservação e sua vizinhança. Ex.: Paulo VI.
- Poluição atmosférica causada pelo mau cheiro oriundo dos córregos da região. Ex.: Onça, Velha.
- Estado ambiental e sanitário a que são submetidas as populações ribeirinhas do córrego do Onça.
- Diferença de infra-estrutura e condições ambientais dentro da região. Ex.: Vista do Sol, Beija-Flor e Beira-Linha em comparação com os bairros Cidade Nova, União etc.
- Carência de monitoramento das nascentes da região.
- Falta de tratamento de fundos de vales e canalização de córregos (principalmente do Onça e Gorduras).
- Manutenção insuficiente para os parques, praças e canteiros centrais.
- Ainda falta varrição em alguns bairros.
- Falta investimento nas áreas de risco às margens dos córregos (regiões inundáveis).
- Pouca divulgação dos LEV e pouco incentivo e explicação sobre a utilização dos mesmos.

6 - PRÉ-CONFERÊNCIA NOROESTE

6.1 - Temas Gerais da Cidade

6.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Verticalização permite um número maior de pessoas numa área.

- As pessoas concentradas ficaram mais próximas aos serviços que a cidade tem.
- A desconcentração do centro criou outros centros nos bairros com melhor qualidade de vida.
- Investimentos em vilas e favelas.
- Atração de novas empresas e investimentos para a cidade.
- Planos globais de vilas e favelas.
- Descentralização e administração pública facilitando a vida social.
- Lei de ZEIS.
- Atuação da PBH promovendo as Conferências e o Orçamento Participativo.
- Estudos da PBH e planos globais.
- Mudanças de mentalidade de políticos e da população.
- Criação do CRP.
- A existência da lei das ZEIS .
- Verticalização que tira pessoas das áreas de risco, possibilitando maior organização para reivindicações.
- Plano Diretor, gerando prioridades de construção e obras.
- Crescimento da cidade, gerando empregos na área da construção civil.
- Maior fiscalização: segurança em obras de construção vertical.

PONTOS NEGATIVOS

- A privatização de benefícios não atinge a população carente e dificulta o acesso a moradia.
- A falta de legislação para vilas, de fiscalização e participação das associações favorecem o desconhecimento das leis, a irregularidade das casas, o desrespeito e baixa qualidade de vida.
- A concentração em núcleos, devido a verticalização desorganizada, evita os investimentos em áreas mais afastadas do centro, com aumento de fluxo de pessoas. (sic)
- Verticalização desordenada compromete a qualidade de vida.
- Migração para o centro urbano compromete a qualidade de vida na capital.
- Falta de planejamento para controle do crescimento.
- Falta de segurança em função do crescimento desordenado.
- Verticalização de um modo geral, especialmente em vilas e favelas.
- Comunidades com dificuldades de mobilização para participar do OP e conquistar PGE.
- Falta de fiscalização de obras de edificações, ocasionando ocupação irregular, inclusive edificações de grande porte.
- A PBH deixa nascer e crescer vilas e favelas - omissão.
- Demora na implantação de obras do OP pela PBH (urbanizações de vilas/favelas).
- Regionalização ainda não atingiu seus objetivos práticos.
- Deficiência na implantação e controle dos planos de ocupação do solo.
- Deficiência na divulgação e conscientização da população.
- Verticalização sem infra estrutura.
- Orçamentos para saúde, educação e CAC deveriam ser diversos do orçamento da infra-estrutura (ex.: ruas e pequenos benefícios para vilas e favelas).
- Participação inadequada do legislativo e indefinição do papel do conselheiro do CRP.
- Falta de planejamento integrado com os municípios vizinhos.
- Falta de destinação das áreas de risco que foram desocupadas.
- Especulação imobiliária, gerando alto índice de loteamentos vagos e crescimento sem controle.
- Insuficiência de fiscalização, gerando o aparecimento de construções irregulares, não prioritárias e descontínuas.
- Pouco investimento nos projetos de moradia popular.
- Falta de controle do crescimento de vilas e favelas, especialmente em áreas de risco.

6.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Atividades diversas de comércio em diversas localidades.
- Atividades específicas em determinados corredores (ex.: peças de carros na Av. Dom Pedro II e móveis na Av. Silviano Brandão).
- Descentralização das atividades comerciais dos grandes centros para os bairros.
- Incentivo dos programas de feiras livres, comboio do trabalhador.
- Existência da Lei do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.
- A implantação de algumas atividades comerciais/industriais nos bairros gera empregos e valorização dos imóveis.
- A diversificação de atividades comerciais em determinados centros estimula a concorrência.
- Shoppings e estação BHBUS contribuem para descentralização das atividades.
- Concentração das atividades hospitalares.
- Crescimento de áreas comerciais em função da integração do sistema viário.
- Descentralização dos serviços públicos de forma que atenda o usuário.
- Existência de centros de excelência em educação.
- A descentralização do comércio melhora a qualidade de vida.
- A descentralização da prefeitura em regionais melhora o acesso para a população.
- A participação popular ajuda no crescimento do bairro.
- Início da descentralização de atividades de comércio/serviços (da área central para outras localidades).
- Concentração de atividades específicas em determinadas regiões, gerando maior concorrência e melhor atendimento ao consumidor.
- Oportunidade da população de expressar suas carências, necessidades e sugestões em eventos públicos.

PONTOS NEGATIVOS

- Há locais com grande concentração de atividades e outros com carência de atividades comerciais.
- Responsabilidade e respeito dos órgãos municipais para com a população de BH, no cumprimento das leis de fiscalização que resultem em qualidade de vida.
- A poluição visual, sonora e atmosférica.
- Implantação de atividades econômicas sem pesquisa da opinião pública.
- Reavaliação de atividades econômicas para efeito de licenciamento devido ao comprometimento da malha viária.
- Atividades hospitalares centralizadas num único ponto da cidade (Santa Efigênia).
- É péssima a fiscalização de uso e ocupação do solo (comércios, moradias).
- Falta de segurança e infra-estrutura nas regiões inibe a implantação de atividades.
- Centralização de atividades de cartório.
- Falta de fiscalização e policiamento nos ferros velhos.
- Os grandes estabelecimentos se sobrepõem aos pequenos comerciantes.
- Prioriza-se o automóvel e, consequentemente, se dificultam as ações comerciais, sociais, culturais e de lazer na cidade (centro).
- A descentralização da cidade, sem uma política de planejamento, também descentraliza todos os problemas, inclusive os sociais.
- Falta uma política pública de inclusão e aproximação com as universidades.
- Falta de critério na feira da Afonso Pena para a participação do verdadeiro artesão.
- A maioria dos bairros ainda depende do comércio do centro da cidade.
- A falta de segurança nos centros comerciais prejudica a qualidade de vida da comunidade.
- Concentração de atividades de comércio e serviços, principalmente na região central, gerando saturação e aumento da violência.
- Crescimento desordenado do comércio informal no hipercentro, gerando grandes incômodos à população.
- Infra-estrutura insuficiente (condições de trânsito, policiamento etc.), próximo de regiões com grande concentração de atividades e serviços.
- Falta de fiscalização para assentamento de camelôs.

6.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Metrô garante grande conforto e segurança.
- BHBUS criou novas alternativas de linhas e novas adequações nos ônibus.
- Criação de abrigos nos pontos de ônibus.
- Implantação do sistema de ônibus bairro a bairro.
- Fim do transporte dos perueiros.
- Implantação do metrô.
- Implantação de vias locais.
- Interligação de linhas de ônibus (evitando o centro).
- Criação das estações do BHBUS (descentralizando).
- Ação enérgica e corajosa da PBH/BHTRANS em relação aos perueiros.
- Sinalização das vias.
- Metrô/BHBUS.
- Preocupação com o sistema viário da cidade (PBH).
- O metrô é rápido. O preço do metrô é baixo.
- Criação/implantação do BHBUS.
- Implantação dos microônibus nas vilas e favelas.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de preparo e respeito do motorista com os usuários, principalmente com os idosos.
- Existe maior priorização para os veículos em detrimento da largura dos passeios para os pedestres.
- O grande número de veículos nas vias acaba gerando grandes congestionamentos, causando a demora entre as viagens e deslocamentos.
- Falta de divulgação, implantação e fiscalização no cumprimento da legislação, adequação de espaços e meios de transportes para portadores de deficiência física, incluindo os idosos.
- Falta de fiscalização e oferta de serviços para atender a demanda do transporte coletivo.
- Anel rodoviário funciona como via urbana.
- Falta de alternativas para pedestres e ciclistas.
- Localização indevida da rodoviária.
- Falta de integração entre os níveis municipal e estadual no que diz respeito ao transporte coletivo, especialmente quanto à circulação dos ônibus intermunicipais em BH.
- Deficiência no planejamento do transporte suplementar.
- Falta de opção de fluxo nos principais corredores (ex.: Praça São Vicente, Pedro II).
- Centralização de serviços na área central (rodoviária, cartórios).
- Insuficiência de transporte coletivo.
- O pedestre não é priorizado no trânsito.
- A BHTRANS age de forma autoritária (não ouve a comunidade).
- Falta de prioridade ao pedestre (passeio).
- Malha viária restrita, com fluxo direcionado para o centro (quase sempre).
- Falta de capacidade do sistema viário para suportar a demanda do trânsito.
- Pouca oferta de ônibus. Horário não cumpre a tabela.
- Centralização dos serviços no centro. Tiraram os perueiros e colocaram poucas alternativas.
- Falta integração do metrô com o ônibus. O sistema bairro a bairro utiliza o centro da cidade.
- Ineficiência da fiscalização para o cumprimento da lei que beneficia pessoas idosas e portadores de deficiência.
- Prioridade para os carros em relação aos pedestres, nas políticas de transporte.

6.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- Existência de leis de preservação.
- Existem bons espaços públicos com ótimos eventos realizados.
- Existência de bons acessos viários.
- Campanha de popularização do teatro.
- Preservação do patrimônio público e cultural da Pampulha com a não verticalização.
- Parceria entre governo e iniciativa privada na preservação dos espaços públicos.
- Preservação das praças e dos parques municipais.
- Intenção e esforço da luta do poder público, pela preservação do patrimônio histórico, através da lei do tombamento.
- O conjunto dos pontos culturais, hospitalares, clima e tradição.
- Maior conscientização dos lideres comunitários pelas causas sociais e culturais.
- Manutenção facilitada pelos convênios com iniciativa privada.
- Manifestações culturais existentes em Belo Horizonte.
- Preços populares dos eventos culturais (campanha de popularização do teatro).
- BH é bem servida de espaços públicos.
- Já está havendo conscientização da população para a preservação.
- Conservação dos imóveis antigos tombados.
- Existência de legislação específica para espaços públicos e patrimônio.
- Existência de programas de incentivo à adoção de espaços públicos (ex.: Adote o Verde).
- Criação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (Lei Municipal 3.802/84).

PONTOS NEGATIVOS

- Má administração pública dos espaços públicos e de lazer.
- Falta de divulgação externa e informações internas dos espaços e eventos realizados.
- Falta de segurança para os usuários.
- Abandono dos lotes vagos e ocupação das calçadas.
- Interesses particulares criam barreiras à aplicação da Lei de Preservação do Patrimônio Histórico.
- Quando surge o novo uso para o espaço cultural, a comunidade não é ouvida (ex.: Mercado da Lagoinha).
- Descaracterização dos eventos e festas populares e falta de incentivos.
- Vandalismo pela falta de cultura.
- Faltam maiores incentivos para preservação de imóveis tombados.
- Má divulgação dos eventos, espaços etc.
- Insegurança, uso e preservação.
- Ausência de áreas de lazer e cultura.
- Necessidade de se investir na implantação, manutenção e conservação de praças, parques e jardins.
- Não existem espaços e apoio para trabalhos com crianças e adolescentes.
- Nas praças faltam segurança, conservação, conscientização de uso, ordem.
- Falta fiscalização do uso e das condições físicas das vias públicas, praças, conservação, etc.
- Falta mais divulgação, informação e condições de acesso aos bens culturais.
- Faltam espaços públicos e culturais na periferia de BH.
- Inexistência de atividades culturais com o objetivo de conscientização e valorização dos espaços públicos e patrimônio.
- Descontinuidade das ações de preservação e manutenção dos espaços públicos e patrimônio na mudança de governo.
- Inexistência de espaços públicos humanizados (mobiliário urbano, banheiros, segurança, conservação) nas regiões fora da área central.
- Atos de vandalismo nos espaços públicos.
- Falta de espaços para a realização de grandes eventos.

6.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- Aumento da consciência ambiental.
- Alto índice de cobertura de esgoto e água.
- Iniciativas do poder público municipal como a descentralização, criação de parques regionais, programa Adote o Verde etc.
- Criação da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) do Arrudas.
- A existência dos parques ecológicos (Mangabeiras, Municipal e outros).
- Participação popular na conscientização da preservação do meio ambiente.
- A existência do PROPAM.
- Existência de aterro sanitário.
- Existência de parques e áreas verdes no município.
- Projetos de arborização e Adote o Verde.
- Campanhas: de saúde pública, revitalização de nascentes, coleta de lixo.
- Coleta de lixo eficaz.
- Existem programas de proteção ambiental.
- Monitoramento das áreas de risco.
- Existem programas voltados para preservação das nascentes dos rios e dos córregos.
- Existência do Plano Diretor de Drenagem, Coleta Seletiva e Disque Sossego.

PONTOS NEGATIVOS

- Legislação ambiental não é cumprida e há falha na fiscalização.
- Destruição de áreas verdes, nascentes e córregos.
- Poluição sonora e visual.
- Existência de população sem serviços de saneamento básico.
- Falta de uma política de plantio de árvores.
- Poluição do ar, sonora e de trânsito, lixões e bota-foras clandestinos e aterro sanitário.
- Lançamento de esgoto, lixão, entulho nos recursos hídricos naturais.
- A falta de áreas disponíveis para implantação de áreas verdes devido à especulação imobiliária e invasões por falta de fiscalização (comunidade e poder público) em áreas destinadas para este fim.
- Falta de investimento da COPASA MG em BH, principalmente no que diz respeito a interceptores de esgoto e esgotamento de vilas e favelas.
- Falta de fiscalização ambiental.
- Falta de conscientização - moradores responsáveis pelo cuidado com praças e calçadas - lixo.
- Esgoto a céu aberto em muitos bairros, vilas e favelas.
- Poluição sonora, visual e atmosférica.
- Especulação imobiliária, desrespeitando as áreas ambientais e públicas da cidade.
- Falta de investimento em saneamento público (captação de água e novo aterro sanitário).
- Ausência de programas de educação ambiental e conscientização.
- Há maior preservação de áreas verdes na Região Centro-Sul, enquanto nas demais regiões a presença de novas áreas é menor.
- Falta empenho do poder público na preservação dos recursos hídricos.
- Abandono das áreas públicas gerando acúmulo de lixos e entulhos.
- Falta articulação entre o serviço de coleta de lixo e varrição de rua.
- Falta de abrangência nos projetos estruturais públicos e na aprovação dos projetos particulares.
- Falta de áreas verdes e um projeto mais enérgico para combater a poluição visual.
- Falta de controle de instalações de antenas de telefonia celular.
- Falta de fiscalização, priorização e demora na implementação dos projetos ligados à preservação de nascentes e córregos.

6.2 - Temas Específicos da Região

6.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento

PONTOS POSITIVOS

- Implantação do Shopping Del Rey serviu como atrativo para a concentração residencial e o surgimento de novos serviços e valorização da área.
- A existência de Áreas de Diretrizes Especiais ajuda a preservar a história de alguns bairros e de BH.
- Crescimento e adensamento atraem serviços e investimentos para a Regional, criando novos centros urbanos.
- Alargamento da Av. Dom Pedro II, infra-estrutura das Av. Avaí, Brigadeiro Eduardo Gomes e Pandiá Calógeras.
- Adensamento na região do Caiçara com a instalação do Shopping Del Rey.
- Revitalização da área da Lagoinha.
- A conquista através do OP da construção de uma ponte de acesso ao conjunto Celso Machado (Serrano).
- Proposta de reassentamento da vila São José em área próxima da futura estação Alípio de Melo do BHBUS.
- 1ª Conferência de Política Urbana alcançou resultados com alteração da lei 7166/96, através da lei 8137/00.
- Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo são avanços.
- Existência do Plano Diretor.
- Criação da ADE (ex.: Lagoinha).
- Criação do Parque Carlos Prates.
- Existência do Plano Diretor e Orçamento Participativo.
- Proposta de criação do parque na área do aeroclube do Padre Eustáquio.
- Planos Globais para vilas e favelas.

PONTOS NEGATIVOS

- Adensamento e a ocupação desordenada reduziram a qualidade de vida, a infra-estrutura e o saneamento básico, além do número de áreas verdes.
- Aterro sanitário em área residencial prejudica a valorização e compromete as condições sanitárias, de higiene, de saúde e é uma poluição visual.
- Relevo e as péssimas condições do terreno prejudicam a ocupação das áreas de risco, que acabam sendo ocupadas por favelas e vilas, com grande concentração de moradias improvisadas.
- Permissão da construção de aeroporto agravando a poluição sonora.
- Falta de urbanização de vilas e favelas e fiscalização.
- Falta infra-estrutura em algumas áreas que poderiam ser adensadas.
- Região dos córregos no Bairro Caiçaras, Bairro Aparecida, Conjunto Califórnia, devido ao número de favelas, cemitérios e aterro sanitário.
- Falta de acompanhamento social para famílias reassentadas e falta de cadastro a nível municipal para impedir o retorno das mesmas ao local de origem.
- Verticalização de áreas não autorizadas.
- Prioridades não são plenamente obedecidas, não há continuidade nas prioridades e nas conquistas do OP.
- Não são implantadas ações nas áreas definidas como ZEIS.
- Ausência de plano regional para habitação popular de baixa renda.
- Obstrução de vias públicas e praças por atividades irregulares.
- Na região Noroeste existem áreas que estão crescendo desordenadamente, desrespeitando as áreas verdes.
- Por não haver integração dos municípios, falta política uniforme quanto ao zoneamento e ocupação do solo na Região Metropolitana.
- Com o surgimento de comércios e indústrias de grande porte, algumas regiões da Regional não recebem investimentos suficientes para adequar a qualidade de vida da população, como empregos, áreas de lazer etc.

- Falta de aplicação da Lei da ZEIS: a Regional tem 19 vilas e favelas.
- A verticalização das edificações tem comprometido a visibilidade do patrimônio histórico, cultural e ambiental.
- Com pouco tempo do Plano Diretor, algumas ocupações foram feitas sem projetos de drenagem, infra-estrutura de rede pluvial (ex.: os conjuntos habitacionais).
- Maior crescimento e adensamento em vilas e favelas comprometendo a qualidade de vida.
- Alto índice de verticalização nos bairros Caiçara e Coração Eucarístico.
- Ineficiência de fiscalização das leis (código de obras, posturas etc.), gerando riscos à população.
- Ocupação e crescimento dos bairros Santa Maria e Camargos sem a correspondência de uma infra-estrutura adequada.

6.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Trabalho de descentralização do comércio e repartições públicas que facilitam o cotidiano.
- Comodidade do comércio no bairro.
- A concentração de atividades emprega moradores da região.
- Utilização de áreas comerciais para prestação de serviços púbicos (áreas de lazer).
- Regionalização das discussões sobre a cidade.
- Regionalização da saúde.
- Regularização das atividades dos carroceiros, com a inauguração da URPV - Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes - da Av. João XXIII.
- Trabalho dos Agentes de Saúde na comunidade.
- Localização de grandes atividades e de atividades de impacto, ao longo do Anel Rodoviário.
- Nos últimos anos houve melhoria da qualidade de vida em função da descentralização.
- A abertura da Pedro II vai interferir no crescimento de serviços e centros urbanos da região lindeira.
- Existência de bairros com possibilidade de crescimento.
- Localização adequada das atividades de serviço e comércio em alguns locais (Av. Pedro II, por exemplo).
- A Regional Noroeste é bem servida por escolas públicas e privadas.
- Construção do Parque Ecológico Aeroporto Carlos Prates.

PONTOS NEGATIVOS

- Atividades comerciais em determinados locais são concentradas, devido à falta de segurança dos comerciantes.
- Concentração de atividades em ruas estreitas, onde há grande movimento de ônibus e estacionamentos de veículos nas esquinas, impedindo o tráfego.
- Atividades industriais e comerciais que são incompatíveis com as áreas residenciais.
- Falta de participação da comunidade na definição das atividades a serem implantadas.
- Passeios ocupados e mal conservados provocam insegurança para pedestres nas áreas comerciais.
- Falta de fiscalização de posturas causa insegurança no trânsito das áreas comerciais.
- Ausência de banheiros públicos e de alternativas de estacionamento inibem atividades.
- Falta de atividades, serviços, comércio e lazer nas áreas periféricas e vilas.
- Poder público não decide junto com a comunidade as necessidades básicas.
- Falta fiscalização das atividades irregulares.
- Prestação de serviços de informação por meio de informática, na Regional, ainda é inadequada.
- Os centros urbanos da Regional não atendem à maioria da população.
- A prefeitura não tem sido enérgica o suficiente para controlar as atividades incômodas.
- Falta de interesse do governo e vontade empresarial para investir no comércio da periferia.
- Má distribuição das atividades de comércio e serviços com concentração em determinadas regiões, em detrimento de outras.
- Infra-estrutura precária/inadequada da Rua Padre Eustáquio que é incompatível com a concentração de

atividades e serviços na região.
- Grande número de bares e casas de shows, causando incômodos.
- Fechamento de algumas atividades do projeto "Abastecer" do bairro Pindorama.
- Critérios diferenciados para a aprovação, licenciamento e fiscalização para pequenos e grandes empreendimentos.

6.2.3 - Mobilidade, Sistema Viário Transporte

PONTOS POSITIVOS
- Grande número de vias facilita o acesso dentro da Regional e fora da mesma, por exemplo, quanto aos deslocamentos aos *shoppings*, cemitérios, faculdades, aeroportos etc.
- Várias opções de linhas atendendo quase toda a Regional.
- Comércio centralizado nos grandes corredores de tráfego evitam grandes deslocamentos (ex.: Av. Abílio Machado, Rua Padre Eustáquio).
- Projeto da Av. Dom Pedro II.
- Facilidade de acesso a várias regiões.
- A região é servida por quatro estações de metrô.
- A manutenção da malha viária é feita constantemente pela PBH.
- BHBUS.
- Obra da Pedro II.
- Melhoria e abertura de vias (ex.: Av. Pedro II e Av. Eduardo Gomes).
- Linhas de ônibus fazendo interligação de bairros (Del Rey, BH Shopping).
- Semáforos de auxílio ao pedestre.
- Implantação das linhas suplementares.
- Descentralização do setor comercial bancário para os bairros.
- Existência de vários corredores de trânsito, facilitando a mobilidade do usuário.
- Várias vias dão acesso à região.
- Existem várias linhas que atendem à região.

PONTOS NEGATIVOS
- Os passeios estreitos em alguns corredores de tráfego acabam dificultando o trânsito dos pedestres e provocando acidentes (ex.: Rua Pe. Eustáquio, Av. Pres. Antônio Carlos etc.).
- Apresenta poucas passarelas para pedestre, e as que existem, às vezes, foram construídas em locais inadequados tornando-se perigosas para a segurança das pessoas.
- Tráfego intenso gerado pela ligação aos bairros da Regional e a outras regionais acabam diminuindo a vida útil da camada asfáltica.
- Falta de sinalização e sincronia de sinais nos principais corredores.
- Gargalo da Praça São Vicente sentido centro-bairro.
- Anel Rodoviário funciona como uma barreira, dificultando a interligação dos bairros da região.
- Pontos de estrangulamento de trânsito (ex.: Av. Pedro II com Anel Rodoviário, Praça São Vicente, Av. Américo Vespúcio c/ Av. Antônio Carlos, Teresina com Praça Bom Jesus).
- Falta sinalização em alguns pontos críticos. (ex.: Brás Baltazar com Barão de Coromandel).
- Aumento da passagem do transporte público.
- Insuficiência de conservação e iluminação nas vias públicas e deficiência de infra-estrutura das vias de trânsito intenso (ex.: Rua Martins Alves, Itaguaí e Padre Eustáquio).
- Concentração de linhas de ônibus em um corredor (ex.: Padre Eustáquio).
- Falta de interligação entre bairros e acesso ao metrô com número insuficiente de linhas e horários.
- Estrangulamento de acessos nas grandes vias (ex.: Pedro II, Anel, Praça São Vicente, Complexo da Lagoinha).
- As atividades irregulares na Regional estão invadindo os espaços públicos (calçadas).
- Pedestre não é priorizado (passeios inadequados, rampas de garagem, acesso ao transporte coletivo etc.).
- Má distribuição das linhas de ônibus que atendem aos bairros.

- Demora na implantação das outras linhas BHBUS / Metrô para a regional.
- Afunilamento do trânsito (Praça. S. Vicente e complexo da Lagoinha).
- Má distribuição no quadro de horários das linhas que atendem a Regional e a frota é insuficiente, o que causa a superlotação.
- Estrangulamento das principais vias (ex.: Pedro II, Padre Eustáquio, Lagoinha, Antônio Carlos, Tereza Cristina, Anel, Praça São Vicente).
- Existência de grandes barreiras físicas separando alguns bairros (ex.: Santa Maria, Camargos, Vila Oeste, Região Noroeste com Calafate e Prado).
- Falta integração do metrô com ônibus.
- Transporte coletivo: - má qualidade; - deficiência no horário noturno; - inadequação para deficiente físico; - falta ônibus suplementar.
- Falta de fiscalização viária e engenharia de tráfego.

6.2.4 - Espaços Públicos, Áreas de Lazer e Patrimônio Histórico

PONTOS POSITIVOS

- Existência de espaços públicos disponíveis para utilização.
- Existência de patrimônio histórico, preservando a memória de BH.
- Existência de políticas educacionais das lideranças comunitárias voltadas para preservação e manutenção do patrimônio histórico.
- Iniciativa de transformar o Aeroporto Carlos Prates em área de lazer.
- Parceria do poder público e a iniciativa privada.
- Existência de festas populares: carnaval, festa junina e feiras.
- Conquista de espaço para a 3ª idade na Vila Oeste e Shopping Del Rey.
- Pista de Cooper da Av. Brigadeiro Eduardo Gomes.
- Construção e restauração de praças e parques.
- Trabalhos feitos pela comunidade em prol da cultura e do lazer.
- Eventos da terceira idade.
- Revitalização da Lagoinha.
- Potencial histórico, por se tratar de uma área antiga.
- Presença de igrejas para melhor orientação à população.
- Existência da ADE Lagoinha (preservação do patrimônio histórico e cultural).
- Grande potencial histórico, cultural e econômico.
- Parcerias entre PBH e iniciativa privada para preservação do patrimônio (IAPI).
- Recuperação do Mercado da Lagoinha.

PONTOS NEGATIVOS

- Insuficiência de áreas de lazer, considerando o tamanho da regional.
- Ausência de respaldo político para conscientização e conservação das áreas públicas.
- Má administração dos espaços públicos e da única área de lazer existente (Parque Ecológico Aeroclube Carlos Prates).
- Carência de espaços públicos de lazer na Regional.
- Falta de segurança dos espaços públicos, principalmente praças.
- Os espaços públicos são mais pontos de referência do que áreas de lazer.
- Parque do aeroporto Carlos Prates: ineficiência da administração, carência de áreas sombreadas e cobertas, falta de divulgação.
- Deficiência da manutenção e conservação dos espaços públicos.
- Falta de parques de lazer e cultura.
- Apoio à comunidade para exercer os trabalhos culturais.
- Falta de conservação e segurança.
- Propostas da Arena da Cultura, do Poder Público, não foram implantadas de forma satisfatória.
- Não implantação de projetos culturais e de lazer existentes para a região.

- Carência de áreas de lazer e as poucas existentes são subutilizadas e necessitam de manutenção.
- Dificuldade de acesso da população às poucas áreas de lazer existentes, o que dificulta a sua utilização.
- Patrimônio está sendo descaracterizado por falta de fiscalização e interesse do órgão público e da sociedade.
- Fato de o Mercadinho da Lagoinha não ser um centro cultural.
- Praça São Vicente: quebra da unidade geográfica e cultural pelo crescimento desordenado e dificuldade de acesso ao setor oeste da regional.
- Poucas opções de lazer, cultura, convivência e esporte e utilização inadequada das opções existentes (Mercado da Lagoinha).
- Descaracterização do patrimônio e espaços públicos pela poluição visual, sonora e radioativa (antenas de telefonia celular).
- A não conclusão das obras de construção do Parque Ecológico do Aeroporto Carlos Prates.
- Falta investimento, manutenção e conservação das praças, CAC e parques, principalmente os conquistados no OP (Orçamento Participativo): "Praça Uruguaiana no Bairro Bom Jesus e praças do bairro São José".

6.2.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- Tratamento de esgoto no Parque Caiçaras.
- Adesão de empresas na preservação de áreas verdes.
- Parceria das Regionais Noroeste e Pampulha para recuperação da bacia da Pampulha.
- Existência da Secretaria de Meio Ambiente.
- Programas da PBH que assistem a Regional Noroeste: PROPAM, DRENURBS, HABITAR BRASIL e PGE.
- Existência de áreas do aterro e do aeroporto para possíveis futuras áreas verdes.
- Obra da Av. Pedro II.
- Urbanização da Vila Senhor dos Passos.
- Implantação dos planos de ação global nas vilas e favelas.
- Execução das obras do OP.
- Obras de interceptores de esgoto da região da Bacia do Onça.
- Há melhorias em áreas pontuais em relação à infra-estrutura básica.
- Programas ambientais existentes na regional (PROPAM, Habitar Brasil, Áreas de Risco, Pedro II...).
- Coleta sistemática do lixo.

PONTOS NEGATIVOS

- Áreas livres e verdes ociosas, trazendo riscos à segurança pública.
- Aterro Sanitário ocasionando péssima qualidade de vida aos moradores do entorno.
- Esgoto a céu aberto na Vila São José, Pindorama, Sumaré, Califórnia, Vila Cachoeirinha e outras.
- Lentidão na implementação de projetos de saneamento básico e melhoria nas condições ambientais.
- A região não apresenta doze metros quadrados de área verde por habitante nem preserva as áreas existentes.
- Aterro é problema para os moradores dos bairros próximos e o tratamento do lixo é insuficiente e inadequado.
- Pouca área verde se comparando com o tamanho da Regional.
- Grande número de eixos de transporte compromete as condições ambientais e qualidade de vida.
- Existência de áreas verdes sem condições de acesso, de uso e insalubres.
- Existem lentidão e dificuldade na execução dos programas existentes para a região.
- Poluição sonora e visual nos grandes corredores.
- Poluição dos córregos (córrego São José, Avaí etc.).
- Falta área verde, com destaque para a Mata do Morcego.

7 - PRÉ-CONFERÊNCIA OESTE

7.1 - Temas Gerais da Cidade

7.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Abertura da imprensa para expor problemas da cidade, a luta do povo e as buscas de soluções da PBH.
- Fortalecimento e criação de grupos tais como "Sem-Casa", para efetivação e busca de soluções para moradia.
- Predisposição da PBH e outros órgãos públicos para informar e buscar soluções com associações e movimentos populares que estão buscando melhorias para seus bairros e cidade.
- Existência de centros comunitários, proporcionando uma melhor integração dos moradores do bairro.
- Participação popular e ações conjuntas com a prefeitura.
- A existência da Lei de Uso e Ocupação do Solo.
- A execução de obras (em geral) através do Orçamento Participativo.

PONTOS NEGATIVOS

- Comodismo: falta de participação das comunidades.
- Falta efetiva participação e interesse das autoridades públicas no acompanhamento e controle na expansão dos bairros.
- Ausência de unidade e comunicação dos órgãos competentes na fiscalização de construções na cidade.
- Verticalização de bairros como Buritis e Belvedere, descaracterizando a cidade e o bairro.
- Baixa participação do Poder Legislativo nas reuniões da Pré-Conferência.
- Inadequação e não cumprimento da Lei de Uso e Ocupação do Solo; processo de verticalização gerado pela legislação inadequada.
- Crescimento desordenado de vilas e favelas gerando conseqüências para toda a população.
- Projeto da reforma agrária é desenvolvido de forma ineficaz, causando adensamento da população nas grandes cidades.
- Ausência de integração entre BH e municípios da região metropolitana.
- Morosidade na conclusão de obras e falta de discussão de temas estruturais da cidade dentro do OP.

7.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Redução da concentração dos serviços essenciais no hipercentro (*shopping* e supermercado).
- Reforma administrativa na Prefeitura.
- Educação e treinamento que vêm sendo dado aos membros dos CRP.
- Sistema viário atual beneficia o acesso aos serviços e comércio (grandes vias).
- Shoppings com concentração de comércio e serviços diversificados e com segurança para os usuários.
- Criação de taxi-lotação, favorecendo o acesso de serviços e comércio.
- Descentralização administrativa das regionais.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de integração dos gestores públicos de diferentes atividades.
- Ineficiência dos serviços públicos descentralizados.
- Existência ainda de grande concentração de atividades no hipercentro, deixando algumas regiões carentes.
- Falta de planejamento na distribuição das atividades de comércio e serviços, dificultando o acesso dos usuários.
- A deficiência da fiscalização na atividade de comércio e serviços (bares e restaurantes que não respeitam os locais públicos - mesas nos passeios).
- Serviço hospitalar é mal distribuído e os grandes hospitais públicos são insuficientes para atender à demanda da população.

- Não implementação de serviços e equipamentos públicos em vilas e favelas.
- Falta sanitário público na cidade.

7.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- A implantação do projeto da rodoviária descentralizada e do metrô vai melhorar ainda mais o trânsito.
- A implantação do transporte suplementar e linhas bairro-a-bairro facilitaram o trânsito das pessoas.
- A BHTRANS melhorou o seu funcionamento, atendendo melhor a população e o trânsito.
- Os sistemas de BHBUS e metrô são bons.
- A implantação das rotas de taxi-lotação foi positiva, porém insuficiente.
- A criação do transporte suplementar.

PONTOS NEGATIVOS

- Faltam investimentos em obras que melhorem as condições de trânsito (manutenção de vias, linhas de transporte suplementar e metrô etc.).
- Falta melhorar rotas e horários das linhas de ônibus (tradicional e suplementar), como, por exemplo, aos sábados.
- Falta respeito com os usuários especiais (idosos, deficientes e gestantes), tanto pelos cidadãos quanto pelos funcionários dos ônibus.
- Má fiscalização do transporte público.
- Os pedestres têm seu deslocamento prejudicado pela apropriação dos passeios por bares, camelôs, veículos etc. e má manutenção dos mesmos.
- Morosidade na conclusão do metrô e sistema BHBUS.
- Desrespeito ao pedestre: calçadas em más condições, tempo dos semáforos insuficientes.
- Preço das passagens é alto.
- Morosidade na implantação de projetos de transporte e trânsito (principalmente em vilas e favelas).
- A BHTRANS não atende às reais demandas da população e a prestação do serviço de ônibus ainda é deficiente.

7.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- Recuperação de edifícios, como a Serraria Souza Pinto.
- Iniciativas públicas para apropriação do espaço público, tais como o FIT, o Carnaval, a Feira da Av. Afonso Pena e a Campanha de Popularização do Teatro.
- Valorização de espaços de lazer, como o Jardim Zoológico, que é bem utilizado pela população.
- Projetos como a "Arena da Cultura" , "Campanha de popularização do teatro", permitindo o acesso à cultura pela população em geral.
- "Pista de Cooper" nos grandes corredores incentivando esporte, lazer e saúde.
- Existência de áreas de lazer regionais: Parque das Mangabeiras e Lagoa do Nado.

PONTOS NEGATIVOS

- Espaços públicos já existentes na cidade, com potencial para atender a população, estão mal cuidados (ex.: Praça da Estação, Parque Municipal, Praça Raul Soares).
- Mau uso/apropriação do espaço público por interesses particulares: ocupação de calçadas por mesas de bares, placas, outdoor, mobiliário urbano e atividades inadequadas.
- Insuficiência de espaços de lazer nos bairros, gerando pouca convivência social. Os poucos espaços de lazer existentes não proporcionam segurança para os possíveis usuários, incentivando a procura por *shopping*.
- Falta de espaço de publicidade para a divulgação de eventos públicos.
- Abandono de espaços públicos, privados e de interesse ambiental e cultural.
- Má distribuição, centralização dos espaços e equipamentos na cidade - carência desses locais nos bairros.
- Mau funcionamento dos espaços existentes nos bairros, dificultando seu uso pela população:

problemas de manutenção, segurança e horários de funcionamento.
- Os espaços públicos existentes não estão abertos às manifestações populares.
- Faltam espaços públicos e incentivos culturais em vilas e favelas (bibliotecas, quadras, centros sociais e culturais).
- Grupos culturais e folclóricos existentes nos bairros estão acabando ou não se desenvolvem: falta investimento para sua manutenção e desenvolvimento.

7.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS
- Implantação do Plano Diretor.
- Bom atendimento dos parques e praças como área de lazer.
- Implantação do trabalho de reciclagem de lixo.
- Criação do DRENURBS.
- Criação da ETE Arrudas.
- Abastecimento de água tratada.
- Implantação das URPV (unidades para recolhimento e reciclagem de entulhos).
- Criação de parques na cidade.
- Existência de DRENURBS e Manuelzão.
- Existência de audiências públicas para discussão sobre impactos ambientais.

PONTOS NEGATIVOS
- Reciclagem de lixo: centralização, insuficiência de cooperativas e falta de sustentação.
- Política de coleta seletiva não atende à demanda de toda a cidade.
- Áreas verdes não recebem tratamento adequado (visitação, manutenção). Ex. : mata do Cercadinho e Pampulha.
- Degradação ambiental provocada por empreendimentos imobiliários e ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental (omissão em relação à Mata do Cercadinho – COPASA MG).
- Falta de fiscalização ambiental (poluição sonora e ambiental, lotes vagos etc.).
- Falta de interlocução entre o poder público municipal e estadual para definir as prioridades de saneamento básico.
- Crescimento urbano desordenado: Deficiência do poder público para fiscalizar e coibir.
- Falta de conscientização, fiscalização, orientação da população no sentido de contribuir para a preservação ambiental.
- Falta de priorização para atividades de tratamento de córregos, ações de saneamento básico (vilas e favelas) e falta abaixar tarifas de abastecimento de água.

7.2 - Temas Específicos da Região

7.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento

PONTOS POSITIVOS
- Implantação do Parque Ecológico do Havaí, no Conjunto Estrela Dalva.
- Grande oferta de comércio e sua multiplicidade.
- Regularização fundiária da avenida Barão Homem de Melo.
- Implantação da avenida Tereza Cristina, saneamento do ribeirão Arrudas.
- Preservação do parque Betânia e Cercadinho.
- Existência de vários bairros com predominância de residências unifamiliares (casas).
- Existência de algumas áreas de lazer; mas podem ser aumentadas.
- Facilidade de acesso às áreas fora da região.
- Boa distribuição do comércio dentro da regional.
- Bom atendimento do transporte coletivo (ônibus passam em pequenos intervalos de tempo).

PONTOS NEGATIVOS

- Ocupação irregular de regiões por falta de fiscalização, como as margens do córrego do Cercadinho e áreas remanescentes da prefeitura, que poderiam ser ocupadas como bens públicos (parques).
- Especulação imobiliária, ocupando a área ambiental situada no Bairro Buritis, deteriorando nascentes, fauna e flora.
- Falta de política de desenvolvimento das áreas de favelas, para que estas não sofram pressão por especulação imobiliária.
- Falta de legislação e políticas específicas para a preservação de patrimônios históricos e culturais dos bairros.
- Crescimento desordenado pela falta de controle do poder público sobre as empresas imobiliárias e comércio para favorecer a publicidade.
- Falta de segurança policial.
- Grande processo de verticalização em vários bairros.
- Dificuldade de circulação na parte interna da regional.
- Falta de um hospital geral (público) na regional.
- Nas vilas e favelas a qualidade de vida é ruim.

7.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Abertura de novas áreas de lazer para a região (ex. : "pista de Cooper" na avenida Tereza Cristina).
- Criação de novos serviços descentralizados, gerando novos empregos (supermercados).
- Centralização do atendimento da COPASA MG na região.
- Construção de novos centros urbanos como a Faculdade Newton Paiva, a Expominas e parques públicos.
- Abertura de novas vias, dando acesso a outros bairros (ex.: avenida D. João VI e avenida Mário Werneck).
- Boa interlocução entre as associações, conselhos e comunidades com as Regionais.
- Bom trabalho de limpeza urbana.
- Melhora dos serviços de segurança pública na região (ex.: 10ª Cia, Batalhão Bairro Palmeiras).
- Boa distribuição de centros de saúde e escolas municipais e estaduais na região.

PONTOS NEGATIVOS

- Desconforto dos pedestres nas áreas comerciais : invasão do comércio nas calçadas / excesso de poluição visual.
- Construção do CERESP, trazendo insegurança aos moradores e desvalorização dos imóveis.
- Falta de áreas de lazer e má preservação das já existentes.
- Deficiência na distribuição dos serviços em algumas áreas, como bancos, escolas e supermercados.
- As vias não têm porte para o número de atividades e serviços (Av. Mário Werneck, R. Úrsula Paulino, Av. Barão Homem de Melo e R. Piedade Campos).
- Falta de planejamento para distribuição de atividades.
- Falta de espaços para o desenvolvimento de atividades culturais e profissionais para crianças e adolescentes carentes no Aglomerado Morro das Pedras.
- Fiscalização deficiente para a instalação de atividades de comércio e serviços (poluição ambiental e sonora).
- Instalação do cadeião CERESP junto à área residencial.

7.2.3 - Tema Livre

PONTOS POSITIVOS

- Utilização do Parque da Gameleira como área de lazer.
- Abertura de vias ligando bairros a diversos locais (ex. : Av. D. João VI ligando à Av. Mário Werneck).
- Canalização do ribeirão Arrudas e a construção da Av. Tereza Cristina facilitaram a ligação entre várias regiões da cidade, melhorando o deslocamento dos moradores.
- Existência de projetos de implantação de parques (Estrela Dalva e Morro das Pedras) e boa

manutenção do Parque da Betânia.

- Vilas: maior integração entre comunidade e Prefeitura trouxe melhoria para transporte, saneamento, pavimentação e outros (ex.: Morro das Pedras, Cabana, Paraíso).
- Existência de projetos de melhoria no sistema viário (ex.: Estação Salgado Filho).
- Projeto DRENURBS.
- A regional Oeste não depende da área central de BH quanto aos aspectos básicos (serviços principais).
- Bom serviço de transporte suplementar.
- Projetos de implantação, manutenção e conservação dos parques e praças.
- Urbanização da Av. Tereza Cristina.
- OP: habitação e saneamento.
- Descentralização da administração da PBH, com o fortalecimento das regionais, no novo ordenamento administrativo.
- Existência de centros de comércio e serviços em algumas regiões (ex.: Betânia) evita deslocamentos para o Centro.
- Projeto da estação de integração metrô/BHBUS do Salgado Filho.
- Ausência de indústrias poluentes.
- Existência de projetos de preservação e recuperação do córrego do Cercadinho (DRENURBS / Manuelzão).
- Existência do Parque da Betânia.
- Existência de parques na região.
- Existência do programa "Adote o Verde" pelas comunidades.
- Iniciativas exemplares: plantio de plantas ornamentais no leito do rio Cercadinho (Bairro Havaí), mutirão de conservação de praça (Vista Alegre), Criação da COOPEMAR - Cooperativa de Produção de Materiais Recicláveis (bairro Marajó).
- Preservação do verde com nascentes, bairro Olhos d'Água.
- Existência dos pontos de limpeza estratégicos (URPV - Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes / Entulho).
- Tentativa do poder público de incentivar o resgate da cultura, esporte e lazer na região.
- Presença de áreas verdes na região ainda que mal utilizadas (ex.: Mata do Cercadinho).
- Criação de linhas integradas a diversos pontos na região.
- Crescimento do comércio na região.
- Revitalização e sinalização das vias públicas da região.
- Preservação da Serra do Curral na região.

PONTOS NEGATIVOS

- Crescimento desordenado em vias, causando problemas de tráfego, principalmente para pedestres, e invasão de espaço público (ex.: Av. Barão Homem de Melo, Silva Lobo e Úrsula Paulino).
- Falta de obras : córrego do Cercadinho, Henrique Badaró, Portugal.
- Crescimento desordenado em vilas (áreas de risco).
- Falta de política de educação ambiental e fiscalização por parte do poder público.
- Inexistência de áreas de lazer em vilas e favelas.
- Concentração do sistema de transporte nas vias principais, deixando o interior dos bairros carentes (má distribuição).
- Carência de áreas verdes e praças (áreas de lazer).
- Falta de planejamento urbano para áreas que sofrem hoje grande adensamento populacional.
- Concentração de comércio desordenado em determinadas vias, causando poluição visual e ambiental.
- Falta infra-estrutura na Vila Pantanal, Morro das Pedras e outras áreas / falta planejamento, iniciativas e saneamento básico.
- Falta de plano diretor ambiental que oriente ocupações e usos de forma a não degradar os bairros e a melhorar a qualidade de vida dos moradores (evitando o crescimento desordenado).
- Falha no plano diretor (privilegiou o mercado imobiliário).
- Dificuldade para implantar corredores de ligação entre os bairros da região.

- Existência de bairros sem estrutura de comércios e serviços.
- Fiscalização deficiente quanto ao número de fiscais, sua capacitação e planejamento de ações, em conjunto com a legislação "beneplácita".
- Atividades de comércio e serviços estão mal distribuídas (ex.: grande concentração na Betânia, carência no Salgado Filho).
- Morosidade na implantação da estação de integração do Salgado Filho (BHBUS/Metrô).
- Atendimento deficiente por ônibus: faltam ligações com centros regionais, ônibus para o centro de BH demoram e passam cheios, implantação do suplementar é lenta.
- Os cursos d'água da região estão degradados pelo lançamento de esgotos, lixo, entulho e ocupação de suas margens.
- Complexo do Parque da Betânia tem áreas sendo invadidas e seu acesso pela população é difícil: não abre nos fins de semana, campo de futebol não pode ser usado pela população.
- Descaso com nascentes dos bairros Havaí, Palmeiras e bairro Cinqüentenário.
- Esgoto a céu aberto: R. Carlos Muzzi e R. Alfredo Caporalli.
- Parques sem infra-estrutura completa e alguns não funcionam nos fins de semana.
- Falta de saneamento básico na região.
- Grande quantidade de lotes vagos e má conservação dos mesmos.
- Não aproveitamento e abandono dos equipamentos existentes (CEVAE, parques ecológicos, quadras etc.).
- Há pouca divulgação dos parques da região.
- Difícil acesso aos parques devido às suas localidades.
- Diminuição do comércio em vilas e favelas devido à violência.
- A não aplicação correta da Lei de Uso e Ocupação do Solo na região.
- Existência de lixão que está matando a nascente na Ventosa.
- Má divulgação dos projetos desenvolvidos pela Regional para a população.

8 - PRÉ-CONFERÊNCIA DA PAMPULHA

8.1 - Temas Gerais da Cidade

8.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Administração pública regionalizada, descentralizada.
- Participação social na discussão dos problemas da cidade com o surgimento do OP e Conselhos Populares.
- Aumento do número de ONG de defesa das condições ambientais e da qualidade de vida da população.
- Existência de áreas definidas como ADE, favorecendo o crescimento inclusivo.
- Construção de obras (ex.: vertedouro).
- Criação de programas assistenciais (ex.: BH Vida).
- Orçamento Participativo gerando integração popular.
- Mobilização da sociedade junto ao poder público (ex.: PROPAM, OP).
- Verticalização de vilas e favelas - melhor qualidade de vida.
- Preocupação ambiental (ex.: Projeto Manuelzão, nascentes).

PONTOS NEGATIVOS

- Crescimento desordenado da cidade e ausência de infra-estrutura básica na mesma proporção.
- Deficiência do poder público na formação social e educacional da população, sem campanhas educativas e ações eficientes para diminuir a marginalização e não ofertando oportunidades de emprego e melhoria de vida.
- Deficiência de política habitacional, déficit de moradias, aumento de favelas, violência e marginalização.
- Falta de política integrada para o desenvolvimento da Região Metropolitana e do Município.

- Falta de compromisso da Administração Municipal com as áreas públicas desocupadas.
- Falta de respeito ao ecossistema, gerando conseqüências diretas no presente e futuro.
- Falta de áreas verdes, prejudicando a saúde.
- Verticalização excessiva, prejudicando nascentes e córregos.
- Fiscalização de má qualidade com relação ao controle urbano.
- Engessamento da lei do uso e ocupação do solo da cidade.
- Má distribuição de renda.
- Aglomeração em áreas não urbanizadas, em especial a inexistência de programas para crianças de baixa renda.
- Sistema viário deficiente.
- Crescimento desordenado - omissão do poder público, em especial com relação à ocupação de lugares inadequados.
- Falta de ação da PBH para regularizar os loteamentos irregulares e clandestinos.

8.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Leis e políticas regulatórias que possibilitam a descentralização das atividades comerciais, de serviços sociais e lazer.
- As atividades de lazer no centro da cidade.
- Descentralização valoriza imóveis e gera emprego.
- A existência de centros comerciais regionais e centros especializados.
- Linhas complementares e alternativas de transportes favorecem a ligação entre o comércio.
- A cidade ainda pode conseguir estabelecer novas bases para o planejamento urbano, garantindo qualidade de vida.
- Existência de um Plano Diretor que regula a instalação de atividades.
- Descentralização.
- O centro da cidade oferece opções de compra, diversidade de atividades.

PONTOS NEGATIVOS

- Concentração do atendimento de urgência e de tecnologia de saúde nos centros da cidade.
- Deficiência de equipamentos e atividades de lazer, cultura, esporte e entretenimento na periferia.
- A concentração no centro gera insegurança, trânsito difícil e poluição.
- Falta de cumprimento da legislação relativa ao comércio informal (ex.: camelôs).
- Deficiência de fiscalização em atividades comerciais e de lazer.
- A concentração excessiva dos serviços da administração pública no centro da cidade.
- BH está perdendo sua vocação turística, cultural e ambiental pois não tem diretrizes para nortear seu desenvolvimento.
- Ausência de qualidade de vida e segurança devido ao crescimento desordenado, em função da falta de planejamento, regulamentação e fiscalização.
- Desrespeito às leis de proteção ambiental, uso e ocupação do solo.
- Fiscalização ineficaz - falta de instrumentação e capacitação.
- Os passeios nos centros ocupados, dificultando a passagem dos pedestres.
- Falta de fiscalização sanitária nas zonas de prostituição.

8.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Ampliação das estações do metrô e BHBUS (ex.: estações São Gabriel e 1º de Maio).
- Sistema diametral de transporte.
- Implantação do transporte suplementar e de linhas de retorno.
- Melhoria da sinalização e dos acessos viários.

- Construção das estações do BHBUS.
- Implantação das linhas bairro-a-bairro.
- Implantação das linhas ao metrô.
- Criação de Comissões de Transportes nas Regionais.
- Existência de órgão municipal responsável pelo trânsito (BHTRANS).
- Trem Metropolitano.
- Estação BHBUS.
- Linhas Suplementares.
- Participação popular e a criação das Comissões Regionais e Municipais de Transporte.

PONTOS NEGATIVOS

- A frota de ônibus em más condições, a deficiência do quadro de horários dos mesmos e a pouca fiscalização ocasionam má qualidade de vida urbana.
- Deficiência do gerenciamento público, aliada à falta de cooperação da população favorecem os problemas de tráfego e transporte.
- Morosidade e falta de planejamento para implantação de transportes suplementares, metrô, ciclovias.
- Falta de ônibus integrando em várias regiões.
- A utilização dos vales das bacias hidrográficas para implementação de ruas.
- Linhas de tráfego mal planejadas, estranguladas e ineficientes.
- Má qualidade dos ônibus, falta de macro e micro ônibus (principalmente no horário de pico).
- Acesso às linhas de metrô: não atende à população.
- Má adequação dos ônibus às necessidades dos usuários e dificuldade de mobilidade na cidade de pessoas portadoras de deficiência.
- Preço abusivo das passagens dos ônibus coletivos.
- Inexistência de vias alternativas (em geral).
- Ineficiência de fiscalização.
- Congestionamento dos passeios (ambulantes, bares etc.).
- Desrespeito ao quadro de horário dos transportes coletivos e carência de ônibus.
- Falta de transparência da BHTRANS e falta de autonomia das Comissões, causando ineficácia no seu funcionamento.

8.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- BH é bem dotada de referências cultural, arquitetônica e urbanística, sendo, inclusive, referência mundial.
- Já existe uma democratização nas discussões da utilização do espaço público.
- Existe um potencial (áreas públicas disponíveis) para ampliação e diversificação de atividades.
- A participação popular para resgatar a utilização dos espaços públicos e patrimônios culturais.
- A criação de novos espaços públicos na cidade (parques, praças e centros culturais).
- A manutenção de alguns espaços públicos e patrimônio cultural.
- Programa "Adote o Verde".
- A PBH oferece eventos culturais variados à população (ex.: Domingo no Parque, FIT, feiras de artesanato e eventos).
- Parceria entre a iniciativa pública e privada (ex.: jardim em frente à Igreja da Pampulha).
- Boas iniciativas de preservação do patrimônio público, feitas pela PBH, incentivam a cidadania (ex.: Praça da Liberdade, Serraria Souza Pinto etc.).
- Construção de restaurantes populares.
- Construção de centros culturais descentralizados.

PONTOS NEGATIVOS

- Faltam campanhas e ações de conscientização da população, com relação à utilização e conservação dos espaços públicos.

- Falta manutenção, segurança e conservação das áreas públicas existentes e do patrimônio cultural.
- Falta implantar novos equipamentos nas áreas públicas que se encontram abandonadas.
- Falta uma política de integração das diversas áreas: social, educacional, saúde e urbana, a médio e longo prazo.
- Dificuldade de acesso de parte da população aos espaços públicos e patrimônio cultural (transporte, cobrança).
- Divulgação, sinalização e manutenção deficitária dos patrimônios culturais e espaços públicos.
- Segurança precária nos espaços públicos, ocasionando pouca utilização e preservação destes espaços, por parte da população.
- Falta de investimento na área de turismo - conscientização, divulgação e acessos (ex.: Casa do Baile, Museu de Arte Moderna, Museu Abílio Barreto).
- Falta de fiscalização e segurança nos espaços públicos.
- Falta de manutenção dos espaços públicos e referências simbólicas.
- Falta de acesso aos espaços públicos, em especial na Pampulha (sinalização ineficiente).
- Falta de discussão entre a população / poder público sobre projetos de intervenção.

8.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- Presença, ainda que pequena, de recursos ambientais (ex.: praças, áreas verdes e nascentes).
- Criação das pré-conferências para discussão dos assuntos ambientais.
- Criação de órgãos populares para preservação das nascentes (PROPAM, Manuelzão, DRENURBS).
- Boa qualidade do serviço de limpeza urbana.
- Ações da SMMAS, contribuindo para melhoria das condições ambientais.
- Início das obras da DLD (dragagem a longa distância) na Pampulha.
- Envolvimento da comunidade na preservação das nascentes (Projeto Manuelzão e outros grupos de preservação).
- BH ainda tem um patrimônio hídrico significativo a ser preservado.
- Criação de tratamento de redes de esgoto e água.
- Criação de educação ambiental nas escolas (temas transversais).
- Projetos de recuperação da cidade (ex.: DRENURBS, Manuelzão, Aterro Sanitário, BH Vida, PROPAM).
- Projetos de educação ambiental são bons (ex.: Fundação Zoobotânica, CEVAE), mas pouco divulgados pela mídia).
- Organização da população na luta pelo meio ambiente.

PONTOS NEGATIVOS

- Morosidade do poder público no desempenho das questões ambientais.
- Carência de áreas verdes, praças, parques, bem como a falta de manutenção e fiscalização das já existentes.
- Ausência de espaços para recebimento do lixo urbano.
- A ocupação desordenada e o atual parcelamento do solo, não respeitando as nascentes, os córregos e as áreas verdes, em algumas áreas da cidade.
- Falta de compromisso da população na preservação do meio ambiente.
- Falta de implementação de políticas educacionais que abordem questão ambiental.
- A não regulamentação das ADE gerando problemas no desenvolvimento sustentável.
- Conivência da Prefeitura com irregularidade e falta de fiscalização.
- Excessiva poluição sonora e visual.
- Excessivo gasto do poder público com recuperação e não com a preservação.
- Não inclusão nas políticas urbanas da necessidade de preservar o curso natural dos córregos, em lugar de canalizar.
- Degradação das nascentes e córregos (canalização, lixo, esgoto, assoreamento).
- Especulação imobiliária, destruindo a vegetação nativa, nascentes, montanhas.

- Ineficiência da política de educação ambiental do Município.
- Morosidade na implementação das ações em virtude de projetos caros e ineficientes.
- Falta de rigor na cobrança das penalidades nas questões ambientais.
- Desrespeito à legislação das antenas celulares.

8.2 - Temas Específicos da Região

8.2.1 - Tema Livre

PONTOS POSITIVOS

- PROPAM e o Consórcio de Recuperação da Bacia da Pampulha, integrando BH e Contagem.
- O grande potencial turístico, lazer, comercial e ambiental da região (Zôo, parques, áreas verdes, nascentes, estádios etc.).
- Conscientização da população na defesa ecológica e participação popular e de lideranças comunitárias em ONG, com conquistas importantes (ex.: Confisco, Santa Terezinha, Ouro Preto).
- Referência nacional - chamando a atenção das autoridades para a recuperação da lagoa.
- Início das obras de recuperação da lagoa da Pampulha e a esperança da concretização dos nossos sonhos.
- Parâmetros relativos à legislação atual de uso e ocupação do solo da região UP1 são adequados.
- Melhoria do serviço de transporte coletivo em toda regional (ex.: bairros Copacabana, Suzana, Ouro Preto etc.).
- Localização da SCOMGER-Pampulha.
- A obra do novo vertedouro da represa.
- A Pampulha abriga a maior concentração de equipamentos públicos da cidade: clubes, universidade, Zôo, parques ecológicos etc.
- Região com potencial cultural turístico e esportivo muito grande.
- Existência atual de resgatar a intenção de JK de fazer da Pampulha um grande polo de lazer e turismo.
- A região da Pampulha concentra maior número de espaços de área verde e lazer.
- Grande potencial de geração de empregos e desenvolvimento da região.
- Implantação do SAC Pampulha, descentralizando o atendimento ao cidadão.
- Existe na região Pampulha um patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural, modelo mundial.
- A região é rica em recursos naturais (áreas verdes, nascentes e córregos), propiciando melhores condições ambientais.
- Existência de associações organizadas com participação popular promovendo ações, eventos e desenvolvimento da região.
- A orla da lagoa é propícia a desenvolvimento de atividades esportivas e culturais.
- Existência de grandes áreas de preservação e lazer.
- Instalação do PROPAM, do Consórcio da Lagoa e a recuperação das nascentes.
- Participação popular através dos: OP, COMFORÇA, CRTT e Conselhos.
- Manutenção das áreas de preservação ambiental e manutenção dos zoneamentos.
- Criação da Usina de Reciclagem e das URPV.
- Construção da Avenida Professor Clóvis Salgado.
- Construção do Centro Cultural Pampulha.
- Projeto de saneamento e recuperação da bacia hidrográfica da Pampulha.
- Construção do conjunto residencial no Bairro Urca, pela PBH, com o planejamento e em regime de mutirão.
- Construção de centros comerciais com infra-estrutura e planejamento (ex.: Carrefour e Via Brasil).
- Criação do PROPAM e início das obras.
- Existência de mananciais de água e preservação de nascentes.
- CEMAP (Centro Educação e Mobilização Ambiental da Pampulha).
- Realização de conferências regionais, permitindo a participação popular em espaço democrático para

críticas e propostas.

- Construção dos interceptores e tratamento de esgoto.
- Região de grande concentração de áreas verdes garantindo ainda uma boa qualidade de vida na região.
- A construção do vertedouro e os programas PROPAM e PROSAM, que são ações importantes para o saneamento da região.
- A mobilização comunitária na integração da região.
- A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) está zelando pelas áreas verdes e segurança.
- Construção de parques (ex.: Parque Lagoa do Nado e Ursulina de Melo).
- As várias ONG que sempre estão lutando pela Pampulha e seu acervo cultural.
- Existência de linhas suplementares.
- Região é rica em áreas verdes, nascentes, patrimônio histórico e cultural.
- A situação de vilas, favelas e moradores de rua estão numa dimensão que ainda pode ser revertida se houver investimento.
- A existência do PROPAM, com a participação de BH e Contagem, além do trabalho do CEMAP, comitês de nascentes e Consórcio da Pampulha.
- A participação da população na redefinição da legislação do uso e ocupação do solo.
- Concentração de espaços públicos de lazer, cultura e turismo.
- PROPAM e Consórcio de Recuperação da Bacia da Pampulha.
- Realização de obras na lagoa: DLD, vertedouro.
- Investimentos no Parque Lagoa do Nado e na Fundação Zoobotânica.
- Evento Maratona Internacional que traz visibilidade da lagoa, criando maior interesse do poder público em investir em melhorias.
- Realização de eventos pelo poder público e parcerias.
- Projeto PROPAM.
- Grande concentração de áreas verdes (maior de BH).
- A Pampulha é pólo turístico e de lazer (complexo arquitetônico).
- Grande concentração de nascentes.
- Área de grandes eventos artísticos e esportivos (UFMG, Mineirão, clubes, Zôo, parques, Redondo).
- A maioria das residências é unifamiliar, com taxa de ocupação pequena.
- Conjunto arquitetônico como cartão postal.
- Existência da maioria das áreas verdes.
- Ocupação ordenada e bem distribuída.
- O PROPAM - Programa de Preservação Ambiental.
- A existência de áreas verdes na região e os programas de preservação das nascentes, Manuelzão e PROPAM.
- O complexo arquitetônico e paisagístico da Pampulha, cultural e esportivo.
- Reconhecimento da população da importância da lagoa da Pampulha como cartão postal de Belo Horizonte.
- O processo da coleta de lixo residencial nos bairros da região, via caminhões.
- PBH tem feito manutenção do asfaltamento das vias e passeios (ex.: Av. Antônio Carlos e Catalão).
- Manutenção dos jardins da Igreja São Francisco.
- PBH tem incentivado e realizado eventos esportivos e culturais, o que favorece o turismo da região (ex.: Corridas, Festa de Iemanjá, Reveillon etc.).
- PBH tem realizado eventos esportivos no parque da Lagoa do Nado e parceria com empresas privadas.
- Participação da comunidade na Conferencia de Política Urbana.
- Área da Pampulha é uma região de lazer, um patrimônio turístico e cultural significativo.
- O incentivo e a criação dos centros culturais e de lazer à população carente (ex. biblioteca itinerante, feiras culturais, shows).
- Existência das áreas verdes preservadas (UFMG, Fundação Zoobotânica, Lagoa do Nado, Ursulina e outros).

- PROPAM.
- Implantação dos ônibus circulares e suplementares.

PONTOS NEGATIVOS

- Deficiência na revitalização da Bacia da Pampulha, faltando saneamento básico, ações para recuperação de nascentes, tratamento de esgotos, contenção de erosões, ampliação da coleta de lixo seletiva, abertura e melhoria do sistema viário.
- Falta de flexibilidade do uso do solo e regulamentação da ADE - Pampulha.
- Insuficiência das políticas de proteção ambiental visando a preservação de matas, nascentes e cursos d'água, combate a erosões, bem como poluição sonora e visual e ocupação desordenada do solo.
- Transporte insuficiente e falta de integração bairro-a-bairro, com uma frota mal conservada.
- Faltam condições ambientais para sustentação do lazer e turismo, necessários para a implantação dos equipamentos inerentes e necessários para o desenvolvimento socioeconômico (emprego-renda).
- A falta de saneamento (esgotos e tratamento dos córregos nos bairros de periferia) e a atual inadequação da política de educação ambiental estão prejudicando o combate de despoluição da lagoa provocando inundações e doenças.
- Má distribuição de serviços médicos e de atividades comerciais básicas, como farmácia, centro de formação profissional, lazer etc.
- Parcelamento do solo e o rápido processo de adensamento populacional não estão considerando as nascentes e os córregos (ex.: nascentes dos bairros Liberdade, Jaraguá e Bandeirantes).
- O zoneamento e a legislação da ocupação da Pampulha, em algumas áreas, não estão permitindo o desenvolvimento de atividades sociais, culturais e turísticas.
- Descomprometimento da SCOMGER-Pampulha com os bairros Universitário e Suzana em relação às obras do OP: inundação do córrego Suzana e plano global.
- Falta de políticas de urbanização que contemplem e preservem os recursos hídricos e naturais da região.
- Limites na legislação (ADE), impedindo atividades que atenderiam às necessidades imediatas e básicas da população local.
- Fiscalização deficiente das áreas não parceladas, áreas de risco, incentivando invasões públicas, provocando evasão de verbas municipais (indenizações).
- As restrições da legislação atual impedem geração de atividades que propiciariam renda, empregos, resgatando assim as características de lazer, cultura, turismo e esporte.
- Política deficiente de saneamento para a região, inclusive com falta de esgotos sanitários (ex.: Braúnas, Enseada das Garças, Jardim Atlântico).
- Falhas no transporte público (ausência de rotas e pontos alternativos, ônibus diametral, demora dos ônibus, qualidade da frota, integração com metrô e implantação do BHBUS).
- Falta dotar áreas periféricas de serviços e atividades públicas (escolas, postos de saúde, policlínica 24h).
- Faltam ações preservacionistas para efetiva proteção das nascentes e áreas verdes (públicas e privadas).
- Falta fiscalização para o cumprimento da legislação (ex.: imóveis clandestinos, ocupação inadequada, invasões).
- Especulação imobiliária em função de falhas na legislação (parâmetros urbanísticos) - ex.: ADE do Trevo.
- Difícil acesso aos bairros da zona norte, congestionando as vias principais da regional Pampulha.
- Carência do sistema de transporte que liga os bairros da região a outras regiões.
- Engessamento das leis quanto aos parâmetros econômicos dificultam o desenvolvimento da região e geração de empregos.
- Desinteresse do poder público em promover na região a construção de equipamentos comunitários.
- Descaso com relação às áreas de risco e suas contenções.
- Morosidade na execução da continuidade do complexo da Av. Pedro II, essencial para o desenvolvimento da Pampulha.
- Demora na implantação das obras de ligação da Av. Tancredo Neves com Ouro Preto até a Catalão.
- Falta de policiamento e segurança na região da Pampulha, principalmente por ser uma região turística.
- Falta de aproveitamento nos espaços culturais (Casa do Baile e Museu de Arte) e cobrança para

visitação ao Zoológico.

- Conivência do setor público com a atividade de prostituição na região.
- Lei de Uso e Ocupação do Solo engessando, não permitindo o desenvolvimento da região no seu aspecto econômico e social sustentável com setores que priorizam a cultura, lazer, esporte e turismo (no entorno da lagoa).
- Degradação da lagoa da Pampulha e política de conscientização da população para a utilização de espaços públicos.
- Transporte público ineficaz, falta de respeito dos operadores, má conservação dos veículos, passagens caras.
- Ocupação inadequada da orla - invasão da área que deveria ser pista de trânsito por propriedades particulares (impossibilita duplicação da Avenida).
- Má utilização dos equipamentos de lazer e turismo situados na orla da lagoa.
- Verticalização da Pampulha ocasionando degradação ambiental e social (ex.: Ouro Preto, Castelo).
- Fiscalização deficitária.
- Falta de regulamentação específica para a orla.
- A canalização e o tratamento dos esgotos para que eles não sejam diretamente jogados nos ribeirões, que trazem também a poluição e assoreamento para a Pampulha.
- O transporte na região, que tem função de interligar os bairros, é insuficiente, principalmente no horário de 23:00 até 05:00 horas.
- A grande quantidade de solo coberto pelo asfalto impede a absorção das águas pelo solo, exterminando as nascentes existentes na região.
- A pouca atuação da Universidade Federal na comunidade.
- A não regulamentação das ADE. São necessárias, sem modificar a área de zoneamento.
- O transporte coletivo é precário, com relação aos horários, quantidade de ônibus e qualidade.
- A população não tem acesso à riqueza cultural e histórica da região.
- Aumento desordenado da população de baixa renda, sem garantia de atendimento de acesso aos serviços básicos para garantir qualidade de vida.
- Falta um modelo de desenvolvimento para nortear as atividades econômicas atendendo à vocação turística e cultural da região.
- Descaso do poder público com a fiscalização, com relação a esgoto clandestino, poluição sonora, lotes vagos, lixo.
- Falta de definição de critérios, disciplinamento e fiscalização no entorno da lagoa.
- Pouca divulgação dos espaços (equipamentos) públicos de lazer e cultura.
- Deficiência do sistema viário, principalmente em dias de eventos (jogos, festas).
- A demora na regulamentação da ADE Pampulha.
- Má conservação dos espaços públicos existentes.
- Falta de fiscalização para cumprimento da LPOUS.
- Falta de segurança na região.
- Falta de incentivo para preservação de nascentes.
- Falta de regulamentação das ADE.
- Falta de política mais eficiente de preservação das nascentes.
- Poluição da lagoa.
- Falta de segurança na região da Pampulha, principalmente em dias de jogos e eventos.
- Subaproveitamento dos espaços culturais.
- Falta de planejamento para sustentar o desenvolvimento turístico na região.
- Saneamento básico da regional Pampulha: Sarandi, Orla da lagoa, os córregos da Ressaca, Santa Terezinha, Dona Clara, Av. Sebastião de Brito, Confisco.
- Falta de escola de segundo grau e escolas profissionalizantes para pessoas carentes (nos bairros Santa Terezinha, Confisco, Paquete, São Mateus etc.).
- Regulamentação das ADE da região da Pampulha.
- Estreitamento das vias Antônio Carlos e Pedro I, na barragem, dificultando o fluxo de veículos provenientes da Região Metropolitana.

- Não há um sistema de transporte coletivo que integre com eficiência a região.
- O potencial turístico, cultural, esportivo e de lazer da região é pouco explorado pela população.
- Falta de flexibilização na Lei de Uso e Ocupação do Solo não permitindo o crescimento da região.
- Poucos investimentos em programas sociais para o atendimento a crianças e adolescentes.
- Ineficiência do poder público para a concretização do PROPAM.
- Adensamento e verticalização excessiva em alguns bairros (ex.: Santa Rosa, Dona Clara, Jaraguá, São José, Bandeirantes e Av. Fleming com Novata).
- Falta de espaços públicos de uso gratuitos e melhoria dos já existentes nos bairros adensados.
- Falta complementação da rede de escoamento de água pluvial nos bairros São José, Ouro Preto, Liberdade.
- Poluição e assoreamento da lagoa da Pampulha.
- Abandono dos equipamentos arquitetônicos do patrimônio histórico ao longo da lagoa.
- Poluição da lagoa (lixo, entulho, assoreamento) em decorrência do transbordamento dos córregos e falta de tratamento adequado das bacias que a compõem.
- Ocupação de áreas de risco.
- Tentativa de alteração da LPOUS na questão da verticalização no entorno da lagoa e bairros próximos, onde o adensamento é menor.
- Poluição (sonora, hídrica e uso de residências que viraram bares, academias, igrejas e outros) em desrespeito à lei LPOUS, que precisa ser melhor discutida.
- Áreas de vilas com infra-estrutura inadequada ou sem infra-estrutura.
- Cobrança do Zoológico.
- Flexibilização da LPOUS, sem consulta aos moradores do bairro.
- Áreas com conflitos relacionados a limite de municípios.

9 - PRÉ-CONFERÊNCIA DE VENDA NOVA

9.1 - Temas Gerais da cidade

9.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão

PONTOS POSITIVOS

- Melhoria da educação, saúde (tratamentos e exames de ponta) e concentração de áreas culturais, conseqüência da demanda populacional.
- Aprovação da Lei Orgânica e do Plano Diretor da cidade.
- Programa habitacional da PBH.
- A existência da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (proteção aos córregos e nascentes).
- A descentralização permitiu o crescimento e desenvolvimento das regiões periféricas.
- Aumento da participação popular nas discussões sobre o crescimento da cidade.
- Aprovação do Estatuto da Cidade.
- O aumento da população.
- A existência de uma legislação de uso e ocupação do solo e de uma política de habitação e de infra-estrutura.
- A dependência dos moradores vizinhos, em relação à BH, em emprego, saúde, educação e comércio tem diminuído, mas pode ser reduzida.
- Acesso fácil ao comércio local.
- Criação da Coordenadoria do Idoso.
- Boa localização geográfica e boa estrutura física de alguns postos de saúde.
- Participação popular como política de inclusão social.

PONTOS NEGATIVOS

- Má distribuição de renda, gerando injustiça social.
- Migração interna em busca da melhoria da condição de vida.

- Loteamentos clandestinos sem fiscalização dos órgãos competentes.
- Falta de equipamentos públicos (escolas e postos de saúde).
- Falta de recursos e ações efetivas para implantação da Lei Orgânica e do Plano Diretor.
- O poder econômico rege o crescimento desorganizado da cidade, superando a função social da cidade e gerando privatização de benefícios (favorece os mais ricos).
- O crescimento não contempla as áreas verdes e reduz a qualidade de vida.
- Falta fiscalização direta do poder público nas intervenções urbanas (públicas e/ou privadas).
- Falta de políticas públicas para reduzir os impactos da implantação de conjuntos populares habitacionais.
- Falta de discussão da prefeitura com a comunidade sobre a ZEIS-3 e outras questões de interesse geral.
- A falta de cumprimento da política urbana e de ocupação do solo remete ao aparecimento de loteamentos clandestinos.
- A verticalização interfere na qualidade de vida da cidade (qualidade do ar, áreas verdes, proliferação de doenças).
- O crescimento desordenado da cidade remete a uma ausência de políticas urbanas (globais e sociais).
- Não cumprimento da legislação e políticas de habitação existentes.
- Pouca segurança nos bairros.
- A estrutura física da cidade e os serviços públicos discriminam pessoas idosas e deficientes.
- Insuficiência de investimentos sociais nas áreas: saúde, educação, cultura e terceira idade.
- Ausência de atenção para áreas de risco.

9.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- A diversificação do comércio do centro da cidade.
- A descentralização do comércio, serviços bancários e públicos nas regionais.
- A concentração de atividades comerciais levando à melhor qualidade dos serviços (ex.: Av. Silviano Brandão, Av. Pedro II).
- As feiras de artesanato e feiras livres em vários bairros (Av. Afonso Pena, Av. Vilarinho).
- O surgimento de novas áreas de comércio e serviços (estações do BHBUS).
- Descentralização do comércio, apesar de carência em alguns bairros.
- Descentralização de serviços.
- A concentração de serviços e comércio facilita a organização da segurança.
- Acesso fácil aos centros comerciais.
- O planejamento da cidade através da Lei de Uso e Ocupação do Solo.
- Existência dos corredores (quarteirões) para os camelôs (comércio informal).
- Centro tradicional como referência da cidade de Belo Horizonte.
- Criação de centros regionais - descentralização.
- Espaço criado para manifestação cultural e artesanal mineiro.

PONTOS NEGATIVOS

- Em algumas áreas da cidade faltam serviços, principalmente o atendimento ao cidadão (ex.: correios, casa lotérica etc.).
- O comércio nas vias com grande movimento de veículos, prejudicando o fluxo normal do trânsito.
- Melhor adequação do serviço local, como por exemplo, a má distribuição do comércio ambulante.
- Falta de segurança no centro, afastando a população.
- Má distribuição de equipamentos de lazer e cultura.
- Redução da qualidade de vida nas vias de concentração de comércio, serviços e trânsito.
- A especialização de atividades em determinadas áreas da cidade, forçando maior deslocamento de pessoas.
- A implantação desordenada de *shoppings centers* prejudica o comércio local.

- Falta incentivo para as cooperativas populares (economia solidária).
- Falta de infra-estrutura nos bairros de periferia, para formação de centros comerciais.
- A sujeira dos centros comerciais devido à falta de conscientização da população.
- A falta de segurança.
- A inexistência de pólos industriais "não poluentes" em BH e nos centros comerciais dos bairros.
- A deficiência do sistema viário para o atendimento da atividade comercial.
- Os centros urbanos de BH não oferecem segurança, afastando as pessoas.
- Os centros regionais não atendem às necessidade das comunidades.
- O crescimento urbano desordenado está causando poluição, transtorno no trânsito, sujeira nas ruas e violência no centro de BH, devido à falta de política social.

9.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito

PONTOS POSITIVOS

- Implantação dos corredores de ônibus.
- A concentração do comércio oferece segurança para os lojistas.
- Metrô oferece transporte seguro e tarifa barata.
- Implantação do sistema de ônibus bairro-a-bairro.
- Implantação das estações do BHBUS.
- O metrô - rápido, eficiente e barato.
- Implantação das estações do BHBUS.
- Organização dos conselhos de transporte e o gerenciamento pelo Município.
- A criação das linhas suplementares.
- Integração BHBUS é boa, pois com uma passagem dá para ir para vários bairros mais distantes.
- "Onda verde" na avenida Cristiano Machado facilita o fluxo de veículos.
- Tratamento dos motoristas e trocadores para com o usuário melhorou muito.
- A implantação de estações do BHBUS.
- A criação de corredores centrais de ônibus.
- Implantação do metrô.
- Existência de transporte coletivo que interliga os bairros (sem passar pelo centro) facilita o deslocamento.
- Criação da terceira faixa de trânsito na avenida Antônio Carlos, entre o viaduto São Francisco e a Lagoinha, melhorou um pouco a fluidez.

PONTOS NEGATIVOS

- Estações centrais do metrô não atendem à população.
- Ônibus.
- Transporte suplementar não aceita gratuidade.
- Falta de vias de acesso rápido de um bairro a outro.
- Quadro de horário deficiente não atendendo à população.
- Falta de conscientização do usuário de transporte coletivo.
- Gerenciamento do metrô pelo governo federal.
- Falta de otimização e materialidade nas estações do BHBUS.
- Falta de autonomia dos conselhos, causando sérios transtornos, dificultando a relação do conselho, instituição e movimentos.
- Falta tratamento específico aos idosos e portadores de deficiência física no sistema de transporte público.
- Aumento desordenado e abusivo das tarifas sem a participação dos conselhos.
- BHBUS - estação: ônibus só sai lotado (horário de pique), faltando mais ônibus.
- Planejamento existe mas não é colocado em prática. Ex.: trincheira perto do Mineirão e Via Brasil - promessa de campanha Hélio Garcia e Tancredo Neves.
- Estrangulamento das vias, por exemplo: Jacuí com Cristiano Machado (túnel), José Cândido com

Cristiano Machado, região do Minas Shopping, Antônio Carlos (IAPI).

- Sinalização (placas indicativas) é deficiente ou não existe.
- A eliminação de viagens (corte de horários) em todas as linhas, sem apresentar alternativas, com enorme prejuízo para os usuários.
- Deficiência da renovação da frota de ônibus e da higienização dos ônibus.
- Desconforto causado pela necessidade de troca de ônibus para efetuar um deslocamento (BHBUS).
- As demandas da comunidade não são implementadas de acordo com a discussão (que houve) da comunidade.
- Deficiência da programação (sincronismo) semafórica da avenida Antônio Carlos.
- Localização da estação do BHBUS em Venda Nova é muito distante da última estação prevista para o metrô da avenida Vilarinho.

9.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural

PONTOS POSITIVOS

- BH tem espaços públicos interessantes (ex.: Parque Municipal, Mangabeiras).
- BH tem espaços públicos que facilitam a convivência das pessoas (ex.: Praça Sete).
- Lei de Uso e Ocupação do Solo.
- Existência de cinemas, teatros, centros de convenções.
- Existência de bons parques e praças na cidade.
- Há espaços culturais suficientes para atender a população.
- O paisagismo e iluminação são bons nos espaços públicos.
- O Parque Municipal é um ponto de encontro e descanso que ajuda as pessoas que moram e usam a área central.
- O Parque das Mangabeiras é um pulmão para a cidade. Muito agradável, brinquedos adequados e é de graça.
- A infra-estrutura do Zoológico é muito boa e propicia uma ótima área de lazer.
- A existência de movimentos e centros culturais em BH (ex.: Culturarte, Lagoa do Nado, Alto Vera Cruz etc.).
- Manutenção do restaurante popular, tendo em vista sua ampliação para o Barreiro e Venda Nova.
- PROPAM vai possibilitar a valorização dos espaços públicos e de lazer.
- Bacias hidrográficas como espaços públicos de preservação do patrimônio natural - DRENURBS.

PONTOS NEGATIVOS

- Carência de espaços públicos nas periferias (ex.: lazer cultural).
- Falta de preservação por parte da população dos espaços públicos.
- Carência de fiscalização da Lei de Uso e Ocupação do Solo e da Lei Orgânica.
- Carência da fiscalização do patrimônio histórico e cultural da cidade.
- Falta de incentivo à cultura nas escolas.
- Falta divulgação e preservação (tanto da administração pública como da comunidade) dos espaços públicos.
- Nos espaços públicos faltam segurança e infra-estrutura, principalmente sanitários.
- Os programas culturais são centralizados e de alto custo (pagos) para a população.
- Má conservação do patrimônio cultural do município e histórico também.
- Os espaços públicos estão longe das periferias e são de difícil acesso (ex.: pegar até três ônibus).
- Cobrança de passes (ou entradas) para entrar nos espaços públicos de lazer, afastando a comunidade mais carente (ex.: Jardim Zoológico).
- Falta de segurança e manutenção dos espaços públicos, impossibilitando a utilização dos mesmos pela comunidade.
- Inexistência de sanitários públicos, aliado à falta de fiscalização e manutenção dos existentes.
- Deficiência na divulgação dos eventos culturais produzidos na cidade (ex.: festival internacional, teatro, dança etc.).
- Limitação da preservação dos espaços e patrimônios públicos à área central da cidade.

- Inexistência de interceptores de esgotos nos córregos da cidade.
- Ocupação desordenada das calçadas.
- Espaços públicos não adaptados para atendimento de deficientes.
- Não implantação do Parque Serra Verde.

9.1.5 - Condições Ambientais

PONTOS POSITIVOS

- A boa qualidade da água que nos é fornecida.
- A coleta de lixo domiciliar beneficia 98% da cidade.
- Implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE Arrudas).
- Coleta especial de lixo nos hospitais e centros de saúde.
- Implantação do DRENURBS (programa para drenagem e urbanização dos córregos).
- A coleta de lixo eficiente.
- A canalização de córregos e ribeirões traz benefícios à população.
- A conservação e melhorias das praças e parques.
- Existência de fóruns onde a população possa se manifestar (ex.: OP, CRP (Conselho Regional Popular) e Conferência de Política Urbana).
- Excelente trabalho de limpeza pública nas vilas e favelas (ex.: Favela do Índio e Combate à dengue).
- Repasse de verbas, ainda que insuficientes, por parte da Companhia de Saneamento destinada ao Município.
- Existência da Estação de Tratamento de Esgoto do ribeirão Arrudas (ETE Arrudas).
- Existência da ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável).
- Presença do projeto Manuelzão.
- Acompanhamento da PBH das associações, no que se refere aos diversos trabalhos realizados em conjunto com a população.
- A reciclagem como fator de reaproveitamento dos recursos industriais e redução do impacto ambiental do lixo.

PONTOS NEGATIVOS

- O aumento da poluição sonora e atmosférica.
- O mau uso da rede pluvial e de esgoto.
- A falta de definição de um local para destinação final dos resíduos sólidos daqui a dois anos.
- Falta de centrais de tratamento de esgoto nas regionais.
- Deficiência de capina e varrição, principalmente nas beiras de córregos.
- Crescimento desordenado da cidade compromete a fauna e flora da cidade.
- A revitalização das lagoas é feita somente nos pontos turísticos.
- A falta de colaboração da população prejudica a coleta de lixo.
- Falta trabalho de educação ambiental junto à população assim como falta divulgação e incentivo da coleta seletiva.
- O trabalho de conscientização deveria ser feito nos lugares de focos poluentes (ex.: nas vilas e favelas, a questão de água e esgoto; nas áreas comerciais, a questão de faixas, outdoor e megafones).
- Pouco investimento, na área de saneamento básico, das verbas a serem repassadas ao Município.
- Depredação das áreas verdes e equipamentos de lazer (ex.: Matinha Umuarama e Praça do Letícia).
- Morosidade na efetivação das grandes decisões por parte da PBH (ex.: DRENURBS e Manuelzão).
- Falta de fiscalização na aplicação dos recursos do saneamento.
- A inexistência de Conselho Municipal de Saneamento.
- Falta de tratamento dos córregos e ribeirões que provocam, inclusive, problemas de saúde.
- Falta de canalização das águas pluviais, dificultando o deslocamento das pessoas a pé e de transportes (ex.: em Venda Nova).
- Falta de conscientização com o trabalho da equipe técnica que trabalha com o saneamento e outros e de material técnico para desenvolvimento dos trabalhos.

- A canalização dos córregos da cidade diminui a captação de água, aumenta os riscos de enchentes e reduz as áreas de lazer.
- Inexistência de interceptores de esgoto nos córregos da cidade.

9.2 - Temas Específicos da Região

9.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento

PONTOS POSITIVOS

- Drenagem e pavimentação de vários córregos (ex.: R.124, Av. Liege, Av. Crisanto Muniz etc.).
- Preservação do Parque Ecológico Serra Verde.
- Aproveitamento do terreno ocioso para construção da estação BHBUS.
- Investimento comercial e cultural (ex.: Shopping Norte, faculdade, clínicas, cartórios etc.).
- Execução do Plano Diretor de Venda Nova.
- A permissão de comércio induz ao adensamento e valoriza os imóveis situados próximos aos centros comerciais.
- O crescimento da região ao longo da Av. Vilarinho permitiu o desenvolvimento das áreas adjacentes à avenida.
- O crescimento populacional da região aumentou a implantação de infra-estrutura urbana (rede de água e esgoto).
- A não verticalização na região permite a preservação de pequenas áreas verdes de fundo de quintal.
- A existência do Plano Diretor Regional irá permitir um crescimento ordenado e planejamento regional, desde que haja fiscalização eficiente.
- Atendimento escolar satisfatório (ex.: Escola Geraldo Teixeira da Costa).
- Canalização parcial de córrego. (ex.: Bairro Nova América).
- Bom controle ambiental de zoonozes. (ex.: Bairro Nova América).
- Ausência de favelas na região do Bairro Nova York.
- A situação da urbanização melhorou de forma geral.
- Comércio diversificado nos bairros.
- Existência de um Plano Diretor aprovado e de uma ADE de Venda Nova.
- Atividade econômica em expansão (ex.: *shopping*, grandes comércios etc.).
- Existência do Decreto de Criação do Parque Serra Verde.
- Existência do metrô.

PONTOS NEGATIVOS

- Morosidade na implantação do projeto do parque ecológico do Serra Verde.
- Falta de recursos para canalização dos córregos (ex.: Av. Liege, R. Cel. Manoel Assunção etc.).
- Áreas verdes que poderiam ser conservadas estão sendo comercializadas ou invadidas.
- Patrimônio histórico arquitetônico sendo destruído sem a menor consideração.
- Falta de um projeto de implantação do comércio em toda extensão da Av. Vilarinho.
- Falta de divulgação do Plano Diretor Regional de Venda Nova.
- A permissão da instalação de comércio em algumas áreas diminui o potencial residencial dessas áreas, diminuindo a qualidade de vida e a segurança.
- As modificações, com relação ao adensamento populacional, vêm ocorrendo intensamente sem considerar a estrutura viária (corredor Pe. Pedro Pinto e Av. Vilarinho).
- O zoneamento em áreas com concentração comercial acentua o processo de adensamento e verticalização, prejudicando a qualidade de vida e de infra-estrutura.
- Pavimentação asfáltica excessiva de vias diminui a permeabilidade e aumenta as enxurradas e os riscos de enchentes (apenas nas ruas com inclinação acentuada!).
- Falta de canalização de córregos e avenidas sanitárias (ex.: córregos Baleares, Landi, Lareira, Mantiqueira, Lagoinha).
- Falta de transporte geral e para deficientes (ex.: retirada da linha 5515, bairro Nova América e bairro Jardim Europa).

- Falta de atendimento de serviços de educação, comércio, transporte, creche, pavimentação, cooperativa (ex.: bairro Nova York, rua 80).
- Falta de policiamento e postos de saúde (ex.: bairro Nova York (acesso ruim) e bairro Nova América).
- Falta de atendimento de transporte, pavimentação e abastecimento de água (ex.: Bairro Jardim Europa, rua Vadus).
- Trânsito na rua Padre Pedro Pinto deficiente e com falta de estacionamento.
- Crescimento desordenado da região, propiciando empobrecimento de sua população.
- Invasão de espaços públicos.
- Saneamento precário.
- Loteamento irregular e clandestino, propiciando ocupação desordenada.

9.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos

PONTOS POSITIVOS

- Uma distribuição comercial que atende aos moradores, valorizando os imóveis.
- As áreas comerciais possuem boa acessibilidade.
- Poucas atividades incômodas na região.
- Ter o Plano Diretor regional aprovado.
- Áreas estritamente residenciais onde a qualidade de vida é razoável.
- Comércio variado na rua Pe. Pedro Pinto.
- Existência de áreas para implantação de parques e áreas de lazer.
- Inexistência de indústrias poluentes.
- HPS - Venda Nova.
- Boa localização das escolas.
- A interligação regional através do transporte coletivo favorece o acesso aos serviços e comércio (ex.: transporte suplementar).
- A expansão do comércio periférico planejado.
- A instalação de *shoppings* na região central de Venda Nova.
- Ampliação dos serviços de atendimento prestados pela SCOMGER - VN.
- Atuação da Câmara Municipal no que diz respeito a combustíveis poluentes (CPI dos combustíveis).
- O principal centro comercial de venda Nova atende favoravelmente à sua comunidade.
- Os subcentros das periferias atendem razoavelmente à comunidade.
- Fácil acesso aos centros urbanos (principal e subcentros).
- O principal centro comercial de Venda Nova atrai população de municípios vizinhos, gerando desenvolvimento econômico.

PONTOS NEGATIVOS

- Falta de serviços bancários e prestadores de serviços (ex.: Extinção da TELEMAR, Correios etc.).
- Falta de estacionamento, calçadas, sinalização nas áreas comerciais.
- Carência de pólos geradores de empregos.
- Falta de serviços públicos tais como parques, praças, centro de convivência, escola, creches, buscando o bem estar da comunidade.
- Pouca divulgação do Plano Diretor.
- O comércio nos bairros é insuficiente; é necessária a abertura de novas atividades para a expansão do comércio.
- Falta divulgação do Plano Diretor de Venda Nova para a população.
- Existência de um único parque e inexistência de equipamentos para atividades culturais.
- Número insuficiente de postos de saúde.
- Número insuficiente de escolas e creches, assim como equipamentos nas mesmas.
- Falta de incentivos para instalação de indústrias na região.
- Falta de atividades suficientes para empregar a população na região.
- Saída do atendimento da TELEMAR de Venda Nova.

- Falta de segurança na região central e na periferia de Venda Nova.
- Carência de postos de saúde na região de Venda Nova.
- Falta setor industrial planejado e ordenado para geração de mais empregos.
- O principal centro comercial está localizado em via estreita (rua Padre Pedro Pinto), trazendo transtornos para os lojistas, pedestres e veículos.
- A Regional Venda Nova não apresenta atividades suficientes para empregar a comunidade.
- Está precário o atendimento na saúde, educação e na segurança, gerado pela má administração.
- Falta de fiscalização na economia informal (ex.: camelôs, carros de cachorro-quente), gerando incômodo à comunidade.

9.2.3 - Tema Livre

PONTOS POSITIVOS

- Coleta de lixo porta-a-porta nas vilas e favelas.
- Serviços de recapeamento nas principais vias.
- Grande número de linhas de ônibus.
- Mudança da Regional de local, abrangendo uma área maior de atendimento.
- Criação do BHBUS.
- Descentralização da área de comércio da Rua Padre Pedro Pinto (ex.: Shopping Norte).
- Preservação do Parque Serra Verde.
- Feiras livres (ex.: Lazer, atividades econômicas).
- Estação BHBUS Venda Nova.
- Metrô - Estação Vilarinho.
- Coleta porta-a-porta em vilas e favelas.
- Projeto Manuelzão, revitalização dos córregos.
- Baixa densidade populacional.
- Criação da estação BHBUS.
- Centro comercial próprio e satisfatório (ex.: bancos, hospitais, farmácias etc.).
- A existência do Plano Diretor de Venda Nova.
- O comércio diversificado e descentralizado atende e beneficia à população.
- Espaços públicos bem cuidados em alguns bairros da região.
- O BHBUS Venda Nova atende bem parte da população de Venda Nova.
- Existe bom sistema de escolas em Venda Nova.
- Revitalização (tentativa) da Feira da Avenida Vilarinho.
- A extensão da área territorial de Venda Nova.
- Criação do Plano Diretor de Venda Nova.
- Implantação do BHBUS (Estação Venda Nova).
- Atividades comerciais diversificadas nos centros.
- A implantação da Estação BHBUS.
- A implantação do metrô.
- Implantação do Projeto DRENURBS.
- A infra-estrutura das escolas atende às necessidades.
- Projeto de implantação de um parque ecológico no Serra Verde.
- Venda Nova é considerada uma região menos violenta no universo da cidade.
- Áreas Santa Amélia, Santa Mônica, São João Batista, são mais bem equipadas com escolas, arborização e ruas asfaltadas.
- Ainda é saudável a vida em Venda Nova (as pessoas se encontram, se divertem, rezam, sem precisar sair daqui).
- Acesso aos bairros é bom, no que diz respeito às vias de ligação e às linhas de ônibus.
- Área comercial da região é suficiente e bem distribuída (tem comércio em Venda Nova inteira).

- Construção de centro de lazer e esportes (ex.: Jardim Leblon, Campo do Tricolor - Vila Aparecida).
- Obra do Vilarinho (bacias de retenção acabando com as enchentes da região).
- Melhoria e manutenção nas praças públicas.
- Estação do BHBUS.
- Predominância de casas com 1 e 2 pavimentos, garantindo a qualidade de vida da região.
- A existência de um Plano Diretor de Venda Nova, buscando a não expansão desordenada.
- Preservação dos fundos de quintais arborizados.
- A manutenção das residências unifamiliares, cooperando para uma melhor qualidade de vida.
- A participação popular.
- A inexistência de indústrias poluentes.
- Qualidade de vida saudável.
- Existência de recursos hídricos significativos.
- Existência de um centro comercial diversificado.
- Efetiva participação comunitária na luta pela melhoria da qualidade de vida.
- Implantação da coleta de lixo de porta-a-porta nas vilas.
- A distribuição geográfica dos centros de saúde é boa.
- O atendimento público em Venda Nova melhorou após a reforma administrativa.
- Tanto o centro comercial de Venda Nova quanto os regionalizados atendem às demandas e geram emprego e renda.
- Presença de áreas verdes de relevante interesse ambiental.
- As COMFORÇA têm executado um trabalho efetivo.
- Implantação de projetos de saneamento básico, como por exemplo, o da rua Maria de Lourdes da Cruz.
- Criação do Pronto Socorro de Venda Nova.
- Independência de Venda Nova em relação ao centro de BH, nas questões de saúde e comércio.
- Projeto do metrô chegando a Venda Nova.
- Implantação de projetos sociais (ex.: Projeto BH Vida).

PONTOS NEGATIVOS

- Deficiência no quadro de horário de ônibus.
- Deficiência na fiscalização e monitoramento de trânsito (ex.: Lagoa, Céu Azul, R. Padre Pedro Pinto).
- Ausência de polo industrial.
- Falta de área de lazer.
- Deficiência de drenagem pluvial (ex.: Vilarinho).
- Carência de saneamento básico em algumas comunidades (ex.: Jardim Leblon, Jardim Europa, Jardim dos Comerciários).
- Falta de implementação do Parque Industrial Serra Verde.
- Carência de centro de formação de mão de obra qualificada.
- Carência de investimento no projeto "1º Emprego".
- Morosidade no trânsito na Rua Padre Pedro Pinto no horário de pico, prejudicando o transporte coletivo.
- Falta de URPV (Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes) na região.
- Falta de integração entre todas as linhas de Venda Nova e a estação BHBUS.
- Falta de espaço público e área de lazer para crianças e adultos.
- Falta de colocação dos equipamentos de coleta seletiva nos bairros (LEV - Local de Entrega Voluntária).
- Falta de feiras livres nos bairros.
- Os espaços públicos praticamente inexistem e, quando existem, são poucos divulgados, assim como os programas culturais.
- Sistema viário mal cuidado, com bocas de lobo entupidas e esgoto a céu aberto.
- Inexistência de política de geração de emprego e qualificação profissional.
- O processo de implantação do BHBUS é lento, assim como o metrô.
- Faltam programas de baixo custo que mobilizem a comunidade para a melhoria dos bairros (ex.:

Mutirão coordenado pela Prefeitura).

- Redefinição interna nas áreas de abrangência.
- Falta de uma política para geração de trabalho e renda.
- Redistribuição da política quanto às áreas de risco, priorizando vilas e bairros mais carentes.
- Inexistência de estação de tratamento de esgoto (ETE).
- Falta de preservação de áreas verdes e praças, bem como inexistência de parques e monitoramento das nascentes.
- Espaço público e cultural não atende à população regional.
- Deficiência na segurança pública nas áreas comerciais.
- Falta de ônibus de piso baixo para circular na regional.
- Arborização e paisagismo das principais vias de Venda Nova.
- A implantação de um pólo industrial no Serra Verde.
- Falta de ampliação e melhoria do saneamento básico nas áreas de risco.
- As creches fechadas e convênio de creches entre PBH e as filantrópicas foi cortado.
- Falta de investimentos para a instalação de delegacia especializada da mulher.
- Ausência de equipamentos públicos (postos de saúde, escolas, ruas urbanizadas) na região dos bairros Jardim Leblon, Nova York, Esplendor e outros.
- A ausência de estacionamento no centro comercial de Venda Nova.
- A ausência de remanejamento de tráfego da rua Padre Pedro Pinto para a Avenida Vilarinho, causando engarrafamentos, enchentes etc.
- Precariedade na área do saneamento (faltando interceptores de esgotos), onde tudo é encaminhado para córregos, poluindo as nascentes.
- Necessidade de áreas verdes públicas para o lazer.
- Não cumprimento da Lei de Uso e Ocupação do Solo, gerando carência de áreas verdes e ocupação de áreas inadequadas (Jardim Leblon).
- Os postos de saúde não comportam a demanda da região.
- Falta de um programa de geração de renda, o que propicia o aumento da marginalização da região.
- Falta de saneamento básico gerando poluição dos córregos (ex.: Vila do Índio, córrego dos Camões, córrego Maribondo etc.).
- Falta de urbanização e infra-estrutura nos bairros Jardim Comerciários, Copacabana etc.
- Falta de divulgação do Plano Regional de Venda Nova.
- Inexistência de um pólo industrial na regional Venda Nova.
- Recursos insuficientes definidos no OP para a regional Venda Nova, acarretando cada vez mais exclusão social.
- Deficiência de conjuntos habitacionais de baixa renda (quantidade).
- Insuficiência do saneamento básico na regional Venda Nova.
- Os prazos definidos no OP para a execução das obras não são cumpridos.
- Deficiência na fiscalização quanto à legislação de passeios públicos (não existem ou estão irregulares, gerando insegurança para o pedestre).
- Ausência de uma política de geração de renda.
- Carência de equipamentos de lazer e de cultura (ex.: implantação do Centro Cultural negociado com a Comunidade, através da COMFORÇA).
- Deficiência da rede física do quadro técnico e administrativo dos postos de saúde.
- Ausência de acessibilidade para os portadores de deficiência nos equipamentos públicos.
- Má distribuição das vagas e dos equipamentos do Ensino Fundamental e a falta de vagas do Ensino Médio (ex.: acelerar a construção da Escola no Bairro Jardim Leblon e iniciar a construção da escola do bairro Jardim Europa).
- Existe muito córrego a céu aberto em Venda Nova.
- Ausência de Saneamento Básico (ex.: Bacia do Vilarinho).
- Segurança Pública insuficiente e despreparada.
- O Sistema de transporte não atende à demanda: começou excelente e caiu nos últimos anos; 60% do

sistema viário não atende à necessidade.

- Poucas áreas verdes e de lazer em Venda Nova.
- Ausência de escola municipal em algumas regiões (ex.: Santa Mônica e Jardim Europa).
- O Sistema de ônibus suplementar nos bairros Maria Helena, Mantiqueira, Lagoinha, Landi não atendem à grande demanda de usuários.
- Espera de troca de ônibus na Estação Venda Nova é grande. Falta de linha da estação ao hipercentro.
- Localização da Estação BHBUS.
- Falta de um trabalho de reeducação ambiental no sentido de não jogar lixo nas ruas e córregos e no sentido de ampliar a arborização nos espaços públicos.
- Falta de incentivo à cultura em Venda Nova (ex.: Construção de um centro cultural).
- Falta de respeito dos usuários em relação aos bancos destinados a deficientes, idosos e gestantes nos ônibus.
- Insuficiência do atendimento no Pronto Socorro e na UPA.

Ausência de transporte coletivo com acesso à Av. Carlos Luz, ligando a região Sul de Venda Nova (ex.: Santa Mônica, Jardim Leblon, Céu Azul e outros).

▪ ANEXO VI - ÍNTEGRA DAS PROPOSTAS APROVADAS

Neste Anexo estão reproduzidas na íntegra as propostas finais da II Conferência Municipal de Política Urbana, segundo a seguinte organização:

- ▪ PROPOSTAS PARA A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL
  - • Zoneamento, Ocupação e Uso do Solo ▪ Áreas de Diretrizes Especiais (ADE)
  - • Parcelamento do Solo
  - • Instrumentos Urbanísticos
  - • Regularização de Parcelamentos e Edificações
  - • Posturas e Código de Obras
  - • Legislação Específica para ZEIS
  - • Legislação Ambiental Municipal
- ▪ PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES ESTRUTURANTES
  - • Obras Viárias, Obras de Saneamento e Revitalização de Áreas
  - • Programas Habitacionais
- ▪ PROPOSTAS DE GESTÃO URBANA
  - • Desenvolvimento Econômico
  - • Gestão Participativa
  - • Gestão de Políticas Setoriais Urbanas
    - ◦ Gestão da Política do Controle Urbano
    - ◦ Gestão da Política Ambiental e de Saneamento
    - ◦ Gestão da Política Habitacional
    - ◦ Gestão de Políticas de Mobilidade, Transporte e Trânsito
    - ◦ Gestão da Política do Patrimônio Histórico e Espaço Público

▪ PROPOSTAS PARA A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Zoneamento, Ocupação e Uso do Solo • Áreas de Diretrizes Especiais (ADE)

Grupos de Trabalho 1 e 3

Relatora: Edna Nunes Gomes

Coordenadoras:

M.ª Auxiliadora de M. Vieira e Tânia M.ª de A. Ferreira

I - Zoneamento

1 - Parâmetros e critérios de ocupação referentes às zonas

1.1 - Resgate dos parâmetros e das restrições impostas à Zona de Preservação Ambiental (ZPAM) originalmente definidas na Lei n.º 7.166/96, impedindo o parcelamento dos terrenos situados nessa zona.

1.2 - Para as áreas particulares classificadas como ZPAM, possibilidade de adoção de parâmetros de ocupação menos restritivos que os desta zona e mais restritivos que os da Zona de Proteção 1 (ZP-1). Para tanto, criação da "ZP-1.A", com os parâmetros:

a) coeficiente de aproveitamento = 0,1 (um décimo);

b) taxa de ocupação = 0,05 (cinco centésimos);

c) taxa de permeabilização = 80% (oitenta por cento);

d) quota de terreno por unidade habitacional = 5.000m² (cinco mil metros quadrados).

1.3 - Manutenção dos parâmetros da Zona de Proteção 2 (ZP-2).

1.4 - Permissão da adoção dos parâmetros da ZP-2 nos lotes já aprovados na ZP-1 com área inferior a 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados).

1.5 - Adequação dos parâmetros urbanísticos da Zona de Proteção 3 (ZP-3):

a) Redução do coeficiente de aproveitamento – de 1,5 (um e meio) para 1,2 (um inteiro e dois décimos);

b) Aumento da quota de terreno por unidade habitacional de 90 m² (noventa metros quadrados) para 200 m² (duzentos metros quadrados);

c) Estudo do controle de altimetria na ZP-3 em conjunto com o estudo de altimetria para toda a cidade.

1.6 - Para empreendimentos residenciais, comerciais ou de uso diverso (clubes, academias, templos etc.), os quais apresentem riscos impactantes na Zona de Adensamento Restrito 2 (ZAR-2), exigir-se-á em contrapartida, dos empreendedores e/ou responsáveis, medidas compensatórias que priorizem questões como: educação, esportes e cultura, saúde pública, saneamento básico, preservação/recuperação do meio ambiente, segurança, sempre em benefício da comunidade diretamente afetada e em função e da carência observada na mesma área.

Fica obrigatória a exposição no local pretendido pelos empreendedores e/ou responsáveis, de placas contendo informações completas sobre o empreendimento, as quais deverão ser colocadas antes de qualquer obra de preparação, na pretensa área.

1.7 - Parâmetros da Zona Adensada (ZA):

a) Aumento dos afastamentos laterais e de fundos, adotando na fórmula de cálculo desses afastamentos o valor do divisor "b" = 4 (o mesmo das demais zonas);

b) Redução do coeficiente de aproveitamento de 1,5 (um e meio) para 1,2 (um inteiro e dois décimos)

c) Aumento da quota de terreno por unidade habitacional de 40 m² (quarenta metros quadrados) para 60 m² (sessenta metros quadrados).

1.8 - Parâmetros da Zona de Adensamento Preferencial (ZAP):

a) Redução do coeficiente de aproveitamento de 1,7 (um inteiro e sete décimos) para 1,5 (um e meio);

b) Aumento da quota de terreno por unidade habitacional de 25 m^2 (vinte e cinco metros quadrados) para 40 m² (quarenta metros quadrados).

1.9 - Parâmetros da Zona Central de Belo Horizonte (ZCBH):

Aumento dos afastamentos laterais e de fundos, adotando na fórmula de cálculo desses afastamentos o valor de "b" = 4 (o mesmo das demais zonas).

1.10 - Zona Hipercentral (ZHIP):

Manutenção dos parâmetros urbanísticos da ZHIP.

1.11 - Parâmetros da Zona Central de Venda Nova (ZCVN):

a) Redução do coeficiente de aproveitamento (a ser estudada);

b) Aumento da quota de terreno por unidade habitacional (a ser estudado).

1.12 - Parâmetros da Zona Central do Barreiro (ZCBA):

a) Redução do coeficiente de aproveitamento (a ser estudada);

b) Aumento da quota de terreno por unidade habitacional (a ser estudado).

1.13 - Zona de Grandes Equipamentos (ZE):

Regulamentação das ZEs instituídas pela Lei n.º 7.166/96.

1.14 - Zona de Especial Interesse Social 2 (ZEIS-2):

Definição de parâmetros especiais de parcelamento e ocupação do solo nas ZEIS-2.

2. Mudanças de Zoneamento

2.1 - Revisão das manchas de Zona de Preservação Ambiental (ZPAM) e Zona de Proteção 1 (ZP-1), a partir de estudo técnico efetuado pelo Executivo e aprovado pelo Conselho de Política Urbana (COMPUR) – (ou pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (COMDUR), caso seja criado –, ouvidos os órgãos competentes.

2.2 - Alteração para ZPAM do zoneamento dos novos parques.

2.3 - Revisão dos limites das Zonas de Grandes Equipamentos (ZEs).

2.4 - Definição, por grupo técnico do Executivo, de novas áreas como Zonas de Especial Interesse Social 2 (ZEIS-2), segundo critérios a serem aprovados na Conferência.

2.5 - Manutenção, na região da Pampulha, do zoneamento Zona de Proteção 2 (ZP-2).

2.6 - Alteração do Zoneamento do Buritis, de Zona de Adensamento Preferencial (ZAP) para Zona Adensada (ZA), com a ampliação dos valores dos afastamentos laterais e de fundos prevista para a ZA no item 1.7 da proposta aprovada nos Grupos de Trabalho 1 e 3, relativa a parâmetros urbanísticos das zonas.

2.7 - Alteração do zoneamento do bairro Santa Margarida, na região do Barreiro, de Zona de Adensamento Preferencial (ZAP) para Zona de Adensamento Restrito 2 (ZAR-2).

2.8 - Mudança de zoneamento de Zona de Proteção 1 (ZP-1) para Zona de Adensamento Preferencial (ZAP) em área no bairro Jaraguá, reiterando resolução do COMPUR.

2.9 - Manutenção como Zona de Grandes Equipamentos (ZE) a área às margens da Av. Alfredo Camarate, indicada no art. 14, § 3º, inciso VI, alínea "a", revendo a definição de sua destinação e regulamentando-a.

2.10 - Alteração do zoneamento do Carlos Prates e Padre Eustáquio de Zona de Adensamento Preferencial (ZAP), para Zona de Adensamento Restrito 2 (ZAR-2).

II - Ocupação do Solo

(Parâmetros gerais)

1 - Controle da altimetria

1.1 - Elaboração de estudo visando a regulação da altimetria na cidade, considerando identidades e características diferenciadas dos lugares.

1.2 - Utilização do estudo de impacto de vizinhança (EIV), com consulta popular, para aprovação de empreendimentos que possam causar impacto na ambiência e na paisagem urbana dos lugares.

2 - Taxa de permeabilidade

2.1 - Manutenção da exigência de área de permeabilização, livre e vegetada, vetando sua substituição pela caixa de captação e drenagem.

2.2 - Estudo da possibilidade de variar a taxa de permeabilização em função da área do lote, reduzindo-a para lotes de até 200 m².

2.3 - Estímulo à utilização simultânea da área de permeabilização e da caixa de captação e drenagem.

3 - Vagas de estacionamento

3.1 - Redução do número de vagas para estacionamento de automóveis e aumento de número de vagas para estacionamento de caminhões e/ou carretas, conforme seja a atividade industrial ou comercial de médio ou grande porte.

3.2 - Definição de proporção máxima de vagas presas em relação ao número mínimo exigido.

4 - Afastamento frontal nos corredores viários (vias arteriais e coletoras)

4.1 - Regulamentação do uso do afastamento frontal em continuidade ao passeio.

4.2 - Implementação de penalidade para o uso inadequado da calçada para manobra e estacionamento de veículos.

5 - Recomendações

5.1 - Desenvolvimento de estudos visando a possibilidade de incluir o parâmetro ocupacional do "módulo mínimo" para edificações multifamiliares, comerciais ou mistas, nas ADEs/cidade em geral, como mais um instrumento de controle de adensamento.

5.2 - Definição através de dispositivo legal a ser inserido na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, dos empreendimentos e atividades privadas ou públicas que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obtenção de licenças construção, ampliação ou funcionamento.

III - Uso do Solo

1 - Elaboração de estudo no sentido de definir critérios e alternativas de ordenamento da localização das atividades do Grupo III.

2 - Revisão da classificação de usos do Grupo III, distinguindo as atividades de maior impacto.

3 - Desenvolvimento de estudos com o objetivo de detectar na cidade áreas com concentração de atividades do Grupo III, tendo em vista a regularização das mesmas, com a utilização de instrumentos de política urbana.

4 - Implantação no Executivo de processo permanente de monitoramento dos impactos das atividades instaladas.

5 - Efetuação, a partir de estudo técnico elaborado pelo Executivo e aprovado pelo COMPUR (ou pelo COMDUR, caso seja criado), ouvidos os órgãos competentes, de correções pontuais nos Anexos V e VI da Lei n.º 8.137/00, que estabelecem, respectivamente, a classificação dos usos e as medidas mitigadoras dos impactos das atividades causadoras de repercussões negativas.

6 - Inclusão, entre os tipos de repercussão possíveis das atividades, de:

a) geração de resíduos sólidos, prevendo como medida mitigadora a aprovação de Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

b) radiações não ionizantes, com as medidas mitigadoras previstas na legislação ambiental.

7 - Atribuição ao Executivo da competência de estabelecer a classificação viária.

8 - Condicionamento da permanência de usos não conformes à adequação das instalações às normas ambientais, de posturas e de segurança (compatibilização do § 2.º do art. 72 ao § 6.º do mesmo artigo).

9 - Impedimento de execução de obras que aumentem a desconformidade nas edificações utilizadas por usos desconformes.

10 - Restrição de usos na área central

Na área central, supressão do impedimento de investimentos públicos na construção e ampliação de: sedes de órgãos federais, estaduais e municipais e outros serviços de uso coletivo citados no art. 11 do Plano Diretor.

11 - Manutenção da diversificação de usos no hipercentro.

12 - Elaboração de planos locais para os centros mais significativos na estruturação das regiões.

13 - Região da Pampulha: os usos não residenciais devem ser aqueles relacionados com o lazer e turismo, desde que compatíveis com o caráter ambiental, paisagístico, histórico e cultural da Pampulha, com o uso residencial presente na área e com as características urbanísticas locais.

14 - Empreendimentos no entorno de áreas de preservação ambiental

Para empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental localizados junto a áreas de preservação ambiental, exigência, no EIA/RIMA ou no EIV, de inclusão da análise de visadas e de paisagem urbana contemplando a relação do empreendimento com a área de preservação adjacente.

15 - Licenciamento de antenas de telefonia celular:

O órgão responsável pelo licenciamento das antenas deve assegurar o pleno cumprimento das exigências e condicionantes para a instalação das mesmas, especialmente os procedimentos relativos à divulgação, garantindo que as comunidades inseridas no raio de influência das antenas sejam efetivamente informadas sobre a proposta de sua instalação.

IV - Áreas de Diretrizes Especiais (ADE)

1 - ADE Floresta

Criação da ADE Floresta, contemplando as seguintes diretrizes:

a) Controlar o adensamento, construtivo e populacional, no sentido de reduzir a densidade atual;

b) Controlar a altimetria, com parâmetros que proporcionem a redução da altura das edificações;

c) Definir parâmetros que indiquem restrições à ocupação do lote;

d) Definir mecanismos que incentivem a preservação das edificações.

e) controle da instalação de atividades de comércio, serviços e indústrias no sentido de preservação do uso residencial do bairro.

2 - ADE de Referência Simbólica e Histórica

Criação de ADE de Referência Simbólica e Histórica, contemplando as seguintes diretrizes:

a) Controlar a altimetria definida para cada ADE;

b) Condicionar a análise das intervenções em áreas de ADE à anuência prévia do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH).

3 - ADE Bacia da Barragem Santa Lúcia

Criação da ADE Bacia da Barragem Santa Lúcia, contemplando as seguintes diretrizes e propostas:

a) Incentivar a permeabilidade e cobertura vegetal;

b) Definir restrições e normas direcionadas à ocupação e à intervenção em áreas públicas;

c) Garantir a taxa mínima de permeabilidade, não se aceitando a sua substituição pela caixa de captação;

d) Definir altimetria máxima para o perímetro abaixo da Av. Raja Gabaglia e permitir apenas a ocupação unifamiliar para a área situada entre a Av. Raja Gabaglia e a Área de Proteção Ambiental da Mata do Cercadinho, do trevo da BR 040 e Rua Agena até a Rua José Rodrigues Pereira.

e) Considerar os objetivos básicos da ADE na elaboração dos Planos Globais Específicos das ZEIS existentes.

4 - ADEs de Interesse Ambiental

4.1 - Regulamentação das ADEs de Interesse Ambiental, contemplando as seguintes diretrizes:

Condicionar a análise das intervenções nas ADEs à anuência do COMAM.

Definir parâmetros de ocupação de forma a garantir taxa de permeabilidade adequada para cada área, independente do zoneamento, e a preservação dos elementos mais significativos;

Definir a área permeável do terreno coincidente com a presença de vegetação expressiva;

Definir incentivos à aplicação de mecanismos compensatórios;

Os mecanismos compensatórios estabelecidos nas ADEs de natureza ambiental só podem ser de natureza ambiental ou de preservação do patrimônio histórico da mesma ADE.

Garantir a taxa mínima de permeabilidade, não se aceitando a sua substituição pela caixa de captação.

4.2 - Criação de ADE de Interesse Ambiental nas seguintes regiões:

a) Cercadinho;

b) Brejinho;

c) Belvedere (área verde iniciando-se no fim da Rua Haiti/rotatória do Belvedere e margeando pela esquerda, as avenidas Eurico Gaspar Dutra, Celso Porfírio, Prof. Cristovam dos Santos, a Via de pedestre sem nome, até a Rua Jorge Marine, tudo conforme delineado nas folhas 47 e 54 – anexos II, IV e XII da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte.

d) Trevo (área correspondente a duas nascentes do córrego Olhos d'Água, revitalizadas pela PBH).

e) Noroeste (área verde denominada mata do Morcego, situada entre os bairros João Pinheiro, Camargos e Santa Maria, com acesso pela via expressa na altura do número 6000, à esquerda, no sentido BH–Contagem.

4.3 - Elaboração de estudo para identificação e inclusão de novas áreas como ADEs de Interesse Ambiental.

5 - ADEs Pampulha e Trevo

Regulamentação das ADEs, contemplando as diretrizes abaixo relacionadas.

5.1 - Quanto ao uso e ocupação:

a) Flexibilizar, nas ADEs Pampulha e Trevo, a implantação de usos comerciais, de serviços e de serviços de uso coletivo para atividades dos Grupos I, II e III voltadas ao desenvolvimento e incremento do turismo, lazer, eventos e atividades culturais, de acordo com estudos e planejamento sobre a vocação da região que respeitem as características paisagísticas, arquitetônicas e culturais, conforme tabela a ser estudada.

b) Condicionar a liberação de atividades não residenciais na orla da lagoa da Pampulha a relatório de impacto ambiental que contemple também a vocação para o esporte, lazer e turismo;

c) Permitir o uso comercial, de serviços e serviços de uso coletivo nas casas existentes na orla da lagoa da Pampulha, desde que mantidas as áreas, a taxa de permeabilização e os afastamentos originais;

d) Manter o coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, área mínima de lote e afastamentos definidos

na Lei n.º 7.166, de 27/08/96.

5.2 - Quanto às posturas municipais:

a) Vedar a colocação de engenhos de publicidade na orla da represa da Pampulha, exceto aqueles relativos a indicativos de atividades no local, obedecendo a parâmetros estabelecidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) e pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN).

5.3 Quanto à gestão, planejamento, controle e instalação de equipamentos:

a) acionar o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e/ou Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), em casos de empreendimentos que provocarem maior impacto ambiental.

b) Obedecer ao planejamento inicial da Av. Otacílio Negrão de Lima, recuperando o espaço público hoje ocupado ilegalmente para implantação de uma 2ª pista e que a pista junto à lagoa inclua a construção de calçadão;

c) Criar um parque ecológico na ADE Trevo, com instrumentos e mecanismos de controle social voltados para a gestão e educação ambiental;

6 - ADE Bacia da Pampulha

6.1 - Criação de mecanismos para a coleta de "bagulho volumoso" em toda a bacia da Pampulha, evitando assim que ele seja jogado clandestinamente na lagoa.

6.2 - Manutenção da norma da Lei n.º 7.166/96 que define a taxa de permeabilização mínima de 30% (trinta por cento) na ADE Bacia da Pampulha.

7 - ADE Belvedere III

Regulamentação da ADE Belvedere III, atendendo à seguinte diretriz: maior controle de ocupação da ADE através do estabelecimento de parâmetros urbanísticos mais restritivos.

8 - Plano da Serra do Curral

O plano de recuperação, preservação, conservação, ocupação e uso da serra do Curral deverá entre outros:

Respeitar as diretrizes de proteção atinentes ao tombamento da serra do Curral, promovendo sua gestão integrada pelos órgãos colegiados de meio ambiente e patrimônio cultural, garantida a ampla participação dos setores da sociedade civil;

Definir a implantação e o aperfeiçoamento da infra-estrutura de finalidade preservacionista, devendo a área ser destinada a usos tais como: turismo ecológico, recreação, lazer, cultura, educação, ciência e tecnologia;

Promover a articulação física da infra-estrutura de finalidade preservacionista de modo garantir o acesso e sua fruição pela comunidade belorizontina;

Estabelecer política fiscal específica, voltada para o monumento natural, diferenciando-a daquela relativa aos bens culturais edificados de valor histórico-arquitetônico, condicionando-se a concessão desses benefícios à comprovação de perpetuidade de sua preservação pelos proprietários-beneficiários;

Estimar os custos de execução do plano de recuperação, preservação, conservação, ocupação e uso da serra do Curral, bem como definir mecanismos para o seu financiamento.

Criar o fundo de recuperação de áreas degradadas, mantido financeiramente e de forma proporcional pelos responsáveis por sua degradação.

9 - ADE Santa Lúcia - Ponteio

Criação da ADE Santa Lúcia - Ponteio

V - Recomendações Gerais

1 - Utilização do enquadramento dos cursos d'água como critério para futura revisão de zoneamento, condições de ocupação e de uso do solo.

2 - A mudança de zoneamento de qualquer área deve incluir análise dos impactos na região, levando em conta a opinião da comunidade afetada.

3 - Tratamento em âmbito metropolitano da questão do adensamento nas regiões limítrofes de Belo Horizonte.

4 - Revitalização do hipercentro, passando pela promoção de segurança, solução dos problemas de estacionamento de veículos, inclusive como estímulo ao uso residencial.

5 - Resgate do espaço público na região do hipercentro.

6 - Criação de comissões formadas por representantes da sociedade para acompanhamento de regulamentações de ADE.

7 - Que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) estabeleça mecanismos de reinserção do Iate Tênis

Clube no patrimônio municipal, assim como de remoção da obra irregular e ilegal que inviabiliza o reconhecimento do conjunto arquitetônico como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Parcelamento do Solo

Grupo de Trabalho 2

Relator: José Henrique Guimarães Bacelar

Coordenador: Marcelo Candiotto

I - Loteamento

1 - Transferência ao poder público de percentual correspondente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) da gleba objeto do parcelamento, destinados à implantação de equipamentos urbano e comunitário e espaços livres de uso público, acrescidos do percentual da gleba necessário à implantação e/ou adequação do sistema viário. Determinação pelo Poder Executivo da localização das áreas a serem transferidas.

2 - Delimitação de áreas não parceláveis como área de preservação/*non aedificandae* de propriedade particular, com incentivos para sua manutenção, bem como estabelecimento de critérios para utilização e penalidades (ex. de incentivo: IPTU).

3 - Desenvolvimento de padrões de urbanização diferenciados (pavimentação, drenagem e contenção etc.), com estabelecimento de critérios para sua aplicação.

4 - Admissão da utilização de espaços livres de uso público como separadores de quarteirões, para o cumprimento da exigência de extensão máxima de quarteirão nos parcelamentos.

II - Parcelamento para Condomínio

1 - Reavaliação do percentual de áreas públicas a serem transferidas ao Município, com o objetivo de viabilizar o empreendimento.

2 - Estabelecimento do limite máximo de área para condomínios em 100.000 m² (cem mil metros quadrados), sendo que, entre 50.000 m² (cinqüenta mil metros quadrados) e 100.000 m² (cem mil metros quadrados), a aprovação do parcelamento fica condicionada à anuência do COMPUR (ou do COMDUR, caso seja criado).

3 - Manutenção, dentro do condomínio, do mesmo padrão de ocupação do zoneamento do entorno.

4 - Aplicação dos parâmetros urbanísticos à unidade territorial.

III - Reparcelamento

1 - Revisão dos procedimentos de transferência de área ao Município.

2 - Autorização ao Poder Executivo para desafetação do domínio público no caso de alteração de traçado viário.

IV - Modificação de Parcelamento

1 - Regulamentação do art. 39 da Lei n.º 7.166/96 para tornar-se automática por parte do Poder Executivo a regularização da parte remanescente da desapropriação parcial de lote.

2 - Com relação à regularização de lotes desapropriados e áreas remanescentes de desapropriação, recomenda-se ao Executivo:

a) Informar à população quanto ao seu direito de regularização, conforme o art. 39 da LPOUS;

b) Efetuar cadastro, levantamento de situação, regularização dos lotes desapropriados e das áreas remanescentes e registro.

V - Desmembramento

1 - Aprovação de lote lindeiro a via arterial cujo registro em cartório de registro de imóvel comprove área inferior a 2.000m² (dois mil metros quadrados).

2 - Revisão dos critérios no sentido de ampliação da área mínima da gleba a ser parcelada, para efeito de transferência ao Município do percentual de 15% (quinze por cento).

3 - Ampliação do limite da área da gleba para efeito de conversão em pagamento em espécie da transferência dos 15% (quinze por cento) da área da gleba.

4 - Não serão computados no percentual de 15% (quinze por cento) as áreas destinadas a sistema viário.

V Recomendações

1 - Criação de parques lineares em áreas lindeiras a córregos como soluções compatibilizadas a outras

soluções urbanísticas da região (ex.: sistema viário, campo de várzea).

2 - Criação de instrumentos para impedir novos loteamentos irregulares, tais como:

a) impedimento de ligação de água, luz e telefone;

b) impedimento de participação no orçamento participativo (OP);

c) fiscalização;

d) aplicação de penalidades previstas em lei;

e) campanhas educativas.

3 - Utilização de novas tecnologias para desenvolvimento de padrões de urbanização diferenciadas (ex.: pavimentação, drenagem, contenção etc.)

4 - Estímulos à regularização de novos parcelamentos:

a) desenvolvimento de programas de apoio e incentivo à regularização de novos parcelamentos;

b) reavaliação dos procedimentos para facilitar a tramitação de processos;

c) desenvolvimento de estratégias de parcerias para elaboração de projetos;

d) assessoria técnica e jurídica ao cidadão.

5 - Alteração da legislação de modo a permitir que todos os logradouros públicos integrantes do cadastro técnico municipal e existentes de fato possam receber denominação definitiva e oficial com participação da população na escolha da referida denominação.

6 - Verificação de atribuições com relação à mudança de nomes de bairros, sugerindo ao Legislativo que a população envolvida participe, quando houver mudança de nome.

a) Recomendação ao Executivo que seja informado aos órgãos públicos, autarquias e concessionárias sobre o novo nome e limite do bairro, quando de sua alteração.

Instrumentos Urbanísticos

Grupo de Trabalho 4

Relator: Leandro Morais de Carvalho Pinto

Coordenadoras: Flávia Mourão Parreira do Amaral e Júnia Naves

I - Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios

1 - Aplicação do instrumento "parcelamento, edificação ou utilização compulsórios" com a mesma seqüência e prazos previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257, de 10/07/01) nas áreas inseridas nas seguintes zonas:

1.1 - Zona de Adensamento Preferencial (ZAP);

1.2 - Zona de Especial Interesse Social 2 (ZEIS-2).

2 - Isenção da obrigatoriedade do parcelamento nos casos de:

2.1 - inexistência de acesso à gleba através de logradouro pavimentado, constante em parcelamento aprovado;

2.2 - impossibilidade de atendimento pelos sistemas de abastecimento de água, energia elétrica ou esgotamento sanitário;

2.3 - impedimento de ordem legal ou ambiental;

2.4 - existência de interesse do Município em realizar operação urbana ou consórcio imobiliário envolvendo o terreno;

2.5 - áreas inferiores a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados).

3 - Previsão de edificação e utilização compulsórias:

3.1 - em ZAP, conforme critérios a serem estudados em função da propriedade e do período de existência do loteamento;

3.2 - em qualquer zona, quando se tratar de edificação abandonada há mais de 05 (cinco) anos (estabelecer caracterização de edificação abandonada);

3.3 - em qualquer zona, quando se tratar de obra paralisada por mais de 05 (cinco) anos após o vencimento do alvará (estabelecer prazos e condições a serem aceitas como reinício das obras).

4 - Isenção da obrigatoriedade de edificar e/ou utilizar nos casos de:

4.1 - estar a posse ou domínio pendente de decisão testamentária ou judicial;

4.2 - estar o imóvel sujeito a estudos ou pareceres de órgão ou entidade pública que possam implicar em edificação ou uso diferentes;

4.3 - estar o terreno em utilização para fins comerciais (estabelecer critérios).

II - Direito de Preempção

1 - Introdução do instrumento entre os previstos no Plano Diretor (PD)

2 - Definição das seguintes áreas como sujeitas ao direito de preempção:

2.1 - ZEIS-2;

2.2 - ZEIS-1 e ZEIS-3;

2.3 - Áreas destinadas a implantação de projetos viários prioritários (constantes do Anexo II do Plano Diretor);

2.4 - Áreas de interesse ambiental ou cultural (definir em lei específica).

III - Operações Urbanas Consorciadas

1 - Previsão da possibilidade de se trabalhar com áreas distintas na mesma operação urbana (ou seja, previsão de que os benefícios da alteração de parâmetros urbanísticos em uma área possam ser compensados por intervenções em outra área).

2 - Previsão da possibilidade de utilização do instrumento para regularização de edificações ou de uso.

3 - Previsão da utilização de outorga onerosa de potencial construtivo.

IV - Outorga Onerosa do Direito de Construir

1 - Introdução do instrumento entre os previstos no Plano Diretor, compatibilizando-o ao disposto na Lei Orgânica Municipal.

2 - Avaliação de utilização da outorga em áreas com potencial de adensamento compatível aos aspectos estruturais e ambientais, atendido o interesse público.

3 - Previsão de utilização da outorga onerosa em Área de Diretrizes Especiais (ADE) somente onde for conveniente, conforme respectiva regulamentação.

4 - Proibição da utilização da outorga quando houver acréscimo de número de unidades em relação ao limite permitido para a zona.

5 - Restrição da utilização da outorga nos casos em que houver a possibilidade de aumento do potencial construtivo pela recepção da transferência do direito de construir (TDC) de outro imóvel.

6 - Previsão da possibilidade de utilização simultânea da outorga e da recepção de TDC, limitando o acréscimo total a 20% (vinte por cento) do coeficiente de aproveitamento.

7 - Previsão da possibilidade de aplicação da outorga onerosa para regularização ou alteração de uso, conforme critérios a serem estabelecidos em legislação específica que poderá condicionar a outorga à análise do estudo de impacto de vizinhança.

8 - Definição clara e objetiva do cálculo da outorga, de forma a facilitar a sua compreensão e aplicação, utilizando como critérios:

8.1 - valor proporcional ao valor venal real (valor de mercado);

8.2 - valor conveniente para ambas as partes (Município e interessado).

9 - Previsão da possibilidade de conversão do valor da contrapartida em obras ou serviços, conforme critérios a serem estabelecidos na regulamentação.

10 - Isenção da contrapartida para:

10.1 - programas habitacionais de interesse público;

10.2 - equipamentos de uso coletivo de interesse público.

V - Transferência do Direito de Construir (TDC)

1 - Ampliação das possibilidades de recepção da transferência do direito de construir (revisão do Decreto n.º 9.616).

2 - Avaliação dos critérios vigentes aplicáveis à transferência originada de ZEIS-2.

3 - Simplificação da fórmula de cálculo da TDC, com o objetivo de facilitar a sua compreensão e aplicação.

4 - Previsão da possibilidade de geração da TDC a partir de áreas de interesse ambiental indicadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM).

5 - Estruturação de instância da administração municipal para:

5.1 - gerenciar as transferências e intermediar negociações entre proprietários de imóveis geradores e proprietários de imóveis receptores;

5.2 - manter e disponibilizar dados relativos à TDC.

VI - Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

1 - Introdução do instrumento entre os previstos no Plano Diretor.

2 - Previsão de que o EIV analise os efeitos do empreendimento, no mínimo, em relação aos aspectos já previstos no art. 37 da Lei Federal n.º 10.257, de 10/07/01 (Estatuto da Cidade):

a) adensamento populacional;

b) equipamentos urbanos e comunitários;

c) uso e ocupação do solo;

d) valorização imobiliária;

e) geração de tráfego e demanda por transporte público;

f) ventilação e iluminação;

g) paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

3 - Regulamentação do EIV em lei específica, após estudos, definindo, no mínimo:

a) Tipologias de atividades e edificações sujeitas ao EIV;

b) Forma de participação da comunidade no licenciamento;

c) Procedimentos para apresentação e análise do EIV;

d) Instância de recurso.

4 - Estabelecimento dos limites e caracterização das diferenças entre o EIV e o estudo de impacto ambiental (EIA).

VII - Planejamento Metropolitano

1 - Indução de um processo de planejamento metropolitano a partir da discussão de problemas comuns com os municípios envolvidos.

2 - Estruturação de uma entidade intermunicipal, da qual participe também o estado, para coordenar as ações de planejamento metropolitano. Sugere-se o seu funcionamento baseado na constituição de câmaras temáticas e setorizadas (com participação dos municípios afins) que abordem problemas específicos de forma sistêmica, ou seja, considerando as causas e conseqüências dos problemas e das soluções indicadas.

3 - Definição de temas a serem abordados sob a ótica metropolitana, conforme área de abrangência, dentre os quais:

a) saneamento e meio ambiente:

a.1) produção de água;

a.2) destinação final e tratamento de esgoto;

a.3) macrodrenagem;

a.4) destinação final de resíduos sólidos;

a.5) proteção de recursos hídricos, áreas verdes, flora e fauna;

a.6) controle e monitoramento dos diversos tipos de poluição;

b) habitação;

c) transporte e interligações viárias;

d) organização territorial;

e) desenvolvimento econômico;

f) saúde;

g) educação;

h) segurança pública.

4 - Compatibilização dos planos diretores municipais às diretrizes a serem fixadas para a Região Metropolitana.

VIII - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

1 - Criação de fundo municipal para aplicação dos recursos arrecadados pelo município através da utilização dos instrumentos urbanísticos que deverão ser destinados a:

a) regularização fundiária;

b) execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

c) constituição de reserva fundiária;

d) ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

e) implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

f) criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

g) criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

h) proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

i) Melhoria e expansão da infra-estrutura urbana.

2 - Aplicação dos recursos arrecadados através da aplicação dos instrumentos segundo prioridades a serem estabelecidas pelo COMPUR (ou pelo COMDUR, caso seja criado).

IX - Outras Propostas – Gestão

Manutenção e disponibilização das informações urbanísticas em base digital, utilizando o sistema de geoprocessamento, de forma a permitir a leitura e a compatibilização dos dados em nível de lote. Previsão de alimentação desse sistema com as informações decorrentes da aplicação dos instrumentos urbanísticos (p. ex.: terreno sujeito a parcelamento, edificação e utilização compulsória, imóvel receptor ou doador da transferência do direito de construir etc.).

Regularização de Parcelamentos e Edificações

Grupo de Trabalho 5

Relator: Marcos Antônio Ferreira

Coordenadoras: M. Cristina F. de Magalhães e Sofia Salomão Alvarenga

I - Princípios Básicos

Reconhecendo que grande parte da cidade está irregular, considera-se:

– que é importante incluir essa população na cidade formal;
– que os procedimentos de regularização não devem ferir direitos de vizinhança e da cidade;
– que os procedimentos devem ser simples e pouco onerosos;
– que é necessário um processo paralelo de assistência técnica, de orientação e de uma fiscalização eficiente.

II - Regularização de Parcelamentos

1 - Elaboração de legislação específica para regularização de parcelamentos, abrangendo situações irregulares, tais como:

a) parcelamentos clandestinos implantados anteriormente a 1979;

b) parcelamentos ilegais já implantados após 1979;

c) parcelamentos implantados em desconformidade com a planta aprovada.

2 - Incorporação, na legislação, de procedimentos para regularização de situações pontuais, tais como:

a) lotes e/ou parte de lotes urbano, suburbano ou colonial;

b) lotes industriais, lotes rurais, chácaras (Decreto n.º 54);

c) loteamentos destinados a conjuntos habitacionais, implantados através da Lei n.º 1.487/68;

d) lotes aprovados e implantados diferentemente no local;

e) lotes aprovados em outros municípios cuja área foi incorporada à de Belo Horizonte;

f) lotes aprovados na Pampulha, sem observar limites de propriedade;

g) áreas de grandes equipamentos públicos (federais, estaduais e municipais);

h) lotes desapropriados pelo poder público.

3 - Elaboração de plano de reurbanização para estudo prévio de parcelamentos que não for passível de imediata regularização, a ser elaborado pelos interessados, para viabilizar a ocupação:

a) o plano poderá conter cronograma físico-financeiro, com os estudos e propostas que viabilizem a implantação das intervenções;

b) os recursos para a implementação das obras poderão ser obtidos através do OP, de contribuição de melhorias etc.;

c) as obras poderão também ser executadas pelos moradores, mediante acordo com a Prefeitura. Recomenda-se um estudo prévio pelo Executivo, para diminuição ou isenção temporária do IPTU até o pagamento das melhorias executadas por eles.

4 - Flexibilização de parâmetros tais como: delimitação e extensão de quarteirões, largura de vias, declividade, transferência de áreas, permeabilidade.

5 - Elaboração de parecer técnico-jurídico para reurbanização e regularização de ocupações em fundo de vales em parcelamentos implantados em desconformidade com os CPs já aprovados.

6 - Aplicação de penalidade para quem efetuou o parcelamento, independentemente do andamento do processo de regularização no Executivo.

III- Regularização de Edificações

1 - Elaboração de legislação específica para regularização de edificações.

2 - Definição de que a regularização de edificação só pode ser efetivada em lote aprovado.

3 - Comprovação da existência da irregularidade, por exemplo, com foto aérea. Recomenda-se ao Executivo a realização de novas fotos aéreas, se necessário.

4 - Verificação da concordância de vizinhos e condôminos, quando necessário.

5 - Flexibilização da taxa de permeabilidade, buscando aproximação com a exigida pelo zoneamento existente.

6 - Com relação à edificação residencial unifamiliar e multifamiliar horizontal – neste último caso, com até dois pavimentos: flexibilização de parâmetros, tais como afastamento lateral, afastamento frontal – com restrições – e altura máxima na divisa.

7 - Regularização de edificação de uso misto, com restrições de área.

8 - Com relação à edificação residencial multifamiliar vertical: regularização de acréscimo em áreas privativas e/ou comuns, com concordância unânime de condôminos e vizinhos.

9 - Regularização de prédio público, desde que atenda a critérios de locomoção e acessibilidade a deficientes físicos e, onde indicado, com solicitação de estudo de impacto.

10 - Previsão de encargo para regularização de edificação, proporcional ao valor do imóvel, tomando como base, por exemplo, o IPTU, a renda familiar.

10.1 - Estudo da possibilidade do encargo ser substituído, no todo ou em parte, por prestação de serviço pelo proprietário da edificação, desde que de interesse e acordado com o Executivo.

11 - Introdução de multas na LPOUS, para regularizar situações provocadas por erros, visando minimizar ilegalidades futuras em edificações, considerando:

a) multa expressiva, proporcional à desconformidade e ao valor do empreendimento;

b) avaliação do impacto da desconformidade na cidade.

13 - Promoção de regularização da numeração das edificações.

13.1 - Sugestão de que seja utilizado o cadastro do IPTU, quando pertinente, para facilitar a regularização da numeração das edificações.

IV - Rotinas e Procedimentos

1 - Simplificação de rotinas, procedimentos e custos dos processos de regularização, em especial os que atendam à população de baixa renda.

2 - Descentralização dos procedimentos de regularização.

3 - Capacitação dos técnicos da Prefeitura para atendimento.

4 - Investimentos na informatização dos procedimentos e dados, visando maior eficiência do atendimento ao público, do planejamento e desenvolvimento das ações e do controle urbano.

5 - Simplificação dos processos de licenciamento, aprimorando o atendimento e o acompanhamento das edificações em fase de regularização.

V - Assistência e Assessoria Técnica

1 - Prestação de serviço de assistência e assessoria técnica e jurídica descentralizado nas regionais, simples, rápido, barato e/ou gratuito.

2 - Implementação do Programa de Engenharia e Arquitetura Públicas, incorporando, na proposta, ações de gestão da qualidade.

2.2 - Promoção de ações *in loco* do Programa, como, por exemplo, plantão de regularização, posto avançado, ônibus de atendimento.

VI - Divulgação

1 - Incorporação das associações comunitárias e entidades sociais na divulgação do programa de

assistência e assessoria técnica e jurídica.

2 - Utilização da estrutura da PBH, principalmente as escolas, para divulgação.

3 - Promoção de política de regularização em uma área-piloto, investindo na regularização do parcelamento, edificações e posturas nesta área, tornando-a exemplo para a cidade.

3.1 - Promoção da divulgação dos resultados alcançados na área-piloto, de forma ampla e maciça, a fim de gerar na população a consciência e o desejo de experimentar este novo olhar na cidade.

4 - Conscientização das "Informações básicas" do processo de construir, utilizando canais que acessem diretamente ao cidadão de todas as classes sociais (p. ex.: contas de águas, luz, telefone, IPTU). Promoção de campanhas educativa.

VII - Controle e Monitoramento

1 - Sugestão para que seja incluído nas propostas do grupo de Gestão de Políticas Setoriais Urbana, subgrupo de Controle Urbano, o seguinte: "Desenvolver e implantar um banco de dados que permita exercer um controle do crescimento urbano, inclusive com imagens da cidade".

Posturas e Código de Obras

Grupo de Trabalho 6

Relator: Alexandre Eustáquio Gomes de Miranda

Coordenadora: Ana Saraiva

I - Movimentação de Terra e Entulho

1 - Ampliação do tempo máximo de permanência da caçamba em via pública para 24 horas, exceto na área central.

2 - Definição de normas para colocação de caçambas na pista de rolamento coerentes com as normas para estacionamento de veículos.

II - Ocupação do Espaço Público pelos Trabalhadores da Economia Informal

1 - Trabalhadores da economia informal

1.1 - Permitir que trabalhem na área central apenas o número de trabalhadores da economia informal cadastrados na Prefeitura desde 1998.

1.2 - Manutenção da fiscalização para inibir novas ocupações do espaço público por trabalhadores da economia informal.

1.3 - Provimento de condições de trabalho à fiscalização para inibir novas ocupações do espaço público por trabalhadores da economia informal.

1.4 - Manutenção do diálogo da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) com os trabalhadores da economia informal.

1.5 - Criação de projetos de capacitação profissional em conjunto com os trabalhadores da economia informal visando a sua migração da informalidade para a formalidade.

2 - Camelôs e toureiros

2.1 - Criação de *shoppings* populares em locais centrais e de grande circulação de pedestres.

2.2 - Realização da concessão de uso dos *shoppings* populares de forma não gratuita.

2.3 - Transferência dos camelôs e toureiros cadastrados na PBH, que estão nas ruas, para *shoppings* populares, sem permitir que sejam feitas novas ocupações.

2.4 - Manutenção do projeto de organização adotado a partir de 1998 pela PBH até que seja encontrada uma solução definitiva para os camelôs e toureiros.

2.5 - Assim como outros segmentos, a regulamentação da profissão do camelô.

3 - Ambulantes

Alteração da legislação que se refere ao comércio exercido por ambulantes, objetivando a fixação do exercício da atividade.

III - Engenhos de Publicidade

1 - Manutenção da política de financiamento de instalação de mobiliário urbano e adoção de canteiros e praças através da permissão de instalação de publicidade no mobiliário urbano.

2 - Alteração da legislação vigente, identificando como co-responsáveis pelo engenho de publicidade instalado, o proprietário do imóvel, o anunciante e o dono do empreendimento.

3 - Identificação pública dos engenhos de publicidade instalados irregularmente, de forma a impedir a legibilidade do anúncio veiculado, informando à população sobre a irregularidade daquele anúncio.

4 - Fica vedada a instalação de *outdoors* em lotes vagos, públicos ou privados, de uso exclusivamente residencial.

IV - Ocupação das Calçadas por Mobiliário Urbano

1 - Mobiliário urbano

1.1 - Melhoria da estrutura da fiscalização para que seja respeitada a legislação de mobiliário urbano.

1.2 - Adequação das normas de ocupação do espaço público, respeitando as características de cada local e dos diferentes tipos de mobiliário urbano.

1.3 - Priorização do alargamento das calçadas, ocupando, sempre que possível, as faixas de estacionamento e circulação de veículos.

1.4 - Implementação de política de conscientização para a adoção de áreas verdes e/ou espaço público por aqueles que o utilizam.

1.5 - Construção de estacionamento para bicicletas, motocicletas e veículos nas estações do BHBUS e metrô.

1.6 - A ocupação das calçadas por mobiliário urbano nas áreas de preservação ambiental e de patrimônio histórico estará sujeita a avaliação pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA).

2 - Mesas e cadeiras

2.1 - Implementação da política de fiscalização do uso de calçada com mesas e cadeiras de forma igualitária.

2.2 - Liberação da renovação de alvará com maior agilidade, impedindo que haja a aplicação de penalidades pela fiscalização no período necessário para a definição da aprovação ou não da renovação. O requisitante não pode ser penalizado pela morosidade da administração pública.

2.3 - Incorporação da distinção clara dos conceitos de “calçada” e “passeio”, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

2.4 - Adoção de políticas públicas, garantindo a liberação dos passeios para a circulação dos pedestres.

3 - Instalação de equipamentos de segurança

3.1 - Criação de normas para instalação e utilização de cercas elétricas de modo a garantir a segurança dos transeuntes, estabelecendo altura mínima para a sua instalação.

3.2 - Criação de incentivos à colocação de câmaras de vídeo em locais públicos de maior incidência de ocorrências policiais, visando o aumento da vigilância e a redução da criminalidade.

3.3 - Criação de normas para instalação e utilização de câmaras de vídeo por particulares de modo a coibir a invasão de privacidade e outras distorções do seu uso alheias ao controle da segurança.

V - Penalidades

1 - Definição de categorias de penalidades como sendo *notificação*, *autuação* e *apreensão*, de modo a facilitar a execução da fiscalização, excluindo a necessidade de notificação para os casos de obstrução do espaço público.

2 - Definição de valores de multas e penalidades de modo a coibir efetivamente as infrações.

VI - Campanhas Educativas

1 - Promoção e incentivo à realização de campanhas educativas, principalmente junto às crianças, conscientizando-as sobre a conservação do meio ambiente e dos espaços públicos, sobre os direitos dos pedestres, normas de segurança na ocupação de espaços públicos, no trânsito etc.

2 - Priorização de campanhas nas escolas e nas ruas.

3 - Promoção de campanha educativa com o objetivo de divulgar a legislação municipal.

4 - Elaboração e divulgação de cartilha de mobiliário urbano da cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de informar, de forma didática, sintética e ilustrativa, os parâmetros da legislação.

Legislação Específica para ZEIS

Grupo de Trabalho 7

Relator: Gilmar Evangelista da Silva

Coordenadora: Ivana Arruda Silveira Saraiva

I - Fiscalização

1 - Integração e diálogo permanente dos grupos de referência com as gerências de fiscalização, apoiando e informando a maior demanda e hierarquização para estes atendimento nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social.

2 - Desenvolvimento, por parte da PBH, de análise das leis específicas de fiscalização, de forma a acabar com os impedimentos que existem nas referidas leis para se atuar nas ZEIS-1 e ZEIS-3 (posturas, vigilância sanitária, limpeza urbana, obras etc.).

3 - Aplicação das normas específicas de ocupação e uso do solo nas áreas já regularizadas.

4 - Adequação da Lei n.º 8.137/00 (ZEIS -1 e ZEIS -3) no que se refere à fiscalização, com revisão das devidas competências.

5 - Definição de fluxos internos à PBH para a fiscalização, bem como de prazos para o atendimento às demandas (sugestão de se utilizar o decreto para informações básicas como referência para estabelecimento de prazos e demais definições.

6 - Definição de prazo para as secretarias da Coordenação de Gestão Regional (SCOMGERs) se instrumentalizarem com todo material necessário para o trabalho em ZEIS (mapas, CPs, PGEs etc.).

7 - Definição de responsáveis/competências pela a divulgação da Lei nas ZEIS-1 e ZEIS-3 e pela campanha educativa nestas áreas.

8 - Previsão de dotação orçamentária da PBH para fiscalização, em especial para sua estruturação (recursos humanos, equipamentos etc.), bem como para capacitação dos fiscais para atuar em ZEIS.

II - Assessoria Técnica

1 - Inserção na Lei 8.137/00, art. 144, § 1º – que dispõe sobre a construção, ampliação ou reforma de edificações – e art. 168 – que dispõe sobre aprovação de Cadastro de Edificações no interior das ZEIS-1 e ZEIS-3 – do assessoramento técnico gratuito previsto na legislação da engenharia pública municipal, desde que respeitados os parâmetros específicos para as ZEIS, bem como dos instrumento de planejamento pertinentes (PGE, plantas de parcelamento, normas específicas de ocupação e uso do solo).

2 - Inserção na lei da engenharia pública municipal, caso ainda não exista, da previsão de convênios com as universidades para elaboração de projetos urbanístico-ambientais, paisagísticos, arquitetônicos etc., para os PGEs, áreas remanescentes e demais áreas livres, conforme sua destinação de ocupação e uso.

III - ZEIS-2

1 - Ampliação do conceito de ZEIS-2, incluindo as áreas depois de ocupadas – fazer referência na lei para ZEIS-2, do conceito de ZEIS-2 constante da Lei n.º 7166/96 e inserir um parágrafo único, definindo que as áreas depois de ocupadas continuam sendo regidas pela legislação para ZEIS-2.

2 - Banco de terra: criação de banco de terras, com inclusão de novas áreas em ZEIS-2; o Executivo deverá encaminhar à Câmara, juntamente com demais deliberações da II Conferência Municipal de Habitação, definição de áreas para mudança de zoneamento, enquadrando-as como ZEIS-2.

3 - Definição na lei para ZEIS-2 dos parâmetros de inclusão de áreas nesse zoneamento, observados:

a) zoneamento compatível com uso habitacional proposto;

b) infra-estrutura existente, com capacidade de atendimento à população a ser assentada ou com possibilidade de expansão;

c) presença e/ou previsão de implantação de equipamentos públicos comunitários que atendam à população;

d) avaliação da compatibilização do uso proposto às condições do entorno, assim como sua integração a tal;

e) existência de vegetação ou espécimes arbóreas de porte significativo que comprometam a implantação do conjunto habitacional;

f) avaliação física do terreno, contemplando as condições topográficas;

g) avaliação das condições geológico-geotécnicas;

h) situação jurídica da área;

i) avaliação da relação custo-benefício;

j) demais restrições legais à ocupação, bem como a existência de projetos/programas especiais para a área em questão.

4 - Inserção na lei para ZEIS-2 de autorização para o Executivo alienar lotes e áreas públicas municipais em ZEIS-2, com dispensa de licitação, aos moradores e às cooperativas habitacionais legalmente constituídas, atendidos os critérios da Política Municipal de Habitação.

5 - Definição na lei para ZEIS-2 da flexibilização de parâmetros de parcelamento no que se refere a:

a) largura de vias (vias de pedestre, vias mistas, vias locais e vias coletoras) e declividades máximas para as mesmas;

b) delimitações de quarteirões – sugestões de parâmetros:

b.1) Vias de pedestres, destinadas apenas à circulação destes, sem acesso aos lotes, com largura mínima de 4,00 m (quatro metros), extensão máxima de 100,00 m (cem metros);

b.2) Vias mistas, conforme art. 27, inciso V da Lei n.º 7.166/96, com largura mínima de 6,00 m (seis metros), extensão máxima de 100,00 m (cem metros), com circulação eventual de veículos, possibilitando também acesso aos lotes e com pista pavimentada de, no mínimo, 3,20 m (três metros e vinte centímetros) de largura;

b.3) Vias locais com largura mínima de 11,00 m (onze metros), sendo 7,00 m (sete metros) de pista de rolamento e 2,00 m (dois metros) de passeio para cada lado da via e declividade máxima de 30% (trinta por cento);

b.4) Vias coletoras com largura mínima de 15,00 m (quinze metros), sendo 9,00 m (nove metros) de pista de rolamento, 3,00 m (três metros) de passeio para cada lado da via e declividade máxima de 18% (dezoito por cento);

c) Tamanho de lote inferior a 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), somente para parcelamento vinculado, associado a estudo geológico-geotécnico e de declividade, quando da utilização de tipologia para casas geminadas, estabelecendo-se um padrão máximo de densidade referenciado em número de unidades habitacionais por área; sugere-se lote mínimo de 80 m² (oitenta metros quadrados).

6 - Definição na lei para ZEIS-2 dos parâmetros de edificação, referenciados nos parâmetros para ZAR-2, considerando-se:

a) otimização do coeficiente de aproveitamento, observando estudos urbanísticos e ambientais – indicativo: 1,2 (um inteiro e dois décimos);

b) definição de número máximo de pavimentos – indicativo de 4 (quatro), embora a legislação e práticas atuais apontem para 5 (cinco) pavimentos;

c) definição do número de vagas: 1 (uma) vaga para cada 3 (três) unidades habitacionais.

7 - Utilização em ZEIS-2 do instrumento urbanístico “parcelamento, edificação ou utilização compulsórios”.

IV - ZEIS-1 e ZEIS-3

1 - Execução da descrição narrativa do polígono das ZEIS.

2 - Adequação do conteúdo da Lei n.º 8.137/00 – Capítulo VI (ZEIS-1 e ZEIS-3) à reforma administrativa e às aspirações definidas na II Conferência Municipal de Política Urbana.

3 - Revisão do título do Capítulo VI da Lei Municipal N.º 8.137/00, referente à Regularização Fundiária das ZEIS-1 e ZEIS-3, introduzindo referência à alteração do Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA).

4 - Definição, para o processo de regularização e urbanização das ZEIS-1 e ZEIS-3, de um horizonte claro de eliminação progressiva de edificações e condições inadequadas de habitação, de acordo com os princípios da Agenda Habitat.

5 - Ênfase, no texto da Lei n.º 8.137/00, no tratamento e abordagem da dimensão econômica nos Planos Globais Específicos.

6 - Ênfase, no texto da Lei n.º 8.137/00, na necessidade de instalação de um processo de monitoramento dos Planos Globais Específicos e de sua execução.

7 - Detalhamento das exigências relativas a passeios:

a) em via de mão dupla a pista de rolamento deverá ter largura mínima de 6,00 m (seis metros) e passeio com, no mínimo, 1,00 m (um metro) de largura, em um dos lados, e faixa de proteção com, no mínimo, 0,50 m (cinqüenta centímetros), do lado oposto;

b) em via de mão única a pista de rolamento deverá ter largura mínima de 3,00 m (três metros) e passeio com, no mínimo, 0,85 m (oitenta e cinco centímetros) de largura, em um dos lados, e faixa de proteção com, no mínimo, 0,50 m (cinqüenta centímetros), do lado oposto;

c) em via de mão única com pista de rolamento com largura entre 3,00 m (três metros) e 5,00 m (cinco metros), quando não houver cruzamentos com outras vias veiculares, deverão ser previstas baias de acostamento no mínimo a cada 100,00 m (cem metros) de extensão da via, bem como passeio com, no mínimo, 0,85 m (oitenta e cinco centímetros) de largura, em um dos lados, e faixa de proteção com, no mínimo, 0,50 m (cinqüenta centímetros), do lado oposto.

8 - Criação de nova categoria de via, com a finalidade de viabilizar situações existentes, com os seguintes

parâmetros:

a) declividade máxima de 35% (trinta e cinco por cento);

b) largura da pista de rolamento igual ou superior a 5,00 m (cinco metros);

c) extensão da via igual ou inferior a 100,00 m (cem metros);

d) passeio provido de degraus em pelo menos um dos lados da via, com largura mínima de 0,85 m (oitenta e cinco centímetros), com guarda-corpo, e faixa de proteção com, no mínimo, 0,50 m (cinqüenta centímetros), do lado oposto;

e) execução de pavimentação rugosa na via, para desaceleração;

f) adoção de procedimentos para aplicação de *traffic-calming* ou outros dispositivos de sinalização e segurança;

g) nas vias com declividade até 30% (trinta por cento) poder-se-á adotar sentido de tráfego em mão dupla;

h) nas vias com declividade entre 30% (trinta por cento) e 35% (trinta e cinco por cento) só será permitida mão única e sentido obrigatório de descida;

i) esta categoria de via só poderá ser adotada nos locais onde houver saída ou ligação com o sistema viário existente.

9 - Garantia de aplicação da legislação relativa à engenharia pública, visando elevar os padrões de habitabilidade nos processos de construção, ampliação ou reforma de edificações, bem como nos cadastros de edificações visando o registro imobiliário para fins de averbação da edificação.

10 - Garantia do apoio dos Grupos de Referência também nos casos de:

a) dúvidas em relação à definição da posse;

b) acompanhamento dos processos de regularização fundiária, opinando sempre que solicitado.

11 - Maior rigor técnico por parte da PBH para a liberação de terrenos com declividade igual ou superior a 47% (quarenta e sete por cento).

12 - Aumento da área mínima do lote para 60 m^2 (sessenta metros quadrados), visando promover o desadensamento das vilas.

13 - Viabilização da consolidação de lotes originalmente implantados pelo poder público em ZEIS-3, com área superior aos 250 m^2 (duzentos e cinqüenta metros quadrados) previstos em Lei, condicionada à avaliação técnica específica realizada por comissão técnica da Secretaria Municipal de Habitação (SMHAB).

14 - Ampliação do conceito de "padrão de segurança" abrangendo as situações de risco social, visando garantir a integridade física e social dos moradores.

15 - Definição de parâmetros para cálculo de frações ideais em lotes condominiais:

a) os lotes com ocupação multifamiliar distribuída horizontalmente poderão ser alienados a todas as famílias que o ocupam e a cada família corresponderá uma fração ideal calculada pela proporção entre a parcela do lote ocupada individualmente e a área total do lote;

b) os lotes com ocupação multifamiliar vertical poderão ser alienados a todas as famílias que o ocupam e a cada família corresponderá uma fração ideal calculada pela proporção entre a soma da área edificada com a sua respectiva área livre e a área de ocupação total do lote, desde que assegurados os parâmetros mínimos de segurança, salubridade, conforto e acesso.

16 - Adequação do Capítulo VI da Lei n.º 8.137/00, referente às ZEIS, à nova realidade administrativa da PBH, acrescentando no que diz respeito a competências e deveres:

a) compete à SMHAB a coordenação do processo de regularização fundiária;

b) compete às secretarias municipais da Coordenação de Gestão Regional (SCOMGERs) as ações de divulgação da Lei 8.137/00 e de suas alterações junto às comunidades, com o apoio da SMHAB.

17 - Estabelecimento de critérios para delimitação de novas áreas como ZEIS-1.

Poderão ser incluídas como ZEIS-1 as áreas constantes do levantamento de 1999, desde que:

a) não sejam áreas que estejam predominantemente inseridas em faixas de domínio e/ou servidão;

b) não sejam áreas que estejam predominantemente inseridas em áreas de risco;

c) não sejam áreas que estejam predominantemente inseridas em áreas de preservação histórica e/ou ambiental;

d) não sejam áreas que estejam predominantemente inseridas em áreas com declividade acima de 47% (quarenta e sete por cento).

Legislação Ambiental Municipal

Grupo de Trabalho 8

Relator: Raimundo Machado Filho

Coordenadora: Vanda Barroso Gomes

Equipe Técnica: Cláudia Valéria, Andréia, Inês e Ana Louzada

I - Gestão Ambiental

1 - Revisão da legislação para que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano (SMMAS) volte a presidir o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM).

2 - Alteração do Regimento do COMAM, de forma participativa, visando:

a) revisão da representação do Executivo, contemplando os órgãos que estejam diretamente envolvidos nas avaliações de impacto, mas sem alteração do número de membros;

b) revisão da representação da sociedade civil, contemplando o setor popular no sentido de aumentar sua participação;

c) inclusão de determinação de substituição do conselheiro titular que se ausente por 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativa;

d) fixação de prazo para a publicação das atas das reuniões do COMAM;

e) os conselheiros do COMAM e seus suplentes que não comparecerem às audiências públicas ficam impedidos de participar e de votar, nas reuniões do COMAM que forem deliberadas, sobre o tema.

3 - Criação de agente social ambiental nos moldes do agente de saúde.

4 - Divulgação da legislação ambiental no município através de instrumentos mais populares, visando a consciência ambiental.

5 - Criação de incentivos e mecanismos para:

a) coleta seletiva, reutilização e reciclagem de resíduos;

b) redução da geração de resíduos.

6 - Utilização de bacia hidrográfica como uma das unidades de planejamento para gestão urbanística e ambiental.

7 - Estabelecimento de trabalho educativo para eliminação da pichação na cidade.

8 - Criação de ouvidoria na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano para atendimento da população nas questões ambientais.

II - Fiscalização Ambiental

1 - Previsão legal de “interdição da fonte poluidora” na legislação ambiental.

2 - Redução do número de autuações para a aplicação da penalidade de suspensão de atividades.

3 - Redimensionamento dos valores das multas a fim de coibir novas transgressões.

4 - Alteração dos dispositivos legais, buscando redução do número de etapas administrativas a serem cumpridas até a efetiva penalização de infrações ambientais.

5 - Fiscalização ativa através de parceria com setores econômicos, acadêmicos, de serviços e entidades comunitárias, promovendo também a disponibilização de unidades móveis equipadas e conduzidas por agentes ambientais capacitados.

6 - Implementação de formas de penalização específicas para transgressões ambientais flagrantes em questões definidas pelo COMAM, permitindo uma ação fiscal mais efetiva.

7 - Inserção de penalidades para empreendimentos de impacto irregulares quanto ao licenciamento sem prejuízo daquelas que estão citadas na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS).

8 - Previsão de penalidades específicas e graduadas para descumprimento das determinações da SMMAS e do COMAM e também para o cometimento de infração à legislação ambiental, de forma a inibir condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, principalmente daquelas consideradas como crime por Lei Federal.

9 - Aprimoramento da legislação com determinação de prazo, punição financeira expressiva, medidas compensatórias ou recomposição ambiental proporcional aos danos ambientais reversíveis ou irreversíveis para aqueles empreendimentos que, em qualquer fase de licenciamento, instalação ou funcionamento, descumprirem a legislação ambiental ou compromissos assumidos com a SMMAS ou com o COMAM.

10 - Inclusão, no art. 9º do Decreto n.º 10.942, de 24/01/2002, que institui o sistema de planejamento, avaliação e monitoramento das ações de fiscalização urbanística no município de Belo Horizonte e dá outras providências, do seguinte conceito:

“IV – Fiscalização Ativa e Permanente – FAP.

§ 4º - Fiscalização ativa e permanente para detecção e autuação imediata de fontes poluidoras fixas ou

móveis, transgredindo o que dispõe a Lei Municipal n.º 4.253, de 04/12/85, seja por denúncia ou por ação de fiscais, ficando o agente poluidor sujeito às penalidades previstas mesma Lei – Capítulo IV, art. 11."

III - Licenciamento Ambiental

1 - Inclusão na regulamentação da legislação da obrigatoriedade de apresentação de estudo de percepção ambiental.

2 - Criação, através de instrumento legal, de prazo para a apresentação de impugnação ao empreendimento de impacto ambiental.

3 - Preservação da distância mínima de 500 m (quinhentos metros) entre as antenas de telefonia celular instaladas em torres, revogando a possibilidade de aprovação da licença ambiental mediante apresentação de laudo de órgão idôneo para torres com distâncias inferiores (revogação do parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal n.º 8.201/01).

4 - Revogação da exceção prevista em Lei que reduziu de 60 (sessenta) para 45 (quarenta e cinco) dias o prazo para outorga de concessão de licença prévia nos casos de antenas de telecomunicações que são consideradas empreendimentos de impacto ambiental.

5 - Previsão de obrigatoriedade das empresas de telefonia celular custearem o monitoramento permanente ou contínuo das intensidades de radiação eletromagnética visando enquadrá-las nos limites permitidos.

6 - Previsão na legislação ambiental de tratamento específico para Zona de Especial Interesse Social (ZEIS).

7 - Introdução, na Lei n.º 8.201/01, de previsão para que a instalação de qualquer antena de Estação Rádio Base (ERB) em ZAR-1, ZAR-2 e ADE (Zonas de Adensamento Restrito e Áreas de Diretrizes Especiais) seja precedida de anuência expressa de todos os moradores e proprietários no raio de 100 (cem) metros do local onde será instalada a antena.

8 - Proibição de instalação de antenas de telecomunicações, microcélulas para reprodução de sinal e equipamentos afins instaladas sobre torres tubulares, treliçadas ou outras similares ao lado de imóveis residenciais, escolas, creches e hospitais, devido aos efeitos térmicos e não térmicos da radiação não-ionizante emitida pelas antenas sobre a saúde da população.

9 - Alteração dos prazos de análise das licenças ambientais constantes na legislação municipal de 60 (sessenta) para 120 (cento e vinte) dias, para licença prévia, e de 30 (trinta) para 60 (sessenta) dias, para licença de implantação e para licença de operação, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA, com realização de audiência pública, quando o prazo será de 180 (cento e oitenta) dias.

10 - Inclusão no item IV do art. 16 da Lei 8.201: "Fica vedada a implantação de Estações de Rádio Base de Telefonia Celular (ERBS) em área de proteção ambiental, escolas, creches, hospitais e clínicas, onde se internem pacientes ou locais onde se verifique grande concentração de pessoas."

IV - Poluição Ambiental

1 - Compatibilização dos limites de ruído permitidos pela legislação ambiental municipal àqueles de origem veicular, através da restrição do uso de veículos particulares, baseada em monitoramento contínuo, e do estímulo ao transporte coletivo.

2 - Criação de parâmetros para ampliação da fiscalização de emissão de gases por veículos automotores.

3 - Implantação imediata do programa de inspeção veicular anual prevista pelo Código Nacional de Trânsito (CONTRAN).

4 - Implantação imediata da rede de monitoramento da qualidade do ar a partir da regulamentação da Lei n.º 8.262, de 04/12/01, que dispõe sobre o monitoramento e controle do ar no município.

5 - Aprimoramento dos conceitos, definição de limites e de penalidades para a poluição visual decorrente de engenhos de publicidade, protegendo o entorno das áreas de preservação ambiental assim definidas no zoneamento.

6 - Criação de regulamentação permanente a fim de limitar a iluminação de anúncios em fachadas de edifícios, *outdoors*, marquises etc., atendendo à necessidade de uso racional de energia.

V - Arborização e Áreas Verdes

1 - Criação de mecanismos para o monitoramento de áreas verdes e nascentes no município, objetivando sua recuperação e preservação.

2 - Utilização das áreas públicas contíguas aos cursos d'água como áreas de reserva e, quando estas estiverem ocupadas ou degradadas, tratá-las e recuperá-las para lazer e socialização da comunidade (ex.: parques lineares, praças etc.).

3 - Incentivo a parcerias para criação de jardins e quintais naturais nas residências ou em áreas disponíveis

do poder público.

4 - Revogação imediata da Lei Municipal n.º 8.327, de 07/02/02, uma vez que esta implica em retrocesso da política de arborização do município e conseqüente prejuízo ambiental.

5 - Cadastramento das áreas verdes remanescentes no município para que estas possam ser objeto de diretrizes específicas para sua preservação.

6 - Desenvolvimento de estudos para criação de parâmetros para investimentos em áreas verdes, no que se refere a medidas compensatórias.

7 - Priorização, através dos insumos necessários e da participação popular, da elaboração do Plano Diretor de Arborização e do Programa BH Verde, objetivando o aprimoramento das questões legais relativas ao manejo da arborização urbana e das áreas verdes.

8 - Proposição de mecanismos que, ao mesmo tempo, desonerem os proprietários de áreas verdes particulares, de qualquer tamanho, de imposto predial e territorial urbano, total ou parcialmente, e os obriguem à concreta manutenção das mesmas, sob fiscalização da SMMAS.

9 - Estabelecimento de políticas de parceria com o setor privado, buscando a arborização de todos os bairros periféricos.

VI - Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo

1 - Criação de parâmetros específicos para ocupação e licenciamento de atividades de impacto no entorno de áreas de preservação ambiental.

2 - Eliminação da possibilidade de substituição da taxa mínima de permeabilização por caixa de contenção.

3 - Enquadramento da mata do Morcego, situada na região Noroeste, em Área de Diretrizes Especiais de Interesse Ambiental.

4 - Preservação das vocações ambientais, culturais, sociais, e habitacionais específicas de cada região.

▪ PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES ESTRUTURANTES

Obras Viárias, Obras de Saneamento e Revitalização de Áreas

Grupo de Trabalho 9

Relator: Everaldo Ávila Cabral Coordenadora: Cláudia Ribeiro de Alvarenga

I - Conceitos e Pressupostos

Intervenções estruturantes são ações positivas que causam impacto significativo na região ou em todo o município, com aplicação a curto, a médio e a longo prazo, e que têm conotação de irreversibilidade.

Foi proposta a alteração do termo “revitalização” para “requalificação” de áreas: são intervenções no espaço público que buscam assegurar sua vitalidade e sua apropriação pela população, em condições de conforto e segurança, reforçando referências da cidade e identidades locais. Nortearam essa mudança as concepções de “cidade” – como lugar do encontro e da convivência humana, devendo ser favorável à diversidade, aos vários olhares, aos contatos pessoais, às trocas, celebrações e manifestações coletivas – e de “espaço público” – como o conjunto de áreas destinadas à apropriação coletiva, seja para a circulação de pessoas e mercadorias, seja para o encontro das pessoas, constituindo-se, neste caso, em palcos privilegiados de sociabilidade, onde a convivência e múltiplos eventos podem ocorrer, de forma permanente ou não.

Assim sendo, no ato de planejar, ao se buscar uma janela para o futuro, há que se compartilhar as ações que foram propostas, seguindo os seguintes critérios: o saneamento, a acessibilidade, a mobilidade entre regiões, a importância ambiental, a recuperação de áreas degradas, as áreas com PGE e/ou projetos executivos concluídos ou em andamento e população beneficiada.

II - Propostas de Ações Estruturantes

2.1 Promoção da valorização da escala humana e da vivência cotidiana, reforçando as identidades locais e proporcionando a participação da população e a promoção de parcerias

2.2 Respeito aos recursos naturais, desvinculando o desenho dos córregos do desenho das vias, ajustando interferências.

2.3 Implementação da educação pré e pós-implantação do empreendimento.

2.4 Revisão e adequação do zoneamento e da ocupação do solo impactado pela intervenção.

2.5 Criação de estrutura permanente de monitoramento e de planejamento, visando a integração do sistema viário, do transporte e do saneamento, adotando critérios uniformes no tratamento das intervenções,

envolvendo os municípios vizinhos, na busca de uma ação metropolitana e compartilhada.

2.6 Priorização do tratamento de fundo de vales que tenham projetos executivos concluídos ou em andamento.

2.7 Integração dos programas estruturantes, tais como Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha (PROPAM), Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vales dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (DRENURBS), Programa de Reestruturação e Integração do Sistema Viário do Município de Belo Horizonte (VIURBS) e Planos Globais Específicos, compatibilizando-os ao Plano Diretor, devendo ser respeitados os parâmetros aí definidos, assegurando os recursos e viabilizando sua aplicação de forma também integrada. Deverão ser incluídos nestes programas o tratamento, através de projetos complementares, de áreas remanescentes, oriundas das implementações desses.

2.8 - Implementação das propostas elaboradas no Seminário Manuelzão, realizado em 13/04/2002, com destaque para:

2.8.1 - Promoção da sustentabilidade na Pampulha/orla, através da flexibilização de uso, conservando as restrições dos parâmetros de ocupação.

2.8.2 - Promoção do uso de alternativas para:

a) pavimentação de vias que permitam uma maior permeabilização

b) tratamento localizado de resíduos sólidos

c) tratamento localizado de esgoto

2.8.3 - Capacitação das comunidades para coleta binária (secos e molhados) ou seletiva.

2.8.4 - Possibilitar a instalação de indústrias de material reciclável em todas as Regionais.

2.8.5 - Implementação da proposta de descentralização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMAS).

2.8.6 - Reforço e capacitação da fiscalização no tocante ao controle urbano e meio ambiente, numa visão multidisciplinar.

2.9 Criação de programas para:

2.9.1 - Recuperação e manutenção de estruturas (galerias, viadutos, pontes etc.).

2.9.2 - Monitoramento hidrológico.

2.9.3 - Monitoramento com elaboração de cadastro de atualização contínua, para o sistema de macro e microdrenagem e das redes existentes no subsolo, envolvendo os pontos críticos de lançamento de esgoto na rede de drenagem e nos cursos d'água.

2.9.4 - Tratamento preferencial do pedestre, objetivando:

a) privilegiá-lo nas soluções de trânsito, assegurando-lhe acesso com segurança, conforto e orientação, especialmente nos centros e nas áreas com potencial de polarização;

b) identificar rotas preferenciais, priorizando nas mesmas o tratamento de calçadas e travessias das vias, garantindo a acessibilidade ambiental.

2.9.5 - Educação urbana visando:

a) possibilitar que a cidade se constitua em espaço de formação, ampliando as oportunidades de informação, de participação e de exercício da criatividade, para que as pessoas se sintam principalmente sujeitos de direitos e não consumidores de serviços;

b) buscar co-responsabilidades no processo de gestão do desenvolvimento da cidade;

c) consistir as iniciativas de educação existentes (ambiental, de trânsito, patrimonial etc.) e integrá-las a novas iniciativas pertinentes à concepção de cidade educadora, assegurando a construção de uma consciência mais universal quanto a valores e princípios básicos.

2.9.5.1 - Para tanto, entre outras medidas, é necessário:

a) Promover campanhas publicitárias maciças para divulgação dos parâmetros urbanísticos, identificando o que são e para que servem.

b) Promover campanhas de educação urbana específicas bairro a bairro, elegendo prioridades de cada local.

c) Fornecer agentes urbanísticos junto à comunidade, capacitando as pessoas a difundirem os conceitos de

legislação e suas finalidades.

d) Promover nas escolas cotidianamente a educação urbana, ensinando o conteúdo e os objetivos da legislação, trabalhando a criança e o adolescente.

2.10 Assegurar a efetiva implementação da política para estacionamentos e para cargas/descargas.

2.11 Incluir em programa de saneamento (DRENURBS) o tratamento das bacias dos córregos Olaria e Marzagânia no bairro Taquaril – necessário convênio com o Município de Sabará;

2.12 Estudar a inclusão das seguintes intervenções, quando da elaboração dos planos regionais:

a) tratamento do córrego Santa Terezinha e implantação de via;

b) R. Independência: adequação viária;

c) Av. Dep. Sebastião Nascimento: implantação de via;

d) Av. Mário Werneck: correção da macro e microdrenagem e adequação viária;

e) R. Correias: implantação de via.

III - Propostas de Intervenções Estruturantes

Implantação e integração dos programas estruturantes DRENURBS, VIURBS, Planos Globais Específicos e PROPAM, destacando-se:

3.1 - Intervenções viárias e de saneamento

3.1.1 - Saneamento das bacias do Vilarinho e do Baraúnas e implantação da Via 220 (Av. Navegantes) no trecho Av. Civilização–Av. Otacílio Negrão de Lima;

3.1.2 - Saneamento do córrego do Navio e complementação da Av. Belém;

3.1.3 - Projeto integrado da bacia do Isidoro e Via 540 no trecho Av. Cristiano Machado– MG 20: implantação de vias, intercessões, vias coletoras, saneamento e implantação de parques.

3.1.4 - Implementação do PROPAM destacando:

a) implantação do interceptor da margem esquerda da lagoa da Pampulha;

b) desassoreamento da lagoa através da dragagem a longa distância (DLD);

3.1.5 - Saneamento da bacia elementar n.º 4110001, do ribeirão Arrudas, e complementação da Via 206 (Av. Tereza Cristina) – necessário convênio com o Município de Contagem.

3.1.6 - Saneamento das bacias do ribeirão Pampulha e dos córregos Cachoeirinha e Engenho Nogueira: saneamento com implantação de macro e microdrenagem.

3.1.7 - Saneamento da bacia do Nado e implantação da Via 590:

3.1.8 - Saneamento da bacia do córrego Jatobá (n.º 4110100) – Interseção Rua Antônio Eustáquio Piazza (Via 700)/Av. Nélio Cerqueira (Via 680):

3.1.9 - Saneamento da bacia do córrego de Cercadinho e implantação da Via 681 (Av. Cercadinho):

3.1.10 - Saneamento da bacia do Cardoso (Av. Mem de Sá): Rua Maria Carmem Valadares:

3.1.11 - Saneamento do córrego São José e complementação das Vias 210 e 980:

3.1.12 - Saneamento e complementação da via 260 (Av. dos Andradas):

3.2 - Intervenções em Saneamento

3.2.1 - Definição e implantação da área de destinação final de resíduos sólidos

3.2.2 - Saneamento da bacia do córrego do Bonsucesso

3.3 - Intervenções viárias

3.3.1 - Complementação das Vias 710, entre Av. Itaituba e Av. Cristiano Machado, e 800, entre Av. Presidente Carlos Luz e Av. Tereza Cristina;

3.3.2 - Via 810 (Av. Presidente Antônio Carlos): complementação do complexo da Lagoinha, interseção com as avenidas Américo Vespúcio e Bernardo Vasconcelos (Via 710), alargamento da Av. Presidente Antônio Carlos, entre as Ruas Rio Novo e Marabá, e adequação viária da avenida para circulação de transporte coletivo, no trecho Anel Rodoviário–Av. Dom Pedro I. Criação de uma passarela sobre a Av. Presidente Antônio Carlos, defronte a UFMG.

3.3.3 - Solução de intercessão da Via 230 (Av. Cristiano Machado)/Rua Jacuí/Av. Silviano Brandão.

3.3.4 - Implantação de interseções com Av. Heráclito Mourão (Via 700 – Av. Atlântida): implantação de interseções da Av. Heráclito Mourão (Av. Atlântida) com avenidas Santa Terezinha, Prof. Clóvis Salgado (Av. Sarandi), Av. Pres. Tancredo Neves e Av. Aminthas Jaques de Morais.

3.3.5 - Implantação de elevados sobre as principais avenidas (p. ex.: Rua Jacuí, bairro Floresta, sobre a Av. Cristiano Machado).

3.4 - Intervenções previstas no Plano de Reestruturação do Sistema de Transporte Coletivo de Belo Horizonte (BHBUS):

3.4.1 - Estações BHBUS: implantação das estações Alípio de Melo, Salgado Filho, Pampulha, Lagoinha, Saudade e Céu Azul;

3.4.2 - Área central: adequação da área central e dos corredores existentes para priorização do transporte coletivo.

3.5 - Requalificação das áreas:

3.5.1 - Tratamento urbanístico de espaços públicos no hipercentro;

a) Praça Sete:

b) implantação do projeto 4 Estações, que compreende a área delimitada pela Rodoviária, via férrea, Av. Francisco Sales e Rua dos Caetés;

c) tratamento das áreas públicas dos conjuntos urbanos protegidos da Av. Afonso Pena e da Rua da Bahia, segundo as diretrizes definidas pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH).

3.5.2 - Outras áreas indicadas para tratamento urbanístico de seus espaços públicos:

a) centro do Barreiro, incluindo o entorno da estação do BHBUS Barreiro;

b) centro de Venda Nova, incluindo o entorno da estação Vilarinho;

c) Lagoinha;

d) centro do Horto;

d) Cristiano Machado, entorno e canteiros centrais;

e) Abílio Machado, entorno e canteiros centrais;

f) orla da lagoa da Pampulha: apropriação do espaço previsto no parcelamento existente na Av. Otacílio Negrão de Lima e implantação de áreas de lazer, pista de *cooper* e ciclovia, junto à lagoa.

3.5.3 - Requalificação das áreas públicas dos demais conjuntos urbanos protegidos, segundo as diretrizes definidas pelo CDPCM-BH:

a) Praça da Liberdade/Av. João Pinheiro;

b) Praça Floriano Peixoto;

c) Praça Hugo Werneck;

Av. Carandaí/Av. Alfredo Balena;

3.5.4 - Tratamento urbanístico nas áreas de entorno das estações do BHBUS e metrô;

3.5.5 - Implantação do Parque Serra Verde;

3.5.6 - Criação dos parques da Baleia e da serra do Curral integrando-os ao Parque das Mangabeiras.

3.6 - Ações para gestão interinstitucional:

3.6.1 - Retomada das negociações sobre o remanejamento do terminal rodoviário do centro com apropriação do estudo que define a área entre a Av. Silva Lobo, Via Urbana Leste–Oeste (VULO), Av. Tereza Cristina e via férrea, possibilitando o acesso ao novo terminal e com o reaproveitamento do terminal antigo, requalificando-o;

3.6.2 - Duplicação e melhoria viária da MG 20;

3.6.3 - Implantação da linha do metrô Oeste–Barreiro.

3.6.4 - Recuperação e complementação do Anel Rodoviário: com implantação de passarelas, marginais, interseções e redefinição do uso do solo da área lindeira ;

3.6.5 - Implantação da estação de tratamento de esgotos do Onça (ETE Onça);

3.6.6 - Implantação do tratamento secundário da estação de tratamento de esgotos do Arrudas (ETE Arrudas).

Programas Habitacionais

Grupo de Trabalho 10

1 - Considerar a implantação dos Planos globais Específicos (PGE) dos grandes aglomerados como intervenções estruturantes prioritárias para a cidade.

▪ PROPOSTAS DE GESTÃO URBANA

Desenvolvimento Econômico

Grupo de Trabalho 11

Relator: Domingos Gatti Coordenador: Paulo de Souza Duarte

I - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CODECOM)

1 - Alteração do art. 8º da Lei n.º 7.638/99 e do art. 3º do Decreto n.º 10.053/99, garantindo a participação na composição do CODECOM de representantes da economia informal, cooperativa de produção e trabalho, Sindicato dos Economistas e/ou Conselho Regional de Economia, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, centrais sindicais e um representante do setor popular de cada região.

2 - Reformulação do objetivo do CODECOM para que, além de estabelecer a política de desenvolvimento econômico do município de forma geral, passe a estabelecê-la também de forma regionalizada, conforme a vocação de cada região a ser detectada através de diagnóstico econômico regional e elaboração de um programa de desenvolvimento econômico para o município.

3 - Priorização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico na instalação de micro e pequenas empresas e cooperativas populares.

4 - Atribuição de competência ao CODECOM para análise da viabilidade de projetos com observância de seu impacto no Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU).

5 - Criação de conselhos regionais de desenvolvimento econômico, com composição semelhante à do CODECOM.

II - Desenvolvimento Econômico Regionalizado

1 - Realização de diagnóstico econômico em todas as regiões, visando a elaboração de planos regionais e locais de desenvolvimento motivando a descentralização das atividades econômicas.

2 - Criação e implementação de pólos de geração de emprego e renda em todas as regiões com vistas à descentralização do desenvolvimento econômico do município.

III - Agência de Desenvolvimento Econômico

1 - Implementação da Agência de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte com gestão pública e participação da sociedade civil.

2 - Criação de câmaras regionais de desenvolvimento econômico vinculadas a agências regionais de desenvolvimento econômico.

3 - Promoção pelas câmaras regionais de cursos e seminários de empreendedorismo.

4 - Criação de centros de informação para a geração de pessoas jurídicas associativas, de produção e comerciais incentivando os empreendedores a participar dos cursos promovidos pelas câmaras, visando aprimorar seus conhecimentos para garantir o sucesso dos empreendimentos.

5 - Celebração de convênios entre a Agência de Desenvolvimento Econômico e os governos federal, estadual, municipal e entidades afins, com vistas a executar um recadastramento de pessoas jurídicas no município.

IV - Incentivo ao Cooperativismo

1 - Incentivo à aproximação de pessoas e/ou grupos de uma mesma região, possuidoras de identidade vocacional com vistas à criação de cooperativas.

V - Desenvolvimento Econômico Sustentável como Base para Decisões

1 - Que as decisões de todas as esferas da administração municipal, fóruns e conselhos consideram como determinante a questão do desenvolvimento econômico sustentado e a criação e manutenção de emprego e renda.

VI - Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU)

1 - Acompanhamento e análise de todos os projetos propostos e em execução no município de Belo Horizonte observando o impacto passado, presente e futuro no IQVU, buscando a otimização dos projetos, sua sustentabilidade e perenização.

VII - Centros Regionais e Locais de Atividades econômicas

1 - Incentivo ao associativismo empresarial em nível local (exemplo da Associação dos Comerciantes do Barro Preto) envolvendo o setor empresarial local nas estratégias de consolidação de centros locais e regionais de atividades econômicas.

VIII - Incentivo ao Empreendedorismo Popular

1 - Consolidação de programa de geração de trabalho, emprego e renda para a população de baixa renda através da promoção de cursos de qualificação, fomento e assessoria técnica para criação de pequenos

empreendimentos comunitários e individuais.

IX - Economia Informal

1 - Criação de grupo de trabalho visando estudar alternativas para o problema de ocupação desordenada de camelôs no hipercentro, que garanta melhorias de acesso nos passeios públicos e que gere alternativas de renda para os camelôs.

2 - Incentivo, orientação e facilitação da legalização das atividades informais, buscando melhorar a arrecadação do município.

X - Incentivo à Vinda de Empresas para o Município

1 - Desburocratização, orientação, incentivo e facilitação do cumprimento das normas legais por parte de empresas e empresários de outros municípios que desejem se instalar em Belo Horizonte, com o intuito de abrir mais postos de trabalho e aumentar a arrecadação.

2 - Efetivação de uma política tributária que incentive a instalação de indústrias no município

XI - Programa Habitacional

1 - Efetivação de uma política habitacional como exponencial de desenvolvimento, cidadania e geração de emprego e renda.

2 - As obras precisam ser agilizadas e baratas – que a PBH tenha produção própria de tijolos, manilhas, cimento etc. e empregue os próprios moradores desempregados para a produção desses materiais.

Gestão Participativa

Grupo de Trabalho 12

Relatora: Andréa Fróes Coordenadoras: Maria Caldas, Mônica Bedê, Sinara

I - Sistema Metropolitano de Gestão Urbana Participativa

1 - Propor ao governo estadual a criação de câmaras metropolitanas ligadas a conselhos, existentes ou a serem criados, responsáveis na esfera estadual por políticas setoriais urbanas, como por exemplo o Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) e o Conselho Estadual de Habitação (CMH). Por sua vez, esses conselhos devem se vincular a um conselho de desenvolvimento urbano, de caráter mais geral. Essa proposta dependeria, certamente, da iniciativa do governo estadual.

2 - Criação de instâncias temáticas metropolitanas de participação a partir da iniciativa dos próprios municípios, num caráter talvez mais informal. No caso da RMBH, a recomendação é de que a PBH seja o articulador dessas iniciativas.

3 - Recomenda-se o aprofundamento da discussão sobre o peso e/ou proporcionalidade da representação dos municípios nas instâncias citadas nas duas alternativas anteriores.

II - Sistema Municipal de Gestão Urbana Participativa

Decidiu-se por um modelo ideal de sistema, deixando a cargo da administração pública municipal a avaliação da viabilidade de sua implantação total ou parcial. Para definir esse modelo foram discutidos os seguintes aspectos: estrutura geral do sistema e composição, papéis/atribuições, caráter e funcionamento das instâncias que o constituem.

2.1 - Estrutura geral

2.1.1 - Criação de um *sistema de gestão urbana participativa* composto das seguintes instâncias:

a) um *conselho de desenvolvimento urbano* (*COMDUR*) e sua respectiva conferência, instâncias de caráter mais geral, a serem criadas;

b) conselhos setoriais de habitação, meio ambiente, transporte, saneamento e patrimônio cultural e suas respectivas conferências, instâncias existentes e/ou a serem criadas.

2.1.2 - Consolidação do Conselho da Cidade como a instância de participação mais geral do município, tendo em sua composição peso igual para a representação das áreas urbana e social.

2.1.3 - Criação de *câmaras urbanas* e *câmaras sociais* ligadas a cada Conselho Regional Popular (CRP), com o objetivo de facilitar a articulação dessas instâncias regionais com os conselhos setoriais. Cada conselho setorial urbano deve ter, segundo a proposta, um membro da câmara urbana de cada CRP, como referência.

2.1.4 - Articulação do sistema de gestão urbana participativa a um sistema similar da área social. Para isso, recomenda-se a criação de um *conselho de desenvolvimento social*, de caráter mais geral, como o COMDUR, que articule os conselhos de políticas setoriais sociais.

2.1.5 - Aplicação e utilização dos instrumentos de gestão democrática da cidade previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257, de 10/07/01):

a) debates, audiências e consultas públicas;

b) conferências sobre assuntos de interesse urbano;

c) iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

2.2 - Caráter

Consolidação do caráter deliberativo para todos os conselhos do sistema de gestão urbana participativa, cada um dentro de seu objeto específico.

2.3 - Composição

2.3.1 - Estabelecimento do número máximo de 20 (vinte) membros para todos os conselhos do sistema de gestão urbana participativa.

2.3.2 - Estabelecimento de composição paritária entre sociedade civil e poder público para todos os conselhos do sistema de gestão urbana participativa.

2.3.3 - Definição de que o COMDUR deve ter em sua composição a representação de todos os conselhos setoriais urbanos e pelo menos uma representação do conselho de desenvolvimento social, se vier a ser criado conforme proposta do item anterior, ou de outro conselho da área social.

2.3.4 - Definição de que o secretário da Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental (SCOMURBE) deve presidir o COMDUR e o Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA); no caso deste último, por estar vinculado a mais de uma secretaria temática.

2.3.5 - Definição de que os respectivos secretários temáticos devem presidir os demais conselhos setoriais urbanos.

2.4 - Papéis e atribuições

Transferência de todas as atuais atribuições do COMPUR para o COMDUR, acrescidas no mínimo de:

a) articulação dos diversos conselhos setoriais urbanos;

b) articulação do sistema de gestão urbana participativa com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;

c) articulação do sistema de gestão urbana participativa com a área social e com o Conselho da Cidade;

d) avaliação dos aspectos urbanísticos e socioeconômicos de empreendimentos de impactos.

2.5 - Funcionamento

2.5.1 - Inclusão de cláusula no regimento de todos os conselhos setoriais urbanos estabelecendo:

a) fornecimento obrigatório de informações aos CRP e a suas respectivas câmaras urbanas sobre pauta, calendário e ata de todas as reuniões dos conselhos setoriais urbanos;

b) convocação obrigatória dos membros das câmaras urbanas que são referência para cada conselho setorial urbano para discussões que envolvam as respectivas regiões.

2.5.2 - Criação de fórum informal constituído pelas câmaras urbanas e pelos conselhos setoriais urbanos que deverá se reunir no mínimo três vezes ao ano com o objetivo de trocar informações e discutir pautas de interesse mais geral.

2.5.3 - Investimento contínuo na capacitação dos conselheiros da área urbana através de:

a) curso básico integrado obrigatório, quando da eleição do conselheiro;

b) outros cursos mais específicos ao longo do mandato do conselheiro.

2.5.4 - Criação de grupos de trabalho interconselhos para apreciação e emissão de pareceres conjuntos sobre matérias mais complexas.

2.5.5 - Criação de fluxo permanente de informações através de um jornal, por exemplo, entre os conselhos da área urbana, os CRP e respectivas câmaras urbanas e Conselho da Cidade divulgando notícias, eventos, informações, textos e agendas das diversas instâncias.

2.5.6 - Fornecimento sistemático de apoio logístico e técnico da PBH aos conselheiros para informação e discussão sobre matérias importantes a serem tratadas nos conselhos.

2.5.7 - Estabelecimento da obrigatoriedade, através de cláusula regimental, da apresentação a cada semestre por parte dos conselheiros de ata de assembléia da entidade ou setor que representa.

2.5.8 - Articulação de agendas e mandatos dos diversos conselhos e conferências da área urbana.

2.5.9 - Estruturação de secretarias executivas em cada conselho da área urbana com equipe, equipamentos, mobiliário e local adequados para apoiar o funcionamento das instâncias.

2.5.10 - Eleição dos conselheiros de cada conselho durante a realização de suas respectivas conferências.

2.5.11 - Criação de câmaras técnicas permanentes ligadas aos conselhos para apreciação de propostas e casos específicos, com a finalidade de aliviar a agenda das plenárias para discussões mais conceituais.

2.5.12 - Estabelecimento da obrigatoriedade de inclusão, no início dos processos das conferências, do tema "representatividade" entre os que serão discutidos.

III - Quanto ao COMAM

Revisão da sua composição visando:

a) na representação do Executivo, contemplar órgãos mais diretamente envolvidos nas avaliações de impacto ambiental, sem com isso alterar o número total de membros;

b) na representação da sociedade civil, ampliar a participação do setor popular.

IV - Quanto ao COMPUR (ou ao COMDUR, caso seja criado)

a) ampliar seu caráter deliberativo nas seguintes atribuições:

b) avaliar a compatibilidade das propostas de obras contidas nos planos plurianuais e nos orçamentos anuais com as diretrizes do Plano Diretor;

c) estabelecer classificação viária para novas vias implantadas pela PBH.

V - Quanto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

Incorporar a representação do setor popular em sua composição.

VI - Quanto ao Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA)

6.1 - Composição do plenário do COMUSA, será de 16 (dezesseis) membros e paritária entre a sociedade civil organizada e representantes do poder público;

6.2 - Integrarão o COMUSA, representando o poder público:

a) representante de órgãos municipais direta ou indiretamente relacionados com atividades de saneamento;

b) representante da Câmara Municipal;

c) representantes de órgãos estaduais cujas ações tenham impacto no município.

6.3 - Integrarão o COMUSA, representando a sociedade civil:

a) representante dos trabalhadores do setor;

b) representantes do setor técnico;

c) representantes do setor popular.

6.4 - A presidência do COMUSA caberá à Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental, através de seu titular;

6.5 - Os membros do COMUSA deverão ser eleitos em Conferência a ser realizada no próximo ano;

6.6 - Compete ao COMUSA:

a) regular, fiscalizar, controlar e avaliar a execução da Política Municipal de Saneamento;

b) estabelecer diretrizes, fiscalizar e deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento (FMS), incluindo aprovação da prestação de contas;

c) aprovar o Plano Municipal de Saneamento e fiscalizar sua implementação;

d) apreciar e opinar sobre a composição de tarifas ou taxas incidentes sobre os serviços de saneamento, seus reajustes e revisões;

e) fiscalizar a atuação dos órgãos municipais responsáveis pela gestão dos serviços, inclusive atuando como instância de recurso da população e deliberando sobre conflitos com os concessionários ou prestadores de serviços;

f) apreciar propostas de projetos de lei e programas de saneamento, inclusive aqueles referentes a convênios de cooperação ou contratos de concessão e de permissão dos serviços de saneamento;

g) articular-se com os demais conselhos municipais cujas funções tenham interfaces com as ações de saneamento, notadamente os da área de saúde, meio ambiente e habitação;

h) aprovar e publicar o relatório "Situação de Salubridade Ambiental do Município de Belo Horizonte";

i) decidir sobre os casos omissos da legislação, concernentes à Política Municipal de Saneamento, nos limites se suas atribuições e competências.

VII - Comitê de Acompanhamento da Operação Urbana do Isidoro

Recompor o Comitê de Acompanhamento da Operação Urbana do Isidoro, com as mesmas atribuições, todavia com a presença de igual número de componentes já existentes, representando a sociedade civil (ex.: um representante da comunidade local (região Norte), um representante de organizações não governamental (ONGs) defensoras da preservação do meio ambiente, um representante da Comissão Local

de Transporte, um representante da Comissão de Fiscalização do Orçamento Participativo (COMFORÇA) da região Norte.

Gestão de Políticas Setoriais Urbanas

Gestão da Política do Controle Urbano

Grupo de Trabalho 13 – Subgrupo: Controle Urbano

Relator: Cassimiro José de Souza

Coordenadora: Fátima Cristina Gomes Diniz Cândido de Araújo

1 - Licenciamento

1.1 - Informatização de todo o processo de licenciamento (prestação de informação, formulários, análise e arquivo).

1.2 - Simplificação dos formulários utilizados nos processos de licenciamento.

1.3 - Implantação de procedimento integrado para análise de processo de licenciamento de obras e atividades.

1.4 - Promoção de treinamento e capacitação dos agentes da PBH de forma a propiciar uma postura sempre crítica quanto aos procedimentos adotados e dotá-los de uma visão mais voltada para a cidade, colocando o profissionalismo acima de todos os interesses.

1.5 - Estabelecimento de uma escala de prioridades, considerando a complexidade do empreendimento proporcionalmente às exigências para o licenciamento, de forma a simplificar os procedimentos para o licenciamento das pequenas intervenções.

2 - Fiscalização

2.1 - Consolidação da legislação de postura na forma de código.

2.2 - Discussão de uma nova política de fiscalização, através de seminários, congressos etc., com o objetivo de aprofundar temas, tais como:

2.2.1 - Criação das juntas de recurso fiscal, que são instrumentos de garantia de transparência nos julgamentos dos recursos administrativos.

2.2.2 - Reestruturação operacional da fiscalização mediante investimento em informática, aquisição de equipamentos, veículos e no quadro de apoio administrativo.

2.2.3 - Inserção de novas tecnologias de informação e comunicação como instrumento de planejamento e monitoramento da fiscalização. Incentivo à participação da sociedade dentro da ótica da informática pública, aprimorando o "portal" da PBH no que se refere à área fiscal.

2.2.4 - Criação de um corpo jurídico exclusivo da área fiscal para que possa assessorar de forma ágil e eficiente o exercício do poder da política administrativa.

2.2.5 - Promoção da eficácia da fiscalização em todo o município, principalmente para evitar a ocupação desordenada, em especial na região do Isidoro e no entorno de nascentes e ao longo de faixa de proteção dos cursos d'água, e a utilização dos passeios como estacionamento de veículos.

2.2.6 - Promoção da fiscalização da construção mesmo depois de "projeto aprovado", evitando assim a existência de obras inviáveis, que causem transtornos e danos à vizinhança e impossíveis de serem regularizadas.

2.2.7 - Garantia de mais autonomia à fiscalização. Criação de mecanismos para garantir que a PBH possa penalizar o infrator reincidente com a "demolição", quando se tratar de obra nova.

Gestão da Política Ambiental e de Saneamento

Grupo de Trabalho 13 – Subgrupo: Meio ambiente e Saneamento

Relatora: Marise Borges de M. Carneiro

Coordenadora: Márcia Mourão Parreira Vital

1 - Organização e estruturação da PBH

1.1 - Adequação da infra-estrutura e do quadro de pessoal das secretarias municipais da Coordenação de Gestão Regional de maneira a viabilizar o disposto no programa de descentralização de atividades da PBH e garantindo-se a interação e integração das ações.

1.2 - Busca de mecanismos adicionais que garantam um melhor atendimento dos pleitos coletivos.

2 - Políticas de arborização e de preservação e proteção de áreas de especial interesse ambiental, da flora e da fauna

2.1 - Fortalecimento, divulgação e promoção de melhor estruturação dos programas BH-Verde e Pró-Fauna

e do Plano Diretor de Arborização, em execução pela SMMAS.

2.2 - Implementação de políticas públicas de preservação de áreas verdes de propriedade particular (áreas de preservação permanente e áreas *non aedificandae*), com participação da comunidade.

2.3 - Criação de mecanismo que garanta ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) a possibilidade de indicação de áreas passíveis de utilização do instrumento da transferência do direito de construir, com o objetivo de incentivar a preservação de características ambientais relevantes existentes nas mesmas, tendo-se em vista o fato de, hoje, sob o aspecto da preservação ambiental, apenas as áreas previamente mapeadas como ADE de Interesse Ambiental serem passíveis da utilização deste instrumento.

2.4 - Estabelecimento de política de pavimentação de vias públicas que preveja uma taxa mínima obrigatória de pavimentação permeável (a ser exigida para a implantação de novas vias ou para a reforma de vias existentes).

2.5 - Definição de estratégias e instrumentos que garantam a preservação definitiva de matas de significativa importância ambiental existente na cidade mesmo quando localizadas em áreas de propriedade particular, como por exemplo as matas da Baleia, do Morcego, do Cercadinho e as existentes na região da bacia do córrego do Isidoro, entre outras, assim como de outras áreas de relevante importância ambiental como a serra do Curral, o Parque do Rola-Moça, o Parque Burle Marx etc.

2.6 - Criação de mecanismo para integração de ações ambientalistas e sanitárias compartilhadas entre a PBH e os municípios vizinhos, visando a preservação definitiva das matas e da fauna existentes nos limites destes municípios, tais como a mata do Inferno.

2.7 - Criação de estratégia alternativa de gestão das áreas verdes públicas da cidade, com o objetivo de possibilitar a obtenção de melhores índices de eficiência nas ações administrativo-financeiras, de planejamento e de operacionalização necessárias ao aprimoramento destas áreas, garantindo-se a participação popular, através da implementação de instância específica, com representação de todas as regiões da cidade, à qual caberia, também, a discussão de outras questões pertinentes ao meio ambiente.

2.8 - Previsão, dentro das estratégias de compensações ambientais hoje adotadas pelo Município, de mecanismos que agreguem a estas a questão social. Exemplos: criação de cursos para jardineiros, capacitação de guardas florestais, capacitação para brigadas de incêndio, campanhas de educação ambiental etc.

2.9 - Definição de política de segurança aos usuários de parques, praças e demais áreas verdes da cidade, prevendo-se a possibilidade de maior participação da comunidade no controle e fiscalização dessas ações.

2.10 - Promoção de projetos de educação ambiental com os usuários das áreas verdes e população de seu entorno.

2.11 - Criação de um plantão de fiscalização permanente nos finais de semana, para coibir e penalizar infratores que cortam árvores e promovem queimadas em lotes vagos, quintais e áreas urbanas.

3 - Propostas relacionadas ao licenciamento de empreendimentos:

3.1 - Criação de mecanismo que garanta à comunidade a possibilidade de discutir a implantação e modificação de empreendimentos, mesmo quando de baixo impacto. Tornar obrigatória a publicização das intervenções pretendidas, por meio de placas padronizadas, afixadas em locais de garantida visibilidade à população a ser atingida, concomitantemente à entrada dos respectivos pedidos de licença nos órgãos competentes, contribuindo para a divulgação da intervenção e para o controle de elementos naturais e de outras características existentes no local a serem preservados.

3.2 - Definição de obrigatoriedade da publicização da execução de compensações ambientais, por meio de placas padronizadas, afixadas de forma visível, nos respectivos locais de intervenção.

4 - Política de preservação e recuperação dos cursos d'água do município

4.1 - Previsão de utilização do enquadramento dos córregos do município como uma das diretrizes a serem consideradas para uma futura revisão dos zoneamentos da cidade, devendo o Executivo promover o enquadramento de todos os cursos d'água em prazo a ser previamente estabelecido.

4.2 - Elaboração e implantação de planos e programas voltados para a integração e inserção dos recursos hídricos e de suas respectivas áreas de preservação na paisagem urbana, associando-os à criação de espaços de lazer e recreação.

4.3 - Elaboração de estudos para a busca e criação de mecanismos de viabilização econômica para a preservação de áreas de preservação permanente de propriedade particular relativas à proteção de recursos hídricos (margens de córregos e lagos e áreas de proteção de nascentes).

4.4 - Promoção de adequada estruturação da PBH para garantir a atualidade e a confiabilidade do Plano Diretor de Drenagem de BH e a implementação da 2ª etapa do mesmo, a qual inclui o monitoramento hidrometereológico dos córregos.

5 - Política de controle e monitoramento da poluição ambiental

5.1 - Criação e implementação de Política Municipal de Controle e Monitoramento das Condições Ambientais do Município (ar, água, solo, flora, fauna e ruído), visando a efetivação de planos de acompanhamento sistemático das mesmas e da eficácia das respectivas ações de controle, o aperfeiçoamento das ações de licenciamento e fiscalização de atividades poluidoras e a geração de subsídios para o planejamento amplo da gestão ambiental do município.

5.2 - Promoção de ações preventivas e criação de estrutura multidisciplinar de orientação e conscientização da população a respeito da poluição sonora.

5.3 - Promoção de reforço da estrutura existente na PBH para controle e fiscalização da poluição sonora.

5.4 - Busca de apoio e parcerias para o Programa Disque-Sossego.

5.5 - Revisão da legislação existente relativa ao controle da poluição sonora, buscando agilização do processo de suspensão de atividades poluidoras e a contemplação de etapa educativa no mesmo.

5.6 - Implantação de programa de controle das fontes móveis causadoras da poluição sonora.

5.7 - Promoção de campanhas educativas para conscientização da população a respeito da poluição veicular.

5.8 - Sensibilização, integração e participação efetiva de outros organismos públicos, assim como de organizações populares, na política de controle da poluição atmosférica.

5.9 - Ampliação da estrutura existente para o controle da poluição atmosférica causada por veículos automotores, com o objetivo de reforçar as ações de licenciamento e fiscalização das fontes poluidoras.

5.10 - Promoção de fiscalização mais efetiva, visando a coibição de lançamentos de efluentes poluidores nos cursos d'água do município.

5.11 - Implantação de política de divulgação de questões diversas relativas à poluição causada pela emissão de radiações eletromagnéticas.

5.12 - Criação de amplo fórum de discussão para definição de conceituações e a construção de parâmetros de medição, coibição e controle relativos à poluição visual no município.

5.13 - Implantação de aparelhamento de proteção acústica para os equipamentos religiosos e sociais que promovem cultos, missas e eventos em geral.

6 - Política de promoção da consciência ambiental (educação ambiental)

6.1 - Criação e implementação de Política Municipal de Educação Ambiental, conforme as seguintes diretrizes específicas:

a) inserção da educação ambiental na grade curricular como prática integrada, contínua e permanente de todos os níveis de ensino formal.

b) promoção da educação ambiental não formal através do desenvolvimento de projetos de educação ambiental, da criação de centro municipal de referência e de centros regionais de educação ambiental e do incremento e aprimoramento das estruturas já existentes;

c) capacitação de agentes ambientais voluntários;

d) difusão da educação ambiental através dos meios de comunicação de massa.

6.3 - Promoção de garantia da participação de representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano, no Conselho Municipal de Educação, objetivando subsidiar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Educação Ambiental no tocante à efetivação da inserção da educação ambiental nos diversos níveis da educação formal.

7 - Saneamento

7.1 - Viabilização de imediato debate público, acerca da proposta da PBH para implementação do novo modelo de gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, proposta esta que deverá se orientar pelos seguintes princípios básicos:

a) completa implementação da Política Municipal de Saneamento, traduzida pela Lei n.º 8.260/01;

b) superação dos obstáculos para universalizar o atendimento por saneamento em BH, em particular o da população de baixa renda, com a definição contratual de destinação de recursos tarifários ao Fundo Municipal de Saneamento;

c) despoluição dos córregos de BH e a prioridade para o tratamento de esgotos;

d) garantia da gestão pública e municipal dos serviços de água e esgotos em BH;

e) gestão compartilhada dos serviços com o governo do estado, consolidando-se, institucionalmente, a execução das ações de interesse comum na RMBH, com o Município assumindo suas responsabilidades no plano local, inclusive no que se refere ao planejamento das ações e definição de prioridades de investimentos;

f) efetiva participação do Município na definição das tarifas dos serviços, garantindo-se os investimentos de

interesse de BH e a manutenção da política de subsídio aos municípios mais carentes;

g) exigência por democratização, transparência e controle social na alocação dos recursos e na execução da Política Estadual de Saneamento pela operacionalização do Conselho Estadual e pela adequação do Fundo Estadual de Saneamento.

7.2 - Definição de planejamento que culmine, até 30 de maio de 2003, na tomada de decisão que viabilize a implementação, ainda pela atual administração municipal, do novo modelo de gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

7.3 - Imediato encaminhamento de projeto de lei ao Legislativo Municipal, dispondo sobre a Regulamentação do Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA), em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.260/01, definindo sua composição como paritária entre poder público e sociedade civil, assegurada a participação dos principais segmentos de usuários dos serviços de saneamento, cujas atribuições incluirão:

– a) regular, fiscalizar, controlar e avaliar a execução da Política Municipal de Saneamento;
– b) fiscalizar e deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento (FMS), incluindo aprovação da prestação de contas;
– c) aprovar o Plano Municipal de Saneamento (PMS) e fiscalizar a sua implementação;
– d) apreciar e opinar sobre a composição de tarifas ou taxas incidentes sobre os serviços de saneamento, seus reajustes e revisões;
– e) fiscalizar a atuação dos órgãos municipais responsáveis pela gestão dos serviços, inclusive atuando como instancia de recurso da população e deliberando sobre conflitos com os concessionários ou prestadores de serviços;
– f) apreciar propostas de projetos de lei e programas de saneamento, inclusive aqueles referentes a convênios de cooperação ou contratos de concessão e de permissão dos serviços de saneamento;
– g) articular-se com os demais conselhos municipais cujas funções tenham interfaces com as ações de saneamento, notadamente os das áreas de saúde, meio ambiente e habitação.

7.4 - Imediata regulamentação do Fundo Municipal de Saneamento, por decreto municipal, com definição de suas normas gerais de funcionamento, em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.260/01, inclusive tendo em vista o término do prazo para regulamentação desta, em 04/06/02.

7.5 - Definição do novo arranjo institucional na PBH, estabelecendo as responsabilidades e competências dos diversos órgãos e instituições municipais responsáveis pela implementação das ações e serviços de saneamento, em consonância com os princípios da reforma administrativa e com a Política Municipal de Saneamento.

7.6 - Elaboração do 1º Plano Municipal de Saneamento até o final do ano de 2003, a partir da definição do novo arranjo institucional da PBH para a gestão dos serviços de saneamento, e de acordo com os princípios e diretrizes constantes da Lei n.º 8.260/01.

7.7 - Realização da 1ª Conferencia Municipal de Saneamento no primeiro semestre do ano de 2003, de acordo com os princípios e diretrizes constantes da Lei n.º 8.260/01.

7.8 - Priorização da utilização de “convênios intermunicipais” para solução de questões de interesse comum com municípios da RMBH;

7.9 - Viabilização de imediato debate público acerca da proposta da PBH para solução da disposição final de resíduos sólidos.

7.10 - Atualização do Regulamento Municipal de Limpeza Urbana, em consonância com os princípios da reforma administrativa da PBH.

7.11 - Elaboração do Plano Diretor de Limpeza Urbana, fundamentado nos princípios da redução, reutilização e reciclagem, o qual deverá contemplar:

a) os princípios, objetivos e instrumentos da gestão dos resíduos sólidos;

b) as alternativas tecnológicas de manejo diferenciado dos resíduos sólidos, em função de sua natureza, contemplando as respectivas etapas de acondicionamento, coleta, tratamento e disposição final;

c) as formas de participação social na gestão da limpeza urbana;

d) a universalização dos serviços de limpeza urbana.

7.12 - Implantação do programa de coleta seletiva porta-a-porta, em todo o município.

7.13 - Promoção de estímulos à criação de cooperativas de trabalhadores autônomos dedicados à coleta e separação de materiais recicláveis, com o objetivo de impulsionar a coleta seletiva e de possibilitar a geração de trabalho e renda.

7.14 - Avaliação da viabilidade técnica de exploração energética do aterro sanitário da BR 040.

7.15 - Elaboração de estudos e implantação de Plano Diretor de Bota Fora.

7.16 - Incrementação do Programa de Reciclagem de Entulho de BH.

7.17 - Promoção de incentivos ao uso de resíduo reciclado advindo do entulho da construção civil, com ênfase para a sua utilização em obras públicas.

7.18 - Elaboração de estudos de viabilidade econômica para a implantação de um pólo de reciclagem na área correspondente à antiga fazenda Capitão Eduardo.

7.19 - Planejamento da implantação de outras Estações de Reciclagem de Entulho, com a participação da comunidade.

7.20 - Incrementação de programas educativos relacionados à limpeza urbana, em consonância com os fundamentos da educação ambiental.

7.21 - Promoção de incentivo à capacitação e ao aprimoramento técnico dos profissionais da área de limpeza urbana.

7.22 - Criação de planos de minimização de geração de resíduos da construção civil.

7.23 - Implementação do Programa de Compostagem em BH, priorizando-se áreas degradadas para a sua instalação.

7.24 - Criação de fórum de discussão para a definição de mecanismos que visem minimizar o uso de embalagens não biodegradáveis.

8 - Recomendações ao Executivo

8.1 - Priorização do cumprimento da Lei n.º 4.253, de 04/12/85, que dispõe sobre a política de proteção do controle e da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no município de BH.

8.2 - Viabilização da formação de comissão permanente de caráter consultivo junto à Câmara Municipal, integrada por profissionais de formação acadêmica adequada, a fim de apresentar ao Legislativo Municipal a assessoria necessária para deliberações concernentes às questões de meio ambiente no município de BH.

8.3 - Os empreendimentos de impacto ambiental em funcionamento irregularmente devem passar por todo o processo de licenciamento como um novo empreendimento, não devendo ser beneficiados por processo de licenciamento corretivo, que é mais simples e rápido.

8.4 - Exigência do respeito à resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) – Resolução 01/86, no tocante à obrigatoriedade de apresentação de alternativas de localização para implantação de empreendimentos de impacto no estudo de impacto ambiental (EIA).

8.5 - Envio de proposta ao CONAMA, objetivando a redução dos limites vigentes para ruídos produzidos por veículos novos, utilizados para o transporte coletivo.

Gestão da Política Habitacional

Grupo de Trabalho 13 – Subgrupo: Habitação

Relatora: Silvana Maria Leal

Coordenadores: Cláudia Viana, Patrícia Castro, Haydée Miranda, Antônio de Pádua, Aderbal Geraldo

1 - Para assentamentos existentes

1.1 - Destinação de percentual da receita de impostos municipais para o Fundo Municipal de Habitação (p. ex.: ITBI).

1.2 - Mobilização da sociedade e do poder público na construção de políticas habitacionais nos níveis estadual e federal.

1.3 - Promoção de programa de geração de emprego e renda vinculado às obras do OP, introduzindo o formato autogestionário.

1.4 - Ampliação de esforços para captação de recursos externos voltados para a Política Municipal de Habitação.

1.5 - Promoção de processos de operação urbana em áreas habitadas, onde não é possível consolidação.

1.6 - Utilização do instrumento “medidas compensatórias”, de licenciamento ambiental, para promover a urbanização de vilas e favelas.

1.7 - Melhoria da divulgação dos Planos Globais Específicos (PGEs) junto à comunidade beneficiada, instituições acadêmicas da região e outros órgãos de governo.

1.8 - Criação de programa de melhorias habitacionais, com financiamento subsidiado de material de construção para famílias de baixa renda, e utilização do programa de engenharia pública para o assessoramento técnico.

1.9 - Envidar esforços no sentido de captar o excedente dos lucros da concessionária de saneamento e abastecimento de água para obras de saneamento em vilas e favelas.

1.10 - Criar o Conselho Municipal de Saneamento.

1.11 - Criação de programa de manutenção para as obras executadas em vilas e favelas.

1.12 - Promoção da integração das intervenções físico-ambientais (obras / reassentamento) com as políticas sociais, através do modelo proposto pelo Programa BH Cidadania e precedido pelo Plano Global Específico.

1.13 - Aperfeiçoamento do instrumento de planejamento urbano para as vilas e favelas – Plano Global Específico – com a solicitação do produto "projeto básico".

2 - Para novos assentamentos

2.1 - Destinação de percentuais das áreas institucionais previstas nos parcelamentos para fins habitacionais, utilizando-se de instrumentos da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS) para agrupar essas áreas em terrenos maiores.

2.2 - Incorporação do Programa de Apoio às Cooperativas Habitacionais (PAC) ao orçamento participativo da habitação (OPH), potencializando os recursos destinados à produção de novas unidades.

2.3 - Normatização do PAC para que o atendimento seja dado dentro dos parâmetros legais adotados pelo Município, prevendo mecanismos de controle e fiscalização a ser feito por agentes do Executivo e com aprovação no Conselho Municipal de Habitação (CMH)

2.4 - Implantação de banco de dados em rede central de informações para unificação dos dados sobre cadastro da PBH.

2.5 - A produção de novas moradias deve priorizar às famílias, sem excluir o atendimento a pessoas sozinhas;

2.6 - Promoção de eventos, seminários, com assessoria técnica de Belo Horizonte e outras cidades que desenvolvem trabalho semelhantes ao desempenhado no programa de autogestão.

2.7 - Divulgação dos programas habitacionais: apoio técnico às cooperativas, autogestão, a fim de sensibilizar e incentivar as assessorias técnicas.

2.8 - Intensificação do acompanhamento social nos conjuntos habitacionais, após o assentamento das famílias, em parcerias com lideranças locais, no prazo mínimo de um ano.

2.9 - Desenvolvimento de programas educativos e preventivos com a população jovem dos conjuntos habitacionais e das vilas e favelas, visando afastá-los do envolvimento com o crime e organizações criminosas, com o tráfico de drogas.

2.10 - Que todos os conjuntos habitacionais sejam providos de coletor solar para aquecimento e distribuição comunitária dessa água (quente) a todos os moradores;

2 - 11 - Mais em moradias, tirando as famílias em áreas de risco, e respeitar mais o orçamento participativo, concluindo todas as obras da habitação popular e incentivando a participação.

Gestão de Políticas de Mobilidade, Transporte e Trânsito

Grupo de Trabalho 13 – Subgrupo: Mobilidade

Relator: Ney Ritta de Freitas

Coordenador: Rogério Carvalho

1 - Diretriz l – Implantação de infra-estrutura viária

1.1 - Promoção de gestões junto aos governos federal e estadual, visando a implantação do projeto de reforma do anel rodoviário, que prevê a criação de marginais e implantação de cerca de nove transposições, visando promover sua integração à malha urbana e aumento de sua capacidade de transposição de Belo Horizonte. O projeto está pronto e foi elaborado em acordo com a BHTRANS.

1.2 - Priorização da implantação da complementação da Av. Dom Pedro II, com a remoção da Vila São José e reassentamento de seus moradores;

1.3 - Promoção de estudos, visando o melhor aproveitamento da infra-estrutura viária existente, viabilizando ou facilitando novas ligações (exemplo: viaduto José Viola)

1.4 - Utilização dos resultados da pesquisa origem–destino, em fase de conclusão, para reestudar o sistema viário e priorizar as intervenções;

1.5 - Viabilização de ligação viária direta entre Venda Nova e a região Oeste;

1.6 - Implantação de nova via perimetral entre a Av. do Contorno e o Anel Rodoviário existente.

2 - Diretriz 2 – Adequações viárias

2.1 - Tratamento do sistema viário de acesso às estações do BHBUS;

2.2 - A elaboração de projeto de novas vias deve contemplar a prioridade de circulação para o transporte coletivo;

2.3 - Os corredores de transporte já existentes devem ser tratados visando a priorização do transporte coletivo, seja pela implantação de faixas exclusivas, seja através de outros dispositivos;

2.4 - Incentivo ao uso de novas tecnologias de propulsão para o transporte público, notadamente com a utilização de veículos híbridos e combustíveis que não afetem o meio ambiente;

2.5 - Utilização da sinalização semafórica de advertência (amarelo piscante) nos locais e áreas onde isto não comprometa as condições de segurança, no período noturno;

2.6 - Ampliação e reforço da sinalização, inclusive a referente à existência de dispositivos de controle;

2.7 - Melhoraria da sinalização indicativa, inclusive revendo a colocação de placas mal posicionadas;

2.8 - Estudo da possibilidade de criação de faixas exclusivas para motos nos corredores de transporte;

2.9 - Tratamento de vias de vilas e favelas, possibilitando o tráfego de ônibus e veículos de serviço;

2.10 - Instalação de semáforos antiofuscantes nos locais necessários.

2.11 - As ruas e avenidas de bairros que tenham grande fluxo de trânsito pesado devem ser identificadas como tal, receber sinalização específica e tratamento especial, como manutenções periódicas.

3 - Diretriz 3 – Circulação de pedestres

3.1 - Melhoraria da capacitação dos operadores do transporte coletivo, inclusive quanto à função de “educadores” dos usuários;

3.2 - Coibição de circulação de ambulantes e pedintes no serviço de transporte público;

3.3 - Fazer cumprir a legislação vigente, exigindo dos proprietários a manutenção das calçadas;

3.4 - Revisão do posicionamento e dimensões do mobiliário urbano, de modo a não prejudicar o fluxo de pedestres;

3.5 - Controle da utilização de calçadas pelos ambulantes, redirecionando-os para áreas previamente definidas, em locais acessíveis e atrativos;

3.6 - Fiscalização de bares que fecham totalmente as calçadas com mesas e cadeiras, churrasqueiras, som etc., privatizando o espaço público, impedindo a circulação de pedestres;

3.7 - Liberação dos poucos espaços públicos para a apropriação pelas pessoas. Muitas vezes eles são privatizados (Praça Floriano Peixoto cercada por caminhões de aluguel, por exemplo);

3.8 - Ampliação da quantidade e qualidade dos espaços públicos, desenvolvendo projetos mais arrojados, privilegiando o convívio e a permanência de pessoas;

3.9 - A PBH deve ser mais atuante na busca de parcerias para manutenção dos espaços públicos;

3.10 - Consideração dos Postos de Observação e Vigilância (POVs) da Polícia Militar como mobiliário urbano e promoção de seu tratamento como tal;

3.11 - Viabilização da manutenção dos espaços públicos existentes;

3.12 - Definição de padrões de calçada, para as diversas áreas da cidade, padronizando materiais e desenhos;

3.13 - Além de seguras e desimpedidas as calçadas devem ser bonitas;

3.14 - Calçadas com grande volume de pedestres devem receber tratamento especial;

3.15 - Elaboração de “manual de projeto e implantação de calçadas”, didático, compreensível para toda a população, contendo resumo da legislação e padrões de calçada;

3.16 - As faixas de pedestre devem ter largura compatível com o volume de pedestres que delas se utilizam.

4 - Diretriz 4 – Redução de impactos decorrentes da circulação de veículos

4.1 - Criação de novos terminais rodoviários, fora do centro, interligados ao metrô;

4.2 - Fazer cumprir a rotatividade nos estacionamentos rotativos, ampliando a fiscalização

4.3 - Melhor fiscalização da privatização das áreas de estacionamento pelos “flanelinhas”;

4.4 - O congestionamento influi muito no custo do transporte, aumentando a poluição e os tempos de viagem, por isso é necessário priorizar o transporte coletivo no trânsito;

4.5 - Ampliação das áreas de estacionamento para motos.

5 - Diretriz 5 – Financiamento do sistema de transporte

5.1 - Promoção de gestões junto ao governos federal e estadual e Congresso Nacional no sentido de que

sejam criados incentivos ao transporte coletivo urbano tais como: isenção de IPI e ICMS para os veículos do transporte coletivo público (a exemplo do que ocorre com táxis e vans), isenção de impostos para o óleo diesel;

5.2 - Busca de aumento da parcela dos municípios no "imposto verde" e utilização desse recurso no financiamento do sistema;

5.3 - Comercialização do vale-transporte e cartões magnéticos pelo órgão gestor;

5.4 - Consideração do número de passageiros transportados na planilha de remuneração das concessionárias;

5.5 - Racionalização de itinerários e serviços para se alcançar um serviço mais produtivo;

5.6 - Consideração dos táxis e micros do serviço suplementar como "unidades de negócio", possibilitando que o mesmo tenha mais de um proprietário, reduzindo o investimento inicial dos proprietários e permitindo um aproveitamento mais eficiente do equipamento;

5.7 - Sem implicar tratamento excludente, revisão da política de acessibilidade ao transporte público para os portadores de deficiência, criando serviços alternativos especializados.

6 - Diretriz 6 – Sistema metroviário

6.1 - Metrô deve ser integrado a estacionamento de veículos e ser subterrâneo na área central;

6.2 - Planejamento de novas linhas de transporte de massa deve ser utilizado como indutor do crescimento urbano;

6.3 - Ampliação da integração metrô–ônibus, possibilitando integrações em todas as estações do metrô;

6.4 - Promoção de gestões para que o metrô faça seguro para seus usuários;

6.5 - Promoção de gestões para que haja gratuidade para o deficiente físico no metrô.

7 - Diretriz 7 – Integração metropolitana

7.1 - Promoção de gestões para reativar as antigas linhas de subúrbio para Betim, Brumadinho, Santa Luzia e Rio Acima, integrando-as ao metrô;

7.2 - Busca da criação de um sistema integrado de transporte coletivo metropolitano;

7.3 - Incentivo ao uso do transporte coletivo através de publicidade.

8 - Diretriz 8 – Gratuidades

8.1 - Promoção de para a eliminação das gratuidades dos funcionários dos correios, oficiais de justiça e policiais militares;

8.2 - Não permitir novas gratuidades, sem antes se definir fonte segura de recursos;

8.3 - Ampliação da fiscalização para coibir evasão.

9 - Diretriz 11 – Fiscalização

9.1 - Aprimoramento do sistema de fiscalização do transporte coletivo através da inclusão de novos dispositivos e mecanismos de controle.

10 - Outras Propostas

10.1 - Reativação do Museu Ferroviário, resgatando seu acervo e o da Biblioteca Ferroviária, hoje estocados nos porões do prédio da RFFSA, na Rua Sapucaí, reinstalando-os em um dos edifícios ferroviários das imediações da Praça da Estação, incluindo a maquete de ferromodelismo da AMFM;

10.2 - Ampliação das políticas de segurança de trânsito e busca da redução do número de acidentes;

10.3 - Ampliação dos programas de educação para o trânsito

10.4 - Promoção da ampliação da participação do táxi, do transporte escolar e do suplementar no transporte urbano;

10.5 - Criação de linhas de transporte seletivo, onde couber;

6 - Integração do transporte suplementar nas estações do BHBUS;

10.7 - Estudo da possibilidade de interromper, quando possível, linhas de ônibus na Av. do Contorno, articulando-as com as linhas circulares que atendem o Centro, descongestionando a área central.

10.8 - Permissão para o taxi-lotação trafegar com quatro passageiros e criação de novas rotas em locais onde haja necessidade.

10.9 - Diretriz: cessão de transporte coletivo para grandes eventos

Determinação de Contrato entre BHTRANS/PBH e instituições esportivas, participantes, promotoras e divulgadoras dos eventos, definindo normas de procedimento e co-responsabilidades, as quais deverão desonerar a população dos prejuízos que até aqui tem bancado, devido às depredações em ônibus que são desviados de suas atividades normais para servirem aos interesses financeiros das instituições favorecidas,

direta ou indiretamente, com ganhos financeiros oriundos das arrecadações aferidas pelas cobranças de ingresso de acesso aos locais dos eventos, ou por meio de transmissão dos mesmos por canais de comunicação.

Gestão da Política do Patrimônio Histórico e Espaço Público

Grupo de Trabalho 13 – Subgrupo: Patrimônio

Coordenadora: Michele Arroyo

Relator: Eduardo Begiatto

1 - Da identificação gestão e monitoramento das áreas polarizadoras

1.1 - Plano Diretor

1.1.1 - As áreas polarizadoras são espaços com vocação ou que já possuem valor simbólico para a cidade ou para uma comunidade tanto por suas características histórico-urbanísticas, quanto por sua apropriação coletiva ou por seus espaços edificados que, ao longo do tempo são incorporadas no imaginário coletivo, na configuração da cena urbana e no cotidiano dos moradores. Como tal as áreas polarizadoras devem ser preservadas no sentido de garantir sua valorização, acesso, conforto e segurança garantindo assim sua apropriação pela comunidade.

1.1.2 - Coordenação pelo Poder Executivo dos trabalhos de identificação das áreas polarizadoras das regiões, buscando a participação da comunidade.

1.1.3 - Incorporação pelo planos diretores regionais da listagem das áreas identificadas como polarizadoras.

1.1.4 - Realização pelo Poder Executivo de estudos urbanísticos específicos para o entorno das áreas polarizadoras, para possíveis adequações dos parâmetros de parcelamento, ocupação e uso do solo.

1.1.5 - Priorização pelo poder público de iniciativas para intervenções de impacto nas áreas polarizadoras.

1.1.6 - As intervenções devem ser precedidas de planejamento que envolva diagnóstico, diretrizes e metas, com a devida interlocução junto aos órgãos de representação da sociedade civil.

1.2 - Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo

1.2.1 - Deve ser incorporado o mapeamento das áreas polarizadoras do centro e regiões, bem como os parâmetros urbanísticos específicos para as mesmas e seu entorno.

2 - Da atuação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município

2.1 - Plano Diretor

2.1.1 - O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) deve integrar um programa de gestão dos conselhos setoriais vinculados à política urbana e ambiental.

2.1.2 - Cabe ao CDPCM-BH, além de deliberar a partir do instrumento do tombamento, discutir e encaminhar diretrizes de proteção para as áreas de preservação, sugerir a instrumentalização de programas de recuperação do patrimônio histórico da cidade,

2.1.3 - Cabe á Gerência de Patrimônio Histórico Urbano da Secretaria Municipal de Regulação Urbana secretariar técnica e administrativamente o CDPCM-BH, implementar a política setorial de patrimônio histórico junto ao planejamento urbano da cidade e acompanhar as aprovações de projetos de intervenção nas áreas de importância histórico-urbana conforme as diretrizes de proteção.

3 - Recomendação ao Executivo

3.1 - Criação de fundo para recuperação de bens públicos e privados reconhecidos como de interesse histórico-simbólico para a cidade através dos recursos advindos da pontuação do ICMS.

3.2 - Promoção de gratuidade do acesso à Fundação Zoobotânica, buscando alternativas para sua auto-sustentabilidade, como cobrança de estacionamento, praça de alimentação e parcerias com o setor privado.

Proposta aprovada sem tema específico

Abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as baixarias das polícias envolvidas com o tráfico de drogas, usando os menores.

▪ LISTA DE SIGLAS

ABC – Alimentação a Baixo Custo
ACS – Agente Comunitário de Saúde
ADE – Área de Diretrizes Especiais
AMBEL – Assembléia da Região Metropolitana de Belo Horizonte
APA SUL RMBH – Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte
ASA – Ação Social Arquidiocesana
ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável
BH – Belo Horizonte
BH-Águas – Programa para Reenquadramento das Águas no Município
BH-Verde – Programa de Recuperação, Preservação e Aprimoramento das Áreas Verdes Públicas
BHBUS – Plano de Reestruturação do Sistema de Transporte Coletivo de Belo Horizonte
BHTRANS – Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAC – Centro de Apoio Comunitário
CAM – Central de Abastecimento Municipal
CASA – Central de Apoio aos Sem-Casa
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CCAVC – Centro Cultural do Alto Vera Cruz
CCT – Câmara de Compensação Tarifária
CDI – Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais
CDPCM-BH – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte
CEF – Caixa Econômica Federal
CEMAP – Centro de Educação e Mobilização Ambiental da Pampulha
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CERESP – Centro de Recuperação da Secretaria de Segurança Pública
CEVAE – Centro de Vivência Agro-Ecológica
CIAME – Centro de Integração e Atendimento ao Menor
CMH – Conselho Municipal de Habitação
CODECOM – Conselho de Desenvolvimento Econômico
COHAB – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
COHABITA – Cooperativa Habitacional Metropolitana Limitada
CMH Conselho Municipal de Habitação
COMHAB – Conferência Municipal de Habitação
COMAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente
COMFORÇA – Comissão de Fiscalização do Orçamento Participativo
COMPUR – Conselho Municipal de Política Urbana
COMUSA – Conselho Municipal de Saneamento
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública
CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito
COOPEMAR – Cooperativa de Produção de Materiais Recicláveis
COPAM – Conselho de Política Ambiental de Minas
COPASA MG – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CP – Cadastro de Planta (da PBH)

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CRP – Conselho Regional Popular
CRTT – Comissão Regional de Transporte e Trânsito
DEMETRÔ – Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte
DER MG – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
DI – Distrito Industrial
DLD – Dragagem a Longa Distância
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DRENURBS – Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EIV – Estudo de Impacto na Vizinhança
EM – Escola Municipal
ERB – Estação de Rádio Base de Telefonia Celular
ETE – Estação de Tratamento de Esgotos
FCA – Ficha Cadastral de Autônomos
FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIT – Festival Internacional de Teatro
FMHP Fundo Municipal de Habitação Popular
FMS – Fundo Municipal de Saneamento
FGV Fundação Getúlio Vargas
HPS – Hospital Pronto-Socorro
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
ICMS – Imposto sobre Operações Relacionadas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de comunicação
IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana
ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Inter Vivos
ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos
JK – Juscelino Kubistchek
LEV – Local de Entrega Voluntária
LPOUS – Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo
METROMINAS – Trem Metropolitano de Minas Gerais S/A
METROPLAN – Plano Metropolitano de Transporte
MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento
NAF – Núcleo de Apoio à Família
NUC – Negros da Unidade Consciente
OGU – Orçamento Geral da União
ONG – Organização Não Governamental
OP – Orçamento Participativo
OPH – Orçamento Participativo da Habitação
PACE – Plano de Circulação da Área Central
PAM – Posto de Atendimento Médico
PAR – Programa de Arrendamento Residencial

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte
PC – Posto de Controle
PD – Plano Diretor
PDDBH – Plano Diretor de Drenagem de Belo Horizonte
PDIES RMBH – Plano de Desenvolvimento Integrado, Econômico e Social da Região Metropolitana de Belo Horizonte
PEAR – Programa Estrutural para Áreas de Risco
PGE – Plano Global Específico
PL – Projeto de Lei
PLAMBEL – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
PM, PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
PMBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PMH – Política Municipal de Habitação
PMS – Plano Municipal de Saneamento
POV – Posto de Observação e Vigilância da Polícia Militar
PPO – Posto Policial
PROAS – Programa de Reassentamento de Famílias Removidas em Função de Obras Públicas ou Vítimas de Calamidades
PRODABEL – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte
PRODECOM – Programa de Desenvolvimento de Comunidades
PROFAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas

Programa ABC – Programa Alimentação a Baixo Custo
PROPAM – Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha
PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte
PSF – Programa de Saúde da Família
PSIU – Posto de Serviço Integrado Urbano
PUC MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S. A.
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAC – Sistema de Atendimento ao Cidadão
SCOMGER – Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional
SCOMURBE – Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SESC – Serviço Social do Comércio
SLU – Superintendência de Limpeza Urbana
SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
SMEU – Secretaria Municipal de Estrutura Urbana
SMHAB – Secretaria Municipal de Habitação
SMLU – Secretaria Municipal de Limpeza Urbana
SMMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano
SMRU – Secretaria Municipal de Regulação Urbana
SUDECAP – Superintendência de Desenvolvimento da Capital
TDC – Transferência do Direito de Construir
TELEMAR – Tele Norte Leste Participações
TERGIP – Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNI-BH – Centro Universitário de Belo Horizonte
UH Unidade Habitacional
UP – Unidade de Planejamento
UPA – Unidade de Pronto-Atendimento
URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
URPV – Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes
V & M – Vallourec & Mannesmann
VIURBS – Programa de Reestruturação e Integração do Sistema Viário do Município de Belo Horizonte
VULO – Via Urbana Leste–Oeste
ZA – Zona Adensada
ZAP – Zona de Adensamento Preferencial
ZAR – Zona de Adensamento Restrito
ZCBA – Zona Central do Barreiro
ZCBH – Zona Central de Belo Horizonte
ZCVN – Zona Central de Venda Nova
ZE – Zonas de Grandes Equipamentos
ZEIS – Zona de Especial Interesse Social
ZEIS-1 – Zonas de Especial Interesse Social 1
ZEIS-2 – Zona de Especial Interesse Social 2
ZEIS-3 – Zonas de Especial Interesse Social 3
ZHIP – Zona do Hipercentro
ZP-1 – Zona de Proteção 1
ZP-2 – Zona de Proteção 2
ZP-3 – Zona de Proteção 3
ZPAM – Zona de Preservação Ambiental

▪ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE E SERRA. *Cidades médias brasileiras*. IPEA, 2001.

CARDOSO, Adalto Lúcio. *Mercado imobiliário e segregação: cidade do Rio de Janeiro*, In: RIBEIRO L. C. Queiroz. *O futuro das metrópoles e governabilidade*. Rio de Janeiro, Ed. Revam, 2000.

FJP/FAFICH/CEURB – Fundação João Pinheiro/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG/Centro de Estudos Urbanas. *Gestão e desigualdade social na região metropolitana de Belo Horizonte*. 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000. Agregado de setores Censitários. Municípios que tinham mais de 25.000 habitantes em 1991*. 2001.

GUIMARÃES, Berenice M. *Gestão urbana, o novo formato da política e a situação habitacional na RMBH*. FAFICH/CEURB/FAPEMIG, 1999.

PLAMBEL – Planejamento da RMBH. *O Mercado da terra na região metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1987.

PREFEITURA Municipal de Belo Horizonte. *Anuário estatístico de Belo Horizonte - 2000*. Belo Horizonte, 2001.

_____. Cadastro do IPTU, 2000.

_____. *Plano diretor de Belo Horizonte, Lei de uso e ocupação do solo – estudos básicos*. Belo Horizonte, 1995.

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. *Plano estratégico de diretrizes de intervenção nas zonas de especial interesse social*. Belo Horizonte, 2001.

▪ ÍNDICE

▪ LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS E MAPAS 11

I - INTRODUÇÃO 15

II - PROCESSO 17

1 - INTRODUÇÃO 17

2 - CICLO DE PALESTRAS 21

3 - PRÉ-CONFERÊNCIAS 21

4 - CAPACITAÇÃO DOS DELEGADOS 25

5 - CONFERÊNCIA 26

6 - ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS 28

III - PARTICIPANTES 29

1 - EQUIPE DE APOIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE 29

2 - PARTICIPANTES DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS 30

2.1 - Participantes das Pré-Conferências Temáticas 30

▪ Pré-Conferência Temática de Mobilidade Urbana, Sistema Viário, Transporte Coletivo e Trânsito 30

▪ Pré-Conferência Temática de Controle Urbano e Patrimônio Histórico 31

▪ Pré-Conferência Temática de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento 31

▪ Pré-Conferência Temática de Habitação, Vilas e Favelas 32

2.2 - Participantes das Pré-Conferências Regionais 33

▪ Noroeste 33

▪ Norte 34

▪ Pampulha 34

▪ Barreiro 35

▪ Oeste 35

▪ Venda Nova 35

▪ Leste 36

▪ Nordeste 36

▪ Centro-Sul 37

2.3 - Delegados 37

▪ Delegados Efetivos 37

▪ Delegados Suplentes 38

3 - PALESTRANTES / EXPOSITORES / MEDIADORES 39

IV - PRODUTOS 40

1 - ABERTURA 40

2 - CICLO DE PALESTRAS 54

3 - PRÉ-CONFERÊNCIAS: A CIDADE QUE SOMOS 96

3.1 - Produtos Relativos à Discussão Geral sobre a Cidade 96

3.1.1 - Texto de Apoio à Discussão 96

3.1.2 - Síntese do Diagnóstico Aprovado 115

3.2 - Produtos Relativos à Discussão Específica das Pré-Conferências Temáticas 128

3.2.1 - Pré-Conferência Temática de Mobilidade Urbana, Sistema Viário, Transporte Coletivo e Trânsito 128

A - Palestra de abertura 128

B - Texto de apoio à discussão específica 131

C - Síntese da percepção dos participantes 138

3.2.2 - Pré-Conferência Temática de Controle Urbano e Patrimônio Histórico 139
A -Texto de apoio à discussão específica..... 139
C - Síntese da percepção dos participantes 147
3.2.3 - Pré-Conferência Temática de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento 149
A - Palestra de abertura 149
B - Texto de apoio à discussão específica..... 152
C - Síntese da percepção dos participantes 182
3.2.4 - Pré-Conferência Temática de Habitação, Vilas e Favelas 183
A - Texto de apoio à discussão específica..... 183
B - Sintese da percepção dos participantes..... 188
3.3- Produtos Relativos à Discussão Específica das Pré-Conferências Regionais 190
3.3.1 - Texto Geral de Apoio à Discussão Regional 192
3.3.2 - Pré-Conferência Regional do Barreiro 200
A - Texto de apoio à discussão da região..... 200
B - Síntese da percepção dos participantes 205
3.3.3 - Pré-Conferência Regional Centro-Sul..... 209
A - Texto de apoio à discussão da região..... 209
B - Síntese da percepção dos participantes 214
3.3.4 - Pré-Conferência Regional Leste 219
A - Texto de apoio à discussão da região..... 219
B - Síntese da percepção dos participantes 224
3.3.5 - Pré-Conferência Regional Nordeste 229
A - Texto de apoio à discussão da região..... 229
B- Síntese da percepção dos participantes 233
3.3.6 - Pré-Conferência Regional Noroeste 237
A - Texto de apoio à discussão da região..... 237
B - Síntese da percepção dos participantes 241
3.3.7 - Pré-Conferência Regional Norte 247
A - Texto de apoio à discussão da região..... 247
B - Síntese da percepção dos participantes 250
3.3.8 - Pré-Conferência Regional Oeste 255
A - Texto de apoio à discussão da região..... 255
B - Síntese da percepção dos participantes 259
3.3.9 - Pré-Conferência Regional da Pampulha..... 263
A - Texto de apoio à discussão da região..... 263
B - Síntese da percepção dos participantes 268
3.3.10 - Pré-Conferência Regional de Venda Nova..... 273
A - Texto de apoio à discussão da região..... 273
B - Síntese da percepção dos participantes 278
4 - CONFERÊNCIA: CIDADE QUE QUEREMOS 283
4.1 - Diretrizes Aprovadas 283
A - Dinâmica do crescimento urbano..... 283
B - Distribuição de atividades e centros urbanos..... 283
C - Condições habitacionais..... 283
D - Espaço público 284
E - Patrimônio histórico e cultural..... 285
F- Sistema viário e transporte 285
G - Condições ambientais..... 286
H - Gestão 286

4.2 - Síntese das Propostas Aprovadas 287
4.2.1- Legislação Urbanística 287
A - Zoneamento e ocupação do solo 287
B - Parâmetros do zoneamento 287
C - Afastamento das edificações 289
D - Parâmetros construtivos não vinculados ao zoneamento 289
E - Mudanças de zoneamento 289
F - Uso do solo 290
G - Área de Diretrizes Especiais (ADE) 290
H - Parcelamento do solo 291
I - Instrumentos urbanísticos 291
P - Fundo municipal de desenvolvimento urbano 292
Q - Regularização de parcelamentos e edificações 293
R - Posturas e código de obras 293
S - Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) 293
T - Legislação ambiental 294
4.2.2- Intervenções Estruturantes 294
A - Conceitos e pressupostos 294
B - Diagnóstico 295
C - Diretrizes 296
D - Propostas 297
4.2.3- Gestão de Políticas Urbanas 298
A - Gestão participativa 299
B - Política de controle urbano 299
C - Política habitacional 299
D - Política de espaços públicos e patrimônio 300
E - Política de mobilidade, transporte e trânsito 300
F - Política de meio ambiente e saneamento 301
G - Política de desenvolvimento econômico 302

- **ANEXO I - REGIMENTOS APROVADOS 303**
- **ANEXO II - MAPAS TEMÁTICOS DE APOIO ÀS DISCUSSÕES 311**
- **ANEXO III - TEXTO DE APOIO ÀS DISCUSSÕES DOS DELEGADOS 353**

1 - A RMBH E A GESTÃO METROPOLITANA 355
2 - DINÂMICA DO CRESCIMENTO URBANO 356
2.1 - Crescimento Demográfico Recente de Belo Horizonte e da RMBH 356
2.2 - Indicadores da Dinâmica de Ocupação do Solo 359
3 - EVOLUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO 363
3.1 - Uma Abordagem Histórica 363
3.2 - Evolução Recente do Mercado Imobiliário 364
4 - CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO 366
4.1 - Situação Habitacional do Município 366
4.2 - A Habitação de Interesse Social e a Legislação Urbanística 367
4.3 - Política Municipal de Habitação 369
5 - ESPAÇOS DE REFERÊNCIA SIMBÓLICA 371
6 - MOBILIDADE, TRANSPORTE E TRÂNSITO 373
6.1 - O Sistema Viário e a Mobilidade – Situação Existente 373
6.2 - Propostas Existentes de Alteração dessa Estrutura 374
6.3 - Estrutura do Sistema de Transporte Coletivo: o BHBUS e o Metrô 375

6.4 - Gestão de Transporte e Trânsito 376

- **ANEXO IV - ÍNTEGRA DOS PRODUTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS 379**

1 - PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE MOBILIDADE, SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE COLETIVO 381
1.1 - Temas gerais da cidade 381
1.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão 381
1.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 382
1.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito 384
1.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural 385
1.1.5 - Condições ambientais 387
1.2 - Temas específicos 388
1.2.1 - A Questão Metropolitana 388
1.2.2 - Gestão da Mobilidade 390
1.2.3 - Manutenção da Cidade 391
1.2.4 - Financiamento do Transporte 393
2 - PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE CONTROLE URBANO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO 394
2.1 - Temas gerais da cidade 394
2.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão 394
2.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 395
2.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito 396
2.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural 397
2.1.5 - Condições Ambientais 397
2.2 - Temas específicos 398
2.2.1 - Zoneamento e ADE 398
2.2.2 - Parcelamento do Solo 399
2.2.3 - Ocupação 400
2.2.4 - Licenciamento de Atividades 401
2.2.5 - Patrimônio Histórico Urbano 402
3 - PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO 403
3.1 - Temas gerais da cidade 403
3.1.1 - Crescimento urbano e inclusão 403
3.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 404
3.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito 405
3.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural 406
3.1.5 - Condições Ambientais 407
3.2 - Temas específicos 408
3.2.1 - Áreas de Especial Interesse Ambiental, Flora e Fauna 408
3.2.2 - Poluição Ambiental 410
3.2.3 - Recursos Hídricos e Drenagem 411
3.2.4 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário 412
3.2.5 - Resíduos Sólidos e Controle de Vetores 414
4 - PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE HABITAÇÃO, VILAS E FAVELAS 415
4.1 - Temas gerais da cidade 415
4.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão 415
4.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 416
4.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito 417
4.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural 417
4.1.5 - Condições Ambientais 418

4.2 - Temas específicos 419
4.2.1 - Balanço da Política Municipal de Habitação 419
4.2.2 - Participação e Gestão Democrática: Poder Público e Sociedade 420
4.2.3 - Agenda da habitação, uma contribuição à agenda da cidade. 423

- **ANEXO V - ÍNTEGRA DOS PRODUTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS REGIONAIS 427**

1 - PRÉ-CONFERÊNCIA DO BARREIRO 429
1.1 - Temas gerais da cidade 429
1.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão 429
1.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 429
1.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito 430
1.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural 431
1.1.5 - Condições Ambientais 432
1.2 - Temas específicos da região 433
1.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento 433
1.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 434
1.2.3 - Tema Livre 435
2 - PRÉ-CONFERÊNCIA CENTRO-SUL 438
2.1 - Temas gerais da cidade 438
2.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão 438
2.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 439
2.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito 440
2.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural 440
2.1.5 - Condições Ambientais 441
2.2 - Temas específicos da região 442
2.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento 442
2.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 443
2.2.3 - Tema Livre 444
3 - PRÉ-CONFERÊNCIA LESTE 446
3.1 - Temas gerais da cidade 446
3.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão 446
3.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 447
3.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito 448
3.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural 450
3.1.5 - Condições Ambientais 451
3.2 - Temas Específicos da Região 452
3.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento 452
3.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 453
3.2.3 - Sistema Viário e Acessos 454
3.2.4 - Espaços Públicos, Áreas de Lazer e Patrimônio Histórico 455
3.2.5 - Condições Ambientais 457
3.2.6 - Tema Livre 458
4 - PRÉ-CONFERÊNCIA NORTE 459
4.1 - Temas Gerais da Cidade 459
4.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão 459
4.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 460
4.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito 461
4.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural 462
4.1.5 - Condições Ambientais 463
4.2 - Temas Específicos da Região 464

4.2.1 - Tema Livre ... 464
5 - PRÉ-CONFERÊNCIA NORDESTE ... 470
5.1 - Temas Gerais da Cidade ... 470
5.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão ... 470
5.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos ... 470
5.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito ... 471
5.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural ... 472
5.1.5 - Condições Ambientais ... 472
5.2 - Temas Específicos da Região ... 473
5.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento ... 473
5.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos ... 474
5.2.3 - Sistema Viário e Acessos ... 475
5.2.4 - Espaços Públicos, Áreas de Lazer e Patrimônio Histórico ... 476
5.2.5 - Condições Ambientais ... 477
6 - PRÉ-CONFERÊNCIA NOROESTE ... 478
6.1 - Temas Gerais da Cidade ... 478
6.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão ... 478
6.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos ... 479
6.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito ... 481
6.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural ... 482
6.1.5 - Condições Ambientais ... 483
6.2 - Temas Específicos da Região ... 484
6.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento ... 484
6.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos ... 485
6.2.3 - Mobilidade, Sistema Viário Transporte ... 486
6.2.4 - Espaços Públicos, Áreas de Lazer e Patrimônio Histórico ... 487
6.2.5 - Condições Ambientais ... 488
7 - PRÉ-CONFERÊNCIA OESTE ... 489
7.1 - Temas Gerais da Cidade ... 489
7.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão ... 489
7.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos ... 489
7.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito ... 490
7.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural ... 490
7.1.5 - Condições Ambientais ... 491
7.2 - Temas Específicos da Região ... 491
7.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento ... 491
7.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos ... 492
7.2.3 - Tema Livre ... 492
8 - PRÉ-CONFERÊNCIA DA PAMPULHA ... 494
8.1 - Temas Gerais da Cidade ... 494
8.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão ... 494
8.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos ... 495
8.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito ... 495
8.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural ... 496
8.1.5 - Condições Ambientais ... 497
8.2 - Temas Específicos da Região ... 498
8.2.1 - Tema Livre ... 498
9 - PRÉ-CONFERÊNCIA DE VENDA NOVA ... 502
9.1 - Temas Gerais da cidade ... 502

9.1.1 - Crescimento Urbano e Inclusão 502
9.1.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 503
9.1.3 - Mobilidade, Transporte e Trânsito 504
9.1.4 - Espaços Públicos e Patrimônio Cultural 505
9.1.5 - Condições Ambientais 506
9.2 - Temas Específicos da Região 507
9.2.1 - Ocupação do Solo e Zoneamento 507
9.2.2 - Distribuição de Atividades e Centros Urbanos 508
9.2.3 - Tema Livre 509

▪ **ANEXO VI - ÍNTEGRA DAS PROPOSTAS APROVADAS 513**
▪ PROPOSTAS PARA A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL 515
Zoneamento, Ocupação e Uso do Solo • Áreas de Diretrizes Especiais (ADE) 515
I - Zoneamento 515
II - Ocupação do Solo 516
III - Uso do Solo 517
IV - Áreas de Diretrizes Especiais (ADE) 517
V - Recomendações Gerais 519
Parcelamento do Solo 520
I - Loteamento 520
II - Parcelamento para Condomínio 520
III - Reparcelamento 520
IV - Modificação de Parcelamento 520
V - Desmembramento 520
V Recomendações 520
Instrumentos Urbanísticos 521
I - Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios 521
II - Direito de Preempção 522
III - Operações Urbanas Consorciadas 522
IV - Outorga Onerosa do Direito de Construir 522
V - Transferência do Direito de Construir (TDC) 522
VI - Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) 523
VII - Planejamento Metropolitano 523
VIII - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano 523
IX - Outras Propostas – Gestão 524
Regularização de Parcelamentos e Edificações 524
I - Princípios Básicos 524
II - Regularização de Parcelamentos 524
III- Regularização de Edificações 525
IV - Rotinas e Procedimentos 525
V - Assistência e Assessoria Técnica 525
VI - Divulgação 525
VII - Controle e Monitoramento 526
Posturas e Código de Obras 526
I - Movimentação de Terra e Entulho 526
II - Ocupação do Espaço Público pelos Trabalhadores da Economia Informal 526
III - Engenhos de Publicidade 526
IV - Ocupação das Calçadas por Mobiliário Urbano 527
V - Penalidades 527
VI - Campanhas Educativas 527

Legislação Específica para ZEIS ... 527
I - Fiscalização ... 528
II - Assessoria Técnica ... 528
III - ZEIS-2 ... 528
IV - ZEIS-1 e ZEIS-3 ... 529
Legislação Ambiental Municipal ... 530
I - Gestão Ambiental ... 531
II - Fiscalização Ambiental ... 531
III - Licenciamento Ambiental ... 532
IV - Poluição Ambiental ... 532
V - Arborização e Áreas Verdes ... 532
VI - Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo ... 533
▪ PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES ESTRUTURANTES ... 533
Obras Viárias, Obras de Saneamento e Revitalização de Áreas ... 533
I - Conceitos e Pressupostos ... 533
II - Propostas de Ações Estruturantes ... 533
III - Propostas de Intervenções Estruturantes ... 535
Programas Habitacionais ... 536
▪ PROPOSTAS DE GESTÃO URBANA ... 537
Desenvolvimento Econômico ... 537
Gestão Participativa ... 538
I - Sistema Metropolitano de Gestão Urbana Participativa ... 538
II - Sistema Municipal de Gestão Urbana Participativa ... 538
III - Quanto ao COMAM ... 540
IV - Quanto ao COMPUR (ou ao COMDUR, caso seja criado) ... 540
V - Quanto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico ... 540
VI - Quanto ao Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA) ... 540
Gestão de Políticas Setoriais Urbanas ... 541
Gestão da Política do Controle Urbano ... 541
Gestão da Política Ambiental e de Saneamento ... 541
Gestão da Política Habitacional ... 545
Gestão de Políticas de Mobilidade, Transporte e Trânsito ... 546
Gestão da Política do Patrimônio Histórico e Espaço Público ... 549

▪ **LISTA DE SIGLAS ... 551**

▪ **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ... 555**

▪ **ÍNDICE ... 557**